

A ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

GIULIANA MARQUES BARBOSA

¹ UNB - Universidade de Brasília

giuliananutunb@gmail.com

Introdução

O autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é definido como uma síndrome comportamental caracterizada por dificultar principalmente a linguagem, a interação social e a cognição da criança. Atualmente, a prevalência mundial é estimada em torno de 70 casos para cada 10.000 habitantes e no Brasil os índices de acometimento por autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes. Com relação à alimentação, a literatura tem mostrado que há três aspectos marcantes registrados: recusa, seletividade e indisciplina. Estas características limitam a variedade de alimentos que pode levar as crianças a certas carências nutricionais, além de uma inadequada e desregular alimentação. Há hoje, alguns estudos sobre alimentação do autista desenvolvidos, porém ainda não há consenso entre os pesquisadores, por isso sugere-se a necessidade de maiores e novas investigações sobre os fatores que influenciam a eficácia de qualquer intervenção alimentar com essas crianças.

Objetivos

Investigar a alimentação e nutrição de crianças autistas de um projeto terapêutico no Distrito Federal.

Metodologia

Estudo do tipo exploratório quantitativo e qualitativo, realizado em 4 etapas: 1) Construção do Questionário; 2) Técnica de juizes para aprimoramento do questionário; 3) Aplicação do questionário com pais de crianças do espectro autista; 4) Análise dos dados. O questionário foi construído baseando-se em estudos que investigam práticas alimentares em indivíduos do espectro autista. Foi aplicado com cada responsável de um total de 25 crianças, participantes regulares do projeto de musicoterapia em Brasília. Os pais receberam um termo de consentimento livre e esclarecido e receberam o questionário que posteriormente foi tabulado e analisado via excel.

Resultados

A análise dos dados mostrou que 40% dos pais inferem realizar terapia nutricional com seus filhos. Destes 40%, 48% das crianças são submetidas a uma dieta sem glúten, 28% sem lactose, 32% sem leite e derivados, 36% a uma dieta sem açúcar, e 4% sem soja, sendo que somente 32% não restringe nada da dieta dos filhos. Analisou-se também o profissional que estaria prescrevendo estas dietas e foi obtido que das 17 dietas praticadas 10 foram prescritas por médicos e apenas 6 por indicação de um nutricionista. Também 6 crianças fazem uso de probióticos, sendo 5 por indicação médica. Observou-se também que 56% das crianças possuem compulsão e 52% manifestam aversão por algum tipo de alimento. Por fim, 100% dos pais que restringem algum alimento do filho relatam observar resultados positivos quanto à função intestinal, agitação, perda de peso e melhora na aceitação alimentar. Também houve um alerta aos alimentos consumidos que acabam causando agitação nas crianças, os mais frequentes foram: café, chocolate e refrigerante.

Conclusão

Ao analisar os resultados é de clara percepção que os pais estão constantemente em busca de métodos que prometam a melhora no desenvolvimento de seus filhos, o que indica que o tema necessita de estudos concretos e maior atenção. Concluiu-se que grande parte das crianças são submetidas a restrições alimentares mesmo sem comprovações científicas, sendo que essas orientações decorrem predominantemente de médicos, bem como o uso de probióticos e suplementos. Motivo este que assinala a necessidade de aprofundamento por parte do nutricionista sobre a relação comportamental das crianças com autismo com a alimentação.

Referências

AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD), 2015. Disponível em: . Acessado em: 18 de setembro de 2017.

BANDINI, G. L. Changes in Food Selectivity in Children with Autism Spectrum Disorder. J Autism Dev Disord 47: 439–446. Novembro de 2016. Disponível em: . Acessado em: 18 de setembro de 2017.

BUIE, T., The Relationship of Autism and Gluten. Clinical Therapeutics, vol 35 n. 5, Boston, Massachusetts, Abril 2013.

Disponível em:< <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/>>. Acessado em: 18 de setembro de 2017.

CARVALHO, J. A. de et al. NUTRIÇÃO E AUTISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO DO AUTISTA. Revista Científica do Itpac, Araguaína, v. 5, n. 1, 1 jan. 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 dezembro de 2016.

CERMAK, S. A. et al. FOOD SELECTIVITY AND SENSORY SENSITIVITY IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDERS. Journal of the American Dietetic Association, 2010, Vol. 110(2), pp.238-246. Disponível em:< <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

EVANGELIOU, A. et al. Application of a Ketogenic Diet in Children With Autistic Behavior: Pilot Study. Journal of Child Neurology, vol 18: 2, page(s): 113-118. Crete, Greece. Dezembro de 2002. Disponível em: . Acessado em: 26 de outubro de 2017.

HYMAN, L S. The Gluten-Free/Casein-Free Diet: A Double-Blind Challenge Trial in Children with Autism. J Autism Dev Disord 46: 205–220. Setembro de 2015. Disponível em: . Acessado em: 18 de setembro de 2017.

NAPOLI, E. et al. Potencial therapeutic use of the ketogenic diet in autism spectrum disorders. Medical Investigations of Neurodevelopmental Disorder, University of California Davis, Davis, CA, USA. Junho de 2014. Disponível em: . Acessado em: 26 de outubro de 2017.

PINTO, R. N. M. et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: . Acessado em 14 de Dezembro de 2016.

Palavras-chave: Alimentação ; Autismo; Dieta

A ATUAÇÃO DO ESTADO NO TERRITÓRIO INDÍGENA E A PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

RICHELLY DE NAZARÉ LIMA DA COSTA; LUIS MAURO SANTOS SILVA

¹ UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ² UFPA - Universidade Federal do Pará
richelly.costa@funai.gov.br

Introdução

“O Estado obtém um certo poder próprio, é ele que toma as decisões quanto aos problemas, a legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social” (CANOY, 1988, p.51). As discussões contemporâneas sobre soberania alimentar de povos indígenas recebe grande influência de debates históricos sobre território, cultura e identidade. Por outro lado, recentes e inovadoras políticas de Assistência Técnica e Social e Extensão Rural realizadas na Amazônia, provocaram debates intensos sobre o papel do Estado sobre territórios indígenas. Esses debates abriram um diálogo direto com a necessidade de promoção da soberania alimentar, e, conseqüentemente da segurança alimentar e nutricional deste público, considerando sua relação com território numa perspectiva social, econômica e cultural, não se restringindo aos limites geográficos. Recentemente, o jornal titulado “Folha de São Paulo” publicou uma matéria com o então Ministro da Justiça, destacando a seguinte fala “Terra não enche barriga”. Na oportunidade vários membros promotores da política indigenista apresentaram fala questionando o posicionamento do Ministro, visto que apresentava a temática sobre territorialidade indígena em um prisma genérico, com claro viés econômico, desconsiderando as complexas dinâmicas territoriais.

Objetivos

Discutir a atuação do Estado frente aos diálogos territoriais de povos indígenas, e suas conseqüências na promoção da soberania alimentar e (in) segurança alimentar e nutricional.

Metodologia

Realizou-se levantamento bibliográfico e documental sobre a temática, em especial, o pronunciamento do ministro, veiculado na Folha de São Paulo, no ano de 2017.

Resultados

Os debates territoriais no Brasil padecem sobre a grande influência da lógica capitalista, por conseguinte, a atuação do Estado reflete-se a partir do poder econômico (WOOD, 2011). Nesse sentido, a atuação do poder público, acaba por desconsiderar, as especificidades étnicas, na promoção da soberania alimentar de povos indígenas. Conseqüentemente, as execuções de políticas públicas que trabalham a segurança alimentar e nutricional desses povos desconsidera direitos garantidos, pois o fiel mandatário é a complexa rede de controle e poder centralizada no grande capital. A fala do Ministro da Justiça materializa a relativização das tratativas sobre soberania alimentar, contribuindo para a presença de adversidades, especialmente a insegurança alimentar e nutricional.

Conclusão

Quando o Estado delimita a perspectiva territorial como espaço geográfico, sem considerar as relações dos povos indígenas com a terra como fonte de alimento, saúde, vestimenta, educação, cultura e habitação o mesmo acaba decretando a manutenção de uma marginalidade as políticas de combate a insegurança alimentar, enfraquecendo as lutas sobre soberania alimentar. Limitar a problemática da insegurança alimentar indígena somente a políticas de oferta de alimentos constrói uma postura parcial sobre a execução do Estado nas políticas de segurança alimentar.

Referências

- BRAGON, Ranier e MATTOSO, Camila. Ministro da Justiça critica índios e diz que ‘terra não enche barriga’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/03/17. Disponível em: acessado em 10/03/2017.
- CANOY, Martin. Estado e teoria política (cap. 1). S. Paulo, Papyrus, 1988.
- ONU. Organizações das Nações Unidas. Comentário Geral No. 12: O direito Humano à Alimentação Adequada (art. 11). 1999.
- WOOD, Ellen M. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In Democracia contra o capitalismo (pp. 27-49). São Paulo, Boitempo, 2011.

Palavras-chave: políticas públicas; povos indígenas; segurança alimentar

A ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: REFLEXÕES DE UMA EXPERIÊNCIA EM RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

MARIANA FERREIRA DE MENEZES SAUCEDA; KARINA SANCHES MACHADO D'ALMEIDA

¹ UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

saucedamariana@gmail.com

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial são espaços que proporcionam o cuidado em saúde mental. Para isso o serviço conta com uma diversidade de saberes oriundos de profissionais de diversas áreas, que devem somar seu conhecimento e experiências para que haja respostas efetivas para os problemas encontrados cotidianamente (KANTORSKI et al., 2008). Dada a importância da interdisciplinaridade para o cuidado na atenção psicossocial, o papel do nutricionista dentro da saúde mental é atuar de forma generalista, promovendo espaços que envolvam a discussão e as práticas de educação nutricional, atividades dinâmicas e lúdicas, promovendo melhorias no processo terapêutico dos usuários (POULAIN & PROENÇA, 2003).

Objetivos

Apresentar um relato das experiências como nutricionista residente nas atividades vivenciadas em um Centro de Atenção Psicossocial e a importância da atuação do nutricionista dentro de uma equipe multiprofissional.

Metodologia

Trata-se de um relato de vivência/experiência das atividades realizadas em um Centro de Atenção Psicossocial da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, entre os meses de abril e setembro de 2017, durante a participação no Programa de Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Pampa.

Resultados

Durante a vivência, foi possível observar a importância do papel do nutricionista dentro das atividades multiprofissionais em grupo, que objetivaram o resgate de individualidades e potencialidades do sujeito. É importante ressaltar que o profissional nutricionista não está contemplado na portaria que regulamenta o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. A incorporação do nutricionista residente no serviço seguiu as seguintes linhas: promoção de atividades de educação nutricional, acompanhamento das refeições, atendimento individual e participação das atividades terapêuticas desenvolvidas pela equipe multiprofissional de residentes. O atendimento individual foi tido como o mais difícil devido às particularidades de cada sujeito, tornando a avaliação nutricional completa um desafio. Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito da educação nutricional, a realização de oficinas de culinária e grupos de discussões com temas envolvendo educação e saúde se mostraram estratégias efetivas na promoção da saúde mental, incentivando e promovendo a autonomia e o protagonismo dos envolvidos. Nas atividades terapêuticas multiprofissionais, foi possível perceber o estímulo da formação de vínculos dos usuários com os profissionais e também a satisfação dos usuários em resgatar o prazer na realização de atividades de cuidado do corpo e da mente.

Conclusão

O profissional nutricionista possui um papel muito importante dentro dos Centros de Atenção Psicossocial e sua atuação deve sempre ser realizada de forma efetiva, incentivando a educação nutricional de acordo com as particularidades dos usuários e regida pela promoção do cuidado à saúde de forma multiprofissional.

Referências

POULAIN, J.P.; PROENÇA, R. P.C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. nutr. Campinas. v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

KANTORSKI, L.P. et al. O trabalho do enfermeiro nos centros de atenção psicossocial. Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 1, p. 87-105, 2008.

Palavras-chave: nutrição; saúde mental; vivência

A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E AS CARACTERÍSTICAS DOS PONTOS COMERCIAIS DE ALIMENTOS PRESENTES NA ESTAÇÃO DE METRÔ MAIS MOVIMENTADA DA CIDADE DE SÃO PAULO

JESSICA VAZ FRANCO; IARA DA ROCHA LOUZADA; MARIANA TARRICONE GARCIA; CLÁUDIA MARIA BÓGUS

¹ FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

jessicavazfranco@usp.br

Introdução

Nos últimos anos ocorreram mudanças significativas na alimentação da população brasileira, como a substituição de alimentos *in natura*/tradicionais pelos ultraprocessados e o aumento da realização de refeições fora do domicílio (IBGE, 2010; WHO, 2003). Fatores estes que podem contribuir para o desencadeamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (WHO, 2003) e desafiar a plena realização do Direito Humano à Alimentação Adequada no país (Valente, 2003).

Objetivos

Este estudo teve como objetivo identificar a comercialização de alimentos *in natura* ou minimamente processados e as características gerais dos pontos comerciais de alimentos presentes em uma estação de metrô com o maior fluxo de passageiros da cidade de São Paulo.

Metodologia

No primeiro semestre de 2017, foi realizada análise descritiva do ambiente alimentar da estação Sé – a mais movimentada do metrô da cidade de São Paulo e que compreende as linhas 1-Azul e 3-Vermelha (Companhia do Metropolitano de São Paulo, 2017) – em relação à frequência dos tipos de pontos comerciais de alimentos e da disponibilidade dos alimentos *in natura* ou minimamente processados oferecidos, além das características gerais destes locais, a destacar: a localização, o horário de funcionamento, forma de pagamento e informações disponíveis aos clientes.

Resultados

Foram identificados 14 pontos comerciais de alimentos na estação – cinco bombonieres, três lanchonetes e seis *vending machines*. Além de água mineral – que era comercializada em oito destes pontos comerciais (57%) – e hortaliças cruas – como parte de preparação de sanduíches em uma lanchonete (7%) –, não foram encontrados outros alimentos *in natura* ou minimamente processados. Quanto à localização dos pontos comerciais de alimentos, apenas um (7%) estava situado antes da catraca, os demais (75%) estavam presentes em um espaço onde o acesso se dava após o pagamento da tarifa do transporte e também na interligação entre as duas linhas. Em média, o horário de funcionamento acontecia diariamente das 7h00 às 22h00; exceto quatro deles que não abriam aos domingos. No que diz respeito à forma de pagamento, preferencialmente acontecia em dinheiro (100% dos pontos comerciais) seguido de cartão de débito (64% dos pontos comerciais), cartão de crédito (57% dos pontos comerciais) e vale refeição (7% dos pontos comerciais). As informações fornecidas aos clientes eram os preços dos alimentos – presentes em todos os pontos comerciais de alimentos – e os cardápios em duas lanchonetes (14%). As informações nutricionais dos alimentos não foram localizadas, o que era esperado em bombonieres e *vending machines* devido às características e pela não comercialização de preparações, mas que poderiam ter sido encontradas nas lanchonetes. Além disso, 71% dos estabelecimentos encontrados apresentavam propagandas em forma de imagens ilustrativas dos fornecedores de alimentos e bebidas industrializadas.

Conclusão

Assim, foi possível observar que o principal trajeto que os usuários da rede de metrô da cidade de São Paulo percorrem, compõe um ambiente alimentar desfavorável para a adesão de práticas alimentares mais saudáveis. A busca por estratégias para aumentar a disponibilidade e consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados pela população é imprescindível, porém também é um grande desafio. Os resultados encontrados podem contribuir para problematizar esta questão, demonstrando o quão são necessárias a formulação de intervenções e de políticas públicas nos equipamentos públicos de transportes.

Referências

WHO. World Health Organization. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva: World Health

Organization; 2003. (WHO Technical Report Series, 916).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). POF 2008-2009: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil. Rio de Janeiro; 2010.

Valente FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saude e sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51-60, Junho 2003.

Companhia do Metropolitano de São Paulo [internet]. Indicadores, 2017 [acesso em 01 nov 2017]. Disponível em: https://transparencia.metrosp.com.br/sites/default/files/Indicadores_3.pdf

Palavras-chave: Abastecimento de alimentos; Promoção da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional

A DIFICULDADE DE INTERPRETAR RÓTULOS DE PRODUTOS PROCESSADOS

CAMILA SÃO BERNARDO ARAÚJO; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN; RENATA ALVES MONTEIRO

¹ UNB - Universidade de Brasília
camilasba.araujo@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, foi observada rápida transição demográfica, epidemiológica e nutricional no Brasil, com grandes alterações no padrão de saúde e consumo alimentar da população brasileira. Algumas dessas mudanças envolvem a substituição de alimentos in natura e preparações culinárias por produtos industrializados prontos para consumo. Assim, pode-se observar o aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias da população, com as doenças crônicas entre as principais causas de morte entre adultos (BRASIL, 2014). A rotulagem nutricional dos produtos industrializados fornece informações para que o próprio consumidor possa realizar a comparação entre produtos alimentícios similares, a partir das informações presentes na embalagem e, assim, propiciar a oportunidade de escolha pelos alimentos mais saudáveis (MONTEIRO, 2005).

Objetivos

O objetivo deste estudo foi verificar a utilização e o entendimento dos rótulos de produtos industrializados pelos consumidores, no momento da compra, em supermercados de Brasília, DF.

Metodologia

Foi realizado estudo qualitativo por meio de entrevistas individuais com 30 consumidores em 5 supermercados do Distrito Federal. Foram selecionadas 5 Regiões Administrativas com diferente nível socioeconômico. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nas entrevistas, foram coletados dados sociodemográficos para caracterizar o perfil da população, além de questionamentos que investigaram a percepção e o conhecimento dos entrevistados quanto a importância, entendimento e utilização das informações dos rótulos de alimentos processados. Os discursos foram transcritos e analisados no software de análise de dados textuais ALCESTE.

Resultados

Dos consumidores entrevistados, 60% pertenciam ao sexo feminino e apresentavam média de idade de 39,2 anos (DP= 12,6 anos). A faixa de renda familiar dos entrevistados era de 1 a 3 salários mínimos (50%). A maioria das pessoas possuía escolaridade até o ensino médio (50%), enquanto somente 30% possuía ensino superior. Não houve analfabetos entre os entrevistados. A análise das entrevistas no ALCESTE dividiu os discursos em 2 grandes eixos: utilização das informações dos rótulos e entendimento das informações nutricionais. Destaca-se que a centralidade do uso e do entendimento da rotulagem nutricional ressaltada pelos entrevistados, está no prazo de validade e na conservação dos alimentos, mais do que associado ao valor nutricional em si. Isso evidencia a dificuldade de compreensão das informações nutricionais que constam nas embalagens, demonstrando uma contradição quanto à finalidade da rotulagem de alimentos – já que as informações presentes no rótulo deveriam descrever as características do produto com o intuito de informar o consumidor sobre o produto que ele pretende adquirir, mas que acaba por distanciá-lo, não cumprindo seu objetivo pelo fato de não conter uma informação clara e acessível à população.

Conclusão

O estudo mostrou grande dificuldade na utilização e no entendimento das informações dos rótulos de produtos industrializados por parte dessa amostra de consumidores de Brasília, DF. Sugere-se que, para superar as dificuldades de entendimento e o desinteresse dos consumidores é fundamental o investimento em educação nutricional, além de melhoria nos atuais formatos de rotulagem. Assim, a população poderá realizar escolhas alimentares mais bem informadas e a rotulagem poderá funcionar como uma ferramenta efetiva em escolhas mais saudáveis.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de atenção à saúde, Departamento de Atenção Básica, Guia alimentar para a população brasileira, Brasília, 2ª ed., 2014.

MONTEIRO, R.A.; COUTINHO, J.G.; RECINE, E., Consulta aos rótulos de alimentos e bebidas por frequentadores de supermercados em Brasília, Brasil, Revista Panamericana de Salud Publica, v.18, n. 3, p. 172-77, 2005.

Palavras-chave: ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS; COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR; ROTULAGEM NUTRICIONAL

A ESCOLA COMO LÓCUS PRIVILEGIADO PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM PRÉ-ESCOLARES

LARISSA PINHEIRO COSTA; LARISSA GRACE NOGUEIRA SERAFIM DE MELO; REBEKKA FERNANDES DANTAS; MARIANA SILVA BEZERRA; ANDRÉ MATHEUS COSTA DUARTE

¹ UFRN/FACISA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
duarteandree@gmail.com

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional está interligada a um processo de formação que sirva de apoio para as tomadas de decisão posteriores, assim, auxiliando o direito de se tornar autônomo das suas próprias escolhas (SANTOS, 2005). A formação dos hábitos alimentares se inicia na infância, com isso, é imprescindível que se tenha a introdução de conceitos sobre a alimentação no período escolar. Tendo em vista, que os comportamentos referentes à alimentação estão sendo adquiridos nesta etapa e os erros alimentares podem ocorrer; como o consumo demorado de doces e gorduras e o baixo consumo de hortaliças, legumes e frutas. Então, para um melhor entendimento de fatores internos e externos do aluno, essa fase é o melhor momento para intervenções de educação alimentar e nutricional, visando à garantia do crescimento e desenvolvimento normal da criança, aliado a construção de processos educativos que sejam eficazes na mudança do padrão alimentar dessas, repercutindo até a vida adulta (VALLE; EUCLYDES, 2007, NUNES; BRENDA, 2010).

Objetivos

O trabalho apresenta um relato de uma experiência de Educação Alimentar e Nutricional com pré-escolares a partir de metodologias dialógicas em uma creche da rede municipal de Santa Cruz - RN.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiências de ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvido em uma creche da rede municipal do município de Santa Cruz/RN durante o ano de 2017, e contou com a participação de 23 pré-escolares, de ambos os sexos, da faixa etária de 4 a 5 anos de idade. Em cada encontro empregou-se uma metodologia dialógica a partir de atividades lúdicas, que duraram aproximadamente 40 minutos em cada dinâmica, em um período de dois dias e os temas abordados foram os grupos alimentares e os alimentos saudáveis. Utilizaram-se cartazes, vídeos, jogos e atividades de recorte e colagem.

Resultados

Os pré-escolares mostraram que conheciam bem os grupos alimentares, principalmente, dos cereais, frutas e carnes e ovos. No entanto houve confusões na identificação dos gêneros do grupo das leguminosas. Pode-se observar que os alunos apresentavam grande interesse em expressar suas opiniões, gostos, hábitos, preferências e experiências alimentares, interagindo com as todas as atividades. Apesar do curto tempo de realização das atividades observa-se que, ainda assim, essas possuem resultados positivos no que tange a alimentação escolar.

Conclusão

Enfim, acredita-se que a riqueza das práticas educativas implementadas pode promover a formação, e consequentemente a adoção de hábitos de alimentação saudáveis para as crianças da fase pré-escolar participantes deste estudo.

Referências

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n.5, p. 681–92, set./out. 2005.

VALLE, J. M. N.; EUCLYDES, M. P. A formação dos hábitos alimentares na infância: uma revisão de alguns aspectos abordados na literatura nos últimos dez anos. **Revista Atenção Primária em Saúde**. Juiz de Fora, v.10, n. 1, p. 56–65. jan./jun. 2007.

NUNES, E.; BRENDA, J. **Manual para uma alimentação saudável em jardins de infância**. Lisboa: Direção Geral de Saúde, 2010. p. 61.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional; Creches; Hábitos alimentares saudáveis

A ESFERA LABORAL E O COMPORTAMENTO ALIMENTAR DOS COMENSAIS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR EM CARUARU-PE

JOANA ROCHA DA SILVA SANTOS; ANA BOLENA LUNA SIQUEIRA

¹ UES - Universidade Estácio de Sá, ² UFPE - Universidade Federal de Pernambuco Vitória de Santo Antão, ³

UNIFAVIP DEVRVY - Universidade Vale do Ipojuca

nutrijoana@hotmail.com

Introdução

As formas da alimentação refletem na história cultural e social de cada pessoa, isto é, refere-se aos procedimentos desde a escolha, preparação até o consumo do alimento. No entanto, o comportamento alimentar não busca somente a satisfação das carências fisiológicas, mas também pelas carências psicológicas, ou seja, o comportamento alimentar está diretamente ligado aos aspectos biológicos, patológicos, região, religião, socioeconômico, influência da mídia, praticidade e afetivos. Boa parte dos indivíduos passa maior parte do tempo no ambiente de trabalho, e o consumo dos alimentos reflete muito com o tempo disponível para a alimentação, seja pela praticidade ou pela disponibilidade. O Programa de Alimentação do Trabalhador tende intervir na melhoria do hábito alimentar, para melhorar a situação nutricional dos trabalhadores e assim contribuir com a promoção da saúde e fornecer uma alimentação saudável e segura.

Objetivos

Analisar o comportamento alimentar dos comensais no ambiente trabalho

Metodologia

Participaram da pesquisa 89 funcionários, a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Plataforma Brasil sob o número: 61935416. Realizou-se aplicação de questionário adaptado, contendo perguntas socioeconômicas, preferência e hábitos alimentares e, os fatores ambientais relacionados ao comportamento alimentar, bem como avaliação antropométrica, utilizando balança e estadiômetro portáteis, por meio do Índice de Massa Corporal e os riscos de doença cardiovascular por meio da Circunferência da Cintura

Resultados

Os homens eram maioria (76%) com faixa etária entre 30 e 39 anos (52%) e, entre as mulheres 50% estão na faixa etária entre 20 a 29 anos. Verificou-se que a maioria de ambos os sexos possuíam 2º grau completo (60%), com ensino superior apenas 15% dos homens e 5% das mulheres concluíram. Houve um maior percentual de eutrofia em 70% do sexo feminino e 45% do sexo masculino, sobrepeso em 25% das mulheres e 37% dos homens, obesidade em 5%, das mulheres e 11% dos homens e, poucos casos de baixo peso. Boa parte dos colaboradores se apresentaram sem risco cardiovasculares, porém 25% das mulheres e 13% dos homens apresentaram risco elevado e, 15% e 8% risco muito elevado respectivamente. Sobre a influência do turno de trabalho no horário da alimentação apenas 30% relatou sentir diferença. Quanto aos fatores de influência, a maioria sentia equilíbrio e qualidade nas suas refeições (82%), calma e tranquilidade (94%), disponibilidade de tempo (96%) e quanto a interferência 91% relataram não haver relação. Todos admitiram que uma alimentação saudável influencia no bom desempenho no trabalho. Nas preferências e hábitos alimentares 89% consomem com frequência arroz, feijão e diferentes carnes (76%), frutas e verduras (82%) e, 60% consomem com pouca frequência gorduras e frituras, 68% não adicionam açúcar, 39% adicionam sal na refeição

Conclusão

A maioria estava com o peso normal, sem riscos cardiovasculares e não demonstraram haver problemas relacionando fatores e influência do trabalho com comportamento. As preferências alimentares tiveram como base na maior parte em arroz, feijão e carnes, bem como frutas e verduras, mas uma alarmante adição de sal e o consumo mediano de gorduras e frituras, podendo auxiliar no desenvolvimento de doenças futuras. As empresas possuem grande papel no auxílio para bons hábitos alimentares dos funcionários, e a presença do profissional nutricionista poderá promover ações de educação alimentar e incentivo à alimentação saudável

Referências

BRASIL. Resolução CFN nº 380 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelecer parâmetros numéricos de referência, por área de atuação e dá outras providências. Conselho Federal dos Nutricionistas 2005; 28.

BRASIL. World Health Organization. Obesity: Preventing and Managing the Global Epidemic. Report. Geneva; 1997.

GARCIA RWD. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. Rev. Nutr. 2003; 16(4): 483-492

SANTOS GD, RIBEIRO SML. Aspectos afetivos relacionados ao comportamento alimentar dos idosos frequentadores de um Centro de Convivência. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2011; 14(2):319-328.

STARBURG VJ, REDIN C. O contexto da alimentação institucional na saúde do trabalhador brasileiro. Reget. 2014; 18: 127-136.

Palavras-chave: Preferência Alimentar; Consumo Alimentar; Avaliação do Estado Nutricional; Hábitos Alimentares

A EXPERIÊNCIA EM VIVENCIAR A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA PORTADORES DE DIABETES MELLITUS ACOMPANHADOS NA ATENÇÃO BÁSICA

ANA CAROLINA LOPES FERREIRA; LUIZ HENRIQUE MOTA ORIVES; GRACIELA PAULI CARDOSO; FLAVIA CARVALHO DE OLIVEIRA REIS; JOSE FERNANDES PONTES

¹ SES-DF - Secretaria de Saúde do Distrito Federal

acarolinalopes@gmail.com

Introdução

A partir da vivência no grupo de diabéticos na atenção básica, a equipe decidiu inovar no atendimento, tendo em vista a dificuldade deste paciente em entender o que acontece no próprio organismo e quais são as medidas de saúde que ajudam no autocontrole da doença. Segundo Batista, o manejo do paciente diabético deve ser feito dentro de um sistema hierarquizado de saúde, sendo sua base o nível primário. Dessa forma com um grupo pequeno pudemos trabalhar intensamente vários aspectos do tratamento do diabetes.

Objetivos

Avaliar após 3 meses se as ações educativas numa abordagem multiprofissional seriam evidenciadas em exames laboratoriais, neuropatia do pé diabético e medidas antropométricas.

Metodologia

Os selecionados participam do grupo de diabéticos de uma Unidade Básica de Saúde e após a assinatura do TLCE, os profissionais, nutricionista, enfermeiro e assistente social avaliaram: exames laboratoriais, estado nutricional, avaliação dos pés e perfil social. Os encontros eram semanais, em cada um eram abordados temas como: medicação, atividade física, alimentação, auto-cuidado. Na outra semana os participantes deveriam falar com as próprias palavras o que foi entendido do encontro anterior, o que havia sido feito de diferente do habitual e se a conduta sugerida pelo profissional era de fácil aplicação. Questionários foram aplicados a cada 30 dias e exames de sangue a cada 90 dias. Os participantes foram orientados a verificar glicemia de jejum e pós-prandial, 2x/semana para usuários de medicação via oral e 3x/dia para usuários de insulina, se alimentar adequadamente e praticar atividade física por 30 minutos, 3x/semana.

Resultados

Ao final do trabalho constatamos 50% não praticavam atividade física. Do total 33% mantiveram a hemoglobina glicada acima de 7%. A glicemia de jejum aumentou em 50% dos pacientes, em 33% houve redução e 17% mantiveram os mesmos valores. Dos participantes, 50% apresentavam sobrepeso e 50% obesidade, ao final 16% saíram da classificação de obesidade tipo 1 para sobrepeso. Em 83% dos participantes houve redução de peso (média de redução = 1,5kg). Circunferência média era de 98 cm (média de redução = 4,5cm) e 100% das pessoas acompanhadas perderam medida da circunferência abdominal. A neuropatia do pé diabético estava ausente em 66% dos pacientes.

Conclusão

Verificou-se no final um maior conhecimento da doença, entretanto, não foram evidenciadas diferenças significativas no estilo de vida dos participantes em discordância com artigos publicados sobre educação em diabetes. Relacionado a composição corporal, pode-se entender que estar acima do peso e ter a circunferência abdominal acima dos parâmetros, mostrou-se fator de risco para o surgimento do diabetes. A abordagem sobre a importância da atividade física não foi eficaz, os participantes que não faziam exercícios, continuaram sem praticar após os 3 meses. Com relação à alimentação e o cuidado com os pés, foram pontos de mais fácil assimilação e aceitação. Entre os participantes as mudanças eram almejadas, mas esbarraram em aspectos sociais.

Referências

1-TORRES, HC. et al. O processo de elaboração de cartilhas para orientação do autocuidado no programa educativo em diabetes. Rev Brasileira de Enfer. Brasília; 62(2): 312-6, 2009. 2- LEITE, SAO. et al. Pontos básicos de educação ao paciente com diabetes mellitus tipo 1. Arq Bras Endocrinol Met; 5212; 2008. 3-ALVES, VS; NUNES, MO. Educação em saúde na atenção médica ao paciente co hipertensão arterial no Programa saúde da família. Interface-Comunic, Saúde, Educ.v9, n18, p131-47; 2006. 4- OTERO, LM. et al. Conhecimento do paciente diabético acerca de sua doença, antes e depois da implementação de um programa de educação em diabetes. Rev Latino Amer de Enfer; 16(2); 2008. 5-BATISTA, MCR. et al. Avaliação dos resultados da atenção multiprofissional sobre o controle glicêmico, perfil lipídico e

estado nutricional de diabéticos atendidos em nível primário. Rev Nutr. Campinas. 18(2):219-228; 2005.

Palavras-chave: Diabetes mellitus; Educação em saúde; Interdisciplinar; Alimentação

A IMAGEM CORPORAL E A PREOCUPAÇÃO COM GANHO DE PESO DE GESTANTES ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA

MARLUCE ALVES COUTINHO; HELLEN DE PAULA FERREIRA AGUIAR; LEILA RUTE OLIVEIRA GURGEL DO AMARAL; LUCIANA CRISTINA DO NASCIMENTO COSTA DUQUE ESTRADA; AMANDA THAÍS VIANA OLIVEIRA; KATIA DANIELLE ARAUJO LOURENÇO VIANA

¹ UFT - Universidade Federal do Tocantins , ² IESMA - Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão , ³

HUUFMA/EBSERH - Hospital Universitário da UFMA, ⁴ UFMA - Universidade Federal do Maranhão

marlucecoutinho@hotmail.com

Introdução

A imagem corporal consiste na concepção interna e subjetiva sobre o corpo, não se limita à aparência física, mas envolve as atitudes, as crenças, os sentimentos e a auto-percepção corporal. A gestação é um período delicado de mudanças corporais, principalmente ponderais, que pode gerar um quadro de insatisfação corporal, evoluindo para um transtorno alimentar. Para adolescentes que aprenderam que a sua auto-estima depende da sua forma física, o ganho de peso associado à gestação pode se tornar um problema ainda mais complicado.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é avaliar a preocupação com ganho de peso e a satisfação da imagem corporal das gestantes adolescentes assistidas no Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) no município de Açailândia - MA,

Metodologia

Estudo do tipo transversal, quantitativo descritivo. De um total de 40 gestantes cadastradas e atendidas nos meses de agosto e setembro de 2015 pelo PROSAD, participaram desta pesquisa 32 gestantes. Após os esclarecimentos sobre a pesquisa as adolescentes assinaram o TA e os responsáveis o TCLE, respeitando os princípios da ética em pesquisa com seres humanos. Para coleta de dados utilizou-se o Questionário Body Shape Questionnaire (BSQ), avaliação antropométrica usando protocolos da Organização Mundial da Saúde (2006-2007) e foi aplicado algumas questões específicas sobre preocupações com ganho de peso.

Resultados

Das gestantes adolescentes entrevistadas, 31% encontravam-se com baixo peso, 50% com estado nutricional adequado para idade gestacional e 19% estavam com sobrepeso. Através da pontuação do BSQ observou-se que 94% estavam satisfeitas com sua imagem corporal e 6% apresentaram insatisfação leve. Contudo com relação à preocupação com o peso, 40,6% afirmaram não se preocuparem nem um pouco com o ganho de peso, 31,2% relataram se preocupar de forma média e 28,2% se preocupam e pensam sobre peso extremamente.

Conclusão

Foi possível verificar que as gestantes apresentaram uma boa imagem corporal, com uma baixa frequência de insatisfação, porém, ao observar preocupação com o peso notou-se que a maioria se mostraram preocupadas, chegando a pensar de forma extremamente frequente sobre o ganho de peso, tal preocupação pode levar a práticas inadequadas como a restrição alimentar, levando ao aparecimento estado nutricional inadequado para uma gestação saudável e manutenção da saúde da adolescente. Dessa forma é de fundamental importância que as equipes de saúde, durante o pré-natal de gestantes adolescentes, procurem mensurar a satisfação com a imagem corporal, bem como a preocupação com o peso, de forma a prevenir um ganho de peso insuficiente, visto que o mesmo está relacionado a um maior risco de retardo de crescimento intra-uterino e mortalidade perinatal.

Referências

- ABREU, V. J. S.; M. S. S. VITALE. Gravidez na adolescência. Em: M.S.S. Vitale e E. H. G. R. Medeiros (Coords.), Adolescência: uma abordagem ambulatorial. Manole. Barueri, 2008.
- DUNKER KLL; et al. Transtornos alimentares e gestação – Uma revisão. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 2009.
- FREITAS, A. R., et al. Insatisfação da imagem corporal, práticas alimentares e de emagrecimento em adolescentes do sexo feminino. *Revista Brasileira de Nutrição Clínica*, 2009.
- GRADIM, C. V. C. et al. O perfil das grávidas adolescentes em uma unidade de saúde da família de Minas Gerais. *Revista de Atenção Primária à Saúde*, v.13, n.1, 2010.
- MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras et al. Insatisfação corporal em gestante: uma revisão integrativa da literatura.

Ciência e Saúde Coletiva, 2015.

PASSANHA, Adriana et al. Insatisfação com a imagem corporal no período pré-gestacional e fatores associados. Revista Psicologia e Saúde, 2013.

SCHOMER, E. Z.; KACHANI, A. T. Imagem Corporal. In: Cordás TA, Kachani AT. Nutrição em psiquiatria. Porto Alegre : Artmed., 2010.

STENZEL L. M. A influência da imagem corporal no desenvolvimento e na manutenção dos transtornos alimentares. In: Nunes MA, Appolinario J. C., Galvão A. L., Coutinho W. Transtornos alimentares e obesidade. Porto Alegre: Artmed; 2006.

VITOLLO, M. R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008.

Palavras-chave: Imagem Corporal; Ganho ponderal ; Gravidez ; Adolescência ; Transtornos Alimentares

A IMPORTÂNCIA DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA NA TERCEIRA IDADE

MARIA EFIGÊNIA SOARES DE CARVALHO; FABIANA DA SILVA SANTOS; DAIANA DO NASCIMENTO QUEIROZ DE AGUIAR; FABIANA FREITAS

¹ FABA - FACULDADE BEZERRA DE ARAUJO

soares.efigenia@oi.com.br

Introdução

A partir de suas aposentadorias, os idosos acabam sendo excluídos dos ambientes de relações interpessoais, perdem ou diminuem seus vínculos de amizade. O envelhecimento para ser bem-sucedido precisa ter capacidade funcional física e cognitiva e engajamento ativo com a vida, contudo essa exclusão acaba trazendo danos para saúde do idoso, podendo levar ao agravamento de doenças já existentes e desencadear outras como a depressão, uma enfermidade mental que compromete a qualidade de vida, podendo levar a desnutrição. O grupo de convivência ajuda esses idosos se sentirem mais valorizados e úteis, sendo incluído novamente na sociedade.

Objetivos

Articular a socialização de idosos a partir de 60 anos, com ações que promovam o bem-estar social, físico e mental. Realizar dinâmicas que os coloquem em movimento com alongamentos, danças, atividades motoras e psicológicas. Incentivar ao diálogo e troca de experiências, trabalhando com equipe multidisciplinar para atender as necessidades específicas de cada idoso.

Metodologia

O projeto foi iniciado com acadêmicos da graduação em Nutrição inseridos em atividades de saúde coletiva com abordagem na interação, comunicação e vivência na atividade. Os encontros semanais têm a importância do resgate do vínculo social e principalmente familiar, são realizados na instituição com duração aproximadamente de três horas, com apoio de treze acadêmicos e um profissional de Nutrição e enfermagem, com acompanhamento nutricional, aferição de pressão arterial, controle de glicemia e atividades em grupos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

O projeto teve início com a participação de quatro idosos, sendo duas mulheres e dois homens. Durante os encontros, as atividades realizadas geraram retorno de grande importância para os acadêmicos. Os idosos se demonstraram participativos em todas as atividades propostas, com alegria e espontaneidade. O número de idosos aumentou gradativamente ao decorrer das reuniões. No presente momento contamos com a colaboração de quinze idosos cadastrados no projeto de convivência da terceira idade. Contudo a vida cotidiana dos idosos não se resume apenas no grupo de convivência, mas na boa relação com os que o cercam.

Conclusão

A avaliação do Projeto do grupo de convivência da terceira idade tem se mostrado positiva, porquanto esta atividade possibilitou a criação de um campo para a prática da interação de acadêmicos com a terceira idade, desenvolvendo a prática da abordagem em grupo, além de conhecimento prático. Os grupos de terceira idade se fazem importantes para a fixação de idosos na sociedade com o apoio do convívio familiar, promovendo a proximidade de diferentes faixas etárias, favorecendo um ambiente propício para a inclusão social.

Referências

DALMOLIN, Indiara Sartori, et al. A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA COMO INSTRUMENTO PARA A INSERÇÃO SOCIAL DE IDOSOS. Disponível em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Sumario/6.1.14.pdf. Acesso em: 30 de setembro 2017

FLORINDO, Stella; et al. Depressão no Idoso: Diagnóstico, Tratamento e Benefícios da Atividade Física. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2544.pd>. Acesso em 30 de setembro 2017

LIMA, Francimar Mendes. Centro de convivência: A vida na terceira idade. Disponível em: www.dad.uem.br/monosemad/trabalhos acesso em 30 de setembro 2017

Palavras-chave: Idoso; Envelhecimento; Socialização

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO CONJUNTO ENTRE ATENÇÃO BÁSICA E CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

DAIANE TAÍS SCHWANTES; DEIZE CASSIANA SEIFERT

¹ GHC - Grupo Hospitalar Conceição

daiane_503@yahoo.com.br

Introdução

O cuidado integral em saúde se configura como uma perspectiva ampliada de olhar para o usuário a partir de suas múltiplas demandas. Nesse sentido, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria 3088 de 2011, propõe que pessoas com algum tipo de sofrimento mental e em uso de álcool e outras drogas, além de suas famílias, possam ter acesso a uma rede de atenção psicossocial com vários componentes, com vistas a garantir o cuidado qualificado em saúde. Um dos componentes dessa rede é o Centro de Atenção Psicossocial, que pode funcionar como uma porta de entrada para o serviço, e tem como proposta o desenvolvimento de atividades por uma equipe multiprofissional (BRASIL, 2013).

Objetivos

Propor reflexões sobre a importância e necessidade da interlocução entre Atenção Básica e Centro de Atenção Psicossocial no cuidado integral e longitudinal.

Metodologia

Relato de experiência através da reflexão crítica sobre a temática, a partir da inserção de duas profissionais da Atenção Básica em um Centro de Apoio Psicossocial, durante estágio curricular desenvolvido em um programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade.

Resultados

Foi possível observar que há uma predominância de olhares sobre as questões psicossociais dos usuários, em detrimento do olhar sobre a saúde integral, e um escasso contato entre os pontos da rede quando se trata de dialogar sobre as diversas práticas de cuidado. Ainda, a maioria dos usuários são hipermedicados e possuem diversas comorbidades – diabetes, hipertensão, obesidade. Os usuários são cuidados isoladamente em cada ponto e passam a ser divididos enquanto usuários de Centro de Atenção Psicossocial e de Atenção Básica, o mesmo ocorrendo quando um usuário da Atenção Básica é encaminhado para Atenção Especializada. Desta forma, o que se verifica é um “passar adiante” dos casos, que uma vez que não consigam ser resolvidos em um ponto de atenção, é encaminhado a outro, juntamente com a responsabilidade sobre o usuário.

Conclusão

Desta forma, verifica-se a necessidade da mobilização dos profissionais dos diversos pontos de atenção à saúde, bem como a revisão das políticas públicas. O cuidado sobre os usuários deve ocorrer de forma conjunta, isto é, o mesmo deve conseguir circular em todos os pontos de atenção e o caminho percorrido deve ser compartilhado entre os profissionais, de forma que o serviço seja resolutivo ao usuário. Além disso, importante fator a ser destacado é a necessidade de desmistificação da saúde mental, ainda pouco abordada entre os profissionais da Atenção Básica, que muitas vezes relatam o desconhecimento em relação à forma de abordagem dos sujeitos com transtornos mentais ou em uso de álcool e outras drogas, bem como seus familiares. Ainda, destaca-se a importância do Centro de Atenção Psicossocial enquanto campo de estágio do Programa de Saúde da Família e Comunidade da Residência Multiprofissional em Saúde, uma vez que este possibilita uma melhor percepção sobre os sujeitos e suas necessidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Palavras-chave: Atenção Primária; Integralidade; Saúde Mental

A IMPORTÂNCIA E O ACESSO AO ATENDIMENTO NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE SOB A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ARACAJU, SE

DANIELE DOS SANTOS OLIVEIRA; BÁRBARA LÚCIA FONSECA CHAGAS; ADRIANA CORREIA DOS SANTOS; ANDHRESSA FAGUNDES; SILVIA MARIA VOCI

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
adriana_soriso@hotmail.com

Introdução

A Atenção Básica consiste num conjunto de ações de saúde, na esfera individual ou coletiva, incluindo promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, localizadas no primeiro nível de atenção no sistema de saúde. Sendo assim, conhecer a percepção dos profissionais e usuários é de fundamental importância, pois através da opinião do indivíduo é possível avaliar a satisfação do mesmo e criar estratégias para melhoria do serviço público.

Objetivos

Analisar, a partir da percepção de profissionais e usuários do serviço de saúde, as ações de alimentação e nutrição e as demandas de atendimento nutricional em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Aracaju, Sergipe, bem como as dificuldades de acesso a tais serviços.

Metodologia

Foi realizado um estudo de corte transversal de caráter qualitativo. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram entrevistados 15 profissionais e 23 usuários de duas unidades de saúde de Aracaju-SE utilizando-se um roteiro semi-estruturado específico pré-testado e com gravação de áudio. Para a análise das informações foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, de Lefèvre e Lefèvre (2000) e para a análise dos discursos foi utilizado o software Quali Quanti Soft @ - SPI. O estudo foi submetido à avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob CAAE nº 64007616700005546.

Resultados

Os resultados obtidos mostraram que profissionais e usuários têm conhecimento da importância do nutricionista nas UBS. No entanto, profissionais apontaram problemas de gestão (80%) como a maior dificuldade para ampliar a atenção nutricional. Já para os usuários, as principais dificuldades para acessar esse serviço foram a burocracia (55%) e a falta de nutricionista (23%). Apesar de as unidades pesquisadas contarem com a presença de nutricionista, 20% dos profissionais entrevistados responderam negativamente, mostrando a desarticulação e falta de conhecimento dos demais profissionais a respeito dos serviços disponíveis na sua própria unidade de trabalho.

Conclusão

De acordo com a percepção dos entrevistados, a presença de um nutricionista é de suma importância para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, para a troca de informações e agregação de seu conhecimento aos demais profissionais na unidade, uma vez que a grande maioria dos participantes do estudo reconheceu sua incapacidade para lidar com o tema de alimentação e nutrição. No entanto, sua presença na equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família parece ser pouco divulgada. As principais dificuldades para profissionais e usuários em relação ao acesso a este serviço foram problemas com gestão e a burocracia, respectivamente.

Referências

BORELLI, M. et al. A inserção do nutricionista na Atenção Básica: uma proposta para o matriciamento da atenção nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2015.

GEUS, L. M. M.; MACIEL, C. S.; BURDA, I. C. A.; DAROS, S. J.; BATISTEL, S.; MARTINS, T. C. A.; FERREIRA, V. A.; DITTERICH, F. G. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 797-804, 2011.

GOMES, D. R.; MARTINS, P. C.; NERES, W. C. O nutricionista e a atenção básica: importância de sua atuação no núcleo de apoio à saúde da família. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 37, n.3, p. 553-70, 2013.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: Representações Sociais e Intervenções Comunicativas, 2014, 6 f. TCC (Graduação) - Curso de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (usp), São Paulo, 2014.

PIMENTEL, V. R. M.; SOUSA, M. F.; HAMANN, E. M.; MENDONÇA, A. V. M. Alimentação e nutrição na Estratégia Saúde da Família em cinco municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 49-57, 2014.

Palavras-chave: Atenção nutricional; Sistema Único de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Percepção

A INFLUÊNCIA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR SOBRE A DESNUTRIÇÃO EM IDOSOS DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

BÁRBARA REGES FEITOSA; ANDRESSA KÉTLLEN ARAÚJO DE OLIVEIRA; MARLUS HENRIQUE QUEIROZ PEREIRA; MARIA LUIZA AMORIM SENA PEREIRA; ANNE CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA; DÉBORA DOS SANTOS PEREIRA

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
bfeitosa71@gmail.com

Introdução

Um dos distúrbios nutricionais mais relevantes observados nos idosos é a desnutrição protéico-calórica, que está associada ao aumento da mortalidade, da susceptibilidade às infecções e quedas, bem como à redução da qualidade de vida. Estudos tem apontado em diversas faixas etárias que a desnutrição é uma repercussão importante de alguns estados de Insegurança Alimentar, principalmente os mais graves, quando ocorre uma diminuição tanto na qualidade como na quantidade dos alimentos e nutrientes ingeridos.

Objetivos

Conhecer a correlação entre a situação de Insegurança Alimentar e a desnutrição em idosos.

Metodologia

Estudo transversal, com coleta de dados primários, realizado com idosos cadastrados em duas Unidades de Saúde da Família, no município de Barreiras/Bahia. A coleta de dados sucedeu no período de fevereiro a setembro de 2017 com os seguintes instrumentos de coleta: Mini-Avaliação Nutricional, que classifica o idoso em risco para desnutrição, desnutrição ou estado nutricional satisfatório; e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que avalia o idoso no cenário de Segurança ou Insegurança (leve, moderada e grave). A análise dos dados foi realizada com o auxílio de programa estatístico e as variáveis foram expressas através de análise descritiva dos dados, com a distribuição da frequência, bem como através do teste de Correlação de Pearson. Além disso, o trabalho foi analisado e aprovado Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer: 1.447.361).

Resultados

Na USF foram entrevistados 95 idosos, com idade média de 71 anos, sendo a maioria do sexo feminino (66,3%). Mais da metade (58,9%) dos idosos estavam em Insegurança Alimentar, sendo que a maior prevalência foi em leve com 35,7%, seguido da moderada (12,6%) e da grave (10,5%). O estado nutricional segundo a Mini Avaliação Nutricional demonstrou que a maior prevalência foi de idosos bem nutridos (64,2%), seguido do risco de desnutrição (32,6%) e por último alguns idosos em desnutrição (3,2%). A análise da correlação entre o estado nutricional e a Insegurança Alimentar mostrou uma correlação negativa e fraca ($r = -0,217$; $p < 0,035$). A tendência aponta que quanto menor o grau de Insegurança Alimentar, menor incidência de desnutrição ou risco para desnutrição. Ou seja, possivelmente uma situação de Segurança Alimentar ou Insegurança leve oferecerá menos risco a um estado de desnutrição do que situações moderada e grave.

Conclusão

Com o presente estudo, foi possível notar que mais da metade dos idosos entrevistados se encontravam em Insegurança Alimentar e que essa condição apresenta correlação com a desnutrição ou risco de desnutrição, sendo estatisticamente significativa. Esse cenário indica que quanto maior o grau de Insegurança Alimentar, maior a chance do idoso de desenvolver a desnutrição.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF, 2014.

GUIGOZ, Y.; VELLAS, B. J.; GARRY, P. J. Mini Nutritional Assessment: a practical assessment tool for grading the nutritional state of elderly patients. **Facts Reserch in Gerontology**, v.4, n.2, p.15- 59, 1994.

Palavras-chave: Distúrbios nutricionais; Idoso; Insegurança Alimentar

A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA E DO MARKETING NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES DE ADOLESCENTES.

REGINA MARCIA SOARES CAVALCANTE; MARICELIA RABELO CAVALCANTE; FRANCINAYARA SOARES DA SILVA; LUCIANA LEAL LOPES BARROS

¹ UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
reginalunna@hotmail.com

Introdução

Dentre as necessidades fundamentais dos seres humanos, no que se refere à importância a alimentação fica atrás apenas da respiração e da ingestão de água. Por estarem entre as primeiras necessidades, os alimentos em si, passaram a representar algo de grande potencial para o mercado, uma vez que as indústrias do setor alimentar investem muito mais no desenvolvimento de novos produtos bem como na publicidade destes. Por isso que a publicidade é uma técnica cada vez mais usada para poder transmitir uma imagem, adquirir uma maior proximidade com o cliente e aumentar a venda dos produtos. Com a globalização e o desenvolvimento das indústrias do setor alimentar, o que se percebeu foi que as empresas que trabalham com esse ramo passaram a cada vez mais impor no mercado uma necessidade de obter vantagem por meio de uma relação que era estabelecida entre os seus produtos e os seus futuros consumidores

Objetivos

Avaliar a influência da propaganda e do marketing nos processos de escolhas alimentares dos adolescentes das escolas do município de Picos /Piauí/Brasil.

Metodologia

Estudo observacional do tipo transversal, com amostragem por conveniência, realizado nas escolas públicas do município de Picos/Piauí/Brasil, nos meses de abril e maio de 2015. Participaram do estudo 151 escolares adolescentes devidamente matriculados no 4º ao 8º ano do ensino fundamental, com idade entre 10 a 14 anos, de ambos os gêneros. Foram escolhidas aleatoriamente 4 escolas de um universo de 20 existentes no município. Os participantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e seus responsáveis o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados em questionário semiestruturado e analisados por meio do programa SPSS versão 20 . As variáveis quantitativas foram expressas através de média e desvio padrão e as variáveis categóricas foram descritas por meio de frequências absolutas e relativas

Resultados

Dos pesquisados, 57,6% eram do gênero feminino, e 42,4% do gênero masculino. A média de idade para meninas foi de $11,2 \pm 1,3$ anos e para os meninos de $10,8 \pm 1,2$. Em relação ao tempo de acesso aos aparelhos eletrônicos com tempo de 0 a 1 hora/dia, observou-se que 52,3% dos entrevistados acessavam o computador e 45,7% o celular, e a televisão 32,5%. Em contrapartida o tempo de maior acesso que é de 4 a 5 horas/dia, mostrou que a televisão possuía o maior percentual com 33,1% em relação ao celular e o computador com valores respectivos de 23,8% e 16,6%. No tocante a veículos de informações da propaganda preferidos, a televisão mais uma vez se destaca com 47,7%. Quanto ao que era considerado na hora da compra dos alimentos, primeiro se o mesmo era mais saudável 55%, o preço com 19,20% e com valores bem próximos seguem os produtos que apresentam rótulos com imagens atraentes e as promoções com 11,92% e 10,60% respectivamente e por ultimo fica a praticidade do produto com 3,31%. Em relação à forma como a propaganda atraia sua atenção 52,3% referiram que as propagandas que mais lhe chamavam atenção eram as com atividades familiares, seguindo as que traziam imagens com esportes com valores de 22,5%, as com que continham imagens de jovens com 18, 5%, finalizando as com automóveis com 6,6%.

Conclusão

Os meios de comunicação podem exercer importante influência nas escolhas dos alimentos pelos adolescentes bem como na formação dos seus hábitos alimentares, sendo a televisão o principal veículo de marketing e propaganda a desempenhar esta influência.

Referências

ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B. D.; QUAIOTI, T. C. B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. Revista Saúde Pública, São Paulo, v.36, n.3, p.353-355, 2002

HENRIQUES, P.; SALLY, E. O.; BURLANDY, L.; BEILER, R. M. Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.481-490, fevereiro de 2012.

MILANI, M.O.; GARLET, L.; ROMERO, G.G.; MATTOS, K.M. Influência da mídia nos hábitos alimentares de crianças: uma revisão da literatura. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, v. 5, n. 3 – 2015.

MOURA, N. C. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v.17, n.1, p.113-122, 2010.

Palavras-chave: Influência da mídia; Alimentação; Adolescência

A INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CONDIÇÕES CLÍNICAS GESTACIONAIS SOBRE A VARIAÇÃO DE PESO MATERNO DO PERÍODO PRÉ-GESTACIONAL ATÉ OS SEIS MESES PÓS-PARTO

BIANCA DA ROSA CAZAROTTO; CHARLES FRANCISCO FERREIRA; THIAGO BELTRAM MARCELINO; JULIANA ROMBALDI BERNARDI; MARCELO ZUBARAN GOLDANI; CLÉCIO HOMRICH DA SILVA

¹ UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

bianca.cazarotto@gmail.com

Introdução

Diante da epidemia mundial de obesidade, é necessária maior atenção às mulheres em idade fértil. Cerca de 25% das mulheres adultas no Brasil estão classificadas como obesas (IBGE, 2015). As complicações maternas decorrentes de peso excessivo incluem o aumento da taxa de cesarianas, de distúrbios hipertensivos, de *diabetes mellitus*, de retenção de peso e de adiposidade abdominal e risco aumentado para doenças cardiovasculares (GAILLARD, 2015; MCCLURE, 2013).

Objetivos

Avaliar a variação do peso materno pré-gestacional até seis meses após o parto conforme diferentes condições clínicas gestacionais com ambientes intrauterinos adversos.

Metodologia

Estudo observacional longitudinal realizado em três hospitais públicos de Porto Alegre e aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Grupo Hospitalar Conceição (11-0097 e 11-027). O recrutamento ocorreu entre 24-48 horas após o parto com a autorização via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas puérperas. Após a seleção da amostra, elas foram divididas em quatro grupos: tabagistas, diabéticas, hipertensas e controle, todas residentes em Porto Alegre. Foram excluídas mulheres soropositivas para síndrome da imunodeficiência humana, recém-nascidos gemelares, prematuros, com doenças congênitas ou que necessitaram de internação hospitalar. Regressões lineares múltiplas foram realizadas com a variação de peso materno (em quilogramas) como variável dependente e variáveis com características maternas (etnia, idade, renda familiar, estado civil, percepção de estresse, sintomas depressivos, escolaridade, índice de massa corporal), gestacionais e obstétricas (planejamento, prática de lactação, tipo de parto, orientação nutricional, ingestão calórica, atividade física), além dos grupos de ambientes intrauterinos como variáveis independentes, controladas para a variação de peso materno. Um método de redução foi aplicado ao nível de significância de 5% para produzir um modelo inclusivo e reduzido. Todas as variáveis foram inseridas e aquelas com menor associação ao desfecho foram excluídas. Todas as interações bidirecionais foram testadas.

Resultados

Foram analisadas 124 puérperas, com idade média de 29 anos (Intervalo de Confiança - IC=24,0-34,0). A mediana do peso pré-gestacional foi de 64,5Kg (IC=56,5-78,0) e índice de massa corporal pré-gestacional 25,3Kg/m² (IC=21,7-28,8). O tipo de parto vaginal e mães que receberam orientação nutricional durante a gestação apresentaram correlação positiva com o ganho de peso materno 6 meses após o parto. O grupo de mulheres com doença hipertensiva apresentou associação estatisticamente significativa com maior índice de massa corporal pré-gestacional.

Conclusão

O estado de hipertensão e o índice de massa corporal pré-gestacional classificado como sobrepeso, apresentaram correlação positiva com o ganho de peso materno 6 meses após o parto.

Referências

GAILLARD, R. Maternal obesity during pregnancy and cardiovascular development and disease in the offspring. *Eur J Epidemiol*, v. 30, n. 11, p. 1141-52, Nov 2015. ISSN 1573-7284.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2013: Ciclos de vida - Brasil e grandes regiões. RENDIMENTO, C. D. T. E. Rio de Janeiro 2015.

MCCLURE, C. K. et al. Associations between gestational weight gain and BMI, abdominal adiposity, and traditional measures of cardiometabolic risk in mothers 8 y postpartum. *Am J Clin Nutr*, v. 98, n. 5, p. 1218-25, Nov 2013. ISSN

1938-3207.

Palavras-chave: HIPERTENSÃO ARTERIAL; ÍNDICE DE MASSA CORPORAL; PERÍODO PÓS-PARTO; PESO CORPORAL

A INFLUÊNCIA DO MARKETING NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR INFANTIL E A ESCOLA COMO EXECUTORA DA LEGISLAÇÃO NA PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA - SP, 2015.

PAULA CRISTINA DA SILVA; ÉRICA FOGAÇA MIRAVETTI; MARCELA CRISTOFOLETTI SARTO; JOSEANE ALMEIDA SANTOS NOBRE; GLENYS MABEL CABALLERO CORDOBA

¹ FAM - Faculdade de Americana, ² SMENO - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Nova Odessa
pcspaulinha2@yahoo.com.br

Introdução

O marketing infantil refere-se ao marketing de produtos e serviços voltados ao público infantil. Apesar de quase sempre a criança depender dos pais para financiar suas compras, dependendo de sua faixa etária, ela pode assumir diferentes papéis de compra: apenas consumidora, influenciadora, da compra ou até ser considerada decisória, mesmo que o recurso venha dos pais (COSTA, 2011). É durante a infância que a criança começa a ligar a imagem da marca às suas preferências e começa a desenvolver a lealdade à marca, nessa fase o meio social em que a criança está inserida e as primeiras experiências de consumo, são determinantes para o futuro adulto e para o seu comportamento enquanto consumidor (CHECHELAKY, 2014). Na perspectiva da Educação Alimentar e Nutricional, a escola propicia o processo por meio do fornecimento da alimentação, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2006, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.010, cujo principal objetivo foi o de instituir diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio, a fim de favorecer a adoção de hábitos saudáveis no ambiente escolar. Para este fim, foi indicada a necessidade de incorporação do tema "alimentação saudável" no projeto pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano (BRASIL, 2006). É papel das escolas, atribuído pelo PNAE, dar exemplo do que deve ser uma alimentação saudável. Orienta-se aos dirigentes escolares a avaliação dos alimentos que são oferecidos na merenda escolar, evitando assim a incoerência entre informações e conhecimentos em alimentação saudável oferecidos na sala de aula e as práticas alimentares realizadas no ambiente escolar (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Objetivos

Determinar a influência do marketing infantil no comportamento alimentar de escolares, e verificar a percepção de diretores (as) das escolas participantes quanto a execução e efetivação da Portaria Interministerial nº 1010.

Metodologia

Estudo transversal com características qualitativas e quantitativas, realizado com 503 escolares entre 8 a 12 anos, de escolas da rede pública no município de Nova Odessa – SP. O projeto foi aprovado pela Secretaria de Educação do município de Nova Odessa – SP, e somente participaram pré-escolares cujos responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O questionário utilizado relacionava a influência da mídia, das marcas e logotipos de produtos alimentícios na alimentação dos escolares e o questionário da percepção e execução da efetivação da legislação pelos diretores (as).

Resultados

A amostra foi de maioria feminina com 54,8%, a maioria dos pais das crianças 64% costuma atender aos pedidos de compra dos filhos, os alimentos mais solicitados para compra pelos escolares foram de baixo valor nutritivo, o logotipo mais reconhecido pelos escolares com 90,2% foi o Mc Donald's®, A frequência alimentar mostrou que o consumo de alimentos ricos em açúcares e gorduras foi bem considerável e que alimentos como frutas, hortaliças e vegetais são pouco consumidos. As diretrizes da legislação Portaria interministerial nº 1.010 é pouco aplicada no ambiente escolar.

Conclusão

Conclui-se que o marketing alimentar infantil tem influência no comportamento alimentar de crianças, favorecendo o consumo de alimentos com baixo valor nutritivo, e a maioria das escolas não executam a legislação.

Referências

ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B.; QUAIOTI, T. C.CB. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. Rev Saúde Pública. v 36 n 353-355, 2012.

AQUINO, C, R; PHILIPPI, T, S. Consumo infantil de alimentos industrializados e renda familiar na cidade de São Paulo. Rev Saúde Pública, v. 36 65-60, 2002.

BORGES, M. M.; PAULA, S. C. Comportamento do Consumidor Infantil: Influências no Processo de Decisão de Compra dos Adultos. Guaratinguetá, 2008. 79p.

BRASIL., Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Intitui as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006b. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 maio 2006.

BRUCE, A. S, et al. Brain Responses to Food Logos in Obese and Healthy Weight Children. The Journal of Ped. v 162, n 759-764, 2013.

CHECHELAKY, N.A.W; CORREA, D.M. O consumismo infantil e suas consequências. Caderno Intersaberes, vol. 3, n.4, p.53-69, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CNSAN). Alimentação e Educação Nutricional nas Escolas e Creches. 2004.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. Rev. Nutr, Campinas, v.14, n 3, p.225-9, 2011.

GAMBARDELLA AMD, FRUTUOSO MFP, FRANCHI C. Prática alimentar de adolescentes. Rev. Nutrição Campinas. 12(1): 55-63, 2009.

HASTINGS, G. et al. Review of the Research on the Effects of Food Promotion to Children. Glasgow: Centre for Social Marketing; 2013.

MIOTTO, A. C, OLIVEIRA, A. F. A influência da mídia nos hábitos alimentares de crianças de baixa renda do Projeto Nutrir. Rev Paul Ped. v.24 n 115-12, 2006.

MORÉ, A. D. Propaganda e publicidade de alimentos no Brasil [dissertação de mestrado]. Piracicaba: Universidade de São Paulo; 2012.

NETO, V. R. A. MELO, S. N. Fatores de influência no comportamento de compra de alimentos por crianças. Ver. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.2, p.441-455, 2013.

PIEDRAS, R, E. Vulnerabilidade ou resistência? Um panorama da questão do consumo infantil de alimentos permeado pelo marketing e a mídia. PPGCOM–ESPM, Comunicação, Mídia e Consumo, 2013.

RIBEIRO, C, L, A. Marketing e publicidade-influência no consumo alimentar de crianças. Faculdade Ciências da Saúde. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2013.

SANTOS, A.M. Obesidade infantil e mídia: as ofertas da televisão alimentando a doença. Revista Digital Comunicação & Saúde - v.1, 2013.

Palavras-chave: Marketing infantil; Comportamento alimentar; Influência; Hábitos alimentares

A INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA NO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS EM ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL AMBULATORIAL

MARIANA NOBREGA DE OLIVEIRA; BETTINA GERKEN BRASIL; LUIZA ANTONIAZZI GOUVEIA; SILVIA SABONGI FERRAZ AYROSA; FERNANDO MAGRI SANTOS; LARISSA DA ROCHA

¹ UNIP - Universidade Paulista
professora@bettinagerken.com

Introdução

Sabe-se que a prática de atividade física está diretamente relacionada ao estado nutricional de qualquer indivíduo e em sua qualidade de vida, principalmente em idosos. A atividade física, além de manter a integridade física nessa população, pode ajudar no controle das doenças comuns nessa fase, como diabetes mellitus, hipertensão, dislipidemias e obesidade. Além disso, a prática de atividade física previne a perda da massa muscular esquelética, um importante problema do envelhecimento. A prática de atividade física, juntamente com hábito alimentar saudável pode promover envelhecimento sadio nos indivíduos.

Objetivos

Avaliar associação entre o nível de atividade física e estado nutricional e Doenças Crônicas Não Transmissíveis em idosos em atendimento ambulatorial.

Metodologia

Este projeto é um estudo prospectivo, transversal e descritivo, com dados secundários, realizados por meio de coleta em registro de prontuário. Faz parte de um projeto multidisciplinar sobre Saúde do Idoso desenvolvido em clínicas escola de nutrição no município de São Paulo. Foram coletados dados dos acompanhamentos ambulatoriais de 49 pacientes durante o ano de 2016. Destes idosos, 29 apresentaram prontuários com todos os dados necessários para o trabalho, como hipótese diagnóstica, avaliação nutricional, classificação do estado nutricional pelo IMC adaptado para idade, nível de atividade física avaliado pelo IPAQ curto (International Physical Activity Questionnaire), pressão arterial, colesterol e glicemia. O projeto "Saúde do Idoso" foi aprovado sob o CAAE 60581616.7.0000.5512. Todos os idosos assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar do projeto.

Resultados

A partir das análises de qui quadrado, as variáveis de estado nutricional e nível de atividade física apresentaram associação positiva ($\chi^2=17,11$) e estatisticamente significativa ($p=0,0289$). Foram avaliados 29 idosos, sendo que a maioria dos idosos se encontram na faixa etária dos 60 aos 75 anos de idade, sendo o sexo feminino com a maior representatividade (79,3%), a maioria destes idosos encontra-se com nível de atividade física classificado como ativo (55,2%) e 44,8% tem seu estado nutricional classificado como excesso de peso e a doença mais presente é a hipertensão arterial sistêmica (69%).

Conclusão

Com o presente estudo foi possível identificar que pacientes com maior IMC apresentaram maior o nível de atividade física. Isso pode ser explicado considerando que os idosos com o IMC elevado estão no acompanhamento ambulatorial em busca de uma melhora no seu quadro geral de saúde, o que inclui a perda de peso e a melhora no seu estado nutricional.

Referências

CAVALCANTI, C. L.; GONÇALVES, M. R.; ASCIUTTI, L. S. R.; CAVALCANTI, A. L.; Prevalência de doenças crônicas e estado nutricional em um grupo de idosos brasileiros. Rev. salud pública. Novembro 2009.

MATSUDO, S. M., MATSUDO, V. K. R., NETO, T. L. B. Impacto do Envelhecimento nas Variáveis Antropométricas Neuromotoras e Metabólicas da Aptidão Física. Revista Brasileira de Ciência e Movimento 2000; 8 (4):21-32.

MATSUDO, S. M.M; Envelhecimento, atividade física e saúde. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) n.47 São Paulo abr. 2009

VITOLLO, M. R.; Nutrição: da Gestação ao Envelhecimento. 2 ed. Rio de Janeiro, 2015.

Palavras-chave: saúde do idoso; avaliação nutricional; nível de atividade física; estado nutricional

A INGESTÃO DE FRUTOSE POR RATOS WISTAR ADULTOS PROGRAMADOS POR DIETA HIPERLIPÍDICA PERINATAL DESEQUILIBRA O BALANÇO OXIDATIVO E IMPACTA SOBRE O METABOLISMO ENERGÉTICO

ALINE FONSECA PEREIRA DE SOUZA; ROSIANE APARECIDA MIRANDA; LORRAINE SOARES DE OLIVEIRA;
JULIANA WOYAMES; LUANA LOPES DE SOUZA; CARMEN CABANELAS PAZOS-MOURA

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
alinefpsouza@gmail.com

Introdução

A dieta materna pode influenciar o metabolismo da prole programando para um fenótipo obesogênico e favorecer o desenvolvimento de doenças crônicas na vida adulta destes. Ademais, a ingestão de frutose tem sido relacionada à maior incidência de obesidade e danos hepáticos e seu consumo poderia contribuir para desfechos metabólicos desfavoráveis agravando os efeitos da dieta materna.

Objetivos

Avaliar os efeitos da frutose sobre o metabolismo energético e oxidativo hepático de prole de ratos adultos cujas mães receberam dieta hiperlipídica (DH) ou dieta padrão comercial normolipídica (DP) no período perinatal.

Metodologia

Ratos Wistar fêmeas receberam dieta padrão (9%) (DPm) ou hiperlipídica (29%) (DHm) por 8 semanas previamente ao acasalamento, durante a gestação e lactação. Após o desmame, as proles receberam DP e entre 120 e 150 dias de idade, receberam água ou água com frutose (15%). As análises foram realizadas com os ratos machos de ambas as proles totalizando 46 animais divididos em 4 grupos experimentais DPm/água, DPm/frutose, DHm/água e DHm/frutose. Foram utilizados Two-Way ANOVA e pós-teste de Tukey nas análises estatísticas, sendo considerado significativo quando $p < 0,05$. Este estudo foi aprovado previamente pelo Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA) processo: 01200.001568/2013-87 em 13/01/2016.

Resultados

A prole adulta DHm apresentou maior peso corporal (3.5%), gordura mesentérica (21%), hiperglicemia (6.1%), hepatomegalia (6%) e hiperleptinemia (40.3%) em relação a prole DPm, independente da oferta de frutose. A ingestão de Frutose aumentou os triglicerídeos séricos e a massa hepática nas proles DPm (2.2x/1.2x) e DHm (1.7x/1.8x) em comparação com os animais das respectivas proles que ingeriram apenas água. Ademais, gerou alterações no teste de tolerância oral à glicose, pico hiperglicêmico após 15 minutos da administração de glicose e hiperinsulinemia sérica nas proles DPm/frutose (1,21x/1,27x) e DHm/frutose (1,27x/1,29x) em relação aos respectivos grupos DPm/água e DHm/água. Contudo, a prole DHm/frutose apresentou elevação de HOMA- β superior à prole DPm/frutose (1,3x/1,08x) sugerindo piora na capacidade funcional das células beta pancreáticas na prole cujas mães receberam DH. Avaliamos marcadores lipogênicos chaves no fígado destes animais, a prole DPm/frutose apresentou aumento das enzimas ácido graxo sintase (2x) e da acetyl-coA carboxilase total e fosforilada (3x/2,8x) em comparação a prole DPm/água; a prole DHm/frutose apresentou aumento da enzima ácido graxo sintase (1,3x) e desequilíbrio na razão acetyl-coA carboxilase total (elevação de 2x) e fosforilada (redução de 0,5x) em relação a DHm/água, resultando em disfunção na inibição desta enzima e maior lipogênese na prole DHm. Ademais, a frutose foi capaz de reduzir a atividade enzimática da glutathione peroxidase hepática apenas na prole DHm (21%). A frutose aumentou a carbonilação de proteínas (3.8x) e os tióis totais (1.2x) em ambas as proles, aumentando o estresse oxidativo em ambos os grupos e agravando esse desequilíbrio no grupo DHm por maior inibição da atividade antioxidante.

Conclusão

A dieta hiperlipídica materna perinatal altera os efeitos da ingestão de frutose sobre o metabolismo energético intensificando seu efeito negativo na defesa antioxidante hepática e favorecendo maior lipogênese e alterações na homeostase glicêmica. Esses dados destacam o impacto da dieta materna no padrão de resposta metabólica da prole na vida adulta.

Referências

AALTONEN, Jonna et al. Impact of maternal diet during pregnancy and breastfeeding on infant metabolic programming: a prospective randomized controlled study. *European journal of clinical nutrition*, v. 65, n. 1, p. 10, 2011.

ASHINO, Nicole G. et al. Maternal high-fat feeding through pregnancy and lactation predisposes mouse offspring to molecular insulin resistance and fatty liver. *The Journal of nutritional biochemistry*, v. 23, n. 4, p. 341-348, 2012.

BARKER, David JP. The origins of the developmental origins theory. *Journal of internal medicine*, v. 261, n. 5, p. 412-417, 2007.

FRANCO, Juliana. G. et al. Maternal high-fat diet induces obesity and adrenal and thyroid dysfunction in male rat offspring at weaning. *The Journal of physiology*, v. 590, n. 21, p. 5503-5518, 2012.

OLIVEIRA, Lorraine S. et al. Perinatal maternal high-fat diet promotes alterations in hepatic lipid metabolism and resistance to the hypolipidemic effect of fish oil in adolescent rat offspring. *Molecular nutrition & food research*, v. 60, n. 11, p. 2493-2504, 2016.

Palavras-chave: dieta hiperlipídica; estresse oxidativo; frutose; metabolismo energético; programação metabólica

A INTERSETORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: AGRICULTURA FAMILIAR EM FOCO EM MUNICÍPIOS GOIANOS

TAINÁ AMÉLIA SANTANA MARCHEWICZ; IVALDO DE SOUSA MOREIRA; FERNANDA CABRAL FIDÉLIS PEREIRA;
RICARDO DE SIQUEIRA CAMARGO; KARINE ANUSCA MARTINS; CAMILA PATRÍCIA DE SOUZA ARAÚJO

¹ CECANE UFG - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás
marchewicz.taina@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar configura-se como instrumento estratégico de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, de grande abrangência e relevância referenciada internacionalmente. O instrumento que orienta e normatiza as atividades vinculadas ao Programa estão previstas na Lei 11.947 (BRASIL, 2009). Esta lei destaca em suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, com destaque no Artigo 14 que recomenda que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação deverá ser utilizado na aquisição de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações. A intersectorialidade é considerada como a integração de diversos setores para a consecução das ações públicas, considerando as especificidades de cada área e indo além de cada setor, buscando superar a fragmentação das práticas nas políticas sociais e dessa forma proporcionando eficiência para atingir os objetivos e resultados (BELLINI et al, 2014).

Objetivos

Descrever a experiência vivenciada no desenvolvimento da ação intitulada “Monitoramento e Assessoria ao Estado e aos Municípios Goianos”, realizada em 26 municípios, com foco na agricultura familiar.

Metodologia

As atividades de visita *in loco* para monitoramento e assessoria foram realizadas entre 24 de abril e 29 de setembro de 2017 pelos monitores/agentes do PNAE. Foram coordenadas pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e visaram o aprimoramento do Programa. Foi realizada a aplicação de questionários a todos os atores sociais, visita às escolas, encontro de formação e elaboração de plano de ação para cada um dos municípios, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob protocolo CAAE: 70168917.7.0000.5083, de 22/06/2017.

Resultados

Os resultados evidenciaram uma grande dificuldade em cumprir o que estabelece a Resolução CD/FNDE nº 26 (BRASIL, 2013). Do total dos municípios visitados, apenas seis (23,08%) municípios alcançam o percentual de 30% na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. De um modo geral, nos demais, há dificuldades na comercialização de produtos para a alimentação escolar. A maioria dos entraves se dá pela ausência de mapeamento da produção dos agricultores familiares, ausência do Serviço de Inspeção Municipal, distanciamento dos gestores públicos, instrumentos de comunicação e de divulgação inadequados, desconhecimento por parte dos agricultores familiares locais, instrumentos de articulação insuficiente entre os atores sociais envolvidos no Programa e excesso de burocratização aplicada à compra de alimentos da agricultura familiar.

Conclusão

Naqueles municípios que alcançaram o percentual recomendado de comercialização da agricultura familiar ao Programa, percebeu-se que a intersectorialidade entre os atores sociais possibilitou melhor diálogo entre a secretaria de educação, setor de compras, nutricionistas e agricultores familiares. Além disso, tem possibilitado a descentralização das tomadas de decisões e, conseqüentemente, tende a contribuir para uma eficiente execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios.

Referências

BELLINI, M. I. B.; FALER, Camilia S.; SCHERER, Patricia T.; DE JESUS, Tiana B.; ASERGO, Livia R.; VIEIRA, Ana L. de M. Políticas públicas e intersectorialidade em debate. In: SIPINF - Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional, 2014, Porto Alegre. Anais do I SIPINF - Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: desafios éticos no

ensino, na pesquisa e na formação profissional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. v.1.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: . Acesso em: 02 out 2017.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Alimentação escolar; Intersetorialidade

A PRESENÇA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM UMA OCUPAÇÃO PRÓ-MORADIA

KENIA MÁXIMO DOS SANTOS; ELLEN HELENA COELHO; SABRINA DANIELA LOPES VIANA

¹ UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo

sabrinadlv@gmail.com

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O Direito Humano à Alimentação Adequada refere-se ao direito de estar livre da fome e da má nutrição e o acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Objetivos

Verificar as características socioeconômicas, o estado nutricional e o nível de segurança alimentar de famílias residentes em uma ocupação pró moradia.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UNASP sob o parecer no 1.729.121 e realizada com 40 famílias moradoras de uma ocupação localizada na zona sul de São Paulo- SP. A pesquisa consistiu em avaliação nutricional dos moradores e em entrevistas com os responsáveis pela família. Para a avaliação do estado nutricional utilizou-se o método antropométrico preconizado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde. A entrevista foi baseada em dois instrumentos: o questionário de Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa do Brasil (ABEP) e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Resultados

Os dados coletados demonstraram que a idade dos moradores da ocupação avaliados variou entre 2 e 59 anos, sendo a idade média de 25,2 (+15,8). Dos chefes de família, apenas 17,5% tinham o ensino médio completo. A média de moradores na casa foi de quatro pessoas e verificou-se que 47,5% das famílias se enquadravam na classe D e 32,5% na classe C2, 12,5% na classe E, e 7,5% na classe C1. Cerca de 12% dos domicílios não tinham banheiro e 10% não tinham geladeira. Mais da metade das famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e a média salarial, incluindo o benefício social, foi de R\$ 1.134,60 por família. Em relação ao estado nutricional, verificou-se que a prevalência dos desvios nutricionais entre crianças e adolescentes da ocupação estudada foi entre 11% e 13,4%. No entanto, 53% do público adulto apresentou algum desvio: baixo peso (11%) ou excesso de peso (42%). Cerca de 82,5% das famílias estavam em situação de insegurança alimentar, sendo 32,5% em insegurança alimentar moderada (redução quantitativa de alimentos entre os adultos), 25% em insegurança alimentar leve (preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos) e 25% em insegurança alimentar grave (redução quantitativa de alimentos entre adultos e crianças e/ou privação de alimentos). Ao relacionar o nível de segurança alimentar com renda, classe social, escolaridade e número de moradores, as correlações (respectivamente, $r = -0,38$, $+0,33$, $+0,25$ e $-0,10$) foram fracas ou inexistentes.

Conclusão

Apesar das diferenças de classes, as características socioeconômicas entre as famílias são próximas, diferindo principalmente ao número de bens; os desvios nutricionais tiveram maior prevalência na população adulta, coincidindo com a fala dos responsáveis sobre a prioridade de alimentar as crianças quando os alimentos são limitados. Por fim, a pesquisa mostrou a presença de insegurança alimentar e nutricional na maior parte das famílias entrevistadas.

Referências

ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério de Classificação Econômica Brasil. Disponível em: . Acesso em 18 ago. 2016.

BRASIL. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Brasília: CONSEA. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e

Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: . Acesso em 14 jun. 2016

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: . Acesso em 18 ago 2016.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Estado Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada

A PREVALÊNCIA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM CENTRO DE NUTRIÇÃO SOCIAL

JULIANA MOTA DE SOUZA; JAQUELINE GIRNOS SONATI

¹ UNITAU - Universidade de Taubaté, ² CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
jujumotasouza@gmail.com

Introdução

O Aleitamento Materno Exclusivo é definido como sendo aquele em que a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos. A Organização Mundial da Saúde, após avaliar os benefícios do Aleitamento Materno Exclusivo recomenda, o mesmo até os 6 meses de idade. O leite materno é capaz de suprir as necessidades nutricionais da criança nos primeiros seis meses, contém todos os nutrientes essenciais para o seu crescimento e o desenvolvimento. Um dos benefícios do leite materno é a prevenção do posterior desenvolvimento de obesidade, através do desenvolvimento da auto-regulação da ingestão energética e programação metabólica e da herança genética dos pais e/ou o ambiente familiar. Mesmo com tantas evidências sobre a superioridade do leite materno, a prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo no Brasil tem sido inadequada, com menores percentuais na região Norte, Sul e Sudeste e média de 54,11 dias.

Objetivos

Avaliar a prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo durante o período recomendado e a sua duração média em pacientes atendidos no Centro de Educação Alimentar e Terapia Nutricional, da Universidade de Taubaté – Taubaté/SP.

Metodologia

Este trabalho é de caráter transversal, retrospectivo, descritivo e de abordagem quantitativa. Foi realizado no Centro de Educação Alimentar e Terapia Nutricional, da Universidade de Taubaté, Taubaté/SP. Os dados foram coletados a partir dos prontuários de pacientes com idade entre 5 a 10 anos, ano de nascimento igual ou superior a 2001, que já passaram por atendimento nutricional no período de 2007 a setembro de 2017, sendo utilizadas as informações obtidas na primeira consulta. Os dados foram computados e tratados por meio de análise estatística em Excel. (Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa: 68735417.5.0000.5501).

Resultados

Foram obtidos os dados de 214 sujeitos. Dentre estes, 12,62% não receberam Aleitamento Materno Exclusivo; 44,86% receberam por menos de 6 meses, 8,88% receberam por 7 meses ou mais e apenas 33,64% das crianças receberam durante 6 meses. A média de duração de Aleitamento Materno Exclusivo foi de 4,05 meses, enquanto a mediana foi de 5 meses.

Conclusão

Com base nos dados obtidos foi possível concluir que a minoria da amostra recebeu Aleitamento Materno Exclusivo durante o período recomendado, e que a mediana e a média de duração encontram-se, também, abaixo do recomendado, porém acima da média brasileira.

Referências

- DEWEY, K. G. Is breastfeeding protective against child obesity? *Journal of Human Lactation*. Volume 19, p. 9 - 18 2003.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. 1ª Edição. Brasília – DF. 2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Caderno de Atenção Básica, nº 23. Brasília, DF. 2009.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. The Optimal Duration Of Exclusive Breastfeeding. Report Of An Expert Consultation. Geneva, Suíça. 2001.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Necessidades Nutricionais; Obesidade

A ROTINA ALIMENTAR PELA CHAMADA NUTRICIONAL DE IDOSOS NUM MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE.

PAULA ROSANE VIEIRA GUIMARÃES; MARAIZA SABINO SPILERE; RITA SUSELAINE VIEIRA RIBEIRO; FABIANE MACIEL FABRIS; SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ; ANA PAULA AGUIAR MILANEZ

¹ UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, ² SMS - CRICIÚMA - Secretaria Municipal de Saúde - Criciúma, ³ SMS - COCAL - Secretaria Municipal de Saúde de Cocal do Sul

paulag@unesc.net

Introdução

No Brasil o Ministério da Saúde, através do estatuto do idoso, assegura os direitos da pessoa idosa definindo a idade de classificação para idoso aquela pessoa com 60 anos ou mais. O Guia Alimentar para a População Brasileira, (2014) afirma que os padrões de alimentação estão mudando, e as principais mudanças estão relacionadas a substituição de alimentos in natura ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras) e as preparações culinárias que usam como base esses alimentos por produtos industrializados prontos para consumo. Essa situação já está sendo muito comum no Brasil e traz entre outras consequências o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias. Um envelhecimento saudável está diretamente relacionado com a manutenção de um estado nutricional adequado e uma alimentação equilibrada.

Objetivos

Este estudo teve como objetivo avaliar a rotina de refeições pelos marcadores de consumo alimentar do SISVAN em idosos participantes da Chamada Nutricional.

Metodologia

Projeto aprovado no CEP da Unesc sob parecer nº: 1.022.556/2015. Na sequência foi organizada capacitação para os acadêmicos voluntários vinculados ao curso de nutrição da UNESC. Estudo transversal de abordagem quantitativa, descritivo, não probabilístico e censitário com coleta de dados primários. A coleta de dados ocorreu nas 6 ESFs no dia D da vacinação contra Influenza e em 4 grupos de idosos. Os instrumentos para coleta de dados foram o questionário de marcadores de consumo alimentar do SISVAN-2015 e um questionário elaborado pelos pesquisadores. O banco de dados e análises foram realizados através do programa estatístico SPSS versão 22.0.

Resultados

Dos 122 idosos entrevistados 50,8% eram do sexo feminino, 95% usuários do SUS, 21,3% relataram ter sofrido alguma queda no ano anterior e destes 50% tiveram alguma fratura como consequência. Dentre as idosas 64,5% realizaram o exame de mamografia no ano anterior a entrevista. O hábito de realizar as refeições mexendo no celular e/ou no computador ou assistindo televisão foi relatado por 35,2% dos idosos. No levantamento sobre o número de refeições 31,1% realizam cinco refeições ao dia. Quanto ao consumo de feijão 55,7% relataram consumo no dia anterior, 84,4% consumo de frutas e 82% consumo de verduras. Os alimentos ultraprocessados variaram entre os alimentos citados de 21,3% no consumo de Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados a 41% no consumo de bebidas adoçadas como refrigerantes e sucos de caixinha.

Conclusão

Observou-se o consumo de diversos alimentos ultraprocessados sem considerar a influência que o ambiente e a rotina das refeições têm sobre sua saúde. Percebeu-se a necessidade de orientação quanto a regra de ouro do Guia alimentar no consumo de alimentos in natura e/ou minimamente processados e a atitude de evitar alimentos ultraprocessados. Acredita-se que o estudo será útil na elaboração de ações de prevenção e promoção da alimentação adequada e saudável neste município ou em qualquer outra região que exista o interesse no cuidado com a saúde. O uso dos marcadores de consumo alimentar se mostrou como instrumento estratégico para o planejamento de ações e educação alimentar e nutricional, em especial dos idosos, melhorando seu estilo de vida, visto ser uma população que cresce a cada ano.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília, DF.,2015. Disponível em: . Acesso em: 01jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília, DF., 2014. Disponível em: . Acesso em: 31 maio 2016.

CARVALHO, Ana Paula Lambrecht de; ZANARDO, Vivian Polachini Skzypek. Consumo de água e outros líquidos em adultos e idosos residentes no município de Erechim – Rio Grande do Sul. Rev. Perspectiva, Erechim, v. 34, n. 125, p.117-126, mar. 2010. Disponível em: . Acesso em: 21 maio 2016.

CAVALCANTI, Christiane Leite et al. Prevalência de doenças crônicas e estado nutricional em um grupo de idosos brasileiros. Rev. Salud Pública, João Pessoa, v. 11, n. 6, p.865-877, dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 13 fev. 2016.

CELICH, Kátia Lilian Sedrez et al. Fatores que predispõem às quedas em idosos. Rev. Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano - Rbceh, Passo Fundo, v. 7, n. 3, p.419-426, set./dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 11 mar. 2016.

Palavras-chave: Nutrição; Ultraprocessados; Idosos; Chamada Nutricional

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA RELAÇÃO COM OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E CONCEPÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

VANESSA SCHOTTZ RODRIGUES; CLAUDIA JOB SCHMITT

¹ UFRJ MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Macaé, ² CPDA - UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
vanessaschottz32@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado o mais antigo programa federal de alimentação e nutrição no Brasil. Em 2016, o programa atendeu quarenta e três milhões de escolares por dia, tendo sido aplicados recursos federais da ordem de três bilhões e meio de reais. O PNAE cumpriu distintas funções nas agendas de governo em função dos diferentes modelos de desenvolvimento em curso e das concepções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Objetivos

Analisar a trajetória histórica do PNAE, buscando identificar as principais controvérsias e os momentos em que houve mudanças importantes em seu desenho institucional.

Metodologia

A revisão bibliográfica envolveu a leitura e sistematização de artigos em periódicos, livros, dissertações e teses e. Também foram efetuadas pesquisa e análise documental (documentos oficiais do governo federal, relatórios e outros documentos públicos sobre o programa, além do seu marco legal.

Resultados

As mudanças ocorridas no PNAE podem ser agrupadas em quatro momentos históricos: i) (1954 a 1971) - Em um contexto internacional de superssafras estadunidenses, as escolas públicas brasileiras foram vistas como um meio rápido de escoamento dos excedentes agrícolas. Foram distribuídos aos escolares alimentos até então, pouco usuais na cultura alimentar brasileira, como o leite em pó; ii) (1972 a 1993) conformação de um programa com recursos nacionais e gestão centralizada no governo federal. Um dos principais marcos foi a substituição do leite em pó por alimentos “formulados” (sopas e mingaus, que requeriam apenas a adição de água em seu preparo). A oferta desses “formulados” nas escolas foi alvo de inúmeras críticas por parte de nutricionistas que os consideravam de baixo valor nutricional e extremamente caros, além de serem produzidos por um número restrito de empresas nacionais de grande porte. iii) (1994 a 2002) - descentralização do programa com transferência de recursos e da gestão para os estados e municípios. Nesse período, a Coordenação do PNAE publicou algumas normativas que caminharam na contramão dos interesses da indústria de alimentos que pressionava pela manutenção da oferta de produtos “formulados”, ao definir que os recursos do programa deveriam ser destinados, prioritariamente, para a aquisição de alimentos básicos. iv) (A partir de 2003) - o PNAE passa a ocupar um espaço estratégico na agenda governamental de SAN institucionalizada, em 2006, na Lei Orgânica (LOSAN). O marco legal do PNAE, aprovado em 2009, incorporou algumas dimensões estratégicas para a promoção da SAN: o reconhecimento da alimentação escolar como direito humano; a ampliação do atendimento para o ensino médio e de jovens e adultos; a valorização da cultura alimentar e dos alimentos regionais e; a destinação de no mínimo 30% dos recursos para a aquisição direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar e/ou suas organizações.

Conclusão

Ao longo da sua trajetória, o PNAE passou por mudanças em seus objetivos, desenho institucional e mecanismos de execução. As controvérsias relacionadas aos mecanismos de compra e à qualidade nutricional dos alimentos oferecidos aos escolares estiveram presentes em diferentes momentos da vida institucional do programa. A integração do PNAE a uma agenda governamental de SAN contribuiu para consolidar uma visão da alimentação escolar enquanto um direito humano capaz de estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis e de modelos de produção de alimentos mais justos e sustentáveis.

Referências

COIMBRA, M. Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição. Relatório Técnico. Brasília, 1981.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Recomendações ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: CONSEA (Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada), 2005. 23p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/recomendacoes/2005>

MALUF, R. Compras governamentais para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. n.27. 2009.

PEIXINHO, A.M.L. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Dissertação (Mestrado Profissional). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011. 133 p

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Segurança Alimentar e Nutricional, 16(Supl. 2):20-42, 2009.

VASCONCELOS, F. A. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Rev. Nutr., Campinas, V. 18 n.4 p.439-457, jul./ago., 2005.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação

A TRANSIÇÃO NUTRICIONAL E A INTERDISCIPLINARIDADE

CLENISE MARIA REIS CAPELLANI DOS SANTOS; OSCAR KENJI NIHEI

¹ UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Foz do Iguaçu
clenisemcs@gmail.com

Introdução

A transição nutricional no Brasil, tem mostrado a convivência da redução da Desnutrição associada ao excesso de peso. Este monitoramento do perfil nutricional tem direcionado as políticas públicas e ações de promoção de saúde pelo governo Federal. As estratégias utilizadas para a redução da desnutrição fizeram efeito, porém a má-alimentação associada a hábitos incorretos de alimentação contribuíram para aumento da prevalência de obesidade. Hoje o cenário nutricional brasileiro, acompanha tendência de fenômeno mundial, conhecido como transição nutricional.

Objetivos

Neste trabalho objetivou-se realizar uma revisão bibliográfica narrativa sobre como a transição nutricional tem acontecido no país e procura demonstrar a importância das políticas públicas neste papel bem como a interdisciplinaridade pode atuar para a melhoria deste números.

Metodologia

Estudo descritivo qualitativo procurou buscar na literatura e em fontes científicas dados sobre desnutrição e obesidade disponível em pesquisas já realizadas e disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento, desenvolvimento e gestão.

Resultados

A prevalência da desnutrição no Brasil de 1996 para 2006/07 foi reduzida em cerca de 50%. Dois terços dessa redução poderiam ser atribuídos à evolução dos seguintes fatores: aumento da escolaridade materna; crescimento do poder aquisitivo das famílias; expansão da assistência à saúde e à melhoria nas condições de saneamento. A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008 – 2009, detectou que a desnutrição caiu e o peso das crianças brasileiras hoje ultrapassa o padrão internacional, ao mesmo tempo que, 1 em cada 3 crianças de 5 a 9 anos estão acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde. A altura inadequada para a idade que é um importante indicador de desnutrição infantil, caiu, em meninos, de 29,3% para 7,2%, de 1974-1975 a 2008-2009, e de 26,7% para 7,2% nas meninas. Por outro lado, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, houve aumento do excesso de peso na faixa de 10 a 19 anos de idade tanto para meninos como para meninas. Meninos e rapazes passaram de 3,7% (1974-1975) para 21,7% (2008-2009) e meninas e moças passaram de 7,6% para 19,4%, respectivamente. As ações de Saúde no modelo atual da Atenção Básica buscam sair da perspectiva medicalizante e centrar em prioridades de ações de promoção e prevenção de saúde tem hoje a interdisciplinaridade como premissa de atendimento a criança com caráter integrado e preventivo.

Conclusão

No Brasil, as mudanças no padrão de saúde motivadas principalmente por modificações no consumo de alimentos têm demonstrado que as transformações vão do aumento do excesso de peso em todas as camadas sociais da população até a redução da pobreza e estão ligadas as políticas de saúde. Além disso, a interdisciplinaridade tem exigido novos olhares para os programas e ações em saúde, na busca por decisões que abrangem várias áreas do conhecimento bem como ações conjuntas e não mais individualizadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em 29/08/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Aquisição alimentar per capita Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2010.

Palavras-chave: Hábito alimentar; Obesidade; Promoção da saúde

A UTILIZAÇÃO DA ARTE ESTÊNCIL COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA ENTRE JOVENS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

AMÁBELA DE AVELAR CORDEIRO; LUCIANA DRUMMOND PAZ VERONA; ELLIZ CELESTRINI MANGABEIRA;
THAIS SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA

¹ UFRJ-CAMPUS MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² PESQUISADORA - Fundação Coppetec, ³ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ⁴ NUTRICIONISTA - Nutricionista
amabelaavelar@gmail.com

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional com jovens constitui um desafio no contexto da promoção da saúde e da alimentação adequada. Em seu percurso histórico, tem na sua gênese o objetivo de produzir e disponibilizar informações para os sujeitos, os quais compreendemos hoje como atores. Sendo assim, as estratégias de educação em saúde devem valorizar o protagonismo dos jovens na produção de conhecimentos por meio de reflexões e ações conectadas às diversas realidades. Diante desse desafio, o movimento Comer Pra Quê?(CPQ) dedicou-se à criação de estratégias de educação e mobilização das juventudes em torno do tema da alimentação pela ótica do direito humano à alimentação adequada, envolvendo a participação ativa de jovens e representantes de instituições que atuam nas áreas da juventude, saúde, assistência social e alimentação e nutrição. Foram criados espaços virtuais de comunicação e produzidos materiais audiovisuais para provocar o debate e a problematização sobre dez temas mobilizadores, contribuindo para ampliar as consciências sobre eles.

Objetivos

Apresentar a experiência de utilização da arte estêncil para expressão da percepção de jovens sobre alimentação como ação política a partir de diálogos provocados pelos materiais do CPQ.

Metodologia

Foram desenvolvidas quatro atividades denominadas Encontros Criativos (EC) sobre os temas água; sustentabilidade do sistema alimentar; publicidade e propaganda de alimentos, em abril e maio de 2017, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A programação dos EC se desenvolvia com a apresentação da técnica estêncil (aplicação de forma gráfica a uma superfície), seguida de diálogos sobre um tema mobilizador com utilização dos materiais audiovisuais do CPQ e produção de estêncil sobre o tema em camisetas e/ou sacolas reutilizáveis. Os debates eram iniciados com perguntas relativas aos temas do CPQ, como por exemplo: “Você come propaganda?”. Cada atividade contou com três mediadores, sendo um deles responsável pelo registro das falas e impressões dos jovens em roteiro de observação e formulário de avaliação. Os participantes assinaram TCLE.

Resultados

Participaram dos EC 56 jovens, com idade variando entre 15 e 29 anos, que se demonstraram motivados ao diálogo e interessados pela possibilidade de se expressar e criar por meio da arte estêncil. O estêncil é versátil, tem baixo custo, e potencial de replicação em outros materiais. Um ponto de destaque observado foram as preferências de expressão predominantes em função da idade dos participantes: desenho com pouca ou nenhuma escrita (mais novos) e frase com pouco ou nenhum desenho (mais velhos). Da avaliação geral da atividade pelos participantes, destacam-se termos como: “*inspirador*”, “*criativo*”, “*divertido*”, “*diálogo*” e “*reflexão*”. *A necessidade de aprofundamento prévio sobre os temas mobilizadores do CPQ e sobre as perguntas norteadoras das reflexões referentes à cada um destes, é o ponto que merece atenção segundo percepção dos mediadores e do observador, como forma de estimular participação ativa dos jovens na discussão.*

Conclusão

As produções dos jovens durante os Encontros Criativos foram valorizadas, por um lado, em razão da utilidade das camisetas e bolsas como objeto de consumo, e por outro, pelo papel comunicacional identitário que a indumentária exerce na cultura juvenil, à medida que carregaram consigo peças de uso pessoal com potencial de fazer circular mensagens e gerar a reflexão sobre a alimentação na sociedade contemporânea.

Referências

Palavras-chave: *Educação Alimentar e Nutricional; Juventude; Arte; Protagonismo; Metodologias Ativas*

ABORDAGEM DO TEMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL POR EDUCADORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO CRISTÓVÃO - SE

ROSE CLÉSIA OLIVEIRA DOS SANTOS; ADRIANA CORREIA DOS SANTOS; SILVIA MARIA VOICI

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe

adriana_soriso@hotmail.com

Introdução

O conhecimento de professores de ensino fundamental e médio para o desenvolvimento de ações educativas sobre alimentação saudável aplicadas no âmbito escolar mostra-se uma ferramenta eficaz para medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças, uma vez que é na infância que se constroem os primeiros hábitos alimentares que irão consequentemente refletir no estado nutricional futuro.

Objetivos

Identificar se e como atividades sobre o tema de alimentação saudável são desenvolvidas por educadores no âmbito escolar, bem como a opinião destes sobre o tema.

Metodologia

O estudo transversal, qualitativo, foi conduzido com 29 educadores de quatro escolas públicas de ensino fundamental do município de São Cristóvão, SE, selecionadas por conveniência. Os educadores foram pessoalmente entrevistados utilizando-se formulário com perguntas sobre a sua opinião acerca do tema da alimentação saudável e as principais dificuldades em trabalhá-lo. As questões subjetivas tiveram suas respostas categorizadas a posteriori, sendo analisadas descritivamente em Excel. O trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe, sob CAAE n.º 52721015.7.0000.5546.

Resultados

Pode-se observar que todos os entrevistados consideravam importante abordar temas de alimentação saudável em suas aulas; 97% destes manifestaram interesse de ter obtido em sua formação assuntos relacionados à alimentação e nutrição, com a finalidade de transmitir para os seus alunos, porém, apesar de 93 % dos docentes considerarem-se agentes transformadores neste sentido, apenas 41,4% disseram trabalhar o tema em suas aulas, sendo que 45% do total não se sentiam preparados para tanto. As principais barreiras apontadas por todos foram: a falta de capacitação e de material didático (69% e 52%, respectivamente); e falta de conhecimento; 76% utilizavam website como fontes de atualização no tema. Em relação à qualidade de alimentação oferecida na escola, 62% dos entrevistados consideraram a alimentação escolar pouco saudável e 31% afirmaram que os lanches ofertados eram péssimos /não saudáveis, gerando uma incongruência entre a teoria e a prática ofertada neste contexto.

Conclusão

Embora todos os educadores tenham considerado importante abordar temas de alimentação saudável em suas aulas, menos da metade o faziam e quando abordavam era com bastante dificuldade e de modo incipiente. A falta de conhecimento e de materiais didáticos mostrou-se como um dos principais limitantes para essa prática. Tal fato aponta para a necessidade de ações voltadas à formação dos educadores para que estes trabalhem o tema da alimentação saudável e desenvolvam seu papel potencialmente importante na formação de hábitos alimentares saudáveis nos escolares.

Referências

VALIM, L. L. S.; GOULART, R. M. M. Avaliação do Conhecimento e das Atividades Desenvolvidas por Professores de Escolas Públicas de dois Municípios de São Paulo em Relação à Promoção de Alimentação Saudável. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2011. Relatório de Pesquisa. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjrr4bgv5PMAhVBg5AKHa5qDqYQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uscs.edu.br%2Fpesquisasacademicas%2Fimages%2Fdownload_inici_cientifica%2Fprof_ritagoular_e_leticial_eiko_sau_nut.pdf&usg=AFQjCNHk5GwenYihRB0IQwPizhInnS2bA&sig2=twcxnshsvGu3uVXT78Olow:>

mar 2016.

BRASIL. Pesquisa Nacional de Saúde: Percepção do Estado de Saúde, Estilo de Vida e Doenças Crônicas. Brasília: Ministério da Saúde/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE)/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>. Acesso em 16 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 11 abril. 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Gestão de Recursos Federais – Manual para Agentes Públicos. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2016.

RETONDARIO. A., NADAL. J. Conhecimento de professores de uma escola estadual sobre o programa nacional de alimentação escolar e a formação de hábitos e práticas alimentares. Revista *nutrir*.vol,1.n,2. Ponta Grossa. 2015

Palavras-chave: educação pública; saúde escolar; educação alimentar e nutricional; prática pedagógica

ABORDAGENS PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE NOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS DO SESC.

LILIAN GULLO DE ALMEIDA; INGRID PEREIRA DE OLIVEIRA; ANA LÚCIA VIEIRA; JANE MARQUES JUSTO;
CLAUDIA MARCIA RAMOS ROSENO; RENE DE CASTRO LOPO NETO

¹ SESC/DN - Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional

lalmeida@sesc.com.br

Introdução

A prevalência da obesidade infantil e suas consequências é um dos maiores desafios de saúde para o século XXI. Em seu enfrentamento, são valorizadas estratégias intersectoriais de prevenção e controle da obesidade, objetivando a criação de condições ambientais e sociais facilitadoras de escolhas saudáveis. A escola é reconhecida como um ambiente privilegiado de atuação pelo seu potencial de promover a saúde das crianças e adolescentes, suas famílias e comunidades. Orientado pelo arcabouço teórico- metodológico da promoção da saúde, o Sesc vem estruturando, nas escolas de educação infantil em 15 Estados, uma abordagem que parte da avaliação do estado nutricional dos alunos e avança para a integração entre corpo docente e nutricionistas na compreensão da realidade sócio sanitária encontrada, visando a concepção e sistematização de atividades pedagógicas e nutricionais para a redução do índice de excesso de peso e para a promoção da alimentação saudável.

Objetivos

Sistematizar abordagens estratégicas de prevenção da obesidade infantil e promoção da alimentação saudável nos espaços escolares, visando reduzir o índice de excesso de peso infantil em alunos participantes do projeto de Avaliação do Perfil Nutricional dos Alunos das Escolas Sesc - AvanSesc, na faixa etária entre 3 e 6 anos.

Metodologia

A iniciativa envolve medidas estruturantes como a contratação de nutricionistas com dedicação exclusiva para cada escola e a formação continuada desses profissionais e das equipes docentes, para a compreensão integrada dos contextos sócio-sanitários e das propostas de ação sobre essa realidade. Quanto às atividades de caráter educativo são desenvolvidas oficinas culinárias, hortas pedagógicas e materiais de apoio didático-pedagógico para promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, são servidos às crianças cardápios saudáveis, cujas orientações de preparo fazem parte das ações desenvolvidas junto aos responsáveis. Esse conjunto de ações é coordenado pelos nutricionistas.

Resultados

Em 2017 o Projeto alcançou 18 escolas em 14 estados, atendendo 4167 alunos de 185 turmas. Foram contratados e capacitados consoante protocolo do projeto 18 nutricionistas (40 horas semanais). As escolas implantaram hortas e desenvolveram atividades lúdico-pedagógicas, além de oficinas com temas voltados à alimentação saudável. Os relatos dos responsáveis e corpo docente quanto à reeducação alimentar referem a prioridade de escolhas com melhor qualidade nutricional. Esse comportamento aponta para um impacto direto na composição corporal.

Conclusão

A Educação Infantil é o segmento de maior impacto do projeto, com a perspectiva de resultados mais expressivos, uma vez que é nesta fase que a criança alcança autonomia para participar de atividades em grupo e manifesta interesse pela integração com crianças de mesma idade. A educação alimentar e nutricional desenvolvida propicia a formação alimentar e a construção de hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida. Para o êxito da proposta é fundamental assegurar a integração entre nutricionistas e corpo docente. Visando a consolidação gradativa da iniciativa, é indispensável avançar na avaliação de efetividade e na difusão de seus resultados, não só para as decisões no âmbito institucional, mas considerando a abrangência e capilaridade do Sesc, também para contribuir com os esforços coletivos para a prevenção da obesidade infantil no país.

Referências

GUO, S.S.; CHUMLEA, W.C. Tracking of body mass index in children in relation to overweight in adulthood. The American Journal of Clinical Nutrition, Rockville, v. 70, n. 1, p. 145S-8S, July 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**. Rio de

Janeiro, [2009?]. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2014.

MELLO, E. D.; LUFT, V.C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, RS, v. 80, n. 3, p. 173-182, maio/jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília, DF, 2014. 158 p.

PELLICCIARI, I. R. C. Perfil clínico e laboratorial de pacientes pediátricos obesos atendidos no Programa MAIS (Modelo de Alimentação Infantil Saudável) e sua relação com a qualidade de vida. Disponível em:< www.unidas.org.br/biblioteca/premio/455>. Acesso em: 24 set. 2014.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Aluno; Escolas; Obesidade; Promoção da saúde

ACEITABILIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAIS DA ZONA RURAL DE IGARASSU – PE

TACIANA FERNANDA DOS SANTOS FERNANDES; BÁRBARA LUIZA DIAS QUEIROZ GALVÃO; JANUSA IESA DE LUCENA ALVES VASCONCÉLOS

¹ FSM - Faculdade São Miguel
profajanusa@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exerce influência no estado nutricional do público infantil e adolescente participantes do programa. Fatores como: Higiene, utensílios, temperatura, local adequado, preparações harmoniosas, e em boa quantidade, interferem na aceitação e estabelece o grau de qualidade da alimentação oferecida pelas unidades de ensino. O teste de aceitabilidade permite avaliação da preferência dos alimentos, como também evita o desperdício de recursos públicos na compra de alimentos rejeitados. (SCHERER et al., 2013), (BRASIL, 2010).

Objetivos

Analisar a aceitabilidade da alimentação escolar de unidades de ensino municipal da zona rural de Igarassu-PE.

Metodologia

Foram analisados os registros da Secretaria de Educação de 9 escolas. Informações quanto a aceitabilidade da alimentação escolar dos alunos da educação básica, do 3º ao 9º ano que foram coletados no primeiro semestre de 2016. A coleta foi realizada a partir de fontes secundárias. O método utilizado para avaliação da aceitabilidade foi o para conhecer os motivos da Adesão ou não à Alimentação escolar disponibilizado no Manual dos testes de aceitabilidade (BRASIL, 2010), que caracteriza como aceitável, percentuais \geq a 85%, que foram aplicados pela Nutricionista do município. As respostas de cada indivíduo foram analisadas isoladamente. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva a partir da utilização do programa Epi Info - 6. O projeto foi avaliado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos e aprovado conforme número CAAE: 66455517.9.0000.5532.

Resultados

Dos alunos que informaram comer a alimentação oferecida pela escola, 52,3% (n=68) informaram consumir 5 vezes por semana. Dentre os alunos que participaram desta pesquisa, 67,7% responderam que sim, estando esse resultado abaixo do recomendado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar de 85%. Os alimentos mais aceitos foram refeições compostas por tubérculos e proteínas, frutas, biscoitos e bolachas e refeições com cuscuz, o resultado positivo para essas refeições, pode ter sido motivado pela familiaridade do consumo desses alimentos em casa pelos alunos, principalmente por se tratar de localidades onde predomina o plantio, como também pode estar associado aos hábitos nordestinos. No que se feriu ao tamanho das filas, 42% dos alunos responderam que acha a distribuição demorada por ter filas grandes. 74,6% responderam achar o local onde é servida a refeição, confortável. Verificou-se uma pequena parte dos alunos entrevistados costumam realizar compras de alimentos na cantina. Esses alunos relataram ter como escolha na hora da compra: doces, salgadinhos, pipocas e picolé. Outros locais como barracas e mercados foram citados como ponto de compra. Entre os alimentos referidos na compra são os principais, salgadinhos, pipocas, doces e biscoitos. Entre os que relataram comprar alimentos em outros locais, o motivo citado em maior percentual foi " Quando não traz lanche de casa."

Conclusão

A aceitabilidade da alimentação escolar nas unidades escolares avaliadas foi baixa 67,7%. Os aspectos relacionados a utensílios, temperatura e local da refeição, tiveram bons percentuais de aprovação. A baixa ausência de cantinas, favorece a adesão da alimentação escolar, no entanto, diversos alunos relataram a compra de alimentos em outros locais, como também informaram levar de casa, o que mostra a necessidade de educação nutricional nas escolas

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cartilha Nacional de alimentação escolar. Brasília, DF.2015. 88 p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE. Brasília, DF.2010. 56 p.

SCHERER K.W; TEO C.R.P.A. Adesão e Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Município de São Carlos (SC). Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>>. Acesso em: 05 set. 2016.

Palavras-chave: Aceitabilidade; Alimentação escolar; Merenda escolar

ACURÁCIA DA AUTOPERCEÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE NA PREDIÇÃO DE MORBIDADES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE

PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES; ANA PAULA MURARO; NAIARA FERRAZ MOREIRA; MÁRCIA GONÇALVES FERREIRA; ROSANGELA ALVES PEREIRA

¹ UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, ² UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, ³ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
prmr84@gmail.com

Introdução

No Brasil, assim como em outros países, as doenças crônicas não transmissíveis predominam como as principais causas de morte (BRASIL, 2011; WHO, 2014). Nesse contexto, a autopercepção do estado de saúde tem sido considerada um importante indicador de saúde avaliado nos inquéritos populacionais, sendo uma medida subjetiva, que combina componentes físicos, emocionais e nível de satisfação com a vida (PERES et al., 2010). Essa medida pode ser obtida por meio de uma pergunta simplificada e tem apresentado bons níveis de predição de morbi-mortalidade (KONDO et al., 2009).

Objetivos

Avaliar a acurácia da autopercepção do estado de saúde na detecção de morbidades na população brasileira.

Metodologia

Estudo transversal, com dados da Pesquisa Nacional de Saúde, inquérito de base domiciliar, com representatividade nacional, realizado em 2013 no Brasil, incluindo indivíduos com ≥ 18 anos de idade (BRASIL, 2015). A autopercepção do estado de saúde foi obtida com a pergunta “Em geral, como o(a) sr(a) avalia a sua saúde?”, com cinco opções de resposta: muito boa, boa, regular, ruim e muito ruim, agrupadas em Boa (muito boa e boa) e Regular/Ruim (ruim e muito ruim). As medidas de peso e estatura foram utilizadas para calcular o índice de massa corporal, sendo a condição de peso classificada de acordo com a faixa etária e para as análises os resultados foram agrupados sem excesso de peso (baixo peso e peso adequado) e com excesso de peso (sobrepeso e obesidade). A hipertensão arterial sistêmica foi diagnosticada considerando a medida da pressão arterial sistólica ≥ 140 mmHg ou medida diastólica ≥ 90 mmHg, assim como o relato de uso de medicamentos para controlar a pressão arterial nos últimos 15 dias. A prevalência de Diabetes Mellitus e hipercolesterolemia autorreferidas foram obtidas por meio das perguntas “Algum médico já lhe deu o diagnóstico de diabetes?” e “Algum médico já lhe deu o diagnóstico de colesterol alto?”, respectivamente. Nas estimativas considerou-se a amostragem complexa e o efeito do desenho do estudo, desenvolvendo-se análise de sensibilidade e especificidade da pergunta simplificada utilizada na avaliação do estado de saúde para detecção dos casos de excesso de peso corporal, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e hipercolesterolemia. O inquérito foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para Seres Humanos, do Ministério da Saúde, sob o Parecer no 328.159, de 26 de junho de 2013.

Resultados

Foram avaliados 60202 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino (52,9%) e na faixa etária de 20 a 59 anos (77,1%). Com relação à autopercepção do estado de saúde, 66,1% (Intervalo de Confiança de 95% [IC95%]: 65,5; 66,8) relataram ter boa saúde, 28,0% (IC95%: 27,4; 28,7) ter um estado de saúde regular e 5,8% (IC95%: 5,5; 6,1) percebiam ter um estado de saúde ruim. A percepção de estado de saúde como ruim foi maior entre as mulheres comparadas aos homens (6,7 vs 4,8%, $p < 0,01$), foi positivamente associada ao aumento da idade ($p < 0,01$) e inversamente associada ao nível de escolaridade ($p < 0,01$). Para detecção de morbidades, a pergunta simplificada apresentou sensibilidade e especificidade de 50,4% e 71,6%, respectivamente, para hipertensão arterial sistêmica; 37,0% e 67,0% para excesso de peso corporal; 71,8% e 67,2% para Diabetes Mellitus; e 56,8% e 68,1% para hipercolesterolemia.

Conclusão

A autopercepção do estado de saúde apresentou boa acurácia na detecção de morbidades na população brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde: 2013. **Ciclos de Vida**. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde.

Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília, 2011.

KONDO, N.; SEMBAJWE, G.; KAWACHI, I.; VAN DAM, R. M.; SUBRAMANIAN, S. V.; YAMAGATA, Z. Income inequality, mortality, and self-rated health: meta-analysis of multilevel studies. **BMJ**, v. 339, p. b4471, 2009.

PERES, M. A.; MASIERO, A. V.; LONGO, G. Z.; ROCHA, G. C.; MATOS, I. B.; NAJNIE, K.; OLIVEIRA, M. C.; ARRUDA, M. P.; PERES, K. G. Auto-avaliação de saúde em adultos no sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 5, p. 901-11, 2010.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on noncommunicable diseases 2014.** Geneva: World Health Organization, 2014.

Palavras-chave: Autopercepção de saúde; Predição de morbidades; Acurácia; População brasileira

AÇÃO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CUIABÁ, MATO GROSSO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

LIDIANY RAMOS SENA; JULIANA ROSA SALVADOR DA CUNHA; PALOMA CECÍLIA QUEIROZ FERREIRA; CAMILA DE ALMEIDA TEIXEIRA; SÍLVIA REGINA DE LIMA

¹ UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

jurosalvador@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar possui como diretriz a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2013). Os hábitos alimentares são formados principalmente na infância e tendem a se manter ao longo da vida, desta forma, a escola é um espaço privilegiado para a construção e a consolidação de práticas alimentares saudáveis em crianças, pois é um ambiente no qual atividades voltadas à educação em saúde podem apresentar grande repercussão (ZANCUL, 2008; YOKOTA et al., 2010). Dado o atual estágio de prevalência de excesso de peso em escolares, faz-se necessário desenvolver ações que priorizem orientações visando a incorporação de maior variedade de alimentos *in natura* na dieta habitual dos alunos.

Objetivos

Estimular os alunos da escola a pequenas mudanças para o consumo de alimentos saudáveis em suas refeições diárias e destacar a importância da higiene das mãos antes das refeições na prevenção de doenças transmitidas por microrganismos.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem quali-quantitativa por meio de um roteiro semiestruturado de questões abertas, autorizada pela responsável pela escola, que assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A escola visitada, cadastrada no Programa Nacional de Alimentação Escolar, possui 245 alunos, de 6 a 12 anos. A ação foi executada em três etapas: na primeira, realizou-se avaliação nutricional em 44 alunos do sexto ano, onde foram coletados peso (quilograma) e altura (metro), avaliados pelos indicadores Índice de Massa Corporal por idade e estatura por idade. Na segunda, foram realizadas ações educativas com todos os alunos da escola, separados em duas turmas por período (matutino e vespertino), por meio de: teatro interativo sobre os malefícios do consumo de alimentos ultraprocessados e os benefícios do consumo de frutas e hortaliças; dinâmica da caixa surpresa, onde 12 alunos de cada turma, com os olhos vendados, identificariam 12 alimentos *in natura* através do tato e olfato; dinâmica do glitter, que se disseminava entre as mãos dos alunos assim como as bactérias, para estimular a higienização das mãos. A terceira etapa foi a elaboração de um mural interativo para os responsáveis pelos alunos, incentivando o vínculo familiar durante as refeições e a preparação de refeições saudáveis.

Resultados

O sexto ano da escola possui 21 alunos do sexo masculino e 23 do sexo feminino. De acordo com o Índice de Massa Corporal por idade, 40,9% deles foram diagnosticados com excesso de peso, sendo 33% nos alunos de sexo masculino e 48% nos de sexo feminino. No índice estatura por idade, todos foram diagnosticados como eutróficos. Entre as dinâmicas realizadas, foi observado, na caixa surpresa, que mais da metade dos alunos participantes de cada turma não soube identificar os alimentos pelo tato e olfato, o que evidencia uma falta de contato com alimentos *in natura*. Foi observado grande deslumbre por parte dos alunos em relação à disseminação de bactérias pelas mãos.

Conclusão

Foi encontrada uma alta prevalência de excesso de peso entre os alunos avaliados e pouco conhecimento sobre alimentos saudáveis. O Programa Nacional de Alimentação Escolar deve receber maior atenção do governo municipal para a promoção de saúde e prevenção de doenças relacionadas à má alimentação, pois ações de educação alimentar e nutricional são bem aceitas pelos alunos e podem auxiliar no controle e redução de doenças.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. In: Diário Oficial da União. Brasília, 2013.

YOKOTA, R. T.C et. al. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010.

ZANCUL, M. S. Orientação nutricional e alimentar dentro da escola: Formação de conceitos e mudanças de comportamento. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Nutricionais) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Escolares; Programa Nacional de Alimentação Escolar

AÇÃO EDUCATIVA COM PANCS E ESPECIARIAS PARA ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

VICTOR DE SOUSA RIBEIRO; RENATA SANTOS PEREIRA MACHADO; SILVANIA URTIGA DA COSTA; SONIA MARIA DO LIVRAMENTO BORBA

¹ UFRJ E UNISUAM - Universidade Federal do Rio de Janeiro e Centro Universitário Augusto Motta
viktorribeiro93@gmail.com

Introdução

As Plantas Alimentícias Não Convencionais, as chamadas PANCS, são frutos, frutas, flores, folhas, rizomas, sementes e outras estruturas ou partes das plantas que podem ser consumidos pelo homem in natura ou após algum tipo de preparo culinário, que muitas vezes são desconhecidos ou não utilizados como alimento usualmente. De modo geral, são plantas negligenciadas pelo comércio já que seus consumidores, em sua grande maioria, desconhecem quais espécies poderiam ser consumidas e como poderiam prepará-las), algumas embora já fossem conhecidas como hortaliças comestíveis ou não-convencionais, ervas ou plantas daninhas comestíveis.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo demonstrar as funções e características sensoriais, olfativas e visuais das plantas alimentícias não convencionais para crianças de escolas municipais do Rio de Janeiro em atividade comemorativa do Dia da Árvore no Horto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Metodologia

A metodologia utilizada foi exposição e demonstração das plantas, entre os alunos de uma escola pública no estado do Rio de Janeiro, mediante termo de consentimento livre e esclarecido. Passaram pelo circuito 100 alunos do ensino fundamental provenientes de cinco escolas. Os alunos passaram por um circuito com 3 etapas: na visual, havia PANCS no estande, e eles deveriam falar quais plantas encontradas sob a mesa eles conheciam, e receber orientação geral de todas; na etapa olfativa havia um jogo de análise sensorial de especiarias, tendo sido utilizados pequenos copos vedados com furos em cima somente para passar o odor de algumas especiarias, não sendo possível visualizar o conteúdo dentro, em uma tentativa das crianças ou adolescentes adivinharem qual dos temperos se encontravam dentro dos copos, ; e a etapa do conhecimento, onde explicávamos as formas de substituição das plantas na culinária, diferentes formas de preparações e seus benefícios. Todas as plantas utilizadas eram provenientes do Horto da UFRJ e foram cultivadas de forma orgânica sem o uso de agrotóxicos e com água de reuso da chuva. As espécies selecionadas para atividade foram *drymaria cordata* (cordão de sapo), *oxalis corymbosa* (azedinha ou trevo), *portulaca oleracea* (beldroega), *pereskia aculeata miller* (ora-pro-nobis), *citrus reticulata* (folha de tangerina) e *theobroma sphaerocarpon* (folha e fruto de cacau). As especiarias usadas para análise sensorial foram cravo, canela, orégano, pimenta, manjerição, gengibre, salsa e coentro.

Resultados

O resultado dessa apresentação foi muito positivo, pois os alunos corresponderam as nossas expectativas: respondendo a todas as perguntas, participando ativamente das atividades propostas, sendo bastante interativos, e por fim saíram querendo ensinar aos seus pais as preparações possíveis das plantas. As crianças puderam ter uma experiência sensorial inovadora, conheceram como é por exemplo o cacau por dentro, seu aroma, muitos viram pela primeira vez de onde vem o chocolate. Se mostraram bastante interessados e surpresos com as PANCS e mesmo com as especiarias, muitas eram desconhecidas para eles.

Conclusão

Nesse processo de ensinamentos pudemos perceber a importância das plantas alimentares não convencionais, de uma forma que podemos substituir as de costume e ensinando as crianças que é possível substituir e ser saboroso também. Além de que o consumo das plantas, pode ser estratégia para manter a diversificação alimentar. E as crianças conseguiram diferenciar plantas alimentícias das que não devem ser consumidas ou tóxicas.

Referências

(ORG.), Marília Elisa Becker Kelen et al. PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCS): HORTALIÇAS ESPONTÂNEAS E NATIVAS. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. 44 p.

Plantas alimentícias não convencionais (Pancs) colocam a biodiversidade na mesa. Disponível em: . Acesso em: 15 abr.

2016.

Plantas não convencionais (PANCs). Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2016.

61ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 2009, Manaus. Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs): uma Riqueza Negligenciada. Manaus: Fiocruz, 2009. 4 p. Disponível em: . Acesso em: 14 Não é um mês valido! 2017.

ALEIXO, Ailin. PANCs: a importância das plantas alimentícias não convencionais. Disponível em: . Acesso em: 19 set. 2017.

ALEIXO, Ailin. PANCs: a importância das plantas alimentícias não convencionais. Disponível em: . Acesso em: 03 ago. 2016.

Palavras-chave: PANCS; plantas alimentícias não convencionais; especiarias; educação alimentar e nutricional.

ACÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS: A REALIDADE DE MUNICÍPIOS GOIANOS

NÁGYLLA THAMYRIS BESSA DAS NEVES; GIOVANNA ANGELA LEONEL OLIVEIRA; THAIS DE PAULA MARQUES; KARINE ANUSCA MARTINS; LUCILENE MARIA DE SOUSA

¹ FANUT UFG - Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, ² CECANE UFG - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás
nagybessa@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política pública universal que atua, dentre outras ações, por meio do fornecimento da alimentação saudável e adequada nas escolas e na realização das ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2009; 2013). A Educação Alimentar e Nutricional é um “*campo de conhecimento de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional com vistas a promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis*”(BRASIL, 2012). A efetivação da prática das ações de alimentação e nutrição nas escolas propicia a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, com vistas a garantir a Segurança Alimentar e o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável.

Objetivos

Avaliar a realização de ações de alimentação e nutrição em municípios goianos.

Metodologia

Estudo transversal, parte do projeto matriz intitulado “*Monitoramento e Assessoria aos municípios goiano*” desenvolvido pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, da Universidade Federal de Goiás. Duas duplas de monitores do Centro Colaborador constituída por um engenheiro agrônomo e um nutricionista realizaram visita in loco aos municípios goianos, selecionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no período de abril a setembro de 2017. Foram entrevistados os nutricionistas responsáveis técnicos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar por meio da aplicação de um questionário estruturado, a qual permitiu realizar o levantamento das ações educativas desenvolvidas com a comunidade escolar. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética de Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás sob protocolo: 70168917.7.0000.5083, de 22/06/2017 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Foram visitados 24 municípios, destes 8,33% (n=2) não possuíam nutricionistas responsáveis técnicos pelo Programa. E dos que tinham nutricionistas 20,83% (n=5) não realizavam atividades de educação alimentar e nutricional. Dos municípios que realizavam, foram elencadas as seguintes atividades: 64,7% (n=11) realizavam formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar; 47,06% (n=8) realizavam articulação com outros setores, tais como saúde (Programa Saúde na Escola), Assistência Social, Agricultura; 52,94% (n=9) dinamizavam currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição; 23,53% (n=4) promoviam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico; 58,82% (n=10) promoviam hábitos alimentares regionais e culturais; 5,88% (n=1) estimulavam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade; 70,59% (n=12) utilizavam o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades educativas e 41,19% (n=7) cultivavam horta escolar com caráter pedagógico para essa finalidade.

Conclusão

Os nutricionistas dos municípios do estado de Goiás monitorados em sua maioria não executam ações de educação alimentar e nutricional, conforme preconizado pelo marco legal do Programa. Tais ações devem ampliar sua abordagem para além da oferta do alimento e promover o empoderamento dos indivíduos em relação à sua saúde. Para assim, garantir a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

Referências

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, p. 23-30, 2012.
BRASIL. **Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 17 jun. 2009; Seção 1.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 18 jun. 2013; Seção 1.

Palavras-chave: Educação alimentar; Saúde; Autonomia; Empoderamento

ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM ESCOLARES DE SANTA CRUZ/RN E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALANNE SAYONARA SILVA; ALYNE MARIA TIBÚRCIO DA SILVA SANTOS; AMANDA CRISTINA BATISTA COSTA; FRANCIANE PEREIRA DA SILVA; JOAQUIM RODRIGUES DE ARAÚJO; MARIANA SILVA BEZERRA

¹ UFRN/FACISA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
franciane.ciane.fp@gmail.com

Introdução

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem como objetivo promover práticas alimentares adequadas e saudáveis, possuindo a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como ferramenta importante para a promoção dessa alimentação, através de ações baseadas em diferentes abordagens educacionais e pedagógicas (BRASIL, 2013).

Objetivos

Este trabalho se propõe a relatar as experiências vivenciadas em ações educativas por discentes do curso de Nutrição, cujo intuito era foi construir novas pensamentos percepções sobre alimentação adequada e saudável e motivar a adoção dessas práticas por escolares.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de intervenções desenvolvidas com escolares de uma escola pública de Santa Cruz/RN, onde foram realizadas atividades de Educação Alimentar e Nutricional por alunos do curso de Nutrição durante as práticas no componente curricular. As atividades desenvolvidas foram antecipadamente planejadas em sala de aula e em reuniões em grupo, sempre discutindo aspectos como o público alvo e o contexto social e econômico no qual estavam inseridos. As ações educativas tinham foco central a promoção da alimentação saudável e adequada, e foram desenvolvidas com o auxílio de materiais e métodos dinâmicos e participativos como: dinâmicas em grupo, jogos, exposição de imagens contextualizadas ao tema, música palestras e roda de conversas, a partir de orientações prévias vistas nas aulas teóricas.

Resultados

Diante das atividades executadas no âmbito escolar, foi possível perceber que os hábitos alimentares das crianças são influenciados por diversos fatores, dentre eles o contexto sociopolítico e econômico no qual estão inseridos, além do importante papel da publicidade em alimentos. As ações implementadas proporcionaram para os participantes uma construção educacional enriquecedora sobre uma alimentação mais saudável e prazerosa. Além disso, foi possível promover o conhecimento e o desejo pela adoção de hábitos alimentares mais saudáveis por parte dos escolares. Ademais, esses trabalhos foram de suma importância não só para o público-alvo, como também contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades para que os futuros profissionais nutricionistas possuam visão mais ampla e crítica a respeito do direito a uma alimentação adequada e saudável e as implicações no consumo desses alimentos.

Conclusão

Portanto, a Educação Alimentar e Nutricional é um instrumento de ensino/aprendizagem importante para adoção de hábitos alimentares mais adequados por indivíduos em qualquer fase da vida, especialmente na fase escolar, colaborando para um melhor estado nutricional na fase adulta. As experiências permitiram conhecer as peculiaridades e desafios de desenvolver trabalhos educacionais com esses indivíduos, e a importância de práticas desse tipo durante a graduação para formação de nutricionistas com condutas adequadas ao público-alvo.

Referências

Brasil. Ministério da saúde. Secretaria de atenção a saúde. Departamento de atenção básica. Política nacional de alimentação e nutrição . 1.ed, 1 reimpressão. Brasília: ministério da saúde, 2013.

Palavras-chave: Promoção da saúde ; Alimentação saudável; Educação em Saúde.

AÇÕES REALIZADAS PELO CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2007 E 2017

ANA LUIZA SANDER SCARPARO; GABRIELA RODRIGUES BRATKOWSKI; VIVIANI RUFFO DE OLIVEIRA;
VANUSKA LIMA DA SILVA; LUCIANA DIAS DE OLIVEIRA

¹ CECANE UFRGS - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ² UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
anascarparo@gmail.com

Introdução

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vem desenvolvendo ações de apoio técnico e operacional, a fim de contribuir para a efetivação e consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar, além de melhorar a qualidade da gestão e do controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PEIXINHO, 2013; BRASIL, 2009; 2013).

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo relatar as ações realizadas pelo Centro Colaborador, entre 2007 e 2017.

Metodologia

O Centro vem desenvolvendo, desde 2007: cursos de formação e atualização para os atores do Programa Nacional de Alimentação do Escolar; assessoria aos Municípios sobre a execução do Programa e sobre o processo de compra e venda de produtos da agricultura familiar; ações de Educação Alimentar e Nutricional; e pesquisas relacionadas à alimentação escolar.

Resultados

Com relação às ações de formação e capacitação, de 2007 a 2016, foram realizados cursos para cerca de 4.022 atores sociais do Programa, dentre os quais podemos citar nutricionistas, gestores, manipuladores de alimentos, diretores, professores, conselheiros da alimentação escolar, agricultores familiares e suas representações, de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Cerca de 80% dos municípios tiveram no mínimo um nutricionista responsável técnico pelo Programa participante das ações de formação. Em 2016, foi realizado o I Encontro Gaúcho de Alimentação Escolar que contou com a presença de 234 participantes. A Assessoria aos Municípios, na qual profissionais da equipe do Centro prestam apoio técnico e operacional in loco, realizou visita inicial em 266 municípios e visita de retorno em 100 municípios, contemplando 38% do total de municípios do Estado. Com relação à assessoria da agricultura familiar, foram visitados 248 municípios do Estado, com a participação de aproximadamente 5.299 atores do Programa. Em 2013 e 2014, foram realizados 14 Seminários Regionais em relação ao tema, abrangendo 312 municípios e aproximadamente 1.471 participantes. Os cursos e assessorias têm como propósito auxiliar os diferentes atores no aprimoramento da execução do Programa e de suas atribuições. Ainda foram desenvolvidas pesquisas relacionadas à alimentação escolar, destacando-se o diagnóstico da população escolar, aspectos higiênicos sanitários relacionados à produção de alimentos em escolas públicas, avaliação da composição de cardápios, atuação do nutricionista e questões relacionadas a legislações vigentes do Programa. Desde 2016, o Centro Colaborador vem realizando atividades de gerenciamento da Rede Brasileira de Alimentação Escolar com vistas ao aprimoramento e execução do Programa Nacional de Alimentação do Escolar.

Conclusão

Como resultado destas ações tem-se verificado maior qualificação do profissional nutricionista, aumento do número deste profissional contratado nos municípios, aumento do percentual de compra de produtos da agricultura familiar e atuação mais efetiva dos Conselhos de Alimentação Escolar. Esses dados reforçam a importância do Centro Colaborador, o qual tem se tornado referência nas questões relativas à alimentação escolar no Rio Grande do Sul.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola os alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dispõe sobre o

atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.909-916, 2013.

Palavras-chave: alimentação escolar; assessoria técnica; formação de atores; pesquisa

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E VALIDAÇÃO DA THE EATING MOTIVATION SURVEY PARA O BRASIL

JÉSSICA MARIA MUNIZ MORAES; MARLE S ALVARENGA

¹ FSP-USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

marlealvarenga@gmail.com

Introdução

Estamos inseridos em um contexto de múltiplas possibilidades do que comer ou não, no qual cada evento requer vários tipos de decisões que incluem se, o porquê, o que, onde, quando, com quem, em quanto tempo, como e o quanto comer¹. Entender porque as pessoas comem o que comem é fundamental para desenvolver recomendações nutricionais que sejam capazes de modificar padrões alimentares inadequados e disfuncionais. Este entendimento pode ser avaliado por meio de instrumentos – dentre os existentes a The Eating Motivation Survey (TEMS)² permite uma ampla identificação de fatores determinantes das motivações para comer e escolhas alimentares.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de adaptação transcultural e validação da versão reduzida da TEMS para aplicabilidade em estudos na população brasileira.

Metodologia

O processo de adaptação^{3,4} envolveu as equivalências conceitual e de itens; equivalência semântica por 2 tradutores, 1 linguista, 22 experts (frequência de resposta de compreensão) e 23 bilíngues (com comparações de resposta pelo teste t pareado, Correlação de Pearson e Coeficiente de Correlação Intraclass); e a equivalência operacional que foi realizada com 32 indivíduos. Para validação da TEMS, correspondente às propriedades psicométricas do instrumento, foram realizadas a Análise Fatorial Confirmatória e o Cálculo de Consistência Interna pelo α de Cronbach com amostra total de 473 indivíduos. As análises foram conduzidas por meio do programa R versão 3.3.1 e também pelo software SPSS 21.0. Todos os indivíduos que participaram desta pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública (USP) son protocolo 1.885.824 e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

As equivalências realizadas no processo de adaptação mostraram resultados satisfatórios, nas quais pode-se destacar as alterações de expressões realizadas para melhor adequação ao contexto brasileiro, diminuição da escala Likert de pontos em comparação à versão original e tempo médio de resposta de 10 minutos. A evidência de confiabilidade avaliada por meio do α de Cronbach total da escala foi de 0,859 que é um valor dentro da faixa considerada satisfatória de 0,7 a 0,9. E os índices da análise confirmatória também foram adequados: CFI (Comparative Fit Index) = 0,91; RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation) = 0,045 e a SRMR (Standardized Root Mean Square Residual) = 0,061.

Conclusão

concluiu-se satisfatoriamente a adaptação transcultural e validação da TEMS que poderá ser um importante, útil e amplo instrumento para maior conhecimento das motivações alimentares dos brasileiros.

Referências

1. Wansink B, Sobal J. Mindless eating: The 200 daily food decisions we overlook. *Environ Behav* 2007; 39(1):106-123
2. Renner B, Sproesser G, Strohbach S, Schupp HT. Why we eat what we eat. *The Eating Motivation Survey (TEMS)*. *Appetite* 2012; 59(1):117-128
3. Herdman M, Fox-Rushby J, Badia X. A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: the universalist approach. *Qual Life Res* 1998; 7:323-335.
4. Reichenheim ME, Moraes CL. Operacionalização de adaptação transcultural de instrumentos de aferição usados em epidemiologia. *Rev Saude Publica* 2007; 41(4): 665-673.

Palavras-chave: Comportamento alimentar; Motivação; comparação transcultural; questionários

ADEQUAÇÃO DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO À LEGISLAÇÃO DOS GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS

DAYANA FELIPE DOS SANTOS; ALEXANDRE LEITE DA SILVA; RAQUEL ADJAFRE DA COSTA MATOS; ARIADNA M. RODRIGUES

¹ UNIEURO - INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA
profissional.ale@gmail.com

Introdução

Grande parte da população brasileira faz suas refeições no ambiente de trabalho ou em locais próximos à ele. Além de repercutir diretamente na saúde de cada um, alimentar-se de forma correta tem sido a melhor maneira de prevenir diversos males. Com o crescimento dessa tendência, um contexto multifatorial muitas vezes negligenciado é a quantidade de lixo produzida em cada estabelecimento que fornece esses serviços e se todo esse resíduo é descartado de forma correta. Ao pensar que cada pessoa pode produzir até 1 kg de lixo por dia e esse valor ainda sofre grandes alterações variando conforme os hábitos de consumo alimentar.

Objetivos

Adequar um restaurante de auto serviço, localizado em Brasília – DF à nova legislação de estabelecimentos geradores de resíduos.

Metodologia

Foi utilizado a Resolução nº 14 da Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal de 15 de Setembro de 2016; a Instrução Normativa nº 89 do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal de 23 de Setembro de 2016; a Lei Distrital nº 5.610 de 16 de Fevereiro de 2016 e o Decreto nº 37.568 de 24 de Agosto de 2016. Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Primeiramente foi solicitar propostas de empresas cadastradas no SLU, serviço de pintura dos contêineres e aquisição de sacos plásticos com as cores devidas. As lixeiras ganharam novas etiquetas, somado aos novos sacos de lixo para identificar e separar previamente todo o conteúdo produzido. Para finalizar, a equipe recebeu treinamento sobre o correto descarte do lixo, separação dos resíduos e suas diferenças, bem como uma apresentação da legislação proposta, destacando a sua relevância no cotidiano. Com o tema apresentado, foi evidenciado pelo Check List aplicado, que o restaurante não possuía nenhuma política mais clara de gestão ambiental e com o novo sistema implementado, foi possível fazer uma espécie de reciclagem, no tocante às boas práticas dentro de uma unidade de alimentação e atualizar com os colaboradores as adequações necessárias tanto nos aspectos higiênico-sanitário, quanto no descarte correto do lixo. E como garantia de mais uma economia para o restaurante por não ter sido necessária a compra de novas lixeiras, foi possível reverter o quadro deficitário do Check List que não atendia praticamente nenhum dos quesitos nele pedidos. E ainda foi possível contribuir com um treinamento de forma geral para as boas práticas dentro do ambiente da cozinha, garantindo maior fluidez nas preparações, menos perdas, menos prejuízo e uma nova conscientização sobre a necessidade de se descartar corretamente o lixo, e que somos diretamente responsáveis nesse aspecto.

Conclusão

Foi possível começar o sistema de coleta seletiva de sólidos e recicláveis, bem como o correto descarte de lixo orgânico, com um treinamento global oferecido a equipe de colaboradores no âmbito dessa consciência sobre os impactos do lixo.

Referências

ADASA. Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016. Disponível em: . Acesso em: 08 de setembro de 2017.

BRASÍLIA, Governo. Grandes Geradores de Lixo. 2016

COSTA, Silvério. Instrução Normativa nº 89, de 23 de setembro de 2016. Disponível em: . Acesso em: 08 de setembro de 2017.

DECRETO Nº 37568 de 24/08/201. Disponível em: . Acesso em: 08 de setembro de 2017.

RODRIGUES, Daniela. Proposição de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para o centro integrado de operação e manutenção da CASAN (CIOM). 2015. 127f

VALLE, Joe. Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: . Acesso em: 08 de setembro de 2017.

Quantidade Total de caracteres :

2824

(As citações/referências não são somadas a quantidade total de caracteres). Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Palavras-chave: Lixo; Resíduos; Recicláveis; Orgânico; Meio Ambiente

ADEQUAÇÃO DO CONSUMO DE FIBRAS EM ADOLESCENTES BRASILEIROS: DADOS DO ESTUDO DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM ADOLESCENTES

CAROLINA FERRAZ FIGUEIREDO MOREIRA; DENISE TAVARES GIANNINI; CLAUDIA DOS SANTOS COPPE; MARIA CRISTINA CAETANO KUSCHNIR; CECILIA LACROIX DE OLIVEIRA

¹ INU/UERJ - Instituto de Nutrição/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ² HUPE/UERJ - Hospital Universitário Pedro Ernesto/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ³ FCM/UERJ - Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ⁴ IG/UFRJ - Instituto de Ginecologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro
carolinaffmoreira@gmail.com

Introdução

A prevalência de obesidade cresceu entre os adolescentes brasileiros nas últimas décadas, resultando em impacto negativo na qualidade de vida e em maiores prevalências de morbi-mortalidade. Nesta faixa etária, o baixo consumo de fibra alimentar é comum, em função da reduzida ingestão de frutas e de hortaliças. A fibra dietética pode ser utilizada na prevenção e no tratamento do excesso de peso.

Objetivos

Determinar a ingestão total de fibra alimentar de uma amostra representativa de adolescentes brasileiros e avaliar a adequação da mesma em relação às recomendações existentes.

Metodologia

Este trabalho faz parte do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (número 45/2008). Foram coletados os seguintes dados: sexo, idade, estágio de maturação sexual, nível sócio-econômico, tipo de escola e um recordatório de 24 horas. Para a classificação do estado nutricional, utilizou-se o Índice de Massa Corporal, segundo idade e sexo. O consumo total de fibra dietética foi expresso em gramas/dia e a porcentagem de adequação foi determinada de acordo com a Ingestão Dietética de Referência. Foi considerado um nível de significância de 5%. Foram utilizados dados de 36.956 adolescentes brasileiros, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A média nacional de consumo de fibra dietética total foi de 19,06 gramas/dia (Intervalo de Confiança: 18,20-19,92 gramas/dia). Somente 11,89% (Intervalo de Confiança: 9,91-14,22%) dos adolescentes atingiram a recomendação, sendo que a região Sul apresentou a adequação significativamente mais baixa ($p = 0,0212$). Das adolescentes, 15,06% (Intervalo de Confiança: 13,31-16,98%) alcançaram a Ingestão Dietética de Referência, porém apenas 8,71% do sexo masculino atingiu a recomendação (Intervalo de Confiança: 6,29-11,95%, $p < 0,0001$). Os adolescentes com sobrepeso foram os que apresentaram a adequação significativamente menor, com valor de 7,35% (Intervalo de Confiança: 5,99-8,99%, $p < 0,0001$). Dentre os estudantes de escola pública, 12,96% (Intervalo de Confiança: 10,59-15,77%) atingiram a recomendação, o que foi significativamente maior que para os participantes de escola privada ($p < 0,0001$).

Conclusão

Este estudo demonstrou uma inadequação importante do consumo de fibra alimentar total de uma amostra representativa de adolescentes brasileiros, principalmente aqueles com sobrepeso. Tal fato reforça a necessidade de políticas públicas nacionais e intersetoriais que objetivem o aumento da ingestão de fibras por adolescentes.

Referências

DE ONIS, Mercedes et al. Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents. Bulletin of the World Health Organization, Genebra: World Health Organization, v. 85, n. 9, p. 660-667, set., 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE (2010). [Internet]. Disponível em: . Acesso em: 08 out. 2016.

IOM – Institute of Medicine. Dietary reference intakes for energy, carbohydrate, fiber, fat, fatty acids, cholesterol, protein, and amino acids (macronutrients). Washington: National Academy Press, 2005.

MORENO, Luis A. et al. Trends of dietary habits in adolescents. Critical Reviews in Food Science and Nutrition,

Filadélfia: Taylor & Francis Group, v. 50, n. 2, p. 106-112, jan., 2010.

WANDERS, A. J. et al. Effects of dietary fibre on subjective appetite, energy intake and body weight: a systematic review of randomized controlled trials. *Obesity Reviews*, Londres: World Obesity Federation, v. 12, p. 724-739, set., 2011.

Palavras-chave: adolescentes brasileiros; consumo inadequado; excesso de peso; fibra alimentar

ADESÃO AO ACONSELHAMENTO NUTRICIONAL EM ESCOLARES

NATÁLIA RIBEIRO DO ROSÁRIO CAMPOS; CAROLINA FERNANDES RODRIGUES; FABRINNY DOS SANTOS PEREIRA GOMES; ANA BEATRIZ LUCENA CARVALHO

¹ UNIEURO - Centro Universitário Euro Americano

nataliaribeiro109@gmail.com

Introdução

A educação alimentar e nutricional (EAN) tem por finalidade contribuir para a promoção e a proteção da saúde, através de uma alimentação adequada e saudável, desempenhando seu crescimento e desenvolvimento humano conforme as políticas públicas em alimentação e nutrição (PNAN, 2012).

Objetivos

Avaliar as práticas alimentares, conhecimentos de nutrição e a adesão ao aconselhamento nutricional em escolares.

Metodologia

O estudo trata-se de um projeto de intervenção, envolvendo 30 crianças com idades entre cinco e dez anos de idade, de uma instituição não governamental que acolhe crianças carentes em situação de risco, localizado em uma região administrativa do Distrito Federal. O projeto de pesquisa foi aprovado pelos responsáveis pelo local, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para menores e incapazes. Foi avaliado o nível de conhecimento do grupo por meio de uma atividade lúdica (semáforo dos alimentos) em que as crianças separaram os alimentos que consideraram saudáveis e não saudáveis de acordo com as cores, verde (alimentos que devem ser consumidos diariamente), amarelo (alimentos que devem ser consumidos com moderação) e o vermelho (alimentos que devem ser evitados), ao final foi realizada uma avaliação sobre o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos em relação ao conhecimento para verificação da concretização do objetivo de aprendizagem. A intervenção contemplou aconselhamento nutricional (verbal, por escrito e outras atividades lúdicas), com sessões grupais para discussão sobre alimentação saudável e degustação, com dinâmicas e método participativo. Após a intervenção a atividade lúdica de avaliação foi realizada novamente, para analisar o nível de aprendizado sobre o assunto.

Resultados

Na primeira avaliação aplicada foi observado que cerca de 60% das crianças acertaram sobre o que consideraram alimentos saudáveis e não saudáveis. Após intervenção, ao analisar a adesão geral, por meio de uma nova avaliação, identificou-se que 100% das crianças acertaram a atividade, apresentando boa adesão ao aconselhamento nutricional, o grupo estava bastante entusiasmado e participou ativamente das atividades, permitindo a construção do conhecimento. Observou-se que quanto maior a participação nas atividades de intervenção, maior a mudança percebida nas práticas alimentares saudáveis e nos conhecimentos sobre o assunto.

Conclusão

Foi possível auxiliar na formação de hábitos alimentares saudáveis, pois estes se formam principalmente durante a infância e são requisitos básicos para a promoção de saúde ao longo da vida. A utilização de práticas educativas com uso de ferramentas lúdicas e material educativo adequado a faixa etária no estudo contribuíram para os resultados positivos verificados ao final da avaliação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância alimentar e nutricional – SISVAN: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informações em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

Palavras-chave: Adesão ; Educação alimentar e nutricional; Escolares

ADESÃO À DIETA DASH PARA O CUIDADO NUTRICIONAL NO PERÍODO PÓS-PARTO, NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

KARINA DOS SANTOS; PAULLA TAVARES PATRÍCIO; THÁISSA SANTANA VIEIRA DE LIMA; MIRIAN RIBEIRO BAIÃO; DENISE CAVALCANTE DE BARROS; CLÁUDIA SAUNDERS

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

karsantos@gmail.com

Introdução

A Dieta DASH (Dietary Approach to Stop Hypertension) tem sido preconizada por diversas organizações técnico-científicas nacionais e internacionais nos últimos anos, como padrão dietético saudável e benéfico para a perda/manutenção do peso corporal e controle metabólico, além da prevenção e controle da hipertensão arterial. A retenção de peso pós-parto (RPPP) excessiva, diferença entre o peso da mulher em determinado período após a gestação e o peso pré-gestacional, apresenta alta prevalência entre as brasileiras e é preditora de obesidade na idade reprodutiva. A Dieta DASH parece promissora para o Cuidado Nutricional nesse período.

Objetivos

Verificar a adesão à Dieta DASH para o Cuidado Nutricional no pós-parto.

Metodologia

Ensaio clínico não-controlado (quasi-experimental), realizado entre novembro de 2016 e setembro de 2017, em duas Unidades Básicas de Saúde de uma comunidade do Rio de Janeiro/RJ. Participaram do estudo 26 mulheres, no período de 6 a 9 meses pós-parto, que apresentavam RPPP. A Dieta DASH passou primeiramente por adaptação para o padrão alimentar brasileiro. Após, foi elaborado plano alimentar em formato qualitativo e ilustrado. A intervenção consistiu em 4 consultas mensais, com nutricionista, para aconselhamento com base no material elaborado. As mulheres foram orientadas a aumentar o consumo de alimentos de origem vegetal, como frutas, hortaliças, oleaginosas, sementes e leguminosas, substituir leite integral por desnatado, carnes vermelhas por brancas, limitar o consumo de doces/bebidas açucaradas e optar por cereais integrais. Em todas as consultas, foram aferidos o peso e o perímetro da cintura. A estatura foi verificada no primeiro encontro, a fim que o índice de massa corporal (IMC) pudesse ser acompanhado. O consumo alimentar foi avaliado por meio de questionário de frequência alimentar (QFA), ao final do estudo. A adesão à dieta foi calculada por meio de Score DASH, considerando o consumo de porções dos grupos alimentares propostos, em comparação com a recomendação de cada um. O Score DASH varia de 0 (menor adesão) a 8 (maior adesão). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ (CAAE 0251.0.031.031-10) e está registrado na base Brasileira de Ensaio Clínicos (REBEC - RBR-4t46ry).

Resultados

Após a intervenção, foi observada alta frequência de mulheres com adequação ao consumo de laticínios (87,5%), sementes e leguminosas (91,7%), óleos e gorduras (70,8%), carnes (91,7%) e gordura saturada (75%), em relação ao plano alimentar proposto, com 45,8% delas apresentando pontuação igual ou superior a 6 no score DASH. Já o consumo esperado de frutas, hortaliças e grãos integrais foi alcançado por poucas mulheres, 50%, 33,3% e 16,7%, respectivamente. As medianas da RPPP, do perímetro da cintura e do IMC apresentaram diferenças de -1,80, -2,50 e -0,57, respectivamente, comparadas entre antes e após a intervenção ($p < 0,05$).

Conclusão

Foi possível observar boa adesão ao plano alimentar proposto, acompanhada de redução na RPPP e nos indicadores antropométricos de adiposidade corporal. Embora o modelo de estudo não permita avaliação de causalidade, a Dieta DASH parece uma boa alternativa para o Cuidado Nutricional no período pós-parto, não somente promovendo a redução da RPPP, mas também melhorando a qualidade do padrão alimentar.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA (ABESO). Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016. 4 ed. São Paulo, SP. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). VII Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol, v. 107, n. 3, supl.3. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo: A.C. Farmacêutica, 2016.

SOLTANI, S. et al. The effect of dietary approaches to stop hypertension (DASH) diet on weight and body composition in adults: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled clinical trials. *Obes Rev.*, v. 17, n. 5, p. 442–454. 2016.

STANG, J.; HUFFMAN, L. Position of the Academy of Nutrition and Dietetics: Obesity, Reproduction and Pregnancy outcomes. *J Acad Nutr Diet*, v.116, n.4, p.677-691. 2016.

Palavras-chave: Alimento Dieta e Nutrição; Atenção Básica; Nutrição em Saúde Pública

ADVOCACY PARA PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

MARIA CECILIA CURY CHADDAD; MARIA CECILIA CURY CHADDAD; FERNANDA MAINIER HACK; MARIANA CLAUDINO; PRISCILLA NEIVA TAVARES RIBEIRO

¹ PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ² UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ³ IBMR - Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, ⁴ UNICEUB - Centro de Ensino Universitário de Brasília
cecilia.cury@uol.com.br

Introdução

A experiência do Põe no Rótulo, movimento da sociedade civil criado para buscar clareza sobre a presença de alergênicos nos rótulos, mostra a importância da participação social para a proteção do direito humano à alimentação adequada, que deve ser respeitado, promovido e protegido (BURITY et al, 2010), nos termos do artigo 6º da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 11.346/06, e de tratados internacionais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A garantia do acesso à alimentação adequada requer atenção às necessidades dietéticas da população (UN COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS, 2009). Pessoas com alergia alimentar (6-8% das crianças e 2-3% dos adultos) precisam de rótulos com informações visíveis, legíveis e compreensíveis. Mas, até a aprovação da RDC 26/15 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a situação era de risco: 39,5% das reações relacionavam-se a erros na leitura de rótulos (BINSFELD et al, 2009).

Objetivos

Descrever experiência de mobilização social para a proteção do direito humano à alimentação adequada, permitindo a reprodutibilidade de ações de advocacy como esta para outras pautas de saúde pública.

Metodologia

Descrição da estratégia de advocacy para a reivindicação do Põe no Rótulo, que envolveu: (i) pesquisa jurídica e científica sobre o tema; (ii) interação com famílias com alergia alimentar; (iii) mapeamento de partes relacionadas para identificação da rede de apoio e de oposição e posterior articulação; (iv) criação de campanha em rede social solicitando a rotulagem destacada de alergênicos (uso de hashtags); (v) divulgação na imprensa; (vi) orientação sobre etapas do processo regulatório, para que a população o compreendesse e dele participasse; (vii) interação com organizações de pacientes de outros países; (viii) elaboração de manifestações técnicas e jurídicas; e (ix) ingresso em ações judiciais movidas pelo setor produtivo.

Resultados

Mobilização pelas redes sociais aliada à argumentação técnico-jurídica, embasada no direito humano à alimentação adequada, no direito à saúde (art. 196 da Constituição) e no direito à informação (art. 5º, XIV da Constituição e Lei 8.078/90), garantiu participação em número recorde em todas as fases do processo regulatório – e a aprovação da RDC 26/15, com a efetiva proteção do direito humano à alimentação adequada da população com alergia alimentar.

Conclusão

A aprovação da RDC 26/15 é um exemplo de mobilização social, resultante na proteção do direito humano à alimentação adequada, que pode ser adotada em outras pautas de saúde pública.

Referências

BINSFELD, B. L. et al. Conhecimento da rotulagem de produtos industrializados por familiares de pacientes com alergia a leite de vaca. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 296-302, Set. 2009.

BURITY, V. et al. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos- ABRANDH, 2010.

CHADDAD, M.C.C. Rotulagem de alimentos: o direito à informação, à proteção da saúde e à alimentação da população com alergia alimentar, Curitiba: Juruá, 2014. 268p.

UN COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS (CESCR), General Comment No. 12: The Right to Adequate Food (Art. 11 of the Covenant), 12 mai. 1999.

Palavras-chave: direito humano à alimentação adequada; rótulo; alergia alimentar; mobilização social; saúde pública

ALEITAMENTO MATERNO E ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES, ATENDIDAS NO PROGRAMA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO DA CASA DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE ALENQUER - PARÁ

GLENDASOUSA DE CARVALHO SALVI; LUZIENE SANTOS DA SILVA

¹ SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer-PA, ² UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
glendanutricao1@hotmail.com

Introdução

O aleitamento materno é a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e constitui a mais sensível, econômica e eficaz intervenção para redução da morbimortalidade infantil (BRASIL, 2009). No entanto, no Brasil, a prevalência do aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses é de 41% (BRASIL, 2008), sugerindo esforços em investimentos nas ações de saúde e nutrição na infância em todas as esferas de governo. No município de Alenquer, no estado do Pará, uma das ações que contemplam o incentivo ao aleitamento materno é o Programa de Aleitamento Materno Exclusivo - PROAME, realizado por profissional nutricionista que compõem a equipe da Estratégia Saúde da Família.

Objetivos

Analisar o índice de aleitamento materno exclusivo e diagnosticar o estado nutricional de crianças de 0 a 6 meses atendidas no PROAME - Programa de Aleitamento Materno Exclusivo, da Casa da Criança da Secretaria Municipal de Saúde do município de Alenquer.

Metodologia

O estudo tratou-se de um levantamento de dados dos atendimentos realizados no Programa de Aleitamento Materno Exclusivo – PROAME, da Casa da Criança. Foram analisados os dados do período de abril a agosto de 2017. O estado nutricional foi diagnosticado segundo o peso para a idade, referência: Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003). O aleitamento materno exclusivo foi definido segundo a OMS: quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos.

Resultados

Foram analisadas 84 fichas de atendimento. Obteve-se dados de 43 crianças do sexo masculino e 41 do sexo feminino. Estratificou-se por idade, sendo 58 crianças de 0-2 meses, 23 crianças de 3 e 4 meses e 03 crianças de 5 e 6 meses. Identificou-se a adesão de 82 (97%) crianças em aleitamento materno exclusivo e apenas duas crianças se encontravam fazendo uso de outros líquidos. Segundo o Peso/Idade (P/I), 81 crianças apresentaram peso adequado para a idade, uma apresentou sobrepeso e duas estavam com baixo peso.

Conclusão

O estudo observou que o bom estado nutricional de 97 % das crianças atendidas é o reflexo positivo da adesão ao Programa de Aleitamento Materno Exclusivo - PROAME. Conclui-se que esses achados contribuem para o fortalecimento das ações de incentivo a amamentação exclusiva até os 6 meses e complementada até os 2 anos de idade ou mais, visando a saúde e nutrição da criança.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. II Pesquisa de prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

Palavras-chave: Amamentação; Avaliação nutricional; Nutrição infantil; Saúde infantil

ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM CRIANÇAS COM ATÉ SEIS MESES NAS REGIÕES DO BRASIL

YSABELA DA SILVA DIAS; ELISA SILVA CORREIA; CLEIA GRAZIELE LIMA DO VALLE CARDOSO

¹ UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA, ² UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ysabela.dias@hotmail.com

Introdução

A Organização Mundial da Saúde recomenda que nos primeiros seis meses de vida os lactentes devem ser alimentados exclusivamente com leite materno. O leite humano fornece energia e nutrientes necessários em quantidades ideais para o crescimento e desenvolvimento da criança nos primeiros seis meses de vida. O aleitamento materno exclusivo é importante para a mãe, família e, principalmente, para a criança. O leite humano possui fatores imunes que protegem o lactente de infecções, ajudam a prevenir a diarreia e é de fácil digestão, sendo raras as reações alérgicas às proteínas contidas no leite. Além disso, tem ação na função cognitiva da criança e aumenta o vínculo mãe e filho. Outro ponto importante são os benefícios para a saúde materna como o aumento do gasto energético, que auxilia na diminuição do peso pós-parto, proteção contra anemia e menor incidência de câncer de mama e ovário. A interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo é um importante problema de saúde pública. Segundo a II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno realizada pelo Ministério da Saúde, a maioria das crianças brasileiras na fase de amamentação iniciam a introdução de alimentos logo nos primeiros dias de vida. O consumo de água, chás, e outros alimentos são frequentes e não são considerados pela mãe ou cuidadores como introdução de alimentos. Entretanto, esse ato pode acarretar consequências prejudiciais à maturação e ao crescimento da criança.

Objetivos

Descrever a prevalência do aleitamento materno exclusivo em crianças com até seis meses de idade, no conjunto das regiões brasileiras e seus estados, no ano de 2016.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, com base em dados secundários, derivados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde. Utilizou-se dados do Brasil referentes ao ano de 2016 sobre aleitamento materno exclusivo em crianças menores de seis meses de idade estratificados por regiões e seus estados.

Resultados

Foram avaliados os dados de um total de 60527 crianças com até seis meses. Considerando o Brasil como um todo, a prevalência de crianças em aleitamento materno exclusivo foi de 51%, correspondente a um total de 30700 crianças. Essa prevalência variou entre 38% e 59% nas regiões, correspondendo a região com menor e a maior prevalência, as regiões nordeste e centro oeste, respectivamente. A região Sul apresentou prevalência semelhante a nacional, sendo 51%. Ao analisar os estados, os que mostraram maior prevalência foram o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, com 64%, e o menor foi Roraima, com 25%.

Conclusão

A prevalência de aleitamento materno exclusivo em crianças de até seis meses de idade no Brasil pode ser considerada baixa. A região Centro-Oeste se destacou por apresentar uma prevalência acima da média nacional e a região Nordeste apresentou a menor porcentagem diante do total avaliado. Nesse contexto, a elaboração de políticas de promoção de incentivo ao aleitamento materno exclusivo é crucial, especialmente para o público das regiões que obtiveram as menores prevalências.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasil: 2009. Disponível em: Acessado em: 27 de out. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Relatório do consumo alimentar por período, fase do ciclo da vida. Brasil: 2016. Disponível em: . Acessado em: 29 de out. 2017.

Trahms, Cristine M.; McKean, K. N. Nutrição no Estágio Inicial da Infância. In: Mahan, L. K.; Escott Stump, S.; Raymond, J. L. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietética. Rio de Janeiro: Elsevier: 2012. 13ª ed. 375-388. 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – The optimal duration of exclusive breastfeeding – Report of an Expert Consultation – Geneva, Switzerland, March 2001. Disponível em: .Acessado em: 25 de out. 2017.

Palavras-chave: aleitamento materno; lactente; desenvolvimento infantil

ALEITAMENTO MATERNO, CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL E PARTO DE MÃES DE LACTENTES DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MACAÉ/RJ

ANAMARIA MALTEZ DE ALMEIDA; CAROLINE GOMES LATORRE; HUGO DEMÉSIO MAIA TORQUATO PAREDES;
JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI; ALICE BOUSKELA; CRISTINA DE ALBUQUERQUE CADINELLI

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Campus UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira, ² SEMUSA -
Secretaria Municipal de Saúde de Macaé
anamaria.malmeida@yahoo.com.br

Introdução

O leite materno é o alimento mais completo a ser oferecido ao lactente até os 6 meses, pois confere características nutricionais compatíveis com suas necessidades, sendo vital para o seu crescimento e desenvolvimento.

Objetivos

Investigar a situação do aleitamento materno em lactentes menores de seis meses usuários da Estratégia de Saúde da Família no bairro de Botafogo, Macaé-RJ.

Metodologia

Realizou-se um estudo epidemiológico, descritivo, de base primária, conduzido entre outubro de 2016 e março de 2017, com lactentes menores de 6 meses nascidos entre julho e dezembro de 2016, residentes na área de abrangência da Estratégia de Saúde da Família de Botafogo. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas realizadas com mães ou cuidadores dos lactentes, na unidade ou em visitas domiciliares, com o auxílio do agente comunitário de saúde, por entrevistadores previamente treinados para a aplicação do questionário adaptado dos marcadores de consumo alimentar do Sisvan/Ministério da Saúde desenvolvido para o estudo. Os dados foram digitados e consolidados utilizando-se os softwares Excel for Windows® 2010 e SPSS/PC, versão 20.0. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes, sob CAAE nº 30378514.1.0000.5244.

Resultados

Foram entrevistadas 35 mães e seus respectivos lactentes menores de seis meses, representando 92,1% da população total (n=38). Detectaram-se proporções de 85,7% e 34,3% de Aleitamento Materno e Aleitamento Materno Exclusivo, respectivamente. A maioria (65,7%) das mães possui idade entre 20 e 29 anos, 54,3% são casadas ou vivem com companheiro, 80,0% desempregada, 65,7% tem mais de 8 anos de estudo, 62,9% tem 2 filhos ou mais e ½ recebe entre 1 e 3 salários mínimos. As médias±DP de consultas pré-natal e idade gestacional ao nascer foram de 8,17±2,47 e 38,97±2,31 semanas, respectivamente. Quanto as orientações sobre Aleitamento Materno no período pré-natal, 48,6% relataram ter recebido “bastante”. O tipo de parto mais prevalente foi o cesáreo (57,1%). Detectou-se que 85,7% dos recém-nascidos foram amamentados na primeira hora pós-parto e 54,3% das mães receberam apoio “sempre” do companheiro para amamentar. Dentre as práticas alimentares mais frequentes, destaca-se o consumo de água (51,4%), comida de sal (31,4%) e suco da fruta (22,9%). Uso de chupeta e mamadeira foi de 51,4% e 81,8%, respectivamente. O principal motivo para a interrupção do Aleitamento Materno Exclusivo foi “criança com fome/leite não sustenta”.

Conclusão

A prevalência do aleitamento materno é considerada boa e a do Aleitamento Materno Exclusivo razoável, segundo a Organização Mundial da Saúde (2008). Destaca-se a importância da atuação do profissional de saúde durante a assistência pré-natal, parto e pós-parto no que se refere a uma abordagem mais sensível, considerando os principais motivos para o desmame precoce nessa população, a saber, as crenças e mitos sobre a qualidade e quantidade do leite, a fim de garantir o sucesso do Aleitamento Materno e sua manutenção exclusiva durante os seis primeiros meses de vida do lactente.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 23)

_____. Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. ENPACS: Estratégia Nacional Para Alimentação Complementar Saudável: Caderno do Tutor/Ministério da Saúde, Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – IBFAN Brasil. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. v. 1. 108 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

_____. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de 2 anos/Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 152 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Lactente; Saúde da Criança; Estudo Descritivo

ALEITAMENTO MATERNO: CONHECIMENTOS DE PUÉRPERAS USUÁRIAS DA MATERNIDADE DE UM HOSPITAL FILANTRÓPICO DE MACAÉ/RJ

DUANNY DE SÁ OLIVEIRA PINTO; YASMIM GARCIA RIBEIRO; THAINÁ LOBATO CALDERONI; JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI; MARIA FERNANDA LARCHER DE ALMEIDA; DANIELA REIS ELBERT FARIAS

¹ UFRJ CAMPUS MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² HSJB - Hospital Irmandade São João Batista de Macaé

mfernandalarcher@gmail.com

Introdução

Nos primeiros seis meses de vida, o leite materno ofertado de forma exclusiva é o melhor alimento a ser dado para o lactente, uma vez que apresenta vantagens imunológicas, psicológicas e nutricionais essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento. A Organização Mundial de Saúde recomenda, portanto, a prática do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida; e a partir dos 6 meses, a introdução da alimentação complementar associada ao aleitamento materno ofertado de forma complementada até os dois anos de idade ou mais. Estudos indicam que inúmeros fatores podem influenciar na prática do aleitamento materno exclusivo pela nutriz, como por exemplo: a demora da “descida do leite”, ingurgitamento mamário, manejo, bem como a escolaridade, situação instável com o companheiro e trabalho fora de casa. É relevante, portanto, que no período de pré-natal ou no puerpério sejam identificados os conhecimentos maternos sobre aleitamento materno, pois permitirão refletir sobre a realidade da população e, assim, elaborar possíveis estratégias e ações que permitam aumentar a adesão da prática do aleitamento materno exclusivo, bem como formar multiplicadoras na sociedade sobre alimentação no primeiro ano de vida.

Objetivos

Identificar os conhecimentos sobre aleitamento materno de puérperas assistidas em um hospital maternidade filantrópico de Macaé.

Metodologia

Realizou-se um estudo descritivo, prospectivo, de base primária, com puérperas entre 20 e 49 anos de idade, em uma maternidade de um Hospital Filantrópico de Macaé, entre agosto de 2016 a janeiro de 2017. Bolsistas, previamente treinados, entrevistaram puérperas que aceitavam participar do estudo, utilizando um questionário adaptado do Caderno do Tutor, da Estratégia Nacional para Promoção de Alimentação Complementar Saudável, contendo cinco perguntas objetivas sobre aleitamento materno; tendo para cada questão três opções de resposta. Após as entrevistas, os bolsistas realizavam atividades educativas sobre amamentação e introdução da alimentação complementar. Os dados foram digitados e analisados utilizando o software Excel for Windows 2010. O projeto de pesquisa está em atendimento à Resolução nº466/201217, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes/RJ, sob CAAE: 30378514.1.0000.5244.

Resultados

Foram entrevistadas 58 puérperas com idade média±DP de 30±5 anos, variando de 20 a 40 anos, sendo 84,5% casadas, 94,8% com ensino superior completo. A maioria referiu ter renda familiar média entre 3 e 4 salários mínimos (51,7%). Quanto às questões sobre aleitamento materno, 93,1% responderam corretamente a definições de aleitamento materno e 67,2% acertaram sobre aleitamento materno misto; 44,8% responderam corretamente acerca do período indicado pela Organização Mundial da Saúde para continuar dando o leite materno. Quanto à pega correta ao amamentar e sua satisfação após a mamada, 41,4% responderam corretamente; 93,1% acertaram a questão referente ao período de introdução da alimentação complementar.

Conclusão

As puérperas apresentaram conhecimentos adequados na maioria das questões sobre aleitamento materno. Contudo, mais da metade não respondeu corretamente sobre tempo de continuidade do leite materno, pega correta e satisfação após a mamada. É importante reforçar os pontos que ainda são desconhecidos sobre a prática do aleitamento materno nas ações educativas.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento

de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 23)

_____. Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. ENPACS: Estratégia Nacional Para Alimentação Complementar Saudável: Caderno do Tutor/Ministério da Saúde, Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – IBFAN Brasil. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. v. 1. 108 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

_____. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de 2 anos/Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 152 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Palavras-chave: Alimentação; Lactente; Nutriz; Saúde Coletiva

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA DOENÇA FALCIFORME NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO ESPIRITO SANTO

MARCELO ELISEU SIPIONI; ÂNGELA CAMILA DA SILVA GHIZI; MATHEUS GALLO ABREU; CLARICE DE PAULA RORIZ MALTA

¹ UVV - Universidade de Vila Velha
matheusgallo2@gmail.com

Introdução

A Doença Falciforme é uma doença genética que leva a alteração da morfologia da hemácia, tornando-as “falcizadas”, o que leva a hemólise crônica e vaso oclusão, ocasionando sintomas que afetam de forma grave a qualidade e a expectativa de vida dos doentes, (MATARATZIS; ACCIOLY; PADILHA, 2010; WILSON; MULAMBA, 2015) sendo necessário aumentar as necessidades energéticas, líquidas, proteicas e de minerais. A nutrição desempenha papel importante e essencial para os doentes, promovendo segurança alimentar e nutricional e melhora a qualidade de vida. O perfil demográfico da população brasileira com a Doença é de 3.500 crianças nascidas, sendo 200.000 portadoras de traços, já a taxa de letalidade em crianças com a doença é de 80% em menores de 5 anos que não receberam os cuidados necessários.

Objetivos

Avaliar o conhecimento e as ações referentes a Doença falciforme por profissionais responsáveis técnicos da área de alimentação e nutrição de Secretarias Municipais de Saúde no Espírito Santo.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de campo descritiva e transversal, de abordagem quantitativa, contemplando os 78 municípios do Espírito Santo. Buscou-se coletar informações quanto ao conhecimento e ações de alimentação e nutrição direcionadas à doença falciforme no âmbito da atenção básica em saúde. Par tal, foi encaminhado por meio de endereço eletrônico um questionário semiestruturado específico para este fim, através da plataforma Google Forms, endereçado ao responsável técnico da área de alimentação e nutrição de cada município. Antes de acessarem o formulário, os participantes declaravam ter lido e consentido tal participação via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram compilados em planilhas do Microsoft Excel e realizado a análise descritiva simples. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Vila Velha sob o registro 61099816.2.0000.5064

Resultados

Dos 78 municípios, apenas 16 retornaram com as respostas (20,5%). Destes, 12 (75%) eram nutricionistas e 4 (25%) declararam ter outra. Do total de participantes, 25% declararam que já houve atendimento a pessoas com Doença falciforme, 31,3% que nunca houve e 43,8% não souberam responder. Dentre os municípios de atuação dos profissionais entrevistados 50% não realizam levantamento da quantidade de pessoas com a Doença e 50% não souberam responder. As intervenções em Alimentação e Nutrição são realizadas em 6,2% dos municípios, enquanto 68,8% não fazem intervenção e 25% não souberam responder. Quanto ao conhecimento teórico sobre o assunto, 6,2% julgaram como muito insuficiente, 37,5% insuficiente, 43,8% regular e 12,5% suficiente. A assistência em saúde e suas intervenções nutricionais na Atenção básica para essa população foi dita como prioritária por 100% dos participantes.

Conclusão

Apesar dos profissionais entenderem a alimentação e nutrição como elemento fundamental para o cuidado da população falcêmica, os resultados demonstraram uma atuação muito tímida desta área temática da atenção básica frente a este problema. Além disso, o conhecimento destes profissionais acerca do tema apresentou-se igualmente baixo. Desta forma, é necessário que se ampliem as ações de alimentação e nutrição voltadas a este público como compromisso da atenção básica e da nutrição de uma forma geral.

Referências

- BERQUÓ, L.T.A.P. O Direito à Alimentação e a Insegurança alimentar de escolares no Brasil: As doenças falciformes e a vulnerabilidade dos afros-descendentes. Revista de Direito e Desenvolvimento, 2011.
- MATARATZIS, P; ACCIOLY, E; PADILHA, P. Deficiências de micronutrientes em crianças e adolescentes com anemia falciforme: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Hematologia, v.3, n. 32, p. 247-256, 2010.
- SANTOS, I; TREVISANI, J; REIS, M; MATARATZIS, P; CORDOVIL, K; FREITAS, A; LINO, D; OMENA, J; COPLE-

RODRIGUES, C. Práticas educativas na promoção da alimentação adequada e saudável para as pessoas com Doença Falciforme. Demetria, 2014.

SOUZA, K; ARAÚJO, P; SOUZA-JUNIOR, P; LACERDA, E. Baixa estatura e magreza em crianças e adolescentes com Doença Falciforme. Revista de Nutrição. Campinas, 2011.

WILSON, L; MULAMBA, L. Sickle cell disease among children in África: An integrative literature review and global recommendations. International Journal of Africa Nursing Sciences 3 (2015) 56-64

Palavras-chave: Alimentação Adequada; Saúde Pública; Segurança Alimentar; Qualidade de Vida

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUSTENTABILIDADE EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

ALINE LEÃO REIS; TALITA NOGUEIRA BERINO; NÁDIA ALINNE FERNANDES CORRÊA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

alinereisnutri@hotmail.com

Introdução

No Brasil, a má alimentação e a produção insustentável de alimentos são alguns desafios que a alimentação escolar, como política pública, procura resolver. No âmbito das comunidades tradicionais, a Lei 11.947/2009 tem sido um dos mecanismos de incentivo ao enfrentamento destes problemas, quando prevê o apoio ao desenvolvimento sustentável e ao consumo de alimentos diversificados e produzidos por essas comunidades (BRASIL, 2009). O Programa Nacional de Alimentação Escolar põe a necessidade de se estabelecer novas relações entre pessoas, comunidades, com o Estado, o mercado e os ambientes. Nesse contexto, pensar a Amazônia como *locus* desse processo, em especial as comunidades quilombolas, é um desafio de ordem estruturante às gerações futuras (SOUZA et al, 2013).

Objetivos

O estudo propôs uma reflexão sobre a oferta da alimentação escolar na perspectiva da prática sustentável em território quilombola no Pará.

Metodologia

Foram utilizados os cardápios planejados para a alimentação escolar destinada a alunos quilombolas no ano de 2015 em um município do Pará, à luz dos seguintes indicadores: guia alimentar, produção de resíduos sólidos, transporte, consumo de recursos naturais (água e energia), utilização de agrotóxicos e consumo consciente (PORTILHO et al, 2011; BRASIL, 2014; RIBEIRO et al, 2017). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, sob o parecer 221.941/2015.

Resultados

Do total de alimentos previstos na alimentação escolar de 1834 alunos quilombolas, 53% foram de alimentos ultraprocessados/processados e 47% de alimentos *in natura*/minimamente processados. Um cardápio com alta oferta de gêneros industrializados acarreta maior produção de resíduos sólidos a partir do descarte de embalagens, gera aumento do consumo de energia, água e combustíveis fósseis usados no transporte de alimentos. Somando-se aos poluentes ambientais, a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos *in natura* constitui um grave indicador de insustentabilidade. Neste contexto, o nutricionista representa um grupo de consumidores e deve promover o consumo consciente, pois as escolhas dos consumidores norteiam a produção local dos gêneros. Priorizar produtores locais e produção orgânica é promover saúde e sustentabilidade.

Conclusão

A escola, como um lugar privilegiado das aprendizagens coletivas, tem um papel primordial na formação, prevenção e sensibilização das futuras gerações para uma prática alimentar saudável e sustentável. Cardápio, ações de educação alimentar e licitações sustentáveis são algumas ferramentas institucionais capazes de imprimir identidade cultural e assegurar o desenvolvimento sustentável às comunidades quilombolas.

Referências

- BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: 17 jun 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014.
- PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R.. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, 2011.
- RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, 2017.
- SOUZA, et al., Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, 2013.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Sustentabilidade; Comunidades tradicionais

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: OS CARDÁPIOS PLANEJADOS SÃO EXECUTADOS?

ALINE LEÃO REIS; TALITA NOGUEIRA BERINO; FABRÍCIO VASCONCELOS MEDEIROS; ISABELLE CHRISTINE VIEIRA DA SILVA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² CECANE - Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar
alinereisnutri@hotmail.com

Introdução

A alimentação escolar constitui uma forma de incentivar práticas alimentares saudáveis. No Brasil, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar e os cardápios elaborados pelos nutricionistas do programa perpassam a oferta de alimentos e se caracterizam como uma forma de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2009). Nesse contexto, é de extrema importância que os cardápios planejados sejam executados nas escolas.

Objetivos

Avaliar se os cardápios executados estão de acordo com os cardápios planejados pelo nutricionista responsável técnico da alimentação escolar.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, de caráter quantitativo, realizado em duas escolas estaduais (A e B) em Belém/PA. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram: ser escola com a modalidade do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano) em regime de tempo integral e possuir os maiores quantitativos de alunos matriculados de acordo com censo enviado pela Entidade Executora. As variáveis estudadas foram: cardápios planejados e executados. Foi verificado se as preparações planejadas pelo nutricionista responsável técnico foram executadas nas instituições de ensino, para isso, solicitaram-se os cardápios planejados à Entidade Executora antes do início da coleta de dados nas escolas. Em relação aos dados dos cardápios executados, estes foram coletados por três graduandos de nutrição que preencheram protocolo estruturado a partir do acompanhamento da elaboração das preparações de maio a agosto de 2015, totalizando 20 dias letivos em cada instituição. Os resultados foram apresentados de forma descritiva e armazenados em planilha do Programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, sob o parecer 221.941/2015.

Resultados

Os cardápios planejados consistiram em uma lista com vinte preparações para o almoço e dezoito para os lanches. Ressalta-se que esses cardápios não apresentavam data para elaboração, entretanto, continham a frequência em que cada preparação deveria ser oferecida em um período de 60 dias letivos. O mingau de arroz foi o único cardápio planejado que foi executado, sendo preparado em 5% (Escola A; n=1) e 15% (Escola B; n=3) dos dias analisados. Nos dias em que não era ofertado mingau de arroz, os funcionários das escolas alteravam os cardápios planejados, pois a Entidade Executora não entregava todos os gêneros necessários para a execução das preparações de forma integral, o que inviabilizava o preparo. Durante a coleta de dados foi observado que os funcionários das instituições compravam alimentos para complementar os cardápios com o objetivo de diminuir a monotonia das preparações, visto a reduzida variabilidade de gêneros entregue pela Entidade Executora.

Conclusão

Os cardápios planejados não foram executados nas escolas estudadas, a discordância entre o planejamento técnico e a execução dos cardápios constitui um desafio para o alcance dos objetivos do programa.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: 17 jun 2009. Seção 1.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Cardápios; Políticas Públicas

ALIMENTOS E PREPARAÇÕES REGIONAIS EM CARDÁPIOS ESCOLARES

ALINE LEÃO REIS; TALITA NOGUEIRA BERINO; FABRÍCIO VASCONCELOS MEDEIROS; ISABELLE CHRISTINE VIEIRA DA SILVA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² CECANE - Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar
alinereisnutri@hotmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar possui como uma de suas diretrizes o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos que respeitem a cultura e as tradições locais (BRASIL, 2013). Portanto, é importante que os cardápios escolares apresentem em sua constituição os alimentos e preparações regionais, a fim de garantir o respeito aos hábitos alimentares da região e favorecer a continuidade da cultura alimentar local.

Objetivos

Identificar a presença de alimentos e preparações regionais nos cardápios executados em escolas assistidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, de caráter quantitativo, realizado em duas escolas (A e B) do município de Belém/PA. As escolas escolhidas para participar da pesquisa foram as que possuíam o maior número de alunos matriculados no ensino fundamental (2º ao 5º ano) em regime de tempo integral, de acordo com documento (censo) enviado pela Entidade Executora. A execução dos cardápios foi acompanhada por três graduandos de nutrição, no período de 20 dias letivos em cada escola, de maio a agosto de 2015. O documento Alimentos Regionais Brasileiros (BRASIL, 2015) foi utilizado como referência para identificar os alimentos e preparações da região Norte. Os resultados foram armazenados e analisados em planilha do Programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, parecer 221.941/2015.

Resultados

Foram avaliados 20 cardápios diários em cada instituição, os quais eram constituídos por lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. Não foi observada a oferta de preparações regionais nas refeições ofertadas em ambas as escolas, tanto nos lanches quanto no almoço, entretanto, no que concerne à oferta de alimentos regionais, os cardápios do almoço das duas instituições continham coentro (Escola A, n= 17, 85%; Escola B, n=5, 25%) e apenas a escola A ofertou chicória (n=6, 30%). Destaca-se que esses alimentos foram adquiridos em pequenas quantidades diárias, através de coleta monetária própria realizada pelos funcionários das instituições. Portanto, não foram detectados alimentos regionais advindos da Entidade Executora.

Conclusão

Os cardápios executados nas escolas não contemplaram preparações regionais e somente dois alimentos da região Norte foram encontrados. Os achados do presente estudo demonstram uma não conformidade dos cardápios executados nas instituições de ensino com a legislação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar, indicando que os hábitos alimentares locais não estão sendo valorizados e respeitados.

Referências

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União: 18 jun 2013. Seção 1.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Alimentos Regionais Brasileiros. 2ª Ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2015.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Alimentos regionais; Cardápios

AMBIENTE ALIMENTAR RESIDENCIAL, RENDA E OBESIDADE EM ADULTOS DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA; TAIANE GONÇALVES NOVAES; GIANA ZARBATO LONGO; ANDRÉIA QUEIROZ RIBEIRO; MILENE CRISTINE PESSOA

¹ UFV - Universidade Federal de Viçosa, ² UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
fernandanutufv@yahoo.com.br

Introdução

A obesidade é uma doença complexa e multifatorial. Dentre os diversos fatores envolvidos em sua etiologia estão aspectos do ambiente no qual as pessoas vivem, incluindo o ambiente alimentar, que pode oferecer oportunidades ou barreiras para consumo alimentar saudável e o ganho de peso. No Brasil existem poucos trabalhos que investigaram a influência do ambiente alimentar sobre a prevalência de obesidade, dessa forma, pesquisas com esse caráter podem promover mudanças ambientais e auxiliar em intervenções de saúde.

Objetivos

Estimar a associação entre ambiente alimentar, renda e obesidade em adultos de Viçosa – MG.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal com dados de um estudo de base populacional, realizado com adultos residentes na zona urbana de Viçosa – MG em 2012 e 2013 e dados ambientais coletados na cidade em 2016. Utilizaram-se dados socioeconômicos, demográficos, comportamentais e de percepção de saúde, peso e altura para o cálculo de índice de massa corporal (IMC) dos indivíduos, que foram considerados obesos quando o $IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$. Quanto às variáveis ambientais, coletaram-se informações sobre todos os estabelecimentos de venda de alimentos da cidade, classificados em 4 categorias de acordo com a predominância dos alimentos comercializados: saudáveis, mistos, não saudáveis e supermercados. Foram obtidas ainda informações sobre a renda e população dos setores censitários, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os domicílios e os estabelecimentos foram georreferenciados a partir dos endereços. Realizou-se análise de regressão logística binária pelo modelo de equações de estimativa generalizadas para testar a associação entre o ambiente alimentar, renda per capita, obtida através da razão entre renda familiar mensal e o número de pessoas por setor censitário (categorizada em tercís) e a obesidade. Os modelos foram ajustados por: sexo, idade, tempo de tela e autorrelato do estado de saúde. Foram propostos quatro modelos distintos, um para cada categoria de estabelecimento de venda de alimentos. Adotou-se o nível de significância de 5%. Utilizou-se o software Stata 13.1 para as análises. As pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob os protocolos “Of. Ref. Nº 008/2012/CEPH” e “1.821.618” e os indivíduos assinaram voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A amostra foi composta por 965 adultos com média de idade 34,2 anos ($\pm 12,0$), sendo a maioria do sexo feminino (55,2%). A prevalência de obesidade foi de 13,8%. Do total de 425 estabelecimentos de venda de alimentos (existentes à época da coleta de dados individuais), 69,4% eram classificados como não saudáveis; 13,8% saudáveis; 12,6% mistos e 4,2% supermercados. Na análise múltipla o tercil mais alto de renda per capita foi inversamente associado com a prevalência de obesidade em todos os modelos: estabelecimentos saudáveis, mistos, não saudáveis e supermercados (OR=0,39, IC: 0,23-0,70; OR=0,41, IC: 0,25-0,70; OR= 0,42, IC: 0,26-0,70; OR=0,43, IC: 0,30-0,72, respectivamente). As variáveis do ambiente alimentar não foram independentemente associadas com a obesidade após ajuste.

Conclusão

No município de Viçosa a maior renda per capita associou-se a menores prevalências de obesidade, enquanto que o ambiente alimentar não se associou à obesidade. Sabe-se que a renda pode interferir no tanto no acesso quanto na disponibilidade de lojas de alimentos saudáveis, o que pode impactar na prevalência de obesidade.

Referências

DURAN, A. C. F. L. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. 2013. 276 p. Tese – (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. Agregados por setores censitários. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 06 out 2016

JAIME, P. C. et al. Investigating environmental determinants of diet, physical activity, and overweight among adults in Sao Paulo, Brazil. **Journal of Urban Health**, v. 88, n. 3, p. 567–581, 2011.

MATOZINHOS, F. P. et al. Neighbourhood environments and obesity among adults: A multilevel analysis of an urban Brazilian context. **Preventive Medicine Reports**, v. 2, p. 337–341, 2015.

SWINBURN, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive medicine**, v. 29, p. 563–570, 1999.

Palavras-chave: Obesidade; Meio ambiente; Saúde Pública; Adultos

AMBIENTE DE ATIVIDADE FÍSICA, RENDA, CRIMINALIDADE E OBESIDADE EM ADULTOS DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA; GIANA ZARBATO LONGO; ANDRÉIA QUEIROZ RIBEIRO; MILENE CRISTINE PESSOA

¹ UFV - Universidade Federal de Viçosa, ² UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
fernandanutufv@yahoo.com.br

Introdução

A atividade física é um dos componentes modificáveis do gasto energético e sua prática é influenciada por características individuais e ambientais. O processo de urbanização e desenvolvimento tecnológico ocasionou a diminuição dos níveis de atividade física das pessoas. Diante disso, estudos recentes ampliaram o enfoque sobre os determinantes ambientais que podem favorecer ou dificultar à prática de atividade física e o ganho de peso. Dessa forma, investigar a influência do ambiente de atividade física sobre as prevalências de obesidade pode orientar políticas públicas em saúde.

Objetivos

Estimar a associação entre ambiente de atividade física, renda, criminalidade e obesidade em adultos de Viçosa – MG.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal com dados de um estudo de base populacional, realizado com adultos residentes na zona urbana de Viçosa - MG em 2012 e 2013 e dados ambientais coletados na cidade em 2016. Utilizaram-se dados socioeconômicos, demográficos, comportamentais e de percepção de saúde, peso e altura para o cálculo de índice de massa corporal (IMC) dos indivíduos, que foram considerados obesos quando o $IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$. Quanto às variáveis ambientais, coletaram-se informações sobre todos os locais públicos e privados de prática de atividade física. Foram obtidas ainda informações sobre a renda e população dos setores censitários, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dados de criminalidade junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Os domicílios e os estabelecimentos foram georreferenciados a partir dos endereços. Realizou-se análise de regressão logística binária pelo modelo de equações de estimativa generalizadas para testar a associação entre o ambiente de atividade física, renda per capita categorizada em tercís (renda familiar mensal/número de pessoas por setor censitário), taxa de criminalidade (crimes no setor censitário/1000 habitantes) e a obesidade. Os modelos foram ajustados por: sexo, idade, tabagismo, tempo de tela e autorrelato do estado de saúde. Foram propostos dois modelos distintos, um para cada categoria de local de prática de atividade física. Adotou-se o nível de significância de 5%. As pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

A amostra foi composta por 965 indivíduos adultos na faixa etária de 20 a 59 anos de idade com média de 34,2 anos ($\pm 12,0$). A maioria 55,2% (n=533) era do sexo feminino. A prevalência de obesidade foi de 13,8%. Do total de 63 estabelecimentos de locais para prática de atividade física (existentes à época da coleta de dados individuais), 65,1% eram particulares e 34,9% públicos. Na análise múltipla o tercil mais alto de renda per capita foi inversamente associado com a prevalência de obesidade nos dois modelos: estabelecimentos públicos e privados (OR=0,52, IC: 0,33-0,83; OR=0,57, IC: 0,35-0,93). A densidade dos locais públicos de atividade física associou-se a menor chance de obesidade (OR=0,96; IC: 0,93-0,99). Os estabelecimentos privados e as taxas de criminalidade não foram independentemente associados à obesidade, após ajuste.

Conclusão

A densidade de locais públicos para a prática de atividade física e a renda per capita associaram-se a menores prevalências de obesidade. Tais achados demonstram que tanto a renda, quanto a disponibilidade de estruturas públicas para prática de atividade física podem contribuir para menores prevalências de obesidade e servem de base para adoção de políticas públicas no município.

Referências

BENNETT, G. G. et al. Safe to walk? Neighborhood safety and physical activity among public housing residents. **PLoS Medicine**, v. 4, n. 10, p. 1599–606, 2007.

GOMES, C. S.; MATOZINHOS, F. P.; MENDES; L. L.; PESSOA, M.C.; MELENDEZ, G. V. Physical and social environment are associated to leisure time physical activity in adults of a brazilian city: A cross-sectional study. **PLoS ONE**, v.11, n.2, p.1-11, 2015.

LOVASI, G. S., HUTSON, M. A., GUERRA M., NECKERMAN, K. M. Built environments and obesity in disadvantaged populations. **Epidemiol Rev**, v.3, p.7–20, 2009.

MORGAN HUGHEY, S. et al. Green and lean: Is neighborhood park and playground availability associated with youth obesity? Variations by gender, socioeconomic status, and race/ethnicity. **Preventive Medicine**, v. 95, p. S101–S108, 2016.

SUGLIA, S. F. et al. Why the Neighborhood Social Environment Is Critical in Obesity Prevention. **Journal of Urban Health**, v. 93, n. 1, p. 206–212, 2016.

Palavras-chave: Obesidade; Meio ambiente; Saúde pública; Adultos

AMBIENTE ESCOLAR E HIPERCOLESTEROLEMIA EM ADOLESCENTES

MYRTIS KATILLE DE ASSUNÇÃO BEZERRA; PEDRITA BORGES DIAS; BRUNA MATOS DE ASSIS; ADRIELLE DE SOUZA NOVAES

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia , ² FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

pedrita_borges@hotmail.com

Introdução

A dislipidemia entre adolescentes vem causando aumento no risco de doenças cardiovasculares (FARIA NETO *et al.*, 2016). Esse quadro tem relação com o fato de estarem crescendo em um ambiente obesogênico. O ambiente escolar, nesse cenário pode incentivar mudanças nos padrões de comportamentos e de saúde/doença da população jovem (BEZERRA *et al.*, 2017).

Objetivos

Identificar as escolas com ambientes promotores da alimentação saudável e sua relação com a prevalência hipercolesterolemia em adolescentes de Recife (PE).

Metodologia

Estudo transversal de base populacional, como parte do “Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes”. Foram avaliados 1.125 adolescentes de 12 a 17 anos, das 39 escolas públicas e privadas selecionadas em Recife (PE). A variável dependente foi a hipercolesterolemia (Colesterol Total \geq 170 mg/dL) (XAVIER, 2005). A variável independente foi o “ambiente promotor da alimentação saudável” avaliado através de questionário aplicado ao gestor da escola. Os itens analisados foram: presença de refeitório; espaço para a divulgação de informações sobre alimentação saudável; envolvimento dos alunos na construção desses espaços; destinação permanente desses espaços; atividades de culinária; horta escolar; lanchonete comercial que promova a alimentação saudável; ambulante próximo à escola. Aplicou-se um sistema de escores em que cada item recebeu uma pontuação positiva (1,0) ou nula (0,0). As escolas com 70-100% das iniciativas executadas foram classificadas como “satisfatórias”, quando $<$ 70% como insatisfatórias. Para analisar a associação entre a variável dependente e a independente, utilizou-se o teste qui-quadrado e a razão de prevalência (RP) com respectivo IC95% como medida de associação. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (N° 05185212.2.2002.5208).

Resultados

A hipercolesterolemia foi diagnosticada 20,6% dos adolescentes. Das escolas analisadas, apenas 12% tinham ambiente promotor de alimentação saudável implementados de forma satisfatória. A prevalência de hipercolesterolemia foi maior em escolas com avaliação insatisfatória quando comparadas com as escolas com avaliação satisfatória dos ambientes promotores da alimentação saudável (21,1% vs. 14,2%; RP: 1,32; 95%IC: 1,1-1,6).

Conclusão

As escolas que tiveram a implementação satisfatória de ambientes promotores da alimentação saudável apresentaram menor prevalência de adolescentes com hipercolesterolemia.

Referências

- BEZERRA, M.A. *et al.* **Saúde e nutrição em escolas públicas e privadas de Recife**. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 17, n. 1, p. 191-200, mar. 2017.
- FARIA-NETO, J.R. *et al.* **ERICA: Prevalência de dislipidemia em adolescentes brasileiros**. Rev. de Saúde Pública. v. 50 Supl 1:10s. 2016.
- XAVIER, H. T. *et al.* **V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose**. Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 101, supl. 1, p. 1-20. 2013.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Doenças crônicas não transmissíveis; Promoção da saúde; Nutrição

ANÁLISE COMPARATIVA DO CONHECIMENTO DAS MÃES SOBRE INTERCORRÊNCIAS MAMÁRIAS

VITOR FRAZÃO NERI; ANA PRISCILA DA SILVA VERAS; LUCAS COSTA GUIMARÃES

¹ UNIP - DF - Universidade Paulista, Campus Brasília - DF

vtorlet@hotmail.com

Introdução

Sobre amamentação, há pesquisas qualitativas que demonstram que as complicações que afetam algumas mães, são implicações mamárias, influenciadoras e decisórias para que a mãe prossiga ou não com a amamentação exclusiva. Durante o atendimento pré-natal, a mãe deve receber as devidas instruções por um profissional de saúde capacitado para ensinar o manejo correto para o momento de amamentar. Sendo completa para que a mãe esteja preparada para lidar com qualquer situação, sem desmamar seu bebê precocemente.¹ Desta maneira, é indispensável essa assistência, independente de classe socioeconômica, composta pelas informações de qualidade possibilitando não só o aprendizado, mas prevenir e tratar as diferentes situações, a fim de que toda gestação tenha desfecho positivo tanto para a mãe quanto para a criança.² Este estudo teve intuito de comparar e analisar as consequências das orientações prestadas às gestantes.

Objetivos

Comparar e analisar as consequências das orientações prestadas as gestantes de uma unidade básica de saúde pública e privada.

Metodologia

Pesquisa exploratória qualitativa, com base científica realizada em uma população reduzida, com o propósito de analisar os pontos fracos referentes à orientação dos cuidados pré-natal, desenvolvida com 50 gestantes de unidades básicas de saúde. Essas mulheres são de distintas condições sócioeconômicas, atendidas na cidade de Samambaia DF (Público) e no hospital Anchieta em Taguatinga DF (Privado). Foram aplicados 25 questionários em cada unidade, composto por perguntas relacionadas ao atendimento pré-natal e doenças mamárias. A análise de dados foi realizada no Microsoft Office Excel 2010. Com a autorização de todas, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CEP/SES-DF), caae: 73342617.7.0000.5512.

Resultados

Analisadas e comparadas 25 mulheres de cada unidade de saúde, totalizaram-se 50 mulheres 100 % da amostra, no período pré-natal, puerpério e que tiveram filhos há dois anos. Com média de idade de 19 a 46 anos e com distintos graus de escolaridade. A respeito da realização do pré-natal, na unidade privada, 100% (n=25) das mulheres cumpriram; na unidade pública, apenas 84% (n=21) efetuaram, iniciando as consultas acima dos 6 meses de gravidez e 16% (n=4) não realizaram de forma alguma. Na unidade particular 68% (N=17) não tiveram nenhum tipo de orientação sobre doenças mamárias; na rede pública 76% (n=19) não sabiam da existência desse tipo de intercorrência. Muitas mães sem ter orientações, desmamaram seus bebês precocemente.

Conclusão

Os resultados demonstram que fatores como baixa escolaridade, baixa renda familiar, dentre outros analisados, são pontos que interferem na qualidade do pré-natal que a mãe irá buscar. Porém, não deveriam intervir na qualidade dessa assistência, visto que os profissionais teriam de estar capacitados de forma igual para atender ao público de diferentes condições socioeconômicas, encontrando-se habilitados para prestar atendimento eficiente, abordando o auxílio pré-natal não só de forma positiva, mas citando também as possíveis intercorrências que podem surgir ao longo desse processo. Apesar de avaliar lugares distintos, tratando-se de doenças mamárias, o serviço prestado não se difere.

Referências

1. QUIRINO, L. Q; OLIVEIRA, J. D; FIGUEIREDO, F.M.F.E.R; QUIRINO, G.S. Significado da experiência de não amamentar relacionado as intercorrências mamárias. *Cogitare enfermagem*. 2011.
2. Ministério da Saúde. Datasus. Pré-natal e Puerpério, atenção qualificada e humanizada. 2005

Palavras-chave: Amamentação; Doenças mamárias; Intercorrências; Pré-natal

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS INFANTIS FRENTE A ROTULAGEM GERAL E NUTRICIONAL

JÉSSYCA ALVES DA SILVA; BARBARA MELO SANTOS DO NASCIMENTO

¹ UFS - Universidade federal de Sergipe

barbarantos@gmail.com

Introdução

Rótulos atuam como canais de comunicação, sendo o principal meio de assegurar o direito ao acesso a toda informação sobre um produto alimentício, se bem compreendidos, permitem escolhas alimentares mais sensatas, de acordo com a necessidade do consumidor. Visando garantir, os direitos básicos do consumidor de obter informação adequada e clara sobre os serviços e produtos que lhes são ofertados, a rotulagem dos alimentos deve se adequar a legislação vigente.

Objetivos

O presente estudo teve o intuito de avaliar rótulos de produtos alimentícios, confrontando-os com as legislações referente a Rotulagem Geral e Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados.

Metodologia

O estudo foi caracterizado qualitativo, descritivo e transversal, realizado no período de fevereiro a abril de 2017. A análise partiu de uma investigação de rótulos de produtos infantis comercializados em 04 (quatro) grandes redes de supermercados distribuídas na cidade de Aracaju/SE. Os produtos foram selecionados de diferentes marcas de acordo com a disponibilidade. Através de um checklist elaborado com base nas RDC's nº 219/2002, de 20 de setembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados e RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o Regulamento Técnico Sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, 36 itens foram avaliados em Conforme (C), Não Conforme (NC) e Não se Aplica (NA). Os dados obtidos foram agrupados em um banco de dados, onde foram geradas frequências e percentuais com a criação de planilhas utilizando o software Excel 2013.

Resultados

Verificou-se que os maiores percentuais em não conformidade em relação a rotulagem geral de alimentos embalados se encontram na Indicação de País de origem no painel principal, Advertências no painel principal, Indicação de corantes e aromatizantes, Validade com embalagem aberta, Instruções para conservação e armazenamento com embalagem aberta e Ingredientes compostos com especificação entre parênteses. Nesta legislação, os produtos que obtiveram maiores frequências nas inconformidades, respectivamente, foram os Doces, Biscoitos doces e Salgadinhos. No que diz respeito a rotulagem nutricional, a maior frequência de inconformidades se encontra no item referente a presença da tabela nutricional, sendo que os doces e os iogurtes, apresentaram 21,4 e 27,3% de inadequação, respectivamente.

Conclusão

É necessário que os órgãos fiscalizadores atuem de forma mais rigorosa, tomando as medidas cabíveis diante da persistência dos erros encontrados. Além disso, a educação nutricional é uma alternativa imprescindível para que a população tenha conhecimento acerca das informações presentes nos rótulos, tornando-se agente fiscalizador de seus direitos.

Referências

1. BRASIL. Agência Nacional da Vigilância Sanitária –ANVISA. Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados [acesso em: 02 fev. 2017]. Disponível em: <http://www.ibravim.org.br/admin/arquivos/informes/1455824267-1ed.pdf>
2. BRASIL. Agência Nacional da Vigilância Sanitária –ANVISA. Resolução-RDC Nº 360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional [acesso em: 02 fev 2017] Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/281236/.pdf>.
3. Brasil. Ministério da Justiça. Código de Defesa do Consumidor (CDC). Lei nº 8.078/90, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 set. 1990.

4. Câmara MCC, Marinho CLC, Guilam MC, Braga AMCB. A produção acadêmica sobre a rotulagem de alimentos no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2008;23(1):52–58.

5. Araujo CDL, Ameida ARL, Alves MML, Costa GF, Costa AR, Melo AM, Lopes RR, Silva CRN. Análise de rotulagem de leites UHT comercializados na cidade de Remígio-PB. In: I Encontro Nacional da Agroindústria. Anais do I Encontro Nacional da Agroindústria, Bananeiras, 2015.

Palavras-chave: Rótulo; Comunicação; Alimentos infantis

ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM UM NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), EM UM MUNICÍPIO POLO DE MINAS GERAIS

VINÍCIUS VIEIRA BENVINDO; NIZIA ARÚJO VIEIRA ALMEIDA

¹ UFJF-GV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Campus Governador Valadares

vinicius_vieira_b@hotmail.com

Introdução

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) figura-se principalmente pelo seu caráter interdisciplinar, que se baseiam nas ações, saberes e práticas que se complementam na gestão do cuidado. O programa vem de encontro a necessidade de ampliar a abrangência, o escopo das ações e a resolutividade da Atenção Primária, e com vistas ao apoio à inserção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na rede de serviços no processo de territorialização. (BRASIL, 2010, 2014).

Objetivos

Caracterizar a atuação dos profissionais integrantes do NASF, no que tange aos seguintes aspectos: integração com a Estratégia de Saúde da Família (ESF), planejamento em Saúde nos territórios de saúde e o conhecimento das diretrizes do Programa.

Metodologia

O presente estudo, de delineamento transversal, foi realizado no município de Governador Valadares, MG, com todos os 34 profissionais integrantes das oito (08) equipes do NASF, que apoiam as equipes de Saúde da Família do município, da zona urbana e rural. Utilizou-se uma entrevista estruturada, aplicada em local previamente agendado, que possuía questões fechadas e abertas. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob o número de protocolo 1.527.339, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a análise descritiva, foi utilizado o software Excel 2013.

Resultados

Os integrantes do NASF apresentaram o seguinte perfil: a maioria (88,2%) composta por mulheres, dentre todos os participantes a idade média encontrada foi de 37,9 anos (DP \pm 8,9); 94,1% advindos de universidade/ faculdade privada; ingressaram no programa principalmente por meio de análise de currículo (47,1%) e o tempo médio de ingresso foi de 45,9 meses (DP \pm 31,6). Na percepção da metade dos profissionais, a integração se dá de forma satisfatória com as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), seguindo pela integração parcialmente satisfatória (47,1%). Quanto ao planejamento em saúde para cada território adscrito foi relatado por 56% dos participantes, a ausência desse planejamento. No que tange ao conhecimento das diretrizes do Programa, 8,8% elencaram três ou mais diretrizes estabelecidas para o NASF pelo Ministério da Saúde, relacionados à sua atuação profissional.

Conclusão

Embora exista uma boa integração entre as equipes de Saúde da Família (eSF) e o NASF, o desconhecimento das diretrizes que norteiam sua atuação e ausência do Planejamento em Saúde para o território, podem resultar em ações ineficientes e resultados insatisfatório em relação às demandas de saúde das populações adscritas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Oficina de qualificação do NASF / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 86 p. Disponível em: . Acesso em: 22 Abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p. Disponível em: . Acesso em: 22 Abr. 2017.

Palavras-chave: Atenção básica; Planejamento em Saúde; Estratégia de Saúde da Família

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DAS LANCHEIRAS DE PRÉ-ESCOLARES DE UMA ESCOLA EM ARACAJU, SERGIPE

JAMILLE CAROSO ANDRADE; CAMILLA VALERIANO OLIVEIRA; ELIS REJANE ARAUJO SANTANA; MANUELA FIRMO DE OLIVEIRA; SILVIA MARIA VOCI

¹ SESC - Serviço Social do Comércio, ² UFS - Universidade Federal de Sergipe

smvoci@uol.com.br

Introdução

Estudos demonstram que há grande inserção dos produtos ultraprocessados nos hábitos alimentares da população em geral, sobretudo das crianças, devido à sua alta palatabilidade, praticidade e publicidade demasiada. No Brasil, o novo Guia Alimentar para a População Brasileira aponta a necessidade de uma nova abordagem quanto à alimentação saudável, estimulando o consumo de alimentos in natura e a redução no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, além da preservação da cultura alimentar, visto o enfraquecimento da transmissão de habilidades culinárias entre gerações.

Objetivos

O objetivo do estudo foi identificar os grupos alimentares mais frequentes nas lancheiras dos pré-escolares considerando a classificação do novo Guia Alimentar para a População Brasileira que divide os alimentos em: alimentos in natura ou minimamente processados, alimentos processados e alimentos ultraprocessados.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola de uma instituição paraestatal do município de Aracaju em Sergipe. Trata-se de um estudo transversal que analisou uma amostra composta por 157 alunos, de um universo de 399 crianças, sendo 63 pré-escolares do segundo período, 44 do terceiro e 50 do quarto, com idade entre dois e sete anos. Cada aluno teve sua lancheira observada durante três dias não consecutivos e os itens foram devidamente anotados em formulário, com sua descrição completa, marca comercial e quantidade. Para avaliação qualitativa, os alimentos foram divididos segundo as classificações do Guia Alimentar para a População Brasileira: alimentos in natura; alimentos minimamente processados; alimentos processados; alimentos ultraprocessados. Foram feitas análises descritivas em Excel. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe, sob CAAE nº 75457417.4.0000.5546.

Resultados

Observou-se elevado índice de alimentos ultraprocessados (71,2%) nas lancheiras, e em contrapartida baixo percentual de alimentos in natura (8,0%), alimentos processados (5,9%) e alimentos minimamente processados (14,8%). Durante a pesquisa, também foi observado que a presença de alimentos in natura e minimamente processados, em sua maioria, era concomitante à presença de alimentos ultraprocessados na mesma lancheira.

Conclusão

Os resultados encontrados são importantes pois demonstram que os produtos ultraprocessados estão cada vez mais inseridos nos hábitos alimentares das crianças, o que contribui para o excesso de peso e outras doenças associadas. Isso reforça a importância da implementação de ações de educação alimentar e nutricional na Escola, com as crianças e seus pais/responsáveis, uma vez que os hábitos adquiridos na infância tendem a permanecer na vida adulta.

Referências

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da saúde, 2014.

CORNWELL, B.; VILLAMOR, E.; MORA-PLAZAS, M.; MARIN, C.; MONTEIRO, C.A.; BAYLIN, A. Processed and ultra-processed foods are associated with lower-quality nutrient profiles in children from Colombia. *Public Health Nutrition*. May, 2017. <https://doi.org/10.1017/S1368980017000891>.

SPARRENBERGER, K.; FRIEDRICH, R. R.; SCHIFFNER, M. D.; SCHUCH, I.; WAGNER, M. B. Ultra-processed food consumption in children from a Basic Health Unit. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, v. 91, p.535-542, 2015.

Palavras-chave: lanches; alimento ultraprocessado; crianças

ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÚCAR EM ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS.

DYESSA CARDOSO BERNARDES ASSUNÇÃO; RAÍSSA APARECIDA BORGES BATISTA; FERNANDA RODRIGUES DE OLIVEIRA PENAFORTE; CAMILA CREMONEZI JAPUR

¹ UFU - Universidade Federal de Uberlândia, ² UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
raissaborges26@hotmail.com

Introdução

A sociedade contemporânea vivenciou processos de urbanização, industrialização e globalização que propiciaram alterações no cotidiano, na rotina de vida, perfil alimentar e nutricional. O crescimento do consumo de alimentos industrializados associadas às altas taxas de doenças crônicas não transmissíveis, como Diabetes Mellitus e Obesidade, torna fundamental a discussão sobre a rotulagem nutricional de açúcares, uma vez que o controle do seu consumo (até 10% do valor energético total da dieta) é base para tratamento nutricional destas doenças. Entretanto, não há obrigatoriedade de declaração da quantidade de açúcar nos alimentos industrializados.

Objetivos

Avaliar a disponibilidade da informação da quantidade de açúcar e identificar a presença e posição do açúcar na lista de ingredientes em alimentos industrializados (sabor doce e salgado).

Metodologia

Foi realizada uma avaliação da disponibilidade da informação sobre a quantidade de açúcar por análise dos rótulos de alimentos industrializados que contivessem açúcar ou sacarose na lista de ingredientes e pela solicitação da informação as indústrias de alimentos por contato telefônico ou e-mail. Os alimentos analisados foram distribuídos em dois grupos: tradicionais e diet/light/zero, os quais foram subdivididos em 15 e 5 categorias, respectivamente, segundo Sistema Brasileiro de Categorização de Alimentos. Os dados coletados foram digitados e revisados por outros dois pesquisadores. A análise dos resultados obtidos foi efetuada por análise estatística descritiva do número e percentual. A comparação dos percentuais de declaração da quantidade de açúcares e da presença do açúcar nas três primeiras posições da lista de ingredientes, entre ambos os grupos, foi realizada pelo teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%, por meio do software GraphPad InStat versão 3.05.

Resultados

Foram analisados 2200 alimentos, 2164 (98,4%) tradicionais e 36 (1,6%) diet/light/zero. A presença da informação sobre quantidade de açúcar foi identificada em 14,4% alimentos tradicionais e 13,9% diet/light/zero, sem diferença significativa ($p=0,84$). Na lista de ingredientes, o açúcar estava presente nas três primeiras posições em 1668 (75,8%) alimentos industrializados, que corresponde a 75,8% dos tradicionais e dos 77,8% diet/light/zero; sem diferença entre os grupos ($p=0,93$). Vale ressaltar que 29,1% dos alimentos tradicionais e 8,3% dos diet/light/zero são de sabor salgado, e 30% (189/629) e 66,7% (2/3) deles apresentavam o açúcar nas três primeiras posições da lista de ingredientes, respectivamente. Foram contatadas 156 indústrias de alimentos, destas somente 12 (7,7%) disponibilizaram as informações solicitadas referentes à quantidade de açúcar nas porções dos alimentos industrializados.

Conclusão

A disponibilidade da informação sobre a quantidade de açúcar em alimentos industrializados é baixa, tanto pelos rótulos dos alimentos quanto pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor. O estudo demonstra a necessidade de regulamentação sobre a obrigatoriedade da informação de quantidade de açúcar nos rótulos dos alimentos industrializados (sabor doce e salgado), uma vez que 75,8% destes têm o açúcar como principal ingrediente em sua formulação.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância Sanitária. Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de alimentos para fins especiais. Portaria nº 29, de 13 de janeiro de 1998. Brasília-DF, 1998.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº54 de 12 de novembro de 2012. Regulamento técnico sobre informação nutricional complementar. Brasília-DF, 2012.
3. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde. Washington-DC, 2016.

4. BRASIL. Sociedade Brasileira de Diabetes [org. Oliveira JEP, Vencio S]. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015. São Paulo: AC Farmacêutica, 2015.

Palavras-chave: Açúcar; Sacarose; Rotulagem nutricional; Alimentos industrializados; Direito do consumidor

ANÁLISE DA OFERTA E DEMANDA DE ALIMENTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ENTRE O PERÍODO DE JUNHO DE 2016 A MAIO DE 2017

BIANCA BENEVENUTO MONTENEGRO; LIDIANE DE MATOS PIRES

¹ CEASA-DF - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, ² EMATER-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, ³ SEAGRI DF - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ⁴ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília
bianca.montenegro@gmail.com

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos, é uma ação do Governo Federal criada para fortalecer o agricultor familiar e colaborar com o enfrentamento da fome no Brasil. O objetivo central do programa é “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar” Para que os alimentos comprados por meio do programa possam atender da melhor forma as entidades sociais em quantidade qualidade e variedade é necessário um trabalho intersetorial para conciliar a demanda das entidades com uma oferta qualificada de produtos.

Objetivos

Analisar a adequação de volume e diversidade de alimentos ofertados pelo Programa de Aquisição de Alimentos diante a demanda do Banco de Alimentos de Brasília entre o período de junho 2016 a maio 2017.

Metodologia

Para estimar a demanda de alimentos necessários para atender as entidades cadastradas, foi desenvolvida uma metodologia de distribuição de alimentos no Banco de Alimentos de Brasília, elaborada pela nutricionista do local considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Para garantir um mix adequado de alimentos ficou estipulado a quantidade de alimentos por grupo de folhosos, frutas, temperos, tubérculos e verduras e legumes. Baseado no número de beneficiários e dias de atendimento das Entidades foi possível obter a demanda total para cada mês no período de junho/2016 a maio/2017. Para analisar se a oferta de alimentos ficou de acordo com a demanda do Banco foi utilizada a planilha de registro de recebimento de alimentos. Os valores do recebimento foram comparados com a perspectiva estimada para cada grupo de alimentos. E por fim, foi feita a análise da adequação entre volume ofertado e diversidade de alimentos diante a demanda do Banco.

Resultados

Do grupo de folhosos, foram recebidos 15 tipos, sendo os de maior representatividade o repolho, a alface e a couve manteiga. No grupo de frutas foram recebidos 14 tipos ao longo de 11 meses, sendo as de maior representatividade o abacate, o morango e a banana prata. No grupo de temperos ao todo foram recebidos 8 tipo de alimentos, sendo o pimentão verde recebido em maior quantidade. Acerca dos tubérculos, foram recebidos 4 tipos sendo a mandioca e a batata doce os mais representativos deste grupo. No grupo das verduras e legumes foram recebidos ao todo 29 variedades de alimentos. Os três alimentos mais representativos deste grupo foram a abóbora seca, o tomate e a cenoura. Ao todo o Banco de Alimentos de Brasília recebeu para posterior distribuição a entidades cadastradas, 835.119,30 kg de alimentos no período de junho de 2016 a maio de 2017 por meio do programa de aquisição de alimentos. Foram beneficiadas em média 23.113 crianças, jovens, adultos e idosos por mês.

Conclusão

Analisar de forma abrangente, porém, detalhada, uma política pública permite aos órgãos envolvidos melhorá-la em benefício da população atingida. Nesta pesquisa, os dados de 11 meses de execução do Programa de Aquisição de Alimentos foram examinados. A quantidade de alimentos recebidos ficou bem próxima a quantidade programada para atender os beneficiários, 82% de adequação. Durante este período de execução do programa de aquisição de alimentos, foi recebida uma média de 56 itens por mês, o que impacta positivamente na qualidade nutricional das refeições oferecidas pelas entidades que recebem esses alimentos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos. 2012. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/folder_paa_2012.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. PAA. Sobre o Programa. 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CARVALHO, Luciana; ROCHA, Dais. Programa de Aquisição de Alimentos: a lente bioética na segurança alimentar. Revista Bioética, v. 21, n. 2, p. 278-290, 2013.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. State of Food Insecurity in the World. 2015. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2017.

Palavras-chave: Banco de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Aquisição de Alimentos

ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA, NUTRICIONAL E SAÚDE DE PACIENTES ONCOLÓGICOS ATENDIDOS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA NO RECIFE - PE

FABIANA DE ARRUDA LUCCHESI; CAMILLA MARIA COSTA SOARES DA SILVA; MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES DE LEMOS

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
fabianalucchesi@hotmail.com

Introdução

A doença neoplásica causa mudanças físicas e psicológicas nos indivíduos de diferentes faixas etárias gerando fenômenos de complexidade diversas e impactos de ordem social e econômica. Pode originar longos períodos de morbidade, comprometer a autonomia, independência funcional e qualidade de vida (KOVÁCS *et al*, 2015). As demandas apresentadas pelos usuários dos serviços de saúde são "aparentemente individuais", destacando a necessidade do reconhecimento, por parte dos profissionais de saúde, desta dimensão do problema no processo de assistência (CARVALHO, 2008).

Objetivos

O objetivo desse estudo foi avaliar as condições socioeconômicas e estado nutricional de pacientes oncológicos atendidos ambulatorialmente no Hospital do Câncer – Recife/PE.

Metodologia

A planilha elaborada para a coleta de dados teve como base o material "Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Os segmentos populacionais estudados foram adultos e idosos. Foram coletados: sexo, idade, localização do tumor, tempo de doença, tipo de tratamento, hábitos de vida: etilismo e tabagismo; dados antropométricos: altura, índice de massa corporal (IMC), circunferência do braço (CB) e circunferência da panturrilha (CP) para pacientes idosos; presença de patologias associada: hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM), doença renal crônica (DRC) e dislipidemias; ainda constando questionamentos sobre benefício social, ocupação e uso ou não de anticoncepcional (AC). Os parâmetros bioquímicos e antropométricos foram analisados de acordo com o material "Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). Apenas foram incluídos no estudo aqueles que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados foram tabulados e analisados no software EXCEL® 2010.

Resultados

A amostra total foi de 176 pacientes atendidos no ambulatório de mama, cabeça e pescoço, quimioterapia e cirurgias oncológicas, sendo a média de idade de 56 anos ($\pm 16,9$), e 29,94% da amostra de idosos. A maioria dos pacientes avaliados foi do sexo feminino (80,11%). Tal fator também pode ter influenciado na região mais frequente do tumor, localizado na mama (48,86%). O tempo médio de doença foi 34 meses (± 56), enquanto o peso médio foi de 66 kg (± 16). Para os idosos, a média da CP foi de 33 cm (± 8) indicando diminuição de massa muscular. Cerca de 53,4% dos pacientes estavam em acompanhamento clínico no momento do atendimento. Com relação aos fatores de risco, 75,56% da amostra relataram nunca ter fumado, 73,86% afirmaram nunca terem ingerido bebida alcoólica. Já para as comorbidades, a mais prevalente no grupo foi HAS (40,9%), seguido por dislipidemias (15,9%) e DM (9,66%). Cerca de 39,77% do público residiam na zona rural de Pernambuco e 67,61% não referia receber recurso de benefício financeiro do governo. A maioria das mulheres relatou nunca ter feito uso de anticoncepcionais (78,97%).

Conclusão

É muito importante garantir a assistência nutricional, psicológica, médica e social direcionada às necessidades do paciente, considerando o tratamento proposto e comorbidades associadas, com o intuito de assegurar um cuidado específico e uma atenção individualizada ao paciente e amparo familiar.

Referências

1. Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.

2. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/protocolo_sisvan.

3. CARVALHO, C. S.U. A Necessária Atenção à Família do Paciente Oncológico - **Revista Brasileira de Cancerologia**. 2008; 54(1): 87-96

4. MARTA, G. N.; DEL NERO, L. G.; NADER, M. G.; MANGABEIRA, A.; CRICHTI, G.; KOVÁCS, M. J. Treatment priorities in oncology: do we want to live longer or better? Clinics [Internet] 2014 [cited in 2015 Nov 26]; 69(8):509-14. Disposable in: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

Palavras-chave: Câncer; Nutrição; Saúde Coletiva

ANÁLISE DA TABELA DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS DA ANVISA E QUALIDADE DE VIDA DOS FENILCETONÚRICOS

JÚLIA MARTINS DE VARGAS; MARIA CLÁUDIA DA SILVA

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

mariacaudianut@gmail.com

Introdução

Erros inatos ocorrem espontaneamente no metabolismo, como a deficiência da enzima fenilalanina hidroxilase. Responsável em converter o aminoácido fenilalanina no aminoácido tirosina. A falta desta causa o aumento de fenilalanina no sangue e nos tecidos o que leva ao quadro específico de fenilcetonúria⁴. O tratamento consiste na retirada de alimentos ricos em fenilalanina, são eles: as proteínas de origem vegetal ou animal. Alimentos in natura, com baixo teor de FAL, devem ser consumidos em quantidades controladas. E suplementação com “fórmula de aminoácidos para dietas com restrição de fenilalanina”¹. A Agência de Vigilância Sanitária criou então - através da RDC N° 19, de 5 de maio de 2010 – a Tabela de Composição de Alimentos. O objetivo da tabela é servir de guia para os profissionais da saúde e para os fenilcetonúricos¹.

Objetivos

Analisar a utilização da tabela de composição de alimentos, desenvolvida pela ANVISA, quanto a clareza, objetividade, uso e acesso.

Metodologia

Esta pesquisa foi divulgada em centros de triagem neonatal cadastrados no Ministério da Saúde (ANEXO 1), como, hospitais infantis, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória – APAE e faculdades e nas comunidades de fenilcetonúricos nas redes sociais. Foi enviado aos centros e às comunidades de fenilcetonúricos nas redes sociais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e a proposta da pesquisa assim como o link do questionário. O trabalho foi constituído em três partes, foram elas: coleta de dados através do questionário, análise dos dados e divulgação para a ANVISA e para os participantes dos resultados encontrados a fim de proporcionar a melhorias na tabela. O instrumento de coleta de dados é um questionário online no Google Forms este contém quatro blocos – BLOCO A – DADOS PESSOAIS, BLOCO B - DADOS PARA PESQUISA, BLOCO C – DADOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA E BLOCO D – FREQUENCIA ALIMENTAR, onde foi abordado o conhecimento sobre a tabela, assim como, a utilização da mesma no dia-a-dia e nas compras. O questionário usado para frequência alimentar é o do GUIA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, com algumas modificações. Os dados foram coletados de maio de 2017 a junho de 2017.

Resultados

Dos fenilcetonúricos que responderam o questionário 6 (50%) pessoas relataram conhecer a tabela e 6 (50%) pessoas desconhecem sua existência. Todos (100%) afirmaram compreender os dados ali apresentados e levar em consideração o que ali foi descrito. No recordatório alimentar foi observado o consumo de suplemento PkU (próprio para fenilcetonúricos), frutas e legumes variados. A dieta deles unanimemente foi prescrita por nutricionista. O uso da tabela ajudou na qualidade de vida dos fenilcetonúricos, ela traz uma maior precisão do cálculo e no controle. Pela análise de qualidade de vida juntamente com a frequência alimentar foi constatada uma ingestão baixa de água, frutas, legumes e verduras.

Conclusão

Os fenilcetonúricos têm as altas taxas de não adesão aos diversos tratamentos terapêuticos. No questionário foi possível perceber que os pacientes têm acompanhamento nutricional. Todos relatam que ela precisa de divulgação e melhoria na acessibilidade. A mudança sugerida seria ela virar aplicativo. Na anamnese alimentar que foi respondida foi possível visualizar um alto consumo hipercalóricos. O consumo destes e a baixa ingestão de alimentos com alto valor biológico ocasiona síndromes metabólicas.

Referências

BRASIL. ANVISA. Fenilalanina em Alimentos Disponível em: Acesso em: 07/09/2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar: como ter uma alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

BRASIL. ANVISA. Informe Técnico N° 49, de 11 de abril de 2012. Disponível em: <

<http://portal.anvisa.gov.br/fenilalanina-em-alimentos>> Acesso em: 07/09/2016

Palavras-chave: ANVISA; Fenilalanina; Fenilcetonúrias; Qualidade de Vida

ANÁLISE DE METAIS PESADOS EM PEIXES DA COSTA BRANCA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE HUMANA

HERLANE DA SILVA PAIVA; LIDIANE AUGUSTA DE SOUZA

¹ UNP - Universidade Potiguar
lidiane_3006@hotmail.com

Introdução

A contaminação por metais pesados tem sido associada à contaminação com sucessivas mortes de seres aquáticos. Diante disso, o peixe tem sido utilizado como bioindicadores para avaliar a segurança do sistema aquático e as várias alterações ocorridas nesses organismos, que irão nos indicar o grau de poluição existente nesse ambiente. Diante da problemática exposta, surge a importância de correlacionar a quantificação de metais pesados em peixes com a saúde da população. Sendo os pescados um ótimo protótipo para avaliação referente à qualidade da água e/ou um possível indicativo da poluição ambiental.

Objetivos

O estudo teve como objetivo identificar o acúmulo de metais pesados em peixes coletados na Costa Branca durante o período seco, bem como as suas implicações na saúde humana.

Metodologia

Para a coleta das amostras, foram escolhidos três pontos distintos da Costa Branca. A coleta aconteceu no mês de julho (período seco) do ano de 2017, as espécies foram coletadas em redes de pesca e tarrafas. Após a captura, os peixes foram armazenados em sacos estéreis, e transportado em um isopor com gelo. As amostras foram levadas para estufa a uma temperatura de 50° C, onde foi realizado um processo de secagem por 72 horas, e logo após foram trituradas, maceradas e submetidas ao processo de digestão. O processo iniciou-se com a diluição das amostras, que foram pesadas e taradas uma a uma, em 0,5 g do material seco obtido através da trituração dos peixes. Em seguida foram adicionados os ácidos 7 ml de HNO₃ 65%, 1 ml de 202 a 30%. Ao término do procedimento foram transferidos 50 ml do material resultante da digestão, para frascos de polietileno, onde foram reservados até o momento das análises dos metais. A leitura das concentrações dos metais pesados Cd (Cádmio), Pb (Chumbo), Ni (Níquel) e Cr (Cromo) nas amostras de peixes foi realizada no Espectrofotômetro de Absorção Atômica com Chama (F-AAS), modelo Varian AA240FS. Foram reproduzidas curvas de calibração para cada metal analisado, a partir de soluções padrões certificados para a leitura do equipamento. Para o estudo foram examinados peixes de espécies distintas. As linhagens que foram capturadas em diferentes pontos da costa branca são constituídas de espécies como Thunnus, Pristis microdon e Pseudocrenilabrinae.

Resultados

Nenhuma das amostras analisadas apresentou valores positivos para o metal Cd, em relação ao metal Pb, este, apresentou-se acima do estabelecido na espécie Pseudocrenilabrinae (0,3149 ppm). O metal Cr apresentou valores positivos em todos os exemplares e acima do permitido pela legislação brasileira (1,7797, 1,980, 2,030 ppm, respectivamente) e o Ni mostrou-se presente, porém dentro dos limites estabelecidos (0,054, 0,085, 0,005 ppm).

Conclusão

Desta forma, foi possível avaliar o grau de perigo dos metais contidos nestas espécies, não só referente aos animais aquáticos, mas aos consumidores finais que se alimentam desses peixes, os seres humanos. Essas elevadas concentrações de metais pesados no ambiente e tecido muscular dos peixes indicam um elevado grau de contaminação da Costa Branca do Rio Grande do Norte, causando prejuízos a saúde do homem.

Referências

Anvisa. Resolução RDC n° 42, de 29 de agosto de 2013. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0042_29_08_2013.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Decreto 55.871 de 26 de março de 1965, Diário Oficial da União: Brasília, 1965 (09 de abril de 1965).

LIMA JUNIOR, R et al. Evaluation of heavy metals in fish of the Sepetiba and Ilha Grande Bays, Rio de Janeiro, Brazil. Environmental Research Section, v. 89, p. 171-179, 2002.

LÓPEZ, María Tránsito. A dieta anticâncer: Prevenir é o melhor remédio. São Paulo: Escrituras Médicas, 2014. 199 p.

VELMA, V.; VUTUKURU, S. S.; TCHOUNWOU, P. B. Ecotoxicology of hexavalent chromium in freshwater fish: a critical review. Reviews on Environmental Health, v. 24, n. 2, p. 129-145, 2009.

Palavras-chave: Costa Branca; Metais pesados; peixes

ANÁLISE DE OFERTA DE ALIMENTOS MINIMAMENTE PROCESSADOS EM ESCOLAS ASSISTIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

AMANDA CRISTINA TOMPSON DINIZ; LETICIA ESTEFANY SANTANA PENSADOR; ALINE LEÃO REIS; ISABELLE CHRISTINE DA SILVA VIEIRA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTO

¹ UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, ² CECANE - CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR

amandatompsond@gmail.com

Introdução

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária estipula que as hortaliças são plantas herbáceas na qual uma ou mais partes são utilizadas como alimento em sua forma natural, podendo ser verduras, legumes, raízes e tubérculos de acordo com a resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos nº12/78. Nesse contexto, a Resolução Nº26/2013 do Programa Nacional de Alimentação Escolar estipula a oferta mínima de três porções (200 gramas/cada) de frutas e hortaliças por semana aos escolares, visto que as hortaliças são alimentos reguladores que tem como característica serem fontes de vitaminas e minerais – ambos nutrientes que mantêm o equilíbrio do organismo e que auxiliam nos processos cognitivos da criança, uma vez que possuem ação reguladora e de combate e prevenção de agravos à saúde. Portanto, assume-se como importante a verificação da presença desses alimentos nos cardápios executados nas instituições de ensino.

Objetivos

Identificar a presença de frutas minimamente processadas, saladas, alimentos integrais e leguminosas em cardápios de escolas beneficiadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, realizado em duas escolas (A e B) do município de Belém/PA. Participaram da pesquisa as duas escolas que tinham o maior número de alunos matriculados no ensino fundamental (2º ao 5º ano) em regime de tempo integral, de acordo com documento disponibilizado pela Entidade Executora. Foi verificada a frequência diária de oferta de frutas minimamente processadas, saladas, alimentos integrais e leguminosas nos cardápios executados nas instituições conforme rege a Resolução Nº26/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A coleta de dados ocorreu durante 20 dias letivos em cada escola, de maio a agosto de 2015, a partir do acompanhamento da execução (do pré-preparo à distribuição) dos cardápios escolares, destaca-se que os dados foram coletados por graduandos de nutrição, através do preenchimento de protocolo semiestruturado. Os resultados foram armazenados e analisados em planilha do Programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, parecer 221.941/2015.

Resultados

Não foram ofertadas frutas, saladas e alimentos integrais nas duas instituições estudadas. Em relação às leguminosas, foi observada a oferta de feijão em 85% (n=17) dos dias analisados na Escola A e 95% (n=19) na Escola B.

Conclusão

A ausência de frutas, saladas e alimentos integrais indica uma não-conformidade com a legislação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Não obstante, deve-se levar em consideração que os cardápios escolares perpassam a ideia de apenas ofertar alimentos e funcionam como uma forma de educação alimentar e nutricional, incentivando a criação de hábitos alimentares adequados.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (ME). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 2013; 17 jun.

Brasil. Resolução n.12 - CNNPA, de 24 julho de 1978. A CNNPA do Ministério da Saúde aprova 47 padrões de identidade e qualidade relativos a alimentos e bebidas para serem seguidos em todo território brasileiro. Diário Oficial da União. 1978 24 jul; Seção 1.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Cardápio; Políticas públicas

ANÁLISE DE PERCEPÇÃO E USABILIDADE DO APLICATIVO NUTRABEM 2.0

SAMANTHA BITTENCOURT MESCOLOTO; SIMONE CAIVANO; SEMÍRAMIS MARTINS ÁLVARES DOMENE

¹ UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista

samantha_bittencourt@hotmail.com

Introdução

A partir do interesse em estudos que avaliam a ingestão alimentar, é necessário considerar também aspectos relacionados aos instrumentos utilizados para a obtenção dessas informações. Métodos tradicionais de estimativa da ingestão alimentar a partir de inquéritos dietéticos apresentam fragilidades que levam a erros de medida, assim o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de novos instrumentos podem melhorar as informações referentes a alimentação e nutrição. Uma vertente crescente, é o uso de inquéritos alimentares abrigados em ferramentas digitais, entretanto, pouco se sabe sobre a percepção dos usuários frente aos métodos testados, sobretudo no Brasil.

Objetivos

Avaliar a usabilidade do aplicativo Nutrabem 2.0 como método de registro alimentar a partir da análise de percepção dos usuários da ferramenta.

Metodologia

Estudo transversal retrospectivo realizado com 195 indivíduos adultos, de idades entre 19 e 59 anos, de ambos os sexos e que manifestaram concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Inicialmente, a ingestão alimentar foi estimada pelo uso do aplicativo Nutrabem 2.0 e pelo recordatório de 24 horas. A análise da percepção referente aos métodos utilizados foi feita por instrumento construído em formato de escala Likert. Verificou-se a validade de conteúdo das asserções utilizadas no instrumento a partir do cálculo do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson e a consistência interna foi medida pelo Coeficiente de Correlação Alfa de Cronbach. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo sob o parecer nº 1.643.952, e pelo sistema CEP/CONEP - CAAE nº 57546316.7.0000.5505 em 20 de julho de 2016. O estudo possui financiamento por meio de bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo nº 2016/13978-7).

Resultados

O instrumento aplicado foi validado com 10 asserções dispostas em duas dimensões de análise: (1) Dimensão I - app Nutrabem 2.0 como ferramenta intuitiva e autoexplicativa e (2) Dimensão II - app Nutrabem 2.0 como instrumento de inquérito alimentar. O estudo de consistência interna foi considerado dentro da adequação com o valor de $\alpha = 0,70$; 92,3% dos respondentes tiveram percepções positivas ou muito positivas sobre o aplicativo, o que indica boa usabilidade do Nutrabem 2.0 ao funcionar como ferramenta para a estimativa da ingestão alimentar.

Conclusão

A avaliação do aplicativo indicou boa usabilidade do método. Contudo, a dimensão de análise que indica a percepção da ferramenta como instrumento para o registro da ingestão alimentar apontou que existem ajustes a serem realizados para alcançar melhor desempenho. A limitada quantidade de estudos na área de abrangência fundamenta as investigações incipientes a esse trabalho.

Referências

- SUBAR, Amy F. et al. Addressing current criticism regarding the value of self-report dietary data. **The Journal of Nutrition**, v. 145, n. 12, p. 2639-2645, 2015.
- SALVADOR CASTELL, Gemma; SERRA-MAJEM, Lluís; RIBAS-BARBA, Lourdes. What and how much do we eat? 24-hour dietary recall method. **Nutricion Hospitalaria**, v. 31, n. 3, 2015.
- SHARP, Darren B.; ALLMAN-FARINELLI, Margaret. Feasibility and validity of mobile phones to assess dietary intake. **Nutrition**, v. 30, n. 11, p. 1257-1266, 2014.
- FORSTER, Hannah et al. Personalised nutrition: the role of new dietary assessment methods. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 75, n. 1, p. 96-105, 2016.

Palavras-chave: aplicativos móveis; inquéritos nutricionais; instrumento de percepção; tecnologia digital

ANÁLISE DO CONSUMO DE MARCADORES ALIMENTARES NA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO INQUÉRITO TELEFÔNICO EM ADULTOS COM 18 ANOS OU MAIS, 2006-2015.

MÁRCIA REGINA MAZALOTTI TEIXEIRA; SONIA CRISTINA AMANCIO DA SILVA; ERALDA FERREIRA; ANGELITA DOS SANTOS NASCIMENTO

¹ SES-RJ - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro
marciartx@gmail.com

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis apresentam múltiplas causas como hereditariedade, estilos de vida e exposição a fatores ambientais e fisiológicos. Os fatores de risco modificáveis constituem a causa expressa de grande parte da carga de doenças, tanto na mortalidade geral quanto nas mortes prematuras e incapacidades decorrentes relacionadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Há evidências de que tabagismo, alimentos com alto teor de gorduras saturadas, sal e açúcar, sedentarismo e consumo excessivo de álcool, causam mais de dois terços de todos os novos casos e aumentam o risco de complicações em pessoas que já sofrem dessas doenças.

Objetivos

Apresentar informações sistematizadas sobre o consumo de alimentos, obtidos pela Vigilância de Fatores de Risco e de Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico em adultos com 18 anos e mais, considerando marcadores de alimentação saudável e não saudável para análise do recorte.

Metodologia

A partir de uma tabela, elaborada pela área técnica da vigilância das doenças crônicas não transmissíveis, com dez anos do inquérito referentes à capital do Rio de Janeiro, recortou-se os marcadores de alimentação saudável e não saudável para análise.

Resultados

Em relação aos marcadores de alimentação não saudável, chama atenção o consumo de refrigerantes, em cinco ou mais dias da semana. Em 2010 e 2011, a prevalência foi de 32,2% e 35,2%. A partir de 2012, ocorre uma diminuição no consumo (28,2%) e em 2015 foi de 19,61%, com os homens consumindo mais (21,4%) do que as mulheres (18,2%). Já com relação ao consumo de carnes com excesso de gordura, em 2006 quando iniciou a pesquisa, o valor estimado entre os homens foi de 45,5% e para mulheres 26,4%. A partir daí, percebe-se uma queda no consumo e em 2015, alcança 36,6% para homens e 19,5% para mulheres. O consumo de sal apresenta queda, em 2013, quando entrou na pesquisa, o valor total era de 14,8% e em 2015 de 14,1%. Já com relação aos marcadores saudáveis, a prevalência referente ao consumo recomendado de frutas e hortaliças, que até o ano de 2014 não superava a prevalência de 25%, em 2015 apresentou um aumento de 3,1% (alcançando 27,8%). O consumo regular em 2006 era de 29,9 % e ao longo dos anos apresentou um aumento. Em 2014, era de 36,8% e em 2015 passou para 38,5%, sempre com estimativas de consumo maiores entre as mulheres. Aproximadamente 70% da população permanece com o hábito de consumir feijão regularmente, porém desde que passou a ser acompanhado em 2009 (71,7%) percebe-se uma queda em 2014 (68,5%) ampliada em 2015 (67,1%).

Conclusão

A identificação e a análise desses marcadores aponta para o que deve ser enfatizado pela equipe de saúde para a adoção de práticas alimentares mais saudáveis e representam uma parcela significativa para indução de ações de prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis. É importante que os diversos setores e instâncias de gestão, se apropriem de informações que colaborem para a promoção da alimentação saudável. O Guia alimentar para a população brasileira é um instrumento importante para corroborar e apoiar no estímulo para o aumento no consumo dos marcadores saudáveis da alimentação.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Epidemiologia e Serviços de Saúde / Secretaria de Vigilância em Saúde. – v. 12, n. 1 (jan./mar. 2003). Brasília: Ministério da Saúde, 2003
MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à

Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

MENDES, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Recorte dos Inquéritos Epidemiológicos de Abrangência Nacional - 001/2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.riocomsaude.rj.gov.br/site/Conteudo/Vigilancia.aspx?Area=DCNTS> Acesso em: 05 out. 2017.

Palavras-chave: indução; práticas alimentares; prevenção

ANÁLISE DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO BRASIL

MARIA MANUELA ZOVKA DE LIRA; RUTH CAVALCANTI GUILHERME; LEOPOLDINA AUGUSTA SOUZA SEQUEIRA DE ANDRADE; VÂNIA CRISTINA DE LIMA FREITAS; CAROLINA GUILHERME DE ALBUQUERQUE

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, ² PMJG - Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes
ruthguilherme@hotmail.com

Introdução

A Vigilância Sanitária (VISA) pode ser definida como um conjunto de ações de proteção à saúde dos indivíduos, tendo sido construída historicamente na sociedade moderna, para atender a casos de graves prejuízos à saúde coletiva com elevado número de mortes ou sequelas relacionadas ao consumo de produtos e serviços. Para tal, surge a necessidade de regulamentação e controle sanitário. No contexto de sua reestruturação no Brasil, configurou-se o processo de descentralização de suas ações nos últimos 20 anos, principalmente após a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (1999) e a instituição do Termo de Ajuste e Metas (TAM), em 2000. Inicialmente apenas com os estados, e, a partir de 2003, nas ações de VISA municipais

Objetivos

Analisar o processo de descentralização das ações da VISA no Brasil, traçar um perfil da atuação das VISAs estaduais e municipais (apenas as capitais) estabelecendo uma relação entre esta atuação e o processo de descentralização, além de identificar as principais dificuldades no processo de descentralização das VISAs abordadas

Metodologia

Trata-se de um levantamento de dados, que teve como base a seleção de legislações e produções científicas publicadas entre 2000 e 2015, relacionadas à “Descentralização das ações de Vigilância Sanitária no Brasil”. Para as legislações, a principal fonte foi o site da ANVISA, através da ferramenta Visa Legis. Também foram instrumentos de pesquisa os bancos de dados da VISA municipal – Recife/PE e da Biblioteca Virtual em Saúde (Ministério da Saúde). As buscas ocorreram desde o mês de dezembro de 2014 até o mês de maio de 2016. A análise e apresentação dos resultados foram realizadas através da tabulação dos dados para confecção de quadros e gráficos de frequência simples utilizando o Programa Microsoft Excel 2010

Resultados

As publicações estudadas apontam que as VISAs estaduais precisam reconsiderar a importância da elaboração do Plano de Ação de Vigilância Sanitária (PAVISA); que as VISAs municipais, de maneira geral, tiveram maior grau de descentralização dos serviços, havendo maior abrangência das áreas de atuações, ocorrendo o inverso para as características de atuação. Além disso, o processo de regionalização merece mais atenção e precisa orientar a descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. Percebe-se ainda que apesar das melhorias a partir da criação da ANVISA, há deficiência com relação à comunicação desse órgão com as esferas estaduais e municipais. Também foram observadas dificuldades para a efetiva descentralização da VISA, devido a inexistência de equipes com recursos humanos suficientes para responder às demandas; carências de investimentos em qualificação deste pessoal e da predominância de práticas de VISA fiscalizadoras, em detrimento das ações educativas para a saúde

Conclusão

Mesmo com os avanços do processo de descentralização da VISA nos estados e municípios do Brasil, a maioria dos órgãos de vigilâncias sanitárias estaduais e municipais possui profundas dificuldades técnico-operacionais no desenvolvimento das ações descentralizadas, denotando a fragilidade do processo de descentralização das ações da VISA e a necessidade de sensibilizar os gestores para a efetiva estruturação local, em parceria com os órgãos estadual e federal

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA (Brasil). Pesquisa Diagnóstico sobre Tecnologias em Vigilância Sanitária: Relatório Final de Pesquisa: volume 01 - Resultados. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2006a. 127 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA (Brasil). Pesquisa Diagnóstico sobre Tecnologias em Vigilância Sanitária: Relatório Final de Pesquisa: volume 02 - Cadastro. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2006b. 106 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. À sua Saúde – A VISA na História do Brasil / Eduardo Bueno. Brasília: MS/ANVISA, 2005.

BEZERRA, A. S. Descentralização das ações de vigilância sanitária: uma revisão bibliográfica. Dissertação de especialização, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2011.

LUCCHESI, G. A vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde. In: De SETA, M. H. (Org.). Gestão e vigilância sanitária. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. cap. 2. p. 33-47.

Palavras-chave: Descentralização; Vigilância Sanitária ; Regionalização; Municipalização

ANÁLISE DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO OFERTADO À POPULAÇÃO MASCULINA PRIVADA DE LIBERDADE EM SÃO LUÍS – MA.

LUIZ EDUARDO DE ANDRADE SODRÉ; GRAÇA MARIA DE CASTRO VIANA

¹ UFMA - Universidade Federal do Maranhão

eduardosodre_1@hotmail.com

Introdução

O direito à saúde no Brasil é um tema muito polêmico, associado à busca da solidificação dos direitos humanos, e ganha mais destaque quando envolve pessoas privadas de liberdade, uma parcela excluída da sociedade e percebida como indivíduos que perdem seus direitos diante da entrada no mundo do crime. Este estudo justifica-se pela escassez de dados sanitários para pessoas privadas de liberdade e a busca pela descrição da real situação dos serviços de saúde e alimentação ofertados à esta população.

Objetivos

Analisar o serviço de alimentação ofertado à população masculina privada de liberdade em São Luís – MA.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo e observacional no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (São Luís - MA). Foi utilizado como norteador um instrumento baseado no roteiro denominado “Padrões de conformidade da atenção à Saúde em Unidades Prisionais” elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), adaptado para a realidade local. Consiste na avaliação da adequação sanitária da estrutura e dos processos no cuidado da saúde no sistema prisional, dentre as variáveis analisadas estavam o fornecimento de refeições balanceadas e dietas especiais, preparo e acondicionamento das refeições, entre outros.

Resultados

São fornecidas 03 refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) e eventuais lanches comemorativos, as refeições são fornecidas por empresa terceirizada. Do ponto de vista nutricional é necessário realizar uma análise detalhada do cardápio servido e do ponto de vista da aceitação, pode-se afirmar que não há uma boa aceitação por parte dos internos levando em consideração uma alta quantidade de reclamações. Verificou-se também que existe preparação de dietas especiais para os internos que necessitem da mesma. As refeições são preparadas em local fora do estabelecimento prisional, e entregues por meio de caixas térmicas assegurando a temperatura ideal, o local de preparo das refeições oferece ampla estrutura para confecção de forma segura, com alvará atualizado e supervisionado por um Nutricionista – Responsável Técnico e uma equipe de nutricionistas e técnicos de nutrição em sistema de escala e seguindo as recomendações da Resolução - RDC n°. 216, de 15 de setembro de 2004. Ao ingressar no estabelecimento prisional, os internos recebem utensílios como canecas e talheres de plástico, e estes são responsáveis pela manutenção e higienização dos mesmos.

Conclusão

O serviço de alimentação ofertado à população privada de liberdade em São Luís – MA configura-se como adequado levando em consideração a breve análise realizada, pois consegue assegurar o fornecimento de refeições em quantidade suficiente e de dietas especiais para aqueles que necessitam. O preparo e acondicionamento das refeições são realizados de acordo com o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, e possui profissional Nutricionista como responsável técnico. É garantido o fornecimento de utensílios limpos e em quantidade suficiente, e existem ações de educação permanente voltadas para as pessoas envolvidas com a alimentação e nutrição.

Referências

BRASIL. RDC n°. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

Palavras-chave: Alimentação; Nutrição; Privados de liberdade

ANÁLISE DOS TERMOS UTILIZADOS NOS GUIAS ALIMENTARES (2006 E 2014) ENTRE UNIVERSITÁRIOS

MARCOS DA SILVA BRANDÃO; DAVID LIMA OLIVEIRA; JOSÉ RODRIGO SANTOS SILVA; RAQUEL SIMÕES MENDES NETTO

¹ UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

marcosmsb22@gmail.com

Introdução

Os guias alimentares são utilizados como ferramentas para promoção de melhores hábitos alimentares, orientando inclusive sobre as práticas alimentares saudáveis. No entanto, percebe-se desde a sua primeira versão (2006) uma baixa disseminação na população, bem como dificuldade no entendimento de certos termos utilizados. Tais fatores podem estar associado à baixa adesão de tais instrumentos. São escassos também a avaliação dos termos utilizados na sua versão mais nova (2014).

Objetivos

O propósito deste estudo foi avaliar o conhecimento dos termos utilizados nas recomendações dos dez passos para uma alimentação saudável por universitários, propostos nos guias alimentares para a população brasileira de 2006 e 2014.

Metodologia

O estudo foi do tipo transversal, composto por 981 estudantes de uma universidade pública do nordeste dos cursos das áreas de agrárias, biológicas e da saúde, exatas e da terra e engenharias, humanas e sociais e aplicadas, e o curso de Nutrição como sendo de referência. Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e utilizou-se um questionário que continha perguntas sobre identificação, fatores socioeconômicos, hábitos de saúde da população e sobre o entendimento de termos utilizados nos guias alimentares para a população brasileira de 2006 e 2014. As 6 primeiras questões referentes ao guia mais antigo, perguntavam se saberia quantificar e exemplificar uma porção dos grupos alimentares cereais, frutas, verduras e legumes, leite e derivados, carne e ovos, óleos e gorduras, além disso mais 3 perguntas que abordavam a identificação do que seria um alimento integral, lanche saudável e alimento industrializado. Em relação ao guia mais novo, trazia 4 questões com o mesmo objetivo para alimentos in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados. Para comparação do desempenho dos guias, foi utilizado o teste de Wilcoxon (1945), assumindo o pareamento da amostra. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer de número 1.917.582. O software utilizado para análises estatísticas foi o R, versão 3.2.3 (THE R CORE TEAM, 2016), e o nível de significância adotado foi de 5%.

Resultados

Para obtenção das médias de acerto dos termos, foi atribuído pesos iguais, numa escala de 0 a 10 em cada questão. A análise mostrou que a comparação dos guias resultou em diferença significativa ($p= 0,0000$), sendo o guia de 2006 o que obteve maior conhecimento, com média de 2,57 enquanto que a do guia de 2014 obtida foi de 1,37. Em relação à análise por área, foi verificado que os alunos das áreas do conhecimento, exceto Nutrição, apresentaram desempenho melhor no guia 2006 do que o de 2014, enquanto que os alunos do de Nutrição se saíram melhor no guia mais novo ($p=0,0002$).

Conclusão

Diante dos dados apresentados, fica evidente o desconhecimento da maioria dos estudantes universitários sobre o reconhecimento dos termos dos guias, sendo maior nos termos utilizados no Guia de 2014. Os resultados poderão embasar o planejamento e execução de estratégias para uma maior divulgação do guia alimentar, oferecendo um instrumento que é essencial no conhecimento em nutrição.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

MARCONDELLI, Priscilla; COSTA, Teresa Helena Macedo da; SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares. Nível de atividade

física e hábitos alimentares de universitários do 3º ao 5º semestres da área da saúde. Rev. Nutr., Campinas , v. 21, n. 1, p. 39-47, Feb. 2008.

TARDIDO¹, Ana Paula; FALCÃO, Mário Cícero. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. RevBrasNutrClin, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

VERLY JUNIOR, Eliseu et al. Adesão ao guia alimentar para população brasileira. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 47, n. 6, p. 1021-1027, Dec. 2013.

WILCOXON, F. Individual comparisons by ranking methods. Biometrics Bulletin, v. 1, n. 6, p. 80–83, 1945.

Palavras-chave: ADESÃO; CONHECIMENTO; INSTRUMENTO; UNIVERSITÁRIO

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ALFACES DE CULTURA CONVENCIONAL E ORGÂNICA

ALINE BASSETTO OKAMURA; MARIA CLÁUDIA DA SILVA; ANDRÉA GONÇALVES DE ALMEIDA; JANAINA BISPO SARMENTO

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

andrea.almeida@ceub.edu.br

Introdução

As doenças transmitidas por alimentos são geralmente provocadas pelo consumo de alimentos que contêm microorganismos prejudiciais à saúde, parasitas ou ainda, substâncias tóxicas. Normalmente, os sintomas mais comuns atribuídos às DTA's são vômitos, diarreia e dor de cabeça, podendo também apresentar, febre, dores abdominais, entre outros, os quais na maioria das vezes dura poucos dias e não deixa sequelas. Porém, se acometem pessoas em risco de saúde, como idosos, grávidas e doentes, as consequências podem ser mais graves e levar até a morte (BRASIL, 2004). É verificado atualmente o aumento da ocorrência de DTA's de modo significativo em nível mundial, onde vários fatores são observados para a contribuição da emergência dessas doenças como o crescente aumento das populações associado ao processo de urbanização desordenado e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. Além disso, há a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos nas grandes cidades. A transmissão dessas doenças veiculadas por alimentos se dão por meio da ingestão de alimentos e/ou água contaminados que podem ter sido infectados durante toda a cadeia alimentar, desde a produção primária até o consumo, passando pelo plantio, manuseio, transporte, condicionamento, entre outros procedimentos. Destacam-se como maiores responsáveis por surtos os alimentos preparados para o consumo coletivo.

Objetivos

Comparar as condições microbiológicas de alface de produção orgânica e de produção convencional

Metodologia

As coletas foram divididas em quatro análises no período da chuva e quatro análises no período da seca. Em cada análise foram utilizadas quatro amostras de alfaces de cultura orgânica (duas de cada supermercado) e quatro alfaces de cultura convencional (duas de cada supermercado), totalizando dessa maneira oito amostras de alfaces em cada dia de estudo.

Resultados

Foram analisadas 62 amostras de alfaces, 32 amostras de cultura orgânica e 30 convencional. Apesar de todas as análises demonstrarem presença de coliformes fecais, todas apresentaram valores baixos. Sobre a análise de bolores e leveduras nas amostras de alfaces, houveram altos valores tanto na chuva, variando de $7,6 \times 10^2$ a $2,0 \times 10^4$ UFC/g, quanto na seca, variando de $6,8 \times 10^2$ a $3,5 \times 10^4$ UFC/g, e para culturas orgânicas e convencionais. Foi encontrado o maior valor em uma amostra de cultura convencional na época da seca, seguido de duas amostras de culturas orgânicas da época da chuva. Com relação às análises de bactérias aeróbias mesófilas nas hortaliças, foram identificados os maiores valores na época de chuva tanto para culturas convencionais, quanto para culturas orgânicas, variando de $1,25 \times 10^2$ a $3,5 \times 10^4$ UFC/g. Os menores valores de bactérias aeróbias mesófilas foram encontrados na época de seca em ambas culturas, variando de $1,4 \times 10^1$ a $3,1 \times 10^3$ UFC/g. Nos achados sobre *Salmonella* sp foram identificadas seis (18,7%) amostras com valores positivos na época de chuva, sendo cinco (83,3%) de culturas orgânicas e uma de cultura convencional. No período da seca foram encontradas duas amostras com *Salmonella* sp sendo uma de cada cultura (50%), estando assim, impróprias para consumo de acordo com o estipulado pela RDC 12/2001 que seria a ausência de *Salmonella* sp.

Conclusão

Na presente pesquisa foram verificados baixos valores para coliformes fecais em ambas culturas e épocas. Também foi observada a presença de bolores e leveduras nas duas épocas de amostragem e nas duas culturas colhidas, o que poderia causar DTA's por micotoxinas.

Referências

- ARBOS, Kettelin Aparecida, et al. Avaliação microbiológica de alface e água de irrigação das hortas do projeto verde – SESC/MS. Higiene alimentar, v.24, no 186/187, p. 69-74, jul./ago. 2010.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cultivo de alface em sistema orgânico de produção.

Brasília: Embrapa 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tipos de alface cultivados no Brasil: Comunicado técnico 75. Brasília: Embrapa 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos. Brasília: 2010.

BRASIL. Resolução – RDC no 12 de 02 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a47bab8047458b909541d53fbc4c6735/RDC_12_2001.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 12 jul. 2015.

BRASIL. Resolução – RDC no 216 de 15 de setembro de 2004. Disponível em: . Acesso em: 8 jul.2015.

CAVALCANTE, Daniel Augusto, et al. Avaliação da qualidade microbiológica de alface americana in natura e minimamente processada, comercializada no município de Santo André, SP. Higiene alimentar, v.28, no 230/231, p. 180-184, mar./abr. 2014.

COSTA, Eveline de Alencar, et al. Avaliação da eficiência de um detergente na sanitização de alfaces (*Lactuca Sativa* L.) de cultivos orgânico e convencional. Higiene alimentar, v.28, no 230/231, p. 122-126, mar./abr. 2014.

DAROLT, Moacir Roberto. Comparação da qualidade do alimento orgânico com o convencional. In: STRIGHETA, Paulo César, MUNIZ, José Noberto. Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação.1 ed. Viçosa: UFV, 2003. P. 289-312.

FRANCO, Bernadette D. Gombossy de Melo, LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

JUNIOR, Idamir José Mascarello, et al. Avaliação microbiológica de alface (*Lactuca Sativa*) comercializada em feiras livres da cidade de Erechim, RS. Higiene alimentar, v.27, no 220/221, p. 147-151, maio/jun. 2013.

SANTOS, Isabel. Contaminação dos produtos vegetais pela água: o papel da água de rega como vector de transmissão de microrganismos patogênicos. Revista Segurança e Qualidade Alimentar. no 7, p. 11-12, dez. 2009.

SILVA, N da, et al. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água. 4º Ed. Varela, São Paulo.

OLIVEIRA, Amabriane da Silva, et al. Levantamento microbiológico da alface (*Lactuca Sativa* L.) produzida em hortas da cidade de Marília, SP. Higiene alimentar, v.27, no 224/225, p. 90-94, set./out. 2013.

PEIXOTO, Jackson Rafael Oliveira, et al. Coliformes, *Salmonella* e *Staphylococcus* coagulase positiva em hortaliças utilizadas na merenda escolar da rede pública de ensino Sobral, CE. Higiene alimentar, v.25, no 200/201, p. 114-120, set./out. 2011.

PIRES, Katilcia Ribeiro, et al. Qualidade microbiológica de vegetais minimamente processados, comercializados na cidade de São Paulo. Higiene alimentar, v.25, no 200/201, p. 100-104, set./out. 2011.

Palavras-chave: Alface; orgânico; análise microbiológica

ANEMIA E FATORES ASSOCIADOS EM CRIANÇAS ASSISTIDAS POR CRECHES PÚBLICAS

ELOIZA SPINOLA FAUSTINELI MARCATI; MARIA ANTONIETA BARROS LEITE CARVALHAES; VERA LUCIA PAMPLONA TONETE

¹ FMB- UNESP - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", ² UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - Prefeitura Municipal de Coroados - SP

elosfm@gmail.com

Introdução

Estudos realizados em creches brasileiras encontraram considerável quantitativo de crianças com transtornos nutricionais, destacando-se entre eles a anemia. Em contexto epidemiológico infantil caracterizado por baixa prevalência de déficits nutricionais globais, alta prevalência de anemia e crescente risco de sobrepeso e obesidade, como é o caso brasileiro na atualidade, o efeito de frequentar creche pode variar bastante, justificando estudos locais que identifiquem o perfil nutricional da clientela e forneçam dados para o planejamento de intervenções específicas.

Objetivos

Identificar a prevalência de anemia em crianças assistidas por creches públicas de áreas de baixa renda de um município do interior paulista e os fatores associados à sua presença.

Metodologia

Realizou-se um estudo epidemiológico, transversal, tendo uma amostra de 221 crianças entre seis meses e seis anos de idade, matriculadas creches públicas de um município de pequeno porte do estado de SP. A amostra do sangue capilar (punção digital) coletada de cada criança participante foi processada em hemoglobímetro portátil, considerando-se anemia valores de hemoglobina inferiores a 11g/dl. O estado nutricional global foi avaliado a partir dos indicadores: altura para idade, peso para altura e IMC para idade, expressos em escores-Z, utilizando-se como referência o padrão da Organização Mundial de Saúde-2006. Foram adotadas duas classificações nutricionais: a preconizada pelo Sistema de Vigilância Nutricional do Ministério da Saúde para a atenção individual à criança e a recomendada pela Organização Mundial de Saúde para estudos epidemiológicos. Dados socioeconômicos das famílias e demográficos maternos e paternos também foram utilizados. Feito análise descritiva e tabulações cruzadas entre presença de anemia e fatores de interesse, com significância avaliada pelo teste qui-quadrado. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP, protocolo N°569 em 03/12/2012, conforme Resolução CNS 196/96, estando de acordo com a Resolução CNS 466/2012.

Resultados

A média de concentração de hemoglobina foi 10,8 g/dl (DP=1,38). A prevalência de anemia foi 51,1%; sendo que 42,1% apresentaram a forma leve e 9,0% moderada, prevalência de 72,7% entre seis e 12 meses e proporções decrescentes em cada faixa etária até 42,5% em crianças com 36 ou mais meses de idade. A proporção de crianças com anemia foi mais alta nas crianças com baixa estatura. A frequência de crianças com baixa estatura foi 6,7%. Segundo o índice IMC/idade, 32,6% das crianças apresentavam alguma situação envolvendo excesso de peso: risco de sobrepeso (24%), sobrepeso (7,2%) e obesidade (1,4%). Não houve associação entre anemia e outros agravos nutricionais: baixa estatura e obesidade. Indicadores de frequência à creche, procedência e naturalidade dos pais e da criança e participação nos programas sociais Bolsa-Família e Viva-Leite não se associaram com anemia.

Conclusão

Detectou-se alta prevalência de anemia (51,1%) nos lactentes e pré-escolares estudados, acima da observada na população brasileira de mesma idade, confirmando a vulnerabilidade da população de estudo. A relação inversa entre idade e anemia aponta a necessidade de priorizar crianças menores de 24 meses em intervenções futuras no cenário de estudo. Recomenda-se a implementação, em curto prazo, de protocolo de organização de serviços baseado no problema: anemia em lactentes e pré-escolares.

Referências

- 1 - Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola (PSE). NutriSUS. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. [Acesso: 07 Abr 2014]. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php?conteudo=nutrisus>
- 2 - Blossner M, Siyam A, Borghi E, Onyango A, Onis M. Software for assessing growth and development of the world's children. Geneva: World Health Organization, Department of Nutrition for health and development; 2011. 45p.

3 - Ministério da Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde. Norma técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Série G. Estatística e Informação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. 76p.

4 - World Health Organization. Haemoglobin concentrations for the diagnosis of anaemia and assessment of severity. Vitamin and mineral information system (VMNIS). Geneva: WHO; 2011. 6p.

5 - World Health Organization. Iron deficiency anaemia – assessment, prevention and control: a guide for programme managers [Internet]. Geneva: WHO; 2001 [Acesso 15 Abr 2012]. Disponível em: http://www.who.int/nutrition/publications/en/ida_assessment_prevention_control.pdf

6 - Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Efetividade da fortificação caseira com vitaminas e minerais na prevenção da deficiência de ferro e anemia em crianças menores de um ano: estudo multicêntrico em cidades brasileiras [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde [Acesso 25 Mar 2014]. Disponível em: http://nutricao.saude.gov.br/estudo_fortificacao.php.

Palavras-chave: Anemia; Lactente; Pré-escolar; Prevalência; Fatores de risco

ANTROPOMETRIA E SAÚDE BUCAL DE UM GRUPO DE IDOSOS DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

VANESSA TEIXEIRA DE LIMA OLIVEIRA; BRENNALYNN DE ARAÚJO MENEZES; ALANNE SAYONARA SILVA; ALYNE MARIA TIBURCIO DA SILVA SANTOS; THAÍS YOST DA COSTA ASSIS; CAMILA FABIANE MACEDO MIRANDA

¹ UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

vanessatlima@uol.com.br

Introdução

O envelhecimento é um processo multifatorial resultante da combinação de diferentes elementos, acompanhado por deterioração fisiológica. Sendo assim, é importante atentar para o fato de que as mudanças podem acarretar em alterações metabólicas e físicas no idoso. De forma gradual são notadas várias mudanças dentre estas cita-se a dentição, que deixa o idoso vulnerável à diminuição da capacidade da mastigação e alterações nas escolhas alimentares; assim como as alterações relacionadas ao estado nutricional antropométrico que podem levar ao comprometimento de doenças crônicas não transmissíveis, tão comuns no processo de envelhecimento.

Objetivos

Identificar o estado nutricional antropométrico e caracterizar a saúde bucal de um grupo de idosos.

Metodologia

A pesquisa, do tipo transversal quantitativa, foi realizada com indivíduos idosos (n=29) cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Cidade de Santa Cruz no interior do Rio Grande do Norte. Os dados foram coletados através do preenchimento de um protocolo de pesquisa, no qual foi constituído por dados referentes a avaliação antropométrica e perguntas relacionadas a saúde bucal. Para os dados antropométricos calculou-se o índice de massa corporal (IMC) seguindo a classificação de Lipschitz (1994); para a classificação da circunferência da cintura (CC) foi considerado os dados de referência estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008) e para os valores da circunferência da panturrilha foi considerado como adequado em massa muscular a circunferência igual ou superior a 31 cm para ambos os sexos (OMS, 2008). A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do parecer de número CAAE 1.779.657/2016.

Resultados

Quanto a caracterização geral dos participantes observou-se a maioria do sexo feminino (69%), com idade variando, principalmente entre 71 a 75 (31%). Através dos dados antropométricos, verificou-se que mais da metade da amostra (54%) foram classificados com excesso de peso por apresentarem IMC superior a 27 kg/m, como também se observou valores de circunferência da cintura superior ao recomendado tanto no sexo masculino (67%) quanto no sexo feminino (100%), mostrando um risco elevado ou muito elevado para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Já em relação á circunferência da panturrilha, 89% dos idosos foram classificados como adequados quanto aos valores de referência. Quanto à caracterização da saúde bucal, mais da metade dos idosos possuíam dentição incompleta e utilizavam prótese dentária (58,62%), em condições regulares de uso (55,17%). Dentre estes, cinco afirmaram que o uso da prótese atrapalha na alimentação, porém apenas um idoso relatou dificuldades de deglutir ou mastigar certos alimentos, os demais afirmaram consumir uma dieta livre, sem modificações na consistência.

Conclusão

Evidenciou-se, na maioria, a presença de valores elevados para o índice de massa corporal e circunferência da cintura que podem indicar, possivelmente, elementos complicadores de quadros já existentes de doenças crônicas não transmissíveis. Quanto à saúde bucal precisa ser monitorada por uma equipe multiprofissional haja vista a necessidade de uma boa mastigação, deglutição e a alimentação para os idosos.

Referências

BERRETIN-FELIX, G, SILVA TA, MACHADO WM. A influência de dentaduras implanto-suportadas sobre o estado nutricional de indivíduos idosos. Rev. CEFAC [online]. 2017, vol.19, n.1, pp.75-81.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI:

subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro - RJ, 2015.

CAMPOLINA AG, ADAMI F, SANTOS JLF, LEBRÃO ML. A transição de saúde e as mudanças na expectativa de vida saudável da população idosa: possíveis impactos da prevenção de doenças crônicas. Cad Saúde Pública; 29:1217-29, 2013.

JUNIOR ESB, SILVA RR, OLIVEIRA L A. Doenças crônicas não transmissíveis e a capacidade funcional de idosos. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 6, n. 2, p. 516-524, mar. 2014.

Palavras-chave: Envelhecimento; Estado antropométrico; Saúde bucal

APLICAÇÃO DO MODELO DE PERFIL NUTRICIONAL DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

LUISETE MORAES BANDEIRA; JORGE ANDRÉ SEVILLIS ALMEIDA; PATRÍCIA RIBEIRO DE MELO; SOLANGE FERNANDES DE FREITAS CASTRO

¹ FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

luisete.bandeira@fnde.gov.br

Introdução

Em todo o Brasil, diariamente, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é ofertada alimentação escolar para 41,5 milhões de alunos de escolas públicas de educação básica. Os parâmetros de aquisição e oferta do PNAE devem promover ambientes favoráveis à alimentação saudável. Para tanto, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) recomenda a utilização do Modelo de Perfil Nutricional (MPN/OPAS) na regulamentação da alimentação escolar dos países.

Objetivos

Identificar os alimentos processados (PR) e ultraprocessados (UL), adquiridos no âmbito do PNAE com quantidade excessiva de sódio, açúcares livres, outros edulcorantes, gorduras saturadas, gorduras totais e gorduras trans, visando subsidiar a revisão dos parâmetros de aquisição e oferta do programa

Metodologia

Estudo descritivo realizado por meio de análise da lista de alimentos adquiridos no âmbito do PNAE nos anos de 2013 a 2015, obtida do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC). Primeiramente, os alimentos foram classificados segundo nível de processamento. O MPN/OPAS foi aplicado para identificar os alimentos PR e UL que possuíam quantidade excessiva para algum dos seis critérios. O MPN/OPAS sugere um método para cálculo açúcar livre baseado na quantidade de açúcares totais declarada no rótulo. Considerando que a declaração de açúcares totais não é obrigatória nos rótulos de alimentos no Brasil, utilizou-se o seguinte método: 1) Considerou-se a diferença entre a quantidade de carboidratos totais do alimento analisado com açúcar e o alimento sem adição de açúcar, disponível na TACO, caso não constasse, foi utilizada a tabela do IBGE; 2) Para os alimentos que não apresentam versão sem açúcar nestas tabelas utilizou-se o açúcar livre informado pela tabela do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Resultados

Dos 1.113 alimentos adquiridos, 491 são PR e UL, destes 203 (41,3%) apresentaram excesso de sódio, 173 de açúcar livre (35,2%), 154 de gorduras totais (31,3%), 137 de gorduras saturadas (27,9%), 22 excesso gordura trans (4,4%) e 32 presença de edulcorantes (6,5%). Dentre os alimentos com teor excessivo de sódio estão salsicha e linguiça, com teor excessivo de açúcar livre, estão suco concentrado, iogurte diversos sabores, achocolatado em pó e bebida láctea. Tanto o biscoito doce quanto o salgado, apresentaram teores excessivos de sódio e açúcar livre.

Conclusão

O presente estudo evidenciou a importância e a viabilidade de aplicação do MPN/OPAS como instrumento de apoio à implementação de medidas regulatórias para promoção de ambientes alimentares saudáveis. Também ficou evidente a necessidade de aprimoramento da rotulagem de alimentos no Brasil, sendo fundamental a declaração obrigatória da quantidade de açúcares totais.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Da Educação (FNDE). Roteiro para registro de Prestação de Contas do PNAE/2013 no SIGPC – Contas Online, 2013. Disponível em: Acesso em: 24 de maio de 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Tabelas de composição nutricional dos alimentos consumidos no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro IBGE, 2011, 351 p.

Organização Pan-Americana da Saúde. Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde. Washington, DC, OPAS, 2016. 38 p.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tabela brasileira de composição de alimentos - TACO. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: UNICAMP/NEPA, 2011. 161 p. Disponível em: . Acesso em: 26 out. 2017.

Palavras-chave: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR; SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; POLÍTICAS PÚBLICAS

APOIO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, NO AMBIENTE HOSPITALAR, PARA PROMOVER A AMAMENTAÇÃO

EVELLIN DAMERIE VENÂNCIO MÜLLER MALTA; MARCELA CIPRIANO DE OLIVEIRA; ANA RUBIA VIEIRA DE SOUSA; OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA; MARINA FERREIRA REA

¹ UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo, ² UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ³ USP FSP - Universidade de São Paulo, ⁴ IBFAN - Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
evellinutri@gmail.com

Introdução

O aleitamento materno fortalece o vínculo mãe-filho, além de proteger a criança contra doenças infecciosas, favorece ao desenvolvimento adequado do sistema nervoso e imunológico. O apoio das equipes multiprofissionais de saúde ainda no ambiente hospitalar é fundamental para promover a amamentação.

Objetivos

Avaliar a associação entre o apoio da equipe multiprofissional de saúde e o aleitamento materno nos primeiros 180 dias, em hospitais de São Paulo.

Metodologia

Trata-se de um estudo quase experimental descritivo realizado A amostragem foi por conveniência, em seis hospitais públicos do município de São Paulo, no período de setembro de 2016 a setembro de 2017. Foram realizadas três entrevistas. A primeira na maternidade, 24 horas após o parto, para obtenção de dados referentes a mãe, criança, e o apoio recebido no processo de iniciar a amamentação. Depois foram realizadas duas entrevistas por telefone, aos 60 e 180 dias após o nascimento, para a obtenção dos dados referentes ao aleitamento, as possíveis intercorrências ao amamentar e o apoio recebido para esta finalidade. Para verificar a associação entre o apoio da equipe multiprofissional e o aleitamento materno foi utilizada a análise bivariada de Pearson, considerando significância de $p < 0,05$ para cada variável e a intensidade da associação foi medida através da correlação. Os diferentes tipos de apoio (na sala de parto, no alojamento conjunto e manejo de ordenha) foram colocados no modelo de regressão linear de Poisson com variância robusta para as diferentes modalidades de aleitamento (primeira hora de vida, 30 dias, 180 dias; exclusiva ou predominante). As análises estatísticas foram realizadas pelo software Stata 13.0. Todas as mães assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer 1.811.327.

Resultados

Foram avaliadas 811 mães com idade média de 27 anos. A prevalência de aleitamento materno nos primeiros 180 dias foi de 20%, com variação entre o aleitamento materno na primeira hora de vida (60%), e nos 30 dias (74%). O apoio dos profissionais de saúde na sala de parto favoreceu o aumento de 37% da amamentação na primeira hora de vida (IC95%: 0,30 – 0,42; $p=0,000$). O apoio da equipe oferecido no alojamento conjunto, foi associado ao aleitamento exclusivo até os 5 meses ($p=0,047$) e ao aleitamento predominante aos 6 meses de vida ($p=0,031$), porém em ambas situações a intensidade da correlação foram fracas.

Conclusão

O apoio dos profissionais de saúde no ambiente hospitalar, ainda na sala de parto imediatamente após o nascimento, favoreceu ao aumento da prevalência do aleitamento materno na primeira hora de vida da criança e deve ser incentivado em todas as maternidades. O apoio recebido da equipe no alojamento conjunto contribuiu para a mãe amamentar exclusivamente por mais tempo. Entretanto, essas ações devem ser continuadas em outras unidades de saúde tais como bancos de leite e unidades básicas de saúde de forma a ampliar o apoio às mães que podem apresentar intercorrências com a amamentação após alta hospitalar.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília, 2009.

PASSANHA, Adriana et al. Influência do apoio ao aleitamento materno oferecido pelas maternidades. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.49, n.85, 2015.

SINHA, Bireswar et al. Interventions to improve breastfeeding outcomes: a systematic review and meta-analysis. *Acta Paediatrica*, V.5, n.104, p 114-135, 2015.

VICTORA, Cesar et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *The Lancet*. V.387; p.475-490, 2016.

UELMA, Roberta et al. Prevalência e fatores associados ao aleitamento materno no Brasil entre os anos de 1998 a 2013: revisão sistemática. *Seminário: Ciências Biológicas e da Saúde*. V.36; n.1; p.475-490, 2015.

Palavras-chave: aleitamento materno; nutrição infantil; maternidade

AQUISIÇÃO DOMICILIAR DE FRUTAS E HORTALIÇAS NO BRASIL E NAS CINCO MACRORREGIÕES: UMA ANÁLISE DE QUANTIDADE E VARIEDADE

TALITA RODRIGUES PARAIZO; NATHÁLIA MOURA-NUNES; DANIELA SILVA CANELLA

¹ UERJ - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

danicanella@gmail.com

Introdução

Frutas e hortaliças são alimentos importantes para a saúde por fornecerem nutrientes essenciais ao corpo, além de serem fatores de proteção para doenças crônicas não transmissíveis. O consumo recomendado desses alimentos, segundo a Organização Mundial de Saúde, é de 400 gramas por dia. Esta recomendação não tem sido alcançada pela população brasileira, a despeito, de o Brasil possuir uma enorme variedade de frutas e hortaliças, com diferenças regionais entre os alimentos mais consumidos, sua aquisição e forma de preparo.

Objetivos

Caracterizar a quantidade e a variedade na aquisição domiciliar de frutas e hortaliças nas cinco macrorregiões do Brasil.

Metodologia

Foram utilizados dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), representativos da população brasileira (n=55.970 domicílios), coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre maio de 2008 e maio de 2009. As informações de interesse deste estudo se referem à quantidade adquirida dos diferentes tipos de frutas e hortaliças, registrada por todos os domicílios amostrados, além de dados referentes à região do país em que os domicílios se localizam (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Os dados de aquisição de alimentos foram obtidos por registro do consumo em cadernetas específicas e o levantamento e armazenamento dos dados foi feita a partir do “Sistema IBGE de Recuperação Automática” (SIDRA). Os valores obtidos para cada um dos tipos de frutas e hortaliças, originalmente em quilogramas/per capita/ano, foram convertidos em grama/per capita/dia e a quantidade de cada tipo de alimentos relatado segundo as macrorregiões.

Resultados

A aquisição domiciliar média de frutas no Brasil foi de 78,8g/dia, e a de hortaliças de 50,5g/dia, totalizando 129,3 g/per capita/dia. Para a quantidade total de frutas e hortaliças, todas as macrorregiões apresentaram consumo abaixo do recomendado. Comparativamente, a região Sul apresentou a maior aquisição tanto de frutas (99,9g/dia) como de hortaliças (62,9g/dia), e a região Norte apresentou menor quantidade, com 56,2g/dia de frutas e 36,9g/dia de hortaliças adquiridas. As frutas como a banana, laranja, maçã, melancia e mamão apresentaram expressiva participação na quantidade adquirida em todas as macrorregiões. Maior aquisição de maçã e mamão foi verificada nas regiões Sul e Sudeste. A melancia foi bastante adquirida em todas regiões, exceto a Sudeste. Destaca-se que os tipos de banana e laranja variaram entre as regiões. As hortaliças adquiridas em maior quantidade nas cinco macrorregiões foram tomate e cebola. Alface e repolho foram bastante adquiridos no Sul, abóbora apresentou maior aquisição no Sudeste e cenoura, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Conclusão

O consumo de frutas e hortaliças está abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde nas cinco macrorregiões brasileiras. A despeito da variedade de frutas e hortaliças regionais disponíveis no Brasil, os tipos destes alimentos referidos pelas famílias foram semelhantes entre as regiões.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Coordenação-Geral da política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: MS; 2014
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva: WHO; 2003.

Palavras-chave: Alimentação; Consumo alimentar; Variedade regional; Aquisição domiciliar

ASSOCIAÇÃO DE PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCO CARDIOMETABÓLICO EM IDOSOS ACOMPANHADOS POR UMA PASTORAL DE SAÚDE EM BELÉM/PA

SAMARA DA SILVA QUEIROZ; MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS; RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; THAIS FRANCO DOS SANTOS; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
ssamara.queiroz@gmail.com

Introdução

Com a senescência surgem diversas alterações fisiológicas e metabólicas que podem ocasionar complicações na saúde do idoso, como o desencadeamento de doenças cardiometabólicas (RAIMUNDO et al., 2016). Dessa forma, a antropometria é uma importante ferramenta para avaliação do estado nutricional e o Índice de Massa Corporal se apresenta como bom indicador, porém, não possui correlação completa com a distribuição de gordura corporal. Por isso, para um diagnóstico mais fidedigno, deve-se associá-lo a outros parâmetros antropométricos, como a medida da circunferência da cintura, a fim de oferecer uma forma combinada de avaliação de risco a doenças cardiovasculares e metabólicas (ABESO, 2016).

Objetivos

Identificar risco cardiometabólico por meio da associação de parâmetros antropométricos em idosos acompanhados por uma pastoral de saúde em Belém/PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a julho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. Foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas sobre dados sociodemográficos e condições de saúde. Verificou-se dados antropométricos, como peso e altura, para análise do Índice de Massa Corporal que seguiu as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e a circunferência da cintura que obedece a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998). O projeto atende as exigências da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados foram registrados em planilha eletrônica do Microsoft Excel 2013®.

Resultados

A pesquisa foi realizada com 109 idosos, com predominância do sexo feminino (87%). Quanto as variáveis antropométricas, segundo a classificação do Índice de Massa Corporal, 37% estavam eutróficos e 31% com sobrepeso/obesidade. Em relação à medida da circunferência da cintura, 62% apresentaram risco muito aumentado para complicações cardiometabólicas, seguido de 15% que apresentaram risco aumentado para tais complicações. Ao associar estas duas variáveis antropométricas, o estudo apontou que 31% apresentaram excesso de peso e risco muito aumentado. Destes, 65% apresentavam Hipertensão Arterial Sistêmica e 30% eram diabéticos. Quanto à prática de atividade física, 65% alegaram não realizar qualquer exercício físico.

Conclusão

Observou-se que os parâmetros antropométricos são importantes ferramentas na identificação do excesso de peso e nível de gordura intra-abdominal, fatores determinantes para o desencadeamento de doenças cardiometabólicas. Mediante ao exposto, ressalta-se a importância de estratégias de saúde por meio de projetos que promovam ações a comunidade, principalmente a população idosa, que requer contínua monitoração do estado nutricional e de saúde, como fator de prevenção a possíveis doenças cardiovasculares e/ou metabólicas.

Referências

RAIMUNDO, B. C. A. et al. Medidas antropométricas adotadas em estudos com idosos resistentes em instituição de longa permanência: revisão sistemática. **Rev Fisioter S Fun**. Fortaleza: ago-dez 2016. v. 5, n. 2, p.40-52.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. Obesidade e Sobrepeso: Diagnóstico. 4ed. São Paulo: 2016, 13p.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar. **XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud**, Kingston – Jamaica: 9-11 jul. 2001, 92p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. **WHO Technical Report Series**, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Indicadores antropométricos; Fatores de riscos; Saúde do idoso

ASSOCIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE BELÉM DO PARÁ.

TAINÁ MARTINS MORAES; EYDLANE DO ROSÁRIO COSTA; LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO; DANIELA LOPES GOMES; CAROLINA VIEIRA BEZERRA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

tainamartmo@gmail.com

Introdução

O crescente processo de industrialização, imposto pela vida moderna e atual, traz processos que influenciam na relação do indivíduo com a sua alimentação. Os estudantes de graduação do ensino superior, sofrem esse processo devido ao seu estilo de vida que acaba sendo modificado diante do cenário de provas, estágios, aulas, entre outros fatores (PENAFORTE et al., 2016).

Objetivos

Avaliar a associação do estado nutricional e comportamento alimentar de discentes de uma instituição de ensino superior proveniente de Belém, Pará.

Metodologia

Estudo transversal com amostragem não probabilística por conveniência de discentes adultos matriculados em um dos cursos de graduação do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Medicina). O questionário *online* foi elaborado na plataforma do Google (*Google Forms*) e contém questões sobre estado nutricional (valores auto-referidos de peso e altura, para estimativa do Índice de Massa Corporal em kg/m²), que será classificado conforme as faixas de variação, obedecendo à classificação proposta pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 1997); e o questionário holandês de comportamento alimentar (VAN STRIEN et al., 1986) o qual foi validado para o português por Viana e Sinde (2003) e traduzido para a população brasileira por Almeida, Loureiro e Santos (2001). Todos os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61196516.0.0000.0018 e parecer número 1.886.357 de 06.01.2017. O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva (distribuição de frequências, média e desvio-padrão) e analítica (teste de Kruskal-Wallis) para verificação de diferença estatística entre as variáveis do estudo. Valor de p significativo quando menor de 5%.

Resultados

Do total da amostra (n=456), aproximadamente 75% são do gênero feminino e 69,1% possuem idades entre 21 e 30 anos. Quanto ao estado nutricional, estão com baixo peso 9,6%, com eutrofia 61,8%, sobrepeso 21,3% e obesidade 7,2% dos discentes avaliados. Houve diferença estatística significativa entre as categorias de índice de massa corporal e a subescala de restrição alimentar (p<0,000). Ao se comparar todas as subescalas de comportamento alimentar com as classes de índice de massa corporal, verificou-se que as maiores médias de restrição alimentar (3,0 ± 1,0), ingestão emocional (2,8 ± 1,3) e ingestão externa (3,3 ± 0,7) estiveram entre aqueles com excesso de peso.

Conclusão

Assim, pode-se verificar que a maioria dos discentes participantes eram jovens, do gênero feminino e eutróficos. Discentes com excesso de peso apresentaram os maiores valores médios em todas as subescalas de comportamento alimentar, sendo que a de ingestão externa foi a que teve o maior valor médio. Portanto, verifica-se a associação desta subescala com excesso de peso na população estudada.

Referências

1. NOGUEIRA DE ALMEIDA, G. A; LOUREIRO, S. R.; DOS SANTOS, J. E. Obesidade mórbida em mulheres - Estilos alimentares e qualidade de vida. ALAN, Caracas, v. 51, n. 4, p. 359-365, dic. 2001. Disponível em . Acesso em: 04 outubro 2017.
2. PENAFORTE, F.R.O.; MATTA, N.C.; JAPUR, C.C. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. Demetra, v. 11, nº 1, p.225-237, 2016.

3. VAN STRIEN, T; FRIJTERS, J; BERGERS, G; DEFARES, P. The Dutch Eating Behavior Questionnaire (DEBQ) for assessment of restrained, emotional, and external eating behavior. *International Journal of Eating Disorders*. v.5, p.295-315, 1986.
4. VIANA, V. *Psicologia, Saúde e Nutrição: Estudo do comportamento alimentar, do estado de nutrição e de alguns factores psicossociais associados num grupo de adolescentes*. 2000. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor, apresentada à Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.
5. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Obesity: preventing and managing the global epidemic*. Geneva; 1997.

Palavras-chave: Índice de massa corporal; Hábito alimentar; Ensino superior

ASSOCIAÇÃO ENTRE COMPORTAMENTO BULÍMICO E PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SALVADOR, BAHIA

DANIELA BATISTA COSTA; MÔNICA LEILA PORTELA DE SANTANA; PRISCILA RIBAS DE FARIAS COSTA; MARIA ESTER PEREIRA MACHADO; VANESSA BARBOSA FACINA; VALTERLINDA ALVES DE OLIVEIRA QUEIROZ

¹ UFBA - Universidade Federal da Bahia

vanessafacina@yahoo.com.br

Introdução

A literatura científica tem registrado a adoção de comportamentos e atitudes negativas em relação ao peso e à alimentação entre adolescentes, o que pode gerar um quadro de adoecimento comportamental e somático com sérias repercussões. Nesse cenário, destaca-se elevada prevalência de sintomas de bulimia nervosa e padrão alimentar pouco saudável que podem comprometer a auto regulação do balanço energético e aumentar o risco de obesidade, problema em ascensão entre adolescentes. Assim, este estudo é inovador devido à escassez de investigações que avaliem a associação entre sintomatologia bulímica e padrão alimentar entre adolescentes.

Objetivos

Avaliar a associação entre sintomas de bulimia nervosa e padrão alimentar em adolescentes.

Metodologia

Trata-se de um estudo de corte transversal que envolveu amostra probabilística de 1.494 adolescentes de ambos os sexos e com idade entre 11 e 17 anos, estudantes da rede pública estadual de ensino de Salvador, Bahia. Os dados foram coletados no período de julho a dezembro de 2009. As informações demográficas, psicológicas, estágio maturacional e do consumo alimentar foram autorreferidas pelos adolescentes. O peso e altura foram aferidos e o percentil de Índice de Massa Corporal segundo idade e sexo foi usado para avaliação do estado antropométrico. O Teste de Investigação Bulímica de Edinburgo foi utilizado para avaliar o comportamento bulímico e o Questionário de Imagem Corporal foi usado para identificar preocupação com a imagem corporal. O consumo alimentar foi avaliado pelo questionário de frequência alimentar. A avaliação do estágio de maturação sexual foi baseada nas características de mama e idade da menarca para as meninas e órgãos genitais entre os meninos. O protocolo foi aprovado pelo Parecer nº 002-08 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva. O método de análise fatorial de componentes principais foi adotado com o objetivo de identificar os padrões de alimentares entre os escolares. Para identificar a associação de interesse, foi aplicada a análise de regressão de Poisson para cada padrão alimentar, ajustados por sexo, estado antropométrico e desenvolvimento puberal. Como medida de associação foi utilizada a razão de prevalência (RP) e seu respectivo intervalo de confiança (IC95%). A análise dos dados foi realizada por meio do programa estatístico Stata versão 11.0.

Resultados

A prevalência de sintomas de bulimia foi de 31,4%% entre os adolescentes. Três padrões alimentares foram identificados e receberam a denominação de Padrão I, Padrão II e Padrão III. O Padrão I foi correlacionado positivamente para açúcares e doces, refrigerantes e sucos artificiais, pratos típicos brasileiros, *fast-food*, leite e derivados e bebidas light/diet; o Padrão II foi composto pelos itens óleos e gorduras, carnes e ovos, cereais, feijões, frutas, verduras e legumes e o Padrão III pelo consumo de raízes e granola. Após ajuste, observou-se que os escolares com sintomas de bulimia nervosa tiveram maior ingestão dos itens alimentares do Padrão I (RP: 1,42; IC 95%: 1,05-1,91) quando comparados com os seus pares. Diferentemente, foi menos provável que os adolescentes com sintomas de bulimia nervosa (RP: 0,84; IC 95%: 0,73-0,97) adotassem o Padrão III de consumo de alimentos.

Conclusão

Existe associação positiva entre sintomatologia bulímica e padrão alimentar de alta densidade calórica entre os adolescentes deste estudo. E, aqueles adolescentes com sintomas de bulimia nervosa foram menos prováveis de adotarem o Padrão III.

Referências

AMBROSINI, Gina L. et al. Adolescent dietary patterns are associated with lifestyle and family psychosocial factors. *Public Health Nutrition*. v.12, n. 10, p. 1807-1815, 2009.

GREENLEAF, Cristy; PETRIE Trente A.; MARTIN, Scott B. Biopsychosocial correlates of dietary intent in middle school girls. *Eat. Behav.* v.18, p.143–146, 2015.

JONES, Jennifer M. et al. Disordered eating attitudes and behaviors in teenaged girls: a school-based study. *CMAJ.* v.165, n. 5, p.547-552, 2001.

NOBRE, Luciana N.; LAMOUNIER, Joel A.; FRANCESCHINI, Sylvia C.C. Padrão alimentar de pré-escolares e fatores associados. *J. Pediatr.* v.88, n.2, p.129-136, 2012.

VALE, Antônio Maia Oslen; KERR, Ligia Regina Sansigolo; BOSI, Lúcia Magalhães. Comportamentos de risco para transtornos do comportamento alimentar entre adolescentes do sexo feminino de diferentes estratos sociais do Nordeste do Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 121-132, 2011.

Palavras-chave: Adolescente; Consumo Alimentar; Estudo Transversal; Sintomas de Bulimia Nervosa

ASSOCIAÇÃO ENTRE DIFERENTES ÍNDICES DE SENSIBILIDADE À INSULINA E PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS EM POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.

LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

liliane.machado25@gmail.com

Introdução

Os índices de sensibilidade à insulina HOMA-IR (*Homeostasis Model Assessment Insulin Resistance*) e de QUICKI (*Quantitative Insulin Sensitivity Check Index*), apesar de serem bastante utilizados no rastreamento por resistência à insulina e diabetes, requerem a dosagem do hormônio insulina, exame este que não é de rotina e de baixo custo. Guerrero-Romero et al. (2016), sugerem o emprego do índice TyG (razão entre triacilgliceróis e glicemia de jejum) na triagem por resistência à insulina. A verificação da relação entre este novo índice e os já bem estabelecidos na literatura científica faz-se necessária.

Objetivos

Verificar a associação entre os índices TyG (triglicerídeos/glicose), HOMA-IR, QUICKI e parâmetros antropométricos em população adulta do Distrito Federal.

Metodologia

Estudo clínico e transversal com amostragem não probabilística de 67 indivíduos adultos (sem diabetes) de ambos os sexos residentes no Distrito Federal. Foram utilizados dados de insulina e glicemia de jejum para obtenção dos valores de HOMA-IR e de QUICKI (SBD, 2013). Os valores de triacilgliceróis e glicose de jejum foram empregados na razão do índice TyG (GUERRERO-ROMERO et al., 2016). O percentual de gordura corporal foi estimado a partir de equações específicas para cada sexo (LEAN; HAN; DEURENBERG, 1996). O índice de conicidade foi determinado a partir das medidas de peso, estatura e circunferência da cintura (PITANGA, 2011). O índice de massa corporal e a circunferência da cintura foram obtidos por meio das técnicas descritas por MUSSOI (2015). Todos os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (CEP/FS/UnB, Registro nº 020/2006 – Tese de Doutorado). O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva e analítica (análise de regressão linear múltipla, com *backward elimination*). Valor de p significativo quando menor de 5%.

Resultados

Dos 67 participantes, 56,7% pertenciam ao gênero feminino. As médias de índice de massa corporal, circunferência da cintura, percentual de gordura corporal e índice de conicidade foram, respectivamente, $26,3 \pm 4,2$ kg/m², $88,7 \pm 11,3$ cm, $31,5 \pm 8,7\%$, $1,2 \pm 0,07$. Por meio da análise de regressão linear múltipla (*backward elimination*), de todas as variáveis testadas, aquelas que mais se associaram com o índice triacilgliceróis/glicose (TyG) foram HOMA-IR ($p=0,022$), índice de conicidade ($p<0,001$) e percentual de gordura corporal ($p<0,004$). Este modelo apresentou R quadrado de 0,306 e valor de p menor que 0,000.

Conclusão

Houve associação entre o índice TyG e as variáveis HOMA-IR, índice de conicidade e percentual de gordura corporal. Sugere-se que o índice TyG possa ser utilizado no rastreamento por resistência à insulina em indivíduos adultos.

Referências

1. GUERRERO-ROMERO, F.; VILLALOBOS-MOLINA, R.; JIMÉNEZ-FLORES, J.R.; SIMENTAL-MENDIA, L.E.; MÉNDEZ-CRUZ, R.; MURGUÍA-ROMERO, M.; RODRÍGUEZ-MORÁN, M. Fasting Triglycerides and Glucose Index as a Diagnostic Test for Insulin Resistance in Young Adults. *Archives of Medical Research*. Jul; v.47, n.5, p.382-387, 2016. doi: 10.1016/j.arcmed.2016.08.012.
2. LEAN, N.E.; HAN, T. S.; DEURENBERG, P. Predicting body composition by densitometry from simple anthropometric measurements. *The American Journal of Clinical Nutrition*, v.1, p.4-14, 1996.
3. MUSSOI, T.D. Avaliação nutricional na prática clínica: da gestação ao envelhecimento. 1ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
4. PITANGA, F.J.G. Antropometria na Avaliação da Obesidade Abdominal e Risco Coronariano. *Revista Brasileira de*

Cineantropometria e Desempenho Humano, v.3, n. 13, p.41-238, 2011.

5. SBD – Sociedade Brasileira de Diabetes. Diretrizes da sociedade brasileira de diabetes. 2013. Disponível em: Acesso em 13 agost. 2017.

Palavras-chave: Resistência à insulina; Índice de massa corporal; Circunferência da cintura; Sensibilidade à insulina

ASSOCIAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E INADEQUADO CONTROLE PRESSÓRICO EM MULHERES HIPERTENSAS SOB TERAPIA MEDICAMENTOSA

BRUNA MERTEN PADILHA; JULIANA FERREIRA BARBOSA; RAPHAELA COSTA FERREIRA; SANDRA MARY LIMA VASCONCELOS; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ² UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, ³ IMIP - Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
bruna48@hotmail.com

Introdução

No Brasil, em 2013, 21,4% dos brasileiros maiores de 18 anos referiram diagnóstico de hipertensão arterial. Em Alagoas, 22,1% das mulheres relataram essa condição (ANDRADE et al., 2015). Uma vez que a hipertensão arterial está associada a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, a adesão ao tratamento está estreitamente relacionada à qualidade de vida aos seus portadores (GIROTTI et al, 2013). Todavia, estima-se que apenas 7,7% dos hipertensos em países como o Brasil, mantenham seus níveis pressóricos controlados (BLOCH, 2016). Um dos fatores possivelmente associado ao inadequado controle pressórico é a escolaridade (GIROTTI et al, 2013).

Objetivos

Avaliar a associação entre escolaridade e inadequado controle pressórico em mulheres hipertensas sob terapia medicamentosa.

Metodologia

Estudo do tipo transversal, cujo recorte foi extraído do banco de dados da pesquisa intitulada “Consumo e práticas alimentares, fatores de risco modificáveis para doenças crônicas e prognóstico de hipertensos do Estado de Alagoas”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (parecer nº 355.103) e realizada com usuários de unidades de saúde de Alagoas, no período de setembro de 2013 a dezembro de 2015. Todos os participantes firmaram o aceite através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para este recorte, foram selecionadas as mulheres portadoras de hipertensão, que estavam sob terapia medicamentosa. Categorizou-se a escolaridade de acordo com o número de anos completos de estudo, de duas formas: (a) muito baixa (<4) *versus* ≥4; (b) baixa (<8) *versus* ≥8. A aferição da pressão, realizada com aparelho digital Omron®, seguiu os critérios definidos pelas VII Diretrizes Brasileiras de Hipertensão (SBC, 2016). A análise estatística foi realizada utilizando-se o programa SPSS versão 13.0. Para averiguar a associação entre a escolaridade muito baixa ou baixa e a pressão arterial não controlada, utilizou-se o teste do qui-quadrado de Pearson. A significância estatística foi estabelecida como $p < 0,05$.

Resultados

Foram avaliadas 523 mulheres hipertensas sob terapia medicamentosa, com idade entre 23 e 60 ($48,5 \pm 7,9$) anos. Apesar do uso da medicação, 329 (62,9%) apresentaram inadequado controle pressórico. Categorizando a escolaridade das mulheres em <4 ou ≥4 anos de estudo, encontrou-se que 153 (71,8%) e 169 (56,9%) estavam com a pressão arterial alterada, respectivamente. Por outro lado, alterando a classificação para <8 ou ≥8 anos de estudo, evidenciou-se alteração da pressão arterial em 236 (65,7%) e 86 (56,9%), nesta ordem. A escolaridade <4 ou ≥4 anos de estudo apresentou associação estatisticamente significativa com os níveis pressóricos não controlados ($p < 0,001$), diferentemente da escolaridade <8 ou ≥8 anos de estudo ($p = 0,07$).

Conclusão

A escolaridade muito baixa (<4 anos de estudo) se associou ao inadequado controle pressórico em mulheres hipertensas sob terapia medicamentosa. Assim, o investimento de ações de conscientização sobre a importância da adesão ao tratamento anti-hipertensivo junto a esse grupo se faz necessário.

Referências

ANDRADE, S.S.A.; STOPA, S.R.; BRITO, A.S.; CHUERI, P.S.; SZWARCOWALD, C.L.; MALTA, D.C. Prevalência de hipertensão arterial autorreferida na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, n. 2, p. 297-304, 2015.

BLOCH, M.J. Worldwide prevalence of hypertension exceeds 1.3 billion. *Journal of the American Society of*

Hypertension, p. 1–2, 2016.

GIROTTTO, E. Adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico e fatores associados na atenção primária da hipertensão arterial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n.6, p. 1763 – 1772, 2013.

SBC. Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Hipertensão, Sociedade Brasileira de Nefrologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 107, n. 3, supl.3, p. 1-104, 2016.

Palavras-chave: Hipertensão; Pressão arterial; Tratamento farmacológico

ASSOCIAÇÃO ENTRE ESTADO NUTRICIONAL PRÉ-GESTACIONAL, GANHO DE PESO GESTACIONAL E PESO AO NASCER EM UM HOSPITAL MATERNIDADE DE REFERÊNCIA DE MACAÉ/RJ

JOANA GÉSSICA DE ALBUQUERQUE DINIZ; CAMILLA MEDEIROS MACEDO DA ROCHA; JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI; MARIA FERNANDA LARCHER DE ALMEIDA; FERNANDA AMORIM DE MORAES NASCIMENTO; ALICE BOUSKELA

¹ UFRJ CAMPUS-MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
dricamilla@bol.com.br

Introdução

O estado antropométrico pré-gestacional e o ganho de peso gestacional constituem fatores importantes para a predição de intercorrências gestacionais e desfechos perinatais, uma vez que a inadequação dos mesmos influencia diretamente na saúde do lactente e da nutriz. O peso ao nascer é um indicador de grande relevância à saúde da população por refletir as condições sociais, econômicas e ambientais, às quais a mulher se encontra no período gestacional, de forma que inadequações ponderais do recém-nascido, sejam estas por déficit ou excesso, relacionam-se diretamente ao aumento das taxas de morbimortalidade infantil e, devido a este fator, devem ser avaliadas precocemente.

Objetivos

Investigar a associação entre o estado nutricional pré-gestacional, ganho de peso gestacional e peso ao nascer em recém-nascidos de puérperas atendidas em um hospital maternidade de referência de Macaé, RJ.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, transversal, descritivo, de bases primária e secundária com puérperas adultas, moradoras de Macaé, atendidas pela maternidade pública do município. A coleta de dados ocorreu entre agosto e dezembro de 2014, a partir de um entrevistador previamente treinado, utilizando como instrumento um formulário estruturado. Os dados foram digitados e analisados utilizando-se os softwares *Excel for Windows 2010* e *SPSS/PC, versão 18.0*. Este trabalho está inserido em um projeto de pesquisa matriz intitulado como "Fatores demográficos, socioeconômicos, assistência pré-natal e nutricional relacionados ao baixo peso ao nascer: um estudo transversal realizado em um hospital municipal de Macaé, RJ", submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes sob CAAE: 32809614.1.0000.5244.

Resultados

Foram analisados dados de 115 puérperas, detectando-se que 72,0% possuem idade entre 20 e 29 anos; 33,9% são solteiras, 64,3% residem com o companheiro; a maioria tem escolaridade acima de 8 anos (85,2%) e renda familiar média entre 1 a 2 salários mínimos (49,6%). Quanto ao número de consultas de pré-natal, detectou-se que 72,2% realizaram 6 ou mais consultas. A maioria das puérperas apresentou peso adequado pelo IMC pré-gestacional (48,7%). Quanto ao ganho de peso na gestação, a maioria (40,9%) apresentou ganho adequado, seguido de excesso (34,8%) e baixo ganho de peso na gestação (24,3%). Em relação ao recém-nascido, 11,3% nasceram pré-termo e 87,0% a termo; quanto ao peso ao nascer, observou-se que 64,3% dos neonatos apresentaram peso adequado, peso insuficiente (20,9%), baixo peso ao nascer (7,0%) e excesso de peso (6,1%). O Índice de Massa Corporal pré-gestacional apresentou associação estatisticamente significativa com o peso ao nascer do recém-nascido (p valor=0,03), assim como o ganho de peso gestacional (p valor=0,000).

Conclusão

Há associação estatisticamente significativa entre o Índice de Massa Corporal pré-gestacional e o peso ao nascer do recém-nascido, assim como com o ganho de peso gestacional e peso ao nascer. Estes achados reforçam a importância da assistência pré-natal e o respectivo papel do profissional nutricionista quanto ao controle do ganho de peso gestacional segundo o estado antropométrico inicial da gestante, uma vez que estes dois parâmetros demonstraram associação estatisticamente significativa com o desfecho perinatal.

Referências

Lima GS P, Sampaio HAC. Influência de fatores obstétricos, socioeconômicos e nutricionais da gestante sobre o peso do recém-nascido: estudo realizado em uma maternidade em Teresina, Piauí. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 4 (3): 253-261, jul. / set., 2004.

Rizvi SA et al. Maternal risk factors associated with low birth weight in Karachi: a case- control study. *Eastern Mediterranean Health Journal*, v.13,n.1, p.1343-52, 2007.

Rode L et al. Association between maternal weight gain and birth weight. *Obstetrics and Gynecology*, v.109, n.6, p.1309-15, 2007.

Tourinho AB, Reis LBS. *Peso ao nascer: uma abordagem nutricional*. *Com. Ciências Saúde*. 2013; 22(4):19-30.

Palavras-chave: *Cuidado pré-natal; Saúde materno-infantil; Desfecho gestacional*

ASSOCIAÇÃO ENTRE O HORÁRIO DE VERÃO E FATORES DE PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO ADULTA DAS CAPITAIS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

THAIS CRISTINA MARQUEZINE CALDEIRA; ROBERTA DUARTE RODRIGUES; LUIZA EUNICE SÁ DA SILVA;
RAFAEL MOREIRA CLARO

¹ UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
tatamarquezine@gmail.com

Introdução

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são responsáveis por cerca de 70% dos óbitos no Brasil. Essas doenças se caracterizam por possuir etiologia multifatorial e conjunto comum de fatores de risco comportamentais modificáveis como: tabagismo, consumo abusivo de álcool, inatividade física e alimentação inadequada. Pouco se sabe sobre a influência sazonal sobre esses comportamentos, ainda que ela seja reconhecida especialmente para a prática de atividade física e consumo alimentar. O “horário de verão (prática de adiantar os relógios em uma hora durante parte do verão)” tem sido adotado no país desde 1931 com o objetivo de economia energética. No entanto, por alterar o perfil de exposição à luz solar dos indivíduos pode também resultar em alterações tanto positivas quanto negativas nos comportamentos relacionados às DCNT. Ainda assim, não se tem conhecimento de estudo no país analisando a relação entre o horário de verão e a realização de comportamentos associados às DCNT.

Objetivos

Analisar a associação entre o horário de verão e fatores de proteção para DCNT entre adultos nas capitais de estado e Distrito Federal entre 2008 e 2016.

Metodologia

Dados coletados pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) entre 2008 e 2016 foram utilizados. Anualmente o Vigitel entrevista cerca de 54 mil adultos (≥ 18 anos) nas 26 capitais de Estado e DF ($n=465.832$ indivíduos). A data de realização da entrevista foi utilizada para identificação de que a mesma foi realizada durante o período do horário de verão. Os fatores de proteção utilizados foram: consumo regular (≥ 5 dias/semana) de feijão, consumo regular e recomendado de frutas e hortaliças e a prática de atividade física no lazer. A prevalência (e intervalo de confiança de 95% (IC95%)) desses indicadores foi estimada para o período do horário de verão e para o conjunto dos demais meses do ano. Modelos de regressão logística foram empregados para análise da associação entre o horário de verão e os fatores investigados, por meio do cálculo de razões de chance brutas e ajustadas (segundo sexo, idade, escolaridade e estações do ano). O Vigitel foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para Seres Humanos do Ministério da Saúde, por meio do parecer número 355.590, de 2013.

Resultados

Mulheres tenderam a apresentar maiores prevalências dos fatores de proteção tanto no horário de verão quanto nos demais meses quando comparadas aos homens (à exceção da prática de atividade física no lazer). Na comparação não ajustada (bruta), apenas o consumo regular de frutas e a prática de atividade física no lazer mantiveram-se iguais dentro e fora do horário de verão ($p>0,05$). Já para a comparação ajustada (segundo sexo, idade, escolaridade e estações do ano) apenas a prática de atividade física no lazer permaneceu não significativo. As maiores diferenças ($p<0,05$) foram observadas para o consumo regular de feijão (OR=1,45), hortaliças (OR=1,32) e o consumo recomendado de frutas e hortaliças (OR=1,20).

Conclusão

O horário de verão mostrou-se associado positivamente ao consumo alimentar saudável (por meio do maior consumo de feijão e frutas e hortaliças), mas não à prática de atividade física no lazer. Esses resultados sugerem a importância de que o impacto do horário de verão sobre comportamentos em saúde seja também considerado nas discussões anuais sobre sua implementação.

Referências

- 1- World Health Organization. Preventing chronic diseases: a vital investment. Geneva; 2005.
- 2- Schmidt MI, Duncan BB, Silva GA, Menezes AM, Monteiro CA, Barreto SM, et al. Chronic non-communicable

diseases in Brazil: burden and current challenges. The Lancet 2011, 377(9781):1949-61.

3- Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos: estudo transversal, Brasil, 2011. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 22(3):423-434, jul-set 2013

4- Prevalência e distribuição sociodemográfica de marcadores de alimentação saudável, Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil 2013. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(2): 267-276, abr-jun 2015

Palavras-chave: Estilo de vida; Sazonalidade; Doença Crônica; Saúde Pública; Vigilância Epidemiológica

ASSOCIAÇÃO ENTRE O HORÁRIO DE VERÃO E FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO ADULTA DAS CAPITAIS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

ROBERTA DUARTE RODRIGUES; THAIS CRISTINA MARQUEZINE CALDEIRA; LUIZA EUNICE SÁ DA SILVA;
RAFAEL MOREIRA CLARO

¹ UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
duarteroberta3@gmail.com

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são a principal causa de adoecimento e morte na população brasileira. Um pequeno conjunto de fatores de risco modificáveis está relacionado com o desenvolvimento dessas doenças, com destaque para o consumo alimentar inadequado, a prática insuficiente de atividade física, o tabagismo e o consumo excessivo de álcool. Sabe-se que esses comportamentos são influenciados pelo ambiente onde os indivíduos estão inseridos, podendo ser impactados até mesmo por condições sazonais. O “horário de verão (prática de adiantar os relógios em uma hora durante parte do verão)” tem sido adotado no país desde 1931 com o objetivo de economia energética. No entanto, por alterar o perfil de exposição à luz solar dos indivíduos pode também resultar em alterações tanto positivas quanto negativas nos comportamentos relacionados às DCNT. Ainda assim, não se tem conhecimento de estudo no país analisando a relação entre o horário de verão e a realização de comportamentos associados às DCNT.

Objetivos

Analisar a associação entre o horário de verão e fatores de risco para DCNT entre adultos nas capitais de estado e Distrito Federal entre 2008 e 2016.

Metodologia

Dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção por Inquérito Telefônico (Vigitel) entre 2008 e 2016 foram utilizados. Anualmente o Vigitel entrevista uma amostra de cerca de 54 mil adultos (≥ 18 anos) nas 26 capitais de Estado e DF ($n=465.832$ no período). A data de realização da entrevista foi utilizada para identificação de que a mesma foi realizada durante o período do horário de verão. Oito indicadores de fatores de risco para DCNT foram incluídos: o consumo regular (≥ 5 dias/semana) de refrigerantes, de doces, e de carnes com excesso de gordura, o hábito de substituir refeições por lanches e de assistir televisão por períodos prolongados (≥ 3 horas/dia), consumo abusivo de bebida alcoólica (≥ 5 doses para homens e ≥ 4 para mulheres) e tabagismo. A prevalência (e intervalo de confiança de 95% (IC95%)) desses indicadores foi estimada para o período do horário de verão e para o conjunto dos demais meses do ano. Modelos de regressão logística foram empregados para análise da associação entre o horário de verão e os fatores investigados, por meio do cálculo de razões de chance brutas e ajustadas (segundo sexo, idade, escolaridade e estações do ano). O Vigitel foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para Seres Humanos do Ministério da Saúde, por meio do parecer número 355.590, de 2013.

Resultados

As maiores prevalências dos indicadores estudados foram verificadas no sexo masculino (à exceção do consumo regular de doces e do hábito de substituir refeições por lanches). Na comparação não ajustada (bruta), apenas o hábito de substituir refeições por lanches, hábito de assistir televisão e o consumo abusivo de álcool mantiveram-se iguais dentro e fora do HV ($p > 0,05$). Já para a comparação ajustada (segundo sexo, idade, escolaridade e estações do ano) apenas o consumo abusivo de álcool permaneceu não significativo. As maiores diferenças ($p < 0,05$) foram observadas para o consumo regular de refrigerantes (OR=1,45), tabagismo (OR=1,38) e consumo regular de doces (OR=1,20).

Conclusão

O horário de verão mostrou-se associado à maioria dos fatores de risco estudados. Esse resultado sugere a importância de que o impacto do horário de verão sobre comportamentos em saúde seja também considerado nas discussões anuais sobre sua implementação.

Referências

1. MALTA, Deborah Carvalho et al. Fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico nas capitais brasileiras, Vigitel 2014. Revista Brasileira de Epidemiologia, [s.l.], v. 18, n. 2, p.238-255, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201500060021>.

2. WHO- World Health Organization. Global Status Report on noncommunicable diseases. Geneva; 2014.
3. Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos: estudo transversal, Brasil, 2011. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 22(3):423-434, jul-set 2013.
4. AGGIO, Daniel et al. Association of Light Exposure on Physical Activity and Sedentary Time in Young People. International Journal of Environmental Research and Public Health, [s.l.], v. 12, n. 3, p.2941-2949, 10 mar. 2015. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph120302941>.

Palavras-chave: Estilo de vida; Fatores de Risco; Sazonalidade; Doença Crônica; Vigilância Epidemiológica

ASSOCIAÇÃO ENTRE PADRÕES DE MARCADORES DO CONSUMO ALIMENTAR SAUDÁVEL E NÃO SAUDÁVEL E CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E COMPORTAMENTAIS EM ADOLESCENTES BRASILEIROS

THAIS CRISTINA MARQUEZINE CALDEIRA; ROBERTA DUARTE RODRIGUES; LUIZA EUNICE SÁ DA SILVA;
EMANUELLA GOMES MAIA; RAFAEL MOREIRA CLARO

¹ UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

tatamarquezine@gmail.com

Introdução

O consumo alimentar dos adolescentes tem sido caracterizado pelo elevado consumo de alimentos ultraprocessados em paralelo ao consumo insuficiente de alimentos in natura. A alimentação inadequada na infância e na adolescência é considerada um dos principais fatores de risco para o aparecimento precoce da obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis. No entanto, sabe-se que esses desfechos não resultam do consumo de grupos de alimentos isolados, mas de padrões inadequados de alimentação. Assim, a relevância desse estudo consiste em analisar uma base de dados representativa da população de adolescentes do país, utilizando-se abordagem analítica multivariada para identificação de padrões alimentares e contextualização dos comportamentos alimentares e características sociodemográficas contribuindo para a epidemiologia nutricional do país.

Objetivos

Analisar a associação entre padrões de consumo alimentar e características sociodemográficas e comportamentais em adolescentes brasileiros.

Metodologia

Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015, com amostra final de 10.926 escolares com 13-17 anos de idade. O consumo alimentar foi caracterizado segundo a frequência semanal de ingestão dos grupos de alimentos: feijão, hortaliças, frutas, guloseimas, salgados fritos, refrigerantes e alimentos industrializados/ultraprocessados salgados. Os três primeiros itens são marcadores do consumo alimentar saudável, enquanto os demais indicam o consumo alimentar não saudável. O comportamento alimentar foi caracterizado pela prática regular de tomar café da manhã, almoçar/jantar com pais ou responsáveis, alimentar enquanto assiste TV/estuda e alimentar em restaurantes fast food. As características sociodemográficas foram analisadas segundo sexo, faixas de idade, escolaridade materna, região geográfica, situação e dependência administrativa da escola. A identificação dos padrões alimentares foi realizada por meio da análise de componentes principais (PCA), considerando a frequência semanal dos marcadores de alimentação. Regressões lineares foram utilizadas para análise da associação entre o primeiro padrão identificado (variável desfecho), e as características sociodemográficas e comportamentos alimentares. A PeNSE foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa por meio do parecer número 1.006.467/2015.

Resultados

Foram identificados dois padrões de alimentação, o primeiro caracterizado pelo consumo de alimentos marcadores da alimentação não saudável e, o segundo, pelo consumo de alimentos marcadores da alimentação saudável. A adesão ao padrão não saudável esteve positivamente associada aos adolescentes do sexo feminino, que possuem mães com, ao menos, ensino fundamental completo, residentes em regiões mais desenvolvidas, área urbana, e, de escolas privadas. Observou-se associação direta entre o padrão não saudável de alimentação e os hábitos de não tomar café da manhã, não realizar refeições com os pais/responsáveis, se alimentar enquanto estuda/assiste TV e frequentar restaurantes fast food. Tais coeficientes de associação mantiveram-se semelhantes nos modelos de regressão ajustados.

Conclusão

A identificação de grupos populacionais mais vulneráveis ao padrão alimentar não saudável e a compreensão da coexistência de diferentes determinantes ao hábito alimentar entre os adolescentes beneficiam o acompanhamento, avaliação e fortalecimento das ações direcionadas à promoção da alimentação saudável no país.

Referências

1. Martins APB, Levy RB, Claro RM, Moubarac JC, Monteiro CA. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). Rev. Saúde Pública 2013; 47(4): 656-665
2. Azeredo CM, de Rezende LFM, Canella DS, Claro RM, de Castro IRR, do Carmo Luiz O, Levy RB. Dietary intake of

Brazilian adolescents. Public health nutrition 2015; 18(7): 1215-1224

3. Camelo LDV, Rodrigues JFDC, Giatti L, Barreto SM. Lazer sedentário e consumo de alimentos entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. Cad Saúde Pública 2012; 28:2155-2162.

4. Maia EG, Gomes FMD, Alves MH, Huth YR, Claro RM. Hábito de assistir à televisão e sua relação com a alimentação: resultados do período de 2006 a 2014 em capitais brasileiras. Cadernos de Saúde Pública 2016; 32(9): e00104515.

5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Análise Multivariada; Comportamento Alimentar; Adolescente; Saúde Pública

ASSOCIAÇÃO ENTRE TEMPO DE SONO E EXCESSO DE PESO EM ADOLESCENTES DE PALMAS (TO)

ROSIELY DA SILVA SOUSA; ADÊNILA ARAÚJO CAVALCANTE; LARA CAMARGO SANTOS; MARINA DA SILVA MILHOMEM; RAFAELLA LEMOS ALVES; KELLEN CRISTINE SILVA

¹ UFT - Universidade Federal do Tocantins
rosiely03sousa@gmail.com

Introdução

Distúrbios provocados pelas alterações do ritmo de sono e vigília, muito comuns na adolescência, influenciam na diminuição dos níveis de leptina e o aumento dos níveis de grelina, resultando assim no aumento do apetite e da ingestão, favorecendo o desenvolvimento da obesidade (SPIEGEL et al., 2006).

Objetivos

Avaliar a associação do tempo de sono nos dias de semanas e finais de semana dos adolescentes com o excesso de peso.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado com adolescentes entre 10 a 19 anos, de um colégio estadual de Palmas (TO). A escola foi selecionada por conveniência e foram sorteados 70 alunos para o estudo. Foram avaliados peso, estatura e duração de sono. Para o peso usou-se uma balança digital Marte® e para a estatura um estadiômetro AlturaExata®. O estado nutricional foi avaliado de acordo com o índice de massa corporal para a idade (IMC/I) e classificado segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2007). A duração de sono foi obtida através de auto relato, na qual os adolescentes respondiam o horário de acordar e dormir habitualmente em dias de semana e aos finais de semana, dessa forma obtendo um valor mais representativo da duração de sono habitual. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa com (protocolo 2.205.399). A normalidade dos dados foi testada através do Teste de Kolmogorov-Smirnov e ainda calculada o valor da curtose e assimetria. Para identificar a diferença de médias entre adolescentes eutróficos e excesso de peso foi realizado o Teste T de Student. Consideramos significantes associações com $p < 0,05$. As análises foram realizadas pelo Statical Package for Social Sciences (SPSS versão 19.0).

Resultados

Foram avaliados 49 estudantes, 51% do sexo masculino e 49% do sexo feminino. Quanto ao estado nutricional, 77,1% apresentaram eutrofia, 2% baixo peso, 14,3% sobrepeso, 6,1% obesidade. O tempo de sono médio da amostra foi de 8,87 (DP± 1,91) horas, sendo o mínimo de 5 horas e máximo de 14 horas. Adolescentes com excesso de peso (sobrepeso/obesidade) dormem em média 8,31(DP± 1,61) horas, e máximo de 10 horas e mínimo de 5 horas, enquanto que nos adolescentes sem excesso de peso (eutrofia/magreza) a média observada foi de 9,01 (DP± 1,97) horas, e máximo de 14 horas e mínimo de 5,3 horas. Não foi possível observar diferença significativa entre as médias de horas de sono entre os grupos ($p=0,259$), no entanto os eutróficos dormem 42 minutos a mais que aqueles com excesso de peso.

Conclusão

Na amostra de adolescentes estudada, não foi possível observar associação entre tempo de e excesso de peso. No entanto, é conhecida a importância fisiológica do tempo de sono no controle do peso.

Referências

Spiegel K, Tasali E, Penev P, Van Cauter E. Brief communication: Sleep Curtailment in healthy young men is associated with decreased leptin levels, elevated ghrelin levels, and increased hunger and appetite. *Ann Intern Med.* 2004;141(11):846-50.

WHO WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. World Health Organization technical report series, 2007.

Palavras-chave: Duração de sono; Adolescentes; Avaliação nutricional

ATENÇÃO AO COMER E PRÁTICA REGULAR DE ATIVIDADES FÍSICAS EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL

MARINA ROMERO ALVARENGA; IRENE COUTINHO DE MACEDO

¹ SENAC SANTO AMARO - Centro Universitário Senac Santo Amaro

marinaromero@hotmail.com

Introdução

Nos últimos anos, houve um aumento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. Isso pode se justificar pela redução da atividade física na população e adoção de hábitos alimentares inadequados que não se resumem ao excesso alimentar, mas, também, no comportamento inadequado refletido pela falta de atenção ao que se come. Dessa forma, justifica-se a necessidade da condução de um estudo que investigue os hábitos de atenção plena e de atividades físicas como forma promoção da saúde nos indivíduos estudados.

Objetivos

Estudar os hábitos de atenção no momento das refeições e o nível de atividade física de pacientes de um Centro de Atendimento Nutricional em uma Instituição de Ensino Superior, como forma de promoção à saúde.

Metodologia

Um estudo de análise documental prospectiva realizado no Centro de Atendimento Nutricional de uma Instituição de Ensino Superior no município de São Paulo, onde foram avaliados prontuários de 40 pacientes. A coleta dos prontuários foi aleatória e foram extraídos dados sobre hábitos de atenção durante as refeições e prática de atividades físicas. O método de avaliação de atividade física adotado foi o critério da Organização Mundial da Saúde, que define o praticante assíduo os que praticam 150 minutos de atividade moderada ou 75 minutos de atividade intensa por semana, em sessões de, pelo menos, 10 minutos. Os hábitos de atenção ao comer foram identificados no prontuário por meio do registro de sinalização dos pacientes comerem realizando outras atividades como “assistir TV” ou “usar o celular”. Foram investigados apenas os prontuários de pacientes que acordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê Interno de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Senac, parecer nº 104.03.12.

Resultados

Foram estudados os prontuários de 40 pacientes com idade entre 19 e 67 anos, sendo 75% do sexo feminino e 25% do sexo masculino. As maiores prevalências de faixas etárias e gênero foram de mulheres de 20 a 39 anos (40%) e 40-59 anos (25%) e homens de 20-39 anos (17,5%). Observou-se que a maioria dos homens (70%) realiza outras atividades enquanto se alimentam (utilizam o celular ou assistem televisão), caracterizando uma falta de atenção ao que está consumindo. Da mesma forma, a maioria das mulheres (70%) também se alimenta realizando outras atividades. A maior prevalência da falta de atenção ao comer para ambos os gêneros está na faixa etária de 20 a 39 anos sendo 43% entre as mulheres que se alimentam sem atenção e 100% dos homens. Esses dados apontam quem quanto maior a idade, maior é a atenção ao comer e, quanto menor a idade, maior a distração no momento das refeições. Com relação à prática de exercícios físicos, a maioria dos homens (60%) praticam atividade físicas. Da mesma forma, a maioria das mulheres também pratica atividade física regularmente (57%). Observou-se que homens e mulheres nas menores faixas etárias realizam mais atividades físicas quando comparados às maiores idades.

Conclusão

Conclui-se que homens e mulheres mais jovens praticam mais atividades físicas de forma regular, porém, apresentam mais elementos de distração ao comer como assistir televisão e falar ao celular. Assim, sugere-se ações educativas que visem uma mudança de comportamento com ênfase para as necessidades específicas de cada população e suas características.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 91-99.
- GALISA, Mônica Santiago; ESPERANÇA, Leila Maria B.; SÁ, Neide G. de. **Nutrição – Conceitos e Aplicações**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008. p. 4, 161- 162.
- POLACOW, Viviane; COSTA, Ana Carolina; FIGUEIREDO, Manoela. Comer com atenção plena (mindful eating). In: ALVARENGA, Marle; FIGUEIREDO, Manoela; TIMERMAN, Fernanda; ANTONACCIO, Cynthia. **Nutrição**

Comportamental. Barueri, SP. Manole, 2015. p. 263-277.

TEIXEIRA, Paula; POLACOW, Viviane; TIMERMAN, Fernanda; FONTANA, Mariana; ALVARENGA, Marle. Nutrição Comportamental e atividade física. In: ALVARENGA, Marle; FIGUEIREDO, Manoela; TIMERMAN, Fernanda; ANTONACCIO, Cynthia. Nutrição Comportamental. Barueri, SP. Manole, 2015. p. 465-467.

WHO. World Health Organization. **Global recommendation on physical activity for health.** WHO: Geneva, 2010. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241599979_eng.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2017.

Palavras-chave: prática do exercício; atenção plena; promoção da saúde

ATENDIMENTO NUTRICIONAL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E EM GRUPO DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE TREINAMENTO FUNCIONAL

JULIANA COSTA E SILVA; BRUNA CAROLINE DA SILVA; SARA CAMPOS SANCHEZ ORTIN; EVERTON CRIVOI DO CARMO; TATIANE VANESSA DE OLIVEIRA

¹ SENAC - CENTRO UNIVERSITARIO SENAC

ju costa94@hotmail.com

Introdução

A intervenção nutricional é de extrema importância para a promoção de saúde e o bem estar da população e quando associada a prática da atividade física seus efeitos são potencializados. Neste contexto se vê a importância de avaliar formas diferentes de intervenção para se obter um melhor resultado no que se refere a promoção da saúde e redução do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, destacando-se a obesidade.

Objetivos

Comparar duas estratégias de intervenção nutricional, atendimento ambulatorial individual e em grupo, em participantes de um programa de treinamento funcional.

Metodologia

O estudo foi realizado em uma clínica escola com 50 participantes de 19 a 60 anos de idade de ambos os gêneros, de um programa de treinamento funcional de março a junho de 2017. A pesquisa foi aprovada pelo protocolo 103.87.14 do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Senac. A primeira etapa foi a realização da avaliação antropométrica que consistiu em aferição de peso, estatura e % de gordura corporal por bioimpedância. Como critério de inclusão os participantes tinham que apresentar o Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 24,99 kg/m², ou seja, indivíduos com sobrepeso ou com algum grau de obesidade. Após isso, convocou-se 15 participantes (3 homens e 12 mulheres). O projeto consiste em realizar intervenções nutricionais por 3 meses em encontros quinzenais. Os participantes convocados foram divididos em dois grupos, Grupo 1 (composto por 10 pessoas, o qual recebeu orientações em grupo a cada 15 dias, durante 30 minutos); Grupo 2 (composto por cinco pessoas, que receberam orientações nutricionais individuais a cada 15 dias, por 30 minutos). No primeiro encontro foi aplicado um questionário para avaliar a qualidade da alimentação dos dois grupos. Todos faziam o treino funcional duas vezes por semana durante 60 minutos e ao término dos três meses todos foram avaliados novamente.

Resultados

As orientações do Grupo 1 abordaram temas como: escolha dos alimentos (baseados no Guia Alimentar para a população brasileira), lanches intermediários, metas para mudança de comportamento alimentar e dicas de lanches antes e depois do treino. Em paralelo, a orientação individual se deu por uma orientação tradicional de consultórios de nutrição, cujos pacientes receberam um cardápio e orientações nutricionais individualizadas. Em relação a adesão às orientações nutricionais, 50% do Grupo 1 e 40% do Grupo 2 concluíram o programa de três meses, sendo que a frequência no treinamento funcional foi de 80%. Ao final dos encontros percebeu-se uma melhora na qualidade da alimentação mais significativa no Grupo 1, pois observou-se um aumento do consumo de laticínios e redução do consumo de doces. Em relação as medidas antropométricas, a média de perda de peso em ambos os grupos foi de 2,2kg. No entanto no Grupo 1 todos participantes perderam peso e a média de % de gordura manteve-se em 34%. Já no Grupo 2, restaram apenas dois participantes e apenas um teve perda de peso e a média de % de gordura corporal aumentou de 33,2% para 36,7%.

Conclusão

Os participantes de ambos os grupos obtiveram a mesma perda de peso, porém todos os integrantes do Grupo 1 perderam peso e apresentaram uma melhora na qualidade da alimentação. As orientações em grupo se mostraram mais eficazes, pois o trabalho em conjunto reforça o incentivo a adoção de práticas mais saudáveis. Viu-se a importância de ampliar o número de participantes para confirmação dos resultados.

Referências

ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. – 4.ed., São Paulo, SP, 2016
BRASIL. Campanha por uma alimentação saudável pretende melhorar hábito dos brasileiros. Disponível em: . 2014

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

TEIXEIRA, Priscila Dryelle Sousa et al. Intervenção nutricional educativa como ferramenta eficaz para mudança de hábitos alimentares e peso corporal entre praticantes de atividade física. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.347-356, fev. 2013.

Palavras-chave: NUTRIÇÃO; OBESIDADE; INTERVENÇÃO NUTRICIONAL; EDUCAÇÃO NUTRICIONAL; PROMOÇÃO DE SAÚDE

ATITUDES ALIMENTARES DE UNIVERSITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

GREISSE VIERO DA SILVA LEAL; LUMA STELLA TEICHMANN BAZZAN

¹ UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

greisse@hotmail.com

Introdução

As atitudes alimentares, segundo Alvarenga, Scagliusi e Philippi (2010), são crenças, pensamentos, sentimentos e comportamentos em relação à comida que podem determinar a escolha alimentar do indivíduo. Uma atitude negativa é fator de risco para distúrbios alimentares. No Brasil, há poucos estudos voltados a entender porque as pessoas comem o que comem, e quais são as atitudes alimentares em relação à escolha dos alimentos. Visto isso, a Escala de Atitudes Alimentares Transtornadas foi desenvolvida e validada por Alvarenga, Scagliusi e Philippi (2010), para avaliar as atitudes alimentares de universitários, através de questões envolvendo crenças, pensamentos, sentimentos, comportamentos e relação com os alimentos.

Objetivos

Avaliar as atitudes alimentares dos universitários de Palmeira das Missões-RS, comparando segundo curso, sexo, idade, estado nutricional, renda familiar e escolaridade do chefe da família.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal quantitativo realizado com os universitários de todos os cursos oferecidos na UFSM, Campus Palmeira das Missões (Enfermagem, Zootecnia, Biologia, Administração, Ciências Econômicas e Nutrição), totalizando 1194 acadêmicos matriculados no primeiro semestre de 2017. Foram incluídos todos os estudantes de ambos os sexos, que concordaram em participar do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam o questionário online. A atitude alimentar foi avaliada por meio da Escala de Atitudes Alimentares Transtornadas, que é composta por 25 questões, sendo dividida em 5 subescalas. As subescalas 1, 4 e 5 avaliam atitudes alimentares, e as subescalas 2 e 3 estão associadas com a imagem corporal. O resultado foi avaliado através de pontuações referentes às respostas dos indivíduos, que variam entre 37 e 190 pontos. O escores mais elevados indicam piores atitudes alimentares. Também foi realizada caracterização da amostra segundo idade, sexo, peso e estatura referidos, renda familiar e grau de escolaridade dos pais. Foi calculado o índice de massa corpórea para avaliação do estado nutricional, cuja classificação foi de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2006). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE nº 61473116.2.0000.5346. Os dados foram analisados pelo programa estatístico SPSS versão 18.0, com nível de significância de 0,05.

Resultados

Do total de matriculados, 247 universitários responderam o questionário online. O curso de Enfermagem apresentou a maior pontuação na escala e foi significativamente superior à do curso de Nutrição, que obteve a menor pontuação. Os estudantes classificados com sobrepeso e obesidade apresentaram maiores escores quando comparados àqueles com eutrofia e baixo peso. Em relação à escolaridade do chefe da família, a amostra cujos responsáveis tinha ensino superior/pós-graduação obteve maior escore que aqueles cujos responsáveis tinham somente até o ensino fundamental. Verificou-se que os maiores escores foram na subescala 1 que avalia a relação com os alimentos (controle, recusa alimentar, culpa, raiva, desejo e vergonha), e na subescala 5 que refere-se ao conceito de alimentação normal, informando sobre conceitos rígidos de nutrição e crenças.

Conclusão

Conclui-se que os universitários de Enfermagem, estudantes com excesso de peso e com maior escolaridade do chefe da família, tiveram piores atitudes alimentares, principalmente sobre o relacionamento com o alimento e conceitos sobre alimentação.

Referências

ALVARENGA MS, SCAGLIUSI FB, PHILIPPI ST. Development and validity of the disordered eating attitude scale (DEAS). *Percept Mot Skills*, Virginia, v.110, n.2, 379–95, April, 2010.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global database on Body Mass Index. Geneva, 2006. Disponível em: http://apps.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro_3.html [acessado em 26 jun 2016]

Palavras-chave: atitudes alimentares; estudantes; distúrbios alimentares

ATITUDES, CRENÇAS E PRÁTICAS MATERNAS EM RELAÇÃO À ALIMENTAÇÃO DE ESCOLARES NO BRASIL

JÉSSICA PEDROSO DA SILVA; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN; MURIEL BAUERMANN GUBERT

¹ UNB - Universidade de Brasília
jessicapedroso1211@gmail.com

Introdução

A família influencia diretamente hábitos e preferências alimentares na infância (BIRCH et al., 2001). A utilização de comportamentos restritivos e pressões para que a criança se alimente são práticas parentais que podem influenciar o consumo alimentar durante o restante da vida do indivíduo (LOTH et al., 2012).

Objetivos

Avaliar a associação das atitudes, crenças e práticas maternas com a alimentação e o estado nutricional infantil.

Metodologia

Estudo transversal realizado com 559 mães e seus respectivos filhos, alunos de escolas particulares do Distrito Federal, Brasil. Peso e altura das crianças foram aferidos para a avaliação do estado nutricional. Mães responderam questionário online que avaliava dados sociodemográficos, estado nutricional materno (peso e a estatura auto referidos), consumo alimentar da criança, e atitudes, crenças e práticas maternas em relação à alimentação infantil. O consumo alimentar das crianças foi classificado em baixa qualidade, qualidade intermediária ou alta qualidade, a partir de Questionário de Frequência Alimentar e do Índice de Alimentação do Escolar, desenvolvidos por Molina et al. (2010). Para avaliar as atitudes, crenças e práticas maternas sobre alimentação infantil foi utilizado o Questionário de Alimentação da Criança que avalia percepção de responsabilidade; percepção do peso dos pais; percepção do peso da criança; preocupação com o peso da criança; restrição; pressão para comer; e monitoramento (BIRCH et al., 2001; LORENZATO et al., 2017). Foram realizadas análises descritivas, teste qui-quadrado e regressão logística, sendo adotado o nível de significância de 5% e intervalo de confiança de 95%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, sob número 39116314.3.0000.0030. A participação na pesquisa ocorreu mediante consentimento das mães, pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e assentimento da criança, pela assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A maior parte das crianças possuía uma alimentação de alta qualidade (77,3%), enquanto 13,0% consumiam alimentação de qualidade intermediária e 9,7% de baixa qualidade. Verificou-se que mães que percebiam os corpos de suas crianças maiores e que se preocupavam mais com o peso de sua criança apresentavam maior chance de terem filhos com excesso de peso. Já mães com maior percepção de responsabilidade e que pressionavam mais a criança para comer apresentavam menor chance de terem filhos com excesso de peso. Mães que monitoravam mais a alimentação de sua criança tiveram a chance 2,81 vezes maior de ter criança com alimentação de alta qualidade.

Conclusão

Observou-se que as atitudes, crenças e práticas maternas sobre a alimentação da criança associam-se com o consumo e estado nutricional infantil. Diante disso, constata-se a importância de se considerar estas associações no desenho de intervenções que busquem modificações nestes aspectos. Além disso, ressalta-se que o foco, para obtenção de resultados mais exitosos nas intervenções, deve estar no binômio mãe-filho, visto que as atitudes, crenças e práticas maternas em relação à alimentação infantil podem influenciar o consumo alimentar durante resto da vida da criança.

Referências

BIRCH, L. L. et al. Confirmatory factor analysis of the Child Feeding Questionnaire: a measure of parental attitudes, beliefs and practices about child feeding and obesity proneness. **Appetite**, Londres, v. 36, n. 3, p. 201-210, 2001.

LORENZATO, L. et al. Translation and Cross-Cultural Adaptation of a Brazilian Version of the Child Feeding Questionnaire. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 27, n. 66, p. 33-42, 2017.

LOTH, K. A. et al. Eat this, not that! Parental demographic correlates of food-related parenting practices. **Appetite**, Londres, v. 60, n. 1, p. 140-147, 2012.

MOLINA, M. C. B. et al. Preditores socioeconômicos da qualidade da alimentação de crianças. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 5, p. 785-792, 2010.

Palavras-chave: estado nutricional; criança; nutrição da criança; consumo de alimentos; relações mãe-filho

ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA PUERICULTURA EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO BÁSICA

RENATA FABIANA STADLER; FABIO JOSÉ ANTONIO DA SILVA; VERIDIANA DOMINGUES; ANGÉLICA FERREIRA DOMINGUES

¹ AMS - Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, ² UEL - Universidade Estadual de Londrina, ³ UNOPAR - Universidade Norte do Paraná
restadlernutri@gmail.com

Introdução

O Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica tem o escopo de formar profissionais aptos a pensar e produzir espaços de saúde e qualidade de vida, atuando em diversos setores. Com isso a residência proporciona ao nutricionista capacidade gerencial e clínica, com práticas individuais e multiprofissionais para a melhoria da qualidade de vida dos usuários (BRASIL, 2006). Ciente sobre a abordagem alimentar e nutricional estar associada à melhoria do perfil epidemiológico, a residência estimula a participação do nutricionista na puericultura em caráter multiprofissional. Assim o setor de nutrição orienta desde o primeiro mês de vida, visando promover uma alimentação adequada, prevenindo doenças e agravos (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2008). Desta forma, o presente estudo apresenta um relato de experiência da atuação do nutricionista em um Programa de Residência, enfatizando as potencialidades e os desafios ao orientar os usuários em um puericultura.

Objetivos

Relatar experiências que proporcionem apoio a nutricionistas quando inseridos em uma puericultura multiprofissional e apontar as potencialidades e desafios.

Metodologia

Relato de experiência em puericultura realizado por uma nutricionista inserida no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, Paraná, em uma Unidade Básica de Saúde no período de março a setembro de 2017.

Resultados

A puericultura, voltada principalmente à promoção da saúde infantil, efetiva-se pelo acompanhamento periódico de crianças de 0 a 2 anos para avaliação de seu crescimento e desenvolvimento, prevenção de doenças e educação da criança e responsáveis, por meio de orientações antecipatórias aos riscos de agravos à saúde, podendo oferecer medidas preventivas mais eficazes, de modo que atinja a vida adulta de forma saudável. A experiência do nutricionista na puericultura fez com que ultrapassasse as intervenções direcionadas apenas às crianças, a seus acompanhantes, com orientações muito além das nutricionais, tipo direcionar as mães que amamentam ou não, importância da alimentação saudável da mãe, organização e preparo dos alimentos, incentivo do aleitamento materno exclusivo, ordenha do leite materno, vínculo mãe e bebês em uso de fórmulas, relactação e alimentos que influenciam ou não na cólica da criança. Ganhar a empatia dos cuidadores durante as primeiras puericulturas foi o maior desafio, afinal todos estavam acostumados com orientações nutricionais básicas ministradas pelo enfermeiro. Além disso o tempo dado para anamnese e orientações é curto, fazendo com o que o nutricionista se reinvente para intervenções rápidas e funcionais. Com tempo os desafios foram superados e as potencialidades sempre se sobressaíram.

Conclusão

A inserção do nutricionista na puericultura ainda é vista como uma novidade para a população, pois além de enriquecedora, tem a potencialidade de sanar dúvidas frequentes em ações preventivas dos pacientes. Não obstante, pelo relato apresentado, aferiu-se como desafios principais a escassez de tempo para efetuar as orientações nutricionais, bem como a interação inicial com os cuidadores. Enfim, as potencialidades superaram as dificuldades e com o esforço e trabalho do nutricionista na puericultura em um programa de residência multiprofissional pode-se alcançar a prevenção de doenças e a educação alimentar não só nos primeiros anos da criança, mas por toda a sua vida.

Referências

ALVES, C. C.; NETTO, M. C.; SOUSA, A. P. G.; DEVINCENZI, M. U. Relato de Experiência da Atuação do Nutricionista em Residência Multiprofissional em Saúde. **Revista de Nutrição**. Campinas, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Residência Multiprofissional em Saúde: experiências, avanços e desafios.** Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde.** 2008. 22p.

MAIS, L. A.; DOMENE, S. M. A.; BARBOSA, M. B.; TADDEI, J. A. A C. Formação de Hábitos Alimentares e Promoção da Saúde e Nutrição: O Papel do Nutricionista Nos Núcleos de Apoio À Saúde da Família – NASF. **Revista Atenção Primária em Saúde**, 2014. Disponível em: < <https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/2351/884>> Acesso em: 08 Setembro 2017.

Palavras-chave: Nutrição; Sistema Único de Saúde; Atenção Primária; Educação Infantil; Saúde da Criança

AUDITORIA VIRTUAL DE DADOS SECUNDÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS COM VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE UMA CAPITAL BRASILEIRA

LUANA LARA ROCHA; BRUNA DE ALBUQUERQUE LEME; ARIENE SILVA DO CARMO; LARISSA LOURES MENDES; LUANA CAROLINE DOS SANTOS; MAÍRA MACÁRIO DE ASSIS

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

luanalarocha@gmail.com

Introdução

O ambiente obesogênico é definido como a soma de influências da vizinhança, oportunidade e condições de vida que levam a promoção da obesidade, ou seja, um ambiente que contribui para a inatividade física e para escolhas alimentares não saudáveis. Desse modo, o ambiente obesogênico favorece a adoção de comportamentos que influenciam o ganho de peso do indivíduo, tendo um papel importante na crescente prevalência de sobrepeso e obesidade. (BETHLEHEM, 2014; SWINBURN, 1999) Ao estudar as características do ambiente, duas ferramentas estão sendo muito utilizadas, que são os bancos de dados secundários e a verificação das ruas através de aplicativos que permitem a visualização das ruas, como o Google Street View, pois economizam tempo e recursos. (CLARY, 2013; BETHLEHEM, 2014; LIESE, 2010; LUACAN, 2015) Porém, a utilização de banco de dados secundários pode gerar resultados falsos positivos que, se não forem verificados, pode acarretar na diminuição da credibilidade do estudo. Sendo que, ao realizar a verificação, é recomendado que sejam utilizados no mínimo dois bancos, especialmente se a área geográfica for muito grande. E as informações discrepantes podem ser verificadas através de ferramentas que permitem a visualização das ruas. (LIESE, 2010; LUACAN, 2015)

Objetivos

Realizar a auditoria virtual de dados secundários de estabelecimentos com venda de produtos alimentícios da cidade de Belo Horizonte.

Metodologia

Para a composição do banco de dados do Ambiente Alimentar da cidade de Belo Horizonte, foi obtida a relação de estabelecimentos com venda de alimentos a partir das suas respectivas CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e foram selecionados para compor o banco os seguintes tipos de estabelecimentos: bares, docerias, hipermercados, lanchonetes, minimercados, padarias, supermercados, açougues, hortifrutigranjeiros, peixarias, laticínios e restaurantes. Foram utilizadas duas fontes de dados secundários: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – Bando de Dados 1 e Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização – Banco de Dados 2. Foi verificado quais estabelecimentos estavam em comum nos dois bancos, pela razão social, e os que não eram concordantes foram verificados através da ferramenta Google Street View.

Resultados

Ao comparar as duas fontes de dados secundários, observou-se que o Banco de Dados 1 apresentou maior quantidade de todos os estabelecimentos avaliados. Ao fazer a auditoria no Google Street View dos estabelecimentos que não são comuns entre os dois bancos, verificou-se que a concordância do Banco de Dados 1 e 2 foi de, respectivamente, 53,91% e 56,84% para bares; 66,30% e 36,02% para docerias; 80% e 100% para hipermercados; 58,16% e 40,57% para lanchonetes; 49,16% e 44,85% para minimercados; 63,28% e 66,87% para padarias; 72,54% e 71,42% para supermercados; 64,05% e 68,03% para açougues; 66,43% e 45,89% para hortifrutigranjeiros; 54,54% e 50,0% para peixarias; 59,82% e 37,87% para laticínios; e 74,27% e 43,13% para restaurantes.

Conclusão

De um modo geral, observou-se que o banco da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais é mais completo e confiável, por conter mais estabelecimentos e ter uma maior concordância com o Google Street View, apresentando melhor qualidade para ser utilizada nas pesquisas sobre ambiente alimentar. Mas, ainda não exclui a necessidade de utilizar os dois bancos, pois essa união resulta em uma maior credibilidade para o estudo.

Referências

BETHLEHEM, J. R. et al. The SPOTLIGHT virtual audit tool: a valid and reliable tool to assess obesogenic characteristics of the built environment. *International Journal of Health Geographics*, 2014.
CLARY, C. M. et al. Field validation of secondary data sources: a novel measure of representativity applied to a Canadian

food outlet database. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 2013.

LIESE, AD et al. Validation of 3 Food Outlet Databases: Completeness and Geospatial Accuracy in Rural and Urban Food Environments. *American Journal of Epidemiology*. 2010; v. 172, n. 1110, 1324-1333.

LUACAN, SC et al. Concerning Limitations of Food-Environment Research: A Narrative Review and Commentary Framed around Obesity and Diet-Related Diseases in Youth. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*. 2015; v. 115, n. 2, 205-212.

SWINBURN, B et al. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Preventive Medicine*, New York, v. 29, n. 6, p. 563-570, 1999.

Palavras-chave: Ambiente Alimentar; Dados Secundários; Estabelecimentos de Alimentos; Validação

AUTO AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ENTRE IDOSOS ATIVOS NO MUNICÍPIO GOVERNADOR VALADARES-MG.

CLARICE LIMA ALVARES DA SILVA; ANA PAULA FARIAS DE SOUZA; LIDIA ARRUDA MADURO; MARIA CRISTINA DE ALBUQUERQUE BARBOSA; REGINA GENDZELEVKI KELMANN; ANDREIA CRISTIANE CARRENHO QUEIRÓS

¹ UFJF-GV - Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares. Minas Gerais. Brasil.

claricesilva.ufjf@gmail.com

Introdução

São múltiplas as mudanças decorrentes do processo de envelhecimento que afetam o estado nutricional do idoso, seja pelo aumento das demandas metabólicas, menor utilização corporal ou por alterações nas escolhas e hábitos alimentares. Por isso, a nutrição é considerada pela Organização Mundial de Saúde área prioritária no planejamento de ações de saúde coletiva voltadas ao cuidado da pessoa idosa. A auto avaliação da qualidade da alimentação, definida como a interpretação do indivíduo sobre seus próprios hábitos alimentares, é influenciada por fatores sociodemográficos, culturais, emocionais e de gênero, sendo uma ferramenta potencial para identificação precoce de risco nutricional nessa população.

Objetivos

Descrever a auto avaliação da qualidade da alimentação e seus fatores associados entre idosos participantes de grupos de convivência em Governador Valadares-MG.

Metodologia

Este estudo epidemiológico transversal de cunho exploratório avaliou 158 idosos (98,8% da população) participantes de dois grupos de convivência da terceira idade no município. Após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Parecer 1.233.097 – Comitê de Ética/Universidade Federal de Juiz de Fora), os idosos foram submetidos a avaliação das medidas de peso e estatura para cálculo do Índice de Massa Corporal, seguindo protocolos de medidas e classificação preconizados pela Organização Mundial Saúde e Lipschitz, respectivamente. Utilizou-se questionário estruturado para caracterização socioeconômica, de saúde e alimentar dos idosos. A auto avaliação da qualidade da alimentação foi verificada por meio da pergunta: “Como o senhor(a) avalia a qualidade de sua alimentação?”, cabendo ao idoso classificá-la como ruim, razoável, boa ou muito boa. A análise univariada dos dados se deu pelos testes do qui-quadrado de Pearson e teste t de Student. Realizou-se regressão logística multinomial para determinar o efeito independente das associações entre auto avaliação da qualidade da alimentação e variáveis exploratórias.

Resultados

A maioria dos idosos era do sexo feminino (85,4%, n=135), tinha 70,2 anos (mín. 60; máx. 92 anos) e baixo nível de escolaridade. Hipertensão Arterial (61,4%; n=97) e Diabetes Melito (17,1%; n=27) foram doenças mais citadas pelos idosos, que classificaram a própria saúde como boa (51,0%; n=80) ou muito boa (15,9%; n=25). 84,1% (n=80) praticavam atividade física e 80,4% (n=127) preparavam as próprias refeições, realizando 4,7±1,0 refeições/dia. 36,9% (n=52) usavam adoçantes e 31,4% (n=44) bebidas alcoólicas. A auto avaliação da qualidade da alimentação foi tida como ruim por 2,5% (n=4) dos idosos, razoável por 26,0% (n=41), boa 55,7% (n=88) e muito boa 15,8% (n=25). Na análise univariada, a auto avaliação da qualidade da alimentação como ruim/razoável foi associada à baixa escolaridade, asma, pior percepção da própria saúde, sedentarismo, maior valor de IMC, menor número de refeições, ausência de lanche da manhã e ceia, incapacidade funcional. No modelo final, o indicador se manteve associado de forma independente à pior percepção da própria saúde, ausência do lanche da manhã e incapacidade funcional.

Conclusão

A percepção do idoso sobre a qualidade da própria alimentação esteve associada às condições de saúde, autonomia e comportamento alimentar, mas não se associou à composição corporal. Por ser de fácil aplicação e compreensão, recomendam-se estudos sobre fatores associados e aplicabilidade na detecção de risco nutricional em nível populacional.

Referências

COSTA, M.R. **Estado nutricional, padrão e autopercepção alimentar de mulheres fisicamente ativas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. [Dissertação de Mestrado]. 2013.63p.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Waist Circumference and Waist-Hip Ratio**. Geneve: Report of a WHO Expert

Consultation, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/nutrition/publications/obesity>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report of a WHO committee**. Geneva: World Health Organization; 1998.

INZITARI, M.; DOETS, E.; BARTALI, B.; et al. Nutrition in the age-related disablement process. **The Journal of Nutrition, Health and Aging**, vol. 15, nº. 5, p. 599-604, 2011.

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. **Primary Care**, vol. 21, nº.1, p. 55-67, 1994.

Palavras-chave: auto avaliação; consumo alimentar; envelhecimento; idosos; percepção

AUTOAVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA DIETA DE ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, SP.

SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO; KARYNE SUMICO DE LIMA UYENO; MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO; DANIELA DE ASSUMPÇÃO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
samanthadalbosco@yahoo.com.br

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é uma fase marcada por intensas transformações físicas, psicológicas e sociais que podem influenciar os hábitos alimentares. O consumo alimentar da população brasileira, em especial dos adolescentes, tem sofrido diversas alterações, sendo caracterizado pelo aumento da ingestão de alimentos com alta densidade energética e decréscimo do consumo de alimentos *in natura*. Informações sobre a percepção do adolescente em relação à qualidade da sua dieta pode contribuir no delineamento de estratégias de educação alimentar.

Objetivos

Avaliar a autopercepção da qualidade da dieta entre adolescentes de 10 a 19 anos, segundo a frequência de consumo de alimentos.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de base populacional, com dados do Inquérito de Nutrição no município de Campinas coletados no ano de 2015/2016. A amostra do inquérito foi determinada por procedimentos de amostragem probabilística, por conglomerado e em dois estágios: setor censitário e domicílio. Verificou-se a associação entre a autopercepção da qualidade da alimentação e a frequência de consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis obtidos por meio do Questionário de Frequência Alimentar. A frequência de consumo foi categorizada em 6-7 vezes por semana e < 6 vezes por semana. A associação entre as variáveis foi verificada por meio do teste Qui-quadrado, considerando nível de significância de 5%. Foi entregue e assinado pelos participantes do estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, sob o parecer 1.669.732 e CAAE nº 26068214.9.0000.5404.

Resultados

Foram analisados 912 adolescentes, dos quais 57% classificaram suas dietas como muito boa/boa. Dentre os adolescentes que consideravam a dieta como muito boa/boa, verificou-se maior frequência de consumo semanal de hortaliças (65%; $p=0,03$) e menor frequência de consumo de sucos artificiais (74%; $p=0,006$), carnes fritas (73%; $p=0,02$), frituras (97%; $p=0,001$) e biscoitos (87%; $p=0,007$). A percepção de uma dieta muito boa/boa mostrou-se associada à maior frequência semanal de consumo de carnes vermelhas em 90% dos adolescentes ($p=0,01$), enquanto que para o consumo de frango, a prevalência foi de 10% ($p=0,01$). Embora não tenha sido encontrada diferença estatística significativa, verificou-se que apenas 8% e 22% dos que consideravam sua dieta como muito boa/boa consumiam cereais integrais e frutas ≥ 6 vezes/semana, respectivamente.

Conclusão

A partir dos resultados obtidos foi possível observar uma concomitância entre a autoavaliação da qualidade da dieta como muito boa/boa e um melhor padrão de consumo alimentar, caracterizado por frequências mais elevadas na ingestão de hortaliças e mais baixas de bebidas adoçadas, carnes fritas, frituras e biscoitos. A elevada frequência do consumo de carnes vermelhas foi associada a uma melhor qualidade da dieta, no entanto, o mesmo não foi encontrado para cereais integrais e frutas. Os dados apontam que são necessárias intervenções nutricionais com os adolescentes, para que estes possam ser capazes de identificar os marcadores de alimentação saudável e não saudável e melhorar o consumo alimentar.

Referências

1. Organização Mundial da Saúde. Salud de los adolescentes. Disponível em: Acesso em 28 setembro 2016
2. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p.

3. RODRIGUES, PRM et al. Viabilidade do uso de pergunta simplificada na avaliação da qualidade da dieta de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1565-1578, 2017.

Palavras-chave: adolescentes; consumo alimentar; qualidade da dieta

AUTONOMIA CULINÁRIA: CONSTRUÇÃO DE UM NOVO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

MARIANA FERNANDES BRITO DE OLIVEIRA; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

marianafbo@yahoo.com.br

Introdução

Nas últimas décadas, observou-se um fenômeno chamado “transição culinária”, e com ele, uma expressiva diminuição do envolvimento das pessoas no preparo de suas refeições em casa, em contrapartida, um aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados (LANG; CARAHER, 2001). Em resposta a esse cenário, no âmbito das políticas públicas brasileiras, a culinária tem sido valorizada para a promoção de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2012; 2014). No entanto, embora a culinária esteja sendo enaltecida, pouco se tem avançado no entendimento sobre esse tema.

Objetivos

Desenvolver um modelo conceitual sobre autonomia na culinária doméstica.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caráter teórico-conceitual desenvolvido em duas etapas: elaboração conceitual e consulta a painel de especialistas. Este trabalho tratará sobre a primeira etapa, na qual foi desenvolvida a base teórica de um constructo novo e ainda não discutido na literatura, a autonomia culinária. Com base em ampla revisão bibliográfica, um mapa conceitual e um quadro de definições com exemplos subsidiaram a construção de um modelo conceitual sobre autonomia culinária, que foi sistematizado em um diagrama. O projeto foi submetido para o Comitê de Ética e Pesquisa da UFRJ Macaé (CAAE: 78647017.2.0000.5699).

Resultados

No modelo proposto, a autonomia culinária compreende dois elementos essenciais: a ação intencional e a liberdade. A ação intencional para mudar seu próprio ambiente alimentar ou food agency (TRUBEK, 2017) abarca quatro constructos: habilidades culinárias (ex: planejar compras); estratégias para cozinhar em casa (ex: dividir o preparo do jantar entre os membros da família); atitude frente à culinária (ex: gostar de cozinhar) e crenças de autoeficácia (ex: sentir-se capaz de cozinhar diariamente). Já a liberdade, na perspectiva da autonomia culinária, consiste na independência do controle de influências, especialmente as da indústria de alimentos. Essa independência pode ser alcançada pelo conhecimento sobre alimentação saudável e pela resistência aos apelos de um sistema alimentar hegemônico. Enquanto o mapa detalha as relações entre os constructos e seus componentes, o modelo é mais conciso e enfoca os constructos que estruturam a autonomia culinária. O quadro traz 10 definições dos constructos, componentes, e exemplos do cotidiano, como: “Sentir-se animado para preparar o jantar” (Atitude). O mapa, o modelo e o quadro serão aprimorados com base em consulta a painel de especialistas.

Conclusão

A autonomia culinária decorre da ação intencional para mudar seu próprio ambiente alimentar (food agency) e da independência do controle de influências (liberdade).

Referências

- LANG, T.; CARAHER, M. Is there a culinary skills transition? Data and debate from the UK about changes in cooking culture. *Journal of Home Economics Institute of Australia*, v. 8, n. 2, p. 2–14, 2001.
- BRASIL. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- TRUBEK, A. B. et al. Empowered to cook: The crucial role of “food agency” in making meals. *Appetite*, v. 116, p. 297–305, 2017.

Palavras-chave: Culinária; Habilidades culinárias; Autonomia

AUTOPERCEÇÃO DE ADOLESCENTES: ESTUDO DE BASE POPULACIONAL

MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; SUZY FERREIRA DE SOUSA; REGINA ESTEVES JORDÃO; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

maricsm.02@gmail.com

Introdução

A adolescência é uma fase da vida marcada por constantes mudanças. A construção da imagem corporal é definida pela imagem constituída na mente ao se visualizar, pela resposta emocional relacionada ao próprio corpo e se pretende modificá-lo ou não.

Objetivos

Avaliar a autopercepção do peso corporal em adolescentes, segundo variáveis demográficas, socioeconômicas, de morbidades e comportamentos de saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de base populacional com adolescentes de 10-19 anos, participantes do Inquérito de Consumo Alimentar no Município de Campinas (ISACamp-Nutri, 2015-2016). A amostra foi determinada por procedimentos de amostragem probabilística, por conglomerados e nos estágios: setor censitário e domicílio. Verificou-se associação entre a autopercepção de peso e as variáveis independentes pelo teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%. A Odds Ratio e os Intervalos de Confiança (IC) de 95% foram calculados por meio de regressão logística multinomial. Os responsáveis pelos adolescentes menores de 18 anos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual de Campinas, sob o parecer nº 637.229.

Resultados

Analisaram-se 909 adolescentes, de ambos os sexos. Prevalências superiores de autopercepção “magro” foram verificadas nos adolescentes que moravam com um maior número de indivíduos no domicílio (≥ 4 pessoas). Entre os não naturais do Estado de São Paulo (SP) e os obesos, as razões de chance foram de 1,91 e 5,88 vezes maiores de se sentirem magros, respectivamente; entre os eutróficos o valor foi inferior (0,19; IC95%:0,09-0,43). Contudo, tanto os eutróficos quanto os sobrepesados demonstraram chances de 3,34 e 21,92 vezes maiores de se identificarem como gordos, respectivamente. O sexo feminino mostrou prevalência superior de percepção do peso como “gordo” (1,66; IC95%:1,16-2,38). Adolescentes que autoavaliaram sua saúde como regular/ruim e os indivíduos com pelo menos duas doenças crônicas apresentaram chances de 2,5 e 1,57 vezes maiores (IC95%:1,72-3,62) de se sentirem gordos.

Conclusão

Prevalências superiores de autopercepção como “magro” foram verificadas nos adolescentes que residiam com um maior número de pessoas no domicílio, nos não naturais do Estado de SP e nos obesos. Entretanto, menor prevalência de se sentir magro foi observada nos eutróficos. Estes demonstraram maior prevalência de se considerarem gordos, assim como os sobrepesados, o sexo feminino, os jovens que autoavaliaram a sua saúde como regular/ruim e os que possuíam duas ou mais doenças crônicas.

Referências

- 1-BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2009.
- 2-BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2016.
- 3-COKER, E.; ABRAHAM, S. Body weight dissatisfaction: a comparison of women with and without eating disorders. *Eat Behav.*, v.15, n.3, p.453-9, 2014.
- 4-SAUR, A.M.; PASIAN, S. R. Satisfação com a imagem corporal em adultos de diferentes pesos corporais. *Aval psicol.*, v.7, n.2, p.199-209, 2008.
- 5-SLADE, P. D. What is body image? *Behaviour Research and Therapy*, v.32, n.5, p.497-502, 1994.

Palavras-chave: Adolescente; Autopercepção; Inquéritos Epidemiológicos; Peso Corporal

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE PRÉ ESCOLARES COM AÇÕES LÚDICAS DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO (CEMEI) CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA ODESSA-SP, 2015.

PAULA CRISTINA DA SILVA; DAIANA BASTOS; JULIANA PISSAIA SAVITSKY; JOSEANE ALMEIDA SANTOS NOBRE; GLENYS MABEL CABALLERO CORDOBA

¹ SMENO - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Nova Odessa, ² FAM - Faculdade de Americana
pcspaulinha2@yahoo.com.br

Introdução

A promoção da saúde no ambiente escolar vem sendo fortemente recomendada juntamente com a educação nutricional, pois são estratégias para enfrentar problemas alimentares e nutricionais (BRASIL, 2002). O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de alimentação e nutrição (CYRINO; PEREIRA, 2009). A importância do (PNAE) para a saúde das crianças e adolescentes se torna cada vez mais essencial, já que a alimentação escolar fornece as necessidades nutricionais durante o período de aula (LIMA; OLIVEIRA, GOMES, 2003). A influência do nutricionista pode proporcionar a construção coletiva do conhecimento mediante ao planejamento didático participativo com integração entre os escolares, a escola, e a família (BOOG, 2007). A eficácia da educação nutricional ao escolar pressupõe acolhimento, tendo em vista a transformação, utilizando vários recursos didáticos (MORI, et al., 2007). A avaliação antropométrica é importante para o acompanhamento do estado nutricional, especialmente em crianças, auxiliando na definição de prioridades no planejamento, implementação e avaliação de programas e é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As creches são uma realidade na vida de grande parcela das crianças brasileiras em idade pré-escolar, assim além das concepções de necessidades nutricionais, a aplicação das leis da alimentação para o equilíbrio e adequação da alimentação ofertada, a qualidade, o viés educativo e de formação de hábitos alimentares ganha significativa prioridade (SALVI, 2009).

Objetivos

Realizar a antropometria de pré-escolares de uma creche pública e aplicar ações lúdicas de educação nutricional. Trata-se de um estudo transversal, com 68 crianças de 1 a 6 anos de idade.

Metodologia

O projeto foi aprovado pelo (CEMEI) e pela prefeitura municipal de Nova Odessa – SP, e somente participaram pré-escolares cujos responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Avaliação antropométrica (IMC/I, P/I, E/I) – OMS (Organização Mundial de Saúde) 2006 e classificação do estado nutricional, utilizando o software WHO Anthro Plus (crianças > 5anos) e WHO Anthro (crianças 0 a 5 anos). Sendo índice de massa corporal para a idade (IMC/I), peso para idade (P/I), estatura para idade (E/I).

Resultados

Observou-se magreza em 4% dos meninos, 14% de sobrepeso para ambos os gêneros e identificou risco de sobrepeso em 32% para o gênero masculino, e 29% das meninas estão com baixa E/I, no gênero feminino 6% apresentam baixo peso para idade e 4% peso elevado para a idade. Quanto a aceitabilidade da refeição oferecida durante 3 dias na unidade escolar, mostrou-se que 98% dos pré-escolares adoram ou/gostaram da alimentação escolar ofertada, os cardápios dos três dias não consecutivos estavam de acordo com a adequação de macronutrientes. O resultado das ações de educação nutricional como: horta na escola, oficina culinária, teatro infantil, cinema nutricional e o semáforo nutricional mostrou-se eficiente como forma de aprendizagem para o público abordado.

Conclusão

Concluiu-se que se torna importante o monitoramento do estado nutricional de crianças pré-escolares atendidos em creches públicas, bem como ações de educação nutricional para construção e manutenção de hábitos alimentares saudáveis, estando diretamente ligado à redução da incidência de doenças crônicas não transmissíveis na fase adulta.

Referências

BERNART, A.; ZANARDO, V.P.S. Educação nutricional para crianças em escolas públicas de Erechim/RS. Revista Eletrônica de Extensão da URI. v.7, n.13, p.71-79, 2011.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente e futuro. Rev Nutr. 2007.

BOTELHO, L.P., et al. Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizados e percepções de um grupo operativo. *Nutrire: Revista Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*. v.35, n.2, p.103-116, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Saudável. Brasília; 2002.

BRASIL; BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*, 2009.

CASTRO, T. G.; NOVAES, J. F.; SILVA, M. R.; COSTA, N. M. B. et al. Caracterização do consumo alimentar, ambiente socioeconômico e estado nutricional de pré-escolares de creches municipais. *Revista de Nutrição, Campinas*, v. 18, n. 3, p. 321-330, 2005.

CARVALHO, V.M. Vale à pena fazer teatrinho de bonecos. Edição do autor. Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, A.G.M., et al. Avaliação da influência da educação nutricional no hábito alimentar de crianças. *Revista do Instituto de Ciências da Saúde*. v.27, n.3, p.237- 243, 2009.

CYRINO, E.G, PEREIRA, M.L.T. Reflexões sobre uma proposta de integração saúde-escola: o projeto saúde e educação de Botucatu, São Paulo. *Cad Saúde Pública*. 2009

DOMENE, S.M.A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional, USP, out/dez, 2008.

DIAS, J.M.A, NUNES, M.R, GALVÃO, M.R.M. Ações educativas em Centros municipais de educação infantil através de oficina culinária, Curitiba, Santa Catarina, 2013.

LEÃO, et al; Prevalência de obesidade em escolares de Salvador, Bahia. *Arq Bras Endocrinol Metab*. 2003.

LIMA, E.S, OLIVEIRA, C.S, GOMES, M.C.R Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro. *Hist Ciênc Saúde Manguinhos*. 2003.

MORAES, S.L. A importância do teatro na formação da criança, PUCPR, 2013.

MORI, A. M.; TANAKA, E. H. F.; OLIVEIRA, M. P. M.; TAKAGI, R. H. Avaliação do estado nutricional de escolares como base para implementação de programas de prevenção da obesidade. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2007.

MORGADO, F.S. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis, Santa Catarina, 2006.

OMS - ORGANIZACION MUNDIAL DA SALUD. *Medición del Cambio del Estado Nutricional*. Ginebra, 1983.

PEREIRA, M.N. SARMENTO, C.T.M. Oficina Culinária: Uma ferramenta da educação nutricional aplicada na escola, *Ciência da Saúde*, v.10, n.2, p.87-94, jul/dez,2012.

PEIXINHO, A.; BALABAN, D. S. Direito humano à alimentação adequada. *Nutr. Prof.*, v. 3, n. 12, p. 28-34, 2007.

SALVI, C.; CENI, G.C.. Educação nutricional para pré-escolares da associação creche Madre Alix. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*. v.5, n.8, p.71-76, Outubro/2009.

VALENTE, F. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: Valente F. *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez; 2006.

Palavras-chave: Pré-escolar; Antropometria ; Educação Nutricional

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E ANÁLISE DE CARDÁPIO OFERTADO A IDOSOS RESIDENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA NA CIDADE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DANIELA SANTOS DA SILVA; KÁTIA CRISTINA CAMONDÁ BRAZ SOUZA; ROSANA ANA BETTINI; LUCIANA SIGUETA NISHIMURA DE FARIA

¹ UNIP - Universidade Paulista
dany.sp2010@hotmail.com

Introdução

Envelhecimento é um processo natural humano que inclui mudanças fisiológicas e psicossociais, sendo a perda da saúde a mais notável delas. Com o aumento da população idosa nos últimos anos, os serviços de instituições de longa permanência (ILPI) são cada vez mais requisitados e estudos são realizados para identificar as condições destes locais. A alimentação adequada é um dos principais fatores para garantir a saúde e qualidade de vida e as ILPI devem garantir a oferta da mesma com segurança e equilíbrio para um estado nutricional adequado dos idosos.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional dos idosos relacionando ao cardápio oferecido em uma ILPI e identificar possíveis desvios nutricionais decorrentes da oferta de nutrientes.

Metodologia

Estudo de caráter transversal, com coleta de dados primários de natureza analítica, observacional em idosos aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIP (protocolo CAAE: 68766517.0.0000.5512). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado. Após coleta de dados pessoais, realizou-se avaliação antropométrica: estatura, peso atual, índice de massa corporal (IMC) e circunferência de panturrilha (CP) em idosos com 60 a 99 anos, ambulantes e cadeirantes moradores de uma ILPI na cidade de São Bernardo do Campo. O cardápio ofertado na semana anterior a pesquisa, foi analisado de forma quali e quantitativa, comparado com as porções indicadas no Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) e as Dietary Reference Intakes (DRIs). Para o cálculo do cardápio foi utilizado o programa DietBox ®. Após a coleta de todos os dados foi realizada a comparação da qualidade nutricional do cardápio oferecido com o estado nutricional dos idosos.

Resultados

Foram avaliados 30 idosos: 19 mulheres (63,3%) e 11 homens (36,7%), com idade média de 78,5 anos (60 a 99). Homens com idade média de 72,4 e mulheres 82 anos. Na análise de IMC, entre as mulheres 26,3% apresentaram baixo peso, 26,3% eutrofia e 47,4% sobrepeso e obesidade. Entre os homens, 27,3% com baixo peso, 54,5% eutrofia e 18,2% sobrepeso e obesidade. Segundo a CP, 26,7% apresentou valor inadequado. O cardápio semanal foi comparado com o GAPB e verificou-se a oferta das seguintes porções: cereais 5,7; frutas; 2,6; legumes e verduras 2,7; carnes, peixes e ovos 1,14; leite e derivados 2; óleos e gorduras 1; feijões 1,1; e açúcar 0,4. Estes valores demonstram que a variabilidade semanal de cada grupo alcança as recomendações do guia, exceto no grupo de leite e derivados com uma porção a menos. Observou-se a média de 1400 kcal/dia (1111 a 1690). A distribuição de macronutrientes atendeu o preconizado pelas DRIS: 61,9% de carboidratos; 26,3% de gordura e 11,8% de proteínas. Quatro micronutrientes estavam abaixo das recomendações: vitamina D, zinco, ácido fólico e cálcio.

Conclusão

A maioria dos idosos residentes na ILPI estava em sobrepeso ou obesidade, diferente de diversos estudos com população idosa. A análise do cardápio identificou diferenças pequenas em quase todos os grupos alimentares. A utilização de carne processada em três dias da semana representa um fator de risco aumentado para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Frutas e legumes são consumidos diariamente, em porções adequadas, favorecendo a qualidade nutricional da alimentação. Foi identificado baixo valor energético total, o que não reflete no estado nutricional da maioria, além da inadequada oferta de micronutrientes essenciais ao envelhecimento saudável.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção a saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2º Edição. Brasília: Ministério da Saúde;2014.Disponível em

CAMARANO A. A; KANSO S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Rev. Bras. Estud. Popul. 2010; 27(1): 232-235.

IOM. Institute of Medicine. Dietary Reference Intakes for energy, carbohydrate, fiber, fat, fatty acids, cholesterol, protein, and amino acids. Washington (DC): National Academies Press, 2002.

MENDES M.R. et. al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. Acta Paul. Enferm. 2005; 18(4): 422-426.

PFRIMER K, FERRIOLLI E. Avaliação nutricional do idoso. In: VITOLLO MR. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio; 2008. p. 435-449.

Palavras-chave: Guias alimentares; Avaliação nutricional; Geriatria

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E GANHO PONDERAL MATERNO DE GESTANTES ACOMPANHADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO MÃE E BEBÊ

CAROLINE RAMOS FRIGI; CAROLINE D'AZEVEDO SICA

¹ UNIVERSIDADE FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

carolineramosf@gmail.com

Introdução

A nutrição, peso pré-gestacional e ganho de peso materno durante a gravidez são aspectos importantes que influenciam nos resultados da gestação. Estudos comprovam que o peso e a saúde do recém-nascido dependem em grande parte do estado nutricional materno e são fatores que influenciam adversamente no crescimento e desenvolvimento durante os primeiros anos de vida. O Projeto de Extensão Mãe e Bebê da Universidade Feevale situada no município de Novo Hamburgo-RS, atua na promoção de saúde contribuindo para a melhora da qualidade de vida do binômio através de ações interdisciplinares com os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia em uma Unidade de Saúde da Família do município.

Objetivos

O presente estudo objetivou descrever a avaliação antropométrica e ganho de peso gestacional das gestantes acompanhadas no Projeto de Extensão.

Metodologia

Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado o banco de dados de participantes do Projeto de Extensão das gestantes acompanhadas no ano de 2016 e primeiro semestre de 2017, tendo como referência o peso pré gestacional, peso da última semana de gestação e recomendação do ganho de peso de acordo com a classificação do Índice de Massa Corporal pré-gestacional (IMC: baixo peso – ganho de 12,5-18kg; eutrófica – ganho de 11,0-16,0kg; sobrepeso – ganho de 7,0-11,5kg; obesidade – ganho de 5,0-9,0kg). Para análise estatística utilizou-se média e desvio padrão e frequência absoluta. Este trabalho tem aprovação no CEP sob o número 2.340.689.

Resultados

Amostra avaliou 85 gestantes, com média de peso pré-gestacional de $68,9\text{kg}\pm 15,6$, IMC pré-gestacional de $27,6\text{kg}/\text{m}^2\pm 6,4$, peso na última semana de gestação de $79,6\text{kg}\pm 15,3$, IMC na última semana de gestação de $31,9\text{kg}/\text{m}^2\pm 6,3$ e ganho de peso de $10,6\text{kg}\pm 5,1$. Na classificação do IMC pré-gestacional observou-se que 3,5% foram classificadas como baixo peso, 43,5% eutróficas, 27,1% sobrepeso e 25,9% obesas; já na classificação de IMC na última semana de gestação observou-se 1,2% de baixo peso, 14,1% de eutróficas, 37,6% sobrepeso e 47,1% obesas. Com relação a recomendação do ganho de peso no período gestacional foi possível observar que 28,2% da amostra apresentou ganho de peso insuficiente, 34,1% ganho de peso adequado e 37,6% ganho de peso excessivo.

Conclusão

Este fato condiz com a transição nutricional observada no Brasil caracterizada por um aumento da prevalência de obesidade. A gestação é um período de reconhecida vulnerabilidade, principalmente quanto ao estado nutricional pois este é um fator de extrema importância para o desfecho da gestação. É importante considerar que durante o período gestacional é imprescindível a prática do aconselhamento dietético, partindo do desejo da mulher em cuidar de seu filho e, conseqüentemente, cuidar de si mesma. Enfatiza-se a importância não só do nutricionista, mas de todos os profissionais de saúde no acompanhamento de gestantes e puérperas, visando ao bem-estar materno e fetal.

Referências

SANTOS, José Gilmar Costa et al; Peso materno em gestantes de baixo risco na atenção pré-natal, International Journal of Nutrology, Sergipe, vol. 10, n. 2, Jan/Abr 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2017.

Palavras-chave: Alimentação Saudável; Gestação; Índice de Massa Corporal Gestacional; Peso pré-gestacional

AVALIAÇÃO DA ADESÃO À DIETA DE PACIENTES OBESOS ACOMPANHADOS EM UM AMBULATÓRIO DE CARDIOPNEUMOLOGIA

JACQUELINE WAHRHAFTIG; CAROLINA PINTO TOGUCHI; ANNA CAROLINA DI CREDDO ALVES; LIS PROENÇA VIEIRA

¹ INCOR - HCFMUSP - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

jacqueline.lwa@gmail.com

Introdução

A obesidade e o manejo efetivo daqueles que a possuem representa uma grande preocupação no âmbito da saúde pública devido à sua associação com uma ampla variedade de doenças crônicas, incluindo as doenças cardiovasculares (DCV)¹. Sabe-se que a adesão, mais do que o tipo de tratamento dietético, é um fator determinante chave para os benefícios clínicos². Entretanto, nota-se que as intervenções desenhadas para adultos obesos frequentemente relatam desfechos pouco desejáveis e efetividade reduzida devido às baixas taxas de aderência³.

Objetivos

Avaliar a adesão à dieta de pacientes obesos atendidos no Ambulatório de Nutrição em Cardiopneumologia de um hospital público do Município de São Paulo.

Metodologia

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa sob o parecer de nº 1.821.191. Todos os pacientes que concordaram em participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram recrutados 62 pacientes obesos que passaram pelo fluxo de atendimento do ambulatório de nutrição, composto por quatro consultas realizadas em grupo onde foram abordados diferentes aspectos de uma alimentação saudável. Ao início e final do estudo aplicou-se um questionário adaptado de Michaels et al.⁴, referente ao autocuidado com alimentação. Comparou-se os dados dietéticos iniciais e finais bem como os de IMC e porcentagem final de perda de peso. Para o tratamento estatístico, as variáveis que apresentaram distribuição normal foram submetidas ao teste t student pareado com probabilidade de $p < 0,05$. Para as variáveis que não obtiveram distribuições normais, aplicou-se o teste signed-rank Wilcoxon.

Resultados

Ao final do estudo, foram excluídos 31 pacientes que não concluíram o fluxo determinado, representando uma taxa de abandono de 50%, semelhante ao encontrado na literatura⁵. Houve diferença significativa entre as médias de peso inicial e final ($p=0,001$). A porcentagem média de perda de peso foi de 1,7%. Todas as variáveis relacionadas à alimentação apresentaram melhora significativa com destaque para o aumento no consumo de leguminosas ($p=0,002$), leite e derivados magros ($p=0,004$), consumo de 3 frutas diárias ($p=0,006$) e redução na ingestão semanal de alimentos ricos em gordura ($p=0,001$) e açúcar ($p=0,001$).

Conclusão

Neste estudo foi encontrada uma alta taxa de abandono, condizendo com os resultados da literatura. Entretanto dentre os pacientes que concluíram o fluxo de atendimento, observou-se boa adesão às orientações nutricionais, evidenciadas tanto pela perda de peso significativa quanto pela melhora na qualidade da alimentação.

Referências

1. World Health Organisation (WHO). **Obesity and overweight**. 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2017.
2. DASINGER, Michel et al. Comparison of the Atkins, Ornish, Weight Watchers, and Zone Diets for Weight Loss and Heart Disease Risk Reduction: A Randomized Trial. **Journal of the American Medical Association**, Florida, v. 293, n. 1, p.43-53, jan. 2005.
3. BURGESS, E.; HASSMÉN, P.; PUMPA, K.I. Determinants of adherence to lifestyle intervention in adults with obesity: a systematic review. **Clinical Obesity**, Australia, v. 7, n. 3, p.123-135, jun. 2017.

4.MICHAELS, Murilo José et al. Questionário de Atividades de Autocuidado com o Diabetes: tradução, adaptação e avaliação das propriedades psicométricas. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia**, Florianópolis, v. 7, n. 54, p.644-651, out. 2010.

5.MOREIRA, Priscila et al. A Educação Nutricional em Grupo e sua Efetividade no Tratamento de Pacientes Obesos. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 6, n. 35, p.216-224, out. 2012.

Palavras-chave: adesão do paciente; terapia nutricional; obesidade

AVALIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA INGESTÃO DIETÉTICA DE CÁLCIO E OBESIDADE EM INDIVÍDUOS IDOSOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - RS

FRANCISCA MARIA ASSMANN WICHMANN; FABIANA ASSMANN POLL; DANIELA TEIXEIRA BORGES; NESTOR PEDRO ROOS; EMMANUELY NUNES VIEIRA

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

francis@unisc.br

Introdução

O cálcio é um nutriente essencial necessário em diversas funções biológicas. Estudos têm demonstrado a associação entre o baixo consumo de cálcio e doenças crônicas, entre elas a obesidade. Estudos evidenciam o cálcio dietético como um fator negativamente relacionado com o Índice de Massa Corporal.

Objetivos

Avaliar o consumo habitual de cálcio e associar sua ingestão a indicadores antropométricos de obesidade.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal, com abordagem quantitativa. O estudo foi desenvolvido a partir do banco de dados do projeto de extensão universitária, intitulado "Promoção de Modos de Vida Saudáveis nas Doenças Crônicas não Transmissíveis e Obesidade: da Infância ao Envelhecimento Humano" da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS. O referido projeto de pesquisa está cadastrado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC, sob o protocolo nº 5343. Foram avaliados vinte e quatro idosos de ambos os sexos, monitorados há dez anos pelo projeto de extensão, entre os meses de maio e junho de 2017. Para avaliar a ingestão alimentar do cálcio utilizou-se o Questionário de Frequência Alimentar Semiquantitativo e o recordatório habitual. O nível de obesidade foi avaliado, através do levantamento do índice de massa corporal e da circunferência abdominal. A quantificação do conteúdo de cálcio dos alimentos registrados, foi realizada pelo Software DietPRO versão 5.1i. O grau de associação entre pares de variáveis e entre os períodos do estudo foi medido pelos coeficientes de correlação de Wilcoxon.

Resultados

Observou-se uma predominância no número de mulheres (75%) em detrimento dos homens (25%). Os dados de consumo do nutriente foram comparados com as recomendações preconizadas pela Ingestão Diária Recomendada, que é de 1200 mg/dia para população idosa. A média do consumo dos alimentos fontes de cálcio na dieta entre os indivíduos do sexo masculino foi maior (485,85 mg/dia) em relação ao sexo feminino (362,93 mg/dia), totalizando uma média de (392,91 mg/dia) para ambos os sexos. Além do consumo abaixo das porções recomendadas de alimentos lácteos (1,2 porções) observou-se a presença de alimentos ricos em fitatos (cereais), oxalatos (espinafre) e taninos (chá), que podem formar complexos insolúveis com o cálcio, reduzindo a sua absorção. Entretanto, esses componentes parecem afetar a absorção do cálcio apenas quando a dieta não é balanceada. Obtiveram-se os seguintes resultados para a variável da circunferência abdominal: nas mulheres, n=14 (77,14%) e nos homens n=3 (50%) apresentaram obesidade abdominal. Em relação a variável Índice de Massa Corporal constatou-se que 66,7% das mulheres e 3 (50%) apresentavam obesidade geral. Houve associação significativa ($p < 0,01$) entre o consumo dietético de cálcio e as variáveis do Índice de Massa Corporal e Circunferência Abdominal entre a população e sexos.

Conclusão

Tal consumo reflete uma condição que compromete a massa óssea para ambos os sexos, atingindo valores inferiores ao recomendado pela literatura e apresenta possíveis associações com os índices de obesidade do grupo. Portanto, faz-se necessário uma maior atenção à alimentação do idoso, a fim de minimizar os agravos relevantes à sua saúde.

Referências

FISBERG, R. M., et al. Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. Rev. de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 1, fev. 2013

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. Prim Care, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 55-67, mar. 1994.

SIMONE, C.L., INDIOMARA, B., ROSANGELA, S., Consumo de cálcio e risco de osteoporose em uma população de

Palavras-chave: Idoso; Cálcio; Obesidade

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO AO CONTROLE SOCIAL

PRISCILA PORRUA; CRISTINE GARCIA GABRIEL; JANAINA DAS NEVES; RUAN MARCEL WEISS; DANIELE
CRISTINA DA SILVA KAZAMA; GABRIELE ROCKENBACH

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

gabrielerockenbach@gmail.com

Introdução

Em 1994, o Programa Nacional de Alimentação promoveu a descentralização dos recursos para sua execução e a partir disso, a exigência de constituição dos conselhos de alimentação escolar como condicionante para o repasse de recursos representou uma importante conquista para sociedade. Como instrumento de controle social, o conselho acompanha e monitora os recursos federais repassados para a alimentação escolar.

Objetivos

Avaliar a gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) utilizando indicadores relacionados ao controle social.

Metodologia

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (parecer 1377341) e desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A execução ocorreu em duas etapas: desenvolvimento de um modelo avaliativo normativo e coleta de dados com a gestão municipal, conduzidas entre 2015 e 2016. Foi realizado levantamento de estudos para a seleção de indicadores e medidas, que foram submetidos a oficinas de consenso com especialistas nas áreas de nutrição, alimentação escolar e avaliação de políticas públicas. Na segunda etapa houve a aplicação do modelo avaliativo, por meio de questionário eletrônico, enviado a amostra aleatória de municípios de Santa Catarina. O questionário foi desenvolvido na plataforma do Google docs, sendo enviado às Secretarias Municipais de Educação, direcionados aos gestores e nutricionistas.

Resultados

Participaram da etapa de aplicação do modelo 16 municípios, distribuídos nas seis mesorregiões de Santa Catarina. Para avaliação do "Controle Social" foram incluídos quatro indicadores e dez medidas. O desempenho dos municípios foi de 62,5% (n= 10) "regular" e 37,5% (n= 6) "ruim". Foi observado que 69% (n=11) dos municípios afirmaram não terem realizado, em 2015, nenhuma ação para divulgação do conselho e o mesmo percentual afirmou que menos de 70% das escolas foram visitadas. Além disso, em 63% (n=10) dos municípios o conselho não acompanhou o processo de compras de gêneros alimentícios para o Programa, e em 56% (n=9) não teve acesso ao diagnóstico nutricional dos escolares. Foi observado que 75% (n=12) dos municípios não possuem itens importantes para atuação do conselho, tais como: equipamento de informática, transporte para deslocamento para visitas às escolas, transporte para deslocamento para participar das reuniões, entre outros. Ademais, 69% (n=11) não realizou nenhuma atividade de formação para conselheiros sobre a supervisão da qualidade alimentação escolar. Em 100% (n=16) dos municípios não houve deliberação do conselho com impacto no Programa. Por fim, foi observado que em 63% (n=10) dos municípios os conselhos contaram com seis ou mais membros nas reuniões e dentre estes municípios, 70% (n=7) afirmou realizar reuniões com periodicidade mensal ou superior.

Conclusão

Os resultados apontam para fragilidades da gestão do Programa em relação ao cumprimento de obrigações institucionais referentes ao amparo do controle social.

Referências

BRASIL. (2009). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de junho 2009.

BRASIL. (2015). FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Ministério da Educação. Alimentação escolar. Disponível em: Acesso em: 02 out 2017.

GABRIEL, C. G. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Construção de modelo de avaliação da gestão municipal.

2013. 254 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G.; NAVARRO, L. M. Avaliação em saúde: conceitos básicos para a prática nas instituições. In: SAMICO, I.; FELISBERTO, E.; FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G. (org.). Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010. p. 01-13.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Alínea, 2016.

Palavras-chave: avaliação; políticas públicas; programas sociais; controle social; conselhos de alimentação escolar

AVALIAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS EM UMA COMUNIDADE CARENTE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

LUANA LOPES PADILHA; ARIADINA JANSEN CAMPOS; WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS; LILIAN FERNANDA PEREIRA CAVALCANTE; CAMILA SILVA ALVES; NAIANE FREIRE ROCHA

¹ FACSALUIS - FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS, ² UFMA - Universidade Federal do Maranhão
padilhalluana@yahoo.com.br

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Sendo este um fenômeno complexo influenciado por diversos fatores sociodemográficos e econômicos que necessitam de atenção para melhoria da qualidade de vida, principalmente em comunidades carentes.

Objetivos

Avaliar a (in)segurança alimentar e nutricional e os fatores sociodemográficos de famílias residentes em uma comunidade carente de São Luís, Maranhão.

Metodologia

Estudo transversal, realizado em 61 famílias, residentes em domicílios permanentes em uma comunidade carente no município de São Luís, Maranhão, em 2017. Trata-se de um estudo piloto de uma pesquisa maior intitulada "Associação entre o perfil socioeconômico, demográfico e de saúde com a (in) segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de São Luís - MA". Todos os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram aplicados dois questionários, o primeiro contendo questões sobre identificação, dados socioeconômicos e demográficos dos respondentes nos domicílios avaliados, os quais eram os responsáveis pela aquisição e preparação da alimentação da família, e o segundo foi a Escala Brasileira Brasileira de Insegurança Alimentar, que contém 15 questões referentes à percepção e a experiência familiar da (in)segurança alimentar e fome em nível domiciliar. Como classificação para essa escala adotou-se: para domicílios com moradores acima de 18 anos - insegurança alimentar leve se apresentassem de 1 a 3 pontos, insegurança alimentar moderada de 4 a 6 pontos, insegurança alimentar grave de 7 a 8 pontos; já para domicílios com moradores acima de 18 anos classificaram-se os níveis leve, moderada e grave de insegurança alimentar, os que apresentaram de 1 a 5 pontos, 6 a 10 pontos e 11 a 15 pontos, respectivamente; aqueles que apresentaram escore de pontuação zero foram classificados com segurança alimentar. Os dados coletados foram tabulados, organizados e sumarizados no *Microsoft Office Excel*® (versão 2010). A pesquisa matriz foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão sob protocolo de nº 2.290.025.

Resultados

Os dados prevalentes entre os participantes foram 85,25% do sexo feminino, 62,30% com idade entre 31-59 anos, 68,85% apresentaram renda familiar maior ou igual a 2 salários mínimos, 34,43% viviam em situação de união conjugal, 27,87% eram donas de casa, 63,93% eram do interior do estado, 60,66% referiram ser da cor parda e 26,23% tinham ensino médio completo. Quanto à (in)segurança alimentar e nutricional, observou-se que: 34,43% apresentaram insegurança alimentar leve; 18,03% insegurança moderada e 11,48% insegurança grave, totalizando assim 63,93% de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional; por conseguinte, 36,07% estavam em segurança alimentar e nutricional na comunidade avaliada.

Conclusão

A situação de insegurança alimentar esteve presente na maioria das famílias avaliadas, no qual predominou baixa escolaridade e baixo nível econômico. Evidenciando que há necessidade de melhorias quanto ao acesso e disponibilidade à alimentação adequada nessa comunidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 set. 2006.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação: Urbano/Rural, 2004. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: .

SOUZA, L. A. et al. Insegurança alimentar de famílias residentes numa comunidade de zona rural de Vitória da Conquista-BA. Rev.Saúde.Com, v.12, n.1, p. 444-453, 2016.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Fome; Nutrição de Grupos de Risco

AVALIAÇÃO DA INGESTÃO ALIMENTAR HABITUAL DE MULHERES PÓS-MENOPAUSADAS APÓS PARTICIPAÇÃO DE PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL

ANA CATARINA MENESES SANTOS; JAMILLE MENDONÇA REINALDO; JAMYLLÉ ARAÚJO ALMEIDA; LUANA EDLA LIMA; RAQUEL SIMÕES MENDES NETTO

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
ninha.catarina@hotmail.com

Introdução

É comum que entre pessoas idosas ocorra a adoção de dieta monótona, rica em carboidratos simples e baixa ingestão de alimentos integrais (FREITAS; PHILIPPI; RIBEIRO, 2011). A alimentação saudável é de grande valia para uma saúde adequada, assim, o aconselhamento nutricional pode oferecer ao idoso uma diminuição dos riscos de desnutrição ou doenças advindas de uma má alimentação (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016).

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo verificar se após a participação em programa de orientação nutricional ocorreu melhora na ingestão alimentar habitual de mulheres em pós-menopausa.

Metodologia

O estudo foi realizado com 60 mulheres em pós-menopausa. Durante 12 semanas as mulheres foram submetidas a um programa de intervenção nutricional para dieta hiperproteica. Foram realizadas três consultas nutricionais individuais e duas ações de educação alimentar e nutricional. Durante a intervenção foram aplicados em média oito recordatórios 24 horas. A partir deste, foi avaliada a ingestão habitual pelo *Multiple Source Method* (MSM) (HAUBROCK, et al., 2011). Foi aplicado um questionário de hábitos alimentares antes e após a intervenção. Para comparação das variáveis contínuas foi realizado o teste T pareado e Mc Nemar para as variáveis categóricas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 1.586.11.

Resultados

Após 12 semanas concluíram o estudo 53 mulheres, com média de idade de 64,88 \pm 5,67 anos. Ao analisar quantitativamente os recordatórios 24 horas foi percebido aumento no valor energético total advindo de proteína (Pré=17,5%; Pós=19,5%; p=0,01) e diminuição de gordura (Pré=25,7%; Pós=23,8%; p=0,043). Houve aumento significativo na ingestão de fibras totais (Pré=17,4g; Pós=22,0g; p=0,003), solúveis (Pré=12,4g; Pós=16,0g; p=0,008) e insolúveis (Pré=4,8g; Pós=5,9g; p=0,001). De uma maneira similar, foi percebido, por meio do questionário de hábitos alimentares, um aumento significativo na frequência da ingestão semanal de determinados grupos alimentares, como frutas (Pré=92,3%; Pós=96,4%; p=0,013), alimentos integrais (Pré=51,9%; Pós=75,4%; p=0,001), leite e derivados (Pré=82,7%; Pós=90,6%; p=0,028) e retirada de gordura aparente das carnes antes da preparação (Pré=90,4%; Pós=100,0%; p=0,031).

Conclusão

Podemos concluir que após 12 semanas de acompanhamento nutricional o estudo provocou mudanças positivas em relação aos hábitos alimentares que foi sustentado tanto pelas melhorias quantitativas da ingestão de nutrientes quanto da melhora do comportamento alimentar.

Referências

CERVATO-MANCUSO, A. M.; VINCHA, K. R. R.; SANTIAGO, D. A. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, 2016.

FREITAS, A. M. P.; PHILIPPI, S. T.; RIBEIRO, S. M. L. Listas de alimentos relacionados ao consumo de um grupo de idosos: análises e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-16, mar. 2011.

HAUBROCK, J. et al. Estimating Usual Food Intake Distributions by Using the Multiple Source Method in the EPIC-Potsdam Calibration Study. **The Journal Of Nutrition**, Rockville, v. 141, n. 5, p. 914-920, mai. 2011.

Palavras-chave: Idoso; Hábitos alimentares; Inquérito alimentar

AValiação DAS Condições HigIênico - SanItárias DAS Feiras Livres DE Juiz DE FORA, MG.

RAPHAELA RIBEIRO ZANETTI; CRISTIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA FIALHO; MIRELLA LIMA BINOTI

¹ UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

nutricao21@hotmail.com

Introdução

As feiras livres compõem uma modalidade de mercado varejista localizado ao ar livre, caracterizada principalmente, pela comercialização da produção de pequenos produtores rurais (CAVALCANTI, et al., 2014). Nesse tipo de comércio, a qualidade é um componente vital para a sustentação no mercado e um quesito para assegurar o emprego, bem como para a saúde do ser humano, além de ser primordial no que diz respeito à segurança alimentar. A qualidade higiênico-sanitária tem sido estudada e discutida por ser um fator de segurança alimentar fundamental (GOLIN, et al., 2016). A cidade de Juiz de Fora possui atualmente, 17 feiras livres diurnas e 1 feira noturna, que funcionam de terça a domingo, são ambientes de grande comercialização de produtos, e que reúne vários frequentadores que estão em busca de produtos diferenciados com variedade e preços baixos, sendo um grande gerador de emprego e renda (Prefeitura de Juiz de Fora, 2017).

Objetivos

Avaliar e identificar as condições higiênico-sanitárias das feiras livres de Juiz de Fora - MG.

Metodologia

Foi realizado um estudo etnográfico de observação de junho a agosto de 2015, com visitas as barracas para avaliar as condições higiênico-sanitárias de 15 feiras diurnas, existentes no período do estudo. Durante as visitas foi aplicado um roteiro de inspeção baseado nas recomendações da Resolução RDC nº216/04 e a RDC 275/02 (BRASIL, 2004; BRASIL, 2002). O roteiro de inspeção foi dividido em blocos: I. ambiência (incidência de luz solar direta sobre as superfícies de trabalho, umidade, sonorização), II. composição da área, III. instalações (situação física), IV. hábitos de higiene pessoal e vestuário (asseio pessoal), V. Higiene dos alimentos. VI. Utensílios (forma de higienização armazenamento e utensílios utilizados) e VII. Armazenamento e transporte. As respostas do roteiro foram transpostas para uma tabela no aplicativo Microsoft Office Excel®, constituindo assim um banco de dados, compilados em tabelas de análise descritiva.

Resultados

Em relação ao bloco I (ambiência), a adequação foi de 66,67% (n=2) dos itens observados. No Bloco II (Composição da área), nenhuma das feiras apresentou conformidade. Quanto às instalações (bloco III) todas as feiras apresentaram 71,42% (n=5) de conformidade. Já no bloco IV (Hábitos de higiene e vestuário), observou-se que 10 feiras apresentaram conformidade de 36,36% (n=4) dos itens, no entanto, 5 feiras atenderam a 45,45% dos itens. No bloco V (Higiene dos alimentos), foram observados 77,77% (n=7) de adequação dos itens, em todas as feiras analisadas. Quanto os utensílios (Bloco VI), foi observado que dos 4 itens avaliados, todas as feiras atendiam de maneira adequada. No bloco VII, em relação ao armazenamento e transporte, todas as feiras analisadas, 60% (n=3) dos itens se encontravam em conformidade. Quanto à classificação geral das feiras livres, a maioria, 66,67% (n=10) atendeu a 62,50 % (n=25) dos itens analisados, já o restante, 33,33% (n=5) das feiras atendeu a 65 % (n=26) dos itens. Portanto, as feiras livres visitadas estão na classificação do grupo 2 (51 a 75 % dos atendimentos dos itens).

Conclusão

É necessário implementação de programas de capacitação e realização de ações educativas direcionadas aos feirantes, pois os cuidados higiênico sanitários são considerados imprescindíveis para a garantia da qualidade e da segurança alimentar e nutricional.

Referências

1. BRASIL. ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de boas práticas de alimentação.
2. BRASIL. ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores / Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação

em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

3. CAVALCANTI, CR et al. Avaliação e diagnóstico das condições de comercialização de alimentos nas feiras livres no estado da Paraíba. Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia. UNIPAR. v. 17, n. 3, p. 167-172, 2014.

4. GOLIN, G et al. Qualidade higiênico-sanitária e o perfil de feirantes e usuários das feiras-livres de Santa Maria – RS. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 17, n. 3, p. 423-434, 2016.

5. Prefeitura de Juiz e Fora, SAA: [s.n.], 2016. Disponível em: . Acesso em: 10 de maio de 2017.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Qualidade; Alimentos

AVALIAÇÃO DE CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DE POLPAS DE FRUTAS COMERCIALIZADAS EM BRASÍLIA-DF.

NATÁLIA GOMES LOPES; MARIA CLÁUDIA DA SILVA

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

maria.silva@uniceub.br

Introdução

A capacidade de proliferação de micro-organismos patogênicos nos alimentos, não depende somente de características físicas e nutricionais, mas também do conjunto de fatores extrínsecos e intrínsecos a eles, como: pH, temperatura e atividade de água, cada um dos quais podendo ser manipulado de modo a impedir a contaminação e sobrevivência de micro-organismos patogênicos (AZEREDO, 2012). Com isso, os requisitos microbiológicos devem ser alvos de consideração da qualidade de polpas de frutas congeladas, para avaliarem a presença de micro-organismos e riscos oferecidos à saúde do consumidor (CASTRO et al., 2015).

Objetivos

Avaliar as condições higiênico-sanitárias de amostras de polpas de frutas congeladas comercializadas em Brasília-DF.

Metodologia

Foram coletadas 48 amostras de polpas de frutas dos sabores acerola, caju, morango e uva de duas marcas diferentes comercializadas em mercados de Brasília-DF. As análises foram feitas no Labocien do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Para coliformes fecais foi utilizada a técnica do Número Mais Provável e para bolores e leveduras, *Staphylococcus sp.* e bactérias mesófilas aeróbias a técnica de contagem padrão em placa (SILVA, 2010). Os resultados foram avaliados de acordo com os padrões estabelecidos pela RDC 12/2001 (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2001) da ANVISA e pela Instrução normativa nº 01 de 2000 (BRASIL, 2000). Para a análise dos resultados foram calculadas as médias dos resultados das três coletas.

Resultados

Ao comparar a qualidade microbiológica de amostras de duas marcas diferentes analisadas no presente trabalho, não se observou grandes diferenças entre elas, visto que, os resultados encontrados foram semelhantes. Mas ao analisar as polpas que foram submetidas à estufa a 37°C durante 10 dias, observou-se que apenas amostras referentes à marca A apresentaram-se estufadas, supondo-se uma pior qualidade higiênico-sanitária da marca referida. As polpas de frutas da marca A, não apresentaram contaminações de *Staphylococcus sp.* em dois sabores (uva e caju), enquanto que a marca B apresentou contaminação em todos os sabores. Porém, a marca A apresentou contaminação em todos os sabores para bactérias mesófilas aeróbias e para bolores e leveduras. As duas marcas apresentaram valores altos para a contagem de bactérias mesófilas aeróbias e embora a legislação Brasileira não determine o padrão para a contagem dessas bactérias, a sua presença é preocupante, visto que prevê sérias complicações à saúde a longo prazo. Também houve presença de *Staphylococcus sp.* nas amostras, porém a marca B obteve valores maiores que a marca A. Apesar de não haver padrão na legislação Brasileira para esse tipo de micro-organismo se faz necessário esse monitoramento constante para o conhecimento das condições higiênico-sanitárias de polpas de frutas. Em todas as polpas analisadas houve a presença de coliforme fecais, entretanto, a marca A apresentou um maior número de amostras contaminadas.

Conclusão

As polpas de frutas apresentaram altas contagens de micro-organismos. Os resultados sugerem falta de controle sanitário, evidenciando que as condições higiênicas durante o processamento, operação de limpeza, escolha de matérias-primas e condições de armazenamento não devem estar de acordo com as boas práticas de fabricação (BPF).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: . Acesso em: 23 nov. 2016.

AZEREDO, H. M. C. de. **Fundamentos de estabilidade de alimentos**. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2012.

CASTRO, T. M. N. et al. Parâmetros de qualidade de polpas de frutas congeladas. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v. 74, n. 4, p. 426-436, 2015. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2016.

SILVA, N. et al. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água**. São Paulo: Livraria Varela, 2010.

Palavras-chave: microbiologia em alimentos; condições higiênico-sanitárias; contaminações em alimentos

AVALIAÇÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS DESIGNADOS DIET OU ZERO EM AÇÚCAR

BRUNA CAROLINE CALASANS ODWYER; MARIA FERNANDA CASTIONI; CRISTINE SAVI FONTANIVE; IAMA MARTA DE ARAÚJO SOARES; GUILHERME FALCÃO MENDES; CAROLINE OLÍMPIO ROMEIRO DE MENESES

¹ UCB - Universidade Católica de Brasília

ntr.carolineromeiro@gmail.com

Introdução

Um novo perfil de consumidores tem exigido da indústria alimentícia produtos para fins especiais, com modificações no conteúdo de nutrientes, para serem utilizados em dietas, diferenciadas ou opcionais. Dessa forma, tem sido crescente a procura por alimentos isentos em açúcar ou sem adição desse ingrediente na sua fabricação. Dentre os alimentos para fins especiais, há os designados diet e light. O termo diet é empregado a alimentos destinados a dietas com restrição de nutrientes (carboidrato, proteínas, lipídios, sódio), e devem apresentar a retirada total desses ingredientes.

Objetivos

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar os rótulos de alimentos com restrição de açúcares, designados diet em açúcar, para verificar o que a indústria tem usado como substituição a esse ingrediente e discutir os efeitos dessa substituição.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional. A proposta foi verificar na lista de ingredientes a isenção total desse ingrediente em estudo e o cumprimento das obrigações acerca da rotulagem, imposta pelas resoluções da diretoria colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Foram escolhidos para análise 6 classes de alimentos distintos. De cada alimento foram analisadas 3 marcas distintas. Estes poderiam apresentar em seu rótulo as designações: diet, sem adição de açúcar ou zero em açúcar. A escolha dos produtos teve como base a Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares (POF) realizada no ano de 2008/09. Para verificar se os produtos estavam de acordo com a legislação vigente foram consultados os regulamentos técnicos da ANVISA – RDC nº 360, 23/12/2003, RDC nº 259, 20/09/2002, Portaria nº27, 13/01/1998 e Portaria nº29, 13/01/1998.

Resultados

Foi verificado que 33,33 % dos produtos analisados apresentaram quantidade superior à aceitável de açúcar em sua composição, e que 61,11% dos produtos contém a informação da quantidade de açúcar na tabela de informação nutricional dos alimentos, porém a legislação não prevê a obrigatoriedade deste dado, dificultando a análise dos rótulos daqueles alimentos que não possuem esta informação. Em 61,11% dos rótulos analisados não havia a advertências obrigatórias para o público alvo, ou seja, indivíduos com diabetes. A maltodextrina é o principal ingrediente na composição de 44,44% dos alimentos designados como diet, isentos em açúcar e zero analisados neste estudo.

Conclusão

Diversas irregularidades no rótulo dos produtos dietéticos foram identificadas, e a principal delas foi a falta de dados obrigatórios e indispensáveis para a interpretação das informações.

Referências

Brasil, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Alimentos para fins especiais. Portaria nº 29 de 13 de janeiro de 1998. Brasília: Ministério da saúde; 1998. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/especifica/rotuali.htm>. 23 de setembro de 2016.

Brasil, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Informação nutricional. Resolução RDC nº 360 de 23 de dezembro de 2003. Brasília: 2003.

Palavras-chave: Edulcorantes; Alimento diet; Legislação de alimentos; Maltodextrina; Sacarose

AVALIAÇÃO DIETÉTICA DE PRÉ-ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PATRÍCIA DAWYLLA DE FREITAS SOARES; RÚBIA RAFAELA RIBEIRO DAS FLORES; MIRIAM GONÇALVES DE SOUZA; LETÍCIA JOSYANE FERREIRA SOARES; LUANA LEMOS LEÃO; PAULA KAROLINE SOARES FARIAS

¹ FASI - Faculdade de Saúde Ibituruna, ² FUNORTE - Faculdades Unidas do Norte de Minas

patriciadawyllanutri10@yahoo.com.br

Introdução

A fase pré-escolar compreende crianças de dois a seis anos de idade, fase essa, caracterizada por um período de várias mudanças e influências na alimentação (Pereira et al., 2013). A alimentação inadequada poderá comprometer o período de crescimento e desenvolvimento contínuo da criança. Verifica-se que nesta fase, a adesão às atividades de educação nutricional são positivas, já que elas são envolvidas por um processo lúdico e interativo com as atividades realizadas (Carmo et al., 2013). É possível verificar que a preferência dos pré-escolares por alimentos industrializados, com alto teor de sódio, gordura e açúcar contribui para o aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DNCT), em especial a obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e câncer (Gonçalves et al., 2015). Os industrializados ganham espaço principalmente pela praticidade de preparação e consumo, embora esse represente um impacto negativo na saúde da criança (Karnopp et al., 2016).

Objetivos

Avaliar o estado nutricional e o consumo alimentar das principais fontes de macro e micronutrientes ingeridos pelos pré-escolares das escolas municipais de Montes Claros – MG.

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, transversal, com abordagem quantitativa. A amostra compreendeu 269 crianças de ambos os sexos com idade entre 4 e 5 anos, com erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%. Destas, 137 responderam ao inquérito alimentar. Para o diagnóstico do estado nutricional realizou-se a aplicação da antropometria por equivaler a um método de baixo custo e prático para a avaliação de indivíduos e populações, mostrando os riscos de morbi-mortalidade e desenvolvimento infantil. O Inquérito Alimentar foi aplicado para os pais em uma apresentação de data show para expor de maneira lúdica os alimentos com as respectivas medidas caseiras. Foi realizada uma reunião para os pais dos pré-escolares no qual realizou-se a entrega do Inquérito Alimentar. O desenvolvimento do estudo seguiu as diretrizes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as normas aplicadas às pesquisas que envolvem seres humanos, e o trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS com o parecer nº 2.216.422/17.

Resultados

Através dos resultados obtidos foi possível verificar que a maioria das crianças encontra-se em eutrofia de acordo com todos os critérios avaliados. De acordo com o inquérito alimentar, apenas o consumo de calorias totais e ferro encontrava-se adequados para a faixa etária. Entre os macronutrientes, o consumo de carboidratos, lipídeos e proteínas encontrava-se acima do valor recomendado. Dentre os micronutrientes, verificou-se o consumo aumentado de zinco, sódio e vitamina C. No entanto, a ingestão de micronutrientes como o cálcio, magnésio, vitamina A, Vitamina D e Vitamina E encontrava-se abaixo do recomendado. O consumo de fibras também foi considerado inadequado.

Conclusão

Os achados nesse estudo revelam a presença de inadequação na ingestão alimentar de pré-escolares, especialmente as fibras, além das vitaminas e minerais. Esse cenário indica a necessidade de melhorias na alimentação infantil, sobretudo na alimentação escolar, de modo a assegurar uma oferta alimentar condizente com os requerimentos nutricionais necessários ao crescimento e desenvolvimento das crianças.

Referências

PEREIRA, A. S. et al. Estado nutricional de pré-escolares de creche pública: um estudo longitudinal. Caderno de Saúde Coletiva, v. 21, n. 2, p.140-147, 2013.

CARMO, M. C. L. et al. Educação nutricional para pré-escolares: uma ferramenta de intervenção. Em Extensão, v. 12, n. 2, p. 64-74, 2013.

GONÇALVES, I. C. M. et al. Avaliação nutricional de crianças de 2 a 5 anos no norte de minas. Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde, v. 2, n. 2, p. 30-34, 2015.

KARNOPP, E. V. N. et al. Food consumption of children younger than 6 years according to the degree of food processing. Jornal de Pediatria, v. 93, n. 1, p. 70-78, 2016.

Palavras-chave: avaliação nutricional; consumo de alimentos; criança

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO NUTRICIONAL DA CLÍNICA-ESCOLA DE NUTRIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA; ERIKA BLAMIREZ SANTOS PORTO; LORRANY SANTOS RODRIGUES

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

rsloirany@gmail.com

Introdução

O Brasil vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade¹ e a demanda por atendimento nutricional tem crescido significativamente diante desse cenário epidemiológico. Assim, os serviços de saúde gratuitos, como as Clínicas-Escolas, são aliadas para o tratamento nutricional e a adesão às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira é um importante marcador de alimentação adequada à população².

Objetivos

Avaliar a qualidade do atendimento nutricional da Clínica-Escola de Nutrição do Centro Universitário de Brasília.

Metodologia

Estudo analítico transversal, retrospectivo. Composto por pacientes com 18 anos ou mais, de ambos os sexos, que iniciaram tratamento nutricional em 2016 na Nutrição Clínica ou Esportiva, selecionados pelo método não probabilístico de caráter intencional, pelo preenchimento de um questionário, composto de 21 perguntas que versavam sobre o acolhimento na recepção, postura do aluno, o conteúdo teórico dos “Dez Passos para uma Alimentação Saudável e Adequada”, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira³ e a satisfação do paciente sobre o atendimento, ao final dos atendimentos de retorno desses pacientes. As perguntas foram respondidas através de escalas de medição com as categorias que variam entre “concordo plenamente” e “discordo plenamente”, salvo a última, a qual foi aberta, para coletar sugestões dos entrevistados. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília pelo protocolo 62831316.1.0000.0023 sendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes. Para avaliar as respostas foram usados como referências o Guia Alimentar para a População Brasileira³ e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas⁴.

Resultados

Responderam ao questionário 45,5% dos pacientes de retorno, do período de coleta. A média de idade foi de 37 anos, com maior prevalência de mulheres. Em sua maioria, todos os itens foram bem avaliados. Os resultados não satisfatórios – não concordo nem discordo e discordo – sobre o conteúdo teórico dos “Dez Passos para uma Alimentação Saudável e Adequada” mostraram que 17,9% discordaram que o aluno orientou a comer em ambientes apropriados; 28% não concordaram nem discordaram que o aluno orientou a desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias. Percebe-se que essas avaliações são as que se relacionam com mudanças no comportamento direcionadas pelo aconselhamento nutricional, que visam além de empoderar desenvolver o autocuidado. Entre as sugestões para melhorias, foram pontuados aspectos extremamente válidos como trabalhar a segurança e convicção do aluno ao falar. Solicitação essa relacionada ao empoderamento dos sujeitos, que deve ser levada em consideração para o aprimoramento do atendimento nutricional do serviço avaliado.

Conclusão

Considerando que a Educação Alimentar e Nutricional é um campo de prática contínua e permanente, o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas devem ser abordados não só como parte da disciplina obrigatória do curso de Nutrição, mas como instrumento aliado a qualquer prática ambulatorial. O desafio agora é unir a teoria com a prática, envolvendo o aumento da carga horária na grade curricular do curso para se trabalhar a temática da Educação Alimentar e Nutricional e o investimento na qualificação dos estágios supervisionados do curso de Nutrição do Centro Universitário de Brasília.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, Distrito Federal: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2013.
2. JUNIOR, Eliseu Verly et al. Adesão ao guia alimentar para população brasileira. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 47, n. 6, p. 1021-1027, dez. 2013.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, Distrito Federal: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2014.

4. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas** . Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

Palavras-chave: Ambulatório; Nutrição; Satisfação; Saúde Pública.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DO GUIA ALIMENTAR DE ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR DE BELO HORIZONTE, MG

AGATHA CAROLINA FERRAZ DE OLIVEIRA; WALQUIRIA ESTHER DE SOUZA; POLIANE LOPES LIMA; DAYANE HELEN MARQUES; VANESSA PATROCÍNIO DE OLIVEIRA; ADRIANA MÁRCIA SILVEIRA

¹ FAMINAS - BH - Faculdade de Minas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

walsouzajr@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, observa-se aumento das taxas de obesidade no Brasil, em decorrência de hábitos alimentares errôneos associados ao sedentarismo, sendo verificado o crescimento no consumo de alimentos ultraprocessados, segundo pesquisas nacionais. Para promover a saúde e prevenir as doenças relacionadas à má alimentação, o Ministério da Saúde lançou, em 2006, o Guia Alimentar para a População Brasileira, o qual foi revisado e atualizado em 2014. É definido como a expressão de princípios de educação nutricional em forma de orientações alimentares, cujo propósito é educar a população e guiar as políticas nacionais de alimentação e nutrição, assim como a indústria de alimentos. O guia pode ser acessado via internet, porém, grande parte da população ainda não tem conhecimento da existência do mesmo.

Objetivos

Avaliar o conhecimento de funcionários e estudantes de uma instituição privada de ensino superior sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira e verificar o consumo de alimentos ultraprocessados.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, realizado com funcionários e estudantes da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH) em setembro de 2017. Os indivíduos foram abordados aleatoriamente no interior do campus e, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responderam a um questionário, no qual continham questões sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira e o consumo de alimentos ultraprocessados. A análise dos resultados foi descrita por meio do programa Microsoft Office Excel® 2010 e parte dos dados foram apresentados como frequências absolutas (mediana e média).

Resultados

A amostra foi composta por 120 indivíduos, com idade média de 26 anos e mediana de 23 anos, sendo 80,8% (n=97) do sexo feminino. Do total da amostra 22,5% (n=27) funcionários e 77,5% (n=93) eram alunos da instituição, sendo 56,7% (n=68) de cursos da área da saúde. Dos entrevistados 88,3% (n=106) alegaram que nunca tinham ouvido falar do Guia Alimentar para a População Brasileira e apenas 11,7% (n=14) já acessaram ou tinham conhecimento. Dos que conhecem alegaram conhecer o guia, apenas 6,7% (n=8) mencionaram de forma correta dois dos princípios do guia alimentar. Ao serem questionados sobre o conceito de alimentos ultraprocessados, 70% (n=84) das pessoas não souberam responder. Após uma breve explicação sobre a definição desses alimentos, 35% (n=42) dos entrevistados alegaram consumir diariamente; 30% (n=36) de 1 a 2 vezes por semana; 17,5% (n=21) de 3 a 5 vezes por semana; 5% (n=6) alegaram não consumir e 12,5% (n=15) não responderam.

Conclusão

Observou-se que ainda há pouca divulgação do Guia Alimentar como instrumento de promoção à alimentação saudável, já que grande parte da amostra pesquisada, em meio acadêmico desconhece sua existência. Sendo assim, é fundamental otimizar a divulgação do guia alimentar para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Referências

BARROS, Ricardo. Ministério da Saúde, SVS. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, VIGITEL 2016. Brasília: DF; 2017.

FREIRE, Maria do Carmo Matias; BALBO, Patrícia Lima; AMADOR, Maiara de Andrade et al. Guias alimentares para a população brasileira: implicações para a Política Nacional de Saúde Bucal. Rev Cad Saúde Pública.28(supl): s20-s29, 2012.

Ministério da Saúde (Brasil). Guia alimentar para a população brasileira. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento

de Atenção Básica. 2 ed., 1. reimpr. Brasília, 2014.

Palavras-chave: Guia Alimentar; Alimentação saudável; Alimentos ultraprocessados

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM FORTALEZA-CE

ANA REBECCA OLIVEIRA MOURA; VINÍCIUS RODRIGUES DE CASTRO E SILVA; DANIELLE ALVES DA SILVA RIOS

¹ ESTÁCIO DO CEARÁ - Centro Universitário Estácio do Ceará

daniellealvez@hotmail.com

Introdução

Atualmente, a quantidade de pessoas que necessitam realizar suas refeições fora de casa tem crescido consideravelmente, devido à diminuição do tempo para sua elaboração, necessidade de trabalho e estudo longe do domicílio, inserção das mulheres no mercado de trabalho e facilidades oferecidas pela indústria alimentícia (MESSIAS, et al., 2013). No Brasil, no ano de 2016, o mercado de refeições coletivas forneceu 11 milhões de refeições/dia, movimentou 16,9 bilhões de reais por ano, ofereceram 180 mil empregos e contribuiu com uma receita de 16,8 bilhões de reais entre impostos e contribuições (ABERC, 2016). Contudo, dentre todos os cuidados com os alimentos, um dos mais importantes está diretamente relacionado ao manipulador, onde grande parte carecem de conhecimentos relativos aos cuidados higiênico-sanitários que devem ser seguidos até o consumidor. Como consequência têm-se práticas inadequadas de higiene e processamentos realizados por pessoas inabilitadas, podendo gerar sérios riscos à população.

Objetivos

O objetivo do presente trabalho foi avaliar o conhecimento dos manipuladores de alimentos sobre as Boas Práticas de manipulação em serviços de alimentação e correlacionar com as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos.

Metodologia

A pesquisa foi composta com 44 manipuladores em cinco serviços de alimentação e nutrição, em estabelecimentos localizados em Fortaleza-CE. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a coleta de dados foi feita após parecer favorável a sua realização, número de protocolo 2.059.760. No dia da visita, foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido e aqueles que assinaram e aceitaram participar foram incluídos no estudo. Os pontos avaliados seguiram o modelo proposto pela Portaria nº 326 (BRASIL, 1997), RDC nº 216 (BRASIL, 2004) e foram mensurados através de formulários e *Check-List*, *divididas em dois tópicos: higiene pessoal dos manipuladores e conduta durante a manipulação. Os dados gerados foram utilizados para a confecção de tabelas comparativas de frequência simples e feita uma correlação com nível de significância < 0,05.*

Resultados

Os resultados mostram que os itens em relação a higiene pessoal os manipuladores sabem os cuidados necessários para se ter uma boa higiene no ambiente de trabalho e os cuidados para evitar a contaminação por erros nesse aspecto. Porém, foi verificado que nem sempre esse conhecimento é levado a prática. Erros por não aplicabilidade do conhecimento são muito comuns, as ações, mesmo que inadequadas, são justificadas pela rotina agitada de um serviço de alimentação ou pela negligência em realizá-la. De acordo com os dados os manipuladores apresentam conhecimento elevado no quesito higiene pessoal e os estabelecimentos apresentam um estado regular de adequação no mesmo aspecto, existindo uma correlação de apenas 52%. Já o conhecimento dos manipuladores sobre o aspecto de conduta durante a manipulação se mantém alto, uma média de 93% e quando comparado a aplicabilidade no estabelecimento é visto que a adequação é de apenas 24%, diminuindo por consequência a correlação entre os parâmetros para 27%.

Conclusão

Através dos resultados obtidos não foi observado uma correlação significativa entre o conhecimento dos manipuladores e a sua aplicabilidade ($p < 0,05$), visto que uma não depende da outra. Desta forma, deve-se prezar pela educação sanitária dos manipuladores de alimentos, com supervisão e capacitação contínua, para que o conhecimento seja adquirido e aplicado no cotidiano.

Referências

ABERC; *História e mercado. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2017.*

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC - 216 de 15 de setembro de 2004. *Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 15 de setembro de 2004.*

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997. Regulamentos técnicos sobre inspeção sanitária, boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MESSIAS, G. M.; REIS, M. E. R.; SOARES L. P.; FERNANDES, N. M.; DUARTE, E. dos S. Avaliação das condições higienico-sanitárias de restaurantes do tipo self service e do conhecimento dos manipuladores de alimentos quanto a segurança do alimento na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Revista Eletrônica Novo Enfoque, Rio de Janeiro, v. 17, n. 17, p. 73-88, nov. 2013.

Palavras-chave: *Boas práticas de manipulação; Higiene; Manipuladores*

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E DO CONSUMO DE ALIMENTOS *DIET* E *LIGHT/ZERO* EM ADOLESCENTES

NAYARA SOARES DA SILVA; GRAZIELI BENEDETTI PASCOAL; ALINE SILVA DOS REIS; LUANA PADUA SOARES

¹ UFU - Universidade Federal de Uberlândia

nayarads14@gmail.com

Introdução

A alimentação na adolescência é influenciada por diversos fatores, como a busca da identidade, necessidade de aceitação em grupos, falta de preocupação com a saúde e a supervalorização da imagem corporal, os quais podem levar à hábitos alimentares inadequados, que por sua vez contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso nessa população. Devido à ampla distribuição dos produtos *diet* e *light/zero* nos supermercados, juntamente com às preocupações relacionadas à estética corporal, os adolescentes tem apresentando um consumo elevado destes alimentos, na maioria das vezes sem o conhecimento das suas finalidades e sem a prescrição médica e/ou nutricional.

Objetivos

O objetivo do estudo foi avaliar o conhecimento e o consumo de alimentos *diet* e *light/zero* entre adolescentes matriculados em escolas pública e particular de ensino.

Metodologia

Estudo transversal realizado em duas escolas, uma pública da rede estadual e outra particular, de Tupaciguara, Minas Gerais, no período de maio a junho de 2014. Foram avaliados 46 alunos da escola particular e 270 estudantes da escola pública. O conhecimento e o consumo dos alimentos *diet* e *light/zero* foram avaliados através de questões elaboradas pelas pesquisadoras. O Teste Qui-quadrado e o Teste Exato de Fisher foram utilizados para comparar prevalências. O nível de significância adotado foi p-valor <0,05. Os dados foram analisados com o uso do software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 21. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (Parecer 571.260). A coleta de dados foi realizada após o consentimento dos diretores das escolas e dos pais dos adolescentes, através da assinatura do termo de assentimento.

Resultados

Foram avaliados 316 adolescentes, de 15 a 19 anos ($16,6 \pm 1,1$), sendo 53,5 % (n= 169) do sexo feminino e a maioria (n=270; 85,4 %) era da escola pública. O consumo de alimentos *diet* e *light/zero* foi maior entre os adolescentes matriculados na escola particular (n=31; 67,4%). Sobre o conhecimento dos alimentos *diet* e *light/zero*, observou-se que os adolescentes da escola particular (n=35; 76,1 %) tinham mais conhecimento sobre esses alimentos quando comparados aos adolescentes da escola pública. A associação entre as variáveis consumo e conhecimento sobre os alimentos *diet* e *light/zero* mostrou que 64,6 % dos adolescentes que consumiam esses alimentos tinham conhecimento sobre os alimentos *diet* e 63,8 % tinham conhecimento sobre os alimentos *light*.

Conclusão

A maioria dos adolescentes entrevistados consumiam os alimentos *diet* e *light/zero*. A maior parte dos estudantes que ingeriam este tipo de alimento tinham conhecimentos sobre as definições destes produtos. Porém uma parcela destes participantes que faziam uso de alimentos *diet* e *light/zero* não tinha discernimento sobre as propriedades dos mesmos. Diante deste perfil de consumo identificado na amostra, ressalta-se a necessidade de campanhas de educação alimentar e nutricional nas escolas de ensino médio de modo a conscientizar os adolescentes sobre a finalidade destes alimentos.

Referências

MEIRA, C.C.; TERTULIANO, A.F. Estado nutricional e consumo de alimentos *diet* e *light* entre adolescentes de escola privada do município de João Pessoa-PB. **Revista Ensaios e Ciência**, v.14, n.1, p.65-81, 2010.

PERIN, A.D.; UCHIDA, N. Perfil dos consumidores de produtos *diet* e *light* nos supermercados varejistas de Campo Mourão-PR. **Uningá**, v.41, n.4, p.15-19, 2014.

SANTOS, D.; BARBOSA, M.L. Adolescentes e alimentos *diet* e *light*: definição, frequência e razões para o consumo. **Demetra**, v.10, n.4, p.919-932, 2015.

SANTOS, G.; SOUSA, J.B. Hábitos alimentares e estado nutricional de adolescentes de um centro de juventude da cidade de Anápolis-GO. **Revista Ensaio e Ciência**, v.15, n.1, p.141-151, 2011.

Palavras-chave: dietas da moda; estado nutricional; estudantes

AValiação DO CONHECIMENTO E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

EUNICE LIMA BARROS; KAIO AUGUSTO ANDRADE DOS SANTOS; ÉRIKA SOARES DE OLIVEIRA PATRIOTA; LÍVIA BACHARINI LIMA; BÁRBARA VILAS BOAS CARVALHO; FERNANDO LAMARCA PARDO

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro, ² CRE-GUARÁ - Coordenação Regional de Ensino do Guará
eunicelimabarros@gmail.com

Introdução

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) propõe a utilização do espaço escolar como ambiente para a educação nutricional e promoção da alimentação saudável de crianças e jovens, bem como a inserção do tema sobre alimentação e nutrição no conteúdo programático nos diferentes níveis de ensino, visando à formação de hábitos alimentares saudáveis.

Objetivos

Avaliar o conhecimento e prática dos professores, diretores e coordenadores pedagógicos a respeito do tema Educação Alimentar e Nutricional(EAN).

Metodologia

Estudo observacional, descritivo, do tipo transversal, constituído de levantamento sobre a influência e prática de ações de educação alimentar e nutricional por professores das escolas públicas do Guará-DF. Os participantes foram orientados quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram incluídos professores, diretores e coordenadores pedagógicos da rede pública de ensino de ambos os sexos, presentes durante o VII Circuito de Ciências da Coordenação Regional de Ensino do Guará. O questionário utilizado para avaliação dos voluntários foi adaptado de Gambardella et al., 2008, contendo dez questões objetivas abordando o conhecimento nutricional básico, papel do professor como influenciador dos hábitos alimentares de seus alunos, práticas de educação alimentar e nutricional pelos professores, diretores e coordenadores pedagógicos. O questionário foi composto ainda, por uma questão subjetiva que abrangeu as considerações sobre o tema proposto. Para análise dos dados coletados, foi realizado o quantitativo das respostas dadas pelos participantes através de planilhas do software Excel 2016 e posteriormente correlacionado através do software SPSS 24,0.

Resultados

Foram incluídos neste estudo 58 funcionários da educação básica (84,5% mulheres), composto por 72,4% (n=42) de professores, 19,0% (n=11) de coordenadores pedagógicos e 8,6% (n=5) de diretores. Destes, 86% (n=50) apresentavam pós-graduação, 75,9% (n=44) possuíam o vínculo de estatutário, 51,7% (n=30) lecionava para turmas do ensino fundamental. Quanto a formação e percepção sobre o tema, apenas 10,3% (n=6) dos participantes referiram ter realizado algum curso relacionado a área de alimentação e nutrição nos últimos 2 anos e 20,7% (n=12) afirma que lhe falta capacitação, apesar de todos assumirem que é importante o desenvolvimento de atividades relacionadas a temática da EAN e compreenderem que é extensiva a todas as idades. Quanto a inclusão de atividades ligadas a EAN no seu planejamento pedagógico, mais da metade (53,4%) dos participantes relataram já ter realizado alguma atividade e 84,5% (n=49) acredita que seja um tema de interesse por parte de seus alunos. Apenas 5,2% (n=3) dos participantes acreditam que este tema seja de relevância secundária. Foram obtidos os seguintes percentuais de acerto para as questões 1, 2, 3, 4 e 5: 77,6%, 91,4%, 89,7%, 81,0% e 72,4%, respectivamente.

Conclusão

Este estudo mostrou o conhecimento dos profissionais da educação básica sobre o tema educação alimentar e nutricional, bem como a prática deles no ambiente escolar. Observou-se unanimidade quanto a importância que deve ser dada ao tema educação alimentar nas escolas, porém, grande parte afirma não ter participado de nenhum curso na área, dificultando o desenvolvimento de atividades efetivas sobre o assunto. Recomenda-se o estímulo à articulação entre teoria e prática para que sejam promovidas atividades visando a formação dos bons hábitos alimentares.

Referências

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional De Alimentação e Nutrição - PNAN**, Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MACEDO, Irene Coutinho de et al. Estratégia de capacitação em educação nutricional para professores de educação infantil. **Nutrição Brasil**, v. 7, n. 1, p. 10-17, 2008.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Educação nutricional; Educadores; Escolares

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

MAYARA PRISCILLA DANTAS ARAÚJO; RAYANE LARISSA SANTOS DE ARAÚJO; LARISSA GRACE NOGUEIRA SERAFIM DE MELO; ADRIANA LÚCIA MEIRELES

¹ UFRN/FACISA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
maayparaujo@gmail.com

Introdução

Mesmo sendo reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro, as comunidades quilombolas têm enfrentado limitações, principalmente em questões sociais e de saúde. Devido ao distanciamento da população dos municípios onde estão circundadas, elas se tornam um grupo marginalizado e de risco para a insegurança alimentar (SILVA, 2008). As transformações socioeconômicas e culturais têm feito com que a alimentação desses grupos seja modificada, sendo importante a realização de estudos que avaliem o consumo alimentar, uma vez que as informações coletadas podem ser úteis para que programas de promoção da segurança alimentar promovam estratégias para melhorar e adequar ações à realidade dessas comunidades (TADDEI et al, 2008).

Objetivos

O presente estudo avaliou o consumo alimentar de escolares da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, situada no município de Currais Novos/RN, analisando o consumo energético total e a ingestão de macro e micronutrientes.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo, realizado com crianças e adolescentes, residentes na comunidade quilombola. A amostra foi composta por 60 alunos de uma escola localizada na própria comunidade. Os participantes foram estudantes matriculados em 2015/2016 cujos pais autorizaram participação na pesquisa através de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE Nº 46088215.3.0000.5568). O inquérito dietético foi feito a partir do recordatório de 24 horas, obtendo-se informações sobre o número de refeições, alimentos, preparações e quantidades consumidas pelos escolares nas últimas 24 horas. A ingestão de nutrientes foi calculada pela plataforma CalcNut. A avaliação do consumo energético e dos macro e micronutrientes teve como base as Ingestões Dietéticas de Referência (DRIs), sendo utilizada o Requerimento Energético Estimado (EER) e a Necessidade Média Estimada (EAR) como referência. Os micronutrientes avaliados foram: vitaminas A e C, ferro, cálcio e zinco, que estão relacionados com o crescimento e desenvolvimento das crianças e com a anemia.

Resultados

Dos 60 alunos, 23 estavam na faixa etária de 4 a 8 anos e 37 encontravam-se na faixa entre 9 e 13 anos, sendo 24 meninas e 13 meninos. Em relação ao consumo energético, 38% dos escolares apresentaram consumo inferior ao recomendado e 4% apresentaram consumo excessivo, para o consumo lipídico os valores encontrados subiram para 43 e 7%, respectivamente. A ingestão de carboidratos apresentou-se superior em 23% dos escolares e inferior em 10%. Todos os escolares apresentaram consumo proteico adequado. Nas crianças com idade entre 4 e 8 anos, foi encontrado baixo consumo de vitamina A, zinco e cálcio. A ingestão de vitamina C, ferro e sódio encontram-se em níveis recomendados. No grupo de escolares de 8 a 13 anos, as inadequações se referem a baixa ingestão de vitamina A e cálcio para ambos os sexos e consumo elevado de sódio no grupo masculino.

Conclusão

Foi possível observar que há diversas inadequações no consumo alimentar desses escolares, o que pode afetar negativamente o seu desempenho e crescimento. Tal resultado pode-se ter como fator principal a monotonia alimentar praticada na comunidade devido, principalmente, ao alto consumo de alimentos ultraprocessados, o que pode ser considerado um fator de risco uma vez que pode ser ligada à deficiências nutricionais.

Referências

SILVA, D. O.; et al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. Rev. Nutr., Campinas, v. 21, p. 83-87, ago., 2008.
TADDEI, J.A.; et al. Chamada nutricional: uma avaliação nutricional de crianças quilombolas de 0 a 5 anos. In: Políticas sociais e Chamada Nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das

crianças. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N. 9. Brasília, 2008.

Palavras-chave: Saúde coletiva; Consumo alimentar; Quilombolas; Escolares

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE PACIENTES COM DISLIPIDEMIA ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA

ANA VITÓRIA ALMEIDA SILVA; ARIZA DA SILVA REINERT; VIVIANE DOS SANTOS VIANA DE ALMEIDA

¹ CESUPA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

13anavitoria@gmail.com

Introdução

As doenças cardiovasculares representam hoje as maiores causas de mortalidade e morbidade na população adulta. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 16,7 milhões de mortes por ano no mundo são provenientes desse mal (SANTOS et al., 2013). Para pacientes com dislipidemia ao iniciar as mudanças no estilo de vida, deve-se primeiro reduzir a ingestão de gordura saturada e colesterol para, então, reduzir o LDL – Colesterol. A maior porcentagem de gordura insaturada é útil para reduzir triglicerídeos e aumentar o HDL – Colesterol. A atividade física também deve ser incentivada (BERTONI; ZANARDO; CENI, 2011). Por fim, se faz necessário ter conhecimento dos hábitos alimentares de indivíduos adultos com dislipidemia uma vez que o fator alimentar exerce muita influência no desenvolvimento de algumas doenças.

Objetivos

Traçar o perfil alimentar de adultos de acordo com o grau de classificação do IAC.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, quantitativo, realizada com 56 prontuários de indivíduos com idade entre 20 e 59 anos, atendidos pela primeira vez no ambulatório da Nutrição no período de janeiro de 2014 a abril de 2017. Os dados foram coletados dos prontuários dos pacientes mediante protocolo de pesquisa adotado e questionário de frequência alimentar, após ser submetido para avaliação do Comitê de Ética do CESUPA, tendo aprovação em 27 de março de 2017, pelo parecer nº 1.984.826, e com autorização da instituição através do Termo de Consentimento para Utilização de Dados.

Resultados

Dos 56 prontuários participantes, 83,93% eram do sexo feminino e, 46,43% estavam na faixa etária entre 40 e 50 anos, casadas, ensino médio completo e renda de 1 a 2 salários mínimos. Segundo a classificação do IAC dos participantes pode-se observar a maior prevalência de homens com excesso de gordura. Entre a população estudada, notou-se que a prevalência foi de sedentários (64,29%), não tabagistas (homens 77,78% e mulheres 46,81%) e, não etilistas (44,44 % de homens e 31,91 % de mulheres). Quanto a frequência alimentar de indivíduos cuja classificação do Índice de Adiposidade Corporal foi de excesso de gordura, pôde-se observar consumo diário de farinha/farofa (42,5% em mulheres), arroz (87,5% em mulheres) e pães (60% em mulheres), consumo semanal de proteínas como, carne vermelha (75% em homens e 80% em mulheres), peixes (67,5% em mulheres); quanto ao consumo de industrializados, houve maior consumo de bolacha salgada semanalmente 50% em homens). Enquanto que, alimentos como verduras (62,5% em homens), legumes (65% em mulheres), frutas (50% em ambos) e leguminosas (65% em mulheres) o consumo é semanal.

Conclusão

O estilo de vida, dentre eles o sedentarismo, hábito alimentar e fatores genéticos favorecem ao aparecimento de algumas patologias. Logo o perfil alimentar de homens e mulheres com classificação do IAC com excesso de gordura e moderado percentual de gordura mostrou o consumo elevado de carboidratos simples e alimentos proteicos e o menor consumo de frutas, legumes e verduras, o que favorece, no presente estudo, o possível agravamento do acúmulo de gordura. Por fim, sugere-se que mais estudos sejam realizados com distintas populações, com intuito de verificar o hábito alimentar de indivíduos com dislipidemia de acordo com o grau de classificação do IAC, para que este método se torne o possível preditor de doenças crônicas não transmissíveis, uma vez que o mesmo analisa a composição corporal.

Referências

BERTONI, V.M; ZANARDO, V.P.S; CENI, G.C. Avaliação do Perfil lipídico dos pacientes com dislipidemia atendidos no ambulatório de especialidades de nutrição da URICEPP. Perspectiva, Erechim, v.35, n. 129, p. 177-188, março. 2011.

SANTOS C.M. et al. Perfil lipídico e glicídico de pacientes atendidos em ambulatório e sua correlação com índices

antropométricos. Rev Port Cardiol, v. 32, n. 1, pag 35 – 41. 2013.

Palavras-chave: CONSUMO ALIMENTAR; DISLIPIDEMIA; AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE UM GRUPO DE MULHERES COM EXCESSO DE PESO EM VULNERABILIDADE SOCIAL SUBMETIDA A UM PROGRAMA PARA EMAGRECIMENTO

LAIS CHAVIER DE OMENA; MARILIA MOURA E MENDES; CAMILA JUSTINO DA MOTA; LAURICY SANTOS FLORES; ANA PAULA GROTTI CLEMENTE

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ² CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional
omenalais@gmail.com

Introdução

Estudos afirmam que a qualidade da escolha da dieta pode ser interferida pelo ambiente no qual o indivíduo está inserido. De acordo com a FAO e OPAS o crescimento da obesidade é um grande problema de questão socioeconômica em razão aos altos custos de uma alimentação saudável, sendo mais barato comer mal a ter uma alimentação saudável.

Objetivos

Diante deste quadro o presente estudo buscou avaliar o efeito da terapia interdisciplinar para perda ponderal e no perfil alimentar de mulheres com excesso de peso e em vulnerabilidade social.

Metodologia

Trata-se de um estudo de intervenção com amostra de conveniência composta por mulheres participantes do ambulatório de obesidade do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN/ UFAL), as quais cumpriram com os critérios diagnósticos de inclusão sendo: mulheres adultas com idade entre 19 e 45 anos, com diagnóstico de excesso de peso ($IMC > 25\text{kg/m}^2$), em vulnerabilidade social. Foram realizados atendimentos nutricionais ambulatoriais individualizados com frequência quinzenal, onde através de formulário padronizado foram coletados dados antropométricos e informações que possibilitaram traçar o perfil alimentar, sociodemográfico. Foi aplicado Recordatório 24h na primeira e a última consulta, identificando o perfil de consumo de grupos alimentares, ao início e ao final do tratamento. A partir do IDR24h, foi avaliado em 100% das mulheres a diversidade da dieta no momento inicial e final do tratamento, através do Índice da Diversidade da Dieta Familiar (HDDS). Além disso as mulheres participaram de aulas de exercício físico que aconteceu duas vezes por semana, e também quinzenalmente ocorreu oficinas de psiconutrição. Para analisar as variáveis no momento inicial e final do tratamento foi utilizado o teste t de medidas repetidas e o teste de McNemar onde a significância estatística dos dados foi assumida quando $p < 0,05$. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL via Plataforma Brasil (55087516.6.0000.5013), e todas as mulheres que participaram do projeto assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Foram selecionadas para participar da pesquisa 85 mulheres. Contudo, no decorrer do estudo, houve perda de 27 (31,8%) destas em razão a desistência. De acordo com a avaliação antropométrica no momento inicial e final do protocolo, houve perda de peso e redução significativa do IMC nos grupos com até 6 meses de tratamento. Já no grupo com maior tempo de tratamento, mais que 6 meses, não foram encontradas diminuições significativas nesses parâmetros (peso: $p=0,151$ / IMC: $p=0,179$). Quando comparado o momento inicial e final, foi observada redução do consumo de doces, assim como, houve aumento no consumo de tubérculos, raízes e frutas.

Conclusão

Foi possível observar a mudança do padrão alimentar, conforme recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), garantindo a prevenção da obesidade e suas comorbidades associadas, a partir da promoção a segurança alimentar e nutricional da população.

Referências

AFSHIN, A. et al. Health Effects of Overweight and Obesity in 195 Countries over 25 Years. The New England Journal of Medicine, v. 377, n. 1, p. 13-27, 2017.

Palavras-chave: Obesidade; consumo alimentar; perda de peso

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR E ATIVIDADE FÍSICA DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC): USO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO BASEADO NA WEB

LUCIANA JEREMIAS PEREIRA; ALEXIA CAMPOS DE OLIVEIRA; PATRICIA DE FRAGAS HINNIG; DANIELLE BIAZZI LEAL; MARIA ALICE ALTENBURG DE ASSIS; FRANCILENE GRACIELI KUNRADI VIEIRA

¹ UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

lucianajpereira@hotmail.com

Introdução

A vigilância de fatores relacionados à saúde é realizada através de sistemas de monitoramento com o uso de inquéritos periódicos¹. Em Florianópolis, foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento do Consumo Alimentar e Atividade Física de Escolares (Sistema CAAFE) com o intuito de obter dados de indicadores de saúde de escolares e auxiliar gestores na formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde².

Objetivos

Realizar um panorama do estado nutricional e de indicadores de consumo alimentar e atividade física de escolares do 2^a ao 5^a ano da rede pública de ensino de Florianópolis nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Metodologia

Estudo descritivo realizado a partir de dados de três levantamentos do Sistema CAAFE com amostra representativa de escolares do 2^a ao 5^a ano do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis nos anos de 2013 (n=2.159), 2014 (n=2.239) e 2015 (n=2.664). As coletas ocorreram nas salas informatizadas das escolas. Os dados de consumo alimentar e atividade física foram obtidos pelo instrumento *webCAAFE*, que é um questionário on-line de autopreenchimento de dados relativos ao dia anterior. Os dados de peso e altura foram aferidos para classificação do índice de massa corporal segundo a Organização Mundial da Saúde³. O instrumento gera um banco de dados no Programa Microsoft *Excel*TM e relatórios preliminares com as informações coletadas. Os dados antropométricos foram tabulados no *AnthroPlus*. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFSC (nº 2250/11). Todos os participantes tiveram o consentimento por escrito dos responsáveis e assinaram um Termo de Assentimento.

Resultados

Verificou-se uma alta prevalência de excesso de peso em 2013 (30,8%), 2014 (35,5%) e 2015 (34,1%). Os alimentos “arroz”, “feijão”, “carne” e “pão e biscoitos” foram os quatro primeiros alimentos mais consumidos nos três anos. Sobre os alimentos marcadores de uma alimentação saudável, o consumo de frutas foi relatado por menos de 40% e de verduras e legumes por menos de 6,5% nos três anos. Entre os alimentos marcadores de uma alimentação não saudável, destaca-se o alto consumo de biscoito recheado e refrigerante (40%) nos três anos. Uma média de 38% de escolares consumiam a alimentação escolar nesse período. Em relação às atividades físicas, cerca de 35% dos escolares relataram jogar futebol e 25% brincadeiras que incluíam corrida. Entre os comportamentos sedentários, destacou-se “assistir televisão” sendo a atividade mais relatada em todos os anos (média de 55%). O uso do computador foi relatado por 45%, 35% e 40% dos escolares em 2013, 2014 e 2015, respectivamente, e o uso do celular por aproximadamente 40% dos escolares nos dois primeiros levantamentos, e por quase 60% em 2015.

Conclusão

Os dados mostram uma estabilidade durante o período, mas observa-se a presença de comportamentos de risco para a saúde, como a alta prevalência de excesso de peso, alto consumo de alimentos marcadores de alimentação não saudável e prática de atividades sedentárias. O monitoramento destes comportamentos é importante tanto para o planejamento quanto para a avaliação de programas de intervenção. A utilização do Sistema CAAFE pode ser uma proposta promissora para monitorar a saúde dessa população no contexto brasileiro.

Referências

1. HOELSCHER, D. M.; RANJIT, N.; PÉREZ, A. Surveillance Systems to Track and Evaluate Obesity Prevention Efforts. *Annual Review of Public Health*, v. 38, p. 187–214, 20 mar. 2017.
2. DA COSTA, F. F. Desenvolvimento e avaliação de um questionário baseado na web para avaliar o consumo alimentar e a atividade física de escolares. 2013.169 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em

Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

3. WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION): Multicentre Growth Reference Study Group. WHO Child Growth Standards: Length/Height-for-Age, Weight-for-Age, Weight-for-Length, Weight-for-Height and Body Mass Index-for-Age: Methods and Development. Geneva, WHO, 2007.

Palavras-chave: crianças; comportamento de saúde; ingestão alimentar; sistema de vigilância

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE CÁLCIO E VITAMINA D EM ESTUDANTES DO SEXO FEMININO DO ENSINO SUPERIOR

SAMARA CORDEIRO DE ARAUJO; CAROLINE FALZONI DA CRUZ SIMÕES; ITALLO COLLOPY JUNIOR; ANA CLAUDIA ALVES MARQUES MARIANO

¹ UNISUAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA, ² IFRJ - INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
sam.araujoo@hotmail.com

Introdução

A ingestão inadequada de cálcio se tornou um problema mundial, principalmente entre as populações idosas e do sexo feminino (ESTEVES *et al*, 2010). Além disso, também pode ser observada uma ingestão inadequada de vitamina D, sendo eles micronutrientes essenciais em todas as fases da vida para manutenção da saúde óssea. Para a população feminina o risco de deficiência é acentuado, isso porque elas passam por uma fase da vida chamada climatério. Nesse período ocorre uma redução na síntese de vitamina D e sua ação no metabolismo do cálcio (MARTINAZZO *et al*, 2013). Portanto, verifica-se a importância de avaliar o consumo de cálcio e da vitamina D na população do sexo feminino.

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo avaliar o consumo habitual de cálcio e vitamina D dietéticos em alunas de uma instituição de ensino superior no município do Rio de Janeiro.

Metodologia

Estudo descritivo, do tipo transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), protocolo nº 2.015.697, e todas as estudantes foram convidadas a participar voluntariamente do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A avaliação do consumo habitual de cálcio e vitamina D foi determinada por meio de um registro alimentar. A coleta de dados ocorreu durante o período de Março/2017 a Maio/2017. A análise dos dados foi executada através do software AVANUTRI *Revolution*® 4.0 e foram adotadas como referência as recomendações do *Dietary References Intake* (DRI).

Resultados

A amostra estudada constituiu-se de 56 estudantes do sexo feminino. Na avaliação da ingestão de cálcio foi observada uma média total da pesquisa de 440,43 mg/dia, expressando uma proporção de ingestão adequada de 7% e uma ingestão inadequada de 93%. Em relação à vitamina D a média do consumo na pesquisa foi de 8,42 mcg/dia. Contudo, as estudantes que obtiveram uma ingestão adequada de vitamina D foram de 11% enquanto 89% das entrevistadas apresentaram consumo inadequado deste micronutriente. Nenhuma estudante apresentou uma ingestão adequada de cálcio e vitamina D simultaneamente.

Conclusão

No presente estudo pôde ser observado que a ingestão média de cálcio por mulheres não apresentou um valor adequado à recomendação e, que apesar da média de ingestão da vitamina D da pesquisa ter apresentado um valor acima da recomendação, a proporção de mulheres com ingestão inferior apresentou-se maior. Contudo, esse estudo não leva em consideração a exposição à luz solar que também tem ação direta na síntese de vitamina D no organismo.

Referências

ESTEVES, E. A.; RODRIGUES, C. A. A.; PAULINO, E. J. Ingestão dietética de cálcio e adiposidade em mulheres adultas, *Rev. Nutr.*, Campinas, 23(4):543-552, jul./ago., 2010.
MARTINAZZO, J.; ZEMOLIN, G. P.; SPINELLI R. B.; ZANARDO, V. P. S.; CENI, G. C. Avaliação nutricional de mulheres no climatério atendidas em ambulatório de nutrição no norte do Rio Grande do Sul, Brasil, *Ciências & Saúde Coletiva*, Rio Grande do Sul, 18(11):3349-3356, 2013.

Palavras-chave: Micronutrientes; Mulheres; Saúde óssea

AValiação DO CONSUMO DE FRUTAS, VERDURAS E ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS ENTRE GESTANTES BRASILEIRAS.

LEILA; MARIANA CASTRO BARROS; ANA KARLA ARAUJO DE ALMEIDA; POLIANA CRISTINA DE ALMEIDA FONSECA; VIRGINIA NUNES LIMA; CAROLINA ABREU DE CARVALHO

¹ CEUMA - Universidade Ceuma, ² IFMA - Instituto Federal do Maranhão, ³ UFMA - Universidade Federal do Maranhão
oliveira_alvesleila@hotmail.com

Introdução

Uma alimentação saudável é essencial para uma gestação bem sucedida, tanto para a gestante quanto para o feto. A gestação merece atenção especial, pois é o período de maior vulnerabilidade biológica no ciclo reprodutivo da mulher e traz diversas alterações comportamentais e alimentares para o organismo. Ademais, o organismo materno é a única fonte de nutrientes para o feto e a boa nutrição intrauterina garante um desenvolvimento e crescimento saudável para a criança, além de estar associada a melhores condições de saúde na fase adulta. No atual cenário de deterioração do consumo alimentar da população brasileira, torna-se relevante investigar o consumo de marcadores de consumo alimentar em gestantes

Objetivos

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, onde utilizou-se dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Foram coletadas informações referentes ao consumo de frutas, de verduras e legumes, de hambúrguer e ou embutidos e de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado entre gestantes adolescentes e adultas, de todas as raças/cor, de todas as regiões, no ano de 2016. Os dados de acompanhamento foram extraídos tanto para gestantes incluídas no SISVAN-web, quanto no Sistema de Gestão do Bolsa Família. A coleta das informações ocorreu em maio de 2017.

Resultados

Foram avaliadas 38.666 gestantes em todo o Brasil. Observou-se que o percentual de consumo de alimentos saudáveis, como frutas e verduras e legumes, foi satisfatório, embora não tenha sido 100%, como é recomendado. Observou-se também que o consumo de alimentos não saudáveis foi maior nas gestantes adolescentes, especialmente nas regiões mais ricas. O maior consumo de hambúrguer e embutidos foi observado na região Sul com 37% e o maior consumo de alimentos industrializados na região Sudeste com 46%.

Conclusão

O consumo de alimentos saudáveis foi satisfatório entre as gestantes, embora, ainda seja passível de aumento, pois trata-se de alimentos ricos em vitaminas, minerais e todos os nutrientes necessários para uma gestação saudável, sem riscos nutricionais e contribui para o bom desenvolvimento e crescimento fetal. O recomendado é o consumo diário desses alimentos, portanto, os resultados do presente estudo ainda estão aquém do preconizado. Em relação ao consumo de alimentos ultraprocessados e fast foods os percentuais encontrados na amostra foram elevados e a ingestão desses alimentos deve ser desencorajada. Sabe-se que esses alimentos possuem baixa qualidade nutricional, sendo pobres em vitaminas e altamente calóricos, ricos em gorduras trans e, portanto, prejudiciais à saúde. Dessa forma, o consumo desses alimentos pode acarretar riscos tanto à gestante, quanto ao bebê.

Referências

ALVES, A. L. H: Nutrição nos ciclos de vida. Avm. Instit., Brasília, v.2, n.1, p.25-36, jan. 2010. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/205734/mod_resource/content/1/mod_nutricao_nos_ciclos_da_vida_v2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Sisvan web- informações gerais. Brasília, DF, 2013.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Adultas; Adolescentes; Alimentos saudaveis

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA LEI FEDERAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA QUALIDADE NUTRICIONAL DOS CARDÁPIOS ESCOLARES

DANIELA BICALHO ALVAREZ; BETZABETH SLATER VILLAR

¹ FSP - USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

daniela.nutricionista@yahoo.com.br

Introdução

A promulgação da Lei federal 11.947 de 2009 consolidou a vinculação da agricultura familiar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. No entanto, ainda não existem estudos que avaliam o efeito desta legislação na qualidade dos cardápios.

Objetivos

O estudo objetivou avaliar o efeito da Lei Federal 11.947/09 sob a qualidade nutricional dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar do estado de São Paulo.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, com 38 municípios do estado de São Paulo selecionados em amostra representativa de divididos em dois grupos: que realizam aquisição de alimentos da agricultura familiar e municípios que não fazem a compra. A coleta dos dados foi realizada entre janeiro e maio de 2013, através de entrevista individual com nutricionistas responsáveis técnicos do Programa, por meio de questionário estruturado, além de coleta do cardápio de um mês das escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para avaliação do efeito da normatização foi desenvolvido uma Matriz Avaliativa, baseado na tríade de avaliação de qualidade de serviços Estrutura – Processo – Resultado. Foram definidos parâmetros para cada indicador com base no objetivo da avaliação e conhecimento científico e, os juízos de valor foram designados como “adequado” ou “inadequado”. Para análise foram calculadas frequências absolutas e médias e as análises de associação o teste exato de Fischer com nível de significância de 5%. O estudo teve aprovação do Comitê de ética em Pesquisa, número 47187015.0.0000.5421 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Um total de 25 municípios adquiriam gêneros alimentícios da AF e 18 não implementaram as compras. Houve maior participação de alimentos ultraprocessados no lanche em relação à refeição em ambos municípios. 76% das cidades que adquirem alimentos da AF tem cozinheiros escolares em número suficiente e 60% realizaram de ações de apoio aos agricultores familiares da região ($p > 0,05$). Quase todas cidades atendem a lei quanto a oferta mínima de 3 porções de frutas ou hortaliças e máxima de 2 porções doces. 80% dos municípios que adquirem gêneros da AF e 40% dos que não adquirem da AF, atendem a exigência a legislação do mínimo de 70% de alimentos básicos nos cardápios e máximo de 30% de alimentos restritos.

Conclusão

Os achados permitem refletir que a aquisição de alimentos da AF não foi suficiente para promover cardápios de melhor qualidade nutricional, sugerindo que o marco legal apresenta lacunas quanto a definição dos alimentos que devem compor os cardápios, sendo permissivo ao uso de alimentos ultraprocessados. Embora os dados inferem uma qualidade nutricional superior dos cardápios dos municípios que cumprem a lei, reafirmando que agricultura familiar representa uma oportunidade para inserir alimentos saudáveis na alimentação escolar.

Referências

1. BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, n.º 113; seção 1; publicado em 17 de junho de 2009.
2. BRASIL. Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União, seção 1; publicado em 18 de junho de 2013.
3. DONABEDIAN A. The seven pillars of quality. Arch Pathol Lab Med 1990; 114:1115-8.
4. PEIXINHO AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciênc. saúde coletiva, 2013;18(4) 909-916. DOI: 10.1590/S1413-81232013000400002.

5. TEO CRPA, MONTEIRO CA. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. Rev. Nutr., 2012;25(5): 657-668. DOI: 10.1590/S1415-52732012000500010.

Palavras-chave: Alimentação Escolar ; Planejamento de Cardápios ; Avaliação de Programas; Programas e Políticas em Nutrição.

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SINTOMATOLOGIA DIGESTIVA SOBRE O CONSUMO DIETÉTICO DE GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADE DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

MICHELLE PEREIRA DE SOUSA; PATRÍCIA HELENA GILBERTO RIOS PEREIRA; BETTINA GERKEN BRASIL

¹ UNIP - Universidade Paulista

patyhrios@hotmail.com

Introdução

O estado nutricional e o adequado ganho de peso materno são fatores importantes para o bom resultado da gravidez, bem como para a manutenção da saúde, a longo prazo, da mãe e da criança. As gestantes necessitam de um suprimento adicional de calorias, proteínas, vitaminas e minerais para o crescimento e o desenvolvimento do feto e também para manter reservas teciduais adequadas de nutrientes. A avaliação do hábito alimentar das gestantes é importante para estabelecer um aconselhamento nutricional personalizado e ajustado a cada trimestre da gestação, identificando hábitos desfavoráveis que são prejudiciais para a saúde da gestante e o desenvolvimento do feto.

Objetivos

Avaliar o consumo alimentar de gestantes, identificando as crenças alimentares que determinam o consumo ou a recusa de alimentos durante a gestação.

Metodologia

Estudo realizado com 23 gestantes adultas em acompanhamento de pré-natal em uma unidade básica de saúde do estado de São Paulo-SP. As gestantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicada anamnese com perguntas estruturadas, relacionadas à situação socioeconômica e perguntas relacionadas a crenças alimentares e a situações comuns na gestação. O estado nutricional das gestantes foi avaliado segundo o Índice de Massa Corporal. Para avaliação do consumo alimentar foi aplicado o recordatório 24h. Para a composição nutricional das dietas analisadas utilizou-se o Software Avanutri® versão 4.5.111. A adequação do consumo de nutrientes foi avaliada de acordo com as recomendações da Ingestão Dietética de Referência (DRI). Para a análise dos dados descritivos, os resultados foram expressos como média e desvio padrão. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, nº 2.059.401.

Resultados

Participaram do estudo 23 gestantes com média de idade de $25 \pm 4,8$ anos. A maioria encontrava-se no 3º trimestre de gestação (48%), enquanto que 43 % no 2º trimestre. Analisando o estado nutricional das gestantes, observou-se que 44 % apresentava eutrofia e 22 % encontrava-se em sobrepeso. Observou-se média de consumo calórico diário de 1.957 ± 649 kcal. Em relação aos macronutrientes, observou-se o consumo de 278 ± 106 g de carboidratos; 76 ± 26 g de proteínas e 58 ± 24 g de lipídeos. Na avaliação do consumo de micronutrientes, observou-se que o ácido fólico apresentou adequação de 22 % e a vitamina D adequação de 48 %. Os alimentos mais consumidos pelas gestantes foram as frutas (30%), enquanto que os alimentos não consumidos devido a gestação foram o refrigerante (29%) e o café (15%).

Conclusão

No presente estudo, observou-se o consumo alimentar inadequado de gestantes, tanto no consumo de nutrientes como na ingestão energética desequilibrada. Assim, destaca-se a importância do acompanhamento nutricional durante a gestação, para garantir um estado nutricional adequado para a mãe e para o desenvolvimento saudável do bebê.

Referências

- DAMETTO, J.F.S. Avaliação Antropométrica e Alimentar de Gestantes Atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) no Município de Araraquara – SP. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição, 2007.
- SILVA, S.M.C.S; MURA, J.D.P. Tratado de Alimentação, Nutrição & Dietoterapia-2ª Ed. Editora Roca – Brasil, 2013
- MAHAN, L.K; SYUMP, S.E.; RAYMOND, J.L. Krause, alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª edição. Editora Saunders, Rio de Janeiro, 2012.

Palavras-chave: Gestação; Nutrição materna; Hábitos alimentares

AVALIAÇÃO DO ELENCO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS CONSUMIDOS POR CRIANÇAS DE SEIS MESES A CINCO ANOS DE IDADE USUÁRIAS DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO MODELO DE PERFIL NUTRICIONAL DA OPAS

CARINE DE OLIVEIRA AVELAR; JULIANA MARTINS OLIVEIRA; MILENA MIRANDA DE MORAES; JORGINETE DE JESUS DAMIÃO; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

jmonutri@yahoo.com.br

Introdução

Os alimentos ultraprocessados (AUP) apresentam um perfil nutricional inadequado, desfavorável para a saúde e impactam negativamente na qualidade nutricional da alimentação. Seu consumo vem aumentando no mundo e no Brasil, inclusive entre crianças. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) desenvolveu, em 2014, um Modelo de Perfil Nutricional para classificar os Alimentos Processados e AUP em função do teor de nutrientes críticos para problemas de saúde pública (PAHO, 2016).

Objetivos

Avaliar o elenco de AUP consumidos por crianças menores de cinco anos usuárias do SUS no Rio de Janeiro de acordo com o modelo de perfil de nutrientes da OPAS.

Metodologia

Estudo seccional com uma amostra probabilística representativa de crianças com idade entre seis meses a cinco anos, atendidas em UBS no município do Rio de Janeiro (n=536). Coleta de dados: pesquisa de mercado com registro fotográfico dos rótulos dos AUP referidos pelos participantes em recordatório de 24 horas. Os 335 AUP citados foram divididos em 21 grupos. O Modelo de Perfil Nutricional da OPAS foi aplicado para cada AUP e para o conjunto de AUP em cada grupo para os seguintes nutrientes críticos: gordura total, gordura saturada, gordura trans e sódio. A análise do parâmetro “excesso de açúcares livres” não pôde ser aplicada por esta informação não estar disponível nos rótulos, já que ela não é obrigatória na rotulagem nutricional brasileira (BRASIL, 2003).

Resultados

Dos AUP analisados, 63,3% apresentaram excesso de pelo menos um nutriente crítico. Cerca de um terço apresentou excesso de gorduras totais, de gorduras saturadas ou de sódio e 7% apresentaram excesso para gorduras trans. Em 13 dos 21 grupos incluídos nessa análise, todos os AUP apresentaram excesso de pelo menos um nutriente crítico. Foram eles: bebidas à base de extrato de soja original; salgadinhos e chips; requeijões e queijos ultraprocessados; margarinas; leites em pó; carnes industrializadas e embutidos; temperos prontos; molhos industrializados e de tomate; pães; bolos industrializados; farofas industrializadas; macarrões instantâneos; e pipocas industrializadas. Os grupos de requeijões e queijos ultraprocessados, de macarrões instantâneos e de carnes industrializadas e embutidos apresentaram 100% dos alimentos com excesso de gorduras totais, de gorduras saturadas e de sódio.

Conclusão

A maioria dos AUP referidos pelos participantes apresentou excesso de pelo menos um nutriente crítico segundo o Modelo de Perfil Nutricional da OPAS, indicando que crianças estão expostas a produtos com composição nutricional inadequada. Este Modelo se mostrou útil para caracterizar os AUP e pode subsidiar estratégias regulatórias relacionadas com a promoção da alimentação saudável e prevenção de agravos relacionados à má alimentação.

Referências

Pan American Health Organization (PAHO). Pan American Health Organization nutrient profile model. Washington DC: Pan American Health Organization; 2016.

BRASIL. Resolução – RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003: aprova regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 dez. 2003.

Palavras-chave: alimentos ultraprocessados; perfil nutricional; crianças

AValiação DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES BRASILEIROS RESIDENTES EM CAMPINAS/SP ATRAVÉS DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL: ESTUDO DE BASE POPULACIONAL

SILVIA HELENA FREDIANI FAVARON; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS;
ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
silviafavaron@gmail.com

Introdução

A definição de um peso adequado, que já é difícil em adultos, torna-se particularmente problemática entre adolescentes, uma vez que um padrão de peso adequado nesta classe deve levar em conta o sexo, a idade, a estatura, bem como o estágio de maturação sexual. Além disso, aspectos relacionados ao estilo de vida, como hábitos dietéticos inadequados, sedentarismo, também contribuem significativamente para o crescimento das prevalências de sobrepeso e obesidade em adolescentes. Deste modo, a antropometria, que consiste na avaliação das dimensões físicas e da composição global do corpo humano, tem se revelado como o método isolado mais utilizado para o diagnóstico nutricional, permitindo um rastreamento tanto para o baixo peso quanto para o sobrepeso ou obesidade.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional de adolescentes de 10 a 19 anos, segundo variáveis demográficas, socioeconômicas, de comportamentos de saúde e morbidades.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional com dados do Inquérito de Nutrição no município de Campinas (ISACamp Nutri, 2015/2016). A amostra foi obtida por conglomerados e em dois estágios: setor censitário e domicílios. Verificaram-se as prevalências do estado nutricional por meio do índice de massa corporal (IMC), calculados de acordo com os valores de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS). Foram testadas as associações entre o IMC e as várias sociodemográficas, de comportamentos de saúde e morbidades por meio do teste do Qui-quadrado, com nível de significância de 5%. A análise de dados foi feita no programa Stata 14.0. Os responsáveis pelos adolescentes menores de idade assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas, sob o parecer nº 637.229 e CAAE nº 26068214.9.0000.5404.

Resultados

Foram estudados 903 adolescentes, sendo considerados para as análises 735 que responderam dados de peso e altura. Quanto ao estado nutricional da população estudada, verifica-se que 35,8% apresentavam sobrepeso/obesidade sendo distribuídos em 38,5% no sexo masculino e 32,9% no feminino. A prevalência de excesso de peso diminuiu significativamente com o aumento da idade, passando de 45,6% (10 a 14 anos) para 28% (15 a 19 anos) ($p=0,00$). Em relação à atividade física identificou-se maior percentual de excesso de peso entre os que praticavam exercícios no lazer (38,2%) ($p=0,0301$). Referente às morbidades observou-se a associação com o colesterol elevado ($p=0,0406$) em 55,1% da amostra. Não foram verificadas diferenças estatísticas do excesso de peso com a renda familiar ($p=0,0807$), escolaridade do chefe da família ($p=0,111$), ocupação do adolescente ($p=0,4106$), número de bens domésticos ($p=0,7977$) e quanto à dependência administrativa da escola ($p=0,1111$).

Conclusão

O excesso de peso tem se mostrado presente nas diversas classes sociais e é disseminado entre os adolescentes, devido ao processo de transição nutricional que a população se encontra. Em concordância com dados da pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE 2015) foi observado em Campinas, a prevalência de excesso de peso frequente entre os adolescentes, inclusive com idade entre 10-14 anos.

Referências

BANDEIRA, M. P. B. V. Revisão sistemática sobre a frequência de refeições em família e sua relação com o consumo alimentar e o estado nutricional em adolescentes. 2015. Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
FULKERSON JA, FARBAKSH K, LYTLE L, HEARST MO, DENGEL DR, PASCH KE, et al. Away-from-home family

dinner sources and associations with weight status, body composition, and related biomarkers of chronic disease among adolescents and their parents. *J Am Diet Assoc* Dec, 111(12):1892–7, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Health for the World's Adolescents A second chance in the second decade. 1–16, 2014.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR - PeNSE 2015

SIGULEM, M.D. et al. Diagnóstico do estado nutricional da criança e do adolescente. *Jornal de Pediatria (RJ)*, v 76(Supl.3):s275-s84, 2000.

Palavras-chave: Adolescentes; Índice de Massa Corporal; Inquérito de Saúde

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

ÉRIKA SOARES DE OLIVEIRA PATRIOTA; LÍVIA BACHARINI LIMA; KAIO AUGUSTO ANDRADE DOS SANTOS; VEYDA DE DEUS SILVA; ALAIN VALÉRIO MATOS SOUZA; FERNANDO LAMARCA PARDO

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro, ² CRE-GUARÁ - Coordenação Regional de Ensino do Guará
erika.patriota95@gmail.com

Introdução

A população infantil vem passando por uma transição nutricional caracterizada pela redução da prevalência do déficit do estado nutricional (EN) e aumento na ocorrência do excesso de peso. Tal transição decorre, em parte, da transformação em seus hábitos alimentares e estilo de vida. A antropometria é um método de baixo custo e não invasivo, amplamente utilizada para avaliar e gerar indicadores sensíveis do estado nutricional das crianças.

Objetivos

Avaliar o EN de alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Metodologia

Estudo observacional, descritivo do tipo transversal, realizado com escolares da rede pública de ensino da regional do Guará no Distrito Federal. A coleta de dados ocorreu no período de agosto a setembro de 2017. Foram incluídas crianças de 5 a 14 anos e matriculadas em escolas de educação infantil e ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano). Para a avaliação do EN foram aferidos o peso e a estatura, conforme protocolo do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional (SISVAN). Para a classificação do EN foram adotados o Índice de Massa Corporal (IMC) e estatura para idade e sexo segundo os critérios propostos pela Organização Mundial de Saúde (2007). Os dados obtidos foram analisados segundo escore-z através do software WHO AnthroPlus. Os valores das variáveis contínuas foram apresentados como média \pm desvio padrão. As variáveis categóricas foram mostradas como números absolutos e percentuais. As análises foram realizadas através do pacote estatístico SPSS 24,0. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNIEURO sob o parecer consubstanciado de número 1.830.174 e os pais ou responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Foram avaliadas 249 crianças e adolescentes na faixa etária de 5,0 a 13,3 anos ($8,4 \pm 2,0$ anos; 54,6% do sexo masculino). Destes, 73,5% (n=183) eram crianças, representada por 54,6% de meninos, idade de $7,6 \pm 1,6$ anos e IMC de $16,62 \pm 3,23 \text{ kg/m}^2$. Segundo o indicador IMC/I, 0,5% das crianças foram classificadas com magreza. A eutrofia foi observada em 76,0% da amostra. A prevalência de sobrepeso, obesidade e obesidade grave foi de 13,7%, 6,0% e 3,8%, respectivamente, correspondendo a 23,5% (n=43) de excesso de peso. A partir do índice estatura para idade (E/I), foi evidenciado baixa estatura para a idade em 2,2%, enquanto 97,8% encontrou-se com estatura adequada para idade. A amostra de adolescentes foi composta por 26,5% (n=66), sendo 54,5% de meninos, idade de $10,8 \pm 0,6$ anos e IMC de $17,9 \pm 3,51 \text{ kg/m}^2$. Conforme o índice IMC/I, foi observado prevalência de 3,0% magreza acentuada, 68,2% de eutrofia e, 19,7% de sobrepeso, 7,6% de obesidade e 1,5% de obesidade grave, evidenciando 28,8% (n=19) de excesso de peso. O índice E/I revelou 1,5% muito baixa estatura para idade, 3,0% baixa estatura para idade e 95,5% estatura adequada para idade.

Conclusão

Neste estudo, a prevalência de excesso de peso em crianças mostrou-se menor em relação aos achados da última pesquisa de orçamentos familiares de 2008/2009 (23,5% vs 47,8%). No entanto, para os adolescentes, o resultado foi semelhante quando comparado com o mesmo estudo (28,8% vs 25,4%). Sabe-se que nas faixas etárias analisadas, a prevalência de excesso de peso obteve um aumento nas últimas décadas no Brasil, sendo importante a realização de atividades de vigilância alimentar e nutricional à criança e ao adolescente no ambiente escolar, por ser um espaço privilegiado para a construção e a consolidação de práticas alimentares saudáveis.

Referências

BERNARDO, C. O.; PUDLA, K. J.; LONGO, G. Z.; VASCONCELOS, F. A. G. Fatores associados ao estado nutricional de escolares de 7 a 10 anos: aspectos sociodemográficos, de consumo alimentar e estado nutricional dos pais. **Rev Bras Epidemiol**, v. 15, n. 3, p. 651-61, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica.– Brasília : Ministério da Saúde, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Antropometria e análise do estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil.** Rio de Janeiro; 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Growth reference data for 5-19 years.** WHO reference 2007.

Palavras-chave: Antropometria; Crianças; Escolares; Estado nutricional

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PALMITINHO/RS

GABRIELA LUISA PAIER; ANDRIELI DA SILVA; CAMILA FERRARI; CECÍLIA OGLIARI NEUENFELDT; RENATA LIMA; RÚBIA GARCIA DEON

¹ URI-FW - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
gabinhapaier41@hotmail.com

Introdução

A idade escolar corresponde ao período de vida que exige uma maior atenção a alimentação equilibrada, rica em nutrientes que promovam um melhor desenvolvimento dessas crianças na vida adulta. A avaliação do estado nutricional infantil é um indicador de grande relevância, pois monitora o desenvolvimento da criança, levando assim permitir o diagnóstico precoce de possíveis patologias e riscos nutricionais.

Objetivos

Neste contexto, o presente estudo objetivou avaliar e classificar o estado nutricional de alunos da Escola Instituto Estadual 22 de Maio do município de Palmitinho/RS.

Metodologia

Para a coleta de dados foram utilizados como parâmetros de classificação o Índice de Massa Corporal seguido da classificação por idade e sexo da criança. Foram avaliados os alunos matriculados na escola, com os quais os pais autorizaram a avaliação por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, ambos os sexos, com idade entre 6 e 12 anos.

Resultados

Nos resultados do presente estudo foi observado que as crianças entre 6 e 12 anos tiveram pesos que variaram entre 17,5kg e 72,8kg e estaturas que ficaram entre 1,15cm e 1,68cm. O estado nutricional, obtido por meio do IMC, demonstrou que 3 (1,5%) estavam com desnutrição, 6 (3,1%) com baixo peso, 83 (42,8%) com eutrofia, 42 (21,6%) com pré obesidade e 60 (30,9%) com obesidade. As associações entre o IMC e idade ($p = 0,001$) e IMC e sexo ($p = 0,000$) foram estatisticamente significativas. Pode se perceber que a maioria das crianças estava com eutrofia, mas somando as que tinham pré obesidade com as obesas, os índices ultrapassam 50%. Isso pode ser considerado um elevado percentual de excesso de peso.

Conclusão

O excesso de peso e obesidade apresentados nesta pesquisa estão em números elevados, sendo em grande maioria nas crianças entre 6 e 7 anos. Ocorrem devido a fase do estirão do crescimento, quando esses atingem proximidade a adolescência ocorre o aumento da estatura, e conseqüentemente diminuição do peso corporal, sendo esse o fator relevante para justificar. Há a necessidade de projetos nas escolas, assim como o desenvolvimento de mais programas informativos quanto a alimentação saudável e a participação do profissional nutricionista na educação nutricional, nas atividades lúdicas para séries iniciais, incentivos para que a criança tenha hábitos alimentares saudáveis, diminuindo assim índices maiores de obesidade/sobrepeso. Estes, a cada ano crescem mais em todo mundo e preocupam frente as suas conseqüências. Também é de grande importância a participação dos pais e responsáveis nessa etapa de formação das crianças.

Referências

- FERNANDES, Marcela de Melo; PENHA, Daniel Silva Gontijo; Braga, Francisco de Assis. Obesidade infantil em crianças da rede pública de ensino: prevalência e conseqüências para flexibilidade, força explosiva e velocidade. Rev. educ. fis. UEM vol.23 no.4 Maringá Oct./Dec. 2012
- MEDEIROS, C.C.M, et al. Estado Nutricional e Hábitos de Vida em Escolares. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v.21, n.3, p.789-797, 2011.
- PEREIRA, F.N, et al. Percepção de peso corporal e fatores associados em estudantes do Espírito Santo, Brasil. Journal of Human Growth and Development, v.23, n. 3, p. 1-7, 2013.

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Criança; Escolares

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS QUE FREQUENTAM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA EM EMBU-GUAÇU

RAMAYANA LOPES DE ANDRADE; LARISSA DA COSTA OLIVEIRA; WANDERSON FELIPE SANTOS COSTA; NYVIAN ALEXANDRE KUTZ; NATÁLIA MIRANDA DA SILVA; MARCIA MARIA HERNANDES DE ABREU DE OLIVEIRA SALGUEIRO

¹ UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
marciasalgueironutricionista@yahoo.com.br

Introdução

Com a expansão da população idosa, cresce a necessidade de estudos que explorem o perfil nutricional desse grupo, a fim de que recomendações nutricionais sejam direcionadas para a promoção da saúde e melhoria na qualidade de vida.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional de idosos que frequentam um Centro de Convivência em Embu-Guaçu e caracterizar a população segundo as variáveis sociodemográficas e do consumo alimentar.

Metodologia

Estudo transversal descritivo com amostra por conveniência. Foram convidados 200 idosos, compareceram 98, sendo excluídos 20 por não atenderem ao critério de inclusão, totalizando 78 na amostra, avaliados individualmente, em ambiente reservado. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Adventista de São Paulo sob protocolo 59568116.2.0000.5377 e pela prefeitura de Embu-Guaçu. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias e preencheram questionário com os dados sociodemográficos. O peso e a estatura foram aferidos utilizando-se balança estadiômetro portáteis, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde. A classificação do Índice de Massa Corporal para idosos, segundo a Nutrition Screening Initiative, é: baixo peso para IMC < 22 kg/m²; eutróficos para IMC entre 22 e 27 kg/m² e excesso de peso para IMC ≥ 27 kg/m². Aplicou-se a Mini Avaliação Nutricional reduzida, que classifica os idosos sem risco nutricional (> 12 pontos) e risco de desnutrição (< 11 pontos). O consumo alimentar foi avaliado pelo Registro Alimentar de 3 dias em medidas caseiras. Foram avaliados o consumo energético, de macronutrientes e fibras alimentares por meio do programa Virtual Nutrisoft. Para a análise do consumo alimentar foram excluídos 23 idosos por exibirem apenas um Registro Alimentar, 13 por preenchimento inadequado e dois por consumo diário inferior a 500 kcal, totalizando 40 indivíduos. Todas as análises foram realizadas por meio do pacote estatístico GraphPad Prism versão 6.0, para Windows. As associações entre as diferentes variáveis foram determinadas por meio dos coeficientes de correlação de Pearson. Em todos os casos, foram consideradas estatisticamente diferentes os resultados cujo P < 0,05.

Resultados

As mulheres diferiram significativamente dos homens em relação a estatura, e consumo energético, de carboidratos e proteínas. Foram encontrados 35 indivíduos com obesidade (87,5%). Os idosos que ingeriam menos de 1,0 g/kg de peso corporal de proteínas exibiram valores significativamente menores de consumo energético, carboidratos e lipídios, mas maiores valores de Índice de Massa Corporal e porcentagem de carboidratos.

Conclusão

Os idosos avaliados apresentaram excesso de peso apesar do baixo consumo energético, aqueles com maior consumo proteico tinham menor valor de Índice de Massa Corporal, porém com maior consumo lipídico.

Referências

- ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. Disponível em: . Acesso em 28 jun. 2016.
- CABRERA MAS, GEBARA OCE, DIAMENT J, NUSSBACHER A, ROSANO G. Metabolic syndrome abdominal obesity, and cardiovascular risk in elderly women. *Int J Cardiol* 2007; 114:224-229.
- JANSSEN, I; BAUMGARTNE, R.N.; ROSS, R.; ROSENBER, I.H.; ROUBENOFF, R. Skeletal muscle cutpoints associated with elevated physical disability risk in older men and women. *Am J Epidemiol* 2004;159:413-21.
- NUTRITION SCREENING INITIATIVE. Incorporation nutrition screening and interventions into medical practice: A monograph for physicians. Washington, DC; 1994.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva,

Switzerland: WHO, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).

Palavras-chave: Estado Nutricional; Idosos; Avaliação Nutricional

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DOS COLABORADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

KAIO AUGUSTO ANDRADE DOS SANTOS; FILLIPI LOPES MARQUES; FERNANDO LAMARCA PARDO

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro

flamarca5@hotmail.com

Introdução

A antropometria é o estudo da medida do corpo humano em termos de dimensões do tecido ósseo, muscular e adiposo (gordo). A palavra "antropometria" é derivada da palavra grega "anthropo", que significa "humano" e a palavra grega "metron" que significa "medida". O campo da antropometria abrange uma variedade de medidas do corpo humano. Peso, estatura, espessuras de dobras cutâneas, circunferências (cabeça, cintura, membro, etc.), são exemplos de medidas antropométricas.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional dos colaboradores da instituição de ensino superior.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, descritivo, transversal. Foram incluídos colaboradores de ambos os sexos da instituição de ensino superior (IES). Como critério de exclusão, não participaram indivíduos com qualquer tipo de limitação física, como: amputação, cadeirantes, portadores de marca-passo e gestantes pela impossibilidade de avaliação física através dos métodos propostos. Para avaliação da antropometria utilizou-se estadiômetro, fita métrica e bioimpedância para determinar a composição. Ao final da avaliação física, foi aplicado um questionário verificando a prática de exercício físico programado, e a percepção dos próprios participantes sobre si. Os valores das variáveis contínuas foram apresentados como média \pm desvio padrão (DP). As variáveis categóricas foram mostradas como números absolutos e percentuais. Para a comparação entre os grupos foi utilizado o teste one-way ANOVA. O valor de $P < 0,05$ foi usado para significância estatística. Todas as análises foram realizadas utilizando o pacote estatístico SPSS (versão 24,0; SPSS, Chicago, IL). A pesquisa foi aprovada após submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Centro Universitário Euro-Americano, sob o parecer consubstanciado de número 2.155.772. Todos os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa, os objetivos do estudo e os procedimentos adotados. Após plena concordância, assinaram o TCLE, conforme resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

O estudo foi composto por homens e mulheres com idades entre 17 e 36 anos, realizado durante o segundo semestre de 2017. Participaram da entrevista e avaliação física funcionários do setor administrativo, manutenção, docência e brigada. A prevalência de colaboradores acima do peso desejável foi de 56% (n=28) enquanto 46% (n=23) da amostra classificou-se com obesidade abdominal. Além da antropometria, foram observadas a prática de exercício físico, bem como a auto avaliação dos colaboradores sobre seu estado de saúde em comparação a indivíduos com mesma faixa etária. A razão entre praticantes de atividade física e sedentários foi de 42% (n=21) e 58% (n=29) respectivamente, sugerindo a prática de exercício físico como um dos fatores determinantes para o bom estado nutricional, já que a diferença observada foi de dois pontos percentuais comparando indivíduos eutróficos com praticantes de atividade física e, indivíduos com excesso de peso e sedentários.

Conclusão

A partir deste estudo, podemos destacar a prevalência de pessoas com excesso de peso e a determinação da composição corporal para o risco de desenvolvimento de doenças crônicas. Houve uma relação entre o grupo de pessoas que praticavam atividade física e eutróficos, reforçando o consenso existente sobre a recomendação da prática de exercício físico associado aos bons hábitos alimentares para manutenção da saúde.

Referências

National Health and Nutrition Examination Survey (NHANES). Anthropometry procedures manual. Acesso em 08 de novembro 2017. Disponível em: http://www.cdc.gov/nchs/data/nhanes/nhanes_07_08/manual_an.pdf, 2014

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Composição corporal; Estado nutricional; Faculdade; Funcionários

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DOS MERENDEIROS DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

ALLYNE GONÇALVES ARAUJO LIMA; BÁRBARA VILAS BOAS CARVALHO; ÉRIKA SOARES DE OLIVEIRA PATRIOTA; LÍVIA BACHARINI LIMA; MARCILENE ROSADO DA SILVA; FERNANDO LAMARCA PARDO

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro, ² CRE-GUARÁ - Coordenação Regional de Ensino do Guará
allyneg96@gmail.com

Introdução

No ambiente escolar, os merendeiros possuem função específica de preparo e distribuição de alimentos. Porém, no momento da distribuição da merenda escolar, interagem diretamente com os escolares desenvolvendo uma relação de afeto e desempenhando a função de cuidador. Assim, são considerados agentes para a construção dos hábitos alimentares das crianças, ao oferecer os alimentos adequados para o crescimento saudável.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional dos merendeiros de escolas da rede pública de ensino.

Metodologia

Estudo observacional, descritivo, do tipo transversal. Realizado entre agosto e setembro de 2017, constituído por voluntários de ambos os sexos e merendeiros em escolas da rede pública do Distrito Federal. Após plena concordância, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a avaliação antropométrica foi utilizado peso mensurado com balança digital Omron, com capacidade até 150 kg. A altura foi aferida com auxílio de um estadiômetro portátil, modelo Wood Compact, da marca Cardiomed. A classificação do IMC foi realizada de acordo com a idade. A obesidade abdominal foi avaliada através da circunferência abdominal (CA). A sua aferição foi realizada com fita métrica inelástica posicionada na cicatriz umbilical. A classificação utilizada foi CA > 88cm para mulheres e > 102cm para homens. As dobras cutâneas foram aferidas com auxílio do adipômetro científico da marca Sanny. Para a obtenção da densidade corporal foi utilizado o protocolo de Guedes (1994) de 3 dobras cutâneas, sendo supra ilíaca, subescapular e coxa medial, para voluntárias do sexo feminino, e tríceps, supra ilíaca e abdômen para sexo masculino. A fórmula de Siri (1961) foi utilizada para avaliar o percentual de gordura através da densidade corporal. Para a análise de consumo alimentar foi utilizado o questionário adaptado do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Resultados

Foram incluídos 42 participantes (90,5% mulheres) com idade de 45,5±10,7 anos e IMC médio de 27,9±5,0kg/m². Quanto a classificação do estado nutricional pelo IMC, 40,5% (n=17) da amostra apresentou eutrofia, 33,3% (n=14) sobrepeso, 19,0% (n=8) obesidade grau I, 2,4% (n=1) de obesidade grau II e 4,8% (n=2) de obesidade III, caracterizando excesso de peso em mais da metade da amostra (59,5%). O valor de circunferência abdominal médio foi de 93,2±9,9cm, sendo evidenciada a frequência de 59,5% (n=25) de obesidade abdominal. O percentual de gordura corporal (%GC) médio foi de 29,7±4,9%, sendo classificados %GC elevado 50% da amostra. Na análise da frequência alimentar, 69% dos participantes relataram o consumo de frutas diariamente enquanto 54,8% afirmaram que consomem hortaliças com frequência diária. Quanto a ingestão de feijão, 61,9% relataram o consumo diário. Em relação aos alimentos com alto teor de açúcares, 35,7 % faziam ingestão pelo menos uma vez na semana, enquanto 40,5% consumiam diariamente alimentos com alto teor de gorduras. Quanto a prática de atividade física, apenas 4,8% afirmaram realizar diariamente.

Conclusão

Neste estudo, os índices de sobrepeso e obesidade apresentaram-se elevados entre os participantes. Peças fundamentais na promoção de uma alimentação adequada no âmbito escolar, é recomendado a valorização e discussão sobre o papel desses profissionais, estimulando a promoção de ações educativas eficazes em saúde e nutrição junto a eles. Assim, estará sendo criado um ambiente propício a hábitos alimentares mais saudáveis e melhora na qualidade de vida.

Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Brasília, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Marcadores de**

consumo alimentar. Departamento de Atenção Básica.– Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

PEREIRA, A.; QUINTÃO, D. Análise de aspectos ergonômicos, higiênico-sanitários e do perfil antropométrico de cantineiros de escolas públicas de Muriaé (MG). **Revista científica da faminas.** v. 9, n. 2, 2013.

REZENDE, F.; ROSADO, L.; RIBEIRO, R.; VIDIGAL, F.; VASQUES, A.; BONARD, I.; CARVALHO, C. Índice de massa corporal e circunferência abdominal: Associação com fator de riscos cardiovascular. Sociedade brasileira de cardiologia. Minas Gerais. **Arq Bras Cardiol.** v.87, n.6, p. 728-34, 2006.

TANAJURA, I.; FREITAS, M. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública.** v.36, n.4, p.919-934 out./dez. 2012.

Palavras-chave: Antropometria; Avaliação Nutricional; Colaboradores

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DOS PRÉ-ESCOLARES ASSISTIDOS EM CRECHES QUE RECEBERAM ALEITAMENTO MATERNO

ELIZIANE ANDRADE CARVALHO; FLÁVIA LIMA DOS SANTOS; HELOISA MIRELLE COSTA MONTEIRO; ADRIANA LUCIA DA COSTA SOUZA; DALINE FERNANDES DE SOUZA ARAUJO

¹ FACISA-UFRN - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ² UFS - Universidade Federal de Sergipe
daline_araujo@yahoo.com.br

Introdução

Segundo o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde, a amamentação exclusiva até o sexto mês de vida e complementada com alimentos adequados até os dois anos de idade ou mais é um importante fator que pode interferir no crescimento e desenvolvimento infantil e prevenção de doenças da vida adulta. Assim é de suma importância que a promoção da amamentação exclusiva seja prioridade nas ações em saúde, que é recomendada por médicos, nutricionistas, enfermeiros, e especialistas da área, em comparação a outros tipos de leite.

Objetivos

O estudo objetivou avaliar o estado nutricional dos pré-escolares de creches públicas que receberam leite materno enquanto lactentes.

Metodologia

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 59215516.0.0000.5546). É um estudo transversal, de caráter quantitativo com 160 pré-escolares entre dois e seis anos de idade de creches públicas da cidade de Lagarto, Sergipe. Os pais das crianças interessados em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e em seguida responderam a um questionário que contemplava dados socioeconômicos, sobre o tempo de amamentação e alimentares. O diagnóstico nutricional foi identificado com base na avaliação dos indicadores antropométricos de pré-escolares que envolveram peso, altura, idade e circunferência do braço. Os dados de estado nutricional foram relacionados com o tempo de amamentação das crianças estudadas. Os resultados foram tabulados e analisados no programa Statistical Package for the Social Sciences, versão 13.0.

Resultados

apesar do presente estudo não ter controlado variáveis que poderiam influenciar no estado nutricional dos pré-escolares, como: ingestão calórica atual, histórico de obesidade familiar e nível de atividade física, os dados salientaram associação positiva do aleitamento materno contra sobrepeso/obesidade em crianças de dois a seis anos e quanto maior o tempo de duração (em especial entre 13 a 34 meses). O estudo aponta uma relação positiva entre o aleitamento materno exclusivo até seis meses e complementado até os dois anos de idade e eutrofia na idade pré-escolar. Segundo os indicadores antropométricos: Circunferência braquial/Idade 60,6% (n=97), Peso/Idade 91,3% (n=146), Peso/Altura 63,9% (n=46) das crianças estavam eutróficas e para Altura/Idade 94,4% (n= 151) estavam com estatura adequada. Para aqueles maiores de cinco anos foi utilizado também o indicador Índice de Massa Corpórea/Idade que constatou que 80,7% (n=71) dos pré-escolares encontram-se eutróficos. O peso adequado esteve mais prevalente naqueles que tiveram amamentação exclusiva até os 6 meses e quando complementado até 36 meses. Como viés da pesquisa verificou-se que alguns questionários necessitaram ser excluídos devido ao baixo grau de instrução das mães ou responsáveis, onde mais de 50% não concluíram o ensino médio. Isso também pode ter interferido nas respostas quanto ao tempo, e oferta de alimentos precocemente.

Conclusão

Conclui-se que o aleitamento materno exclusivo por seis meses ou mais foi associado à baixa prevalência de sobrepeso/obesidade infantil, e que o tempo de exposição pode estar relacionado a maior proteção.

Referências

- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil. Brasília (DF), 2004.
- World Health Organization. Report of the expert consultation on the optimal duration of exclusive breastfeeding: conclusions and recommendations. Geneva: WHO; 2001.
- Almeida, J.; Luz, S.; Ued, F. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura.

Revista Paulista de Pediatria. v.33, n. 3, p. 355-362, 2015.

Palavras-chave: avaliação antropométrica; diagnóstico nutricional; amamentação; criança; indicadores nutricionais

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E FUNÇÃO MUSCULAR DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS

ÉRIKA SOARES DE OLIVEIRA PATRIOTA; PRISCILA SIVEK PEREZ; FERNANDO LAMARCA PARDO; DANIELA DE ARAÚJO MEDEIROS DIAS

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro
erika.patriota95@gmail.com

Introdução

Em razão da fisiologia do envelhecimento, indivíduos idosos estão suscetíveis a alterações do estado nutricional (EN) e do sistema neuromuscular. Conseqüentemente, ocorre redução progressiva de massa muscular e da função muscular (FM). Essa condição confere aos idosos maiores riscos de quedas, fraturas, incapacidade, dependência e hospitalizações recorrentes.

Objetivos

Comparar a função muscular e o estado nutricional de idosos institucionalizados e não institucionalizados e avaliar as associações entre a função muscular, a idade e os parâmetros antropométricos.

Metodologia

Estudo transversal, caso-controle, onde foram incluídos idosos de ambos os sexos com idade ≥ 60 anos. A coleta de dados ocorreu no período de setembro a outubro de 2016. O grupo institucionalizado (GI) foi composto por idosos residentes em tempo integral em uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI). O grupo controle (GC) foi composto por idosos não institucionalizados. Foram excluídos idosos restritos ao leito, com a presença de edema, câncer, HIV+, DPOC, DRC e em terapia nutricional enteral. Foram aferidos o índice de massa corporal (IMC), circunferência da panturrilha (CP) e do braço, dobra cutânea do tríceps e circunferência muscular do braço (CMB). O EN foi avaliado pela Mini Avaliação Nutricional (MAN) e a FM pela força de prensão manual (FPM), através do dinamômetro Jamar. Considerou-se baixa FPM < 20 kg para mulheres e < 30 kg para homens. Para a comparação entre os grupos foi utilizado o teste One-way ANOVA. O teste Qui-quadrado foi utilizado para comparar as variáveis categóricas. Coeficientes lineares de correlação de Pearson foram calculados para avaliar a associação entre as variáveis. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNIEURO sob o parecer consubstanciado de número 59443716.0.0000.5056 e os participantes ou responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

O GI foi composto por 18 idosos ($75,8 \pm 9,5$ anos; 61,1% de mulheres) e apresentou prevalência de 55,6% de eutrofia, 33,3% de risco nutricional e 11,1% de desnutrição, segundo a MAN. O GC foi composto por 20 idosos ($68,9 \pm 8,1$ anos; 40% mulheres) e apresentou 90% de eutrofia e 10% de risco nutricional. Os valores de FPM diferiram entre os grupos para ambos os sexos, sendo menores no grupo GI ($14,9 \pm 8,8$ kg vs $32,0 \pm 9,5$ kg nos homens ($p=0,001$); $9,5 \pm 5,8$ kg vs $22,8 \pm 4,4$ kg nas mulheres ($p < 0,001$)). A prevalência de baixa FPM foi maior no grupo GI (94,4% vs 20,0%; $p < 0,001$). Foi observada uma associação negativa entre a idade e a FPM em ambos os grupos (grupo GI: $r = -0,57$ e $p < 0,05$; grupo GC: $r = -0,47$ e $p < 0,05$) e uma associação positiva entre a FPM com a CMB e CP no grupo GC ($r = 0,54$ e $r = 0,49$ $p < 0,05$, respectivamente).

Conclusão

Alterações que ocorrem no estado nutricional durante o envelhecimento foram identificadas neste estudo. Neste estudo, idosos institucionalizados apresentaram pior condição do EN e FM. A inclusão de um método capaz de avaliar a FM na prática clínica pode contribuir a retratar as alterações relacionadas ao processo de envelhecimento e estabelecer uma rotina de protocolos de assistência nutricional de indivíduos idosos.

Referências

- MARTIN, F. G.; NEBULONI, C. C.; NAJAS, M. S. Correlação entre estado nutricional e força de prensão palmar em idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** v. 15, n.3, p. 493-504, 2012.
- PÍCOLI, T. S.; FIGUEIREDO, L. L.; PATRIZZI, L. J. Sarcopenia e envelhecimento. **Fisioter Mov.** v. 24, n. 3, p. 455-462, 2011.
- REID, K. F.; NAUMOVA, E. M.; CARABELLO, R. J.; PHILLIPS, E. M.; FIELDING, R. A. Lower extremity muscle mass

predicts functional performance in mobility-limited elders. **J Nutr Health Aging**. v.12, n.7, p. 493-498, 2008.

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Envelhecimento; Força muscular; Institucionalização

AVALIAÇÃO DO GANHO DE REPERTÓRIO DE DOIS MODELOS DE GRUPOS EDUCATIVOS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

BRUNA ZILLESB BORGES DOS SANTOS; KELLEM REGINA ROSENDO VINCHA; VIVIANE LAUDELINO VIEIRA;
ANA MARIA CERVATO-MANCUSO

¹ FSP-USP - FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

brunazbs@usp.br

Introdução

A Educação em Saúde é uma ferramenta utilizada em todos os níveis de atenção da saúde, porém, é na Atenção Básica que sua presença se destaca, visto que os profissionais desse nível a utilizam com maior frequência (FEIJÃO; GALVÃO, 2007). Uma das práticas desses profissionais é o atendimento em grupo, que são desenvolvidos, principalmente, com base no modelo tradicional de educação, no qual se consiste na transmissão de informação. Entretanto, discute-se sobre o modelo dialógico de educação como sendo aquele que propicia maiores ganhos aos indivíduos, uma vez que este enfatiza a valorização de saberes (FREIRE, 1987; GUIMARÃES et al., 2016).

Objetivos

Descrever a avaliação de ganho de repertório de dois modelos de grupos educativos de alimentação e nutrição na Atenção Básica.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, realizada com usuários de um Centro de Saúde Escola do município de São Paulo. Os usuários convidados para este estudo foram os participantes de dois modelos de grupos educativos de alimentação e nutrição (A e B) que estiveram presentes em, no mínimo, metade da quantidade dos encontros. O modelo A de grupo educativo foi desenvolvido em 2015 e teve por base o referencial de educação tradicional, enquanto que para o Modelo B, realizado em 2016, foi a educação dialógica. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 7 participantes do Modelo A e 8 do B, sendo que todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da USP de acordo com o Of. COEP/168/11 e com o parecer 1.035.608.

Resultados

Verificou-se neste estudo que os entrevistados de ambos os modelos relataram terem aprendido com os outros participantes. Entretanto, para aqueles do Modelo A, evidenciou-se um ganho quanto à aquisição de informações por meio de questionamentos antes não pensados e que foram apresentados pelos demais participantes. Além disso, eles relataram que se apoderaram de orientações direcionadas para o outro, por este ter se assemelhado em suas necessidades de saúde. Trocas de experiências entre pessoas com necessidades de saúde diferentes também foram compreendidas por eles como uma forma de aprendizado. Outro ganho mencionado pelos entrevistados foi referente as informações transmitidas sobre alimentação saudável. Já nas entrevistas dos participantes do Modelo B, observou-se relatos sobre o compartilhamento e comparação de problemas de saúde, fato este que possibilitou visualizar possíveis modos de resolução dos mesmos, transcendendo às questões da alimentação e contemplando o conhecer cada um e seu modo de viver. A fala do outro também proporcionou produção de conhecimento, uma vez que o reconheceram como portadores de saberes.

Conclusão

Em ambos os modelos a vivência em um espaço compartilhado proporcionou aprendizados. Contudo, observou-se a existência de ganhos diferentes, pois, no modelo de grupo que teve por base a educação tradicional, foram apontados ganhos referentes as informações de alimentação relacionadas com as necessidades/problemas de saúde, enquanto que, no modelo de grupo fundamentado na educação dialógica, os ganhos se voltaram ao reconhecimento do outro como um indivíduo também dotado de conhecimento, fato este que intensificou o alcance das trocas.

Referências

- FEIJÃO, A. R.; GALVÃO, M. T. G. Ações de educação em saúde na Atenção Primária: revelando métodos, técnicas e bases teóricas. Revista RENE, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 41-49, maio/ago. 2007.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUIMARÃES, E. M. et al. Modelos educacionais aplicados às atividades de educação em saúde na atenção primária.

Revista Brasileira de Educação e Saúde, Pombal, v. 6, n. 2, p. 13–20, 2016.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Modelos educativos; Prática de grupo

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CONHECIMENTO DO CONSUMIDOR SOBRE A INGESTÃO DE ALIMENTOS DIETÉTICOS

SUZY ALICE DE SOUZA; IZADORA PAMELLA RODRIGUES FONSECA; LUANA LEMOS LEÃO; LETÍCIA JOSYANE FERREIRA SOARES; JOUSIANE ALVES MARTINS; PAULA KAROLINE SOARES FARIAS

¹ SOEBRAS - Associação Educativa do Brasil/SOEBRAS, ² UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros, ³ ICA/UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Ge
sasnutri@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, a população brasileira tem passado por um período de transição demográfica, epidemiológica e nutricional, ocasionando mudanças nas condições de vida e de saúde. Observam-se profundas transformações na qualidade e quantidade dos alimentos ingeridos (FERRARI et al., 2017). Nessa perspectiva, os indivíduos tornam-se mais expostos aos fatores de risco relacionados às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), podendo elencar a obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e o câncer, sendo essas complicações caracterizadas como problemas de saúde pública (SILVA et al., 2014). Alimentos dietéticos são aqueles preparados especialmente com composição que atenda às necessidades dietoterápicas especiais de indivíduos com exigências físicas, metabólicas, fisiológicas e/ou patológicas particulares (NUNES, GALLON, 2013).

Objetivos

Este trabalho analisou o perfil do consumidor de alimentos dietéticos e o nível de conhecimento acerca desses produtos.

Metodologia

A pesquisa em questão refere-se a um estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil com o parecer número 2.183.985/17. Foi realizado em supermercados e estabelecimentos que comercializam produtos dietéticos, localizados no município de Montes Claros-MG. O grau de conhecimento do consumidor sobre a ingestão de alimentos dietéticos foi avaliado através de um questionário estruturado baseado em Nunes e Gallon (2013) com modificações, composto por 14 questões objetivas e fechadas, abordando dados socioeconômicos, renda familiar, estado civil, profissão/ocupação, dados sobre dieta e com qual objetivo.

Resultados

Participaram da pesquisa o total de 221 consumidores de dois estabelecimentos comerciais, sendo eles 52 do sexo masculino e 169 do sexo feminino. O perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa demonstrou que aproximadamente cerca de 57% eram solteiros e 35,35% casados. Através do questionário dietético, verificou-se que 57,5% dos consumidores afirmaram saber a definição deste tipo produto, sendo que as pessoas do sexo feminino detinham maior conhecimento sobre o assunto (62,7%) em relação aos do sexo masculino. Dentre os respondentes do questionário 85,1% consumiam algum tipo destes alimentos, os mais consumidos foram os integrais, *light* e *diet* respectivamente, 52%, 26,7% e 19,5%. Como principais justificativas para aquisição deste tipo de produto, destacaram-se as respostas “Por ser mais saudável” (39,8%) e “Para emagrecer” (24,4%). Quanto à frequência de consumo 41,2% dos consumidores afirmaram fazê-lo diariamente. Os principais produtos dietéticos consumidos foram massas, cereais e farinhas com 43,9%, biscoitos e bolachas com 33% sendo a menor prevalência de doces e bebidas (7,2%). Quanto à leitura dos rótulos no momento da aquisição dos produtos, 53,8% dos participantes da pesquisa declararam fazê-lo. O sexo feminino (60,4%) apresentou maior percentual em relação ao masculino (32,7). Dentre as informações julgadas mais relevantes destacaram-se, a presença de carboidrato (41,6%) e valor calórico (37,1%).

Conclusão

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que o consumo de alimentos dietéticos tais como os integrais, *light* e/ou *diet* é bastante disseminado na população estudada, tanto para mulheres quanto homens e para pessoas das mais diversas faixas de renda.

Referências

FERRARI, T. K. et al. Estilo de vida saudável em São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, n. 1, p. 1-12, 2017.

NUNES, S. T.; GALLON, C. Conhecimento e consumo dos produtos diet e light e a compreensão dos rótulos alimentares por consumidores de um supermercado do município de Caxias do Sul, RS, Brasil. Revista Nutrire - Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição, v. 38, n. 2, p. 156-171, 2013.

SILVA. M. S. et al. Risco de doenças crônicas não transmissíveis na população atendida em Programa de Educação Nutricional em Goiânia (GO), Brasil. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 5, p. 1409-1418, 2014.

Palavras-chave: Alimentos dieta e nutrição; Consumo de alimentos; Hábitos alimentares

AVALIAÇÃO DO PERFIL NUTRICIONAL E DIETÉTICO DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO NUTRISUS

PAULA KAROLINE SOARES FARIAS; LARA DIANA ALKIMIM DA CRUZ; GABRIELA KAROLINE SANTOS BRAZ; JOUSIANE ALVES MARTINS; LUANA LEMOS LEÃO; SUZY ALICE DE SOUZA

¹ UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros, ² ICA/UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Ge, ³ SOEBRAS - Associação Educativa do Brasil/SOEBRAS
paulak.soares@hotmail.com

Introdução

O período da creche e pré-escola é compreendido pela idade de 2 a 5 anos, e observa-se a importância deste período para a definição na formação dos hábitos alimentares, para a obtenção de uma alimentação variada e equilibrada. O programa NutriSus implantado pelo Ministério da Saúde, visa fortalecer a alimentação infantil com micronutrientes que consiste na adição direta de nutrientes em pó nas refeições. Essa suplementação foi implantada em creches e escolas participantes do Programa Saúde na Escola (PSE), com o objetivo de auxiliar no pleno desenvolvimento infantil, na prevenção e no controle das deficiências de vitaminas nas crianças.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional e o perfil alimentar de crianças atendidas pelo NutriSus na rede municipal de ensino da cidade de Montes Claros – MG.

Metodologia

Foi solicitado a Secretaria Municipal de Educação a autorização para a realização da pesquisa no ambiente escolar, posterior a esta autorização iniciou-se o estudo. Após a autorização da Secretaria foi entregue o termo de assentimento/consentimento livre esclarecido aos e dos pais e/ou responsáveis. Participaram do estudo 199 crianças de ambos os sexos com idade entre 4 e 5 anos. Realizou-se a avaliação do estado nutricional e a utilização do Recordatório 24 horas, a quantificação da suplementação do NutriSus foi adicionada no próprio recordatório das crianças que recebiam o NutriSus, e avaliou-se a adesão ao programa com perguntas simples, abordando se “a criança recebe o suplemento do NutriSus regularmente?” e se “a criança apresentou algum(ns) sintoma(s) durante a suplementação?”. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS com o parecer nº 2.216.183.

Resultados

Na fase infantil são utilizados alguns marcadores para a visualização do perfil nutricional, e observa-se a prevalência da eutrofia nos participantes, seguida do diagnóstico de magreza. Observa-se que 74,4% (n=148) das crianças não estavam recebendo o suplemento regularmente, e a maioria dos participantes apresentaram sintomas durante a suplementação (86,9%). As crianças avaliadas consomem alimentos mais energéticos (134,6%), ricos em proteínas (132,2%), lipídeos (129,6%) e sódio (132,5%), e baixo nas vitaminas A, D, C, B2, B6, B9 (Ácido fólico), e nos minerais cobre, selênio e iodo. O consumo das fibras alimentares também apresentaram-se inferior ao preconizado com 64,4%.

Conclusão

Verifica-se a necessidade da ampliação dos programas nutricionais, e uma maior divulgação por partes dos órgãos públicos, uma vez que a suplementação apresentou uma adesão muito baixa, e as crianças não suprem pela alimentação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS - Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó: manual operacional. Brasília, 2015; 52p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=curvas_de_crescimento. Acesso em: 13 set 2017.

PADOVANI RM. et al. Dietary reference intakes: aplicabilidade das tabelas em estudos nutricionais. Revista de Nutrição, v. 19, n. 6, p. 741-760, 2006.

SILVEIRA ML. et al. Conhecimento, atitudo e pratica sobre alimentos regionais entre famílias de pré-escolares. Revista Rene, v. 15, n. 1, p. 37-44, 2014.

Palavras-chave: Estado nutricional; Consumo alimentar; Nutrientes

AValiação DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO I DA CIDADE DE ARAGUARI, MG

AMANDA AGUIAR SANTOS; HELEN DIAS FERNANDES EL MOUNQAR; RITA ALESSANDRA CARDOSO; LUANA THOMAZETTO ROSSATO

¹ IMEPAC - Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, ² UNITRI - Centro Universitário do Triângulo
luanathrossato@hotmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implantado no ano de 1955, tendo como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos e à formação de hábitos alimentares saudáveis dos mesmos, durante sua permanência em sala de aula (BRASIL, 2006). Desde 2014, o PNAE determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica, como é o caso do diabetes mellitus do tipo I (DM1) (M294, 2017). Entretanto, pouco se conhece sobre a implementação do PNAE para portadores de DM1 em âmbito municipal de Araguari, Minas Gerais.

Objetivos

Avaliar a implementação da alimentação diferenciada prevista no PNAE como parte do Programa de Alimentação Municipal de Araguari, Minas Gerais, para o aluno portador de DM1.

Metodologia

Foi realizado um estudo observacional e descritivo, entre agosto e setembro de 2017, utilizando questionários aplicados aos pais e/ou responsáveis e a profissionais envolvidos na alimentação do aluno diabético, de escolas da rede municipal de Araguari, Minas Gerais. A participação no estudo foi mediada pela assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Atualmente, há 10 alunos portadores de DM1 na rede municipal de Araguari, Minas Gerais, distribuídos em 3 escolas. Os responsáveis por oito alunos aceitaram participar do estudo. A média de idade das crianças foi de $10,7 \pm 2,9$ anos, 5 tinham casos de DM1 na família e a média de idade do diagnóstico foi de $6,0 \pm 4,6$ anos. Todas as crianças realizam lanches mistos na escola (alimentação enviada de casa mais alimentação escolar). Todos os pais e/ou responsáveis deram pontuações superiores a 70% para os seguintes tópicos: aceitação do lanche, informação sobre o cardápio, comprometimento com o horário e acompanhamento do consumo. Três profissionais, um de cada instituição, envolvidos na alimentação escolar foram entrevistados, e um deles relatou ter passado por treinamento para atender a estes alunos, enquanto que os demais negaram ter recebido qualquer treinamento. Todos os profissionais relataram que as respectivas escolas passaram por adaptações para o fornecimento da alimentação diferenciada. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, sob o protocolo número 2.332.143.

Conclusão

A alimentação escolar diferenciada à criança portadora de DM1, preconizada pelo PNAE, é um direito que está sendo atendido na rede municipal de ensino da cidade de Araguari, Minas Gerais.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE. Resolução FNDE. Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2006/res032_10082006.pdf. Acesso em 01/06/2017.

M294. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE/ Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2017.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/10744-manual-de-apoio-para-as-atividades-t%C3%A9cnicas-do-nutricionista-no-%C3%A2mbito-do-pnae>. Acesso em 10/07/2017.

Palavras-chave: diabetes mellitus tipo 1; alimentação escolar; Programa Nacional de Alimentação Escolar

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, PARTICIPAÇÃO DO SETOR SAÚDE E AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL EM RECIFE, BRASIL.

MYRTIS KATILLE DE ASSUNÇÃO BEZERRA; BRUNA MATOS DE ASSIS; MONICA KARINE VIEIRA DE ALMEIDA SOUZA; PEDRITA BORGES DIAS

¹ FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco, ² UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
bruninha_matos100@hotmail.com

Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE) tem a finalidade de realizar ações baseadas na prevenção, promoção e atenção à saúde para a formação dos estudantes da rede pública (BRASIL, 2017). Inclui-se nessas ações, avaliação nutricional e promoção da alimentação saudável. A escola, nesse sentido, é considerada um ambiente com potencial para promover saúde, porém necessita do apoio do setor saúde e da família para que essas ações sejam efetivas.

Objetivos

Avaliar a participação do setor saúde e a adesão das escolas públicas ao Programa Saúde na Escola em Recife (PE).

Metodologia

Estudo transversal de base populacional, com aplicação de questionário aos gestores de escolas públicas. Foram sorteadas 29 escolas públicas de Recife (PE) de ensino fundamental e médio. Através de questionário aplicado ao gestor da escola (diretor ou coordenador), foram avaliados: a) A adesão da escola ao PSE; b) O conhecimento do gestor quanto ao PSE; c) Se as equipes de saúde da família do SUS realizam visitas periódicas e permanentes; d) Se a escola contava com algum tipo de parceria/participação de algum profissional ou instituições de saúde e) Se a escola possuía alguma parceria com outras instituições que promovam alimentação saudável e/ou saúde. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/ FIOCRUZ 31446314.6.1001.5190. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Resultados

No presente estudo foi observado que apenas 7% (n=2) das escolas públicas analisadas participavam do PSE. Cerca de 60% (n=17) dos gestores escolares informaram não conhecer o PSE. Sobre as visitas das equipes de saúde da família do SUS, apenas em 1 (3,5%) escola dos gestores informaram que as equipes de saúde faziam visitas periódicas e permanentes. Apesar da baixa inserção das equipes da saúde da família no ambiente escolar, cerca de 55% (n=16) referiram formar parceiras com outros profissionais ou instituições de saúde (Organizações Não Governamentais - ONGs, Universidades privadas e públicas e hospitais). Dessas parcerias, apenas 13,8% (n=4) realizavam ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

Conclusão

A partir deste estudo foi possível perceber que a maioria das escolas não participava do PSE e que poucos gestores conheciam o Programa. Foi observado que a maioria das escolas públicas, de ensino fundamental e médio, não tinha parceria com a Rede Básica de Saúde. Das escolas que apresentaram parceira com outros profissionais de saúde, poucas desenvolviam ações promotoras da alimentação saudável.

Referências

- BEZERRA, M.A. et al. Saúde e nutrição em escolas públicas e privadas de Recife. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife, v. 17, n. 1, p. 191-200, mar. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 dez. 2007.

Palavras-chave: Adolescentes; Alimentação saudável; Atenção Primária à Saúde; Escola; Nutrição

AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL AOS FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL GERAL EM CAXIAS DO SUL

JORDANA RIBEIRO; ANA CAROLINA PIO DA SILVA; HELOÍSA THEODORO

¹ UCS - Universidade de Caxias do Sul

jordannaribeiro@hotmail.com

Introdução

Ao longo dos anos, estudos evidenciam a ocorrência da transição nutricional no Brasil, com o aumento do excesso de peso e a diminuição notória da desnutrição, independente de sexo, idade ou classe social (DE SOUZA, 2017). Por meio de ações de promoção da saúde, é possível proporcionar aos indivíduos atendidos o conhecimento de fatores determinantes para sua saúde, como escolhas adequadas em relação à alimentação e prática de atividade física. Tais ações visam capacitar à população e melhorar a sua qualidade de vida, mediante o aprendizado (RIBEIRO; COTTA; RIBEIRO, 2012); (DA SILVEIRA; RAMIRES; DA SILVA, 2011).

Objetivos

O presente estudo pretende avaliar a efetividade dos atendimentos nutricionais aos funcionários do Hospital Geral em Caxias do Sul no período de 2009 a 2017.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal, com coleta de dados de prontuários dos funcionários do Hospital Geral em Caxias do Sul-RS atendidos no período de 2009 a 2017 pelas estagiárias do Curso de Nutrição da Universidade de Caxias do Sul por meio do Estágio Curricular Ambulatorial. A coleta foi realizada em Outubro de 2017. Foram inclusos funcionários de ambos os sexos, com idade a partir de 18 anos e que tinham o seu prontuário com mais de 50% do seu preenchimento completo e excluídos aqueles que realizaram apenas uma consulta com o serviço. Os dados foram coletados em uma planilha no software excel e após analisados no software SPSS versão 21. Os dados foram apresentados em números absolutos e relativos. Foram utilizados os testes de Correlação de Spearman para analisar as mudanças após o atendimento nutricional. Foram considerados estatisticamente significativos os resultados com valor $p < 0,05$. O estudo foi submetido e aprovado primeiramente ao Conselho Científico e Editorial do Hospital Geral de Caxias do Sul e posteriormente ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul sob o parecer nº 2.261.178.

Resultados

Foram avaliados 92 prontuários de pacientes atendidos pelo Serviço de Nutrição, 26 foram excluídos por não retornarem a consulta com o nutricionista. Dos prontuários analisados, verificou-se que 93,5% eram mulheres, com idade média de 33(DP 9) anos, o principal motivo relatado para procura ao atendimento foi perda de peso (66,3%). A maioria negou ter Doenças Crônicas Não Transmissíveis (82,6%) e 10,9% relatou ter Hipertensão Arterial Sistêmica. Quanto ao estilo de vida, 12,1% relataram ser fumantes, 33,7% consumiam bebidas alcoólicas e 40,2% praticava atividade física. A média de número de retornos ao atendimento nutricional foi de 2,2 (DP1,9). Verificou-se correlação positiva entre número de retornos e aumento do consumo de água, o aumento no consumo ficou em torno de 300 ml ($r = 0,26$; $p = 0,02$). Identificou-se também aumento no número de refeições conforme maior adesão aos retornos com o Serviço de Nutrição ($r = 0,29$; $p = 0,006$).

Conclusão

Identificou-se que o serviço de Nutrição possui efetividade nas intervenções realizadas com os funcionários de um Hospital Público de Caxias do Sul-RS. Observou-se melhora na qualidade dos hábitos alimentares após a intervenção nutricional, sendo esta plano alimentar ou orientações individualizadas, principalmente relativas ao aumento no consumo hídrico e no número de refeições, verificando maior adesão aos lanches entre as refeições principais.

Referências

1. DA SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa; RAMIRES, Julio Cesar Lima; DA SILVA, Thaisa Pereira. Estratégia de Saúde da Família: Cultura e saúde na construção de um novo modelo de atenção básica no bairro Morrinhos em Montes Claros–Minas Gerais/Brasil. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.
2. DE SOUZA, Elton Bicalho. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. Cadernos UniFOA, v. 5, n.

13, p. 49-53, 2017.

3. RIBEIRO, Amanda Gomes; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; RIBEIRO, Sônia Machado Rocha. A promoção da saúde e a prevenção integrada dos fatores de risco para doenças cardiovasculares [The promotion of health and integrated prevention of risk factors for cardiovascular diseases]. *Ciênc saúde coletiva*, v. 17, n. 1, p. 7-17, 2012.

Palavras-chave: Estado Nutricional; Efetividade; Ambulatório; Educação Nutricional

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES ATRAVÉS DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL E DA DOBRA CUTÂNEA TRICIPITAL

CAROLINE CECCONELLO; VALERIA HARTMANN; ANA LUISA SANT'ANNA ALVES; NAIR LUFT

¹ UPF - Universidade de Passo Fundo

vhartmann@upf.br

Introdução

Nos dias atuais tem se verificado que grande parcela da população adolescente se encontra com algum grau de sobrepeso e obesidade. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o sobrepeso representa 20,5% da população adolescente no Brasil e no Sul são 26,9%, e a obesidade atinge um percentual 4,9% no Brasil e no Sul 7,6% desta população. Esses valores demonstram o aumento para um quinto dos adolescentes, extrapolando em seis vezes a frequência do déficit de peso. O estado nutricional do adolescente é de particular interesse, pois a presença do excesso de peso e obesidade nessa faixa etária tem sido associada ao aparecimento precoce de hipertensão arterial, dislipidemias, hiperlipidemias, aumento da ocorrência de diabetes tipo II, problemas psicossociais, estenose hepática, entre outros.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional dos adolescentes matriculados no Instituto Federal, Campus de Sertão - RS, com utilização de dois métodos de avaliação: IMC e Dobra Cutânea Tricipital.

Metodologia

Nessa pesquisa, foi realizado um estudo transversal com os adolescentes matriculados no ensino médio integrado com técnico em agropecuária e informática do Instituto Federal. Foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, idade, peso, estatura, IMC, verificação da Dobra Cutânea Tricipital (DCT) e aplicação do questionário de classificação sócio econômica, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Passo Fundo (UPF), parecer nº2.032.626. A avaliação do IMC/Idade foi realizada e os resultados classificados de acordo com os pontos de corte adotados pela Organização Mundial da Saúde e para a classificação da DCT foram utilizados os critérios de Frisancho (1990).

Resultados

A população de estudo foi composta por 62 adolescentes, com idade mínima de 14 e máxima de 19 anos, ficando a média de 16,5±1,1 anos. Destes, 32,3% eram do sexo feminino e 67,7% do masculino. Pertinente aos aspectos socioeconômicos, verificou-se na população estudada, que 22,6% pertencem à Classe A, 53,2% a Classe B e 24,2% à Classe C. Na avaliação do Estado Nutricional através do IMC/Idade, verificou-se que 66,1% classificaram-se como eutróficos, 29,0% em sobrepeso e 4,8% em obesidade. Os dados de excesso de peso mostram-se semelhantes aos encontrados pelo IBGE para a Região Sul. Na avaliação da DCT, os resultados indicaram que 13% dos adolescentes foram avaliados com desnutrição, 58% com eutrofia e 29% com obesidade. É importante destacar os índices de desnutrição encontrados pela avaliação da DCT, dados não encontrados na avaliação do IMC. De acordo com estudos, o IMC pode ser considerado um fraco estimador da gordura corporal em adolescentes, o que se justifica pelo fato de que as mudanças na composição corporal decorrentes da maturação sexual não serem captadas pelo IMC.

Conclusão

Através da avaliação realizada, foi possível verificar índices elevados de excesso de peso nos dois métodos utilizados, e presença de desnutrição nos adolescentes avaliados pela DCT, desta forma a utilização de métodos diferentes de avaliação do estado nutricional devem ser utilizados. Sugere-se a realização de intervenção nutricional através de atividades educativas para controle e prevenção de doenças relacionadas com a alimentação.

Referências

DORIGON, E.R.S. et.al. Excesso de peso e obesidade em adolescentes de 11 a 17 anos de idade no município de Cascavel. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires- Ano 18, 2013.

ENES, C. C., SLATER B.. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. Revista Brasileira de Epidemiologia, v.13, n.1, p.163-171, 2010.

FRISANCHO AR. New norms of upper limb fat and muscle areas for assessment of nutritional status. Am J Clin Nutr 1990, 34: 2540-5

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ IBGE, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2007). Obesidade e excesso de peso. Disponível em: < <http://www.opas.org.br> >. Acesso em: 05 outubro. 2017

Palavras-chave: Estado Nutricional; Sobrepeso; Alimentação

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE ADULTOS E IDOSOS EM UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS; CAMILA SILVA ALVES; DAISE PEREIRA DE ARAÚJO; ARIADINA JANSEN CAMPOS; LILIAN FERNANDA PEREIRA CAVALCANTE; LUANA LOPES PADILHA

¹ ESTACIO - FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS, ² UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

wyllyane_rayana@hotmail.com

Introdução

A avaliação do estado nutricional é de grande valia, pois indica se as necessidades fisiológicas estão sendo alcançadas pelos nutrientes, para manter a função e composição satisfatória do organismo, tendo um equilíbrio entre a ingestão e necessidade nutricional (ACUÑA; CRUZ, 2004). As modificações do estado nutricional colaboram para o crescimento da morbimortalidade. Com uma adequação desse estado nutricional aumentam-se a expectativa e qualidade de vida (CAMPOS et al., 2006).

Objetivos

Avaliar o estado nutricional de adultos e idosos residentes em uma comunidade periférica no município de São Luís, Maranhão.

Metodologia

Estudo transversal, piloto que faz parte de um projeto matriz, intitulado “Associação entre o perfil socioeconômico, demográfico e de saúde com a (in) segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de São Luís - MA”, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, sob Parecer de nº 2.290.025. Aplicou-se questionários socioeconômicos, demográficos e foi realizada a avaliação antropométrica em adultos e idosos de uma comunidade periférica de São Luís, Maranhão, em 2017. O peso, altura, circunferência da cintura e quadril foram aferidos. Para o peso, o indivíduo ficou em pé, no centro da balança (marca Omron®, capacidade de 150kg), sem utilizar adornos; na aferição da altura, também se posicionaram em pé, no centro do estadiômetro (marca Altuxata®), com as mãos estendidas ao longo do corpo, olhando para frente em um ponto fixo; as circunferências da cintura e quadril foram realizadas por meio de fita inelástica (marca Sanny®), sendo a primeira aferida no ponto médio entre a última vértebra e a crista ilíaca; e o quadril aferido na parte mais proeminente do glúteo. Utilizou-se como parâmetro de diagnóstico do estado nutricional o Índice de massa Corporal e os pontos de corte de referência para circunferência da cintura, relação cintura estatura e para relação cintura quadril da Organização Mundial da Saúde. Para análise descritiva e verificação de associação entre estado nutricional e renda familiar, utilizou-se o programa STATA® versão 14.0 e o teste qui quadrado ($p < 0,05$).

Resultados

O estudo foi realizado com 61 participantes, 86,89% adultos e 13,11% idosos; maioria, 85,25%, eram do sexo feminino e 68,85% tinham renda familiar maior ou igual a dois salários mínimos; apenas 26,23% tinham o ensino médio completo. A ocupação de dona de casa e doméstica apresentaram maiores percentuais, 27,87% e 21,31%, respectivamente. Quanto ao estado nutricional observou-se que 32,08% dos adultos e 50% dos idosos eram obesos, segundo Índice de Massa Corporal; em relação à circunferência da cintura, 45,90% encontraram-se em risco muito elevado para desfechos cardiovasculares; e a relação cintura quadril, 62,30% apresentaram risco elevado; 68,85% da amostra total apresentou risco elevado quanto a relação cintura estatura. Foram realizadas associações entre renda familiar, ocupação e nível de escolaridade e o estado nutricional, mas não foram observadas diferenças estatisticamente significantes ($p > 0,05$).

Conclusão

A população em questão possui riscos nutricionais elevados, que não se mostraram associados a renda familiar, ocupação e nível de escolaridade, muito provavelmente pela amostra ser homogênea. Contudo, salienta-se a importância de políticas de educação nutricional que aumentem as chances de melhoria do estado nutricional de grupos mais vulneráveis como os que vivem em áreas da periferia das cidades.

Referências

ACUÑA, K.; CRUZ, T.. Avaliação do Estado Nutricional de Adultos e Idosos e Situação Nutricional da População Brasileira. Arquivo Brasileiro Endocrinologia e Metabolismo, v. 48, n. 3, p.345-361, jun. 2004.
CAMPOS, M. A. G. et al. Estado nutricional nutricional e fatores associados associados em idosos. Rev Assoc Med

Bras, v. 4, n. 52, p.214-221, 2006.

Palavras-chave: Antropometria; Índice de Massa Corporal; Sobrepeso

AVALIAÇÃO PÓS REGULATÓRIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.

CINTHYA VIVIANNE DE SOUZA ROCHA CORREIA; MARINA CAVALCANTE BARROS LOPES; MELINA PEREIRA BOTELHO; VIVIANE BELINE RODRIGUES

¹ UNB - Universidade de Brasília

cinthyanutri@yahoo.com.br

Introdução

Dentre os chamados ambientes saudáveis, destaca-se a escola como um importante espaço de promoção da saúde, pelo seu papel na formação cidadã, estimulando a autonomia, o exercício dos direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, bem como na obtenção de comportamentos e atitudes considerados como saudáveis. A adoção de hábitos alimentares saudáveis, especialmente na infância e adolescência é essencial para saúde na vida adulta, e na prevenção de doenças crônicas como a obesidade crescente em toda a população do Brasil e do mundo. Dessa maneira a Lei nº 5.146/2013 foi criada com o intuito de estimular o envolvimento da comunidade na implantação de um ambiente escolar que valorize hábitos alimentares saudáveis.

Objetivos

Avaliar a implementação da Lei nº 5.146/2013 após um ano de sua regulamentação em escolas públicas do Distrito Federal.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa com os responsáveis das cantinas de escolas públicas do DF. Aplicou-se um questionário via contato telefônico com questões sobre meios de comercialização de alimentos, alimentos comercializados, presença de propagandas e conhecimento, orientações e dificuldades acerca da Lei nº 5.146/2013. A análise descritiva dos dados foi realizada com auxílio do software Statistical Package for Social Sciences, versão 16.0. A pesquisa foi submetida ao comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE: 58055916.7.0000.0030) e foi realizado leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, visto que a coleta de dados foi via inquérito telefônico, sendo as ligações gravadas com consentimento dos participantes.

Resultados

Participaram da pesquisa 70 cantineiros, dos quais todos demonstraram conhecimento da lei; 73,9% receberam orientações e 68,1% relataram dificuldades em transformar a cantina em um estabelecimento mais saudável. As principais dificuldades levantadas para adequação a nova legislação foram: redução dos lucros; menor aceitação dos alunos; dúvidas sobre que alimentos se pode comercializar; presença de ambulantes e venda informal no interior da escola. A presença de ambulantes e de venda informal encontrado na maioria dos colégios (54,2% e 57,1%, respectivamente) configura uma dificuldade legítima dos proprietários das cantinas, visto que o que os alimentos não disponibilizados na cantina são facilmente adquiridos por esses meios alternativos e permitidos de entrarem na escola, comprometendo as mudanças almeçadas dentro do ambiente escolar para promover a alimentação saudável. Dentre os alimentos mais encontrados nas escolas, os mais presentes foram os salgados assados, frutas/sucos naturais com 97,1% cada, sendo estes também os mais vendidos. A maioria das escolas (84,1%) não possuía propaganda de alimentos.

Conclusão

Os resultados encontrados demonstraram a necessidade de uma maior fiscalização das cantinas, em virtude de inadequações das mesmas em relação as diretrizes estabelecidas na Lei, o estudo demonstrou ainda a importância de se trabalhar a alimentação saudável com toda a comunidade escolar (direção, professores, cantineiros e alunos) para que se possa ter uma melhora mais efetiva na alimentação escolar.

Referências

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. School Health Guidelines to Promote Healthy Eating and Physical Activity. MMWR, v. 60, n. 5, p. 1-74, 2011.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação

saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Diário Oficial da União; 09 maio 2006.

PORTO, Erika Blamires Santos et al . School canteens in the Federal District, Brazil and the promotion of healthy eating. Rev. Nutr., Campinas , v. 28, n. 1, p. 29-41, fev. 2015.

Palavras-chave: Ambientes saudáveis; Alimentação escolar; Promoção de saúde.

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE CARDÁPIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL

TALITA NOGUEIRA BERINO; ALINE LEÃO REIS; FABRÍCIO VASCONCELOS MEDEIROS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTI; ROSA MARIA DIAS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² CECANE-UFPA - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Pará
nutritalitaberino@outlook.com

Introdução

A política brasileira de alimentação escolar tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.” (BRASIL, 2013).

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo analisar quantitativamente os cardápios executados em duas escolas de tempo integral em comparação às recomendações da legislação.

Metodologia

Estudo transversal, quantitativo, realizado de maio a agosto de 2015, em duas escolas (A e B) em Belém-PA, que atendiam em tempo integral o Ensino Fundamental (faixa etária de 6 a 10 anos). Foram analisadas as refeições ofertadas aos alunos pelo período de 20 dias letivos em cada instituição. Foi realizado acompanhamento diário (do pré-preparo à distribuição), pesagem dos ingredientes com balança da marca Balmak® (capacidade máxima de 5 quilogramas e precisão de 1 grama) e mensuração de líquidos com copo graduado (precisão de 20 mililitros). Foram fotografadas as embalagens dos alimentos industrializados a fim de auxiliar no cálculo. Para a análise dos cardápios foram utilizadas: Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos e Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (TACO, 2011; IBGE, 2008-2009). Foram analisados os nutrientes preconizados na Resolução nº26/2013, sendo as médias comparadas às referências para a modalidade de tempo integral (BRASIL, 2013) e considerados como adequados à legislação, os valores entre 90% e 110% (10% de margem) (BRASIL, 2014). Os dados foram registrados em protocolo pré-estruturado e dispostos em planilhas do programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará através do parecer nº 1.221.941/2015.

Resultados

Foram analisados 117 cardápios, cuja avaliação quantitativa demonstrou desconformidade com a legislação, que preconiza que alunos de tempo integral recebam o mínimo de 70% das necessidades nutricionais diárias através da alimentação escolar. Oferta de valor energético, carboidratos e lipídeos foi insuficiente nas duas escolas. Houve adequação de proteínas na escola A, mas inadequação na B. A oferta de fibras não atingiu nem 50% de adequação em nenhuma escola. Dos micronutrientes, o ferro foi o único que ultrapassou as recomendações nas duas escolas enquanto que o cálcio foi insuficiente em ambas. Magnésio estava adequado nos cardápios da escola A e insuficiente na B, sendo que nesta a oferta de zinco estava acima das recomendações, mas na escola A, abaixo. Para o sódio é estipulado um valor máximo, que nenhuma escola ultrapassou. Tanto vitamina A quanto C estavam em quantidades insuficientes nos cardápios. As necessidades nutricionais são estipuladas visando o bom desenvolvimento nesta faixa etária. A oferta desbalanceada dos nutrientes aponta um risco à saúde dos escolares devido à importância no metabolismo. Evidenciam-se pontos para serem revistos sobre a execução do programa nestas escolas.

Conclusão

A eficácia da política depende de vários fatores interligados e se faz necessário um acompanhamento periódico para avaliar a execução. Para a adequação dos cardápios, deve-se buscar meios como a inclusão de produtos da agricultura familiar, ações de treinamento para os atores e educação alimentar e nutricional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Caderno de Materiais Técnicos – PNAE. Brasília: FNDE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos. Brasília: IBGE; 2008-2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. TACO - Tabela Brasileira de Composição de Alimentos. 4ª edição, São Paulo: 2011.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Planejamento de cardápio; Políticas públicas em alimentação

AVALIANDO A ALIMENTAÇÃO SEGUNDO O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA

KAMILA TIEMANN GABE; PATRICIA CONSTANTE JAIME

¹ FSP-USP - Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, ² NUPENS (FSP/USP) - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde - Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, ³ PPGNSP - FSP/USP - Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública - Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo
ktgabe@usp.br

Introdução

As recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, um objeto de comunicação em saúde, foram elaboradas à luz de um paradigma amplo de alimentação saudável. A Organização Mundial da Saúde recomenda o desenvolvimento de materiais de disseminação de guias alimentares. A autoregulação (Teoria Social Cognitiva) pressupõe que a autoinstrução, o automonitoramento e a definição de metas pessoais auxiliam mudança de comportamento, contribuindo para a autonomia nas escolhas alimentares, um dos princípios do Guia.

Objetivos

Desenvolver e validar uma escala autoaplicável para avaliação da alimentação segundo as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Metodologia

Estudo metodológico baseado na teoria clássica da psicometria. A partir das recomendações expressas nos capítulos 2 (A escolha dos alimentos), 3 (Dos alimentos à refeição) e 4 (O ato de comer e a comensalidade) do Guia foram desenvolvidos itens na forma de afirmações cuja resposta é dada em escala Likert de quatro pontos (concordo fortemente/concordo/discordo fortemente/discordo). Em um painel de especialistas foram avaliadas pertinência, relevância e clareza de cada item (validação de conteúdo). Testou-se o entendimento dos itens e do padrão de resposta com usuários da Atenção Básica por meio de grupo focal e pré-teste de aplicação do instrumento (validação aparente). O instrumento resultante foi aplicado a uma amostra de usuários da Atenção Básica e foi utilizada análise fatorial exploratória para identificar as dimensões subjacentes aos dados e reduzir o número de itens excluindo aqueles com carga fatorial $>.35$ ou que não se adequassem ao modelo. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FSP/USP (1.687.651) e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Foram identificadas 51 recomendações expressas entre os três capítulos analisados; 96 itens foram desenvolvidos. A partir do painel de especialistas ($n=10$), foram excluídos 23 itens: 13 considerados redundantes e 10 com índice de validade de conteúdo $<0,8$; 55 tiveram redação alterada. Na etapa de validação aparente ($n=20$) um item foi excluído e 13 tiveram redação alterada, restando 72. O instrumento foi aplicado a uma amostra de 352 usuários de dois Centros de Saúde vinculados à Universidade de São Paulo, dos quais 58% eram mulheres; tinham em média 40 anos de idade (desvio padrão = 12,1) e 12,4 anos de estudo (desvio padrão = 3,2). Confirmada a adequação da amostra (teste de adequação Kaiser-Meyer-Olkin = 0,84 e teste de esfericidade de Bartlett = $p = 0.000$), após análise fatorial exploratória foram mantidos 38 itens, distribuídos em quatro dimensões: consumo de ultraprocessados (11); modos de comer (10); organização doméstica para o preparo de refeições (9); e engajamento (8). Essa solução explicou 33% da variância dos dados.

Conclusão

A escala representa adequadamente as recomendações do Guia e é compreensível ao público alvo. Poderá ser utilizada nos serviços de saúde, bem como em pesquisas científicas, contribuindo para a disseminação do Guia. As dimensões encontradas na análise fatorial exploratória são coerentes com os aspectos da alimentação nele abarcados. Em uma etapa adicional do projeto, análise fatorial confirmatória será conduzida a partir de dados de uma nova amostra, a fim de testar a adequação do modelo teórico e as propriedades métricas da escala, qualificando o processo de desenvolvimento e validação.

Referências

BANDURA, A.; AZZI, R. G., POLYDORO, A.S. Teoria social cognitiva: conceitos básicos . Porto Alegre: Artmed Editora,

2009.

DEVELLIS, R.F. Scale development: theory and applications. 3rd Ed. California: Sage, 2012.

FOOD AND DRUGS ORGANIZATION. Preparation and use of Food-Based Dietary Guidelines. Geneva: World Health Organization, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; psicometria; vigilância nutricional

ÁCIDO FÓLICO: AVALIAÇÃO DA ADESÃO DE GESTANTES AO SUPLEMENTO EM PSF DO INTERIOR DO NORDESTE DO BRASIL

REGINA MARCIA SOARES CAVALCANTE; LUCIANA LEAL LOPES BARROS; MICHELLY DA SILVA PINHEIRO;
CRISLANE DE MOURA COSTA; FRANCISCA DANYELLE MOURA DO VALE

¹ UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

reginalunna@hotmail.com

Introdução

A gestação é um período de grande importância na vida da mulher e o seu estado nutricional vai ter relevantes repercussões na saúde materno-infantil. Um micronutriente bastante importante na nutrição da gestante e em mulheres em toda sua fase de vida fértil é o ácido fólico que deve ser consumido através de alimentos ou em muitos casos como suplemento. Na gestação a carência de ácido fólico, está bastante relacionada à anemia megaloblástica, que na gestação pode acarretar vários danos, como a síndrome de Down e defeitos no sistema nervoso do feto, entre outros agravos à saúde, sendo a ingestão diária recomendada, neste período, de 400 mcg

Objetivos

Avaliar a adesão de gestantes ao suplemento de ácido fólico no Programa de Saúde da Família - PSF "Estevão Alves do Vale" do município de Dom Expedito Lopes-PI.

Metodologia

Estudo transversal, conduzido com 13 gestantes, total da demanda de atendimentos, deste PSF, no período de janeiro a maio de 2015. Todas as participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados referentes ao uso do suplemento de ácido fólico foram coletados mediante entrevista com as gestantes, com a utilização de um questionário semiestruturado e informações complementares foram coletadas diretamente do prontuário das mesmas. A tabulação de dados e a análise estatística foram realizadas no Programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 19.0

Resultados

A média de idade das gestantes foi de $20,61 \pm 2,1$ anos, com mínima de 15 e máxima de 38 anos. Distribuídas segundo a faixa etária 46,1% das gestantes tinham de 15 a 18 anos, 38,5% de 24 a 28 anos e 15,4% 35 anos e mais. Em relação ao estado civil, 53,8% eram solteiras, e em iguais percentuais (23,1%) eram casadas ou tinham união estável. Quanto à escolaridade a maior parte das gestantes tinha ensino médio (38,5% completo e 7,7% incompleto). No tocante à renda familiar das gestantes investigadas, não ultrapassava dois salários (92,31%). No que faz referência ao diagnóstico da gravidez, o mesmo foi realizado com idade gestacional média de 13,57 semanas e o uso do suplemento de ácido fólico, iniciou com 10,7 semanas de gestação em média. Sobre o uso do suplemento de ácido fólico, disponibilizado pelo Programa de Saúde da Família, 61,6% das gestantes o utilizavam, 23% referiram que iniciaram o uso, mas pararam, e 15,4% que não usaram. Das que não faziam o uso, metade alegou não o fazer por desconforto gástrico

Conclusão

O estudo evidenciou que a introdução do suplemento de ácido fólico pelas gestantes foi realizado tardiamente no que se refere à idade gestacional ideal para seu início, considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde, sinalizando para a uma maior exposição destas mulheres bem como de seus bebês, a riscos de apresentarem agravos nutricionais no período gestacional bem como problemas permanentes nos fetos, em decorrência da deficiência de ácido fólico, especialmente os defeitos no tubo neural. Estes achados apontam para uma maior necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre as principais motivações de não adesão ao uso deste importante suplemento como também para a realização de campanhas de esclarecimento deste público-alvo sobre sua relevância para um bom desfecho gestacional.

Referências

LUNARDI-MAIA, T.; SCHUELTER-TREVISOL, F. AND GALATO, D. Uso de medicamentos no primeiro trimestre de gravidez: avaliação da segurança dos medicamentos e uso de ácido fólico e sulfato ferroso. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. v.36, n.12, p. 541-547, 2014

MARQUES, A. G. B.; ZÁCHIA, A. S.; SCHMIDT, M. L.; HELDT, E. Characteristics of pregnant women cared for in a visit

to the prenatal outpatient nursing service: comparison of four decades, Rev Gaúcha Enferm, v.33, n.4, p.41-47, 2012.

MARTINS, P. C. R.; PONTES, E. R. J. C.; PARANHOS FILHO, A. C. E RIBEIRO, A. A. Gravidez na adolescência: estudo ecológico nas microrregiões de saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil - 2008. Epidemiol. Serv. Saúde, v.23, n.1, p. 91-100, 2014.

OMS. Diretriz: Suplementação diária de ferro e ácido fólico em gestantes. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013. Disponível em: . Acesso em: 24/10/2016.

SANTOS, Q.; SICHIERI, R.; MARCHIONI, D. M. L.; VERLY JR, E. .Avaliacao da seguranca de diferentes doses de suplementos de acido folico em mulheres do Brasil. Revista Saúde Pública, v.47, n.5, p.952-957, 2013.

Palavras-chave: Suplementação; Folato; Gestação

ÁCIDO ÚRICO E FATORES DE RISCO CARDIOVASCULARES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MARCOS ALVES DE SOUZA PEÇANHA; VIRGILIA OLIVEIRA PANI; CAROLINE RESENDE MARTINS; JOSÉ GERALDO MILL; MIRIAM CARMO RODRIGUES BARBOSA; ELIANE RODRIGUES DE FARIA

¹ UFES - Universidade Federal do Espírito Santo , ² UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

eliane.faria@ufjf.edu.br

Introdução

Níveis elevados de ácido úrico já são observados na infância e na adolescência, podendo estar associado a outros fatores de risco cardiovasculares, devido a ações pró-inflamatórias, que se apresentam em várias locais do organismo, até mesmo nas paredes dos vasos sanguíneos, acarretando lesões no endotélio, aumentando o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares (KEENAN, 2009; SHAH, 2010). A prevenção destas alterações deve ocorrer o quanto antes, pois seu tratamento onera os indivíduos, as famílias e os sistemas de saúde, e apresentam altas prevalências de causas de morte e invalidez no Brasil (MALTA et al., 2011). Desta forma, a transição da infância para a adolescência é oportuno para verificar a existência de elevação dos níveis de ácido úrico, isso porque na idade adulta ela pode estar relacionada a problemas de saúde crônicos (SPOSITO et al., 2007).

Objetivos

Avaliar a correlação entre os níveis de ácido úrico e fatores de risco cardiovasculares (variáveis de composição corporal, perfil bioquímico e clínico) na infância (8-9 anos) e na adolescência (10-14 anos).

Metodologia

Trata-se de estudo transversal com 298 crianças e adolescentes de ambos os sexos de 8 a 14 anos, de escolas públicas de Vitória/ES. Avaliou-se peso, estatura, índice de massa corporal (IMC), perímetro da cintura, perímetro do quadril, relação cintura/estatura (RCE), percentual de gordura corporal, pressão arterial e parâmetros bioquímicos como glicemia de jejum, insulina plasmática, colesterol total e frações (HDL e LDL), triglicerídeos plasmáticos, ácido úrico, leucócitos totais e proteína C reativa (PCR). A resistência à insulina foi avaliada pela fórmula: HOMA-IR (Homeostasis Model Assessment-Insulin Resistance) = [(insulina de jejum ($\mu\text{U/mL}$) x glicemia de jejum [mmol/L])/22,5] (KESKIN et al., 2005). Utilizou-se a Correlação de Spearman para avaliar a correlação entre as variáveis de composição corporal, clínicas e bioquímicas com o ácido úrico. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFES, sob o número de parecer 1.565.490, sendo solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento pelos participantes e seus responsáveis.

Resultados

A mediana de idade foi 10,2 anos (8,0-14,9). Destes, 55,0% (n=164) eram do gênero feminino e 46,3% (n=138) eram crianças de 8-9 anos. Observou-se correlação positiva entre ácido úrico e idade, peso, estatura, IMC, perímetro da cintura, perímetro do quadril, RCE, percentual de gordura corporal, pressão sistólica e diastólica, HDL, triglicerídeos, insulina, HOMA-IR e leucócitos ($p < 0,05$). Separando-se por fase, na infância observou-se correlação positiva entre ácido úrico e idade, peso, estatura, IMC, perímetro da cintura, perímetro do quadril, RCE, percentual de gordura corporal, triglicerídeos, insulina, HOMA-IR e PCR, e de forma negativa com o HDL ($p < 0,05$). Na adolescência, as variáveis idade, peso, estatura, IMC, perímetro da cintura, perímetro do quadril, pressão sistólica, insulina, HOMA-IR e leucócitos se correlacionaram positivamente com o ácido úrico ($p < 0,05$).

Conclusão

Conclui-se que os níveis de ácido úrico estiveram correlacionados às variáveis bioquímicas, clínicas e de composição corporal tanto na infância quanto na adolescência. Desta forma, é necessário o diagnóstico precoce destas alterações, para assim, atuar nesses fatores levando à prevenção e tratamento na vida atual e futura.

Referências

- KEENAN, R. T.; PILLINGER, M. H. Hyperuricemia, gout, and cardiovascular disease – an important “muddle”. Bull NYU Hosp Jt Dis, v. 67, n. 3, 285-290, 2009.
- KESKIN, M. et al. Homeostasis model assessment is more reliable than the fasting glucose/insulin ratio and quantitative insulin sensitivity check index for assessing insulin resistance among obese children and adolescents. Pediatrics, v. 115, n. 4, p. 500-503, 2005.

MALTA D. C.; et al. Apresentação do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 2011; v. 20, n. 4, p. 425-438.

SHAH, A. Gout, hyperuricemia, and the risk of cardiovascular disease: cause and effect? *CurrRheu matol Rep*, v. 12, p. 118-124, 2010.

SPOSITO A. C.; et al. IV Brazilian guideline for dyslipidemia and atherosclerosis prevention: Department of Atherosclerosis of Brazilian Society of Cardiology. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. 2007; 88, 2.

Palavras-chave: ácido úrico; adolescência; fatores de risco cardiovasculares; infância

BARREIRAS COMPORTAMENTAIS PARA ADESÃO À DIETA HIPOCALÓRICA: UM ESTUDO QUALITATIVO

LUANA EDLA LIMA; ANDHRESSA FAGUNDES; SABRINA DO ESPÍRITO SANTO ALMEIDA; BÁRBARA LÚCIA FONSECA CHAGAS; RAQUEL SIMÕES MENDES NETTO

¹ UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

edlaluana@gmail.com

Introdução

Dados recentes mostram que 53,8% dos brasileiros estão acima do peso, ocorrendo aumento de 26,3% em 10 anos (VIGITEL, 2016). Em geral, para o tratamento da obesidade é recomendado a combinação de restrição calórica ao aumento do gasto energético, no entanto essa combinação tem se mostrado complexa (JANSEN; HOUBEN; ROEFS, 2015). Os estudos mostram que 60,5% das pessoas que participam de intervenções para perda de peso, não aderem aos programas. Revelando que os programas que eram supervisionados e que ofereciam apoio social, apresentaram maior taxa de adesão em comparação aos que não tinham esse suporte (LEMSTRA, et al., 2016). Em virtude disso, é relevante investigar as barreiras para adesão à dieta hipocalórica, com intuito de elaborar estratégias que auxiliem na redução ponderal e na promoção de hábitos de vida saudáveis.

Objetivos

Identificar barreiras para adesão à dieta hipocalórica, encontradas em um grupo participante de um programa para perda de peso.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com um grupo de 28 sobrepesados (homens e mulheres) de uma comunidade universitária, participantes de um programa para perda de peso envolvendo prescrição dietética e treinamento físico, com duração de 12 semanas. Para coleta dos dados foram realizados quatro grupos focais de 6 a 8 participantes, conduzidos por um moderador e um observador que fizeram anotações durante e após as sessões, com auxílio de um roteiro previamente elaborado. Os grupos focais foram gravados com auxílio de um gravador eletrônico, os voluntários assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e um termo de autorização e uso de voz. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2011), seguindo três fases: pré-análise; exploração do material e, por fim, tratamento e interpretação dos resultados. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da universidade com parecer de aprovação nº 977.088.

Resultados

A amostra apresentou média de idade de 31,8 anos e IMC= 29,1 kg/m². Foram identificadas 100 barreiras para adesão à dieta, encontrando-se dentre as percepções dos participantes as categorias: Convívio Social – família, amigos e eventos sociais (26%); Restrição de Doces (14%); Fatores Psicoemocionais – ansiedade, estresse e omissão no relato de ingestão (12%); Não Ingerir Bebida Alcoólica (7%); e Fracionamento Adequado das Refeições (5%). Os participantes também relataram que ter hábito de ingerir frutas e hortaliças, preparar e transportar as refeições, seguir dieta com poucas substituições, e as duas últimas semanas do programa também dificultaram o seguimento da dieta hipocalórica.

Conclusão

As barreiras para adesão à dieta hipocalórica que se apresentaram mais importantes no grupo estudado, foram: convívio social, restrição de doces e fatores psicoemocionais. Além disso, a mudança de hábitos imediata mostrou-se dificultada, assim como o seguimento da dieta hipocalórica por mais de dez semanas. Os resultados indicam a necessidade de protocolos de intervenção para perda de peso de cunho multidisciplinar, especialmente com participação de psicólogos, que podem ajudar a minimizar essas barreiras encontradas.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. rev. e ampl. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. VIGITEL - Vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por inquérito telefônico. Disponível em: http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2017, 2016.

JANSEN, Anita; HOUBEN, Katrijn; ROEFS, Anne. A cognitive profile of obesity and its translation into new interventions. *Frontiers in psychology*, [S.L.], v. 6, n. 1807, p.111-222, nov. 2015.

LEMSTRA, Mark; BIRD, Yelena; NWANKWO, Chijioke; ROGERS, Marla; MORAROS, John. Weight loss intervention adherence and factors promoting adherence: a meta-analysis. *Patient preference and adherence*, [S.L.], v. 1, n. 10, p. 1547–1559, jan. 2016.

Palavras-chave: restrição calórica; perda de peso; dieta; sobrepeso

CAPACITAÇÃO PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E MONTAGEM DE LANCHEIRAS DESTINADAS À PRÉ-ESCOLARES E ESCOLARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

NARJARA PEREIRA LEITE; JULIANA PARREIRA VASCONCELLOS SCIORILLI; LEANDRA CAMPOS BATISTA MARTINS; VIVIANE MOURA SANTOS; DAIANI DE LIMA ROCHA

¹ PMSA - Prefeitura Municipal de Santo André
narjasilva@uol.com.br

Introdução

Nos últimos anos, vem-se observando um importante aumento na prevalência da obesidade, em diversos países e em variadas faixas etárias, inclusive a infantil o que ficar cada vez mais alarmante devido ao risco aumentado que essas crianças têm de se tornarem adultos obesos e desenvolver patologias associadas à obesidade. As consequências da obesidade infantil podem ser notadas a curto e a longo prazo, pois a criança poderá apresentar vários fatores multifatoriais e patológicos graves. Assim, é importante salientar a importância da influência da família e dos responsáveis bem como da equipe de saúde da família no incentivo à alimentação saudável para essas crianças. A capacitação em nutrição aos agentes comunitários de saúde e aos enfermeiros deve ser uma ação constante na Atenção Primária à Saúde. É de suma importância as orientações de alimentação saudável principalmente no tocante à prevenção da obesidade infantil.

Objetivos

Capacitar agentes de comunitários de saúde e enfermeiros da Atenção Primária em alimentação saudável na prevenção e tratamento da obesidade infantil.

Metodologia

Confeccionou-se materiais educativos para a capacitação dos profissionais. Foram montadas seis lancheiras, sendo três nutricionalmente adequadas (com alimentos minimamente processados, in natura e caseiros) e três nutricionalmente inadequadas (com alimentos ultraprocessados de alto teor calórico). Foi calculado o custo individual médio de cada uma e valor calórico total. Cada lancheira continha também recipientes que ilustravam a quantidade de carboidratos, lipídeos e sódio presentes em de cada alimento, e o total desses nutrientes em cada lancheira. Além disso, montamos recipientes que ilustravam a necessidade diária dos nutrientes já citados e ao final da apresentação de cada lancheira comparávamos a composição da mesma com as necessidades diárias médias com base em uma dieta de 1500 kcal (média para a faixa etária de pré-escolar e escolar). Além disso, foram confeccionados folders sobre alimentação infantil e obesidade, contendo todas as informações baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira e no Manual de Obesidade da Sociedade Brasileira de Pediatria. O material educativo foi apresentado em 23 Unidades de Saúde do município de Santo André no período de 01/03/2017 à 03/04/2017, foram dadas orientações de incentivo ao aleitamento materno, introdução alimentar adequada e ao final foi apresentado trecho do filme “Muito Além do Peso” para sensibilizar as equipes sobre a importância da família na prevenção da obesidade. No total foram capacitados 228 colaboradores.

Resultados

Com a realização deste projeto, podemos esperar que os resultados sejam desenvolvidos no decorrer dos atendimentos dos profissionais das Unidades; a fim de que estes possam transmitir e multiplicar as informações adquiridas para as famílias assistidas pelas equipes de saúde da família e identificar precipitadamente essas crianças com possível excesso de peso. Até o mês de setembro de 2017, este material já foi utilizado pelos profissionais de saúde por quatro Unidades de Saúde da Família e uma ação coletiva de promoção da alimentação saudável.

Conclusão

A capacitação foi muito importante do ponto de vista nutricional, uma vez que todas as equipes conseguiram sanar dúvidas no tocante a diferenças entre alimentos in natura, processados e ultraprocessados, além de auxiliar na formação de grupos de prevenção e controle da obesidade infantil.

Referências

1. Yokota RTC, Vasconcelos TF, Pinheiro ARO, Schmitz BAbS, Coitinho DC, Rodrigues MLCF. Projeto “A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito

Federal, Brasil. Rev Nutr. 2010;23(1):37- 47.

2. Pimentel VRM, Sousa MF, Hamann EM, Mendonça AVM. Alimentação e nutrição na Estratégia Saúde da Família em cinco municípios brasileiros. Ciênc Saúde Coletiva. 2014;19(1):49-58.

3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

4. Obesidade na infância e adolescência – Manual de Orientação / Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. 2ª. Ed. – São Paulo: SBP. 2012. 142 p.

Palavras-chave: Alimentação; Obesidade Infantil; Pré-escolares

CARACTERIZAÇÃO CLÍNICA E ANTROPOMÉTRICA DE IDOSOS USUÁRIOS DE RESTAURANTES POPULARES

VANESSA TEIXEIRA DE LIMA OLIVEIRA; AMOYSA ARAÚJO RIBEIRO; MARIA TEREZA GOUVEIA PESSOA;
DANIELLE SOARES BEZERRA; ADRIANA LUCIA MEIRELES; CAMILA VALDEJANE SILVA DE SOUZA

¹ UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

vanessatlima@uol.com.br

Introdução

O envelhecimento é um processo inerente ao organismo. Mesmo não havendo inteira relação entre as características do processo de envelhecimento e a origem de doenças, note-se que as doenças crônicas são encontradas comumente nos idosos. Dentre elas, as principais são a hipertensão arterial e diabetes mellitus, que juntas são uma das principais causas de óbitos. Um dos fatores de risco mais associado ao desenvolvimento destas doenças é a obesidade. Todas estas patologias acabam prejudicando o estado nutricional, qualidade de vida bem como propiciando maiores índices de mortalidade. Por isso a necessidade de checá-las, através de análises clínicas e antropométricas, para melhor encaminhamento de tratamento que as controle.

Objetivos

Traçar o perfil clínico, antropométrico e comportamental de idosos usuários de Restaurantes Populares do interior do Rio Grande do Norte.

Metodologia

O estudo possui caráter transversal e foi realizado com idosos (n=122), com idade a partir de 60 anos, que frequentavam o Restaurante Popular de Santa Cruz/RN e Currais Novos/RN. A amostra foi composta por conveniência, com os idosos que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/UFRN, parecer nº 1.116.416/2015. A pesquisa ocorreu em uma sala reservada nos devidos locais. Ocorreu a aplicação de questionários e coleta de dados antropométricos, obtendo peso por meio de uma balança digital e estatura através do estadiômetro, a fim de se obter o índice de massa corporal, do qual utilizou-se os valores de referência Lipschitz (1994). Utilizou-se a fita métrica inelástica para realizar a aferição da circunferência abdominal para qual foram usada as referências da Organização Mundial de Saúde (1998). Ocorreu a construção do banco de dados utilizando-se o software Excel 2010, onde, também, aplicou-se os métodos para obtenção de percentual das variáveis.

Resultados

Na amostra estudada prevaleceu o sexo masculino (54%), faixa etária de 65-75 anos e renda familiar de 1 salário mínimo. Pode-se observar que a maior parte dos entrevistados não praticava atividade física (52%) e não fazem o uso de bebida alcoólica e tabaco (93% e 88%, respectivamente). Em relação ao perfil clínico, observou-se a presença de doenças crônicas não transmissíveis, destacando-se hipertensão arterial (n=45), seguido de diabetes mellitus (n=11) e outras doenças, como dislipidemia, depressão, doenças cardíacas e artrite (n=52). Quanto aos dados antropométricos, no índice de massa corporal (IMC), verificou-se que 47% dos idosos apresentaram excesso de peso. Em relação, à circunferência abdominal (CA) houve uma maior prevalência de mulheres em risco muito elevado para o desenvolvimento de doenças crônicas e complicações metabólicas (80%).

Conclusão

Houve um índice considerável de doenças crônicas e alterações nutricionais do estado antropométrico entre os avaliados. Provavelmente relacionados a hábitos de vida não saudáveis. Sendo assim, destaca-se a importância do reconhecimento dessas condições, para que sejam esclarecidas a necessidade do cuidado e tratamento adequado da população em estudo. Reforçar-se, ainda, a importância do gerenciamento adequado, por parte de profissionais nutricionistas, de programas governamentais como os Restaurantes Populares, que são meios de intervenção nutricional.

Referências

ALVES, L. C. et al. A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.23, n.8, p.1924-1930, ago. 2007.

MALFATTI, C. R. M.; ASSUNÇÃO, A. N. Hipertensão arterial e diabetes na Estratégia de Saúde da Família: uma análise da frequência de acompanhamento pelas equipes de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p.1383-1388, 2011.

MARIATH, A. B., et al. Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.23, n.4 ,p.897-905, abr. 2007.

Palavras-chave: Antropometria; Doenças Crônicas; Idosos

CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA GARANTIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAROLINE DE OLIVEIRA CASTRO; GIOVANNA ANGELA LEONEL OLIVEIRA; THAIS DE PAULA MARQUES; KARINE ANUSCA MARTINS; LUCILENE MARIA DE SOUSA

¹ FANUT UFG - Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás , ² CECANE UFG - Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar
carol.transito@gmail.com

Introdução

O Conselho de Alimentação Escolar exerce o papel de fiscalizar e acompanhar o cumprimento e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Além disso, o Conselho zela pela qualidade dos alimentos e aceitabilidade dos cardápios, com vistas a garantir a execução do Programa conforme os aparatos legais. Com isso, a participação do controle social fomenta a Segurança Alimentar Nutricional e ajuda a alcançar o direito à alimentação escolar, em quantidade e qualidade adequadas para atender as necessidades nutricionais e contribuir no alcance dos objetivos do Programa, de forma a propiciar a formação de hábitos alimentares saudáveis dos escolares (BRASIL, 2009; 2013).

Objetivos

Caracterizar a atuação do Conselho de Alimentação Escolar em municípios goianos.

Metodologia

O estudo integra o projeto matriz intitulado “*Monitoramento e Assessoria às entidades executoras goianas*” desenvolvido pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar, da Universidade Federal de Goiás. Com o intuito de aperfeiçoar a execução do Programa Nacional de Alimentação do Escolar, dois monitores (agrônomo e nutricionista) do Centro Colaborador visitaram 23 municípios goianos selecionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aplicaram um questionário estruturado aos conselheiros, para verificação e acompanhamento de suas competências e funcionamento do conselho, bem como identificar como se dá sua atuação, com vistas a orientá-los nesta perspectiva. Realizou-se análise descritiva. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob protocolo:70168917.7.0000.5083, de 22/06/2017 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Observou-se que menos da metade dos conselheiros 47,83% (n=11) relataram que conhecem os recursos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, contudo, a maioria 91,30% (n=21) conhecia a contrapartida da Entidade Executora para o Programa. Nos municípios visitados, verificou-se que 47,83% (n=11) dos conselheiros elaboraram o regimento interno e, apenas, 26,09% (n=6) desses regimentos se encontravam adequados à legislação atual. Em relação ao plano de ação, 78,26% (n=18) desses conselhos não os possuíam. Das atividades desenvolvidas, 82,61% (n=19) não elaboravam relatórios, conforme Art. 35, da Resolução CD/FNDE 26/2013. Dos conselhos visitados, 56,52% (n=13) não tiveram contato com os cardápios planejados para alimentação escolar, 60,87% (n=14) não acompanharam o processo licitatório para aquisição dos gêneros alimentícios e o 47,83% (n=11) não acompanharam o processo de aquisição dos gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar. A maioria dos conselhos 60,87% (n=14) não passou por formação para exercer a sua função, conforme o Art. 17, da Lei 11.947/2009.

Conclusão

Verificaram-se inadequações na atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar goianos, dentre estas, destacam-se o desconhecimento sobre a importância do Plano de Ação, assim como a sua realização. Com vistas a garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, capacitações e parcerias com os demais conselhos de controle social podem aprimorar sua atuação e conseqüentemente do Programa Destaca-se também a necessidade de participação integrada do profissional nutricionista, tanto na formação como na assessoria ao Conselho, afim de possibilitar a formação de alimentares saudáveis e garantir o direito à alimentação adequada e saudável.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União, 2013.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Controle social; Direito alimentar; Segurança alimentar e nutricional

CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE PROTEÍNA ANIMAL EM ESCOLAS ASSISTIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

SABRINA FONSECA LOPES; KAMILA MENDES DE OLIVEIRA NEGRÃO; ALINE LEÃO REIS; ISABELLE CHRISTINE VIEIRA DA SILVA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

sabrinaf.lopes@outlook.com

Introdução

A oferta adequada de proteína é necessária para que a criança apresente um adequado crescimento e desenvolvimento, tanto corpóreo quanto cognitivo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2012). Desta forma, é essencial a ingestão de alimentos ricos em proteínas, os quais podem ser de fonte animal ou vegetal. Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, política do Governo Federal, tem como um de seus objetivos a “oferta de refeições que respeitem as referências nutricionais, os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região” (BRASIL, 2013).

Objetivos

Caracterizar a oferta de proteína animal em duas escolas assistidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, realizado em duas escolas (A e B) do município de Belém/PA. Os critérios de inclusão na pesquisa foram: as duas escolas que tinham o maior número de alunos matriculados no ensino fundamental (2º ao 5º ano) em regime de tempo integral, de acordo com o censo enviado pela Entidade Executora. A variável estudada foi a identificação da frequência diária, nos cardápios executados nas escolas, das seguintes fontes de proteína animal: leite, ovos, pescado, carnes de frango e bovina. A coleta de dados ocorreu durante 20 dias letivos em cada escola, no período de maio a agosto de 2015, a partir do acompanhamento da execução (do pré-preparo à distribuição) dos cardápios escolares, destaca-se que os dados foram coletados por graduandos de nutrição, através do preenchimento de protocolo semiestruturado. Os resultados foram armazenados e analisados em planilha do Programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, parecer 221.941/2015.

Resultados

Foram avaliados 20 cardápios diários para lanche e 20 para almoço. Foi observada a oferta de três alimentos fontes de proteína animal (leite, carnes bovina e de frango) nos cardápios das duas escolas, dos quais o leite foi ofertado exclusivamente nos lanches (Escola A, n=8, 40%; Escola B, n= 20, 100%) e as carnes bovina (Escola A, n= 14, 70%; Escola B, n=9, 45%) e de frango (Escola A, n=5, 25%; Escola B, n=11, 55%) no almoço. Ovos e pescado não estiveram presentes nos cardápios executados nas instituições. Destaca-se a substituição das carnes por salsicha em um cardápio (5%) da Escola A.

Conclusão

As duas escolas ofertaram os mesmos tipos de proteínas, variando apenas a frequência de oferta, tendo sido utilizada mais carne bovina na Escola A e de frango na Escola B, não obstante, a oferta de leite também foi diferenciada entre as instituições, mesmo ambas sendo assistidas por uma única Entidade Executora.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: 18 jun 2013. Seção 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, Departamento de Nutrologia. Manual de orientação: alimentação do lactente, alimentação do pré-escolar, alimentação do escolar, alimentação do adolescente, alimentação na escola. São Paulo, 2012.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Cardápios; Proteínas

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM PANORAMA INTERNACIONAL

MICK LENNON MACHADO; AMANDA DE ARAÚJO FIGUEREDO GUEDES; BARBARA LEONE SILVA; PATRÍCIA MARIA DE OLIVEIRA MACHADO; CRISTINE GARCIA GABRIEL; MARIA CRISTINA MARCON

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

micklennon@yahoo.com.br

Introdução

O conceito brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, consolidado com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, prevê o direito de todos ao acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes, respeitando a cultura, o meio ambiente e as relações sociais, além de ter como base práticas promotoras de saúde. A qualificação das metodologias de avaliação de segurança alimentar e nutricional é premente para que respondam pela multidimensionalidade deste conceito e possam auxiliar na gestão de políticas públicas.

Objetivos

Caracterizar referenciais bibliográficos que descrevem dimensões para avaliação de segurança alimentar e nutricional no contexto global.

Metodologia

Foram realizadas buscas nas bases de dados eletrônicas ScieLO, PUBMED, Web of Science e Scopus no período de julho a outubro de 2017. Utilizou-se a expressão (((indica* OR diagnostic* OR instrumento OR medi* OR avalia*) AND ("Segurança Alimentar e Nutricional" OR "Insegurança Alimentar e Nutricional") OR ((Política OR Programa) AND ("Segurança Alimentar e Nutricional" OR "Insegurança Alimentar e Nutricional")))), e sua correlata em inglês. Foram utilizados como critérios de inclusão artigos sobre avaliação em nível individual, familiar e territorial, de políticas e programas, das dimensões de monitoramento, conceituais e metodológicos. Foram excluídos artigos duplicados e que abordassem aspectos específicos de programas, políticas e dimensões. Para ampliar os resultados, optou-se por não considerar o ano de publicação, idioma e disponibilidade dos artigos. De forma independente, três pesquisadores realizaram a leitura de todos os títulos e resumos, sendo que aqueles selecionados por pelo menos dois pesquisadores foram incluídos.

Resultados

Inicialmente foram localizados 475 artigos. Destes, 156 foram excluídos por serem duplicados e outros 130 por não satisfazerem os critérios de inclusão ou se enquadrarem nos demais critérios de exclusão. Ao final, fizeram parte da amostra 189 artigos. Da amostra selecionada, 77% foi publicada a partir de 2010, 34% contavam com pesquisadores brasileiros, 21% estavam disponíveis em língua portuguesa, 6% eram teóricos ou de revisão, 8% metodológicos e 86% avaliavam indivíduos, famílias ou territórios.

Conclusão

Os resultados evidenciam uma preocupação científica recente com os aspectos teóricos, metodológicos e de aplicação da avaliação de segurança alimentar e nutricional. Além disso, o Brasil desponta como importante locus de produção científica na área. Diante da necessidade de qualificação dos instrumentos de avaliação que respondam pela complexidade do conceito adotado pelo Brasil, o baixo número de artigos teóricos e metodológicos identificados aponta para a importância de ampliar as pesquisas com este enfoque. A seleção de artigos que tratam de dimensões para avaliação de segurança alimentar e nutricional demonstrou-se um desafio por não se traduzir em um campo ou setor específico, mas sim da conjunção de aspectos intersetoriais e interdisciplinares.

Referências

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF. D.O.U. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Avaliação; Revisão

CENÁRIO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DE NITERÓI- RIO DE JANEIRO

SAMARA GOMES SILVA CRANCIO; MARIA ARLETTE SADDY; CELINA SZUCHMACHER OLIVEIRA; DENISE RODOVALHO DE ALMEIDA

¹ CRN-4 - CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 4ª REGIÃO

samaracrancio@globo.com

Introdução

As instituições de longa permanência para idosos (ILPI) têm o caráter residencial, na forma de domicílio coletivo para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. De acordo com o Estatuto do Idoso, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde e à alimentação. Nesse contexto, a atuação do nutricionista em ILPI é obrigatória, por lei, no estado do Rio de Janeiro e suas atribuições estão estabelecidas em resolução do Conselho Federal de Nutricionistas.

Objetivos

Identificar o cenário do exercício profissional do nutricionista em ILPI localizadas no município de Niterói - Rio de Janeiro.

Metodologia

Tratou-se de estudo descritivo transversal, realizado a partir de solicitação do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro para que o Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (CRN-4) realizasse diligências em determinadas ILPI, no total de trinta. Um roteiro de visitas foi especialmente desenvolvido, contemplando as características da instituição; número e grau de dependência dos idosos; identificação do nutricionista, sua carga horária e as atribuições desenvolvidas; condições das áreas físicas das unidades de alimentação e nutrição (UAN) e procedimentos de controle de qualidade implantados. As visitas foram realizadas pelas nutricionistas fiscais do CRN-4 nos meses de maio e junho de 2017.

Resultados

As trinta ILPI visitadas contavam com atuação de um nutricionista. Em relação ao vínculo de trabalho, apenas seis nutricionistas (20%) possuíam vínculo de trabalho celetista. Os demais, atuavam como autônomos (80%), o que denota fragilidade das relações de trabalho com as instituições. Três (10%) ILPI apresentaram nutricionistas executando cargas horárias abaixo do preconizado pela lei estadual nº 3875, de 24 de junho de 2002, que é de, no mínimo, oito horas por semana. Quanto ao desenvolvimento das atribuições, observou-se que o foco de atuação do nutricionista é a qualidade da alimentação do ponto de vista higiênico-sanitário. Desta forma, verificou-se que as atividades relacionadas à assistência nutricional aos idosos e à qualidade nutricional da alimentação estavam prejudicadas.

Conclusão

Conclui-se que a assistência nutricional aos idosos e a qualidade nutricional da alimentação apresentaram-se prejudicadas em razão da carga horária insuficiente do nutricionista para o desenvolvimento das suas atribuições. Esta situação representa uma ameaça aos direitos dos idosos à vida, à saúde e à alimentação.

Referências

BRASIL. Lei nº 10761 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 out. 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 3875 de 24 de junho de 2002. Regula o funcionamento das instituições asilares de caráter social no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 25 jun. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 380 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições estabelecem parâmetros numéricos de referência, por área de atuação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jan. 2005. Sec.1, p.66 a 71.

Palavras-chave: alimentação ; fiscalização; idosos ; ILPI; nutricionista

CHAMADA NUTRICIONAL DE IDOSOS NUM MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE.

PAULA ROSANE VIEIRA GUIMARÃES; LISIANE MACARI; RITA SUSELAINE VIERIA RIBEIRO; ANA PAULA AGUIAR MILANEZ; SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ

¹ UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, ² SMS - CRICIÚMA - Secretaria Municipal de Saúde - Criciúma, ³ SMS - COCAL - Secretaria Municipal de Saúde de Cocal do Sul
paulag@unesc.net

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos países em desenvolvimento são considerados idosos, indivíduos de 60 anos ou mais de idade. No Brasil, o número de idosos já passa dos 20 milhões, e a cada ano o número só aumenta. Pelo estatuto do Idoso, são destinadas as leis há pessoas com idade igual ou superior há 60 anos, sendo obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, assegurar ao idoso, com prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. O estado nutricional de idosos é fundamental na sua qualidade de vida.

Objetivos

O objetivo foi avaliar o estado nutricional dos idosos moradores do município de Cocal do Sul, pela Mini Avaliação Nutricional (MAN) e Índice de Massa Corpórea (IMC).

Metodologia

Projeto aprovado no CEP da Unesc sob parecer nº: 1.022.556/2015. Na sequência foi organizada capacitação para os acadêmicos voluntários vinculados ao curso de nutrição da UNESC. Estudo transversal de abordagem quantitativa, descritivo, não probabilístico e censitário com coleta de dados primários. A coleta de dados ocorreu nas 6 ESFs no dia D da vacinação contra Influenza e em 4 grupos de idosos. Os instrumentos para coleta de dados foram Mini Avaliação Nutricional (MAN), medidas antropométricas e um questionário demográfico. O banco de dados e análises realizados pelo programa estatístico SPSS 22.0.

Resultados

Dos 122 entrevistados 60 (49,2%) eram homens e 62 (50,8%) mulheres. Idade média foi de 67,6 anos ($\pm 6,1$), o IMC médio foi de 28,32 ($\pm 04,57$). O perfil sócio econômico demonstrou que a maioria dos idosos (46,7%) são classe D-E, seguidos pela classe C2 (27%), e assim respectivamente, classe C1 (21,3%), classe B2 (3,3%), e classe B1 (1,6%). A maioria dos idosos (40,2%) apresentaram IMC adequado. Observou-se 2 casos de baixo peso. Sobrepeso foi observado em 27% dos idosos e obesidade em 31,1%. Pela MAN, observou-se 1,6% de desnutrição, risco de desnutrição em 44,3% e estado nutricional normal em 54,1%. A MAN como o IMC para avaliação do estado nutricional de idosos se mostraram importantes instrumentos para diagnóstico populacional. Leva-se em consideração, que este estudo foi feito com idosos que se locomoveram à Unidade de Saúde ou grupo. Deve-se ter atenção maior quanto a desnutrição e baixo peso em idosos, pois este é um fator, que contribui para o isolamento do idoso, que com o tempo, já não terá mais forças para se locomover sozinho. Notou-se que a maioria dos idosos foram classificados com classe D-E, o que pode ser um fator relacionado a má alimentação, e falta de acesso a informação, sendo que a maioria dos idosos estudaram menos de 11 anos.

Conclusão

Estudos e pesquisas associados ao estado nutricional de idosos, permitem gerar informação, acompanhar e planejar ações de promoção e prevenção de uma alimentação saudável melhorando a qualidade de vida. Assim, espera-se com esse resultado poder auxiliar o município no sentido de mobilizar de alguma forma, geração e continuidade de informação sobre o estado nutricional de toda a população como preconizado pelo SISVAN, em especial dos idosos, melhorando seu estilo de vida, visto ser uma população que cresce a cada ano.

Referências

ALVES, Luciana Correia et al. A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. Caderno de Saúde Pública, São Paulo, v. 8, n. 23, p.1924-1930, ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e

saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19)

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. Distrito Federal, 2010. 46 p.

CAMPOS, Marta Alice Gomes et al. Estado nutricional e fatores associados em idosos. Revista Associação de Medicina Brasileira, Belo Horizonte, v. 52, n. 4, p.214-221, jan. 2006

CASTILHOS, Washington. Um país mais velho. 2008. Disponível em: . Acesso em: 2 dez. 2014.

Palavras-chave: MAN; Avaliação Nutricional; Idosos; Chamada Nutricional

COMIDA DE CASA VERSUS COMIDA DE RUA: A REPRESENTAÇÃO DO SAUDÁVEL NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DA TRADIÇÃO

AMELIA CRISTINA STIVAL DUARTE; JANINE HELFST LEICHT COLLAÇO

¹ UFG - Universidade Federal de Goiás

ameliastival@hotmail.com

Introdução

Este trabalho fundamentou-se no pressuposto de que, como indivíduos sociais, incorporamos nas nossas relações uma ampla rede de significados que estendem as noções da alimentação para um terreno muito mais abrangente e complexo do que unicamente o fornecimento de nutrientes. O discurso do saudável tomou proporções deveras complexas, que esbarram nas questões da subjetividade do ser humano e o situa em um verdadeiro campo de batalha, no qual o impele a lidar com as imposições externas do meio e, ao mesmo tempo, com o seu próprio bem-estar físico, emocional e pessoal, atrelados diretamente com as suas preferências individuais, relações, significados, memórias e tradições. Diante desse cenário, o trabalho proposto trata-se de um desdobramento da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida em 2015, com mulheres que trabalham fora de casa e que lidam com a jornada dupla de trabalho e os diversos discursos pautados em torno do tema “saúde”.

Objetivos

O objetivo da pesquisa principal foi o de compreender como essas mulheres que trabalham fora de casa entendem a noção de alimentação saudável e transferem esses discursos para o seu cotidiano diante a multivocalidade que o tema proporciona.

Metodologia

O método baseou em uma etnografia estruturada na observação do campo e em entrevistas realizadas com servidoras de uma instituição pública do estado de Goiás. O trabalho teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa por meio do Parecer Consubstanciado de nº 576.195.

Resultados

Como resultados, obteve-se que a casa e a rua compõem um terreno conflituoso onde o medo do impuro abre campo de debate com as circunstâncias da realidade de trabalho. As representações da casa, para a maioria das pessoas, remetem a sensações de aconchego, conforto e de detenção de uma liberdade mais autônoma. Na casa, as emoções estão afloradas e a relação das pessoas com a comida perpassa as noções de sobrevivência para atingir um nível de representações em que a intimidade e a proximidade estão evidenciadas. A casa é um espaço onde a imaginação segue livre, o lugar onde a memória é privilegiada. Assim, as refeições realizadas no âmbito domiciliar assumem um caráter emocional que valoriza o estreitamento das relações e a amenização das tensões em que o saudável se desloca da composição do alimento para o caráter afetivo que ele representa. Por outro lado, no espaço público, escolhas têm que ser feitas em detrimento da segurança biológica. A busca pelo estilo de vida saudável torna-se cada vez mais constante, entretanto, as imposições dadas pela necessidade e pela vontade da independência financeira transferem a comida para um segundo plano e o saudável é valorizado mais em uma proposta idealizada do que pela execução dos seus preceitos técnicos. Em outra vertente, o contexto empregado na realização das refeições dentro e fora de casa se inverte quanto deslocado para os momentos de lazer, por meio dos quais a saúde está compreendida no convívio descontraído e descompromissado com familiares e amigos.

Conclusão

Diante desse cenário, destaca-se, de maneira geral, que a forma como essas mulheres lidam com o alimento não segue um fluxo unidirecional o que faz com que a ideia de alimentação saudável assuma uma posição relativizada. Para elas, não é o discurso que dita o que é sadio, mas sim o contexto. Nesse sentido, foi entendido que não é a presença ou ausência de nutrientes e calorias do alimento, mas sim a eloquência dos seus diversos significados que exercem a verdadeira influência na sua classificação como saudável.

Referências

ALVES, P.C.; MINAYO, M. C. S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. 174 p.
COLLAÇO, J. H. L. Cozinha doméstica e cozinha profissional: do discurso às práticas. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia. v.19, n.1, 2008.

DAMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

PEREZ, R. M. Alimentação e codificação social. Mulheres, cozinha e estatuto. Cadernos Pagu. Campinas, n. 39, 2012.

VENTURI, G.; GODINHO, T. "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado Uma Década de Mudanças na Opinião Pública". São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

Palavras-chave: alimentação saudável; representação social; memória; afetividade; antropologia da alimentação

COMPARAÇÃO DE MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, DO CONSUMO ALIMENTAR E DO BEM ESTAR PSICOLÓGICO DE ADULTOS, DE ACORDO COM PADRÃO ALIMENTAR VEGETARIANO E RELIGIÃO ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA.

SOFIA DE MELO PENHA; PAULA FRANSON FERNANDES; RODOLFO BORGES PARREIRA; AFONSO SHIGUEMI INOUE; FLÁVIA TRONCON ROSA

¹ UNIFIL - Centro Universitário Filadélfia, ² ISSI - Instituto Salgado de Saúde Integral
flaviatrosa@yahoo.com.br

Introdução

As dietas vegetarianas consistem no consumo de cereais, leguminosas, oleaginosas, hortaliças e frutas, podendo incluir produtos lácteos e ovos. Em termos de nutrientes, estudos descrevem baixo consumo de gordura saturada e alto de amidos e frutas. Ainda, apontam associação entre dieta vegetariana e diminuição de riscos de hipertensão, diabetes melitus tipo 2, síndrome metabólica, doenças cardiovasculares e alguns cânceres. No entanto, estudos têm sugerido que os efeitos benéficos são mais evidentes em adeptos da religião Adventista do Sétimo Dia, possivelmente pelos hábitos de vida praticados, como absterem-se de fumo, álcool, drogas e cafeína, manterem relações sociais emocionalmente estáveis, praticarem exercício e manterem descanso semanal regular. Os Adventistas são encorajados a seguir vegetarianismo como uma conduta religiosa para manter a saúde do corpo e da mente.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi comparar o efeito da dieta vegetariana, associada ou não a religião Adventista do Sétimo Dia, sobre medidas antropométricas, consumo alimentar, estresse, ansiedade e depressão.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal, analítico (aprovação ética número 1.844.518). O estudo foi composto por 97 pessoas, idade entre 18 e 50 anos, divididos em quatro grupos: vegetarianos-adventistas; não vegetarianos-adventistas; vegetarianos-não adventistas; e não-vegetarianos não-adventistas. Foram coletados dados antropométricos (peso, altura, IMC, dobras cutâneas, circunferência abdominal), questionário de frequência alimentar e questionário DASS-21, para avaliação de estresse, ansiedade e depressão. Os resultados foram analisados pelo software SPSS Statistics 25. Foi aplicado o teste Shapiro-Wilk para investigar a normalidade na distribuição dos dados. Teste t independente foi aplicado para comparar os efeitos da dieta e religião nas variáveis numéricas. O teste de qui-quadrado para tendência foi aplicado para variáveis categóricas. O nível de significância adotado foi de 5%.

Resultados

Os principais resultados evidenciados no presente estudo apontam uma frequência menor de consumo de carne, embutidos e leite nos não vegetarianos, como esperado. Em relação aos não vegetarianos, o consumo destes alimentos foi menor entre os adventistas comparado aos não adventistas. Maior frequência de consumo de frutas, cereais/tubérculos e hortaliças enlatadas foi verificada tanto nos adventistas vegetarianos como nos não vegetarianos. Os não adventistas fazem maior consumo de café, álcool e sorvetes/doces. Dentre os não adventistas, os vegetarianos consomem mais frutas, cereais/tubérculos e sucos naturais que os não vegetarianos. Em relação ao estado nutricional, não foram observadas diferenças entre os grupos para dobras cutâneas, circunferência abdominal e altura. Apenas entre os não adventistas, o peso e o IMC foram significativamente menores nos vegetarianos quando comparados com não vegetarianos (Peso 63,6 vs. 72,2 Kg e IMC 22,8 vs 25,6 Kg/m², respectivamente). Em relação ao DASS-21, diferença estatística foi observada apenas para estresse, no qual menor frequência de vegetarianos, independente da religião, apresentou pontuação que os classificasse em níveis altos.

Conclusão

Conclui-se que a religião teve um efeito positivo para melhores escolhas alimentares, independente da dieta. No caso de não adventistas, a dieta vegetariana parece ter um efeito protetor em relação ao Índice de Massa Corporal. E, independente da religião, o grupo dos vegetarianos apresentam menores scores de estresse.

Referências

COUCEIRO, P.; SLYWITCH, E.; LENZ, F. Padrão alimentar da dieta vegetariana. **Einstein**. v. 6, n. 3, p. 365-373, 2008.
FRASER G.E. Associations between diet and cancer, ischemic heart disease, and all-cause mortality in non-Hispanic white California Seventh-day Adventists. **American Journal of Clinical Nutrition**. v. 70 n.3 Suppl, p.532S-538S, 1999.

KEY, T. J. et al. Health benefits of a vegetarian diet. **Proceeding of Nutrition Society**. v. 58 p. 271-275, 1999.

MIHRSHAHI, S. et al. Vegetarian diet and all-cause mortality: Evidence from a large population-based Australian cohort – the 45 and Up Study. **Preventive Medicine**. v. 97, p. 1-7, 2016.

TAN, M. M.; CHAN, C. K. Y.; REIDPATH, D. D. Faith, Food and Fettle: Is Individual and Neighborhood Religiosity/Spirituality Associated with Better Diet? **Religions**. v.5, p. 801-813, 2014.

Palavras-chave: comportamento alimentar; estilo de vida; religião; vegetarianismo

COMPARAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DIFERENTES REGIÕES DE SAÚDE DO ACRE

ANDERSON GONÇALVES FREITAS; DIEGO GONÇALVES DE LIMA; OYATAGAN LEVY PIMENTA DA SILVA; LARISSA DE LIMA ABADIA; ROMEU PAULO MARTINS SILVA

¹ FAMETA - União Educacional Meta, ² UFAC - Universidade Federal do Acre
anderson.freitas2@hotmail.com

Introdução

O padrão alimentar da população brasileira vem mudando e o consumo de frutas e vegetais torna-se cada vez mais raro no prato do brasileiro, independentemente da idade ou da região do Brasil(1); essa ausência correlaciona-se com o aumento na prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O estado do Acre, com sua capital figurando entre um dos menores produto interno bruto de todas as capitais brasileiras(2), contudo, já apresenta índices de sobrepeso semelhante a de grandes cidades(3). A obesidade não se limita apenas a adultos, observa-se um crescente aumento dessa enfermidade entre o público infantil; a pesquisa de orçamentos familiares em 2008-2009 evidenciou que a prevalência de excesso de peso em crianças do sexo masculino de cinco a nove anos de regiões urbanas era de 37,5% no Brasil(4). O Programa Bolsa Família foi criado em 2004 pela lei nº 10.836 e consiste na transferência de renda condicionada para o estrato pobre da população(5), este programa visa permitir o alívio imediato da situação de pobreza, além da ampliação do acesso aos serviços públicos.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional das crianças maiores de 5 anos e menores 10 das diferentes regiões de saúde do Acre.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo construído com base em banco de dados secundário, proveniente do Sisvan Bolsa Família/Datasus, de domínio público, de livre acesso pela Internet. Por se tratar de uma investigação baseada em dados de domínio público, sem implicações diretas aos seres humanos, não houve necessidade de encaminhamento a comitê de ética em pesquisa científica. Para o presente estudo, foram adquiridas informações de crianças entre cinco a 10 anos de idade, beneficiárias do PBF no ano de 2011 a 2015 do estado do Acre, segundo as três regiões de saúde (Alto Acre; Baixo Acre e Purus; Juruá e Tarauacá/Envira).

Resultados

Analisando a média da prevalência da eutrofia, observa-se diferença com significância estatística ($p < 0,05$) entre meninos e meninas nas regiões Juruá e Tarauacá/Envira (JTE) e Baixo Acre e Purus (BAP). Quando a comparação se deu apenas entre os dois sexos por regional o Alto Acre (AA) apresentou diferença significativa com meninos do Baixo Acre e Purus e as meninas do mesmo modo. Na média prevalência do sobrepeso as crianças que apresentaram maior percentual de sobrepeso durante os anos avaliados foram as crianças da região Alto Acre apresentando a média de 15,89 e 14,52% respectivamente para meninos e meninas. A maior obesidade entre as crianças foi obtida no Alto Acre, com 7,04% de prevalência entre as meninas e 6,12% nos meninos. Houve diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre a prevalência de obesidade nas meninas da regional Juruá e Tarauacá/Envira (JTE) com a do Alto Acre (AA) e entre as meninas do Baixo Acre e Purus com a do Alto Acre ($p < 0,01$).

Conclusão

Observa-se que o sobrepeso e obesidade estão presentes nas crianças de diferentes regionais de saúde no estado do Acre em níveis próximos aos encontrados em outras cidades do Brasil evidenciando uma transição nutricional em curso no Estado. O crescimento da obesidade entre os beneficiários do programa bolsa família é controverso; retirar as crianças da desnutrição e deixá-los adentrar no grupo do sobrepeso e obesidade trará consequências negativas para toda a sociedade. Promover a segurança alimentar e o acompanhamento nutricional deve ser um dos princípios do programa e assim reduzir o avanço da obesidade infantil.

Referências

1. Machado RHV, Feferbaum R, Leone C. Fruit and vegetables consumption and obesity in Brazil. J. Hum. Growth Dev, São Paulo. Aug v.29, n.26(2), p.243, 2016.
2. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto interno bruto dos municípios : 2010-2013. Rio de Janeiro: 2015.

3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. (VIGITEL) 2014.
4. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009. Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil,. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: . Acesso em 06 ago. 2017.
5. Brasil. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: IBASE; 2008.

Palavras-chave: Estado nutricional; Obesidade; Prevalência

COMPARAÇÃO DOS PREÇOS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E CONVENCIONAIS NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SUPERMERCADOS DE VITÓRIA – ES

MAYLA DUTRA DA SILVA; JULIANA CHEQUER MACHADO; PAULA CHEQUER MACHADO; PATRICIA MORAES FERREIRA NUNES; HERISON BRIGIDO

¹ MULTIVIX - Faculdade Brasileira Multivix Vitória
mayladutra94@gmail.com

Introdução

Entende-se como alimento orgânico “Alimentos de origem vegetal ou animal oriundos de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais, que produzem alimentos livres de contaminantes”. Os alimentos convencionais são aqueles produzidos com insumos artificiais como adubos químicos e agrotóxicos. Uma das justificativas para o preço final dos orgânicos ser mais elevado é não utilizar “insumos químicos, podendo apresentar maior problema com pragas e doenças”.

Objetivos

Este trabalho objetivou comparar os preços dos alimentos orgânicos das feiras orgânicas e agroecológicas com o preço dos alimentos convencionais encontrados no supermercado do município de Vitória – ES.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, com um questionário semiestruturado, sobre os alimentos e os preços dos produtos mais consumidos, aplicado de forma aleatória entre os presentes nas feiras orgânicas, ocorrido nos meses de setembro a outubro de 2017. Foram entrevistados 100 indivíduos adultos, em todas as feiras orgânicas do município de Vitória–ES cadastradas no Programa de Fortalecimento da Agricultura Orgânica da Secretaria da Agricultura. Todos os participantes foram esclarecidos do conteúdo e objetivo da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi realizada também em um supermercado da Região Metropolitana de Vitória. Registraram-se aleatoriamente os preços de 6 alimentos divididos nas categorias: frutas, legumes e folhagem, através de uma tabela com todos os alimentos pesquisados, ponto de venda e unidade de medida. Foram calculadas e comparadas as médias dos preços em ambos os estabelecimentos analisados.

Resultados

Observou-se que, em relação às frutas, a banana e o morango são, respectivamente, 13% e 20% mais caro nas feiras do que o produto convencional ofertado no supermercado. Referente ao preço da alface e da couve, a média nas feiras é muito próxima aos produtos convencionais do supermercado. Entre os legumes, a média do preço da batata nas feiras é 60% maior do que o produto ofertado com insumos artificiais. Já o valor médio da cenoura é 40% mais barato nas feiras. Ao contabilizar o gasto total dos alimentos analisados foi possível verificar uma diferença de 21% a mais nas feiras.

Conclusão

Embora comparativamente mais baratos ou ligeiramente mais caros, os alimentos agroecológicos possuem valores agregados indispensáveis para uma vida mais saudável, como a qualidade nutricional de alimentos que são livres de agrotóxicos e outros venenos em seu processo produtivo. Além do benefício social e ambiental, pois valoriza a agricultura familiar, impactando beneficentemente a todos: consumidores, produtores e também o governo. É fundamental que o Estado garanta políticas públicas a este setor a fim de ampliar ainda mais as possibilidades de acesso a alimentos saudáveis e consequentemente a soberania e segurança alimentar e nutricional das pessoas.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a População Brasileira**, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Regularização da Produção Orgânica**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

MARTINS,V.A.; CAMARGO,W.P.; BUENO,C.R.F.2006. **Preços de frutas e hortaliças da agricultura orgânica no mercado varejista da cidade de São Paulo**. Informações econômicas,SP, vol.36, n.9,set 2006.

Palavras-chave: Alimentos Orgânicos; Feiras orgânicas; Preço; Alimentos

COMPARAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NÃO SAUDÁVEIS ENTRE GESTANTES E NÃO GESTANTES BRASILEIRAS

LEILA ALVES OLIVEIRA; MARIANA BARROS CASTRO; POLIANA CRISTINA DE ALMEIDA FONSECA; WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS; ELIZIANE GOMES DA COSTA MOURA DA SILVA; CAROLINA ABREU DE CARVALHO

¹ IFMA - Instituto Federal do Maranhão, ² CEUMA - Universidade CEUMA, ³ UFMA - Universidade Federal do Maranhão
carolcarvalho91@gmail.com

Introdução

A gestação merece atenção especial, pois é o período de maior vulnerabilidade biológica no ciclo reprodutivo da mulher e traz diversas alterações comportamentais e alimentares para o organismo. Sabe-se que o cuidado com a alimentação é ainda mais primordial em durante o período gestacional, pois esta garantirá uma gestação saudável e sem riscos nutricionais para a mãe e para o bebê. Entretanto, não está bem estabelecido se o momento da gravidez interfere no consumo alimentar das gestantes, fazendo-as se alimentarem de forma mais saudável.

Objetivos

Comparar o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis entre mulheres gestantes e não gestantes do Brasil.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, onde utilizou-se dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Foram coletadas informações referentes ao consumo de frutas, de verduras e legumes, de hambúrguer e ou embutidos e de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado (alimentos industrializados) entre gestantes e não gestantes na fase adulta e adolescente, de todas as raças/cor, de todo o Brasil em 2016. Os dados de acompanhamento foram extraídos tanto para gestantes incluídas no SISVAN-web, quanto no Sistema de Gestão do Bolsa Família. A coleta das informações ocorreu em novembro de 2017. Para verificar diferenças entre os grupos foi usado o teste qui-quadrado. O nível de significância para a análise foi de 5%.

Resultados

No ano de 2016 foram avaliadas 31.657 gestantes e 101.979 não gestantes em todo o país. O consumo de frutas foi maior entre gestantes adolescentes, que entre adolescentes não gestantes (70% vs. 68%, $p=0,002$), enquanto o consumo de alimentos industrializados foi maior nas adolescentes não gestantes (56% vs. 54%, $p=0,003$). Não houve diferença no consumo de verduras e legumes, hambúrguer e ou embutidos, nos grupos de adolescentes. Foi observado maior consumo entre as gestantes adultas, quando comparadas ao grupo de adultas não gestantes, para frutas (75% vs. 71%, $p<0,001$), legumes e verduras (75% vs. 74%, $p=0,002$), hambúrguer e/ou embutidos (34% vs. 32%, $p<0,001$) e alimentos industrializados (43% vs. 38%, $p<0,001$).

Conclusão

Gestantes adultas apresentaram maior consumo tanto de alimentos saudáveis, quanto não saudáveis, quando comparadas a mulheres adultas não gestantes. Já entre as adolescentes, houve maior consumo de frutas e menor consumo de alimentos industrializados nas gestantes em relação às não gestantes. Parece que a gestação pode contribuir para um melhor consumo alimentar entre adolescentes. As gestantes adultas tiveram melhor consumo de alimentos saudáveis que as não gestantes, mas também apresentaram aumento do consumo de alimentos não saudáveis.

Referências

GOMES, C.B. et al. Práticas alimentares de gestantes e mulheres não grávidas: há diferenças? Rev. Brás Ginecol Obstet., Rio de Janeiro, v.37, n.7, p.325-332. Junho 2015. Disponível em: Acesso em: 04 out de 2017.

BARROS, Denise Cavalcante de; PEREIRA, Rosângela Alves; GAMA, Silvana Granado Nogueira da and LEAL, Maria do Carmo. O consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública [online]. 2004, vol.20, suppl.1, pp.S121-S129.

MERELENE, C. et al: Índice de alimentação saudável para gestantes: adaptação para uso em gestantes brasileiras. Rev. saúde pub., São Paulo, v.47, n.1, p.20-28, Fev. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000100004 >. Acessado em: 28 Set. 2017.

Palavras-chave: adultas; adolescentes; consumo alimentar; gestantes

COMPARAÇÃO ENTRE OS SEXOS DA FREQUÊNCIA ALIMENTAR DE ADOLESCENTES

FERNANDO HENRIQUE PAVÃO

¹ UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná , ² UNIPAR - Universidade Paranaense
pavao.nutri@gmail.com

Introdução

O processo de modernização e a facilidade em se obter alimentos tem favorecido mudança nos hábitos alimentares da população. Os alimentos processados com altas doses de açúcar e gorduras estão facilmente à disposição. Em contrapartida os alimentos naturais estão sendo pouco consumidos, visto que para sua ingestão é necessário algum preparo prévio, como lavagem, higienização e, em alguns casos, a cocção. Crianças e adolescentes estão expostos às facilidades da vida moderna, resultado em uma alimentação pouco saudável, contribuindo para o aumento do risco de desenvolver precocemente distúrbios crônicos como o diabetes tipo 2.

Objetivos

Analisar as diferenças entre os sexos quanto à frequência alimentar de adolescentes.

Metodologia

Estudo de caráter transversal onde foram coletados dados antropométricos (massa corporal e estatura) para a caracterização da amostra e aplicado o questionário de frequência alimentar em uma amostra representativa dos estudantes matutinos de escolas públicas, com idades entre 11-17 anos, da cidade de Francisco Beltrão/PR, totalizando 666 adolescentes, sendo 370 do sexo feminino e 296 masculino. Cada grupo alimentar foi classificado em consumo adequado e inadequado conforme a quantidade ingerida. Os grupos alimentares analisados foram: Leite e derivados, Carnes e ovos, Leguminosas, Cereais, Frutas, Hortaliças e Legumes, Doces e por fim as Gorduras. Foi realizado o teste de análise de frequência para comparar o consumo entre os sexos. A significância adotada foi de 5%. As análises foram realizadas no software SPSS v.20.0.0. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAR/CEPEH (Protocolo 21714/2012) por estar de acordo com os Princípios Éticos da Experimentação Humana, adotados pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e Resolução 196/96 do Ministério da Saúde. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Após a análise dos dados, foi observado que o padrão de consumo alimentar se assemelha entre os adolescentes de ambos os sexos, havendo diferença estatisticamente significativa apenas para o consumo de hortaliças e legumes ($p=0,014$), onde 10,3% das meninas tiveram consumo considerado adequado frente a 5,1% dos meninos. Para os demais grupos de alimentos, Carnes e ovos, Leguminosas, Doces e Gorduras tiveram consumo considerado adequado para mais de 60% dos adolescentes, enquanto que Leite e derivados, Cereais e Frutas tiveram menos de 20% da amostra com consumo considerado adequado em ambos os sexos.

Conclusão

Pode-se observar comportamento semelhante entre adolescentes do sexo masculino e feminino, com baixo consumo adequado de Leite e derivados, Cereais e Frutas. Foi encontrada diferença significativa apenas para o consumo de hortaliças e legumes entre adolescentes de ambos os sexos, com vantagem para as meninas.

Referências

ABARCA-GÓMEZ, L et al. Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128·9 million children, adolescents, and adults. *The Lancet*, v. 0, p. 1-16, out. 2017. Disponível em: < [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32129-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32129-3)>. Acesso em: 1 nov. 2017.

VOCI, S. M. et al. Estudo de calibração do Questionário de Frequência Alimentar para Adolescentes (QFAA). *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2335-2343, abr. 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400033>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Palavras-chave: consumo de alimentos; ingestão de alimentos; estudantes

COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE CRIANÇAS APÓS INTERVENÇÃO EDUCATIVA

ESTEFÂNIA MARIA SOARES PEREIRA; MARIA EDUARDA BERZOTTI; LUCIENE ALVES

¹ UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

esoaresp@gmail.com

Introdução

A prevalência de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) associadas à alimentação tem crescido e chamado atenção em relação à população infantil. As evidências científicas apontam que o aumento nas taxas de excesso de peso e DCNT é decorrente, entre outros fatores, da inversão dos padrões alimentares. Essa inversão caracteriza-se pela substituição da alimentação tradicional por alimentos e bebidas altamente processados e prontos para consumo.

Objetivos

Analisar a evolução dos estágios de mudanças de comportamento alimentar de escolares a partir do modelo transteórico.

Metodologia

Estudo com 27 alunos do 4o ano do ensino fundamental, de escola pública de Ribeirão Preto - SP, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número 39426214.5.0000.5154. O trabalho contou com um planejamento educativo com atividades que foram realizadas semanalmente, tendo cerca de uma hora e trinta minutos de duração, no período de dois meses, totalizando 10 encontros. A classificação de cada aluno foi realizada através de um questionário, em relação ao estágios de comportamento alimentar no início e no final das intervenções educativas, considerando-se: pré-contemplação, contemplação, decisão (preparação), ação, manutenção. Foram utilizados métodos propostos por Total e Slater (2006) (frutas e verduras) e Moreira (2010) (gorduras).

Resultados

Dentre os participantes do estudo, 40,7% eram do sexo feminino e 59,25% do sexo masculino, com média de idade de 10,07 anos. A classificação dos estudantes segundo o estágio de comportamento alimentar foi realizada em dois momentos, antes e depois das intervenções educativas, considerando o consumo de verduras e frutas e o consumo de óleos e alimentos com gorduras. Em relação ao consumo de frutas, a porcentagem de alunos classificados no estágio de pré contemplação (3,70%) permaneceu a mesma após a intervenção. Antes da intervenção, 66,67% dos alunos foram classificados em estágio de manutenção, sendo que após a intervenção houve redução de 37,03%. Observou-se o aumento de 7,41% de alunos classificados em estágio de comportamento de contemplação; um aumento de 22,22% dos alunos em estágio de decisão, levando em conta que antes das intervenções não havia aluno classificado nesse estágio. Houve aumento de 7,40% dos classificados em ação após a realização das intervenções. Quanto ao consumo de verduras, a porcentagem de alunos classificados em estágio de pré contemplação antes e depois das intervenções permaneceram iguais (11,11%). Os alunos em estágio de manutenção diminuíram em 33,34% após as intervenções, considerando também uma migração desses alunos para os demais estágios de contemplação, decisão e ação, que sofreram um aumento de 29,63% após as intervenções. Quanto ao consumo de óleos e alimentos com gorduras, conseguiu-se observar uma redução de alunos classificados nos estágios de ação e manutenção após as intervenções. Acredita-se que na primeira etapa, quando se realiza a auto avaliação subjetiva da ingestão de óleos e gorduras, a elevada prevalência de indivíduos nos estágios de ação e manutenção se dá pela percepção não realista de consumo de óleos e gorduras que pode subestimar a ingestão de lipídios na dieta.

Conclusão

Conclui-se que a educação nutricional é fundamental para conscientização de melhores escolhas alimentares, porém o sucesso na mudança de comportamento pode ser maior se considerado ao realizar as intervenções as especificidades de cada estágio.

Referências

ASSIS, M. M.; PENNA, L. F.; NEVES, C. M.; MENDES, A. P. C. C.; OLIVEIRA, R. M. S.; NETTO, M. P. Avaliação do conhecimento nutricional e comportamento alimentar após educação alimentar e nutricional em adolescentes de Juiz de Fora – MG. HU Revista, Juiz de Fora, v. 40, n. 3 e 4, p. 135-143, 2014.

MOREIRA, R. A. M. Aplicação do Modelo Transteórico para consumo de óleos e gorduras e sua relação com consumo alimentar e estado nutricional em um Serviço de Promoção da Saúde. Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Belo Horizonte, 2010.

TORAL, N.; SLATER, B.; PÁDUA, C.I.; FISBERG, M. Comportamento alimentar de adolescentes em relação ao consumo de frutas e verduras. Rev. Nutr., Campinas, v. 19, n.3, P.331-340, 2006.

TORAL, N; SLATER, B. Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. Ciência & Saúde Coletiva, 12(6):1641-1650, 2007.

Palavras-chave: comportamento alimentar; criança; mudança

COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE RISCO PARA OBESIDADE EM ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM SÃO PAULO

LUCÍOLA SANTANNA DE CASTRO; ANA CAROLINA LAVIO ROCHA; NAYARA COSTA MARQUES; DANIELE DIAS GOMES; BEATRIZ OLIVEIRA SILVA; SANDRA CRISTINA RIBEIRO

¹ UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

luciolajl@gmail.com

Introdução

A adolescência é uma etapa evolutiva caracterizada por intensas transformações de crescimento e desenvolvimento que influenciam diretamente no aumento das necessidades nutricionais e o qual padrões da vida adulta se estabelecem (1). Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008-2009 (2) mostraram que um quinto dos adolescentes brasileiros apresentou excesso de peso e o concomitante aumento do consumo de alimentos ultraprocessados favorecendo o ganho de peso excessivo e o desencadeamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. O Programa Saúde na Escola constitui um sistema de vigilância de fatores de risco para a saúde de crianças e adolescentes, no âmbito escolar, por meio da avaliação do estado nutricional e promoção da alimentação saudável, entre outras ações (3,4).

Objetivos

Identificar comportamentos alimentares de risco para a obesidade em adolescentes.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal com adolescentes de ambos os sexos, de duas escolas da rede pública municipal da cidade de São Paulo participantes do Programa Saúde na Escola no período de Agosto à Setembro de 2015. Para a descrição do estado nutricional, foi utilizado valor de escore Z do índice de massa corporal para idade, e classificados com base nos pontos de corte recomendados pela Organização Mundial da Saúde e determinados pelo Ministério da Saúde (3). Para identificação dos marcadores de consumo alimentar de risco para obesidade, utilizou-se o Formulário de Marcadores de Consumo Alimentar para adolescentes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (5). Na descrição dos dados foram utilizadas medidas de tendência central e frequências relativas e absolutas, e para as análises inferenciais empregou-se a estatística qui-quadrado, considerando o nível de significância α igual a 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, sob o número 1.120.685.

Resultados

Foram avaliados 504 adolescentes, 30% pertenciam ao ensino fundamental I e 70% fundamental II, com média de idade de 12 anos ($dp=1,6$), sendo 52% do sexo feminino. No que se refere ao estado nutricional, 19,4% apresentaram-se com excesso de peso e 12,9 % com obesidade. Dentre os comportamentos alimentares de risco para obesidade, notou-se que 85% dos adolescentes realizaram as refeições utilizando recursos eletroeletrônicos e consumiram bebidas adoçadas (80%), biscoito recheado (73%), embutidos (57%), salgadinho de pacote (55%), salgado frito (41%), macarrão instantâneo (27%) no dia anterior ao inquérito. Observou-se que os adolescentes do ensino fundamental II consumiram mais macarrão instantâneo ($p < 0,01$) e salgado frito ($p = 0,03$), quando comparados aos adolescentes do fundamental I. Entretanto, os adolescentes do ensino fundamental I consumiram a refeição da escola ($p < 0,01$). Além disso, do total dos adolescentes, 51,5% não consumiram verduras, 34,3% não consumiram frutas, 24,3% não consumiram feijão, 30% não consumiram leite e 22,7% não realizaram o café da manhã. Observou-se diferença estatisticamente significativa entre os adolescentes do ensino fundamental I que realizaram café da manhã ($p < 0,01$) e lanche da manhã ($p = 0,04$), quando comparados aos adolescentes do fundamental II.

Conclusão

Os adolescentes avaliados apresentaram elevada prevalência de excesso de peso, consumo de alimentos ultraprocessados e hábito de realizar as refeições frente a eletrônicos, tais comportamentos podem favorecer e agravar o excesso de peso durante a adolescência.

Referências

1. VITOLLO Márcia Regina. Nutrição da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.
2. BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro; 2010. 130p.

3. BRASIL. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.

4. BRASIL. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

5. BRASIL. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2015b. 33 p.

Palavras-chave: Adolescente; Consumo de Alimentos; Comportamento Alimentar; Obesidade; Programa Saúde na Escola

COMPORTAMENTO ALIMENTAR E CONTROLE DE PESO CORPORAL DE PROFESSORAS DE ESCOLAS PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

MARIANA GORI; RENATA FURLAN VIEBIG

¹ CUSC - Centro Universitário São Camilo

mariana_gori@hotmail.com

Introdução

Na atualidade, é crescente o sentimento de desconforto em relação ao corpo e imagem corporal. As influências socioculturais podem induzir indivíduos de todas as idades, especialmente mulheres, ao desejo por um corpo magro e, conseqüentemente, à insatisfação corporal. A diferença entre o corpo atual e aquele considerado "ideal" pode promover a baixa autoestima, levando à comportamentos de risco para Transtornos Alimentares.

Objetivos

Avaliar o comportamento alimentar e o controle de peso de professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I de escolas particulares do município de São Paulo.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado com professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I de 4 tradicionais escolas da cidade de São Paulo. As docentes foram avaliadas segundo seu Índice de Massa Corporal (IMC) e a partir das respostas fornecidas em um questionário sobre conhecimento, crenças e atitudes em relação ao controle de peso, proposto por O'Dea e Abraham (2001), o qual foi traduzido e, posteriormente, calibrado por nutricionistas brasileiros para a adaptação transcultural do instrumento. A análise dos dados foi feita com o auxílio do software SPSS, segundo a estatística descritiva. Foram investigadas as frequências dos comportamentos alimentares e relacionados ao peso corporal dentre as professoras. Todas as docentes concordaram em participar do estudo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente estudo atendeu aos preceitos éticos e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo sob número 1.709.826.

Resultados

A amostra foi constituída por 55 professoras, todas do gênero feminino, sendo 49,1% da Educação Infantil e 50,9% do Ensino Fundamental I, de 4 colégios paulistanos, com idade média de 37,49 anos (DP=12,04). Dentre as participantes, 56,4% relataram que comiam mais quando se sentiam chateadas e 58,2% consideravam ter bons hábitos alimentares. Em relação ao corpo, 78,2% das professoras relataram estar tentando perder peso, mais da metade estava tentando "definir o corpo" e "desenvolver os músculos". Cerca de 35% das professoras se identificavam como "muito gordas", embora 15,3% fossem obesas segundo o IMC, classificado segundo OMS (2000). Quando questionadas sobre a prática de atividade física, 85,5% relataram que precisavam fazer mais atividade física. Mais da metade da amostra relatou seguir seu próprio estilo de dieta, 41,8% "pulavam refeições" ou evitavam comer e 20% das professoras disseram seguir dietas da moda de revistas. A maioria relatou escolher alimentos de baixa caloria rotineiramente como os "light ou diet" e 56,3% se mantinham ocupadas para não pensar em comida. Vinte e quatro por cento das professoras relataram que bebiam água antes das refeições para não sentir fome. Para perder peso, 7% das docentes relataram jejuar, outros 7% usavam comprimidos para emagrecer e 8% usavam laxantes naturais.

Conclusão

As docentes apresentavam comportamentos alimentares e de controle de peso que se associam ao desenvolvimento de TAs na literatura. Estas atitudes, além de prejudicar as próprias docentes, podem ser transmitidas aos seus alunos, os quais têm entre 4 e 10 anos de idade, despertando preocupações desnecessárias nesta fase da vida, como o controle excessivo da alimentação e do peso corporal.

Referências

O'DEA, Jennifer A.; ABRAHAM, Suzanne. Knowledge, beliefs, attitudes and behaviors related to weight control, eating disorders, and body image in Australian trainee home economics and physical education teachers. *Journal of Nutrition Education*, v.33, n.6, p.332-340, Nov./Dec. 2001.

Palavras-chave: Professores; Transtorno Alimentar; Controle de peso

COMPORTAMENTO ALIMENTAR E GANHO DE PESO EM GESTANTES ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA- MA

MARLUCE ALVES COUTINHO; HELLEN DE PAULA FERREIRA AGUIAR; LEILA RUTE OLIVEIRA GURGEL DO AMARAL; FERNANDA ARAÚJO SANTOS SALDANHA; AMANDA THAÍS VIANA OLIVEIRA; ELZA CRISTINA BATISTA BARBOSA

¹ UFT - Universidade Federal do Tocantins, ² IESMA - Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, ³

HUUFMA/EBSERH - Hospital Universitário da UFMA, ⁴ UFMA - Universidade Federal do Maranhão

marlucecoutinho@hotmail.com

Introdução

De maneira geral, a gestação na adolescência é classificada como de risco. A maternidade precipita várias problemáticas, principalmente aquelas relacionadas com o comportamento alimentar, podendo gerar um sentimento de perda de controle das quantidades ingeridas e mesmo do peso. A gestação, assim como a adolescência, é uma etapa que provoca aumento nas necessidades nutricionais, sendo importante fazer adequação da alimentação, para que a mãe possa formar estoques nutricionais para bom desenvolvimento e ganho de peso do feto, assim como para a formação das estruturas maternas e a preparação para a lactação. Assim como a influência da alimentação materna durante a gestação no desenvolvimento e na programação metabólica da criança, atualmente evidências revelam diferentes efeitos da privação nutricional e da ingestão alimentar excessiva sobre o feto, podendo afetar até mesmo a expressão gênica deste indivíduo e influenciar no seu estado geral de saúde até a vida adulta.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento alimentar e o ganho de peso das gestantes adolescentes assistidas no Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) no município de Açailândia-MA.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e descritivo. Onde de um total de 40 gestantes atendidas nos meses de agosto e setembro de 2015 pelo PROSAD, 32 gestantes participaram do estudo. Após os esclarecimentos sobre a pesquisa as adolescentes assinaram o TA e os responsáveis o TCLE, respeitando os princípios da ética em pesquisa com seres humanos. Para coleta de dados utilizou-se o questionário sobre comportamento alimentar e preocupações com comida e peso, validado por Clark; Ogden (1999), próprio para gestantes adolescentes, e ainda a avaliação antropométrica usando protocolos da Organização Mundial da Saúde (2006-2007).

Resultados

De acordo com o IMC pré-gestacional 3% das adolescentes estavam com obesidade antes de engravidarem, 19% com sobrepeso e 78% com estado nutricional adequado para idade. O IMC gestacional demonstrou que entre as gestantes adolescentes 31% encontravam-se com baixo peso, 19% estavam sobrepeso e 50% com IMC adequado para idade gestacional. Em relação à sensação de fome 65,6% sentem-se extremamente famintas, 59,4% afirmaram comer com extrema frequência e ingerir grandes quantidades de alimentos. A vontade de comer exageradamente é constante em 50% da amostra, contudo apenas 37,5% afirmam não resistir e comer mais do que gostariam. Os desejos alimentares são frequentes de maneira extrema para 18,7% e 31,2% apresentam uma vontade muito forte de comer alimentos específicos. A maioria das adolescentes (53,1%) relataram pensar em comida com extrema frequência e 61,19% pensam em se alimentar constantemente.

Conclusão

Percebe-se um ganho de peso inadequado entre as adolescentes com diminuição da faixa de adequação do IMC gestacional e surgimento do baixo peso antes inexistente. Expondo as gestantes aos riscos inerentes ao ganho de peso insuficiente para manutenção da gravidez e de sua saúde. Com relação ao comportamento alimentar observa-se que mesmo se sentindo famintas, com vontade extrema de comer e pensamento constante em comida as adolescentes gestantes tem resistido e não exageram nas quantidades de alimentos, o que pode ser uma prática para controle do ganho de peso, refletindo no atual estado nutricional.

Referências

BELLARMINO, Glayriann Oliveira et al. Risco nutricional entre gestantes adolescentes. Acta Paul Enferm, v. 22, n. 2, 2009.

COSTA, Lediana Dalla et al. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE GESTANTES DE ALTO RISCO. Cogitare Enfermagem, 2016.

CRUZ, Mércia Santos et al. Perfil socioeconômico, demográfico, cultural, regional e comportamento da gravidez na adolescência no Brasil: Planejamento e políticas públicas, 2016.

DUNKER KLL; et al. Transtornos alimentares e gestação – Uma revisão. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2009.

GRADIM, C. V. C. et al. O perfil das grávidas adolescentes em uma unidade de saúde da família de Minas Gerais. Revista de Atenção Primária à Saúde, v.13, n.1, 2010.

GUANABENS M. F. G., et al. Gravidez na adolescência: um desafio à promoção da saúde integral do adolescente. Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro. 2012.

LIMA, S. L. et al. Caracterização do estado nutricional de gestantes adolescentes e do peso de nascimento de seus bebês. Temas sobre Desenvolvimento, 2011.

OLIBONI, Carolina Marques. Duas grandes transformações ao mesmo tempo: atitude em relação à alimentação e ao corpo em gestante adolescentes, São Paulo, 2014.

OLIBONI, Carolina Marques; ALVARENGA, Marle dos Santos. Atitudes alimentares e para com o ganho de peso e satisfação corporal de gestantes adolescentes. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP – São Paulo (SP), Brasil. 2015.

Palavras-chave: Gestação ; Alimentação ; Adolescência ; IMC gestacional

COMPORTAMENTO DE RISCO PARA ORTOREXIA NERVOSA EM ACADÊMICAS DO CURSO DE NUTRIÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

LORENA FURTADO FALCAO; BIANCA ALMEIDA CERBINO

¹ UNAMA - UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

lorenafalcao@hotmail.com

Introdução

Os transtornos alimentares (TA) são doenças psiquiátricas que geram preocupações exageradas e contínuas com a forma física e/ou alimentar, podendo causar graves malefícios à saúde do indivíduo. Geralmente, acometem mais as mulheres, mas também é possível encontrar em indivíduos do sexo masculino (CORDÁS et al., 2004). Nesse cenário surge um novo, mas igualmente importante TA, chamado Ortorexia Nervosa (ON), que leva o indivíduo a uma preocupação excessiva com sua saúde, prezando pela total qualidade dos alimentos que irá consumir. Trata-se de uma conduta incorreta na alimentação podendo interferir de forma negativa na vida da pessoa, na busca constante pela saúde, agindo de forma descontrolada e insensata (GONZÁLEZ et al., 2007). Estudos sugerem que estudantes e profissionais da área da saúde são mais suscetíveis a desenvolverem comportamento ortoréxico. Nutricionistas e estudantes de Nutrição, além de terem preocupação, muitas vezes, exagerada ou excessiva com o peso e a imagem corporal, são “cobrados” a terem uma alimentação saudável. Aqueles que não seguem adequadamente os padrões, geralmente sofrem críticas pelos colegas e pela sociedade (MARTINS et al., 2011).

Objetivos

Identificar o comportamento de risco para ortorexia nervosa (ON) em acadêmicos do Curso de Nutrição de uma IES.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, quantitativo, tendo como público alvo indivíduos do sexo feminino maiores de 18 anos, acadêmicas do Curso de Nutrição de uma Universidade da Região Norte do Brasil. A coleta de dados foi desenvolvida com base nas informações obtidas no mês de março e abril de 2016. Para garantir os aspectos éticos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade da Amazônia - UNAMA, respeitando as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução nº 466/2012) do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado sob nº de CAAE: 52886716.0.0000.5173. Foi realizada avaliação antropométrica, bem como a aplicação de escala de desenhos de silhuetas mediante uma ficha contendo escala de desenhos de silhuetas, na qual foram coletados dados sobre a imagem corporal discente. Quanto ao questionário Orto-15, este permitiu coleta de dados sobre os hábitos do indivíduo em relação à comida.

Resultados

Dos 35 questionários, a distribuição da faixa etária variou dos 18 aos 26 anos, sendo a média de idade 21,08 anos. ESTADO NUTRICIONAL As medidas antropométricas realizadas nas alunas apontaram como média de altura 1,61 m, média de peso 65,57 kg/m² com uma média de IMC de 25,31 kg/m², na qual 68,57% (n= 24) apresentaram Estado Nutricional de eutrofia IMAGEM CORPORAL Verificou-se na avaliação dos questionários que 74,28% (n =26) apresentavam insatisfação com seu corpo, pois se enxergavam de uma maneira, desejando o corpo em outra forma. Seguindo de 25,72% (n= 9) que alegaram estar satisfeitas com o próprio corpo, ORTOREXIA NERVOSA De acordo com o questionário Orto-15, 11 (31,42%) das 35 participantes apresentaram um escore < 35 na pontuação atribuída por Donini na qual apresenta alta especificidade para o diagnóstico de Ortorexia Nervosa. Em seguida, 45,71% (n = 16) apresentaram uma sensibilidade ao diagnóstico de ortorexia nervosa.

Conclusão

Algumas acadêmicas apresentaram comportamento de risco para ortorexia e outras apresentaram sensibilidade para o diagnóstico de comportamento de risco, e um considerável número de alunas apresentou distorção de imagem corporal, mesmo estando eutróficas, segundo o IMC.

Referências

CORDÁS, T. A.; RIOS, S. R.; SALZANO, F. T. Os transtornos alimentares e a evolução no diagnóstico e no tratamento. In: Alvarenga M, Philippi ST. Transtornos alimentares: uma visão nutricional. Barueri, SP: Manole; 2004. p. 39-62.

DONINI, L.M. et al. Orthorexia Nervosa: A preliminary study with a proposal for diagnosis and an attempt to measure the

dimension of the phenomenon. *Eating and weight disorders*. v. 9, n. 2, p. 151-157, 2004.

GONZÁLEZ, S. D et al. Comer sano és siempre algo bueno? Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2017.

MARTINS, M. C. T.; ALVARENGA, M. S.; VARGAS, S. V. A.; SATO, K. S. C. J.; SCAGLIUSI, F. B. Ortorexia nervosa: reflexões sobre um novo conceito. *Rev Nutr*. 2011;24(2):345-57.

Palavras-chave: COMPORTAMENTO DE RISCO; ESTUDANTES; IMAGEM CORPORAL; TRANSTORNOS ALIMENTARES

COMPOSIÇÃO CORPORAL, PERFIL BIOQUÍMICO E ESTILO DE VIDA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM E SEM RESISTÊNCIA À INSULINA

VIRGILIA OLIVEIRA PANI; MARCOS ALVES DE SOUZA PEÇANHA; CAROLINE RESENDE MARTINS; JOSÉ GERALDO MILL; MIRIAM CARMO RODRIGUES BARBOSA; ELIANE RODRIGUES DE FARIA

¹ UFES - Universidade Federal do Espírito Santo , ² UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

eliane.faria@ufjf.edu.br

Introdução

A resistência à insulina ocorre principalmente pela ação inadequada da insulina nos tecidos periféricos (tecido adiposo, muscular e hepático) (MENDES et al., 2009), com maior predisposição para o desenvolvimento de síndrome metabólica, diabetes e doenças cardiovasculares. Estudos observam associação entre resistência à insulina, excesso de gordura corporal e alterações clínicas e metabólicas em crianças e adolescentes, principalmente entre os obesos (YIN et al., 2013; FARIA et al., 2014; PEPLIES et al., 2016). Desta forma, o estudo da resistência à insulina ainda na infância e adolescência é de extrema relevância.

Objetivos

Avaliar a composição corporal, o perfil bioquímico e o estilo de vida em crianças e adolescentes com e sem resistência à insulina.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal com 296 crianças e adolescentes de ambos os sexos de 8 a 14 anos, de escolas públicas de Vitória/ES. Avaliou-se glicemia de jejum, insulina plasmática, colesterol total e frações (HDL e LDL), triglicerídeos, ácido úrico, proteína C reativa (PCR) e leucócitos totais. A resistência à insulina foi avaliada pela fórmula: HOMA-IR (Homeostasis Model Assessment-Insulin Resistance) = [(insulina de jejum (μ U/mL) x glicemia de jejum [mmol/L])/22,5], considerando-se resistência à insulina $>3,16$ (KESKIN et al., 2005). Foram obtidas medidas de peso, estatura, perímetro da cintura, perímetro do pescoço, perímetro do quadril, percentual de gordura corporal, massa livre de gordura e massa de gordura. Avaliaram-se as variáveis de estilo de vida: tempo no tablete ou celular, tempo assistindo TV e tempo total de tela. Utilizou-se o Teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e o Teste t de Student ou Mann Whitney para avaliar os grupos com e sem resistência à insulina. O projeto teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (parecer n° 1.565.490) e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento pelos adolescentes e seus responsáveis.

Resultados

As maiores frequências de alterações foram: colesterol total inadequado (47,6%); excesso de peso (40,2%); excesso de gordura corporal (39,5%); HDL baixo (27,7%) e resistência à insulina (26,4%). Ao analisar por grupo, os com resistência à insulina apresentaram menores valores de HDL e valores superiores das seguintes variáveis: idade, estatura, peso, IMC, perímetro da cintura, perímetro do quadril, perímetro do pescoço, percentual de gordura corporal, massa livre de gordura, massa de gordura, triglicerídeos, glicose, insulina, HOMA-IR, ácido úrico, leucócitos, tempo no tablete ou celular, tempo assistindo TV e tempo total de tela ($p < 0,05$). Resultados semelhantes foram encontrados ao analisar cada fase separadamente (infância: 8-9 anos e adolescência: 10-14 anos), onde os leucócitos não permaneceram diferentes entre o grupo com e sem resistência à insulina na infância e o tempo no tablete ou celular e o tempo total de tela na adolescência.

Conclusão

Pode-se concluir que o grupo com resistência à insulina apresentou maiores valores das variáveis de composição corporal, bioquímicas e de estilo de vida. Sendo assim, estas variáveis devem ser observadas com cuidado na avaliação destes indivíduos, com atenção especial para o tempo de tela, que é associado com a resistência à insulina e outras alterações metabólicas também na infância e na adolescência.

Referências

FARIA, E. R. et al. Composição corporal e risco de alterações metabólicas em adolescentes do sexo feminino. Rev Paul Pediatr, v. 32, n. 2, p. 207-215, 2014.

KESKIN, M. et al. Homeostasis model assessment is more reliable than the fasting glucose/insulin ratio and quantitative insulin sensitivity check index for assessing insulin resistance among obese children and adolescents. *Pediatrics*, v. 115, n. 4, p. 500-503, 2005.

MENDES, L. L.; GAZZINELLI, A.; VELÁSQUEZ-MELENDZ, G. Fatores associados à resistência à insulina em populações rurais. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 53, n. 3, p. 332-339, 2009.

PEPLIES, J. et al. Longitudinal associations of lifestyle factors and weight status with insulin resistance (HOMA-IR) in preadolescent children: the large prospective cohort study IDEFICS. *Nutrition and Physical Activity*, v. 13, p. 1-12, 2016.

YIN, J. et al. Insulin resistance determined by Homeostasis Model Assessment (HOMA) and associations with metabolic syndrome among Chinese children and teenagers. *Diabetology & Metabolic Syndrome*, v. 5, p. 1-9, 2013.

Palavras-chave: adolescência; composição corporal; estilo de vida; infância; resistência à insulina

COMPOSIÇÃO DE RETINÓIDES SÉRICO SEGUNDO O ESTADO NUTRICIONAL EM ADULTOS DE VIÇOSA, MG.

DANIELLE CRISTINA GUIMARÃES DA SILVA; RAFAELA DE OLIVEIRA MORAES SOUZA; KÁTIA JOSIANY SEHETO; DAYANA LADEIRA MACEDO PEREIRA; GIANA ZARBATO LONGO

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia, ² UFV - Universidade Federal de Viçosa
rafaela.qci@gmail.com

Introdução

A vitamina A é um nutriente essencial para em processo de integridade epitelial, funcionamento do sistema visual, imunidade, reprodução. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2011) recomenda o monitoramento das concentrações séricas de retinóides, sendo a principal abordagem para avaliar o estado da vitamina A em uma população. A deficiência de retinol é reconhecida como uma grande questão de nutrição em saúde pública em países desenvolvidos (YANG et al, 2015).

Objetivos

Investigar a composição de retinóides séricos segundo o estado nutricional e faixa etária em indivíduos adultos de Viçosa, MG.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de base populacional, realizado a partir de uma subamostra de 152 indivíduos de faixa etária de 20 à 59 anos, residentes no município de Viçosa, Minas Gerais. A coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário estruturado contendo perguntas sobre dados sociodemográficos e na aferição de medidas antropométricas. Para avaliação do estado nutricional, foi utilizado o índice de massa corporal (IMC) categorizado em indivíduos com o índice menor que 25 kg/m² foram classificados como normal e indivíduos com índice maior ou igual a 25 kg/m² classificados com excesso de peso (WHO, 1998). A análise quantitativa de retinóides foi realizada a partir do soro sérico através de cromatografia líquida de alta performance, marca Waters modelo Alliance. Os retinóides foram categorizados segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2011). A análise dos dados foi realizada por meio do teste estatístico qui-quadrado com o auxílio do programa Stata versão 13.1. Aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, nº 008/2012.

Resultados

Foram avaliados 152 indivíduos adultos, sendo que 64 (42,1%) eram do sexo masculino e 88 (57,9%) do sexo feminino, a média de idade encontrada foi de 37 (DP=12,12) anos. Houve predominância da faixa etária de 20 a 29 anos com 64 (42,1%) participantes, escolaridade maior que oito anos de estudo em 128 (84,2%) pessoas, 104 (68,4%) indivíduos com nível socioeconômico intermediário. Setenta e oito indivíduos (51,3%) da amostra apresentavam excesso de peso. A média dos valores séricos de retinóides foi de 0,566 mg/L (DP=0,216) na amostra total, sendo 0,530mg/L (DP=0,19) em indivíduos sem excesso de peso, e 0,600 mg/L (DP=0,23) com excesso de peso. 4,6% dos participantes do estudo apresentaram valores insuficientes da vitamina no sangue (<0,3 mg/L), 71,7% apresentaram valores normais (>0,3 – 0,7mg/L) e 23,7% do grupo, hipervitaminose (>0,7 mg/L). Houve associação entre a concentração sérica de retinóides e faixa etária (p = 0,01) e a concentração sérica da vitamina e o excesso de peso (p=0,02).

Conclusão

Maior parte do grupo analisado apresentava concentração sérica de retinóide normal. No entanto quanto maior o excesso de peso, maior a concentração sérica de vitamina A nesta população.

Referências

Yang C, Chen J, Liu Z, et al. Association of Vitamin A Status with Overnutrition in Children and Adolescents. Morales Suárez-Varela MM, ed. International Journal of Environmental Research and Public Health. 2015.

WHO. Serum retinol concentrations for determining the prevalence of vitamin A deficiency in populations. Vitamin and mineral nutrition information system. Geneva, World Health Organization, 2011.

WHO, World Health Organization. Obesity: Preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO consultation on obesity. Geneva, 1998.

Palavras-chave: obesidade; vitamina A; adultos

COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA (CSA) NO BRASIL

KELLY CRISTINA DE MOURA BOMBEM; ANA CLARA FONSECA LEITÃO DURAN

¹ CSA-BOITUVA - COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA BOITUVA, ² UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

kbombem@hotmail.com

Introdução

O guia alimentar para a população brasileira ressalta que uma alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável, levando em conta o sistema de produção e a distribuição dos alimentos. A CSA em linhas gerais é um sistema colaborativo em que agricultor e consumidor dividem a responsabilidade da produção e distribuição, tendo aspectos da economia solidária. A CSA surgiu na década de 60 e está presente em muitos países como Estados Unidos, Europa, Japão, China, entre outros. A primeira iniciativa no Brasil surgiu nos anos 90, mas se fortaleceu no país a partir de 2015.

Objetivos

Descrever o número de iniciativas de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) no Brasil.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, que utilizou como fonte de pesquisa o banco de dados da Associação CSA Brasil. Levantou-se dados de implantação ou em andamento de iniciativas que foram informadas à CSA Brasil até outubro de 2017. Foi considerado como iniciativa cada depósito de CSA, uma espécie de ponto de entrega, mesmo que seja o mesmo agricultor fornecedor, uma vez que as ações de cada depósito são independentes.

Resultados

Existem 78 iniciativas de CSA pelo Brasil. O maior número de CSAs concentram-se no estado de São Paulo (38,5%) e Distrito Federal (33,3%). Paraná e Minas Gerais seguem com 6 e 5 iniciativas. Os estados que possuem menos de 5 iniciativas são: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Foi levantado 15 iniciativas em criação que totalizariam 93 CSAs no Brasil. Em relação a participação das CSAs por região, quase metade (47,4%) das iniciativas se encontram na região sudeste, seguida pela região centro-oeste (34,6%), a região sul com 15,4% e a região nordeste com 2,6% e não foram encontradas iniciativas no norte do país, apenas uma iniciativa em criação no Estado do Amazonas. Em relação ao estado de São Paulo 83,3% das iniciativas estão no interior ou litoral e 16,7% estão na capital de São Paulo. No interior as cidades com mais iniciativas são: Bauru e Indaiatuba com 3 iniciativas cada, seguida por Campinas e Botucatu com 2 iniciativas cada cidade e a única cidade do litoral é São Vicente.

Conclusão

Apesar da CSA estar presente em diferentes estados brasileiros, a concentração é maior em São Paulo e no Distrito Federal e ainda está pouco difundida no nordeste e norte. Considerando a importância da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e a experiência internacional, há potencial de expansão do número de CSAs no país.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. 1.reimpr. Brasília: 2014.

Vasquez A, Sherwood NE, Larson N, Story M. Community-Supported Agriculture as a Dietary and Health Improvement Strategy: A Narrative Review. J Acad Nutr Diet. 2017 Jan;117(1):83-94.

Palavras-chave: CSA ; agricultura familiar; alimentos orgânicos; economia solidária

CONCENTRAÇÕES DIETÉTICAS DE ZINCO DE MULHERES DE ACORDO COM ACHADOS MAMOGRAFICOS ALTERADOS E NÃO ALTERADOS

ANA LUIZA DE REZENDE FERREIRA MENDES; LEANDRO TEIXEIRA CACAU; DAIANNE CRISTINA ROCHA; LUIS GONZAGA PORTO PINHEIRO; HELENA ALVES DE CARVALHO SAMPAIO

¹ ESTACIO - Centro Universitário Estácio do Ceará, ² UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
aninharez@yahoo.com.br

Introdução

O BI-RADS (Breast Image Reporting and Data System) é o nome de um sistema padronizado, criado nos EUA, utilizado para uniformizar os relatos de radiologia para análise das imagens de mamografias. A classificação de BI-RADS é dividida em grupo de avaliações completas (1, 2, 3, 4, 5 e 6) e uma avaliação incompleta (0). O zinco (Zn) é um mineral traço essencial e está envolvido em diversas funções biológicas, como catalíticas, estruturais e regulatórias, tendo importante papel no sistema imunológico e no sistema antioxidante.

Objetivos

Avaliar as concentrações de zinco da dieta de acordo com achados mamograficos alterados e não alterados de mulheres acompanhados em um serviço de mastologia.

Metodologia

Estudo transversal que incluiu 649 mulheres atendidas em uma unidade de saúde que realiza mamografias em pacientes do SUS, no período de Janeiro/16 a Janeiro/17. Os achados mamográficos foram categorizados de acordo com o BI-RADS e divididos em dois grupos. O grupo 1 (achados não alterados) incluiu o BIRADS 1 (resultado negativo) e 2 (achado benigno) e o grupo 2 (achados alterados) incluiu o BI-RADS 0 (avaliação adicional por imagem ou mamografias anteriores são necessários para a comparação), 3 (provavelmente achado benigno), 4 (anormalidade suspeita), 5 (altamente sugestivo de malignidade) e 6 (malignidade conhecida comprovada por biópsia). A coleta de dados dietéticos foi realizada através de 2 recordatórios de 24 horas, e posteriormente, os dados foram convertidos em gramas através da Tabela de Medidas Referidas para os Alimentos Consumidos no Brasil, elaborada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) e analisados no software DietWin Profissional 2.0. A recomendação de ingestão diária foi através da EAR/DRI. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Ceará, sob o número do CAAE: 18054613.0.0000.5534. Todas as participantes assinaram um TCLE.

Resultados

A média de idade foi de 52,49(7,57) anos. O grupo 1 (n = 421) apresentou média de consumo de Zn de 8,58(1,823) mg e o grupo 2 (n = 228) apresentou média de consumo de Zn de 8,57(1,820) mg. Para a porcentagem de consumo abaixo do estipulado pela EAR/DRI (8,68 mcg/d), o grupo 1 esteve com 24,46% abaixo e o grupo 2 com 21,49%.

Conclusão

A porcentagem de mulheres com teor deficiente de zinco foi baixa. Sugere-se que nova análise seja realizada, através do cálculo de inadequação dos nutrientes e do estudo de biomarcadores, para uma melhor acurácia dos resultados, já que a literatura mostra que muitas vezes o consumo pode estar adequado, mas a biodisponibilidade pode estar diminuída, afetando assim as funções orgânicas dependentes de zinco.

Referências

- AMERICAN COLLEGE OF RADIOLOGY (ACR). Breast Imaging Reporting and Data System Atlas (BI-RADS® Atlas). Reston: American College of Radiology; 2003.
- FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M.; COLUCCI, A. C. A. Avaliação do consumo alimentar e da ingestão de nutrientes na prática clínica. Arq Bras Endocrinol Metab. 2009;53/5.
- REIS, B. Z. ; SILVA, G.B. ; COZZOLINO, S.M.F. . Zinco. In: COMINETTI, C.; ROGERO, M.M.; HORST, M.A.. (Org.). Gênomica Nutricional: dos fundamentos à nutrição molecular. 1ed.Barueri: Manole, 2016, v. 1, p. 85-99.
- SILVA, G.B.; REIS, B. Z. ; COZZOLINO, S.M.F. . Zinco. In: COZZOLINO, S.M.F. (Org.). Biodisponibilidade de Nutrientes. 5ed.Barueri: Manole, 2016, v. 1, p. 10-.

Palavras-chave: zinco; minerais; câncer de mama

CONCORDÂNCIA ENTRE SOFTWARES DE CÁLCULO NUTRICIONAL DE DIETAS

RAQUEL MACHADO SCHINCAGLIA; LORRAYNNE BARBOSA DE ASSUNÇÃO; DANIELLA DE BRITO TRINDADE;
MÁRCIA HELENA SACCHI CORREIA; MARIA DO ROSÁRIO GONDIM PEIXOTO

¹ UFG - Universidade Federal de Goiás

raquelms@outlook.com

Introdução

O conhecimento da composição dos alimentos é uma importante ferramenta para o estabelecimento de ações em saúde, incluindo desde a prescrição dietética individual até pesquisas sobre o consumo de alimentos. Atualmente a determinação da composição nutricional com softwares de nutrição têm sido utilizada como uma maneira rápida e segura de análise de dietas, fornecendo praticidade aos profissionais.

Objetivos

Comparar três softwares de cálculo nutricional de dietas, dois nacionais e um internacional, quanto ao valor energético total da dieta, macro e micronutrientes.

Metodologia

Estudo observacional em que os programas avaliados foram o DietWin Profissional® versão 2.0, Avanutri Online®, ambos brasileiros e o World Food Dietary Assessment System® versão 2, internacional. Foram calculados o valor energético e 16 nutrientes (proteína, lipídeo, gorduras saturada, poli-insaturada e monoinsaturada, colesterol, carboidrato, fibra, vitaminas A, D, E e C, sódio, ferro, cálcio e zinco) de recordatórios alimentares de 100 crianças de dois a quatro anos. Após a digitação nos três softwares os dados foram processados no programa Epi Info® e analisados estatisticamente no programa SPSS®, versão 19.0. A normalidade das variáveis foi verificada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov e para a comparação dos resultados, utilizou-se o teste de Friedman e Tukey, com nível de confiança de 5%. O projeto matriz teve aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Goiás (protocolo 074/11) e todos os responsáveis pelas crianças assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

No cálculo nutricional, obtiveram-se diferenças estatísticas significativas para energia e quinze nutrientes: proteína, lipídeo, gorduras saturada e monoinsaturada, colesterol, carboidrato, fibra, vitaminas A, D, E e C, sódio, ferro, cálcio e zinco ($p < 0,05$). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para as medianas de gordura poli-insaturada ($p > 0,05$). Ao considerar a energia e os dezesseis nutrientes analisados neste estudo, o DietWin Profissional® obteve os menores valores para aproximadamente 55% dos casos e o programa WorldFood® apresentou os maiores valores na mesma proporção, e o Avanutri apresentou valores intermediários. As diferenças se devem à particularidade de tabelas que compõem os programas, visto que estes possuem tanto alimentos na forma crua, como no programa americano, quanto em preparações culinárias, como nos programas brasileiros. As divergências também ocorreram por falta de medidas caseiras padronizadas no Brasil e ausência de padronização no percentual de gordura na preparação dos alimentos.

Conclusão

Levando em consideração a particularidade de tabelas que compõem os programas, os mesmos apresentaram diferenças significativas na estimativa de valores de nutrientes, o que pode resultar em diferenças relevantes para a análise do consumo alimentar individual ou em pesquisas científicas.

Referências

Software de avaliação nutricional. DietWin Profissional [programa de computador]. Versão 2008. Porto Alegre: Brubins Comércio de Alimentos e Supergelados; 2015.

Software de avaliação nutricional. Avanutri eficácia em nutrição, online [programa de computador]. Versão 2004. Três Rios: Avanutri & Nutrição Serviços e Informática Ltda Me; 2015.

Software de avaliação nutricional. World Food Dietary Assessment System [programa de computador]. Versão 2. California: University of California; 2015.

Palavras-chave: Inquéritos nutricionais nutrientes; software; tabela de composição de alimentos; estudo observacional

CONCURSO NACIONAL DE MELHORES RECEITAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMPARAÇÃO ENTRE OS ALIMENTOS REGIONAIS DA PRIMEIRA E SEGUNDA EDIÇÃO

ISABELA CRISTINA DE CASTRO ALVES; VERÔNICA CRISTINA ALVES DALAPÍCOLA; MARIA SINEDES NERES
DOS SANTOS; KARINE SILVA DOS SANTOS; FERNANDO LAMARCA

¹ FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ² UNIEURO - Centro Universitário Unieuro
isabelaalves11@gmail.com

Introdução

Na busca por estimular e valorizar a produção e consumo de alimentos regionais e comemorar os 60 anos de existência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação (MEC), lançaram o Concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar. Este, por sua vez, possui o objetivo de valorizar o papel das merendeiras e merendeiros atuantes em escolas públicas de todo o Brasil e promover a educação alimentar e nutricional nas escolas. O concurso é dividido em quatro etapas: Eliminatória, estadual, regional e nacional. Na etapa regional são selecionadas as cinco receitas mais bem votadas por unidade federativa, atendendo aos seguintes critérios: criatividade, valorização de hábitos locais, utilização de alimentos regionais e possibilidade de replicação da receita no contexto da alimentação escolar.

Objetivos

Comparar utilização de alimentos regionais nas preparações culinárias da fase regional da primeira e da segunda edição do concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar.

Metodologia

Foram analisadas 249 preparações culinárias salgadas, sendo 122 da primeira edição e 127 da segunda edição do concurso. As receitas foram analisadas individualmente por região, de acordo com a sua origem de submissão. Os alimentos empregados como ingredientes das preparações culinárias foram alocados de acordo com a sua região característica. Foi registrado a frequência com que os alimentos regionais foram utilizados pela sua respectiva região de origem, além do número total de alimentos presentes nas receitas por região. Com esta análise, foi quantificado quantos alimentos cada região utilizou e classificou-se qual região utilizou maior número de seus próprios alimentos regionais. Adicionalmente, para a análise nacional foi quantificado quais ingredientes foram mais utilizados de todas as preparações culinárias enviadas e de qual região pertenciam.

Resultados

Na primeira e na segunda edição do concurso, a região sudeste, utilizando 12 e 13 alimentos, e nordeste, utilizando 11 e 10 alimentos, foram as que mais utilizaram seus alimentos regionais, respectivamente. Na primeira edição a região centro-oeste ficou em terceiro lugar utilizando 7 dos alimentos regionais e na segunda edição desceu uma posição, utilizando 8 alimentos, ficando na quarta colocação. A região Norte estava em quarto lugar na primeira edição, utilizou-se 6 de seus alimentos regionais, já na segunda edição subiu uma posição, utilizando 9 alimentos, ficando em terceiro lugar. A região sul ficou em último lugar nas duas edições, utilizando 5 e 6 alimentos regionais. A primeira edição do concurso utilizou 42 alimentos regionais nacionalmente, a segunda edição 49 alimentos regionais.

Conclusão

O aumento na quantidade de alimentos regionais utilizados na segunda edição do concurso, representa o maior estímulo em utilizar os alimentos regionais em preparações culinárias e o envolvimento das merendeiras e merendeiros neste processo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Coordenação-Geral do Programa de Alimentação Escolar. Melhores Receitas da Alimentação Escolar, 1º edição. Brasília: 2016.
BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção básica. Alimentos Regionais Brasileiros, 2º edição. Brasília: 2015.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Alimentos regionais; Educação Alimentar e Nutricional

CONDIÇÕES HIGIÊNICOSSANITÁRIAS DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLARES ATENDIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS GOIANOS

VICTÓRIA FABIANO ARANTES DE BARROS; GEOVANNA PEREIRA DE OLIVEIRA; GIOVANNA ANGELA LEONEL OLIVEIRA; THAIS DE PAULA MARQUES; KARINE ANUSCA MARTINS; LUCILENE MARIA SOUZA

¹ FANUT UFG - Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, ² CECANE UFG - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
vicfarantes@gmail.com

Introdução

A alimentação escolar exerce influência na formação e modificação de hábitos alimentares, no rendimento escolar, na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos (LOPES et. al, 2015). Esta alimentação não se limita apenas a oferta de um alimento saudável, abrange-se também ao espaço físico e condições higiênicossanitárias adequadas do local onde a alimentação é preparada, de modo a não comprometer a saúde da comunidade escolar (HAACK, 2016). O controle das condições higiênicossanitárias é necessário em Unidades de Alimentação e Nutrição escolares conforme preconizado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com vistas ao direito à alimentação escolar segura e livre de contaminantes, a fim de possibilitar a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do alcance ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (BRASIL, 2013).

Objetivos

Analisar as condições higiênicossanitárias das Unidades de Alimentação e Nutrição escolares em municípios goianos.

Metodologia

Estudo transversal descritivo realizado por duas nutricionistas do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, por meio de visitas *in loco* a escolas municipais, estaduais, rurais e urbanas, incluindo a educação infantil e ensino fundamental primeira e segunda fases, no período de abril a setembro de 2017. Utilizou-se para a coleta de dados a “Lista de verificação em Boas práticas para Unidades de Alimentação e Nutrição escolares”, desenvolvida pelo Centro Colaborador do Rio Grande do Sul em atenção à Resolução da Diretoria Colegiada nº 216, de 15/09/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A classificação de risco foi realizada a partir das quantidades de questões marcadas que correspondiam às determinações legais. Para classificação do risco sanitário determinou-se o acerto de 90 a 100 questões (risco sanitário muito baixo); de 76 a 90 (risco baixo), de 51 a 75 (regular), alto de 26 a 50 (alto) e de 0 a 25 (muito alto). A pesquisa foi realizada após aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob protocolo CAAE: 70168917.7.0000.5083, de 22/06/2017 e aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes.

Resultados

Foram visitadas 88 escolas de 25 municípios goianos, sendo 65 municipais e 23 estaduais. Dentre essas, 81 (92,05%) eram urbanas, seis (6,82%) rurais e uma (1,14%) quilombola. Das escolas municipais 47 eram de ensino fundamental e 11 Centros Municipais de Educação Infantil, além das rurais e quilombola. Constatou-se que 1,14 % (n=1) apresentaram risco sanitário muito alto; 14,77% (n=13) risco sanitário alto; 63,64 % (n=56) risco sanitário regular; 20,45% (n=18) risco sanitário baixo e ressalta-se que nenhuma teve risco sanitário muito baixo.

Conclusão

A maioria das escolas apresentaram risco regular, com frequência importante de risco alto e muito alto. Preocupa-se com a oferta da alimentação escolar em unidades de alimentação e nutrição escolares em risco sanitário regular e a inexistência de situações de risco muito baixo. Recomenda-se a necessidade da elaboração de manuais de boas práticas com Procedimentos Operacionais Padronizados; formação e capacitação com os manipuladores de alimentos e desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional para proporcionar melhor orientação, participação dos envolvidos e consequentemente melhor qualidade higiênicossanitária nas unidades de alimentação e nutrição.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF: MEC. FNDE 2013. Disponível em: . Acesso em: 16.

out. 2017.

HAACK, D. K.; SCHERER, G. C. R. S.; WEBER, F. H.; PASINI, J. Elaboração e implementação do manual de boas práticas nas cozinhas das escolas da rede estadual de ensino de três passos – RS. Revista Higiene Alimentar, São Paulo, v. 30, n. 256/257, p. 65-70, 2016.

LOPES, A. C. C.; PINTO, H. R. F.; COSTA, D. C. I. O.; MASCARENHAS, R. J.; AQUINO, J. S. Avaliação das Boas Práticas em unidades de alimentação e nutrição de escolas públicas do município de Bayeux, PB, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n.7, p.2267-2275, 2015.

Palavras-chave: Boas Práticas de Manipulações ; Manipulação de alimentos; Alimentação escolar

CONHECIMENTO DAS MERENDEIRAS DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE HIGIENE E BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA.

ANA KAROLINE GOMES MARTINS; ANGÉLICA VANESSA GOMES PEREIRA; ARLENE CORREA MASSOUD; ARIVALDO DELGADO BARATA JUNIOR; JUALICE LOUZEIRO DA SILVA; LUBIA MICHELLE AMARAL VARELA

¹ PMM - Prefeitura Municipal de Marituba, ² UNAMA - Universidade da Amazônia
ananutri.martins@gmail.com

Introdução

Práticas sanitárias inadequadas, como a lavagem incorreta das mãos, cantar durante a manipulação dos alimentos, espirrar e assoar o nariz, passar a mão no cabelo e experimentar a comida na mão; bem como não higienizar os hortifrúteis consumidos crus e não utilizar luvas ou utensílios para distribuição de bolachas, contribuem para o aumento dos riscos de contaminação nas escolas. Sendo assim, considera-se de suma importância o treinamento e a avaliação sobre os conhecimentos das merendeiras em boas práticas de manipulação dos alimentos no ambiente escolar.

Objetivos

Avaliar o nível de conhecimento das merendeiras em relação as práticas de segurança alimentar e nutricional que devem ser exercidas no ambiente escolar, as quais são essenciais para a promoção e manutenção da saúde dos escolares.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado com as merendeiras de todas as escolas públicas, totalizando aproximadamente 300 merendeiras. Os dados da pesquisa foram coletados em julho de 2017 durante a realização da capacitação em boas práticas de manipulação, organizado pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Marituba. Durante o evento foi entregue um questionário auto aplicável para avaliação dos conhecimentos em boas práticas de manipulação dos alimentos e o termo de consentimento livre esclarecido. Apenas 61 questionários foram respondidos corretamente. O questionário constava em 5 blocos. O bloco 1 correspondeu às informações demográficas (sexo, idade, nível de escolaridade, tempo na função, se era concursada e participação em treinamentos). O bloco 2 avaliou o conhecimento (25 questões fechadas sobre doenças veiculadas por alimentos; contaminação cruzada; higiene pessoal e ambiental). O bloco 3 avaliou a atitude das merendeiras e teve como objetivo demonstrar a compreensão sobre a parte conceitual do tema segurança alimentar; esse bloco foi estruturado em 16 questões fechadas. O bloco 4 avaliou as práticas das merendeiras através de auto-relato sobre higiene pessoal e procedimentos relacionados as boas práticas de manipulação e foi estruturado em 20 questões, com cinco níveis de respostas (nunca, raramente, algumas vezes, frequentemente e sempre). Os dados foram tabulados e analisados descritivamente.

Resultados

Observou-se que a maioria das merendeiras (53,4%) é constituída por mulheres na média de idade entre 36 a 55 anos, com 4 anos na função, e quase todas não eram concursadas (96,7%), 85% já tinham participado de treinamento em segurança alimentar. Em relação a escolaridade, observa-se que a maior parte do grupo tinha cursado o ensino fundamental (48,3%). Na avaliação do conhecimento sobre segurança alimentar, na abordagem de doenças veiculadas pelos alimentos e seus agentes etiológicos, a questão que abordou a AIDS podendo ser transmitida pelo alimento, foi respondida corretamente por 80,3% (n=49) das merendeiras. Na avaliação do conhecimento, atitudes e práticas, o conhecimento foi o item melhor pontuado 90% de acertos.

Conclusão

A metodologia do estudo mostrou-se adequada para apreender as percepções, valores e conhecimentos das merendeiras acerca das etapas que envolvem o planejamento, produção e distribuição da alimentação escolar. Reafirmou-se a importância das merendeiras no contexto da alimentação escolar.

Referências

ANGELILLO, I.F.; VIGGIANI, N.M.A.; GRECO, R.M.; RITO, D. HACCP and food hygiene in hospital: knowledge, attitudes, and practices of food services staff in Calabry, Italy. *Infection Control Hospital Epidemiology*.v.22, n.6, p.1-7, 2001.

ANSARI-LARI, M.; SOODBAKSH, S.; LAKZADEH, L. Knowledge, attitudes and practices of workers on food hygienic

practices in meat processing plants in Fars, Iran. Food Control, n.21, p;260-263, 2010.

CIRNE, Ana. Et al. Cartilha Nacional de Alimentação Escolar; 2 ° edição. Brasília, DF. 2015.

TANAJURA, Indira; FREITAS, Maria. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de salvador, bahia. 2012. Salvador, Bahia. 2012

Palavras-chave: alimentação escolar; higiene alimentar; saúde coletiva

CONHECIMENTO PRÉVIO E INTERESSE DE GESTANTES ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM UMA ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO EM PLANALTINA – DISTRITO FEDERAL.

CLARIANE RAMOS LÔBO; CLARIANE RAMOS LOBO

¹ SEDF - Secretaria de Educação do Distrito Federal

clariane nutricionista@gmail.com

Introdução

O leite materno é o alimento mais completo que o bebê pode receber até seu sexto mês de vida. O desenvolvimento da criança que recebe leite materno exclusivo até o sexto mês de vida são notáveis. Crianças que recebem o leite artificial tem risco maior de contrair infecções do que aquelas crianças que recebem o leite humano. O Leite Materno exclusivo garante inúmeras funções imunológicas para a criança e deve ser o primeiro alimento ofertado, já que estudos garantem que o aporte de leite materno nas primeiras horas de vida diminuem a mortalidade infantil.

Objetivos

O estudo pretendeu avaliar o nível de conhecimento e interesse em relação às práticas de Aleitamento Materno Exclusivo em uma Escola de Ensino Técnico, na cidade de Planaltina – Distrito Federal, a partir do sexto mês de gestação.

Metodologia

O estudo foi conduzido contando com a participação de 46 gestantes (alunas e professoras da Escola de Ensino Técnico de Planaltina), a pesquisa teve duração de um ano e dois meses. O questionário foi composto de 9 questões objetivas e 1 subjetiva, voltadas para o tema. Alunas e professoras dos três turnos participaram após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pela Plataforma Brasil, sob o número CAAE: 60593516.1.0000.5056.

Resultados

Cerca de 63,8% apenas já haviam recebido orientações sobre o Aleitamento Exclusivo, o que nos gera uma certa insegurança, pois, 100% das mães estavam fazendo o pré-natal. A maioria das mães que foram orientadas receberam orientações sobre o horário das mamadas e nenhuma afirmou ter recebido orientações sobre a importância de se amamentar exclusivamente até o sexto mês de vida da criança. Todas concordaram que o bebê deve ser amamentado depois da primeira hora de vida. Apenas 10% afirmou que pretende ofertar sopinha e frutas antes do sexto mês de vida da criança. Nenhuma mãe relatou sentir insegurança ou não estar preparada para amamentar e 26% apenas sabiam que somente a partir do sexto mês o bebê deve comer outros alimentos, complementando o aleitamento materno.

Conclusão

O não aleitamento ou o aleitamento materno exclusivo (aquele até o sexto mês), depende de inúmeros fatores que serão influenciados de acordo com o nível socioeconômico, com a idade da nutriz, o número de paridade, o nível de instrução, atividade trabalhista, os mitos e tabus que estão ligados à amamentação e a falta de informação. Talvez por se tratar de um ambiente escolar, onde os cursos são voltados para a área de saúde, os resultados tenham sido promissores. A maioria das gestantes demonstraram ter conhecimento sobre as principais vantagens do aleitamento materno exclusivo, não apenas para a criança, mas também em sua vida. Essas informações, esses conhecimentos são muito importantes para que seja evitado o desmame precoce, favorecendo um bem estar na vida da mãe e da criança.

Referências

- ALMEIDA, G.G., et al. Proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno em um hospital universitário. *Ciêns Saúde Colet.* 2008;13:487-94.
- BARROS, V.O., et al. Aleitamento materno e fatores associados ao desmame precoce em crianças atendidas no programa de saúde da família. *Nutri Rev Soc Bras Aliment Nutr.* 2009;34:101-14.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Manual de Capacitação de Equipes de Unidades Básicas de Saúde na Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação – IUBAAM. Brasília: Ministério da Saúde; 2003. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- CARVALHO, G.D. A amamentação sob a visão funcional e clínica da odontologia. *Revista Secretários de Saúde.* a. II, n.10. p. 12-13, out. 1995.

CASTRO, L. M. C. P.; ARAÚJO, L. D. S. Aspectos socioculturais da amamentação. In: ALEITAMENTO materno: manual prático. 2. ed. Londrina: PML, 2006. p. 41-49.

Palavras-chave: Exclusivo; Maternidade; Prática

CONHECIMENTOS DOS COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO SOBRE ASPECTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE UMA REDE DE SUPERMERCADO EM RIO BRANCO – ACRE.

LARISSA DE LIMA ABADIA; ANDERSON GONÇALVES FREITAS; OYATAGAN LEVY PIMENTA DA SILVA; BARBARA DE ALMEIDA MAFFI; ALANDERSON ALVES RAMALHO

¹ SUPERMERCADO ARAÚJO - A.C.D.A Importação e Exportação LTDA, ² FAMETA - União Educacional Meta, ³ UFAC - Universidade Federal do Acre
lariablina@hotmail.com

Introdução

A qualidade higiênico-sanitária como fator de segurança alimentar tem sido muito estudada e discutida, uma vez que a incidência de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) vem aumentando em nível mundial (AKUTSU et. al, 2005). Segundo Silva (2012) para garantir o controle dos contaminantes alimentares, os serviços de alimentação devem implementar as Boas Práticas, sendo esse considerado um programa preventivo de segurança dos alimentos, que dispõe dos requisitos higiênico-sanitários que devem ser aplicados nas etapas de preparação dos alimentos, a fim de prevenir surtos de DTA, dentre esses requisitos destaca-se a higiene pessoal e ambiental. A adequação dos requisitos de higiene pessoal e ambiental em serviços de alimentação previne a contaminação cruzada e impede que as mãos dos manipuladores e as superfícies de contato com os alimentos, se tornem veículo de contaminação (NYACHUBA, 2010). Para adequação desses requisitos recomenda-se a aplicação de um diagnóstico, composto por uma lista de verificação para avaliar as condições higiênico-sanitárias, bem como a elaboração de um plano de ação para planejamento das não conformidades encontradas (STANGARLIN, et. al, 2014). Sugere-se ainda a supervisão e auxílio de um profissional com conhecimento e experiência na área de alimentos para corrigir possíveis falhas.

Objetivos

O estudo que trata o presente trabalho teve como objetivo avaliar o conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos de uma rede de supermercados em Rio Branco-Acre.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, transversal realizado nas unidades de alimentação e nutrição de uma rede de supermercados em Rio Branco-Acre. Utilizou-se um instrumento semiestruturado. A organização deste instrumento deu-se em quatro blocos: Bloco I - informações demográficas (dados como idade, sexo, instrução, tempo de emprego, participação em treinamentos); Bloco II - conhecimentos sobre Segurança Alimentar (SA); Bloco III - atitudes em SA e Bloco IV - práticas em SA. Para os Blocos II e III as possibilidades de respostas foram: verdadeiro, falso e não sei. O bloco IV foi respondido por auto relato com cinco possibilidades de resposta: nunca, raramente, algumas vezes, frequentemente e sempre. A análise dos dados foi realizada conforme proposto por Soares (2011). Estudo autorizado pelo Comitê de Ética sob CAAE 72318017.7.0000.5009.

Resultados

Os resultados demonstraram que 95,1% dos manipuladores eram do sexo feminino, com idade superior a 31 anos (82,9%) e em relação ao tempo de exercício na função 63,4% estava há mais de um ano na função. Através da avaliação categórica observou-se que o escore de conhecimento apresentou resultados abaixo do satisfatório (87,8%), o que contraria os dados de participação em treinamentos na empresa que alcançou 78,0%. O valor médio de acertos para atitudes foi de 78,0% demonstrando um bom desempenho. Ao considerar os valores mínimos de acertos do referido bloco foi possível verificar atitudes que colocam o alimento em risco de contaminação. O escore de práticas apresentou 87,8% de acertos, deve-se considerar que as práticas auto relatadas podem ser superestimadas pelos manipuladores.

Conclusão

Foi possível concluir que mesmo apresentando pouco conhecimento os colaboradores demonstram atitudes e práticas com resultados satisfatórios. Os manipuladores parecem ter suas atitudes guiadas por um conhecimento empírico adquirido através da experiência.

Referências

AKUTSU RC, BOTELHO RA, CAMARGO EB, SÁVIO KEO, ARAÚJO WC. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. Revista de Nutrição. 2005; 18(3):419-27. doi: 10.1590/S1415-52732005000300013.

NYACHUBA DG. Foodborne illness: is it on the rise. Nutr Rev. 2010;68(5):257-69. [DOI: [http:// dx.doi.org/10.1111/j.1753-4887.2010.00286.x](http://dx.doi.org/10.1111/j.1753-4887.2010.00286.x)].

SILVA Jr. EA. Manual de Controle HigiênicoSanitário em Serviços de Alimentação. 6ª ed. São Paulo: Varela; 2012.

SOARES, Lilian Santos. Segurança dos Alimentos: avaliação do nível de conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino de Camaçari-BA. 2011. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde), Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: . Acesso em 20 de setembro de 2017.

STANGARLIN L, SERAFIM AL, MEDEIROS LB, SACCOL ALF. Instrumentos para diagnóstico das boas práticas de manipulação em serviços de alimentação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio; 2014.

Palavras-chave: Boas Práticas de Fabricação; Conhecimento; Serviço de Alimentação

CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

ISMAEL OLIVEIRA DE ARAÚJO; ANGELO MENDES FERREIRA; SILVANA LIMA GUIMARÃES FRANÇA

¹ UNEB - Universidade do Estado da Bahia

ismael.oliveira1@hotmail.com

Introdução

O projeto de extensão “Nutrindo o Saber” é uma iniciativa da Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e ocorre em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III em um bairro periférico de Salvador, que atende pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. O projeto objetiva o fortalecimento da autonomia de sujeitos em vulnerabilidade psicossocial por meio da construção de uma horta agroecológica. Há um grande potencial terapêutico do desenvolvimento de hortas, pois são espaços férteis para a criação de vínculos entre os usuários e profissionais, sendo relevante para a efetividade das estratégias de Reabilitação Psicossocial, além de promover a cidadania, empoderamento e inclusão social, pois quando os usuários sentem-se como protagonistas, por exemplo, no processo de condução da produção de alimentos saudáveis ocorre o reconhecimento da sua importância como cidadãos, que podem produzir benefícios para a comunidade. A Reabilitação Psicossocial supracitada pode ser compreendida como uma série de intervenções sociais, educacionais, comportamentais e cognitivas que objetivam o incremento da capacidade de desempenho dos papéis sociais de pessoas com transtorno mental (BARTON, 1999 *apud* FUREGATO, 2008).

Objetivos

Promover o empoderamento de indivíduos com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas por meio de espaços (horta) de acolhimento e escuta, culminando assim em uma estratégia para Reabilitação Psicossocial.

Metodologia

Foram realizadas oficinas para o desenvolvimento da horta agroecológica, baseando-se em um princípio do Guia Alimentar para a População Brasileira sobre a produção de alimentos inclusos em um sistema socialmente e ambientalmente sustentável. O projeto alicerçou-se em uma metodologia participativa e problematizadora, pautada na dialogicidade, em que os moderadores dos espaços assumem o papel de construtores de possibilidades de aprendizagem. Além disso, fundamenta-se em práticas educativas focadas na problematização da situação de vida dos sujeitos, ou seja, busca a inserção crítica da realidade dos sujeitos no mundo, algo relevante quando se pauta Reabilitação Psicossocial, visto que existem vivências únicas que levam ao desenvolvimento do transtorno mental (FREIRE, 1987; BEDIM, 2012; MOREIRA, 1999 *apud* KALINOWSKI *et al.*, 2013).

Resultados

Na oficina terapêutica da Horta emergiram espaços de escuta, acolhimento, atenção e apoio e não somente espaços de troca de saberes sobre produção de alimentos. A escuta ocorre quando terapeutas, moderadores e usuários compartilham o mesmo tempo e espaço, sendo fundamental para o estabelecimento de relações e vínculos e crucial para a resignificação dos processos terapêuticos. Além disso, nas oficinas ocorreu socialização entre os participantes, o que culmina em inclusão social e em incentivo ao desenvolvimento de ações no âmbito doméstico, colaborando para o exercício da autonomia no cotidiano dos sujeitos (NASI e SCHNEIDER, 2011).

Conclusão

O projeto colabora para a diversificação de estratégias de cuidado, uma diretriz da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, ademais há uma heterogeneidade na dependência de drogas que afeta os sujeitos de inúmeras maneiras e por distintas razões. O projeto ainda promove o resgate da cidadania e autonomia dos usuários por meio de uma conduta humanizada, participativa e problematizadora, sendo um estímulo às potencialidades dos indivíduos (empoderamento) para melhorarem suas condições de vida.

Referências

- BEDIM, G. D. Metodologias participativas na extensão universitária: instrumento de transformação social. **Revista Agenda Social**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: . Acesso em: 10 Set. 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FUREGATO, A. R. F. Representações de usuários, familiares e profissionais acerca do CAPS. **Esc Anna Nery Rev**

Enferm. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 457-464, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 Set. 2017.

KALINOWSKI, C. E. *et al.* Metodologias participativas no ensino da administração em Enfermagem. **Interface (Botucatu)**. Botucatu, v. 17, n. 47, p. 959-967, 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 Set. 2017.

NASI, C.; SCHNEIDER, J. F. O Centro de Atenção Psicossocial no cotidiano dos seus usuários. **Rev. esc. enferm.** USP. São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1157-1163, 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 Set. 2017.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial; Horta; Segurança Alimentar e Nutricional

CONSUMO ALIMENTAR DE ADOLESCENTES ESCOLARES BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM COMPORTAMENTO ALIMENTAR, TEMPO DE TELA E ATIVIDADE FÍSICA

SUMARA DE OLIVEIRA SANTANA; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN; MURIEL BAUERMANN GUBERT; RENATA ALVES MONTEIRO

¹ UNB - Universidade de Brasília
sumara.nutrir@gmail.com

Introdução

As mudanças no consumo alimentar da população mundial atingem os adolescentes de modo peculiar e têm gerado sérias consequências à saúde dessa população, como o aumento da prevalência de obesidade e de outras doenças, assim como prejuízos na vida adulta. O estudo do consumo alimentar e de seus determinantes é promissor para melhor combater tais enfermidades.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi verificar o consumo alimentar e a sua associação com o comportamento alimentar, o tempo de tela e a realização de atividade física entre adolescentes escolares brasileiros.

Metodologia

Estudo transversal com 14.653 adolescentes estudantes do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Utilizou-se questionário online de autopreenchimento. A análise univariada expressou a frequência sobre o consumo alimentar sob a forma de proporções e respectivos intervalos de confiança de 95%. Observou-se a distribuição percentual da frequência de consumo semanal de cada alimento por um indicador da proporção de adolescentes que consumiam mais ou menos frequentemente cada um dos alimentos selecionados. Além disso, verificou-se também a realização do almoço ou jantar com os pais, do almoço em casa, do hábito de comer em frente à televisão e do computador, do costume de assistir à televisão e usar o computador ou a internet e de realizar atividade física. As associações entre o consumo alimentar e os diferentes determinantes foram verificadas por meio do teste t-Student e F da ANOVA. Este estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília-DF sob o parecer número 034/11.

Resultados

Constatou-se que os adolescentes tiveram um consumo regular de alimentos não saudáveis e pouco frequente de saudáveis. A maioria dos adolescentes consumiu regularmente leite, feijão, guloseimas e refrigerante, enquanto um menor percentual consumiu frequentemente hortaliças cozidas e frutas. O consumo de alimentos saudáveis foi associado à realização do almoço ou do jantar todos os dias com os pais, do almoço todos os dias em casa e da realização de atividade física por mais de quatro horas semanais, enquanto o consumo de alimentos não saudáveis associou-se aos hábitos de comer frequentemente em frente à TV e ao computador e dispensar mais de duas horas assistindo à TV e usando o computador.

Conclusão

A alimentação dos adolescentes mostra a necessidade de ações de promoção da alimentação saudável voltada aos jovens brasileiros. Nesse sentido, os determinantes do consumo alimentar identificados possibilitam direcionar políticas públicas de promoção de saúde para essa população, com ênfase na realização de refeições em casa e em família e na adoção de um estilo de vida ativo.

Referências

- Louzada ML, Baraldi LG, Steele EM, Martins AP, Canella DS, Moubarac JC, Levy RB, Cannon G, Afshin A, Imamura F, Mozaffarian D, Monteiro CA. Consumption of ultra-processed foods and obesity in Brazilian adolescents and adults. *PrevMed* 2015;81:9-15.
- Dutra GF, Kaufmann CC, Pretto AD, Albernaz EP. Television viewing habits and their influence on physical activity and childhood overweight. *J Pediatr* 2015;91(4):346-51.
- Larsen PS, Strandberg-Larsen K, Micali N, Andersen AM. Parental and Child Characteristics Related to Early-Onset Disordered Eating: A Systematic Review. *Harv Rev Psychiatry* 2015;23(6):395-412.
- Berge JM, Wall M, Hsueh TF, Fulkerson JA, Larson N, Neumark-Sztainer D. The protective role of family meals for youth

obesity: 10-year longitudinal associations. J Pediatr 2015;166(2):296-301

Palavras-chave: Saúde do Adolescente; Consumo alimentar; Comportamento alimentar; Estilo de Vida Sedentário

CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS INDÍGENAS NO BRASIL

WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS; AMANDA VALÉRIA MORAES VERDE; THAIS GOMES HELAL SALES; THAIANA LIMA SILVA DA CONCEIÇÃO; LILIAN FERNANDA PEREIRA CAVALCANTE; LUANA LOPES PADILHA

¹ UFMA - Universidade Federal do Maranhão, ² ESTÁCIO - FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS
wyllyane_rayana@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas tem sido observado em vários países, inclusive no Brasil, mudanças quanto aos hábitos alimentares das populações, surgindo complexos modelos de consumo e diferentes causas determinantes. Essas mudanças também aconteceram em populações consideradas excludentes, ou minoritárias, como os povos indígenas brasileiros, pois nos últimos tempos, estes grupos vem tendo mais contato com pessoas fora de suas aldeias e conseqüentemente resultando na abertura para mudanças socioculturais no local de origem. A alimentação dos índios que era basicamente feita de alimentos naturais e caças, hoje tem a adição de alimentos industrializados.

Objetivos

Analisar o consumo alimentar da população adulta dos povos indígenas de ambos os sexos acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no ano de 2016.

Metodologia

Estudo descritivo, realizado com informações retiradas do sistema de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, criado pelo Ministério da saúde e tem como principal objetivo promover informações constantes sobre as condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam. A extração dos dados no sistema de informação foi realizada no ano de 2016, sendo utilizados os dados de todos os meses. A amostra foi de 716 adultos do sexo masculino e feminino, com idade de 20 a 59 anos, de todas as escolaridades, de raça/cor indígena e todos os povos e comunidades do Brasil. Os dados de consumo alimentar extraídos do SISVAN apresentaram informações sobre bebidas adoçadas; biscoito recheado, doces ou guloseimas; hambúrguer e/ou embutidos; macarrão instantâneo, salgadinho de pacote e biscoito salgado; feijão; frutas; verduras e legumes. Como se tratou de dados secundários de acesso público, não houve aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nem aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Por meio dos dados coletados, pôde-se observar que dos 716 índios analisados, 56% consumiam bebidas adoçadas; 39% consumiam biscoito recheado, doces ou guloseimas; 33% consumiam hambúrguer e/ou embutidos; 38% consumiam macarrão instantâneo, salgadinho de pacote e biscoito salgado. Esses percentuais são elevados para o consumo da categoria desses alimentos, ressaltando o consumo de bebidas adoçadas, que ultrapassa a metade desta população e que pode trazer conseqüências como o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. O consumo de feijão foi de 78%; de frutas de 70%; e 68% consumiam verduras e legumes. Quando comparado a outras populações, o consumo dos alimentos in natura foi positivo, com isso pôde-se dizer que ainda persistem alguns antigos hábitos alimentares nessa população, apesar da disseminação de hábitos não saudáveis já estarem presentes na mesma.

Conclusão

A proximidade dos povos indígenas com o homem branco tornou inevitável a implantação de alimentos industrializados no consumo alimentar desse grupo. O estudo apontou que o consumo de alimentos industrializados e afins é considerado alto nessas populações. Diante disto, é importantíssimo o acompanhamento dos povos indígenas quanto ao consumo alimentar, verificação de doenças crônicas não transmissíveis e políticas de educação nutricional.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. SISVAN (Sistema de vigilância alimentar e nutricional) - Relatórios de acesso públicos (recurso eletrônico) <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/relatoriopublico/index>. 2017.

FISBERG; R. M.; MARCHIONI; D. M. L.; COLUCCI; A. C. A. Avaliação do consumo alimentar e da ingestão de nutrientes na prática clínica. 2009.

KATZ; E. Alimentação indígena na América Latina: Comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário. 2008.

Palavras-chaves: Consumo de Alimentos; Nutrição de Grupos de Risco; População Indígena.

Palavras-chave: Consumo de Alimentos; Nutrição de Grupos de Risco; População Indígena

CONSUMO ALIMENTAR DE PRÉ-ESCOLARES DO RIO GRANDE DO SUL

CARLA ALEXANDRA DE PAULA ARAÚJO; KAREN MELLO DE MATTOS MARGUTTI

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

carlaaraujo_ea@hotmail.com

Introdução

A fase pré-escolar caracteriza-se por redução na velocidade de ganho de peso e altura, o que leva a uma redução do apetite e pode contribuir para alimentação inadequada.

Objetivos

Avaliar o consumo alimentar de pré-escolares por abrangência de regiões de saúde do Rio Grande do Sul conforme último levantamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no ano de 2016.

Metodologia

Estudo descritivo com abordagem quantitativa. Foram utilizados dados secundários referentes a crianças pré-escolares, disponibilizados para consulta pública no site oficial do SISVAN referente ao ano de 2016. O período de coleta dos dados secundários foi de maio à junho do ano de 2017. As variáveis analisadas foram: hábito de realizar no mínimo três refeições principais ao dia; consumo de frutas; consumo de verduras e legumes e consumo de alimentos ultraprocessados (macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado, biscoito recheado, doces e guloseimas). Para análise dos dados foi aplicado estatística descritiva, número absoluto, média e percentual, realizada no programa Microsoft Excel® versão 2010.

Resultados

Foram analisados dados disponíveis no site do SISVAN, de 30 regiões de saúde. Destas apenas 13 apresentavam números referentes ao consumo alimentar de pré-escolares e suas variáveis (Verdes Campos, Fronteira Oeste, Vale dos Sinos, Vale do Caí e Metropolitana, Portal das Missões, Diversidade, Caminho das Águas, Planalto, Araucária, Região Sul, Caxias e Hortênsias, Vinte e Oito, Vales e Montanhas). Foi possível verificar que 66,9% dos pré-escolares de todas as regiões de saúde mantém o hábito de realizar as três principais refeições do dia, sendo elas o café da manhã, almoço e jantar. A alimentação saudável, além de proporcionar prazer, fornece energia e outros nutrientes que o corpo precisa para crescer, desenvolver e manter a saúde. Verificou-se que o consumo de frutas, legumes e verduras encontra-se positivo sendo frutas (F) expresso em 84,8% e de legumes e verduras (LV) de 62,3%. Observou-se uma média de consumo de 60% de alimentos ultraprocessados, que mesmo elevado, ainda está abaixo do consumo de FLV. Os benefícios no consumo de frutas e hortaliças se expressam em auxiliam na promoção da saúde e prevenção de doenças. Cabe salientar que a prática de uma dieta balanceada desde a infância favorece níveis ideais de saúde, crescimento e desenvolvimento intelectual.

Conclusão

Apesar da maior oferta de alimentos processados e ultraprocessados na veiculação midiática, destacou -se ente a população estudada um maior consumo de alimentos como frutas, legumes e verduras. Fato este que torna-se um ponto positivo no que se relaciona ao crescimento e desenvolvimento adequado, atuando na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE: Guia Alimentar para População Brasileira promovendo a alimentação saudável. Normas e manuais técnicos: Brasília, 2014.

BRASIL, SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN) Disponível em: http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php Acesso em: 20 Mr. 2017.

EUCLYDES, M. P. Crescimento e Desenvolvimento do Lactente. Nutrição do lactente. 2. Ed. Viçoso, 2000. Cap. 1, p. 1-80.

ROTENBERG, SHEILA; DE VARGAS, SONIA. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 4, n. 1, p. 85-94, jan./mar. 2004.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; SLATER, B. A. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características especiais em materiais educativos. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. V.

25, n. 11, p. 2386-2394, nov. 2009.

Palavras-chave: Consumo de Alimentos; Crianças; Região de Saúde

CONSUMO ALIMENTAR DOS TRABALHADORES DE UMA EMPRESA EM PASSO FUNDO - RS.

ANGELA CORRÊA TRENTIN

¹ UPF - Universidade de Passo Fundo

angelactrentin@yahoo.com.br

Introdução

Diante das mudanças no padrão alimentar da população, em razão de um grande aumento no consumo de alimentos com alto valor calórico, e baixo valor nutricional associado ao sedentarismo, por meio de fatores como urbanização, globalização e renda, há um crescimento significativo no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis e de sobrepeso e obesidade (MORATOYA, et al. 2013). Sendo assim, a importância deste estudo foi obter, a partir dos dados encontrados, os resultados referentes ao consumo alimentar dos comensais, para assim, delinear as devidas intervenções nutricionais.

Objetivos

Identificar o consumo alimentar habitual dos trabalhadores de uma empresa.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal com colaboradores de uma empresa que participa do Programa de Alimentação do Trabalhador no município de Passo Fundo. Foram investigadas as características demográficas, socioeconômicas e estado nutricional. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 1.612.911.

Resultados

Dos 136 participantes da pesquisa 25% são do gênero feminino e 75% do masculino, com idade média de 32,9±7,8 anos, pertencentes a Classe econômica B (61,8%) e C (36,8%). A maioria dos trabalhadores possuem ensino médio completo e 45% tem função de operador de máquinas dentro da empresa. O tempo médio de serviço é de 4,4±2,5 anos e o tempo máximo de 10 anos. A maioria dos trabalhadores realizam suas refeições em casa ou na empresa. Na avaliação do questionário sobre Como está sua Alimentação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) a pontuação média atingida foi de 33,1±6,2 pontos, tendo máximo de 48 e mínimo de 15 pontos. Os resultados encontrados com a aplicação do teste mostram que 67,6% dos trabalhadores precisam prestar mais atenção em sua alimentação e outros hábitos como a prática de atividade física diária. Apenas 8,1% dos entrevistados estão no caminho certo para um modo de vida saudável e 24,3% precisam urgentemente tornar a alimentação e hábitos de vida mais saudáveis. Durante a aplicação do teste, ao questionar os trabalhadores sobre o número de refeições realizadas diariamente, a maioria relatou realizar quatro (31,1%) ou três (31,1%) refeições, sendo que apenas 7,6% realizam as seis refeições indicadas. Uma alimentação equilibrada e peso corporal adequado são essenciais para evitar o desenvolvimento de problemas de saúde e para melhorar o perfil nutricional e metabólico. Infelizmente, nas últimas décadas pode-se perceber uma alteração negativa na alimentação da população brasileira que passou a consumir em excesso alimentos ricos em calorias, gorduras e sódio e redução no consumo de alimentos fontes de vitaminas e minerais (LEVY et al., 2012).

Conclusão

Por meio dos resultados encontrados foi possível observar que apenas 25% dos trabalhadores realizavam de 5 a 6 refeições diárias e que apenas 11% estavam no caminho certo para uma alimentação saudável, comprovando a necessidade da promoção de estratégias de educação nutricional a fim de promover uma maior qualidade de vida através de uma alimentação saudável levando assim a um melhor rendimento no trabalho.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica – Teste: Como está sua alimentação? 2012. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/teste_alimentacao.php.

LEVY, R. B. et al. Distribuição regional e socioeconômica da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil em 2008-2009. Rev Saúde Pública, Rio de Janeiro v. 46, p. 6-15, 2012.

MORATOYA, et al. 2013 Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. Revista de Política Agrícola. 2013.

Palavras-chave: Alimentação; Padrão Alimentar; Programa de Alimentação do Trabalhador

CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA DE UMA POLICLÍNICA UNIVERSITÁRIA

ELLEN CRISTINA DE LIMA; CARLA NAOMI OGAWA FUJIHIRA; CAROLINE DOS SANTOS MEDEIROS; ERIKA YAMADA BATALHA; MILENE FRANCFORT MAGALHÃES MIRANDA; MARCIA MARIA HERNANDES DE ABREU DE OLIVEIRA SALGUEIRO

¹ UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
marciasalgueironutricionista@yahoo.com.br

Introdução

Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica é caracterizada por obstrução crônica e progressiva do fluxo expiratório, associada a uma resposta inflamatória causada por partículas e gases tóxicos. Muitos pacientes apresentam redução no consumo alimentar devido à dificuldade de mastigação e deglutição decorrentes da dispneia, tosse, secreção e fadiga. Contudo, o sobrepeso também pode constituir um problema, pois o aumento de gasto energético requerido para a atividade física aumenta e há redução da capacidade respiratória nos quadros de obesidade.

Objetivos

Caracterizar consumo alimentar e o estado nutricional de pacientes portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, submetidos a tratamento fisioterapêutico em uma Policlínica de um centro universitário de São Paulo.

Metodologia

Os pacientes foram caracterizados segundo sexo, idade, estado civil, condição socioeconômica e hábitos de tabagismo e alcoolismo. Os pacientes foram indagados sobre quanto tempo possuíam a doença, se esta prejudicou sua alimentação e sobre medicações utilizadas. Foi aplicado o Questionário "Como está sua alimentação", do Ministério da Saúde. Os dados antropométricos coletados foram altura e peso, a partir do qual foi calculado o Índice de Massa Corporal, de acordo com a fórmula $\text{Peso}/\text{Altura}^2$; medidas da Circunferência da Cintura e medida de Circunferência do Braço. O estado nutricional de cada paciente foi classificado de acordo com os dados antropométricos obtidos, considerando idade e sexo do indivíduo, segundo a classificação para Índice de Massa Corporal da Organização Mundial da Saúde, para adultos, e da The Nutrition Screening Initiative, para idosos. A classificação a partir das medidas de Circunferência de Cintura e Braço foi feita de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

Resultados

O estudo foi realizado com 11 indivíduos, 64% do sexo feminino e 36% do sexo masculino. 45% eram adultos e 55% idosos. Quanto ao estado civil, 55% eram casados, 27% viúvos e 18% solteiros. O Índice de Massa Corporal apontou 40% dos adultos eutrófico, 40% com obesidade grau 1 e 20% com obesidade grau 2, dos idosos, 83% estavam eutróficos e 17% com sobrepeso. A circunferência da cintura classificou 18% dos indivíduos sem risco de desenvolvimento de doenças metabólicas relacionadas a obesidade, 27% com risco elevado e 55% com risco muito elevado. A circunferência do braço para os adultos mostrou que 20% dos indivíduos estavam abaixo do peso, 40% eutróficos, 20% com sobrepeso e 20% com obesidade. 33% dos idosos estavam eutróficos, 17% com risco de obesidade e 50% com obesidade. 55% dos indivíduos disseram que fumam e 45% dos indivíduos disseram que vivem com pessoas que fumam dentro de casa. Relataram consumo abusivo do álcool 25% dos homens e 57% das mulheres, sendo 27% do total de participantes. Do questionário "Como está sua alimentação", 64% necessitavam realizar melhorias na alimentação e 36% atingiram a pontuação máxima, devendo continuar com a alimentação habitual.

Conclusão

Entre o grupo estudado, houve maior prevalência de indivíduos do sexo feminino, idosos e casados. Pelo Índice de Massa Corporal a maioria estava eutrófica, e pela Circunferência da Cintura a maioria apresentava risco muito elevado de desenvolvimento de doenças crônicas. Pela Circunferência do Braço, a maioria dos adultos estava eutrófica, e a maioria dos idosos com risco de obesidade. Mais da metade dos indivíduos fumam e mais de ¼ do grupo fizeram uso abusivo do álcool. A maioria do grupo estudado poderia melhorar os hábitos alimentares.

Referências

BLACKBURN, G. L.; THORNTON, P. A. Nutritional assessment of the hospitalized patients. The Medical Clinics of North America, v. 63, p. 1103-1115, 1979.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar: como ter uma alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

(Guia de bolso). Acesso em 13 de setembro de 2017. Disponível em: .

BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde : Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

CUPPARI, Lillian. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar: Nutrição Clínica no Adulto. 3 ed. São Paulo: MANOLE, 2014.

Palavras-chave: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Consumo alimentar; Estado nutricional

CONSUMO ALIMENTAR E SUPLEMENTAÇÃO COM VITAMINA C EM MULHERES: UM ESTUDO EM NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANA KAROLYNA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS; LUIZA CARLA BARBOZA DA CRUZ; JAILMA SANTOS MONTEIRO; , LEOPOLDINA AUGUSTA SOUZA SEQUEIRA DE ANDRADE; MARIA GORETTI PESSOA DE ARAÚJO BURGOS; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

luiza_carla96@hotmail.com

Introdução

Uma parte da população consome doses elevadas de vitamina C. O limite superior tolerável (UL) é de 2000 mg/dia para mulheres e homens, sendo que o consumo acima desse valor está relacionado com distúrbios gastrointestinais e absorção excessiva de ferro, principalmente em pacientes que fazem suplementação de ferro e vitamina C podendo desenvolver um quadro de hemocromatose (Institute of Medicine, 2000). O uso abusivo de vitamina C geralmente é feito pelo uso de suplementos sem controle nem prescrição.

Objetivos

Avaliar o consumo alimentar e a suplementação com vitamina C em mulheres nutricionistas do estado de Pernambuco.

Metodologia

Trata-se de um estudo de corte transversal que envolveu profissionais do sexo feminino, regularmente inscritas no Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6). Os dados foram coletados por meio de um questionário online, realizado no primeiro semestre de 2013. O consumo alimentar foi avaliado através do recordatório de 24 horas no qual haviam questões sobre suplementação alimentar. O modelo conceitual também considerou variáveis sociodemográficas e antropométricas. Para o diagnóstico do excesso de peso e obesidade abdominal foi utilizado o índice de massa corporal (IMC) com a classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS (WHO, 1995) e a circunferência abdominal (CA), avaliada de acordo com os pontos de corte da OMS (WHO, 1998). Quanto às variáveis antropométricas, os dados utilizados foram referidos pelos nutricionistas. O consumo total de vitamina C foi avaliado levando em consideração o valor total do consumo alimentar mais o fornecido por suplementos, identificando como excessivo o valor superior a 2000mg/dia (Institute of Medicine, 2000). A construção do banco de dados e a análise estatística foram realizadas no programa SPSS 13.0. Para verificar associações entre as variáveis dicotômicas, foram aplicados o teste do Qui-quadrado ou teste exato de Fisher, no estudo de correlação entre as variáveis foi aplicado a Correlação de Spearman. Foi adotado o nível de significância de 5% para rejeição da hipótese de nulidade. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE: 13380613.4.0000.5208).

Resultados

Foi analisado um total de 277 nutricionistas com média de idade de 29 anos, sendo a maioria (51%) com idade entre 20 e 29 anos. O consumo calórico das nutricionistas foi avaliado e encontramos uma ingestão excessiva em 6,5%, com a média de EER (Necessidade Estimada de Energia) de 2111 Kcal e média de consumo calórico de 1475 Kcal. As nutricionistas, 74%, eram eutróficas e dentre os transtornos nutricionais o excesso de peso foi o mais prevalente, presente em 16,6%; sendo que deste percentual, 5,4% eram obesas. A mediana de consumo diário de vitamina C pelas nutricionistas, foi bem superior ao estabelecido pela EAR (Necessidade Média Estimada). No que diz respeito ao uso de suplementação vitamínica/mineral, 13,7% faziam o uso, sendo que 48,1% dos suplementos utilizados não continham vitamina C, e 51,9% das nutricionistas consumiam suplementos multivitamínico/mineral. Nenhum dos parâmetros antropométricos apresentou correlação com o consumo de vitamina C e em relação ao consumo alimentar de acordo com o uso de suplementação vitamínica, não foi evidenciado associação estatisticamente significante.

Conclusão

Esses achados sugerem o adequado aporte alimentar de vitamina C pelo grupo avaliado.

Referências

INSTITUTE OF MEDICINE/FOOD AND NUTRITION BOARD. Dietary References Intakes for vitamin C, vitamin E, selenium, and carotenoids. Washington, National Academy Press, 2000. 529p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: The use and interpretation of anthropometry. WHO Technical Report

Series, n. 854, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity. Report WHO Consult. Obesity Geneva, p. 7-15, 1998.

Palavras-chave: Consumo Alimentar; Suplemento Alimentar ; Vitamina C

CONSUMO ALIMENTAR, AUTOPERCEPÇÃO DE SAÚDE E PRESENÇA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, EM IDOSOS PARTICIPANTES DE GRUPO DE CONVIVÊNCIA

NATÁLIA GOMES PIMENTA; ANA BEATRIZ COELHO DE AZEVEDO; ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA; LUCIANA SILVA FERREIRA

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
aspnutri@gmail.com

Introdução

O aumento no consumo de alimentos ultraprocessados é um dos principais fatores que interferem no surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na população, inclusive entre idosos (PREVIATO et al., 2015). Em decorrência do aumento da expectativa de vida e da presença de alimentos ultraprocessados na mesa da população, torna-se importante analisar a possível relação entre o consumo alimentar, a autopercepção de saúde e a presença de DCNT no grupo estudado.

Objetivos

Relacionar o consumo de alimentos ultraprocessados e o auto-relato de DCNT, em idosos participantes de grupo de convivência do Rio de Janeiro/RJ.

Metodologia

Estudo transversal e descritivo, realizado com idosos, participantes do Programa Interdisciplinar de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Idoso, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi desenvolvido com base em dados oriundos do projeto "Qualidade de vida dos idosos - um estudo comparativo entre duas capitais brasileiras: Natal, RN e Rio de Janeiro, RJ", e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 571.358, de 26 de fevereiro de 2014). A participação dos idosos foi voluntária e condicionada à assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A avaliação do consumo alimentar, foi realizada a partir de três inquéritos alimentares, do tipo recordatório 24 horas (R24hs), com intervalo mínimo de 15 dias entre eles. Para a análise da contribuição calórica, foi utilizado o software DietPro, versão 5i e posteriormente, agrupou-se os alimentos de acordo com a classificação NOVA (2016), sendo: alimentos in natura ou minimamente processados, alimentos processados e alimentos ultraprocessados. Para a caracterização da população, foram obtidas, por meio de entrevista, as variáveis idade, auto-relato do estado de saúde e de doenças crônicas não transmissíveis.

Resultados

Participaram do estudo, 25 idosos de 60-79 anos. Quando questionado sobre o estado de saúde, 8% relataram considerar "muito ruim" ou "ruim", 40% "regular" e 52% "bom" ou "muito bom". Segundo relato, os idosos, em sua maioria, apresentavam quadro de hipertensão arterial sistêmica (HAS) (76%), enquanto 24% e 28% relataram, respectivamente, apresentar diabetes (DM) e osteoporose. Considerando a percepção de saúde, observou-se que os grupos que a considerava "muito ruim/ruim" e "muito boa", foram aqueles que relataram um menor consumo de ultraprocessados, ao considerar a contribuição calórica total. Ao relacionar o nível de processamento dos alimentos e o auto-relato de doenças crônicas, verificou-se que os idosos que relataram apresentar HAS e DM apresentaram um maior percentual de consumo de ultraprocessados (23,3% e 23,5%, respectivamente), quando comparados àqueles que não possuíam (20,8% e 19,8%, respectivamente). O inverso foi observado para o grupo que afirmou apresentar osteoporose, onde foi observado um consumo de 20,7% de ultraprocessados, enquanto os que não relataram, consumiram 27,1%.

Conclusão

Conclui-se que há uma possível relação entre o consumo de ultraprocessados na dieta de idosos e o auto-relato de doenças crônicas. Observou-se também que a autopercepção de saúde não influenciou na escolha desses alimentos. Diante desses resultados, observa-se a importância de atividades de orientação nutricional no grupo estudado.

Referências

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G.; LEVY, R. B.; et al. NOVA: A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.]. World Nutrition, São Paulo, v. 7, n. 1-3, p. 28-40, 2016.
PREVIATO, H. D. R. A.; BARROS, F. S. S.; MELLO, J. B. M.; SILVA, F. C. S.; NIMER, M. Perfil clínico-nutricional e

consumo alimentar de idosos do Programa Terceira Idade, Ouro Preto-MG. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, Minas Gerais, v. 10, n. 2, p. 375-387, 2015.

Palavras-chave: alimentos ultraprocessados; doenças crônicas não transmissíveis; estado de saúde; idosos

CONSUMO ALIMENTAR: UMA AVALIAÇÃO COM CRIANÇAS MAIORES DE 6 MESES E MENORES DE 2 ANOS DE IDADE

ADRIANA PATRÍCIA DA SILVA; ISABEL FERNANDES DE SOUZA; SORAIA YOUNES

¹ UNIAMÉRICA - Faculdade União das Américas, ² UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
soraiayounes@hotmail.com

Introdução

Após a criança completar 6 meses de vida, faz-se necessário a alimentação complementar adequada, a mesma deve ser ofertada juntamente com o leite materno até os dois anos (OLIVEIRA et al., 2015). Esta alimentação deve ser distribuída em três refeições ao longo do dia, consistindo em duas papas de fruta e uma papa salgada. No oitavo mês, as refeições são compostas em duas papas salgadas e duas papas de frutas. A partir dos onze meses duas papas de frutas, duas papas salgadas e dois lanches (BRASIL, 2013). Os alimentos especialmente preparados para as crianças são chamados de alimentos de transição (GIUGLIANI; VICTORIA, 2000).

Objetivos

Avaliar o consumo alimentar de crianças acima de 06 meses de idade e menores de 02 anos cadastradas em uma Unidade Saúde da Família no Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Metodologia

Estudo observacional analítico do tipo transversal, realizado no período setembro a outubro de 2015. A coleta de dados se constituiu da aplicação de um instrumento denominado Marcador de Consumo Alimentar, versão de 2014. Os pais ou responsáveis, responderam o bloco do marcador denominado “Crianças de 06 a 23 meses” do referido instrumento. Como a amostra é composta por menores de 18 anos os Termo de Consentimento Livre Esclarecido foram assinados pelos responsáveis legais.

Resultados

Foi avaliado o consumo alimentar de 64 crianças, sendo 48% (n=31) do sexo masculino e 52% (n=33) do feminino. A mediana de idade foi de 18 meses. Na população em estudo 39% (n=25) estavam em aleitamento materno após os 6 meses de idade. No que diz respeito à alimentação complementar, o marcador de consumo alimentar para a faixa etária estudada contempla questionamentos quanto a alimentação do dia anterior a entrevista. Para os seguintes alimentos observou-se uma prevalência no consumo: frutas de 76% (n=48); comida de sal de 95% (n=61); legumes de 58% (n=37); alimentos de cor alaranjada ou verde escuro de 45% (n=29); verduras de folha de 20% (n=13); carnes e ovos de 81% (n=52); fígado de boi de 8% (n=5); feijão de 72% (n=46); hambúrgueres e/ou embutidos de 25% (n=16); para bebidas adoçadas de 42% (n=27); macarrão instantâneo, salgadinho de pacote, e biscoito salgados de 34% (n=22); biscoito recheado, doces ou guloseimas de 28% (n=18).

Conclusão

Evidencia-se que após os seis meses há uma diminuição significativa das práticas de amamentação continuada. É preciso ressaltar que faz-se necessário medidas preventivas e educativas visando a formação de práticas saudáveis de alimentação desde a infância. A criação de campanhas que atinjam a população torna-se fator determinante para a promoção da saúde, estas devem ser efetivas, estimulando principalmente o consumo de alimentos naturais, como frutas, verduras, legumes levando sempre em conta aspectos culturais que estão contidos na alimentação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

GIUGLIANI, E.R.J; VICTORA, C.G. Alimentação complementar. *Jornal de Pediatria*, Vol. 76, Supl. 3, 2000.

OLIVEIRA, Juliana Martins et al. Avaliação da alimentação complementar nos dois primeiros anos de vida: proposta de indicadores e de instrumento. *Caderno de Saúde Pública*, v. 31, n. 2, 2015.

Palavras-chave: Alimentação infantil; Bem-estar da criança; Introdução alimentar

CONSUMO DE ALIMENTOS FOTOPROTETORES EM PRESTADOR DE SERVIÇOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE RECIFE - PE.

INGRID MARIA SOUSA DE OLIVEIRA; KAUHANNY FLORENCIO LINS; SYDIA DARCILA OLIVEIRA MACHADO

¹ FPS - Faculdade Pernambucana de Saúde

ingridmaria-@hotmail.com

Introdução

A exposição solar pode afetar uma grande parcela de trabalhadores que se expõem diariamente ao sol, podendo repercutir com consequências irreversíveis. A contribuição nutricional objetiva complementar as demais medidas fotoprotetoras sendo equivalente ao FPS 4, apresentando um grande diferencial pelo fato de ser sistêmica, estando presente no organismo de forma constante e atinge homogeneamente toda extensão da pele. Fotoprotetores dietéticos são fontes de proteção endógena, obtidos através da alimentação ou suplementação.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo avaliar o consumo de fotoprotetores dietéticos por prestadores de serviços nos logradouros públicos do centro da cidade de Recife-PE

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo/quantitativo e transversal, realizado no período de julho de 2016 a agosto de 2017, através de pesquisa no centro da cidade do Recife-PE. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde, com número do parecer nº: 1.981.175/CEP-FPS PE/2017. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento livre e esclarecido, antes de sua inclusão na amostra. A população do estudo foi composta por 110 trabalhadores. Foram incluídos no trabalho aqueles com idade igual ou superior a 18 anos. A amostra foi constituída por aqueles que aceitaram participar da pesquisa e se dispuseram a responder os questionários aplicados. Foram excluídos da amostra os trabalhadores não alfabetizados. A análise da frequência alimentar refletiu a frequência de consumo de 22 (vinte e dois) alimentos com potencial de fotoproteção. O agrupamento e identificação dos alimentos obedeceu aos grupos de vitaminas (vitaminas C e vitaminas E), carotenoides, flavonoides e ácidos graxos poli-insaturados ômega 3. Uma vez que estudos recentes sobre estes alimentos têm destacado ações promissoras na prevenção dos efeitos cutâneos causados pela exposição solar e no favorecimento a saúde da pele.

Resultados

Na análise da frequência alimentar, a laranja foi a fruta que apresentou maior adesão, em relação às frutas que nunca são consumidas pelos ambulantes, o pêssego (87,3%) e o morango (51,0%) obtiveram maior destaque. Entre os vegetais e legumes analisados, o espinafre (91,8%) foi o vegetal menos consumido, seguido da couve (62,7%) e beterraba (48,2%). Entre os vegetais mais consumidos estão o tomate (64,5%), cenoura (38,2%) e alface (31,8%). A carne de fígado, não possuiu boa aceitação, pois 60,0% dos entrevistados admitiram consumir esse alimento raramente. Diferentemente do ovo, o qual chega a ser consumido uma vez ao dia por 32,7% dos entrevistados. Quanto aos cereais e leguminosas aproximadamente 55,0% dos ambulantes utilizavam o milho raramente. A batata doce reflete adesão mediana dos ambulantes, uma vez que chega a ser consumida de duas a quatro vezes na semana por 29,1% dos entrevistados. No grupo das leguminosas, o consumo da castanha, foi verificado que a mesma possuía baixa aceitação, de forma que 40,0% relata nunca consumir. A soja apresentou baixo consumo pelos ambulantes (82,7%), que afirmaram nunca terem consumido devido ao custo ou pela falta de conhecimento sobre o produto.

Conclusão

Foi observado que o consumo dietético de alimentos com potenciais efeitos fotoprotetores na população estudada foi baixo. Vale ressaltar que o consumo de alimentos com potencial fotoprotetor não substitui o uso de medidas protetoras tradicionais.

Referências

Balogh Tatiana Santana, Velasco Maria Valéria Robles, Pedriali Carla Aparecida, Kaneko Telma Mary, Baby André Rolim. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. An. Bras. Dermatol.
Schagen SK, Zampeli VA, Makrantonaki E, Zouboulis CC. Discovering the link between nutrition and skin aging. Dermato-endocrinology.
Brasil. Regulação comércio e serviços ambulantes. Câmara Municipal de Sessão Ordinária realizada no dia 14 de junho

de 1994. Lei nº 4.385, de 04 de julho de 1994, São Paulo.

Araujo TS, Souza SO. Protetores solares e os efeitos da radiação ultravioleta. Rev. Scientia Plena

Sies H, Stahl W. Nutritional protection against skin damage from sunlight. Annu Rev Nutr.

Palavras-chave: Fotoproteção oral; Escala de Fitzpatrick; Fototipo cutâneo; Radiação ultravioleta

CONSUMO DE ALIMENTOS GORDUROSOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM EXCESSO DE PESO ATENDIDAS EM UM AMBULATÓRIO MULTIPROFISSIONAL

TIAGO DA SILVA MARTINS; LUANA Y CASTRO; MARILIA DORNELLES BASTOS; FRANCISCA ASSMANN WICHMANN; FABIANA ASSMANN POLL

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

fpoll@unisc.br

Introdução

O mundo atual vem sofrendo uma mudança no estilo de vida, a falta de tempo e outros motivos, que levam as pessoas a se exercitar menos, gastar menos energia, e em contrapartida ingerem um aporte calórico maior que o necessário. Estão presentes na rotina da população, alimentos prontos, lanches rápidos, alimentos fritos e uma infinidade de ultra processados. Inúmeros motivos são aqueles pelos quais as crianças e adolescentes acabam adquirindo uma alimentação desbalanceada e pobre em nutrientes, entre eles estão, uma rotina familiar de alimentação inadequada, aceitação em grupos de amigos, a busca pela praticidade e também a falta de educação alimentar e nutricional em escolas e ambientes familiares, acarretando em problemas de saúde atuais e futuros.

Objetivos

Avaliar o consumo de frituras e lanches rápidos por crianças e adolescentes em excesso de peso atendidos em um ambulatório multiprofissional.

Metodologia

Estudo de natureza qualitativa e quantitativa, com delineamento descritivo observacional. O ambulatório denominado "Vida Leve", é composto por uma equipe de profissionais e acadêmicos da área da medicina e nutrição. Esta atividade faz parte das atividades desenvolvidas pelo Curso de Medicina e pelo projeto "Promoção de modos de vida saudáveis nas doenças crônicas não transmissíveis e obesidade: da infância ao envelhecimento humano", junto ao Serviço Integrado de Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS; aprovado sob protocolo 25462314.0.0000.5343. As variáveis em estudo foram a frequência de consumo de frituras (pasteis, empanados, bolinhos e salgados fritos) e de lanches rápidos e alimentos prontos para consumo (ex: pizza, xis, fast food, macarrão instantâneo) coletados do prontuário dos pacientes no primeiro atendimento no ambulatório. Os dados foram tabulados e analisados descritivamente no programa Microsoft Excel.

Resultados

A amostra foi constituída de 83 crianças e adolescente em excesso de peso, com idade média de $8\pm 3,64$ anos. Dentre eles 61,44% (n=51) eram do sexo masculino e 38,55% (n=32) eram do sexo feminino. Relataram consumir diariamente frituras 3,61% dos pacientes, 45,78% consomem de uma a quatro vezes por semana, 38,55% consomem esporadicamente, 4,81% nunca consomem e 7,22% não foi informado. A ingestão diária de lanches prontos foi referida por 4,81% dos pacientes, 33,73% consomem de uma a quatro vezes por semana, 48,19% consomem esporadicamente, 6,02% nunca consomem e 7,22% não informaram.

Conclusão

Pode-se concluir que o consumo diário de alimentos fritos e lanches rápidos foi baixa, sendo que a frequência de uma a quatro vezes na semana foi a mais prevalente. Portanto percebe-se que há uma necessidade de educação alimentar e nutricional para crianças e adolescentes, pois esse consumo poderia se dar de maneira esporádica, visto que esses pacientes analisados já possuem o agravante de estar em excesso de peso.

Referências

- MENÊSES, L. E. N., et. al.. Consumo alimentar e estado nutricional de crianças em uma escola privada de Palmas, Tocantins. Revista Desafios, v. 04, n. 03, 2017.
- SILVA, Jéssica Vilela. Sobrepeso e obesidade infantil: uma proposta de intervenção. UFMG, 2015.
- DE SOUZA, Elton Bicalho. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. Caderno UniFOA, n.13, 2010.

Palavras-chave: Lanches rápidos; Frituras; Obesidade Infantil; Consumo alimentar

CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS NO LANCHE DE UMA ESCOLA EM RECIFE-PE

IANE CLEISE ALVES ANDRADE; ROBERTA RODRIGUES DA SILVA; TACIANA FERNANDA DOS SANTOS FERNANDES

¹ FSM - Faculdade São Miguel
tacimest@hotmail.com

Introdução

A infância é um período crucial para a formação dos hábitos alimentares saudáveis. A nutrição é um fator importante para o crescimento e desenvolvimento da criança e está intimamente ligada à alimentação (TOLONI et al., 2011). Entretanto, o processo de transição nutricional ocorrido nas últimas décadas, marcada pela inserção da mulher no mercado de trabalho, notou-se a diminuição do consumo de comidas caseiras e aumento do consumo de alimentos industrializados pelas famílias brasileiras refletindo assim nos hábitos alimentares das crianças (SOUZA, 2010).

Objetivos

Analisar a proporção de alimentos industrializados presente nos lanches de escolares numa escola de rede privada em Recife, Pernambuco.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional transversal realizado em uma escola de rede privada, situada no centro da cidade do Recife - PE. A instituição assiste alunos do ensino infantil ao ensino médio e foi escolhida por não fornecer lanches aos alunos, por não haver nutricionista e pela facilidade do acesso das pesquisadoras ao local. Sendo assim, os lanches desses alunos foram provenientes das suas residências ou comprados na cantina da própria instituição. Foram observados 190 lanches de escolares do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. A coleta foi realizada de forma observacional na cantina da escola, no horário da manhã. Durante a coleta foram registrados os alimentos presentes às mesas da área da cantina não sendo considerados os lanches consumidos nas áreas externas à cantina pela dificuldade operacional. Os lanches foram analisados e categorizados de acordo com o modelo de perfil nutricional da Organização Panamericana de Saúde (2016). Foram classificados como alimentos ultraprocessados os produtos panificados, bebidas artificiais, guloseimas, defumados, salgadinhos de pacote, bebidas lácteas e embutidos. Os classificados por minimamente processado ou natural foram as frutas, tubérculos ou sucos naturais sendo esses considerados pelas pesquisadoras quando a bebida era proveniente de garrafas térmicas ou das lancheiras.

Resultados

Dos lanches observados 59,96% eram ultraprocessados sólidos e 30,51% líquidos, quanto aos minimamente processados / in natura sólidos foram observados 8,40% e líquidos 1,05% dos lanches. Das bebidas mais consumidas 48% foi o suco industrializado e 21% refrigerantes. Dos alimentos sólidos mais vistos 45% foram biscoitos e em seguida o pão/pizza 25%.

Conclusão

Concluiu-se que os alimentos mais observados no lanche escolar foram os ultraprocessados o que sugere que essas crianças estão expostas ao aparecimento precoce de doenças crônicas não transmissíveis, visto que esses alimentos em excesso são considerados de risco para o surgimento dessas doenças

Referências

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde. Washington, DC: OPAS, 2016. Disponível em: < <http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/18623>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SOUZA, E. B. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. Cadernos UniFOA. Volta Redonda, Ano V, n. 13, ago. 2010. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/13/49.pdf>. Acesso em 04 abr. 2017.

TOLONI, M. H. A. et al. Introdução de alimentos industrializados e de alimentos de uso tradicional na dieta de crianças de creches públicas no município de São Paulo. Revista de Nutrição, Campinas, v. 24, n. 1, p. 61-70, fev. 2011.

Disponível em: . Acesso em: 19 set. 2016.

Palavras-chave: alimentos ultraprocessados; escolares; alimentação saudável

CONSUMO DE ALIMENTOS POR ESTUDANTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO DE MACEIÓ/AL

GEOVANA SANTOS MARTINS NEIVA; KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; FABIANA CRISTINA ALVES DE ALBUQUERQUE; ARIANA DE FARIAS BEZERRA; NATANAEL SILVA GUEDES FRANCO; QUITÉRIA GICELIANE DOS SANTOS

¹ UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau, ² UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, ³ UFAL - Universidade Federal de Alagoas
geoneiva@yahoo.com.br

Introdução

De acordo com o guia Alimentar para população brasileira, os alimentos podem ser classificados em in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os alimentos in natura e minimamente processados devem ser consumidos em maior quantidade e compor a base da alimentação diariamente. Porém, os alimentos processados e ultraprocessados tornam-se cada vez mais acessíveis para todas as faixas etárias, sendo vendidos prontos ou prontos para o consumo. Alimentos e bebidas processadas têm sido considerados um dos fatores que contribuem para o aumento na prevalência de obesidade e doenças crônicas. Em concomitante, a prevalência de excesso de peso dobrou nos últimos 30 anos, atingindo 50,0% dos homens e 48,0% das mulheres. As dietas não saudáveis e o sedentarismo constituem os principais fatores de risco para o excesso de peso. A grande maioria dos estudantes ao ingressar na universidade é submetida à extensa carga horária de estudos, necessitando, além do tempo na universidade, dedicar-se à vida fora dela, abdicando, dessa forma, de atividade física e alimentação saudável.

Objetivos

Avaliar o consumo de alimentos processados e ultraprocessados de estudantes matriculados no curso de Nutrição de um centro universitário privado de Maceió, Alagoas.

Metodologia

Estudo transversal com 176 estudantes do 5º ao 8º período matutino e noturno de instituição privada de Maceió/AL. O consumo alimentar foi avaliado conforme a ingestão do dia anterior para alguns alimentos e/ou grupos alimentares, a partir dos marcadores de consumo alimentar disponível no e-SUS (BRASIL, 2015), que foram classificados em 2 grupos, segundo o Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014). Grupo 1: In natura e minimamente processados: Feijão; Frutas frescas; e Verduras e/ou legumes; e, Grupo 2: Processados e ultra processados: Hambúrguer e/ou embutidos; Bebidas adoçadas; Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados; e Biscoito recheado, doces ou guloseimas. Os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para análise de dados foi utilizado o programa Analise-it for Excel, onde foram utilizadas medidas de tendência central (Média) e de dispersão (Desvio Padrão), valores mínimos e máximos para variáveis numéricas e frequência absoluta e relativa (%) para as variáveis categóricas.

Resultados

A média de idade foi de 26,65 anos (\pm 6,96), sendo 95,45% do sexo feminino. Em relação a quantidade de refeições realizadas, 55,68% (98) realizam de 1 a 4 refeições diariamente. Quanto ao consumo alimentar, 54,45% dos alimentos consumidos no dia anterior foram in natura ou minimamente processados. Enquanto que de alimentos processados e ultraprocessados consumidos foi 45,55%. Entre as variáveis de hábito alimentar dos acadêmicos, foi observado o não consumo de feijão em 28,98%, de frutas em 45,45% e de verduras em 39,77%. Em contrapartida, ao observar os alimentos processados e ultraprocessados, constatou-se que 22,73% consumiram Hambúrguers e/ou embutidos, 52,27% ingeriram bebidas adoçadas e 46,59% biscoitos e guloseimas.

Conclusão

Os resultados deste estudo alertam para a importância do monitoramento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados e da influência que poderão exercer sobre a saúde e nutrição dos indivíduos, seja pela observação atual ou futura.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Estratégia e-SUS AB. MCA/e-SUS AB v.2.0.0. Marcadores de consumo alimentar. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha_marcadores_alimentar.pdf. Acesso em: abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

MALIK,V.S.; WILLETT,W.C.; HU, F.B. Global obesity: trends, risk factors and policy implications. Nat Rev Endocrinol.9(1):13-27. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Rio de Janeiro; 2010.

Palavras-chave: Alimentos in natura; Alimentos processados; Alimentos ultraprocessados; Consumo alimentar

CONSUMO DE ALIMENTOS PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS E EXCREÇÃO URINÁRIA DE SÓDIO EM ESCOLARES DO RIO DE JANEIRO

PRISCILA SANTOS SILVA; LÚCIA GOMES RODRIGUES; VANESSA DE SOUZA SILVA DE ALMEIDA; SUELEN LIMA; MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES; ANDERSON JUNGER TEODORO

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

lubel.rodriques@gmail.com

Introdução

Nos domicílios brasileiros a aquisição de alimentos processados com adição de sal e pratos prontos aumentou, sendo seu consumo excessivo associado à obesidade e doenças crônicas. Desse modo, torna-se importante o monitoramento dos hábitos alimentares de crianças e adolescentes visando a prevenção de fatores de risco associados a essas doenças, visto que consequências dos comportamentos de saúde e/ou de risco adquiridos na adolescência se perpetuam para a vida adulta.

Objetivos

Avaliar o consumo de alimentos processados e ultraprocessados e descrever seus teores de sódio, identificando os fatores associados à sua excreção urinária.

Metodologia

Estudo observacional transversal com estudantes de 6 a 18 anos de idade de escolas municipais da zona sul do Rio de Janeiro, em dois momentos após aceitação de Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido: na escola, para coleta de dados demográficos e antropométricos e na Unidade de Saúde para a coleta de urina e realização de Recordatório 24h. Foram coletados: idade, sexo, peso, estatura e calculado o IMC em z score, sendo classificado segundo critérios da OMS (2006). O R24h foi realizado com o responsável referente a ingestão do dia anterior. Foi solicitada a coleta de toda a primeira urina da manhã. Os níveis de natriúria foram obtidos através do protocolo de análise “Sódio e Potássio em Fluidos Biológicos” P05-031 e classificados segundo o Limite Máximo Tolerável (UL) da IDR (2005). Os alimentos processados e ultraprocessados mais consumidos foram classificados segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira e para cálculo dos teores de sódio foram utilizados os rótulos ou sites oficiais das marcas citadas ou as mais populares. O banco e análise de dados (estatística descritiva – média e desvio padrão e inferencial – qui quadrado) foram realizados no SPSS 17.0, com nível de significância 5%. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número 201757213.5.0000.5285.

Resultados

Participaram do 1º momento 823 escolares, mas somente 131 compareceram à Unidade de saúde, sendo 54,2% do sexo masculino com $11,4 \pm 2,5$ anos e IMC zscore $0,7 \pm 1,3$. Os alimentos processados e ultraprocessados mais consumidos e seus respectivos teores (100g) de sódio foram: pão francês: 48,5% e 648mg; macarrão instantâneo: 39,2% - 1891mg; refrigerante: 37% - 5mg; achocolatado em pó: 30% - 60mg; guloseimas: 23,1%; pós para refresco: 23,1% - 920mg; margarina: 21% - 600mg; presunto: 18% - 1769mg; suco UHT e pão de forma: 17% - 4,45mg e 434mg. A excreção urinária de sódio foi de $2390,0 \pm 1808,5$ mg, estando 62,2% acima da RDA e 49% acima da UL. Somente houve associação entre o consumo de presunto e natriúria ($p 0,015$), mas vale destacar que o pão francês teve p valor limítrofe ($p 0,057$).

Conclusão

Foi elevado o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, principalmente pão francês, macarrão instantâneo e refrigerante, que possuem, de modo geral, significantes teores de sódio, o que se refletiu na sua excreção urinária acima da recomendação. Apenas houve associação entre o consumo de presunto e natriúria. A educação nutricional preventiva atentando para o aumento do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e incentivo à leitura de rótulos se faz importante para que haja a conscientização para a substituição e/ou redução do consumo de alimentos ricos em sódio.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Guia alimentar para a população brasileira. 2014.
INCHLEY, Jo; CURRIE, Dorothy. Growing up unequal: gender and socioeconomic differences in young people's health

and well-being. Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study: international report from the, v. 2014, 2013.
INSTITUTE OF MEDICINE (US). PANEL ON DIETARY REFERENCE INTAKES FOR ELECTROLYTES; WATER. DRI, dietary reference intakes for water, potassium, sodium, chloride, and sulfate. National Academy Press, 2005.
SARNO, Flavio et al. Estimativa de consumo de sódio pela população brasileira, 2008-2009. Revista de Saúde Pública, v. 47, n. 3, p. 571-578, 2013.

Palavras-chave: alimentos; escolar; excreção urinaria; sódio

CONSUMO DE ALIMENTOS PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS EM UMA AMOSTRA DE IDOSOS

LETICIA EGIDIO ARELHANO; GIOVANA ELIZA PEGOLO

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

leticia_arelhano@hotmail.com

Introdução

O Brasil está passando por mudanças relacionadas aos perfis nutricionais, epidemiológicos e demográficos, com transformações no modo de vida e nos padrões de alimentação, como a substituição de alimentos in natura por produtos industrializados, recentemente classificados como processados e ultraprocessados, que, por sua vez, impactam negativamente na saúde dos idosos.

Objetivos

Descrever a frequência de consumo de alimentos processados e ultraprocessados entre idosos.

Metodologia

Estudo transversal, constituído por amostra de conveniência, de idosos de ambos os gêneros, de um Centro de Convivência de Idosos, de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Para investigar a frequência de consumo de alimentos foi aplicado um formulário com 13 alimentos: macarrão instantâneo, salgados prontos, margarina, vegetais em conserva, linguiça, salsichas, mortadela, presunto, doces industrializados, achocolatado, refrigerante, refrigerante diet ou light e sucos industrializados ou em pó. O consumo foi classificado da seguinte forma: nunca ou raramente consome, frequência semanal ou se não lembrava. Os resultados foram analisados de forma descritiva e pelo teste Qui quadrado, com nível de significância de 5% (Software Sigma Stat, versão 2.0). Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Parecer 1.997.512. Todos os participantes da pesquisa manifestaram concordância de sua participação voluntária por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Participaram deste estudo 152 idosos, sendo 126 do gênero feminino, com idade média de 71,9 anos ($\pm 5,9$). Dentre os alimentos investigados destacam-se os seguintes resultados: 80,8% dos homens e 94,4% das mulheres informaram não consumir ou consumir raramente macarrão instantâneo, contudo, 11,5% dos homens mencionaram consumo de 4 a 7 x/semana; 23,1% dos homens e 15,1% das mulheres informaram consumo diário de margarina; 57,7% dos homens e 82,5% das mulheres não consomem ou raramente consomem linguiça; 38,5% dos homens e 17,5% das mulheres mencionaram consumo ≤ 3 x/semana; para a mortadela, 90,5% das mulheres mencionaram não consumir ou raramente consumir, enquanto entre os homens, 69,2% apresentaram esta resposta; 30,7% dos homens mencionaram consumo de presunto semanal em diferentes frequências, e entre as mulheres, apenas 7,2%; 34,6% dos homens e 11,1% das mulheres mencionaram consumo de doces de 4 a 7 x/semana; 80,8% dos homens e 90,5% das mulheres não consomem refrigerantes ou apenas raramente; 100% e 98,4% dos homens e mulheres mencionaram não consumir refrigerantes diet ou light; 80,8% dos homens e 83,3% das mulheres informaram não consumir sucos industrializados/pó. Foi observada associação significativa em relação ao gênero feminino e menor frequência de consumo na categoria não come ou raramente come para linguiça, salsichas, mortadela, presunto e doces industrializados ($p < 0,05$).

Conclusão

A maioria dos idosos, de ambos os gêneros, mencionaram não consumir ou consumir raramente os alimentos investigados. É possível notar que as mulheres, com exceção para os refrigerantes diet ou light, mencionaram com maiores frequências não consumir os alimentos investigados. Contudo, para parcela dos idosos os alimentos estudados integram a alimentação. Assim, sugere-se, especialmente para os homens, intervenções de Educação Alimentar e Nutricional com o objetivo de fomentar hábitos alimentares mais saudáveis.

Referências

Palavras-chave: Alimentação; Envelhecimento; Hábitos alimentares

CONSUMO DE ALIMENTOS PROTEICOS DE ORIGEM ANIMAL POR MULHERES DE BAIXA RENDA

MICHELE BEZERRA SILVA; AMANDA THAIS VIANA OLIVEIRA; LUCIANA CRISTINA DO NASCIMENTO COSTA DUQUE ESTRADA; RAFAELLA SANTOS SABÓIA; VANESSA CRISTINA OLIVEIRA ARAÚJO; MARIA TEREZA FABBRO

¹ HUUFMA - Hospital da Universidade Federal do Maranhão, ² IFMA - INSTITUO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
amandathais20@yahoo.com.br

Introdução

A proteína é uma fonte de nutriente muito importante no metabolismo, sendo necessário o seu consumo em quantidade ideal para o perfeito funcionamento do corpo humano. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o consumo ideal diário de proteína é de 0,75g/kg de peso para adultos, independente do gênero. As proteínas representam 12,1% da energia diária consumida pelos brasileiros, sendo 55% de fontes animais e 45% de origem vegetal. Entre os alimentos fontes de proteína destacamos carnes e ovos, também ricos em vitaminas do complexo B e minerais como o ferro. Outro grupo de alimentos fonte de proteína de alto valor nutricional é o de leite e derivados. Os laticínios são fontes consideráveis de proteínas de alto valor biológico, além de vitaminas e minerais. O consumo habitual destes alimentos é recomendado, principalmente, para atingir a adequação diária de cálcio, um nutriente fundamental para a formação e a manutenção da estrutura óssea, entre outras funções no organismo. Pesquisas revelam que o consumo de leite, a partir dos dez anos de idade, está aquém do recomendado, o que se traduz em elevadas prevalências de inadequação de ingestão de vitaminas e cálcio. Outra fonte importante de proteína é o peixe. O consumo de peixe comercializado no Brasil, tanto oriundo da pesca quanto da aquicultura, concentra-se em mercados, feiras-livres e restaurantes, sendo ofertado de várias maneiras: cortado em postas, filé, inteiro ou pré-processado, fresco ou congelado. Exceto em regiões que possuem a pesca como alicerce da economia, como comunidades ribeirinhas, o valor do produto final é ainda elevado na maior parte do país, encarecido não somente por altos custos de produção, mas também pelos encargos do processamento.

Objetivos

O presente trabalho objetiva avaliar o consumo de alimentos fontes de proteína de origem animal como carnes, ovos, laticínios e peixes por mulheres de baixa renda.

Metodologia

Participaram da pesquisa 32 mulheres de baixa renda integrantes de um projeto social intitulado "Mulheres Mil", realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-Campus Monte Castelo. A amostra foi composta por aquelas que assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Elas responderam um questionário autoaplicável que incluía questões referentes ao consumo de alimentos proteicos de origem animal como carnes, ovos, laticínios e peixes.

Resultados

A pesquisa identificou que 75% ingerem de 1 a 2 porções de alimentos de carnes e ovos por dia e 50% referiram consumir mais de 2 porções ao dia. Quanto ao consumo de laticínios, a maioria das participantes (47%) afirmou consumir leites ou derivados uma vez por dia, 28% disseram que consumiam 2 ou mais porções ao dia e 25% relatam que não ingerem nenhuma porção desse grupo de alimentos. Em relação aos peixes, 56% responderam que consumiam peixes frequentemente, 41% disseram que raramente o peixe está no seu cardápio e 9% nunca comiam peixe.

Conclusão

O consumo de carnes e ovos mostrou-se adequado para a maioria das mulheres. Já para o consumo de leite e derivados, os resultados são preocupantes, pois a maioria dos entrevistados apresenta consumo inadequado de laticínios. As mulheres de baixa renda referem consumir peixes.

Referências

MUNIZ, L.C., MADRUGA, S.W. & ARAUJO, C.L. Consumo de leite e derivados entre adultos e idosos no Sul do Brasil: um estudo de base populacional, Rev. Ciência e Saúde Coletiva, vol.18, n.12, p.3515-3522, 2013.

LOPES,I.G.,OLIVEIRA,R.G.O & RAMOS,F.M. Perfil do consumo de peixes pela população brasileira,Rev.Biota Amazonia, vol.6, n.2, p. 62-65, 2016

Palavras-chave: CARNES; PESCADOS; LATICÍNIOS

CONSUMO DE ALIMENTOS SEGUNDO O GRAU DE PROCESSAMENTO DURANTE A GESTAÇÃO E SUA ASSOCIAÇÃO COM O PESO AO NASCER.

GRACIELLE GESTEIRA ROCHA; ANDREIA ANDRADE DA SILVA; MARIA ELIZA DE MATOS TOBLER
MASTRANGELO; NADYA HELENA ALVES DOS SANTOS; MARIA BEATRIZ TRINDADE DE CASTRO

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

gragesteira@hotmail.com

Introdução

O peso ao nascer (PN) é um dos principais indicadores de saúde do recém-nascido (RN) com repercussões imediatas e em longo prazo (1). Dentre diversos fatores, a alimentação materna e o ganho de peso gestacional estão diretamente relacionados ao PN (2). Todavia, ainda existem lacunas em relação a associação do consumo de alimentos segundo o grau de processamento durante a gestação e o PN.

Objetivos

Verificar a associação do consumo de alimentos segundo o grau de processamento na gestação com a adequação do PN.

Metodologia

Estudo transversal com 300 puérperas captadas entre os anos de 2009 e 2011 em uma maternidade no município de Mesquita/RJ. A coleta de dados ocorreu na primeira semana do pós-parto, quando responderam a um questionário estruturado com informações sociodemográficas, clínicas e estilo de vida, além de um questionário (3) de frequência do consumo alimentar (QFCA) que teve como referência os últimos seis meses. O PN foi considerado como desfecho e foi categorizado em grande para a idade gestacional (GIG) ou não GIG (NGIG). Os alimentos foram classificados de acordo com o Guia Alimentar para a população brasileira (4) segundo a sua contribuição calórica percentual (caloria/ consumo total): *in natura*/minimamente processados, ingredientes culinários, processados e ultraprocessados. O teste t de *Student* foi utilizado para se verificar a distribuição das médias, e o teste qui-quadrado (ou Exato de Fisher) para avaliar as proporções. A regressão logística foi empregada para testar o efeito dos grupos de alimentos segundo o grau de processamento sobre o PN. Foram consideradas como variáveis de ajuste as que obtiveram valor de $p \leq 0,20$ nas análises univariadas com o desfecho. O modelo final foi ajustado por renda familiar e índice de massa corporal pré-gestacional. Todas as participantes aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Observou-se que as mães de crianças GIG ($p \leq 0,05$) apresentavam maior renda familiar e menor proporção de casa própria. A contribuição calórica percentual de cada grupo de alimento segundo o grau de processamento foi: *in natura* /minimamente processados 51,0%, ingredientes culinários 4,0%, processados 2,0% e ultraprocessados 43,0%. De acordo com a regressão logística ajustada, observou-se uma associação positiva do consumo de alimentos processados com GIG (OR: 1,17; IC 95%: 1,03-1,32; $p=0,011$).

Conclusão

O consumo de alimentos processados durante o segundo e o terceiro semestre da gestação foi associado positivamente com o nascimento de recém-nascidos grandes para a idade gestacional neste estudo.

Referências

(1) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Promoting optimal fetal development: Report of a Technical Consultation**. 2: Organização Mundial da Saúde, 2006. 48 p. Disponível em: . Acesso em: 06 set. 2017.

(2) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience**. Geneva: Who Press, 2016. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2017.

(3) SICHIERI, R., EVERHART, J. E. Validity of a Brazilian food frequency questionnaire against dietary recalls and estimated energy intake. **Nutrition Research**, v.18, n.10, p.1649-1659, 1998.

(4) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar**

para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.
– 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

Palavras-chave: Gestantes; Consumo alimentar; Alimentos processados; Peso ao nascer

CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

ANA KARLA DE ARAÚJO ALMEIDA; SUZE LIMA DE BRITO; ADRIELLE ZAGMIGNAN; VIRGÍNIA NUNES LIMA;
POLIANA CRSTINA DE ALMEIDA FONSECA; CAROLINA ABREU DE CARVALHO

¹ IFMA - Instituto Federal do Maranhão, ² UNIVERSIDADE CEUMA - CEUMA, ³ UFMA - Universidade Federal do Maranhão
carolcarvalho91@gmail.com

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por atrasos cognitivos na linguagem, comunicação e dificuldades de interação social. O consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças brasileiras é elevado, e o consumo desses alimentos é prejudicial à saúde, em especial de crianças autistas por serem mais propensas a ter deficiências nutricionais. Não localizamos estudos que tenham avaliado o consumo de alimentos ultraprocessados em crianças portadoras de autismo. Considerando o maior risco dessas crianças a desenvolverem carências nutricionais, torna-se muito relevante avaliar o perfil dos alimentos consumidos por elas.

Objetivos

Descrever o consumo de alimentos ultraprocessados em crianças portadoras de autismo.

Metodologia

Realizou-se um estudo transversal descritivo. Os dados foram coletados entre os meses de maio e setembro de 2017, a partir de um questionário semiestruturado aplicado com os pais ou responsáveis da criança para a coleta das variáveis sociodemográficas e antropométricas. O consumo alimentar das crianças foi obtido por meio do Recordatório 24 horas e, em seguida, foram analisados no software AvaNutri® para o cálculo da quantidade de calorias fornecidas pelos alimentos. Posteriormente, esses dados foram exportados para o software Stata® versão 14.0, no qual foi calculado o percentual de contribuição calórica e a média dos alimentos consumidos de acordo com o nível de processamento. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa- Univerdidade CEUMA, sob o número do protocolo 2.042.597 e respeita todos os procedimentos éticos. A autorização para a participação da criança na pesquisa foi obtida por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais ou responsáveis da criança.

Resultados

A maior contribuição calórica é proveniente de alimentos in natura ou minimamente processados com 61%. O consumo de alimentos ultraprocessados apresentou uma média calórica de 560 kcal/dia, 28% da contribuição calórica diária. Os alimentos in natura com menor contribuição calórica foram as frutas, hortaliças e verduras.

Conclusão

Os resultados encontrados no presente estudo são considerados positivos, pois a base da alimentação das crianças autistas são alimentos in natura ou minimamente processados. Por outro lado, a contribuição dos alimentos ultraprocessados não pode ser considerada baixa, de modo que esses alimentos sejam evitados por essas crianças. Reforça-se a maior oferta de frutas, verduras e legumes na alimentação das crianças autistas e precaução quanto o consumo de alimentos ultraprocessados.

Referências

SILVA, N. I. Relação entre hábito alimentar e síndrome do espectro autista. Piracicaba, 2011. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=rela%C3%A7%C3%A3o+entre+habito+alimentar+e+sindrome+do+espectro+autista&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acessado em: 17. Mar 2017.

SPARRENBERGER, K. et al. Ultra-processed food consumption in children from a Basic Health Unit. J. Pediatr, Rio de Janeiro, janeiro 2015. Disponível em:< <http://search.scielo.org/?q=%20Ultra-processed%20food%20consumption%20in%20children%20from%20a%20Basic%20Health%20Unit.&where=ORG>>. Acessado em: 14. Mar 2017.

WON, H; MAH, W; KIM E. Autism spectrum disorder, causes, mechanisms, and treatments: focus on neuronal synapses.

Front. in Molecular Neuroscience, v.6, August 2013. Disponível em: < <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Autism+spectrum+disorder%2C+causes%2C+mechanisms%2C+and+treatments%3A+focus+on+neuronal+synapses&btnG=&lr=>>. Acessado em: 17. Mar 2017.

Palavras-chave: alimentos ultraprocessados; autismo; consumo alimentar; crianças

CONSUMO DE CINCO OU MAIS FRUTAS E HORTALIÇAS NA REGIÃO DO CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL EM BENEFICIÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE

JÉSSICA MARTINS SIQUEIRA; RENATA COSTA; KARINE ANUSCA MARTINS; MARINA DE SÁ AZEVEDO;
PRISCYLLA RODRIGUES VILELLA; ELISA SILVA CORREIA

¹ UFG/FANUT - Universidade Federal de Goiás/ Faculdade de Nutrição
marina.azevedosa@gmail.com

Introdução

A Organização Mundial de Saúde assegura que o consumo alimentar de frutas e hortaliças reduzido se enquadra dentro os cinco principais fatores de risco para a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis. Sendo assim, tal órgão e, conseqüentemente, o primeiro Guia Alimentar Brasileiro fazem recomendações nutricionais que indicam um consumo de 400g por dia (correspondente à cinco ou mais porções desses grupos alimentares), quantidade necessária para atender parte da demanda de fibras e de micronutrientes (vitaminas e minerais) dentro de uma dieta equilibrada. Em vista disso, reconhece-se que a população brasileira consome menos da metade dos valores recomendados de frutas e hortaliças e, que isso confere um fator de risco importante que deve ser levado em consideração nas orientações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. O consumo desses alimentos se enquadra como fator de proteção para hipertensão arterial, para os acidentes vasculares cerebrais, para hiperlipidemia e doenças cardíacas e para as hipovitaminoses. É importante ressaltar que, também auxilia na prevenção e no controle da obesidade e, de forma indireta, contra outras doenças crônicas não-transmissíveis como diabetes e alguns tipos de câncer, visto que estas possuem risco aumentado pela obesidade.

Objetivos

Descrever o consumo de frutas e hortaliças (cinco ou mais porções) por sexo, dos beneficiários de planos de saúde das capitais do centro-oeste e Distrito Federal.

Metodologia

Estudo transversal descritivo com análise de base de dados secundários, segundo o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis, por inquérito telefônico, do ano de 2015, referente às capitais dos estados do centro-oeste (Goiânia, Cuiabá e Campo Grande) e Distrito Federal, sendo esses dados relacionados ao consumo de alimentos com cinco ou mais porções de frutas e hortaliças por homens e mulheres beneficiários de planos de saúde.

Resultados

De acordo com o estudo, apenas um terço (28,7%) da população de Campo Grande realiza o consumo diário de cinco ou mais frutas e hortaliças, sendo homens (18,5%) e mulheres (36,0%). Já em Cuiabá o consumo foi semelhante, um pouco superior, mas ainda próximo a 1/3 (32,6%), sendo de 26,5% e 37,8% entre homens e mulheres, respectivamente. Goiânia apresentou um percentual um pouco superior, contudo, aquém das recomendações de 38,8%, sendo 34,1% (homens) e 42,5% (mulheres). Já o Distrito Federal, pouco mais da metade (50,8%) da população beneficiária dos planos de saúde realizam o consumo de frutas e hortaliças conforme a recomendação, sendo homens (43,2%) e mulheres 56,9%. Em geral, a região Centro-Oeste em conjunto com Distrito Federal ainda apresenta uma ingestão de frutas e hortaliças em valores inferiores às recomendações nutricionais (400g por dia), essencial para atender as necessidades relacionadas aos micronutrientes e às fibras e, para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Conclusão

A maior prevalência de consumo de cinco ou mais frutas e hortaliças foi registrada no Distrito Federal seguido por Goiânia, apesar de reduzida. Entre os homens e as mulheres, essas últimas apresentaram maior prevalência de consumo no Distrito Federal seguido por Goiânia. Campo Grande foi a capital que apresentou menor prevalência desse consumo.

Referências

WHO – World Health Organization. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva, 2003. 220p. (WHO Technical Report Series, 916).

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília,

DF: MS, 2008. 210p. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf. Acesso em: 03 out. 2017.

MS - Ministério da Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico - VIGITEL, Brasília, DF: MS, 2016. 173p. Disponível em: http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf. Acesso em: 03 out. 2017.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Fatores de risco; Recomendações nutricionais

CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

ADRIANO CRUZ DA COSTA MACIEL; STEFANI DE LIMA CARVALHO; SABRINA FONSECA LOPES

¹ UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
maciel_acc@hotmail.com

Introdução

O consumo regular de frutas e hortaliças é essencial em uma dieta balanceada, principalmente por serem excelentes fontes de micronutrientes, fibras e demais nutrientes. São estes associados a uma diminuição no risco de doenças cardiovasculares e alguns cânceres (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002). A região norte apresenta uma grande variedade de frutas e hortaliças com destaque em todo o país, sendo Belém um município dessa região, dispõe de alimentos com excelente valor nutricional, os quais se fazem presente na alimentação cotidiana dos belenenses.

Objetivos

Analisar o consumo de frutas e hortaliças na cidade de Belém do Pará.

Metodologia

Este trabalho se apresenta como um estudo transversal de cunho documental, quantitativo, retrospectivo e descritivo. O banco de dados utilizado foram os relatórios do sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico publicados pela Secretaria de Vigilância em Saúde nos anos de 2006 e 2016 referentes ao consumo de frutas e hortaliças na cidade de Belém do Pará. Os dados coletados foram tabulados no programa Excel, versão 2016. O relatório de 2006 contou com 54.369 pessoas entrevistadas, na qual 2021 refere-se ao total de entrevistas realizadas apenas com a população de Belém, enquanto que o relatório de 2016 apresenta uma amostra de 53.210 pessoas, na qual 1998 pessoas foram entrevistadas na capital paraense.

Resultados

Os dados coletados nos relatórios apontam um aumento no consumo de frutas e hortaliças, em cinco ou mais dias da semana, entre o período de 2006 a 2016. Em 2006 apenas 10,6% dos entrevistados em Belém consumiam frutas e hortaliças cinco ou mais dias da semana, já em 2016, 24,9% dos entrevistados mencionaram o consumo de frutas e hortaliças, totalizando um acréscimo de 14,3%. Um possível determinante para esse aumento podem ser as ações realizadas pela Secretaria de Saúde do Pará, na coordenação de nutrição, que alcançou mais de 50% das metas de cobertura populacional previstas anualmente. As atividades correspondem à implantação de ações de educação em segurança alimentar e nutricional, divulgação da alimentação saudável como fator de promoção à saúde e o programa de doenças crônicas não transmissíveis. As ações são, geralmente, realizadas na rede de atenção básica do município, com o propósito de propiciar conhecimentos sobre as vantagens de uma alimentação saudável, com um consumo maior de frutas e hortaliças na alimentação cotidiana.

Conclusão

As ações de educação em segurança alimentar e nutricional dos órgãos de saúde nos Estados, bem como a utilização das mídias como parte das iniciativas, podem ser indicadores do aumento de ingestão de frutas e hortaliças em Belém, no entanto essas ações precisam ser mais intensificadas uma vez que a capital paraense encontra-se com um dos piores resultados em relação às outras capitais brasileiras.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2006: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2017.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO PARÁ. Relatório detalhado quadrimestral: 2º quadrimestre/2016. Pará: NISPLAN; 2016, 299p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. O relatório de saúde no mundo 2002. Reduzindo riscos, promovendo vida saudável. Genebra; 2002.

Palavras-chave: Ingestão de alimentos; Comportamento alimentar; Frutas

CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS: INFLUÊNCIA DO AMBIENTE ALIMENTAR PERCEBIDO E AUTOEFICÁCIA

MARIANA CARVALHO DE MENEZES; ANA VICTORIA DIEZ ROUX; ALINE CRISTINE SOUZA LOPES

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, ² DREXEL - Drexel University

marysnut@gmail.com

Introdução

Embora a literatura enfatize a importância de determinantes do comportamento alimentar para promover intervenções nutricionais efetivas, fatores psicossociais como a autoeficácia não tem sido investigados em pesquisas sobre ambiente e saúde (Diez Roux & Mair, 2010). Dessa forma, este estudo buscou responder as seguintes questões de pesquisa: 1. Existe uma associação entre ambiente alimentar percebido e consumo de frutas e hortaliças? 2. Existe uma associação entre autoeficácia (em relação ao tempo para preparar e comer, custo/acesso e habilidades culinárias) e consumo de frutas e hortaliças? 3. Qual é o efeito combinado ou interativo do ambiente alimentar percebido e a autoeficácia no consumo de frutas e hortaliças?

Objetivos

Identificar o efeito do ambiente alimentar percebido e da autoeficácia no consumo de frutas e hortaliças.

Metodologia

Estudo transversal com uma amostra representativa de serviço de saúde pública em Belo Horizonte-MG. O estudo foi realizado com 3.414 usuários com 20 anos ou mais, recrutados em 18 polos do Programa Academia da Saúde amostrados por amostragem de conglomerado simples. A percepção do ambiente alimentar foi mensurada por survey e respondida em escala Likert de cinco pontos, em que o indivíduo manifestava a sua confiança sobre a disponibilidade de frutas e hortaliças em seu bairro. As frases sobre autoeficácia avaliaram três domínios em relação ao custo percebido, habilidades para cozinhar e tempo para preparar e comer. Os três itens foram respondidos na mesma escala Likert e foram somados para obter uma pontuação geral da auto-eficácia (Santos et al., 2013). Para avaliar o efeito combinado do ambiente alimentar percebido e da autoeficácia sobre o desfecho, foi criada uma variável combinada. As análises incluíram teste t de Student para amostras independentes, Anova e testes post-hoc, e regressões lineares múltiplas. O projeto foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (n°0537.0.0203.000-11) e da Prefeitura de Belo Horizonte (n°0537.0.0203.410-11A); e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Identificou-se que uma grande proporção dos participantes (52,0%) não era confiante sobre a disponibilidade de frutas e hortaliças em seu território. Tanto o ambiente alimentar como a autoeficácia, bem como o consumo de frutas e hortaliças foram maiores nos participantes mais velhos e aqueles com maior renda e nível educacional. As análises da variável combinada mostraram que o maior consumo de frutas e hortaliças foi encontrado entre indivíduos com melhor percepção do ambiente alimentar e maior autoeficácia. Após ajustes, a associação do ambiente alimentar percebido foi marginalmente estatisticamente significativa ($p=0,062$), enquanto a autoeficácia foi mais fortemente associada ao consumo de frutas e hortaliças ($p<0,001$): o aumento de um desvio padrão da pontuação da autoeficácia aumentou a ingestão em 35,10 gramas.

Conclusão

Entre participantes de baixa condição socioeconômica, a autoeficácia dos indivíduos parece ser mais importante para promover um maior consumo de frutas e hortaliças do que a percepção do ambiente alimentar. Além de políticas públicas para combater as desigualdades socioeconômicas em ambientes restritos, é possível que o fortalecimento de habilidades e confiança entre indivíduos vulneráveis seja um caminho frutífero para superação, em parte, dos desafios de um ambiente alimentar pobre.

Referências

DIEZ ROUX, A. V.; MAIR, C. Neighborhoods and health. *Ann N Y Acad Sci*, v. 1186, p. 125-45, Feb 2010. ISSN 1749-6632. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20201871> >.

SANTOS, S. M.; GRIEP, R. H.; CARDOSO, L. O.; ALVES, M. G. M.; FONSECA, M. J.M.; GIATTI, L.; et al. Cross-cultural

adaptation and reliability of measurements on self-reported neighborhood characteristics in ELSA-Brasil. Rev Saúde Pública., n. 47, Suppl 2, p.122–30, 2013. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24346729>>.

Palavras-chave: ambiente alimentar; consumo de alimentos; autoeficácia; percepção; comportamento alimentar

CONSUMO DE MARCADORES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E NÃO SAUDÁVEL ENTRE ESCOLARES E ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS, DOURADOS-MS

MARILICE CRISTINA WERLANG; ANDRÉA PEREIRA VICENTINI; RITA DE CÁSSIA BERTOLO MARTINS; VERÔNICA GRONAU LUZ; NAIARA FERRAZ MOREIRA

¹ UFGD - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Grande Dourados
naiaraferraz@ymail.com

Introdução

Conhecer o perfil alimentar de crianças em período escolar se faz importante, pois nessa fase as crianças passam a ter autonomia em suas escolhas alimentares e sofrem influências do grupo social, destacando-se a família e o ambiente escolar (BENZECRY et al., 2012). Sabe-se a alimentação não saudável está diretamente associada à obesidade e a que adoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância podem promover a saúde a curto e longo prazo (WHO, 2012).

Objetivos

Verificar a frequência de consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável segundo características sociodemográficas e econômicas em escolares de Dourados-MS.

Metodologia

Estudo transversal com 1054 escolares de 7 a 9 anos completos e ambos os sexos, estudantes de 16 escolas públicas e cinco privadas da área urbana de Dourados, Mato Grosso do Sul. O consumo alimentar foi avaliado pelo Questionário de Frequência semiquantitativo elaborado e validado por Slater et al. (2003). Foram considerados como marcadores saudáveis: feijão, hortaliças e frutas; e como marcadores não saudáveis: doces e guloseimas, alimentos ultraprocessados, salgados fritos e refrigerantes (BRASIL, 2016). As frequências de consumo foram agrupadas em menos de uma vez por dia e diariamente. As variáveis sociodemográficas e econômicas utilizadas foram: sexo (feminino e masculino), idade (7, 8 e 9 anos), tipo de escola (pública e privada) e escolaridade do chefe da família (até a quarta série, ensino fundamental completo, médio completo e superior completo). As diferenças de consumo entre os grupos foram avaliadas pelo teste do qui-quadrado ($p < 0,05$). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados, parecer nº534.515 e CAAE nº18442813.8.0000.5160.

Resultados

O consumo diário de feijão foi mais frequente entre estudantes de escolas públicas do que de privadas (70,4% vs. 61,5%), do sexo masculino do que feminino (73,0% vs. 64,0%). As verduras foram mais consumidas por meninas (54,8% vs. 47,2%), e por escolares com 8 anos (55,8%), seguido pelos escolares de 9 anos (55,3%) e de 7 anos (42,0%). Para frutas não houve diferença estatisticamente significativa. Doces e guloseimas foram mais consumidos por meninas (45,4%) do que por meninos (38,7%), entre crianças de 9 anos (46,7%), seguido pelas de 8 anos (43,1%) e de 7 anos (36,2%), entre escolares da rede pública do que da privada (46,4% vs. 27,7%) e entre aqueles em que o chefe da família tinha menor escolaridade (59,3%). Os ultraprocessados foram mais consumidos por escolares da rede pública do que privada, 67,2% e 54,9% respectivamente; entre aqueles em que o chefe da família encontravam-se nas classificações de escolaridade inferiores (67,0% até a 4 série e 74,4% com ensino fundamental completo). O consumo de salgados fritos e refrigerantes foi mais elevado em estudantes da rede pública do que da privada (6,6% vs. 2,8% para salgados e 21,7% vs. 8,9% para refrigerantes), entre as crianças cujos chefes de família apresentaram nível de escolaridade até quarta série, 9,8% para salgados fritos e 25,8% para refrigerantes, em ambos a redução da porcentagem foi diretamente proporcional ao aumento do nível de escolaridade.

Conclusão

O consumo de marcadores não saudáveis foi maior entre escolares da rede pública e cujos responsáveis apresentaram menores níveis de escolaridade. Espera-se que estes dados possam servir de alerta e auxiliar nas ações de promoção à saúde no ambiente escolar.

Referências

BENZECRY S. G, et al. Manual de orientação do departamento de nutrição: alimentação do lactente ao adolescente, alimentação na escola, alimentação saudável e vínculo mãe-filho, alimentação saudável e prevenção de doenças,

segurança alimentar Departamento Científico de Nutrologia. Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro, p.50, 2012.

BRASIL; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

SLATER B.; PHILIPPI S. T.; FISBERG R. M.; LATORRE M. R. Validation of a semi-quantitative adolescent food frequency questionnaire applied at a public school in São Paulo, Brazil. Eur. J. Clin. Nutr, v. 57, n. 5, p. 629-635, 2003.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Population-based approaches to childhood obesity prevention. Geneva: World Health Organization, 2012.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Estudantes; Hábitos alimentares; Crianças; Alimentação saudável

CONSUMO DE PEIXES RICOS EM ÔMEGA 3 DE IDOSOS RESIDENTES EM FLORIANÓPOLIS, SC – ESTUDO EPIFLORIPA IDOSO

GILCIANE CEOLIN; ELEONORA D'ORSI; GABRIELE ROCKENBACH; JÚLIA DUBOIS MOREIRA

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

gabrielerockenbach@gmail.com

Introdução

Os ácidos graxos ômega 3 apresentam papel fundamental na função cerebral, no sistema imune e também cardiovascular. Porém, o organismo dos seres humanos não consegue sintetizá-los endogenamente; logo, estes devem estar presentes na alimentação para que possam exercer seus efeitos orgânicos. Os ácidos graxos ômega 3 biologicamente ativos, como ácidos eicosapentaenoico e docosahexaenoico, são encontrados em peixes como salmão, atum, sardinha, cavalinha, entre outros (BAZAN; MOLINA; GORDON, 2011; CALDER, 2003; CALDER; YAQOUB, 2009).

Objetivos

Descrever o consumo de peixes ricos em ômega 3 de idosos residentes em Florianópolis- SC, bem como as características sociodemográficas, comportamentais e de saúde.

Metodologia

Estudo descritivo, observacional, de base populacional e domiciliar, oriundo do estudo longitudinal, “Condições de saúde de Idosos de Florianópolis” (EpiFloripa Idoso), da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado em 2013 e 2014, com idosos de 60 anos ou mais, residentes na área urbana. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o projeto foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº 526.126). Os dados foram obtidos por meio de um questionário estruturado com instrumentos validados. Foi questionada a frequência semanal de consumo de peixes ricos em ômega 3 (salmão, atum, sardinha, anchova, truta, corvina, cascudo, pintado e traíra). Foi calculado o Índice de Massa Corporal para idosos (LIPSCHITZ, 1994). Foi realizada análise descritiva, demonstrando frequências absolutas e relativas dos dados sociodemográficos, comportamentais e de saúde, usando o programa estatístico Stata versão 14.0.

Resultados

A amostra final foi de 1197 idosos, com maior proporção para sexo feminino (63,14%), idade 70- 79 anos (42,79%) e escolaridade de 5 a 11 anos de estudo (40,89%). A maior parte da população apresentou renda familiar per capita igual ou maior a 3 salários mínimos (64,47%), sendo a maioria aposentados (80,51%). Em relação às características comportamentais, a maior parte morava acompanhado (78,75%); estava casado ou com companheiro (55,25%); em relação a atividade física no lazer, a maioria estava insuficientemente ativo (73,04%); um percentual importante consumia álcool (37,80%); não fumavam (59,67%). Em relação à saúde, 75,97% tinha multimorbidade (2 ou mais patologias); e uma maior proporção com sobrepeso (54,95%). Em relação ao consumo de peixes ricos em ômega-3, 25,34% consumiu uma vez/semana e 25,85%, duas vezes ou mais na semana. Dentre as formas de preparo do peixe, 39,46% relataram que sempre consomem cozido, grelhado ou assado; 9,62% sempre consomem frito e os demais (50,92%) informaram variar entre as formas de preparação (frito, cozido, grelhado ou assado).

Conclusão

Observou-se que 50% da população avaliada consome peixes ricos em ômega-3 pelo menos 1 vez na semana. Um percentual importante de participantes referiu consumir estes peixes fritos, método de cocção que influencia diretamente no conteúdo de ômega-3 dos peixes, reduzindo-o. Estes dados mostram a importância de maior esclarecimento para a população de idosos sobre os peixes fontes de ômega-3, bem como seu método de preparo, de forma a possibilitar melhores escolhas alimentares.

Referências

- BAZAN, N.G.; MOLINA, M.F.; GORDON, W.C. Docosahexaenoic Acid Signalolipidomics in Nutrition: Significance in Aging, Neuroinflammation, Macular Degeneration, Alzheimer's, and Other Neurodegenerative Diseases. *Annual Review Of Nutrition*, [s.l.], v. 31, n. 1, p.321-351, 21 ago. 2011. Annual Reviews. Doi: 10.1146/annurev.nutr.012809.104635.
- CALDER, P.C. Long-chain n-3 fatty acids and inflammation: potential application in surgical and trauma patients. *Brazilian Journal Of Medical And Biological Research*, [s.l.], v. 36, n. 4, p.433-446, abr. 2003. Doi: 10.1590/s0100-879x2003000400004

CALDER, P.C.; YAQOUB, P. Understanding Omega-3 Polyunsaturated Fatty Acids. *Postgraduate Medicine*, [s.l.], v. 121, n. 6, p.148-157, nov. 2009. Doi: 10.3810/pgm.2009.11.2083

LIPSCHITZ, N, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. *Primary Care*, 21 (1): 55-67, 1994.

Palavras-chave: consumo alimentar; peixes; ácidos graxos ômega 3; idosos

CONSUMO DE SUCOS EM CRIANÇAS ATÉ OS SEIS MESES DE VIDA

RENATA OLIVEIRA NEVES; BIANCA DA ROSA CAZAROTTO; PATRÍCIA CEMIN BECKER; CLÉCIO HOMRICH DA SILVA; MARCELO ZUBARAN GOLDANI; JULIANA ROMBALDI BERNARDI

¹ UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

bianca.cazarotto@gmail.com

Introdução

O consumo de sucos industrializados deve ser evitado na primeira infância (MS, 2013), pois são considerados alimentos de baixa qualidade nutricional e, se inseridos na dieta, estão associados ao excesso de peso e aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis em crianças e adolescentes (SOLDATELI, VIGO, GIUGLIANI, 2016; JAIME, PRADO, MALTA, 2017). Recentemente, novas recomendações apontam que nem mesmo o suco natural de frutas deva ser incentivado no primeiro ano de vida, pois não fornece benefícios nutricionais para crianças, comparado ao consumo de frutas (HEYMAN, *et al*, 2017).

Objetivos

O objetivo do estudo foi analisar a influência da introdução de sucos sobre o estado nutricional de crianças nos primeiros seis meses de vida.

Metodologia

O estudo, inserido no projeto Impacto das Variações do Ambiente Perinatal sobre a Saúde do Recém-Nascido nos Primeiros Seis Meses de Vida, foi realizado no período de 2011 a 2016. As coletas ocorreram em dois hospitais de Porto Alegre: Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Grupo Hospitalar Conceição, com aprovação pelos Comitês de Ética em Pesquisa, respectivamente, sob os números 11-0097 e 11-027. Foram selecionados, por conveniência, pares de puérperas e lactentes que foram avaliados nos seis primeiros meses após o parto. Foram excluídas do estudo mulheres soropositivas para HIV, com idade gestacional inferior a 37 semanas e recém-nascidos gemelares, que apresentaram doenças congênitas ao nascimento ou que necessitaram de internação hospitalar. As variáveis relacionadas à ingestão de sucos nos primeiros 6 meses foram: já ter recebido ou não suco e o tipo de suco ofertado (natural, concentrado, diluído/de caixinha ou artificial). As variáveis relacionadas ao estado nutricional foram os escores z para Índice de Massa Corporal para a Idade, para Peso por Estatura, para Peso por Idade e para Estatura por Idade. Os cálculos de escore z foram feitos com base nas curvas de crescimento propostas pela Organização Mundial da Saúde. Para todas as análises, foi considerado nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os dados foram analisados por meio do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (versão 18.0). As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A amostra no pós-parto constituiu de 400 pares de mãe-lactentes, com 53% das crianças sendo do sexo feminino. A média de peso e comprimento ao nascer foi 3.234,01Kg e 48,55cm, respectivamente. Em relação às mães, as médias foram: de escolaridade 9,3 anos de estudo, de consultas pré-natal, 8, e de renda familiar mensal, R\$2.063,39. Dentre as crianças acompanhadas aos 6 meses, percebe-se uma tendência de maior escore z para Peso por Idade ($p=0,058$) entre aquelas que receberam suco. Dentre os tipos ofertados, também encontrou-se uma tendência entre consumo de suco diluído e um maior Peso por Idade ($p=0,059$) e uma associação significativa entre o consumo de sucos diluídos e maior Índice de Massa Corporal por Idade ($p=0,031$).

Conclusão

Analisando os resultados, pôde-se perceber que o Peso por Idade foi maior nas crianças que receberam suco antes dos seis meses de vida. Dentre as que receberam suco, os maiores índices de Peso por Idade e Índice de Massa Corporal por Idade foram relacionados à oferta de suco diluído. Sendo assim, é necessário que as mães sejam melhor orientadas e esclarecidas sobre a introdução de sucos antes dos seis meses de vida.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável - Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília (DF): 2013.
- HEYMAN, MB; et al. Fruit Juice in Infants, Children, and Adolescents: Current Recommendations. *Pediatrics*, v.139, n.6, 2017.

JAIME, PC; PRADO, RR; MALTA, DC. Influência familiar no consumo de bebidas açucaradas em crianças menores de dois anos. Rev Saude Publica, v.51, supl1:13, 2017.

SOLDATELI, B; VIGO, A; GIUGLIANI, ERJ. Adesão a recomendações alimentares em pré-escolares: ensaio clínico com mães adolescentes. Rev Saude Publica, v.50, n.83, 2016.

Palavras-chave: alimentação complementar; suco de frutas; consumo alimentar; crescimento

CONSUMO REGULAR DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS EM ADULTOS: UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL

DANIELLE CRISTINA GUIMARÃES DA SILVA; FABRÍCIA GERALDA FERREIRA; DAYANA LADEIRA MACEDO PEREIRA; GIANA ZARBATO LONGO

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia, ² UFV - Universidade Federal de Viçosa
daniellenut@hotmail.com

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), o consumo regular de frutas, legumes e verduras (FLV) tem sido apontado como um importante fator de proteção e de prevenção das doenças crônicas não transmissíveis e tem sido associado ao adequado estilo de vida. Alguns fatores podem determinar o consumo inadequado, dentre os quais, a menor faixa etária, maior escolaridade e renda, indivíduos que possuem maior preocupação com a saúde, com a manutenção do peso e com a prática de atividade física, apresentam maior consumo regular de FLV (Brasil, 2014; Nguyen et al., 2016; Neutzling e Azevedo, 2009). A recomendação adequada é de 400g/dia e isso equivale a cinco porções, de 80g cada, de frutas, legumes e/ou verduras (OMS, 2003).

Objetivos

Investigar a associação entre o consumo regular de FLV e aspectos sociodemográficos e comportamentais em uma população adulta de Viçosa-MG.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal de base populacional, incluindo 976 adultos, de ambos os sexos e residentes na zona urbana do município. Utilizou-se um questionário estruturado, contendo questões relativas a variáveis sociodemográficas, comportamentais e de consumo alimentar. O consumo adequado de FLV foi avaliado considerando a frequência de ingestão destes alimentos ao menos cinco vezes ao dia em pelo menos cinco vezes na semana. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o pacote estatístico Stata, versão 13.1, sendo que todas as análises foram ajustadas para o efeito de delineamento amostral e ponderadas pela frequência de sexo, idade e escolaridade e atribuídos pesos pela razão entre as proporções da população, obtidos a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As associações foram avaliadas por meio de análises de regressão de Poisson. O projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil (OF. Ref. No 08/2012).

Resultados

Houve predominância do sexo feminino (55,4%), escolaridade maior que oito anos (82,9%) e inatividade física (75,2%) na população avaliada. Em relação ao consumo regular de FLV, verificou-se que (76,4%) relatou apresentar consumo adequado. Na análise ajustada, o sexo feminino foi associado ao consumo regular de FLV (RP = 0,16 IC95% 0,05 - 0,27). A maior escolaridade também foi associada ao consumo regular de FLV (RP = 0,16 IC95% 0,01 - 0,26). Além dessas variáveis, a prática de atividade física no lazer de forma similar, foi associada ao consumo de FLV (RP = 0,10 IC95% 0,01 - 0,20) nesta população.

Conclusão

Conclui-se que o sexo feminino, a maior escolaridade e a realização de atividade física estão associados ao consumo regular de FLV nesta população. Apoio: CNPq e FAPEMIG

Referências

Neutzling, M. B.; Azevedo, M. R. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos de uma cidade no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 11, p. 2365–23742, 2009.

Nguyen, B. et al. Fruit and vegetable consumption and all-cause mortality: evidence from a large Australian cohort study. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 13, n. 1, p. 9, 2016.

Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013): Percepção de estado de saúde, estilo de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2014.

World Health Organization (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva: WHO, 2003.

World Health Organization (WHO). GLOBAL STATUS REPORT on noncommunicable diseases 2014. Geneva: WHO, 2014.

Palavras-chave: Epidemiologia nutricional; Adultos; Alimentação saudável

CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO MOSSORÓ E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO QUE SOBREVIVEM DESSE ECOSISTEMA

LIDIANE AUGUSTA DE SOUZA; HERLANE DA SILVA PAIVA

¹ UNP - Universidade Potiguar

lidiane_3006@hotmail.com

Introdução

A água é de fundamental importância para a evolução de quase todas as atividades desempenhadas pelo homem sobre a terra, tanto em áreas urbanas, industriais ou agropecuárias. É primordial para a existência de vida no nosso planeta. A contaminação do meio aquoso ocorre especialmente devido aos dejetos de esgotos, de hospitais, residências e indústrias que são jogados diariamente nos rios e mares, afetando a qualidade hídrica, pois a maioria das contaminações existentes ocorre através da água, por microrganismos patogênicos de origem entérica, animal ou humana, que são transmitidos principalmente pela rota fecal-oral. As bactérias do grupo coliformes são amplamente empregadas em análises referentes à qualidade da água. Segundo o artigo 4º da resolução nº 357, de 17 de março de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), diz, que a água para consumo humano o número de coliformes termotolerantes não deverá exceder 200 coliforme por 100 mililitros em 80% ou mais de pelo menos seis amostras.

Objetivos

O estudo teve como objetivo avaliar a contaminação da água do Rio Mossoró localizado no Rio Grande do Norte-RN e suas consequências para a população que sobrevivem desse ecossistema.

Metodologia

A coleta da água foi realizada em três pontos distintos do rio, com o auxílio de um saco estéril com capacidade 120ml contendo tiosulfato de sódio apropriado para a coleta, impossibilitando desta forma a contaminação do material. As amostras da água foram transportadas para a Universidade Potiguar-UNP da cidade de Mossoró em caixa térmica com gelo na temperatura de 5 C° onde foram analisadas no laboratório de microbiologia. O procedimento utilizado para a análise da amostra foi o sistema Colilert.® As bactérias do grupo coliforme são consideradas os principais indicadores de contaminação fecal. A determinação da concentração de coliformes assume importância como parâmetro indicador da possível existência de microrganismos patogênicos, responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica, bem como para indicar poluição sanitária.

Resultados

A partir da realização deste trabalho observou-se que os parâmetros físico-químicos determinados “in locu” nas amostras não se apresentaram de acordo com as recomendações da legislação brasileira. Entretanto, em relação aos parâmetros microbiológicos analisados, observou-se que todos os pontos avaliados apresentaram valores de coliformes totais, acima do limite máximo estabelecidos pela legislação brasileira, demonstraram que as águas do rio não atendem aos padrões pré-estabelecidos, pois apresentou índices para coliformes superiores a 1600 NMP, o que caracteriza a água como imprópria para consumo e balneabilidade.

Conclusão

Devido à contaminação do rio, há uma necessidade de melhorias das condições do local através de políticas públicas, conscientização e participação da população para a preservação do ambiente.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução n. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu Capa Índice 11380 enquadramentos, estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 mar. 2005.

CASTRO, Ana Maria Vieira et al. Parâmetros microbiológicos de águas de rios coletadas em alguns municípios da Paraíba, Centro de tecnologia/ departamento de tecnologia química e de alimentos/ monitoria, 2003. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/7.TECNOLOGIA/7CTDTQAMT01.pdf>. Acesso em: 08/05/2017.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. Saneamento básico, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2009/11/TCC-SaneamentoSa%C3%BAde.pdf> Acesso em: 04 novembro. 2017.

HA (American Public Health Association). Standard methods for the examination of water and wastewater. American Public Health Association, Washington: 1998, 1569p

Palavras-chave: Análise microbiológica; consequências; qualidade hídrica

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

ALDA MARIA DA CRUZ; CATARINE SANTOS DA SILVA; EMILIA CHAGAS COSTA; VANESSA SÁ LEAL; JULIANA SOUZA OLIVEIRA; NATHÁLIA PAULA DE SOUZA

¹ UFPE/CAV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA, ² UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
catarine.nutri@yahoo.com.br

Introdução

A alimentação desempenha um papel primordial durante todo o ciclo de vida dos indivíduos. Entre as distintas fases da vida, pode-se destacar a idade escolar, que se caracteriza por um período em que a criança apresenta um metabolismo muito mais intenso quando comparado ao do adulto. A alimentação escolar, através do desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, tornou-se uma estratégia para promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional da população. Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para esse Programa, com a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. O fortalecimento da agricultura familiar é indispensável para reduzir a fome e a pobreza, fato este comprovado através das políticas públicas de combate à fome e superação da extrema pobreza.

Objetivos

Investigar as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Metodologia

Revisão narrativa da literatura realizada entre fevereiro e junho de 2016. A busca envolveu pesquisa nas bases de dados eletrônicas da Biblioteca Virtual em Saúde, Scientific Electronic Library Online e no Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores em língua portuguesa: “Agricultura” e “Alimentação Escolar”. Como critério de busca, foram incluídos artigos originais, do período de 2010 a 2016 (a partir do ano seguinte em que a lei nº 11.947 foi sancionada), que abordassem os benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para realização dessa seleção, foi realizada a leitura do resumo e posteriormente do artigo em sua totalidade.

Resultados

Fizeram parte do estudo 6 artigos publicados entre 2010 e 2014. Dos estudos selecionados, 2 foram realizados na região Sudeste, 2 no Sul, 1 no Centro-Oeste e 1 na região Nordeste. Dentre os benefícios citados pelos estudos, destacam-se o aumento de renda dos agricultores, tendo em vista o aumento da produção para atendimento às demandas da alimentação escolar. Nessa perspectiva, devido à obtenção de vendas maiores, os agricultores foram capacitados para uma melhor produção e em muitos municípios, começaram a se organizar em cooperativas para obterem mais lucros e gerenciar melhor a venda dos produtos. Além disso, destaca-se que algumas prefeituras elaboraram estratégias para estimular a agricultura familiar através de programas de apoio ao pequeno agricultor. Estudos citaram ainda que, a valorização dos alimentos regionais para elaboração do cardápio da alimentação escolar, além de possibilitar a geração de renda, promove a sustentabilidade, práticas alimentares mais saudáveis e respeito à identidade cultural e alimentar das comunidades.

Conclusão

Tendo em vista os estudos analisados, de modo geral, foi reconhecido que a compra direta dos alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar proporcionou o fortalecimento dos agricultores, na perspectiva de melhoria da renda e principalmente quanto à valorização de sua produção local, promovendo então, a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Referências

MONEGO; E.T et al. Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados à alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal na Região Centro – Oeste do Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, v.26, n.2, mar/abr. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732013000200011> Acesso em: 04 nov. 2017.

SOARES. P; et al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.20, n.6, jun. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601891&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 04 nov. 2017

TRICHES RM, Schneider S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.19, n.4, out./dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019 > Acesso em: 04 nov. 2017.

VILLAR BS, Schwartzman F, Januario BL, Ramos JF. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira Epidemiologia*, São Paulo, v.16, n.1, mar. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100223 >. Acesso em: 04 nov. 2017.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Segurança alimentar e nutricional; Sustentabilidade

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EM UM CAPS AD- BELÉM PA.

JOICY FERREIRA MARTINS; MAYNARA CAROLINA DE SOUZA SANTANA; THÁIS DE OLIVEIRA CARVALHO GRANADO SANTOS; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ; XAENE MARIA FERNANDES DUARTE MENDONÇA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² SESMA - Secretaria Municipal de Saúde de Belém

joicynutricao@gmail.com

Introdução

O Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e outras Drogas (CAPS AD) é formado por equipes multiprofissionais e transdisciplinares que tem a finalidade de atender os usuários que apresentam transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas (BRASIL, 2011). Por sua vez, no CAPS AD desenvolve vários projetos, muitas vezes, que ultrapassam a própria estrutura física, em busca de oferecer um suporte social, que garanta o sucesso de suas ações. Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no âmbito da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são desenvolvidas no campo do conhecimento, da prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersectorial e multiprofissional objetivando promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo relatar as ações de EAN e suas contribuições para o DHAA dos usuários de um CAPS AD em Belém-Pará.

Metodologia

As ações foram planejadas pelas equipes do CAPS AD e do Projeto PET-GraduaSUS e foram desenvolvidas no período de setembro/2016 à junho/2017 junto aos usuários do local. As ações de EAN foram compostas por: rodas de conversa, oficinas culinárias, visita a feiras livres e atividades terapêuticas a partir da criação de uma horta. As rodas de conversa e as oficinas culinárias trabalharam temáticas relacionadas às datas comemorativas, como: outubro rosa, novembro azul entre outros temas de grande importância, como os alimentos regionais e a saúde bucal. A visita às feiras livres levou os usuários à feira do Ver-o-Peso com a missão de conhecer um pouco mais sobre os alimentos regionais para em seguida compartilhar as vivências em uma roda de conversa e oficina culinária sobre o tema. Já com relação à horta do CAPS AD foi planejada para serem contempladas com atividades semanais com a participação ativa dos usuários na implantação e manutenção da horta, com foco no plantio e cultivo de algumas espécies de alimentos regionais, tais como plantas aromáticas e condimentos de baixo custo e passíveis de serem usadas nas oficinas culinárias e em outras atividades promovidas pelo CAPS AD.

Resultados

As atividades de EAN desenvolvidas no CAPS AD valorizaram os saberes dos usuários, tendo em vista que os envolvidos dialogam e constroem as atividades juntos, sugerindo temas e executando as ações planejadas, sobretudo nas atividades que envolvem a horta. Através da valorização dos muitos saberes contribuimos com o resgate da autoestima desse público, assim como enfocamos a importância do direito à alimentação adequada para todos.

Conclusão

As atividades de EAN contribuem para o DHAA no CAPS AD à medida que visam aprimorar substancialmente os hábitos alimentares de uma parcela da população cujos direitos básicos são negligenciados. Entende-se que o acesso à alimentação saudável está além das necessidades energéticas. Trata-se de uma relação estabelecida com o meio em que se vive e a população nele existente. Portanto, atividades lúdicas, dinâmicas e a vivência culinária são exemplos de ações que permitem a sensibilização, a integração e a troca de experiências entre os participantes além de estimular a valorização do seu trabalho. Essa estratégia tem se mostrado eficaz no desenvolvimento e na autonomia dos usuários do CAPS AD, assim como na sua inclusão social e na promoção da alimentação saudável.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012. p. 68.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de

Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 27 de setembro 2017.

Palavras-chave: Alimentação saudável; CAPS AD; Saúde Mental

CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE PARA A FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

MIRELA CHRISTMANN; DAIANE TAÍS SCHWANTES

¹ GHC - Grupo Hospitalar Conceição

daiane_503@yahoo.com.br

Introdução

Orientada pelos princípios e diretrizes do SUS, e a partir das necessidades e realidades locais e regionais, a Residência Multiprofissional em Saúde é caracterizada pelo ensino em serviço. O Programa de Saúde da Família e Comunidade acontece na Atenção Primária à Saúde, pelo período de dois anos, com atividades teóricas e práticas, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 45, de 12 de Janeiro de 2007. Dentre as profissões de abrangência dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, está a Nutrição que, através da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 380/2005, estabelece que a atuação do nutricionista na saúde coletiva deve envolver atividades de alimentação e nutrição realizadas em políticas e programas institucionais, de atenção básica e de vigilância sanitária. No âmbito da Atenção Básica, o nutricionista pode estar inserido nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, compondo as equipes multiprofissionais que atuarão junto à Estratégia de Saúde da Família (BRASIL, 2012). Entretanto, considerando que a saúde coletiva é um dos campos de atuação do nutricionista, ainda existem algumas lacunas na formação acadêmica voltada para essa área, bem como para os princípios e diretrizes do SUS (ALVEZ; MARTINEZ, 2016).

Objetivos

Relatar as contribuições da Residência Multiprofissional em Saúde na formação para o Sistema Único de Saúde de duas nutricionistas inseridas no Programa de Saúde da Família e Comunidade do Grupo Hospitalar Conceição.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de duas nutricionistas durante a Residência Multiprofissional em Saúde, no Programa de Saúde da Família e Comunidade, em um Núcleo de Apoio à Saúde da Família e uma Unidade de Saúde da Família.

Resultados

A inserção das nutricionistas na realidade local e do serviço possibilitou a vivência com as equipes, tanto do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, quanto da Unidade de Saúde da Família, permitindo compreender a Rede de Atenção à Saúde, principalmente a Atenção Básica, e conhecer a organização do Sistema Único de Saúde, incluindo suas potencialidades e fragilidades. A atuação junto das equipes multiprofissionais possibilitou as trocas de conhecimentos, ampliando a aprendizagem das nutricionistas e permitindo o trabalho de maneira interdisciplinar e em rede. No que tange as práticas de competência do nutricionista (RECINE, 2013), foi possível ampliar o olhar para o cuidado em saúde, tanto por meio da atenção individual, familiar e comunitária nas diferentes fases do ciclo da vida, quanto por meio da participação na gestão e coordenação de ações, programas e projetos de alimentação e nutrição nos territórios de atuação das equipes de Saúde da Família. A partir da vivência, foi possível ampliar a visão de núcleo obtida durante a formação acadêmica, buscando compreender todo o campo de atuação e deixando de lado o foco em questões apenas clínicas do usuário para trabalhar o contexto biopsicossocial, através de projetos terapêuticos singulares ou planos de saúde no território, através do cuidado compartilhado entre o usuário e a equipe de saúde.

Conclusão

A Residência Multiprofissional em Saúde contribuiu para a formação das nutricionistas voltadas para a atuação no Sistema Único de Saúde, de maneira crítica e reflexiva sobre as ações desenvolvidas na Atenção Básica, bem como da importância do trabalho em equipe e em rede. Contudo, é necessária a ampliação da formação acadêmica nesta área e do fortalecimento do papel do nutricionista na Atenção Básica.

Referências

BRASIL. Portaria Interministerial nº 45, de 12 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Publicada no Diário Oficial da União em 12 de Janeiro de 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 380, de 28 de Dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de

atuação, e da outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.

ALVEZ, CRISTINA GARCIA LOPES; MARTINEZ, MARIA REGINA. Lacunas entre a formação do nutricionista e o perfil de competências para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 159 - 169, 2016.

RECINE, ELISABETTA. Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva. Brasília: Observatório de Políticas de Segurança e Nutrição, 2013. 64 p.

Palavras-chave: Nutrição; Saúde Coletiva; Formação profissional

CONTROLE METABÓLICO E DE PESO EM DIABÉTICOS NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE.

ÍTALO BRUNO RIBEIRO DA SILVA; ROBERTA KARLINE LINS DA SILVA

¹ UFRN - UINIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

italobrunoribeiro@hotmail.com

Introdução

O Diabetes Mellitus constitui-se como um problema de saúde pública devido ao grande número de pessoas acometidas e às consequências trazidas pela doença. Além de ser causa de internações, acarreta complicações irreversíveis, responsáveis pela diminuição da expectativa de vida. Essas complicações, além de limitarem as atividades diárias e produtivas, comprometem a qualidade de vida dos usuários com Diabetes Mellitus. Essa doença crônica é responsável pelo desenvolvimento de arteriopatias, nefropatias e cardiopatias importantes. Além disso, o Diabetes Mellitus está entre uma das cinco primeiras doenças responsáveis por internações no Brasil, ocupando lugar entre as dez primeiras causas de mortalidade.

Objetivos

Avaliar o controle metabólico e de peso em portadores de diabetes no contexto da Atenção Primária em Saúde

Metodologia

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como foi submetida e aceita pela Unidade de Saúde para a execução nas suas dependências. Trata-se de um estudo do tipo transversal, descritivo e analítico, individuado e observacional para caracterizar o controle metabólico e de peso dos indivíduos estudados. A pesquisa foi realizada no município de Natal – Rio Grande do Norte, na região administrativa oeste com os usuários diabéticos cadastrados na Unidade de Saúde da Família de Nossa Senhora de Nazaré, acompanhados e cadastrados no Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos. A coleta de dados da pesquisa foi realizada por medidas bioquímicas registradas em prontuário individual.

Resultados

A população de estudo foi constituída por 98 portadores de Diabetes Mellitus cadastrados e assistidos pela Estratégia de Saúde da Família de Nazaré e que possuíam prontuário na Unidade. Os resultados de dados metabólicos e de peso mostraram que para o Índice de massa corporal 78,6% estavam acima do peso (incluindo sobrepeso e obesidade) e 21,4% eutróficos, nenhum participante apresentou Índice de massa corporal baixo peso. A classificação obedeceu ao disposto pela organização mundial da saúde, porém foi agrupado em baixo peso, normal e acima 54 do peso. Para a medida da Hemoglobina glicada 67% apresentaram valores alterados, glicemia em jejum 51% apresentaram valores dentro da normalidade, colesterol total 61% apresentaram valores normais e para medidas de triglicérides 50% apresentaram valores dentro da normalidade.

Conclusão

O presente estudo contribuiu para que as equipes de saúde que estão envolvidas no cuidado desses portadores de diabetes compreendam melhor os fatores relacionados ao controle metabólico e assim planejar programas educativos adequados às características do indivíduo, e o desenvolvimento de atitudes pessoais que se associam à mudança no estilo de vida. Diante dos resultados apresentados o controle metabólico apresentou inadequado controle glicêmico, adequado controle lipídico e controle de peso insatisfatório, com grande parcela a cima do peso.

Referências

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standards of medical care in diabetes 2011. Diabetes Care, v. 34, p. S11-16, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Informações de Saúde. Brasília, DF.

Disponível em: . Acesso em: dez. 2010

MEDRONHO, R. A. et al. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008

MICHELS, M. J. et al. Questionário de Atividades de Autocuidado com o Diabetes: tradução, adaptação e avaliação das propriedades psicométricas. Arq. Bras. Endocrinol. Metab., v.54, n.7, p.644-51, 2010

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais

de ação . Brasília: Organização Mundial da Saúde, 2003

Palavras-chave: Diabetes mellitus; Atenção Primária à Saúde; Controle de peso; Controle metabólico

CONVERSANDO COM AS MULHERES DA PASTORAL DA CRIANÇA

ANA CLAUDIA PERES RODRIGUES; ARLETE RODRIGUES VIEIRA DE PAULA; JULIANA SANTOS MARQUES;
RAMON SIMONIS PEQUENO

¹ UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
julianasmarquesnutri@gmail.com

Introdução

Comer é uma atividade humana central não apenas por sua ligação com a sobrevivência, mas, sobretudo por que a alimentação é construtora de significados e símbolos culturais. A comida e o comer edificam uma identidade. Nesse sentido queremos pensar junto com a comunidade a alimentação em todos os seus significados.

Objetivos

O objetivo foi resgatar a memória culinária e recuperar receitas culinárias.

Metodologia

Foi utilizado um estudo qualitativo e adotados os seguintes referenciais teóricos: a concepção crítica da educação em saúde que respeita e estimula a autonomia dos participantes; o Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional e as reflexões sobre alimento e cultura na contemporaneidade. O público alvo foi mães, crianças e agentes comunitárias da Pastoral da Criança da Paróquia de São Pedro, Juiz de Fora. As mães e agentes foram convidadas a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para as crianças foram utilizadas atividades lúdicas, realizadas mensalmente. A dinâmica “sabores e sentidos”, na qual as crianças com os olhos vendados tinham que descobrir o alimento exposto através dos sentidos do tato, do paladar e do olfato e as que trabalharam os dez passos para uma alimentação adequada e saudável do guia alimentar 2015. As atividades com as mulheres foram rodas de conversa, oficinas culinárias e entrevistas. Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas, gravadas e depois transcritas. Foram duas as rodas de conversas. Na primeira, as mulheres relataram memórias culinárias relacionadas com enfermidades. Na segunda foi feita a dinâmica cor e alimento, na qual as participantes escolhiam uma cor e a relacionavam com uma receita. Nas oficinas culinárias, uma preparou as receitas selecionadas conforme as cores (amarela, vermelha, verde, branca e preta) e a outra as receitas para festividades relatadas nas entrevistas. As perguntas das entrevistas versaram sobre o tipo de alimentação na infância, quem era responsável pela alimentação, preferência e aversão alimentar, comida para períodos de doença e para festividades.

Resultados

Como resultado observou-se que as crianças participaram ativamente das dinâmicas. As entrevistas mostraram que as mulheres eram as responsáveis pelo preparo dos alimentos e a cozinha passava de mãe para filha. Em relação à interdição de alimentos em doenças observa-se a proibição de alimentos considerados pesados, que dificultam a digestão. Quando foi indagado sobre qual alimentação é adequada para o adoecimento, na maioria dos casos a resposta foi mingau de fubá, canja de galinha e sopa. O consumo de chás também foi ressaltado. A utilização de chás e outras práticas associadas ao saber popular baseavam-se em experiências adquiridas ao longo da vida. Em relação às comidas para ocasiões de festividades houve uma unanimidade para o frango assado e a macarronada. Levando em consideração que o objetivo proposto era o resgate de memórias alimentares, este foi alcançado, obtendo um material riquíssimo e revelador da identidade social dos indivíduos entrevistados.

Conclusão

Cada experiência alimentar compõe um cruzamento de histórias. A memória da infância e dos hábitos alimentares explica muito quem são os indivíduos e a sua relação com a comida hoje. As lembranças trazem reações diversas, alegria, tristeza, saudade e aversão se mesclam. As conversas sobre alimentação são uma troca de vivências que proporcionou o diálogo com as participantes sobre as diferentes representações sociais da alimentação.

Referências

- AMON, D; MENASCHE, R Comida como narrativa da memória social. Sociedade e Cultura, v.11, n.001, 2008.
BELIK ,W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 19(2): 94-110, 2011
CZERESNIA. D; FREITAS, CM, organizadores. Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.

DA MATTA, R Sobre o simbolismo da comida no Brasil. O correio da Unesco. Rio de Janeiro, v.15, n 7, 1987
FREIRE P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

Palavras-chave: Alimentação; Memória; Saúde

CORRELAÇÃO ENTRE ESTADO NUTRICIONAL E DISTÚRBIOS PSÍQUICOS MENORES EM PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS

ADRIANA DE SOUSA DUARTE; LUCIANA FIDALGO RAMOS NOGUEIRA; ELAINE CRISTINA MARQUEZE

¹ UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

adriana.duarte85@yahoo.com.br

Introdução

Com o advento da terapia antirretroviral altamente ativa, a Aids passou de uma doença de caráter agudo com elevada mortalidade para uma doença crônica. Com o tratamento apropriado, os indivíduos exibem uma progressão muito mais lenta da doença, menos infecções oportunistas e incidência reduzida de desnutrição. No entanto, a terapia antirretroviral possui efeitos colaterais que incluem alterações físicas, psíquicas e endócrino-metabólicas. Estas alterações, por sua vez, vêm sendo descritas como fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como sobrepeso, obesidade e dislipidemias. Pessoas vivendo com HIV/Aids tendem a apresentar maior prevalência de distúrbios psíquicos menores, os quais estão negativamente associados à progressão clínica do HIV. O declínio das condições clínicas do paciente é observado através de maior carga viral, menor contagem de células T CD4, pior adesão à terapia antirretroviral e, conseqüentemente, maior risco de mortalidade.

Objetivos

Avaliar a correlação entre o índice de massa corporal e distúrbios psíquicos menores em pessoas vivendo com HIV/Aids.

Metodologia

Estudo transversal realizado com pessoas vivendo com HIV/Aids atendidas pelo Serviço de Assistência Especializada em Aids, Santos/SP. Os dados foram coletados de fevereiro a junho de 2016, com 307 pessoas, por ordem de chegada ao serviço, conforme agendamento para atendimentos. O estado nutricional foi avaliado pelo índice de massa corporal (peso e estatura autorreferidos) e os distúrbios psíquicos menores foram avaliados pelo *Self-Report Questionnaire-20*. O índice de massa corporal foi classificado de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde. Para avaliar a correlação entre o índice de massa corporal e os distúrbios psíquicos menores, foi realizado o teste de correlação de Spearman. O nível de significância adotado em todos os testes foi de 5% (Stata 12.0). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Santos (nº 1.237.142).

Resultados

A idade média dos participantes foi de 47,6 anos (DP 12,1 anos), sendo 52,4% do sexo feminino, 49,5% solteiros(as) e 33,9% com ensino médio completo. Um total de 95,7% fazia uso de antirretroviral em média há 9,4 anos (DP 7,6 anos). Quase 1/3 dos participantes (30,6%) foi classificado com sobrepeso, 14,3% com obesidade e 7,3% com baixo peso. 47,8% apresentavam-se eutróficos em relação ao índice de massa corporal. Foi verificada uma correlação negativa (Spearman = -0,12) em que, quanto maior o índice de massa corporal, menor a prevalência de distúrbios psíquicos menores ($p = 0,04$).

Conclusão

Foi verificada uma correlação negativa entre o índice de massa corporal e os distúrbios psíquicos menores. São poucos os estudos que avaliam a prevalência de distúrbios psicossociais em pessoas vivendo com HIV/Aids, no entanto, é possível que a alimentação atue como fonte de conforto emocional, proporcionando auxílio psicossocial aos mesmos. Ressalta-se que mais estudos são necessários para o desenvolvimento de medidas assistenciais multiprofissionais às pessoas diagnosticadas com HIV/Aids.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a World Health Organization Consultation. Geneva: World Health Organization, 2000. p. 256. WHO Obesity Technical Report Series, n. 284.

BRASIL. Secretária de Vigilância em Saúde. Manual Clínico de Alimentação e Nutrição na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV. Programa Nacional de DST/Aids. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Ministério de Saúde. Brasília. 2006.

MYER, L. et al. Common mental disorders among HIV-infected individuals in South Africa: prevalence, predictors, and validation of brief psychiatric rating scales. *AIDS Patient Care STDS*, 2008, p. 147-158.

BING, E.G. et al. Psychiatric disorders and drug use among human immunodeficiency virus infected adults in the United States. *Arch Gen Psychiatry*, 2001, p. 721-728.

Palavras-chave: HIV; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida; Transtornos Mentais

CORRELAÇÃO ENTRE NANISMO NUTRICIONAL, CLASSE ECONÔMICA E RENDIMENTO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE TABATINGA, AMAZONAS, BRASIL

LUÍS ENRIQUE GAINETTE PRATES; FERNANDA SOARES DA COSTA; ANA LÚCIA GARCIA TORRES

¹ UEA - Universidade do Estado do Amazonas

luisenrique25@hotmail.com

Introdução

O processo de crescimento humano está influenciado por fatores genéticos e ambientais (WHO, 1995), dentre os quais se destacam a alimentação, a saúde, a higiene, a habitação e os cuidados gerais com a criança, que atuam acelerando ou retardando esse processo (CABRAL *et al.*, 2013). O crescimento das crianças depende de elementos socioeconômicos, culturais e da hereditariedade (MARTINS *et al.*, 2007). Face à natureza multicausal do crescimento infantil, busca-se relacionar variáveis biológicas, socioeconômicas, ambientais, culturais, com a sua etiologia (BARBOSA *et al.*, 2009). A deficiência nutricional causa alterações que afetam funções cerebrais como os processos cognitivos que envolvem a aprendizagem (MONTEIRO *et al.*, 2010).

Objetivos

Avaliar a correlação entre nanismo nutricional, classe econômica e rendimento escolar de estudantes da rede pública de Tabatinga, AM.

Metodologia

Estudo transversal realizado em 4 escolas públicas de Tabatinga-AM, de maio a julho/2014: escolas Ambrósio Bemerguy; Antônio dos Reis; Fábio Lucena; Pedro Teixeira, com alunos de 6-11 anos. O peso dos alunos foi verificado em balança *Premier*, CR 2032. A estatura foi aferida com estadiômetro. Foram usadas como referência as curvas e tabelas *z-score* do peso/idade e estatura/idade do *Centers for Disease Control and Prevention*. As classes econômicas foram definidas pela Classificação Econômica Brasil. A correlação do perfil nutricional, classe econômica e rendimento escolar foi verificada pelo coeficiente de *Spearman* (95%). Projeto aprovado pelo CEP da Universidade do Estado do Amazonas, parecer 835.792.

Resultados

Foram avaliados 340 escolares, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Apenas 18 alunos (5,3%) apresentaram *nanismo nutricional*. Não houve caso de atrofia nutricional. A média dos desvios-padrão (-2,27) da altura/idade está abaixo do recomendável. O percentual de *nanismo nutricional* foi maior na escola **Pedro Teixeira** (30,7%), seguida pelas escolas Fábio Lucena (23,1%), Antônio dos Reis (22,6%) e Ambrósio Bemerguy (19,8%). Na escola Fábio Lucena, os alunos com *nanismo nutricional* pertencem à classe econômica C1. Na escola Pedro Teixeira, os alunos pertencem equitativamente às classes B2, C1, D, E; o mesmo ocorre na escola Antônio dos Reis, classes C1, C2, D. Na escola Ambrósio Bemerguy, os alunos pertencem às classes C1 (67%) e B2 (33%). Há famílias com maior vulnerabilidade socioeconômica nas escolas **Pedro Teixeira (D e E)** e **Antônio dos Reis (D)**. Não houve diferenças estatisticamente significativas que relacionem *nanismo nutricional* às classes econômicas ($p = 0,32$). Ou seja, os estudantes com os piores índices de altura/idade não pertencem, necessariamente, às classes mais desfavoráveis (**D e E**). Houve diferença significativa entre *nanismo nutricional* e rendimento escolar apenas na escola **Fábio Lucena** ($p = 0,011$). Nesta escola, os estudantes com baixa altura/idade apresentaram rendimento escolar inferior aos estudantes sem desnutrição crônica.

Conclusão

O *nanismo nutricional* pressupõe que as crianças estiveram submetidas a um longo período de carência alimentar; contudo, não há um quadro de carência alimentar atual, pois não foram encontrados casos de baixo peso/idade. Associa-se carência alimentar ao nível econômico e ao rendimento escolar; porém, não foi encontrada esta associação nas escolas estudadas. Por outro lado, com o sistema de ciclos, deve-se levar em consideração a “não retenção” no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, que pode levar à interpretação equivocada dos resultados.

Referências

BARBOSA, Janine Maciel; CABRAL, Poliana Coelho; LIRA, Pedro Israel; FLORÊNCIO, Telma Maria. Fatores socioeconômicos associados ao excesso de peso em população de baixa renda no Nordeste brasileiro. **Archivos Latinoamericanos Nutrición**, v. 59, n. 1, p. 22-29, 2009.

CABRAL, Marcela Jardim; VIEIRA, Karlla Almeida; SAWAYA, Ana Lydia; FLORÊNCIO, Telma Maria Menezes Toledo. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, p. 71-87, 2013.

MARTINS, Ignez Salas; MARINHO, Sheila Pita; OLIVEIRA, Denize Cristina; ARAÚJO, Eutália Aparecida. Pobreza, desnutrição e obesidade: inter-relação de estados nutricionais de indivíduos de uma mesma família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1553-1565, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto; BENÍCIO, Maria Helena D.; CONDE, Wolney Lisboa; KONNO, Sílvia; LOVADINO, Ana Lúcia; BARROS, Aluísio J.; VICTORA, César Gomes. Narrowing socioeconomic inequality in child stunting: the Brazilian experience, 1974-2007. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 88, n. 4, p. 305-311, 2010.

WHO. World Health Organization. **Physical status**: the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO, 1995.

Palavras-chave: Consumo Alimentar; Desnutrição Crônica; Escola Pública; Aprendizagem

CORTISOL SALIVAR E NUTRIÇÃO DE LACTENTES VÍTIMAS DE ABANDONO E NEGLIGÊNCIA: SÉRIE DE CASOS

ADRIANA CÉSAR DA SILVEIRA; ANTONIETA MARIA DOS SANTOS CHAGAS PIRES; CAROLINE MAGNA PESSOA CHAVES; FERNANDO CÉSAR RODRIGUES BRITO; ÁLVARO JORGE MADEIRO LEITE; PEDRO ISRAEL CABRAL DE LIRA

¹ UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, ² UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, ³ FIC - FACULDADE ESTÁCIO

adrianacesardasilveira@yahoo.com.br

Introdução

O acolhimento institucional é considerado um evento de vida estressante. (BERENS E NELSON, 2015). O estresse gera reações negativas para indivíduo (AAP, 2015), e quando sofrido na infância pode se tornar um problema a longo prazo. A avaliação do estresse pode ser realizada através da concentração do cortisol (VANAELST et al, 2012; TEIXEIRA et al, 2015), um glicocorticoide com ação catabólica, que em excesso por períodos prolongados, pode levar ao aumento da glicemia e da resistência à insulina, elevação da adiposidade corporal; importantes fatores de risco para as doenças cardiovasculares, atualmente grande problema de saúde pública no Brasil (MARTINS ET AL, 2015).

Objetivos

Verificar os níveis de cortisol salivar e estado nutricional de lactentes em instituições de acolhimento, bem como relatar o uso deste método para a detecção do estresse nesta faixa etária, no contexto da institucionalização.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, descritivo, tipo série de casos com análise de dados prospectiva de lactentes de ambos os sexos, residentes em instituições de acolhimento de uma capital no Nordeste brasileiro, em junho de 2017. Como critério de exclusão considerou-se síndromes genéticas, microcefalia ou paralisia cerebral. As variáveis estudadas foram: sexo; idade; motivo do acolhimento; tempo de admissão na instituição; exposição pré-natal à substâncias psicoativas; cortisol salivar; peso; comprimento; perímetro cefálico (PC) e torácico (PT); idade gestacional e peso ao nascer. Na avaliação antropométrica o cálculo do Z – escore dos índices peso-para-idade (P/I), comprimento-para-idade (C/I), peso-para-comprimento (P/C), índice de massa corporal para a idade (IMC/I) e perímetro cefálico-para-a-idade (PC/I) foram calculados no software Anthro v3. 2.2 (WHO, 2006). Também se utilizou a razão perímetro torácico/perímetro cefálico (PT/PC). Para análise do estresse escolheu-se o cortisol salivar coletado pela manhã e analisado por imunoenzimático. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética (parecer 2.019.560 de 18 de maio de 2017).

Resultados

Um total de 12 lactentes foi selecionado, destes apenas sete foram incluídos para as análises, os outros cinco não possuíam a idade gestacional declarada na caderneta de saúde. Dos participantes, quatro (57,14%) eram do sexo masculino, com idade que variou entre 4 e 16 meses. Quanto aos motivos do abrigo, 6 (85,7%) foram por abandono, e 1(14,3%) por negligência. Todas as crianças estavam acolhidas há mais de quatro meses, 4 (57,14%) vieram diretamente da maternidade, e 3(42,85%) são filhas de mães usuárias de substâncias psicoativas. Verificou-se que 3 (42,85%) nasceram com < 37 semanas, e 5 (71,4%) de baixo peso. Os valores de cortisol salivar variaram de 2,7nmol/L a 23nmol/L, com média de 8,67nmol/L. Quanto ao estado nutricional somente 1 criança apresentou-se eutrófica. Das demais, 1 em risco nutricional em todos os índices estudados, com exceção do índice PT/PC; somente 1 com baixo P/I; 4 crianças com baixo PC/I; 1 criança apresentou baixo P/I e baixo PC/I e uma relação PT/PC indicativa de desnutrição. Não se verificou excesso de peso entre as crianças estudadas.

Conclusão

Os níveis de cortisol variaram 2,7nmol/L a 23nmol/L, portanto dentro da faixa verificada em crianças. A análise do estado nutricional revela comprometimento nutricional e situação de risco. A coleta de saliva não foi livre de estresse para as crianças, portanto, não é um bom método para a detecção de cortisol nesta população.

Referências

BERENS, A.C., NELSON, C.A. The science of early adversity: is there a role for large institutions in the care of vulnerable children? The Lancet, v.11, n. 15, p.1-11,jan. 2015. Disponível em: < [http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(14\)61131-4.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(14)61131-4.pdf)>. Acesso em: 07 de outubro de 2017.

MARTINS, L.M. et al. Considerações sobre a Influência do Cortisol no Metabolismo do Zinco na Obesidade. Nutr. clín. diet. hosp.v. 35, n.3, p.83-88, 2015.

TEIXEIRA et al. Testes psicológicos utilizados para avaliar estresse na criança: uma revisão integrativa. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 19, n. 1, p. 53-58, jan./abr. 2015.

VANAELST, B et al. Epidemiological approaches to measure childhood stress.. Paediatric and Perinatal Epidemiology, v. 26, p. 280–297, 2012.

_1258 280..297

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Anthro for personal computers. Version 2. 2006: Software for assessing growth and development of the world's children. Geneva: WHO, 2006. Acesso: 20 de outubro de 2017. <http://www.who.int/childgrowth/software/en/>

Palavras-chave: estresse; criança; estado nutricional; abandono

CRENÇAS DE NUTRICIONISTAS QUE ATUAM NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE O ENSINO DA TEMÁTICA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

ANA LUIZA SANDER SCARPARO; TANIA BEATRIZ IWASZKO MARQUES; JOSÉ CLÁUDIO DEL PINO

¹ PPGQVS UFRGS - Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ² FACED UFRGS - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

anascarp@gmail.com

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional tem sido considerada como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde, estando prevista em diversas políticas públicas, como o Programa de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006; 2009). A escola é entendida como um local relevante para ações educativas, sendo importante a sensibilização de todos os envolvidos para efetivá-las (BRASIL, 2006; PINTO et al., 2014). Entre as atribuições do nutricionista na alimentação escolar, destaca-se planejar e desenvolver, juntamente com a coordenação pedagógica das escolas, atividades de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2009; CFN, 2010), entretanto a maioria dos profissionais da área utiliza palestra como estratégia (CORRÊA et al., 2017)

Objetivos

Verificar as crenças de nutricionistas, que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Rio Grande do Sul, sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar.

Metodologia

A pesquisa consiste em um estudo transversal, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, parte do projeto de pesquisa intitulado “Noções sobre a alimentação saudável e crenças sobre o ensino dessa temática na Educação Básica”, com a finalidade de averiguar as crenças dos participantes por meio da aplicação de questionário desenvolvido, especificamente, para tal fim. Optou-se por elaborar um questionário que possibilitasse verificar o grau de concordância dos respondentes com cada afirmação proposta, utilizando, para tanto, uma escala do tipo Likert. Esta etapa da pesquisa foi realizada com 247 nutricionistas, que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar, e utilizada a versão online do questionário, na qual antes de iniciar o preenchimento o participante fez a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e aceitou participar da pesquisa.

Resultados

Os nutricionistas entendem que a escola é um local adequado para auxiliar a criança a desenvolver hábitos alimentares saudáveis e para aprender sobre alimentação saudável, sendo uma das funções da escola ensinar os escolares quais são os alimentos que a compõe, e concordam que “a alimentação na escola tem uma função pedagógica”. Os participantes concordaram que ações pontuais, como as palestras, não são suficientes para melhorar a alimentação dos escolares e discordaram que basta aprender sobre os nutrientes que cada alimento contém para modificar o hábito alimentar. Assentiram que “o tema alimentação saudável deve ser trabalhado de forma transdisciplinar nas disciplinas que compõem o currículo” e que “a temática alimentação saudável deveria ser trabalhada pelo professor com o auxílio técnico do nutricionista”, entretanto não tiveram consenso sobre a temática ser trabalhada em uma disciplina específica ou em oficinas na educação de turno integral, nem, preferencialmente, nas disciplinas de Ciências Biológicas e de Educação Física. Os participantes discordaram que “os professores, das diferentes disciplinas e níveis de ensino, estão preparados para trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal” e entendem como necessário existir no currículo dos cursos de licenciaturas uma disciplina que aborde e discuta esse conceito.

Conclusão

A identificação das crenças dos nutricionistas, sobre o ensino da alimentação saudável no ambiente escolar, pode subsidiar o planejamento de momentos de discussão e reflexão sobre a educação alimentar e nutricional no espaço escolar, tanto na formação inicial como continuada do profissional, e contribuir, conseqüentemente, na promoção da alimentação saudável.

Referências

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006. Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 09 de maio de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola os alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

CFN. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 465 de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições no Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010.

CORREA, R.S. et al. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.563-574, Feb. 2017.

PINTO V.L.X. et al. Educação Permanente de professores: a reflexão-ação na promoção da alimentação saudável nas escolas. Extensão em Foco, Curitiba: Editora da UFPR, n.10, p.37-58, jul/dez 2014.

Palavras-chave: alimentação escolar; alimentação saudável; educação alimentar e nutricional; escola; nutricionista

CULTURA ALIMENTAR JAPONESA E SUA INFLUÊNCIA NA ALIMENTAÇÃO DE NIPO-BRASILEIROS RESIDENTES NO JAPÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM INTERCÂMBIO TÉCNICO

FABIANA HITOMI TANABE; SATOMI ISHII

¹ JICA - HOKKAIDO - Agência de Cooperação Internacional do Japão, ² RGU - Rakuno Gakuen University
tanabefabi@gmail.com

Introdução

O ato de comer é importante não só para nutrir o corpo, mas também para estabelecer relações pessoais, sociais e culturais. A cultura alimentar está relacionada à forma de manifestação de um povo no que se refere à obtenção e preparação dos alimentos, e de como ele irá se portar na sociedade (LEONARDO, 2009). A introdução de alimentos que outrora não faziam parte da alimentação podem ser nocivas à saúde de quem a adquire, principalmente se o alimento é rico em açúcar e gordura. Essa tem sido uma grande preocupação da saúde coletiva a nível mundial, uma vez que a dieta está relacionada às doenças crônicas não-transmissíveis (GARCIA, 2003). Migrantes e seus descendentes apresentam cultura alimentar interessante pois são obrigados a adotar novos hábitos, mantendo algumas práticas, fenômeno conhecido por aculturação dietética. O Brasil possui a maior proporção de pessoas de origem japonesa fora do Japão, e a alimentação sofre grande influência dos dois países (TANABE; DREHMER; NEUTZLING, 2013).

Objetivos

Conhecer a tradicional culinária japonesa e analisar sua influência na alimentação de nipo-brasileiros residentes no Japão.

Metodologia

Em um primeiro momento, foi utilizada observação participante, para compreender melhor tradições alimentares japonesas. Nos dez meses de intercâmbio, houve imersão total na cultura alimentar do Japão a partir de participação em disciplinas do curso de Nutrição da Rakuno Gakuen University, em Hokkaido, como aulas teóricas e práticas de Técnica Dietética, Higiene dos Alimentos e Tecnologia de Alimentos. Além disso, também foram realizadas visitas e viagens técnicas a outras regiões do país, como Quioto e Nara. Ao final do processo, foi aplicado questionário semi-estruturado sobre cultura alimentar em nipo-brasileiros residentes em Shizuoka e Aichi, região central do Japão. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar da pesquisa. O financiamento do trabalho se deu pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, através de bolsa de treinamento técnico em Nutrição no Japão.

Resultados

A partir das atividades realizadas, foi observado que a cultura alimentar japonesa é mais ampla do que aquela comercialmente difundida no Brasil. Muitas regiões ainda produzem alimentos com técnicas antigas, a fim de obter o sabor mais tradicional. Além disso, cada parte do Japão, apesar deste ser um país pequeno em dimensões, possui sua particularidade e ingredientes exclusivos. Essa diversidade também foi observada em nipo-brasileiros que atualmente residem no Japão, indicando forte influência japonesa na dieta dessas pessoas. Preparações consideradas representativas da celebração japonesa de Ano Novo, como *ozouni*, não são consumidas por descendentes da província de Okinawa, da mesma forma que okinawanos nativos. Por outro lado, a forma como eles consomem carne suína também difere daquela do restante do Japão.

Conclusão

A cultura alimentar de um povo se faz presente não apenas em determinada região geográfica, como também no seu povo propriamente dito. São as pessoas que, a partir dos ingredientes e costumes presentes na região, criam e inovam as tradições alimentares, e levam consigo tais práticas, independentemente da distância com a origem desses costumes. Os japoneses, como outros povos migrantes, conseguiram manter parte de sua cultura alimentar, mesmo estando longe do Japão, e têm passado suas tradições a gerações seguintes.

Referências

LEONARDO, Maria. Antropologia da alimentação. **Revista Antropos**, Vol 3, Ano 2. Brasília, dezembro de 2009.
GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, volume 16, núm 4, páginas 483-492. Campinas, out./dez., 2003.

TANABE, Fabiana Hitomi; DREHMER, Michele; NEUTZLING, Marilda Borges. Consumo alimentar e fatores dietéticos envolvidos no processo saúde e doença de Nikkeis: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, vol. 47, núm. 3, pág 634-646. São Paulo, junho de 2013.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Cultura Alimentar; Hábitos Alimentares; Nipo-brasileiros; Tradição

DESEJO DE MUDANÇA DE PESO E SUA RELAÇÃO COM O COMPORTAMENTO ALIMENTAR EM DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO; EYDLANE DO ROSÁRIO COSTA; DANIELA LOPES GOMES; CAROLINA VIEIRA BEZERRA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

liliane.machado25@gmail.com

Introdução

A insatisfação com o próprio corpo entre os estudantes universitários tem se mostrado frequente. De acordo com Coqueiro et al. (2008), a insatisfação com a imagem corporal é comumente verificada independente do perfil nutricional do indivíduo. O desejo por mudança de peso pode interferir nos hábitos e comportamentos alimentares deste grupo populacional, e sua relação precisa ser investigada.

Objetivos

Verificar a relação entre o desejo de mudança de peso e o comportamento alimentar em discentes dos cursos de graduação em ciências da saúde.

Metodologia

Estudo transversal com amostragem não probabilística por conveniência de discentes adultos matriculados em um dos cursos de graduação do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. O questionário *online* foi elaborado na plataforma do Google (*Google Forms*) e contém questões sobre imagem corporal e comportamento alimentar. A avaliação da imagem corporal (STUNKARD; SORENSON; SCHLUSINGER, 1983) permitiu o cálculo do indicador 'desejo de mudança de peso' (SANO et al., 2008), a partir das respostas de Imagem Ideal e Atual. Este indicador possui três situações: 1) manter o peso: quando a escala Ideal escolhida é a mesma da Atual; 2) perda de peso: quando a imagem Atual escolhida é maior que a Ideal; 3) ganho de peso: quando a imagem Atual escolhida for menor que a Ideal. O questionário holandês de comportamento alimentar (VAN STRIEN et al., 1986) o qual foi validado para o português por Viana e Sinde (2003), é composto pelas subescalas: restrição alimentar, ingestão emocional e ingestão externa. Foram obtidas médias para cada uma das subescalas, e a subescala de maior valor prevaleceria sobre as outras, na qual o tipo de ingestão é evidenciado. Todos os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61196516.0.0000.0018 e parecer número 1.886.357 de 06.01.2017. O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva (distribuição de frequências, média e desvio-padrão) e analítica (teste de Kruskal-Wallis) para verificação de diferença estatística entre as variáveis do estudo. Valor de p significativo quando menor de 5%.

Resultados

Dos 456 discentes que participaram da pesquisa, 74,6% pertenciam ao gênero feminino. Dos participantes avaliados 53,9% referiram desejar perder peso, enquanto que manter e ganhar foram 21,1% e 25%, respectivamente. Ao se comparar as subescalas de comportamento alimentar com o indicador 'desejo de mudança de peso', pode-se verificar que tanto a subescala de restrição alimentar ($3,0 \pm 1,0$) quanto a de ingestão emocional ($2,9 \pm 1,2$) tiveram os maiores valores médios entre os que desejavam perder peso. Houve diferença estatística significativa entre as categorias do indicador 'desejo de mudança de peso' e as subescalas de comportamento alimentar de ingestão emocional ($p < 0,000$) e restrição alimentar ($p < 0,000$).

Conclusão

Discentes com desejo de perder peso apresentaram os maiores valores médios nas subescalas ingestão emocional e restrição alimentar. Mais da metade dos avaliados deseja perder peso. A maioria dos discentes respondentes era do gênero feminino.

Referências

1. COQUEIRO R.S.; et al. Insatisfação com a imagem corporal: avaliação comparativa da associação com estado nutricional em universitários. Rev. Psiquiatria, Florianópolis, v. 30, n. 1, p.31-168, 2008.

2. SANO A, et al. Study on Factors of Body Image in Japanese and Vietnamese Adolescents. *J. Nutr. Sci. Vitaminol. Japan*, n.54, p. 169–175, 2008.
3. STUNKARD, A.J.; SORENSON, T.; SCHLUSINGER, F. Use of the Danish adoption register for the study of obesity and thinness. In: KETY, S.S; ROWLAND, L.P.; SIDMAN, R.L.; MATTHYSSE, S.W. *The genetics of neurological and psychiatric disorders*. New York: Raven, 1983. p. 115-20.
4. VAN STRIEN, T. et al. The Dutch Eating Behavior Questionnaire (DEBQ) for Assessment of Restrained, Emotional, and External Eating Behavior. *International Journal of Eating Disorders*, v. 5, n. 2, p. 295-315, 1986.
5. VIANA, V.; SINDE, S. Estilo Alimentar: Adaptação e Validação do Questionário Holandês do Comportamento Alimentar. *Psicol: Teoria Invest Prática*, n. 8, p. 59-71, 2003.

Palavras-chave: Hábito alimentar; Imagem corporal; Peso corporal; Ensino superior

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE NA PERSPECTIVA DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

LUCIENE BURLANDY; MÁRCIA REGINA MAZALOTTI TEIXEIRA; SONIA CRISTINA AMANCIO DA SILVA; CLAUDIA BOCCA; THAMILLYS RODRIGUES SOUZA; DORALICE BATISTA DAS NEVES RAMOS

¹ UFF - Universidade Federal Fluminense, ² SES-RJ - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, ³ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
marciartx@gmail.com

Introdução

O aumento da obesidade constitui um problema desafiador no cenário epidemiológico atual do país. No setor saúde, a construção da Linha de Cuidado da Obesidade demanda uma articulação intrasetorial por prever ações nos diferentes pontos da Rede de Atenção à Saúde, bem como um fluxo de encaminhamento do usuário dos serviços de saúde, que são fundamentais para uma abordagem integral da Atenção em Saúde^{1,2,3}.

Objetivos

Conhecer mecanismos que influenciam o desenvolvimento de ações de prevenção e controle da obesidade na perspectiva da Rede de Atenção à Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

Metodologia

O mapeamento dos mecanismos e a identificação de fatores condicionantes basearam-se em: análise de documentos governamentais; entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos em cada região do estado; grupos focais com referências municipais da Área Técnica de Alimentação e Nutrição e apoiadores da Atenção Básica; entrevistas telefônicas e preenchimento de formulário eletrônico pelas referências municipais. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Antônio Pedro – Parecer 508.687 (09/01/2014). Participaram do estudo os indivíduos que formalizaram o aceite por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A apropriação dos gestores sobre as normativas que estabelecem a Linha de Cuidado da Obesidade ainda é incipiente, tanto no âmbito estadual como municipal. Não foi identificado nos municípios um setor que monitorasse e organizasse as ações implementadas para enfrentamento da obesidade, bem como as informações sobre elas como, por exemplo, o número de cirurgias bariátricas. A fragmentação institucional contribui para isto, uma vez que as próprias ações previstas na linha de cuidado são para setores distintos das secretarias de saúde, desde as referenciadas à Atenção Básica até as que remetem aos demais pontos da Rede de Atenção à Saúde. As entrevistas com os participantes dos espaços institucionais indicaram que, apesar dos dados epidemiológicos sinalizarem a obesidade como um dos principais problemas de saúde pública, ações e investimentos específicos para seu enfrentamento raramente são pautados nos debates. Em geral os temas priorizados são aqueles estabelecidos nos instrumentos de cofinanciamento estadual ou situações de saúde que demandam urgência. Há fragilidades nos mecanismos de referência e contrarreferência, tanto da Atenção Básica quanto da Especializada. Problemas relacionados com a regulação condicionam e são condicionados pela falta de organização dos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde e pelas dificuldades no sistema de informação.

Conclusão

O estudo possibilitou conhecimento da estrutura regional descentralizada de gestão que vem sendo construída no Estado do Rio de Janeiro e o panorama da forma como o tema obesidade é pautado nos espaços institucionais. Raramente é tratada como problema que demanda ações específicas, urgentes e organização qualificada da rede de saúde para seu enfrentamento. Destaca-se a inexistência/fragilidade de espaços de coordenação intrasetorial das ações previstas na linha de cuidado e de planejamento integrado baseado em informações sobre o cenário epidemiológico nos municípios.

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria 424 de 28 de junho de 2013. Redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Brasília: Brasil, 2013a.

2. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria 425, de 19 de março de 2013. Estabelece regulamento técnico, normas e critérios para a Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade. Brasília: Brasil, 2013b.

3. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria 62, de 06 de janeiro de 2017. Altera as Portarias nº 424/GM/MS, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária na Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e nº 425/GM/MS, de 19 de março de 2013, que estabelece o regulamento técnico, normas e critérios para a Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade. Brasília: Brasil, 2017.

Palavras-chave: intrasetorial; investimentos; mapeamento

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM MODELO AVALIATIVO DA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PRISCILA PORRUA; CRISTINE GARCIA GABRIEL; JANAINA DAS NEVES; RUAN MARCEL WEISS; DANIELE CRISTINA DA SILVA KAZAMA; GABRIELE ROCKENBACH

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

gabrielerockenbach@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o programa social com maior longevidade dentre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, o Programa promoveu a descentralização dos recursos para sua execução a partir de 1994. Com a municipalização, o Programa tornou-se de responsabilidade constitucional de todos os entes federados, envolvendo um grande número de atores sociais, como gestores, professores, nutricionistas, pais de alunos, sociedade civil, agricultores familiares e cozinheiras. Apesar de institucionalizado e solidificado há décadas, os estudos avaliativos realizados no âmbito desse Programa não são numerosos. Diante disso, justifica-se o desenvolvimento e aplicação de mecanismos para avaliação e monitoramento que contribuam para o aprimoramento da gestão do Programa.

Objetivos

Desenvolver e aplicar um modelo avaliativo da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (parecer 1377341) e desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A execução ocorreu em duas etapas: desenvolvimento de um modelo avaliativo normativo e coleta de dados com a gestão municipal, conduzidas entre 2015 e 2016. Foi realizado levantamento de estudos para a seleção de indicadores e medidas, que foram submetidos a oficinas de consenso com especialistas nas áreas de nutrição, alimentação escolar e avaliação de políticas públicas. Na segunda etapa houve a aplicação do modelo avaliativo, por meio de questionário eletrônico, enviado a amostra aleatória de municípios de Santa Catarina. O questionário foi desenvolvido na plataforma do Google docs, sendo enviado às Secretarias Municipais de Educação, direcionados aos gestores e nutricionistas.

Resultados

O modelo desenvolvido apresentou a seguinte estrutura: uma dimensão (Gestão), quatro subdimensões (Recursos Humanos, Agricultura Familiar, Educação Alimentar e Nutricional e Controle Social), 14 indicadores e 44 medidas. Participaram da etapa de aplicação do modelo 16 municípios, distribuídos nas seis mesorregiões de Santa Catarina. Os resultados apontaram que 87,5% dos municípios apresentaram desempenho “regular” na avaliação das subdimensões recursos humanos e agricultura familiar; 69% “regular” em Educação Alimentar e Nutricional e 62,5% “regular” em controle social. Não houve desempenho classificado como “bom” em nenhuma das subdimensões. Na análise do conjunto, as subdimensões com maior número de municípios com desempenho “ruim” foram Educação Alimentar e Nutricional e controle social. A avaliação da gestão apontou para o desempenho “regular” da maior parte dos municípios (94%).

Conclusão

Os resultados são coerentes com a prática e outros estudos no âmbito do Programa. O modelo avaliativo alcançou o que se propôs, possuindo caráter formativo com capacidade de identificar fragilidades e fornecer informações que podem ser utilizadas pelos gestores para aprimoramento da execução do programa.

Referências

- BRASIL. (2009). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Diário Oficial da União, nº 113, 17 de junho 2009.
- BRASIL. (2015). FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Ministério da Educação. Alimentação escolar. Disponível em: Acesso em: 02 out 2017.

GABRIEL, C. G. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Construção de modelo de avaliação da gestão municipal. 2013. 254 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G.; NAVARRO, L. M. Avaliação em saúde: conceitos básicos para a prática nas instituições. In: SAMICO, I.; FELISBERTO, E.; FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G. (org.). Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010. p. 01-13.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Alínea, 2016.

Palavras-chave: avaliação; políticas públicas; programas sociais; segurança alimentar e nutricional; alimentação escolar

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE ESCALAS PARA A APLICAÇÃO DO GUIA ALIMENTAR NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE (GAB1 E GAB2)

LÍGIA CARDOSO DOS REIS; PATRÍCIA CONSTANTE JAIME

¹ FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública da USP, ² FSP/USP - Programa de Pós-graduação Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública/USP

ligiacreis@hotmail.com

Introdução

O treinamento de facilitadores do Guia Alimentar para a População Brasileira é considerado elemento-chave para a disseminação das suas recomendações com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável. No entanto, não há ferramentas disponíveis na literatura para avaliar as habilidades de profissionais de saúde da Atenção Básica aplicarem as diretrizes desse documento.

Objetivos

Desenvolver e validar duas escalas para avaliar o conhecimento (GAB1), a autoeficácia e a eficácia coletiva (GAB2) de profissionais de saúde da Atenção Básica para empregar o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Metodologia

GAB 1 e GAB2 são escalas autoaplicáveis, unidimensional e multidimensional respectivamente, desenvolvidas e validadas de acordo com as seguintes etapas: etapa 1 – desenvolvimento dos itens segundo referencial teórico (Guia Alimentar e Marco de Educação Alimentar e Nutricional); etapa 2 – validação de conteúdo com painel de 7 especialistas para avaliação da relevância e clareza dos itens; etapa 3 – validação aparente por meio de grupo focal com 6 potenciais usuários dos instrumentos (profissionais de saúde com experiência em Atenção Básica) para avaliação da utilidade das escalas; etapa 4 – reavaliação das escalas com 6 especialistas dos painéis de validação de conteúdo e aparente; etapa 5 – aplicação online das versões corrigidas das escalas com 209 profissionais de saúde das 5 macrorregiões do país, atuantes há pelo menos 1 ano na Atenção Básica; etapa 6 – análise fatorial confirmatória para validação fatorial. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FSP/USP (nº 56303716.6.0000.5421).

Resultados

GAB1 foi inicialmente desenvolvida com 25 itens dicotômicos e GAB2 com 22 itens (10 para autoeficácia e 12 para eficácia coletiva) de 4 pontos na escala Likert. Após as etapas 2 e 3, 4 itens foram excluídos da GAB1, 1 incluído e 18 refeitos, configurando 22 itens. GAB2 teve 16 itens excluídos, 6 refeitos e 18 incluídos, configurando 12 itens para autoeficácia e 12 para eficácia coletiva. Na etapa 4, apenas 1 item da GAB 1 foi excluído e todos da GAB2 foram mantidos. GAB1 com 21 itens e GAB2 com 24 itens foram submetidas à análise fatorial confirmatória. Para GAB1, foram observadas correlações perfeitas entre alguns itens, levando à exclusão de 4 deles. Embora os índices de adequação da GAB1 tenham sido excelentes, 1 item foi excluído pelo baixo valor discriminatório. O modelo da versão final da GAB1 demonstrou boa adequação: $\chi^2(104)=119.047$, $p=0.1486$; $RMSEA=0.026$ (90%CI=0.000 a 0.046), $Cfit=0.979$; $CFI=0.924$ e $TLI=0.913$. A análise da discriminação dos 16 itens da versão final da GAB1 indicou que 13 deles foram considerados fáceis, sugerindo que ela seja aplicada em profissionais com baixo conhecimento sobre o Guia Alimentar. O modelo final da GAB2 apresentou excelentes índices de adequação e nenhum item foi excluído: $\chi^2(251)=425.491$, $p<0.001$; $RMSEA=0.058$ (90%CI= 0.048 a 0.067), $Cfit=0.091$, $CFI=0.966$ e $TLI=0.963$.

Conclusão

A versão final da GAB1 sugere sua utilidade para emprego em profissionais de saúde da Atenção Básica com baixo conhecimento sobre o Guia Alimentar, tais como não nutricionistas. A versão final de GAB2 funcionou muito bem para avaliar autoeficácia e eficácia coletiva dos profissionais. Ambas escalas podem orientar ações de educação permanente voltadas à educação alimentar e nutricional.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

Palavras-chave: atenção básica; educação alimentar e nutricional; guia alimentar; psicometria

DESMAME PRECOCE: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INTERRUPÇÃO PRECOCE DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

VITOR FRAZÃO NERI; LUCAS COSTA GUIMARÃES; ANDERSON CARLOS MONTEIRO LEITE; ANNA LETÍCIA LIRA ALVES; LUCAS RIBEIRO FORTES; ANTONIO CARLOS GOMES DA CONCEIÇÃO

¹ UNIP - DF - Universidade Paulista, Campus Brasília - DF

vitorlet@hotmail.com

Introdução

O leite materno é rico em todos os nutrientes necessários para a criança até os seis meses, portanto, não é necessário complementar a alimentação do bebê com nenhum outro sólido ou líquido. Ele também oferece anticorpos para a criança, isso aumenta a imunidade do bebê, ajudando-o a evitar diversas doenças¹. Além disso, a introdução precoce de outros alimentos pode acarretar problemas para a criança, como por exemplo, infecções, alergias e diarreias, que nessa fase podem ser fatais². Ao longo dos anos, com as diversas mudanças sociais e culturais, a vida das mães se tornaram mais corridas e estressantes, tornando o aleitamento materno exclusivo até os seis meses um hábito difícil³. Diversas são as dificuldades encontradas para a não prática do aleitamento materno exclusivo até os seis meses. Este trabalho teve como objetivo identificar os principais motivos do desmame precoce.

Objetivos

Identificar os principais fatores que levam à interrupção do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, realizado em centros de saúde localizados nas cidades de Planaltina DF, Guará, Candangolândia, Planaltina Go e Valparaíso, no período de fevereiro a setembro de 2017. A amostra foi composta por 235 pacientes que estavam nos centros de saúde para a realização de consulta de rotina. Os dados foram obtidos por meio de um questionário produzido pelos próprios autores da pesquisa. O questionário contou com perguntas sociodemográficas relacionadas a mãe, e também com perguntas relacionadas a criança. A análise dos dados foi realizada no software SPSS Statistics v. 22. Todos os pacientes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CEP/SES-DF), caae: 56428916.6.0000.5553.

Resultados

Foram entrevistadas 235 mães, 63 relataram estar em aleitamento materno exclusivo, por isso a amostra total da pesquisa (100%) foi de n=172. Sendo que 47,6% (n=82) das mães relataram ter amamentado seus filhos até o sexto mês de forma exclusiva; 20,3% (n=35) disseram ter interrompido o aleitamento materno exclusivo por causa do trabalho; 13,3% (n=23) disseram “leite fraco/ou não sustenta”; o argumento “largou o peito” teve frequência de 4% (n=7); 3,4% (n=6) disseram “leite secou”; “orientação médica” 2,9% (n=5); “outros” teve uma frequência de 2,3% (n=4); 1,7% (n=3) das mães não informaram o motivo do desmame; “orientação da família/amigos” também teve uma frequência de 1,7% (n=3); “nunca mamou” e “erro inato do metabolismo da criança” tiveram uma frequência de 1,1% (n=2) cada.

Conclusão

A maioria das mães da pesquisa não amamentaram seus filhos de forma exclusiva até os seis meses e diversos são os motivos alegados para o desmame precoce, o predominante nessa pesquisa foi o de retorno ao trabalho. No Brasil, a licença maternidade não contempla todas as mães com seis meses. O ideal seria uma revisão das leis para aumentar essa média. Outro argumento frequente foi o de que o leite é fraco e/ou não sustenta, esse argumento muitas vezes é ocasionado pela falta de informações e insegurança da mãe, que sofre com a influência da família e de amigos e acaba oferecendo alimentos antes do período adequado.

Referências

1. Abdalla, M.A.P. Aleitamento Materno como programa de ação de saúde preventiva no Programa de Saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2011.
2. Ministério Da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, 2009.
3. Escobar, Ogawa, AR; Hiratisuka, M; Kawashita, My; Teruya, PY; Grisi, SO. Aleitamento Materno E Condições Socioeconômicas-Culturais: Fatores Que Levam Ao Desmame Precoce. Rev Bras. Saúde Materno Infantil, 2002.

Palavras-chave: Amamentação; desmame; leite materno

DESVENDANDO OS MOTIVOS DO BAIXO CONSUMO DE FRUTAS POR ADOLESCENTES: UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

KARYNE SUMICO DE LIMA UYENO; SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO; MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; REGINA ESTEVES JORDÃO; DANIELA DE ASSUMPTÃO; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

samanthadalbosco@yahoo.com.br

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis são as principais causas mundiais de morbimortalidade. Sua prevenção envolve o controle de fatores de risco, dentre eles a dieta não saudável. As frutas exercem papel fundamental na prevenção dessas doenças, pois apresentam em sua composição fitoquímicos antioxidantes que atuam na redução do estresse oxidativo. O adolescente apresenta baixo consumo de alimentos *in natura*, como mostrou a Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada em 2008. A associação entre o baixo consumo de frutas e indicadores socioeconômicos já foi bem evidenciado no Brasil, mas os motivos que levam o adolescente a não consumir esse alimento ainda são pouco explorados.

Objetivos

Avaliar a frequência e os motivos do baixo consumo de frutas (<4 vezes por semana) por adolescentes de 10-19 anos, segundo variáveis demográficas e socioeconômicas.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de base populacional, que utilizou dados do Inquérito de Nutrição no município de Campinas, realizado em 2015/2016. A amostra do inquérito foi determinada por procedimentos de amostragem probabilística, por conglomerado e em dois estágios: setor censitário e domicílio. O consumo de frutas foi avaliado por meio de questionário de frequência alimentar semanal. Foram calculadas razões de prevalências ajustadas (RPaj) pelo uso de regressão de Poisson para testar as associações entre o consumo de frutas e as variáveis independentes. Os responsáveis pelos adolescentes menores de 18 anos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, sob o parecer 1.669.732 e CAAE nº 26068214.9.0000.5404.

Resultados

A amostra foi composta por 912 adolescentes, a prevalência de baixo consumo de frutas foi de 62,0%, mostrando-se menor entre as meninas (RPaj=0,92; IC95% [0,82-1,02]), porém essa diferença não foi estatisticamente significativa. Os demais resultados apresentaram significância estatística. Os adolescentes de 15 a 19 anos têm uma prevalência maior de consumo inadequado de frutas em comparação com os adolescentes de 10 a 14 anos (RPaj=1,09). “Não tem hábito” foi a resposta de maior prevalência (59,8%), sendo maior na faixa etária de 15 a 19 anos (RPaj=1,29) e nos adolescentes com maior número de equipamentos domésticos (RPaj=1,32). O motivo “Não gostar de frutas” foi maior nos adolescentes de 10 a 14 anos (RPaj=0,65). Os que disseram “Custa caro” eram os mais jovens e os pertencentes às famílias de menor escolaridade (RPaj=0,22), renda (RPaj=0,15) e com menor número de equipamentos no domicílio (RPaj=0,19). Adolescentes cujo chefe de família era mais escolarizado, apresentaram maior prevalência de “Preguiça de lavar” (RPaj=2,06), bem como aqueles que possuíam mais equipamentos (RPaj=3,74).

Conclusão

O estudo mostrou alta prevalência do consumo inadequado de frutas pelos adolescentes. Os principais motivos são a falta de hábito, não gostar de frutas e o custo elevado. Os adolescentes de menor renda relataram não consumir frutas pelo seu alto custo e aqueles que possuíam maior número de equipamentos responderam que não consomem por falta de hábito, o que mostra que o nível socioeconômico não justifica o baixo consumo entre os adolescentes de maior renda. São necessárias políticas públicas que incentivem o consumo de frutas pelos adolescentes.

Referências

1. BAZZANO, Lydia A, et al. Dietary intake of fruit and vegetables and risk of diabetes mellitus and cardiovascular diseases. Background paper for the Joint FAO/WHO Workshop on Fruit and Vegetables for Health, 1-3 September 2004, Kobe, Japan.
2. LIU, Rui Hai. Health benefits of fruit and vegetables are from additive and synergistic combinations of phytochemicals.

The American Journal of Clinical Nutrition. v. 8 p.517S–20S, 2003.

3. LOCK, Karen, et al. The global burden of disease attributable to low consumption of fruit and vegetables: implications for the global strategy on diet. Bull World Health Organ, vol.83 (2), Genebra, 2005.

Palavras-chave: adolescentes; consumo de frutas; frutas

DETERMINANTES DAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE UNIVERSITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

GRASIELI DANIELI; ANA LUISA SANTANNA ALVES; GRAZIELA DE CARLI

¹ UPF - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

alves.als@gmail.com

Introdução

O aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e obesidade, está fortemente associado às escolhas alimentares da população. Dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas indicam que a substituição de refeições completas por lanches contribui para o aumento da prevalência de algum grau de excesso de peso, atingindo 70,4% de indivíduos maiores de 20 anos (BRASIL, 2015). Além disso, 74% das causas de mortes dos brasileiros estão relacionadas às Doenças Crônicas não Transmissíveis (WHO, 2014).

Objetivos

Diante da influência da alimentação sobre a saúde, a pesquisa visou identificar os determinantes na escolha alimentar de universitários matriculados na Universidade de Passo Fundo.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal com discentes de graduação da Universidade de Passo Fundo, convidados a participar através e-mail institucional e preservados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo abordava questões demográficas, socioeconômicas, curso matriculado, determinantes da escolha alimentar e dados antropométricos auto referidos. Os fatores determinantes da escolha alimentar foram avaliados através de questionário adaptado de um estudo sobre os hábitos alimentares da população portuguesa (POINHOS et al., 2011).

Resultados

Dos 15.835 universitários, 484 responderam a pesquisa. A média de idade foi de 22 anos (DP=5,3) sendo que a maioria tinha entre 17 e 29 anos (91,3%), era do sexo feminino (75,6%) e referiram ser solteiro (84%). Quanto aos determinantes alimentares, 25,2% dos participantes selecionaram "sabor do alimento" como principal fator no momento da escolha e 21,7% "tentar fazer uma alimentação saudável". Cada fator determinante da escolha alimentar foi avaliado em escala de maior, média, baixa e nenhuma relevância. Apresentaram elevada prevalência em maior relevância os itens "sabor do alimento" (70,7%), "qualidade ou frescura dos alimentos" (55,08%), "disponibilidade dos alimentos" (49%) e "facilidade ou conveniência de preparação" (42,8%). Em média relevância houve elevada prevalência em "preço dos alimentos" (47,5%) e "tentar fazer uma alimentação saudável" (44,6%). O fator "outra pessoa decide a maior parte do tempo" destacou-se na elevada prevalência em nenhuma (42,6%) e baixa relevância (28,5%).

Conclusão

Os achados da pesquisa em relação ao fator "sabor dos alimentos", coincidem com o estudo da população portuguesa realizado por Rui Poinhos et al.(2011), como sendo o determinante na escolha alimentar mais indicado pelo indivíduos em ambos os sexos. No entanto, o fator "outra pessoa decide a maior parte do tempo" contrapõe ao estudo, fato que pode ser justificado pela diferença no perfil da população estudada. No estudo de Poinhos, a população tinha conhecimento que a escolha alimentar é uma atitude de grande influência sobre a saúde (POINHOS et al., 2011). Identificar os fatores que interferem nos hábitos alimentares torna-se importante para promover a alimentação saudável, item decisivo para prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis e excesso de peso, no entanto não está na lista de fator de maior relevância dos pesquisados. Baixo número de pessoas relataram maior relevância nessa escolha e somente 21,7% dos indivíduos selecionaram o item como principal na sua escolha. A escolha dos alimentos pelo sabor é o fator que predomina tanto no motivo principal na escolha como de prevalência em maior relevância.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2014 Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 165 p.: il.

POINHOS, Rui. et al. Factors perceived by Portuguese adults as influent in food consumption. Public Health Nutrition:

vol. 13, n. 9, p. 270, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Noncommunicable Diseases Country Profiles 2014. Geneva, Switzerland: WHO Document Production Services, 2014.

Palavras-chave: Comportamento alimentar; Determinantes da escolha alimentar; Hábitos alimentares

DETERMINANTES DO CONSUMO ALIMENTAR E PADRÃO DE COMPRAS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG

MICHELE PEREIRA NETTO; JÉSSICA ALMEIDA SILVA DA COSTA; CAMILA FERREIRA CARRARA; ANA PAULA CARLOS CÂNDIDO MENDES; RENATA MARIA SOUZA OLIVEIRA E SILVA; LARISSA LOURES MENDES

¹ UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, ² UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

michele.netto@ufjf.edu.br

Introdução

A adolescência é caracterizada por inúmeras mudanças, físicas, fisiológicas, psicossociais e comportamentais. Dentre elas, destaca-se a valorização da aparência física e as transformações de hábitos alimentares, que podem levar a alterações diretas no estado nutricional dessa população.

Objetivos

Avaliar os determinantes do consumo alimentar e o padrão de compras de adolescentes do Município de Juiz de Fora – MG

Metodologia

Estudo realizado em 2 escolas do município, com adolescentes de 12 a 14 anos. Foram coletados dados antropométricos e dados relativos a hábitos alimentares, imagem e satisfação corporal através de questionários. Posteriormente, os participantes simularam uma compra em um mini mercado, denominado Mercado Escola (ME), e os produtos adquiridos deveriam ser aqueles normalmente comprados por seus responsáveis. A estrutura do ME, apresentava prateleiras, réplicas de alimentos e embalagens de produtos alimentícios e foi montada nas escolas. Após o momento das compras, realizou-se o registro de todos os produtos comprados e cada indivíduo recebeu orientações baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira. Os dados foram analisados no software SPSS19.0 e para análise do padrão de compras, inicialmente contabilizou-se o número de alimentos (in natura, processado e ultraprocessado) adquiridos por cada indivíduo. E através da análise de Kluster, os adolescentes foram agrupados de acordo com a semelhança do número de itens comprados. O Mercado Escola foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF sob o parecer nº 1.380.628.

Resultados

Participaram da pesquisa 192 adolescentes, 58,3% era do sexo feminino e 32,3% apresentaram excesso de peso, 66,1% estavam insatisfeitos com sua imagem corporal, desses, 45,2%, gostariam de ter uma silhueta menor do que a atual. Em relação aos hábitos alimentares, encontrou-se que 24,1% e 41,7%, consumiam diariamente refrigerantes ou sucos artificiais e guloseimas respectivamente. Em relação aos determinantes do consumo alimentar, não foram encontradas diferenças estatísticas entre as variáveis de hábitos alimentares quando comparadas ao sexo, estado nutricional e imagem corporal. Após a análise de Kluster, os adolescentes foram divididos em 4 grupos, e os pertencentes ao grupo 1, apresentaram em suas compras o maior número de alimentos in natura, porém, o número de produtos processados e ultraprocessados também foram os maiores quando comparados aos outros grupos. Característica semelhante é observada no grupo 4, que se destacou como o segundo grupo com o maior número alimentos processados e ultraprocessados. Já o grupo 3, apresentou característica oposta aos grupos 1 e 4, com o menor número de itens de todos os alimentos. O grupo 2, apresentou o número de alimentos in natura próximo ao grupo 1, e se destacou, por apresentar um dos menores valores para os itens ultraprocessados e processados, podendo ser caracterizado como mais adequado entre os grupos. Não foram apontadas diferenças estatísticas através da comparação dos 4 grupos com as variáveis estado nutricional, imagem corporal e idade. Porém ao se comparar o padrão de compras dos adolescentes segundo o sexo, conclui-se que o grupo 3, apresenta predominância masculina.

Conclusão

Observa-se elevada prevalência de sobrepeso e obesidade e hábitos alimentares inadequados entre os adolescentes, assim como a aquisição exacerbada de produtos alimentícios processados e ultraprocessados, fortalecendo a necessidade de ações de promoção da alimentação saudável.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar 2015. Rio de Janeiro, 2016. 132p.

SANTOS, J. M.; CAMARGO, M. L. M.; QUEIROZ, N. S. Consumo de fast foods: um caminho para obesidade na adolescência?. In: V ENEC – ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO TENDÊNCIAS E IDEOLOGIAS DO CONSUMO NO MUNDO, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: 2010, p. 1-18.

Palavras-chave: CONSUMO ALIMENTAR; ADOLESCENTES; DETERMINANTES DO CONSUMO

DETERMINANTES DO TEMPO DE DURAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

GABRIELLA CARVALHO MEDEIROS CARVALHO BRANCO; MÁINA RIBEIRO PEREIRA CASTRO

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

gabriella.cmcbranco@gmail.com

Introdução

O leite humano é considerado o alimento mais importante para nutrição do lactente e para o desenvolvimento e crescimento da criança, mas a situação da amamentação no Brasil ainda está longe de ser a ideal. Novas abordagens devem ser pensadas, e para isso é necessário conhecer os fatores associados ao tempo de duração do aleitamento materno.

Objetivos

Analisar os fatores relacionados ao tempo de duração do aleitamento materno exclusivo.

Metodologia

A coleta de dados foi iniciada apenas após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 62833316.6.0000.0023. Os sujeitos da pesquisa foram 36 mães estudantes de nutrição, e o estudo foi do tipo analítico transversal. A coleta de dados foi realizada numa instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. A seleção da amostra foi realizada por conveniência. Este estudo consistiu na aplicação de um questionário online. O questionário dividido em três blocos distintos: o primeiro bloco consistiu na caracterização da amostra, o segundo abordou o conhecimento das participantes acerca do tema e o terceiro bloco envolveu os aspectos relacionados à amamentação. A análise dos dados foi realizada por meio de médias e frequências. O tempo que as participantes amamentaram exclusivamente foi julgado com base no tempo ideal preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

Resultados

Verificou-se que 52,3% (n=11) das participantes que receberam assistência no pré-natal amamentaram exclusivamente até os 6 meses, enquanto somente 37,5% (n=3) das mães que não receberam orientações amamentaram pelo período ideal. A cesárea foi apontada como um possível fator de risco, pois somente 36% (n=9) das mulheres que realizaram o parto cesáreo amamentaram exclusivamente durante 180 dias. Observou-se também que a extensão do aleitamento materno exclusivo foi menor nas mulheres primíparas, visto que apenas 39,1% (n=9) delas amamentaram pelo tempo adequado. Os pais da criança também foram identificados como fonte de apoio à amamentação, já que 50% (n=17) das mulheres que receberam apoio amamentaram exclusivamente por 6 meses, e, em contrapartida, nenhuma das mães que não recebeu apoio amamentou durante o tempo recomendado. Em relação ao oferecimento de fórmulas, observou-se que o tempo de aleitamento exclusivo foi maior entre as mães que não ofereceram fórmula infantil para seus filhos, ou que ofereceram somente após os 6 meses, tendo em vista que nenhuma das participantes que ofereceu fórmula antes dos 6 meses amamentaram pelo tempo ideal. A principal barreira da amamentação, segundo as mães, foi o término da licença-maternidade. De maneira geral, a média do tempo de aleitamento exclusivo foi 4,6 meses, aproximadamente 138 dias, e foi constatado uma ocorrência de desmame precoce em 52,7% (n=19) dos casos.

Conclusão

Concluiu-se que a prevalência do aleitamento materno exclusivo ainda é baixa, não atendendo o tempo de duração preconizado como tempo ideal pela Organização Mundial da Saúde. Os principais determinantes do aleitamento exclusivo foram o término da licença-maternidade, a realização de parto cesáreo, o oferecimento de fórmulas e a falta de apoio, de orientações e de experiências. Esses achados sugerem a necessidade de uma atenção especial às mulheres que se enquadram nesses fatores e o desenvolvimento de políticas que incentivem maior capacitação e assistência profissional, maior apoio às gestantes, legislações mais rígidas a respeito da comercialização de fórmulas infantis e condições de trabalho favoráveis à amamentação.

Referências

AUGUSTO, Rosângela Aparecida; DE SOUZA, José Maria Pacheco. Crescimento de crianças em aleitamento materno exclusivo no primeiro semestre de vida. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 2, p. 01-11, 2007.

DAMIAO, Jorginete de Jesus. Influência da escolaridade e do trabalho maternos no aleitamento materno exclusivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 442- 452, Set. 2008.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **The optimal duration of exclusive breastfeeding** . Report of an Expert Consultation. Geneva: World Health Organization, 2001.

PEREIRA, Rosane Siqueira Vasconcellos et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública** , Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2343-2354, Dez. 2010.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Desenvolvimento infantil; Desmame precoce; Lactentes; Leite humano

DIA DO NUTRICIONISTA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: UM ESPAÇO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

SABRINA SILVA GODOI; ALINE LEDA DE OLIVEIRA; JORDANA MOREIRA DE ALMEIDA; HAYANNY PIRES NETTO GUIMARÃES; ESTEFÂNIA MARIA SOARES PEREIRA

¹ HC -UFTM - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triangulo Mineiro, ² UFTM - Universidade Federal do Triangulo Mineiro
sabrinastgodoi@yahoo.com.br

Introdução

O Dia do Nutricionista é comemorado em 31 de agosto e visa homenagear os profissionais que trabalham no planejamento, execução e avaliação de dietas para indivíduos saudáveis e enfermos, a nível individual e coletivo. O Nutricionista trabalha no desenvolvimento de ações relacionadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde da população. A promoção da saúde consiste nas atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, focando nos seus estilos de vida e promovendo uma modificação na sua maneira de pensar e agir.

Objetivos

Divulgar a profissão do Nutricionista e realizar ações de promoção à saúde dentro do Hospital de Clínicas de Uberaba-MG.

Metodologia

Foram desenvolvidas no dia 31 de agosto de 2017 várias atividades de saúde direcionadas aos funcionários, estudantes e acompanhantes de pacientes internados no Hospital de Clínicas de Uberaba-MG, sob livre demanda. Entre elas destacaram-se exposição de painel demonstrativo sobre quantidades de açúcar e gorduras presentes nos alimentos, em especial industrializados; demonstração de opções de lanches saudáveis; expositor de mini geladeira com objetivo de mostrar a maneira correta de organizá-la, com distribuição de panfleto explicativo; exibição de vídeo sobre alimentação saudável, de acordo com o Novo Guia Alimentar para a População Brasileira; degustação de sorvete de banana caseiro, água saborizada e distribuição de sal de ervas e das respectivas receitas e avaliação antropométrica (peso, altura, cálculo do Índice de Massa Corporal e circunferência abdominal).

Resultados

Dentre as atividades educativas propostas, as que despertaram maior interesse entre os participantes foram o painel expositor de nutrientes, as informações sobre rotulagem nutricional e a degustação de alimentos. No decorrer dos trabalhos, observou-se desconhecimento prévio dos participantes para modificar seus hábitos alimentares de forma adequada. As atividades realizadas proporcionaram ampliação ou aquisição de novos conhecimentos e maior adesão às práticas alimentares saudáveis, entre elas a escolha de alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de alimentos industrializados. A degustação despertou interesse da população que uma alimentação saudável pode e deve ser saborosa. Os participantes ainda puderam classificar o seu IMC e o risco cardiovascular através da circunferência abdominal obtendo melhor percepção sobre o estado nutricional e de saúde. Todos participaram ativamente através de questionamentos sobre os temas expostos, uma vez que foi a oportunidade de promover saúde e discutir com profissionais qualificados.

Conclusão

Foi possível estimular a conscientização dos participantes sobre a importância de se adquirir e promover hábitos alimentares saudáveis, além de divulgar e ressaltar a necessidade do reconhecimento do Nutricionista, especialmente no ambiente hospitalar. Diante disso, é fundamental que sejam promovidas outras ações com foco na promoção e prevenção à saúde e melhora da qualidade de vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MICALI, F.G; DIEZ-GARCIA R.W. Instrumento imagético de educação alimentar e nutricional para promoção da alimentação saudável. Rev. Nutr., v. 29 n.6 p. 917-928, Campinas, 2016

CLARO, R. M. et al. Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no

Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Epidemiol. Serv. Saúde [online]. v.24, n.2, 2015.

Palavras-chave: Prática Profissional; Nutricionistas; Promoção de saúde; Serviço Hospitalar de Nutrição

DIAGNÓSTICO DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE FORTIFICAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM MICRONUTRIENTES EM PÓ – NUTRISUS NO ESTADO DE SERGIPE

RENATA LOPES DE SIQUEIRA; ALINE MARIA NASCIMENTO SOUZA¹; RONALDO CRUZ SILVA; IRANILSE GOMES DE JESUS

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe, ² SES-SE - Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe
renata.educacao@gmail.com

Introdução

Não obstante os avanços do Brasil em relação ao combate a fome e desnutrição, a carência de micronutrientes persiste em patamar preocupante. No estado de Sergipe, as carências de micronutrientes mais diagnosticadas são as de vitamina A, ferro e zinco. Por outro lado, há evidências científicas de que a oferta de uma alimentação adequada nas creches representa uma condição estratégica para evitar inúmeros distúrbios de saúde decorrente de deficiência de micronutrientes. Em acordo, em 2014, os Ministérios da Saúde e da Educação instituíram a Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó – NutriSUS. O público alvo são crianças atendidas nas creches municipais. A fortificação ocorre por meio da administração de um sachê/dia na refeição, em dois ciclos, com intervalo de 3 a 4 meses entre os mesmos. Ao todo devem ser administrados 60 sachês por criança, mediante autorização dos pais/responsáveis. É importante a adequação ao calendário escolar da creche para que não haja interrupção dos ciclos. A adesão ao Nutri SUS é voluntária. Porém, a estratégia integra as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), cuja adesão municipal esta condicionada ao cumprimento de algumas condicionalidades. Em Sergipe, a adesão a NutriSUS ainda é incipiente. Supõe-se que o processo de administração, assim como, as condicionalidades de adesão ao PSE, sejam fatores determinantes, sendo fundamental investigá-los para planejar ações de superação.

Objetivos

Conhecer os fatores limitantes a adesão a Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com micronutrientes em pó (NutriSUS) pelos municípios sergipanos.

Metodologia

Estudo observacional transversal, na qual buscou diagnosticar os fatores determinantes da adesão, por meio da aplicação de questionário virtual, junto aos gestores dos 18 entre os 75 municípios que aderiram à estratégia no estado de Sergipe. Os itens que compuseram o questionário para as respostas dos 18 municípios participantes foram elaborados tomando como referência o manual operacional de implantação da estratégia publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2015). Procedeu-se uma análise descritiva da frequência dos resultados. Trabalho foi realizado mediante Termo de Anuência do Secretário de Estado da Saúde de Sergipe e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos gestores.

Resultados

73% dos municípios responderam ao questionário. Os resultados revelaram que 53,84% dos municípios iniciaram a suplementação no primeiro semestre de 2017 e 46,16% iniciaram a suplementação no segundo semestre deste ano. Os fatores limitantes a adesão a estratégia foram: 38,5% apontaram dificuldade de adesão do município aos PSE; 23,1% incompatibilidade com o calendário escolar; 15,4% inadequação ao tipo de refeição oferecida nas creches; 7,7% dificuldade com o prazo da suplementação; 7,7% resistência e/ ou permissão pela família e 7,7% em relação à rejeição do consumo dos sachês pelos escolares.

Conclusão

Não obstante, a relevância de se instituir medidas preventivas de combate as carências de micronutrientes, no processo de elaboração, planejamento e implementação das mesmas, é necessário que a instância federal, considere a diversidade de contextos as medidas irão incidir, dialogando com os atores sociais envolvidos acerca das eventuais limitações estruturais, burocráticas, operacionais, técnicas e culturais. Os resultados deste estudo expressaram a incipiência deste diálogo comprometendo a adesão ao NutriSUS pelos municípios sergipanos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PND 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 298 p.
4BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes

(vitaminas e minerais) em pó : manual operacional. Brasília: Ministério da Saúde, Ministério da Educação. 2015. 52 p.

1FILHO, M. B.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n. 1, p. 181-91, 2013.

2PEDRAZA, D. F.; ROCHA, A. C. D.; SOUSA, C. P. D. C. Crescimento e deficiências de micronutrientes: perfil das crianças assistidas no núcleo de creches do governo da Paraíba, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 1, p. 3379-90, 2013.

3PEDRAZA, D. F.; ARAUJO, E. M. N. de; NETA, R. L. B. F.; OLIVEIRA, M. M. de; CUNHA, M. A. L. da. Estado nutricional de micronutrientes de crianças segundo características pessoais e das creches. Rio de Janeiro, Caderno de Saúde Coletiva, v. 24, n. 4, p. 468-477, 2016.

Palavras-chave: Carência de Micronutrientes; Fortificação Alimentar; Alimentação Infantil

DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO- SANITÁRIAS E ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE COZINHAS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO- MINAS GERAIS.

ADRIELLY JORDANE SILVA LEITE; TALISMARA ROSA DE OLIVEIRA; VERÔNICA MAGALHÃES SILVA; KÁTIA FERNANDES; ARELISE DE PAULA BAYER; MARIA TEREZA DE FREITAS

¹ UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
katiaseg@yahoo.com.br

Introdução

No Brasil, as cozinhas domiciliares figuram como o primeiro local de ocorrência de doenças transmitidas pelos alimentos. Os alimentos preparados nos domicílios têm grande influência na ocorrência de surtos de doenças transmitidas pelos alimentos, devido às falhas higiênicas durante todo o processamento dos alimentos a serem consumidos e porque a maioria das pessoas que prepara alimentos em casa está mal informada sobre as medidas necessárias à manipulação adequada dos alimentos.

Objetivos

Diagnosticar as condições higiênico-sanitárias de cozinhas domiciliares da cidade de Ouro Preto, MG.

Metodologia

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto sob o número de CAAE: 53009115.3.0000.5150. Foi realizada uma entrevista estruturada em 34 domicílios escolhidos por amostragem aleatória para verificar os conhecimentos e práticas das pessoas a respeito da manipulação segura dos alimentos. Além disso, foram feitas em 20 dos 34 domicílios participantes, coletas de amostras das mãos dos manipuladores, ambiente, utensílios e equipamentos para a realização de análises microbiológicas de microrganismos indicadores, averiguando os processos de higienização.

Resultados

Dentre os 34 participantes, 56 % acertaram as questões sobre conhecimento a respeito da manipulação de alimentos e 18 % acertaram as questões sobre a prática adequada na manipulação de alimentos. Houve contagens insatisfatórias de mesófilos aeróbios em 100 % dos domicílios, principalmente para facas e ambientes (90 % das amostras) e liquidificadores (80 % das amostras), em menor proporção nas tábuas de corte (18,75 %) e ambiente das geladeiras avaliadas (17,64 %). Somente 10 entrevistados aceitaram realizar a análise de mãos, havendo 50 % de contagens inadequadas para mesófilos aeróbios. No caso de bolores e leveduras as inadequações foram de 80 % das amostras de facas e liquidificadores, 12 % das amostras de tábuas, 70 % do ambiente, 6 % das geladeiras e 10 % das mãos avaliadas. Foram verificadas contagens insatisfatórias de coliformes totais em 45 % dos domicílios para liquidificadores (45 %) e facas (15 %). Entretanto, as contagens de coliformes nas tábuas de corte e mãos dos manipuladores apresentaram-se dentro do padrão de referência estabelecido.

Conclusão

Os resultados microbiológicos insatisfatórios sugerem que, apesar da metade dos entrevistados ter demonstrado conhecimento teórico sobre a manipulação segura de alimentos, a maioria não coloca em prática tal conhecimento, demonstrando a necessidade de maior conscientização dos manipuladores de alimentos dos domicílios em relação à manipulação adequada dos alimentos para prevenir a ocorrência de doenças transmitidas pelos alimentos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de vigilância das doenças transmissíveis. Disponível em: Acesso 18 out 2016.

EVANCHO, G.M.; SVEUM, W.H.; MOBERG, L.J.; FRANK, J.F. Microbiological Monitoring of the Food Processing Environment. In: Downes FP, Ito K, editors. Compendium of methods for the microbiological examination of foods. 4th ed. Washington, D.C.: APHA; 2001. p. 25-36.

LANGIANO, E.; FERRARA, M.; LANNI, L.; VISCARDI, V.; ABBATECOLA, A. M.; DE VITO, E. Food safety at home: knowledge and practices of consumers. J Public Health, 20, 47-57, 2012.

SVEUM, W. H.; MOBERG, L. J.; RUDE, R. A.; FRANK, J. F. Microbiological monitoring of the food processing environment. In: Vanderzant, C.; Splittstoesser, D. F.; Speck, M. L. (Eds.). Compendium of methods for the microbiological examination of foods. 3. ed. Washington: APHA, 1992. cap. 3, p. 51-74.

WHO, 2015a. Foodborne diseases. Disponível em: Acesso out 2015.

Palavras-chave: Microrganismos indicadores; cozinhas residenciais; manipulação de alimentos; doenças transmitidas pelos alimentos

DIFERENÇAS GERACIONAIS NO CONSUMO DE ALIMENTOS IN NATURA E ULTRAPROCESSADOS

RAQUEL DE DEUS MENDONÇA; PATRÍCIA PINHEIRO DE FREITAS; MARIANA SOUZA LOPES; ALINE CRISTINE SOUZA LOPES

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
raqueldmendonca@gmail.com

Introdução

Diferentes gerações são moldadas por fatores sociais, econômicos, políticos, tecnológicos e ambientais. Estilos de vidas e atitudes se refletem na compra de alimentos e comportamentos alimentares. Pesquisas de Orçamento Familiar, realizadas em âmbito nacional (1987-2009), evidenciaram aumento da aquisição de alimentos ultraprocessados, prontos para o consumo, e significativa redução na aquisição de ingredientes culinários e alimentos *in natura*. Entretanto, associações entre o consumo desses alimentos e diferenças geracionais ainda não foram investigadas.

Objetivos

Avaliar a associação entre *status* geracional (tradicionalistas, *baby-boomer*, X e Y) e consumo de alimentos *in natura* e ultraprocessados entre usuários do Programa Academia da Saúde.

Metodologia

Estudo realizado a partir da linha de base de ensaio comunitário controlado e aleatorizado em amostra probabilística e representativa de unidades do Programa Academia da Saúde (PAS) em Belo Horizonte, Minas Gerais. O consumo dos alimentos *in natura* e ultraprocessados foram avaliados por Questionário de Frequência Alimentar e categorizados em regular (5 vezes ou mais/semana) ou esporádico. Para o estudo das diferenças geracionais, os participantes foram classificados segundo período de nascimento em: tradicionalistas (antes de 1946); *baby-boomer* (1946-1965), X (1966 a 1980) e Y (Depois de 1981). O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade (0537.0.0203.000-11) e da Prefeitura (0537.0.0203.410-11A).

Resultados

Investigou-se 3.414 indivíduos (88,1% mulheres; 61,4% tradicionalistas). Todas as gerações (*baby-boomer*, X e Y) apresentaram consumo de frutas e leguminosas inferior aos tradicionalistas, com exceção dos tubérculos o qual é mais consumido pela geração Y. O consumo de alimentos ultraprocessados pareceu aumentar nas gerações mais novas em relação aos tradicionalistas. Depois de ajustamento por potenciais fatores de confusão, a geração Y apresentou maiores chances de consumir frutas (OR:4,69; IC95%2,88-7,65) e hortaliças (OR:2,18; IC95%1,27-3,74) esporadicamente e; de consumir regularmente refrigerantes (OR:2,99; IC95%1,16-3,41), embutidos (OR:2,99; IC95%1,78-5,00) e sucos em pó (OR:5,01; IC95%3,05-8,25). A geração X demonstrou maior chance de ingerir regularmente embutidos (OR:1,50; IC95%1,06-2,14) e sucos em pó (OR:2,17; IC95%1,55-3,03), quando comparadas às gerações tradicionalistas.

Conclusão

Gerações mais velhas apresentaram maior consumo de alimentos saudáveis, sobretudo de frutas, comparado às demais. Intervenções para estímulo à adoção da regra de ouro proposta pelo Guia Alimentar brasileiro, ou seja, preferir o consumo de alimentos *in natura*, como frutas e hortaliças, em detrimento dos ultraprocessados, devem ser realizadas, sobretudo com indivíduos mais jovens. Estudos adicionais são necessários para melhor entender os efeitos das gerações e do curso da vida no consumo de alimentos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar Para a População Brasileira. 2014.
- MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.47, n.4, p. 656-665, 2013.
- BARBER, N; TAYLOR, C; STRIKE, S. Selective marketing to environmentally concerned wine consumers: a case for location, gender and age. Journal of Consumer Marketing, v. 27, n. 1, p. 64-75, 2010.

Palavras-chave: Intervalo entre Gerações; Consumo de Alimentos; Alimentos Industrializados; Frutas; Hortaliças

DIFUSÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

LUCIANA DIAS DE OLIVEIRA; MARTINE ELIZABETH KIENZLE HAGEN; LOUISE BARBOSA PALMA; VANUSKA LIMA DA SILVA; ALESSANDRO DE OLIVEIRA RIOS

¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

dialu73@hotmail.com

Introdução

A preocupação com a segurança e insegurança alimentar e nutricional na atualidade adquire novos contornos e requer ser tratada em diferentes âmbitos, dentre os quais a produção de alimentos da sociobiodiversidade. As mudanças decorrentes do novo modelo de produção de alimentos acabaram acarretando na extinção de diversas espécies alimentícias e promovendo uma padronização de consumo voltada ao milho, soja e trigo. Em decorrência destas e de outras mudanças temos presenciado um aumento massivo de doenças relacionadas à alimentação moderna. Em virtude desta problemática, justificou-se a realização do presente estudo que visa difundir conhecimentos sobre alimentos produzidos por comunidades e povos tradicionais inserindo-os na alimentação regional e preservando a sementes crioulas.

Objetivos

O trabalho teve por objetivo realizar análise de composição química centesimal, de cor e de fibras do feijão sopinha e milho catete, produzidos em Mostradas, Rio Grande do Sul, Brasil

Metodologia

Para a análise de composição química centesimal foram usadas as seguintes metodologias: o conteúdo de umidade, cinzas, lipídios e proteínas (N x 6,25), foram analisados de acordo com a Association of Official Analytical Chemists, 1990. O teor de fibra dietética total foi determinado de acordo com o método enzimático gravimétrico de Prosky et al. 1988. Os carboidratos totais foram determinados por diferença; o valor calórico foi estimado por meio dos fatores de conversão de ATWATER: 4 kcal.g⁻¹ para proteínas, 4 kcal.g⁻¹ para carboidratos e 9 kcal.g⁻¹ para lipídios.

Resultados

Os resultados da análise (g. 100 g⁻¹) do Feijão Sopinha foram: umidade: 15,4±0,3; cinzas 3,8±0,3; lipídios 0,96±0,1; proteínas 24,3±1,1; fibra dietética total 20,3±1,2; carboidratos 35,2. O valor energético total do feijão sopinha, também revelado pela análise, foi de 457,0 Kcal. 100 g⁻¹. Os resultados da análise (g. 100 g⁻¹) do Milho Catete foram: umidade: 12,7±0,1; cinzas 1,7±0,1; lipídios 6,2±0,0; proteínas 11,1±0,4; fibra dietética total 12,4±0,7; carboidratos 55,8±0,0. O valor energético total do Milho Catete, também revelado pela análise, foi de 323,9 Kcal. 100 g⁻¹.

Conclusão

A partir da caracterização do Feijão Sopinha e do Milho Catete, feita através da análise de composição centesimal, é possível incentivar o consumo desses alimentos tanto para a comunidade que o produz, quanto para comunidades próximas, bem como viabiliza a comercialização destes alimentos para programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos. Pôde-se observar também que estes dois alimentos têm valor nutricional igual ou superior quando comparados a alimentos de mesma natureza comumente consumidos pela população local e no estado de uma maneira geral. Sendo assim, o consumo destes alimentos poderia beneficiar não só a saúde, mas também a economia local, o ambiente onde é produzido e favorecer a manutenção da biodiversidade alimentar.

Referências

AOAC (ASSOCIATION OF OFFICIAL ANALYTICAL CHEMISTS). Official methods of analysis of the AOAC, 15th ed. Arlington, VA, USA 1990.

Prosky L, Asp NG, Schweizer TF, DeVries JW, Furda I. Determination of insoluble, soluble, and total dietary fiber in foods and food products: interlaboratory study. J Assoc Off Anal Chem. 1988 Sep-Oct;71(5):1017-23.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, 2014.

CASTRO, Inês. R. R. Desafios e Perspectivas para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no Brasil.

Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 31, p. 7-9, jan. 2015.

Portilho F, Casteñeda M, De Castro IRR. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(1):99-106, 2011

Palavras-chave: segurança alimentar; sociobiodiversidade; semente crioula

DISPONIBILIDADE ALIMENTAR E DIREITO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

JOÃO PEDRO MARQUES LIMA; SOFIA ALMEIDA COSTA; RAQUEL MIRIAM DA SILVA MENDES; ANDREIA PIRES BRANCO COSTA; ADA MARGARIDA CORREIA NUNES DA ROCHA

¹ FCNAUP - Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da UP, ² ESSLEI - Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria
adarocha@fcna.up.pt

Introdução

INTRODUÇÃO Entende-se por direito à alimentação adequada o acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais. A análise da disponibilidade alimentar de um determinado ambiente alimentar permite identificar o direito à alimentação saudável dos seus utilizadores.

Objetivos

Analisar a disponibilidade alimentar do campus universitário com vista à análise do direito à alimentação saudável da comunidade académica da mesma.

Metodologia

A disponibilidade alimentar no campus universitário foi analisada sob três perspetivas. Foi analisado o ambiente alimentar do campus universitário com recurso à aplicação da ferramenta Nutrition Environment Measures Study Restaurants, foi realizada a avaliação qualitativa das ementas dos serviços de alimentação universitários, com recurso à checklist de avaliação de ementas proposta por Bessa V et al., e caracterizada a disponibilidade alimentar, as vendas e o custo dos géneros alimentícios de uma cafeteria universitária privada, sendo os mesmos categorizados de acordo com os critérios disponíveis na literatura, em Desejáveis, Aceitáveis e Não Desejáveis.

Resultados

A análise do ambiente alimentar permitiu obter um score de 17,8 (em 20?) em unidades de restauração pública e 19 em unidades de alimentação coletiva, o que indica que as unidades de alimentação adotam 50-74% das estratégias que promovem a aquisição de padrões alimentares mais saudáveis – limitando-se a um nível satisfatório. No que se refere à avaliação qualitativa das ementas, apenas as ementas de uma das cantinas avaliadas foram consideradas aceitáveis (54,3%), sendo todas as outras classificadas como não aceitáveis. A análise qualitativa das ementas das várias unidades permitiu identificar os parâmetros de incumprimento mais comuns, tendo-se observado onze parâmetros com uma percentagem de cumprimento inferior a 25% - destacando-se as guarnições de cereais, derivados e tubérculos e de hortícolas e leguminosas, como as mais problemáticas. A caracterização dos produtos comercializados na cafeteria permitiu verificar que 46% dos alimentos disponíveis na cafeteria eram "não desejáveis", 29% eram "desejáveis" e 25% dos produtos eram "aceitáveis". Observou-se que a escolha dos consumidores foi principalmente por produtos alimentares "não desejáveis" (44%), seguidos de alimentos "aceitáveis" (34%) e, como última opção, os produtos alimentares desejáveis (23%). Ao analisar o custo dos alimentos verificou-se que o preço médio dos produtos disponíveis era de 1,02 € e os produtos mais vendidos eram "produtos não desejáveis" com um preço médio de 1,05 €. Estes dados parecem indicar que os "produtos não desejáveis" eram, em média, mais caros do que os outros e que os produtos mais disponíveis foram os mais vendidos.

Conclusão

A caracterização da disponibilidade alimentar permite concluir que o acesso a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas não se encontra assegurado nas unidades do campus universitário analisadas, pelo que o direito à alimentação saudável poderá não estar garantido nesta comunidade académica.

Referências

Palavras-chave: Alimentação Saudável ; Universidade ; Ambiente alimentar; Disponibilidade; Avaliação qualitativa de ementas

DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO SOBRE QUANTIDADE DE LACTOSE EM ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS.

RAÍSSA APARECIDA BORGES BATISTA; DYESSA CARDOSO BERNARDES ASSUNÇÃO; FERNANDA RODRIGUES DE OLIVEIRA PENAFORTE; CAMILA CREMONEZI JAPUR

¹ UFU - Universidade Federal de Uberlândia, ² UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
raissaborges26@hotmail.com

Introdução

Indivíduos com intolerância a lactose, doença de alta prevalência, devem controlar o consumo de alimentos com lactose para evitar sintomas gastrointestinais. No entanto, tais indivíduos podem tolerar quantidades variadas de lactose (entre 7 e 15g/dia) o que torna essencial a disponibilização da informação sobre sua quantidade em alimentos industrializados. A Lei nº 13.305/2016 delibera que deve haver a declaração da presença de lactose nos rótulos de alimentos com lactose e deve ser informado o teor de lactose remanescente nos alimentos cujo teor original de lactose tenha sido alterado. Porém, não obriga a declaração da quantidade de lactose nos alimentos que não tenham sofrido nenhuma alteração.

Objetivos

Avaliar a disponibilidade de informações sobre quantidade de lactose nos rótulos de alimentos industrializados e pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

Metodologia

O presente estudo avaliou a disponibilidade da informação sobre a quantidade de lactose por análise dos rótulos de alimentos industrializados que contivessem leite ou lactose na lista de ingredientes e por contato (telefônico ou e-mail) com as respectivas indústrias de alimentos. Os alimentos foram divididos em dois grupos: tradicionais e diet/light/zero. Cada grupo foi subdividido em 17 e 11 categorias, respectivamente, de acordo com o Sistema Brasileiro de Categorização de Alimentos. A tabulação dos dados foi revisada por outros dois pesquisadores e executou-se análise estatística descritiva do número e da porcentagem dos resultados obtidos. A comparação dos percentuais de declaração da quantidade de lactose entre alimentos tradicionais e diet/light/zero foi realizada pelo teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%. Utilizou-se para a análise estatística o software GraphPad InStat versão 3.05.

Resultados

Foram avaliados 1209 alimentos, dos quais 1092 eram tradicionais e 117 diet/light/zero. Apenas 3,1% dos alimentos analisados apresentavam a informação sobre a quantidade de lactose na tabela nutricional dos rótulos. A presença desta informação foi maior no grupo de alimentos diet/light/zero que nos tradicionais (30,0% x 0,2%; $p < 0,0001$). Dentre os produtos que apresentavam a declaração da quantidade da lactose ($n=38$), 36 (95,0%) eram diet/light/zero, os quais 30,6% declaravam que a quantidade de lactose era igual a zero, e os 2 restantes (5,0%) eram alimentos tradicionais. Das 156 empresas contatadas, somente 14 (9,0%) informaram a quantidade de lactose contida nos alimentos, 93 (59,6%) responderam a solicitação, porém não disponibilizaram as quantidades e 49 (31,4%) não responderam o solicitado.

Conclusão

Houve baixa disponibilidade da informação sobre a quantidade de lactose em alimentos industrializados, a qual foi demonstrada pelo baixo percentual da presença da informação nos rótulos de alimentos tradicionais e diet/light/zero e pelo alto percentual de empresas que não forneceram esses dados quando requeridos. O presente estudo aponta a necessidade de normatização em relação à rotulagem nutricional da quantidade de lactose e da obrigatoriedade do fornecimento dessa informação pela indústria de alimentos.

Referências

1. BRASIL. Lei nº 13.305, de 4 de julho de 2016. Dispõe sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose. Brasília-DF, 2016.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância Sanitária. Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de alimentos para fins especiais. Portaria nº 29, de 13 de janeiro de 1998. Brasília-DF, 1998.
3. HAYDER, H.; MUELLER, U.; BARTHOLOMAEUS, A. Examen de reactions d'intolerance aux aliments et aux additifs alimentaires. *Int Food Risk Anal*, v. 1, n. 2, p. 25-36, 2011.
4. HERTZLER, S. R.; HUYNH, B. L.; SAVAIANO, D. A. How Much Lactose is Low Lactose? *Journal of the Academic*

Nutrition and Dietetics, v. 96, n. 3, p. 243-246, 1996.

5. INGRAM, C. J. E. et al. Lactose digestion and the evolutionary genetics of lactase persistence. *Hum Genet*, v. 124, p. 579-591, 2009.

Palavras-chave: Lactose; Intolerância a lactose; Direito do consumidor; Rotulagem nutricional

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, SEGUNDO RENDA, EM FLORIANÓPOLIS/SC – BRASIL

ELIZABETH NAPPI CORRÊA; GABRIELE ROCKENBACH; JANAINA DAS NEVES; CRISTINE GARCIA GABRIEL;
FRANCISCO DE ASSIS GUEDES DE VASCONCELOS

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

elizabeth.nappi@ufsc.br

Introdução

O espaço urbano, por meio da disponibilidade de alimentos, pode influenciar na tomada de decisão sobre o estilo de vida, trazendo reflexos para a saúde dos indivíduos. Entende-se que o macroambiente alimentar está relacionado com a densidade, localização e proximidade dos locais de comercialização de alimentos com as residências e espaços de atividades diárias (por exemplo escola e trabalho). Dessa forma, a distribuição dos locais de comercialização de alimentos ajuda a entender as facilidades e dificuldades de acesso à alimentação adequada e, conseqüentemente, da segurança alimentar e nutricional.

Objetivos

Descrever a distribuição de estabelecimentos de comercialização de alimentos, segundo a renda das áreas de ponderação, no município de Florianópolis/SC, localizado no sul do Brasil.

Metodologia

A partir de dados secundários obtidos de distintas fontes institucionais foi elaborado banco de dados com os endereços dos estabelecimentos de comercialização de alimentos de Florianópolis. Os estabelecimentos foram agrupados em 15 categorias: restaurante, lanchonete (incluindo estabelecimentos de bairro e de grandes redes nacionais e internacionais), casa de suco, sorveteria, doceria, padaria/confeitaria, supermercado, mercado/mercearia, açougue, peixaria, verdureira, loja de produtos naturais, loja de conveniência, mercado/restaurante e vendedores ambulantes. Posteriormente estes endereços foram espacializados manualmente utilizando Google Earth®. O município foi dividido de acordo com a renda mensal média dos moradores de cada área de ponderação, sendo identificadas áreas de renda alta, média e baixa. Para caracterizar o perfil de distribuição dos estabelecimentos de comercialização de alimentos foram considerados dados demográficos e socioeconômicos da população obtidos a partir de censo demográfico nacional realizado em 2010. Teste de Kruskal Wallis foi utilizado para comparar a densidade de estabelecimentos de comercialização de alimentos segundo renda da área de ponderação. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Em Florianópolis, nas áreas de menor renda foram identificados 512 estabelecimentos de comercialização de alimentos. Nas áreas de renda média e alta foram identificados 795 e 1194 estabelecimentos respectivamente. Verificou-se que as áreas de menor renda apresentam menor densidade (por 1000 habitantes) de açougues, lanchonetes, supermercados e padarias/confeitarias em comparação com áreas de ponderação de maior renda ($p < 0,05$).

Conclusão

As chances dos indivíduos terem acesso ou adquirirem alimentos adequados parece estar relacionada com a disponibilidade de alimentos no território. Populações que residem em áreas de menor renda apresentam menos possibilidades de aquisição de alimentos próximos do domicílio. Identificar o perfil de distribuição e as alterações na localização destes estabelecimentos é uma forma de monitorar uma das vertentes relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Referências

- BEAULAC, J.; KRISTJANSSON, E.; CUMMINS, S. A Systematic Review of Food Deserts, 1966-2007. Preventing Chronic Disease, v. 6, n. 3, 2009.
- BRUG, J. et al. Environmental determinants of healthy eating: in need of theory and evidence. Proceedings of the Nutrition Society, v. 67, n. 3, p. 307-16, 2008.
- CASPI, C. E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. Health & Place, v. 18, n. 5, p. 1172-87, 2012.
- DIEZ ROUX, A. V.; MAIR, C. Neighborhoods and health. Annals of the New York Academy of Science, v. 1186, p. 125-

45, 2010.

LAKE, A. A. et al. The foodscape: classification and field validation of secondary data sources. *Health Place*, v. 16, n. 4, p. 666-73, 2010.

Palavras-chave: macroambiente alimentar; comércio de alimentos; urbanização; geoprocessamento; segurança alimentar e nutricional

DO LABORATÓRIO PARA SUA MESA: NOVAS RECEITAS CULINÁRIAS PARA FINS ESPECIAIS E DIVERSIFICAÇÃO DE CARDÁPIOS

MICHELLE ROSA ANDRADE ALVES; RICHARD FRANCKLIN DE MORAIS RIBEIRO; KEILA CORREA XISTO; CARLA DOS SANTOS NERES; THARCILA SANTOS OLIVEIRA; WILLIAN CESAR BENTO REGIS

¹ PUCMINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

michellenutric@hotmail.com

Introdução

Os hábitos alimentares saudáveis se referem ao consumo de alimentos e nutrientes adequados em quantidade e qualidade. Há tempos, sabe-se que o consumo desordenado e inadequado em quantidade e qualidade, e, conseqüentemente, podem ser a causa da maioria das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Objetivos

Compilar novas preparações culinárias das aulas de Técnica Dietética (TD) e Gastronomia, criadas pelos alunos, que servem como alimentos para fins especiais e diversificação de cardápios.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo com receitas culinárias que foram angariadas em aproximadamente 4 anos dos trabalhos de Novos Produtos das disciplinas de Técnica dietética e Gastronomia. Todos os alunos, em todos os semestres, foram informados e consentiram o uso das receitas, com a condição de serem mantidos os nomes dos autores, impreterivelmente. Os critérios de inclusão das receitas para análise foram: Terem sido realizadas nas aulas práticas de TD e/ou Gastronomia; Ter na FTP todos os campos estritamente necessários para reprodução e análise da receita completos. Conferir e recalculas todas as Fichas Técnicas de Preparo (FTP) criadas pelos alunos. Foram utilizadas, como banco de dados, a tabela de composição de alimentos brasileira (TACO, 2006), a USDA (2005) e as informações contidas nos rótulos dos ingredientes. Após organizadas as receitas elas serão compiladas em um livro de receitas em formato eletrônico. As receitas foram classificadas em: sobremesas, guarnições, pratos principais, saladas, massas, sucos e acompanhamentos. Além disso, serão classificadas como alimentos para fins especiais ou não. Esse projeto foi submetido e aprovado como projeto FIP no Edital FIP/PIBIC nº FIP-2017/371. Será enviado aleatoriamente um questionário online um questionário terá um Termo de Consentimento Livre Esclarecido para ser assinado pelo participante, criado pela ferramenta SurveyMonkey, para no mínimo 150 pessoas para avaliação das preparações culinárias. O questionário conterá as seguintes variáveis: sexo, idade, profissão, atividade física, patologias, perguntas sobre a satisfação, praticidade e exequibilidade das receitas. O questionário online será enviado para algumas pessoas com patologias específicas: 30 diabéticos, 30 hipertensos, 30 dislipidemias, 30 sobrepesos/obesos, 30 eutróficos saudáveis. Além disso, será distribuído a 30 profissionais nutricionistas.

Resultados

Foram compiladas 245 receitas, estas foram separadas em grandes grupos, sendo: 26 entradas, 39 pratos principais, 33 guarnições, 11 acompanhamentos, 32 saladas e 7 molhos para salada, 34 produtos de panificação, 63 sobremesas. O livro está na fase de edição de receitas e ainda não foi submetido à pesquisa de satisfação do público definido.

Conclusão

Esse trabalho visou compilar preparações culinárias saudáveis e de fácil manipulação, para um público que necessita de uma diversificação do cardápio, por meio do livro eletrônico e fortalecer os grupos de pesquisa no curso de Nutrição da PUC Minas - Unidade do Barreiro. Espera-se com este projeto o incentivo das práticas de consumo de alimentos saudáveis ou consumo de alimentos adequados ao tratamento doenças crônicas não transmissíveis, de maneira a contribuir para o fortalecimento da adesão do tratamento e melhora na qualidade de vida da pessoa.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

CARNEIRO, H. Comida e sociedade - uma história da alimentação. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. 185p.

Palavras-chave: receitas; doenças crônicas ; alimentos; livros de culinária; dietética

DURAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO E INTRODUÇÃO ALIMENTAR PRECOCE DE LACTENTES ATENDIDOS EM UM PROJETO DE EXTENSÃO

CAROLINE RAMOS FRIGI; CAROLINE D'AZEVEDO SICA; LUCIANA PEREIRA MOSMANN

¹ UNIVERSIDADE FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

carolineramosf@gmail.com

Introdução

Até os seis meses de idade a criança deve receber aleitamento materno exclusivo (AME), após esta idade, a introdução de novos alimentos deve ser feita de forma lenta e contínua, com a finalidade de complementar o leite materno que deve ser ofertado até os dois anos ou mais em livre demanda segundo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). A II Pesquisa de prevalência de aleitamento nas capitais brasileiras e distrito federal (2009) que analisou a situação da alimentação complementar (AC) no período de 1999 a 2008 no Brasil apontou que 20,7% das crianças entre 3 e 6 meses já consumia comida salgada e 24,4%, desta mesma idade, consumiam frutas. O projeto de extensão mãe bebê da Universidade Feevale situada no município de Novo Hamburgo atua na promoção de saúde contribuindo para a melhora da qualidade de vida do binômio através de ações interdisciplinares com os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia em uma Unidade de Saúde da Família do município.

Objetivos

O presente estudo objetivou identificar o tempo de AME e tempo da introdução alimentar precoce em lactentes aos seis meses de idade participantes do Projeto mãe bebê.

Metodologia

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o banco de dados de participantes do Projeto de Extensão. Para análise estatística utilizou-se média e desvio padrão, frequência absoluta e teste qui-quadrado. Este trabalho tem aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 2.340.689.

Resultados

A amostra foi de 54 lactentes. Os dados referentes ao Projeto de Extensão mostraram que 29,7% dos lactentes mantiveram AME até os 180 dias, 11,1% no período de 120-180 dias, 13,0% entre 90-120 dias, 25,9% entre 10-90 dias, 13,0% entre 1-10 dias e 7,4% não foram amamentadas. Os motivos do desmame precoce nesta população foi de 25,5% o retorno ao trabalho, 14,5% pouco leite, 14,5% dificuldade na pega, 9,1% o bebê sentir fome e 7,3% traumas mamilares. A introdução da alimentação complementar foi de 24,5% em lactentes menores de 4 meses de idade, 32,1% de 4-6 meses de idade e 43,3% em maiores de seis meses de idade. Quando comparado o tempo de AME e período da introdução alimentar, os lactentes amamentados exclusivamente até os seis meses de idade, 29,7% tiveram sua introdução alimentar no tempo recomendado pela OMS aos seis meses de idade, já os amamentados de 120-180 dias, 5,7% introduziram aos seis meses, amamentadas de 90-120 dias, 0% introduziram alimentos aos seis meses, amamentadas de 10-90 dias, 1,9% introduziram alimentos aos seis meses, amamentadas de 1-10 dias exclusivamente, 1,9% introduziram alimentação complementar aos seis meses e não amamentadas 3,8% introduziram aos seis meses, havendo diferença significativa ($p < 0,001$).

Conclusão

Sob o ponto de vista nutricional, a introdução precoce pode ser desvantajosa, pois, além de reduzir a duração do aleitamento materno pode interferir na absorção de nutrientes importantes do leite materno, como o ferro e o zinco, e está relacionada à maior ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis na idade adulta. Diante desses resultados, medidas educativas e preventivas devem ser propostas para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, além da criação de campanhas abrangentes e efetivas que estimulem o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade.

Referências

BRASIL. II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal, Brasília, 1ª ed., 2009. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. Cadernos de atenção Básica Saúde da criança Aleitamento Materno e Alimentação complementar nº 23, Brasília, 2ª ed. 2015. Disponível em: . Acesso em: 18 ago. 2017.

DIAS, Mara Cláudia Azevedo Pinto et al. Recomendações para alimentação complementar de crianças menores de dois anos. Revista de Nutrição, Campinas, vol. 23, n. 3, mai./jun. 2010. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2017.

Palavras-chave: Alimentação Complementar; Organização Mundial da Saúde; Precoce

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM IDOSOS: MITOS E VERDADES SOBRE HIPERTENSÃO ARTERIAL E ALIMENTAÇÃO

ALBERTO CHIDI KAWANO; JOANNA SOUZA LIMA BECK; MARCOS AUGUSTO PEREIRA BRANDÃO; GIOVANA ELIZA PEGOLO

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
albertokawano@hotmail.com

Introdução

A hipertensão, segundo dados publicados em 2017, acomete 25,7% dos brasileiros adultos, sendo que entre os idosos, 64,2% referem tal diagnóstico. Associada a outras comorbidades (como obesidade e diabetes), possui alto impacto social e no sistema de saúde, contribuindo direta ou indiretamente para 50% das mortes por doença cardiovascular. Como ferramenta para a prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, a Educação Alimentar e Nutricional tem sido considerada uma importante estratégia, sendo imprescindível seu direcionamento de acordo com cada realidade e distribuindo-se nos diversos cenários.

Objetivos

Promover conhecimento sobre hipertensão e fatores de risco associados à alimentação para um grupo de idosos.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de Educação Alimentar e Nutricional realizada com 15 idosos em um Centro de Convivência de Idosos de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Inicialmente foi realizada uma roda de conversa a fim de propiciar aproximação entre a equipe e os participantes, na qual abordou-se o conceito de hipertensão, os principais fatores associados à saúde do idoso e alternativas de alimentação que diminuam o consumo de sal. Em seguida realizou-se uma dinâmica de Mitos e Verdades. Foram apresentadas afirmações relacionadas à alimentação, consumo de sal, açúcar e álcool, atividade física, estresse, sintomas e sinais da hipertensão. Os participantes deveriam apontar se julgavam as afirmações verdadeiras ou falsas e então responderem os motivos. Realizou-se ainda uma oficina culinária, que teve como objetivo mostrar alternativas de ingredientes para substituir o sal, como manjerição, alecrim, orégano, ervas finas, açafrão e pimentas. E, por fim, foi realizado um *feedback* sobre as dinâmicas realizadas e sobre o tema central, a fim de discutir e compartilhar as experiências e permitir possíveis esclarecimentos. Esta atividade de Educação Alimentar e Nutricional foi realizada após consentimento/autorização do responsável pela instituição parceira, vinculada ao município. O tema foi definido de acordo com o perfil epidemiológico e nutricional do público-alvo em questão.

Resultados

Notou-se participação ativa e expressivo interesse dos idosos a respeito da causalidade da hipertensão e fatores associados à alimentação. Além do objetivo nutricional, foi possível fomentar a importância do autocuidado e estimular a autonomia. Acredita-se que ao proporcionar um ambiente informal, permitindo que os participantes apresentassem suas dúvidas, contextualizadas conforme as experiências de vida, alcançou-se excelente canal de comunicação. A atividade Mitos e Verdades possibilitou o esclarecimento de crenças e práticas alimentares equivocadas, mostrando-se uma técnica adequada, tendo em vista a significativa participação dos idosos e questionamentos decorrentes das afirmações inicialmente propostas. Constatou-se que, estimulados pelas atividades anteriores, a maioria dos idosos manifestaram interesse pela Oficina Culinária, na qual foram apresentadas duas preparações (Sal de ervas e Patê de abobrinha) pautadas em ingredientes in natura em substituição aos temperos prontos e alimentos ultraprocessados.

Conclusão

A implementação de atividades de Educação Alimentar e Nutricional para idosos, baseada em estratégias interativas, mostrou-se adequada para a promoção do conhecimento, estímulo do autocuidado e orientações sobre hábitos alimentares adequados.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2016**: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: 2012.

MALACHIAS, M. V. B.; PLAVNIK, F. L.; MACHADO, C. A.; MALTA, D.; SCALA, L.C. N.; FUCHS, S. Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 107, n. 3, Supl. 3, p. 1-6, set. 2016.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Envelhecimento; Hábitos alimentares

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM AMBIENTE ESCOLAR PROMOVE MELHORIA NA QUALIDADE DO LANCHE DE CRIANÇAS

LAURA ANNE MARTINS PINTO; CAMILA GONÇALVES OLIVEIRA; GISELE QUEIROZ CARVALHO; ERICK CARVALHO CAMPOS; VINÍCIUS VIEIRA BENVINDO; POLLYANNA COSTA CARDOSO PIRES

¹ UFJF-GV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Campus Governador Valadares

vinicius_vieira_b@hotmail.com

Introdução

Atualmente, o consumo de alimentos processados e ultraprocessados por crianças é cada vez mais frequente, preocupante e incorrem na necessidade de ações de controle (SPARRENBERGER et al., 2015). Diante disso, a escola é o espaço estratégico de promoção da Educação Alimentar e Nutricional para práticas alimentares saudáveis, e a criança é a janela de oportunidade para ações educativas efetivas (SOUZA et al., 2015; BOOG, 1999).

Objetivos

Avaliar o impacto na composição qualitativa do lanche escolar de crianças, após a intervenção do nutricionista com um programa de Educação Alimentar e Nutricional.

Metodologia

Tratou-se de um ensaio clínico não randomizado, com 26 crianças de 7-9 anos de idade de uma escola privada de Governador Valadares-MG, sendo 15 do grupo experimental, que recebeu intervenção nutricional, e 11 do grupo controle, que não recebeu intervenção. Avaliou-se o lanche escolar das crianças dos grupos experimental e controle, em relação à frequência de consumo de alimentos *in natura*, processados e ultraprocessados, durante três dias não consecutivos, antes e após a intervenção nutricional. O programa de Educação Alimentar e Nutricional pautou-se nas recomendações atuais do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), sendo 8 encontros consecutivos, realizados 2 vezes por semana, com duração de 30 minutos cada. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF, sob o protocolo nº 2.114.423; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi devidamente assinado pelos pais/responsáveis e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido pelo escolar. Foram aplicados testes t-pareado e para amostras independentes, para comparação da composição qualitativa do lanche dos escolares, intragrupos e entre grupos (experimental e controle), respectivamente, antes e após a intervenção ($\alpha = 5\%$).

Resultados

Em uma análise intragrupo, a frequência de consumo de alimentos *in natura* ($p=0,0006$) e processados ($p=0,01$) aumentou, e dos ultraprocessados ($p=0,0003$) diminuiu, apenas no grupo experimental, após intervenção; no qual a frequência de consumo de alimentos *in natura* praticamente triplicou e a frequência de alimentos ultraprocessados reduziu em torno da metade. A comparação entre grupos mostrou redução na frequência de consumo de alimentos ultraprocessados ($p=0,03$), no grupo experimental versus controle, após intervenção; sendo a diferença da frequência de consumo de alimentos *in natura* de 12,6% superior e de alimentos ultraprocessados de 23,1% inferior, para àquele que recebeu intervenção nutricional.

Conclusão

Conclui-se que ações de Educação Alimentar e Nutricional são efetivas e eficientes para impacto no comportamento alimentar de crianças, propiciando melhoria na qualidade do lanche de escolares.

Referências

BOOG, MCF. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1999; 139-147.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2014.

SPARRENBERGER K; FRIEDRICHA RR; SCHIFFNERB MD; SCHUCHC I; WAGNERA MB. Ultra-processed food consumption in children from a Basic Health Unit. **J Pediatr**, Rio de Janeiro, 2015; 91(6): 535-542.

SOUZA NP; LIRA PIC; ANDRADE LASS; CABRAL PC; CARVALHO AT; OLIVEIRA JS; O programa saúde na escola e as ações de alimentação e nutrição: uma análise exploratória. **Rev APS**, Juiz de Fora, 2015; 18(3): 360-367.

Palavras-chave: Nutrição da criança; Alimentação saudável; Saúde escolar

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM GRUPOS: O RECONHECIMENTO DO PROCESSO GRUPAL E O PAPEL DO INDIVÍDUO ENQUANTO MULTIPLICADOR

LARISSA ARIEL OLIVEIRA SANTOS; JULICRISTIE MACHADO DE OLIVEIRA; VIVIANE LAUDELINO VIEIRA

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, ² USP - Universidade de São Paulo

larissa-ariel@hotmail.com

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional consiste em importante ferramenta a ser utilizada no âmbito da Atenção Primária à Saúde e pode ser oferecida a partir da técnica do Grupo Operativo, proposta por Pichon-Rivière (1945). Trata-se de uma metodologia que viabiliza a educação por meio do diálogo, reflexão, comunicação e realização de tarefas entre os participantes os quais tornam-se multiplicadores do conhecimento adquirido, promovendo saúde e mudanças no entorno.

Objetivos

Avaliar as potencialidades do processo educativo e mobilização do entorno promovidas por participantes de um grupo de Educação Alimentar e Nutricional da Atenção Primária à Saúde.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 10 indivíduos de 18 a 65 anos, participantes do atendimento em grupo com 6 encontros de 1h30 cada, realizado no Centro de Referência em Alimentação e Nutrição, CRNutri, do Centro Saúde Escola da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. A compreensão sobre o processo grupal foi avaliada por meio de entrevista individual semi-estruturada após a intervenção, de acordo com os itens: **Interação Grupal; Espaço de Troca de Saberes; Apoio Mútuo; Superação de Dificuldades; Compartilhamento de Dificuldades; Reconhecimento de Semelhanças**. O papel do participante enquanto multiplicador foi observado pelos itens **Promoção e Atitudes para mudanças no entorno**. Esses tópicos foram associados aos vetores de avaliação do grupo operativo: *aprendizagem* (quando o grupo supera suas dificuldades e cumpre com a tarefa proposta); *comunicação* (vetor mais importante, é avaliado pelo vínculo estabelecido e como a mensagem é passada); *cooperação* (é a contribuição, para a realização da tarefa pelos participantes); *pertença* (sentimento de estar integrado a um grupo). A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (Of. COEP/168/11 / parecer 1.035.608).

Resultados

A **Interação Grupal** mostrou associação com o vetor de *pertença*, sendo importante para os demais itens do processo grupal e para melhoras na alimentação dos participantes. O atendimento em grupo foi reconhecido como um **Espaço de Troca de Saberes**, refletindo o vetor de *aprendizagem*. O **Apoio Mútuo** associou-se à *cooperação* e contribuiu para motivação entre os integrantes. A **Superação** e o **Compartilhamento de dificuldades** foram destacados como importantes para a realização das metas, relacionando-se à *cooperação* e *comunicação* no grupo. O **Reconhecimento de semelhanças** reflete o sentimento de *pertença* entre os participantes, tendo sido importante para motivação às mudanças alimentares. A **Promoção de mudanças no entorno** reconhece a capacidade dos membros em apoiar pessoas externas ao grupo a melhorar saúde e alimentação, mas seu sucesso depende do apoio da família. A **Atitude para Mudanças** reflete o empoderamento do participante em mudar o ambiente de acordo com o que foi aprendido no grupo.

Conclusão

O processo grupal contribui para a realização das tarefas, estabelecidas na metodologia operativa em grupo como meio de auxílio às mudanças nos hábitos alimentares. As práticas educativas em grupos com enfoque em ações de alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde permitem ao participante promover transformações a partir dos conhecimentos adquiridos para outras parcelas da população.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 out 2011; Seção 1:48.
2. BARRETO, M.S, MARCON, S. S. Participação familiar no tratamento da hipertensão arterial na perspectiva do doente.

Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 38-46, 2014.

3. BOOG, M.C.F.; RODRIGUES, E.M. Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.5, pp.923-931, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v22n5/05.pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

4. COMBINATO, D. S., et al. “Grupos de conversa”: saúde da pessoa idosa na estratégia saúde da família. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, pp. 558-568, 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326440016.pdf> >. Acesso em 20 de setembro de 2017.

5. VINCHA, et al. Prática educativa em grupo: respondendo inquietações. In: GARCIA, R.W.D.; MANCUSO, A. M. C. **Mudanças alimentares na educação alimentar e nutricional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kooban, 2017. v. 1, pp. 318-325.

Palavras-chave: Atenção; Primária; Promoção; Saúde

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA PRÉ ESCOLARES DE UMA CRECHE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA

ANA KAROLINE GOMES MARTINS; ARLENE CORREA MASSOUD; ANGÉLICA VANESSA GOMES PEREIRA;
ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO SARAIVA

¹ PMM - Prefeitura Municipal de Marituba
ananutri.martins@gmail.com

Introdução

A presença do Programa Nacional de Alimentação Escolar há vários anos e de forma significativa em todo o território nacional pode ser uma importante aliada para a construção de estratégias que visem à promoção da saúde na escola. A fase pré-escolar é marcada por uma maior aversão alimentar, principalmente por vegetais, e a falta dos nutrientes oferecidos por esses alimentos pode prejudicar a manutenção da saúde. Por essas razões, ações de Educação Alimentar e Nutricional tem maior importância e eficácia quando realizadas nessa etapa da vida, uma vez que a criança cria suas preferências alimentares contando não só com os alimentos oferecidos, mas com a maneira na qual são apresentados e ofertados.

Objetivos

Avaliar os conhecimentos de alunos pré escolares sobre fruta, após o desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional em uma creche pública do município de Marituba/Pa.

Metodologia

A ação ocorreu no mês de maio de 2017, com todas as crianças de 5 e 6 anos que frequentavam uma creche pública do município, cujos pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os alunos realizaram as atividades lúdicas em sala de aula sobre a fruta escolhida, que foi a laranja. Após o término da ação, foi aplicado um questionário adaptado para os alunos contendo perguntas relacionadas a questões trabalhadas pelas professoras sobre a fruta trabalhada.

Resultados

Participaram da pesquisa 74 alunos de ambos os sexos, onde obtivemos os seguintes resultados: quanto a participação na atividade de boa vontade, 70 disseram sim e 4 não; quanto a lavagem da mãos antes de iniciar as atividades, 70 alunos responderam que sim e 4 não; quanto a identificação da fruta pela cor, todos os alunos pintaram com a cor da fruta; quanto a identificação da fruta pelo nome, todos os alunos souberam responder corretamente; com relação aos benefícios da fruta, 55 alunos souberam responder corretamente e 19 não; quanto a identificação da principal vitamina da laranja, 55 alunos souberam responder corretamente e 19 não; quando perguntados sobre outras formas utilizar a fruta em questão, 55 alunos responderam e 19 não souberam responder.

Conclusão

Foi observado através do questionário aplicado que a maioria das crianças compreendeu sobre os benefícios do consumo da fruta para o organismo, sendo este o objetivo primordial desta ação uma vez que a promoção da alimentação saudável dentro das escolas faz parte de uma preocupação integral e multidisciplinar com a saúde dos escolares. Sendo assim faz-se necessário incentivar a realização de atividades pedagógicas envolvendo educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, de acordo com a diretriz do Programa Nacional de Alimentação Escolar que diz respeito à promoção da saúde.

Referências

FAGIOLI, D.; NASSER, L. A. Educação nutricional na infância e na adolescência: planejamento, intervenção, avaliação e dinâmicas. São Paulo: RCN, 2006.

FERNANDES, P.S. et al. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do ensino fundamental. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v.85, n. 4, p. 315-321, 2009

PACHECO, T. L. et al. Educação nutricional em pré- escolares de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de São Paulo. *Nutrição em Pauta*, São Paulo, ano 16, n. 93, nov./dez. 2008.

Palavras-chave: educação nutricional; alimentação escolar; pré escolares

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO COM BASE NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

FERNANDA TRIGO COSTA; ANA MARIA LOMBARDI DAIBEM

¹ CUSC - Centro Universitário São Camilo

fetrigocosta@gmail.com

Introdução

Nas discussões sobre alimentação e saúde, existe a expectativa de que ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) contribuam para mudanças favoráveis em diversos ambientes da sociedade, principalmente nas escolas. No entanto, há múltiplos desafios a enfrentar no plano dos conteúdos, das formas de transmissão e dos valores que estão em cena. Os professores nem sempre têm conhecimento suficientemente amplo sobre os temas que permeiam a alimentação e que podem ser incorporados ao ensino, por isso, a assessoria de especialistas é essencial para apoiar essa abordagem¹. Para tanto, vê-se necessário um processo de ampliação das informações e conhecimentos, baseado em estratégias consistentes de movimento e de sensibilização dos professores para que acreditem que podem intervir no processo de EAN, auxiliando o aluno a desenvolver a autonomia para escolhas alimentares adequadas e sustentáveis^{2;3}.

Objetivos

Elaborar uma proposta pedagógica para formação em EAN, com base na pedagogia histórico-crítica, para professores do Ensino Fundamental, de forma a permitir o aprimoramento dos temas de EAN no processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Considerando uma proposta pedagógica inicial de EAN para alunos de Ensino Fundamental⁴, foi elaborada uma proposta pedagógica de formação em EAN para professores, com base nos fundamentos da pedagogia histórico-crítica e norteadas pela prática de projetos de trabalho, de forma a complementar a proposta pedagógica elaborada para os alunos. Os temas sugeridos tiveram como fundamentação os conceitos da Nutrição Comportamental⁵, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas e o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Resultados

Foi identificado que a proposta pedagógica inicial de EAN, construída para os alunos do Ensino Fundamental, integrou os conteúdos em forma de um projeto de trabalho geral, cujo tema gerador foi “A alimentação e suas representações”, dividido em cinco núcleos: um para cada ano letivo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Complementarmente, a proposta pedagógica de formação em EAN para professores teve como tema gerador “Alimentação consciente e sustentabilidade”, com o objetivo de auxiliar os professores a estimularem o aluno a desenvolver comportamentos conscientes em relação à sua saúde e à preservação do meio ambiente. Essa proposta apresentou conteúdos sobre os fundamentos da pedagogia histórico-crítica, elaboração de projetos de trabalho, sistemas alimentares, direito humano à alimentação adequada, entre outros, oferecendo ferramentas ao educador e possibilitando a implementação de ações exitosas, que ganhem visibilidade e permitam a prática de EAN nos diversos espaços de atuação desses profissionais.

Conclusão

Foi possível constatar que o nutricionista, no papel de especialista em alimentação, tem condições de planejar e sugerir uma proposta de formação que vise promover o envolvimento de professores e gestores para disseminar os conceitos de EAN em sua prática, no ambiente escolar. A formação contínua dos professores, agentes realizadores das ações educativas, é indispensável na intenção de que qualquer proposta pedagógica para os alunos possa ser concretizada. A impossibilidade de validação da proposta pode ser considerada uma lacuna deste trabalho, pois põe em dúvida a viabilidade e efetividade das ações. Essa validação fica como sugestão para próximos estudos, assim como a elaboração de novas propostas de EAN que garantam o caráter problematizador e dialético das abordagens.

Referências

1. BOOG, Maria Cristina Faber. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. Rev. Nutr., Campinas, v. 23, n. 6, dez. 2010.
2. BÓGUS, Maria Claudia et al. A promoção da saúde no âmbito escolar: A estratégia Escola Promotora da Saúde. In:

GARCIA, Rosa Wanda Diez, CERVATO-MACUSO Ana Maria, (org.). Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. cap. 5, p. 181-185.

3.MARSÍGLIA, Ana Carolina Galvão; MARTINS, Lígia Márcia. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de professores. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 5, n. 2, p. 97-105, 2013.

4.COSTA, Fernanda Trigo. Educação alimentar e nutricional: proposta pedagógica para o ensino infantil e fundamental como base na pedagogia histórico-crítica. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Nutrição) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo. 2016.

5.ALVARENGA, Marle; KORITAR, Priscila. Atitude e comportamento alimentar – determinantes de escolhas e consumo. In: ALVARENGA, Marle et al. *Nutrição Comportamental*. São Paulo: Manole, 2015. cap. 2, p. 23-50.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Materiais de Ensino; Professores Escolares; Educação Continuada; Saúde Pública

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A EFICÁCIA DA INTERVENÇÃO NOS HÁBITOS ALIMENTARES DE CRIANÇAS

LOYANNE MARIA PRSYBYLSKI; ERIKA BLAMIREZ SANTOS PORTO

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

loyanne.prs@gmail.com

Introdução

Nos últimos cinco anos, houve aumentos significativos no excesso de peso de crianças de 5 a 9 anos, que pode ser explicado pela substituição da prática de atividade física por formas de lazer cada vez mais sedentárias e pelas refeições que têm sido cada vez mais práticas¹. Sabe-se que a formação de hábitos saudáveis começa na infância e que provavelmente irão influenciar o consumo alimentar na fase adulta². Visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis, as ações de educação alimentar e nutricional além de ajudar a prevenir e controlar problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, empoderam as crianças sobre práticas alimentares saudáveis.

Objetivos

Realizar atividade de educação alimentar e nutricional com escolares de uma escola particular do Distrito Federal.

Metodologia

Estudo de intervenção do tipo antes e depois. Foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (64895117.9.0000.0023). Para a realização desse estudo foi selecionado, por conveniência, uma turma do 1º ano do ensino fundamental, que atingiu maior número de assinaturas dos pais do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A metodologia foi baseada no arco de Magueres³ que possui cinco etapas, *observação da realidade*: observação e registro, durante dois dias não consecutivos, da realidade alimentar das crianças na escola; *pontos-chave*: análise das possíveis causas do problema ou dos fatores relacionados; *teorização*: busca bibliográfica que abordasse a temática observada; *hipóteses de solução*: elaboração de atividade de contação de história, com metodologia ativa, na qual os alunos eram convidados a interagir e participar da mesma; *aplicação à realidade*: execução na própria instituição, com duração de 60 minutos. Uma semana após a realização da atividade, as crianças foram avaliadas por meio de uma roda de conversa.

Resultados

Participaram do estudo 52% (n=13) dos alunos da turma. Os dois problemas observados foram o elevado consumo de suco de caixinha e o lixo gerado em razão desse consumo. A atividade teve como objetivo conscientizar as crianças sobre a quantidade de ingredientes presentes nos sucos industrializados e sobre as consequências do lixo gerado pelos mesmos. Percebeu-se grande interação e entusiasmo das crianças e uma boa aquisição de conhecimentos. Na avaliação subsequente, as crianças lembraram da história contada, desenvolveram a habilidade de reconhecer que a quantidade de substâncias presentes no suco de caixinha não faz bem à saúde e a maioria teve atitude de conversar em casa sobre a importância da separação de lixo, pedindo para os pais comprarem menos industrializados. Uma criança relatou já ter trocado o suco de caixinha por suco natural na lancheira.

Conclusão

A atividade de educação alimentar e nutricional lúdica, ativa e problematizadora executada nesse estudo foi eficaz, pois foi capaz de gerar um ambiente propício à reflexão dos escolares a respeito do que julgam ser saudável, além de mostrar que a alimentação pode contribuir diretamente no meio ambiente em função da sustentabilidade. Recomenda-se o desenvolvimento de estratégias de forma contínua e permanente, tanto com os escolares, quanto com seus responsáveis, em busca de resultados mais duradouros.

Referências

1. BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamento Familiar, 2010.
2. BAŞKALE, H. et al. Use of Piaget's theory in preschool nutrition education. Revista de Nutrição, Campinas, v.22, n.6, p. 905-917 nov/dec 2009.
3. BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?. Interface: Comunicação, Saúde, Educação. v.2, n.2, p.139-154, 1998.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Sustentabilidade; Criança

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO NO CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES

CRISTIANE SAMARA DE BASTIANI; THAINÁ MARCHETTI; GREICY PERETTI POFFO

¹ FADEP - Faculdade de Pato Branco
cristiane.samara@hotmail.com

Introdução

Nos últimos anos, estudos demonstraram uma alteração negativa no padrão de consumo da população, caracterizado por um consumo excessivo de alimentos ricos em açúcar, gordura e sódio, e, um consumo insuficiente de frutas, hortaliças, arroz e feijão. Essas alterações estão relacionadas com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e também com a prevalência de sobrepeso e obesidade. Nesse contexto, o ambiente escolar é considerado favorável à realização de práticas promotoras e de educação à saúde. Dessa forma, a realização de atividades de educação alimentar e nutricional nesse ambiente pode promover uma alimentação adequada e saudável, auxiliar na melhora dos hábitos alimentares e na prevenção e promoção da saúde dos escolares.

Objetivos

Verificar os efeitos de uma intervenção de educação alimentar e nutricional no consumo alimentar de escolares de uma escola municipal.

Metodologia

Estudo transversal, realizado com 132 escolares de 7 a 10 anos de uma escola municipal da cidade de Pato Branco – Paraná, no ano de 2016. A realização deste estudo respeitou os princípios éticos, sob o Registro nº 1.420.159 do Comitê de Ética em Pesquisa. A pesquisa iniciou com a aplicação de um questionário de frequência alimentar antes da intervenção. O questionário continha questões ilustradas de múltipla escolha, para investigar o número e a composição das refeições diárias. Após a aplicação do questionário, foram realizados quatro encontros com atividades lúdicas de educação alimentar e nutricional. Foi trabalhada a pirâmide dos alimentos, identificação da quantidade de sódio, gordura e açúcares dos alimentos ultraprocessados, alimentos saudáveis e não saudáveis e jogos didáticos sobre os nutrientes presentes nas frutas, legumes e verduras. Após a intervenção, o questionário de frequência alimentar foi aplicado novamente. Os dados dos questionários pré e pós-intervenção foram duplamente digitados e analisados por meio de testes estatísticos com o auxílio do software GraphPad Prism, versão 6.9.

Resultados

Após a intervenção, foi possível identificar que houve um aumento relevante no consumo de alimentos dos seguintes grupos alimentares: leites e derivados (4%), leguminosas (12%), frutas (13%) e verduras e legumes (15%). Além disso, houve uma redução estatisticamente significativa do consumo de alimentos do grupo dos doces (38%) (refrigerante, biscoito recheado, achocolatado, suco de caixinha e doces em geral) e dos salgados ricos em gorduras (37%) (salgadinhos de pacote, lanches prontos).

Conclusão

A presente pesquisa demonstrou que a realização de atividades de educação alimentar e nutricional trouxeram efeitos positivos no consumo alimentar de escolares, pois houve aumento do consumo de alimentos saudáveis ao mesmo tempo em que houve diminuição do consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em sódio, gordura e açúcares. Dessa forma, enfatiza-se a importância da realização de atividades de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, a fim de melhorar os hábitos alimentares dos escolares e também promover a saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1. ed. 1. reim. Brasília: Ministério da Saúde, 2013f. p. 86.

CAVALCANTI, L. A. Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para promoção de hábitos alimentares saudáveis. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Stricto Sensu em Educação Física, Universidade católica de Brasília, Brasília.

CONCEIÇÃO, S. I. O. DA et al. Food consumption of schoolchildren from private and public schools of São Luis,

Maranhão, Brazil. Revista de Nutrição, v. 23, n. 6, p. 993–1004, dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Ministério da Saúde: Rio de Janeiro, 2010a. p. 54.

WHO. Global strategy on diet, physical activity and health. Geneva, 2004. p. 21.

Palavras-chave: hábitos alimentares; obesidade; questionário de frequência alimentar; sobrepeso infantil

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS PARA ESTIMULAR O CONSUMO DE VERDURAS E LEGUMES

MARIANA RODRIGUES DA SILVA LOPES; CAROLINE FERREIRA MATOS; JULIANA MARA ELORA MARQUES;
AMANDA KETHLEEN MARQUES DE OLIVEIRA; GIOVANA ELIZA PEGOLO

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

marianalopes316@gmail.com

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional mostra-se cada vez mais importante em todas as fases do curso da vida. Contudo, na infância, em decorrência da intensa fase de aprendizado e formação dos hábitos alimentares, tem-se um momento oportuno para a implementação de estratégias educativas. Sabe-se que a escolha da abordagem e dos recursos pedagógicos são determinantes para mobilizar o público-alvo. Com isso, os métodos/técnicas devem contextualizar os temas com a realidade de cada grupo. Para pré-escolares, estratégias interativas e lúdicas possibilitam um processo de aprendizagem baseado na busca por novas experiências, característico da idade.

Objetivos

Proporcionar conhecimento sobre as vitaminas presentes em Verduras e Legumes e sua associação com a saúde para crianças.

Metodologia

Trata-se de uma atividade de Educação Alimentar e Nutricional realizada com 15 crianças, entre 3 e 4 anos, matriculadas em um Centro de Educação Infantil de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Esta atividade teve duração de cerca de 40 minutos, distribuídos em 4 etapas. A mensagem central associada à alimentação teve como intuito associar Verduras e Legumes com uma alimentação saudável e com as brincadeiras inseridas no universo infantil. No primeiro momento, foi explanado o tema, com apresentação de todos, a fim de estimular o vínculo. A segunda etapa envolveu a encenação com fantoches da história “Amanda no país das vitaminas”. Em seguida foi executada a atividade “Cestinha saudável”. Neste momento as crianças foram organizadas em 2 grupos e cada uma deveria escolher um alimento *in natura*, dentre as opções disponibilizadas, para então montarem uma cesta, a fim de identificarem alimentos mencionados na encenação anterior. No encerramento, foram realizadas perguntas direcionadas para avaliar se a mensagem foi memorizada. Esta atividade de Educação Alimentar e Nutricional apresentou consentimento/autorização da instituição de ensino, sendo uma parceria contínua com a direção da instituição, que além de ressaltar a demanda, contribui com a definição dos temas de acordo com a realidade vivenciada.

Resultados

A utilização dos fantoches aflorou a imaginação das crianças, mostrando-se um excelente recurso lúdico, estimulando o interesse e conseqüente assimilação do conteúdo. O contato direto com os vegetais proporcionou um ambiente de novas descobertas. A montagem das cestas despertou a curiosidade e incentivou o uso dos 4 sentidos (olfato, tato, paladar e visão), sendo nítida a interação com os alimentos que não faziam parte de seu cotidiano. Foram formuladas perguntas, a fim de confirmar se o conteúdo foi memorizado e possibilitar participação ativa (exemplo: “Quais alimentos ajudaram a Amanda ficar forte e saudável?”). As respostas das crianças nos permitiram identificar que o conteúdo nutricional foi adequado, respeitando-se a fase de desenvolvimento cognitivo, e memorizado pela maioria das crianças.

Conclusão

O recurso lúdico mostrou-se um diferencial para esta faixa de idade e contribuiu positivamente como estratégia para a promoção do conhecimento nutricional. Foi possível explorar a curiosidade, a participação ativa e a retenção do conteúdo. Sabe-se que a escola é um ambiente propício para atividades educativas relacionadas à alimentação. A parceria das instituições de ensino possibilita a execução, tanto pontual quanto contínua, para abordagens de Educação Alimentar e Nutricional, alcançando crianças, professores/direção e a família, em uma fase relevante para a formação de hábitos alimentares.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

CARDOSO, L. M. **Amanda no país das vitaminas**. São Paulo: Editora Brasil, 1998.

Palavras-chave: Alimentação saudável ; Educação em Saúde; Nutrição infantil

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL COM BASE NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

FERNANDA TRIGO COSTA; ANA MARIA LOMBARDI DAIBEM

¹ CUSC - CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

fetrigocosta@gmail.com

Introdução

Atuar no ambiente escolar permite que o nutricionista se perceba como educador. Este profissional pode avançar em sua atuação, rompendo a fragmentação tecnicista tradicional por meio de abordagens diferenciadas nas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Essas devem ser vistas como um processo de amplo desenvolvimento da pessoa, considerando os diversos horizontes do ato alimentar¹. Um dos objetivos da Educação Infantil é que o aluno descubra e conheça progressivamente seu próprio corpo, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde. Neste cenário, as ações de EAN mostram-se essenciais na rotina escolar. Contudo, estas ações precisam ser pautadas em aspectos metodológicos consistentes².

Objetivos

Elaborar uma proposta pedagógica de EAN, com base na pedagogia histórico-crítica, para alunos de Educação Infantil – Nível V.

Metodologia

A proposta foi elaborada a partir de uma análise documental do Projeto Político Pedagógico, do Planejamento Pedagógico Anual e do Material Didático do ano letivo de 2015, de uma escola particular sem fins lucrativos. A proposta pedagógica, construída pelo autor deste trabalho, foi embasada na pedagogia histórico-crítica³ e norteadada pela prática de projetos de trabalho⁴. Os temas sugeridos tiveram como fundamentação os conceitos da Nutrição Comportamental⁵, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas e o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Resultados

As ações presentes no planejamento das disciplinas Natureza e Sociedade e Agricultura, demonstraram que o tema “alimentação” estava presente em todos os trimestres. O material didático trazia atividades que envolviam conceitos de alimentação e nutrição, variando entre textos, exercícios matemáticos e receitas culinárias. Os temas abordados no material remetiam à valorização da cultura alimentar e da culinária como prática emancipatória e de autocuidado; ao estímulo ao consumo de alimentos in natura; e ao exercício e partilha das habilidades culinárias. A proposta de EAN construída considerou as características e os temas presentes em todo o material analisado, integrando os conteúdos em forma de projeto de trabalho, cujo tema gerador foi “A comida em nossas vidas”, a ser desenvolvido no decorrer do ano letivo do Nível V, podendo caminhar em paralelo a outras atividades e permitindo incorporar ações que seriam trabalhadas apenas com o conteúdo proposto no material didático. Por meio dos Procedimentos didáticos-pedagógicos, procurou-se dar significado às ações e influenciar também as famílias, de forma a participarem do aprendizado e contribuir para que ele se consolide.

Conclusão

Apesar de ser uma escola cujas práticas pedagógicas refletem uma didática tradicional, há possibilidades de desenvolvimento da proposta construída. O tema “alimentação” mostrou-se ser tratado com importância no Nível V. Foi possível construir um projeto de trabalho com ações educativas consistentes e conteúdos integradores, que possibilita espaços formadores e condições de implementação, seja na escola alvo do estudo ou, talvez, em outras mais, o que demonstra que é possível planejar ações de EAN de acordo com os novos referenciais de nutrição. A impossibilidade de validação da proposta pode ser considerada uma lacuna deste trabalho, pois põe em dúvida a viabilidade e efetividade das ações. Essa validação fica como sugestão para próximos estudos, assim como a elaboração de novas propostas de EAN que garantam o caráter problematizador e dialético das abordagens.

Referências

1.FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHAES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681, jul. 2007.

- 2.ZANCUL, Mariana Senzi de; VALETA, Leandro Neves. Educação Nutricional no Ensino fundamental: resultados de um estudo de intervenção. *Nutrire*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 125-140, dez., 2009.
- 3.SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- 4.HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- 5.ALVARENGA, Marle; KORITAR, Priscila. Atitude e comportamento alimentar – determinantes de escolhas e consumo. In: ALVARENGA, Marle et al. *Nutrição Comportamental*. São Paulo: Manole, 2015. cap. 2, p. 23-50.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Materiais de ensino; Nutrição da criança; Alimentação Escolar; Saúde Pública

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL COM TEATRO DE FANTOCHES EM ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE COARI-AM

IVONE LIMA SANTOS; CAROLINE MACHADO DA COSTA; HELENO LIMA SERRÃO; ELISSON DE SOUZA SEVALHO; ELIANA MEDEIROS MACEDO; PATRÍCIA DOS SANTOS GUIMARÃES

¹ UFAM - Universidade Federal do Amazonas, ² UFAM - Universidade Federal do Amazonas, ³ CEL LITERATUS - Centro Educacional Literatus
ivonesantos_nutri@hotmail.com

Introdução

A alimentação e a nutrição na área da saúde coletiva constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde. Estudos vêm demonstrando que o conhecimento em nutrição pode influenciar as práticas alimentares e o estado nutricional de escolares. Porém promover tais mudanças ainda representa um grande desafio para os profissionais da saúde e da educação em especial na fase escolar, pois essa fase apresenta importantes aspectos para a formação de hábitos e práticas comportamentais em geral, especificamente alimentares. Neste contexto a realização de ação educativa sobre alimentação influencia positivamente na formação do comportamento alimentar saudável. A escola é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional, sendo um espaço estratégico para a concretização de iniciativas de promoção à saúde, através processos lúdicos e interativos como no caso da utilização de teatro de fantoches.

Objetivos

Dessa forma, a atividade de extensão “Nutri Diversão com Teatro de Fantoches” foi desenvolvida como uma ferramenta e objetivou a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, controle, prevenção do sobrepeso e da obesidade no grupo escolar no município de Coari-Am.

Metodologia

A atividade de educação nutricional aconteceu nas escolas municipais da cidade de Coari-AM com escolares na faixa de 6 a 13 anos, com protocolo de aprovação 57635716.0.0000.5020. Foram desenvolvidas peças interativas com fantoches, intituladas “O desespero das frutas” e a “História de Maria”, as histórias trataram de orientações quanto à importância da escolha de alimentos saudáveis, atividade física, mudança no estilo de vida, enfatizando os benefícios de alguns alimentos sobre o organismo e demonstrando o efeito dos alimentos ricos em açúcar simples e sódio e suas influências no surgimento de doenças crônicas degenerativas, após a aplicação do teatro foi realizado três perguntas, com resposta sim ou não (1. Foi fácil de entender o conteúdo aplicado? 2. Você gostou deste projeto com fantoches? 3. Na sua opinião, os vegetais, as frutas e hortaliças são importantes?) e distribuído frutas para verificação da aceitação das mesmas.

Resultados

Os resultados foram satisfatórios, pois verificou-se a motivação dos escolares do município, sendo solicitado pelos gestores que a educação nutricional fosse realizada por mais vezes devido o assunto não fazer parte da grade curricular das escolas e conseqüentemente ser pouco abordado entre os escolares. Nas perguntas realizadas com os discentes obteve-se 100% da resposta sim e o total consumo das frutas oferecidas.

Conclusão

Dessa forma, diante dos resultados obtidos por meio das perguntas e pela intenção dos gestores, confirmou-se a grande aceitação dos estudantes não apenas pela atividade teatral com fantoches como também pelos assuntos abordados, demonstrando a importância de realização de atividades nutricionais no âmbito escolar.

Referências

- ALBIERO, K. A.; ALVES, F. S. Formação e desenvolvimento de hábitos alimentares em crianças pela educação nutricional. Revista Nutrição em Pauta. v. 15, n. 82, p. 17-21, 2007.
- SAUNDER, C.; RAMALHO, R. A.; LEAL, M. C. O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. Revista de nutrição. v. 13, n. 1, p. 2000.
- SCHMITZ, B. A. S. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cadernos de saúde pública. v. 24, n. 2, p. 312-322, 2008.

Palavras-chave: Atividades lúdicas; Comportamento alimentar; Ambiente Escolar

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA MARIA - RS

TAISE MORO BALCONI; CRISTIANA BASSO

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

cristiana@unifra.br

Introdução

A fase escolar compreende a faixa etária de sete a dez anos de idade, nesta fase ocorre um maior aporte de nutrientes e energia que irão impulsionar o crescimento adequado através da reserva energética também chamada de rebote da adiposidade, que ocasionará um aumento do peso corporal para o estirão de crescimento puberal (RAYMOND et al., 2012). A alimentação na infância é importante para o crescimento e desenvolvimento, e representa um dos principais fatores na prevenção de doenças na fase adulta, devido às mudanças do mundo moderno, modificações dos hábitos da sociedade atual, em especial as crianças que são vítimas das publicidades infantis, devido ao elevado consumo de produtos industrializados (MIRANDA et al. 2015; ROSSI et al. 2010).

Objetivos

Verificar o conhecimento dos alimentos por parte dos escolares, e incentivar ingestão de alimentos saudáveis.

Metodologia

O trabalho de Educação Nutricional ocorreu durante Estágio curricular do Curso de Nutrição, nos meses de abril e maio de 2017, em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental da cidade de Santa Maria – RS, com alunos do 5º ano. Na atividade, boliche das charadinhas, as crianças deveriam acertar os boliches e conforme o número que derrubavam, retiravam a charadinha do pote correspondente ao número de boliches derrubados. Desta forma, caso o aluno não acertasse, teria uma nova chance de jogar, pois o intuito da atividade não seria competição e sim o aprendizado com relação ao conhecimento dos alimentos e suas características, estimulando o consumo de alimentos saudáveis. Assim, os materiais utilizados para a atividade, foram elaborados pelo próprio autor do trabalho, como também as charadinhas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a execução do projeto, foi assinado pelo diretor da escola.

Resultados

A participação na atividade boliche das charadinhas foi de 35 alunos, 83% deles responderam corretamente o que foi perguntado através da descrição dos alimentos, além de saberem algumas funções que caracterizava determinado alimento e, 17% não acertaram corretamente, assim percebeu-se que os alunos tiveram dificuldade de identificar alguns alimentos como, goiaba, brócolis, banana, melão, abacaxi e kiwi, a partir das características descritas através da charadinha sorteada. No entanto, obteve-se boa aceitação dos alunos, e participaram espontaneamente da atividade. As crianças desta fase escolar possuem características determinantes, pois tem a capacidade de desenvolver pensamentos racionais e senso crítico sobre as coisas que as envolvem. Se tratando da alimentação, o ambiente com o qual convivem aumenta a oportunidade para influências sobre a escolha do alimento, como a escolha dos colegas em sala de aula (RAYMOND et al., 2012).

Conclusão

Concluiu-se que a partir da atividade realizada com os alunos foi obtido resultados positivos com relação ao que foi proposto pelo autor, atingindo os resultados esperados através da dinâmica realizada. A criança já pensa por si só em relação as suas preferências e desta forma, se bem orientada, poderá recorrer a uma alimentação mais saudável, devendo pais ou responsáveis servirem de exemplo para essas crianças.

Referências

MIRANDA, J. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. Rev. BrasMed Esporte. v.21.no.2. São Paulo. Mar./Abr.2015.

RAYMOND, J. L; STUMP-E. S; MAHAN, L. K. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 13ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, p.1228, 2012.

ROSSI, C. E. et al. Influência da televisão no consumo alimentar e na obesidade em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. Rev. Nutr. vol.23. Campinas Julho/Agosto. 2010.

Palavras-chave: Nutrição; Escolar; Alimentação; Hábitos alimentares

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM ADOLESCENTES

VANESSA PRESTES DE ABREU; ELISÂNGELA DOS SANTOS COSTA DA SILVA; CLAUDIA OLSIEKI DA CRUZ

¹ UNESA - Universidade Estácio de Sá
vanessaprestesabreu@hotmail.com

Introdução

O excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes tem crescido de maneira considerável. Diante desse quadro, a necessidade do controle e prevenção da obesidade nos jovens está ligada às políticas públicas e programas de promoção da saúde, que incentivem a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividades físicas. Ações educativas no ambiente escolar constituem estratégias eficazes que devem ser encorajadas, pois trata-se de um ambiente em que os jovens passam a maior parte do dia, adquirindo conhecimentos que podem ser repassados para a família e para o meio social.

Objetivos

Abordar a educação nutricional de forma interdisciplinar no ambiente escolar.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional e de campo realizado com 328 estudantes de 14 a 19 anos, pertencentes ao 1º, 2º e 3º ano do ensino médio de uma escola pública no estado do Rio de Janeiro e seus respectivos professores, totalizando 8 (1 de Português, 1 de Matemática, 1 de História, 2 de Educação Física e 3 de Biologia). Foi realizada uma reunião prévia ao início das atividades com a direção da escola e o corpo docente com o intuito de obter autorização para execução do projeto e para explicar sobre as etapas do projeto. Em seguida, houve uma nova reunião com os professores para definição de dias, horários e turmas aptas a ingressar no projeto. Foram realizadas dinâmicas e discussões com os alunos e professores sobre alimentação saudável, roda dos alimentos, higiene dos alimentos, hábitos alimentares regionais e familiares, alimentação e atividade física, influência do marketing sobre a alimentação e imposição de padrões de beleza. Os alunos também participaram de oficinas sobre compostagem e preparo de lanches saudáveis. Por fim, eles plantaram uma horta escolar. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estácio de Sá com parecer número 72908517.4.0000.5284.

Resultados

53,41% (n=94) dos alunos eram do 3º ano do ensino médio. A maioria dos estudantes não sabiam como higienizar as mãos e os alimentos corretamente, não consumiam frutas, legumes e verduras, dando preferência à fast foods e alimentos gordurosos em virtude da facilidade de obtenção. Pão de queijo, carne moída com angu e açaí foram os alimentos regionais mais consumidos pelos alunos, sendo associados à lembranças de suas cidades de origem e de seus familiares. A cor das lanchonetes e a divulgação de promoções diárias foram as estratégias de marketing que mais induzem os alunos a consumir alimentos, principalmente fast foods. Os jovens relataram seguir dietas indicadas por blogueiras ou amigos. Eles também relataram insatisfação com a imagem corporal e sofrer pressão de familiares quanto ao peso e a forma do corpo. Na oficina de lanches saudáveis os alunos preparam refrigerante caseiro, hambúrguer caseiro, requeijão caseiro e bolo de feijão com calda de chocolate. Na horta escolar foram cultivados temperos naturais que puderam ser usados no preparo das refeições dos alunos.

Conclusão

Foi observada a falta de conhecimento dos alunos sobre a maioria dos temas abordados. A escola era o local onde a maioria dos alunos tinha acesso à uma alimentação equilibrada. O projeto contou com o apoio da direção da escola e obteve integração interdisciplinar, facilitando o envolvimento dos alunos. Dessa forma foi percebida a importância de se realizar ações de educação nutricional focadas nesse público, com o intuito de agregar conhecimento e fazer dos alunos multiplicadores dessas informações para familiares e amigos.

Referências

REIS, C. E. G.; VASCONCELOS, I. A. L.; BARROS, J. F. N. Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil. *Rev. Paul Pediatr*, v. 29, n. 4, p. 625-33, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e

Nutrição. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; 2010.

Palavras-chave: Ações Educativas; Dinâmicas; Educação Nutricional; Nutrição Escolar

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA PROPOSTA VOLTADA PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA

BARBARA LEONE SILVA; MANOELA CLEUSA COSTA; MARINEZ FREGULIA RÉOS; LAURA NAZARI; AMANDA DE ARAÚJO FIGUEREDO GUEDES; FIEL DUARTE GOMES

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, ² TEARSAN - Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional
ba.leonesilva@gmail.com

Introdução

Buscando superar as questões pedagógicas de ensino e de aprendizagem que circundam as discussões da temática de Segurança Alimentar e Nutricional implementada nos espaços formais da academia, foi projetado pelo grupo Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional um processo de educação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional, com a intenção de possibilitar a superação de uma prática profissional fragmentada, técnica, operacional e voltada a um saber científico limitado, avançando na socialização das discussões que atualmente se apresentam compondo os diversos espaços sociais que discutem a Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta tem por sujeitos os acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente estudantes dos cursos e centros que se relacionam mais diretamente com a temática e outros temas a ela relacionados.

Objetivos

Promover processo de educação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional dirigido a acadêmicos, com o intuito de formar sujeitos multiplicadores que percebam a temática inserida em seu processo de atuação profissional. Superar o movimento mecânico do cumprir tarefas sem envolvimento com conhecimento de forma integral, costumeiramente presente nas atividades de bolsistas no meio acadêmico.

Metodologia

O caminho metodológico pautado pelos princípios da educação popular envolveu momentos de exposição dialogada associado a rodas de discussão permitindo aos participantes o compartilhamento de conhecimentos e experiências. Em relação à definição, organização e desenvolvimento dos encontros, estes ficaram sob a responsabilidade dos bolsistas ligados ao grupo. Foram realizados cinco encontros envolvendo os seguintes temas: agroecologia; planos de Segurança Alimentar e Nutricional; política e sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Alimentar e Nutricional; e racismo. Os encontros foram divulgados por todo o campus universitário, nos locais de maior circulação de estudantes. O desenvolvimento de alguns destes temas ficou a cargo de convidados.

Resultados

O público participante se compôs de estudantes de graduação e pós-graduação ligados a diferentes cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (Nutrição, Assistência Social e Agronomia), professores e pesquisadores envolvidos com a Teia de Articulação pelo Fortalecimento de Segurança Alimentar e Nutricional e com outros núcleos de pesquisa existentes na universidade, além de conselheiros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina. Nas rodas de discussão as questões que se destacaram ficaram por conta da relação entre o processo de formação e o contexto social, envolvendo: a necessidade de romper com a fragmentação entre conhecimento científico e conhecimento popular; avançar na integração entre teoria e prática possibilitando a interação entre ação – reflexão – ação.

Conclusão

A metodologia mostrou-se positiva para todos os participantes, apontando a necessidade de continuidade da implementação de espaços interativos, que superem as salas de aulas e laboratório científicos e avancem para o debate da prática voltada para as realidades sociais.

Referências

BELLINI M.I.B.; JESUS I.B.; SCHERER G.G. et al. In.: BELLINI M.I.B.; FALER C.S.(org.). Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2014. Disponível em: . Acesso em: 03/10/2017.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Educação Popular; Educação Permanente

EFEITOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOBRE O COMPORTAMENTO ALIMENTAR E A QUALIDADE DA DIETA DE INDIVÍDUOS IDOSOS: UM ENSAIO CLÍNICO ABERTO

CÁSSIA REGINA DE AGUIAR NERY LUZ; ANA LÚCIA RIBEIRO SALOMÓN; RENATA COSTA FORTES

¹ SES/DF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

cassiareginanutri@gmail.com

Introdução

Um envelhecimento saudável depende de bons hábitos alimentares, especialmente do consumo adequado de frutas, verduras e legumes. Há um distanciamento entre o hábito alimentar adotado pela população idosa e as recomendações alimentares para promoção da saúde. A Educação Alimentar e Nutricional configura-se como ferramenta fundamental para promoção da alimentação saudável. E para o sucesso das ações educativas em nutrição sugere-se a aplicação de técnicas educativas adequadas para que hajam efetivas mudanças do comportamento alimentar. Nesse sentido destaca-se o Modelo Transteórico.

Objetivos

Investigar os efeitos de uma intervenção de Educação Alimentar e Nutricional baseada no Modelo Transteórico avaliando quais diferenças na qualidade da dieta, no comportamento alimentar e no perfil nutricional e sociodemográfico, que determinam a adequação ou não do consumo de frutas, verduras e legumes entre indivíduos idosos.

Metodologia

Trata-se de ensaio clínico aberto com uma amostra aleatória simples de idosos a partir de um banco de dados de pacientes atendidos em uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal. Entrevistadores treinados avaliaram a qualidade da dieta por meio de três Recordatórios Alimentares de 24 horas e do Índice de Qualidade da Dieta Revisado. Verificou-se o comportamento alimentar por meio dos quatro componentes do Modelo Transteórico para o consumo de frutas, verduras e legumes (estágios de mudança, estratégias de mudança, equilíbrio de decisões e autoeficácia). A intervenção foi desenvolvida levando-se em consideração o custo e a estrutura da Unidade Básica de Saúde. Adotou-se o formato de oficinas e rodas de conversa. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 1.440.645.

Resultados

Entrevistaram-se 91 indivíduos idosos. Na linha de base a maioria (76,9%) encontrava-se nos estágios de pré-ação para a mudança do comportamento. Na comparação entre os grupos pré-ação e ação, observaram-se diferenças significativas com relação às porções de frutas, verduras e legumes consumidas (3.57 vs 4.75, $p=0,003$), ao escore do Índice de Qualidade da Dieta Revisado (73.03 vs 77.34, $p=0.030$), ao escore das estratégias de mudança (29.16 vs 35.33, $p<0.001$) e ao escore da autoeficácia (21 vs 25, $p=0.003$). Para a intervenção foram selecionados idosos classificados nos estágios de pré-ação do comportamento alimentar. Após as quatro oficinas de intervenção, houve melhora estatisticamente significativa da qualidade da dieta e do comportamento alimentar para o consumo de frutas, verduras e legumes.

Conclusão

Idosos que adotam hábitos alimentares mais saudáveis, especialmente relacionados ao consumo de frutas, verduras e legumes, possuem comportamentos diferentes daqueles com qualidade da dieta inferior. Sugere-se que ações que pretendam melhorar o hábito alimentar atuem também sobre o comportamento alimentar a fim de otimizar o alcance na prática do que se pretendem na teoria. Como as modificações nos hábitos alimentares de idosos são difíceis, considera-se que a intervenção, baseada no Modelo Transteórico, configura-se como uma possibilidade efetiva de ação educativa em nutrição. Acredita-se que os resultados encontrados, bem como a reflexão acerca de suas potencialidades, desafios e limitações contribuam para o planejamento e o desenvolvimento de intervenções futuras pautadas no Modelo Transteórico, principalmente no âmbito de serviços públicos de saúde e com populações idosas.

Referências

1 ANDRADE, Samantha Caesar de; PREVIDELLI, Ágatha Nogueira; MARCHIONI, Dirce Maria Lobo; FISBERG, Regina Mara. Avaliação da confiabilidade e validade do Índice de Qualidade da Dieta Revisado. Revista de Saúde Pública. v.

47, n. 4, p.675-83, 2013.

2 HORWATH, Caroline; SCHEMBRE, Susan; MOTL, Robert; DISHMAN, Rod; NIGG, Claudio. Does the transtheoretical model of behavior change provide a useful basis for interventions to promote fruit and vegetable consumption? *Health Prom.* v. 27, n. 6, p.351-7,2013.

3 Ministério da Saúde (BR). Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. Universidade Federal de Minas Gerais; 2016b.

4 PROCHASKA, James; VELICER, Wayne. The transtheoretical model of health behavior change. *American Journal of Health Promotion.* v. 12, n. 1, p.38-48, 1997.

5 TASSITANO, Rafael Miranda; CABRAL, Poliana Coelho; DA SILVA, Giselia Alves Pontes. Validação de escalas psicossociais para mudança do consumo de frutas, legumes e verduras. *Caderno de Saúde Publica.* v. 30, n. 2, p.272-82, 2014.

Palavras-chave: dieta; comportamento alimentar; nutrição do idoso

EFETIVIDADE DA INICIATIVA HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA NA PROMOÇÃO DA AMAMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA; MARINA FERREIRA REA

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ² USP - Universidade de São Paulo, ³ IBFAN - Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
olinete@yahoo.com.br

Introdução

Haja vista a importância do aleitamento materno na prevenção da morbidade e mortalidade infantil, todos os esforços devem ser empreendidos para apoiar, promover e proteger essa prática. Dentre as estratégias mais eficazes para sua promoção está a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) que mediante a reorganização das rotinas hospitalares do parto e nascimento, deve propiciar um ambiente favorável à amamentação (VENÂNCIO, 2012; BOCCOLINI, 2013; SINHA, 2015; VICTORA, 2016, OPAS, 2016).

Objetivos

Comparar as práticas de amamentação entre crianças nascidas em Hospitais Amigo da Criança (HAC) e em hospitais não amigos da criança (NHAC) no município de São Paulo.

Metodologia

Estudo quase experimental realizado em 6 hospitais públicos do Município de São Paulo, sendo 3 HAC e 3 NHAC, no período de setembro de 2016 a setembro de 2017. Foram realizadas entrevistas com mães nas maternidades 24h após o parto e por telefone, aos 30 dias e aos 180 dias após o nascimento, sobre a alimentação da criança nas últimas 24 horas. Os critérios de inclusão das mães foram: maiores de 18 anos, feto único, binômio sem problemas de saúde que impedissem a amamentação e aceitasse participar assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A Pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública/USP sob o parecer n. 1.811.327. Os dados foram analisados pelo qui-quadrado e regressão logística no STATA 13.0.

Resultados

Foram incluídas 969 mães na primeira entrevista, 902 aos 30 dias e 814 aos 180 dias, 56,1% destas em HAC. Nascer em HAC foi associado a realizar contato pele-a-pele imediatamente após o nascimento, prática esta que aumentou em 7 vezes as chances do RN ser amamentado na primeira hora de vida (OR=7,2). A amamentação na primeira hora de vida foi associada a nascer em HAC com um incremento de 30,7% [67,2% HAC X 51,4% NHAC (p=0,000)]. Embora não estatisticamente significativa a IHAC aumentou em 16,3% o aleitamento exclusivo por no mínimo 5 meses (42,7% HAC X 36,7% NHAC), em 21,9% a amamentação exclusiva aos 6 meses (21,7% HAC X 17,8% NHAC), em 7,1% qualquer amamentação aos 180 dias (77,7% HAC X 72,5% NHAC) e a taxa de desmame aos 6 meses foi 23,1% maior entre as crianças nascidas em NHAC (22,3% HAC X 27,5% NHAC).

Conclusão

A IHAC foi efetiva em elevar de forma significativa a amamentação na primeira hora de vida o que implica em importante redução no risco de morbi-mortalidade infantil, segundo as recentes evidências científicas. Nos demais indicadores de amamentação, a efetividade embora menor, foi também importante por contribuir para elevar as taxas de amamentação exclusiva em menores de 6 meses e reduzir o desmame precoce. Entretanto, os dados apontam para a necessidade de fortalecer a Iniciativa Hospital Amigo da Criança visando o aumento da sua efetividade.

Referências

BOCCOLINI C.S. CARVALHO M.L. OLIVEIRA M.I. PERÉZ-ESCAMILA R. Breastfeeding during the first hour of life and neonatal mortality. *J Pediatr. Rio de Janeiro.* V.89, n.2, p.131-6, Mar-Apr 2013.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. La Iniciativa hospital amigo del niño en América Latina y el Caribe: Estado actual, retos y oportunidades. Washington, DC: OPS, 2016.

SINHA B. et al. Interventions to improve breastfeeding outcomes: a systematic review and meta-analysis. *Acta Pædiatrica.* 2015; 104:114–135

VENÂNCIO S.I. et al. The baby-friendly hospital initiative shows positive effects on breastfeeding indicators in Brazil. *J Epidemiol Community Health*. 2012;66(10):914-18.

VICTORA C.G. et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *Lancet*. 2016; 387:475-90

Palavras-chave: Aleitamento materno; Hospital Amigo da Criança; Maternidades

ELABORAÇÃO DE ÁLBUM FOTOGRÁFICO DIGITAL DE ALIMENTOS SELECIONADOS DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

THAIS ARREGUY NASCIMENTO

¹ PUCMG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

thaisarreguy33@gmail.com

Introdução

As medidas caseiras são úteis para se elaborar preparações, pois facilitam na compreensão das quantidades estabelecidas. Atualmente existe uma dificuldade, entre pacientes e profissionais da saúde, em estipular o tamanho das porções ingeridas e aquelas que serão consumidas, devido à diferença das medidas caseiras, visto que não há padronização dos tamanhos dos utensílios. Sendo assim, podem ocorrer erros de cálculos em dietas, causando estimativa maior ou menor que a necessidade do paciente. Observando esta dificuldade viu-se a necessidade da elaboração de um álbum fotográfico digital com alimentos porcionados em medidas caseiras.

Objetivos

Elaborar um álbum fotográfico digital com alimentos porcionados em medidas caseiras selecionados a partir do Anexo C do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Metodologia

Inicialmente, verificou-se as quantidades apresentadas no Anexo C, observando se as calorias e gramas dos gêneros alimentícios coincidiam com aquela apresentada, conforme cada grupo de alimentos. Em seguida foi realizada a conversão calórica para quantidade em gramas. Foram retiradas varias fotos de um mesmo alimento e/ou preparação para a seleção daquela de melhor visualização da porção. Em algumas fotos, para a melhor compreensão e padronização do tamanho da porção do alimento, foi utilizada uma caixa de fósforos com 40 unidades (3,5cm x 4,8cm). O álbum fotográfico digital foi disponibilizado em um tablet no arquivo de formato JPEG e foram organizadas de acordo com o grupo de alimentos, facilitando assim a busca da porção de algum alimento e/ou preparação.

Resultados

Para a elaboração do álbum fotográfico digital foram selecionadas 226 preparações e/ou alimentos dos 230 presentes no Anexo C do Guia Alimentar para a População Brasileira, o que representa 98,3% das amostras presentes no documento. O álbum fotográfico digital não foi realizado com a totalidade dos alimentos presentes no anexo C devido presença de alguns obstáculos como a sazonalidade, alimentos regionais, curto prazo para a criação do trabalho e a falta de patrocínio. Houve dificuldades para o porcionamento de alguns alimentos na medida indicada, desta forma foi necessária à adaptação ao utensílio que proporcionasse melhor visualização da porção. Para o projeto foi necessário à aquisição de um mesmo produto de diversas marcas para se encontrar uma que chegasse próximo ao proposto pelo Anexo C em relação às calorias e gramaturas.

Conclusão

Uma vez que existem diversos pesos e medidas para utensílios semelhantes, podendo influenciar na quantidade calórica e de nutrientes, espera-se que o álbum fotográfico possa auxiliar profissionais de nutrição, clientes e pacientes na adequação das dietas utilizando as medidas caseiras adequadas.

Referências

Alterburg, Helena; DIAS, Katia Antonia Castro. Medidas e porções de alimentos. 2. ed. Ouro Preto: Komedi, 2009. Cap. 2, p. 23-34.

BRASIL. Ministério da saúde. Guia alimentar para a população Brasileira: Promovendo a alimentação saudável. Brasília, DF, 2005. Disponível em:

Acesso em: 20 de ago. de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição: Conheça o Guia Alimentar para a População Brasileira. Disponível em: Acesso em: 25 de ago. de 2012.

CUPARRI, L. Guias de medicina ambulatorial e hospitalar Unifesp/Escola Paulista de Medicina. Nutrição Clínica no adulto. São Paulo: Manole Ltda, 2002. p. 47-49.

DANIEL, Junbla Maria Pimentel; CRAVO, Veraluz Zicarelli. Valor Social e Cultural da Alimentação. Disponível em: Acesso em: 23 de ago. de 2012.

LEMOS, Aline G; BOTELHO, Raquel BA; AKUTSU, Rita de Cássia CA. Determinação do fator de correção das hortaliças folhosas comercializadas em Brasília. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 29, n. 2, p. 231-236, abr./jun. 2011.

LOPEZ, Rosana Posso Sueiro. Análise das ferramentas brasileiras em nutrição. 2006. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Qualidade em Alimentos. Universidade de Brasília - Centro de Excelência em Turismo. Brasília.

MOREIRA, Maria Altina. Medidas caseiras no preparo dos alimentos. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2002. p.144

OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de; CUNHA, Selma Freire de Carvalho; MARCHINI, Julio Sérgio. A desnutrição dos pobres e dos ricos: dados sobre a alimentação no Brasil. São Paulo: Sarvier, 1996. p.123.

RAMALHO Rejane Andréa; SAUNDERS, Cláudia. O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. Revista de Nutrição, Campinas, v. 13, n. 1, p. 11-16, jan./abr. 2000.

RETAMOSO, Vanessa; MESQUITA, Marizete de; OLIVEIRA, Viviani Ruffo de Padronização de medidas caseiras como instrumento facilitador para discentes e docentes do curso de nutrição. Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 127-136, 2009.

RIBEIRO, Tânia Beninga de Moraes; COLUGNATI, Fernando Antonio Basile; SIGULEM, Dirce Maria. Tabelas de composição química de alimentos: Análise comparativa com resultados laboratoriais. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 216-225, abr. 2003.

RODRIGUES, Alline Gouvea Martins; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Uso de imagens de alimentos na avaliação do consumo alimentar. Revista de Nutrição, Campinas, v. 24, n. 5, p. 765-776, set./out. 2011.

VARGAS, Vagner de Souza. Padronização de medidas caseiras como ferramenta à Dietoterapia.

VITTALLE, Rio Grande, v. 19, n. 1, p. 29-34, abr./mai. 2007.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Avaliação nutricional de coletividades. 4ª ed. Florianópolis: UFSC; 2008. p.109-120.

Palavras-chave: Medidas Caseiras; Guia Alimentar; Álbum fotográfico

ELABORAÇÃO DE PREPARAÇÕES DIETÉTICAS COM CÚRCUMA E SUA BIODISPONIBILIDADE

MARIANA RANGEL ALVES DE SOUZA; LÚCIA GOMES RODRIGUES; DÉBORA FRAUCHES NUNES

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

frauchesster@gmail.com

Introdução

A curcumina é um pigmento polifenólico lipossolúvel que possui coloração de tom amarelo brilhante e alaranjado. Está presente no rizoma tuberoso da cúrcuma (*Curcuma longa linn*), também chamado de açafrão-da-terra. A cúrcuma é usada tradicionalmente como tempero ou corante, e é o composto que confere a cor característica ao curry indiano. Entre as ações documentadas da curcumina estão a propriedade antioxidante, ação hepa-toprotetora, nefro-protetora, anti-carcinogênica, anti-inflamatória, anti-alérgica, anti-diabética, cardioprotetora, bactericida e neutroprotetora.

Objetivos

Desenvolver preparações com curcumina de boa biodisponibilidade, determinando seus teores.

Metodologia

Foi pesquisado o termo “curcumin” e “curcumina” no Google acadêmico, Pubmed e no Periódicos da CAPES. Foram selecionados artigos relacionados a biodisponibilidade, efeito do processamento, metabolismo, estabilidade e concentração dos compostos estudados em alimentos in natura. Em seguida foram elaboradas preparações baseadas nos alimentos fonte pesquisados, de forma a otimizar seu uso. Os resultados foram expressos em mg/100g para os alimentos in natura e porção de consumo para as preparações.

Resultados

A quantidade de curcumina presente na cúrcuma pode variar, em 100g do rizoma fresco, de 40 a 720mg a depender da umidade relativa, altitude, conteúdo de nitrogênio e pH do solo. No rizoma seco triturado, as quantidades podem variar de 40 a 880mg, na cúrcuma em pó de 58 a 314mg e no curry de 10-58mg. A biodisponibilidade da curcumina é muito pequena, dependendo da degradação realizada pela microbiota e por enzimas intestinais, possui baixa capacidade de absorção intestinal, é metabolizada rapidamente pelo fígado e em seguida eliminada pela bile ou urina e a maior parte é excretada intacta nas fezes. Este composto é sensível a luz, instável em soluções alcalinas e extremamente sensível ao calor. Sua biodisponibilidade é aumentada na presença de peperina, em complexos com íons metálicos ou com albumina sérica, em nanopartículas, lisossomos e fosfolípidios. Foram elaboradas 7 sugestões de preparações com ingredientes e teores de cúrcuma: Bala de gelatina de laranja com cúrcuma- 0,3mg/50g (laranja, limão thaiti, cúrcuma pó, açúcar demerara, gelatina incolor, raspas de laranja); Castanha de caju com cúrcuma - 0,5mg/15g (castanha caju, óleo de gergelim, gergelim preto, nori, sal, pimenta caiena, cúrcuma); Omelete de abobrinha com ervas e cúrcuma - 1,5mg/70g (ovo, abobrinha, cúrcuma, pimenta do reino, salsa, cebolinha, sal); Sorvete de manga, gengibre e cúrcuma - 1,5mg/80g (manga, gengibre, inhame cúrcuma); Grão-de-bico com tomate e cúrcuma - 2,6mg/120g (grão de bico, cúrcuma, azeite, pimenta, páprica, cebola, tomate, sal); Pastinha dourada de abacate - 4,2mg/50g (abacate, cúrcuma, pimenta, azeite, limão alho e sal).

Conclusão

As preparações sugeridas podem ser consumidas por adultos e crianças e devem ser estimuladas. Vale destacar que não consegue chegar a dose farmacológica recomendada somente via alimentar, devido ao seu sabor terroso extremamente ativo. A cúrcuma deve ser adicionada ao final do preparo dos alimentos que sofrem maior aquecimento ou utilizada em preparações que não envolvem cocção para evitar sua degradação. Por ser um pigmento lipossolúvel é interessante utilizá-la em preparações com quantidade mínima de lipídios, dando preferência para aqueles de melhor qualidade.

Referências

CURCUMIN. Oregon State University, Linus Pauling institute. Micronutrient information center, Dietary factors, phytochemicals. Disponível em: . Acesso em: 24/05/2017.
AKBAR, A.; KUANAR, A.; JOSHI, R. K.; SANDEEP, I. S.; MOHANTY, S.; NAIK, P. K.; MISHRA, A.; NAYAK, S.. Development of prediction model and experimental validation in predicting the curcumin content of turmeric (*Curcuma longa L.*). *Frontiers in plant Science*. 7, 1507, october/2016.

TAYYEM, R. F.; HEATH, D. D.; AL-DELAIMY, W. K.; ROCK, C. L.. Curcumin content of turmeric and curry powders. *Nutrition and câncer*. 55(2), 126-131. 2006.

CHENG, Z.; XIA, Y.; LIAO, S.; HUANG, Y.; LI, Y.; HE, Y.; TONG, Z.; LI, B.. Therma degradation kinetics study of curcumin whit nonlinear methods. *Food chemistry*, 115, 81-86. 2014.

RIMBACH, G.; WAGNER, A. E.; CHIN, D.; ERNST, I. M. A.; HUEBBE, P.; ESATBEYOGLU, T.. Curcumin – From molecule to biological function. *Angewandte Chem. Int. Ed*, 51, 5408-5334, 2012.

Palavras-chave: curcuminóides; biodisponibilidade; fichas técnicas; composição nutricional

ENTRE O FAST E O SLOW FOOD: ADAPTAÇÕES DE ESPAÇOS DE COMENSALIDADE E MODOS DE COMER EM BARREIRAS-BA

DÉBORA XAVIER DE SOUZA; SARA MICAELLE DOS ANJOS LOPES; WESLEY BRUNO SOARES LEMOS; DEBORA CRUZ PORCINO

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
d15xavier@outlook.com

Introdução

A implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em 2014, em paralelo a implantação de faculdades da rede privada, tem transformado o município de Barreiras – BA num pólo universitário para a região oeste da Bahia. Este cenário tem agregado novos sujeitos (professores, estudantes, e técnicos) oriundos de diferentes regiões do Brasil, o que tem modificado também o estilo de vida e o cenário alimentar do município.

Objetivos

Discutir as relações dos movimentos fast-food e slow food no atual contexto do município.

Metodologia

Este estudo é de cunho qualitativo como descrito por Minayo e está concebido no campo da sócio-anthropologia da alimentação e das ciências sociais da saúde. Os dados apresentados foram construídos a partir de discussões teóricas e incursões a campo numa perspectiva etnográfica baseada na proposta de Laplantine, com registros em diários de campo, realizadas durante o curso das disciplinas Antropologia da Saúde e da Alimentação e Práticas de Nutrição III – espaços de comensalidade, ambas ofertadas ao curso de nutrição da UFOB e caracterizam aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais do comer no município de Barreiras - BA.

Resultados

Foi observado que os fluxos migratórios reverberam-se em processos modernizantes que tem alterado as construções identitárias e os hábitos alimentares locais, em consonância com realidades também de âmbito nacional e mundial de dois movimentos antagônicos: fast-food e Slow food. O primeiro traz consigo a proposta de praticidade e eficiência, enquanto que o segundo exalta minúcias da experiência durante produção, preparação e consumo das preparações, possibilitando um arcabouço de memórias e sabores. Somado a isto, a pressão por um estilo de vida mais globalizado e acelerado, além da influência midiática tem conferido à alimentação barreirense um perfil que condiz em hábitos voltados ao fast-food, implicando em uma alimentação rápida e fora de casa. Por sua vez, o Slow food apesar de precisar buscar seu espaço de resistência, ainda consegue manter parte da sua preservação e valorização dos produtos tradicionais, reforçando a identidade cultural local. No que tange o consumo dos fast-food, observa-se que este tem ganhado mais espaço, principalmente devido ao apelo cultural que relaciona estas práticas alimentares com momentos de prazer. Desta forma o Slow food vem, cada vez mais, se tornando sinônimo de práticas que envolvem um movimento familiar. Apesar desta conjuntura, a perspectiva do Slow food resiste em determinados espaços de comensalidade de Barreiras, como por exemplo restaurantes de comidas caseiras localizados na feira livre e em outros pontos mais afastados do Centro da cidade.

Conclusão

Essa resistência sugere a possibilidade de criação de novos espaços e a busca pela sobrevivência dos estabelecimentos que ainda mantém a proposta de considerar que o momento dedicado ao comer, também pode e deve ser um momento destinado à sociabilidade e manifestação da cultura de um povo. O comer na rua não deve ser resumido à uma experiência mercantil ou de consumo de nutrientes que apenas alimenta o corpo. É urgente reconhecer que o comer também tem papel de alimentar e, além de nutrir o corpo, também preenche a vida e alma dos comensais.

Referências

- GOÉS, J. A. W. Fast-Food: um estudo sobre globalização alimentar. Salvador: EDUFBA, 2010.
- LAPLANTINE, F. A descrição etnográfica. Paris. Ed. Armand Colin, 2005.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, L. A . S. O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2008.

Palavras-chave: Fluxos migratórios; Globalização; Hábito alimentar

ESCOLHA ALIMENTAR: UMA CONSEQUÊNCIA DO ESTADO EMOCIONAL

NAÍZA CARVALHO RODRIGUES; MARIZE MELO DOS SANTOS; IVONE FREIRES DE OLIVEIRA COSTA NUNES;
THALITA BRAGA BARROS ABREU; MARTHA TERESA SIQUEIRA MARQUES MELO; CECÍLIA MARIA RESENDE
GONÇALVES DE CARVALHO

¹ UFPI - Universidade Federal do Piauí
naiza.lages@yahoo.com.br

Introdução

As respostas emocionais relacionadas aos alimentos têm sido intensamente exploradas nos últimos anos, considerando que o ato de alimentar-se é influenciado por aspectos sociais, ambientais, culturais, psicológicos, genéticos e metabólicos. Alguns alimentos não saudáveis são consumidos por razões diferentes da fome, com alguns motivos relacionados à regulação emocional (LU et al., 2016). Segundo Astrup e Brand-miller (2012), comer por razões não metabólicas, conhecido como "comer hedônico", geralmente envolve consumo excessivo de energia e alimentos com sabores densos, ricos em açúcar e gordura que podem contribuir para o ganho de peso e obesidade.

Objetivos

Analisar as consequências provocadas pelas escolhas alimentares baseadas no estado emocional, a partir de uma revisão de literatura.

Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa de caráter exploratório realizada no período de maio a junho de 2017, nas bases de dados, *PubMed* (*National Library of Medicine, Bethesda, MD*), *LILACS* (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*) e *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*). *Foram utilizados os descritores: consumo alimentar, emoções por alimentos e comportamento alimentar, com inclusão de artigos originais conduzidos com humanos disponível na íntegra via online, nos idiomas português e inglês, abordando publicações de 2011 a 2017. Para o cômputo do total de estudos identificados, foi verificada a duplicação dos mesmos entre as bases de dados, sendo que cada artigo foi contabilizado somente uma vez.*

Resultados

Foram encontrados 46 artigos, contudo, apenas sete publicações foram analisadas, pois contemplavam o objeto da presente investigação. Todos os textos eram de origem estrangeira, com pessoas de diferentes faixas etárias, de ambos os sexos, com número amostral variando de 50 a 710 participantes. As principais causas emocionais envolvidas na ingestão alimentar foram: apelo sensorial, comportamento alimentar passado, imagem corporal, nível de escolaridade e estresse, que foram associadas ao comer emocional e positivamente relacionadas à obesidade grave e alta restrição dietética com conexões fortes com a culpa e vergonha. Além disso, indivíduos com emoções moderada e altos níveis de estresse apresentam elevação do apetite e os lanches adicionais eram uma maneira fácil de lidar com o estresse.

Conclusão

Há uma forte relação entre as emoções e as atitudes que estimulam uma ingestão alimentar seletiva, na maioria das vezes, as preferências são para alimentos com alta densidade calórica, predispondo o organismo ao risco de obesidade e outras doenças.

Referências

ASTRUP, A.; BRAND-MILLER, J. Diet composition and obesity. *The Lancet*, v.379, n.9821, p.1100-1101, 2012.

LU, Q.; TAO, F.; HOU, F.; ZHANG, Z.; REN, L. L. Emotion regulation, emotional eating and the energy-rich dietary pattern. A population-based study in Chinese adolescents. *Appetite*, v.99, p.149-156, 2016.

Palavras-chave: Campos cognitivos do consumo alimentar; Fatores motivacionais do consumo; Ingestão alimentar.

ESCORE DA MUDANÇA NUTRICIONAL: METODOLOGIA AVALIATIVA SUBJETIVA NUTRITION CHANGE SCORE: AN EVALUATIVE SUBJECTIVE METHODOLOGY

VILANI FIGUIREDO DIAS; RAPHAEL FIGUIREDO DIAS

¹ SEMENTES - Clínica Médica Sementes, ² FM/UFMG - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas

Gerais

vilaninutri@bol.com.br

Introdução

Incentivar a alimentação e hábitos de vida saudáveis são importantes estratégias de promoção da saúde. Entretanto, a mudança no comportamento alimentar é um desafio no aconselhamento nutricional (Alvarenga, M.et al, 2015). Tal complexidade não são determinadas apenas por fatores fisiológicos, mas também por psicológicos, ambientais, culturais, socioeconômicos e comportamentais (Machado et al, 2014, Buttriss, 1997). A mudança deve ser pautada na clareza, na confiança e na participação do processo. Segundo o modelo transteórico, cinco fases norteiam a mudança: a Pré-contemplação, Contemplação, Decisão, Ação e a Manutenção (Toral, 2007) e depende tanto de esforços individuais quanto do apoio de profissionais, pois exigem ações de educação alimentar e de saúde emancipatórias, motivadoras e eficazes (Machado et al, 2014). Vale ressaltar que as estratégias de interação (Alvarenga, M.et al, 2015), as técnicas da Roda da Vida e a Programação Neurolinguística- Rapport (Lawley,1994), podem auxiliar os nutricionistas a persuadir e direcionar seus pacientes. Neste contexto, faz-se necessário criar ferramentas que promovam a reflexão, facilitem a aprendizagem e estimulem a mudança de comportamento alimentar, porque uma vida saudável é o equilíbrio entre os diversos aspectos da vida.

Objetivos

Criar ferramenta de avaliação subjetiva participativa para subsidiar o trabalho do nutricionista e profissionais da saúde que promova a reflexão e motivação para a mudança de comportamento alimentar e estilo de vida por meio da Educação Alimentar e Nutricional.

Metodologia

Para a construção da ferramenta e definição do modelo utilizou-se como base didática o referencial teórico e as recomendações do “Guia alimentar para a População Brasileira”. A imagem foi criada adaptando-se a metodologia da Roda da Vida, assim como a definição dos quesitos relacionados ao comportamento alimentar. Definiu-se uma orientação de preenchimento da ferramenta pelo indivíduo, assim como uma para o profissional avaliar, discutir e traçar metas com o paciente. Foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como requisito ético de participação.

Resultados

A ferramenta foi denominada de Escore da Mudança Nutricional, metodologia avaliativa, subjetiva e participativa, para auxiliar o nutricionista e profissionais de saúde de forma prática e didática. É uma ferramenta de auto avaliação, flexível e dinâmica que requer uma pontuação de 0 a 10 para cada quesito definido, entre eles o hábito de preparo das refeições, fracionamento da dieta, consumo de produtos ultraprocessados, prática de atividades físicas. Possibilita avaliar graficamente os aspectos, discutir e traçar metas alcançáveis a curto, médio e a longo prazos que impactem na qualidade de vida, direcionando-o e motivando-o na tomada de decisão para a mudanças e melhorar o nível de satisfação utilizando estratégias de comunicação assertivas e de persuasão.

Conclusão

Foi possível desenvolver uma ferramenta avaliativa, subjetiva, participativa, flexível e dinâmica tanto para ser aplicada na prática clínica quanto em saúde coletiva O Escore da Mudança Nutricional apresenta elementos como criatividade, conectividade e interatividade que alinham ações educativas para subsidiar o trabalho do nutricionista. Sabemos que a mudança de comportamento alimentar ocorre por efeitos emocionais, mais que racionais, por isto uma abordagem holística é imprescindível para enfrentar o desafio de motivar os indivíduos para a adoção de uma alimentação e estilo de vida saudável.

Referências

ALVARENGA, M.et al (Org). Nutrição Comportamental, 1ª edição, São Paulo, Manole ,2015.

MACHADO, Juliana Costa; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; DA SILVA, Luciana Saraiva. Abordagem do desvio positivo

para a mudança de comportamento alimentar: revisão sistemática. Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, v. 36, n. 2, p. 134-140, 2014.

TORAL, N.; SLATER, B. Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, 2007.

BUTTRISS JL. Food and nutrition: attitudes, beliefs, and knowledge in the United Kingdom. Am J Clin Nutr 1997; 65:1985S-1995S.

LAWLEY, James; TOMPKINS, Penny. Rapport: The Magic Ingredient. Personal Success. Londres, 1994.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar ; Educação alimentar e nutricional; Metodologia participativa ; Nutrição; Saúde coletiva

ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES NASCIDOS COM BAIXO PESO E PESO ADEQUADO, NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

FABIANA CRISTINA LIMA DA SILVA PASTICH GONÇALVES; PEDRO ISRAEL CABRAL DE LIRA; EDIGLEIDE MARIA FIGUEIROA BARRETTO; LEOPOLDINA AUGUSTA SOUZA SEQUEIRA-DE-ANDRADE; MARILIA DE CARVALHO LIMA; SIDRACK LUCAS VILA NOVA FILHO

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
sidracklucas@hotmail.com

Introdução

O peso ao nascer é um indicador do crescimento fetal e tem sido considerado um importante preditor do estado nutricional ao longo das fases do ciclo da vida. A literatura aponta que o baixo peso ao nascer pode estar associado ao maior risco de ganho de peso, podendo levar à ocorrência de sobrepeso e obesidade na adolescência e na idade adulta em países desenvolvidos. Contudo, ainda não está clara a relação entre o peso ao nascer e o estado nutricional na adolescência em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano.

Objetivos

O objetivo desse estudo foi avaliar o estado nutricional de adolescentes nascidos com pesos baixo e adequado, oriundos da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Metodologia

Foi realizado um estudo de coorte com 163 adolescentes nascidos entre 1992 e 1993 em cinco cidades da Zona da Mata de Pernambuco, destes 52 nascidos com baixo peso e 111 com peso adequado, todos a termo, com idade gestacional entre 37 e 42 semanas. O peso ao nascer foi avaliado nas primeiras 24h após o nascimento. A idade gestacional no momento do nascimento foi avaliada através do método de Capurro *et al.* Considerou-se baixo peso ao nascer um peso abaixo de 2500g e peso adequado, o peso ao nascer acima ou igual a 3000g. Em 2012, quando na sua adolescência, tiveram seu estado nutricional reavaliado por meio de peso, altura e do índice de massa corporal. Para avaliar o peso foi utilizada uma balança digital da marca Filizola, com capacidade para até 150kg, registrando-se a medida com uma precisão de 0,1kg. Para a aferição da altura foi utilizado um estadiômetro de escala móvel (Leicester Height Measure). As médias e os desvios padrão do peso, altura e índice de massa corporal foram considerados. O teste “t” de *student* foi realizado para identificar a diferença das médias de peso, altura e índice de massa corporal entre os adolescentes nascidos com baixo peso e peso adequado. Um nível de significância estatístico $p < 0,05$ foi considerado. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, sob o protocolo CAEE 0328.0.172.000-08., e os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido após concordarem participar da pesquisa.

Resultados

Os adolescentes nascidos com baixo peso permaneceram com menores médias de peso, contudo a altura e o índice de massa corporal mostraram-se semelhantes entre os grupos, independente do sexo.

Conclusão

Nesta região de baixo índice de desenvolvimento humano, o baixo peso ao nascer permanece como um indicador de menor peso na adolescência. Provavelmente, a relação entre o baixo peso ao nascer e o maior ganho de peso, sobrepeso e obesidade em fases mais avançadas do ciclo da vida se deve à influência do ambiente obesogênico associado às condições de crescimento.

Referências

BANN, D.; et al. Birth weight and growth from infancy to late adolescence in relation to fat and lean mass in early old age: findings from the MRC National Survey of Health and Development. **International Journal of Obesity**, v. 38, p. 69–75, 2014.

BARKER, D. J. P.; GLUCKMAN, P.; HANSON, M. The biology of developmental plasticity and the Predictive Adaptive Response hypothesis. **The Journal of Physiology**, p. 2357–2368, 2014.

KOYAMA, S.; et al. Adiposity rebound and the development of metabolic syndrome. **Pediatrics**, v.133, n.1, p.e114-e119,

2014.

KUZAWA C. W. Birth Weight, Postnatal Weight Gain, and Adult Body Composition in Five Low and Middle Income Countries. **American Journal of Human Biology**, v.24, p.5–13, 2012.

LABAYEN, I., et al. Birth Weight and Subsequent Adiposity Gain in Swedish Children and Adolescents: A 6-Year Follow-Up Study. **Pediatric Obesity**, v. 20, p. 376–381, 2011

Palavras-chave: Adolescente; Estado nutricional; Índice de massa corporal

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DE ZERO A DOIS ANOS DO MUNICÍPIO DE RECIFE-PE

YURI VINICIUS ARAUJO DO NASCIMENTO; TACIANA FERNANDA DOS SANTOS FERNANDES; IGOR GABRIEL ARAÚJO MEDEIROS

¹ UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira
tacimest@hotmail.com

Introdução

O estado nutricional infantil é fundamental para que seu crescimento seja progressivo e desenvolva suas características psicomotoras e sociais (DOS ANJOS; LEÃO, 2008). O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutrição – SISVAN é conduzido pelo Ministério da Saúde e, é composto por uma série de indicadores de consumo, antropométricos e bioquímicos, com a finalidade de avaliar e monitorar o estado nutricional e alimentar da população brasileira (BRASIL, 2011). Portanto, o monitoramento do estado nutricional, sobretudo na infância, é primordial para as ações de saúde, permitindo desta forma, detectar possíveis agravos à saúde e riscos nutricionais (SILVA et al, 2008).

Objetivos

Caracterizar o estado nutricional da população de zero a 2 anos, cadastradas no banco de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do município de Recife, Pernambuco.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo transversal, cuja coleta dos dados foi realizada utilizando-se dados do banco de dados de domínio público do SISVAN do município de Recife, Pernambuco. Foram incluídas todas as crianças cadastradas com idade entre 0 e 23 meses, atendidas no ano de 2016 e trata-se de amostra não probabilística. Selecionaram-se as variáveis peso, altura, sexo e idade para a classificação do estado nutricional. Estas medidas foram convertidas nos índices Peso por Altura (P/A), Peso por Idade (P/I) e Altura por Idade (A/I) e expressas em elementos de desvios padrão por afastamento da média da curva (escore-z), propostas pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006).

Resultados

No Estado de Pernambuco, foram acompanhadas 89 560 crianças e o município de Recife corresponde a 5,87% (n=258) e a prevalência do sexo masculino foi de 50,17% (n=129). Com base nos resultados, verificou-se que o percentual de peso elevado para idade foi de 14,23% (n=348) independentemente do sexo. Em relação ao indicador peso por altura, observou-se que 5,33% das crianças (n=132) encontram-se em desnutrição. A prevalência de sobrepeso (4,77%) foi maior no sexo feminino (n=119), enquanto na obesidade (4,37%) correspondem ao sexo masculino (n=110). A prevalência de baixa estatura e muito baixa estatura para a idade foi maior entre as crianças do sexo masculino, totalizando 5,82% (n=149).

Conclusão

De acordo com os resultados apresentados, é possível observar que o excesso de peso se destaca como a alteração nutricional mais presente nessa população, levando em consideração o risco nutricional das crianças avaliadas. Devido à importância do estado nutricional infantil, sugere-se a necessidade do acompanhamento e monitoramento das crianças para a prevenção e controle dos riscos nutricionais apresentados.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Brasília: MS, 2011.

DOS SANTOS, A.L.B.; LEAO, L.S.C.S. Perfil antropométrico de pré-escolares de uma creche em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Revista Paulista de Pediatria, v. 26, n. 3, p. 218-224, 2008.

SILVA, H.G.V. et al. Diagnóstico do estado nutricional de escolares: comparação entre critério nacional e internacional. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 84, n. 6, p. 550-555, 2008.

World Health Organization. WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development. WHO (nonserial publication). Geneva,

Switzerland: WHO, 2006.

Palavras-chave: vigilância nutricional; antropometria; infância

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS QUILOMBOLAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE, BRASIL, 2016

ALINNIE BIANKA DE SOUSA VIEIRA; ANA MARIA CONCEIÇÃO LIMA; GLEYCIANE AZEVEDO PEREIRA; LUANA LOPES PADILHA; LILIAN FERNANDA PEREIRA CAVALCANTE; WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS

¹ FACSAOLUIS - FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS, ² UFMA - Universidade Federal do Maranhão
padilhalluana@yahoo.com.br

Introdução

As comunidades quilombolas no Brasil apresentam histórico de exclusão social, insegurança alimentar e condições precárias de sobrevivência, situação que influencia diretamente o processo saúde-doença e a expectativa de vida de seus habitantes. Medidas antropométricas são importantes para indicar o excesso de peso como também o risco de mortalidade infantil associado a desnutrição.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional de crianças quilombolas menores de cinco anos de idade acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional durante o ano de 2016, no Brasil.

Metodologia

Estudo descritivo, com dados do estado nutricional de crianças menores de cinco anos de idade, de ambos os sexos, todas as escolaridades, todas as raças/cores de pele, todas as regiões de cobertura e de povos e comunidades quilombolas do Brasil. A amostra corresponde a dados secundários oriundos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, referente ao ano de 2016. Foram utilizados quatro indicadores antropométricos para a classificação do estado nutricional das crianças avaliadas, a saber: Altura/Idade; Peso/Idade; Peso/Estatura; Índice de Massa Corporal/Idade. Cada um desses indicadores foi obtido em relatórios individuais na plataforma pública no site do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Como se tratou de dados secundários de acesso público, não houve aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e nem aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Foram avaliadas 535 crianças quilombolas, sendo 51,58% do sexo masculino (n=276) e 48,41% do sexo feminino (n=259). Observou-se que segundo o indicador Altura/Idade, 12,36% das crianças do sexo feminino apresentaram altura muito baixa e baixa para idade e 87,64% altura adequada; no sexo masculino, 16,3% das crianças apresentaram altura muito baixa e baixa; enquanto 83,7%, altura adequada. Quanto ao indicador Peso/Estatura, 5,02% das crianças do sexo feminino apresentaram magreza acentuada e magreza; 59,07% peso adequado e 35,91% excesso de peso. Considerando o mesmo indicador, 4,71% das crianças do sexo masculino apresentaram magreza acentuada e magreza, sendo que 52,9% estavam com o peso adequado e 42,39% encontraram-se com excesso de peso. A classificação nutricional segundo o indicador Peso/Idade mostrou que a maioria das crianças se encontrou eutrófica, sendo 81,08% das meninas e 86,23% dos meninos. Quanto ao Índice de massa corporal/Idade observou-se que as crianças de ambos os sexos apresentaram 6,17% de magreza acentuada e magreza; encontraram-se eutróficos 62,32 e 57,14%, dos meninos e meninas respectivamente; seguido pelo excesso de peso com 31,51% para os meninos e 36,58% para as meninas. Na comparação entre sexos dos indicadores Altura/Idade ($p=0.193$); Peso/Estatura ($p=0.306$); Peso/Idade ($p=0.264$) e Índice de massa corporal/Idade ($p=0.695$), não houve diferença estatisticamente significativa entre eles.

Conclusão

Houve uma prevalência de eutróficos e/ou adequação pelos indicadores de ambos os sexos, o que não descarta a possibilidade da criação de estratégias de educação nutricional para melhorar a qualidade da alimentação e ações que auxiliem no bom desenvolvimento destas crianças, afinal boa parte das crianças já começaram a figurar excessos ou déficits nutricionais que precisam ser revertidos.

Referências

GUERRERO, A.F., et al. Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do Município de Santarém1 - Pará, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.2, p. 103-10, 2007.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Brasil, 2017. Disponível em: . Acesso em 13 de out. 2017.

TEIXEIRA, J.C.; HELLER, L. Fatores ambientais associados à desnutrição infantil em áreas de invasão, Juiz de Fora, MG. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.7, n.3, p. 270-278, 2004.

Palavras-chave: Antropometria; Grupo com Ancestrais do Continente Afric; Vigilância Nutricional

ESTADO NUTRICIONAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS INTERNADOS EM UM CENTRO DE REINTEGRAÇÃO DE PLANALTINA DE GOIÁS

PATRÍCIA DA CUNHA MACHADO; SIMONE GONZAGA DO CARMO

¹ UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA

patricia-kunha@hotmail.com

Introdução

Desde os tempos pré-históricos as substâncias psicoativas são utilizadas por cada sociedade conforme sua época e seus conhecimentos. Porém, atualmente o uso dessas substâncias tem se alastrado nas sociedades, tornando-se cada vez mais comum descobrir que um amigo ou parente tornou-se dependente químico. A dependência química transformou-se em um sério problema de saúde pública. Diante das dificuldades de abordagem e condução desse problema é importante que os profissionais da saúde procurem conhecer e compreender o perfil do usuário de substâncias psicoativas.

Objetivos

Realizar a avaliação antropométrica e identificar o tipo de droga utilizada por dependentes químicos internados em um centro de reabilitação da cidade de Planaltina de Goiás.

Metodologia

Como instrumento de avaliação nutricional foi realizada a avaliação antropométrica dos pacientes com a coleta dos dados idade, peso, altura e circunferência do braço (CB), associada a um questionário para avaliação da utilização de drogas e frequência de refeições. A análise estatística simples foi realizada no programa Microsoft® Office Excel 2007 considerando média, desvio padrão e percentual. O presente trabalho teve aprovação pelo Comitê de ética da UNIP sob o número de parecer 2.276.071 CAAE: 73260917.0.0000.5512.

Resultados

A amostra foi composta por 13 indivíduos do sexo masculino, internados para tratamento no Centro de Reintegração Casa dos Profetas, com idades entre 23 e 62 anos destes sendo 23,09% (n=3) entre 20-29 anos, 30,76% (n=4) entre 30-39 anos, 15,38% (n=2) entre 40-49 anos, 23,07% (n=3) entre 50-59 anos e 7,69% (n=1) com idade igual ou superior a 60 anos. A média de idade foi de 40,7 anos \pm 14,2. Ao avaliar o estado nutricional dos pacientes através do IMC observou-se que 46,15% (n=6) foram classificados como eutróficos, 46,15% (n=6) com excesso de peso e 7,69% foram classificados com obesidade grau I (n=1). Sendo a média de IMC de 25,33 kg/m² \pm 3,86. Em relação ao estado nutricional analisado pela circunferência do braço, 23,07% (n=3) apresentaram desnutrição moderada, 69,23% apresentaram eutrofia e 7,69% (n=1) apresentaram excesso de peso. Quanto ao tipo de substância de dependência química os entrevistados referiram ser dependentes de: álcool 69,07% (n=9); maconha 53,84% (n=7); crack 38,46% (n=5); cocaína 30,76% (n=4) e medicamentos de uso controlado 7,69% (n=1).

Conclusão

Os resultados obtidos demonstraram que grande parte dos indivíduos avaliados se encontram em eutrofia quando analisados por IMC ou CB, entretanto, os mesmos resultados possibilitaram identificar a presença de desnutrição associada ao consumo de álcool.

Referências

- ROEHRS, H. et al. Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 353-357, 2008.
- SILVA, L. H. P. et al. Perfil dos dependentes químicos atendidos em uma unidade de reabilitação de um hospital psiquiátrico. Esc Anna Nery Rev Enferm, v. 14, n. 3, p. 585-90, 2010.
- GUIMARÃES, C. F. et al. Perfil do usuário de crack e fatores relacionados à criminalidade em unidade de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (RS). 2008.

Palavras-chave: avaliação antropométrica; dependência química; drogas

ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS DE UM MUNICÍPIO GAÚCHO NO PERÍODO DE 2008 A 2016 – REGISTROS SISVAN-WEB E E-SUS AB

LIGIA BEATRIZ BENTO FRANZ; FRANCIÉLI ALINE CONTE; EVELISE MORAES BERLEZI; MARISTELA BORIN
BUSNELLO

¹ UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

ligiafra@unijui.edu.br

Introdução

O estado nutricional de uma população deve ser acompanhado pela sua importância em contribuir no planejamento de ações de saúde, sendo que tanto uma subnutrição como sobrepeso e obesidade são riscos para agravos e doenças. Na população idosa tem-se acentuado as prevalências de obesidade e conseqüentemente de doenças crônicas não transmissíveis. Profissionais da saúde têm um importante papel ao identificar, intervir e prevenir estas alterações.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é de acompanhar o estado nutricional da população idosa de um município do noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico, cujos dados foram pesquisados na página do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde, através dos registros do Relatório Público referente ao estado nutricional da população idosa (60 anos e mais), de ambos os sexos, de um município da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Optou-se neste estudo trabalhar com uma série histórica com os dados registrados entre o período de 2008 até 2016. O estado nutricional está apresentado neste relatório pela classificação do Índice de Massa Corporal, cujos parâmetros de classificação foram: baixo peso, peso adequado ou eutrófico e sobrepeso. Os resultados do estudo estão descritos em ambos os sexos e também separadamente.

Resultados

No registro pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – WEB, encontrou-se dados do período de 2008 a 2016, para ambos os sexos, com percentuais altos para sobrepeso, 2008 (67,05%); 2009 (72%); 2010 (69,77%); 2011 (58,67%); 2012 (54,32%); 2013 (59,38%); 2014 (71,93%); 2015 (64%); 2016 (62,96%); no registro pelo e-Sistema Único de Saúde Atenção Básica, encontrou-se dados do período de 2015 e 2016 com percentuais mais elevados para sobrepeso, para ambos os sexos, sendo para 2015 (66,24%) e 2016 (62,03%). Para os dois sistemas a população restante ficou entre os parâmetros adequado ou eutrófico e baixo peso, com percentuais maiores para adequado ou eutrófico. Observando os dados para o sexo feminino, no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – WEB, 2008 (66,1%); 2009 (75%); 2010 (80%); 2011 (61,11%); 2012 (62,96%); 2013 (52,38%); 2014 (70%); 2015 (64,71%); 2016 (60%); no e-Sistema Único de Saúde Atenção Básica, 2015 (68,67%) e 2016 (63,39%); para o sexo masculino, no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – WEB, 2008 (68,97%); 2009 (66,67%); 2010 (46,15%); 2011 (55%); 2012 (37,04%); 2013 (72,73%); 2014 (76,47%); 2015 (62,5%); 2016 (66,67%); no e-Sistema Único de Saúde Atenção Básica, 2015 (61,82%) e 2016 (59,48%).

Conclusão

Conclui-se observando-se estes valores, uma concentração da população idosa do município, pessoas provavelmente cadastradas em Estratégias de Saúde da Família, na classificação em sobrepeso, o que indica a necessidade de uma atenção à saúde a estas pessoas e investigar em que faixa etária encontram-se e o grau de sobrepeso.

Referências

1. BRASIL, M. L. Construção de grupos na atenção básica à saúde. *Physis*, v. 27, n. 1, p. 9-12, 2017.
2. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde. Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, 2008.
3. PEREIRA, I. F. S; SPYRIDES, M. H C; ANDRADE, L. M. B. Estado nutricional de idosos no Brasil: uma abordagem multinível. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 1-12, 2016.

Palavras-chave: nutrição do idoso; índice de massa corpo; sobrepeso

ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS JOVENS ACOMPANHADOS POR UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UMA PARÓQUIA DE BELÉM/PA

THAIS FRANCO DOS SANTOS; EMILY DE CÁSSIA CRUZ DOS SANTOS; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; RAYANNA LETÍCIA DOS SANTOS LEITE; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

ssamara.queiroz@gmail.com

Introdução

O processo de senescência gera diversas alterações fisiológicas e físicas, assim como, a diminuição da massa magra e aumento da adiposidade contribuem para o excesso de peso e conseqüente desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), principalmente em idosos jovens (60 a 79 anos), por isso a avaliação do estado nutricional é fundamental para o monitoramento da saúde nesse ciclo da vida (SILVA, V.S. et al.2011, p. 290).Os parâmetros antropométricos, como o Índice de Massa Corporal (IMC), são boas ferramentas de avaliação devido a facilidade, porém ele deve ser associado a um método que considere a distribuição de gordura abdominal como a Circunferência da Cintura (CC), pois ele não distingue massa magra de tecido adiposo (ABESO, 2016, p. 15).

Objetivos

Verificar o estado nutricional de idosos jovens acompanhados por um projeto de extensão em uma paróquia de Belém/PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a junho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. Aplicou-se um questionário estruturado com perguntas fechadas contendo dados sociodemográficos e dados antropométricos (peso e altura e Circunferência da Cintura), a classificação do Índice de Massa Corporal seguiu as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e para Circunferência da Cintura adotou-se a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998),os idosos foram divididos por faixa etária em idosos jovens (60 a 79 anos) e idosos longevos (≥ 80 anos) de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2007).As ações desenvolvidas pelo projeto contemplam a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.Os dados coletados foram registrados e analisados em planilha eletrônica do Microsoft Excel®2013.

Resultados

O estudo foi realizado com 104 idosos, divididos em dois grupos:idosos jovens (n=85) e longevos (n=19), o sexo feminino prevaleceu com 86.5%, sendo a escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto predominante nos dois grupos com 42,3%. Quanto as variáveis antropométricas o diagnóstico nutricional, considerando o grupo de idosos jovens o excesso de peso foi o diagnóstico nutricional mais frequente correspondendo a 40%, seguido da eutrofia 32,9%, já no grupo de idosos longevos observou-se o oposto, a Eutrofia foi predominante em 47,3% dos idosos e o excesso de peso foi observado em apenas 15,7%. Em relação a Circunferência da Cintura, os idosos jovens apresentaram maiores riscos de complicações cardiometabólicas (60%) do que o grupo de idosos longevos (57,8%).

Conclusão

Percebeu-se que o excesso de peso e a circunferência da cintura elevada foi mais frequente em idosos jovens, quando comparados aos longevos. Fatores sociais e de saúde influenciam nas escolhas alimentares e estados nutricionais que se diferenciam entre os grupos etários da longevidade. É necessário o fomento de estratégias de promoção à saúde considerando as particularidades entre as faixas etárias de idosos, promovendo o incentivo a novos hábitos alimentares por meio da educação alimentar e nutricional, bem como, o monitoramento das medidas antropométricas e conseqüente melhora do perfil de saúde da população idosa.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes Brasileiras de Obesidade: Obesidade e Sobrepeso: Diagnóstico. 4ed. São Paulo: 2016, 13p.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). Sociedade- A nova Velha Geração. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 18 out.2017.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar. XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud, Kingston – Jamaica: 9-11 jul. 2001, 92p.

SILVA , V. S. et. al. Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em idosos brasileiros. Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, 2011, 290p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. WHO Technical Report Series, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Antropometria; Idosos jovens; Saúde coletiva

ESTADO NUTRICIONAL DE MULHERES E CRIANÇAS EM UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE GOIÁS

PRISCILA OLIN SILVA; CÁSSIO ALVES COELHO; LARYSSA MAYARA DA SILVA COSTA; NATÁLIA REGINA ALVES VAZ MARTINS ; LEONOR MARIA PACHECO SANTOS

¹ UNB - Universidade de Brasília

priscilaolin@gmail.com

Introdução

As comunidades quilombolas ainda enfrentam elevados níveis de desigualdades sociais e sofrem com a falta de acesso às políticas públicas e a direitos básicos, como saúde, educação e alimentação adequadas, estando frequentemente em insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2014). O estado nutricional pode ser usado como indicador das condições de saúde e alimentação de determinada população e parece também apresentar forte relação com a situação de insegurança alimentar (SANTOS; GIGANTE, 2013), especialmente quando se trata do público materno-infantil, considerado de maior vulnerabilidade.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional de mulheres adultas e crianças de até cinco anos pertencentes a uma comunidade quilombola do estado de Goiás.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo, recorte do estudo multicêntrico Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas Brasileiras. Os dados apresentados referem-se à uma das comunidades incluídas no projeto matriz, localizada no nordeste goiano. Foram coletados dados socioeconômicos, demográficos e antropométricos (peso e altura, circunferência da cintura), a partir dos quais foi calculado o Índice de Massa Corporal e para as crianças de 0 a 5 anos foram avaliados os índices de peso por altura, peso por idade, estatura por idade e Índice de Massa Corporal por idade, usando o programa WHO Anthro. A classificação do estado nutricional foi feita segundo os parâmetros da Organização Mundial da Saúde para crianças menores de cinco anos (OMS, 2006) e para adultos (WHO, 1995; WHO, 2000). Todas as famílias presentes no período da pesquisa foram convidadas a participar. O estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (protocolo nº 4735646415.4.0000.5013) e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Foram avaliadas 38 mulheres adultas com idades entre 19 e 59 anos, com idade média de 35 anos, e 20 crianças de ambos os sexos, com idades entre 0 e 5 anos. Com relação ao Índice de Massa Corporal, 57,9% (n = 22) das mulheres foram classificadas como eutróficas, 5,3% (n=2) com baixo peso, 34,2% (n = 13) com excesso de peso e 2,6% (n=1) com obesidade grau 1. A circunferência da cintura foi avaliada em 33 mulheres, das quais 57,6% (n = 19) apresentaram circunferência dentro da faixa de normalidade (< 80 cm) e 39,4% (n = 13) possuíam circunferência muito elevada. No que diz respeito à avaliação das crianças, 75% (n = 15) apresentaram eutrofia para o índice de peso por altura, 15% (n = 3) foram classificadas com risco de sobrepeso e 10% (n=2) com magreza. Já de acordo com o índice de massa corporal por idade, 80% (n = 16) foram classificadas como eutróficas e 20% (n = 4) com risco de sobrepeso. Em relação ao índice estatura por idade, 90% (n = 18) foram classificadas com estatura adequada para idade e 10% (n = 2) com baixa estatura para idade. Todas as crianças estavam com o peso adequado para idade segundo o índice de peso por idade.

Conclusão

Assim como na população brasileira em geral, identifica-se nessa comunidade uma faceta típica do processo de transição nutricional, onde convivem casos de excesso e déficit de peso, além do déficit estatural em crianças. É necessário lançar um olhar atento sobre os determinantes dessa situação, considerando as peculiaridades sociais e culturais, e o histórico de exclusão e negligenciamento enfrentado pela população quilombola, com intuito de estabelecer estratégias eficazes na melhoria da qualidade de vida desse grupo.

Referências

BRASIL. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados n. 20. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 212 p.

SANTOS, Leonardo Pozza dos; GIGANTE, Denise Petrucci. Relação entre insegurança alimentar e estado nutricional de crianças brasileiras menores de cinco anos. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 16, n. 4, p. 984-994, dez. 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic: Report of a WHO consultation on obesity. (WHO Technical Report Series n. 894). Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva, Switzerland: WHO, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for height and body mass index-for-age: methods and development. Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Estado nutricional; Comunidade quilombola; Saúde materno-infantil

ESTADO NUTRICIONAL DE MULHERES NO PERÍODO DO CLIMATÉRIO: POR QUE MONITORAR?

LIGIA BEATRIZ BENTO FRANZ; FRANCIÉLI ALINE CONTE

¹ UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

ligiafra@unijui.edu.br

Introdução

Um mal estado nutricional pode ser um importante preditor de doenças futuras. Mulheres no período do climatério tendem a modificar a sua composição corporal, em especial pelo aumento do tecido adiposo (elevação do peso da massa corporal) e elevação de gordura na região abdominal (central) e redução da massa muscular, além de alterações de lipoproteínas plasmáticas, resistência insulínica, pressão arterial, entre outras modificações, que podem se dar pelo declínio dos hormônios femininos (hipostrogenismo) e também em conjunto com o processo de envelhecimento.

Objetivos

Verificar o estado nutricional de mulheres climatéricas adultas e idosas de um município da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado em uma população de mulheres na faixa etária de 35 a 68 anos, pertencentes ao projeto de pesquisa institucionalizado “Envelhecimento Feminino”, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa nº 864.988, o qual faz parte do Grupo de Pesquisa em Envelhecimento Feminino. As mulheres foram avaliadas quanto ao peso da massa corporal, estatura e perímetro da cintura. A partir da relação peso da massa corporal em relação a estatura ao quadrado foi realizado o cálculo referente ao Índice de Massa Corporal. A avaliação do estado nutricional para as variáveis em questão, seguiram os critérios de avaliação e classificação da Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Resultados

Foram avaliadas ao total 173 mulheres, de um total de 349 mulheres pertencentes a pesquisa “Envelhecimento Feminino”. A avaliação do estado nutricional quanto ao índice de massa corporal geral (entre adultas e idosas) mostrou que do total de avaliadas, apenas 23,12% (n=40) estavam em eutrofia, 31,79% (n=55) em sobrepeso e 43,35% (n=75) com algum grau de obesidade. Quanto a avaliação do perímetro abdominal, apenas 17,91% (n=31) estavam com o perímetro adequado, enquanto que 25,43% apresentaram classificação de risco elevado e 56,75% (n=98) tiveram classificação muito elevada.

Conclusão

Os resultados demonstram elevada prevalência de obesidade pelo índice de massa corporal e elevado perímetro abdominal, cujo estado nutricional possui relação com o desenvolvimento de doenças cardiovasculares futuras. Tais dados reforçam a necessidade de avaliar e acompanhar o estado nutricional de mulheres no climatério, bem como de criar estratégias de cuidado, prevenção e promoção de saúde voltada a esta população de risco, sendo que a não intervenção pode significar importantes agravos crônicos a longo prazo.

Referências

BRASIL. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

LEE, J. S et al. Independent association between age at natural menopause and hypercholesterolemia, hypertension, and diabetes mellitus: Japan nurses' health study. *Journal Atheroscler Thromb*, v.20, n2, p.161-9, 2013.

Palavras-chave: mulheres; climatério; índice de massa corporal; obesidade

ESTADO NUTRICIONAL DE PAIS E FILHOS DE TRÊS CRECHES DE UM MUNICÍPIO DA GRANDE SÃO PAULO

NAILTON ISBALTAR ALVES; DAYSE EVELLIN SANTIAGO CAMPOS; ALINE DE ARAÚJO PEREIRA; NYVIAN ALEXANDRE KUTZ; LESLIE ANDREWS PORTES; MARCIA MARIA HERNANDES DE ABREU DE OLIVEIRA SALGUEIRO

² UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
marciasalgueironutricionista@yahoo.com.br

Introdução

Relatórios recentes mostram alta prevalência de excesso de peso em crianças e tem sido associado ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e ortopédicas. Componentes genéticos, ambientais, aspectos sociais e familiares influenciam o estado nutricional de crianças.

Objetivos

Associar o estado nutricional de crianças que frequentam três creches de um município da Grande São Paulo com o estado nutricional, consumo alimentar, classe econômica e a escolaridade dos pais.

Metodologia

Estudo transversal aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Adventista de São Paulo sob protocolo nº 59219716.9.0000.5377 e pela Secretaria de Educação do Município. A população foi composta por pais e crianças (de 6 meses a 6 anos) de três creches que tinham 233, 84 e 121 alunos, respectivamente, por meio de convite na agenda escolar. Foram incluídos 79 pais que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e preencheram adequadamente o questionário. No dia agendado foram coletados dados de peso, estatura e circunferência da cintura, segundo a Organização Mundial da Saúde e preenchidos questionários sobre o consumo alimentar e classificação econômica. Foi avaliado o estado nutricional de 239 crianças, pelos indicadores de Estatura para Idade, Peso para Idade, Peso para Estatura e Índice de Massa Corporal para Idade em percentil e em escore-Z de acordo com os padrões propostos pela Organização Mundial de Saúde, utilizando suas recomendações para a coleta e classificação de dados. Todas as análises foram realizadas por meio do pacote estatístico SPSS 22 e pelo GraphPad Prism versão 6.0, ambos para Windows. As associações entre as variáveis foram determinadas pelo coeficiente de correlação de Pearson ou de Spearman. Foram considerados estatisticamente diferentes os resultados cujo $p < 0,05$.

Resultados

Os dados indicam 27% de excesso de peso entre as meninas e 35% entre os meninos de 0 a 4 anos de idade. Para as mães a prevalência de excesso de peso foi 62% e para os pais 65%. As meninas não diferiram dos meninos com relação à idade, estatura, peso e Índice de Massa Corporal, bem como as proporções para os indicadores de estatura, peso e Índice de Massa Corporal para idade. Em relação às mães, os pais eram significativamente mais velhos, mais altos e mais pesados ($p \leq 0,03$), mas o Índice de Massa Corporal não diferiu entre eles. As proporções de crianças e pais nas diferentes categorias de Índice de Massa Corporal foram estatisticamente diferentes ($p < 0,01$), sendo que a proporção de meninas e meninos com excesso de peso foi de 31%, valor significativamente ($p < 0,01$) e inferior às verificadas entre as mães (62%) e entre os pais (65%). Adicionalmente, não foram verificadas diferenças estatisticamente significantes entre mães e pais com relação à circunferência da cintura e em relação ao consumo alimentar. Nas associações das variáveis entre pais e filhos, apenas o Índice de Massa Corporal das crianças correlacionou-se fracamente com questões sobre consumo de legumes e verduras ($r = -0,26$, $p = 0,028$); consumo de cereais, raízes e tubérculos ($r = -0,38$, $p = 0,01$); leite e derivados ($r = -0,34$, $p < 0,01$) e açúcares, doces, refrigerantes e sucos industrializados ($r = 0,34$, $p < 0,01$).

Conclusão

O estado nutricional das crianças não teve relação com os dados antropométricos, escolaridade e classe econômica dos pais. A proporção de excesso de peso das crianças e dos pais está elevada apontando para a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da saúde desta população.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. Critério de Classificação Econômica Brasil. 2012. Acesso em 20 mai. 2016. Disponível em .

NAVA, F. V. et al. Association between family structure, maternal education level, and maternal employment with sedentary lifestyle in primary school-age children. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, 17 out. 2012. V.89, n.2, p. 145-150.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Obesity: preventing and managing the global epidemic: Report of a WHO consultation on obesity. (WHO Technical Report Series n. 894). Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva, Switzerland: WHO, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. WHO child growth standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development. WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

Palavras-chave: Crianças; Educação; Hábitos Alimentares; Estado Nutricional

ESTADO NUTRICIONAL DE TRABALHADORES DE UMA EMPRESA DE BIODIESEL DE PASSO FUNDO/RS

ANGELA CORRÊA TRENTIN

¹ UPF - Universidade de Passo Fundo
angelactrentin@yahoo.com.br

Introdução

Todas as pessoas têm direito humano fundamental a alimentação e nutrição adequadas desde a infância até a idade adulta (BRASIL, 2009). Assim, devido ao aumento da prevalência do sobrepeso de 42,6% em 2006 para 53,8% em 2016 e da obesidade passar de 11,8% para 18,9% no mesmo período, entre indivíduos de 25 a 44 anos e com o aumento do número de diabéticos que passou de 5,5% em 2006 para 8,9% em 2016 e o de hipertensão de 22,5% para 25,7%, no mesmo período (VIGITEL, 2016), cada vez mais se torna necessário conhecer o estado nutricional e utilizar da Ciência da Nutrição para avaliar os indivíduos que fazem parte dos grupos que apresentam algum nível de risco nutricional.

Objetivos

Analisar o estado nutricional de todos os trabalhadores de uma empresa de Biodiesel, beneficiados pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) em Passo Fundo - RS.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal com colaboradores de uma empresa que participa do PAT no município de Passo Fundo. Foram investigadas as características demográficas, socioeconômicas e estado nutricional. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 1.612.911. Foi aplicado um questionário para investigar as variáveis gênero, idade, estado civil, escolaridade, e o questionário da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa a fim de conhecer a classe social. Para realizar a avaliação antropométrica foram avaliados peso e altura. Após esta etapa, os dados foram aplicados no cálculo de IMC (Índice de Massa Corporal) e categorizados conforme a classificação do Ministério da Saúde (2009).

Resultados

A pesquisa verificou que dos 136 participantes, 25% são do gênero feminino e 75% do masculino, com idade média de 32,9±7,8 anos, pertencentes a classe econômica B (61,8%) e C (36,8%). A maioria dos trabalhadores possui ensino médio completo. Do total de trabalhadores, 45% tem função de operador de máquinas dentro da empresa. Os trabalhadores possuem tempo médio de serviço de 4,4±2,5 anos e o tempo máximo de 10 anos. Quanto ao estado nutricional do total de participantes, 28% estavam eutróficos, 39% com sobrepeso e 32% com obesidade. Separando-os por gênero, as mulheres apresentaram menor índice de sobrepeso (25%) e obesidade (9,4%) estando na sua maioria em eutrofia (65,6%). Já os homens, a maioria estava com sobrepeso (44,1%), seguido de obesidade (40,2%) e eutrofia (15,7%). Esses dados condizem com o encontrado pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico em 2016, onde é ressaltado que a prevalência de excesso de peso é maior entre os homens (57,7%) do que entre as mulheres (50,5%).

Conclusão

Com base nestes resultados, destaca-se que a maioria dos trabalhadores está em risco nutricional por apresentar excesso de peso ou obesidade, risco relacionado ao possível desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. O estudo demonstra que ações de avaliação e de educação nutricional são necessárias.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Palavras-chave: Avaliação Nutricional; Índice de Massa Corporal; Programa de Alimentação do Trabalhador

ESTADO NUTRICIONAL E ATIVIDADES LÚDICAS EM NUTRIÇÃO JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES EM ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIAL

JAQUELINE NÉRY VIEIRA DE CARVALHO; MÁRCIA DIAS DE OLIVEIRA ALVES; CLÍCIA GRAVEL SILVA; ELENA YUMI GOUVEIA TAKAMI; ERICA YUKIKO GOUVEIA TAKAMI; SABRINA DANIELA LOPES VIANA

¹ UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo, ² FAMESP - Faculdade Método de São Paulo
sabrinadv@gmail.com

Introdução

A avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes de baixa renda é uma forma de identificar previamente os de distúrbios nutricionais (SBP, 2009). São nestas duas fases que se adquirem hábitos que podem perpetuar por toda a vida, o que demonstra a importância de desenvolver atividades que estimulem a aquisição de hábitos saudáveis. A educação alimentar e nutricional visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis e quando desenvolvida por meio de atividades lúdicas, apresenta ótimos resultados (BRASIL, 2012; SILVA, DRUMOND e RODRIGUES, 2015).

Objetivos

Avaliar o estado nutricional e desenvolver ações de educação alimentar e nutricional junto a crianças e adolescentes residentes em área de vulnerabilidade social, por meio de atividades lúdicas, com foco na promoção da alimentação saudável.

Metodologia

Estudo descritivo transversal aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Adventista de São Paulo sob o parecer nº 1.857.212. A população foi composta por crianças e adolescentes, entre seis e dezoito anos atendidos por uma organização social, localizada na zona Sul da cidade de São Paulo e que atua na educação complementar de crianças e jovens moradores de uma comunidade carente. Avaliou-se o estado nutricional de 122 crianças, utilizando-se os parâmetros por meio dos parâmetros indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e utilizados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricionais -SISVAN (BRASIL, 2015). A classificação do estado nutricional foi feita no software Who Anthro Plus. As ações de educação alimentar e nutricional foram realizadas com 157 participantes em quatro etapas: pesquisa, sistematização, aplicação das atividades e avaliação por meio de um questionário de escala hedônica.

Resultados

Os dados antropométricos mostraram que 95% das crianças estavam com peso adequado, 5% com sobrepeso e 100% com altura adequada para a idade. Na classificação Índice de Massa Corporal para Idade, 82% estavam eutróficas, 15% com excesso de peso e 3% baixo peso. Entre os adolescentes, 95% apresentaram estatura adequada para a idade e no Índice de Massa Corporal para Idade, 70% encontravam-se eutróficos, 25% com excesso de peso e 5% abaixo do peso. Foram elaboradas e aplicadas, seis atividades: oficina culinária, circuito de vida saudável, análise sensorial, máscara de frutas, pintura de rosto e músicas. Observou-se que as atividades com maior percentual de aprovação (gostei e adorei) foram: a oficina culinária (94,8%), seguida do circuito de vida saudável (94,6%) e a pintura das máscaras de frutas (91,2%).

Conclusão

Conclui-se que a população estudada possui um bom estado nutricional, grande parte das crianças e dos adolescentes estavam eutróficos, de acordo com o parâmetro utilizados, não havendo diferenças significativas entre os gêneros. No entanto, o excesso de peso é considerável entre os adolescentes. A utilização de estratégias de EAN com a finalidade de auxiliar na formação de hábitos alimentares saudáveis é imprescindível nas fases da infância e adolescência. A atividade lúdica é um instrumento importante neste período, uma vez que possibilita maior concentração, interação e direciona a construção do aprendizado almejado.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Relatórios públicos. Estado

nutricional dos indivíduos acompanhados: crianças e adolescentes, 2015. Disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorio_publico/relatorio-acomp-nutri.view.php>. Acesso em: 27 fev. 2017.

REIS, C.E.G.; VASCONCELOS, I.A.L.; BARROS, J.F.N. Políticas Públicas de Nutrição para o Controle da Obesidade Infantil. Revista Paulista de Pediatria. São Paulo, v. 29, n. 4, p. 625-633, 2011.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Avaliação nutricional da criança e do adolescente: Manual de Orientação. São Paulo. SBP. 2009. 112 p. Disponível em: Acesso em: 18 fev. 2017.

SILVA, T. F.; DRUMOND, M. G.; RODRIGUES, D. F. Educação alimentar e nutricional infantil: um relato de experiência. Revista Brasileira de Ciências da Vida, Sete Lagoas, v. 3, n. 2, p. 1- 4, 2015.

Palavras-chave: Avaliação Nutricional; Educação Alimentar e Nutricional; Ludicidade

ESTADO NUTRICIONAL E FATORES ASSOCIADOS EM FEIRANTES DE UM MUNICÍPIO DO MATO GROSSO DO SUL.

CAROLINE MOMENTE MARTINS SATURNINO; VERÔNICA GRONAU LUZ; NAIARA FERRAZ MOREIRA; VALÉRIA DOS REIS NARCISO

¹ UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
carolsat@terra.com.br

Introdução

A transição nutricional tem sido marcada no Brasil cada vez mais pelo aumento expressivo da obesidade e redução da desnutrição (COUTINHO; GENTIL, TORAL, 2008). O aumento da prevalência do excesso de peso é notado em todas as faixas etárias, em ambos os sexos, e tem sido atribuída principalmente a hábitos alimentares inadequados (BRASIL, 2014). Os feirantes são indivíduos que produzem seu próprio alimento ou revendem alimentos de outros locais em feiras livres nas cidades. Por terem acesso a alimentos de qualidade, acredita-se que o consumo de alimentos seja adequado, e que isso reflita de forma favorável no estado nutricional dessa população (ALVES; BOOG, 2008).

Objetivos

Descrever o estado nutricional dos feirantes do município de Dourados-MS e verificar os fatores demográficos e socioeconômicos que estão relacionados ao estado nutricional.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal quantitativo que avaliou os feirantes acima de 18 anos cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar do município de Dourados-MS. Todos os feirantes que aceitaram participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido responderam a um questionário com perguntas socioeconômicas e demográficas, tais como idade, sexo e renda. Para a avaliação do estado nutricional foi aferido o peso e a altura de cada indivíduo, para identificar o Índice de Massa Corporal (IMC) e, posteriormente, classificar de acordo com a Organização Mundial da Saúde – WHO (1998) em baixo peso, eutrofia, sobrepeso e obeso. Também foi aferida a Circunferência da Cintura (CC), para verificar o risco para doenças cardiovasculares, de acordo com os parâmetros da WHO (2000), que foram também classificadas em sem risco, risco alto e risco muito alto para doenças cardiovasculares. Foi verificada a relação entre estado nutricional e variáveis sociodemográficas por meio do teste Qui-quadrado de Pearson. O valor de $p < 0,05$ foi considerado significativo. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados com parecer de n. CAAE 71689417.8.0000.5160.

Resultados

Foram entrevistados 74 pessoas de referência escolhidos de forma aleatória dentre os 100 feirantes elegíveis para a pesquisa. A maioria dos feirantes (64,8%) foram classificados com excesso de peso (sobrepeso e obesidade), segundo o IMC ($n=48$). Para a CC, 58,1% ($n=43$) dos entrevistados apresentaram algum risco para doença cardiovascular. Em relação ao sexo, o excesso de peso foi maior entre as mulheres ($p=0,017$) e a respeito da variável CC, resultados similares ao do IMC foram encontrados, em que as mulheres mais velhas (40-59 anos) apresentaram maior risco para doenças cardiovasculares ($p=0,003$). Os indivíduos com renda entre 1/2 e 2 salários mínimos per capita foram os que apresentaram maior número de obesos, e os que possuíam renda menor que 1/2 salário mínimo apresentaram risco muito alto para doenças cardiovasculares (47,8%), mas não houve significância estatística para essa diferença.

Conclusão

Conclui-se que os feirantes apresentam-se em grande maioria com excesso de peso e alto risco para doenças cardiovasculares, e que as mulheres adultas mais velhas apresentam maiores riscos para o excesso de peso e, conseqüentemente, para as doenças crônicas não transmissíveis. O fato de ser feirante e de ter maior acesso a alimentos in natura e minimamente processados não determina um estado nutricional adequado. A população estudada apresenta um estado nutricional semelhante à dos brasileiros em geral.

Referências

ALVES, H.; BOOG, M. C. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. Revista de Nutrição, Campinas, v. 6, n. 21, p. 705-715, nov./dez., 2008.
BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde; secretaria de atenção à saúde, Departamento de atenção Básica. – 2. Ed. –

Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

COUTINHO, J. G.; GENTIL, P. C.; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: O enfrentamento com base na agenda única da nutrição. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, p. 332-340, 2008.

World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO Consultation. Geneva: World Health Organization; (Technical Report Series, No. 894), 1998

World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a World Health Organization Consultation. Geneva: World Health Organization, . p. 256. WHO Obesity Technical Report Series, n. 284., 2000

Palavras-chave: Transição nutricional; sobrepeso; obesidade

ESTADO NUTRICIONAL E FATORES SOCIOECONÔMICOS DE MULHERES NO TERCEIRO TRIMESTRE DE GESTAÇÃO NA REGIÃO DO TRAIRÍ-RN

JANIELE SILVA DE AZEVEDO; FRANCIANE PEREIRA DA SILVA; GRACIELLE RAISSA FERNANDES DAMASCENO; JUDICELE FONSECA VICTOR; JOANA CRISTINA MEDEIROS TAVARES MARQUES; MARIANA SILVA BEZERRA

¹ UFRN/FACISA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi

franciane.ciane.fp@gmail.com

Introdução

Evidências apontam que fatores socioeconômicos influenciam no estado nutricional de indivíduos, inclusive na fase gestacional. O estado nutricional da gestante está associado com as condições nutricionais materna e fetal (WHO, 1995).

Objetivos

Analisar o estado nutricional e as condições socioeconômicas de mulheres da Região do Trairi-RN no terceiro trimestre de gestação.

Metodologia

Estudo transversal, de caráter epidemiológico e observacional, realizado com 134 mulheres durante o terceiro trimestre do período gestacional em Unidades Básicas de Saúde e em um Hospital Universitário, localizados no município de Santa Cruz-RN. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) o 48359315.2.0000.5568. Os dados antropométricos foram coletados da caderneta da gestante e correspondiam ao peso, altura e semana gestacional na última consulta de pré-natal. Esses dados foram utilizados para calcular o IMC gestacional e classificá-lo de acordo com o IOM (1995). Já os dados socioeconômicos, foram obtidos a partir da aplicação de um simples questionário sobre idade, estado civil, escolaridade, ocupação e rendas das gestantes.

Resultados

Das entrevistadas, 58,0% encontravam-se com excesso de peso, enquanto que 28,4% com o estado nutricional adequado. As mulheres que possuíam renda inferior a 1 salário mínimo totalizaram 82,1% e delas, 59,1% encontravam-se com excesso de peso. Foi observado que as gestantes que possuíam emprego fixo apresentaram 40,0% de adequação de peso, enquanto que as agricultoras, 77,1% de excesso de peso gestacional. 67,9% das mulheres tinham entre 18 e 28 anos, e dessas 14,0% apresentaram baixo peso e 58,0% excesso de peso. A maior parte delas (34,3%) mantinham uma união estável não documentada, tinham como ocupação, predominantemente do lar (46,3%), concluíram o ensino médio (36,6%) e se auto declararam pardas (66,4%). As mulheres brancas apresentaram maior porcentagem de excesso de peso (67,5%).

Conclusão

A partir da análise do estado nutricional e condições socioeconômicas das gestantes atendidas pelo hospital universitário, pode-se perceber que a maioria apresentou baixa renda com alta prevalência de excesso de peso para idade gestacional o que pode contribuir para complicações no parto e puerpério, com maior risco de morbimortalidade para a mãe e o bebê. Torna-se importante estudos que analisem o consumo alimentar concomitantemente ao estado nutricional e condições socioeconômicas para que sejam planejadas ações de educação alimentar e nutricional visando a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, com consequente melhora no estado nutricional dessas mulheres.

Referências

INSTITUTE OF MEDICINE. Nutrition during pregnancy. Washington DC. National Academy Press, 1990. WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. WHO Technical Report Series n. 854. Geneva: WHO, 1995

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva, Switzerland: WHO, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).

Palavras-chave: Gestação; Estado Nutricional; Renda.

ESTADO NUTRICIONAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR DE FAMÍLIAS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO BENEFICIÁRIAS DA CISTERNA CALÇADÃO

TATIANA CANUTO SILVA; ANDHRESSA FAGUNDES; SILVIA MARIA VOICI; FERNANDO CURADO

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe, ² EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS - Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária

smvoci@uol.com.br

Introdução

Define-se como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a efetivação do direito de todos ao acesso frequente e perdurável à alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem prejudicar outras necessidades primordiais. O conceito de SAN inclui a necessidade do acesso frequente a alimentos promotores da saúde e de um estado nutricional adequado. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) tem sido o instrumento eleito para uma avaliação mais próxima da vulnerabilidade no que se trata de alimentação e nutrição de famílias.

Objetivos

Conhecer o estado nutricional e a percepção de Insegurança Alimentar de famílias do Semiárido alagoano beneficiárias da Cisterna Calçadão.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, quantitativo, com famílias do Semiárido alagoano: Igaci-AL e Craibas-AL. A amostra dos domicílios foi realizada por conveniência, considerando parâmetros recomendados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, parceira na pesquisa. Foi critério de inclusão ser beneficiário da Cisterna Calçadão. O estado nutricional foi avaliado através da coleta do peso, estatura e circunferência da cintura. O diagnóstico foi realizado utilizando os pontos de corte preconizados pelo Ministério da Saúde. Para conhecer a percepção de Insegurança Alimentar foi aplicada a EBIA. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Sergipe, sob o Parecer nº 1.917.584.

Resultados

Foram avaliados 71 indivíduos de 29 famílias. Dentre os adultos, 52,7% apresentaram excesso de peso, 41,8% eutrófia e 5,4% baixo peso; 35,9% apresentaram circunferência da cintura com risco aumentado para doenças cardiovasculares. Quanto aos idosos, 50% apresentaram excesso de peso. Conforme o IMC para a idade 50% dos adolescentes e 25% das crianças apresentaram sobrepeso. De acordo com a EBIA, 75% dos domicílios apresentaram Insegurança Alimentar, desses, 32,1% foram classificados com Insegurança Alimentar Leve, 28,6% com Insegurança Alimentar Moderada e 14,2% Insegurança Alimentar Grave.

Conclusão

Diante dos resultados observa-se elevada prevalência de excesso de peso em todas faixas etárias e elevada prevalência de risco aumentado para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Foi possível identificar que mesmo com o recebimento da Cisterna Calçadão grande parte das famílias avaliadas estão em Insegurança Alimentar, seguindo a tendência da Insegurança Alimentar também pautada pelo excesso de peso, o que aponta para a necessidade ações que promovam SAN para essa população. A pesquisa contemplará intervenções pertinentes.

Referências

AZEVEDO, E.; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. Revista de Nutrição, Campinas -SP, p. 241-251, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, 15 de Dezembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006; 18set.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Nutrição; Política Pública

ESTADO NUTRICIONAL E NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN DE UM CENTRO DE REABILITAÇÃO NO SUL DO BRASIL

MARIELLY EWERLING; THAÍS DE VAGAS BRASIL; MICHELI FISS WIEGAND; CRISTINA CORRÊA KAUFMANN;
ANGÉLICA OZÓRIO LINHARES

¹ UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
maryewerling@gmail.com

Introdução

A Síndrome de Down ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada e é considerada a mutação cromossômica mais comum (Ministério da Saúde, 2012). Os indivíduos com deficiência mental apresentam maior prevalência de obesidade do que a população em geral, principalmente pelos hábitos alimentares inadequados (PITTETI 1994). O número de refeições realizadas por dia pode influenciar o estado nutricional dos indivíduos, é importante realizar pelo menos três refeições principais, intercalando-as com pequenos lanches saudáveis (Ministério da Saúde, 2006).

Objetivos

O objetivo do presente estudo é verificar o estado nutricional e o número de refeições diárias das crianças e adolescentes com Síndrome de Down do Centro de Reabilitação em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Metodologia

Este é um estudo transversal. A frequência de refeições diárias foi verificada através de um questionário com base nos “Marcadores de Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). As crianças e adolescentes com Síndrome de Down foram medidos e pesados conforme a Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, utilizando balança eletrônica da marca Tanita® e estadiômetro da marca WCS. Para a avaliação do estado nutricional foram utilizadas as Curvas específicas de desenvolvimento para Síndrome de Down, de 2 a 18 anos de idade (CRONCK, 1988). Os dados foram duplamente digitados no programa *EpiData* e analisados no *Stata 12.1**. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Pelotas, por meio do site da Plataforma Brasil (parecer número: 2.079.766 - 2.079.769). Para o desenvolvimento do projeto, a escola assinou o Termo de Concordância e os pais/responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Dos 24 participantes, 41,6% eram crianças e 58,3% eram adolescentes. De todos, 50% do sexo feminino; a maioria (95,8%) era de cor da pele branca; 83,4% apresentaram peso adequado ao nascer; 66,7% apresentavam algum tipo de morbidade no momento da entrevista. O excesso de peso estava presente em 45,5% das crianças e 38,5% entre os adolescentes. Estudo de Silva et. al. (2006) apresentou maior prevalência de obesidade na população com Síndrome de Down em relação à população em geral. Quanto à estatura para idade, 63,7% das crianças e 77% dos adolescentes eram altos ou muito altos para idade. Todas as crianças do sexo masculino e 83,3% das do sexo feminino realizavam quatro ou mais refeições diárias. Em relação aos adolescentes, todas as meninas realizavam cinco refeições, enquanto que entre os meninos, 28,6% realizavam três ou menos refeições diariamente. Nas últimas décadas, as prevalências de excesso de peso e obesidade aumentaram em praticamente todos os países do mundo, além disso, há uma significativa associação entre o número de refeições e o estado nutricional dos indivíduos, demonstrando a importância do consumo adequado de nutrientes através das refeições realizadas diariamente, principalmente nesta população (Soveral et al, 2005).

Conclusão

As crianças e adolescentes com SD avaliados apresentaram alta prevalência de excesso de peso e a maioria realizava quatro ou mais refeições diariamente. Diante disso, a alta prevalência de excesso de peso pode ser devido a prática insuficiente de atividade física e/ou consumo elevado de alimentos calóricos.

Referências

1. CRONK C, CROCKER AC, PUESCHEL SM, SHEA AM, ZACKAI E, PICKENS G. **Growth Charts for children with Down Syndrome: 1 Month to 18 Years of Age.** Pediatrics, 1988.

2. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down.** Brasília. 2012.

3. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica.** Brasília-DF; 2015. 15.

4. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde.** Normas técnicas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Brasília-DF; 2015. 16.

5. SOVERAL G, LOPES F, FERREIRA C, CABRITA J. **Estilo de vida e risco de obesidade em adolescentes na região de Lisboa.** Revista lusófona de ciências e tecnologias da saúde. 2005; vol. 2, n. 2, p. 109-115

Palavras-chave: Consumo alimentar; Hábitos alimentares; Frequência de refeições diárias

ESTADO NUTRICIONAL E PERFIL DE CONSUMO DE ALIMENTOS EM ESTUDANTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

VANESSA PRESTES DE ABREU; ELISÂNGELA DOS SANTOS COSTA DA SILVA; CLAUDIA OLSIEKI DA CRUZ

¹ UNESA - Universidade Estácio de Sá
vanessaprestesabreu@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas houve grandes mudanças no perfil alimentar, estilo de vida e o padrão de saúde da população brasileira, aumentando os índices de obesidade do país. O excesso de peso está associado com o estilo de vida inadequado, com o consumo de alimentos de alta densidade energética e de baixa qualidade nutricional, bem como uma vida sedentária.

Objetivos

Avaliar o estado nutricional e a frequência do consumo de alimentos de estudantes de um colégio estadual do Rio de Janeiro.

Metodologia

Trata-se de um estudo quantitativo, comparativo e de campo realizado com 328 alunos, de 14 a 19 anos, pertencentes a uma escola estadual do Rio de Janeiro. Foram aferidos peso e estatura dos alunos, para posterior cálculo dos respectivos Índices de Massa Corporais. O estado nutricional dos alunos foi definido com base na classificação das curvas de crescimento para adolescentes da Organização Mundial da Saúde. Os estudantes responderam ao Questionário de Frequência Alimentar para avaliar a frequência e o local de consumo de alimentos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estácio de Sá com parecer número 72908517.4.0000.5284.

Resultados

A média de idade da amostra foi de 16,9 (DP=0,79) anos. 53,66% (n=176) dos estudantes era do sexo feminino. Quanto ao estado nutricional, 57,3% (n=188) eram eutróficos, 14,02% (n= 46) apresentavam risco para obesidade e 8,23% (n=27) estavam com obesidade. Os grupos de alimentos mais consumidos foram bebidas com 87,1% (n=286), massas, cereais e tubérculos tendo 77,1% (n=253), carnes e ovos possuindo 73,47% (n=241) e leguminosas com 66,4% (n=218), de consumo. Os alimentos menos consumidos foram frutas 63,1% (n=207), vegetais 30,1% (n=99) e leguminosas 7,3% (n=24). Quanto ao local de consumo, o grupo de alimentos mais consumido em casa foram: doces 70,1% (n=230), carnes e ovos 79,5% (n=261), bebidas 81% (n=266), massas, cereais e tubérculos 80,1% (n=263), leite e derivado 37,5% (n=123), óleos e gorduras 71,9% (n= 236), leguminosas 69,5% (n=228) e vegetais 45,4% (n= 149), no trabalho/escola foram os óleos e gorduras com 10,6% (n=35), vegetais 11,8% (n=39), frutas 40,2% (n=132), massas, cereais e tubérculos com 6,7% (n=22), leguminosas e carnes e ovos possuindo 9,4% (n=31) respectivamente e na rua foram frutas com 63,7% (n=209), bebidas 30,4% (n=100), salgado 53,6% (n=176) e doces 32,3% (n=106).

Conclusão

A maioria dos alunos estavam eutróficos, apresentavam alta frequência de consumo de bebidas, massas, cereais e tubérculos e leguminosas, e baixa frequência de consumo de frutas, vegetais e leguminosas. A rua/escola foi o local mais citado para consumo de alimentos, principalmente doces e salgados.

Referências

SCHMIDT, M. I.; DUNCAN, B. B. O enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis: um desafio para a sociedade brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 20, n. 4, p. 421-423, 2011.

WENDLING, N. M. S. **Medidas hipertensivas arteriais em escolares. Impacto do nível de atividade física, adiposidade corporal e ingestão de sódio** [dissertação]. 156 F.Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2013.

WHO Growth reference data for 5-19 years, 2007. Disponível em: <http://www.Who.int/growthref/en/>. Acesso em: 16/10/17.

Palavras-chave: Adolescentes; Análise Quantitativa; Frequência Alimentar; Nutrição Escolar; Obesidade

ESTÁGIO DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO: DIAGNÓSTICO PRÉ-INTERVENÇÃO

GREISSE VIERO DA SILVA LEAL; AIANA BACH DA SILVA; ALESSANDRA GEREVINI; PRISCILA ARALDI; GABRIELI HAEFLIGER; CLAUDIA HELENA CORAZZA KÜHN

¹ UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, ² CONSULTÓRIO - Consultório de Psicologia
greisse@hotmail.com

Introdução

A dificuldade de motivar os indivíduos a modificar seus comportamentos tem sido muito estudada, sendo o modelo transteórico considerado um instrumento promissor no auxílio à compreensão da mudança comportamental relacionada à saúde.

Objetivos

Realizar o diagnóstico do estágio de mudança de comportamento alimentar e de tempo de televisão e prática de atividade física de adolescentes pré-intervenção nutricional.

Metodologia

Estudo de caráter intervencional realizado com adolescentes matriculadas em duas escolas estaduais do município de Palmeira das Missões, RS. Um questionário foi autoaplicado com questões sobre os estágios de mudança de comportamento alimentar (consumo de café da manhã, frutas, verduras e legumes e tamanho de porções), hábito de assistir televisão e praticar atividade física das adolescentes, classificados em: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação e manutenção, segundo o modelo transteórico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria, CAAE nº 40246114.0.0000.5346. Todas as adolescentes assinaram o Termo de Assentimento e seus pais ou responsáveis o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi realizada análise descritiva das variáveis utilizando-se o software SPSS, versão 18.0.

Resultados

Foram estudadas 18 meninas com idade entre 14 e 15 anos. Na avaliação do café da manhã, verificou-se que 34,8% (n=8) já tomavam café da manhã, mas isso não acontecia todos os dias (preparação) e 21,7% (n=5), tinham o hábito de tomar café da manhã todos os dias há mais de seis meses (manutenção). Nove meninas (39,1%) afirmaram comer 3 porções de frutas, verduras e legumes por dia, mas não todos os dias (preparação) e 21,7% (n=5) gostariam de começar a ter este hábito (contemplação). Dez adolescentes (43,5%) afirmaram prestar atenção no tamanho das porções, mas não todos os dias (preparação) e 17,4% (n=4) gostariam de começar a prestar atenção nos tamanhos de porções dos alimentos (contemplação). Quanto ao hábito de assistir mais de uma hora de televisão por dia, 34,8% (n=8) não queriam mudar este comportamento (pré-contemplação) e 26,1% (n=6) mudariam este comportamento. A atividade física era uma prática realizada, mas não todos os dias (preparação), por 30,4% das meninas (n=7) e na maioria dos dias da semana há mais de seis meses por 21,7% delas (manutenção).

Conclusão

Verificou-se que para o consumo de café da manhã e de frutas, verduras e legumes, a maioria das meninas já estava no estágio de preparação para começar a realizá-los diariamente, assim como prestar mais atenção nos tamanhos de porções consumidas, sendo necessárias intervenções no sentido de criar estratégias para o estabelecimento destes hábitos. Quanto a assistir mais de uma hora de televisão por dia, a maioria tinha este hábito arraigado, não pretendendo realizar mudança de comportamento, sendo necessárias ações educativas que demonstrem a importância de reduzir este hábito. A prática de atividade física foi o comportamento mais mantido pelas meninas, sendo que aquelas que ainda não o faziam todos os dias, pretendiam realizá-lo, fazendo com que a principal ação seja o incentivo à manutenção da prática ou estratégias para lidar com recaídas. A análise dos estágios de mudança de comportamento é fundamental antes de dar início à intervenção, pois estratégias específicas para cada estágio deverão ser traçadas a fim de atingir maior eficácia para adoção e manutenção do comportamento alterado.

Referências

Toral N., Slater B. (2007). Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1641-1650.

Palavras-chave: adolescentes; comportamento alimentar; intervenções nutricionais

ESTÁGIOS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

YANKA ZANOLO GAJARDO; KATHERINE SANTOS DE SOUZA; LORENA BARBOSA FONSECA; PATRÍCIA SIMONE NOGUEIRA; MÁRCIA GONÇALVES FERREIRA; PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES

¹ UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

yankazanolo@gmail.com

Introdução

A prática de atividade física influencia a qualidade de vida dos indivíduos e a ausência dessa prática está entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2015). Os universitários estão susceptíveis a adoção de novos comportamentos relacionados ao estilo de vida, que muitas vezes pode acarretar à diminuição do nível de atividade física (SILVIA e PEREIRA, 2010). Assim, identificar a prontidão para mudança do comportamento relacionada à prática de atividade física pode auxiliar na promoção de estilo de vida saudável.

Objetivos

Analisar os estágios de prontidão para mudança de comportamento relacionado à prática de atividade física e os fatores associados entre universitários.

Metodologia

Estudo transversal realizado com estudantes ingressantes no primeiro semestre de 2015 e 2016, matriculados em 21 cursos de período integral em uma universidade pública em Cuiabá, Mato Grosso. Os dados foram coletados por questionário autoaplicado e por avaliação antropométrica. Os estágios de mudança de comportamento para atividade física foram identificados a partir do Modelo Transteórico (PROCHASKA et al., 1996). Essas informações foram obtidas com a questão “Em relação a prática de atividade física regular, escolha UMA das frases”, com cinco opções de resposta que variaram de “Não penso em iniciar ou aumentar minha atividade física” a “Já iniciei ou aumentei minha atividade física com sucesso”. Os estágios considerados foram: pré-contemplação(1), contemplação(2), preparação(3), ação(4) e manutenção(5). As variáveis independentes avaliadas foram: sexo (masculino/feminino); faixa etária (até 19 anos e 20 anos ou mais); condição de peso, avaliada pelo índice de massa corporal e classificada segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995; 2007); e a classe econômica, segundo o Critério Brasileiro de Empresas e Pesquisa e categorizadas em A, B e C/D/E. Nas análises estatísticas foi utilizado o teste do qui-quadrado. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso (Parecer nº 1.006.048).

Resultados

Foram avaliados 1038 universitários, sendo 51% do sexo masculino e 78,8% com até 19 anos. Para os estágios de mudança foram observadas as seguintes frequências: estágio 1 (8,1%), estágio 2 (28%), estágio 3 (36%), estágio 4 (17%) e estágio 5 (10,9%). Diferenças significativas foram observadas por sexo ($p < 0,01$) e classe econômica ($p = 0,01$). Maior proporção de meninas foi observada nos estágios 2 (30,5 vs 25,7%) e 3 (37,9 vs 34,2%), comparadas aos meninos, os quais apresentaram maior proporção nos estágios de ação (estágio 4: 17,4 vs 16,5% e estágio 5: 14,2 vs 7,5%). Para a classe econômica, maior proporção de estudantes no estágio 1 (9,1%) para as classes C/D/E, estágio 2 (31,1%) para classe B e estágios 3, 4 e 5 (39,6%, 24,5% e 12,0%, respectivamente) para classe A. Não houve diferença significativa para faixa etária ($p = 0,28$) e condição de peso ($p = 0,13$).

Conclusão

Aproximadamente 70% dos universitários foram classificados nos estágios de pré-contemplação, contemplação e preparação em relação à prática de atividade física. Diferenças significativas foram observadas em função do sexo e do nível socioeconômico do estudante, sendo maior a facilidade dos meninos e dos estudantes de classe social mais favorecida, melhorarem a prática de atividade física.

Referências

PROCHASKA, J. O.; et al. The transtheoretical model and stages of change. In: Glanz, K. et al. Health behavior and health education: Theory, research, and practice. 2. Ed. California: Jossey-Baas 1996. – 883

SILVA, D.A.S.; PEREIRA, I.M.M.. Estágios de mudança de comportamento para atividade física e fatores associados em acadêmicos de educação física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.15, n 1, p. 15-20, 2010.

WHO – World Health Organization. Physical activity. Fact sheet N°385. Updated January 2015. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs385/en/>. Acesso em: abril de 2016.

WHO – World Health Organization. Growth reference data for 5-19 years: body mass index-for-age, length/height-for-age and weight-for-height; 2007.

World Health Organization. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report WHO expert committee. Geneva: World Health Organization, 1995.

Palavras-chave: Motivação; Atividade física; Universitários; Estilo de vida

ESTÁGIOS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO PARA O CONSUMO DE FRUTAS E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

KATHERYNE SANTOS DE SOUZA; YANKA ZANOLO GAJARDO; MÁRCIA GONÇALVES FERREIRA; LORENA BARBOSA FONSECA; PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES

¹ UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

katherynesantos.s@gmail.com

Introdução

O baixo consumo de frutas encontra-se entre os dez principais fatores de risco para mortalidade e para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2015). Nesse contexto, considera-se que o ambiente universitário pode influenciar a modificação dos hábitos alimentares dos estudantes, podendo resultar na diminuição da ingestão de frutas. Assim, a identificação dos estágios de prontidão para mudança de comportamento relacionados ao consumo de frutas nessa população pode auxiliar o planejamento de ações de educação alimentar e nutricional, direcionando ações diferenciadas (REIS et al., 2014).

Objetivos

Analisar os estágios de mudança de comportamento para aumento do consumo de frutas entre estudantes universitários e os fatores associados.

Metodologia

Estudo transversal, com estudantes matriculados em 21 cursos de período integral, ingressantes no primeiro semestre de 2015 e 2016 na Universidade Federal de Mato Grosso. Os dados foram coletados por questionário autoaplicado e por avaliação antropométrica. Os estágios de prontidão para mudança do consumo de frutas foram obtidos pela questão: "Em relação a aumentar o seu consumo de frutas, escolha uma das frases:", com cinco opções de resposta que variaram de "não penso em mudar" a "já estou mudando e com sucesso", sendo os estágios identificados a partir do Modelo Transteórico (PROCHASKA et al., 1992) e agrupados em: pré-contemplação(1), contemplação(2), preparação(3), ação(4) e manutenção(5). As variáveis independentes avaliadas foram: sexo (masculino/feminino); faixa etária (até 19 anos e 20 anos ou mais); área do curso (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias); e a condição de peso, avaliada por meio do índice de massa corporal e classificada de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, segundo a faixa etária (WHO, 1995; 2007). Nas análises estatísticas foi utilizado o teste do qui-quadrado. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso (Parecer nº 1.006.048 de 15/04/2015).

Resultados

Foram avaliados 1038 universitários, sendo 51,0% do sexo masculino e 78,8% tinham até 19 anos. Para os estágios de mudança, foram observadas as seguintes frequências: estágio 1 (19%), estágio 2 (22,3%), estágio 3 (24%), estágio 4 (18,7%) e estágio 5 (16,1%). Diferenças significativas foram observadas por sexo ($p < 0,01$) e área do curso ($p < 0,01$). Maior proporção de meninos foi observada no estágio 1 (22,9 vs 14,9%) e 2 (26,5 vs 17,9%), comparados às meninas, as quais apresentaram maior proporção nos estágios motivacional (estágio 3: 26,9 vs 21,2%) e de ação (estágio 4: 21 vs 16,4% e estágio 5: 19,3 vs 13%). Para as áreas dos cursos, maior proporção de estudantes no estágio 1 (24,9%) para área de Ciências Exatas e da Terra, estágio 2 (29,1%) para Ciências Sociais e Humanas, estágio 3 (30,2%) para Ciências Agrárias e estágios 4 e 5 (23 e 24,9%) para Ciências Biológicas e da Saúde. Não houve diferença significativa para faixa etária ($p = 0,77$) e condição de peso ($p = 0,57$).

Conclusão

Foi baixa a proporção de universitários nos estágios de ação para aumento do consumo de frutas. Diferenças significativas foram observadas em função do sexo e da área do curso do estudante, sendo maior a facilidade das meninas e dos estudantes da área de Ciências Biológicas e da Saúde aumentarem o consumo de frutas.

Referências

PROCHASKA J. O.; DICLEMENTE C. C.; NORCROSS J. C.; In search of how people change. Applications to addictive behaviors. **American Psychologist**, v. 47, n. 9, p. 1102-1014, 1992.

REIS, L. C.; CORREIA, I. C.; MIZUTANI, E. S.. Estágios de mudança do comportamento para o consumo de frutas e hortaliças e sua relação com o perfil nutricional e dietético de universitários. **Einstein (São Paulo)**, v. 12, n. 1, p. 48-54, 2014.

WHO – World Health Organization. Physical activity. Fact sheet N°385. Updated January 2015. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs385/en/>. Acesso em: novembro de 2017.

WHO – World Health Organization. Growth reference data for 5-19 years: body mass index-for-age, length/height-for-age and weight-for-height; 2007.

World Health Organization. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report WHO expert committee. Geneva: World Health Organization, 1995.

Palavras-chave: Consumo de frutas; Estudantes universitários; Fatores associados; Mudança de comportamento

ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO

RAIANNE RODRIGUES LIMA; AMANDA THAÍS VIANA OLIVEIRA; ELZA CRISTINA BATISTA BARBOSA; THIAGO VIANA OLIVEIRA; RAILDA LIMA RODRIGUES; GIANCARLOS DE LIMA BEZERRA

¹ HUUFMA - Hospital da Universidade Federal do Maranhão
ennaiar@hotmail.com

Introdução

O consumo de drogas lícitas como álcool e tabaco constituem problemas mundiais. Problemas crescentes nas últimas décadas, ocasionando milhões de mortes anualmente, incluindo jovens, principalmente jovens e adultos com idade entre 15 e 35 anos. O consumo excessivo de álcool está ligado ao risco aumentado de desemprego, doenças hepáticas, acidentes de trânsito além de transtornos psiquiátricos. O tabagismo está principalmente associado a problemas respiratórios como enfisema pulmonar, bronquite, infecções e tuberculose, além de aumentar o risco de câncer, principalmente o de pulmão. A prática de exercícios físicos atua na prevenção e terapia da obesidade e doenças associadas. Contudo, a sociedade atual não alcança as recomendações mínimas de atividade física. Estudos recentes evidenciam a baixa adesão à atividade física mesmo daqueles que serão futuros profissionais da área da saúde e tal comportamento pode ter seu início mesmo antes do ingresso desses profissionais no mercado de trabalho.

Objetivos

Esse trabalho tem como objetivo avaliar o estilo de vida de estudantes do curso de graduação em Nutrição.

Metodologia

Um questionário autoaplicável contendo questões referentes ao consumo de álcool, fumo e prática de atividade física foi respondido por estudantes do 1º ao 6º período do curso de graduação em nutrição da Universidade Federal do Maranhão. Participaram da pesquisa aqueles alunos que responderam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Não participaram da pesquisa os alunos matriculados nos últimos períodos do curso (7º e 8º) pois tais estudantes encontravam-se durante o período da coleta de dados em campos de estágio curricular.

Resultados

Quanto ao consumo de álcool; 33,7% dos estudantes afirmaram fazer uso da substância. A prevalência foi maior entre os alunos do 3º período (32,3%). Em relação ao uso de tabaco; 100% dos acadêmicos referiram não fumar. A pesquisa identificou que 85% das estudantes de nutrição não praticam atividade física, sendo que o 1º período do curso não apresentou nenhum aluno praticante de exercícios físicos.

Conclusão

A pesquisa concluiu que os estudantes de nutrição evitam dois importantes fatores de risco para doenças crônicas (álcool e fumo). Porém, o sedentarismo apresentou alta prevalência. Isso é preocupante pois serão futuros profissionais que educarão sobre estilo de vida saudável. Os resultados obtidos ajudam a conhecer o estudante do curso de nutrição e podem contribuir na implementação de estratégias para a prevenção do uso de drogas e estímulo a hábitos saudáveis nessa população.

Referências

SILVA, L.V.E.R. et al. Fatores associados ao consumo de álcool e drogas entre estudantes universitários, Rev. Saúde Pública vol. 40, n.2, p.280-288, 2006.

NETTO, S.R.M. et al. Nível de atividade física e qualidade de vida de estudantes universitários da área de saúde, Rev. Brasileira de Ciências da Saúde, nº 34, p.47-55, 2012.

Palavras-chave: Alcool; Fumo; Atividade Física

ESTIMATIVAS DE MORTES ATRIBUÍVEIS AO CONSUMO EXCESSIVO DE SÓDIO NO BRASIL EM 2015

EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON; PATRICIA CONSTANTE JAIME

¹ CGAN/DAB/SAS/MS - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, ² FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo
edunilson@gmail.com

Introdução

As doenças crônicas não-transmissíveis são responsáveis por mais de 70% das mortes no Brasil e, dentre elas, destacam-se as doenças cardiovasculares, para as quais a alimentação inadequada, incluindo o consumo excessivo de sódio (maior que 2g/dia por pessoa, equivalentes a 5g/dia), é um dos principais fatores de risco.

Objetivos

Estimar as mortes atribuíveis ao consumo excessivo de sódio no Brasil no ano de 2015.

Metodologia

Modelagem estatística das mortes atribuíveis ao consumo excessivo de sódio no Brasil a partir do método PRIME (Preventable Risk Integrated Model) a partir de estimativas de consumo de sódio pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-09) e dados de mortalidade do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Foi considerado o consumo médio per capita diário de sódio de 4,7g (Sarno e cols). A modelagem de mortes atribuíveis incorpora os resultados de meta-análises para o risco relativo estratificado para idade para diferentes desfechos cardiovasculares (doença coronariana, acidente vascular cerebral, doença hipertensiva, insuficiência cardíaca, aneurisma de aorta, embolia pulmonar e doença reumática do coração (I05-09, I10-15, I20-25, I26, I50, I60-69, I71 do CID 10) a partir de cada redução em 20mmHg na pressão arterial sistólica. Foram utilizados os softwares Stata 12 e Excel 2016.

Resultados

Em 2015, houve um total de 550.629 mortes por doenças cardiovasculares no Brasil, sendo que poderiam ser evitadas pelo menos 63.277 mortes (11,5%), sendo 33.041 entre homens e 30.236 entre mulheres, se o consumo populacional de sódio não excedesse 2g per capita ao dia. Deste total de mortes por consumo excessivo de sódio, estima-se que seriam evitadas 506 mortes na faixa etária de 15 a 29 anos, 14.026 na faixa de 30 a 59 anos e 48.745 mortes em idosos (≥ 60 anos). Dentre as principais causas de mortes atribuíveis ao consumo adequado de sódio, estima-se que se evitariam 19.288 por doenças cerebrovasculares, 18.419 por doenças hipertensivas, 18.279 por doenças isquêmicas do coração e 5.114 por insuficiência cardíaca, correspondentes, respectivamente, a 30,5%, 29,1%, 28,9% e 8,1% do total de mortes atribuíveis.

Conclusão

Os brasileiros consomem, em média, mais de duas vezes a quantidade máxima recomendada de sódio e este fator de risco isoladamente estava associado a 11,5% das mortes por doenças cardiovasculares em 2015. Consideradas estas mortes evitáveis no mesmo ano, a redução do consumo de sódio teria maior impacto na redução da mortalidade na população adulta e de idosos (respectivamente 22,2% e 77,0% das mortes evitáveis). O uso de modelagens estatísticas de mortes evitáveis por doenças crônicas é recente no Brasil e pode subsidiar políticas mais efetivas de promoção da alimentação saudável e de prevenção de doenças crônicas. A avaliação ex ante do impacto de políticas associadas é ainda maior do que o de iniciativas individuais, entretanto, a redução do consumo de sódio justifica a prioridade a esta política.

Referências

Scarborough, P., Harrington, R.A., Mizdrak, A., Zhou, L.M., Doherty, A. The Preventable Risk Integrated Model and Its Use to Estimate the Health Impact of Public Health Policy Scenarios. *Scientifica* Volume 2014, Article ID 748750.

Sarno F, Claro RM, Levy RB, et al. Estimated sodium intake for the Brazilian population, 2008-2009. *Rev Saude Publica*. 47:571-578. 2013.

Palavras-chave: sódio; mortalidade; consumo alimentar; doenças crônicas não-transmissíveis

ESTÍMULO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

DOMINGOS GONÇALVES ZACARIAS CHICAPA; [GISLEANGELA SANTOS D LIMA](mailto:gisleangelalima@gmail.com); SABRINA DANIELA LOPES VIANA; EUNICE BARROS FERREIRA BERTOSO; CRISTINA ETOSI RICARDO AZEVEDO; VANUSA GENEROSA FRANCISCO

¹ UNASP-SP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
gisleangelalima@gmail.com

Introdução

A alimentação estabelece formas de perceber e expressar um determinado modo ou estilo de vida particular ou de um determinado grupo, servindo como um código de reconhecimento social, pertencimento e identidade cultural. Como relata Da Matta (1986), “comida não é apenas uma substância alimentar mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio brasileiro material e imaterial, bem como os registros, a preservação e a difusão de suas práticas é uma das ações/estratégias do Plano Nacional de Cultura.

Objetivos

Valorizar e divulgar a cultura alimentar dos estudantes angolanos de uma instituição universitária de São Paulo por meio da culinária; Levantar as memórias ligadas aos preparações típicas afro-brasileiras e angolanas.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, fruto do projeto de extensão universitária “Angola-Brasil: Diversidade Cultural e Alimentar”. O projeto consiste em: preparação e degustação de pratos típicos angolanos promovendo o intercâmbio entre os estudantes africanos e brasileiros, roda de conversa, levantamento das memórias(participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e confecção de um caderno de receita.

Resultados

A integração dos estudantes de Nutrição junto aos universitários angolanos se deu por meio do preparo de pratos típicos servidos em eventos institucionais entre 2015 e 2017: V Fórum para Questões Afro-indígenas na Contemporaneidade, Mês da Consciência Negra, Festival da Paz em Angola (com a presença do consulado angolano), aniversário de um grupo musical formado por alunos angolanos e mostra de Extensão Universitária ao Programa de Mestrado Profissional da instituição. Aproximadamente 625 pessoas puderam degustar de pratos típicos como: mufete (composto por feijão cozinhado no dendê, mandioca, banana da terra, farinha musseque, batata doce roxa e vinagrete), funge (pirão de fubá), quissangua (bebida tradicional à base de fubá de milho, cana, abacaxi e açúcar), cachoupa (prato à base de feijão, milho branco e repolho), feijão de palma (feijão cozinhado no azeite de dendê), kizaca (comida feita com folha de mandioca), creme de amendoim, entre outros preparados pelos 35 estudantes envolvidos sob supervisão de duas docentes (uma nutricionista e uma psicóloga). Em 2017, os estudantes angolanos foram convidados para uma roda de conversa com dinâmicas realizadas por um psicóloga, a proposta desse encontro foi emergir em questões sobre a própria história de vida, suas relações com o passado e presente e acolher estes estudantes. Os relatos dos estudantes angolanos reforçaram a questão do laço com o país de origem, recordações de bons momentos, “estar em casa” e o orgulho de sua cultura. Os afro-brasileiros trouxeram em suas memórias, a questão da cultura envolvendo afeto, memórias de infância, pessoas e tradição.

Conclusão

O projeto tem se mostrado frutífero, permitindo a integração de estudantes e culturas por meio da valorização e divulgação da cultura alimentar. As memórias sobre as comidas típicas dos dois grupos remetem à tradição, família, pessoas queridas, infância e pertencimento.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso 05 nov 2017

DA MATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco; 1986

Palavras-chave: memória; identidade cultural; culinária

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

JULIANA PAIVA DE LIMA DA SILVA; SARIDIELE BARBOSA DA CRUZ SILVA DE OLIVEIRA; DANIEL ALVES DE OLIVEIRA

¹ FABA - Faculdade Bezerra de Araújo
saridiele_nutricionista@hotmail.com

Introdução

Considerando o papel da alimentação saudável como fator de proteção para ocorrência de grande parte das doenças e das causas de morte atuais, entende-se que a inserção universal de ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde, integrada às demais ações já garantidas pelo SUS, podem provocar um impacto na saúde de pessoas, famílias e comunidades⁴. Visto que a Atenção Nutricional compreende os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados a promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, o mesmo deve estar em conjunto com às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades⁵. Os cuidados primários de saúde são cuidados essenciais e baseados em métodos práticos, cientificamente bem fundamentados e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance de indivíduos e famílias, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e automedicação.

Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as estratégias de atuação do nutricionista na Atenção Primária de Saúde através de uma revisão sistemática.

Metodologia

Os pesquisadores efetuaram uma coleta de dados de setembro a novembro de 2016 na base de dados Periódicos CAPES. Este período recortado foi escolhido, por estar em concomitância ao ano de publicação do documento da Política Nacional de Promoção da Saúde em 2010. O trabalho teve como direcionamento a seguinte pergunta: "Como as estratégias para a promoção de saúde no Brasil estão sendo aplicadas pelo nutricionista?". Para tal, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: estudos em inglês, português e espanhol; artigos originais; artigos com campo de execução no Brasil; o período de publicação de 2010 a 2016. Como critérios de exclusão foram considerados: artigos sem resumo; artigos duplicados; fora do tema abordado; revisão de literatura, editorial, cartas, artigos de revisão ou artigos fora do Brasil. Na base Periódicos CAPES/MEC foram encontrados 1853 artigos, após os critérios de inclusão como: ano, idioma e artigos científicos foram selecionados 1163 artigos, dentre estes, 1134 artigos foram excluídos após a leitura dos resumos, pelos critérios de exclusão: duplicados, fuga do tema, não originais e fora do Brasil. Após esta etapa, 29 artigos foram lidos na íntegra, onde foram excluídos 16 artigos por não atenderem os parâmetros solicitados. Restando 13 artigos, no qual foram adotados apenas os estudos de intervenção e descartaram-se os observacionais, resultando em 5 artigos para a realização da revisão sistemática.

Resultados

Os resultados obtidos com as intervenções demonstraram uma diferença quanto ao público-alvo, tempo de intervenção, local, estratégia utilizada e situação sócio demográfica.

Conclusão

Com o presente estudo, podemos observar a importância de ações de alimentação e nutrição a nível de Atenção Primária, sendo essas ações realizadas pelo profissional nutricionista. Para tanto, precisa-se de maiores estudos de intervenção relacionados a outras regiões do Brasil, para que possamos ter maiores relatos e comprovações sobre quais outros tipos de trabalhos estão sendo realizados e quais medidas seriam necessárias para ampliação de atendimento a todos os grupos populacionais.

Referências

1. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), Brasília – DF, 2012.
2. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 35: Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

3. Ministério da Saúde, Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) – Ministério da Saúde, 2010.

4. Conselho Federal de Nutricionista (CFN): O papel da nutricionista na Atenção Primária à Saúde, 3ª Ed. Brasília – Julho, 2015.

Palavras-chave: Alimentação; Atenção básica; Equipe; Família; Nutrição

ESTRESSE E PERFIL NUTRICIONAL DE RESIDENTES DE UM HOSPITAL DE ALTA COMPLEXIDADE DO SUL DO BRASIL

LIARA KETERLI SIPPEL; ANA LUISA SANTANNA ALVES; GRAZIELA DE CARLI

¹ UPF - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

alves.als@gmail.com

Introdução

O estresse no trabalho é tema de diversas pesquisas, principalmente entre profissionais da saúde, pois é um grupo com maior risco de adoecimento mental. Alguns estudos, destacam alta prevalência de trabalhadores que não conseguem permanecer e continuar com suas atividades previstas, devido à enorme pressão emocional. Também há evidências sobre o ambiente de trabalho, sendo o hospital o local com maior relato de desgaste físico, mental e emocional. Indivíduos com níveis de estresse elevado apresentam pior comportamento alimentar, devido ao descontrole que acarretava maior consumo de alimentos com maior densidade calórica.

Objetivos

O objetivo desse trabalho é analisar o grau de estresse, estado nutricional e consumo alimentar de residentes de um hospital de alta complexidade de Passo Fundo

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, realizado com os residentes de um hospital de alta complexidade do Sul do Brasil. Os dados foram coletados através de questionário eletrônico enviado por e-mail aos selecionados. O questionário tinha questões sobre características demográficas, socioeconômicas, consumo alimentar, peso e altura autorreferido e estresse. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo sob parecer nº 2.034.205, além disso, todos os participantes foram preservados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram digitados e analisados em software de estatística, foram realizadas análises descritivas e aplicado o teste qui-quadrado para as associações.

Resultados

Foram coletadas informações de 54 residentes da área da saúde, incluindo a equipe multiprofissional e a área médica, sendo que a taxa de resposta foi 29,2%. A maioria dos residentes eram do sexo feminino (81,4%), solteiros (75,9%), de cor de pele branca (92,59%), tinham entre 25 a 29 anos 64,8%, eram R1 (50%) e as classes econômicas mais prevalentes foram às classes B e C (94,4%). Foi possível verificar que 66,7% referiram ter bastante ou elevado estresse e em relação ao estado nutricional, 83,3% foram classificados como eutróficos e o restante apresenta algum risco nutricional. No que se refere ao consumo alimentar, 52,8% apresentam alimentação adequada. Não houve associação significativa entre estresse e estado nutricional, entanto, 80% dos indivíduos com consumo alimentar inadequado apresentaram nível de estresse elevado quando comparado com indivíduos com consumo alimentar adequado ($p=0,04$).

Conclusão

Os resultados indicam elevado nível de estresse entre os residentes e a associação com o consumo alimentar, no entanto, observa-se que a maioria estava com estado nutricional adequado. Dessa forma, sugere-se o monitoramento desses indivíduos e intervenção nutricional para melhorar a qualidade da alimentação.

Referências

PENAFORTE, Fernanda Rodrigues de Oliveira; MATTA, Nayara Cristine; JAPUR, Camila Cremonesi. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Curso de Nutrição. Uberaba-MG, Brasil. 2016.

TEREZA, Viviane Ferro da Silva Sousa; ARAUJO, Cristina Cavalcanti Ferreira. Estresse Ocupacional e Resiliência Entre Profissionais de Saúde. Universidade de Brasília. Revista: psicologia: ciência e profissão, 2015.

Palavras-chave: consumo alimentar; estado nutricional; estresse

EVIDÊNCIAS DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM POPULAÇÕES MULTIÉTNICAS

CAROLINE DE OLIVEIRA GALLO; WOLNEY LISBOA CONDE

¹ FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

caroline.gallo@usp.br

Introdução

Déficits de altura-para-idade ("stunting") descrevem falhas no crescimento linear da criança e estão associados a diversas condições de saúde e socioeconômicas. O índice altura-para-idade constitui um indicador de saúde infantil e desenvolvimento social. Evidências sugerem que a forma mais efetiva para reduzir a carga global de "stunting" é através de intervenções que objetivem sua prevenção durante os primeiros 1000 dias de vida da criança. Contudo, a literatura traz evidências de recuperação do déficit de altura após esse período, fenômeno chamado de "catch-up growth" (CUG). O CUG descreve um rápido crescimento linear que permite o indivíduo acelerar para e, em condições favoráveis, voltar a sua curva de crescimento pré-doença. Enquanto alguns estudos epidemiológicos indicam evidências de aceleração do crescimento em populações de crianças e adolescentes em diversos países, outros refutam essa hipótese.

Objetivos

Analisar a incidência de "stunting" e evidências de crescimento acelerado (CUG) em populações multiétnicas.

Metodologia

Foram utilizadas bases de dados com medidas de altura comparáveis, provenientes de duas coortes: "Cebu Longitudinal Health and Nutrition Survey", realizada com crianças Filipinas, na qual foram analisados dados coletados bimestralmente do nascimento aos dois anos, entre 1983-86; e o estudo "Young Lives", realizado em quatro países em desenvolvimento (Etiópia, Vietnã, Peru e Índia) entre 2002-06. Medidas de altura foram convertidas em escore-z altura-para-idade (HAZ ou "height-for-age z-score") a partir do padrão e referência da Organização Mundial da Saúde para análise das incidências de "stunting" e de CUG a nível populacional. O CUG foi avaliado com base no conceito do canal de crescimento, definido por variações na altura maiores que 0,67 desvio-padrão. A análise do CUG foi realizada tanto pela flutuação do HAZ quanto pela diferença absoluta entre medidas de altura em diferentes pontos do tempo, através do índice "height-for-age difference", ou HAD, que traduz a altura do indivíduo comparada ao padrão, expressa em centímetros, possibilitando a comparação de ambos indicadores.

Resultados

A incidência de "stunting" na população de crianças Filipinas (n=3327) aumentou entre 0 e 24 meses de idade (de 9,1 a 63,0%). Igualmente, o HAZ variou de -0,57 para -2,43 nesse período, indicando aumento do déficit de altura e a mesma tendência foi observada para o HAD, que variou de -1,08 a -7,63 cm. Já na pesquisa "Young Lives" (n médio=2143), a incidência de "stunting" foi distinta entre os países: de 42,0% na Etiópia a 21,2% no Vietnã durante o primeiro ano de idade. Enquanto houve ligeiro aumento do HAZ entre 1 e 12 anos de idade, o HAD apresentou queda nessa faixa etária, nos quatro países, sendo a maior variação na Índia (de -3,31 a -9,90 cm). Foi observada incidência decrescente de aceleração do crescimento entre as crianças Filipinas (de 15,8 a 6,0%), com pequeno aumento entre 22 e 24 meses de idade. Já para os países do "Young Lives" esta incidência foi maior, chegando a 36,3% na Etiópia aos 5 anos e a 14% no Vietnã aos 12 anos de idade.

Conclusão

Os resultados apontam um potencial para o CUG na primeira infância e início da adolescência, porém com perfis distintos entre os países analisados. O uso de diferentes estimadores na análise do CUG resultou em interpretações divergentes, sendo necessários outros estudos para identificar o melhor mensurador do CUG.

Referências

- ADAIR, L. S et al. Cohort Profile: The Cebu Longitudinal Health and Nutrition Survey. *International Journal of Epidemiology*, v. 40, n. 3, p. 619–625, 2011.
- BARNETT, I. et al. Cohort profile: the Young Lives study. *International Journal of Epidemiology*, v. 42, n. 3, p. 701-708, 2013.
- VICTORA, C. G. et al. Worldwide timing of growth faltering: revisiting implications for interventions. *Pediatrics*, p. peds. 2009-1519, 2010.
- WIT J. M. e BOERSMA B. Catch-up Growth: Definition, Mechanisms, and Models. *Journal of Pediatric Endocrinology*

and Metabolism, v. 15, p. 1229-1241, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Country profile indicators: interpretation guide. Geneva, 2010. (Nutrition Landscape Information System (NLIS)).

Palavras-chave: catch-up growth; crescimento; stunting

EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO E DO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS ENTRE INDIVÍDUOS COM PERCEPÇÃO E CONSUMO DISCORDANTES

MARIA CECÍLIA RAMOS DE CARVALHO; MARIANA CARVALHO DE MENEZES; ALINE CRISTINE SOUZA LOPES

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

ceciliaramosnutri@gmail.com

Introdução

O pilar central do Modelo Transteórico são os estágios de mudança, que avaliam a prontidão individual para mudança de comportamento segundo a percepção. Porém, dada a possível discordância entre percepção e consumo alimentar, a literatura sugere a reclassificação de indivíduos nesta situação em pseudomanutenção (acreditam erroneamente que seu consumo é adequado) ou ação não-refletiva (acreditam erroneamente que seu consumo é inadequado) (TORAL; SLATER, 2009). Embora a reclassificação possa impactar na alocação e evolução de indivíduos em intervenções nutricionais, poucos estudos tratam do tema.

Objetivos

Avaliar a efetividade de intervenção nutricional coletiva pautada no Modelo Transteórico para indivíduos classificados em pseudomanutenção e ação não-refletiva para consumo de frutas e hortaliças.

Metodologia

Ensaio comunitário controlado randomizado em amostra probabilística e representativa do Programa Academia da Saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. Antes e depois da intervenção nutricional aplicou-se algoritmo para classificação dos estágios de mudança e perguntas do Vigitel - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico para quantificar o consumo de frutas e hortaliças (TORAL et al., 2006; BRASIL, 2017). Foram reclassificados em pseudomanutenção indivíduos que consideraram seu consumo de frutas ou hortaliças adequado, segundo a percepção, mas apresentaram baixa ingestão na análise do consumo alimentar. Indivíduos que perceberam o seu consumo como inadequado, mas apresentaram ingestão adequada (3 ou mais porções diárias do grupo alimentar), foram reclassificados em ação não-refletiva (WHO, 2005). O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade (0537.0.203.000-11) e da Prefeitura (0537.0.203.410-11A). A participação foi voluntária, após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Dos 3414 participantes da linha de base (88% mulheres), 2241 foram reavaliados. Indivíduos do grupo intervenção classificados em pseudomanutenção aumentaram o consumo de frutas e hortaliças após a intervenção, enquanto aqueles com percepção e consumo concordantes reduziram o consumo de hortaliças (teste t pareado, $p < 0,001$). Indivíduos em pseudomanutenção também apresentaram maior progressão para estágios de mudança mais avançados, enquanto indivíduos com percepção concordante regrediram (teste Qui-quadrado, $p < 0,001$). Indivíduos em ação não-refletiva reduziram o consumo de frutas e hortaliças, mas melhoraram sua percepção do consumo de frutas.

Conclusão

Os resultados apontam a relevância de se analisar os estágios de pseudomanutenção e ação não-refletiva devido à efetividade diferenciada da intervenção nutricional para promover o consumo de frutas e hortaliças e a progressão dos estágios de mudança entre os participantes.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

TORAL, Natacha et al. Comportamento alimentar de adolescentes em relação ao consumo de frutas e verduras. **Revista de Nutrição**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.331-340, jun. 2006.

TORAL, Natacha; SLATER, Betzabeth. Perception of eating practices and stages of change among Brazilian adolescents. **Preventive Medicine**, [s.l.], v. 48, n. 3, p.279-283, mar. 2009.

WHO. **Fruit and Vegetables for Health**: Report of a Joint FAO/WHO Workshop, 1–3 September 2004, Kobe, Japan. WHO, 2005.

Palavras-chave: COMPORTAMENTO ALIMENTAR; ENSAIO CLÍNICO; FRUTAS; MODELOS TEÓRICOS; VERDURAS

EXCESSO DE PESO E HIPERTENSÃO ARTERIAL EM TRABALHADORES INDUSTRIAIS RECIFE-PE

KAROLINA MARIA DA SILVA; FERNANDA CRISTINA DE LIMA PINTO TAVARES; RUTH CAVALCANTI GUILHERME;
FÁBIO NOGUEIRA DE VASCONCELOS

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, ² UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
fabio.nvasconcelos@hotmail.com

Introdução

A hipertensão arterial sistêmica, definida como uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial (SBC, 2010). O excesso de peso, caracterizado basicamente como o acúmulo excessivo de gordura corporal, pode ser um dos fatores para a alta prevalência da hipertensão entre a população de trabalhadores indústrias (ABESO, 2016). Partindo da relação direta que a alimentação tem com o desenvolvimento de Doenças Crônicas não Transmissíveis, como a Hipertensão e o excesso de peso, o governo federal disponibiliza o Programa de Alimentação do Trabalhador, criado através da lei nº6.321 de 14 de Abril de 1976 que visa a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores, em especial os de baixa renda

Objetivos

Avaliar o excesso de peso e a hipertensão arterial nos trabalhadores de indústrias da Região Metropolitana do Recife cadastradas no Programa de Alimentação do Trabalhador.

Metodologia

Estudo transversal descritivo realizado com 103 trabalhadores empregados em indústrias cadastradas no Programa de Alimentação do Trabalhador. Os dados foram obtidos através de questionários (quanto ao diagnóstico de depressão/ansiedade e de dietas realizadas); da avaliação antropométrica, Índices de Massa Corporal, e sua classificação (OMS, 1995); e da aferição e classificação da pressão arterial (SBC, 2010). Os dados bioquímicos (triglicédeos, colesterol total e HDL-c), foram classificados segundo critérios estabelecidos (SBC, 2010). Os dados foram verificados através do módulo VALIDATE do Programa Epi-info versão 3.5.2. A análise estatística foi realizada com o auxílio do programa Statistical Package for Social Sciences versão 13.0. Esse trabalho é oriundo do projeto intitulado Avaliação do Programa de Alimentação do Trabalhador na Região Metropolitana do Recife (1976-2013) foi aprovado no Comitê de Ética sob o nº de CAAE: 37098814.0.0000.5208. Os participantes concordaram com a pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Na análise do estado nutricional observou-se que 78,8% estavam com excesso de peso, destes 75,7% eram homens, 66,1% tinham mais de 60 anos, 65,1% referiram ser etilistas, e 94,4% relataram fazer dieta e 50% diagnóstico de depressão/ansiedade. Os Triglicédeos e o HDL-c se mostraram indesejáveis em 72% e 73,9% respectivamente. Quanto à pressão arterial, observou-se a prevalência de 19,4%, apenas no sexo masculino 23,2%, 58% apresentaram excesso de peso, 72,2% eram ≥ 50 anos, 61,5% com Triglicédeos aumentado e 33,3% com baixo HDL-c. Os fatores que tiveram associação estatisticamente significativa ($p < 0,05$) com o excesso de peso foram: diagnóstico de depressão, HDL-c < 40 mg/dL, diagnóstico de hipertensão e faz dieta. Já com a prevalência de hipertensão arterial foram: sexo, masculino, idade mais elevada e Triglicédeos ≥ 150 mg/dL e também o baixo HDL-c.

Conclusão

Os resultados mostram uma população em alto risco para desenvolver Doenças Crônicas não Transmissíveis. Que a partir da amostra reduzida alerta para uma alta prevalência de excesso de peso e da hipertensão, ambas associadas a fatores de risco que culminam em desfechos prejudiciais à saúde do trabalhador. Realçando a relevância que o Programa de Alimentação do Trabalhador, por incentivar ações de nutrição em prol da saúde, tem. Mostrando-se como um ótimo recurso para o enfrentamento dessas doenças e das comorbidades advindas delas, podendo gerar uma população saudável e mais ativa, capaz de contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país.

Referências

ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Diretrizes brasileiras de obesidade 2016, São Paulo, 4ª ed., 2016.
BRASIL. Lei n. 6.321 de 14 de abril de 1976. Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a

renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO; SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Rio de Janeiro, v. 95, supl.1,p. 1-51, 2010.

WHO - World Health Organization. Physical Status; The use and interpretation of anthropometry. Geneva, 1995.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Comorbidades; Doenças Crônicas não Transmissíveis

EXCESSO DE PESO E INDICADORES DE CONSUMO ALIMENTAR EM CRIANÇAS DE SEIS A 23 MESES ACOMPANHADAS NA ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL

VIVIAN SIQUEIRA SANTOS GONÇALVES; EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON; RAFAELLA DA COSTA SANTIN DE ANDRADE; ANA MARIA SPANIOL; SARA ARAÚJO SILVA

¹ CGAN/DAB/SAS/MS - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde
edunilson@gmail.com

Introdução

Em 2010 a Organização Mundial de Saúde publicou um conjunto de indicadores para avaliação das práticas de alimentação de lactentes e crianças, que foi adequado à realidade brasileira e incorporado às ações de Vigilância Alimentar e Nutricional recomendadas pelo Ministério da Saúde. A partir de 2015 eles passaram a compor os formulários do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Objetivos

Estimar a prevalência de excesso de peso e associação com indicadores de consumo alimentar em crianças de seis a 23 meses acompanhadas na Atenção Básica no Brasil.

Metodologia

Estudo transversal com registros administrativos do Sisvan web de crianças de seis a 23 meses acompanhadas pela Atenção Básica. Foram critérios de inclusão: possuir pelo menos um registro de acompanhamento do consumo alimentar em 2015 junto a um registro de estado nutricional, que foi classificado através do Índice de Massa Corporal para Idade, considerando como excesso de peso escores-z maior que +2. Realizou-se descrição de distribuições e medida de tendência central, teste do qui quadrado de Pearson e regressão de Poisson. Para seleção das variáveis para a análise multivariada adotou-se $p < 0,20$. Utilizou-se o software Stata 12.

Resultados

Obteve-se 33.820 registros que atendiam aos critérios de inclusão, provenientes de 14,3% (n=796) dos municípios brasileiros, de 26 Unidades da Federação. A média de idade foi $14,33 \pm 5,14$ meses, 50,08% (n=16.937) eram do sexo masculino, 48,18% (n=14.773) pardas e 18,15% (n=6.138; IC95% 17,7-18,6) possuíam excesso de peso. Em relação aos indicadores, 53,99% (n=18.260) receberam leite materno no dia anterior à avaliação, 72,95% (n= 24.670) receberam seis grupos alimentares, 65,70% (n=22.220) ingeriram comida de sal com frequência e consistência adequada, 13,67% (n=4.624) consumiram alimentos ricos em ferro, 62,68% (n=21.198) alimentos ricos em vitamina A e 55,33% (n=18.714) pelo menos um alimento ultraprocessado. Após análise ajustada, verificou-se como indicadores associados ao excesso de peso a frequência mínima e consistência adequada (RP 0,91; IC95% 0,86-0,96), consumo de alimentos ricos em vitamina A (RP 0,92; IC95% 0,87-0,97) e consumo de alimentos ultraprocessados (RP 1,08; IC95% 1,02-1,14). A prevalência de excesso de peso ainda foi maior no sexo masculino (RP 1,10; IC95% 1,04-1,16) e em maiores de 12 meses (RP 1,11; IC95% 1,05-1,17) e menor na raça/cor branca (RP 0,81; IC95% 0,70-0,95).

Conclusão

O consumo de refeições com frequência e consistência adequada e o consumo de alimentos ricos em vitamina A no dia anterior foram fatores de proteção para excesso de peso, enquanto consumir pelo menos um alimento ultraprocessado representou risco. Os indicadores de consumo alimentar do Sisvan permitem avaliar o dia anterior por meio de marcadores de hábitos alimentares e com os resultados apresentados, percebeu-se a necessidade de manutenção e aprimoramento de ações voltadas à promoção da alimentação complementar adequada e saudável na Atenção Básica.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Indicators for assessing infant and Young child feeding practices. Geneva: WHO, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO child growth standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-

length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development. Geneva: WHO, 2006.

Palavras-chave: excesso peso; Sisvan; Atenção Básica; consumo alimentar; crianças

EXCESSO DE PESO EM ADULTOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL EM 2016: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; ELISÂNGELA RODRIGUES LEMOS¹; YANA ALINE DE MORAIS MELO; NASSIB BEZERRA BUENO

¹ SMS - Secretaria Municipal de Saúde

adrianapaffer@gmail.com

Introdução

A vigilância em saúde visa analisar permanentemente a situação de saúde da população para a organização e execução de práticas mais adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes, dentre eles, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) como uma de suas diretrizes, sendo essencial para a atenção nutricional. O excesso de peso, assim como a alimentação inadequada, a inatividade física, o consumo abusivo de bebidas alcoólicas e o tabagismo representam fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis. O excesso de peso corporal constitui o sexto fator de risco para a carga global de doenças devido a sua associação com várias doenças crônicas não transmissíveis. Estima-se que um bilhão de adultos estejam com sobrepeso no mundo e cerca de 475 milhões sejam obesos, para a próxima década projeta-se números ainda maiores.

Objetivos

Comparar o percentual de excesso de peso em adultos no município de Maceió, em 2016, aos encontrados no Brasil, Nordeste e Alagoas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com adultos acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, no ano de 2016. Foi comparada a prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade) encontrado em Maceió aos dados do Brasil, Nordeste e Alagoas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2004), para efeitos de medidas populacionais em adultos, o excesso de peso e a obesidade são mensurados pelo índice de massa corporal, independente do sexo e idade, e possui boa correlação com as medidas da gordura corporal. Os intervalos de confiança das diferenças entre as proporções foram calculados usando o software EpiTools Epidemiological Calculators, com um intervalo de confiança de 95%, considerando significativo quando $p < 0,05$ (SERGEANT, 2016).

Resultados

Em 2016, foram avaliadas respectivamente 14.615, 314.793, 5.456.056, 12.104.417 adultos em Maceió, Alagoas, Nordeste e Brasil, apresentando percentuais de excesso de peso de 67,17%, 59,17%, 55,97% e 58,98%. O elevado índice encontrado em Maceió apresentou diferença significativa ($p < 0,001$), quando comparado aos demais, sendo a maior diferença observada entre Maceió e o nordeste brasileiro (11,20%), com um IC95% de [10,39% a 12,01%].

Conclusão

O estudo revelou um percentual ainda mais elevado de excesso de peso em adultos no município de Maceió quando comparado às demais localidades observadas, no ano de 2016. Este dado demonstra a necessidade do fortalecimento das ações promoção da alimentação adequada e saudável voltadas para este público, buscando promover saúde e prevenir doenças.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. 1 ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 56 p., 2016.
- INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF OBESITY (IASO). **Adult overweight and obesity in the European Union (EU27)**. London: IASO, 2012.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. WHO global strategy on diet, physical activity and health. Food Nutr Bull; 25(3), p. 292-302, 2004.
- SERGEANT, E. S. G. **EpiTools epidemiological calculators**. AusVet Animal Health Services and Australian Biosecurity Cooperative Research Centre for Emerging Infectious Disease. 2016. Disponível em: <http://epitools.ausvet.com.au>.

Palavras-chave: Excesso de peso; Índice de massa corporal; Vigilância nutricional

EXCESSO DE PESO EM CRIANÇAS E A INFLUÊNCIA MATERNA

CRISTIANA SANTOS ANDREOLI; SARAH APARECIDA VIEIRA; POLIANA CRISTINA DE ALMEIDA FONSECA; SÔNIA MACHADO ROCHA RIBEIRO; ANA VLÁDIA MOREIRA BANDEIRA; SYLVIA DO CARMO CASTRO FRANCESCHINI

¹ UFV - Universidade Federal de Viçosa

cristiana.andreoli@ifmg.edu.br

Introdução

O aumento da prevalência da obesidade infantil, tem se tornado um grande desafio para os profissionais da área de saúde, tanto por seu início cada vez mais precoce, quanto por estar associado a outras doenças crônicas (LEAL et al. 2012). A obesidade é uma doença multifatorial caracterizada pelo acúmulo de gordura corporal. Entre suas causas estão relacionados os fatores socioeconômicos, genéticos, ambientais e comportamento sedentário das crianças. (CANTALICE et.al. 2015; MELZER et.al. 2 015)

Objetivos

Avaliar a associação entre o excesso de peso em crianças e o estado nutricional materno.

Metodologia

Estudo transversal realizado com 152 crianças de 4 a 7 anos de idade que foram acompanhadas por um Programa de Apoio à Lactação nos primeiros meses de vida. O excesso de peso foi avaliado pelo IMC/Idade (IMC/I) e a composição corporal pelo DEXA. O tempo de aleitamento materno foi obtido nos prontuários de atendimento da criança. Por meio de questionário obteve-se informações sociodemográficas, de estilo de vida, maternas e avaliação nutricional. O excesso de peso foi avaliado pelo IMC/Idade (IMC/I) e a composição corporal pelo DEXA. O tempo de aleitamento materno foi obtido nos prontuários de atendimento da criança. O excesso de peso materno foi avaliado, de acordo com o recomendado pela OMS ($\geq 25\text{kg/m}^2$). As análises estatísticas foram realizadas no software Stata versão 13.0 e contemplou os testes Mann-Whitney e Qui-quadrado, considerando nível de significância 5%. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos da Universidade Federal de Viçosa FV (No 892.476/2014). As crianças foram incluídas no estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido pelo responsável.

Resultados

O excesso de peso foi encontrado em 26,3% das crianças. Ao avaliar a relação entre o IMC/I e as variáveis maternas (excesso de peso e a escolaridade), foram observadas relações estatisticamente significantes ($p < 0,05$). As crianças com excesso de peso apresentaram maiores medianas de IMC/I e percentual de gordura corporal ($p < 0,001$). A maioria das crianças (75%) foram amamentadas exclusivamente até o 4º mês de vida. Em relação a prática de esportes, a proporção de crianças que não praticavam esportes foi elevada em ambos os grupos (73,5% e 70,9%), respectivamente com excesso de peso e sem excesso peso ($p = 0,740$).

Conclusão

O excesso peso materno associou-se ao excesso de peso nas crianças. Além disso, foi observado maior mediana de percentual de gordura corporal entre as crianças com excesso de peso de acordo com o sexo. Desta forma os incentivos a hábitos alimentares saudáveis devem levar em consideração o estado nutricional da criança e da mãe. (Apoio:FAPEMIG).

Referências

LEAL, V.S. et al. Excesso de peso em crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco, Brasil: Prevalência e determinantes. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. v.28, p.1175-82, 2012.

CANTALICE, A.S.C. et.al Estado nutricional materno e o excesso de peso em crianças e adolescentes. Rev. Bras. Nutr Clin. v. 30, p. 39-44, 2015.

MELZER .M.R.T.F. et.al. Fatores associados ao acúmulo de gordura abdominal em crianças. Rev. Paul. Pediatr. v. 33, p. 437-44, 2015.

Palavras-chave: Excesso de peso 1; Criança 2; Mães 3; Composição Corporal 4.

Palavras-chave: Excesso de peso ; Criança; Mães ; Composição corporal

EXCESSO DE PESO EM USUÁRIAS DOS NÚCLEOS DE ATIVIDADE FÍSICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL

KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; ELISÂNGELA RODRIGUES LEMOS; REINALDO ALVES DE OLIVEIRA; MARIA HELENA PEREIRA DE SANTANA; NASSIB BEZERRA BUENO

¹ SMS/MACEIÓ - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, ² UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, ³ UFAL - Universidade Federal de Alagoas

kwalkyria@hotmail.com

Introdução

A prática de atividade física está relacionada com uma melhor saúde e qualidade de vida. Nas últimas décadas ficou evidenciada a importância da manutenção de um estilo de vida ativo para a saúde em geral. A inatividade física, assim como o excesso de peso, são considerados fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis. O excesso de peso corporal constitui o sexto fator de risco para a carga global de doenças devido a sua associação com várias doenças crônicas não transmissíveis. A vigilância em saúde visa analisar permanentemente a situação de saúde da população para a organização e execução de práticas mais adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes. O cenário epidemiológico brasileiro apresenta a coexistência de sobrepeso e obesidade, desnutrição e carências de micronutrientes. Nesse contexto, a organização da vigilância alimentar e nutricional nos serviços de saúde dos territórios é uma demanda crescente, possibilitando o monitoramento e a avaliação desses agravos e seus determinantes.

Objetivos

Comparar o percentual de excesso de peso usuárias dos Núcleos de atividade física do município de Maceió, em 2016, aos encontrados em Maceió, Alagoas, Nordeste e Brasil no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com mulheres adultas (entre 20 e 60 anos) usuárias dos Núcleos de atividade física (NAF) do município de Maceió e aquelas de mesma faixa etária acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no ano de 2016, em Maceió, Alagoas, Nordeste e Brasil. Foi comparada a prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade) encontrado nos núcleos aos dados do SISVAN. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2004), para efeitos de medidas populacionais em adultos, o excesso de peso e a obesidade são mensurados pelo índice de massa corporal, independente do sexo e idade, e possui boa correlação com as medidas da gordura corporal. Os intervalos de confiança das diferenças entre as proporções foram calculados usando o software EpiTools Epidemiological Calculators, com um intervalo de confiança de 95%, considerando significativo quando $p < 0,05$ (SERGEANT, 2016).

Resultados

Em 2016, foram avaliadas 304 usuárias nos 9 Núcleos de atividade física (NAF) do Município de Maceió, sendo encontrado um percentual de excesso de peso de 75,33%. Através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), foram acompanhadas respectivamente 12.127, 290.684, 5.169.792 e 10.970.471 mulheres adultas em Maceió, Alagoas, Nordeste e Brasil, respectivamente, apresentando percentuais de excesso de peso de 67,68%, 59,00%, 55,92% e 58,78%. O elevado índice encontrado nos núcleos apresentou diferença significativa ($p < 0,01$), quando comparado aos demais, sendo a maior diferença observada entre percentual do NAF e do nordeste brasileiro (19,41%), com um IC95% de [13,83% a 24,99%] e a menor apresentada entre o NAF e Maceió (7,65%), com um IC95% de [2,34% a 12,96%].

Conclusão

O estudo encontrou um percentual elevado de excesso de peso entre as usuárias adultas do Núcleo de atividade física, assim como em todas as localidades acompanhadas através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), havendo diferença significativa entre os dados locais e os valores observados. Este dado demonstra a busca por uma melhor qualidade de vida e a necessidade de ações de educação alimentar e nutricional voltadas para este público, buscando promover saúde e prevenir doenças.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância a saúde. **Academia da Saúde – Cartilha educativa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. 1 ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 56 p., 2016.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF OBESITY (IASO). **Adult overweight and obesity in the European Union (EU27)**. London: IASO, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **WHO global strategy on diet, physical activity and health**. *Food Nutr Bull*; 25(3), p. 292-302, 2004.

SERGEANT, E. S. G. EpiTools epidemiological calculators. **AusVet Animal Health Services and Australian Biosecurity Cooperative Research Centre for Emerging Infectious Disease**. 2016. Disponível em: <http://epitools.ausvet.com.au>.

Palavras-chave: Excesso de peso; Índice de massa corporal; Vigilância nutricional; Atividade física

EXCREÇÃO URINÁRIA DE IODO E PRESENÇA DE ADIPOSIDADE CENTRAL E ALTERAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL EM ESCOLARES DO RIO DE JANEIRO

VANESSA DE SOUZA SILVA DE ALMEIDA; LÚCIA GOMES RODRIGUES; SUELEN DE LIMA DA SILVA; ANDERSON JUNGER TEODORO; MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

vanessadealmeida28@gmail.com

Introdução

Desde 1953, a iodação do sal de cozinha comercializado no Brasil é obrigatória e subsidiada pelo governo. Devido ao elevado consumo de sal e de alimentos processados e ultraprocessados pela população tem levado, por conseguinte, a uma maior ingestão de iodo e este fato pode favorecer ao surgimento de tireoidites, além de contribuir no desenvolvimento de doenças cardiovasculares. E com o crescimento da prevalência do excesso de peso corporal, este, por si só, já expõe a população a diversos fatores de risco.

Objetivos

Determinar os níveis de iodúria, adiposidade central e níveis pressóricos em estudantes de escolas municipais da zona sul do Rio de Janeiro.

Metodologia

Foi realizado um estudo observacional transversal com crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de cinco escolas públicas, localizadas na zona sul do município do Rio de Janeiro. Os responsáveis foram contatados via direção para assinatura do termo de consentimento. Após o aceite, foram coletados dados antropométricos (peso, estatura e circunferência abdominal) e pressão arterial. A pressão arterial foi classificada segundo os critérios da I Diretriz de prevenção da aterosclerose na infância e na adolescência (2005). A razão circunferência abdominal/estatura foi considerada como excesso de adiposidade central quando superior a 0,5. Foi agendado com os responsáveis o dia para a entrega da urina spot (toda da manhã) e preenchimento do protocolo na unidade de saúde. A determinação da iodúria foi realizada com persulfato de amônio, ácido arsenioso e sulfato de amônio, e classificada segundo Dunn et al (1993). O banco de dados foi digitado em duplicata no programa SPSS 17.0. Foi feita comparação de médias: Teste T e Teste Mann Whitney, após teste de normalidade e teste de associação Qui-quadrado. O nível de significância foi de 5%. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro em 13/12/2013 sob CAAE número 20757213.5.0000.5285.

Resultados

Foram avaliados 790 escolares, sendo 53% do sexo feminino com $11,4 \pm 2,7$ anos. As análises revelaram uma ingestão de iodo excessiva com excreção de $349,5 \pm 125,1$ mg/dia, sendo 82,6% classificados como risco de hipertireoidismo e enfermidade tireoide autoimune. A adequação dos níveis pressóricos foi encontrada em 94,2% e 97,7% dos escolares, respectivamente. A prevalência de alteração geral da pressão arterial foi encontrada em 5,2% da amostra. Segundo o Teste T, as médias de pressão arterial foram superiores para aqueles que apresentavam excesso de adiposidade central. Foi encontrada associação entre razão circunferência abdominal/estatura e alteração de pressão arterial sistólica e diastólica. As médias da excreção urinária de iodo não revelaram diferenças entre aqueles com maior e menor concentração de gordura na região abdominal, segundo Teste Mann Whitney.

Conclusão

Foi identificada elevada excreção e ingestão de iodo, mas sem diferença quanto a presença de adiposidade central. As médias da pressão arterial foram superiores entre aqueles com maior concentração de gordura na região central. Dessa forma, estratégias de intervenção estão sendo estabelecidas na mudança do estilo de vida para uma melhor qualidade de vida futura.

Referências

BAO, W.; THREEFOOT, S.A.; SRINIVASAN, S.R.; BERENSON, G.S. Essential Hypertension Predicted by Tracking of Elevated Blood Pressure From Childhood to Adulthood: The Bogalusa Heart Study. *American Journal of Hypertension* 1995; 7(6): 657–665.

DUNN, J.T.; CRUTCHFIELD, H.E.; GUTEKUNST, R.; DUNN, A.D. Methods for measuring iodine in urine.

International Council for Control of Iodine Deficiency Disorders. Wageningen: ICCIDD; 1993.

DUNN, J.T. Guarding our nation's thyroid health. *J Clin Endocrinol Metab.* 2002;87:486-8.

ESTEVEZ, R.Z.; KASAMATSU, T.S.; KUNII, I.S.; FURUZAWA, G.K.; VIEIRA, J.G.H.; MACIEL, R.M.B. Desenvolvimento de um método para a determinação da iodúria e sua aplicação na excreção urinária de iodo em escolares brasileiros. *Arq Bras Endocrinol Metab.* 2007;51:1477-84.

SANDELL, E.B.; KOLTHOFF, I.M. Microdetermination of iodine by a catalytic method. *Mikrochemica Acta.* 1937;1:9-25.

Palavras-chave: Escolares; Iodúria; Tireoidites

EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AÇÃO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DOS GESTORES DE SERVIÇOS DOS MORROS DE SANTOS, SP, BRASIL

JOSÉ ANAEL NEVES; LIA THIEME OIKAWA ZANGIROLANI; MARIA ANGÉLICA TAVARES DE MEDEIROS

¹ UNIFESP-BS - Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista

anaelneves@gmail.com

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) destina recurso monetário às famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, e prevê ações intersetoriais que devem ser pactuadas pelas gestões municipais de saúde, educação e assistência social. Passados mais de dez anos da sua existência, já são conhecidos os impactos do PBF na minimização da fome no Brasil e na diminuição da mortalidade infantil pós-neonatal, por exemplo (GUANAIS, 2015). Por outro lado, pouco se conhece sobre os processos de implementação e cooperação locais, para a integração do PBF com as demais políticas públicas e sociais. Por meio desse tipo de abordagem empírica, é possível captar a complexidade dos programas de segurança alimentar e nutricional e contribuir com mudanças ainda mais efetivas (MAGALHÃES, 2014).

Objetivos

Descrever a execução do Programa Bolsa Família com foco nas ações intersetoriais pactuadas no âmbito da gestão dos serviços de saúde, educação e assistência social dos Morros de Santos, SP, Brasil.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado em 2016, na região dos Morros de Santos, SP, Brasil. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores e/ou profissionais responsáveis pela execução do PBF nos serviços de saúde (Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família, n=6), educação (Escolas, n=5) e assistência social (Centros de Referência de Assistência Social, n=2), totalizando 13 entrevistados. O instrumento utilizado versa, entre outros eixos, sobre a percepção dos gestores e/ou profissionais dos serviços de interesse do estudo, quanto à gestão e à operacionalização do PBF. Os dados foram tratados mediante análise estatística descritiva simples. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo (parecer nº 1.368.570).

Resultados

A maioria dos gestores e/ou profissionais entrevistados referiu não ter recebido formação/capacitação para atuação no PBF (69,2%). A participação do serviço na localização, seleção e/ou cadastramento das famílias do respectivo território foi mencionada por quatro entrevistados (30,8%). A existência de famílias com perfil de inclusão no PBF, contudo, ainda não beneficiárias, foi aludida em quatro serviços (30,8%). A realização de ações complementares, previstas para além das condicionalidades do Programa, foi citada em apenas dois serviços (15,4%), semelhantemente ao que ocorreu em relação ao monitoramento das modificações no perfil das famílias beneficiárias, prática referida em três serviços (23,1%). Ações pactuadas intersetorialmente para os beneficiários foram relatadas por três entrevistados (23,1%) e, em seis serviços (46,2%), foram referidas dificuldades para realizar ações desta natureza no território. Por sua vez, a pactuação intersetorial na localização de famílias em descumprimento das condicionalidades foi mencionada por seis serviços (61,5%). A maioria dos entrevistados (76,9%) considerou necessário ampliar as ações do serviço junto aos beneficiários do PBF.

Conclusão

Os resultados apresentados sugerem que as ações do PBF nos Morros de Santos, são fragmentadas, havendo limitada pactuação intersetorial na gestão e na operacionalização do Programa nos serviços. Estes resultados preliminares serão desdobrados pela diversificação das abordagens, aliando metodologias qualitativas do campo da avaliação de programas e serviços, para aprofundamento da compreensão desta realidade.

Referências

GUANAIS, F. C. The Combined Effects of the Expansion of Primary Health Care and Conditional Cash Transfers on Infant Mortality in Brazil, 1998–2010. *American Journal of Public Health*, 105, S585–S599, 2015. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301452>

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(5), 1339–1346, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.12202013>

Palavras-chave: Ação Intersetorial; Nutrição em Saúde Pública; Política Social; Programa Bolsa Família; Programas de Nutrição

EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DE NUTRIÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NA SAÚDE - PET/GRADUASUS ARACAJU/SE

AMANDA GISELE CAETANO DOS SANTOS; CAROLINE SANTOS DE JESUS; DANIELLE GÓES DA SILVA; LAISA MARIA SANTOS SILVA; RITA DE CÁSSIA LISBOA RIBEIRO; SILVIA MARIA VOCI

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
amandagih@hotmail.com

Introdução

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde é uma parceria do Governo Federal com Universidades Públicas e Secretarias Municipais de Saúde que busca aproximar alunos de graduação para a vivência do serviço público de saúde. Esta versão do PET tem como finalidades diagnosticar a situação de saúde/gestão; reformular a grade curricular à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação da Saúde. Na graduação em nutrição, tais Diretrizes orientam o planejamento pedagógico com objetivo de formar profissionais com competências e habilidades generalista, incluindo habilidades para o Sistema Único de Saúde. Desse modo, se faz necessária uma revisão no planejamento pedagógico dos cursos já existentes para alinhamento com as diretrizes.

Objetivos

Avaliar o atual ementário do curso de Nutrição da Universidade Federal de Sergipe visando adequar a grade curricular para a formação de profissionais habilitados a atuar no Sistema Único de Saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde realizado em Aracaju, na equipe do curso de Nutrição da Universidade Federal de Sergipe. O trabalho envolveu estudantes petianas e professoras do curso de nutrição que se reuniram periodicamente para a análise e discussão das ementas atuais. A partir da vivência propiciada pelo projeto no Sistema Único de Saúde, as alunas elaboraram um documento no qual foram sugeridas mudanças, visando a articulação de conteúdos e abordagem mais precoce dos aspectos do sistema de saúde em períodos iniciais da graduação.

Resultados

Das 30 ementas de disciplinas obrigatórias do curso analisadas, foi proposto documento com sugestões para 18 delas, tais como Ciência da Nutrição, Composição e Valor Nutricional dos alimentos, Desenvolvimento da Comunidade, Nutrição em distintos ciclos da vida, Avaliação Nutricional, Técnica Dietética, Gestão em Unidade de Alimentação e Nutrição e disciplinas de Nutrição em Saúde Coletiva, dentre outras. A análise do ementário, resultou em propostas que contemplam as Políticas Públicas de Saúde de modo transversal durante os semestres letivos, os quais terão alguns temas específicos a serem tratados por grupos de disciplinas e que alinhem seus planos de ensino para a formação voltada ao serviço público de saúde.

Conclusão

Embora o ementário do curso apresente-se bastante abrangente e diversificado, ainda consiste em um desafio a articulação dos conteúdos entre as disciplinas ao longo de toda a graduação, assim como a articulação dos conhecimentos da esfera do indivíduo e da esfera coletiva, tornando a proposta ambiciosa no sentido de promover um olhar com inter-relações em vários âmbitos do conhecimento e da atuação do nutricionista com as distintas políticas públicas, programas e o Sistema Único de Saúde.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 5, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de novembro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf> acessado em 16 de outubro de 2017.

BRASIL. Edital nº 13, de 28 de setembro de 2015. Seleção para o programa de educação pelo trabalho para a saúde PET-Saúde/GraduaSUS - 2016/2017. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de setembro de 2015. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/setembro/29/Edital-PET-GraduaSUS.pdf> acessado em 03 de novembro de 2017.

Palavras-chave: Ementas; Diretrizes; Planejamento Pedagógico; Nutrição

FATORES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE FIBRAS ALIMENTARES EM ADOLESCENTES: INQUÉRITO DE NUTRIÇÃO DE BASE POPULACIONAL

RAFAELA DE CAMPOS FELIPPE; MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO;
ANTÔNIO DE AZEVEDO BARROS FILHO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; DANIELA DE ASSUMPÇÃO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

rafafelippe.nutri@gmail.com

Introdução

As fibras dietéticas são compostos de origem vegetal que promovem efeitos fisiológicos importantes para a saúde e a prevenção de doenças. São classificadas em *solúveis* que exercem ação prebiótica e diminuem a absorção de lipídeos e outros carboidratos, e *insolúveis* que contribuem para o aumento do trânsito intestinal. O consumo de fibras é muito baixo, especialmente entre os adolescentes, que tendem a apresentar um perfil de dieta caracterizado pela elevada ingestão de produtos ultraprocessados, pobres em fibras e ricos em açúcares, sal e gorduras e baixa de alimentos *in natura*.

Objetivos

Estimar a ingestão média de fibras alimentares em adolescentes, segundo variáveis sociodemográficas e de comportamentos relacionados à saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de base populacional com adolescentes entre 10-19 anos, participantes do Inquérito de Consumo Alimentar (*ISACamp-Nutri 2015-2016*) realizados no município de Campinas, SP, Brasil. A amostra foi determinada por meio de amostragem probabilística, estratificada por conglomerados em dois estágios: setor censitário e domicílios. A ingestão de fibras alimentares foi obtida por meio do R24h. Os alimentos foram imputados no *software Nutrition Data System for Research*, versão 2015. Estimaram-se as médias e os intervalos de confiança de 95% (IC95%) da ingestão de fibras alimentares (gramas/dia). As médias foram determinadas pelo uso de regressão linear múltipla, com nível de significância de 5%. Também foi calculada a prevalência de inadequação segundo os pontos de corte da *Adequate Intakes*: meninos (10-13 anos: 31g; 14-19 anos: 38g) e meninas (10-18 anos: 26g; 19 anos: 25g). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP, sob o parecer nº 637.229.

Resultados

A amostra foi composta por 903 adolescentes, com idade média de 14,6 anos (IC95%: 14,4-14,8). A prevalência de inadequação do consumo de fibras alimentares totais atingiu 98,0% dos jovens. A ingestão média de fibras foi de 12,6 g (IC95%: 12,1-13,1). Os segmentos de adolescentes que tiveram médias significativamente maiores foram os meninos (15,6 g), os naturais do município de Campinas (17,2 g), os que realizavam o café da manhã diariamente (14,1 g), os que costumavam verificar os rótulos dos alimentos (15,4 g), os que desejavam ganhar peso (18,0 g) e os que relataram ingerir todos os dias da semana frutas (15,2 g), hortaliças cruas (15,2 g), carnes (15,6 g), feijão (14,1 g), leite (14,7 g), biscoitos doces ou salgados (15,1 g) e cereais integrais (15,6 g).

Conclusão

Os resultados revelaram um baixo consumo de fibras entre os adolescentes, reforçando a necessidade de estratégias que promovam o acesso aos alimentos saudáveis e que orientem sobre a importância destes compostos para a saúde.

Referências

BERNAUD, F. S. R.; RODRIGUES, T. C. Fibra alimentar: ingestão adequada e efeitos sobre a saúde do metabolismo. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v.57, n.6, p. 397-405, 2013.

DAHL, W. J.; STEWART, M. L. Position of the Academy of Nutrition and Dietetics: Health Implications of Dietary Fiber. *J Acad Nutr Diet*, v.115, n.11, p.1861-70, 2015.

Dietary Reference Intakes for Energy, Carbohydrate, Fiber, Fat, Fatty Acids, Cholesterol, Protein, and Amino Acids (2002/2005). Institute of Medicine of The National Academies Press, Washington, DC. 2005. Disponível em: . Acesso em: 04 de nov. de 2017.

Palavras-chave: Adolescente; Consumo de alimentos; Fibras alimentares; Inquéritos de saúde

FATORES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ULTRAPROCESSADOS: ESTUDO DE BASE POPULACIONAL COM ADOLESCENTES

ALANA MOURA QUINTANS FELIX; DANIELA DE ASSUMPCAO; SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO;
ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

alanamq@gmail.com

Introdução

Os hábitos e comportamentos alimentares têm passado por transformações significativas na maior parte dos países atingindo diferentemente os diversos segmentos etários e sociais da população. Os alimentos in natura, as preparações caseiras e a utilização dos ingredientes culinários vêm sendo cada vez mais substituídos pelos produtos ultraprocessados como snacks, lanches prontos, de fácil e rápido preparo. Um cenário de transição de consumo alimentar vem sendo demarcado e segue-se acompanhado da prevalência crescente de doenças crônicas não transmissíveis como a obesidade e diabetes.

Objetivos

Avaliar a contribuição energética dos produtos alimentícios ultraprocessados na dieta dos adolescentes, segundo variáveis sociodemográficas e de comportamentos relacionados à saúde.

Metodologia

Os dados foram obtidos dos inquéritos domiciliares de base populacional desenvolvidos no município de Campinas (ISACamp 2014/2015 e ISACamp-Nutri 2015/2016). A amostra foi determinada por procedimentos de amostragem probabilística, estratificada por conglomerados em dois estágios: setor censitário e domicílios. Dados de consumo alimentar foram obtidos por meio do Recordatório de 24 horas. Os alimentos foram agrupados de acordo com o grau de processamento, baseado na classificação sugerida pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, de 2014, sendo organizados em quatro categorias: in natura ou minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e ultraprocessados. Foram estimadas as médias da contribuição energética dos ultraprocessados e os intervalos de confiança de 95%. As médias foram determinadas pelo uso de regressão linear, com nível de significância de 5%. O ISACamp (CAAE nº 37303414.4.0000.5404) e o ISACamp-Nutri (CAAE nº 26068214.8.0000.5404) foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP

Resultados

Participaram desta pesquisa 903 adolescentes com idade média de 14,6 ($\pm 0,89$) anos, sendo uma amostra composta por 51,0% de meninos, que em sua maioria se autoavaliaram como brancos ($n=494$). A ingestão média de energia para o conjunto da população foi de 2023,5 kcal. A contribuição energética segundo o grau de processamento foi de 50,0% para os in natura ou minimamente processados, 8,2% para os processados, 31,8% para os produtos ultraprocessados e 10% para os ingredientes culinários. A participação calórica dos ultraprocessados na dieta mostrou-se significativamente maior entre as meninas ($p=0,004$), naqueles com idade de 10 a 14 anos ($p=0,030$), nos que não trabalhavam ($p=0,023$) e nos que residiam nas áreas Noroeste ($p=0,019$) e Norte ($p=0,014$) de Campinas. Comparados aos brancos, os que se autodeclararam com cor da pele preta apresentaram menor contribuição calórica dos ultraprocessados ($p=0,005$). Quanto aos comportamentos de saúde, verificou-se elevada contribuição energética dos ultraprocessados entre os adolescentes que relataram menor frequência semanal de consumo de frutas ($p=0,001$) e feijão ($p=0,01$). Os indivíduos que autoavaliaram a qualidade da sua dieta como regular/ruim/muito ruim e os que não realizavam as três principais refeições diariamente tiveram maior consumo de ultraprocessados.

Conclusão

Aproximadamente 32,0% da energia total da dieta dos adolescentes avaliados provinham dos produtos alimentícios ultraprocessados. Os resultados permitiram a identificação dos segmentos mais vulneráveis ao elevado consumo de ultraprocessados, revelando a necessidade de estratégias de educação nutricional entre os adolescentes.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

Nunes MMA, Figueiroa JN, Alves JGB. Excesso de peso, atividade física e hábitos alimentares entre adolescentes de diferentes classes econômicas em Campina Grande (PB). Rev Assoc Med Bras 2007;53(2):130-134.

Castro IRR, Cardoso LO, Egstrom EM, Levy RB, Monteiro CA. Vigilância de fatores de risco para doenças não transmissíveis entre adolescentes: a experiência da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Cad Saude Publica 2008; 24(10):2279-2288.

Palavras-chave: Consumo Alimentar; Adolescentes; Alimentos Ultraprocessados

FATORES ASSOCIADOS AO EXCESSO DE PESO EM ESCOLARES DO INTERIOR DE PERNAMBUCO

CATARINE SANTOS DA SILVA; ALBANIALLY XAVIER DOS SANTOS; MARIA LUCIPAULA DA SILVA PEREIRA; SILVIA ALVES DA SILVA; FLÁVIA GABRIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA; BÁRBARA CRISTINA DA LUZ SILVA

¹ UNIFAVIP-DEVRY - Centro Universitário do Vale do Ipojuca, ² FSM - Faculdade São Miguel

catarine.nutri@yahoo.com.br

Introdução

Nas últimas décadas observa-se o fenômeno da transição nutricional, caracterizada pelo aumento da obesidade, tendo como uma das principais causas a alimentação inadequada e o sedentarismo. De acordo com a III Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição, realizada em Pernambuco (2006), a prevalência do excesso de peso em crianças e adolescentes foi de 13,3%, estando essa frequência relacionada a fatores socioeconômicos e demográficos como renda, área de moradia e escolaridade materna. Sabe-se que grande parte das crianças atualmente têm hábitos sedentários, passando longos períodos expostos a recursos televisivos e jogos eletrônicos. Além disso, pesquisas mostram o aumento no consumo de alimentos processados e ultraprocessados por essa população, o que, conseqüentemente, causa certo desequilíbrio nutricional como o excesso de peso.

Objetivos

Avaliar a prevalência do excesso de peso e fatores associados em escolares da rede pública do interior de Pernambuco.

Metodologia

Estudo do tipo transversal, realizado no município de São Joaquim do Monte/PE com crianças com idade entre 5 e 9 anos, de ambos os sexos, regularmente matriculadas na rede pública municipal. Para coleta de dados utilizou-se questionário elaborado pelas próprias pesquisadoras, cujas perguntas avaliavam questões socioeconômicas, demográficas, de hábitos alimentares e estilo de vida, além de realização da avaliação antropométrica através das medidas de peso e altura, conforme protocolo da Organização Mundial da Saúde. O estado nutricional foi classificado segundo as curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde, utilizando o indicador Índice de Massa Corporal para idade. Os dados foram analisados através do Statistical Package for the Social Sciences, versão 20.0. Para as variáveis categóricas foi realizado o teste qui-quadrado, sendo consideradas estatisticamente significantes aquelas associações com $p < 0,05$. Participaram do estudo escolares cujos pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aqueles que assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa do Centro Universitário do Vale do Ipojuca, sob o nº de protocolo 1.202.103.

Resultados

Participaram 393 escolares, 50,4% do sexo feminino e 71,7% com idade entre 7 e 9 anos. A maioria residia na zona urbana (90,6%) e 49,8% tinham mãe com escolaridade ≤ 8 anos. Sobre o estado nutricional, 32,1% estavam com excesso de peso, e destes, 18,3% estavam na obesidade. Foi observada associação estatisticamente significativa com as variáveis sexo ($p = 0,05$), com frequência maior de excesso de peso nas meninas, e idade ($p < 0,001$), com maior prevalência nas crianças mais velhas. Além disso, foi encontrada associação do excesso de peso com o maior consumo semanal de ultraprocessados ($p = 0,03$) e, contrariando o esperado, foi observada maior prevalência de excesso de peso naqueles que tinham prática de brincar na rua ($p = 0,009$). Acredita-se que esse último achado se deve à maior exposição aos lugares que comercializam alimentos supérfluos no território onde as crianças costumam realizar suas atividades.

Conclusão

Em virtude da prevalência de excesso de peso e a frequência de consumo de alimentos não saudáveis pela população estudada, verifica-se a necessidade de realização de intervenções educativas no âmbito escolar, com inclusão da comunidade, a fim de promover a saúde desta população e à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Referências

FERREIRA CB, et al. Sobrepeso e obesidade em crianças de escolas públicas de Taguatinga Distrito Federal. Educação Física em Revista, v.8, n.1. 2014. Disponível em: < <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/1623/3426>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

LEAL VS et al. Excesso de peso em crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco, Brasil: prevalência e

determinantes. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.6, n.28, jun. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000600016 >. Acesso em: 05 nov. 2017.

OLIVEIRA JS, et al. Fatores associados ao estado nutricional de crianças de creches públicas do município de Recife, PE, Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v.16, n.2, jun. 2013. Disponível em: < http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000200502&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 05 nov. 2017.

Palavras-chave: Crianças; Estado nutricional; Estilo de vida; Consumo alimentar

FATORES ASSOCIADOS AO SUB-RELATO EM MULHERES EM PÓS-MENOPAUSA

JAMYLLÉ ARAÚJO ALMEIDA; JAMILLE MENDONÇA REINALDO; LUANA EDLA LIMA; ANA CATARINA MENESES SANTOS; DIVA ALIETE DOS SANTOS VIEIRA; RAQUEL SIMÕES MENDES-NETTO

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

jamyllle.araujo@gmail.com

Introdução

O subrelato é caracterizado quando a ingestão calórica relatada em inquéritos alimentares está abaixo das necessidades energéticas estimadas. Sabe-se que as mulheres estão mais propensas e que esta situação dentro da avaliação dietética pode criar associações inversas entre a ingestão alimentar e o desfecho de saúde.

Objetivos

O objetivo foi de identificar o subrelato da ingestão alimentar e os fatores associados entre mulheres em pós-menopausa submetidas a uma intervenção dietética.

Metodologia

A amostra foi composta por 58 mulheres em pós-menopausa que foram submetidas a um programa de exercício físico e orientação nutricional durante doze semanas. O exercício físico foi realizado três vezes por semana sob supervisão de profissionais da educação física. A orientação nutricional foi realizada por nutricionistas através de três consultas e duas ações de educação alimentar em grupo para estimular o seguimento das orientações e sanar dúvidas sobre alimentação. No momento pré-intervenção foi coletada amostra sanguínea em jejum para quantificar glicemia e lipídios séricos, além de uma anamnese de saúde. Para análise dietética foram coletados 8 (oito) recordatórios de 24 horas por participante e tabulados no software NDSR. Através do *multiple source method* (MSM) foi calculado a ingestão dietética habitual. O sub-relato foi identificado a partir da razão da ingestão calórica e das necessidades energéticas proposta por *McCrorry*, sendo considerado 1 desvio padrão como ponto de corte. Também foi aferido peso e altura para cálculo do índice de massa corporal, classificado segundo a Organização Mundial de Saúde. A análise estatística deu-se através de testes descritivos e do teste de associação qui-quadrado de *Pearson*. Foi considerada significância estatística $p \leq 0,05$. O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob o parecer nº 1.586.11.

Resultados

O subrelato foi considerado quando a ingestão calórica relatada foi 28% (média de 556 calorias) menor quando comparada as necessidades energéticas estimadas. Esta condição esteve prevalente em 46,6% da amostra. O excesso de peso esteve presente em 53,4% da amostra. O colesterol total ($p=0,49$) e LDL elevados ($p=0,50$) não estiveram associados ao sub-relato, ao contrário do excesso de peso ($p = 0,00$) e da hiperglicemia ($p = 0,04$).

Conclusão

Foi possível identificar alta prevalência de subrelatoras entre mulheres em pós-menopausa submetidas à intervenção dietética. O subrelato esteve associado ao excesso de peso e a hiperglicemia.

Referências

- MENDEZ, Michelle A. et al. Alternative methods of accounting for underreporting and overreporting when measuring dietary intake-obesity relations. *American journal of epidemiology*, v. 173, n. 4, p. 448-458, 2011.
- AVELINO, Gabriela Ferreira et al. Sub-relato da ingestão energética e fatores associados em estudo de base populacional (Underreporting of energy intake and associated factors in a population-based study). *Cad. Saúde Pública*, v. 30, n. 3, p. 663-668, 2014.
- HARTTIG, U. et al. The MSM program: web-based statistics package for estimating usual dietary intake using the Multiple Source Method. *European journal of clinical nutrition*, v. 65, n. S1, p. S87, 2011.
- MCCRORY, Megan A.; HAJDUK, Cheryl L.; ROBERTS, Susan B. Procedures for screening out inaccurate reports of dietary energy intake. *Public health nutrition*, v. 5, n. 6a, p. 873-882, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Antropometria: como Pesar e Medir. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

Palavras-chave: Avaliação Dietética; Pós-menopausa; Subrelato

FATORES ASSOCIADOS À NÃO DIMINUIÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM MULHERES APÓS INTERVENÇÃO NUTRICIONAL

LUCIANA FIDALGO RAMOS NOGUEIRA; AMANDA SOARES; RENATA DORATIOTO ALBANO; ELAINE CRISTINA MARQUEZE

¹ UNISANTOS - Universidade Católica de Santos
nogueira.lfr@gmail.com

Introdução

As elevadas prevalências de sobrepeso e obesidade constituem um desafio para o sistema de serviços de saúde porque demandam, simultaneamente, ações de promoção de modos ativos de vida e cuidado integral e contínuo. A intervenção nutricional constitui a base do tratamento, visto que, embora outras intervenções sejam de grande relevância, elas se tornam ineficazes quando não acompanhadas por modificações do padrão alimentar.

Objetivos

Analisar os fatores associados à não diminuição do índice de massa corporal de mulheres adultas e idosas após a participação em um programa de intervenção nutricional, bem como a efetividade da intervenção.

Metodologia

Estudo quase-experimental para avaliação de uma intervenção nutricional com 2.512 mulheres (2.129 adultas e 383 idosas) atendidas no período de 2001 a 2013 pelo Ambulatório de Nutrição Santa Paulina da Universidade Católica de Santos (SP). A intervenção nutricional consistia em acompanhamento individual das mulheres que procuraram espontaneamente o serviço. Os dados foram coletados diretamente dos prontuários, entre janeiro e março de 2015, no próprio Ambulatório de Nutrição. O índice de massa corporal foi classificado de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde para as mulheres adultas e pelos critérios do *Nutrition Screening Initiative* para as idosas. Foram realizados testes de qui-quadrado de Pearson ou Exato de Fisher e análise de regressão logística bivariada e múltipla para avaliar os fatores associados à não diminuição do índice de massa corporal após a intervenção. No modelo múltiplo, as variáveis de ajuste foram: idade, escolaridade, história pregressa de doenças crônicas não transmissíveis, renda familiar, uso de medicamentos e prática de atividade física. O nível de significância adotado em todos os testes foi de 5% (Stata 12.0). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Santos (nº 924.826).

Resultados

As mulheres adultas avaliadas tinham entre 18 e 59 anos, com média de 39,7 anos (DP=11,4 anos). As idosas tinham entre 60 e 84 anos, com média de 65,9 anos (DP=5,1 anos). A média do índice de massa corporal das mulheres adultas antes da intervenção foi de 30,3 kg/m² (DP = 6,4 kg/m²) e, após, de 30,0 kg/m² (DP = 6,3 kg/m²), sendo essa redução estatisticamente significativa (t-student pareado p<0,01). Para as idosas, a média do índice de massa corporal antes da intervenção foi de 31,2 kg/m² (DP=5,9 kg/m²) e, após, de 30,8 kg/m² (DP=5,9 kg/m²), sendo essa redução estatisticamente significativa (t-student pareado p<0,01). A maioria das mulheres apresentou redução do peso corporal após a intervenção (adultas = 53,4% e idosas = 58,8%), sendo a maior proporção entre as idosas (qui-quadrado p=0,05). Para as mulheres adultas, possuir assistência médica privada (OR=1,26, IC=1,02-1,56) e participar do programa por ≤30 dias (OR=2,44, IC=1,82-2,28) foram fatores associados à não diminuição do índice de massa corporal. Para as idosas, os fatores associados foram problemas de deglutição (OR=2,20, IC=1,12-4,32) e participar do programa por ≤30 dias (OR 2,16, IC=1,14-3,94).

Conclusão

O programa de intervenção nutricional foi efetivo na diminuição do índice de massa corporal, tanto para as mulheres adultas quanto para as idosas. Fatores relacionados ao tempo de adesão à intervenção nutricional, condições de saúde e aspectos individuais e sociais influenciaram a não diminuição do índice de massa corporal de mulheres adultas e idosas.

Referências

Deus R.M. et al. The impact of a nutritional intervention on the nutritional status and anthropometric profile of participants in the health Gym Programme in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2015, v. 20, n. 6 p. 1937-1946.

Moraes TS. Intervenção nutricional no tratamento de pacientes obesos. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, 2007, v. 1, n. 3, p. 38-46.

World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a World Health Organization Consultation. Geneva: World Health Organization, 2000. p. 256. WHO Obesity Technical Report Series, n. 284.

Nutrition Screening Initiative. Incorporating nutrition screening and interventions into medical practice: a monograph for physicians. Washington, DC: Nutrition Screening Initiative; 1994.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Saúde do Idoso; Educação Alimentar e Nutricional; Saúde Pública; Nutrição em Saúde Pública

FATORES DE RISCO PARA TRANSTORNOS ALIMENTARES EM ADOLESCENTES

MODELOS

DARCILENE LAURIANO DA SILVA; PRISCILA KORITAR

¹ UNIP - Universidade Paulista
prikoritar@gmail.com

Introdução

Os transtornos alimentares são quadros graves que podem levar a diversos prejuízos aos seus portadores, bem como aumento da morbidade e mortalidade. Atualmente recebem grande destaque devido à crescente valorização da forma física. Os modelos são profissionais que emprestam sua imagem para divulgação de algum produto, participam de eventos expositores dentre outras atividades, resultando em tendência a valorização o corpo e a estética e prevalência de transtornos alimentares aumentada.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é caracterizar e avaliar presença de comportamentos de risco para transtornos alimentares, insatisfação corporal, distorção com a imagem corporal e práticas não saudáveis para controle de peso, bem como identificar possíveis fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de transtorno alimentar em modelos do sexo feminino.

Metodologia

30 modelos do sexo feminino (entre 18 e 29 anos), responderam ao questionário para avaliação de comportamentos de risco para transtornos alimentares (Hay, 1998), a Escala de Silhuetas para população Brasileira (Kakeshita et al., 2009), e questões relacionadas à prática profissional. As variáveis contínuas foram apresentadas em média e desvio padrão e as categóricas em frequência. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Quase metade das modelos eram eutróficas e um quarto tinham baixo peso. Das modelos, 46,6% relataram início da carreira entre 14 e 16 anos de idade e 76,6% relataram motivação para perda de peso. Com relação a imagem corporal, 80% apresentavam alguma distorção em relação a sua imagem corporal e 73,4% apresentam insatisfação corporal, sendo que 36,6% apresentavam elevado nível de insatisfação corporal. Portanto os resultados obtidos revelam uma insatisfação com a silhueta atual. Em relação ao comportamento alimentar, 76,6% das modelos apresentavam comportamento de risco para transtornos alimentares, sendo que 66,6% apresentaram compulsão alimentar, 60% realizavam alguma restrição alimentar com o intuito de perda de peso, 20% usavam laxantes, 16,6% praticavam vômitos e 13,3% relataram o uso de diuréticos.

Conclusão

É possível identificar muitos comportamentos de risco para a existência de transtornos alimentares e realizações práticas para a perda de peso entre modelos. Esses comportamentos podem resultar em diversos malefícios a vida da modelo e sua carreira profissional, além de poderem evoluir para quadros de transtornos alimentares.

Referências

HAY, P.H. Epidemiology of eating disorder behaviors: an Australian community – based survey. *Journal of Eating Disorder*. v.23,p.371-382, 1998.
KAKESHITA, I.S.; SILVA, A.I.P.; ZANATTA, D.P.; ALMEIDA, S.S. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.v.25,p.263-270,2009.

Palavras-chave: Transtorno alimentar; modelos; mulheres

FATORES QUE CONDICIONAM O CONSUMO E A QUALIDADE DO DESJEJUM E SUA ASSOCIAÇÃO COM O ÍNDICE DE MASSA CORPORAL DE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE SALVADOR-BA

ELIANE DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO; MÍRIAN ROCHA VÁZQUEZ; MARCIO COSTA DE SOUZA; MILENA TORRES FERREIRA

¹ UNEB - Universidade do Estado da Bahia
milena_torresferreira@hotmail.com

Introdução

O desjejum é considerado uma das principais refeições, porque oferta ao organismo fonte exógena de nutrientes após o jejum noturno. Sua realização está associada entre outros fatores, à dieta saudável e ao Índice de Massa Corporal adequado por auxiliar no controle do apetite e dos perfis nutricionais. Embora seja importante para manutenção da saúde observa-se que é uma das refeições mais omitidas pelos jovens, tanto a omissão quanto a baixa frequência de consumo do café da manhã podem contribuir para o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade.

Objetivos

Identificar os fatores que condicionam o consumo e a qualidade do desjejum e analisar sua associação com o Índice de Massa Corporal de estudantes de uma Universidade Pública de Salvador-BA.

Metodologia

Estudo descritivo com pesquisa de campo, tipo transversal, realizado com 126 estudantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 30 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado e recordatório de 24h. Considerou-se como hábito do desjejum quando os estudantes o fizeram entre 5-7 vezes na semana. O desjejum foi avaliado qualitativamente tendo sua classificação como de boa qualidade quando constituído por pelo menos um alimento do grupo dos lácteos, ou do grupo dos cereais e um do grupo das frutas, o desjejum de qualidade satisfatória aquele que incluir alimentos de dois grupos distintos, desjejum de qualidade insuficiente quando incluir alimento de um único grupo, e o de má qualidade aquele no qual estiverem presentes alimentos de nenhum dos três grupos (ANGELERI, 2007; MAJEM, 2003). Os dados foram expressos em média, desvio padrão e percentuais. Utilizou-se o teste ANOVA para avaliar a associação entre os fatores que condicionam o consumo e a qualidade do desjejum com o Índice de Massa Corporal. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia sob o número 724.60.5.

Resultados

A maioria dos universitários realizava desjejum regularmente (88%), 47,6% apresentaram desjejum classificado como insuficiente e 9,5% tiveram essa refeição com boa qualidade. A média do Índice de Massa Corporal foi de $22,5 \text{ kg/m}^2 \pm 2,85 \text{ dp}$ e os estudantes entrevistados, na sua maioria, tiveram o Índice de Massa Corporal dentro da normalidade (65,8%). A disponibilidade de tempo foi o fator que mais condiciona a realização do desjejum entre os universitários (47,6%). Não foi encontrada associação entre fatores condicionantes do desjejum com o Índice de Massa Corporal.

Conclusão

A maioria dos estudantes realizava desjejum, embora a qualidade desta refeição tenha sido classificada como insuficiente. O fator determinante para omissão do desjejum foi à falta de tempo e não houve associação entre os fatores condicionantes e o Índice de Massa Corporal.

Referências

AFFINITA, Antonio et al. Breakfast: a multidisciplinary approach. Italian Journal Of Pediatrics. p. 39-44. 2013.

ANGELERI, M; GONZÁLEZ, I, GHIOLDI, M. M; PETRELLI, L. Hábito de consumo del desayuno y calidad nutricional del mismo en niños y adolescentes de la zona norte del Gran Buenos Aires. (Online). Diaeta. 2007.

HUANG, C. et al. Breakfast consumption frequency is associated with grip strength in a population of healthy Japanese adults. Nutrition, Metabolism & Cardiovascular Diseases, v. 24, p.648-655. 2014.

JACKA, Felice N. et al. Diet quality and mental health problems in adolescents from East London: a prospective study.

Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol, v. 48, p.1297-1306, 2013.

MAJEM, L. S, et al. Obesidad infantil y juvenil en España. Resultados del Estudio enKid (1998-2000). Medicina Clínica. 2003.

Palavras-chave: Café da manhã; Índice de Massa Corporal; Universitários

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA UMA VIZINHANÇA SAUDÁVEL POR MEIO DA MOBILIDADE URBANA

FERNANDA MACHADO DA SILVA; CAROLINE MACHADO DA SILVA; HARMUT GUNTHER

¹ UNB - Universidade de Brasília

fernandam.nut@gmail.com

Introdução

No decorrer do tempo as cidades perderam espaços de caminhada e simultaneamente ganhando ruas, rodovias e estradas priorizando o transporte individual motorizado. O modo atual de vida é caracterizado por influenciar uma baixa quantidade de exercícios físicos que o indivíduo necessita para realizar suas atividades diárias. Esta insuficiente demanda por atividades físicas ocasiona inúmeros problemas epidemiológicos como a obesidade e problemas cardiovasculares.

Objetivos

Avaliar a mobilidade urbana saudável na Vila Planalto expondo a relação entre modal utilizado pelo participante sua saúde, analisando o índice de massa corporal e a circunferência da cintura dos participantes.

Metodologia

O projeto de pesquisa foi submetido ao comitê de ética de pesquisa com seres humanos, número do parecer 1.831.179. Teve como base de dados para análise entrevistas, survey, realizadas na Vila Planalto, com 343 respondentes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, responderam perguntas sobre mobilidade urbana, saúde e aferições de medidas antropométricas. Na análise de dados, foram separados os quintis e realizada as tabelas cruzadas que selecionaram 76 respondentes dos grupos mais extremos que utilizavam mobilidade ativa e mobilidade não ativa.

Resultados

: Mobilidade ativa foi classificada como indivíduos que utilizam como principal meio de locomoção bicicleta e andar a pé. E mobilidade não ativa quem utiliza como principal meio de locomoção o carro ou moto. A partir da análise de dados, foi possível observar a influência da mobilidade no índice de massa corporal da população. Constatou-se que 37,78% dos indivíduos que praticam mobilidade não ativa se enquadram na classificação de obesidade, enquanto apenas 12,90% dos indivíduos que praticam mobilidade ativa apresentam valores referentes a obesidade. Já, a proporção de indivíduos eutróficos dentro daqueles que utilizam a mobilidade ativa é de 41,93% contra 28,90% dos que não praticam. Ao avaliar a circunferência da cintura, a que é preditora de risco cardiovascular pode observar que há um risco aumentado dentro do grupo de indivíduos que praticam mobilidade não ativa, totalizando 39,29% dos entrevistados dessa categoria. Enquanto, no grupo de indivíduos que praticam mobilidade ativa há uma maior porcentagem dos que apresentam risco cardiovascular reduzido, totalizando em 64,70%.

Conclusão

A Vila Planalto não apresenta condições ideais para uma mobilidade urbana saudável, mesmo assim, foi possível observar diferenças significativas entre a saúde dos indivíduos que a praticam na região.

Referências

- DOS SANTOS, Débora Martins; SICHIERI, Rosely. Índice de massa corporal e indicadores antropométricos de adiposidade em idosos. Revista de saúde pública, v. 39, n. 2, p. 163-168, 2005.
- GODOY-MATOS, A. F. et al. Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), 2009.
- NCEP, Third Report of Cholesterol Education Program; Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults (Adult Treatment Panel III) 2000. NIH publication n. 01-3670.
- PETERS, John C. et al. From instinct to intellect: the challenge of maintaining healthy weight in the modern world. Obesity Reviews, v. 3, n. 2, p. 69-74, 2002.
- WHO; World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a World Health Organization Consultation. Geneva: World Health Organization, 2000. p. 256. WHO Obesity Technical Report Series, n. 284.

Palavras-chave: obesidade; mobilidade urbana ; saúde; IMC; Vila planalto

FATORES QUE INTERFEREM NA DURAÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO

IARA RODRIGUES GARCIA CARDOSO; GRAZIELE MENEZES COELHO; JAQUELINE MARIA SILVESTRE;
FERNANDA GUILHERMINO MAGALHÃES; RITA MARIA MONTEIRO GOULART; LEANDRO CAMPI PREARO

¹ USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

fmagalhaes@saojudas.br

Introdução

Amamentar é um processo que envolve interação entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de se defender de infecções, em sua fisiologia e no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de implicações na saúde física e psíquica da mãe. Apesar das evidências científicas da superioridade da amamentação sobre outras formas de alimentar a criança, as prevalências de aleitamento materno no Brasil, em especial as de amamentação exclusiva, estão bastante aquém das recomendadas. Diversos fatores têm sido reconhecidos como contribuintes para a interrupção precoce da amamentação, como idade materna, prematuridade, uso de bicos artificiais, produção insuficiente de leite, problema nas mamas e volta prematura ao trabalho ou estudo.

Objetivos

Verificar os fatores que interferem na duração do aleitamento materno de crianças atendidas em Unidades Básicas de Saúde.

Metodologia

Estudo transversal realizado com 94 crianças entre 0 e 24 meses, de ambos os sexos, selecionadas por conveniência, em Unidades Básicas de Saúde no município de São Caetano do Sul, entre setembro e dezembro de 2016. Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 1.716.182), as mães responderam um questionário estruturado, com informações sobre condições socioeconômicas, condições de gestação e nascimento, situação de internação da criança e práticas de aleitamento materno. Para análise estatística utilizou-se o *software Statistical Package for Social Science (SPSS)*, versão 21. O tempo de duração do aleitamento materno foi estimado por meio da análise de sobrevivência, de acordo com as variáveis estudadas: renda familiar mensal; número de pessoas que vivem com essa renda; idade materna; escolaridade materna; idade gestacional; peso ao nascer; internação da criança; uso de chupeta e de mamadeira.

Resultados

As crianças estudadas apresentaram idade com variação de um mês a 24 meses, sendo que 62,8% estavam em seu primeiro ano de vida com predominância do sexo masculino. Quanto às mães, 48,9% tinham idade igual ou superior a 30 anos, 54,2% apresentavam ensino superior e 96,8% renda igual ou superior a 2 salários mínimos. O tempo estimado da duração do aleitamento materno foi de 4,7 meses. Os fatores que influenciaram a menor duração do aleitamento materno foram: mães com rendimento igual ou superior a 2 salários mínimos (4,41 meses); menos de quatro pessoas no domicílio que vivem com essa renda (4,28 meses); mães com idade inferior a 20 anos (3,00 meses); prematuridade (3,50 meses); baixo peso ao nascer (3,75 meses); internação do lactente (3,25 meses); uso de chupeta (4,18 meses) e uso de mamadeira (4,36 meses).

Conclusão

A duração do aleitamento materno, nas crianças estudadas, está aquém das recomendações, fatores relacionados às condições socioeconômicas, de gestação e de nascimento, assim como situações de internação da criança e uso de bicos artificiais, podem contribuir para a interrupção precoce da amamentação, interferindo negativamente na saúde da criança. Portanto, é necessário instituir ações eficazes de promoção, proteção e apoio à prática do aleitamento materno nas redes de Atenção Básica de Saúde do município estudado.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CAMINHA, M. F. C. et al. Fatores de risco para a não amamentação: um estudo caso-controle. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, v. 15, n. 2, p. 193-199, 2015.

WARKENTIN, S. et al. Fatores associados à interrupção do aleitamento materno exclusivo antes dos seis meses em crianças matriculadas em creches públicas e filantrópicas do Município de São Paulo, Brasil. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.**, v. 37, n. 2, p. 105-117, 2012.

Palavras-chave: nutrição infantil; desmame precoce; lactação; saúde infantil

FATORES RELACIONADOS AO CONSUMO ALIMENTAR EM FEIRANTES AGRICULTORES E ATRAVESSADORES.

CAROLINE MOMENTE MARTINS SATURNINO; VERÔNICA GRONAU LUZ; NAIARA FERRAZ MOREIRA; VALÉRIA DOS REIS NARCISO

³ UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
carolsat@terra.com.br

Introdução

Uma apropriada ingestão de alimentos in natura, proporciona um funcionamento adequado do corpo e protege contra doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2014). Os feirantes, por terem maior acesso a alimentos in natura e minimamente processados devem apresentar um consumo adequado desses produtos (DA COSTA, BLASI, 2008).

Objetivos

Caracterizar o consumo alimentar de feirantes adultos e idosos do município de Dourados-MS e compará-lo às variáveis sociodemográficas, bem como se produzem ou não alimentos, e se pertencem a feira orgânica ou convencional.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo que aplicou um questionário com todos os feirantes agricultores e/ou atravessadores cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Dourados. O instrumento continha questões socioeconômicas e demográficas, tais como: sexo, idade, renda, se é produtor ou atravessador, dentre outras. Para descrever o consumo alimentar, foi aplicado o questionário de frequência alimentar, adaptado da pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis por telefone – VIGITEL, com opções dos grupos alimentares marcadores de alimentação saudável (frutas, verduras ou legumes cru ou cozido, e feijão) e como marcador de alimentação não saudável (suco artificial, sobremesas e doces, carne bovina, embutidos, frituras, biscoito/bolacha, refrigerantes e salgadinhos de pacote) (BRASIL, 2014). Foi aplicado o teste Qui-quadrado de Person para verificar associação entre as variáveis. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados com parecer de n. CAAE 71689417.8.0000.5160.

Resultados

Foram entrevistados 74 pessoas de referência escolhidos de forma aleatória dentre os 100 cadastrados na prefeitura elegíveis para a pesquisa. A idade média dos feirantes foi de 50,4 anos (Desvio Padrão = 14,6), 16 eram feirantes orgânicos e 58 convencionais. O consumo de alimentos considerados marcadores da alimentação saudável como: Frutas, hortaliças e feijão, foi maior entre idosos (75,0%) do sexo feminino (74,3%) com renda intermediária ($\geq \frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos per capita). O maior consumo de doces, embutidos, frituras, sucos em pó, refrigerantes foram predominantemente maior entre a faixa etária de 19 a 39 anos, entre o sexo masculino, e ainda entre os indivíduos com renda intermediária. Entre os agricultores, não agricultores e atravessadores, quem obteve maior consumo de frutas (68,8%), hortaliças (87,5%), foram não agricultores, ou seja, os atravessadores, e o consumo de feijão foi maior entre os que produziam seus alimentos (76,2%). A respeito dos alimentos não saudáveis, o consumo maior foi entre agricultores/atravessadores, com predominância de carne vermelha (55,6%) e refrigerante (33,3%).

Conclusão

Conclui-se que os feirantes mais idosos e do sexo feminino possuem uma alimentação mais saudável quando comparado aos adultos mais jovens. Os feirantes que não produziam alimentos consumiam mais frutas e hortaliças quando comparado aos produtores e atravessadores, em que o consumo de alimentos não saudáveis foi maior. Os achados revelam que os idosos possuem maior preocupação com a saúde, e que ser agricultor não garante que o consumo de alimentos saudáveis será maior.

Referências

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde; secretaria de atenção à saúde, Departamento de atenção Básica. – 2. Ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – Vigitel-, 2014. Disponível em:

<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/03/Questionario-vigitel-2014.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.
DA COSTA, M.K; BLASI, T.C. Preservação da alimentação sustentável dos feirantes de Santa Maria – RS. Ver. *Disciplinarum Scientia. Serie Ciência da Saúde, Trabalho de iniciação Científica – PROBIC*, Santa Maria, v. 9, n.1, p. 121-134, 2008

Palavras-chave: Dieta saudável; Produção de alimentos; Consumo de alimentos

FAZER PARA SABER: OFICINA CULINÁRIA COM A UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ALIMENTARES.

IVONE LIMA SANTOS; HELENO LIMA SERRÃO; CAROLINE MACHADO DA COSTA; ELISSON DE SOUZA SEVALHO; ELIANA MEDEIROS MACEDO; PATRÍCIA DOS SANTOS GUIMARÃES

¹ UFAM - Universidade Federal do Amazonas, ² UFAM - Universidade Federal do Amazonas, ³ CEL LITERATUS - Centro Educacional Literatus
ivonesantos_nutri@hotmail.com

Introdução

O Brasil é um país que possui uma grande diversidade quando se trata da produção de alimentos, em especial a região norte com seus frutos e legumes característicos, porém apresenta uma alta taxa de desperdício em todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo principalmente a etapa de preparação dos alimentos devido à distorção no uso desses alimentos. O aproveitamento das partes não consumidas usualmente agrega valor nutricional, pois, os talos, folhas e cascas são muitas vezes mais nutritivas do que a parte dos alimentos que é de hábito do consumo. Diante do desperdício de alimentos no país, faz-se necessário a adoção de medidas para a prática do consumo consciente pela população, principalmente para manipuladores de alimentos

Objetivos

Com isso, a atividade de extensão “Fazer para Saber: Oficina culinária com a utilização de resíduos alimentares” foi desenvolvida com o objetivo de levar novos conhecimentos principalmente de forma prática aos manipuladores de alimentos das escolas municipais da cidade de Coari-AM, responsáveis pela merenda escolar.

Metodologia

A atividade inicial foi realizada em Laboratório de Técnica Dietética com a criação e elaboração-teste de seis preparações culinárias utilizando, casca, talos e folhas de alimentos comuns que são usualmente desperdiçados. Após a concretização das receitas foi elaborado uma cartilha contendo o passo a passo de cada preparação culinária para ser utilizada nos encontros com os manipuladores de alimentos das escolas municipais da cidade de Coari-AM, no qual foram abordados os temas: Uso consciente dos alimentos, Aumento do valor nutricional de receitas, Redução de custo na elaboração de preparações, consequências ambientais do lixo e Segurança alimentar, e posteriormente foi realizado a oficina culinária das preparações com resíduos para os manipuladores da merenda escolar, que em seguida responderam três perguntas (1.O que você achou das oficinas culinárias? 2.O que você achou dos assuntos teóricos? 3.Você levará para a prática os conhecimentos adquiridos no projeto?)tendo como opção de resposta, ótimo, bom e ruim. O projeto teve aprovação no comitê de ética com o protocolo 26884014.9.0000.5020.

Resultados

A criação e as elaborações-teste das preparações culinárias presentes na cartilha resultaram nas seguintes receitas: Arroz com talos e cascas de batata portuguesa; Creme da casca de Jerimum; Bolo da casca de abacaxi e tangerina; Bife da casca de abobora; Bolinhos de talos de chicória e cheiro-verde e Bolachas da casca da goiaba. Quanto as respostas das perguntas, a primeira e a terceira obteve um percentual de 100% para ótimo, demonstrando assim o quanto as atividades desenvolvidas pela oficina foi proveitosa e bem recebida pelas merendeiras, enquanto a segunda pergunta obteve 60% para ótimo e 40% para bom, pergunta essa que se referia sobre os assuntos, possivelmente essa mudança de percentual quando comparado com as demais perguntas possa ser devido aos manipuladores não possuírem tanto contato com os assuntos pôr os mesmos não terem treinamentos como relatados durante a atividade, em que enfatizaram que aprenderam coisas que desconheciam.

Conclusão

Dessa forma, receitas com resíduos alimentares práticas apresenta grande importância para manipuladores da merenda escolar, assim como temas relacionado a valor nutricional de receitas, visto que os mesmos são profissionais que diariamente e diretamente participam da elaboração de alimentos para escolares e necessitam de constante capacitação para melhoria de tais refeições.

Referências

DAMIANI, C; SILVA, F; RODOVALHO, E.C; BECKER, F.S; ASQUERI, E.R; OLIVEIRA, R.A. Aproveitamento de resíduos vegetais para produção de farofa temperada.Revista Alim. Nutr. (ISSN 0103-4235, ISSN 2179-4448 online), Araraquara

v. 22, n. 4, p. 657-662, out./dez 2011.

NUNES, J. T. Aproveitamento Integral dos Alimentos: qualidade nutricional e aceitabilidade das preparações. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Qualidade em Alimento, 2009.

RORIZ, R. F. C. Aproveitamento dos resíduos alimentícios obtidos das Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás S/A para alimentação humana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2012. 158 f.

Palavras-chave: Aproveitamento alimentar; Preparações; Agregar valor

FEIRA AGROECOLÓGICA NA UERJ: ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS, FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO E ESPAÇO DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SILVIA CRISTINA FARIAS; CLEIDE BRAZ DOS SANTOS; AMANDA PEIXOTO FERREIRA; ROBERTA LOURENÇO DO NASCIMENTO; JORGINETE DE JESUS DAMIÃO; NATHÁLIA MOURA-NUNES

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

nucane@gmail.com

Introdução

O apoio à agricultura familiar de base agroecológica é fundamental para o desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável e promotor de saúde. As feiras, formas diretas de expressão da agroecologia, constituem estratégias importantes para a construção desse novo sistema de abastecimento alimentar. Além disso, a criação de feiras agroecológicas dentro de Universidades é um movimento especialmente expressivo, face à identificação de que o ambiente alimentar nesses locais representa uma barreira às práticas alimentares saudáveis. Torna-se necessário, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de um sistema alimentar que promova a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), entendendo a importância da Universidade na construção de novos saberes e habilidades a partir da interação do conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, camponês, tradicional e indígena. Sendo assim, o Instituto de Nutrição (INU), iniciou, em 2016, o movimento de organização da Feira Agroecológica na UERJ.

Objetivos

Esta iniciativa teve como propósitos aumentar o acesso aos alimentos saudáveis no campus Maracanã da UERJ e na região do seu entorno, promover a alimentação adequada e saudável, fortalecer a agricultura agroecológica e familiar na cidade e no estado do Rio de Janeiro e estimular a realização de pesquisas, projetos de extensão e outras atividades de ensino, na temática de SAN.

Metodologia

O INU, através de uma comissão formada por docentes, discentes e corpo técnico, buscou inspiração e apoio, para a realização da Feira, no diálogo com movimentos sociais e grupos de agroecologia, no envolvimento de seus docentes nos conselhos de SAN e nas experiências bem-sucedidas de feiras, orgânicas e agroecológicas, já existentes. O planejamento da Feira foi realizado de forma coletiva com agricultores, representantes do INU, e grupos de agroecologia parceiros: Rede Carioca de Agricultura Urbana, Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro e AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Alguns dos critérios importantes pactuados para o funcionamento da Feira foram: comercialização exclusiva de alimentos orgânicos ou agroecológicos provenientes prioritariamente da agricultura familiar realizada na cidade e no estado do Rio de Janeiro; comercialização de artesanato ligado à agricultura, tradições das comunidades e a soluções sustentáveis; e participação exclusiva de feirantes avaliados por um dos grupos de agroecologia que apoiam a Feira.

Resultados

A implementação da Feira Agroecológica na UERJ ocorreu em outubro de 2016 e consistiu em um grande avanço em diversos aspectos no âmbito da SAN e da soberania alimentar no estado do Rio de Janeiro: criou-se um espaço de comercialização de alimentos e artesanato agroecológicos, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado e dos consumidores, aos alimentos saudáveis; criou-se um ambiente propício para a preservação da diversidade da cultura alimentar; e, por fim, um local de interação entre os feirantes, a comunidade da UERJ e a comunidade que transita pela Universidade.

Conclusão

Em um ano de existência, a Feira Agroecológica na UERJ tornou-se um espaço de acesso a alimentos saudáveis, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da alimentação adequada e saudável, e de formação diferenciada de alunos através da inclusão de novos saberes, como a agroecologia, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2ª ed. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

PEREZ, P. M. P. Impacto da implementação do Restaurante Universitário na alimentação de estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Alimentação, Nutrição e Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2015.

PRADO B. A. Novas conexões entre o rural e o urbano. *Agriculturas*. v. 12, n. 2, junho 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Editor-Convidado.pdf. Acesso em: 15/11/15.

Palavras-chave: Soberania alimentar; Alimentação adequada e saudável; Ambiente alimentar saudável

FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE

VERÔNICA DA SILVA LIMA; NATANAEL DE JESUS SILVA; AMANDA GISELE CAETANO DOS SANTOS; SILVIA MARIA VOICI; ANDHRESSA FAGUNDES; DANIELLE GÓES DA SILVA

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
amandagih@hotmail.com

Introdução

As recentes políticas públicas reconhecem o ambiente escolar como um espaço essencial para ações de prevenção de agravos e promoção à saúde de crianças e jovens. Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola surgiu com o objetivo de proporcionar às escolas ações que articulem saúde e educação, visando melhorar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos educandos.

Objetivos

Analisar as principais dificuldades e facilidades encontradas nas ações desenvolvidas pelo Programa Saúde na Escola em municípios do Estado de Sergipe.

Metodologia

Trata-se de um estudo analítico do tipo transversal. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente estabelecido, que teve como sujeitos os profissionais atuantes no Programa Saúde na Escola nos sete municípios sede das Regionais de Saúde do estado de Sergipe. Todos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise de conteúdo foi realizada pela organização dos dados em planilhas e análise das amostras com base na percepção dos entrevistados acerca das ações e serviços realizados no PSE. O estudo foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa (no.23529913.0.0000.5546).

Resultados

Ainda que as parcerias entre a saúde e a educação possibilitadas pelo Programa Saúde na Escola sejam apontadas como facilitadores no cuidado, observou-se falhas na comunicação entre os setores e na integração dos profissionais. O processo de trabalho dos profissionais foi citado como principal fragilidade em 4 municípios, principalmente no que se refere a falta de sensibilização e capacitação para o cuidado longitudinal. Além disso, a escassez de recursos e a falta de novos profissionais também foram apontadas como dificuldades enfrentadas. A boa adesão dos educandos e familiares foram apontadas como facilitadores. Apesar das ações planejadas, o acompanhamento do estado nutricional dos educandos foi ausente, não havendo relatórios de avaliação e poucos encaminhamentos para as Unidades de Saúde da Família.

Conclusão

O Programa Saúde na Escola no estado de Sergipe apresenta fragilidades quanto ao cuidado preconizado. Essa deficiência sinaliza, portanto, a necessidade de capacitação dos profissionais e o preenchimento dos relatórios para acompanhamento do estado nutricional dos estudantes. Além disso, o fortalecimento das articulações intersetoriais é fundamental para sustentabilidade das ações desenvolvidas. Apoio: Ministério da Saúde (MS)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico(CNPq)/ Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe (SES/SE), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Universidade Federal de Sergipe.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 24) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. *Physis* [online]. 2015, vol.25, n.4, pp.1207-1227.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Escola; Promoção da Alimentação Saudável; Saúde Pública

FRAGILIDADES NO CUIDADO EM SAÚDE ÀS PESSOAS COM DESORDENS RELACIONADAS AO GLÚTEN.

JULIANA CRUCINSKY; JORGINETE DE JESUS DAMIÃO TREVISANI; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ju.crucinsky@gmail.com

Introdução

As desordens relacionadas ao glúten (DRG) são condições crônicas, de origem autoimune ou não, desencadeadas pela exposição contínua às prolaminas, proteínas presentes nos cereais como trigo, centeio e cevada, popularmente conhecidas como glúten. Elas afetam de 1 a 6% da população, com complicações e alto risco de morbi-mortalidade em curto e longo prazos. Desde 2009, o Brasil possui um Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para a Doença Celíaca, publicado pelo Ministério da Saúde. Entretanto, são comuns as queixas das pessoas com DRG a respeito tanto da falta de conhecimento dos profissionais de saúde nessa temática quanto das dificuldades relacionadas ao cuidado em saúde, que transformam em peregrinação a busca pelo diagnóstico e pelo tratamento. No entanto, até a realização desse estudo, não havia, no Brasil, pesquisas que dessem voz às pessoas com DRG, registrassem sua experiência e a interpretassem à luz de referenciais teóricos.

Objetivos

Compreender as fragilidades no cuidado em saúde percebidas por pessoas com (DRG).

Metodologia

Estudo netnográfico no Grupo Viva Sem Glúten, da rede social Facebook, maior comunidade online de pessoas com DRG, que conta com quase 50 mil participantes entre pessoas com DRG e seus familiares. Foi feita uma pesquisa nos registros armazenados no grupo, que é público, utilizando palavras-chave que possibilitassem levantar o maior número possível de dados sobre o cuidado em saúde das pessoas com DRG no período compreendido entre setembro de 2011 e fevereiro de 2017. Os dados foram agrupados em categorias com auxílio do software NVivo, versão Starter, da QSR International. Foi realizada análise de conteúdo, com ênfase na análise temática, adotando-se os referenciais teóricos sobre o cuidado em saúde, sobre as desordens relacionadas ao glúten e o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para a Doença Celíaca.

Resultados

O corpus de posts, depoimentos e comentários coletado no Grupo VSG forneceu um vasto material para análise e possibilitou traçar um panorama do que é (con)viver com DRG no Brasil. Foi possível identificar situações de insegurança alimentar e nutricional, preconceito inclusive de gênero, banalização dos sintomas das pessoas com DRG por familiares e profissionais de saúde, isolamento social e sofrimento emocional/psicológico envolvendo as pessoas DRG. Os relatos mostram que a peregrinação em busca de diagnóstico e tratamento pode levar anos e que muitas pessoas acabam sendo medicadas para doenças psiquiátricas, como depressão e ansiedade, sem que a causa base seja identificada. Foram recorrentes, também, relatos sobre a falta de humanização e de escuta pelos profissionais de saúde. Muitas pessoas acabam optando por excluir o glúten por conta própria, após desistirem de encontrar um profissional de saúde disposto a ouvi-los. Também foram relatadas fragilidades no cuidado em saúde quando as pessoas com DRG necessitam de internações hospitalares por outros problemas de saúde, pois não há garantia de serem oferecidas refeições seguras, sem glúten e isentas de contaminação por esta proteína. Os relatos também apontaram que o Grupo VSG é um espaço de apoio social imprescindível para as pessoas com DRG e seus familiares.

Conclusão

As fragilidades envolvendo o cuidado em saúde das pessoas com DRG são grandes e as situações de risco alimentar, nutricional e até mesmo de adoecer por complicações causadas pelo diagnóstico tardio são frequentes, apontando para a urgência na busca por soluções.

Referências

AYRES, J. R. C. M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ABRASCO; 2009. 282p. (Coleção Clássicos para Integralidade em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria SAS/MS nº 1449, de 11 de novembro de 2015. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da Doença Celíaca. Disponível em:

KOZINETZ, R.V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

LUDVIGSSON, Jonas F. The Oslo Definitions for Coeliac disease and Related Terms. *Gut.*, v. 62, n. 1, p. 43-52, jan. 2013.

PAULA, F. A. de et al. Fragilidades da atenção à saúde de pessoas celíacas no SUS: a perspectiva do usuário. *Demetra*, 9, Supl.1, p. 311-328, 2014.

Palavras-chave: Cuidado em saúde; Desordens relacionadas ao glúten; Formação profissional

FRAGMENTOS DE IDENTIDADE: NOTAS SOBRE OS ASPECTOS CULTURAIS E ALIMENTARES NA REGIÃO OESTE DA BAHIA

VANESSA SILVA SANTOS; LARISSA DE QUEIROZ CARVALHO; DEBORA CRUZ PORCINO

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

santosvanessa996@yahoo.com.br

Introdução

Os processos de globalização têm proporcionado diversas alterações nos modos de viver em sociedade, destacando aqui as transformações dos modos de comer e relacionar-se com a comida. O Brasil vem acompanhando esta tendência mundial que tem modificado a cultura e a alimentação da população e apresentado implicações diretas sobre o estado de saúde dos indivíduos (CONTRERAS; GRACIA, 2011). Esse movimento ocorre em diferentes regiões brasileiras, dentre elas, o Nordeste e mais especificamente o lócus em discussão: o Oeste da Bahia. Nesta região, destacamos a cidade de Barreiras, município mais populoso e importante pólo político e econômico, com foco nas ações do agronegócio. Este cenário tem favorecido a migração de pessoas de diversas regiões do Brasil, em busca de oportunidades de crescimento econômico proporcionado pela agropecuária e monoculturas como soja e algodão. Além do cenário econômico, a cidade de Barreiras tem se transformado em um importante centro universitário, firmado pela implantação de diversas Instituições de Ensino Superior nos últimos anos, dentre elas a Universidade Federal do Oeste da Bahia, implantada em 2014. As possibilidades de crescimento econômico e intelectual tem sido importantes fatores para a progressão dos fluxos imigratórios para a cidade, fortalecendo os conflitos de definição de uma única identidade local.

Objetivos

O objetivo deste estudo é discutir os processos de fragmentação da identidade cultural e alimentar na Região Oeste da Bahia por influência dos movimentos migratórios.

Metodologia

A base para sua construção foi a revisão de literatura das áreas da socio-anthropologia da alimentação, da saúde coletiva e das ciências sociais em saúde.

Resultados

As buscas indicaram achados que sinalizam uma bricolagem da cultura nordestina e brasileira influenciada pelo fenômeno da globalização que caminha rumo à perda identitária cultural da alimentação. Os dados encontrados na literatura convergem com a realidade observada no município de Barreiras, que favorecem a utilização da realidade local como um estudo de caso de fenômenos que podem ter magnitude local, regional, nacional e/ou mundial. Essa constatação indica que os conflitos de identidade são ocasionados tanto pelas pressões globalizantes como também pelas tentativas de resistência e ressignificações das culturas tradicionais. Ao passo em que as gerações se modificam ao longo do tempo, a concepção de pertencimento à cultura regional nordestina é amainada pela falsa impressão de familiaridade veiculada pela ação da globalização que modifica conceitos, sentimentos e práticas alimentares, despertando a incerteza acerca do que poderiam ser consideradas práticas saudáveis e não saudáveis na contemporaneidade.

Conclusão

As regiões citadas possuem práticas alimentares ricas em tradição, enraizadas ao longo da sua história, pela fusão de influências africanas, europeias e indígenas para a construção de uma identidade local. Contudo, a imposição de um modelo alimentar global, desconsidera estas subjetividades, e favorece a padronização de ideias, culturas e gostos, ameaçando o esfacelamento do acervo das memórias, práticas alimentares e demais elementos que constituem o sentimento de pertencimento de um povo.

Referências

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. Alimentação, Sociedade e Cultura. 1. ed. Rio de Janeiro, 2011. 496 p.

Palavras-chave: Cultura; Práticas Alimentares; Identidade

FREQUÊNCIA DE HORAS DE TELA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM EXCESSO DE PESO ATENDIDOS EM UM AMBULATÓRIO MULTIPROFISSIONAL

LUANA Y CASTRO; TIAGO DA SILVA MARTINS; MARILIA DORNELLES BASTOS; FRANCISCA ASSMANN WICHMANN; FABIANA ASSMANN POLL

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul
luanaycastro@hotmail.com

Introdução

INTRODUÇÃO A infância e a adolescência são fases da vida com muitas mudanças e um importante período de aprendizados, e mais especificamente na adolescência, que ocorrem as maiores transformações, tanto no corpo como na mente dos seres humanos. O tempo dedicado a atividades de baixa densidade, como assistir televisão/videogame/celular, pode ser um fator de risco para obesidade entre crianças e adolescentes. Essas horas de tela podem influenciar no ganho de peso, pois se tratam de atividades sedentárias, que também irão reduzir o tempo dedicado a atividades físicas ativas e que podem alterar o consumo alimentar. Durante essas horas as crianças e os adolescentes reduzem seu gasto energético e ficam expostos a comerciais que podem influenciar em suas preferências alimentares.

Objetivos

OBJETIVO Verificar o número de horas de tela diárias por crianças e adolescentes em excesso de peso atendidos em um ambulatório multiprofissional junto à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Metodologia

METODOLOGIA Estudo de natureza qualitativa e quantitativa, com delineamento descritivo observacional. O ambulatório denominado "Vida Leve", é composto por uma equipe de profissionais e acadêmicos da área da medicina e nutrição. Esta atividade faz parte das atividades desenvolvidas pelo Curso de Medicina e pelo projeto "Promoção de modos de vida saudáveis nas doenças crônicas não transmissíveis e obesidade: da infância ao envelhecimento humano", junto ao Serviço Integrado de Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS; aprovado sob protocolo 25462314.0.0000.5343. A variável de estudo se refere ao número de horas diante de tela (televisão, computador ou vídeo game) que foram coletadas no primeiro atendimento dos pacientes atendidos no ambulatório entre os anos de 2015 e 2017. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e analisados descritivamente.

Resultados

RESULTADOS A amostra foi constituída de 83 crianças e adolescente em excesso de peso, com idade média de $8\pm 3,64$ anos. Dentre eles 61,44% (n=51) eram do sexo masculino e 38,55% (n=32) eram do sexo feminino. Relataram usar pelo menos uma hora do dia ou nenhuma 10,83% (n=9) dos pacientes, 38,54% (n=32) usam de duas a quatro horas, 21,67% (n=18) relataram usar de cinco a sete horas, enquanto que 6,01% (n=5) usam de oito a dez horas e 22,89% (n=19) a informação não foi referida ou preenchida adequadamente.

Conclusão

CONCLUSÃO: Conclui-se que boa parte dos pacientes atendidos relata que permanece em frente a "telas" de telas de duas a quatro horas/dia, sendo que a recomendação para a faixa de idade pediátrica é de no máximo duas horas por dia. Assim sendo, percebe-se a necessidade de informar aos pais e responsáveis sobre os prejuízos que o uso excessivo de televisão/videogame/celular traz para a saúde da criança e do adolescente, tendo em vista que esse hábito pode favorecer uma alimentação inadequada e estar associado ao sedentarismo que aumentam o risco de desenvolvimento de doenças crônicas.

Referências

REFERENCIAS

ENES, C.C.; LUCCHINI, B. G. Tempo excessivo diante da televisão e sua influência sobre o consumo alimentar de adolescentes. Rev. Nutr., Campinas, V. 29, n 3, p. 391-399, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Para além do "desliga isso aí": Academia Americana de Pediatria vai rever recomendações do tempo de TV para crianças. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/para-alem-do-desliga-isso-ai-academia-americana-de-pediatria-vai-rever-recomendacao-do-tempo-de-tv-para-criancas/>. Acesso em: 04 de out. 2017.

Palavras-chave: Sedentarismo; Obesidade infantil ; Estilo de vida

“FUI NASCIDA E CRIADA DENTRO DISSO”: SABORES E SABERES DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS EM UMA COMUNIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

CAMILA LINCHE GONÇALVES LIMA; ISABELLE SOUZA DA SILVA; JULIANA PEREIRA CASEMIRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

julianacasemiro@gmail.com

Introdução

O modelo de desenvolvimento hegemônico, centrado no crescimento econômico e nas relações de mercado, criou forte impacto na geografia do campo e das cidades (CNAU, 2014) e nos padrões nutricionais, modificando dietas e acarretando malefícios à saúde (BRASIL, 2014). A comunidade de Getúlio Cabral surgiu a partir de loteamento, com coexistência de habitação e plantio, contudo a agricultura foi perdendo espaço. Em 2015 a associação de moradores revitalizou sua horta comunitária onde realizam-se atividades de extensão do Internato de Nutrição em Saúde Coletiva e do Projeto Vivências em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, no âmbito destas, o presente trabalho. As Plantas Alimentícias Não Convencionais ganharam destaque na mídia e são reconhecidas como espécies vegetais nativas tradicionalmente presentes em hortas e quintais que possuem usos alimentícios conhecidos em determinados grupos e/ou regiões. O Brasil tem rica biodiversidade com potencial alimentício, contudo muitos alimentos vêm deixando de ser consumidos (BRASIL, 2015) e identificam-se lacunas de conhecimento sobre o tema (KINUPP e LORENZI, 2014).

Objetivos

Registrar sentidos, saberes e formas de preparo culinário relacionados a Plantas Alimentícias Não Convencionais em uma comunidade da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Metodologia

A horta comunitária e 04 quintais constituíram o campo de pesquisa. A indicação dos quintais foi realizada por informantes-chave da associação de moradores. As atividades foram desenvolvidas entre 2016 e 2017 em 03 etapas: apresentação do tema PANC, convite para pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; visitas exploratórias com roteiros de entrevista semiestruturadas; e atividades de devolução de dados de pesquisa à comunidade. Para fins de registro foram utilizados diário de campo e gravações de áudio.

Resultados

Identificou-se relevante variedade das Plantas Alimentícias Não Convencionais, porém pouco utilizadas na alimentação diária, sendo o interesse maior em temperos e plantas medicinais. Apenas uma das famílias utiliza ocasionalmente as Plantas demonstrando fragilidade da preservação deste hábito. O conhecimento sobre as Plantas e o cuidado são atribuídos aos moradores mais idosos e às mulheres. As receitas compartilhadas revelaram monotonia na forma de preparo (refogado foi a mais utilizada). As Plantas são “não convencionais” sob a avaliação externa à comunidade, mas para a população são conhecimentos atribuídos aos antigos, aos antepassados, aos mais velhos e também à sobrevivência em momentos de escassez. Remontam, portanto, à tradição e fazem lembrar as regiões originárias das famílias. Percebem ainda, uma “supervalorização” sobre algumas espécies como guandu, fava preta e pimenta rosa, que “nas feiras da zona sul” têm alto valor de mercado, porém não são utilizados cotidianamente pelos moradores. Os dados foram devolvidos através da confecção de um livro de receitas e preparações servidas nos mutirões de conservação da horta.

Conclusão

O reconhecimento dessas Plantas integra-se ao contexto dos debates da agroecologia e do direito à cidade valorizando manifestação cultural e dos modos de produzir local. Fortalecer espaços de resgate, registro e partilha dos saberes populares e tradições é essencial para atividades de Promoção da Saúde e de Educação Alimentar e Nutricional mais adequadas e que se articulem à defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Referências

1. KINUPP, V.F. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS. 2007. 590f. Dissertação (Doutorado em Fitotecnia)- Faculdade de Agronomia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Alimentos regionais brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2. ed., p. 484, 2015.

3. BRASIL, Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, DF, 2014.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
5. COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA. Carta III ENA. 2014. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro, BA, 19 maio 2014.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Agroecologia; Plantas Alimentícias Não Convencionais; Alimentação Adequada e Saudável

GRUPO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE COMO ESTRATÉGIA NO CUIDADO NUTRICIONAL EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

MARIANA FERREIRA DE MENEZES SAUCEDA; MARCIELE BARCELOS ÁVILA; THAILA THAIANE GARCIA NUNES;
LIDIELE ROQUE BUENO

¹ UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa
sauceda.mariana@gmail.com

Introdução

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) é um serviço comunitário e territorial de nível secundário, que oferece aos usuários cuidados intensivos realizados por uma equipe multiprofissional. O uso de substâncias psicoativas pode comprometer o estado nutricional do usuário ocasionando carências nutricionais, desnutrição e ganho de peso que podem ser fatores de risco para comorbidades clínicas. O grupo de educação e saúde se constitui em um dispositivo que busca a auto expressão, diminuição do stress e da ansiedade por meio de atividades pautadas no diálogo de temas que envolvem patologias, hábitos alimentares, percepção corporal, comportamento alimentar e os significados da comida (NORONHA et al., 2016; BENEVIDES et al., 2010)

Objetivos

Apresentar um relato das atividades desenvolvidas envolvendo a educação nutricional em um grupo de educação e saúde de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e a sua importância como estratégia no cuidado em saúde mental.

Metodologia

Trata-se de um relato de vivência/experiência das atividades realizadas em um grupo terapêutico intitulado como "Educação e Saúde" de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, entre os meses de junho e setembro de 2017. Este grupo foi proposto pelo plano de ação do Programa de Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Pampa e realizado por residentes do Programa e profissionais do serviço. Os encontros aconteciam semanalmente e participaram das atividades em torno de 15 usuários de ambos os sexos. Os assuntos e as atividades desenvolvidas eram planejados de acordo com a necessidade do serviço e preferências dos usuários.

Resultados

Visando a necessidade de atividades terapêuticas que envolvessem saúde e alimentação dentro do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, o grupo de Educação e Saúde foi proposto com o intuito de abordar esses assuntos de forma dinâmica e multiprofissional. As atividades abordadas envolviam os temas: alimentação saudável, hábitos alimentares, a importância do consumo de alimentos naturais, alimentos industrializados, diferenças de alimentos light e diet, Diabetes Mellitus (DM), Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), gordura saturada e insaturada, colesterol e obesidade. Durante as atividades, os usuários interagem entre si e com os profissionais e eram estimulados a compartilhar suas próprias experiências sobre o assunto abordado. O grupo tornou-se um ambiente acolhedor onde os usuários e profissionais envolvidos exploravam temas além da alimentação e nutrição, mostrando a importância do trabalho multiprofissional para o cumprimento da integralidade na saúde, principalmente para essa população que possui carências psicológicas, físicas e sociais. Os participantes demonstraram maior interesse nas atividades que envolviam jogos de perguntas e respostas que tinham o intuito de potencializar as relações interpessoais com os colegas e também permitir a percepção do outro e de si mesmo, além da significação da comida.

Conclusão

Pode considerar-se que atividades envolvendo o incentivo à alimentação saudável é uma estratégia fundamental para a recuperação e manutenção de hábitos alimentares saudáveis, atuando na prevenção de doenças e na melhoria das condições de saúde, qualidade de vida dos usuários do serviço e a importância do trabalho de educação em saúde no âmbito da saúde mental vinculada à nutrição.

Referências

BENEVIDES, D.; PINTO, A. G. A.; CAVALCANTE, C. M.; JORGE, M. S. B. Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. Interface comunicação saúde

educação, v. 14, n. 32, p. 127-138, 2010.

NORONHA A. A.; FOLLE D.; GUIMARÃES A. N.; BRUM M. L. B.; SCHNEIDER J. F.; MOTTA M. G. C. Percepções de familiares de adolescentes sobre oficinas terapêuticas em um centro de atenção psicossocial infantil. Revista Gaúcha Enfermagem, v. 37, n. 4, 2016.

Palavras-chave: educação permanente; nutrição; saúde mental

GRUPO DE MÃES: ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

TAÍSA ALVES SILVA; MAÍSA TIRINTAN JORDANI; ISABELA GARCIA DA CUNHA GUIMARÃES; JULIANA GOMES DE SOUZA ARAUJO

¹ HC-UFTM - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

taisaalves_@hotmail.com

Introdução

O contexto de hospitalização e adoecimento que se refere à infância e à adolescência apresenta características específicas e complexas, principalmente no que se refere ao sofrimento emocional e desgaste físico vivido pelos familiares. Nesse aspecto, um espaço de escuta, troca de experiências, apoio e fortalecimento para os acompanhantes das crianças que se encontram internadas em ambiente hospitalar mostra-se uma importante estratégia de acolhimento, a fim de fortalecer as famílias para que estas possam oferecer cuidado às crianças e adolescentes hospitalizadas.

Objetivos

Investigar conhecimentos e habilidades das práticas que envolvem os cuidados, alimentação e nutrição materno-infantil e desenvolver ações de promoção da saúde.

Metodologia

Realizou-se revisão de literatura a cerca de assuntos relacionados aos cuidados maternos infantis. As atividades foram conduzidas pelas nutricionistas residentes em forma de grupos semanais abertos com familiares de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica de um hospital público universitário de Uberaba - Minas Gerais. A duração dos encontros foi de aproximadamente uma hora cada, nos quais foram discutidos temas relacionados aos cuidados com higiene, alimentação e nutrição materno-infantil. A investigação do conhecimento dos familiares foi realizada através do preenchimento de um formulário semi estruturado. O trabalho foi cadastrado no Sistema de Informação e Gestão de Projetos, com protocolo nº 274449.1329.253499.29052017.

Resultados

Foram realizados quinze encontros, totalizando cento e um participantes, com média de idade de trinta anos, a maioria composta por mães de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica. Em um primeiro momento foi aplicado um questionário sobre os conhecimentos dos participantes em relação a higienização dos alimentos e das mãos, ordenha e armazenamento do leite humano, preparo de fórmulas lácteas, aleitamento materno e alimentação saudável das nutrizas. Observou-se que os participantes conheciam pouco ou nada sobre ordenha (75%) e armazenamento de leite humano (81%), quanto às fórmulas lácteas infantis, não souberam dizer o que é (75%), nem como preparar (94%). Em relação a alimentação saudável a maioria dos participantes demonstraram dúvidas, principalmente, em relação ao consumo de café, chá mate, chá preto, chocolate, refrigerantes e bebidas alcoólicas durante o período da gestação e amamentação. Os temas foram abordados de diversas formas como dinâmicas, aulas expositivas dialogadas, no qual percebeu-se grande participação e contribuição dos integrantes do grupo.

Conclusão

Pode-se notar que a formação de grupos no ambiente hospitalar mostra-se necessária e útil como forma de promoção da saúde, pois trata-se de um espaço de convivência, no qual o acompanhante e familiares passam boa parte de seu dia. Assim, o grupo proporcionou inúmeras possibilidades de aproximação do profissional da saúde com as famílias, além da construção de habilidades e conhecimentos sobre cuidados e alimentação materno-infantil.

Referências

PISKE, F. et al. Grupo de apoio para acompanhante de crianças internadas em uma unidade pediátrica. **Psicol. Teor. Prat.**, v. 15, n. 1, p. 35-49, 2013.

Palavras-chave: promoção da saúde; mães; nutrição infantil

GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA: CONHECIMENTO DE USUÁRIOS E PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA.

ANA THAÍS ALVES LIMA; DANIELE DE ARAÚJO OLIVEIRA; LISIDNA ALMEIDA CABRAL

¹ ESTÁCIO - Centro Universitário Estácio do Ceará

lissidna@yahoo.com.br

Introdução

Guias alimentares vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos como maneira de realizar orientação alimentar em nível individual e coletivo para públicos diversos. o novo guia alimentar é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional no SUS e também em outros setores. Diante dos grandes esforços no Brasil concentrados na elaboração de guias alimentares e as poucas estratégias de implantação e avaliação, faz-se extremamente necessário um estudo que realize a avaliação tanto do conhecimento desses profissionais sobre alimentação saudável como da mudança de hábitos alimentares da população.

Objetivos

Comparar o conhecimento dos profissionais de saúde e dos usuários da estratégia saúde da família sobre as orientações propostas pelo Guia Alimentar Para a População Brasileira (GAPB) de 2014.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, analítico e transversal realizado com todos os profissionais de saúde e usuários da Estratégia Saúde da Família (ESF) com idades entre 18 e 59 anos, atendidos na unidade básica de saúde (UBS) do município de Maracanaú, Ceará, no período entre abril a junho de 2017. Fizeram parte deste estudo aqueles que aceitaram participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como também os profissionais de saúde da UBS. O cálculo do tamanho amostral foi feito pela fórmula de amostragem do universo finito, totalizando 200 pessoas. Aplicou-se um questionário de auto resposta adaptado de Menezes (2011) composto de perguntas com respostas fechadas de múltipla escolha. Inicialmente, foi aplicado um questionário que continha questões com dados demográficos como idade, grau de escolaridade e profissão. O questionário abordou ainda temáticas relacionadas a uma alimentação saudável como escolhas dos alimentos, preparações culinárias, atos de comer e a comensalidade, entre outras baseadas nas recomendações propostas pelo GAPB de 2014 e diretrizes do GAPB de 2006. Os dados foram tabulados em uma planilha no software Microsoft Office Excel (2016) e foram analisados por meio do teste t de Student. A pesquisa foi submetida no Comitê de Ética em Pesquisa do centro Universitário Estácio do Ceará e aprovado sob parecer de nº 2.248.921.

Resultados

Foram avaliados 182 usuários, sendo 127 do sexo feminino e 139 com ensino médio completo; e 18 profissionais, sendo 15 do sexo feminino e 12, profissionais de ensino médio. Em relação a percentual de acerto sobre as informações do novo guia, a média de acerto dos usuários foi de 49,95%, enquanto que a dos profissionais foi de 47,59%. Quanto aplicado o teste t de Student, comprovou-se não ter diferença significativa entre o conhecimento dos usuários e dos profissionais da atenção básica ($p = 0,255009$).

Conclusão

O percentual de acerto de ambos os grupos avaliados foi baixo, mostrando desconhecimento generalizado sobre o novo guia. Porém, a média de acerto dos usuários foi, em termos de frequência relativa, maior que o dos profissionais da atenção básica, embora essa diferença não seja significativa, o que mostra que os profissionais, que deveriam ser conhecedores, conhecem pouco dessa ferramenta de educação nutricional tanto quanto os usuários.

Referências

BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

MENEZES, Vanessa Conceição Rocha Araújo de. O conhecimento de profissionais de saúde que atuam na rede de atenção básica do Distrito Federal sobre os atributos conceituais de promoção a alimentação saudável propostos pelo Guia Alimentar da População Brasileira. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2011.

OLIVEIRA, Kathleen Sousa. Barreiras para promoção da alimentação saudável enfrentadas pelos profissionais de saúde

no Distrito Federal. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado profissional em saúde pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2010.

Palavras-chave: Atenção Básica; Guia Alimentar; conhecimento

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO SOBRE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS OSTRAS

CAROLINA SOARES DA SILVA; DEBORAH RAYANNE SOUSA LOPES; VANESSA SCHOTTZ; FERNANDA AMORIM DE MORAIS NASCIMENTO BRAGA; GLADIS TERESINHA DE AVILA BANDEIRA CARDOSO; ADRIANA SILVA

¹ UFRJ MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Macaé, ² ATAN - SEMUSA - Área Técnica de Alimentação e Nutrição - Área Técnica de Alimentação e Nutrição, Secretaria Municipal de Saúde de Rio das Ostras, ³ NESAM- UFRJ MACAÉ - 2Núcleo de Estudos da Saúde e Alimentação Materna e da Mulher
carolina.soares@gmail.com

Introdução

O profissional nutricionista possui competência e habilidades para atuar no campo da saúde coletiva, na qual a promoção à saúde e a determinação dos diagnósticos nutricionais permeiam o incentivo à mudança dos hábitos prejudiciais à saúde do indivíduo e ao consumo de alimentos in natura, assim como a valorização da agricultura local. Enquanto um agente de educação em saúde, o nutricionista deve atuar conjuntamente com o indivíduo na construção da autonomia e do senso crítico, a fim de detectar os problemas reais, buscando soluções originais e criativas a partir da realidade do mesmo e da sua família.

Objetivos

Sistematizar as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas, no âmbito do Estágio Curricular Supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva, por acadêmicas e docentes do curso de Nutrição da UFRJ Campus Macaé em parceria com Nutricionistas que atuam na Rede Pública de Saúde do município de Rio das Ostras.

Metodologia

As ações de EAN foram planejadas com base na perspectiva teórica-metodológica da Educação Popular em Saúde, que tem como princípios a valorização do saber popular, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de metodologias que contribuam para formar sujeitos críticos e autônomos. As oficinas educativas buscaram considerar a experiência e o contexto de vida dos usuários, a escolaridade, as comorbidades e a vivência do processo saúde-doença. Entre os meses de junho e julho de 2017 foram realizadas oficinas de EAN direcionadas aos participantes dos grupos de adultos portadores de doenças crônicas não transmissíveis (principalmente idosos), crianças e adolescentes diabéticos e gestantes adolescentes. Tais grupos se reuniam semanalmente e eram acompanhados por uma equipe de trabalho multiprofissional.

Resultados

Em consonância com os princípios e diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, as oficinas foram desenvolvidas de forma contínua e construtiva, sendo abordadas as seguintes temáticas: i) Como montar o meu prato? - cada participante era convidado a montar um prato com os alimentos que consumiam no almoço e estimulados a refletir criticamente sobre suas práticas alimentares e apresentarem suas dúvidas. Foi enfatizada a importância de se realizar as refeições em companhia, para adquirir e fortalecer laços afetivos; ii) O que tem de verdade nos alimentos? – sensibilizar sobre a necessidade de se reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, a partir da leitura e discussão sobre o conteúdo dos rótulos; iii) Oficina sensorial – aguçar os sentidos e motivar a autonomia na preparação de refeições baseadas no uso de alimentos in natura, os participantes saborearam e sentiram o cheiro de diversas ervas e especiarias que poderiam ser utilizadas em substituição aos temperos industrializados; iv) Segurança Alimentar e Nutricional – alertar sobre os riscos do consumo de alimentos transgênicos e com agrotóxicos, incentivar a prática de hortas caseiras e o consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar do município.

Conclusão

A participação ativa dos membros dos diferentes grupos de educação em saúde, observada por meio do aumento da frequência e das recorrentes falas sobre o desejo de mudança das práticas alimentares, aponta para a importância de o nutricionista incorporar à sua prática profissional o desenvolvimento de metodologias ativas de EAN que dialoguem com o cotidiano de vida dos usuários, que interajam com seus saberes e que valorizem as diferentes formas de vivenciar o processo saúde-doença.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília. 2 ed. 2014.

RECINE, E. Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva / Elisabetta Recine, Andrea Sugai Mortoza. Brasília: Observatório de Políticas de Segurança e Nutrição, 2013.

Palavras-chave: Atenção Básica; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Popular em Saúde; Metodologias Ativas

HÁBITOS ALIMENTARES DE ADULTOS E IDOSOS DE UMA COMUNIDADE CARENTE DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

LUANA LOPES PADILHA; DAISE PEREIRA DE ARAÚJO; LILIAN FERNANDA PEREIRA CAVALCANTE; WYLLYANE RAYANA CHAVES CARVALHO SANTOS; NAIANE FREIRE ROCHA; ARIADINA JANSEN CAMPOS

¹ FACSAOLUIS - FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS, ² UFMA - Universidade Federal do Maranhão
padilhalluana@yahoo.com.br

Introdução

O Brasil tem vivido, ao longo dos anos, muitas transformações alimentares onde o cultivo do seu alimento deu lugar a produtos industrializados afetando a segurança alimentar e nutricional da população. Dentre os fatores que incentivaram a mudança dos hábitos alimentares destaca-se a urbanização, distribuição de alimentos em larga escala, processamento de alimentos, ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres e praticidade no consumo. Houve uma substituição de alimentos *in natura* e tradicionais, como arroz e feijão, por alimentos processados e ultraprocessados.

Objetivos

Avaliar os hábitos alimentares de adultos e idosos de uma comunidade carente do município de São Luís, Maranhão.

Metodologia

Estudo transversal, realizado com 61 adultos e idosos, de ambos os sexos, residentes em domicílios permanentes, com idade maior ou igual a 20 anos, no ano de 2017. Trata-se de um estudo piloto de uma pesquisa maior intitulada "Associação entre o perfil socioeconômico, demográfico e de saúde com a (in) segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de São Luís - MA". Nesta pesquisa foi aplicado um questionário pré-elaborado para obtenção dos dados demográficos, socioeconômicos e hábitos alimentares. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Quanto ao hábito alimentar foi pesquisado sobre o consumo de carne, feijão, arroz, verduras, frango, suco natural, frutas, refrigerante, suco artificial e leite, com as seguintes opções de frequência de consumo: um a dois dias/semana; três a quatro dias/semana; cinco a seis dias/semana, todos os dias; quase nunca e nunca. Foram realizados os testes *qui quadrado* ou *Exato de Fisher* para associação entre a frequência de consumo dos alimentos (consumiu versus não consumiu) e a renda familiar (menor ou igual a 1 salário mínimo e maior ou igual a 2 salários mínimos). O nível de significância adotado foi de 5%. A pesquisa matriz foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão sob protocolo de nº 2.290.025.

Resultados

Das pessoas avaliadas, 85,25% eram mulheres, 62,30% tinham idades entre 31-59 anos, 60,66% autodeclararam-se pardas, 34,43% estavam em união conjugal, 27,87% eram donas de casa e 63,93% eram do interior do Maranhão. Quanto ao consumo alimentar, 95,08% consumiam arroz todos os dias, 37,70% consumiam feijão diariamente, 37,70% comiam verduras todos os dias, 40,98% consumiam carnes de 3 a 4 dias por semana, sendo que 72,13% dos entrevistados retiravam o excesso de gordura dessa carne, 36,07% comiam frango de 1 a 2 dias por semana, dos quais 88,52% retiravam a pele do frango. Quanto ao suco natural, 21,31% consumiam de 1 a 2 dias por semana e 21,31% consumiam diariamente, 36,07% quase nunca tomavam refrigerante e quando o consumiam, 73,77% preferiam os normais, 44,26% não consumiam suco artificial, 49,18% comiam frutas diariamente, 54,10% consumiam leite diariamente, sendo que 77,05% preferiam leite integral. Quanto à associação entre os consumos dos alimentos avaliados e a renda familiar, não houve associação estatisticamente significativa ($p > 0.05$).

Conclusão

Os hábitos alimentares da comunidade, em sua maioria, apresentaram-se adequados. Embora se tenha uma mudança no comportamento alimentar nos últimos tempos na população brasileira; nessa comunidade, alimentos bases da nossa cultura como arroz e feijão, tentam ser mantidos pela maioria dos entrevistados.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar – 2004/2009. Rio de Janeiro; 2010.

PONS, S.C. Pontos de partida teórico-metodológicos para o Estudo Sociocultural da Alimentação em um contexto de

transformação. In: Canesqui AM, Garcia RWD. Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 101-128.

REINALDO, E.D.F. et al. Mudanças de Hábitos Alimentares em comunidades Rurais do semiárido da Região Nordeste do Brasil. *Interciência*, v. 40, n. 5, p. 330-336, 2015.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Segurança alimentar e Nutricional; Transição Nutricional

HÁBITOS ALIMENTARES DE NIPO-BRASILEIROS RESIDENTES NO JAPÃO: RESULTADOS PRELIMINARES

FABIANA HITOMI TANABE; SATOMI ISHII

¹ JICA - HOKKAIDO - Agência de Cooperação Internacional do Japão, ² RGU - Rakuno Gakuen University
tanabefabi@gmail.com

Introdução

A cultura alimentar está relacionada à forma de manifestação de um povo no que se refere à obtenção e preparação dos alimentos, e de como ele irá se portar na sociedade (LEONARDO, 2009). Migrantes e seus descendentes apresentam cultura alimentar interessante pois são obrigados a adotar novos hábitos, mantendo algumas práticas, fenômeno conhecido por aculturação dietética. O Brasil possui a maior proporção de pessoas de origem japonesa fora do Japão. A alimentação sofre influência dos dois países, sendo esta importante fator de risco para doenças que preocupam a saúde coletiva (TANABE; DREHMER; NEUTZLING, 2013).

Objetivos

Investigar os hábitos alimentares de nipo-brasileiros residentes no Japão e analisar a influência da cultura japonesa e brasileira na dieta desses indivíduos.

Metodologia

Estudo quanti-qualitativo em nipo-brasileiros residentes nas províncias japonesas de Aichi e Shizuoka, locais de grande concentração de brasileiros no Japão, realizado em agosto de 2017. Foi aplicada entrevista semi-estruturada com perguntas relacionadas a dados pessoais e a hábitos alimentares praticados no Brasil e no Japão. Incluiu-se algumas questões de aspecto cultural, a fim de avaliar influência da ancestralidade japonesa na vida dessas pessoas. Considerou-se como nipo-brasileiro indivíduo brasileiro que tivesse ao menos um de seus ancestrais de origem japonesa. Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da pesquisa. O trabalho foi financiado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão– JICA, através da bolsa de treinamento técnico em Nutrição no Japão, com supervisão pela Rakuno Gakuen University.

Resultados

Ao todo, 55 indivíduos responderam à entrevista completa, sendo 54,6% homens (n=30) e 45,4% mulheres (n=25). A faixa etária variou de 18 a 63 anos entre os homens, e de 18 a 75 anos nas mulheres. A maioria dos entrevistados (74,5%, n=41) trabalha como funcionário terceirizado de fábrica no Japão. Sobre estado de origem, 41 dos 55 entrevistados são nascidos em São Paulo, enquanto os demais se dividem em Paraná (n=4), Rio Grande do Sul (n=3), Mato Grosso do Sul (n=2), Pará (n=1), e nascidos no Japão (n=4). Em relação a hábitos vinculados com cultura alimentar japonesa, notou-se que a preparação e consumo de certos alimentos variavam com a província japonesa de origem de seus ancestrais, assim como ocorre no Japão. Tal fato ficou mais explícito no que se refere ao prato *ozouni*, feito de bolinhos de arroz glutinoso imersos em caldo, que é bastante consumido na celebração do Ano Novo no Japão. Descendentes da província de Okinawa, da mesma forma que okinawanos nativos, relataram não consumir tampouco conhecerem o prato. Quando perguntados se sentiam falta de algum ingrediente brasileiro na dieta, 87,3% (n=48) responderam que não sentem falta, uma vez que existem mercados de produtos brasileiros em sua região. Em relação a talheres utilizados durante as refeições, também a maioria dos entrevistados referiu preferir o garfo ao hashi, palitinhos usados no Japão.

Conclusão

A partir dos resultados preliminares da pesquisa, pode-se notar que os nipo-brasileiros residentes nas províncias de Aichi e Shizuoka estão bem adaptados no Japão no que diz respeito à alimentação. A disponibilidade de mercados com produtos brasileiros provavelmente tenha favorecido esse processo, assim como a prévia familiaridade com a culinária japonesa no Brasil.

Referências

LEONARDO, Maria. Antropologia da alimentação. **Revista Antropos**. Vol 3, Ano 2. Brasília, dezembro de 2009.
TANABE, Fabiana Hitomi; DREHMER, Michele; NEUTZLING, Marilda Borges. Consumo alimentar e fatores dietéticos envolvidos no processo saúde e doença de Nikkeis: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, vol. 47, núm. 3, pág 634-646. São Paulo, junho de 2013.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Cultura Alimentar; Emigrantes e Imigrantes; Hábitos Alimentares; Nipo-brasileiros.

HÁBITOS ALIMENTARES DOS ADOLESCENTES DO NORTE DO BRASIL: COMPARATIVO ENTRE OS RESULTADOS DE DUAS PESQUISAS POPULACIONAIS.

VICTOR VIEIRA DE OLIVEIRA; MARÍLIA DE SOUZA ARAÚJO; NAYZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ; NALU DE MORAES RIBEIRO; IANE RAQUEL DE SOUZA BARATA; TÚLIO GONÇALVES GOMES

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
vicvoli2310@gmail.com

Introdução

As pesquisas populacionais abrangem uma amostra representativa da população e permitem a obtenção de informações sobre a situação de saúde de um grupo (IBGE, 2015). As pesquisas com adolescentes vem aumentando nos últimos anos devido o crescente numero de doenças que surgem nesta faixa etária (MALTA et al, 2013). A ultima Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (IBGE, 2016) realizada em 2015, traz um recorte populacional com escolares de 13 a 17 anos de idade frequentando as etapas de ensino público e privado de todas as regiões do país; outro importante estudo neste tema é o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes – ERICA (SOUZA, 2016) realizado entre 2013 e 2014, que trabalhou com amostra de escolares com idade compreendida entre 12 a 17 anos que frequentavam escolas públicas e privadas, objetivando avaliar a prevalência de fatores de risco cardiovasculares e síndrome metabólica.

Objetivos

Objetivou-se descrever neste estudo os principais hábitos alimentares dos adolescentes da região Norte do Brasil a partir de dois importantes estudos populacionais.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido por meio de levantamentos bibliográficos, utilizando-se de leituras em periódicos e artigos científicos (SciELO).

Resultados

No comparativo entre os resultados dos dois estudos encontram-se algumas divergências em relação aos hábitos alimentares consumidos pelos adolescentes independentemente do sexo e faixa etária. Enquanto que os cinco alimentos mais consumidos na PeNSE foram o feijão (42,4%), legumes e verduras (36,7%), frutas frescas ou saladas (30,5%), refrigerantes (26,4%) e ultra processados (25%); no ERICA o ranking sofre algumas alterações tendo o arroz e preparações (82%), pães (64,8%), seguido do café (64%), carne e preparações (59,7), feijões e leguminosas (57,2%). Estes resultados quando comparados com as outras regiões de ambos os estudos trazem alguns detalhes interessantes: o consumo de café entre os cinco alimentos mais consumidos só aparece na região Norte; o feijão fica entre os alimentos mais consumidos em todas as regiões em ambos os estudos.

Conclusão

Diante do exposto, percebe-se que os dois estudos trazem consideráveis diferenças em seus resultados. Observando a metodologia de cada um notam-se algumas diferenças metodológicas. No ERICA o consumo alimentar foi verificado por recordatório de 24 horas e na PeNSE o mesmo foi estimado através de marcadores de frequência. Diferentemente da comparação do ERICA com a PeNSE realizada em 2012 que apesar das diferenças metodológicas na avaliação da ingestão dietética o padrão de consumo alimentar observado foi similar, na comparação com os resultados de 2015 esta similaridade não permanece.

Referências

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde escolar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XX. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015

MALTA, D.; SILVA JR, J.B. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 22, n. 1, p. 151-164, mar. 2013.

SOUZA, A.M, BARUFALDI, L.A.; ABREU, G.A.; GIANNINI, D.T.; OLIVEIRA, C.L.; SANTOS, M.M. et al. ERICA: ingestão de macro e micronutrientes em adolescentes brasileiros. Rev. Saúde Publica. 2016.

Palavras-chave: ERICA; PeNSE; pesquisa populacional; saúde coletiva

HÁBITOS ALIMENTARES: UMA REVISÃO ACERCA DA NUTRIÇÃO NORDESTINA

JOSEFA JULIANA DE OLIVEIRA; QHETILLIN DA SILVA SANTOS; DANIELA ALVES DE SOUZA

¹ UNIAGES - Centro Universitário AGES

olv.juliana@outlook.com

Introdução

A construção de hábitos alimentares saudáveis constitui um requisito fundamental para a promoção da saúde e prevenção de doenças, principalmente as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (SCHMIDT et al, 2011). As diferenças culturais existentes nas diversas regiões do país podem influenciar na formação dos hábitos alimentares e estilo de vida, dessa forma o presente estudo avaliou os hábitos alimentares de moradores da região Nordeste, em municípios dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, levando em consideração características regionais que podem contribuir para o aumento dos índices de DCNT ou outras patologias alimentares (BLEIL, 2010).

Objetivos

Avaliar os hábitos alimentares de moradores da região Nordeste, e compreender de que forma a alimentação dos moradores dessa região pode contribuir para o quadro de obesidade e/ou DCNT da população brasileira.

Metodologia

O presente estudo foi realizado de modo transversal em adultos residentes em 10 municípios do interior da Bahia, Sergipe e Alagoas. A amostra foi de 164 indivíduos, que foram abordados em suas residências para a aplicação do questionário, tendo conhecimento do que estava no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O instrumento utilizado para obter as respostas foi o questionário validado pelo Ministério da Saúde, com algumas adaptações feitas após a realização de pré-testes. O mesmo é dividido em duas partes: dados pessoais e frequências diárias de ingestão de alimentos, que envolvem questões gerais sobre hábitos de vida e alimentares. Não participaram da pesquisa gestantes, pessoas em dietas muito restritivas e pessoas fora da faixa etária de 18 a 59 anos. Os dados foram tabulados em Microsoft Excel 2013 para que fossem obtidos média, desvio padrão e frequências relativa e absoluta.

Resultados

Da população entrevistada, maior parte (56%) era do sexo feminino. Apenas 2% dos entrevistados eram fumantes e maioria (62%) ingere bebida alcoólica com frequência. Parte significativa da amostra se encontra eutrófico (58%), já 28% está sobrepesado. A maioria dos entrevistados (52%) consome apenas 1 ou 2 porções de fruta por dia, enquanto apenas 27% consome de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde. Quanto a ingestão de legumes, apenas 2% da amostra consome de acordo com as recomendações. No que se refere a ingestão de leguminosas, uma quantidade significativa das pessoas (65%) se alimentam de acordo com a recomendação. 89% da amostra come mais de 2 porções de carnes ou ovos por dia, enquanto a ingesta adequada de peixes é, em sua maioria (46%), sazonal. No que se refere ao consumo de doces, frituras e embutidos, grande parte da amostra consome de 2 a 5 vezes por semana (42%). Maioria (47%) dos entrevistados ingerem 8 ou mais copos de água por dia, 39% não praticam atividade física e 65% das pessoas nunca ou quase nunca leem o rótulo dos alimentos.

Conclusão

Os hábitos alimentares da população estudada se mostraram regulares. A maioria da população consome frutas, legumes e leguminosas, porém não atende a recomendação total do Ministério da Saúde. A maioria dos entrevistados se encontram sedentários e consomem bebida alcoólica frequentemente. Outro problema encontrado é que a maioria das pessoas não leem os rótulos dos alimentos. Em face do exposto, os resultados apresentados podem ser considerados fatores de risco para o desenvolvimento de DCNT ou outras patologias alimentares.

Referências

SCHMIDT, Maria Inês et al. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. 2011.

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. Cadernos de Debate, v. 6, n. 1, p. 1-25, 2010.

Palavras-chave: Hábitos alimentares; Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Estilo de vida; Atividade física

HIPERURICEMIA E SUA ASSOCIAÇÃO COM ÍNDICES ANTROPOMÉTRICOS DE OBESIDADE GLOBAL E ABDOMINAL: UM ESTUDO COM NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RAQUEL DE ARRUDA CAMPOS BENJAMIM; LETICIA DINEGRI; EVANE MOISES DA SILVA; JAILMA SANTOS MONTEIRO; LEOPOLDINA AUGUSTA SOUZA SEQUEIRA DE ANDRADE; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

letydinegri@yahoo.com.br

Introdução

Quanto a possível associação obesidade e hiperuricemia, acredita-se que os obesos apresentem uma menor taxa de excreção do ácido úrico devido a uma condição chamada de lipotoxicidade, na qual altera os túbulos contorcidos proximais diminuindo assim a eliminação deste composto. A redução do peso reverteria essa lipotoxicidade recuperando os níveis normais de excreção de uratos (LELLIOTT, 2004).

Objetivos

Avaliar a associação entre hiperuricemia e índices antropométricos de obesidade global e abdominal em nutricionistas do estado de Pernambuco.

Metodologia

Estudo transversal, com nutricionistas do sexo feminino do estado de Pernambuco vinculadas ao Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6). A coleta de dados foi realizada em maio de 2013 por meio de questionário online. Para o diagnóstico do excesso de peso e obesidade abdominal foi utilizado o índice de massa corporal (IMC) com a classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS (WHO, 1995) e a circunferência abdominal (CA), avaliada de acordo com os pontos de corte da OMS (WHO, 1998). Quanto às variáveis antropométricas, os dados utilizados foram referidos pelos nutricionistas. Desse modo, foram solicitados os dados de peso e altura bem como que a nutricionista com o uso de uma fita métrica não extensível fizesse a avaliação da CA utilizando como sítio anatômico, a cicatriz umbilical. O ácido úrico, foi avaliado através do exame sanguíneo mais recente realizado pelas nutricionistas, na rotina de sua avaliação de saúde e os resultados foram analisados pelos pesquisadores deste trabalho, tendo como base o valor de referência de normalidade citado por Rosa (2015) de < 6,8 mg/dL. A construção do banco de dados e a análise estatística foram realizadas no programa SPSS 13.0. Para verificar associações entre as variáveis dicotômicas, foram aplicados o teste do Qui-quadrado ou teste exato de Fisher. Foi adotado o nível de significância de 5% para rejeição da hipótese de nulidade. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE: 13380613.4.0000.5208).

Resultados

Foi analisada uma amostra total de 277 nutricionistas com mediana de idade de 29 anos, sendo a maioria (51%) com idade entre 20 e 29 anos. Os resultados mostram que 74,0% da amostra estudada estava eutrófica, 16,6% apresentava excesso de peso, 5,4% eram obesas e 4% tinham baixo peso. Analisando a CA, nota-se que 54,8% não apresentava risco, 27,8% possuía risco elevado (CA > 80cm) e 17,4% apresentavam risco muito elevado (CA > 88cm). Das 277 nutricionistas estudadas, 59,2% (n=164) possuíam exame recente de ácido úrico sérico e destas 12,2% apresentavam hiperuricemia com uma mediana de 4,7mg/dL. Houve associação estaticamente significativa entre hiperuricemia e faixa etária igual ou superior a 40 anos e entre hiperuricemia e excesso de peso. Não foi evidenciado resultado estaticamente significativo entre CA e ácido úrico alterado.

Conclusão

Esses achados evidenciam a necessidade de medidas de intervenção tanto no tratamento quanto na prevenção do excesso de peso visando reduzir a ocorrência de hiperuricemia e conseqüentemente da morbimortalidade por doenças cardiovasculares.

Referências

LELLIOTT, C.; VIDAL-PUIG, A. J. Lipotoxicidade, um desequilíbrio entre lipogênese de novo e oxidação de ácidos graxos. *Int J Obes Relat Metab Disord*, v28 Suppl 4, Dec, p. S22-8, 2004.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: The use and interpretation of anthropometry. WHO Technical Report Series, n. 854, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity. Report WHO Consult. Obesity Geneva, p. 7-15, 1998.

ROSA, V. D.; BORDINHÃO, T.; DIAS, J. B.; OKINO, A. M.; VENTURINI, D. Nível de ácido úrico como biomarcador diagnóstico e prognóstico de doenças cardiovasculares. Seminário: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 36, n. 1, supl, p. 159-168, 2015.

Palavras-chave: ácido úrico; obesidade ; obesidade abdominal

IDADE E SUA RELAÇÃO COM PRESSÃO ARTERIAL E MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS EM HOMENS HIPERTENSOS SOB TERAPIA MEDICAMENTOSA

BRUNA MERTEN PADILHA; RAPHAELA COSTA FERREIRA; JULIANA FERREIRA BARBOSA; PATRÍCIA BARBOSA FIRMO; SANDRA MARY LIMA VASCONCELOS; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ² UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, ³ IMIP - Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
bruna48@hotmail.com

Introdução

O envelhecimento provoca diversas mudanças biológicas, como inflamação, estresse oxidativo e disfunção endotelial, que levam ao aumento da resistência vascular periférica e, conseqüentemente, da pressão arterial. Não obstante, está associado a menor taxa metabólica basal e aumento da suscetibilidade para obesidade geral e abdominal, fatores complicadores associados à hipertensão arterial.

Objetivos

Avaliar a relação entre idade, pressão arterial e medidas antropométricas em homens hipertensos sob terapia medicamentosa.

Metodologia

Estudo do tipo transversal, cujo recorte foi extraído do banco de dados da pesquisa intitulada “Consumo e práticas alimentares, fatores de risco modificáveis para doenças crônicas e prognóstico de hipertensos do Estado de Alagoas”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE:19203313.2.0000.5013) e realizada com usuários de unidades de saúde de Alagoas, no período de setembro de 2013 a dezembro de 2015. Todos os participantes firmaram o aceite através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para este recorte, foram selecionados os homens hipertensos sob terapia medicamentosa. Foram obtidos dados demográficos (idade), antropométricos e de pressão arterial. As medidas de peso e altura foram realizadas segundo Lohman et al. (1988), utilizando-se balança eletrônica portátil Marte® e estadiômetro portátil Seca®. A circunferência da cintura e a circunferência do quadril foram aferidas com fita métrica inextensível de fibra de vidro (Sanny®) (comprimento máximo de 150cm e precisão de 0,1cm), no ponto médio entre o último arco costal e a crista ilíaca no momento da expiração e na região glútea de maior amplitude, respectivamente. O índice de massa corporal (kg/m^2) foi calculado e classificado segundo a Organização Mundial de Saúde (2000). Calcularam-se ainda o índice de conicidade, a razão cintura-quadril e a razão cintura-estatura. A aferição da pressão, realizada com aparelho digital Omron®, seguiu os critérios definidos pelas VII Diretrizes Brasileiras de Hipertensão (2016). A análise estatística foi efetuada utilizando-se o programa SPSS versão 13.0. As variáveis contínuas foram testadas quanto à normalidade pelo teste de *Kolmogorov-Smirnov*. Como apresentaram distribuição normal, os dados foram expressos em média e desvio-padrão. Para averiguar a relação entre idade, pressão arterial e medidas antropométricas, utilizou-se o teste de correlação de Pearson. A significância estatística foi estabelecida como $p < 0,05$.

Resultados

Foram avaliados 82 homens, com idade entre 19 e 60 ($49,5 \pm 7,9$) anos. A pressão arterial sistólica variou entre 100 e 225mmHg ($146,9 \pm 25,6$ mmHg) e a diastólica entre 60 e 150mmHg ($92,5 \pm 16,3$ mmHg). Evidenciou-se excesso de peso, segundo o índice de massa corporal, em 73 (90,1%) homens. Encontrou-se correlação positiva estatisticamente significativa entre idade e pressão arterial sistólica ($r=0,268$; $p = 0,015$); índice de conicidade ($r=0,470$; $p < 0,001$); razão cintura-quadril ($r=0,360$; $p=0,018$); e razão cintura-estatura ($r=0,308$; $p=0,010$). Pressão arterial diastólica, índice de massa corporal e circunferência da cintura não apresentaram relação com a idade.

Conclusão

Neste estudo, realizado com homens hipertensos sob terapia medicamentosa, a idade apresentou relação com a pressão arterial sistólica, o índice de conicidade, a razão cintura-quadril e a razão cintura-estatura.

Referências

BUFORD, T.W. Hypertension and aging. *Ageing Research Reviews*, v.26, p. 96–111, 2016.

GALVÃO, R. R. S.; SOARES, D. A. Prevalência de hipertensão arterial e fatores associados em adultos: uma revisão na

literatura brasileira. Revista de Atenção Primária à Saúde, v. 19, n. 1, p. 139-149, 2016.

LOHMAN, T.G.; ROCHE, A.F.; MARTORELL, R. Anthropometric standardization reference manual. Champaign: Human Kinetics Books, 1988.

SBC. Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Hipertensão, Sociedade Brasileira de Nefrologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 107, n. 3, supl.3, p. 1-104, 2016.

WHO. World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a World Health Organization Consultation. Geneva: WHO; 2000. (WHO Obesity Technical Report Series 284).

Palavras-chave: Circunferência da cintura; Hipertensão; Índice de massa corporal; Obesidade; Tratamento farmacológico

IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE E VARIEDADE DOS ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS EM FEIRAS ORGÂNICAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA- ES

JULIANA CHEQUER MACHADO; PAULA CHEQUER MACHADO; MAYLA DUTRA DA SILVA; HERISON BRIGIDO; PATRICIA MORAES FERREIRA NUNES

¹ MULTIVIX - Faculdade Multivix

juchequer@gmail.com

Introdução

A produção de alimentos orgânicos é baseada em técnicas que dispensam o uso de insumos como pesticidas sintéticos e fertilizantes químicos. Estes produtos trazem benefícios para a saúde, por não conterem agrotóxicos e utilizarem técnicas que respeitam o meio ambiente e visam a qualidade e sazonalidade do alimento. Assim, os consumidores tendem a se identificar e preferir alimentos naturais, da agricultura que garanta a qualidade de vida.

Objetivos

Identificar os alimentos mais consumidos e a percepção dos consumidores sobre a qualidade e a variedade desses alimentos em feiras orgânicas do município de Vitória – ES.

Metodologia

Estudo transversal, realizado nos meses de setembro e outubro de 2017. As entrevistas foram feitas em todas as feiras orgânicas do município de Vitória – ES, organizadas pela Secretaria da Agricultura, e que fazem parte do Programa de Fortalecimento da Agricultura Orgânica. Foram entrevistados 100 indivíduos adultos, que estavam presentes nessas feiras. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado. As entrevistas foram realizadas através de perguntas estruturadas. Os grupos de alimentos analisados foram Hortaliças, legumes, frutíferas, produtos de origem animal, leite, ovos e cereais. Foram apontados os alimentos mais consumidos em cada grupo. Para análise de qualidade e variedade foram apresentadas opções de respostas: “excelente”, “boa”, “razoável” e “fraca”. Todos os participantes foram esclarecidos do conteúdo e objetivo da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

No grupo das Hortaliças o alimento mais consumido foi a alface (descrito por 42% dos entrevistados) e a couve consumida por 17%. No grupo dos Legumes, a cenoura foi alimento mais consumido (24% dos entrevistados), seguido da batata com 14%. A banana aparece como fruta mais consumida (33%), seguida da maçã (6%). O produto de origem animal apontado como o mais consumido foi o frango (descrito por 10% dos entrevistados). O queijo foi relatado por 3% e os ovos por 1% dos entrevistados. Quanto à qualidade, 55% dos entrevistados avaliaram as feiras como “excelente”; 44% avaliou como “boa” e 1% avaliou como “fraca”. Em relação à variedade dos produtos comercializados nas feiras, 47% dos entrevistados considerou “boa”, 30% avaliou como “excelente”, 20% como “razoável” e 3% como “fraca”.

Conclusão

Mais da metade dos consumidores entrevistados classificou a qualidade das feiras como excelente, seguido de boa qualidade. A classificação “razoável” não foi citada e “qualidade fraca” foi apontada por menos de 2% dos entrevistados. Quanto à variedade, menos de 50% classificou como “boa”, seguido de “excelente” (30%), “razoável” (24%) e “fraca” (um pouco mais de 2%). Essa pouca variedade pode ocorrer devido à sazonalidade dos produtos orgânicos, que são produzidos com técnicas de cultivo agroecológicas. Entre os grupos de alimentos pesquisados, os mais consumidos foram as hortaliças, verduras e frutas.

Referências

SOUSA, Anete Araujo et al. Alimentos Orgânicos e Saúde Humana: estudo sobre as controvérsias. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v31n6/v31n6a10.pdf>. Acesso em 29 de Outubro de 2017.

REIS, Gustavo Quitto Amaral et al. Produtos Orgânicos: um estudo de mercado na feira livre de Pato Branco- PR. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/iii_conape/Arquivos/Artigos/Artigoscompletos/ADMINISTRACAO/31.pdf. Acesso em 25 de Outubro de 2017.

Palavras-chave: Feiras orgânicas; Alimentação saudável; Produtos orgânicos; Consumo alimentar

IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS ALIMENTARES DE UM QUESTIONÁRIO DE CONSUMO ALIMENTAR BASEADO NA WEB POR ESCOLARES

CLARICE PERUCCHI LOPES; LUCIANA JEREMIAS PEREIRA; PATRICIA DE FRAGAS HINNIG; MARIA ALICE ALTENBURG DE ASSIS; PATRICIA FARIA DI PIETRO; FRANCILENE GRACIELI KUNRADI VIEIRA

¹ UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

lucianajpereira@hotmail.com

Introdução

Questionários baseados na *web* têm sido desenvolvidos e utilizados para medir o consumo alimentar da população infantil. As formas de identificação e classificação dos alimentos pelas crianças podem auxiliar na determinação dos nomes, na representação gráfica e no *design* de busca dos alimentos nesses instrumentos.

Objetivos

Verificar o modo como escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental identificam e classificam os 32 itens alimentares do questionário on-line de Consumo Alimentar e Atividade Física de Escolares (*webCAAFE*) em grupos de alimentos semelhantes e quais as nomenclaturas utilizadas para rotular os grupos.

Metodologia

Estudo qualitativo, quantitativo e exploratório. Utilizou-se uma amostra intencional de 133 escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Florianópolis. Entrevistas semiestruturadas individuais foram realizadas com auxílio de um roteiro pré-testado e cartões com imagens dos 32 itens alimentares do questionário *webCAAFE*. Cada escolar foi convidado a identificar as imagens dos 32 itens alimentares; formar grupos de alimentos semelhantes e nomear cada grupo formado. Diferenças no número de grupos formados foram testados pelos testes *t student* e análise de variância. Análise de *cluster k-means* e suas medidas de similaridade foram utilizadas para identificar os agrupamentos semelhantes dos itens alimentares. Para as análises utilizou-se os softwares Stata 11.0 e R versão 3.3.1. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/Universidade Estácio de Sá (nº 1.053.203). Todos os participantes tiveram o consentimento por escrito dos responsáveis e assinaram um Termo de Assentimento.

Resultados

Todos os escolares nomearam os itens alimentares “queijo”, “ovo”, “leite” e “biscoito recheado” conforme estão nomeados no instrumento *webCAAFE*. O item alimentar “*nuggets*” foi identificado conforme o instrumento por menos da metade dos escolares (46%), seguido do item “macarrão/lasanha” (57,8%). Os escolares fizeram em média 9,1 pilhas de alimentos ($\pm 2,4$), com a média de 3,0 cartões ($\pm 1,8$) por pilha. Foram identificados 5 *clusters* (carnes, lanches e massas, doces, leite e derivados, e frutas/verduras e legumes). A nomenclatura mais frequente utilizada para nomear os grupos foi a taxonômica-profissional (47%), como carnes, frutas, bebidas, vegetais seguida da categoria nome do alimento específico (16%).

Conclusão

As classificações dos 32 itens alimentares nas categorias taxonômicas-profissionais podem ser testadas no *webCAAFE* em pesquisas futuras, no intuito de promover melhorias no *design* de busca dos itens alimentares no *webCAAFE*.

Referências

Palavras-chave: análise de cluster; categorização de alimentos; crianças; entrevistas semiestruturadas; questionário on-line

IMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES E ESTADO NUTRICIONAL

AMANDA LOIOLA CASTRO; JULIANA COSTA LIBOREDO

¹ UNIFEMM - Centro Universitário de Sete Lagoas

juliboredo@yahoo.com.br

Introdução

A adolescência é caracterizada por intensas modificações físicas e emocionais. Diante desse processo de mudanças e da forte influência da família, amigos e da mídia é comum que o adolescente apresente dificuldade em aceitar a sua nova aparência física e altere os hábitos alimentares e o estilo de vida na busca pelo corpo desejado. Dessa forma, a avaliação da satisfação corporal, bem como do estado nutricional adquirem importância fundamental, a fim de identificar os adolescentes que possuem risco nutricional e estabelecer estratégias que estimulem a auto-aceitação corporal.

Objetivos

Avaliar a satisfação corporal e o estado nutricional de adolescentes de uma escola pública do município de Cordisburgo, Minas Gerais.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado no período de junho a agosto de 2016. Foram estudados adolescentes de ambos os sexos, de 10 a 19 anos de idade, matriculados em uma escola pública de Cordisburgo (Minas Gerais). A avaliação da satisfação corporal foi realizada utilizando-se a escala de nove silhuetas proposta por Stunkard et al. (1983). Os alunos foram orientados a escolher uma silhueta que representava a percepção sobre seu corpo atual e a silhueta que gostaria de ter. Foram considerados satisfeitos aqueles que apresentaram diferença entre a silhueta real e a ideal igual a zero e insatisfeitos quando diferente de zero. O desejo de reduzir ou de aumentar a silhueta foi identificado quando a diferença era positiva ou negativa, respectivamente. Além disso, os adolescentes insatisfeitos responderam uma pergunta sobre a razão do desejo de modificar o peso. Para a avaliação do estado nutricional foi utilizado o Índice de Massa Corporal por idade (IMC/I) e a classificação foi realizada utilizando-se as curvas de crescimento do Ministério da Saúde (2006/2007). A associação entre variáveis categóricas foi realizado pelo teste χ^2 utilizando-se o SPSS. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética sob o parecer de número 1.547.763.

Resultados

Foram avaliados 116 adolescentes, com média de idade de $14,3 \pm 2,2$ anos, sendo 69,0% (n=80) do sexo feminino. A insatisfação com a imagem corporal foi observada em 62,1% (n=72) dos adolescentes, sendo que a maioria dos rapazes (63,9%; n=23) e das moças (61,2%; n=49) estava insatisfeita. Ao avaliar o desejo de aumentar e de diminuir o tamanho da silhueta, foi observada diferença significativa entre os sexos ($p < 0,05$). Mais da metade dos rapazes insatisfeitos gostaria de ter uma silhueta maior (52,2%; n=12), enquanto a maioria das moças desejava ter uma silhueta menor (61,2%; n=30). Os principais motivos para a insatisfação foram: desejo de ser magro (44,4%), engordar (26,4%), ganhar massa muscular (15,3%) e ter saúde (13,4%). Com relação ao estado nutricional, a maioria dos adolescentes apresentou-se eutrófica (75,9%; n=88), 11,8% (n=16) com sobrepeso, 7,8% (n=9) com obesidade e 2,6% (n=3) com magreza. O estado nutricional foi associado significativamente com a satisfação corporal em ambos os sexos ($p < 0,05$). Entretanto, 54,5% (n=48) dos adolescentes eutróficos estavam insatisfeitos. Além disso, a insatisfação foi observada em 66,7% (n=2) dos adolescentes com magreza, 83,3% (n=15) daqueles com sobrepeso e em todos os obesos (100,0%; n=7).

Conclusão

Diante do exposto, pôde-se observar alta prevalência de insatisfação com a imagem corporal em ambos os sexos. A maioria dos adolescentes era eutrófica, porém a insatisfação com a imagem corporal foi observada em todas as classificações do estado nutricional.

Referências

- AERTS, D.; CHINAZZO, H.; SANTOS, J.A.; OSEROW, N. R. Percepção da imagem corporal de adolescentes escolares brancas e não brancas de escolas públicas do Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Epidem. Servi. Saúde*, v.20, n.3, p.363-372, 2011.
- DISHCHEKENIAN, V.R.M.; ESCRIVÃO, M.A.M.; PALMA, D.; ANCONA-LOPEZ, F.; ARAÚJO, E.A.C.; TADDEI, J.A.A.C. Padrões alimentares de adolescentes obesos e diferentes repercussões metabólicas. *Revista de Nutrição*, v.24, n.1,

p.17-29, 2011.

PINHO, L.; FLÁVIO, E.E.; SANTOS, S.H.S.; BOTELHO, A.C.C.; CALDEIRA, A.P. Excesso de peso e consumo alimentar em adolescentes de escola pública no norte de Minas Gerais, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p.67-74, 2014.

STUNKARD, A.; SORENSEN, T.; SCHULSINGER, F. Use of the Danish adption register for the study of obesity and thinness. In: Kety, S. et al. (Ed.). *The genetics of neurological and Psychiatric disorders*. New York: Raven, p.115-120, 1983.

Palavras-chave: Adolescência; Satisfação; Silhueta

IMPACTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE ROTULAGEM DE ALERGÊNICOS EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

MARIANA COSTA CLAUDINO; OMARA MACHADO ARAÚJO DE OLIVEIRA; JULIANA DOS SANTOS VILAR

¹ IBMR - Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, ² UFF - Universidade Federal Fluminense
claudino@gmail.com

Introdução

Os rótulos são a comunicação do produtor com o consumidor e, apesar de existirem normas, estas não são seguidas. Essa questão fica latente no que se refere à população alérgica, já que, no tratamento, os alérgenos devem ser excluídos da dieta (CHADDAD, 2015). Neste contexto, após 14 meses de debate com a sociedade civil, incluindo o movimento Põe no Rótulo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) decidiu por unanimidade, através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 26/2015, que a indústria adequasse a rotulagem de alergênicos e, dessa forma, notificasse os principais alergênicos nos rótulos. Com a aprovação da norma, há expectativa de redução de reações por um consumo inadvertido, por erro na leitura e entendimento de rótulos ou por risco de contaminação cruzada (CLAUDINO et al., 2016).

Objetivos

Avaliar o impacto da rotulagem de alergênicos na maior compreensão das informações contidas nos rótulos.

Metodologia

Realizou-se um estudo transversal com diferentes marcas de produtos contendo leite, soja, ovo, peixe, amendoim, trigo e derivados na sua composição. Foram avaliados 30 rótulos desses produtos no comércio varejista no município de Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014 e outubro de 2017, a saber: pães, biscoitos, massas, fermento, adoçante, cerveja, farinha de trigo, atum, fécula de batata, mostardas, mistura para bolo, feijão, amendoim, proteína de soja, granola, queijos processados e leite. Para a comparação da adequação dos rótulos com a legislação vigente, foi elaborado um check list relacionando as informações obrigatórias, como: denominação de venda, quantidade, validade do produto fechado, validade do produto aberto, data de fabricação, modo de conservação após aberto, lista de ingredientes, tabela de informações nutricionais, porção, lote, Serviço de Atendimento ao Consumidor, frases obrigatórias RDC nº 26/2015 ANVISA, e idioma em português. Os resultados obtidos foram analisados com auxílio do software Microsoft Excel®.

Resultados

Verificou-se 50% de inadequação dos rótulos de alimentos analisados em relação à norma de alergênicos. Alguns produtos (13,5%) até continham as informações exigidas, mas com etiquetas coladas em locais variados da embalagem e não impressas corretamente. A maior irregularidade em relação à rotulagem de alergênicos foi a ausência do uso do negrito (40%), seguida do tamanho da fonte (37%). Por fim, em relação ao termo “ALÉRGICOS:” (33%), além das marcas que não informam como a norma obriga, há produtos com informações obrigatórias incompletas, ignorando o aposto da palavra e/ou com erros nutricionais e/ou de língua portuguesa, como “ALERGÊNICOS: CONTÉM...” no lugar de “ALÉRGICOS: CONTÉM...” Das marcas analisadas, 80% não informavam a data de validade após o produto aberto e 57% não tinham data de fabricação, além de 20% das empresas não divulgarem os contatos de seus SACs. Foi possível observar que as grandes marcas já se adequaram à RDC nº 26/2015.

Conclusão

A aprovação da norma de rotulagem de alergênicos no Brasil mostra como o país precisava avançar neste tema. O processo apontou que o consumidor quer compreender o que há dentro das embalagens de produtos industrializados. O envolvimento de cidadãos aconteceu por dois motivos: importância dos alergênicos nos rótulos e garantia de transparência na produção de alimentos para escolhas conscientes. Como a resolução é recente, ainda não há evidências sobre seu impacto, mas já pode-se dizer que o diálogo do produtor com o consumidor pode acontecer de forma mais clara.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o Regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 set. 2002.
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Resolução RDC nº 26, de 02 de julho de 2015. Dispõe

sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 jul. 2015.

CHADDAD, M.C.C. Rotulagem de alimentos: o direito à informação, à proteção da saúde e à alimentação da população com alergia alimentar, 1ed, Curitiba: Juruá, 2014. 268p.

CLAUDINO, Mariana Costa; CHADDAD, Maria Cecilia Cury; VILAR, Juliana dos Santos. Da dificuldade à informação: o impacto da RDC nº 26/2015 no tratamento da alergia alimentar. 2016. Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Rio de Janeiro, 2016.

Palavras-chave: alimentos; nutrição; alergias

IMPACTO DE UMA CAMPANHA DE REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO EM UM RESTAURANTE COMUNITÁRIO NO DISTRITO FEDERAL

MIKAELY FERNANDA ALVES RODRIGUES; MARIA CLÁUDIA DA SILVA; KARINA ARAGÃO MENDONÇA

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília
mariacaudianut@gmail.com

Introdução

Os Restaurantes Comunitários visam garantir acesso a alimentação adequada e saudável a todos, principalmente para aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade social e é de grande importância que este não seja produtor de desperdício. A fome e o desperdício de alimentos ainda são dois dos maiores problemas que o Brasil enfrenta, constituindo-se em um dos paradoxos de nosso país. Os Restaurantes Comunitários oferecem refeições mais acessíveis para que a fome, principalmente dos mais vulneráveis, possa ser saciada e é de grande importância que esse equipamento de segurança alimentar e nutricional não seja produtor de desperdício pois é este que possibilita a diminuição da fome daquela população.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto de uma campanha de conscientização contra o desperdício em um Restaurante Comunitário no Distrito Federal

Metodologia

A coleta de dados realizada durante duas semanas, no período de 05 a 13 de abril de 2017. Neste trabalho foram calculados indicadores de desperdício de alimentos para isso foram utilizadas as fórmulas segundo Vaz (2006): $\text{Peso da refeição distribuída (Kg)} = \text{total produzido} - \text{sobras prontas (kg)}$ após servir as refeições $\% \text{ Resto-Ingestão} = \frac{\text{peso do resto} \times 100}{\text{peso da refeição distribuída (Kg)}}$ $\text{Consumo per capita por refeição (Kg)} = \frac{\text{peso da refeição distribuída}}{\text{número de refeições}}$ $\% \text{ de Sobras} = \frac{\text{sobras prontas (kg) após servir as refeições} \times 100}{\text{peso da refeição distribuída}}$. $\text{Peso da sobra por cliente (Kg)} = \frac{\text{peso das sobras}}{\text{número de refeições servidas}}$ $\text{Per capita do resto ingesta (Kg)} = \frac{\text{peso do resto}}{\text{número de refeições servidas}}$ $\text{Pessoas alimentadas com a sobra acumulada} = \frac{\text{sobra acumulada}}{\text{consumo per capita por refeição}}$ $\text{Pessoas alimentadas com o resto acumulado} = \frac{\text{resto acumulado}}{\text{consumo per capita por refeição}}$ Após a coleta foi desenvolvida uma campanha contra o desperdício com alvo nos comensais que consistiu em banners com dados sobre o desperdício de alimentos e a fome, em seguida foi repetida a etapa de coleta e cálculos de restos e sobras durante a campanha. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética por meio da identificação, CAAE 64882117.2.0000.0023

Resultados

Para o índice de sobra não aproveitável, encontrou-se antes da intervenção um valor de 4,69% e depois da intervenção um índice de 4,51%, valores que estão elevados segundo a literatura. Na avaliação por resto ingestão o índice foi de 3,68% antes da intervenção e de 4,39% após a intervenção, índices aceitáveis pela literatura. Com os dados obtidos de sobras acumuladas, foi apurado que em média 57 pessoas poderiam ter se alimentado com as sobras descartadas.

Conclusão

Pode-se concluir com o presente estudo que o índice de desperdício não é muito elevado, as sobras não aproveitáveis representam maior quantidade em comparação do que o resto dos comensais, testificando a necessidade de maior controle e planejamento na produção das refeições visando menor quantidade de sobras. A campanha não apresentou mudanças significativas porque foi aplicada para os comensais, foi observado que não há tanto resto e teria que ser feita uma campanha de conscientização com os funcionários pois a sobra não aproveitável estava elevada.

Referências

CANONICO, F.S.; PAGAMUNICI, L. M.; RUIZ, S.P. Avaliação de sobras e resto-ingesta de um restaurante popular do município de Maringá – PR. Revista Uningá. V.19, n°2, p. 05-08, 2014
DISTRITO FEDERAL. Divisão de Vigilância Sanitária do Distrito Federal. Instrução Normativa n° 10, Cap. 1, Seção 2, Definições, Art. 2° XL, XLVII. Diário Oficial da União. Brasília, 2016.
RICARTE, M.P.R.; FÉ, M. A. B. M.; SANTOS, I. M. V. S.; LOPES, A.K.M. Avaliação do desperdício de alimentos em uma Unidade de Alimentação e Nutrição Institucional em Fortaleza – CE. Saber Científico, v. 1, n.1, p. 158-175, Porto Velho – RO, 2008.

VAZ, C. S. Restaurantes – controlando custos e aumentando lucros. LGE Editora Ltda. 196 p. Brasília, 2006.

Palavras-chave: Alimentação coletiva; Desperdício de alimentos; Produção de alimentos; Serviços de alimentação

IMPACTO DO CONSUMO DA FARINHA DE TAMARINDO SOBRE PERFIL LIPÍDICO DE HOMENS COM DIABETES DO TIPO 2 E SÍNDROME METABÓLICA

DIEGO BASTOS DO NASCIMENTO MARTINS; TATIANA UCHÔA PASSOS; CLARICE MARIA ARAÚJO CHAGAS VERGARA; HELENA ALVES DE CARVALHO SAMPAIO; MARIA ROSIMAR TEIXEIRA MATOS; LARISSA CAVALCANTI VIEIRA

¹ UECE - Universidade Estadual do Ceará, ² CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ - Centro Universitário Estácio do Ceará
clarice.araujo@uece.br

Introdução

A crescente prevalência de excesso de peso vem contribuindo para o aumento de doenças crônicas, como o diabetes e com o possível surgimento da Síndrome Metabólica (SM), as quais estão associadas a um aumento na mortalidade por doença cardiovascular. Evidências mostram que pacientes diabéticos comumente também apresentam a SM associada, o que amplia ainda mais os riscos cardiovasculares e cerebrovasculares. Estudos recentes têm demonstrado importante papel do *Tamarindus indica* L. (tamarindo) em diversos parâmetros associados às doenças crônicas.

Objetivos

Investigar o efeito do consumo da farinha de tamarindo sobre o perfil lipídico de homens com diabetes do tipo 2 e SM.

Metodologia

A partir de dados de um projeto maior, o qual realizou um ensaio clínico randomizado, duplo-cego, controlado por placebo com farinha de tamarindo em diabéticos do tipo 2, foram selecionados os pacientes do sexo masculino com diagnóstico de SM. De 164 pacientes diabéticos presentes no estudo, foram identificados 64 pacientes do sexo masculino com diagnóstico de SM, os quais foram divididos em dois grupos, onde receberam intervenção com farinha de tamarindo ou placebo para consumo por um período de 4 semanas. Foram analisados os dados de perfil bioquímico de triacilglicerol (TG), colesterol total (CT), HDL e LDL. Esta pesquisa refere-se a uma pesquisa maior que já foi submetida à Plataforma Brasil e obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, com CAAE 30308114.1.0000.5534. Também foi cadastrada na Plataforma Brasileira para Ensaio Clínico, e aprovada com parecer RBR-4xzjny. Para a comparação das medidas relacionadas, foram utilizados os testes t de Student para dados pareados e Wilcoxon, já para a na comparação das medidas independentes, foram utilizados os testes t de Student e Mann-Whitney, analisados através do software SPSS versão 20.0 com nível descritivo de teste de 0,05.

Resultados

Em relação aos indicadores avaliados no grupo que recebeu a farinha de tamarindo, foi observada redução significativa no CT ($p=0,008$) e no TG ($p=0,020$). Já quando comparada as diferenças entre os grupos tamarindo e placebo, também foram observadas reduções significativas no CT (0,008) e TG (0,007).

Conclusão

O consumo de farinha de tamarindo proporcionou uma melhora significativa em importantes indicadores de perfil lipídico de homens com diagnóstico de diabetes tipo 2 e SM. Tal fato evidencia um potencial papel da farinha de tamarindo como adjuvante no controle metabólico do perfil lipídico nesses pacientes.

Referências

ALBERTI, K. G.; ECKEL, R. H.; GRUNDY, S. M. et al.. Harmonizing the metabolic syndrome: a joint interim statement of the International Diabetes Federation Task Force on Epidemiology and Prevention; National Heart, Lung, and Blood Institute; American Heart Association; World Heart Federation; International Atherosclerosis Society; and International Association for the Study of Obesity. *Circulation*, vol.120, n.16, p. 1640-1645, oct. 2009.

EXECUTIVE summary of the third report of the National Cholesterol Education Program (NCEP) Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults (Adult Treatment Panel III). *JAMA*, vol. 285, n. 19, p. 2486-2497, 2001.

SPERLING, L. S.; MECHANICK, J. I.; NEELAND, I. J. et al.. The CardioMetabolic Health Alliance: Working Toward a

New Care Model for the Metabolic Syndrome. Journal of the American College of Cardiology, vol. 66, n. 9, sep. 2015.

Palavras-chave: Tamarindus indica L.; Diabetes Mellitus; Síndrome Metabólica; Composição Corporal; Idoso

IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM DESAFIO DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM ESTUDANTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE BRASÍLIA

THALYTA NASCIMENTO SILVA DE CASTRO; GIOVANNA MARIA DE SOUZA ACÁCIO; RAQUEL ADJAFRE DA COSTA MATOS

¹ UNIEURO - CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO AMERICANO
thalytacastro@hotmail.com

Introdução

O comportamento alimentar é definido como um conjunto de ações relacionadas ao alimento, desde os fatores que influenciam a escolha até a ingestão. Já o hábito alimentar é caracterizado pelo valor que o alimento representa ao indivíduo. Ou seja, o comportamento alimentar promove o hábito alimentar. As mudanças de comportamento são entendidas como consequências de diversos processos de aprendizagem. Estas resultam em diversos fatores como disponibilidade, determinação, interesse, foco, disciplina, entre outros.

Objetivos

O objetivo desse trabalho foi avaliar os impactos da implementação do desafio de educação nutricional proposto pela docente da disciplina em uma instituição de ensino superior de Brasília.

Metodologia

Foi proposto um desafio de educação nutricional pela professora da disciplina aos estudantes do terceiro e quarto semestre dos turnos matutino e noturno de um centro universitário em Brasília-DF, com intuito de fazê-los modificar um erro alimentar por eles identificados. A proposta era que cada aluno escolhesse alguma prática alimentar inadequada e tentasse corrigi-la por no mínimo 15 dias. Foi aplicado um formulário online com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com uma amostra de 30 estudantes, composto por seis perguntas, tendo por objetivo avaliar os impactos da implementação dessa atividade. Possuía perguntas como turno em que o aluno estuda, qual o desafio proposto, por quanto tempo conseguiu cumprir, quais as maiores dificuldades, se identificou pontos positivos e qual o motivo da desistência.

Resultados

A amostra total foi composta por 21 estudantes do turno matutino e 9 do noturno. Quando perguntados sobre o desafio realizado, 27% fizeram restrição de doces, 27% tiveram que aumentar o fracionamento das refeições, 10% tiveram que reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, 10% tiveram que aumentar a ingestão hídrica, 7% tiveram que reduzir o consumo de café, 6% tiveram que restringir o consumo de frituras e 13% realizaram outros desafios. Em relação ao tempo, 43,3% realizaram o desafio por 2 semanas (tempo proposto); 30% por mais de 3 semanas; 16,7% menos de uma semana; 6,7% por uma semana e 3,3% não conseguiram realizar o desafio. Em relação aos pontos positivos, 33% disseram não identificá-los, 30% conseguiram se reeducar, 20% viram melhora na qualidade de vida (como melhora do sono, concentração, atenção, etc), 7% foram incentivados por terceiros (como colegas de classe, professores, familiares, etc) e 7% relataram outros pontos positivos. Sobre as maiores dificuldades, 36% relataram ter dificuldades em relação à falta de tempo, 30% receberam influência negativa de terceiros, 21% afirmaram ter alteração de humor, 7% não conseguiram se reeducar e 7% encontraram outras dificuldades. Quanto ao motivo que os levaram a desistir, 30% relataram não ter desistido do desafio, 26% disseram que foi a participação em eventos sociais, 17% por sentir ansiedade, 17% por falta de motivação ou tempo e 10% mencionaram outros motivos.

Conclusão

Portanto, compreende-se que a educação nutricional promovida para os estudantes trouxe impactos que os fizeram refletir o quanto é difícil mudar um comportamento alimentar, uma vez que o tempo determinado foi insuficiente para proporcionar mudança. Ou seja, vivenciaram a experiência de estar no lugar de um paciente, possibilitando relacionarem contextos, pessoas e realidades, preparando-os para a carreira profissional.

Referências

ALVARENGA, Marle *et al.* **Nutrição Comportamental**. Barueri: Manole, 2015.

FRANCO, Ana Carolina; BOOG, Maria Cristina Faber. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista**

de Nutrição, Campinas, v.20, n.6, p.643-655, nov./dez., 2007.

VAZ, Diana Souza Santos; BENNEMANN, Rose Mari. Comportamento alimentar e hábito alimentar: uma revisão. **Revista Uningá**, v.20, n.1, p.108-112, 2014.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar; Desafio; Educação Nutricional; Estudantes

IMPLEMENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE FORTIFICAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM MICRONUTRIENTES NO MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS

ADOLFO HENRIQUE COSTA DOS SANTOS; ALINE GONÇALVES NAVARRETE DE PAULA; VANDERLEIA DA SILVA

¹ PMRB - Prefeitura Municipal de Rio Brilhante

adolfohcs@gmail.com

Introdução

Os atuais padrões de alimentação no qual se configura os hábitos alimentares brasileiros expõe o paradoxo entre transição epidemiológica e os novos padrões de morbimortalidade. Desta forma, doenças que poderiam ser diagnosticadas tratadas de forma imediata estão bastante evidentes na nossa sociedade, em todas faixas etárias e predominantemente ligadas a condições socioeconômicas. Considerando um grupo de grande vulnerabilidade, estão as crianças particularmente de 0 à 6 anos, pois nesta faixa etária carências nutricionais podem aumentar a suscetibilidade das crianças a diarreias e infecções, além de poder comprometer a maturação do sistema nervoso, visual, mental e intelectual. Estudos nacionais relatam que a anemia ferropriva é a carência nutricional de maior prevalência nos primeiros anos de vida, em todas as regiões do Brasil, variando entre 31,4 e 47,8% em crianças menores de cinco anos, e considerando a Vitamina A a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006 evidenciou a inadequação de 17,4% das crianças menores de cinco anos. E como forma profilática no enfrentamento as deficiências que podem ocorrer nas crianças de 0 a 6 anos, o Ministério da Saúde lançou ano de 2015 a Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó - NutriSUS, que consiste na adição direta de nutrientes em pó aos alimentos.

Objetivos

Demonstrar a implementação e aceitação da estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó (NutriSUS) no município de Rio Brilhante/MS.

Metodologia

Estudo de carácter transversal e descritivo, sendo realizado durante o ano vigente de 2017 (Fevereiro à Novembro), foram realizadas reuniões no início do ano letivo com intuito de capacitar os educadores, diretores, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e merendeiras para utilização dos sachês de micronutrientes desde o seu armazenamento e adição nas refeições dos alunos, bem como sanar eventuais dúvidas e ressaltar a importância nutricional da suplementação. Os sachês foram administrados diariamente somente as crianças previamente autorizadas pelo responsável legal mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Dentre as crianças (n=1024) matriculadas que poderiam receber a suplementação, 87,50% (n=896) foram autorizadas pelos responsáveis, dentre estas o total de 7,25% (n=65) desistiram por diferentes motivos, sendo a principal aproximadamente 3,35% (n=30) relatado como diarreia. Outros relatos pela desistência do acompanhamento no programa está como a mudança de unidade escolar, orientação médica de suspensão devido a outro suplemento, entre outros.

Conclusão

Observou-se que a implementação e aceitação do NutriSUS cumpriu com as diretrizes do programa e metas estabelecidas. Resta evidente a importância da ampliação de tal estratégia como forma de minimizar os agravos nutricionais ocasionados, muitas vezes pela nutrição inadequada em especial pela população em risco nutricional e condições socioeconômicas menos favorecidas.

Referências

BRASIL. NUTRISUS: caderno de orientações : estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

CARVALHO et al. Consumo alimentar e adequação nutricional em crianças brasileiras: revisão sistemática. Rev Paul Pediatr. 233(2):211-221, 2015

FERREIRA et al. Fatores associados à hipovitaminose A em crianças menores de cinco anos. Rev. Bras. Saúde Matern.

Infant., Recife, 13 (3): 223-235 jul. / set., 2013.

PRATES, R.P. PEREIRA, M. M. PINHO L. Percepção dos pais sobre a implementação da estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes. Rev Bras Promoç Saúde, Fortaleza, 29(3): 431-438, jul./set., 2016.

SILVA et al. Prevalência e fatores associados à anemia ferropriva e hipovitaminose A em crianças menores de um ano. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, 23 (4): 362-367, 2015

Palavras-chave: Suplementação; Carências nutricionais; Desenvolvimento infantil

IMPLICAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL NO DESEMPENHO COGNITIVO EM ESCOLARES: UM ESTUDO COM A PROVINHA BRASIL NA CIDADE DE SANTA CRUZ- RN

ZANARA DE MENEZES COSTA; JOAQUIM RODRIGUES DE ARAÚJO; VANESSA ALVES FREIRES DE FARIAS;
RICARDO ANDRADE BEZERRA; ANA PAULA TRUSSARDI FAYH; FÁBIO RESENDE DE ARAÚJO

¹ UFRN/FACISA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

joaquimrodrigs@gmail.com

Introdução

A obesidade é uma doença crônica não transmissível, crescente no Brasil e atinge todas as faixas etárias sendo cada vez mais crescente nas crianças onde cerca de 30% da população na faixa etária entre 5 a 9 anos tem excesso de peso e nas regiões Norte e Nordeste a prevalência varia entre 25 e 30 % (POF,2008). Estudos recentes (POH et al. 2013 e SILVA, 2011) indicam que a prevalência de obesidade e sobrepeso que aumentou as chances de crianças terem menor desempenho escolar. No Brasil existe atualmente nas escolas públicas uma aferição das habilidades de leitura e matemática que é a “Avaliação da Alfabetização Infantil – Provinha Brasil” (BRASIL, 2016).

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo avaliar se o estado nutricional tem impacto no desempenho escolar de crianças aferido pela Provinha Brasil das escolas municipais do município de Santa Cruz- RN.

Metodologia

Trata-se de um estudo piloto, transversal observacional, realizado em 6 escolas da rede municipal de ensino da cidade de Santa Cruz/RN, com uma amostra de 83 alunos e as avaliações do estado nutricional seguiram os Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e ocorreram entre os meses de março a dezembro de 2016. Os dados de desempenho escolar foram obtidos durante os meses de novembro a dezembro de 2016. Essas avaliações são frutos do projeto “Obesidade, sedentarismo e alimentação em escolares residentes na cidade de Santa Cruz, RN: um estudo longitudinal”, devidamente aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAAE: 39203314.6.0000.5568) e a participação dos escolares no estudo foi consentido pelos responsáveis a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o termo de Assentimento foi dado pelos escolares que aceitaram participar no momento da coleta.

Resultados

A maioria das crianças em ambos os sexos, encontram-se em estado de eutrofia (53%), e quase um quarto dos escolares avaliados (23%) encontram-se em excesso de peso ou obesidade e foi observado que alunos que se encontravam com excesso de peso obtiveram nota inferior aos que não se encontravam com excesso de peso em ambos os testes da Provinha Brasil, porém não houve significância estatística.

Conclusão

Podemos concluir que o índice de massa corpórea não obteve relação significativa, a partir das análises estatísticas, com o desempenho escolar, porém, vimos que existe menor desempenho nos alunos com excesso de peso ou obesidade, e como partimos de um estudo piloto, entendemos a importância de mais estudos do tipo na região, para melhor investigar o problema apresentado.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde. 2008; 1: 61.

Brasil. Ministério da Educação. Guia de apresentação, correção e interpretação dos resultados, Leitura e Matemática. 2016.

Brasil. Ministério do Planejamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Antropométrica e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Brasília (DF): IBGE, 2010.

POH, B.K. et al. Relationship between anthropometric indicators and cognitive performance in Southeast Asian school-

aged children. *British Journal of Nutrition*. v.110, n.3, p. 57-64. 2013.

SILVA, E.P. Rendimento escolar e Índice de Massa Corpórea de escolares, praticantes e não praticantes de atividade física extraclasse, no município de Machadinho. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*. Rio Grande do Sul, v. 3, n.10. 2011.

Palavras-chave: alfabetização infantil; escolas municipais; desempenho escolar; obesidade

INADEQUAÇÃO DA INGESTÃO DE VITAMINAS ANTIOXIDANTES POR TABAGISTAS

SAMARA KELLY DA SILVA LARENTES; LUIZA ANTONIAZZI GOMES DE GOUVEIA; BETTINA GERKEN BRASIL;
VANESSA LOPES; THAYRINE DIAS DE MORAES; PATRÍCIA HELENA GILBERTO RIOS PERREIRA

¹ UNIP - Universidade Paulista

luiza.antoniazzi@hotmail.com

Introdução

O hábito tabagista causa ao indivíduo um desequilíbrio entre o equilíbrio oxidante e antioxidante, por esse motivo esta população possui menor concentração plasmática de micronutrientes antioxidantes, e em compensação maior quantidade de Espécies Reativas de Oxigênio (EROs). A adequada ingestão de vitaminas antioxidantes por tabagistas é de extrema importância para suas defesas antioxidantes.

Objetivos

Avaliar a adequação da ingestão diária de vitaminas antioxidantes (vitaminas A, C e E) por tabagistas.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal, realizado por meio de análise dos registros de prontuários de indivíduos adultos (≥ 18 anos) tabagistas, de ambos os sexos, atendidos em clínica escola de saúde e nutrição, localizada na zona oeste do município de São Paulo. Foram coletados dados pessoais, idade e sexo. O peso e a estatura medidos no atendimento nutricional, foram utilizados para cálculo do índice de massa corporal (IMC). A ingestão diária de vitaminas antioxidantes foi avaliada por meio de recordatórios alimentares de 24 horas. O cálculo nutricional foi realizado utilizando a Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A adequação do consumo das vitaminas antioxidantes foi realizada pelo cálculo do percentual de adequação das vitaminas A, C e E, tendo como padrão de referência a EAR (Estimated Average Requirements) proposta pela Dietary Reference Intakes (DRIs). Os resultados são apresentados em valores médios e desvio padrão (+ DP) para as variáveis contínuas e em número absoluto e percentual para as variáveis categóricas. Foi testada correção de Pearson entre ingestão calórica e valor consumido das vitaminas antioxidantes. Todos os cálculos foram feitos pelo Software SPSS 20.0. Essa pesquisa teve aprovação ética para análise dos prontuários, pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Paulista (UNIP), sob número de parecer 2.214.638.

Resultados

Foram incluídos nesse estudo, os registros de atendimento nutricional de 30 indivíduos, sendo 70% mulheres (N=21). A média de idade foi de 46,1 anos (+ 15,9). A maior parte dos indivíduos eram obesos (53,3%; n=16) e 23,3% apresentavam excesso de peso (n=7). O valor calórico médio consumido foi de 1600,0 calorias (+ 778,9). O consumo médio foi de 579,3 mg (+ 501,9) de vitamina A, 80,8 mg (+ 101,1) de vitamina C e 3,7 mg (+ 1,6) de vitamina E. As médias do percentual de adequação das vitaminas A, C e E foram 105,3%, 125,6% e 31,0%, respectivamente. A maior parte dos indivíduos apresentaram inadequação do consumo das vitaminas avaliadas, metade dos indivíduos (n=15) não atingiu o consumo de vitamina A (50%), 17 não atingiram a recomendação de vitamina C (56,7%), esse número subiu para 19 (63,3%) ao considerar o acréscimo de 35mg de vitamina C além da recomendação geral, recomendado para indivíduos tabagistas, e 100% dos indivíduos não atingiram a recomendação de vitamina E. A ingestão de vitamina E foi a única que apresentou forte correlação com a ingestão calórica (0,67, $p < 0,001$).

Conclusão

O presente estudo realizado com amostra de adultos tabagistas demonstrou grande percentual de inadequação do consumo das vitaminas antioxidantes (A, D e E) por parte destes indivíduos, devendo tal consumo ser adequado pela oferta de alimentos fonte de tais vitaminas para promover benefício antioxidante frente as agressões das espécies oxidativas geradas pelo hábito de fumar, além de campanhas que estimulem o abandono do tabagismo,

Referências

Palavras-chave: Hábito de fumar; Tabaco; Vitaminas; Antioxidantes; Espécies de oxigênio reativas

INADEQUAÇÃO DO CONSUMO DE NUTRIENTES EM ADOLESCENTES: INQUÉRITO DE BASE POPULACIONAL (ISACAMP-NUTRI 2015-2016)

REGINA ESTEVES JORDÃO; MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; SUZY FERREIRA DE SOUSA; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Faculdade de Ciências Médicas (FCM UNICAMP), Centro de Investigação em Pediatria (CIPED), Campinas-SP, Brasil

regina_nutri@yahoo.com.br

Introdução

As necessidades nutricionais dos adolescentes são distintas, devido ao acelerado crescimento e desenvolvimento. Devido às mudanças no comportamento alimentar há uma maior exposição à fatores de risco para a saúde, aliado ao consumo inadequado que poderá implicar em deficiências nutricionais.

Objetivos

Verificar a prevalência de inadequação de vitaminas e minerais por adolescentes, residentes no município de Campinas, segundo o sexo.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional com adolescentes (entre 10 e 18 anos), participantes do Inquérito de Consumo Alimentar e Estado Nutricional no município de Campinas (ISACamp-Nutri, 2015/2016) que analisou as condições de vida e saúde da população. A amostra foi obtida por procedimentos de amostragem probabilística, por conglomerados e em dois estágios: setor censitário e domicílio. O sorteio dos setores foi estratificado e sistemático. Finalizando em 912 entrevistados de 10 a 19 anos, para este estudo, considerou-se a faixa etária utilizada pelas recomendações das *Dietary References Intakes (DRIs)*. O conteúdo do questionário de nutrição apresentava dados de alimentação, de saúde, entre outros. O consumo alimentar foi estimado por meio de um recordatório de 24h, aplicado pelo *Multiple Pass Method*. Os dados foram convertidos em unidades de medida por meio do software *Nutrition Data System for Research (NDS-R, 2015)*. As estimativas de ingestão foram obtidas pelo método de variância intraindividual no programa *PC-Side* e comparadas com as recomendações do *Institute of Medicine (IOM)*, considerando as necessidades médias (*Estimated Average Requirement - EAR*), exceto para o sódio que foi considerado o limite máximo de ingestão (*Tolerable Upper Intake Level - UL*). Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP sob o parecer nº637.229.

Resultados

Participaram 844 adolescentes (431 meninos e 413 meninas). Em toda a amostra a ingestão de selênio encontrou-se adequada e a prevalência de inadequação do consumo de tiamina e ferro permaneceu menor que 10%. No entanto para sódio e vitamina A as inadequações foram de 85 e 82%, respectivamente. Entre o sexo masculino, observaram-se níveis próximos a 100% de inadequação para cálcio, retinol e vitaminas D e E. Meninas de 10 a 13 anos que possuem menor nível de escolaridade do chefe da família têm significativamente maior prevalência de inadequação de consumo de cálcio em relação às que têm mais anos de estudo.

Conclusão

Independente do sexo, a inadequação no consumo de cálcio, sódio, vitaminas D e E foi superior a 80%, podendo causar prejuízos à saúde dos adolescentes.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde, IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008-2009. Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2011. 150 p.
- VEIGA, G.V.; COSTA, R.S.; ARAÚJO, M.C. et al. Inadequação do consumo de nutrientes entre adolescentes brasileiros. *Rev Saude Publica*, n.47, p.212s-221s, 2013.
- VERLY JUNIOR, E.; CESAR, C.L.G.; FISBERG, R.M.; MARCHIONI, D.M.L. Variância intrapessoal da ingestão de energia e nutrientes em adolescentes: correção de dados em estudos epidemiológicos. *Rev Bras Epidemiol*, v.16, n.1, p.170-7, 2013.

Palavras-chave: Adolescentes; Nutrientes; Consumo Alimentar

INCIDÊNCIA E MORTALIDADE DE NEOPLASIA MALIGNA DE ESTÔMAGO NA POPULAÇÃO DE SALVADOR

CARLOS RODRIGO NASCIMENTO DE LIRA; SULAMITA OLIVEIRA GONZAGA

¹ ENUFBA - Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia
sulamitagonzaga@gmail.com

Introdução

O câncer de estômago ou câncer gástrico é caracterizado pelo crescimento anormal de células no órgão, podendo ocorrer em qualquer local de sua extensão (CARDOSO, 2012). Indivíduos que apresentam câncer do sistema digestório relatam frequentemente a perda de peso em curto período de tempo, disfagia, dor local, náuseas, vômitos, flatulência, sensação de plenitude precoce, que contribuem para o agravamento da doença, dificultam os tratamentos propostos e, conseqüentemente, favorecem para um pior prognóstico (BRESCIANI, 2004). Inúmeras evidências sugerem que a alimentação tem um papel importante nos estágios de iniciação, promoção e propagação do câncer, destacando-se entre outros fatores de risco (GARÓFOLO, 2004).

Objetivos

Descrever a prevalência e a mortalidade por câncer de estômago na cidade do Salvador, Bahia, no período de 2008 a 2013, a fim de analisar desta situação com base na evolução e na magnitude deste problema relacionado à qualidade de vida.

Metodologia

Foi realizado um estudo ecológico com a população da cidade do Salvador-Bahia, no período de 2008 a 2013. A categorização da faixa etária foi realizada de acordo com a divisão de faixas etárias disponível no Sistema de Informação de Mortalidade. Os dados do número de óbitos nessa faixa etária foram coletados no Sistema de Informação de Mortalidade, enquanto que os dados populacionais foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Neste estudo utilizou-se a variável idade, visto o aumento da incidência com o passar do tempo. Para tabulação e análise dos dados, foi utilizado o software Microsoft Excel, versão 2012. Foram calculadas as incidências de óbito por câncer de estômago em cada faixa etária, em cada ano. Por utilizar dados de domínio públicos, o presente estudo não possui impedimento ético, pois, trabalhou-se com informações disponíveis no site do DATASUS.

Resultados

O número de casos de neoplasia maligna de estômago entre crianças menores de 1 ano e adolescentes de até 19 anos, no período de 2008 a 2013, foi em torno de 2 casos por ano. Para adultos jovens de 20 a 39 anos tem-se um total de 513 casos ao longo do período estudado. A partir do ano de 2008 o número de casos começou a elevar em pessoas adultas de 40 a 59 anos tendo seu pico de crescimento no ano de 2013 com 146 casos contra 90 no início do período. Para idosos dos 60 aos 79 anos o número mínimo foi de 126 casos no ano de 2008 e o máximo de 262 no ano de 2013. Já para idosos acima dos 80 anos o número de casos volta a cair, apresentado uma média de 64 casos por ano. Segundo Crew e Neugut (2006), a incidência aumenta progressivamente com a idade, com pico de incidência entre 50 e 70 anos, o que foi observado neste estudo. Entre os anos de 2008 e 2010 houve um crescimento de 23% na prevalência, tendo um leve decréscimo no ano de 2011 e voltando a se elevar nos dois anos seguintes. De 2008 a 2013 houve um crescimento de quase 50% de novos casos.

Conclusão

A partir do contexto apresentado, é possível destacar a importância das atividades de prevenção primária, tais como controle do uso de tabaco, redução do consumo de álcool e estímulo à dieta com qualidade nutricional. Também é necessário uma efetiva política de controle de câncer considerando-se situação sócio-econômica e as desigualdades existentes em diversas regiões do Brasil, sendo que ações programáticas e promoção da saúde devem ser usadas como prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Referências

- BRESCIANI, C.; RIBEIRO, J. R. U.; RIBEIRO, A. V. S.; PEREZ, R. O.; JACOB, C. E.; ZILBERSTEIN, B.; GAMA-RODRIGUES, J. Dieta e câncer gástrico. In: WAITZBERG DL, editor. Dieta, nutrição e câncer. São Paulo: Atheneu; 2004. p. 238-42.
- CARDOSO, A. P. G. Câncer Gástrico: Sintomas, fatores de risco, tratamento e prevenção. Centro de Oncologia e

Hematologia do Hospital Albert Einstein. Maio, 2012.

CREW, K. D.; NEUGUT, A. I. Epidemiology of gastric cancer. *World J Gastroenterol*, v.12, n.3, p.354-62, jan, 2006.

GARÓFOLO, A et al. Dieta e câncer: um enfoque epidemiológico. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.17, n.4, p.491-505, out./dez., 2004.

Palavras-chave: Câncer; Incidência; Hábitos de vida

INCLUSÃO DE EMBUTIDOS, HAMBÚRGUERES E SALGADOS DE PACOTE NA DIETA DO BRASILEIRO: ANÁLISE HISTÓRICA DO PERÍODO 2008-2016

BIANCA CASTRO MELO; ANA PATRÍCIA OLIVEIRA MOURA; THAÍS BASTOS ROMERO; CARLA BRAGA CAMPELO DE OLIVEIRA; GRAZIENE QUEIROZ OLIVEIRA; VITÓRIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

¹ UNICHRISTUS - Centro Universitário Unichristus, ² UNIFOR - Universidade de Fortaleza

bianca_castroo@hotmail.com

Introdução

A crescente globalização e a facilidade em consumir alimentos embutidos e alimentos salgados de pacote, ao invés de preparar alimentos naturais, estão fazendo com que cada vez mais indivíduos de todas as faixas etárias introduzam esses tipos de alimentos em suas dietas, consumindo em ambiente doméstico ou não (FREITAS, 2016). Dessa forma, o consumo de sódio também aumenta na dieta dos consumidores de tais alimentos, podendo trazer riscos à saúde (KRAEMER, 2013). O incremento desses alimentos na dieta do brasileiro também faz com que haja um decaimento na qualidade da alimentação dos mesmos, podendo levar ao sobrepeso e doenças crônicas não transmissíveis, quando em excesso (ARAÚJO, 2015).

Objetivos

Com isso, o objetivo desta pesquisa foi verificar a inclusão de embutidos, hambúrgueres e biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote na alimentação do brasileiro.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa ecológica, em que os dados da amostra foram retirados do site do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), entre os anos de 2008 a 2016, e abrangeu três grupos de pessoas: I) crianças de 5 a 9 anos; II) adolescentes; III) adultos. As variáveis investigadas foram grupos populacional (crianças, adolescentes e adultos) e presença de embutidos e hambúrgueres e biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote na alimentação. A análise de dados foi feita por estatística descritiva, por meio das frequências simples, percentual e média.

Resultados

A partir dos dados coletados, a média do consumo de embutidos e hambúrgueres durante os anos de 2008 a 2016 foi: crianças com 57,7%; adolescentes com 57,8% e adultos com 50%. Mas nos dois últimos anos, esse número foi reduzido em todos os grupos (crianças – 40% e 38%; adolescentes 40% e 39%; adultos – 32% e 32%, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente). O maior consumo dessa classificação de alimentos deu-se no ano de 2012 para as crianças; 2010, 2011 e 2012 para os adolescentes e 2008 para adultos. A média no consumo de biscoitos salgados e salgadinho de pacote entre 2008 e 2016 foi: crianças com 79,4%; adolescentes com 74,4% e adultos com 62,4%. Os anos de maior consumo desses alimentos para as crianças foi em 2010, 2013 e 2014 (86%), para os adolescentes foi em 2013 (82%) e adultos em 2008 (71%). Assim, como no consumo de embutidos e hambúrgueres, houve uma queda na ingestão desses alimentos nos dois últimos anos (crianças – 60% e 60%; adolescentes – 55% e 53%; adultos – 36% e 34%, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente).

Conclusão

Dessa forma, verificou-se que havia grande quantidade de brasileiros que consumiam alimentos processados e ultraprocessados, contendo, normalmente, elevado teor de sódio. No entanto, registra-se uma redução no consumo desses tipos de alimentos, visto que, atualmente, há um aumento da procura de uma dieta mais equilibrada e saudável, na qual a população está tomando mais conhecimento dos malefícios.

Referências

- ARAÚJO, A. da C. **Alimentos ultraprocessados na dieta de crianças: introdução e fatores associados**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
- FREITAS, M. R. de. **Teor de Sódio e Potássio em Frios e Embutidos**. 2016. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- KRAEMER, M. V. dos S. **Informação nutricional de sal/sódio em rótulos de alimentos industrializados para lanches consumidos por crianças e adolescentes**. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Palavras-chave: Dieta; Crianças; Adolescentes; Adultos; Preferências Alimentares

INDICADORES ANTROPOMÉTRICOS UTILIZADOS PARA VERIFICAÇÃO DE DESNUTRIÇÃO EM MULHERES IDOSAS FREQUENTADORAS DE UMA PARÓQUIA EM BELÉM-PA

ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; EMILY DE CÁSSIA CRUZ DOS SANTOS; RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

alessandrasbarata@gmail.com

Introdução

A saúde do idoso visando sua nutrição é uma das principais preocupações de saúde pública, em razão desta população pertencer ao grupo de risco de desnutrição devido as mudanças fisiológicas e metabólicas naturais, como a dentição deficiente, diminuição da percepção do gosto, entre outros que comprometerem o estado nutricional desses indivíduos (SOUZA, 2009). A desnutrição é um parâmetro verificado por indicadores antropométricos que detectam a depleção de massa corpórea e muscular, esta avaliação é um item primordial para prevenir doenças crônicas associadas à desnutrição (SOUZA, 2013).

Objetivos

Utilizar parâmetros antropométricos para verificação do estado nutricional de desnutrição em mulheres idosas participantes de um grupo de convivência na cidade de Belém-PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a julho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. A pesquisa atende as exigências da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas, foram pesquisados dados sociodemográficos e condições de saúde. Em relação à antropometria, foram aferidos peso e altura para o cálculo do Índice de Massa Corporal seguindo as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e a circunferência da panturrilha conforme as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998). Os dados coletados foram registrados em planilha eletrônica e a análise dos dados no programa BioEstat® 5.3.

Resultados

O presente estudo foi realizado com 85 mulheres idosas de 60 a 93 anos, sendo prevalente a faixa etária de 60 a 69 anos (50,5%), seguido de 70 a 79 (31,7%) e, por fim, ≥ 80 anos (17,6%). Baseando-se na classificação do Índice de Massa Corporal, às idosas classificadas com desnutrição (32,9%), eutrofia (28,2%), obesidade (29,4%), e sobrepeso (9,4%). De acordo com a classificação da circunferência da panturrilha, verificou-se que 32% das mulheres idosas apresentam desnutrição. Ademais, foi possível averiguar que entre a totalidade de idosas desnutridas conforme a circunferência da panturrilha, 23,1% também obteve a mesma classificação de acordo com Índice de Massa Corporal.

Conclusão

O estudo demonstrou uma importante incidência de desnutrição nas mulheres idosas tanto na circunferência da panturrilha como no índice de massa corporal, evidenciando que esses parâmetros antropométricos são de extrema importância para verificação do estado nutricional e detecção da desnutrição, auxiliando na prevenção de maiores complicações à saúde. Dessa forma, a intervenção nutricional após o diagnóstico feito pelos indicadores antropométricos é fundamental para reverter o quadro nutricional, favorecendo uma melhor qualidade de vida e saúde para este público.

Referências

OPAS (Organización Panamericana de la Salud). **Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar**. 92p. XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud, Kingston – Jamaica, 9-11 jul 2001. Washington/D.C: OPAS, 2001.

SOUZA, V.M.C; GUARIENTO, M.E. Avaliação do idoso desnutrido. **Rev. Bras. Clin. Med.**, Campinas, SP, v. 7, p.46-49, 2009.

SOUZA, R. et al. Avaliação antropométrica em idosos: estimativas de peso e altura e concordância entre classificações de IMC. **Rev. Bras. Geriatr.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 81-90, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. "Obesity: preventing and managing the global epidemic". **WHO Technical Report Series**, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Antropometria; Baixo peso; Saúde do idoso; Saúde pública

INFLUÊNCIA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOBRE O COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE ESCOLARES

RENATA MARIA SOUZA OLIVEIRA E SILVA; JÉSSICA ALMEIDA SILVA DA COSTA; CAMILA FERREIRA CARRARA; MICHELE PEREIRA NETTO; ANA PAULA CARLOS CÂNDIDO MENDES; JOSÉ OTÁVIO DO AMARAL CORREA

¹ UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

renata.oliveira@ufjf.edu.br

Introdução

Ações de promoção a saúde dirigidas a jovens são fundamentais para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e melhorias na qualidade de vida. Dentro deste contexto, a educação alimentar e nutricional, é de suma importância, pois proporciona subsídios para auxiliar a tomada de decisões, através de inúmeros recursos que irão levá-lo a fazer melhor escolha alimentar.

Objetivos

Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar buscando a melhoria dos hábitos alimentares, bem como avaliar o impacto que tais ações apresentam sobre o comportamento alimentar de estudantes da rede pública de Juiz de Fora- MG.

Metodologia

Tratou-se de um estudo de intervenção, realizado em 2012, com alunos, do 5º e 6º ano do ensino fundamental da rede pública. Foram realizadas 11 aulas de educação alimentar e nutricional, que abordavam temas relacionados à alimentação saudável. Foram coletadas as seguintes informações, todas em dois momentos, pré e pós-intervenção nutricional: características da dieta habitual e dados do comportamento alimentar. A característica da dieta foi analisada pelas respostas de um questionário que continha informações sobre o hábito alimentar dos escolares. Para a avaliação do comportamento alimentar, foram aplicados questionários, que continham questões relacionadas ao consumo de frutas, hortaliças, óleos e gorduras. Este consumo foi classificado de acordo com o modelo transteórico de Prochaska. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora sob o parecer nº 401/2011.

Resultados

Participaram 125 escolares, sendo 49,6% do sexo feminino e 50,4% do sexo masculino, com média de idade de $9,65 \pm 1,05$ anos. Quanto aos hábitos alimentares, no período pré-intervenção, 56% dos alunos relataram se alimentar com regularidade de horário e mais de 80% realizavam 5 refeições diariamente, sendo o almoço com maior frequência. Em relação ao comportamento alimentar, foi possível concluir que no período pós intervenção houve uma diminuição da frequência de indivíduos classificados no estágio de pré-contemplação, em relação a pré-intervenção, em praticamente todos os questionários, com exceção do questionário de intenção de consumo de frutas, que apresentou um aumento de 2,4%. Em contrapartida os indivíduos em estágio de contemplação pós intervenção, apresentaram-se em maior percentual quando comparados ao período de pré-intervenção em todos os questionários, com exceção apenas do questionário de intenção de consumo de óleos e gorduras. Não se constatou mudança de nível de comportamento alimentar significativa pós-intervenção alimentar e nutricional. Testou-se as melhoras por categorias de idade e sexo. Os escolares com idade maior ou igual a 9 anos apresentaram melhora significativa do comportamento alimentar relacionado ao questionário de consumo de óleos e gorduras, assim como os indivíduos do sexo masculino que não foram classificados no questionário de consumo de óleos e gorduras.

Conclusão

Destaca-se a importância de ações de educação alimentar e nutricional, como meio de promoção da saúde e da alimentação saudável. Foram encontradas mudanças pequenas em relação ao comportamento alimentar dos escolares pós-intervenção, que podem estar associadas à característica geral das atividades de educação alimentar e nutricional, que não se diferenciaram em função do estado nutricional e nem do estágio inicial de comportamento.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b.

PROCHASKA JO, DI CLEMENTE CC, NORCROSS JC. In search of how people change- applications to addictive behaviors. American Psychologist, Washington v.47, n.9, 1992.

SOUZA, M. C. C. et al. Fatores associados à obesidade e sobrepeso em escolares. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2014.

Palavras-chave: alimentação saudável; educação alimentar e nutricional; hábitos alimentares

INFLUÊNCIA DO CUIDADOR NÃO MATERNO NO TEMPO DE ALEITAMENTO MATERNO E INTRODUÇÃO DE LÍQUIDOS AO SEXTO MÊS PÓS-PARTO

MAYARA DE ALMEIDA TEBALDI; BIANCA DA ROSA CAZAROTTO; SALETE DE MATOS; CLÉCIO HOMRICH DA SILVA; MARCELO ZUBARAN GOLDANI; JULIANA ROMBALDI BERNARDI

¹ UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

bianca.cazarotto@gmail.com

Introdução

A Organização Mundial da Saúde preconiza que o aleitamento materno seja exclusivo até os seis meses e estendido por dois anos ou mais. A oferta precoce de outros líquidos pode contribuir para reduzir a ingestão de leite materno (BRASIL, 2010) e pode trazer prejuízos para a saúde, principalmente quando a oferta se dá antes dos seis meses, fase em que a criança atinge a maturidade fisiológica digestiva (SCHINCAGLIA *et al.*, 2015). Com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o cuidador não materno passou a desenvolver papel fundamental na introdução alimentar (WASSER *et al.*, 2013).

Objetivos

Avaliar se o cuidador influencia no tempo de aleitamento materno e na introdução de líquidos em crianças ao sexto mês pós-parto.

Metodologia

Estudo observacional longitudinal realizado em três hospitais públicos de Porto Alegre e aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Grupo Hospitalar Conceição (11-0097 e 11-027). O recrutamento ocorreu entre 24-48 horas após o parto com a autorização via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas puérperas. Excluíram-se mulheres soropositivas para síndrome da imunodeficiência humana, recém-nascidos gemelares, prematuros, diagnosticados com doenças congênitas ou que necessitaram de internação hospitalar. Definiram-se duas categorias para cuidador: 1ª) mãe e 2ª) outros, contemplando avós, pais, tios(as), primas e professoras da escola infantil. A introdução de líquidos como chá, suco e refrigerante antes dos 6 meses foram as outras variáveis utilizadas. Utilizou-se o teste *Qui Quadrado* para relacionar o cuidador com a introdução de líquidos e o teste de *Shapiro-Wilk* para comparar a distribuição entre os dois grupos. O nível de significância adotado foi de 5% e o programa estatístico utilizado foi o *Statistical Package for the Social Sciences* versão 18.0.

Resultados

Foram analisadas 233 puérperas. Desta amostra, 185 (79,4%) eram responsáveis pelo cuidado da alimentação do filho e 48 (20,6%) constituíram-se como outros cuidadores. Houve associação estatisticamente significativa entre a prática do aleitamento materno no sexto mês de vida e o tipo de cuidador, pois se observou essa prática em 136 (73,5%) crianças no cuidador mãe, comparado a 25 (52,1%) para outros cuidadores ($p=0,007$). Para ingestão de outros líquidos foi encontrada associação significativa para chá ($p=0,015$) em maior proporção em crianças sob o cuidado de *outros*. Para ingestão de água e suco houve tendência estatística ($p=0,052$ e $p=0,053$, respectivamente) para o grupo de cuidadores não maternos. Não houve associação significativa para ingestão de refrigerante e o cuidador ($p>0,05$).

Conclusão

O tipo de cuidador demonstrou estar associado ao aleitamento materno no 6º mês de vida do lactente bem como para a introdução precoce de líquidos, como água, chá e suco.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- SCHINCAGLIA *et al.*, Práticas alimentares e fatores associados à introdução precoce da alimentação complementar entre crianças menores de seis meses na região noroeste de Goiânia, Rev. Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília, set. 2015.
- WASSER *et al.*, Who's feeding baby? Non-maternal involvement in feeding and its association with dietary intakes among infants and toddlers. Journal Appetite v. 71, p. 7-151, dez. 2013.

Palavras-chave: ALEITAMENTO MATERNO; CUIDADOR; INTRODUÇÃO ALIMENTAR

INFLUÊNCIA DO GANHO DE PESO MATERNO SOBRE O PESO FETAL EM GESTANTES DE SEGUNDO TRIMESTRE ATENDIDAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

SALETE DE MATOS; DANIELA CORTÉS KRETZER; JOSÉ ANTONIO MAGALHÃES; MARCELO ZUBARAN GOLDANI; ALEXANDRE DA SILVA ROCHA; JULIANA ROMBALDI BERNARDI

¹ PMPOA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS, ² UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
salete.matos@hotmail.com

Introdução

A identificação de prognósticos no decorrer de todo ciclo gravídico deve ser avaliada cuidadosamente. O monitoramento do estado nutricional gestacional é uma ferramenta importante para indicar situações de risco gestacional. Destaca-se o ganho de peso gestacional, ao qual promove implicações diretas na saúde materno-infantil. A inadequação do ganho de peso pode acarretar prejuízos à longo prazo tanto para a gestante, quanto para o feto. Atuar na prevenção e identificação de casos de risco é determinante para uma gestação saudável.

Objetivos

Avaliar a influência do ganho de peso materno sobre o peso fetal em gestantes de segundo trimestre atendidas em uma Unidade de Saúde de Porto Alegre.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado com gestantes submetidas à ultrassonografia obstétrica, com idade gestacional compreendida entre 14 e 26 semanas mais 6 dias e atendidas no Centro de Saúde Murialdo da Prefeitura de Porto Alegre e conveniadas ao serviço único de saúde (SUS). Foram excluídas do estudo pacientes com gestação gemelar, gestação com feto morto ou malformado. O ganho de peso materno foi avaliado através da subtração entre peso atual, aferido em balança calibrada, e o peso pré-gravídico relatado e controlado pela primeira medição descrita na carteira pré-natal. O peso fetal e idade gestacional foram obtidos através de avaliação ultrassonográfica. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sob número 1.758.959. As variáveis contínuas foram descritas por média±desvio padrão quando paramétricas ou mediana e intervalo interquartil quando não paramétricas; e, as categóricas por número absoluto e relativo. O teste utilizado foi correlação de Spearman para comparar o ganho de peso materno e peso fetal no segundo trimestre de gestação. O nível de significância adotado foi <0,05.

Resultados

Foram analisadas 100 gestantes no segundo trimestre. Dentre elas, 54,7% eram brancas. A mediana de peso fetal foi de 300,5 [90,0 – 1,065,0] gramas. A mediana de ganho de peso foi 4,1[-23,80-22,20] quilos. Observou-se diferença estatisticamente significativa entre o ganho de peso materno e ganho de peso fetal no segundo trimestre de gestação. Sendo que mães com maior ganho de peso gestacional apresentaram fetos com maior peso ($p < 0,001$).

Conclusão

Gestantes de segundo trimestre que obtiveram maior ganho de peso gestacional apresentaram feto com maior peso pela avaliação ultrassonográfica. O monitoramento do ganho de peso materno pode diminuir o risco à saúde ao longo da gestação, parto e puerpério. Assim, a assistência nutricional pré-natal deve prevenir, diagnosticar e orientar as gestantes para evitar possíveis agravos a curto e longo prazo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-geral da Política de Alimentação e Nutrição. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: Uma visão ampliada. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

SATO, Ana Paula Sayuri; FUJIMORI, Elizabeth. Estado nutricional e ganho de peso de gestantes. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 20, n. 3, p. 462-468, June 2012.

Palavras-chave: Peso fetal; Nutrição Materna; Ganho de peso gestacional

INFLUÊNCIAS DO NUTRICIONISTA DO NASF NAS PRÁTICAS ALIMENTARES DE UMA COMUNIDADE EM BRASÍLIA-DF

ÉRICKA ALVES DE SOUSA; MAÍNA RIBEIRO PEREIRA CASTRO

¹ UNICEUB - Centro Universitário de Brasília

mainapereira@gmail.com

Introdução

A Atenção Básica está entre as agendas prioritárias do Ministério da Saúde, uma vez que é eixo estruturante do Sistema Único de Saúde, visando a promoção da saúde da população (BRASIL, 2014). Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família são constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das Equipes Saúde da Família, das Equipes de Atenção Básica para populações específicas e Academia da Saúde (BRASIL, 2010).

Objetivos

O presente trabalho teve como objetivo primário avaliar as influências do nutricionista do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em uma comunidade assistida no Distrito Federal.

Metodologia

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família do estudo foi implantado há 5 anos e atualmente conta com a atuação de diversos profissionais da saúde. A atuação da nutricionista e da técnica em nutrição consiste em realização de atendimento individual e compartilhado, ações nas escolas próximas do centro de saúde, estímulo para atos de vida saudável, realização do hiperdia e orientações sobre a primeira papa para mães com bebês à partir de 4 meses de idade. A nutricionista da unidade assinou o termo de consentimento livre e esclarecido concordando em ajudar com o desenvolvimento da pesquisa, e em seguida, respondeu um questionário aberto sobre questões que envolviam sobre a sua rotina diária de atendimento e quais são os requisitos adotados para atingir positivamente o seu público alvo. As famílias que realizavam acompanhamento nutricional assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e posteriormente responderam um questionário aberto e com questões objetivas, sobre dados socioeconômicos da família e de como é realizada a intervenção da nutricionista na família. O período da coleta de dados foi de abril a maio de 2017. Os procedimentos metodológicos do presente trabalho foram aprovados pelo Comitê de Ética, cujo protocolo foi CAAE 64263217.3.0000.0023.

Resultados

Durante a pesquisa, muitos relataram sobre as ações que são realizadas pela nutricionista do núcleo, sendo que a que mais se destacou foram as reuniões em grupo que abordam temas sobre a reeducação alimentar. Vale ressaltar, que muitos participantes por participarem de mais de um grupo, citaram as ações que eles conseguiram colocar o aprendizado como prática no seu dia a dia. Das 16 famílias incluídas na pesquisa, 8 delas possuem um tipo de doença crônica, onde a que mais esteve presente foi a diabetes. A nutricionista relatou que após observar que a maioria dos seus pacientes relatavam ter a presença da diabetes e/ou hipertensão, ela decidiu implementar o programa Hiperdia na unidade, que 2 destina-se ao cadastramento e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial e/ou diabetes mellitus. A renda média das famílias era de R\$ 1.715,00; correspondente a 1,8 salários mínimos e com a renda per capita de R\$ 428,75. As famílias relataram que a condição econômica não é um empecilho para que elas adotem um estilo de vida saudável. A maioria aponta que a grande dificuldade encontrada para colocar em prática uma reeducação alimentar e começar a praticar uma atividade física é a falta de apoio da família.

Conclusão

O presente trabalho coloca em evidência que a nutricionista do Núcleo de Apoio à Saúde da Família influencia positivamente nas práticas alimentares da comunidade, podendo concluir que as atividades das reuniões em grupo conseguem alcançar o objetivo esperado.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2014

BRASIL. Portaria Nº 2.843/GM/MS, de 20 de setembro de 2010. Cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os

Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) a modalidade 3 - NASF 3, com prioridade para a atenção integral para usuários de crack, álcool e outras drogas. Publicada no DOU em 21 de setembro de 2010. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2010.

Palavras-chave: Acompanhamento; Atenção básica; Intervenção; Nutricionista; Promoção

INGESTÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS POR ACADÊMICAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NOS ANOS DE 1999, 2004 E 2009

NICOLE MATTOS PINHEIRO; MARIANA MONTEIRO DE BRITTO; GABRIELA MORGADO DE OLIVEIRA COELHO;
ELIANE DE ABREU SOARES

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gabimorgado@yahoo.com.br

Introdução

A Organização Mundial de Saúde recomenda a ingestão diária de no mínimo 400g de frutas e hortaliças para prevenção de doenças crônicas. No entanto, a ingestão desses alimentos ainda é insuficiente no Brasil, país no qual, a obesidade já atinge 18,9% da população. Ademais, ao ingressarem em uma universidade, o consumo alimentar dos estudantes é influenciado, muitas vezes pelo fato dos mesmos passarem a morar sozinhos, preparar sua própria alimentação e administrar os estudos concomitantemente. Em geral, omitem refeições e realizam lanches, levando à ingestão alimentar inadequada.

Objetivos

Avaliar o consumo de frutas e hortaliças de acadêmicas de Nutrição de uma universidade pública ao longo dos anos.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal. Os dados foram coletados por meio de registros alimentares de dois dias de semana não consecutivos e um dia de final de semana, auto relatados pelas acadêmicas de nutrição de uma universidade pública em três anos distintos, sendo eles 1999, 2004 e 2009. Foram consideradas como frutas todas as cruas, secas, congeladas, cozidas, suco e refresco naturais, exceto frutas em caldas, tortas de frutas, sucos e refrescos industrializados. Foram consideradas hortaliças todas as cruas, cozidas, refogadas, congeladas, enlatadas, e sopa de legumes, exceto vegetais do tipo C. As preparações foram desmembradas com apoio da Tabela para Avaliação de Consumo Alimentar em Medidas Caseiras. O consumo foi expresso pelo percentual do consumo médio a cada ano e pela quantidade (em gramas) ingerida ao longo do dia por aluna e foi verificada a adequação de consumo de acordo com a recomendação da Organização Mundial de Saúde. Foram também coletadas informações a respeito da variedade, modo de preparo e quais as refeições em que eram consumidas. O teste Shapiro-Wilk apontou a não normalidade dos dados e foram aplicados os testes de Wilcoxon, Kruskal-Wallis e Qui-quadrado, sendo considerado como nível de significância $p \leq 0,05$. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o número 1046-CEP/HUPE.

Resultados

A amostra foi composta por 161 alunas. Destas 54 eram de 1999, 60 de 2004 e 47 de 2009. As medianas (md) de consumo de frutas e hortaliças tanto nos dias de semana quanto final de semana não apresentaram diferenças significativas entre os anos ($p > 0,05$). Em todos os anos avaliados, o consumo de hortaliças foi maior nos dias de semana do que final de semana (md = 49 e 30g em 1999; 49 e 35g em 2004; 75 e 44g em 2009, respectivamente; $p \leq 0,05$). Já para frutas, o mesmo ocorreu apenas no ano de 2004 (md = 212 e 162g, respectivamente; $p = 0,03$). O percentual do consumo médio variou de 73,7% a 82,9% para frutas e 17,1% a 26,8% para hortaliças em todos os anos. A prevalência de inadequação foi elevada em todos os anos, variando de 66% a 81,5%, sem diferença significativa tanto nos dias de semana ($p = 0,274$) quanto final de semana ($p = 0,243$). As frutas mais mencionadas foram laranja (principalmente o suco) maçã e banana em variadas refeições e as hortaliças foram alface, tomate e cenoura no almoço.

Conclusão

Observou-se que o percentual do consumo médio de frutas foi mais do que o dobro do de hortaliças em todos os anos. Apenas 1/3 das acadêmicas atingiu o consumo de frutas e hortaliças igual ou maior que 400 gramas ao dia, em todos os anos tanto no dia de semana quanto no final de semana, sendo este consumo predominantemente inferior à recomendação vigente.

Referências

- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva, 2003, 149 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde; 2017, 162 p.

DUARTE, F.M.; ALMEIDA, S.D.S.; MARTINS, K.A. Alimentação fora do domicílio de universitários de alguns cursos da área da saúde de uma instituição privada. O Mundo da Saúde, São Paulo, v.37, n.3, p. 288-298, 2013.

PINHEIRO ABV, LACERDA EMA, BENZECRY EH, GOMES MCS, COSTA VM. Tabela para Avaliação de Consumo Alimentar em Medidas Caseiras. 5. ed. [São Paulo]: Atheneu; 2009.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Frutas; Hortaliças; Nutrição

INGESTÃO DE NUTRIENTES E ENERGIA POR ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE

REGINA ESTEVES JORDÃO; SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO; KARYNE SUMICO DE LIMA UYENO; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Faculdade de Ciências Médicas (FCM UNICAMP), Centro de Investigação em Pediatria (CIPED), Campinas-SP, Brasil

regina_nutri@yahoo.com.br

Introdução

O consumo alimentar dos adolescentes tem sofrido diversas alterações no decorrer dos últimos anos. A inadequada ingestão de nutrientes é notória e traz preocupações, pois o desequilíbrio nutricional propicia maior susceptibilidade às doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes, obesidade e doenças cardíacas.

Objetivos

Estimar o consumo de nutrientes e de energia entre os adolescentes, por meio de uma revisão sistemática e metanálise.

Metodologia

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados *SciELO, PubMed, Web of Science, Embase* e Biblioteca Virtual de Saúde, de artigos publicados nos últimos dez anos. A pergunta norteadora foi: “Como está o consumo de nutrientes entre adolescentes no Brasil?”. Os descritores utilizados, com base no *DeCs* para as bases *LILACS, SciELO* e *Embase*; e no *MesH* para *PubMed* e *Web of Science*, foram: “adolescente”, “consumo alimentar” e “Brasil”, de maneira isolada e combinada com os nutrientes: “carboidratos”, “proteínas”, “lipídeos”, “vitamina A”, “C”, “D”, “E”, “folato”, “tiamina”, B12” e os minerais “cálcio”, “ferro”, “zinco”, “selênio”, “potássio” e “sódio”. Na língua inglesa: *adolescents, food intake, food consumption, Brazil, vitamins A, C, D, E, folate, thiamin, B12, calcium, iron, zinc, potassium, sodium*. A metodologia seguida foi a proposta pelo padrão *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement*. Identificaram-se 682 registros e após a exclusão de duplicatas, avaliação de títulos, resumos e leitura completa, foram incluídos um total de 35 estudos. Posteriormente, de acordo com os critérios de elegibilidade e heterogeneidade da amostra, os nutrientes foram selecionados para a análise. O modelo aleatório foi considerado para estimar a média e o desvio padrão dos nutrientes.

Resultados

Foram utilizados 22 estudos para o consumo energético (n=78.454) com idade entre 10 e 19 anos e estimativa média de 2346,0 Kcal/dia (IC95%: 2122,2-2569,8). Para análise de macronutrientes, foram incluídos 17 estudos a respeito de carboidratos (n=10.733), 18 de lipídeos (n=11.390) e 15 artigos sobre proteínas (n=3.925), com médias estimadas de consumo, respectivamente, de 328,9g (56,0% do total calórico), 79,8g (30,6%) e 85,2g (14,4%). Os micronutrientes avaliados e suas respectivas médias de ingestão foram: cálcio – 679,5mg, ferro - 15,42mg, sódio - 3567,32mg, zinco – 10,06mg, vitamina A - 782,49µg, vitamina C - 164,32mg e vitamina E – 5,65mg. O número de estudos utilizados para análise dos micronutrientes variou entre 4 a 22, excluíram-se os nutrientes que apresentaram de 1 a 3 artigos somente.

Conclusão

O processo de transição nutricional no país mostra um aumento da prevalência de excesso de peso entre os adolescentes, porém no presente estudo o consumo energético e de macronutrientes encontrou-se dentro das recomendações. Entretanto, a ingestão média de cálcio e vitamina E apresentou-se inadequada entre os adolescentes. A análise de micronutrientes é imprescindível, por se tratar de uma fase em que ocorre o crescimento e desenvolvimento do adolescente, sendo que as vitaminas e minerais exercem importante papel na homeostase do organismo e consequente manutenção da boa saúde. A realização de inquéritos dietéticos com melhor padronização são necessários para que se possa identificar com mais acurácia as deficiências nutricionais.

Referências

GALVÃO, T.F.; PANSANI, T. de S.A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar em Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiol e Serviços Saúde*. v.24, n.2, p.335–42. 2015

SOUZA, N.P. de; LIRA, P.I.C. de; FONTBONNE, A.; PINTO, F.C. de L.; CESSE, EÂP. A (des)nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades. *Cien Saude Colet*. v.22, n.7, p.2257–66. 2017

SPERANDIO, N.; PRIORE, S.E. Inquéritos antropométricos e alimentares na população brasileira: importante fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas. Cien Saude Colet. v.22, n.2, p.499–508. 2017

Palavras-chave: Adolescentes; Macronutrientes; Micronutrientes; Calorias

INGESTÃO DIÁRIA DE LEITE: FATORES ASSOCIADOS EM ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, SP

RENATA LUZ; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; REGINA ESTEVES JORDÃO; SUZY FERREIRA DE SOUSA; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Faculdade de Ciências Médicas (FCM UNICAMP), Centro de Investigação em Pediatria (CIPED), Campinas-SP, Brasil
regina_nutri@yahoo.com.br

Introdução

O leite é um alimento rico em proteínas de alto valor biológico, possui quantidades significativas de vitaminas A e do complexo B, e também representa uma importante fonte de cálcio, que é um mineral essencial para a formação e manutenção do tecido ósseo, para a mediação de contração muscular e da transmissão nervosa e que atua como importante mensageiro intracelular. Durante a infância e adolescência, o leite fornece energia, proteínas de alto valor biológico, gorduras, sais minerais e vitaminas, contribuindo para o adequado crescimento e desenvolvimento muscular, ósseo e endócrino. A ingestão de alimentos saudáveis, como o leite, entre os adolescentes vem se mostrando inadequada podendo levar ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, constituindo um grande problema de saúde pública.

Objetivos

Analisar a ingestão diária de leite por adolescentes segundo variáveis demográficas e de consumo alimentar.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional que utilizou dados do Inquérito de Saúde de Campinas (ISACamp 2014/15) e do Inquérito de Consumo Alimentar e Estado Nutricional (ISACamp Nutri 2015/16). Foram estimadas prevalências da ingestão diária de leite entre os adolescentes (10 a 19 anos) em relação às variáveis demográficas e de consumo alimentar obtidas por meio de um questionário de frequência alimentar semanal. Foram estimadas razões de prevalência brutas e ajustadas por meio de regressão simples e múltipla de Poisson. A análise de dados foi feita no programa Stata 14.0. O ISACamp 2014/15 foi aprovado pelo parecer nº 409.714 e o ISACamp Nutri 2015/16 pelo parecer nº 637.229.

Resultados

Entre os adolescentes, 19,1% relataram não consumir leite, 22,0% consumiam de 1 a 3 vezes por semana, 16,3% de 4 a 6 vezes e 42,6% ingeriam leite diariamente. A ingestão diária de leite foi significativamente maior no sexo masculino, nos adolescentes que se consideram magros, nos que ingeriam diariamente frutas, feijão, hortaliças cozidas e biscoito/bolacha e entre aqueles que possuíam o hábito de checar os rótulos dos alimentos. Por outro lado, o consumo diário de leite mostrou-se menor com o aumento da idade e entre aqueles que não tomavam o café da manhã diariamente.

Conclusão

Os resultados apontam que o consumo diário de leite entre os adolescentes está fortemente associado a outras práticas saudáveis como ingestão diária de frutas, hortaliças cozidas e feijão, além do hábito de verificar os rótulos dos alimentos. São necessárias orientações para promover comportamentos saudáveis nos adolescentes do sexo feminino e nos que apresentam um perfil de consumo alimentar inadequado.

Referências

- BUENO, Aline L.; CZEPIELEWSKI, Mauro A. The importance for growth of dietary intake of calcium and vitamin D. *Journal of pediatric*, v. 84, n. 5, p. 386-394, 2008.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Milk and dairy products in human nutrition. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2013.
- LEMKE, Geysa Maria MN et al. Avaliação do consumo de leite e derivados, frutas e doces entre adolescentes de uma escola privada de porto velho-RO. *Saber Científico*, v. 5, n. 1, p. 43-51, 2016.
- TOMBINI, Heloisa et al. Consumo de leite de vaca e derivados entre agricultores da região oeste do Paraná. *Alimentos e Nutrição Araraquara*, v. 23, n. 2, p. 267-274, 2012.

Palavras-chave: Leite; Consumo Alimentar; Adolescentes; Inquéritos de Saúde

INGESTÃO PROTEICA E FATORES ASSOCIADOS EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

VALESKA INQUES ROCHA DUARTE; ANA FLÁVIA GALVÃO DA SILVA; BRUNA MELO GIGLIO; RAQUEL MACHADO SCHINCAGLIA; JOÃO FELIPE MOTA; GUSTAVO DUARTE PIMENTEL

¹ UFG - Universidade Federal de Goiás

brunamgiglio@hotmail.com

Introdução

As proteínas são consideradas importantes moduladores no controle metabólico conferindo propriedades reguladoras que melhoram a composição corporal. Evidências sugerem que o aumento no consumo proteico pode auxiliar na preservação da massa magra, aumentar a perda de massa gorda, melhorar o controle glicêmico e pressão arterial. A proteína é considerada o macronutriente com maior poder termogênico, influenciando diretamente no equilíbrio energético e aumento da saciedade. Contudo são escassos estudos que avaliam a influência da proporção do consumo de proteínas em variáveis antropométricas e clínicas

Objetivos

Avaliar se ingestão proteica está associada com redução da adiposidade e melhora dos parâmetros clínicos em indivíduos triados em parques públicos

Metodologia

Estudo transversal com 418 indivíduos de ambos os sexos, maiores de 18 anos que realizavam atividade física de lazer em praças e parques da cidade de Goiânia no ano de 2016. Foi investigado o consumo alimentar por recordatório de 24 horas e avaliou-se a ingestão proteica (hipoproteica < 0,8g/kg/dia; normoproteica \geq 0,8g/kg/dia \leq 1,2g/kg/dia; hiperproteica >1,2g/kg/dia), de carboidratos, lipídios, fibras alimentares, leucina, valor calórico total e ingestão de lácteos. Investigou-se ainda variáveis antropométricas (índice de massa corporal, circunferência abdominal, prega cutânea tricipital e força de preensão manual), clínicas (glicemia casual, pressão arterial sistólica e diastólica), sociodemográficas (idade, sexo e raça) e comportamentais (tabagismo, etilismo e prática de atividade física rotineiramente). Foi aplicado o teste de qui-quadrado, Shapiro-wilk, Kruskal-wallis e de diferenciação assim como a regressão robusta de Poisson para estimativa da razão de prevalência, todos com nível de significância de 5%. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, número do parecer 1.470.285 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Resultados

A amostra foi composta por 53,1% de mulheres, 75,6% de adultos, 54,6% de brancos, 68,5% de praticantes de atividade física regular, 7,9% de tabagista e 48,6% de etilistas. Observou-se que 31,1% dos indivíduos ingeriram dieta hipoproteica ou normoproteica enquanto 37,8% hiperproteica. Evidenciou-se que comparado às pessoas que ingeriram uma dieta hipoproteica, as que consumiam uma dieta hiperproteica tinham menor índice de massa corporal ($27,6 \pm 4,4$ vs $24,3 \pm 3,9$ kg/m²; $p < 0,001$), circunferência abdominal ($96,2 \pm 10,9$ vs $88,0 \pm 11,7$ cm; $p < 0,001$) e dobra cutânea tricipital ($25,3 \pm 9,1$ vs $20,3 \pm 8,1$ mm; $p < 0,001$). Não foram observadas diferenças para força de preensão manual. Para variáveis clínicas notou-se menor pressão arterial sistólica ($134,2 \pm 19,0$ vs $127,1 \pm 17,9$ mmHg; $p = 0,003$), diastólica ($92,0 \pm 19,5$ vs $87,1 \pm 14,1$ mmHg; $p = 0,005$) e glicemia casual ($110,14 \pm 41,89$ vs $101,55 \pm 32,37$ mg/dl; $p = 0,007$). Quanto ao consumo de proteína (dieta hiperproteica), observou-se maior consumo de calorias, carboidratos, lipídios, fibras alimentares e leucina ($p < 0,001$). Além disso, foi encontrada uma razão de prevalência 44% menor de excesso de peso em ambos os modelos, bruto e ajustado por sexo e idade, e 27% menor na circunferência abdominal no modelo bruto e 20% no modelo ajustado por sexo e idade ($p < 0,05$).

Conclusão

A dieta hiperproteica relacionou-se a menores medidas de adiposidade e pressão arterial e glicemia considerados fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

Referências

- PEDROSA, R. G.; JUNIOR, J. D.; TIRAPEGUI, J. Dieta rica em proteína na redução do peso corporal. Revista de Nutrição, Campinas, v. 22, n. 1, p. 106-110, 2009.
- PHILLIPS, S. M. Current concepts and unresolved questions in dietary protein requirements and supplements in adults. Frontiers in Nutrition. Canadá, v. 4, n. 13, p. 1-7, 2017

Palavras-chave: proteína; antropometria; atividade física; estudo transversal

INSATISFAÇÃO CORPORAL E VARIÁVEIS DE COMPOSIÇÃO CORPORAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CAROLINE RESENDE MARTINS; VIRGILIA OLIVEIRA PANI; MARCOS ALVES DE SOUZA PEÇANHA; MIRIAM CARMO RODRIGUES BARBOSA; JOSÉ GERALDO MILL; ELIANE RODRIGUES DE FARIA

¹ UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, ² UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
eliane.faria@ufjf.edu.br

Introdução

A insatisfação corporal é compreendida como o desejo do indivíduo de que seu corpo seja diferente da forma como percebe, caracterizando então uma avaliação negativa do próprio corpo a partir de uma imagem formada em sua mente (ALVARENGA et al., 2010; DUMITH, 2012). A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE realizada com alunos do 9º ano, com idade entre 13 a 17 anos, mostrou que no país 28,0% dos adolescentes avaliados declararam estarem insatisfeitos com o seu corpo (IBGE, 2016). Dentre os meninos, esse percentual era de 22,1% e entre as meninas, de 33,4% (IBGE, 2016). Observou-se ainda que 18,3% deles declararam ser gordos ou muitos gordos. A proporção de meninas que se achavam gordas (21,8%) era maior do que de meninos (14,6%) (IBGE, 2016). Desta forma, torna-se essencial a avaliação dos fatores associados à insatisfação corporal ainda na infância e na adolescência para evitar problemas futuros.

Objetivos

Avaliar se há diferença na composição corporal, em crianças e adolescentes de 8 a 14 anos, com ou sem a presença de insatisfação corporal.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal com crianças e adolescentes de ambos os sexos de 8 a 14 anos, de escolas públicas de Vitória/ES. Foram obtidas medidas de peso, estatura, perímetro da cintura, perímetro do quadril, massa livre de gordura, massa de gordura e percentual de gordura corporal, através da bioimpedância elétrica vertical com oito eletrodos táteis (Inbody230®). Calculou-se o índice de massa corporal (IMC) e a relação cintura/estatura (RCE). A maturação sexual foi avaliada através dos estágios de desenvolvimento de pilosidade pubiana, mamas e genitais, conforme proposto por Tanner (1962). A imagem corporal foi avaliada por meio da Escala de Silhuetas proposta por Kakeshita et al. (2009), validada para crianças e adolescentes. Utilizou-se o Teste t de Student ou Mann-Whitney para avaliar a diferença da composição corporal nos indivíduos com e sem insatisfação corporal, além do teste do Qui-quadrado para avaliar a associação entre as variáveis categóricas (sexo e estágio de maturação sexual) considerando $p < 0,05$. O projeto teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (parecer nº 1.565.490) e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de assentimento pelos participantes e seus responsáveis.

Resultados

A amostra foi composta por 296 crianças e adolescentes, sendo que 68,6% (n=203) encontravam-se no estágio púbere. O excesso de peso esteve presente em 40,5% (n=120) e o excesso de gordura corporal em 50,3% (n=149) da amostra total. Em relação à imagem corporal, 88,9% (n=263) estavam insatisfeitos com o corpo, e destes, 54,4% (n=143) eram do sexo feminino. Não se observou associação entre insatisfação corporal com o sexo e o estágio de maturação sexual ($p > 0,05$). Os valores de IMC, perímetro da cintura, RCE, percentual de gordura corporal e massa livre de gordura foram maiores no grupo com insatisfação corporal quando comparados aos com satisfação corporal ($p < 0,05$).

Conclusão

Pode-se concluir que as crianças e os adolescentes com insatisfação corporal apresentaram maiores valores das variáveis de composição corporal. Desta forma, é essencial o diagnóstico precoce de alterações da imagem corporal e da composição corporal, para assim, atuar nesses fatores levando à prevenção e tratamento das complicações associadas na vida atual e futura.

Referências

- ALVARENGA, M.S; et al. Insatisfação com a imagem corporal em universitárias brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v.59, n.1, p.44-51, 2010.
- DUMITH, S.C.; et al. Insatisfação corporal em adolescentes: um estudo de base populacional. *Ciência e Saúde Coletiva*.

v.17, n.9, p.2499-505, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional De Saúde Do Escolar: 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2016.

KAKESHITA, I.S.; et al. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. Psicologia: teoria e pesquisa; v.25, n.2, p.263-270, 2009.

TANNER, J. M. Growth at adolescence. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1962.

Palavras-chave: adolescência; composição corporal; infância; insatisfação corporal

INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FERNANDA WITT; BIANCA INÊS ETGES; LUCIANO LEPPER

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

bianca@unisc.br

Introdução

Em 2003 foi criado pelo governo federal o Programa Bolsa Família, sendo este um programa de transferência de renda com o propósito de proporcionar o acesso das famílias aos direitos sociais básicos e acabar com a pobreza através das condicionalidades, que são as obrigações assumidas pelas famílias beneficiárias assim como pelo poder público (BRASIL, 2014). O Programa auxilia no combate à pobreza através da transferência mensal de um valor em dinheiro às famílias e faz acompanhamento na área de saúde e na educação. Esse programa destina-se às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e tem o intuito de promover a Segurança Alimentar e Nutricional dos seus integrantes e de reduzir as desigualdades sociais do país (BRASIL, 2015). A Segurança Alimentar e Nutricional é definida através do artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, como um direito de todos a uma alimentação adequada com acesso frequente e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade satisfatória, sem afetar o acesso a outras necessidades fundamentais, baseando-se em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

Objetivos

Identificar a prevalência de Insegurança Alimentar e verificar se existe correlação entre Insegurança Alimentar com estado nutricional, número de integrantes do domicílio, sexo e escolaridade do responsável familiar nas famílias do Programa Bolsa Família no município de Vale do Sol/RS.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de natureza quantitativa, realizado com famílias do programa. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul sob o número CAEE 64831416.9.0000.5343 parecer 1.942.261. Utilizou-se um questionário estruturado para obtenção de informações socioeconômicas e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para medir a Insegurança Alimentar. O estado nutricional foi avaliado através dos dados obtidos nas aferições de peso e estatura. Aplicou-se o teste Qui-quadrado para avaliar a associação de Insegurança Alimentar com as variáveis.

Resultados

Esta pesquisa contou com 59 famílias, o que corresponde a 19,0% do total de famílias beneficiárias no município em abril de 2017. Das 59 famílias estudadas, a média de integrantes por família foi de $4,14 \pm 1,36$, destas 49,1% tinham entre 4-6 membros, com renda per capita média de R\$141,14 \pm 81,30. A prevalência de Insegurança Alimentar foi de 78%, apresentou-se associada ao índice P/E em crianças menores de 5 anos ($p=0,03$). Insegurança Alimentar foi predominante nas famílias do programa, sendo a maior parte casos de grau leve. As variáveis avaliadas não se relacionaram a Insegurança Alimentar com exceção do indicador P/E nas crianças menores de 5 anos. O elevado percentual de excesso de peso e obesidade encontrado demonstra que a transição nutricional está acontecendo nas famílias de baixa renda.

Conclusão

A situação de Insegurança Alimentar foi predominante nas famílias beneficiárias do programa. As variáveis avaliadas não se relacionaram a Insegurança com exceção do indicador P/E nas crianças menores de 5 anos. Observa-se a necessidade do profissional da área de nutrição na Proteção Social Básica, pois esse profissional tem a capacidade de assessorar esta população a realizar o uso correto dos baixos recursos que recebem na compra de alimentos com melhor qualidade nutricional e menor custo.

Referências

Brasil. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014. p. 90, 2014.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Bolsa Família. 2015. Disponível em: . Acesso em: 09 out.2016.

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2016.

Palavras-chave: Antropometria; estado nutricional; segurança alimentar

INTERFACES ENTRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

ISABELLA JANINE DE ANDRADE; ALANA MARCELINO RIBEIRO FREITAS; ANA LUISA ROSA PINHEIRO DE LEMOS; BRUNA KAROLINE MATOS COELHO; VERUSKA PRADO ALEXANDRE

¹ UFG/ FANUT - Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Nutrição, ² CERESAN - Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ³ UNIDERP - Faculdade Anhanguera de Anápolis
alanamfr@hotmail.com

Introdução

As noções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Promoção da saúde podem ser consideradas próximas no contexto brasileiro (ALVES; JAIME, 2014). Uma das interfaces está na adoção da abordagem integrada sobre os direitos: a SAN atua a partir do Direito humano a alimentação adequada (DHAA) e a promoção a partir do Direito humano à saúde. Ambas noções atuam na perspectiva de respeito às necessidades e diversidades, sendo o princípio da equidade um dos fatores que as une. Estudos que retratem os pontos de aproximações destes campos podem contribuir para o seu fortalecimento enquanto políticas e áreas de conhecimento estratégicos para a alimentação e nutrição.

Objetivos

Analisar as interfaces entre o campo da Segurança Alimentar e Nutricional e o da Promoção da saúde no Brasil.

Metodologia

Estudo descritivo, realizado em 2017, com abordagem qualitativa. Os princípios da promoção da saúde foram obtidos da Política Nacional de Promoção da Saúde – PNaPS (BRASIL, 2014). A análise temática (CLARKE; BRAUN, 2017) da interface entre estes e o campo da SAN foi realizada a partir das ementas dos grupos temáticos que compuseram o II Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (II ENPSAN) e uma amostra de 28 resumos publicados nos anais (21,05% do total de trabalhos). A autorização para uso dos anais do II ENPSAN foi obtida com o comitê executivo da Rede Brasileira de Soberania e SAN.

Resultados

Constatou-se que Equidade é um princípio base tanto para a SAN como para a promoção da saúde. Todas as ementas dos grupos temáticos do II ENPSAN descrevem ações que se associam a concepção de equidade identificada na PNaPS. Destaca-se que equidade é expressa principalmente pela atuação voltada para populações em situação de vulnerabilidade. A categoria Participação social foi encontrada em quatro diferentes grupos temáticos tendo estes como enfoque: DHAA, abastecimento alimentar, cultura alimentar e indicadores em SAN. Sustentabilidade foi um princípio identificado na descrição de dois grupos temáticos “2. Produção sustentável e processamento de alimentos” e “3. Abastecimento e consumo alimentar saudável”, no entanto, com enfoque único na dimensão ambiental. Os princípios do Empoderamento, Intersetorialidade e Territorialidade foram identificados na descrição de três grupos temáticos, sendo estes diferentes entre si. A Territorialidade foi notada na descrição dos grupos temáticos: 4 que tratava dos efeitos da Insegurança alimentar e nutricional, 5 que abordou o tema da alimentação e cultura e 6 cujo enfoque estava em processos de avaliação e indicadores de SAN. Os temas destes grupos temáticos têm estreita relação com a atuação territorial. Empoderamento foi citado numa perspectiva de acesso a direitos (grupo 1), construção de habilidades e ambientes para escolhas alimentares saudáveis (grupo 2) e reforço da importância das mulheres para a SAN (grupo 3). Chama atenção a ausência de dados relacionados a categoria de princípios Humanização e Intrasetorialidade. Integralidade e Autonomia foram pouco identificados no texto dos anais do II ENPSAN e são considerados fundamentais para o alcance do empoderamento dos indivíduos e coletivos.

Conclusão

As análises permitem afirmar que o campo da SAN e da Promoção da saúde no Brasil têm interfaces no campo de princípios que orientam as suas ações. O conhecimento destas pode potencializar o desenvolvimento de ações com objetivos comuns que tanto alcancem uma condição de saúde como promovam a SAN.

Referências

CLARKE, V.; BRAUN, V. Thematic analysis. **The Journal of Positive Psychology**, United Kingdom, v. 12, n. 3, p. 297-298, 2017.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2014. Seção 1, p. 68.

ALVES, K.P.S.; JAIME, P.C.. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4331-4340, 2014.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da Saúde; Interfaces

INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E COBERTURA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA POPULAÇÃO MASCULINA DO RIO GRANDE DO SUL

CHRISTY HANNAH SANINI BELIN; FELIPE SCHULER RIBEIRO; RAQUEL CANUTO; MAÍSA BELTRAME PEDROSO; CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ² SES - Secretaria Estadual da Saúde
christy.sbelin@gmail.com

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis são as principais causas de morte em todo o mundo (WHO, 2014) e mais prevalentes na população masculina (STEVENS, 2012). O sistema de informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde possibilita o uso de informações epidemiológicas na gestão dos serviços de saúde.

Objetivos

Analisar a taxa de internação hospitalar por doenças crônicas não transmissíveis na população masculina das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde do Rio Grande do Sul no período de 2012 a 2016, além de avaliar o aumento da taxa de internação hospitalar por município, o percentual de cobertura das Estratégias de Saúde da Família e a relação com a cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico descritivo, a partir de dados de domínio público, disponíveis no sistema *Business Intelligence*, criado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, dados da Sala de Apoio à Gestão e dados de cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. As variáveis analisadas nos anos de 2012 a 2016 foram: (1) taxa de internação hospitalar por doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e diabetes mellitus) na população masculina, (2) cobertura da Estratégia de Saúde da Família nos municípios e (3) cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional entre homens nos municípios. As análises foram realizadas no software Excel.

Resultados

Os municípios de Porto Vera Cruz, Santo Antônio do Planalto, Lagoa dos Três Cantos e Santo Expedito do Sul apresentaram aumento nas internações hospitalares no ano de 2016 em relação ao ano de 2012. De todas as coordenadorias analisadas, a 6ª apresentou a maior taxa de variação no aumento das internações, na qual pertencem os municípios de Santo Expedito do Sul e Santo Antônio do Planalto. Quando analisado o percentual médio de cobertura das Estratégias de Saúde da Família nessa coordenadoria, o mesmo ultrapassa a margem de 90%, sendo que o acompanhamento do estado nutricional da população masculina adulta no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional é pequeno, como em Santo Antônio do Planalto e Santo Expedito do Sul, onde não há registro e apenas um registro de acompanhamento, respectivamente. Estes dois municípios não possuem Núcleo de Apoio à Saúde da Família e nutricionista. Os municípios que apresentaram diminuição nas internações foram Bagé, Santa Cruz do Sul e Palmeira das Missões, nos quais se observou menor percentual de cobertura das Estratégias de Saúde da Família e maior cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em relação ao registro de acompanhamentos do estado nutricional. Além disso, apresentaram maior número de Núcleo de Apoio à Saúde da Família e nutricionistas nas regiões.

Conclusão

A 6ª coordenadoria regional de saúde apresentou aumento nas internações, mostrando que uma maior cobertura de Estratégia de Saúde da Família não está relacionada a um maior acompanhamento do estado nutricional na atenção básica e diminuição da internação hospitalar, concluindo que elas podem não estar correspondendo plenamente à demanda da população. Considera-se a possibilidade de maior internação nessa coordenadoria devido à maior quantidade de hospitais, que possibilita um serviço de saúde com maior acesso. Percebe-se a subnotificação do registro de informações nessas bases de dados e, com isso, existência de dificuldade na execução das políticas de saúde no Estado.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Mortality and burden of disease. Noncommunicable Diseases (NCD)

Country Profiles, 2014: Geneva: World Health Organization; 2014.

STEVENS, Antony; SCHMIDT, Maria Inês; DUNCAN, Bruce Bartholow. Desigualdades de gênero na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Porto Alegre, v. 17, n. 10, p.2627-2634, ago. 2012.

Palavras-chave: Hospitalização; Política de Saúde; Sistemas de Informação

INTERVENÇÕES NUTRICIONAIS PARA ADOLESCENTES COM TECNOLOGIA DIGITAL: REVISÃO SISTEMÁTICA

GISELLE RHAISA DO AMARAL E MELO; FERNANDA DE CARVALHO SILVA VARGAS; CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS; NATACHA TORAL

¹ UNB - Universidade de Brasília
giselle-melo1502@hotmail.com

Introdução

A adolescência é um período de risco nutricional com alta prevalência de hábitos alimentares inadequados, que a longo prazo podem resultar em sobrepeso, deficiência de micronutrientes e desenvolvimento de doenças. A intervenção nutricional tem custo-benefício favorável para a promoção de hábitos alimentares benéficos. Nos últimos anos, várias intervenções na área da saúde foram feitas com uso da tecnologia digital, que proporciona a promoção da alteração de comportamento de forma inovadora e interativa, o que é atrativo para adolescentes. No Brasil, a pesquisa TIC Kids Online 2015 concluiu que 80% da população de 9-17 anos têm acesso fácil à internet. Ademais, mostra que 68% dessa mesma população fica online várias vezes ao dia.

Objetivos

Identificar os principais tipos de tecnologias utilizadas para intervenções nutricionais em adolescentes, assim avaliar a qualidade e efetividade desses estudos.

Metodologia

O protocolo encontra-se disponível no site do PROSPERO. A revisão seguiu recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses. Uma pesquisa foi conduzida em cinco bases de dados em busca de artigos descrevendo intervenções nutricionais principalmente para adolescentes com tecnologia digital. Estudos randomizados, quase-experimentais e observacionais, completos e originais, todos publicados entre 2005-2015, em inglês, espanhol ou português, foram incluídos. A qualidade dos estudos foi acessada pelo questionário do Effective Public Health Practice Project. As informações foram coletadas através de um questionário baseado nas orientações do Centre for Reviews and Dissemination on undertaking reviews in healthcare.

Resultados

Foram encontrados 559 títulos e resumos e 11 deles estavam dentro dos critérios de inclusão. A maioria dos participantes foi recrutada de escolas. Houve bastante variação na frequência de exposição à intervenção (uma única vez, diário, semanal ou de acordo com um número pré-determinado de lições). 4 intervenções se basearam na Teoria Social Cognitiva. As tecnologias utilizadas incluíam jogos e programas de computador, mensagem de texto e CD-ROMs interativos, e somente 2 intervenções não utilizaram ferramentas mediadas pelo computador. 5 estudos tiveram como foco alteração de múltiplos comportamentos. 5 estudos tiveram resultados significativos. 3 estudos tiveram qualidade avaliada como fraca.

Conclusão

Intervenções nutricionais voltadas para adolescentes de longo prazo com frequente exposição à recursos tecnológicos e com componente teórico voltado para um único comportamento alimentar tendem a ser mais bem sucedida.

Referências

- Hoelsher, D.M.; Evans, A.; Parcel, G.; Kelder, S.H. Designing effective nutrition interventions for adolescents. J American Dietetic Association. V.3, S52-S63, 2002.
- Webb, T.; Joseph, J.; Yardley, L.; Michie, S. Using the Internet to Promote Health Behavior Change: A Systematic Review and Meta-analysis of the Impact of Theoretical Basis, Use of Behavior Change Techniques, and Mode of Delivery on Efficacy. J Med Internet Res. V.12, pag 4, 2010. Doi: 10.2196/jmir.1376.
- Cetic. TIC Kids Online Brasil 2015. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/kids-online/>. Acesso em: 29/09/2017.
- Moher, D.; Liberati, A.; Tetzlaff, J.; Altman, D.G. The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. Journal PLoS. V.21, n.6, pag. e1000097, 2009. Doi: 10.1371/journal.pmed.1000097.
- Centre for Reviews and Dissemination. CRD's guidance for undertaking reviews in health care. Disponível em: https://www.york.ac.uk/media/crd/Systematic_Reviews.pdf. Acesso em: March 31, 2017.

Palavras-chave: "hábitos alimentares"; eHealth; tecnologia; "educação nutricional"

INTERVENÇÕES NUTRICIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA OBESIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUCIENE BURLANDY; MÁRCIA REGINA MAZALOTTI TEIXEIRA; SIMONE RAIMUNDI DE SOUZA; LUCIANA MARIA CERQUEIRA CASTRO; THAYS DA SILVA ARAUJO; MYRIAN COELHO CRUZ

¹ UFF - Universidade Federal Fluminense, ² SES-RJ - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, ³ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ⁴ SMSN - Secretaria Municipal de Saúde de Niterói
marciartx@gmail.com

Introdução

O governo federal brasileiro vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas para enfrentar a crescente prevalência de sobrepeso e obesidade e a Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde é estratégica neste processo.

Objetivos

Analisar as potencialidades e desafios para implementação de ações de prevenção e controle da obesidade, nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, com foco na Atenção Básica de Saúde e na Área Técnica de Alimentação e Nutrição.

Metodologia

Foram analisados dados secundários sobre situação nutricional e de saúde, mapeadas ações municipais e analisados os fatores condicionantes do planejamento local com base nos seguintes métodos: análise de documentos governamentais; entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com apoiadores regionais da Atenção Básica, referências municipais da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, entrevistas telefônicas e preenchimento de formulário eletrônico pelas referências municipais, totalizando 135 depoentes. O plano de análise de dados estruturou-se nas seguintes dimensões: tipos de programa e ações implementadas que contribuem para enfrentar a obesidade, cobertura e abrangência; desafios e potencialidades para a implementação das ações. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Antônio Pedro – Parecer 508.687 (09/01/2014). Participaram do estudo os indivíduos que formalizaram o aceite por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

As principais ações desenvolvidas nos municípios são: consulta e trabalhos com grupos; atendimento junto à família, adultos e crianças; Programa Academia da Saúde; parcerias com Organizações Não Governamentais, Conselhos Municipais de Assistência, Saúde e Educação; promoção do aleitamento materno e alimentação saudável; participação em feiras com debates sobre o consumo de alimentos industrializados; hortas nas escolas e ações relacionadas ao Programa Saúde na Escola; cirurgia bariátrica e ações de combate à Hipertensão e Diabetes. A obesidade é prioritariamente tratada como doença ou fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis. Tal enquadramento favorece medidas individuais e comportamentais em detrimento das mudanças socioambientais ou nos contextos obesogênicos^{1,2,3,4}. Alguns setores assumem relevância estratégica, como a Área Técnica de Alimentação e Nutrição que tem como objetivo instituir e apoiar intervenções de alimentação e nutrição e abarca questões relevantes na saúde pública em todas as fases do ciclo de vida.

Conclusão

A obesidade vem sendo predominantemente abordada na perspectiva da assistência em saúde com ações de caráter curativo e programas como Academia da Saúde e o Programa Saúde na Escola baseiam-se em uma ótica mais ampliada de promoção da saúde. A Área Técnica de Alimentação e Nutrição foi o setor reconhecido como o principal mobilizador de ações de enfrentamento da obesidade, o que indica uma tendência de abordar o tema como uma vocação da área da Nutrição. Se, por um lado, tal perspectiva ressalta a importância da área, por outro pode reduzir o escopo de ações estratégicas para reversão da obesidade e comprometer a resolutividade das políticas. Na implementação de ações junto à população, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a Academia da Saúde são os que mais lidam com o tema da obesidade nos municípios.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria 2.715 de 17 de novembro de 2011. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Brasil, 2011a.

2. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022, 2011b.

3. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios. Brasília: CAISAN, 2014, 108p.

4. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019. Brasília: CAISAN, 2016, 68 p.

Palavras-chave: controle; desafios; potencialidades

INTRODUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE UM PROJETO EXTENSIONISTA EM DOIS EVENTOS DO CAMPUS UFRJ MACAÉ

CAROLINE GOMES LATORRE; LUZIENE DE SOUZA MELO; PATRICIA DA SILVA FREITAS; ISABELLA RODRIGUES BRAGA; FLAVIA FARIAS LIMA; JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI

¹ CAMPUS UFRJ-MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Macaé
jcscapelli@gmail.com

Introdução

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável atende a segunda diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, na qual a Educação Alimentar e Nutricional constitui um campo do conhecimento e prática em saúde voltada à promoção de hábitos alimentares saudáveis em as fases do curso da vida. Nessa vertente, promover a introdução da alimentação complementar adequada e oportuna após o 6º mês, constitui-se em uma etapa que pode ser influenciada por inúmeros fatores, como os socioeconômicos e culturais, exercendo importante influência no crescimento e desenvolvimento da criança.

Objetivos

Relatar as experiências da equipe de um projeto extensionista em um minicurso e uma oficina oferecidos em dois eventos do Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira.

Metodologia

A equipe de um projeto extensionista ministrou um minicurso sobre alimentação no primeiro ano de vida, intitulado: “Amamenta e Alimenta: incentive essa ideia!”, visando “capacitar profissionais de saúde, graduandos e comunidade em geral sobre cuidados em alimentação do lactente”, sendo planejado em junho e desenvolvido em julho de 2016, no evento III Inverno com Ciência; com carga horária de 04h. O minicurso foi reformulado e oferecido na forma de oficina, intitulada: “Oficina sobre Introdução complementar em lactentes”, oferecida em março de 2017, no evento IV Verão com Ciência, com carga horária total de 03h. Tanto no minicurso como na oficina foi planejada uma atividade lúdica, com demonstração de alimentos (que estariam, sobre a mesa, além de toalha de mesa, panos de pratos, utensílios de cozinha para preparação, copos e guardanapos) para elaboração de preparações (papas doce e salgada), pelos participantes. Como recurso audiovisual, utilizou-se um projetor de slides e um notebook. O projeto vincula-se ao projeto de pesquisa “Amamenta e Alimenta na Atenção Primária à Saúde do Município de Macaé – Rio de Janeiro”, do Campus UFRJ Macaé Professor Aloisio Teixeira, que está em atendimento à Resolução nº466/201217, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes/RJ, sob o número de protocolo: 30378514.1.0000.5244.

Resultados

O minicurso contou com 8 participantes (profissionais de saúde e graduandos da saúde) e a oficina teve a participação de 12 pessoas (profissionais de saúde e graduandos de diversas áreas). As atividades realizadas em ambas propostas foram positivas. Contudo, percebeu-se que a proposta da oficina permitiu maior interação, dinâmica e troca de experiências entre a equipe e os participantes. Na oficina, as dúvidas eram sanadas no decorrer das atividades práticas, o que não acontecia no minicurso.

Conclusão

Tendo em vista os dois modelos de estratégia de intervenção sobre o tema alimentação complementar, pôde-se perceber que o formato de oficina despertou mais a atenção dos participantes assim como deu mais oportunidades a esclarecimento de dúvidas e concretização de conhecimento, oportunizando intensa troca de experiências e saberes entre participantes e estudantes e professores do projeto. Em ambas atividades realizadas foi possível iniciar um processo de sensibilização e instrumentalização dos participantes, aumentando seus conhecimentos sobre a alimentação saudável no primeiro ano de vida.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; n. 23).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2 ed. – 2 reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. 84 p.: il.

_____. Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. ENPACS: Estratégia Nacional Para Alimentação Complementar Saudável: Caderno do Tutor/Ministério da Saúde, Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – IBFAN Brasil. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

Palavras-chave: Alimentação Saudável; Saúde da Criança; Lactente; Saúde Coletiva

INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA DIETA DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE - SUS

IARA RODRIGUES GARCIA CARDOSO; GRAZIELE MENEZES COELHO; JAQUELINE MARIA SILVESTRE;
FERNANDA GUILHERMINO MAGALHÃES; RITA MARIA MONTEIRO GOULART

¹ USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

fmagalhaes@saojudas.br

Introdução

O aleitamento materno é a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e constitui-se como a forma de intervenção mais eficaz para redução da morbimortalidade infantil. Recomenda-se o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida e após esse período é necessário introduzir, de forma lenta e gradual, outros alimentos, mantendo o leite materno até os dois anos de idade ou mais. O consumo precoce de alimentos complementares interfere na manutenção do aleitamento materno e não há evidências de que exista vantagem na introdução alimentar antes dos seis meses. Por outro lado, os relatos do prejuízo causado por essa prática são abundantes.

Objetivos

Descrever a introdução de alimentos na dieta de crianças atendidas em Unidades Básicas de Saúde.

Metodologia

Estudo transversal realizado com 96 crianças, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 24 meses, selecionadas por conveniência, em Unidades Básicas de Saúde no município de São Caetano do Sul, de setembro a dezembro de 2016. Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 1.716.182), as mães responderam um questionário estruturado, com informações sobre condições socioeconômicas e práticas de introdução alimentar (bebidas, alimentos in natura/minimamente processados, preparações culinárias e alimentos ultraprocessados). Para cada alimento foi registrada a idade, em meses, de introdução. Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, com distribuição por frequência e porcentagem.

Resultados

Do total de crianças estudadas (n=96), 57,3% estavam em seu primeiro ano de vida e 56,2% eram do sexo masculino. Quanto à idade materna, 62,5% estavam entre 20 e 35 anos, 90,6% das mães apresentavam ensino médio ou superior e a renda familiar relatada foi igual ou superior a 4 salários mínimos em 37,5% da amostra. Em relação à introdução alimentar, verificou-se que no grupo das bebidas a água foi oferecida para 41,9% das crianças menores de 6 meses, seguido por chá (25,8%) e suco natural de frutas (22,6%). Entre as crianças de 6 a 12 meses, 10,7% já consumiam refrigerantes e sucos artificiais, aumentando para 35,1% e 64,9%, respectivamente, nas maiores de 12 meses. Dos alimentos in natura/minimamente processados ou preparações culinárias, observou-se que 22,6% das crianças menores de 6 meses receberam a papa de frutas, e 25,8% de legumes. Nas crianças de 6 a 12 meses destaca-se a não introdução de alimentos como: ovos (75%), peixes (67,9%), fígado (57,1%), carne bovina (35,7%) e verduras (32,1%). No grupo dos alimentos ultraprocessados, notou-se a introdução precoce de bala/pirulito/chocolate em 21,4% das crianças entre 6 a 12 meses, essa prática foi ainda maior entre as crianças maiores de 12 meses, onde 56,8% já consumiam bala/pirulito/chocolate, 54,1% bolacha recheada e salgadinhos e 51,4% macarrão instantâneo.

Conclusão

Observou-se introdução precoce de água, chás e sucos naturais, além de papas de frutas e de legumes. Houve aumento do consumo de alimentos ultraprocessados com o avanço da idade e alimentos importantes para o desenvolvimento infantil ainda não tinham sido introduzidos para as crianças a partir de 6 meses. Portanto, é necessário instituir, na Atenção Básica do município estudado, ações que contemplem a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, com a introdução da alimentação complementar em tempo oportuno e de qualidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez passos para uma alimentação saudável:** guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2 ed. 2 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia. **Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: SBP, 2012.

Palavras-chave: nutrição infantil; consumo de alimentos; hábitos alimentares; lactente

ÍNDICE DE CONICIDADE COMO PREDITOR DE RISCO CARDIOVASCULAR EM HIPERTENSOS DE MACEIÓ, ALAGOAS.

CARLA HORTÊNCIA HOLANDA DE LIMA; CATARINA MARIA BARBOSA MENDONÇA; SANDRA MARY LIMA VASCONCELOS

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ² UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ³ UFAL - Universidade Federal de Alagoas

carla.hh_lima@outlook.com

Introdução

Considerada uma pandemia, a obesidade é responsável por altos índices de morbimortalidade mundial e exige atenção, principalmente a central, por apresentar forte associação a desfechos cardiovasculares. A incidência de hipertensão arterial, diabetes, aterosclerose e morte cardíaca súbita é frequente em pessoas obesas, sobretudo naqueles com obesidade na região abdominal, pois as repercussões negativas são potencializadas, tornando-se mais significativas¹ e apresentando estreita relação com a morbimortalidade cardiovascular. Para avaliar, a antropometria reúne um elenco de indicadores, a exemplo do índice de conicidade que identifica a adiposidade central do indivíduo e predição a desenvolver patologias associadas, sendo de fácil coleta e interpretação, capaz de verificar o risco cardiovascular, considerando - se um método de escolha em estudos de marcadores de risco em populações.

Objetivos

Identificar o Índice de Conicidade e associação ao Descrever a frequência de marcadores antropométricos de risco cardiovascular em um grupo uma amostra de hipertensos participantes da PPSUS 2013-2015 no do município de Maceió.

Metodologia

Estudo transversal, realizado no período de setembro de 2013 a dezembro de 2015, com 391 indivíduos hipertensos (≥ 18 anos e ≤ 60 anos), de ambos os sexos, do município de Maceió, participantes da pesquisa para o SUS "Consumo e práticas alimentares, fatores de risco modificáveis para doenças crônicas e prognóstico de hipertensão do Estado de Alagoas". Coletou-se dados socioeconômicos, demográficos e clínicos (sexo, idade, raça, classe socioeconômica, antecedentes familiares, presença de comorbidades cardiovasculares, níveis de pressão arterial) e dados antropométricos (peso, altura e perímetro abdominal), estes últimos, utilizados para avaliar o risco cardiovascular. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas e os voluntários foram incluídos mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A amostra foi composta em maioria por mulheres 85,7% (n=335), homens 14,3% (n=56), idade média de $48,64 \pm 8,01$ anos. Quanto à etnia, 54% se autor-referiu parda (n=211), 20% branca (n=78), 19,7% negra (n=77), 3,8% amarela (n=15), 2% indígena (n=8) e 0,5% não informaram (n=2). Dados socioeconômicos, 44% (n=184) pertenciam à classe C, 39,9% (n=156) D, 6,4% (n=25) E, 6,1% (n=24) B e 1% à classe A (n=1), não informou (n=1). Nos dados clínicos, 62,69% (n=242) apresentou antecedente familiar cardiovascular, 4,6% (n=18) infarto como comorbidade cardiovascular, 9,72% (n=38) acidente vascular cerebral e 11,05% (n=43) outras coronariopatias. Os níveis de Pressão Arterial Sistólica e Diastólica verificados foram de $140,38 \pm 22,85$ mmHg e $84,17 \pm 19,05$ mmHg, respectivamente. Já nos marcadores de risco cardiovascular, com base no perfil antropométrico observou-se que, segundo o Índice de Massa Corporal, 0,77% (n=3) apresentava Magreza, 12,53% (n=49) Eutrofia, 37,34% (n=146) Sobrepeso e 49,36% (n=193) Obesidade; quanto a Circunferência da Cintura revelou risco elevado em 86,71% (n=287) apresentou risco elevado e 13,29% (n=44) baixo risco; quanto a Relação Cintura/Estatura em 87,01% (n=288) mostrou-se elevada e 12,99% (n=43) adequada; segundo o Índice de Conicidade, 83,69% (n=277) mostrou-se elevado e 16,31% (n=54) em normalidade.

Conclusão

O índice de conicidade apresentou consonância aos demais marcadores antropométricos, podendo ser utilizado como importante ferramenta de predição de eventos cardiovasculares.

Referências

1. Koning L, Merchant AT, Pogue J, Anand SS. Waist circumference and waist-to-hip ratio as predictors of cardiovascular events: meta-regression analysis of prospective studies. Eur Heart J 2007;28(7):850-6.

2. BRASIL. Vigitel Brasil. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2015.
3. GOMES, J. et al. Risco de doenças cardiovasculares e predição de adiposidade corporal em hipertensos. Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 43-55, maio/ago. 2016.
4. VASQUES, A.C. et al. Indicadores antropométricos de resistência à insulina. Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP – Brasil. 2009.

Palavras-chave: Antropometria; Cardiopatias; Obesidade; Risco cardiovascular

ÍNDICE DE QUALIDADE DA DIETA ASSOCIADO AO GUIA ALIMENTAR DIGITAL: EXAMINANDO A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA DIETA E OFERTA DE NUTRIENTES

SIMONE DOS ANJOS CAIVANO; SEMÍRAMIS MARTINS ÁLVARES DOMENE

¹ UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

simone.caivano@hotmail.com

Introdução

A dupla carga de doenças ocasionadas pelos desvios alimentares, carências nutricionais e obesidade, demanda uma abordagem ampla, multisetorial e de longo prazo, e que considere ações de monitoramento para a avaliação da ingestão alimentar. Estratégias com foco em nutrientes desconsideram a complexidade da matriz alimentar e a importância do alimento como referência de qualidade nutricional. No Índice de Qualidade da Dieta associado ao Guia Alimentar Digital (IQD-GAD), os alimentos consumidos no dia são classificados em grupos alimentares conforme sua similaridade nutricional e evidências acerca das implicações de sua ingestão regular sobre a saúde, sem desconsiderar a relevância do atendimento às necessidades nutricionais. Assim, alia a importância do alimento e a avaliação da oferta de nutrientes por profissionais da área.

Objetivos

Analisar as cotas de nutrientes e porções dos alimentos em cardápios classificados segundo o IQD-GAD, a fim de verificar a correspondência entre qualidade da dieta e oferta nutricional.

Metodologia

Estudo transversal realizado a partir de 664 Recordatórios de 24 horas (R24H) originados de dados secundários do “Inquérito de Saúde do Município de Campinas 2008”. Integraram a amostra do presente estudo, indivíduos adultos, entre 19 e 60 anos, de ambos os sexos, que não realizam prática de exercício físico profissional, que não estão em período de gestação e lactação, sem a presença de doença que demande intervenção alimentar e que manifestaram concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A composição nutricional dos R24H foi processada pelo software Nutrition Data System for Research e seu resultado exportado para o Access para o cálculo de porções dos grupos de alimentos conforme a classificação obtida pelo IQD-GAD. O valor de cada nutriente foi proporcional a 1000kcal a fim de garantir a não influência do valor energético. Na análise descritiva das variáveis categóricas foi empregado o teste do qui-quadrado. A ingestão das porções dos grupos de alimentos preconizados no IQD-GAD foi analisada a partir da frequência de ingestão conforme as faixas estabelecidas neste Índice. Os nutrientes foram analisados a partir cálculo dos valores de mediana, média e desvio-padrão, distribuídos conforme a classificação dos cardápios do IQD-GAD e sexo; as variáveis foram processadas pelo teste de Kruskal-Wallis. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo sob o parecer nº 707.010, e pelo sistema CEP/CONEP - CAAE nº 28924514.6.0000.5505 em 02 de julho de 2014.

Resultados

Dietas de baixa qualidade podem fornecer nutrientes em cotas suficientes para alcançar as necessidades nutricionais, sem diferença daquelas observadas em dietas de boa qualidade. Entre mulheres, fibra alimentar, vitaminas do complexo B e magnésio foram ingeridos em cotas mais altas em dietas de melhor qualidade ($p < 0,05$). Altos escores do Índice não necessariamente apontam dietas com teores nutricionais mais altos do que dietas de baixo escore, particularmente entre homens.

Conclusão

A identificação de padrões de alimentação não saudável pode corresponder a dietas com cotas nutricionais suficientes para atender a valores de necessidade nutricional. A avaliação do aporte nutricional de forma isolada constitui uma análise limitada e reducionista e que pode induzir a erro sobre ações preventivas em nutrição apoiadas em nutrientes e não em alimentos.

Referências

- . CAIVANO, Simone; DOMENE, Semíramis Martins Álvares. Diet quality index for healthy food choices. Revista de Nutrição, v. 26, n. 6, p. 693 – 699, 2013.
- . CONDE, Wolney Lisboa; MONTEIRO, Carlos Augusto. Nutrition transition and double burden of undernutrition and excess of weight in Brazil. The American Journal of Clinical Nutrition, v. 100, n. 6, p. 1617S-1622S, 2014.

- . MILLEN, Barbara; ABRAMS, Steven; ADAMS-CAMPBELL, Lucile, ANDERSON, Cheryl; BRENNAN, Thomas; CAMPBELL, Wayne, et al. The 2015 Dietary Guidelines Advisory Committee Scientific Report: Development and Major Conclusions. *Advances in Nutrition*, v. 7, n. 3, p. 438-444, 2016.
- . TAPSELL, Linda C. Examining the relationship between food, diet and health. *Dietitians Association of Australia*, v. 73, n. 2, p. 121-124, 2016.
- . TAPSELL, Linda C; Neale, Elizabeth P; Satija, Ambika, Hu, Frank B. Foods, Nutrients, and Dietary Patterns: Interconnections and Implications for Dietary Guidelines. *Advances in Nutrition*, v. 7, n. 3, p. 445-454, 2016.

Palavras-chave: Alimentação Saudável; Índice de Qualidade da Dieta; Dupla carga de doenças

MANUAL DE IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA NO CAPS AD: FERRAMENTA DE APOIO AO PROFISSIONAL.

JOICY FERREIRA MARTINS; MAYNARA CAROLINA DE SOUZA SANTANA; THAÍS DE OLIVEIRA CARVALHO GRANADO SANTOS; RAHILDA CONCEIÇÃO FERREIRA BRITO TUMA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² SESMA - Secretaria Municipal de Saúde de Belém

joicynutricao@gmail.com

Introdução

O Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e outras Drogas (CAPS AD) é um serviço ambulatorial de atenção diária, onde são desenvolvidas atividades para pacientes com transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, visando a integração do dependente químico na sociedade, como também sua reinserção familiar (BRASIL, 2002). Entre as atividades, podem ser realizadas ações de educação em saúde sendo o manual uma das tecnologias educativas que podem orientar os profissionais para realizarem com êxito suas atividades (TELES, 2014). A horta é umas das atividades que podem ser desenvolvidas na rede de atenção psicossocial (RAPS), visando incentivar a adoção de hábitos saudáveis, bem como auxiliar o tratamento terapêutico (PAGASSINI et al., 2015).

Objetivos

Elaborar um manual de implantação de uma horta como estratégia de educação alimentar e nutricional no CAPS AD.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se pela elaboração de um manual a partir de uma revisão de literatura focada no desenvolvimento de uma ferramenta de Educação Alimentar e Nutricional, com o propósito orientar os profissionais de saúde atuantes no CAPS AD. Os livros, artigos, documentos e manuais utilizados no manual foram encontrados nas Bibliotecas: Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA e nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e BIREME. O manual foi elaborado por 5 etapas: 1) Busca de referencial teórico sobre a horta como ferramenta de EAN e sobre o CAPS AD; 2) Identificação das informações para compor o manual; 3) Organização das informações de acordo com cada tópico estruturante; 4) Seleção das imagens e 5) Designer do manual. Após essas etapas o manual foi editado utilizando o programa Microsoft Power Point, versão 2010, sendo formatado nas dimensões 15x21cm, com os textos escritos em fonte Century Gothic. A impressão foi feita em papel Couchê 170g para a capa e o miolo 115g.

Resultados

As informações obtidas a partir da revisão de literatura deram subsídios para organização da implantação da horta, sendo adaptada para a rede de atenção psicossocial e a realização de EAN utilizando a horta. O designer do manual foi elaborado com elementos que chamassem a atenção do leitor, como a forma, cor e linhas. Alguns tópicos do manual foram inseridos como forma de pergunta, com o objetivo de indagar o leitor e chamar atenção para o tópico abordado. As imagens foram utilizadas para complementar o texto e instruir o profissional. Além disso, as oficinas culinárias e rodas de conversa foram inseridas como atividades relacionadas à horta, devido a importância dessas atividades. O referencial pedagógico utilizado na construção do manual foi a educação libertária preconizada por Freire (1970).

Conclusão

A partir da elaboração do manual, percebeu-se que mesmo após trinta anos do surgimento do primeiro CAPS, ainda são poucos os manuais encontrados para instruir os profissionais, principalmente voltados para a educação alimentar e nutricional. Também são escassos os estudos sobre a utilização da horta como ferramenta de EAN. O manual é uma tecnologia educativa que deve ter sua utilização incentivada, tanto na saúde mental como em outras áreas de atuação, pois esta ferramenta tem grande potencial para apoiar os profissionais que desejam utilizar a implantação da horta e atividades relacionadas fortalecendo cada vez mais a atuação na rede de atenção psicossocial.

Referências

BRASIL. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece as modalidades de CAPS – I, II, III. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 28 set. 2017.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro. 1970.

PAGASSINI, J. A. V. et al. Horta terapêutica na reabilitação psicossocial dos pacientes do CAPS-Registro. 8º Congresso de extensão universitária da UNESP, p. 1-6, 2015. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2017.

TELES, L. M. R. et al. Construção e validação de manual educativo para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto. RevEscEnferm USP, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n6/pt_0080-6234-reeusp-48-06-0977.pdf. Acesso em: 28 set. 2017.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Horta; Saúde Mental

MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO REALIZADAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO SUS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

PATRICIA AFONSO MAIA; GEILA CERQUEIRA FELIPE; MARIA CECÍLIA QUIBEN FURTADO; HUGO BRAZ MARQUES; ELDA LIMA TAVARES; MARIA TERESA CASTRO LIMA PEREIRA

¹ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias, ² INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias, ³ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias., ⁴ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias, ⁵ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias, ⁶ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias, ⁷ INAD - SMS-RJ/Instituto de Nutrição Annes Dias

cuidadoinad@gmail.com

Introdução

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, que abrange, dentre outros preceitos, a promoção e proteção à saúde, e a prevenção de agravos (Brasil, 2011). As ações de alimentação e nutrição presentes no processo de trabalho das equipes de Atenção Básica corroboram com esses preceitos. Cabe ao município estabelecer mecanismos de controle, regulação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados pelas ações da atenção básica, como parte do processo de planejamento e programação (Brasil, 2011; 2012). Desde agosto de 2015 cabe ao Instituto de Nutrição Annes Dias, enquanto área técnica de nutrição no Município do Rio de Janeiro, fazer o mapeamento da atenção nutricional nos serviços de saúde.

Objetivos

Apresentar o “modo de fazer” das unidades de atenção básica quanto aos cuidados em alimentação e nutrição no atual modelo de atenção à saúde no município do Rio de Janeiro.

Metodologia

De janeiro a setembro de 2017 foram visitadas 82 Unidades Básicas de Saúde, distribuídas nas dez coordenadorias de áreas programáticas do Município. As visitas foram agendadas, em todas elas, foi aplicado o “Roteiro de Visita Técnica”, ferramenta desenvolvida por técnicos do Instituto, pautado nas diretrizes da Atenção Básica no que tange as ações de alimentação e nutrição. Foram coletados dados referentes as estratégias de trabalho das unidades, para a promoção da alimentação saudável e adequada, e no enfrentamento dos agravos nutricionais.

Resultados

Das 82 unidades, 100% desenvolvem ações sobre amamentação, 76% coletivas. 67% das unidades trabalham a alimentação complementar saudável, destas 58% em grupo. Todas as unidades realizam tanto, ações coletivas, quanto individuais de alimentação e nutrição relativas às Doenças Crônicas (diabetes e hipertensão), porém não há material educativo para dar suporte as atividades desenvolvidas. Em relação ao cuidado de pacientes obesos somente 50% das unidades trabalham com essa clientela. Onde há presença do nutricionista verificamos atividades para prevenção e acompanhamento da obesidade, grupos de usuários para a Promoção da Alimentação Saudável. Apenas 14 unidades realizam vivências culinárias, no campo das práticas educativas para a promoção da alimentação saudável. Em relação aos programas saúde na escola e bolsa família podemos afirmar que estão consolidados na rotina dos serviços, porém as ações de alimentação e nutrição são pontuais de acordo com alguma demanda específica. A Vigilância Alimentar e Nutricional é realizada em todas as unidades, no entanto restrita aos indicadores antropométricos. O trabalho quando realizado em grupos aponta a participação de diferentes categorias profissionais, tendo maior articulação com os educadores físicos que atuam no programa academia carioca.

Conclusão

As ações relacionadas a amamentação são consolidadas na rede de atenção básica, que têm um histórico de trabalhos desenvolvidos nessa área. Já as ações de alimentação complementar saudável devem ser fortalecidas. A vivência culinária, importante estratégia no campo das práticas educativas para a promoção da alimentação saudável vem sendo pouco utilizada, provavelmente pela indisponibilidade de recursos financeiros e inadequação estrutural das unidades. Assim como, há pouco investimento em produção e reprodução de material educativo. As ações de vigilância alimentar e nutricional precisam ser valorizadas, com acompanhamento sistemático e olhar coletivo no território, com a finalidade de organizar e fortalecer a atenção e o cuidado nutricional.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Contribuições dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família para a Atenção Nutricional. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 2011.

I.R.R. CASTRO et al. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. Rev. Nutr, Campinas, v. 20, n.6, p.571-588, nov./dez. 2007.

Palavras-chave: Atenção Básica; Promoção da Saúde; Alimentação; Nutrição

MAPEAMENTO DO AMBIENTE ALIMENTAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA - UNISUAM

THADEU BARBOSA GONÇALVES; CLAYTON JOSÉ DA SILVA; NÚBIA FRANÇA DE OLIVEIRA NEMEZIO; RAÍSSA CARDOSO CILLERO; MANUELA DE SÁ PEREIRA COLAÇO DIAS

¹ UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta

thadeubarbosa@live.com

Introdução

Ambiente Alimentar é caracterizado por um grupo de elementos que se relacionam entre si para contribuir na acessibilidade e disponibilidade aos alimentos e bebidas pelos indivíduos. Nos últimos anos observa-se um crescente interesse na compreensão da influência do ambiente na saúde da população. Vem sendo desenvolvidos estudos para identificar como ambientes alimentares de bairros, universidades, escolas e locais de trabalho interferem nas escolhas alimentares, no risco para obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (GLANZ, 2005; PULZ, 2014). Este trabalho é o ponto de partida do projeto intitulado “Ambiente Alimentar do campus sede do Centro Universitário Augusto Motta” iniciado em maio/2017, que prevê pesquisas relacionadas a caracterização do ambiente em si (qualidade nutricional, preço, propaganda), a percepção dos discentes sobre este ambiente, bem como ações de intervenção que promovam um ambiente universitário saudável.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi mapear e classificar os estabelecimentos que fazem parte do ambiente alimentar dentro e no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta, localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, de acordo com o tipo de comércio desenvolvido.

Metodologia

Estudo de abordagem qualitativa-quantitativa, realizado nos meses de agosto e setembro de 2017, dentro e no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta. Primeiramente foi realizado um mapeamento dos estabelecimentos comercializadores de alimentos, *in loco*, com posterior confecção de mapa georreferenciado utilizando *software* AutoCad™. A seguir, os estabelecimentos mapeados foram classificados em grandes categorias, de acordo com o tipo e a forma de comercialização destes alimentos: ambulantes, docerias, mercados, restaurantes e lanchonetes.

Resultados

A delimitação do ambiente alimentar foi estabelecida de acordo a frequência dos alunos da referida instituição nos estabelecimentos, durante o intervalo das aulas. A partir do mapeamento do ambiente alimentar dentro e no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta, foi confeccionado o mapeamento e os 59 estabelecimentos comercializadores de alimentos foram marcados para termos uma visão espacial deste ambiente. Destes 59 estabelecimentos, 34 (58%) foram classificados como ambulantes (comércio de rua – formal e informal, porém fixos), 15 (25%) como lanchonetes, 7 (12%) como restaurantes, 2 (4%) como docerias e 1 (2%) como mercado (de pequeno porte). Do total de estabelecimentos, 6 encontram-se no interior do campus (1 restaurante, 4 lanchonetes e uma doceria) O grande número de ambulantes localizados em frente ao centro universitário chama atenção e revela uma característica peculiar deste ambiente alimentar, bem como um importante campo de estudo.

Conclusão

O mapa construído a partir do ambiente alimentar do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta nos permite ter uma visão espacial geral deste ambiente. A caracterização dos tipos de estabelecimentos encontrados dentro e no entorno do campus nos permite refletir sobre a forma de comercialização dos alimentos.

Referências

Glanz K., Sallis J.F., Saelens B.E., Frank L.D.. Healthy nutrition environments: concepts and measures. Am J Health Promot. v.19, n.5, p. 330-333, 2005.

Pulz, I. S. Ambiente alimentar do campus sede da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis, 2014.

Palavras-chave: Ambiente alimentar; Hábitos alimentares; Mapeamento

MAPEAMENTO DO AMBIENTE ALIMENTAR: CONHECER O COMÉRCIO LOCAL E SUAS POTENCIALIDADES NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

MARIANA FERNANDES FORTES; CAMILA APARECIDA BORGES; PATRICIA CONSTANTE JAIME

¹ FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública-Universidade de São Paulo
camilaborges.usp@gmail.com

Introdução

O Guia Alimentar para a População Brasileira reconhece o papel do ambiente alimentar como determinante nas escolhas da população (Brasil, 2014). Segundo a literatura, o ambiente alimentar é caracterizado a partir de locais, dentro de uma comunidade, onde se come e/ou compra alimentos. Nesse ambiente estão incluídos supermercados, atacadistas, mercearias, lojas de conveniência, confeitarias, cafeterias, bares, lanchonetes, restaurantes autosserviço, restaurantes fast-food, restaurantes à la carte, restaurantes de rodízio, padarias, feiras, sorveterias, sacolões, quitandas de distribuição automática, entre outros (Franco, 2008). Nos últimos anos, muitos estudos têm se proposto a compreender a importância do acesso a diversos tipos de locais de obtenção de alimentos sobre a qualidade da cesta de produtos alimentícios obtida (Morland, 2006 e Zenk, 2009). Além disso, pesquisas avaliando o ambiente alimentar de diversas cidades têm encontrado desigualdades no acesso à uma alimentação saudável (Franco, 2008 e O'CONNELL, 2011).

Objetivos

Caracterizar o ambiente alimentar no que diz respeito aos equipamentos de varejo de alimentos e descrever a distribuição segundo indicadores socioeconômicos e demográficos da região.

Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico aplicado no município de Jundiaí-SP. Foram localizados todos os equipamentos de varejo de alimentos utilizados pela população para aquisição de alimentos. Foi calculada a densidade de equipamentos de varejo (Número de equipamentos por 10.000 habitantes) para cada área de ponderação geográfica do município. A densidade de equipamentos foi caracterizada segundo dados sociodemográficos da região e plotados em mapas georreferenciados.

Resultados

Analisando a distribuição dos equipamentos de varejo do município foi possível observar uma maior concentração de equipamentos nas regiões centrais da cidade. Além disso, foi constatada grande importância de pequenos mercados especialmente em áreas mais periféricas e de menor renda e alfabetização, onde existem poucos Supermercados ou Hipermercados. Padarias foram muito comuns no município principalmente em áreas de maior renda e alfabetização, sendo um local de amplo acesso a alimentos ultraprocessados. Locais de venda de alimentos frescos e in natura como feiras, açougues e direto do produtor apresentaram alta desigualdade em suas distribuições pelo município.

Conclusão

Com o trabalho foi possível identificar áreas onde a população possui menor acesso a equipamentos de comércio de alimentos e possíveis desertos alimentares dificultando a realização do direito humano à alimentação adequada e à garantia da segurança alimentar e nutricional especialmente por parte da população de baixa renda.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Básica, Departamento de Atenção Básica.-2.ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FRANCO, Manuel et al. Neighborhood characteristics and availability of healthy foods in Baltimore. American journal of preventive medicine, v. 35, n. 6, p. 561-567, 2008.

MORLAND K, DIEZ ROUX AV, WING S. Supermarkets, other food stores, and obesity: the atherosclerosis risk in communities study. Am J Prev Med. abril de 2006;30(4):333-9.

O'CONNELL, Meghan; BUCHWALD, Dedra S.; DUNCAN, Glen E. Food access and cost in American Indian

communities in Washington State. *Journal of the American Dietetic Association*, v. 111, n. 9, p. 1375-1379, 2011.

ZENK SN, LACHANCE LL, SCHULZ AJ, MENTZ G, KANNAN S, RIDELLA W. Neighborhood retail food environment and fruit and vegetable intake in a multiethnic urban population. *Am J Health Promot AJHP*. abril de 2009;23(4):255-64.

Palavras-chave: ambiente alimentar; mapeamento; fatores socioeconômicos; alimentação saudável

MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO COMO FERRAMENTA DE AÇÃO E FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO PET-GRADUASUS

THAIS SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA; RENATA ARAÚJO; VIVIANE CAMARGO; GABRIELLE SANTOS; MICHELLE TEIXEIRA

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ² SMS-RIO - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

thaissalema@gmail.com

Introdução

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) é uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas, que devem atuar de forma integrada e apoiando as Equipes de Saúde da Família (ESF). Por ser um cenário de prática do nutricionista, três profissionais que compõem NASF situados na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro/RJ, foram convidados a participar do Programa PET-GRADUASUS – iniciativa do Ministério da Saúde. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS/RJ) iniciaram os trabalhos deste PET em 2016, envolvendo cursos de Enfermagem, Medicina e Nutrição, com o intuito de ampliar a integração Ensino-Serviço-Comunidade e de fomentar a reorientação da formação para o SUS.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é apresentar um relato da experiência sobre o Mapeamento do Território como ferramenta de trabalho do nutricionista e de formação em nutrição, visando à aproximação com a realidade e planejamento de atividades.

Metodologia

O Grupo de Nutrição do PET envolve 3 nutricionistas preceptores, 5 professoras e 6 estudantes de diferentes períodos da graduação em Nutrição/UNIRIO. As atividades ocorrem em 3 unidades de Saúde situadas nas comunidades da Rocinha e Santa Marta. Após a reunião de pactuação de atividades nas Unidades de Saúde, com a participação dos gestores, preceptores, professores e estudantes, foram programadas visitas domiciliares nas áreas adstritas ao território de atuação, envolvendo 17 equipes com cerca de 50.000 usuários do serviço. As estudantes realizaram visitas domiciliares para realizarem o mapeamento, que permitiu o diálogo com profissionais de saúde e usuários, bem como a observação base em um roteiro, com os seguintes eixos: história da comunidade; características demográficas, geográficas, socioeconômicas e culturais; dinâmica de vida da comunidade e o uso do sistema de saúde; processo de trabalho da ESF, do NASF e sua relação com a comunidade.

Resultados

As unidades de saúde estão localizadas em pontos estratégicos das comunidades, mas mesmo assim há dificuldades de acesso, principalmente por parte dos idosos e deficientes físicos, que para acessar as vias principais e o “bondinho” inserido na comunidade do Santa Marta, precisam passar por becos, vielas e longas escadarias. A falta de uma rede de esgoto de qualidade e coleta de lixo doméstico regular ainda são problemas relevantes nas comunidades. Durante as visitas, as estudantes destacaram as precárias condições de moradia, que influenciam o processo saúde-doença. Na Rocinha, observa-se que muitas casas não possuem janelas, sendo pouco arejadas e com baixa incidência de luz, levando a um número considerável de casos de Tuberculose. Já no Santa Marta, devido a sua estrutura geográfica, são mais frequentes os problemas associados a mobilidade física e dificuldade de acesso a serviços.

Conclusão

O Mapeamento do Território se mostrou uma excelente ferramenta tanto para apoio ao trabalho do nutricionista, quanto para incrementar o processo de formação de estudantes de nutrição na prática. Com ele é possível realizar um diagnóstico situacional, identificar problemas e as necessidades de saúde da população, embasar o planejamento das ações e os procedimentos de avaliação e monitoramento. Pelo fato de envolver diferentes atores sociais, também promove processos de autorreflexão sobre a realidade de vida e de trabalho e oportuniza a criação de vínculos entre comunidade, profissionais de saúde e universidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM de nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde

da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

_____. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011.

FONSECA, A.F. (Org.) O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

LACERDA, J.T.; BOTELHO, L.J.; COLUSSI, C.F. Planejamento na Atenção Básica. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

Palavras-chave: Atenção Básica à Saúde; Núcleo de Apoio a Saúde da Família; Estratégia de Saúde da Família; Nutrição; Território

MARCADORES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E HÁBITOS DE VIDA DE IDOSOS

LETICIA EGIDIO ARELHANO; GIOVANA ELIZA PEGOLO

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

leticia_arelhano@hotmail.com

Introdução

As mudanças epidemiológicas, demográficas e nutricionais pelas quais a população brasileira vem passando nos últimos anos estão acarretando alterações no estado nutricional e nas causas de morbimortalidade. A população idosa é um dos grupos etários com expressivo risco nutricional e as modificações no padrão alimentar, associadas à redução da atividade física, proporcionam condições para o desenvolvimento de carências nutricionais e/ou de Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Objetivos

Descrever o consumo de Frutas, Verduras e Legumes, prática de atividade física, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas de idosos.

Metodologia

Estudo transversal, constituído por amostra de conveniência de idosos de ambos os gêneros, de um Centro de Convivência de Idosos, de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Foi aplicado um formulário para investigar a frequência de consumo de Frutas, Verduras e Legumes in natura, prática de atividade física, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas. O consumo de Frutas, Verduras e Legumes foi classificado da seguinte forma: nunca ou raramente consome, frequência semanal ou se não lembrava. Os resultados foram analisados de forma descritiva e pelo teste Qui quadrado, com nível de significância de 5% (Software Sigma Stat, versão 2.0). Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Parecer 1.997.512. Todos os participantes da pesquisa manifestaram concordância de sua participação voluntária por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Participaram deste estudo 152 idosos, sendo 126 do gênero feminino, com idade média de 71,9 anos ($\pm 5,9$). 76,9% dos homens e 82,5% das mulheres disseram consumir frutas todos os dias, porém 19,2% e 11,9% dos homens e mulheres, respectivamente, relataram consumo $<3x/semana$. Já para os alimentos folhosos, 53,8% dos homens e 67,5% das mulheres afirmaram consumo diário. Observou-se também o consumo diário de legumes por 57,5% dos homens e 64,3% das mulheres. Sobre o tabagismo, 46,2% e 74,6% dos homens e mulheres afirmaram nunca terem fumado. O hábito de nunca ter fumado associou-se ao gênero feminino ($p<0,05$). Aproximadamente 70% da amostra mencionou não consumir bebidas alcoólicas e quando consumidas este hábito não apresentou diferença entre os gêneros. A prática de atividade física não apresentou diferença entre gêneros, mas a frequência semanal ≥ 3 dias esteve associada ao gênero feminino ($p<0,0001$), independente da prática desenvolvida. 97% dos idosos relataram praticar atividade física no Centro de Convivência de Idosos. Ao serem questionados sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira, 74,3% dos participantes relataram não conhecê-lo.

Conclusão

A maioria dos idosos, de ambos os gêneros, mencionaram consumir diariamente Frutas, Verduras e Legumes, entretanto, é possível notar que os homens consomem este grupo de alimentos em menor frequência. A maioria informou praticar atividade física no Centro de Convivência, sendo este um local de extrema importância para o estímulo ao envelhecimento ativo. Recomenda-se, especialmente para os homens, intervenções de Educação Alimentar e Nutricional com o objetivo de estimular o consumo de Frutas, Verduras e Legumes, o que poderá impactar positivamente para a saúde e para outros hábitos de vida saudáveis.

Referências

Palavras-chave: Atividade física; Envelhecimento; Guia alimentar; Hábitos alimentares

MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR

LAÍS DOS SANTOS; JHULIE RISSATO DA SILVA; ALEXANDRA STEPHANIE DE ALMEIDA HEYLMANN

¹ SMS/PMC - Secretaria Municipal da Saúde – Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, Brasil

lais.nutricaoufpr@gmail.com

Introdução

Os primeiros anos de vida são particularmente importantes para o satisfatório crescimento e desenvolvimento infantil, sendo os hábitos alimentares consolidados nesta fase (BRASIL, 2015). O consumo alimentar está relacionado a fatores sociais, econômicos e culturais que irão repercutir no estado nutricional da criança (SIMON, et al., 2003). Pois, a alimentação, em si, não se limita apenas a um fenômeno natural, mas está amplamente relacionada à disponibilidade e ao acesso aos alimentos, envolvendo valores culturais e também as bases educacionais da família (VITOLLO, et al., 2005). Assim, admite-se que os pais, sobretudo, apresentam um papel crucial nos marcadores de consumo alimentar de seus filhos e, conseqüentemente, na construção dos hábitos alimentares na infância.

Objetivos

Avaliar os marcadores de consumo alimentar e características socioeconômicas de crianças de 0 a 5 anos de Unidades de Saúde da Família do município de Curitiba-PR.

Metodologia

Estudo de caráter transversal, realizado em três Unidades de Saúde da Família de Curitiba-PR. Participaram do estudo 140 crianças de ambos os sexos, de zero a cinco anos de idade, que frequentam as respectivas Unidades de Saúde periodicamente, cujos pais ou responsáveis aceitaram participar da pesquisa, por meio de entrevistas, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados, aplicou-se o Questionário de Marcadores de Consumo Alimentar para crianças de zero a cinco anos, padronizado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Já para avaliação de características socioeconômicas, demográficas, ambientais da família, utilizou-se um questionário estruturado elaborado pelos autores.

Resultados

Os resultados deste estudo descrevem famílias de vulnerabilidade socioeconômica, caracterizadas por renda per capita menor que um salário mínimo (74,2%) e alto índice de desemprego entre os entrevistados (75%). Entre as crianças de 0 a 6 meses, observou-se baixo índice de aleitamento materno exclusivo (3,6%), e prática significativa de aleitamento materno misto, com consumo de fórmulas infantis artificiais por grande parte dos lactentes estudados (60,7%), além de introdução precoce de água ou chá (39,5%) e sucos de fruta (28,6%). Entre as crianças de 6 a 23 meses, 33,3% receberam leite materno no dia anterior da pesquisa. Ainda, entre essa faixa etária, constatou-se consumo elevado de alimentos ultraprocessados, como bebidas adoçadas e/ou sucos artificiais (62,2%), macarrão instantâneo e/ou salgadinhos de pacote (46,1%) e hambúrguer e/ ou embutidos (41,1%) no dia anterior a pesquisa. Já entre as crianças de 2 a 5 anos de idade, 81,8% apresentaram o hábito de realizar as refeições assistindo televisão, mexendo no celular ou computador, 81,8% consumiram bebidas adoçadas e/ou sucos artificiais, 77,3% receberam algum tipo de bolacha recheada, doces e/ou guloseima e 63,3% consumiram hambúrguer e/ ou embutidos, no dia anterior a pesquisa.

Conclusão

Ressalta-se a importância de ações de saúde do Município de Curitiba-PR, voltadas à alimentação infantil adequada. Essas ações devem ser trabalhadas entre as equipes de saúde e os familiares das crianças, de modo que sejam abordados temas relacionados ao aleitamento materno, alimentação complementar, além das escolhas alimentares compartilhadas no ambiente familiar, enfatizando o momento da compra dos alimentos, a forma de preparo, até a quantidade consumida, de maneira que o padrão alimentar das crianças possa ser consolidado adequadamente.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: Nutrição Infantil: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2015a.

SIMON, V. G. N; SOUZA, J. M. P; SOUZA, S. B. Introdução de alimentos complementares e sua relação com variáveis

demográficas e socioeconômicas, em crianças no primeiro ano de vida, nascidas em Hospital Universitário no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 6, n 1, p. 29-38, 2003.

VITOLLO, M. R; BORTOLINI, G. A; FELDENS, C. A; DRACHLER, M. L. Impactos da implementação dos dez passos da alimentação saudável para crianças: ensaio de campo randomizado. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1448-1457, set-out, 2005.

Palavras-chave: Ambiente Familiar; Desenvolvimento Infantil; Hábitos alimentares

MARCADORES DE CONSUMO DE ALIMENTOS IN NATURA E CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE DO CONSUMIDOR DE PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

RAQUEL DE DEUS MENDONÇA; MARIANA SOUZA LOPES; PATRÍCIA PINHEIRO DE FREITAS; SUELLEN FABIANE CAMPOS; ALINE CRISTINE SOUZA LOPES

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
raqueldmendonca@gmail.com

Introdução

O consumo de alimentos *in natura* tem diminuído na última década. As frutas e hortaliças, importantes marcadores de seu consumo, é o principal fator dietético para proteção a doenças crônicas. Entretanto, poucos estudos investigaram o consumo destes alimentos em adultos que participam de programa público de promoção da saúde.

Objetivos

Analisar o consumo de marcadores de alimentos *in natura* - frutas e hortaliças - de usuários de programa de promoção da saúde do Sistema Único de Saúde segundo características do ambiente do consumidor do território.

Metodologia

Estudo realizado a partir da linha de base de ensaio comunitário controlado e aleatorizado em amostra probabilística e representativa de unidades do Programa Academia da Saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. O consumo de frutas e hortaliças foi estimado por Questionário de Frequência Alimentar específico para frutas e hortaliças e Questionário Breve de Avaliação do Consumo de Frutas e Hortaliças, transformado em porções/dia e dividido em quintis do consumo. A avaliação do ambiente alimentar do consumidor foi realizada por auditoria em estabelecimentos que comercializam alimentos em um raio de 1600 metros ao redor das unidades do Programa Academia da Saúde investigadas. O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade (0537.0.0203.000-11) e da Prefeitura Municipal (0537.0.0203.410-11A). Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (RBR-9h7ckx).

Resultados

Investigou-se 3.414 indivíduos (88,1% mulheres), com média de idade de 56,7±11,7 anos. O consumo médio de frutas e hortaliças foi de 5,4±2,1 porções/dia, porém monótono, sendo representado por apenas quatro variedades (banana, laranja, tomate e alface). Participantes no quinto quintil de consumo de frutas e hortaliças comparados com os do primeiro apresentavam idade mais avançada, maior propensão de ser aposentado, de terem alguma doença crônica e praticar mais atividade física. Diferenças no perfil de compras também foram observadas, sendo que os indivíduos no quinto quintil apresentavam maior conhecimento sobre safra, realizavam as compras em estabelecimentos com vendas exclusivas de frutas e hortaliças e com maior frequência (1 a 2 vez por semana). Quanto ao ambiente alimentar do consumidor, a diversidade de frutas e hortaliças no conjunto dos estabelecimentos analisados (n = 336) mostrou-se adequada (77,7% para frutas e 85,0% para hortaliças), assim como a variedade (74,5% para frutas e 81,4% para hortaliças).

Conclusão

O consumo de frutas e hortaliças de usuários de programa de promoção da saúde está de acordo com as recomendações, sendo favorecido por características sociodemográficas, de saúde e hábitos de compra. Contudo, observou-se grande monotonia alimentar, apesar de haver diversidade e variedade das frutas e hortaliças comercializadas nas áreas que circulam. Tais resultados podem sugerir que a monotonia alimentar identificada pode resultar de outros fatores, como mudanças negativas nas práticas alimentares, demandando novas hipóteses e investigações. Ações de educação alimentar e nutricional nestes serviços, portanto, devem trabalhar para além das recomendações de quantidades de alimentos, resgatando a cultura alimentar e o consumo diversificado de frutas e hortaliças.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar Para a População Brasileira. 2014.
- CANELLA D.S., SILVA A.C.F., JAIME P.C. Produção científica sobre nutrição no âmbito da Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n.2, pp. 297-308, 2013.
- COSTA, B.V.L., OLIVEIRA, C.L., LOPES, A.C.S. Food environment of fruits and vegetables in the territory of the Health Academy Program. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13,suppl 1, pp.159-169, 2015.

LOPES M.S., SANTOS L.C., LOPES A.C.S., ABREU M.N.S. Comparison between two assessment tools for fruit and vegetable intake relative to the 24-h recall. *Nutrition*, v. 38, pp. 34-40, 2017.

Palavras-chave: frutas; hortaliças; promoção da saúde; ambiente alimentar; serviços de saúde

MATERIAIS DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ESTEFÂNIA MARIA SOARES PEREIRA; LAIENE CRISTINE ALVES SILVA

¹ UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, ³ SIS - Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo
esoaresp@gmail.com

Introdução

O atual panorama de saúde da população brasileira destaca a importância das ações em educação alimentar e nutricional no contexto da promoção da saúde e da alimentação saudável. Os hábitos alimentares constituem aspecto cultural complexo e dinâmico, que se perpetua por permanências e mudanças. Nesse sentido, devem ser ensinados para que sejam aprendidos e apropriados. As ações educativas devem evitar o reducionismo em sua abordagem, considerando-se o pensamento multidimensional considerando as dimensões individual, social e biológica. No atual contexto, é consenso a importância da educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde por meio da formação de hábitos alimentares saudáveis, assim como a escolha de ambientes coletivos para esse fim. Existe certa carência de recursos pedagógicos para o trabalho de promoção à saúde de indivíduos portadores de deficiência visual, sendo necessárias estratégias com intuito de estimular uma alimentação saudável e melhorar a qualidade de vida deste público.

Objetivos

Elaborar recursos pedagógicos em alimentação e nutrição para pessoas com deficiência visual

Metodologia

O projeto foi desenvolvido em escola pública de Uberaba e instituição de atenção à pessoa com deficiência visual. A partir do levantamento sobre as demandas de recursos educativos em alimentação e nutrição, selecionaram-se os seguintes recursos a serem confeccionados: jogo de tabuleiro destinado a crianças em idade escolar, pirâmide alimentar adaptada, cartilhas educativas traduzidas para o Braille e kit de aromas.

Resultados

Foi construído jogo de tabuleiro destinado a crianças em idade escolar, feito de material EVA, cores contrastantes, escrita em braille das cartas e números, fontes ampliadas para o portador de baixa visão e com tamanho apropriado para que o deficiente conseguisse reconhecer o jogo, além de um dado adaptado. No jogo do tabuleiro, os participantes devem jogar o dado e andar o número correspondente. Isso faz com que ele pare numa casa onde terá uma pergunta referente a alimentos fonte de cálcio. A Pirâmide Alimentar foi construída com materiais recicláveis, sendo tecidos, jornais, metais e gesso e a delimitação dos patamares foi feita através de cola, fazendo-se efeito de relevo. Os alimentos foram feitos de massa de biscoito. O tema da cartilha educativa foi sobre a rotulagem dos alimentos para que pudessem identificar as informações nutricionais dos produtos adquiridos. As informações foram traduzidas para o Braille para que o indivíduo com deficiência visual pudesse aprender a lidar com este tipo de informação, passando a ter uma consciência crítica sobre a sua alimentação. Foi construída também uma Cartilha sobre alimentação adequada para servir de guia, com abordagem de conceitos sobre nutrição, doenças crônicas não transmissíveis. As informações foram traduzidas para o Braille. Outra proposta foi a construção de um "kit de aromas" para que o indivíduo com deficiência visual pudesse reconhecer alguns tipos de temperos adicionados na sua alimentação, com o intuito de promover uma alimentação mais saborosa e com a redução de sódio. Assim, cada tempero era acondicionado em vidros com tampa de rosca para que pudessem ser abertos facilmente e apreciados.

Conclusão

A experiência da construção dos vários recursos foi bastante rica, considerando a participação das pessoas com deficiência visual. Gerou recursos que devem ser aprimorados à medida de seu uso.

Referências

Santos, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Ciênc. saúde colet.,v. 17 n. 2, p. 453-462, 2012.

Prado, B.G et al. Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. Demetra, v. 11, n. 2, p. 369-382, 2016.

Yokota, R.T.C. et al. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr., v.23, n.1, p. 37-47, 2010.

Guterres, R.L; Matos, T.P; Machado, N.M.V. Desenvolvimento de ações metodológicas de educação em saúde e nutrição junto a portadores de deficiências. R. Eletr. de Extensão,UFSC, v.3, n. 4, p. , 2006.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; deficiência visual; materiais de ensino

MÁ QUALIDADE DO SONO E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

JULIANA NUNES RAMOS; ANA PAULA MURARO; MÁRCIA GONÇALVES FERREIRA; PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES

¹ FANUT/UFMT - Faculdade de Nutrição/Universidade Federal de Mato Grosso, ² ISC/UFMT - Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal do Mato Grosso
junutrition@gmail.com

Introdução

Os transtornos do sono tem sido queixas comuns na população em geral, sendo cada vez mais frequente entre estudantes universitários. Esses distúrbios podem estar relacionados às modificações na rotina diária, com aumento das exigências acadêmicas, novas oportunidades sociais, redução da atividade física e ampliação do acesso à novas tecnologias que podem levar a horários de sono irregulares e privação do sono. Entre as principais consequências associadas aos distúrbios do sono em universitários estão o aumento da sonolência diurna, redução da qualidade de vida, alto absenteísmo, prejuízo cognitivo, alterações emocionais, menor rendimento estudantil e por vezes até o abandono do curso.

Objetivos

Estimar a prevalência de má qualidade do sono e os fatores associados entre estudantes universitários.

Metodologia

Estudo transversal, com estudantes matriculados em 21 cursos de período integral em uma universidade pública em Cuiabá, Mato Grosso, no primeiro semestre de 2016. Os dados foram coletados por questionário autoaplicado e por avaliação antropométrica. A qualidade do sono foi avaliada por meio do Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh, validado para a população brasileira (BERTOLAZI et al., 2011). As variáveis independentes avaliadas foram: sexo (masculino/feminino); faixa etária (até 19 anos e 20 anos ou mais); área do curso (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias); prática de atividade física (MATSUDO et al., 2001); comportamento sedentário, considerando as horas diárias despendidas com televisão, computador, vídeo game e celular, sendo considerado tempo excessivo >2 horas/dia (FENG et al., 2014); e a condição de peso, avaliada por meio do índice de massa corporal e classificada de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, segundo a faixa etária (adolescentes (WHO, 2007) e adultos (WHO, 1995)). Na análise bivariada foi utilizado o teste do qui-quadrado e as variáveis que apresentaram associação estatisticamente significativa foram levadas para o modelo de regressão logística (Odds Ratio [OR] e Intervalo de Confiança de 95% [IC95%]), estratificado por sexo. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso (Parecer nº 1.006.048 de 15/04/2015).

Resultados

Foram avaliados 543 universitários, sendo 51,7% do sexo feminino e 79% na faixa etária até 19 anos. A má qualidade do sono foi observada em 63,7% dos estudantes, sendo mais frequente entre as meninas (71,9 vs 55,0%, $p=0,02$), os estudantes com maior tempo de tela (69,6 vs 54,1%, $p<0,01$) e entre os estudantes das Ciências Biológicas e da Saúde (74,8%) e Ciências Sociais e Humanas (73,9%), comparados aos alunos das Engenharias (62,9%), Ciências Exatas e da Terra (59,7%) e Ciências Agrárias (52,8%), $p<0,01$. Não foram observadas diferenças significativas segundo a condição de peso ($p= 0,70$) e atividade física ($p= 0,29$). No modelo ajustado e estratificado por sexo, o único fator que permaneceu associado à má qualidade do sono foi o tempo excessivo de tela, tanto para os meninos (OR= 2,0, IC95%= 1,19; 3,36) quanto para as meninas (OR= 1,98, IC95%= 1,15; 3,41).

Conclusão

A prevalência de má qualidade do sono foi elevada entre os universitários e o principal fator associado, para ambos os sexos, foi o tempo excessivo de tela.

Referências

BERTOLAZI A.N., FAGONDES S.C., HOFF L.S., et al. Validation of the Brazilian Portuguese version of the Pittsburgh Sleep Quality Index. *Sleep Medicine*. vol 12, p.70-75, 2011.

FENG Q., ZHANG Q-I., DU Y., YE Y-I., HE Q-Q. Associations of Physical Activity, Screen Time with Depression, Anxiety and Sleep Quality among Chinese College Freshmen. PLoS ONE. vol 9, n 6, p 1-5, 2014.

MATSUDO S., ARAUJO T., MATSUDO V., ANDRADE D., ANDRADE E., OLIVEIRA L.C., et al. Questionário Internacional de Atividades Física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. Revista Brasileira Atividade Física Saúde. vol.6 n. 2. p. 5–18, 2001.

WHO – World Health Organization. Growth reference data for 5-19 years: body mass index-for-age, length/height-for-age and weight-for-height; 2007.

World Health Organization. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report WHO expert committee. Geneva: World Health Organization, 1995.

Palavras-chave: Qualidade do Sono; Estilo de vida; Comportamento sedentário; Universidade; Estudantes

MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS E RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM CRIANÇAS DE 6 A 10 ANOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.

GREICY PERETTI; DANIELA GEREMIA

¹ UNIPAR - Universidade Paranaense

greicy@prof.unipar.br

Introdução

As doenças cardiovasculares (DCV) são a primeira causa de incapacidade e morte prematura no mundo. Está bem estabelecida a relação entre o desenvolvimento das DCV e os fatores de risco como sedentarismo e excesso de peso, particularmente a distribuição central de gordura, em crianças brasileiras. A utilização dos indicadores antropométricos tem crescido como forma simples e eficaz para a avaliação do risco cardiovascular. O principal indicador utilizado para a detecção de obesidade geral é o índice de massa corporal (IMC) e para obesidade abdominal, a circunferência da cintura (CC) e a relação cintura-altura (RCA) em crianças e adolescentes. Embora não sejam os métodos mais precisos para a avaliação da composição corporal, esses apresentam boa confiabilidade e são os mais baratos e aplicáveis em larga escala. Os indicadores antropométricos IMC, CC e RCA apresentam boa capacidade preditora do risco coronariano elevado.

Objetivos

Verificar as medidas antropométricas e a presença de risco para doenças cardiovasculares em crianças de 6 a 10 anos de uma escola pública de Francisco Beltrão-PR.

Metodologia

Estudo transversal, de natureza descritiva e quantitativa, realizado entre julho e agosto de 2017, com escolares de 6 a 10 anos de ambos os sexos. O estudo iniciou após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Paranaense - Unipar com o parecer nº 2.183.288, e autorização da escola para realização das atividades. Os pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Realizou-se a avaliação antropométrica dos participantes através de medidas como: peso, altura, circunferência da cintura (CC) com posterior cálculo de índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-estatura (RCest). Os alunos também foram questionados sobre a prática de atividade física fora do ambiente escolar. Para esta pesquisa foi utilizado o pacote estatístico SPSS 18.0 e Windows Microsoft Excel. Foram analisadas as estatísticas descritivas para caracterização da amostra e análise estatística de frequência com distribuição dos dados em valores absolutos e relativos.

Resultados

A amostra foi constituída por 107 crianças, sendo 52,3% (n = 56) do sexo feminino e 47,7 % (n = 51) do sexo masculino, com uma média de idade de 8 anos. As meninas apresentaram 35,7% (20) e os meninos 19,6% (10) de excesso de peso. Por meio de uma estatística descritiva com distribuição de frequência nos diversos desfechos analisados, dos 30 indivíduos (28%) que tiveram IMC elevado (sobrepeso e obesidade), 26 apresentaram alteração na CC, sendo 9 (30%) risco elevado e 17 (56,6%) risco muito elevado para desenvolvimento de doenças cardiovasculares. A maioria das crianças com excesso de peso não praticavam atividade física. Das 73 (72,8%) crianças com estado nutricional adequado, 31 (42,5%) apresentaram risco elevado para CC. Todas as crianças avaliadas não apresentaram risco para doenças cardiovasculares por meio da relação cintura estatura.

Conclusão

Através da análise dos resultados pode-se concluir que a maioria das crianças estão eutróficas, mas apresentaram CC alterada, bem como indivíduos classificados com excesso de peso para o IMC tem ainda associado a esse IMC elevado uma CC alta. Esses fatores de risco cardiovasculares analisados neste estudo são modificáveis, por isso, reforça-se a importância de incentivar a adoção de um estilo de vida mais saudável, com prática de atividade física e educação nutricional no público estudado.

Referências

- 1- BORGES, Juliana Bassalobre Carvalho et al. Avaliação do índice de massa corporal e risco cardiovascular em crianças e adolescentes de uma escola particular na cidade de Marília, SP. Temas em Educação e Saúde, v. 6, 2017.
- 2- DE ALMEIDA, Maicon Alves et al. revisão sistemática: um estudo sobre a prevalência da obesidade em crianças de

idade escolar. Anais dos Encontros Regionais dos Estudantes de Educação Física (R3), v. 1, n. 1, 2016.

Palavras-chave: ESCOLARES; PESO; ALTURA; CIRCUNFERÊNCIA CINTURA; RISCO CARDIOVASCULAR

MEDINDO INSEGURANÇA ALIMENTAR EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GOIÁS

PRISCILA OLIN SILVA; RAYSSA MARTINELLI DE OLIVEIRA; JÚLIA VITÓRIA GUEDES DE SOUZA; NATÁLIA REGINA ALVES VAZ MARTINS; LEONOR MARIA PACHECO SANTOS

¹ UNB - Universidade de Brasília
priscilaolin@gmail.com

Introdução

As comunidades quilombolas brasileiras têm sofrido com a sistemática exclusão social e estão sujeitas a altos níveis de vulnerabilidade. Muitas dessas comunidades estão expostas a algum grau de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2014), situação em que não há o acesso contínuo a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e que não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006). Uma das medidas de insegurança alimentar usadas no Brasil é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que permite identificar domicílios e grupos de indivíduos socialmente vulneráveis nesse aspecto (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). O direito à alimentação adequada está previsto pela Constituição Federal e sua violação compromete o bem-estar social, a saúde e o desenvolvimento das comunidades e do país. Assim, é importante aprofundar o conhecimento sobre a realidade e as demandas dessa população, para subsidiar políticas efetivas na promoção da equidade social.

Objetivos

Descrever a prevalência de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Goiás.

Metodologia

Estudo transversal descritivo. Este trabalho é um recorte do Projeto Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas Brasileiras: um Estudo Multicêntrico. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2017 por meio de aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar nos domicílios. Os dados apresentados neste trabalho referem-se à uma das comunidades incluídas no projeto matriz, localizada no nordeste goiano. A escala é composta por 14 perguntas relacionadas a experiências dos entrevistados no que diz respeito à situação alimentar vivida no domicílio, nos últimos três meses, englobando dimensões que variam desde a preocupação com a falta de comida até a falta concreta de alimentos na casa. Os domicílios foram classificados em situação de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada ou grave, de acordo com a quantidade de respostas afirmativas (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Além disso, foram coletados dados socioeconômicos e demográficos para caracterização da comunidade. Todas as famílias presentes foram convidadas a participar. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (protocolo nº 4735646415.4.0000.5013) e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A comunidade, certificada no ano de 2006, é composta por 52 famílias, das quais 44 participaram da pesquisa. Destas, 30 possuem moradores menores de 18 anos. Do total de domicílios analisados, 90,9% apresentam insegurança alimentar, sendo que 29,5% (n=13) estão em insegurança alimentar leve, 34,1% (n=15) em insegurança alimentar moderada e 27,3% (n=12) em insegurança alimentar grave. Com relação aos domicílios com crianças e adolescentes, a prevalência de insegurança alimentar é 96,7%, ainda mais elevada se comparada ao total de famílias.

Conclusão

Os resultados revelam elevada prevalência de insegurança alimentar e nutricional entre os domicílios da comunidade, associada à dificuldade de acesso aos alimentos, especialmente quando há moradores menores de 18 anos. Evidencia-se a necessidade de ações urgentes capazes de reverter tal panorama e garantir o direito à alimentação adequada para essa população. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar pode ser usada para o monitoramento contínuo do acesso à alimentação nas comunidades, e das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população quilombola.

Referências

BRASIL. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados n. 20. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 212 p.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v.16, n.2, p.1-19, 2009.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombos; Segurança alimentar e nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Vulnerabilidade

MENSAGENS DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA FEITA POR ADOLESCENTES

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN; RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO

¹ UNB - Universidade de Brasília
carolina.nutricionista@gmail.com

Introdução

O *Guia Alimentar para a População Brasileira* é um instrumento de apoio e incentivo às práticas alimentares saudáveis, sendo referência para ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que devem adotar metodologias que favoreçam o diálogo e o entendimento sobre o comportamento alimentar(1,2). Adolescentes são públicos para os quais estratégias educativas e motivadoras de promoção da saúde são necessárias(3). Contudo, entende-se como desafio adaptar as recomendações para incentivar mudanças efetivas na alimentação destes indivíduos(4).

Objetivos

Conhecer a interpretação das mensagens do *Guia Alimentar para a População Brasileira* por adolescentes.

Metodologia

Estudo qualitativo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB (CAAE 47583415.5.0000.0030) com adolescentes do Distrito Federal e arredores, selecionados por conveniência, abrangendo 141 participantes divididos em 32 grupos de discussão, de maio a setembro de 2016. Os grupos de adolescentes foram instruídos a: a) Ler os “*Dez passos para uma Alimentação Adequada e Saudável*”(2) e conceitos relacionados e; b) Elaborar material com a interpretação do grupo para cada passo, com linguagem e formato atrativos. Ao final, cada grupo fez sua apresentação, sendo o material fotografado e as falas gravadas. Realizou-se análise de conteúdo do material.

Resultados

Os adolescentes produziram encenações (n=14), textos com nova redação (n=12), músicas (n=4), fotografia (n=1) e roteiro para vídeo (n=1), com linguagem informal e jargões próprios da faixa etária. Foi observada a necessidade, pelos participantes, de enfatizar seu protagonismo, sua participação efetiva, a dinamicidade e a inovação criada em cada estratégia. Emergiram três núcleos de sentido: I) **Modelo de classificação e escolha dos alimentos**: Verificou-se compreensão satisfatória da classificação dos alimentos, exceto do iogurte. Contudo, adotaram-se outras terminologias, como “naturais” “plantas”, “frescos”, e “natureba” para os *in natura*, e “industrializados” para os demais. Alimentos ultraprocessados foram expressos como “besteiras” e descritos pela presença de “*gordura, sódio, muito açúcar e corante artificial*” e “*substâncias industriais*”. Observou-se também conceito reducionista sobre alimentação saudável (dimensão biológica) e escolhas alimentares mutuamente excludentes. II) **Ambiente e práticas alimentares**: O ambiente foi caracterizado como favorável ou não a uma alimentação saudável e feiras livres foram reconhecidas como espaços para “*comprar alimentos mais saudáveis e ter uma alimentação mais balanceada*”. Criar preparações culinárias, ou comer “*alimentos feitos em casa*”, foi avaliado como uma opção acertada a ser compartilhada. III) **Bem-estar individual e coletivo relacionados à alimentação**: Consequências do consumo de alimentos não saudáveis foram vinculadas ao bem-estar físico e emocional. Destacaram-se preocupações sobre a utilização dos recursos naturais e agrotóxicos para indivíduos e ambiente. Relações econômicas e sociais da produção de alimentos também foram enfatizadas: “*quando a gente está cuidando das pessoas que estão produzindo nosso alimento*”.

Conclusão

O estudo apontou para a necessidade de adaptação das mensagens do *Guia Alimentar*(2) para facilitar o entendimento dos adolescentes, o que pode favorecer a adoção de uma alimentação saudável nesse grupo. Destacou-se como essencial considerar o protagonismo dos adolescentes na construção da estratégia educativa e de materiais mais dinâmicos e ilustrativos sobre o tema.

Referências

1. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68p.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.
3. NAHAS M. V.; BARROS M. V. G.; GOLDFINE B. D.; LOPES A. S.; HALLAL P. C.; FARIAS JÚNIOR J. C.; OLIVEIRA E. S. Physical activity and eating habits in public high schools from different regions in Brazil: the Saudena Boa project. Rev. bras. epidemiol. [online], v. 12, n. 2, 2009.
4. SICHIERI R.; SOUZA R. A. Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Cad. Saúde Pública[online], vol.24, suppl.2, 2008.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Grupos de discussão; Análise de conteúdo

MENSAGENS TRANSMITIDAS SOBRE ALIMENTAÇÃO E CONTROLE DE PESO POR PROFESSORES DE ESCOLAS PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

MARIANA GORI; RENATA FURLAN VIEBIG

¹ CUSC - Centro Universitário São Camilo

mariana_gori@hotmail.com

Introdução

A fase escolar é uma época decisiva na construção do comportamento da criança e, dentre outras características, a escola passa a ter um papel decisivo na educação para a saúde. O professor é membro central para orientar e propagar bons hábitos de alimentação e nutrição, que são transmitidos aos alunos durante o convívio escolar. Dada a possibilidade de que haja a transmissão de preocupações sobre peso às crianças ou o ensino de práticas de controle de peso, é importante que os professores tenham conhecimentos básicos em saúde para enviar mensagens às crianças sobre alimentação e estilo de vida saudável.

Objetivos

Investigar possíveis mensagens que são transmitidas pelas professoras aos alunos sobre alimentação, nutrição e métodos de controle de peso corporal.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal realizado com professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I de quatro escolas da cidade de São Paulo. As docentes responderam um questionário sobre conhecimento, crenças e atitudes em relação ao controle de peso proposto por O'Dea e Abraham (2001) que foi traduzido e adaptado para a população brasileira. Para a presente pesquisa, foi avaliada a parte do questionário relativa às mensagens que as docentes enviavam aos seus alunos rotineiramente sobre peso e saúde. Todas as docentes eram voluntárias e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo sob número 1.709.826.

Resultados

A amostra foi constituída por 55 professoras, sendo 49,1% da Educação Infantil, com idade média de 37,49 anos (DP=12,04). Quando perguntadas sobre possíveis mensagens que as professoras direcionavam aos alunos com sobrepeso e obesidade, apenas metade das participantes aconselharia o seu aluno a fazer mais atividade física e 75% delas recomendavam aumentar a variedade de alimentos na dieta. Por outro lado, 7% das docentes recomendavam aos alunos reduzir o consumo de calorias para 1500Kcal/dia ou menos, 24% diziam para incluírem apenas alimentos de baixa caloria em sua dieta, 5% recomendavam às crianças fazer dieta líquida ao menos uma vez por semana para “desintoxicar” o organismo, 7,5% recomendavam fazer apenas 2 refeições ao dia e uma docente dizia aos alunos para se pesarem todos os dias. Grande parte das docentes (96,4%) acreditava que beber água antes das refeições ajudava a “encher” o estômago e, então, comer menos. Vinte por cento das professoras recomendavam aos alunos para evitarem comer quando estivessem tristes, entediados ou sozinhos.

Conclusão

As mensagens rotineiras das docentes, direcionadas aos alunos com excesso de peso, eram em sua maioria equivocadas e poderiam tornar-se “gatilhos” para o desenvolvimento de Transtornos Alimentares e preocupações excessivas em relação ao peso, alimentação e aparência em crianças de 4 a 10 anos de idade.

Referências

O'DEA, Jennifer A.; ABRAHAM, Suzanne. Knowledge, beliefs, attitudes and behaviors related to weight control, eating disorders, and body image in Australian trainee home economics and physical education teachers. *Journal of Nutrition Education*, v.33, n.6, p.332–340, Nov./Dec. 2001.

GATTI, Raquel Rosalva; NOVELLO, Daiana. Relações entre o conhecimento de professores sobre educação nutricional e estado nutricional de escolares. *Revista Uniabeu*, v.8, n.18, p.276- 290, jan./abr. 2015.

YAGER, Zali; O'DEA, Jennifer A. Body image, dieting and disordered eating and activity practices among teacher trainees: implications for school-based health education and obesity prevention programs. *Health Education Research*, v.24, n.3, p.472-482, Jun. 2009.

Palavras-chave: Professores; Transtorno Alimentar; Excesso de Peso; Crianças; Mensagens

MONITORAMENTO DE IDOSOS PELO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE 2010 A 2014, EM DOURADOS-MS

NATTIELE NERES FERREIRA FERNANDES MUCANZE; NAIARA FERRAZ MOREIRA; ANA LUISA LAGES BELCHOR; THAIS CRISTINE DE SOUZA BRITO; RITA DE CASSIA BERTOLO MARTINS

¹ UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ritamartins@ufgd.edu.br

Introdução

O processo de transição demográfica registra redução nas taxas de mortalidade e natalidade, culminando em maior expectativa de vida para os indivíduos com mais de 60 anos de idade. O crescimento da população idosa favoreceu a inserção do monitoramento e acompanhamento desses indivíduos pelo Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional, no Brasil. No entanto, são raros os estudos que contemplam o monitoramento nutricional dessa fase de vida.

Objetivos

Estimar a cobertura populacional e identificar a variação temporal do estado nutricional de idosos cadastrados no Sisvan pela Rede de Atenção Básica à Saúde.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo, realizado a partir de dados secundários de indivíduos idosos (\geq a 60 anos) de ambos os sexos, cadastrados no Sisvan pela Rede de Atenção Básica de Saúde do município de Dourados, Mato Grosso do Sul, no período de 2010 a 2014. A cobertura populacional (%) foi calculada a partir do número total de registros do estado nutricional de idosos e a população cadastrada, conforme dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab - cadastramento familiar), no mesmo período. Os dados referentes ao estado nutricional dos idosos foram coletados por meio dos relatórios públicos anuais, gerados pelo acesso ao site do Sisvan-Departamento de Atenção Básica (DAB), entre maio e outubro de 2016. A classificação do estado nutricional considerou os pontos de corte do Índice de Massa Corporal adotados pelo Ministério da Saúde, específicos para esse público, sendo: baixo peso (\leq 22,0 kg/m²), adequado ou eutrófico ($>$ 22 e $<$ 27 kg/m²) e sobrepeso (\geq 27 kg/m²). Os dados coletados nos relatórios foram transferidos para planilhas eletrônicas do Microsoft Excel, versão 16.0.

Resultados

Observou-se, durante os anos avaliados, aumento progressivo do número de idosos cadastrados no Siab e de registros no Sisvan, referente ao estado nutricional, apresentando um aumento gradual na cobertura populacional de 2,63%, em 2010 a 5,42%, em 2014. A maior cobertura foi registrada no ano de 2013, com 6,03%. Os percentuais, embora ascendentes, indicam baixa cobertura do estado nutricional de idosos cadastrados no Sisvan. Em relação ao estado nutricional, constatou-se prevalências elevadas de sobrepeso nos anos de 2010 (52,8%), 2012 (58,9%), 2013 (61,1%) e 2014 (57,5%) entre os idosos. Nesses mesmos anos, houve decréscimo da eutrofia, 34,4%; 30,5%; 30,1% e 32,8%, respectivamente. Do mesmo modo, o percentual de indivíduos com baixo peso reduziu de 12,76% (2010) a 9,65% (2014), com exceção do ano de 2011 que houve um aumento na prevalência de baixo peso (17,7%) e eutrofia (35,1%) e redução do sobrepeso (47,3%).

Conclusão

Embora tenha sido observado aumento na cobertura de monitoramento nutricional de idosos, os valores são baixos, comparado com a população usuária da rede básica de saúde. Os desvios nutricionais prevalecem à normalidade do estado nutricional, principalmente com relação ao sobrepeso. Apesar da prevalência de baixo peso ter sido a menor em todos os anos da pesquisa, os valores observados são elevados, dada à gravidade dessa condição nutricional. Considerando que a população de idosos é crescente no país, é essencial que a cobertura de monitoramento seja ampliada para possibilitar o planejamento de políticas públicas voltadas a esse público no âmbito do SUS.

Referências

1. VASCONCELOS, A.M.N.; GOMES, M.M.F. Transição demográfica: a experiência brasileira, 2012. Epidemiol. Serv. Saúde. 21(4):539-548, out-dez, 2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Relatórios Públicos do Sistema de Vigilância

Alimentar e Nutricional nos anos de 2010 a 2014. Disponível em http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php. Acesso em 10 abr. 2016.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. DataSUS -Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Sistema de Informação de Atenção Básica: Cadastramento Familiar – Mato Grosso do Sul. Disponível em: Acesso em 05 de mar. 2017.

5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional; Idoso; Serviços de saúde; Estado Nutricional

MONITORAMENTO DO CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS A PARTIR DE MARCADORES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

CAROLINA ARRUDA DIAS; NAIARA FERRAZ MOREIRA; RITA DE CASSIA BERTOLO MARTINS

¹ UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ritamartins@ufgd.edu.br

Introdução

O diagnóstico da situação alimentar da população é essencial para subsidiar as ações de promoção da saúde e de prevenção dos agravos nutricionais. Na rede de atenção básica à saúde, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, da forma como está implantado no país, possibilita o monitoramento alimentar por fases de vida, contribuindo para o planejamento de políticas e programas de alimentação e nutrição.

Objetivos

Descrever a cobertura de monitoramento alimentar de crianças da rede básica de saúde e identificar a qualidade da alimentação, por meio de marcador alimentar saudável e não saudável, no estado do Mato Grosso do Sul, em 2016.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo com dados secundários coletados por meio de relatórios públicos do Sisvan. A coleta de dados foi realizada nos meses de maio a julho de 2017, identificando os registros consolidados de consumo alimentar do ano de 2016, para crianças (0 – 6 meses, 6 – 23 meses, 2 – 4 anos, e de 5 a 9 anos) de todos os municípios do estado do Mato Grosso do Sul (n=79), sendo posteriormente agrupados em microrregiões de saúde (n=11). Foram utilizados como marcadores saudáveis da alimentação, para menores de seis meses o aleitamento materno exclusivo; de 6 a 23 meses, o consumo de alimentos fonte de vitamina A; de 2 a 9 anos, o consumo de legumes e verduras. E como marcadores não saudáveis: ausência de aleitamento materno exclusivo para menores de seis meses e para as demais idades, consumo de bebidas adoçadas. Foi identificada a população cadastrada na rede de atenção básica, através do site do DataSUS - Ministério da Saúde, para calcular a cobertura populacional (%) monitorada pelo Sisvan. Foi também identificada a frequência de cadastro no Sisvan pelos municípios, por microrregiões. Os dados foram agrupados em crianças de 0 – 4 anos e crianças de 5 – 9 anos. O presente estudo não teve implicação direta com seres humanos, portanto não necessitou de aprovação de comitê de ética e pesquisa.

Resultados

A frequência de municípios com cadastro do consumo alimentar no Sisvan foi maior para crianças de 0 a 4 anos (n=58, 73,4%) comparada às de 5 a 9 anos (n=53, 67,1%). Apenas em duas microrregiões do estado, o registro aconteceu em todos os municípios para menores de 5 anos (Aquidauana e Jardim), e de 5 a 9 anos, isso foi observado em apenas uma microrregião (Ponta Porã). A cobertura de monitoramento alimentar foi baixa entre as crianças menores de 5 anos (13,3%), variando de 0,2% (Nova Andradina e Naviraí) a 19,9% (Campo Grande) entre as microrregiões, porém ainda menor para a faixa de 5 a 9 anos de idade (1,1%). Com relação à qualidade da alimentação, verificou-se registro do marcador saudável para 65,1% e 63,3% para as crianças de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, respectivamente. Para o marcador alimentar não saudável, a frequência foi de 47,9% e 67,3%, respectivamente.

Conclusão

A cobertura de monitoramento alimentar de crianças, no estado do Mato Grosso do Sul foi baixa em 2016, sendo ainda menor na idade de 5 a 9 anos. Com relação à qualidade da alimentação, os resultados revelam a necessidade de ações que promovam o aumento do consumo de alimentos saudáveis, e que alertem a população quanto aos riscos à saúde pelo consumo elevado de bebidas adoçadas na infância. Diante da contribuição que o SISVAN oferece aos gestores de saúde para o planejamento das ações de alimentação e nutrição, este estudo aponta para um sistema bastante frágil e subutilizado pela Rede de Atenção Básica.

Referências

BATISTA FILHO, M. RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(Sup. 1): p. 181-191, 2003.

MENDONÇA, C. P.; ANJOS, L.A. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do

crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.20, n.3, p.698-709, mai./jun. 2004.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Vigitel Brasil 2011: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília; Ministério da Saúde, 2012.

COUTINHO, J. G. et al. A organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Saúde: histórico e desafios atuais. Rev. Bras. Epidemiol. v.4, n.12, p.688-699. 2009.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Estado nutricional; Vigilância alimentar; Crianças

MONITORAMENTO NUTRICIONAL DE ADULTOS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS: DADOS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE 2010 A 2014

ANA LUISA LAGES BELCHOR; THAÍS CRISTINE DE SOUZA BRITO; NATTIELE NERES FERREIRA FERNANDES;
NAIARA FERRAZ MOREIRA; RITA DE CÁSSIA BERTOLO MARTINS

¹ UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
anabelchor@gmail.com

Introdução

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é uma ferramenta de monitoramento da população brasileira que tem por objetivo subsidiar o planejamento de políticas e programas em alimentação e nutrição, possibilitando a detecção precoce de situações de risco nutricional, identificando os grupos populacionais/indivíduos em riscos/agravos alimentares e nutricionais e promover ações preventivas implementadas nas rotinas de atendimento do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2012). O estado nutricional inadequado contribui para aumento de morbimortalidades, em todas as faixas etárias, mas principalmente entre os adultos (ACUÑA; CRUZ, 2004). Assim, para que medidas de intervenção sejam planejadas, torna-se necessário um sistema de vigilância operacionalizado de forma efetiva.

Objetivos

Analisar a cobertura populacional de adultos monitorados pelo SISVAN na Rede de Atenção Básica, no município de Dourados/MS e a variação temporal do estado nutricional e consumo alimentar no período de 2010 a 2014.

Metodologia

Estudo descritivo, com dados obtidos dos relatórios públicos do SISVAN - *web*, envolvendo a população de 20 a 59 anos completos atendidos na rede de Atenção Básica de Dourados-MS. A cobertura percentual foi calculada a partir do número de indivíduos adultos identificados nos relatórios públicos a cada ano, de 2010 a 2014, dividido pelo número de indivíduos, de ambos sexos e da mesma faixa etária, cadastradas pelo acompanhamento familiar na rede de atenção básica, conforme dados obtidos no site do Sistema de Informação da Atenção Básica (BRASIL, 2017), nos mesmos anos do estudo. Os relatórios de estado nutricional e consumo alimentar gerados apresentam número de indivíduos e a porcentagem correspondente, respectivamente, para cada estado nutricional, classificado pelo Índice de Massa Corporal, e cada frequência, nos últimos sete dias, de marcadores de consumo alimentar saudáveis como salada crua, legumes e verduras cozidos, frutas/salada de frutas, feijão e leite/iogurte; e marcadores pouco recomendados como batata frita, batata de pacote e salgados fritos, hambúrguer e embutidos, biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote, biscoitos doces/recheados, doces, balas e chocolates e refrigerante. Tais dados permitiram avaliar a variação temporal para os anos analisados.

Resultados

A cobertura populacional de adultos monitorados pelo SISVAN foi crescente no período avaliado, porém foi considerada baixa, tanto para estado nutricional (inferior a 10%), como consumo alimentar (inferior a 3,2%). No período analisado verificou-se aumento das prevalências dos agravos nutricionais, baixo peso (2,3% em 2010; 3,0% em 2014), sobrepeso (32,9% em 2010; 34,0% em 2014), e obesidade (27,5% em 2010; 32,0% em 2014). O consumo regular de alimentos saudáveis foi inferior a 50% para a maioria dos marcadores. Dos alimentos pouco recomendados para uma prática alimentar saudável, os percentuais observados de não consumo na semana foram mais elevados, comparado aos alimentos saudáveis.

Conclusão

A cobertura do Sistema de Vigilância Nutricional foi baixa para todos os anos avaliados e os percentuais de desvios nutricionais aumentaram no período de cinco anos. Sugere-se que o monitoramento seja atrelado a políticas públicas visando ampliar a cobertura, e possibilitar o planejamento de práticas preventivas aos desvios nutricionais na rede de Atenção Básica do município, reforçando os atendimentos às demandas preconizadas pelo próprio Ministério da Saúde.

Referências

ACUÑA, K., CRUZ, T. Avaliação do Estado Nutricional de Adultos e Idosos e Situação Nutricional da população Brasileira. Arq. Bras. Endocrinol. Metab. v.48, n.3, p.345-361, 2004.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA.

Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; DATASUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO SUS. Sistema de Informação de Atenção Básica: Cadastramento Familiar - Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABFms.def>. Acesso em: 05/03/2017.

Palavras-chave: *Cobertura populacional; Estado nutricional; Consumo alimentar*

MUDANÇA DE HÁBITOS ALIMENTARES APÓS INGRESSO NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO EM CALOUROS DA ÁREA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

LUIZA CARLA BARBOZA DA CRUZ; RAYONARA CRYSLAINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA; ANDRÉA CARLA RODRIGUES LIMA PERGENTINO; GABRIELA MARIA PEREIRA FLORO ARCOVERDE; LEILA VIRGINIA DA SILVA PRADO; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

luiza_carla96@hotmail.com

Introdução

Alguns estudos demonstram que os hábitos alimentares tendem a piorar durante a universidade, sendo frequente a omissão de refeições, o aumento do consumo de fast foods, a monotonia alimentar, o aumento do consumo de alimentos com baixa densidade nutritiva e o baixo consumo de frutas e hortaliças (GASPAROTTO et al., 2015).

Objetivos

Avaliar a mudança de hábitos alimentares em recém-ingressantes de uma universidade pública de Pernambuco.

Metodologia

Estudo prospectivo com recém-ingressantes de uma universidade pública de Pernambuco no ano de 2015, matriculados nos cursos de Nutrição, Ciências Biológicas, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física. Esses alunos foram avaliados em dois momentos durante o período de 1 ano, sendo o consumo alimentar avaliado através de um questionário de frequência alimentar (QFA) do tipo qualitativo proposto por Furlan-Viebig & Pastor-Valero (2004), sendo validado para o estudo das relações entre dieta e DCNT. No questionário também constavam perguntas relacionadas as variáveis dietéticas, como: a quantidade de porções de alimentos consumidos diariamente referentes a cada grupo da pirâmide alimentar para adultos, adaptada de Philipi et al. (1999) e questões sobre os hábitos e padrões alimentares. A construção do banco de dados e a análise estatística foram realizadas no programa SPSS. Para verificar associações entre as variáveis, foi aplicado o teste do Qui-quadrado. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, sendo aprovado sob o número de protocolo 41423215.6.0000.5208

Resultados

Foram avaliados 270 universitários, com predomínio do sexo feminino (71,4%), idade média de $20,0 \pm 4,2$ anos e 79,2% pertencentes a classe média/alta. No baseline, apesar de 76,6% terem relatado que conseguem seguir uma alimentação saudável, mais de 80,0% consumiam menos de 3 porções de frutas e hortaliças por dia e houve elevado consumo de fast-foods e alimentos ultra processados sem ter sido evidenciado diferencial entre os sexos e nível sócio-econômico. Após 1 ano de universidade, os alunos referiram mudança de hábitos em virtude da falta de tempo livre para poder dedicar ao consumo de uma alimentação saudável, com a substituição por fast-foods. De fato, houve um aumento significativo no consumo desses alimentos e uma manutenção na baixa ingestão de frutas e hortaliças.

Conclusão

Os resultados obtidos são bastante preocupantes, o que evidencia a necessidade de formulação de estratégias para serem instituídas na universidade e que possam contribuir para melhorar o hábito alimentar entre esses estudantes.

Referências

1. GASPAROTTO, G. S; SILVA, M. P; CRUZ, R. M; CAMPOS, W. Sobrepeso y práctica de actividad física asociados con la conducta alimentaria de estudiantes universitarios brasileños. *Nutrición Hospitalaria*, v. 32, n. 2, p. 616-621, 2015.
2. FURLAN-VIEBIG, R.; PASTOR-VALERO, M. Desenvolvimento de um questionário de frequência alimentar para o estudo de dieta e doenças não transmissíveis. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 581-4, 2004.
3. PHILIPI, S. T. et al. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. *Revista de Nutrição*, v.12, n.1, p.65-80, 1999.

Palavras-chave: Hábitos alimentares; Universitários; Consumo alimentar

MUDANÇA DE HÁBITOS ALIMENTARES DE MULHERES EM PÓS-MENOPAUSA SUBMETIDAS A INTERVENÇÃO DIETÉTICA

JAMYLLÉ ARAÚJO ALMEIDA; JAMILLE MENDONÇA REINALDO; ANA CATARINA MENESES SANTOS;
FRANCISMAYNE BATISTA SANTANA; MARIA ALICE SANTOS FONTES NETA; RAQUEL SIMÕES MENDES-NETTO

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

jamyllle.araujo@gmail.com

Introdução

Assim como o crescimento exponencial da incidência de excesso de peso, o envelhecimento da população também é um fenômeno mundial. Os indivíduos na terceira idade estão mais predispostos a ter uma alimentação monótona, que, somado a senescência e a menopausa para as mulheres, pode potencializar o surgimento de diversas doenças crônicas não transmissíveis.

Objetivos

O objetivo foi de avaliar a associação entre o excesso de peso e as mudanças de hábitos alimentares promovidas pela participação em um programa de aconselhamento nutricional para mulheres em pós-menopausa.

Metodologia

A amostra foi composta por 55 mulheres em pós-menopausa. Estas foram submetidas a uma intervenção dietética e de exercício físico durante doze semanas. O exercício físico foi realizado na frequência de três vezes semanal sob supervisão de profissionais da educação física. Quanto a intervenção dietética, foram realizadas três consultas com nutricionistas e duas ações de educação alimentar e nutricional em grupo para incentivar o seguimento das orientações e sanar dúvidas sobre a alimentação. No momento inicial foi aferido peso e altura para cálculo do índice de massa corporal, classificado segundo a Organização Mundial de Saúde. Após a intervenção foi aplicado questionário para identificar as possíveis modificações realizadas no hábito alimentar. A análise estatística deu-se através de frequência e do teste qui-quadrado de *Pearson*. Foi considerada significância estatística $p \leq 0,05$. O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob o parecer n° 1.586.11.

Resultados

A idade média foi de $64 \pm 5,6$ anos. Foram identificadas altas prevalências de doenças crônicas não transmissíveis, tais como hipertensão arterial sistêmica (54,5%), diabetes mellitus (21,8%), dislipidemia (60%) e osteoporose (23,6%). O excesso de peso esteve presente em 53% das participantes. A mudança positiva com a passagem da realização do pré-treino (anteriormente realizado em jejum) ($p=0,00$), a adequação na quantidade consumida de alimentos ($p=0,02$) e na forma de preparo das carnes ($p=0,01$) estiveram mais frequentes entre aquelas que tinham excesso de peso.

Conclusão

A mudança positiva dos hábitos alimentares esteve associada ao excesso de peso em mulheres em pós-menopausa submetidas a uma intervenção dietética durante doze semanas. Embora a presença do excesso de peso transmita maior risco de saúde, a melhora da alimentação se faz necessária independente da presença deste, especialmente para mulheres em pós-menopausa.

Referências

NG, Marie et al. Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. *The Lancet*, v. 384, n. 9945, p. 766-781, 2014.

SOCIAIS, Indicadores. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2013.

FISBERG, Regina Mara et al. Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. *Revista de Saúde Pública*, v. 47, n. suppl. 1, p. 222-230, 2013.

BARROS, DC de et al. Vigilância alimentar e nutricional-Sisvan antropometria: como pesar e medir. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

Palavras-chave: Aconselhamento Nutricional; Excesso de Peso; Pós-menopausa

MUDANÇAS NO CONSUMO ALIMENTAR APÓS O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

BRUNA FERNANDA ANTONIO CLÍMACO; RITA DE CÁSSIA BERTOLO MARTINS

¹ UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

bfa.climaco@gmail.com

Introdução

O ingresso na Universidade leva o estudante a vivenciar novas responsabilidades, principalmente com a saída da casa dos pais, como o autocuidado com a moradia, alimentação e transporte. Alguns estudos demonstram que universitários estão mais suscetíveis mudanças alimentares, devido à falta de tempo pelos compromissos acadêmicos, passando a substituir refeições completas por lanches rápidos, com elevado teor energético.

Objetivos

Identificar o estado nutricional e a prática alimentar de universitários residentes em moradias estudantis.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo e transversal, com 57 universitários de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em moradias estudantis pública (disponibilizadas pela Universidade) e privada (repúblicas). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Instituição de Ensino sob Parecer nº 1.627.817 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas, com duração média de 40 minutos/estudante. O estado nutricional foi verificado a partir das medidas antropométricas de peso, altura e circunferência da cintura. A partir dessas medidas, o Índice de Massa Corporal e o Risco Metabólico foram classificados pelas recomendações da Organização Mundial da Saúde (1995) e (1998), respectivamente, adotados pelo Ministério da Saúde. A prática alimentar foi verificada por meio de formulário, no qual os participantes foram questionados quanto ao local de realização das refeições, fatores que interferiam na escolha e preparo dos alimentos (acesso e disponibilidade para compra e consumo) e mudanças na prática alimentar a partir do ingresso na universidade.

Resultados

Pela classificação do índice de massa corporal, 61% dos universitários apresentavam estado nutricional adequado, 37% excesso de peso e apenas 2% baixo peso. O risco para desenvolvimento de doenças metabólicas pela circunferência da cintura foi mais frequente nas universitárias da moradia pública e no sexo masculino das moradias privadas, sendo 41,7% em ambos. Foi verificado que (93%) dos universitários modificaram seus hábitos alimentares após o ingresso na faculdade, sendo referida a redução e ou irregularidade do número de refeições ao longo do dia (41,5%) e preferência por consumo de alimentos industrializados, refeição fora de casa e/ou preparações rápidas, devido a indisponibilidade de tempo (24,5%). A redução na qualidade da alimentação (menor consumo de frutas, legumes e verduras ou aumento em frituras) foi relatada apenas entre as mulheres. Dentre os fatores que interferem nas escolhas alimentares, os universitários julgaram que a praticidade (82,5%) e o custo (71,9%) foram os fatores mais determinantes, enquanto a qualidade nutricional (21,1%) e a aparência/higiene (26,3%) foram mencionadas apenas por uma minoria dos universitários. Foi observado que a maioria costumava trocar a refeição do almoço e ou jantar por lanches (71,9%).

Conclusão

Embora a maioria dos universitários tenha apresentado estado nutricional adequado, considera-se elevada a prevalência de excesso de peso entre eles. Verificou-se que a alimentação foi alterada com o ingresso na Universidade, revelando uma prática alimentar não saudável, que pode a médio e longo prazo resultar em agravos ao estado nutricional e à saúde.

Referências

1. CARVALHO, Fernanda S.; LAER, Nathalie Marie V.; SACHS, Anita; et al. Desenvolvimento e pré-teste de um questionário de frequência alimentar para graduandos. Rev. Nutr., Campinas, v. 23, n. 5, p. 847-857, set./out., 2010.
2. MOREIRA, Nathália W. R., CASTRO, Luíza C. V., CONCEIÇÃO, Lisiane L. et al. Consumo alimentar, estado nutricional e risco de doença cardiovascular em universitários iniciantes e formandos de um curso de nutrição, Viçosa – MG. Rev. APS, Viçosa, MG, v. 16, n. 3, p. 242 – 249, jul/set, 2013.
3. RAMALHO, Alanderson A., DALAMARIA, Tatiane., SOUZA, Orivaldo F., Consumo regular de frutas e hortaliças por estudantes universitários em Rio Branco, Acre, Brasil: prevalência e fatores associados. Cad. Saúde Pública, Rio de

Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1405 – 1413; jul, 2012.

4. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Physical Status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO, 1995. 142p. (WHO Technical Report Series, 854.

5. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO consultation on Obesity, v.3, p.6-15, 1998.

Palavras-chave: Consumo Alimentar; Estado Nutricional; Universitário

NEOFOBIA ALIMENTAR E PRESSÃO PARA COMER ENTRE PRÉ-ESCOLARES

MARIANA MELO DE PAULA; TAMIRIS MARIANE DOURADO DE SIQUEIRA; LAÍS ANDRADE DOS ANJOS; BRUNA NABUCO FREIRE SIQUEIRA; DANIELLE GÓES DA SILVA

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
mariana.melo.depaula@gmail.com

Introdução

Neofobia alimentar é definida como a rejeição a alimentos novos ou não familiares, presente principalmente em crianças de 2 a 6 anos (Cooke *et al.*, 2003). Este tipo de comportamento alimentar infantil apresenta causas multifatoriais, dentre elas, as práticas parentais alimentares coercitivas, como a pressão para comer que influencia na aceitação da criança a determinados alimentos (Cole *et al.*, 2017).

Objetivos

Associar a neofobia alimentar entre pré-escolares com a prática parental de pressionar para comer.

Metodologia

Estudo transversal de caráter observacional, realizado numa escola privada de Aracaju/SE, de agosto a setembro de 2017. Foram incluídas crianças de 4 a 6 anos. Os pais que aceitaram participar responderam um questionário semiestruturado. A neofobia alimentar foi identificada por meio de uma afirmação da Escala de Neofobia Alimentar: “Meu filho tem receio em comer comidas que nunca provou antes”. As respostas variavam em uma escala de concordância de 5 pontos, sendo identificadas como neofóbicas as crianças cujos pais responderam “concordo” e “concordo totalmente”. A pressão para comer pelos pais foi avaliada com base em 4 itens do *Comprehensive Feeding Practices Questionnaire* (2007) da sub-escala “Pressão para comer”. Cada item gerou uma pontuação de até 5 pontos, variando de 1 ponto para “discordo totalmente” até 5 pontos para “concordo totalmente”. Estabeleceu-se uma escala de pontuação de 4 a 20, de acordo com o somatório das pontuações. Aqueles pais com pontuação acima de 13 (mediana) foram classificados como exercendo pressão para comer. Utilizou-se o Teste Exato de Fischer com significância de 5%. O estudo aprovado pelo Comitê de Ética, sob o nº 64256117.1.0000.5546.

Resultados

A amostra foi composta por 78 crianças com média de idade de 62 (± 7) meses, sendo 52,6% do sexo masculino e 21,8% o primeiro filho. Observou-se que 90,9% das mães cursaram o ensino superior completo. A prevalência de neofobia alimentar foi de 56,4% (n=44). Foi possível observar que 39% (n=30) dos pais pressionavam seus filhos para comer. Dentre os pais que utilizavam deste recurso, 56,6% (n=17) dos filhos foram identificados como neofóbicos. Ao passo que, dentre as neofóbicas, 61,4% (n=27) dos pais não as pressionava para comer. Não foi observada associação entre neofobia alimentar e pressão para comer ($p=0,556$).

Conclusão

Observa-se alta prevalência de neofobia alimentar e da prática coercitiva dos pais nas crianças estudadas. Contudo, nesta amostra não houve relação entre a prática parental coercitiva e a neofobia alimentar infantil. Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Universidade Federal de Sergipe.

Referências

COLE, N. C.; AN, R.; LEE, S.; DONOVAN, S. M. Correlates of picky eating and food neophobia in young children: a systematic review and meta-analysis. *Nutrition Reviews*, v. 75, p. 516–532, jul. 2017.

COOKE, L. J.; WARDLE, J.; GIBSON, E. L. Relationship between parental report of food neophobia and everyday food consumption in 2–6-year-old children. *Appetite*, v. 41, p. 205–206, 2003.

Palavras-chave: alimentares; comportamento alimentar; infantil; práticas

NIVEL DE ADEQUAÇÃO DE FOOD TRUCKS EM BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO

FERNANDA DA ROSA CARDOSO; KARINA SOUZA; ROGERIO DE ASSIS BRASIL; JULIANA VIDAL MARCON; ANA LÚCIA SACCOL

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano, ² SU - Sabores Urbanos, ³ CA - Compliance Alimentar
fernandafe.cardoso@hotmail.com

Introdução

Com o crescimento dos grandes centros urbanos, bem como, a necessidade de alimentar-se de forma rápida, segura, e de fácil acessibilidade, o setor de empreendedorismo sentiu-se no dever de criar novas estratégias de vendas. Surgindo assim os foodtrucks que são estabelecimentos que podem servir o produto em qualquer ambiente, no momento atual são localizados geralmente em espaços de alto fluxo de pessoas, como ruas, foodparks, e demais locais considerados públicos. Em alguns casos podem ser considerados um evento de massa, que nada mais é do que atividades coletivas de natureza cultural, esportiva, comercial, religiosa, social ou política, realizados por tempo pré-determinado. Ainda que não existe uma legislação específica para os foodtrucks. Mas a Anvisa publicou um guia para atuação da vigilância sanitária nesses eventos de massa. O objetivo deste estudo foi avaliar o nível de adequação de foodtrucks em Boas Práticas de Manipulação.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi avaliar o nível de adequação de foodtrucks em Boas Práticas de Manipulação.

Metodologia

Durante o mês de setembro de 2017, realizou-se o acompanhamento de um espaço disponível em um Shopping de um município do interior do Rio Grande do Sul. Este local foi registrado na Vigilância Sanitária como evento de massa, pois se caracterizou como um espaço que atenderia um grande número de pessoas, por um tempo determinado, sendo que os serviços de alimentação foram principalmente foodtrucks. O espaço estava localizado na área externa do shopping com layout adaptado e provisório. A Vigilância Sanitária do município exigiu um responsável técnico no local. Aplicou-se lista de avaliação das Boas Práticas para instalações e serviços relacionados ao comércio de alimentos (Brasil, 2016), nos foodtrucks presentes no espaço. A avaliação foi realizada por meio de observações visuais e entrevistas com os manipuladores e gestores dos serviços quando necessário. Os resultados foram analisados por meio de estatística descritiva simples.

Resultados

O percentual de adequação dos FoodTrucks avaliados variou entre 73,2% a 78,6%, com média de 75,7% geral de adequação. Dentre os 56 itens avaliados, com 100% de adequação observaram-se aspectos importantes, como a procedência das matérias-primas comprovadas, todos os alimentos dentro do prazo de validade correto, assim como, todos em temperatura recomendada, entre outros fatores. Pode-se constatar que três pontos analisados obtiveram 100% de inadequação nos foodtrucks, são eles: os hábitos higiênicos dos manipuladores, aspectos para a identificação dos produtos vindo de outros locais e referentes a análise de amostras de alimentos, que não ocorreu no evento. Esses itens demonstraram as principais fragilidades encontradas. Além disso, mais três dos 56 itens apresentaram 80% de inadequação, sendo eles: referentes a produtos de saneamento devidamente identificados, bem como, a higiene das mãos realizada pelos manipuladores e relacionado ao armazenamento ou congelamento de alimentos pré-preparados ou já prontos.

Conclusão

O estudo permitiu observar que os foodtrucks pesquisados apresentaram um percentual médio de adequação regular, entretanto observou-se itens que merecem atenção pois a inadequação integral em todos os serviços avaliados. Este estudo reforça a importância da participação de um responsável técnico, nutricionista, realizando uma correta avaliação e intervenção nos estabelecimentos, para que possa ser assegurada a saúde do consumidor, bem como, as práticas de lazer, dos mesmos.

Referências

ANVISA. Guia para Atuação da Vigilância Sanitária em Eventos de Massa: Orientações Para O Gerenciamento De Risco. 2016.

HOFFMAN, ET AL. Recursos estratégicos para vantagem competitiva sustentável em food trucks. Revista Alcance, vol. 23, núm. 3, Universidade do Vale do Itajaí, 2016.

PETRINI; GUIVANT. Comer em food trucks à luz da Teoria das Práticas. 2017.

Palavras-chave: Food truck; Segurança Alimentar; Eventos de massa

NÍVEIS DE PROTEÍNA C REATIVA E PERCENTUAL DE GORDURA CORPORAL EM MULHERES COM ACHADOS MAMOGRAFICOS ALTERADOS

ANA LUIZA DE REZENDE FERREIRA MENDES; DAIANNE CRISTINA ROCHA; SORAIA PINHEIRO MACHADO ARRUDA; LUIS GONZAGA PORTO PINHEIRO; MARÍLIA CAVALCANTE ARAÚJO; HELENA ALVES DE CARVALHO SAMPAIO

¹ UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
aninharez@yahoo.com.br

Introdução

No Brasil, o câncer mais prevalente na população feminina é o de mama, sendo a maior causa de morte entre as mulheres. A etiologia do câncer de mama é determinada por várias causas, como sedentarismo, hábitos alimentares, faixa etária, e certas exposições ambientais e ocupacionais. Atualmente os marcadores de inflamação como a proteína C Reativa - PCR e de gordura fora da normalidade têm uma forte relação no desenvolvimento do câncer de mama, principalmente associado ao aumento de peso. Um estilo de vida sem a prática de atividade física, associado a uma alto consumo de alimentos calóricos, está relacionado ao aumento do risco de desenvolvimento de obesidade, que desempenham papel relevante na manifestação da inflamação crônica relacionada ao desenvolvimento do câncer de mama. Têm sido estudadas altas concentrações plasmáticas de PCR antes da cirurgia em pacientes com câncer de mama e com doença em estado avançado, sugerindo assim, que concentrações plasmáticas elevadas do marcador PCR estejam diretamente associadas com o desenvolvimento do tumor e a progressão da doença (SICKING et al., 2014; FRYDEMBERG et al., 2016).

Objetivos

Verificar se existe relação entre os níveis de um marcador inflamatório PCR e o percentual de gordura corporal em mulheres com achados mamográficos alterados.

Metodologia

Estudo transversal que incluiu 161 pacientes atendidas em uma Unidade de Saúde, o GEEON (Grupo de Educação e Estudos Oncológicos), uma organização não governamental ligada à Universidade Federal do Ceará, no ano de 2016. O percentual de gordura corporal foi avaliado através do ultrassom BX2000 (Body Metrix Pro – IntelaMetrix, Inc.) seguindo-se protocolo de Pollock, que afere as medidas no abdômen, tríceps e região supra ilíaca. Considerou-se adequado o percentual de gordura menor que 32,0% Gallagher et al.(2000). Os valores dos níveis séricos PCR foram obtidos através da coleta de amostras de sangue, considerando-se inadequado valores acima de 0.10 mg por 100 ml (PEARSON et al., 2003). Os dados foram analisados através do teste do Qui-quadrado, com nível de significância de $p < 0,05$.

Resultados

Se encontravam acima da recomendação 111 (68,94%) pacientes em relação ao percentual de gordura. Quanto aos níveis de PCR 131 (79,50%) mulheres estavam com níveis inadequados. A maior gordura corporal foi associada a níveis alterados de PCR ($p = 0,004$).

Conclusão

A maioria das pacientes encontra-se em risco de desenvolvimento de doenças crônicas em relação ao percentual de gordura e aos níveis de PCR que é um marcador de inflamação, além de haver associação positiva entre gordura corporal elevada e níveis elevados de PCR.

Referências

Frydenberg H, Thune I, Lofterød T, Mortensen ES, Eggen AE, Risberg T et al. Pre-diagnostic high-sensitive C-reactive protein and breast cancer risk, recurrence, and survival. *Breast Cancer Res Treat.* 2016. DOI: 10.1007/s10549-015-3671-1.

GALLAGHER, D.; HEYMSFIELD, S. B.; HEO, M.; JEBB, A. S.; MURGATROYD, P.R.; SAKAMOTO, Y. Healthy percentage body fat ranges: an approach for developing guidelines based on body mass index. *American Journal of Clinical*

Nutrition, Bethesda, v.72, p.694-701, 2000.

PEARSON, TA; MENSAH, GA; ALEXANDER, RW; ANDERSON, JL; CANNON, RO; CRIQUI, M; FADL, YY; FORTMANN, SP; HONG, Y; MYERS, GL; REFAI, N; SMITH, SC Jr; TAUBERT, K. et al. Markers of inflammation and cardiovascular disease: application to clinical and public health practice: A statement for healthcare professionals from the Centers for Disease Control and Prevention and the American Heart Association. *Circulation*. 2003 Jan 28;107(3):499-511

Sicking I, Edlund K, Wesbuer E, Weyer V, Battista MJ. et al.
Prognostic influence of pre-operative C-reactive protein in nodenegative breast cancer patients. *PLoS One*. 2014; 9(10):e111306.
DOI: 10.1371/journal.pone.0111306.

Palavras-chave: PROTEÍNA C REATIVA; PERCENTUAL DE GORDURA; ACHADOS MAMOGRÁFICOS

NÍVEL DE ADIPOSIDADE VISCERAL E PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM MULHERES IDOSAS DE UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA EM BELÉM/PA

RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS;
ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
r.leticialeite@gmail.com

Introdução

O processo de redistribuição e internalização da gordura abdominal é comum na população geriátrica, porém é variável entre os indivíduos, sendo mais comum em mulheres. O excesso de gordura corporal pode ocasionar malefícios ao idoso, como aumento do risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (PREVIATO, 2014). Em associação, a senescência torna o indivíduo mais suscetível à patologias como a Hipertensão Arterial Sistêmica, esta se caracteriza como uma doença crônica multifatorial, na qual os níveis pressóricos mantêm-se elevados, ≥ 140 e/ou 90 mmHg (MALACHIAS, 2016). Nesse contexto, as medidas antropométricas auxiliam no monitoramento do estado nutricional e no diagnóstico de sobrepeso/obesidade, sendo a circunferência da cintura uma das medidas antropométricas que melhor indica a distribuição de gordura visceral e um importante parâmetro de avaliação nutricional em idosos (ABESO, 2016).

Objetivos

Verificar a relação entre o nível de adiposidade visceral e a prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica em mulheres idosas.

Metodologia

Estudo transversal e descritivo, realizado no período de Janeiro de 2016 a Julho de 2017 com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa, em uma Paróquia de Belém/PA. A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, além disso, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário estruturado com perguntas fechadas sobre dados sociodemográficos e condições de saúde, também foram aferidas variáveis antropométricas para verificação do Índice de Massa Corporal que seguiu as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001); e alguns perímetros corporais, como a circunferência da cintura, que obedece a classificação da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1998). Os dados coletados foram registrados e analisados em planilha do Microsoft Excel® 2013.

Resultados

O estudo contou com 95 mulheres idosas com idade entre 60 e 93 anos, com predomínio da faixa etária de 60 a 69 anos (52,5%). Em relação aos parâmetros antropométricos para avaliação de estado nutricional, houve prevalência de sobrepeso pelo índice de massa corporal (34%); a Circunferência da cintura revelou a presença de risco aumentado ou muito aumentado para desenvolvimento de doenças cardiovasculares na maioria das idosas (81%). Todas as idosas com sobrepeso também possuem circunferência da cintura em risco (34%). Quanto a presença de Hipertensão Arterial Sistêmica, 49,5% relataram possuir esta patologia e realizar tratamento medicamentoso, destas 44,3% apresentam circunferência da cintura em risco. Por fim, 22% possuem, simultaneamente, hipertensão, sobrepeso e circunferência da cintura que expressa risco cardiovascular.

Conclusão

O estudo demonstrou a correlação entre o nível de gordura intra-abdominal e as alterações dos níveis pressóricos, favorecendo possivelmente, o aparecimento da Hipertensão Arterial Sistêmica. A terceira idade necessita de grande atenção, sendo imprescindível o monitoramento contínuo das condições de saúde desses indivíduos, com destaque ao estado nutricional, visto que, distúrbios quanto à condição nutricional se configuram como preditores de outras patologias. Nesse contexto, os parâmetros antropométricos apresentam-se como importantes ferramentas de monitorização do estado nutricional e gordura visceral do idoso.

Referências

ABESO (Associação Brasileira para o estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica). **Diretrizes brasileiras de Obesidade**. 4.ed. São Paulo: 2016, 33-34.

MALACHIAS, M.V.B; SOUZA, W.K.S.B; PLAVNIK, F.L; RODRIGUES, C.I.S; BRANDÃO, A.A; NEVES, M.F.T; Et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arq. Bras. Cardiol.** 2016; 107(3Supl.3):1-83.

OPAS (Organización Panamericana de la Salud). Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar. 92p. **XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud**, Kingston – Jamaica, 9-11 jul 2001. Washington/D.C: OPAS. 2001.

PREVIATO, H.D.R.A; DIAS, A.P.V; NEMER, A.S.A; NIMER, M. Associação entre índice de massa corporal e circunferência da cintura em idosas, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. *Nutr. clín. diet. hosp.* 2014; 34(1):25-30.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. "Obesity: preventing and managing the global epidemic". **WHO Technical Report Series**. Geneva, 1998.

Palavras-chave: Saúde do idoso; Gordura intra-abdominal; Níveis pressóricos; Circunferência da cintura

NÍVEL DE PROCESSAMENTO DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS POR IDOSOS PARTICIPANTES DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE DUAS CAPITAIS BRASILEIRAS: RIO DE JANEIRO, RJ E NATAL, RN

ANA BEATRIZ COELHO DE AZEVEDO; NATÁLIA GOMES PIMENTA; ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA; LUCIANA SILVA FERREIRA

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
aspnutri@gmail.com

Introdução

A prevalência de sobrepeso e obesidade no Brasil é crescente, sendo nos idosos ainda maior. Segundo o Vigitel (2016), 57,7% dos brasileiros com 65 anos ou mais apresentam excesso de peso. Com o crescimento da população idosa, as mudanças nos hábitos alimentares, e as modificações ocasionadas pelo processo de envelhecimento, como a perda de massa magra, a maior prevalência de sobrepeso e obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, surge a necessidade de avaliar o consumo alimentar dessa população.

Objetivos

Caracterizar o consumo alimentar segundo nível de processamento de idosos participantes de dois grupos de convivência de cidades brasileiras.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, com idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, participantes do Programa Interdisciplinar de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Idoso (Grupo Renascer), da UNIRIO, do Rio de Janeiro e idosos participantes do projeto “Terceira idade ativa: exercitando-se por saúde e prazer” da Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN), de Natal. O estudo foi desenvolvido com base em dados oriundos do projeto “Qualidade de vida dos idosos: um estudo comparativo entre duas capitais brasileiras”, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO (parecer n° 571.358, de 26/02/2014). O consumo alimentar foi avaliado por meio de um Recordatório de 24 horas, aplicado por entrevistadores treinados. Elaborou-se lista de alimentos e preparações consumidas pelos idosos e os alimentos foram classificados e agrupados segundo nível de processamento, de acordo com a classificação NOVA (2016) que agrupa os alimentos em: alimentos in natura ou minimamente processados (Grupo 1); alimentos processados (Grupo 2); e alimentos ultraprocessados (Grupo 3). Para a caracterização da população considerou-se as variáveis idade, sexo e cidade participante.

Resultados

Foram entrevistados 46 idosos, sendo 25 idosos do Rio de Janeiro e 21 de Natal, com 60 anos ou mais, sendo a maioria (97,8%) do sexo feminino. A partir da análise dos Recordatórios 24h dos idosos de Natal identificaram-se 153 alimentos/preparações. Os 10 alimentos mais consumidos foram: café, leite desnatado, adoçante, banana, arroz, mamão, feijão, tapioca, açúcar demerara e aveia. Sendo nove dos 10 alimentos mais consumidos alimentos in natura/minimamente processados e o adoçante, o único produto ultraprocessado, que foi o terceiro mais consumido pelos idosos. A partir da análise dos R24h dos idosos do Rio de Janeiro identificaram-se 132 alimentos/preparações. Os 10 alimentos mais consumidos foram: café, adoçante, leite desnatado, arroz, banana, açúcar refinado, pão francês, feijão, margarina e leite integral. Sendo sete dos 10 alimentos mais consumidos alimentos in natura/minimamente processados. Sendo o pão francês o único alimento processado. O adoçante, um produto ultraprocessado foi o segundo mais consumido pelos idosos. Do total de alimentos consumidos pelos idosos o percentual de alimentos ultraprocessados foi 13,6 e 21,4, de Natal e Rio de Janeiro, respectivamente.

Conclusão

Do total de alimentos consumidos os idosos apresentaram maior consumo de alimentos in natura/minimamente processados, fator positivo visto que esses alimentos devem ser a base da alimentação. O consumo de ultraprocessados foi maior pelos idosos do Rio de Janeiro, tais alimentos devem ser evitados. Ambos os grupos de idosos apresentaram um grande consumo de adoçantes. Esses resultados ressaltam a importância da realização de mais estudos sobre o consumo dessa população.

Referências

MARTINS, A. P. B.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; MOUBARAC, J. C.; MONTEIRO, C. A. Participação crescente de

produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 656-65, 2013.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G.; LEVY, R. B.; et al. NOVA: A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.]. World Nutrition, São Paulo, v. 7, n. 1-3, p. 28-40, 2016.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde.

Palavras-chave: alimentos ultraprocessados; consumo alimentar; hábitos alimentares; idosos

NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (INU/UERJ): INICIATIVAS DE FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E INSERÇÃO SOCIAL

LUCIANA AZEVEDO MALDONADO; JORGINETE DE JESUS DAMIÃO TREVISANI; LUCIANA MARIA CERQUEIRA CASTRO; ANA CAROLINA FELDEINHEMER DA SILVA; SILVIA CRISTINA FARIAS; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
silviacristinafarias@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos, diversas políticas, programas, estratégias, planos e iniciativas têm sido formulados ou reformulados, implementados, consolidados ou ampliados em diferentes setores (por exemplo, saúde e educação) e, também, em uma perspectiva intersetorial com o intuito de responder à complexidade da questão alimentar no Brasil. As vertentes de Formação, de Produção de conhecimento e de Inserção Social, que estruturam esse Núcleo, dialogam com a missão da universidade e com as prioridades apontadas recorrentemente na agenda das políticas públicas de alimentação e nutrição (A&N).

Objetivos

Relatar as iniciativas realizadas pelo Núcleo voltadas à qualificação das ações de A&N em algumas políticas públicas.

Metodologia

Este núcleo desenvolve atividades de (1) ensino - formação de estudantes de graduação em Nutrição, estudantes do Programa de Pós-Graduação Alimentação Nutrição e Saúde e de atores envolvidos na formulação e execução de políticas e programas de A&N, (2) pesquisa - produção de conhecimento sobre alimentação e nutrição voltado a subsidiar políticas públicas e (3) Inserção social na comunidade. Trata-se de um núcleo interdisciplinar, com a aplicação de metodologias variadas, valorizando a construção coletiva do conhecimento.

Resultados

No âmbito das principais políticas públicas relataremos algumas das iniciativas desenvolvidas: a. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Coordenação da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE). O principal objetivo da rede é a articulação das ações institucionais que privilegiem processos de fortalecimento técnico junto aos nutricionistas responsáveis pelo PNAE nos 92 municípios do Rio de Janeiro. Está estruturada em duas instâncias: o comitê executivo, composto por instituições e organizações relacionadas à alimentação escolar e realização de plenárias semestrais com atores envolvidos com o Programa. - Oferecimento da disciplina "Alimentação e Nutrição em Creches e Escolas" na graduação de Nutrição. - Oferta de cursos de aperfeiçoamento à distância, via Telessaúde, sobre a "Promoção da Alimentação Adequada no Ambiente Escolar" e "Gestão no PNAE". b. Programa Saúde na Escola (PSE) - Cooperação técnica com o Ministério da Saúde para elaboração de materiais educativos dirigidos à profissionais de saúde e de educação visando à promoção da alimentação adequada e saudável. - Parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro para a realização de seminários para articulação entre o PSE e o PNAE. c. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) - Cooperação técnica com o Ministério da Saúde para a elaboração da segunda edição do Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos. - Oferta da disciplina "Leituras em alimentação nos dois primeiros anos de vida" no programa de Pós Graduação. - Desenvolvimento de estudos sobre práticas alimentares na infância. d. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) - O Núcleo integra o comitê gestor da Feira Agroecológica na UERJ, colaborando para a consolidação da agricultura urbana no Rio de Janeiro. - Desenvolvimento de estudos sobre ambientes alimentares comunitários e organizacionais.

Conclusão

Entendemos que o desenvolvimento dessas iniciativas contribui para a missão institucional da UERJ no apoio ao desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas de A&N, integrando formação, produção de conhecimento e inserção social.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014c, 156p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012a. 84 p.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p. FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Resolução/FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da atenção básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jun. 2013. Seção1.

Palavras-chave: Alimentação Adequada e Saudável; Educação Alimentar e Nutricional; Segurança Alimentar e Nutricional

O CONSUMO REGULAR DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS ESTÁ INVERSAMENTE ASSOCIADO AO TEMPO DE TELA EM ADULTOS

DANIELLE CRISTINA GUIMARÃES DA SILVA; WELLINGTON SEGHE TO; EMANUELE LOUISE GOMES DE MAGALHÃES; GIANA ZARBATO LONGO

¹ UFV - Universidade Federal de Viçosa, ² UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia, ³ FAGOC - Faculdade Governador Ozanam Coelho
daniellenut@hotmail.com

Introdução

Na última década, o estímulo para o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras tornou-se uma prioridade de saúde pública em muitos países como uma forma de proteção contra o risco de obesidade, diabetes melito tipo II, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer (Silva et al., 2016). Além disso, a prática adequada de atividade física, o menor comportamento sedentário, a menor faixa etária, a maior escolaridade e a renda, têm sido associados ao maior consumo regular de FLV (Brasil, 2014; Neutzling e Azevedo, 2009). Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) recomenda o consumo diário de 400g de frutas para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Objetivos

Investigar a associação entre o consumo regular de FLV e o comportamento sedentário em uma população adulta de Viçosa-MG.

Metodologia

Realizou-se um estudo transversal, de base populacional, incluindo 1213 adultos, de ambos os sexos e residentes na zona urbana do município de Viçosa – Minas Gerais. Utilizou-se um questionário estruturado, contendo questões relativas a variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, escolaridade e nível socioeconômico) e comportamental (tempo de tela avaliado por meio da soma do tempo dispendido com programas de televisão ou computador, nos dias da semana e durante o final de semana). O consumo adequado de FLV foi avaliado considerando a frequência de ingestão destes alimentos ao menos cinco vezes ao dia em pelo menos cinco vezes na semana. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o pacote estatístico Stata, versão 13.1, sendo que todas as análises foram ajustadas para o efeito de delineamento amostral e ponderadas pela frequência de sexo, idade e escolaridade e atribuídos pesos pela razão entre as proporções da população, obtidos a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As associações foram avaliadas por meio de análises de regressão de Poisson. O projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil (OF. Ref. No 08/2012).

Resultados

Houve predominância do sexo feminino (55,9%), faixa etária de 20 – 29 anos de idade (49,6%), escolaridade maior que oito anos (82,5%) e nível socioeconômico intermediário, ou seja, classe C (66,7%). A média do tempo de tela referido pelo grupo foi de 150 minutos e o desvio padrão, de 110 minutos. Em relação ao consumo regular de FLV, verificou-se que (75,5%) relatou apresentar consumo adequado. Na análise múltipla, o sexo feminino foi associado ao consumo regular de FLV (RP = 0,11 IC95% 0,01 ; 0,20). A faixa etária também foi associada positivamente ao consumo regular de FLV (RP 0,03 IC95% 0,01 ; 0,07). O nível socioeconômico mais baixo foi associado inversamente ao consumo regular de FLV (RP -0,12 IC95% -0,21 ; -0,04) e o maior tempo gasto em frente às telas foi inversamente associado ao consumo regular de FLV nesta população.

Conclusão

Conclui-se que o sexo feminino, a idade, a maior escolaridade, o baixo nível socioeconômico e o maior tempo gasto em frente às telas estão associados ao consumo regular de FLV nesta população. Apoio: CNPq e FAPEMIG

Referências

Silva, F. M. A.; Smith-Menezes, A.; Duarte, M. F. S. Consumo de frutas e vegetais associado a outros comportamentos de risco em adolescentes no Nordeste do Brasil. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 309-315, 2016.

Neutzling, M. B.; Azevedo, M. R. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos de uma cidade no Sul do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 11, p. 2365–23742, 2009.

Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013): Percepção de estado de saúde, estilo de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2014.

World Health Organization (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva: WHO, 2003.

Palavras-chave: Comportamento sedentário; Alimentação saudável; Estudo transversal

O IMPACTO DA RESISTÊNCIA À INSULINA NA ESTIMATIVA DA PREVALÊNCIA DE OBESIDADE METABOLICAMENTE BENIGNA EM ADOLESCENTES OBESOS ATENDIDOS NO NÍVEL TERCIÁRIO

NIVEA FAZANARO MARRA; BEATRIZ HELENA TESS; MARIA TERESA BECHERE FERNANDES; RODRIGO MARQUES DA CRUZ; MARIA EDNA DE MELO

¹ FMUSP - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ² IME - USP - Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo
nivea.marra@usp.br

Introdução

O Índice de Massa Corporal possui limitações para avaliação dos riscos à saúde; a literatura propõe que este índice seja utilizado associado a medidas metabólicas, recomendando-se a classificação em fenótipos antropométrico-metabólicos. A avaliação da resistência à insulina periférica tem sido apontada como fator importante para identificar os fenótipos metabólicos desfavoráveis, porém este marcador não é comumente considerado nas definições do fenótipo de obesidade metabolicamente benigna. Estudos de prevalência deste fenótipo relatam estimativas heterogêneas dependendo dos critérios de definição. Estes estudos trazem contribuições relevantes para a compreensão das repercussões desse fenótipo no tratamento, no planejamento de serviços de saúde e no entendimento da epidemiologia da obesidade e suas diferentes manifestações.

Objetivos

Investigar o impacto da resistência à insulina nas estimativas de prevalência do fenótipo obesidade metabolicamente benigna em adolescentes obesos que buscaram tratamento.

Metodologia

Estudo transversal com base em dados secundários sobre 418 adolescentes obesos que foram atendidos na Liga de Obesidade Infantil do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013. Duas definições foram adotadas para classificar os adolescentes nos fenótipos “metabolicamente benigno” e “metabolicamente adverso”. A primeira se baseou nos valores propostos pelo *International Diabetes Federation* para diagnosticar síndrome metabólica em crianças e adolescentes. Na segunda acrescentou-se medida de resistência à insulina. A análise descritiva incluiu a distribuição das frequências absoluta e relativa das variáveis independentes sexo, idade, estágio puberal e z-score para Índice de Massa Corporal. A prevalência de obesidade metabolicamente benigna foi calculada com intervalos de 95% de confiança e o teste X^2 , com nível de significância de 5%, foi aplicado às associações entre as variáveis de exposição e o desfecho. As mesmas análises foram feitas para ambas definições. Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas (Número do Processo: 1.230.024).

Resultados

Dos 418 participantes, 217 (52%) eram do sexo feminino. A média de idade foi de 13 anos (± 2) e de escore Z para Índice de Massa Corporal 3,2 ($\pm 0,5$). Metade dos participantes estavam em fase puberal e 39% pós-puberal segundo a escala de Tanner. A prevalência do fenótipo metabolicamente benigno foi de 43% (Intervalo 95% Confiança: 38-48) pela definição I e 13% (Intervalo 95% Confiança: 9-16) pela definição II. Nas análises multivariadas, os adolescentes pós-puberis apresentaram a menor prevalência do fenótipo obesidade metabolicamente benigna, nas duas definições (Razão Prevalência Ajustada – Definição I: 0,2; Intervalo 95% Confiança: 0-1,7 / Razão Prevalência Ajustada – Definição II: 0,3; Intervalo 95% Confiança: 0-3,2). Nos adolescentes severamente obesos observou-se associação significativa com o fenótipo em ambas definições (Definição I: Razão Prevalência Ajustada: 0,4; Intervalo 95% Confiança: 0,2-0,6 / Definição II: Razão Prevalência Ajustada: 0,4; Intervalo 95% Confiança: 0,2-0,8)

Conclusão

Inclusão de medida de resistência à insulina nos critérios de definição da obesidade metabolicamente benigna nessa população levou à expressiva diminuição da prevalência deste fenótipo. Resistência à insulina pode ser um importante marcador da repercussão negativa da obesidade na saúde desses adolescentes.

Referências

AHIMA, R. S.; LAZAR, M. A. The health risk of obesity—better metrics imperative. *Science*, v. 341, n. 6148, p. 856-858, 2013.

MATTHEWS, D. R., et al. Homeostatic model assessment (HOMA). Measurement of insulin resistance and beta-cell deficit in man. *Diabetologia*, v. 28, p. 412-419, 1985.

SIMS, E. A. H. Are there persons who are obese, but metabolically healthy? *Metabolism-Clinical and Experimental*, v. 50, n. 12, p. 1499-1504, 2001.

ZIMMET, P. et al. The metabolic syndrome in children and adolescents—an IDF consensus report. *Pediatric diabetes*, v. 8, n. 5, p. 299-306, 2007.

KESKIN, M., et al. Homeostasis model assessment is more reliable than the fasting glucose/insulin ratio and quantitative insulin sensitivity check index for assessing insulin resistance among obese children and adolescents. *Pediatrics*, v. 115, n. 4, p. e500-e503, 2005.

Palavras-chave: Adolescentes; Fenótipo antropométrico-metabólico; Obesidade; Prevalência; Resistência à insulina

O ÍNDICE DE ADIPOSIDADE VISCERAL É MELHOR PREDITOR DO FENÓTIPO METABÓLICO NÃO SAUDÁVEL DO QUE MEDIDAS TRADICIONAIS DE ADIPOSIDADE? RESULTADOS DE UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL BRASILEIRO

FABRÍCIA GERALDA FERREIRA; DANIELLE CRISTINA GUIMARÃES DA SILVA; LEIDJAIRA JUVANHOL LOPES; DAYANA LADEIRA MACEDO PEREIRA; EMANUELE LOUISE GOMES DE MAGALHÃES; GIANA ZARBATO LONGO

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia, ² UFV - Universidade Federal de Viçosa, ³ EPCAR - Escola Preparatória de cadetes do Ar
daniellenut@hotmail.com

Introdução

A identificação de fenótipo metabólico não saudável é de extrema relevância, uma vez que ele está associado a um maior risco de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. No entanto, a identificação dos indivíduos pertencentes a este grupo é dificultada pela falta de uma definição padronizada internacionalmente. As definições mais adotadas na literatura utilizam um conjunto de marcadores da condição metabólica desfavorável, o que pode dificultar sua ampla utilização no contexto da saúde pública. Assim, o estudo de um índice que possa identificar de forma acurada o fenótipo metabólico não saudável com menor número de marcadores torna-se importante.

Objetivos

Neste contexto, objetivou-se verificar se o índice de adiposidade visceral, um indicador da distribuição e função da gordura visceral é um preditor eficaz na identificação do fenótipo metabólico não saudável comparando indivíduos com peso normal e excesso de peso.

Metodologia

Foi conduzido um estudo seccional, de base populacional na cidade de Viçosa, Minas Gerais, Brasil com 854 adultos (20 a 59 anos) de ambos os sexos e residentes na zona urbana do município. O processo de amostragem foi probabilístico, sem reposição e por conglomerados em duplo estágio (setor censitário e domicílio), sendo que cada participante forneceu um consentimento informado por escrito, e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (Ofício nº 02/2013). Os dados foram coletados por meio de entrevistas, avaliação antropométrica, exames clínicos e laboratoriais. A amostra foi categorizada em quatro fenótipos de acordo com os critérios de Wildman et al. (2008) em peso normal metabolicamente saudável, peso normal metabolicamente não saudável, excesso de peso metabolicamente saudável e excesso de peso metabolicamente não saudável. O indivíduo foi considerado como metabolicamente não saudável quando duas ou mais anormalidades cardiometabólicas estavam presentes e com excesso de peso quando seu índice de massa corporal foi ≥ 25 kg/m². Utilizou-se análise da área sob a receiver operating characteristic curve (AUC) e cálculo da razão de prevalência (RP) por meio de regressão de Poisson para comparar a capacidade preditiva dos indicadores de obesidade avaliados (índice de adiposidade visceral, perímetros da cintura e do pescoço e razões cintura-estatura e cintura-quadril) e a associação desses com o fenótipo metabólico não saudável. Todas as análises foram estratificadas por sexo.

Resultados

O índice de adiposidade visceral foi o melhor preditor do fenótipo metabólico não saudável entre homens (AUC=0,865) e mulheres (AUC=0,843) com peso normal. Em relação aos indivíduos com excesso de peso, ele também apresentou a melhor capacidade preditiva entre as mulheres (AUC=0,903) e, entre os homens, sua acurácia (AUC=0,830) foi superior à da razão cintura-quadril. Nos modelos de regressão ajustados, o índice de adiposidade visceral foi o indicador mais fortemente associado ao fenótipo metabólico não saudável, especialmente entre aqueles com peso normal (RP= 6.74, IC95% 3.15-14.42 entre homens, e RP= 7.14, IC95% 3.79-13.44 entre mulheres).

Conclusão

O índice de adiposidade visceral apresenta melhor capacidade preditiva do fenótipo metabólico não saudável quando comparado a indicadores antropométricos convencionais, independente do estado nutricional e do sexo.

Referências

DU, T. et al. Lipid accumulation product and visceral adiposity index are effective markers for identifying the metabolically obese normal-weight phenotype. *Acta Diabetologica*, v. 52, n. 5, p. 855–863, 19 out. 2015.

JANGHORBANI, M. et al. Risk of diabetes according to the metabolic health status and degree of obesity. *Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews*, p. S1871-4021–2, abr. 2017.

KANG, Y. M. et al. Visceral adiposity index predicts the conversion of metabolically healthy obesity to an unhealthy phenotype. *PLOS ONE*, v. 12, n. 6, p. e0179635, 23 jun. 2017.

KIM, N. H. et al. Risk of the Development of Diabetes and Cardiovascular Disease in Metabolically Healthy Obese People. *Medicine*, v. 95, n. 15, p. e3384, abr. 2016

WILDMAN, R. et al. The obese without cardiometabolic risk factor clustering and the normal weight with cardiometabolic risk factor clustering: prevalence and correlates of 2 phenotypes among the US population (NHANES 1999-2004). *Archives of Internal Medicine*, v. 168, n. 15, p. 1617–24, 2008.

Palavras-chave: Obesidade; curva ROC; capacidade preditiva; acurácia; risco cardiometabólico

O NUTRICIONISTA NA GESTÃO PÚBLICA - RELATO DE EXPERIÊNCIA

CHRISTY HANNAH SANINI BELIN; FELIPE SCHULER RIBEIRO; RAQUEL CANUTO; MAÍSA BELTRAME PEDROSO;
CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ² SES - Secretaria Estadual da Saúde

christy.sbelin@gmail.com

Introdução

O debate sobre a formação em saúde no Brasil defende a formação para o Sistema Único de Saúde, incentivando a inserção dos estudantes nos serviços de saúde durante toda a sua formação, por meio de estágios curriculares, disciplinas e projetos de extensão. Essas vivências permitem uma formação ampliada e constituem experiências relevantes, agregando outros valores à formação e facilitando a integração entre docentes, acadêmicos, trabalhadores e gestores de saúde do estado (RECINE, 2012). As diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), os itens que dizem respeito a formular, avaliar, apoiar políticas de alimentação e nutrição (BRASIL, 1990) dão suporte para a atuação do nutricionista no âmbito da gestão em saúde pública. Assim, percebe-se a importância da gestão como um espaço de ensino-aprendizagem, com a finalidade de fortalecer o processo de formação profissional na área da saúde, em conjunto com as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde.

Objetivos

Relatar as experiências de acadêmicos de nutrição na gestão estadual da Política de Alimentação e Nutrição, durante o estágio curricular em Saúde Coletiva

Metodologia

O estágio aconteceu na Política de Alimentação e Nutrição do Departamento de Ações em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, no período de maio a julho de 2017. As informações sobre a experiência se deram pela inserção no serviço e pelo acompanhamento das atividades de rotina do setor, como do setor e pelo desenvolvimento de um projeto conjunto.

Resultados

O estágio curricular em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizado na Secretaria Estadual de Saúde tem como eixo o ensino-aprendizagem sobre o Sistema Único de Saúde, apontando a importância das relações entre gestores, docentes e discentes da área da saúde, com enfoque na gestão setorial. Durante esse período, discutiu-se a criação de uma linha de cuidado dos doentes crônicos, a partir da linha de cuidado do sobrepeso e obesidade, que tem o propósito de organizar um modelo de assistência que atenda a necessidade da população gaúcha no enfrentamento necessário para a reversão da epidemia da obesidade. Com isso, foi proposto a criação de uma Rede de assistência ao paciente doente crônico. Complementando essa linha de cuidado, foi desenvolvido um projeto com enfoque no diagnóstico, planejamento e avaliação de ações voltadas à saúde do homem frente às Doenças Crônicas Não-Transmissíveis nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a participação em seminários, reuniões, palestras e discussões na rotina do serviço propiciaram uma experiência prática no processo de aprendizagem ensino-serviço. A troca de experiências com as nutricionistas do departamento proporcionou um olhar atento à importância da nutrição na gestão, planejamento e diagnóstico. Percebe-se que este conteúdo é pouco abordado durante o período da graduação, e muito menos é propiciado aos alunos uma vivência na área de gestão em Saúde Pública.

Conclusão

A experiência da vivência na gestão pública da Secretaria Estadual de Saúde é de grande validade, uma vez que permite o conhecimento de como se dá o planejamento e diagnóstico das Redes de Atenção à Saúde no Estado e proporciona um olhar atento à importância da nutrição na gestão, planejamento e diagnóstico. Dessa forma, mostra-se necessário a formação de profissionais voltados para a gestão em saúde pública na graduação em nutrição.

Referências

RECINE, Elisabetta et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil¹. Revista de Nutrição, Campinas, v. 25, n. 1, p.21-33, fev. 2012.

BRASIL. Lei n. 80.80, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

Palavras-chave: Ensino; Nutricionista; Saúde Coletiva

O PAPEL DO NUTRICIONISTA NO MANEJO DE INDIVÍDUOS QUE POSSUEM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DE ANSIEDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA

LUHANA KAROLYNA ROQUE DA SILVA

¹ SES/DF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ² FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde

l.karolyna@gmail.com

Introdução

Os transtornos mentais geram importantes repercussões no cotidiano dos indivíduos em relação a morbidade, prejuízos funcionais e baixa qualidade de vida, visto que, conseguem causar impactos significativos no seu estado nutricional. Existem evidências sobre a associação dos transtornos psiquiátricos com as estruturas e mecanismos fisiopatogênicos relacionados com as doenças crônicas não transmissíveis. De acordo com Melca e Fortes (2014), há uma sobrecarga no processo de manutenção da estabilidade e da homeostase do organismo, gerando um desgaste ao organismo e ao cérebro. Esse desgaste pode ser desenvolvido por fatores como o meio ambiente, as relações e o meio psicossocial, o modo de vida e por condições genéticas.

Objetivos

Realizar uma revisão bibliográfica sobre o papel do nutricionista frente aos indivíduos que possuem diagnóstico de transtorno de ansiedade.

Metodologia

O presente trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, onde, desenvolveu-se uma análise bibliográfica sobre o papel do nutricionista mediante indivíduos que possuem diagnóstico de transtorno de ansiedade com foco na compreensão das características da sociedade em questão e o manejo clínico que poderá ser usado pelo profissional de nutrição através de artigos localizados na base de dados do Google acadêmico e na BVS – Biblioteca Virtual de Saúde, assim como, utilizou-se livros de nutrição funcional com foco na neurologia. As palavras chaves utilizadas foram *nutrição, transtornos psiquiátricos, ansiedade, transtornos de ansiedade, estado nutricional, tratamento nutricional, hipovitaminoses e suporte nutricional*.

Resultados

A ansiedade patológica é distinguida da ansiedade fisiológica pela intensidade, características de repetição, desproporcionalidade ao ambiente e retrógrada, estando marcada pela sensação desagradável de apreensão negativa à um determinado objeto, podendo ser secundária às doenças orgânicas (PITTA, 2011). Soares et al (2015) declaram, que alguns alimentos possuem compostos que possuem bioativos com ação anti-inflamatória como a curcumina, a epigallocatequina-galato (EGCG), sulforafano e o resveratrol. A propriedade anti-inflamatória dos alimentos pode contribuir para melhora do prognóstico dos indivíduos com transtorno de ansiedade visto que estão mais propensos a ter doenças crônicas não transmissíveis como a obesidade que está intimamente ligada à inflamação. Além dos alimentos com propriedades anti-inflamatórias, os alimentos e fitoterápicos com propriedades antioxidantes possuem um papel essencial nos transtornos de ansiedade, como a vitamina C, E e A que possuem papel fundamental para as funções neurológicas, minimizando o estresse oxidativo nas células melhorando os sinais e sintomas de vários distúrbios neuropsiquiátricos (ISLAM et al, 2014).

Conclusão

Sendo papel do nutricionista prescrever dieta, realizar avaliações nutricionais e dar orientações sobre uma alimentação saudável e seus valores nutricionais, respeitando os comportamentos pessoais e interpessoais, sociais, econômicos e ambientais em que o sujeito se encontre inserido para uma abordagem que seja determinante para o bem-estar físico e psíquico daquela pessoa, conclui-se que com a oferta de alimentos que possuem propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias, vitaminas e entre outros, assim como a oferta de fitoterápicos que atuam como neuroprotetores e neurodegeneradores, pode-se reduzir os sintomas dos transtornos de ansiedade, logo, um nutricionista pode ser essencial no manejo desses indivíduos (BARROS, 2012).

Referências

BARROS, A. C.; BARBALHO, S. F.; GOMES, R. P.; MORAIS, A. H. A. Perfil Nutricional de Pacientes Portadores de Transtornos Mentais em Natal – RN. Extensão e Sociedade nº05 vol. 01, Ano 03 - 2012, PROEX.

ISLAM, M.R. et al. Comparative Analysis of Serum Malondialdehyde, Antioxidant Vitamins and Immunoglobulin Levels in Patients Suffering from Generalized Anxiety Disorder. *Drug Res* 2014; 64: 406–411 <http://dx.doi.org/10.1055/s-0033-1358758>

MELCA, I. A.; FORTES, S. Obesidade e transtornos mentais: construindo um cuidado efetivo. *Revista HUPE*, Rio de Janeiro, 2014;13(1):18-25 - DOI:10.12957/rhupe.2014.9794

PITTA, J.C.N. Transtornos de ansiedade. *RBM Dez/ 2011 V 68 N 12*. Indexado: LILACS LLXP: S003472642011009500001

SOARES, E.R. et al. Compostos bioativos em alimentos, estresse oxidativo e inflamação: uma visão molecular da nutrição. *Revista Hupe UERJ*. V. 14, n. 3, jul-set/2015

Palavras-chave: Saúde Mental; Nutrição ; Transtornos Psiquiátricos; Atuação do Nutricionista

O PESO DA OBESIDADE: INSATISFAÇÃO COM IMAGEM CORPORAL DE PACIENTES OBESOS ATENDIDOS EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM BELÉM-PA

RAÍSSA SANTANA ARAÚJO; DYANARA DE ALMEIDA OLIVEIRA; ROSILENE REIS DELLA NOCE

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
dyanaraoliveira@gmail.com

Introdução

O padrão corporal imposto como desejável e os conceitos associados ao excesso de peso vêm sofrendo modificações ao longo dos anos. Se antes, formas voluptuosas eram associadas à fertilidade, riqueza e poder; hoje, é alvo de discriminação e julgamento social com o ser obeso, na qual sua condição física é vinculada à preguiça e procrastinação; e formas corporais magras associam-se ao sucesso e aceitação social. Tal estigmatização gera insatisfação corporal e fomenta atitudes alimentares e comportamentos depreciativos, influenciando negativamente na adesão, realização e manutenção das orientações durante o tratamento nutricional (LAUS et al.,2013).

Objetivos

Avaliar a insatisfação com imagem corporal de pacientes obesos atendidos em um hospital universitário em Belém-Pa.

Metodologia

Estudo transversal realizado com pacientes obesos atendidos no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza. Para o cálculo do índice de massa corporal atual, utilizou-se balança de bioimpedância Inbody 230 e estadiômetro da marca SECA, para a aferição de peso e altura, respectivamente. A estratificação da obesidade foi realizada de acordo com o preconizado pela Organização Mundial da Saúde nos graus I (30-34,9 kg/m²), II (35 a 39,9 kg/m²) e III (acima de 40 kg/m²). A insatisfação corporal foi investigada a partir da aplicação da Escala de Figuras de Silhuetas, conjunto de 15 figuras de cada gênero expostas em cartões ordenados de forma ascendente. A cada silhueta é atribuído um valor de índice de massa corporal variando de 12,5 a 47,5 kg/m², com intervalo de 2,5 kg/m² entre cada uma. O paciente indica a figura representante da sua forma corporal atual e da imagem desejada, a presença de insatisfação se dá a partir da diferença entre o índice de massa corporal desejado e índice de massa corporal da forma atual. Valores positivos indicam insatisfação pelo excesso de peso; negativos, apontam insatisfação pela magreza e valores iguais à zero, satisfação com a imagem corporal. Este estudo possui aprovação do comitê de ética em pesquisa (nº N=1.202.343/2016) e a participação foi condicionada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados

Dos 68 indivíduos participantes da pesquisa, 67,6% eram do sexo feminino e 32,4% masculino, com índice de massa corporal médio de 38,32±5kg/m² e de idade de 35,8±4,9 anos. Quanto ao grau de obesidade, 25% eram grau I, 32% grau II e 19% grau III. 95,6% dos pacientes apresentaram insatisfação corporal. Desses, 92,6% (n=63) demonstraram insatisfação pelo excesso de peso, sendo 66,7% mulheres. Obesos insatisfeitos pela magreza somaram apenas 2,94%, todos do sexo masculino. Enquanto que 4,4% (n=3) mostraram-se satisfeitos com sua forma física, todos do sexo feminino.

Conclusão

Pacientes obesos apresentam elevado grau de insatisfação corporal independente do sexo e grau de obesidade. A maioria das mulheres apresentou insatisfação pelo excesso de peso, desejando ter forma corporal menor. Quanto à insatisfação pela magreza, homens demonstraram o desejo de possuir forma física maior. Quanto à satisfação, mulheres de índice de massa corporal menor mostraram-se mais satisfeitas com a forma corporal apresentada.

Referências

KAKESHITA, I.S.; SILVA, A.I.P.; ZANATTA, D.P.; ALMEIDA, S.S. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. *Psicologia: teoria e pesquisa*; São Paulo, v.25, n.2, p.263-270. Abr/jun. 2009.

LAUS, M.F.; STRAATMANN, G.; KAKESHITA, I. S.; BRAGA, T.M.C.; ALMEIDA, S. S. A influência da imagem corporal no comportamento alimentar. In: _____. *Psicobiologia do comportamento alimentar*. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2013. cap. 7.

Palavras-chave: Adulto; Índice de massa corporal; Peso corporal

O PET GRADUASUS NO ALMOÇO DO CÍRIO DE NAZARÉ: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UM GRUPO DE IDOSAS DE UMA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM, PARÁ.

ANA CAROLINE NEGRÃO LOPES; GABRIELLY RODRIGUES MOURA; DÉBORA SUELLEN RIBEIRO GOMES; ALEXA EUFRASIO MACIEL; SANDRA MARIA DOS SANTOS FIGUEIREDO; REJANE MARIA SALES CAVALCANTE MORI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² SESMA - Secretaria Municipal de Saúde
anacarinenegrao@gmail.com

Introdução

O Círio é uma manifestação religiosa onde milhares de pessoas reafirmam a fé em Nossa Senhora de Nazaré, é considerado Patrimônio da Humanidade segundo a Unesco, desde dia 4 de dezembro de 2013. Segundo Frugoli (2014), seu tradicional almoço é responsável por unir famílias, acolher turistas e reforçar vínculos sociais, pois o ato de sentar-se a mesa não se resume apenas a ocasião de beber e comer, mas também a experiência de prazer, partilha e harmonia. Sete dias antes da festa o aroma da maniçoba, uma das principais preparações desse período, toma conta da cidade e anuncia que o círio se aproxima.

Objetivos

Avaliar o grau de conhecimento sobre a informação nutricional de pratos típicos paraenses em um grupo de idosas de uma Unidade Municipal de Saúde de Belém, Pará.

Metodologia

Em decorrência da aproximação do Círio de Nazaré a equipe do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, composta por quatro acadêmicas do curso de Nutrição da Universidade Federal do Pará, tutor e preceptor, realizaram no dia 04 de outubro de 2017, uma atividade com o grupo de Idosas de uma Unidade Municipal de Saúde de Belém, Pará. Após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e buscando favorecer um maior envolvimento das participantes, a ação permitiu que os usuários opinassem sobre a porção que julgavam adequada e seu respectivo valor calórico, de pratos tradicionais da cultura paraense, o Pato no Tucupi, a Maniçoba e o Vatapá. Para favorecer uma análise fidedigna os dados foram devidamente gravados e transcritos. Na porção de Pato no Tucupi (2 pedaços, 200g) representam 606kcal; Na de Maniçoba uma concha grande (225g) possui 409kcal; No Vatapá uma concha grande (150g) corresponde a 339kcal. Os respectivos valores nutricionais foram obtidos através do software Dietbox® 2014, utilizando a Tabela de Composição de Alimentos de Sonia Tucunduva (2015) e a Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). As informações foram apresentadas em quadros que continham: imagem da preparação, porção recomendada em medidas caseiras e em gramas, valores nutricionais para carboidratos, lipídios, proteínas, fibras, calorias e sódio em gramas e miligramas.

Resultados

A atividade permitiu constatar que as participantes tinham conhecimento sobre o elevado valor calórico e da composição das preparações, porém, desconheciam a relação entre tal valor e o tamanho da porção oferecida. A metodologia aplicada permitiu maior participação das usuárias, foi notório que neste período a ingestão calórica das participantes excede a recomendada (Valor Energético Total médio para maiores de 51 anos segundo Vitolo, 2014: 2300kcal para homens e, 1900kcal para mulheres), uma vez que elas relataram consumir aproximadamente duas porções de cada preparação, o que corresponde a 2708kcal, que quando somadas ao restante da alimentação do dia representa o dobro da recomendação diária.

Conclusão

Em virtude das repercussões que esse excesso pode causar, por conta do elevado percentual de lipídios e da quantidade de sódio, no que diz respeito à presença de Doenças e Agravos Não Transmissíveis muito frequente nessa faixa etária, reafirma a importância de projetos de extensão como estratégia de levar conhecimento para a população por meio de pesquisas e atividades de educação nutricional na Atenção Primária a Saúde.

Referências

FRUGOLI, Ricardo. **“Passa lá em casa” – almoço do Círio de Nazaré – o banquete amazônico**. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) - Mestrado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. **Tabelas de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil**. Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50002.pdf>
Acesso online: 31/09/2017.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Tabela de Composição de Alimentos: Suporte para Decisão Nutricional**. 5ª edição. Barueri: Editora Manole, 2015.

VITOLLO, Márcia Regina. **Nutrição: da Gestação ao Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rubio. 2ª edição, 2014.

Palavras-chave: Informação Nutricional; Educação alimentar e nutricional; Saúde Pública

O USO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM PACIENTES COM CANCER DE MAMA

ELIANE MARA VIANA HENRIQUES; PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES; HELENA ALVES DE CARVALHO SAMPAIO; RUTH PEREIRA COSTA SILVA; FRANCISCA VILMA DE OLIVEIRA; RAVENA VIANA XIMENES

¹ UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, ² UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, ³ SESA-CE -
Secretaria Estadual do Ceará
elianemara@unifor.br

Introdução

Desde os tempos antigos a utilização de plantas como medicamentos na prevenção e tratamento de problemas ou doenças em homens e animais era comum, perdurando até hoje (SIGNORIN, PIREDDA e BRUSCHI, 2009). Muitas dessas práticas são relatadas por pacientes com câncer (DAL MOLIN et al., 2012). No Brasil, as Práticas Integrativas e Complementares estão sendo inseridas no Sistema Único de Saúde com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL, 2006a; 2006b), fato que tem provocado reflexões. Cordeiro Machado et al. (2012) destacam a necessidade de capacitação profissional para a prescrição destas práticas, com domínio de aspectos ligados a efeitos ou interações indesejáveis.

Objetivos

Verificar o uso de práticas integrativas por mulheres com câncer de mama.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal observacional e descritivo. O estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada: Avaliação do Letramento em Saúde, Adaptação Transcultural e Validação do Health Literacy Questionnaire para o português brasileiro, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob número 59485816 9 1001 5078. A amostra foi de 50 mulheres que realizam tratamento oncológico numa unidade oncológica de atenção secundária, o Centro Regional Integrado de Oncologia. O local é uma das referências para atendimento de pacientes oncológicos, no estado do Ceará, atuando desde a prevenção até o tratamento. As pacientes foram entrevistadas e responderam a um questionário semi-estruturado, que investigava a utilização de práticas integrativas/complementares. As perguntas foram: Se acreditava em tratamento alternativo/complementar; se utilizava algum tratamento; se utilizava alguma erva, algum alimento específico e/ou remédios populares para o alívio dos sintomas da doença; se fazia alguma prática de meditação, musicoterapia e/ou religiosa e como considerava esse tratamento. A tabulação e análise dos dados foi feita em planilha Excel, por meio de estatística descritiva, utilizando-se medidas de tendência central (média), e medidas de dispersão (desvio-padrão), além das frequências absolutas

Resultados

A média de idade das pacientes foi de $49 \pm 9,4$ anos (29-68 anos). 37(74%) das mulheres disseram acreditar em terapias alternativas/complementares; 24 (48%) delas utilizam tratamento; 23 (46%) utilizavam ervas: chá de graviola que totalizou 10 relatos (43%); fruta graviola/suco e chá de camomila com 5 (21,5%) cada; fruto noni com 4 (17,4%); fruta jenipapo com 3 (13 %); babosa e aroeira com 2 (8,7%) cada. Outras citadas: camela, mariz, malvarisco, corama, chá verde, casca de ameixa, cidreira, boldo e romã, cada 1 (4,3%) cada. Na prática de meditação e/ou religiosa, 13 (26%) relataram participar de grupo de oração. E como considerava o tratamento destacaram: alivia a dor; cura; ajuda a sarar; melhora os sintomas, sentiu-se bem e passa as dores.

Conclusão

Verifica-se que uma parte das pacientes em tratamento utilizam tratamento alternativo/complementar como “coadjuvante” no tratamento do câncer. Percebe-se, com isso, a necessidade das pessoas em buscar soluções alternativas para seus males e a importância dos profissionais conhecerem os produtos citados a fim de realizar ações educativas quanto ao uso seguro e racional dos mesmos.

Referências

BRASIL. Decreto n. 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 jun. 2006a. Seção 1.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Ministerial nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília:

Ministério da Saúde, 2006b.

DAL MOLIN et al. Utilização de plantas medicinais e fitoterápicos por pacientes submetidos à quimioterapia em um centro de oncologia de Ijuí/RS. Revista Contexto & Saúde. Ijuí Editora Unijuí, v. 11 n. 22. p. 50-51, jan./jun. 2012.

CORDEIRO MACHADO, D et al. Percepções de coordenadores de unidades de saúde sobre a fitoterapia e outras práticas integrativas e complementaresSaúde em Debate [en linea] 2012, 36 (Outubre-Diciembre) : [Fecha de consulta: 3 de octubre de 2017] Disponível em: ISSN 0103-1104

SIGNORINI MA, PIREDDA M, BRUSCHI P. Plants and traditional knowledge: an ethnobotanical investigation on Monte Ortobene (Nuoro, Sardinia). J. Ethnobiol. Ethnomed. v.6. n.6. p.5. 2009.

Palavras-chave: cancer de mama; praticas integrativas; ervas medicinais

OBESIDADE ABDOMINAL EM MULHERES NA PÓS-MENOPAUSA NO SUL DO BRASIL

KARINA GIANE MENDES; HELOÍSA THEODORO; MARIA TERESA ANSELMO OLINTO

¹ UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, ² UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
htheodor@ucs.br

Introdução

A expectativa de vida das mulheres geralmente ultrapassa a dos homens, justifica-se o crescimento expressivo de mulheres vivenciando a fase da transição menopáusicas, o que torna este assunto cada vez mais relevante em termos de saúde pública. Várias são as maneiras de avaliar a obesidade abdominal, sendo a medida da circunferência da cintura uma das mais fáceis na prática clínica e em pesquisa epidemiológica, considerada preditora de risco cardiovascular.

Objetivos

O objetivo do presente estudo foi verificar a associação de obesidade abdominal com características reprodutivas e comportamentais (dieta, atividade física, fumo e consumo de álcool) em mulheres na pós-menopausa residentes na cidade de Caxias do Sul, RS.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal com 310 mulheres participantes do Projeto Conviver do município de Caxias do Sul-RS. Para seleção das participantes foi realizada uma amostragem sistemática por múltiplos estágios. A digitação dos dados seguiu o procedimento de dupla entrada, sendo realizada no programa EPI-DATA versão 3.1. A análise bivariada foi realizada no programa estatístico STATA versão 9. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Caxias do Sul (parecer número 658.652).

Resultados

A média de idade das mulheres entrevistadas foi de 66,3 anos (DP 7,9). Ao levar em conta a Obesidade Abdominal (circunferência da cintura igual ou maior a 88cm), foi observado que média da medida foi de 89,5cm (DP 11,46), ficando acima do ponto de corte estabelecido. A prevalência de obesidade abdominal encontrada na amostra foi de 54,2%. Mulheres brancas (58,3%), casadas (55,3%), com escolaridade acima dos 9 anos (57,8%), sem trabalho remunerado (55,9%) apresentaram maior prevalência de obesidade abdominal. Quanto à menarca e paridade, mulheres com menarca com 11 anos e menos e com mais de 3 filhos apresentaram maior obesidade abdominal (56,0% e 56,8%, respectivamente). As ex-fumantes também apresentaram um percentual maior de obesidade abdominal (58,8%). O álcool não pareceu interferir na obesidade abdominal, já que a diferença entre aquelas que consomem e não consomem foi de 1,4%. Quem faz seis ou mais refeições por dia apresenta uma menor prevalência de obesidade abdominal quando comparadas com aquelas que fazem de 3 a 5 refeições. Em relação ao IMC, foi verificado que nenhuma eutrófica tinha obesidade abdominal, 40,4% daquelas com sobrepeso apresentaram OA e 89,9% daquelas com obesidade tinham também circunferência da cintura aumentada ($p < 0,001$).

Conclusão

Estudos sobre obesidade abdominal que considerem as características sociodemográficas e de estilo de vida das mulheres na transição menopáusicas e após a menopausa poderão oferecer subsídios para a melhor compreensão dessa relação e contribuir para a proposição de medidas de prevenção.

Referências

DE LORENZI, D.R.S. et al. Fatores associados à qualidade de vida após menopausa. Rev Assoc Med Bras. v. 52, n. 5, p. 312-317. 2006.

MENDES, K.G. et al. Prevalência de síndrome metabólica e seus componentes na transição menopáusicas: uma revisão sistemática. Cad. Saúde Pública. v. 28, n. 8, p. 1423-1437, 2012.

RODRIGUES, A.D. et al. Factors associated with metabolic syndrome in climacteric women of southern Brazil. Climacteric. v. 16, p. 96-103. 2013.

THEODORO, H. et al. Reproductive characteristics and obesity in middle-aged women seen at an outpatient clinic in

southern Brazil. Menopause. v. 19, p. 1022-28. 2012.

Palavras-chave: Obesidade Abdominal; Mulheres; Pós menopausa

OBESIDADE INFANTIL: A ESCOLA COMO LOCAL DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ANDRIELI DA SILVA; GABRIELA LUISA PAIER; CECÍLIA OGLIARI NEUENFELDT; CAMILA FERRARI; LUCIANA AIRES FRANCHINI; RÚBIA GARCIA DEON

¹ URI-FW - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
andri_ruviaro@hotmail.com

Introdução

A obesidade infantil é uma condição em que o excesso de gordura corporal afeta negativamente a saúde e bem estar da criança. A escola é o local propício para implementação de estratégias de prevenção e controle dessa patologia, onde a educação alimentar começa a ser introduzida no dia a dia permitindo aos alunos um contato com o alimento.

Objetivos

Realizar uma intervenção com crianças obesas, de 6 a 12 anos, frequentadoras de uma escola, além de comparar a avaliação do estado nutricional pré e pós-intervenção.

Metodologia

Estudo transversal, quantitativo, descritivo e analítico, realizado com crianças matriculadas na Escola Instituto Estadual de Educação 22 de Maio, localizada no município de Palmitinho-RS. Foram feitas avaliações nutricionais pré e pós intervenção. A classificação do estado nutricional ocorreu baseada no IMC, onde os percentis para baixo peso são <5, para eutrofia são entre 5 e 85, para excesso de peso são entre 85 e 97 e para obesidade > 95. Foi realizada uma intervenção nutricional de acordo com a faixa etária das crianças. Para a análise do banco de dados foi utilizado o programa SPSS 22.0. A significância estatística foi definida como $p < 0.05$. O teste utilizado para as associações entre os dados foram os testes do qui quadrado e T. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Integrada do Alto Uruguai (URI) – Câmpus de Frederico Westphalen/RS, com CAE número 39372414.1.0000.5352 e todos os participantes fizeram a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A amostra total, portanto, foi composta por 102 crianças, sendo que 47 (46,1%) eram meninas e 55 (53,9%) eram meninos. Quanto a idade da criança, 16 (15,7%) tinham 6 anos, 16 (15,7%) tinham 7 anos, 21 (20,6%) tinham 8 anos, 8 (7,8%) tinham 9 anos, 17 (16,7%) tinham 10 anos, 18 (17,6%) tinham 11 anos e 6 (5,9%) tinham 12 anos. A média de peso da avaliação pré intervenção foi de 43,16kg e da avaliação nutricional pós intervenção foi de 42,35kg. A comparação entre as médias demonstrou que houve uma redução de 1,87% do peso que foi estatisticamente significativa ($p = 0,000$), assim como a associação entre sexo e excesso de peso ($p = 0,000$). As meninas apresentaram mais sobrepeso e os meninos mostraram mais obesidade.

Conclusão

Diante do aumento da prevalência de obesidade infantil no Brasil e dos resultados apresentados nesta pesquisa, torna-se urgente estudar estratégias que permitam o seu controle. Esta patologia pode ser prevenida e tratada com medidas que incluem a alimentação adequada, a frequente avaliação do estado nutricional, bem como a inserção da educação alimentar e nutricional durante a infância. Na maioria das vezes, as crianças não têm um conhecimento significativo dos malefícios que a obesidade infantil pode ocasionar no futuro delas. Sendo assim, a inserção da educação alimentar e nutricional nas escolas pode ser uma alternativa eficaz e fundamental para a formação de bons hábitos alimentares. A partir deste método, é possível mostrar os benefícios de uma vida mais saudável, normalizando o peso das crianças e trazendo resultados positivos na prevenção e tratamento da obesidade infantil.

Referências

AZEVEDO, Fernanda, Reis de; BRITO, Bruna, Cristina. Influência das variáveis nutricionais e da obesidade sobre a saúde e o metabolismo. Revista da Associação Médica Brasileira. v.58, n.6, p.714-723, 2012.

PEREIRA, Helen, Rose et al. Obesidade na criança e no adolescente: quantas calorias a mais são responsáveis pelo excedente de peso? Revista Paulista de Pediatria.v.31, n.2, p.252-7, 2013.

REIS, Caio, Eduardo, G. VASCONCELOS, Ivana, Aragão, L. BARROS, Juliana, Farias, de N. Políticas públicas de

nutrição para o controle da obesidade infantil. Revista Paulista de Pediatria. v.29, n.4, p.625-33, 2011.

Palavras-chave: Estado nutricional; Obesidade infantil. ; Intervenção.

OBESIDADE, E NÃO SOBREPESO, ESTÁ ASSOCIADO À PRESSÃO ARTERIAL ELEVADA EM ADOLESCENTES DE PALMAS (TO)

ROSIELY DA SILVA SOUSA; ADÊNILA ARAÚJO CAVALCANTE; ANDRESSA SOUSA PEREIRA; IAGO FERREIRA DE OLIVEIRA; JUCILEIA MARIA CASALI; KELLEN CRISTINE SILVA

¹ UFT - Universidade Federal do Tocantins

rosiely03sousa@gmail.com

Introdução

Hábitos de vida inadequados na adolescência determinaram uma pandemia de sobrepeso e obesidade, e suas consequentes comorbidades, dentre elas a hipertensão arterial (WHO, 2003).

Objetivos

Avaliar a associação entre níveis pressóricos e indicadores antropométricos de risco cardiovascular.

Metodologia

Estudo transversal realizado com adolescentes de 10 a 19 anos, de um colégio estadual de Palmas (TO). A escola foi selecionada por conveniência e sorteou-se 70 alunos. O peso foi medido por uma balança digital Marte® e a estatura por um estadiômetro AlturaExata®. A partir do índice de massa corporal para idade (IMC/I) e a estatura para idade (E/I) o estado nutricional foi classificado segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2007). Os perímetros foram medidos com uma fita métrica inelástica e flexível, sendo o da cintura (PC) medida no ponto médio entre a crista ilíaca e a última costela fixa e o do pescoço (PP) na região mediana do pescoço. Valores de Relação cintura/estatura (RCE) acima de 0,5 foram considerados inadequados (MCCARTHY et al., 2014) e do perímetro do pescoço quando superiores a 30 cm em meninos e 29 cm em meninas (GOMEZ-ARBELAEZ et al., 2016). Mediu-se a pressão arterial (PA) com um monitor automático da marca OMRON®, modelo HEM 705-CP. Foi considerada PA elevada quando a pressão arterial sistólica (PAS) ou pressão arterial diastólica (PAD) estava acima do p90 para indivíduos de 10 a 17 anos e PA > 140/90 mmHg para os demais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (protocolo 2.205.399). Para identificar a associação entre níveis pressóricos e medidas antropométricas foi realizado o teste do Qui-quadrado e Exato de Fisher e consideramos significantes associações com $p < 0,05$. As análises foram realizadas pelo Statical Package for Social Sciences (SPSS versão 19.0).

Resultados

Foram avaliados 49 adolescentes, sendo 51% sexo masculino. Quanto ao estado nutricional, 77,1% apresentaram eutrofia, 2% baixo peso, 14,3% sobrepeso, 6,1% obesidade e apenas 2% baixa E/I. A inadequação do PP e PC foi encontrada em 81,6% e 24,5% dos adolescentes, respectivamente. A proporção de PA, PAS e PAD elevadas foi observada em 2,4%, 6,1% e 4,3% dos estudantes, respectivamente. A obesidade foi associada à PAS elevada ($p=0,09$) e à PA elevada ($p=0,017$). Não foram observadas associações para a RCE e o PP.

Conclusão

A partir dos resultados obtidos conclui-se que a pressão arterial está associada à obesidade, o que reforça a orientação de manutenção de peso saudável para a prevenção de desenvolvimento de hipertensão arterial em fases precoces da vida.

Referências

WHO -The world health report 2003 – Shaping the future. Neglected global epidemics: three growing threats. Geneva: World Health Organization; 2003

Mc CARTHY et al. circumference percentiles in British children. Journal of Clinical Nutrition, London, 2014.

GOMEZ-ARBELAEZ, D. et al. Neck circumference as a predictor of metabolic syndrome, insulin resistance and low-grade systemic inflammation in children: the ACFIES study. BMC pediatrics, v. 16, p. 31, 2016.

National High Blood Pressure Education Program Working Group on Hypertension Control in Children and Adolescents. Pediatrics. 1996; 98: 649-58

WHO WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: the use and interpretation of anthropometry.. World Health Organization technical report series,2007.

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Hipertensão; Adolescentes

OFERTA DE FÓRMULA E ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR A LACTENTES MENORES DE SEIS MESES.

OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA; MARINA FERREIRA REA; MILENE DE OLIVEIRA SILVA

¹ UNASP - Universidade Adventista de São Paulo, ² UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ³ USP - Universidade Adventista de São Paulo, ⁴ IBFAN - Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
olinete@yahoo.com.br

Introdução

A amamentação exclusiva até 6 meses de idade, além de suficiente, é um importante fator de proteção contra doenças agudas na infância e crônicas na vida adulta. A introdução precoce de alimentação complementar e a oferta de outros leites competem com a amamentação e oferecem riscos ao padrão de crescimento e à saúde da criança (WHO, 2009; DURMUS, 2014; SAAVEDRA, 2013; VICTORA, 2016).

Objetivos

Identificar o momento e os motivos relatados pelas mães para oferecer fórmulas e introduzir precocemente a alimentação complementar (AC) em lactentes menores de seis meses de idade.

Metodologia

Estudo quase experimental realizado com mães em seis hospitais do município de São Paulo, entre setembro de 2016 e setembro de 2017. As Mães foram entrevistadas, após assinatura do TCLE, na maternidade 24h após o nascimento, aos 30 dias e aos 170 dias, por telefone, indagando-se o que o lactente havia recebido de alimentos nas últimas 24 horas. A pesquisa foi aprovada pelo CEP da Faculdade de Saúde Pública/USP sob o número 1.811.327. Os dados foram analisados no programa Stata 13.0, mediante os testes do qui-quadrado e regressão logística.

Resultados

A amostra foi composta de 969 mães na primeira entrevista, 902 na segunda e 814 na terceira. Com até 15 dias antes de completarem 6 meses de vida, 75,3% das crianças ainda recebiam leite materno (LM); contudo, 57,6% já recebiam fórmula, 13,3% iniciaram ainda no primeiro mês de vida, 16,3% de 1 a 4 meses e 28,7% da amostra após 4 meses. Os motivos dados pela mãe para oferecer fórmula foram: volta ao trabalho (32,2%), leite fraco ou pouco leite (27,9%), leite secou ou o bebê largou o peito (8,7%), bebê acostumar com a fórmula antes da mãe voltar a trabalhar (6,61%), resultado de problemas de manejo como fissura e dificuldade de pega (5,1%), problemas de saúde da mãe/bebê (4,9%), prescrição médica (3%), baixo ganho de peso (2,6%) e opção da mãe (2,6%). Receber outro leite na maternidade, além do leite materno, foi associado a receber fórmula aos 30 dias (OR=3,9) e aos 180 dias (OR=1,65). Usar bicos na maternidade também significou risco aumentado para introdução de fórmula aos 30 dias (OR=2,3) e aos 180 dias (OR=1,9). A alimentação complementar já havia sido introduzida para 63,3% antes de completarem os 6 meses, e 4,7% recebiam apenas água e/ou chá, além do LM. 17,8% recebiam apenas LM + AC, sem fórmulas. Dentre as crianças já com AC, 96,1% receberam antes de 5 meses; destas, 26,3% antes de 4 meses. 54,7% ingeriam frutas, 50% papas salgadas e 46,3% sucos. Os motivos para a introdução precoce da AC, segundo as mães, foram: orientação médica (47,0%), mãe quis dar porque achou que precisava ou já estava na hora (32,2%) e volta ao trabalho (14,8%). Dentre as mães que receberam orientação médica para a AC precoce, 22% ocorreu antes de 5 meses e 78,0% após 5 meses. Dentre as crianças que receberam AC por opção materna, 35,7% ocorreu antes de 5 meses e 64,2% após 5 meses. A introdução precoce da AC foi associada a usar fórmula (OR=5,3) e chupeta (OR=3,75).

Conclusão

É elevado número de crianças recebendo fórmulas e alimentação complementar precoce. Observa-se que persiste o mito do leite materno não ser suficiente e a dificuldade da mulher manter a amamentação exclusiva na volta ao trabalho; o que sugere falta de segurança das mães em manter e até dos próprios médicos em prescrever a amamentação exclusiva até os 6 meses completos. Tal fato, resulta em exposição das crianças precocemente à maior risco de doenças agudas e crônicas ao longo da vida.

Referências

DURMUS B. et al. General and abdominal fat outcomes in school-age children associated with infant breastfeeding patterns. *Am J Clin Nutr.* 2014:1-8.

SAAVEDRA J.M. DEMING D, DATILLO A, REIDY K. Lessons from the Feeding Infants and Toddlers Study in North America: What Children Eat, and Implications for Obesity Prevention. *Ann NutrMetab.* 2013;62(Suppl. 3): 27-36.

WHO (World Health Organization). Infant and young child feeding: model chapter for textbooks for medical students and allied health professionals. Geneva: WHO Press; 2009. [acesso em 08 mar2016]. Disponível em: <http://goo.gl/DcQWtZ>

VICTORA CG et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *Lancet.* 2016; 387:475-90

Palavras-chave: Aleitamento materno; Fórmulas infantis; Nutrição do lactente; Alimentação complementar

OFICINA CULINÁRIA E RODA DE CONVERSA ALUSIVA AO CÍRIO DE NAZARÉ EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DE BELÉM-PA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

TAYNA CARVALHO PEREIRA; GLEICIANE MOURA DA SILVA; MARINA GORETH DA SILVA CAMPOS; THAÍS DE OLIVEIRA CARVALHO GRANADO SANTOS; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ; XAENE MARIA FERNANDES DUARTE MENDONÇA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² CAPS-AD - Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas

taynacarvalhop@outlook.com

Introdução

O Círio de Nazaré, que há 224 anos acontece no 2º domingo de outubro em Belém-PA é uma manifestação da cultura paraense e do catolicismo geral e é considerada a maior procissão religiosa do Brasil, atrai todos os anos milhares de turistas (ALVES, 2005). As comemorações dessa festividade tipicamente paraense incluem a elaboração de comidas típicas, e dentre elas a famosa maniçoba que pode servir de ingrediente principal para a elaboração de outras receitas como bolinho de maniçoba. A culinária tem sido utilizada como ferramenta para promover a educação nutricional e o cuidado em saúde e pode ser inserida entre as atividades terapêuticas realizadas nos Centros de Atenção Psicossocial que visam à recuperação e reinserção social do usuário de álcool e drogas.

Objetivos

Promover a socialização entre os usuários de um CAPS AD da cidade de Belém-PA fomentando a discussão sobre a festividade do Círio de Nazaré, suas comidas típicas e a relação com a educação alimentar e nutricional.

Metodologia

A oficina culinária foi realizada no mês de outubro de 2017, com duração de uma hora e meia, com a realização de duas atividades: roda de conversa e elaboração de um bolinho de maniçoba. A receita foi escolhida para simbolizar uma das preparações culinárias mais consumidas no período do Círio de Nazaré. O bolinho de maniçoba foi elaborado pelos usuários que, primeiramente, realizaram a correta higienização das mãos e utilizaram toucas e luvas. Em seguida, foi realizada a leitura da receita para que todos pudessem participar da elaboração do bolinho. Enquanto os bolinhos estavam no forno, os usuários participaram de uma roda de conversa sobre o tema. Os usuários sorteavam o nome de uma comida tipicamente paraense, ingredientes, frutas ou preparações e em seguida eram convidados a expor sobre o que aquele alimento representava para eles, como era feito, se já haviam consumido ou não, além de ser uma oportunidade de conhecer suas propriedades nutricionais. Esse é um trabalho do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde realizado pela Universidade Federal do Pará em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, autorizado pela gerência do serviço e com aceite voluntário dos participantes.

Resultados

A oficina culinária contou com a participação ativa de seis usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Belém-PA, que prepararam o bolinho a partir dos ingredientes e orientações repassadas. O custo total da preparação ficou no valor de R\$30,00 e o rendimento foi de 18 bolinhos de 20g cada. Durante a elaboração da receita os usuários mostraram-se motivados a executá-la com perfeição e ficaram curiosos quanto ao resultado final. Na roda de conversa, demonstraram interesse em compartilhar suas experiências e mostraram-se entusiasmados em conhecer os nutrientes presentes nos alimentos regionais e os benefícios desses para a saúde.

Conclusão

As atividades oficina culinária e a roda de conversa sobre alimentos e comidas típicas foram consideradas instrumentos relevantes para a prática de educação alimentar e nutricional, sendo importante destacar que foram realizadas com êxito, segundo os profissionais envolvidos, pois cumpriram o papel de levar informação nutricional e instigar os usuários a conhecerem e valorizarem a cultura alimentar regional.

Referências

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Estudos Avançados, [s.l.], v. 19, n. 54, p.315-332, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000200017>.

Palavras-chave: Círio de Nazaré; Educação Alimentar e Nutricional; Oficina culinária

OFICINA DE HAMBÚRGUER ARTESANAL: UMA ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

SÔNIA MARIA BERBAT ANDRADE PAULA; ELAINE CASTRO DE PAULA; JUAN DOS SANTOS VELOSO

¹ FABA - Faculdade Bezerra de Araújo

nutri.berbat@gmail.com

Introdução

Hoje em dia a maioria dos escolares e adolescentes se alimentam erroneamente, comendo lanches nada saudáveis. A obesidade, que integra o grupo de doenças crônicas não transmissíveis, trata-se de um problema comum, complexo e cada vez mais difícil de se solucionar em uma época onde a tecnologia deixa tudo ao alcance, oferecendo alimentos prontos para o consumo, ricos em sódio, gorduras e açúcares. Antes observados mais em adultos e idosos, hoje essas doenças apresentam-se também em crianças, a obesidade infantil está cada vez mais crescente no Brasil, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e Organização Pan-americana de Saúde (2016), o qual estimou que 7,3% das crianças menores de cinco anos, estão acima do peso. Sendo de grande relevância o incentivo, a este público, de opções saudáveis que atendam a sua necessidade diária de vitaminas e minerais, favorecendo seu desenvolvimento adequado.

Objetivos

Promover entre os escolares e adolescentes a inclusão em suas pequenas refeições de preparações mais saudáveis e orientar sobre a correta leitura dos rótulos.

Metodologia

Foi realizada uma prática educativa por graduandos de Nutrição, acompanhados de sua supervisora, durante o estágio de saúde coletiva. Com a participação de 25 crianças e adolescentes, na faixa etária de 8 à 14 anos em uma instituição evangélica da zona oeste do Rio de Janeiro, sendo aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as preparações seguiram as normas das boas práticas alimentares, No primeiro momento foi orientado sobre a leitura dos rótulos de maneira interativa e dinâmica, na etapa seguinte foi distribuído toucas e aventais para os participantes, sendo encaminhados para uma oficina culinária de preparações saudáveis. Foi demonstrado como fazer seu hambúrguer artesanal saudável, substituindo a carne processada por grão de bico ou feijão e moldando no formato da carne tradicionalmente usada, e também seus acompanhamentos, como molhos e sucos naturais. Houve a participação do público na elaboração das preparações, sendo durante toda a oficina transmitidas as informações sobre as propriedades nutricionais dos ingredientes utilizados. Na quarta etapa eles montaram e degustaram os lanches.

Resultados

Após todos provarem as preparações, o teste de aceitabilidade foi feito em forma de perguntas e todos os participantes tiveram como preferência o hambúrguer que levava o grão de bico, mencionaram que gostaram muito da oficina e fariam as preparações em suas casas. O tema sugerido foi uma estratégia de preservação da saúde dessas crianças e adolescentes.

Conclusão

A prática realizada chamou a atenção no grupo para os riscos oferecidos no consumo de produtos industrializados e *fast food*. Portanto mais do que vivenciar a prática culinária por meio de atividades e aprender os riscos de uma nutrição inadequada, a oficina culinária visou como estratégia, conscientizar os participantes sobre a importância de uma boa alimentação, como fundamento de uma vida saudável, fomentando que sejam cidadãos responsáveis por melhores escolhas alimentares ao longo da vida.

Referências

RODRIGUES, L. Obesidade infantil. ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.A.. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. 2 ed., Rio de Janeiro, , p. 371-93, Cultura Médica, 2009.

FREITAS, A.S.S; COELHO, S. C.; RIBEIRO,R.L. Obesidade Infantil: Influência de Hábitos Alimentares Inadequados. Saúde & Ambiente em Revista, v. 4, n. 2, p. 9-14, 2010. Disponível em: <publicacoes.unigranrio.br/index.php/sare/article/view/613/598> Acesso em: 02 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional, 2016. Disponível em: < www.fao.org/3/a-i6977o.pdf > Acesso em: 01 nov. 2017.

Palavras-chave: Alimentação; Obesidade; Oficina culinária

OFICINA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL UTILIZANDO O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; MARIA HELENA PEREIRA DE SANTANA; CHRISTIANE TEIXEIRA SANTOS; ZILDENE RODRIGUES DE LEMOS

¹ SMS - Secretaria Municipal de Saúde

adrianapaffer@gmail.com

Introdução

As ações de educação alimentar e nutricional devem fazer parte de um processo permanente e gerador de autonomia com a participação ativa e informada dos sujeitos, em todas as fases da vida. Para embasar tais ações, o guia alimentar foi atualizado pelo Ministério da Saúde, abordando os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira. Para abordagem coletiva de promoção da alimentação adequada e saudável sugere-se o método de oficina que tem como objetivo promover a construção do conhecimento, por meio da reflexão sobre um tema central, inserido em um contexto social, congregando informações e reflexões e relacionando-as com significados afetivos e vivências.

Objetivos

Estimular a utilização do guia alimentar como instrumento de educação nutricional e formar multiplicadores da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

Metodologia

O público alvo foi profissionais da saúde e educação que atuam no Sistema Único de Saúde em Maceió/Alagoas. Foram formados 5 grupos, composto por 6 a 8 profissionais. A oficina foi realizada em maio de 2017, tendo 3 etapas: a primeira uma abordagem teórica sobre o Guia e apresentação do vídeo disponibilizado pelo Ministério da Saúde sobre os “Dez Passos para uma Alimentação Saudável”; a segunda com a formação dos grupos de trabalhos, onde cada um ficou com um capítulo do guia, tendo quarenta minutos para discuti-lo e 5 a 10 minutos para apresentar as impressões acerca do capítulo selecionado; e a terceira com a apresentação de estratégias de educação alimentar e nutricional. Os participantes assinaram o termo de consentimento livre esclarecido e realizaram avaliação da oficina através de depoimentos.

Resultados

Participaram da oficina 39 participantes. Após a formação dos grupos houve a discussão dos capítulos do guia, socialização das impressões do grupo, formulação e apresentação das estratégias de educação alimentar. Abaixo seguem as estratégias apresentadas: GRUPO I – Estratégias de Educação Continuada: oficinas com as equipes de saúde da família. GRUPO II – Atividades em Grupo: rodas de conversa e salas de espera com periodicidade e continuidade das ações. GRUPO III – Projeto: Brincando de Comer para ser trabalhado com a tríade escola, educando e os pais, incluindo a formação continuada com a comunidade escolar e o incentivo a elaboração de hortas escolares. GRUPO IV – Atividades lúdicas com a confecção de jogos educativos com objetivo de promover autonomia nas escolhas alimentares adequadas. GRUPO V – Oficina Culinária para crianças em escolas com objetivo de defender e estimular as habilidades culinárias como parte do currículo das escolas. As discussões visam nortear as intervenções dos profissionais de saúde e educação de acordo com as especificidades do território facilitando a escolha de alimentos consciente sensibilizando a população para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, prevenindo doenças.

Conclusão

A realização de oficinas de educação alimentar e nutricional é uma importante estratégia de apoio para implementação da diretriz de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Através da abordagem multiprofissional e intersetorial na formação de multiplicadores nessa temática pode-se contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, auxiliando na prevenção da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, principais causas de morbimortalidade no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. 68p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

_____. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Instrutivo: metodologia de trabalho em grupo para ações de alimentação e nutrição na atenção básica**. 1 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 168p.

Palavras-chave: Educação Nutricional; Saúde Coletiva; Promoção da Saúde; Nutrição

OFICINAS CULINÁRIAS COM CRIANÇAS DA ENTIDADE COPAME - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ AMPARO DO MENOR DE SANTA CRUZ DO SUL

BIANCA INÊS ETGES; FRANCISCA MARIA ASSMANN WICHMANN; LUANA NIEMEIER DA ROSA; ANA PAULA MEININGER FACCIN; DANIELI TIETZE

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

bianca@unisc.br

Introdução

Hábitos alimentares adequados asseguram não só o desenvolvimento positivo durante o crescimento, mas auxiliam os futuros adultos na manutenção desses hábitos e significa ainda a redução de doenças degenerativas (AMODIO E FISBERG, 2002). Uma vez que as crianças atendidas pelo projeto são afastadas de seus pais, por diversos motivos, a COPAME assume o papel também de educador através dos profissionais que atuam na entidade além de diversas pessoas que realizam trabalho voluntário. Nesse sentido as atividades de educação alimentar e nutricional com as crianças da COPAME (Associação Comunitária Pró Amparo do Menor), fazem parte do Projeto de extensão “Promoção de modos de vida saudáveis nas doenças crônicas não transmissíveis e obesidade: da infância ao envelhecimento humano” e tem por objetivos, com a inclusão da prática e teoria da educação nutricional assegurar as crianças acolhidas, o direito do acesso a informações essenciais sobre alimentação saudável, proporcionar aos abrigados oportunidade de experimentar a prática de educação nutricional fora das casas lar em que convivem e intervir como um agente de mudanças no cotidiano das crianças, promovendo saúde e alternativas alimentares adequadas.

Objetivos

Descrever os encontros e oficinas culinárias realizadas com crianças da entidade COPAME em 2016 e 2017.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência sobre os encontros e oficinas culinárias realizadas em 2016 e 2017. As crianças participaram de encontros e oficinas quinzenais, divididas em duas turmas, com elaboração de receitas culinárias no laboratório de Técnica Dietética do Curso de Nutrição da UNISC realizadas por bolsistas de nutrição, sob supervisão da professora responsável e participação da nutricionista e monitores da COPAME. Cada oficina procura trabalhar com diferentes alimentos e técnicas de preparo com o objetivo de ampliar seus conhecimentos sobre alimentação e nutrição.

Resultados

Participaram dos encontros e oficinas crianças com idades entre 3 e 14 anos, com uma média de 8 participantes por oficina. As oficinas ocorrem em dois turnos proporcionando dessa forma a participação de todas as crianças. Em 2016 foram realizadas 22 oficinas com a elaboração das seguintes preparações: bolo integral de banana; bolacha com casca de banana, pizza saudável, torta salgada com hortaliças, nega maluca de feijão, brigadeiro de biomassa de banana verde, pão de queijo de biomassa de banana verde, sanduíche saudável, pastel saudável, salada de frutas, panetone de chocolate. Também foi realizada visita a biblioteca, Dia de Cinema e elaboração de uma horta de chás e temperos na COPAME. Em 2017, até o mês de agosto, ocorreram 14 oficinas com preparação de bolo salgado, panqueca, hambúrguer, salada de frutas, preparações típicas de São João e culinária sustentável. Todas as oficinas foram direcionadas para a conscientização de uma alimentação saudável. Todas as preparações eram acompanhadas de leite ou sucos de frutas e hortaliças. Ao final de cada oficina foram realizadas conversas sobre as preparações e os ingredientes contidos em cada uma, ressaltando a importância da utilização de alimentos in natura, fácil acesso e baixo custo.

Conclusão

Houve a participação ativa das crianças na elaboração das receitas com evolução nas atividades como lavar os alimentos, descascar, picar, misturar. Espera-se que possam levar essa experiência para suas vidas e para suas famílias, no caso de um retorno a sua família de origem ou para novas famílias que venham a acolhê-las em caso de adoção

Referências

AMODIO MF, FISBERG M. O papel da escola na qualidade da alimentação das crianças e dos adolescentes. Saúde e Nutrição, 2002.

Palavras-chave: educação nutricional; alimentação saudável; crianças

OFICINAS CULINÁRIAS COMO PROMOTORAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

GLEICIANE MOURA DA SILVA; LUCIANA DA SILVA; JOICY FERREIRA MARTINS; THAIS DE OLIVEIRA CARVALHO GRANADO SANTOS; NAIZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ; XAENE MARIA FERNANDES DUARTE MENDONÇA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² HOL - Hospital Ophir Loyola

gleiciane.moura39@gmail.com

Introdução

Atualmente o uso abusivo de álcool e outras drogas é um dos grandes problemas de saúde pública (TEO et al, 2011). O uso de substâncias psicoativas pode causar diversas patologias, além de comprometer o estado nutricional dos usuários, o uso recorrente de drogas altera os hábitos alimentares que, associado às baixas condições socioeconômicas e vulnerabilidade social, influenciam diretamente no acesso e direito a alimentação adequada e saudável (FERREIRA et al, 2015). Assim com o intuito de promover a saúde desse público, o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras drogas oferece atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas por meio da realização de atendimentos individuais junto à equipe multiprofissional ou coletivos, através de rodas de conversas e oficinas culinárias, entre outros (BRASIL, 2002). Nas oficinas culinárias são trabalhados os aspectos de educação alimentar e nutricional, promovendo alimentação adequada e saudável, como ferramenta para auxiliar no processo de recuperação e contribuindo para a melhora dos hábitos alimentares dos usuários dependentes dessas substâncias psicoativas (SANTOS, 2005).

Objetivos

Promover educação alimentar e nutricional, por meio de oficinas culinárias, junto a usuários atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas - em Belém-PA.

Metodologia

Este é um trabalho do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde realizado pela Universidade Federal do Pará em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, autorizado pela gerência do serviço e com aceite voluntário dos participantes. Trata-se de um estudo transversal, elaborado a partir da experiência da utilização da oficina culinária como ferramenta terapêutica em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas em Belém-PA. As oficinas culinárias foram organizadas pelas alunas do curso de Nutrição integrantes do projeto de extensão Pet-GraduaSus, auxiliadas pela nutricionista do serviço. As atividades ocorreram no período de setembro de 2016 a outubro de 2017, totalizando a realização de seis oficinas culinárias, cada uma alusiva a uma temática, são elas: Outubro Rosa, Novembro Azul, Natal, Festa Junina, Alimentos Regionais e Círio de Nazaré. A execução de todas as oficinas culinárias foi pensada para que os usuários fossem os principais responsáveis pela elaboração das preparações culinárias.

Resultados

As oficinas culinárias foram baseadas em temáticas que eram discutidas brevemente antes da execução das atividades. Durante a realização das oficinas eram adotados os cuidados necessários com a manipulação higiênica das mãos e dos alimentos. As oficinas obtiveram grande participação dos usuários que demonstravam empolgação e alegria por estarem participando ativamente no preparo das receitas, além disto possibilitaram aos participantes contato direto com os alimentos, retomando suas lembranças e suas relações com os alimentos, juntamente com o aprendizado que era repassado sobre alimentação e nutrição, associado ao direito à alimentação adequada e saudável.

Conclusão

A escolha das oficinas culinárias como ferramenta terapêutica evidenciou que a educação alimentar e nutricional pode ser realizada por meio da associação com as práticas culinárias e apresentou eficiência visto que os usuários se apresentaram satisfeitos em participar das atividades, demonstrando que atividades como essas auxiliam positivamente no tratamento terapêutico nos usuários dependentes de álcool e outras drogas.

Referências

1. TEO, Carla Rosane Paz Arruda; BALDISSERA, Luana; RECH, Francielle Rodrigues da Fonseca. Adequação da alimentação ao perfil dos dependentes químicos em uma comunidade terapêutica: um estudo de caso. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas. Ribeirão Preto, Dezembro de 2011. Vol. 7, n. 3, pág. 119-125.

2. FERREIRA, Isadora Borne; PAIVA, Camila Bosse; NARVAEZ, Joana Corrêa de Magalhães; BOSA, Vera Lucia. Estado nutricional e hábitos alimentares de dependentes químicos em tratamento ambulatorial. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, Junho de 2015. Vol. 64, n. 2, pág. 146-153.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece as modalidades de CAPS – I, II, III. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 13 out. 2017.
4. SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição, Campinas*, Outubro de 2005. Vol. 18, n. 5, pág. 681-692.

Palavras-chave: Culinária; Dependência Química; Educação em Saúde

OPINIÕES DE ADOLESCENTES COM EXCESSO DE PESO SOBRE O CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

THALITA BRAGA BARROS ABREU; NAÍZA CARVALHO RODRIGUES; CECÍLIA MARIA RESENDE GONÇALVES DE CARVALHO; MARIZE MELO DOS SANTOS

¹ UFPI - Universidade Federal do Piauí

naiza.lages@yahoo.com.br

Introdução

A adolescência é um momento da vida relevante para o desenvolvimento de comportamentos alimentares que continuam na vida adulta (LITTLE E KUBIK, 2003). É importante que os adolescentes optem por um estilo de vida saudável, pois proporciona a formação de bons hábitos de vida e atitudes, inclusive alimentares (BRASIL, 2009). No Brasil, a prevalência de excesso de peso foi estimada em 49,0% na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, 2008-2009). Em adolescentes, o excesso de peso aumentou alcançando nesse período prevalência de cerca de 20,0%, em ambos os sexos (IBGE, 2010).

Objetivos

Investigar as opiniões de adolescentes com excesso de peso sobre o consumo de alimentos ultraprocessados.

Metodologia

A pesquisa utilizou dados secundários do Estudo de Riscos Cardiovasculares. Estudo transversal, envolvendo adolescentes (12 a 17 anos) com pré-obesidade e obesidade, de escolas públicas e privadas, realizado em 2013, em Teresina PI. As variáveis sobre opinião foram: 1-“Os salgadinhos industrializados (petisco) e as batatas fritas promovem bem-estar e conseqüentemente fazem bem a saúde”; 2- “Refrigerantes ajudam a engordar e provocam obesidade”; 3-“Sorvetes, pizzas, biscoitos recheados, chocolate, bombons, são alimentos gordurosos e calóricos e provocam danos à saúde”. Cujas respostas foram: “concordo” e “discordo”. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro em janeiro de 2009, e pelo Universidade Federal do Piauí, sob o nº 406.353.

Resultados

A presente pesquisa identificou nos 292 adolescentes investigados a ocorrência de excesso de peso, valor que equivale a 19,4 % do total de adolescentes examinados no Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes-ERICA. Os participantes eram pertencentes ao ensino público e privado. Quanto a esse aspecto, a análise sobre os alimentos ultraprocessado revelou diferença significância entre as respostas de adolescentes de escolas públicas e privadas ($p < 0,05$). Nesse sentido, detectou-se maior percentual de adolescentes de escolas públicas (68,2%) concordando que petisco e batatas fritas promovem bem-estar e conseqüentemente, fazem bem a saúde; contudo, concordam que refrigerantes ajudam a engordar (60,9%) e provocam obesidade e sorvetes, pizzas, biscoitos recheados, chocolate, bombons, são alimentos gordurosos e calóricos e provocam danos à saúde (61,6%). Não houve diferença estatística ($p > 0,05$) entre as respostas para as mesmas perguntas quando se classificou esses estudantes em pré-obesos e obesos. Esses resultados evidenciaram que percentuais importantes de adolescentes emitiram opiniões errôneas sobre os alimentos estudados, representando preocupações quanto ao consumo desses alimentos e seus efeitos para a saúde.

Conclusão

Adolescentes com excesso de peso de escolas públicas e privadas mostraram opiniões divergentes quanto aos alimentos ultraprocessados e seus efeitos para a saúde. Ademais, o conhecimento dos escolares ainda deve ser trabalhado, por meio da educação nutricional, com a finalidade de aquisição de mudanças no comportamento alimentar e melhorias na qualidade de vida dos indivíduos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: MS; 2009

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, 2008-2009. Rio de Janeiro; 2010

LYTLE L.A, KUBIK M.Y. Nutritional issues for adolescents. **Best Pract Res Clin Endocrinol Metab** 2003; 17(2): 177-89

Palavras-chave: Alimentos industrializados; Estilo de vida ; Estudantes.

ORTOREXIA NERVOSA EM ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO: O VÍCIO DE COMER SAUDÁVEL.

KAROLINA MORAIS DE ANDRADE SANTOS; MAÍNA RIBEIRO PEREIRA CASTRO.

¹ UNICEUB. - Centro Universitário de Brasília.

karolinamoraistrnutri@gmail.com

Introdução

Ortorexia nervosa é um comportamento obsessivo patológico, sendo caracterizado pela forma como o indivíduo faz uma "alimentação correta", que adota práticas alimentares bastante restritivas. É necessário entender que o alimento não constitui apenas um "combustível", apesar de ser fonte de energia e nutrientes, e sua adequada ingestão deve ser objeto de preocupação e estudo. O grupo mais vulnerável a sofrer obsessão pela imagem corporal, são profissionais da área da saúde, incluindo nutricionistas. Sendo assim, alguns questionamentos são levantados por conta da visão do nutricionista em relação a alimentação saudável.

Objetivos

Avaliar a prevalência de ortorexia nervosa em estudantes de nutrição.

Metodologia

Tratou-se de um estudo analítico do tipo transversal. Participaram da pesquisa discentes da graduação do 1º ao 8º semestre do curso de nutrição de uma instituição particular de Brasília, DF. A coleta de dados foi realizada pela aplicação de um questionário online em que foi aplicado o TCLE com o protocolo de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa: 65529417.6.0000.0023. Foram avaliados peso e altura autorreferidos para definição do IMC. Além disso, foi feita autoavaliação da percepção corporal e estado nutricional por meio de uma escala de silhuetas com 15 figuras fornecidas. Outro bloco de perguntas do questionário se tratava do ORTO-15 (DONINI; MARSILI; IMBRIALE, 2005) que aborda questões quanto à compra, preparação e consumo dos alimentos que consideram saudáveis, identificando ou não a presença de indicadores (não oferece diagnóstico) para ortorexia. Por último, foi avaliada a contribuição das disciplinas e dos docentes do curso de nutrição para influenciar no desenvolvimento da ortorexia nervosa.

Resultados

De acordo com as respostas do ORTO-15 foi analisado que tanto no grupo feminino, quanto no masculino a quantidade de estudantes com tendência a ter ortorexia nervosa é relevante, sendo nas mulheres (ortoréxicos 82,7% n=139) e em homens (ortoréxicos n=23). Na questão de número 12 do ORTO-15: "você acredita que consumir alimentos saudáveis pode melhorar o seu aspecto físico?" a resposta mais prevalente no grupo feminino e masculino foi de: "sempre 79,76% (n=134) e 78,26% (n=18)" respectivamente. Em relação ao sexo feminino, ao classificar o estado nutricional, segundo o IMC, observou-se que: 6,68% (n=14) das alunas estavam com baixo peso; 64,84% (n=115) eutróficas; 20,31% (n=27) com sobrepeso; e 8,17% (n=12) com obesidade; com IMC médio de 23,12. Em relação ao sexo masculino, ao classificar o estado nutricional, segundo o IMC, observou-se que: 66,53% (n=16) estavam eutróficos; 23,66% (n=5) com sobrepeso; e 9,81% (n=2) com obesidade; com IMC médio de 24,24. No último bloco na questão: "A abordagem de alguns professores em sala de aula pode influenciar no comportamento ortoréxico (obsessão pelo comer saudável)?", a resposta com maior quantidade no grupo feminino: sim 38,10% (n=64) e masculino: talvez 43,48% (n=10).

Conclusão

Os resultados mostraram que essa análise do questionário ORTO-15 pode ser considerada limitada, pois reflete um pensamento em que tende a induzir a pessoa a responder o questionário baseado numa alimentação correta, sem que ela tenha ortorexia nervosa, ou sem que ela faça uma alimentação saudável. O IMC não tem relação com pessoas ortoréxicas, e que a imagem corporal é uma variável de grande importância para avaliar futuros transtornos alimentares em profissionais da área da saúde, incluindo o curso de nutrição.

Referências

- DONINI, L.M; MARSILI, D.; IMBRIALE, M.. Orthorexia nervosa: validation of a diagnosis questionnaires. 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2016.
- KAKESHITA, I.S. Adaptação e validação de escalas de silhuetas para crianças e adultos brasileiros. Ribeirão Preto, 2008. 120.p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://philpapers.org/archive/MOROPG-2.pdf>

MARTINS, Márcia Cristina Teixeira; ALVARENGA, Marle dos Santos; VARGAS, Sílvia Viviane Alves. Ortorexia nervosa: reflexões sobre um novo conceito: Orthorexia nervosa: reflections about a new concept. 2011. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2016.

Palavras-chave: Comportamento obsessivo. ; Conservação de alimentos.; Alimentos.; Nutrientes.

PADRÃO ALIMENTAR E DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS PARTICIPANTES DE UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - RS

FRANCISCA MARIA ASSMANN WICHMANNMANN; FABIANA ASSMANN POOL; TIAGO DA SILVA MARTINS;
ANDRESSA BAUMHARDT DA SILVA; EDUARDA MEILI DA CAS; JOICE INÊS SWAROWSKY BASTOS

¹ UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

francis@unisc.br

Introdução

A longevidade na virada do século dos brasileiros veio acompanhada de mudança do padrão de consumo alimentar. Ao contrário do que já se pensou em décadas passadas sobre os fatores de risco para a saúde dos indivíduos mais velhos, as mudanças de hábitos são eficientes na prevenção e tratamento de morbidades. No Brasil, muitos idosos ainda preservam o bom hábito de consumir arroz, feijão e vegetais verdes diariamente. Porém, a monotonia alimentar é preocupante, juntamente com o elevado consumo de carboidratos refinados em detrimento dos integrais; e baixo consumo de alimentos fontes de gorduras mono e poli-insaturadas.

Objetivos

Avaliar o consumo de alimentos protetores e preditores do risco cardiovascular entre idosos atendidos no projeto de extensão universitária “Promoção de Modos de Vida Saudáveis nas Doenças Crônicas não Transmissíveis e Obesidade: da Infância ao Envelhecimento Humano”

Metodologia

O estudo foi desenvolvido a partir do banco de dados do projeto de extensão intitulado "Promoção de Modos de Vida Saudáveis nas Doenças Crônicas não Transmissíveis e Obesidade: da Infância ao Envelhecimento Humano" da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS, aprovado sob o protocolo nº 5343. Todos os dados foram extraídos do prontuário nutricional dos idosos. Foram realizadas as análises estatísticas descritivas das variáveis: socioeconômicas e demográficas (idade, gênero, estado civil) e histórico pessoal de DCNT (diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias, obesidade, doenças cardiovasculares, câncer); estilo de vida (prática de atividade física, etilismo e tabagismo) e alimentação protetora (> 3 porções de frutas e verduras, fibras, oleaginosas, gordura monoinsaturada e poliinsaturada) e produtos alimentares que acentuam o risco para doenças crônicas não transmissíveis (frituras, enlatados, embutidos e ultra processados).

Resultados

A população em estudo foi composta por 46 idosos de ambos os sexos com idade média de 74,8 anos dos quais 26,8% eram do sexo masculino e 73,2% do sexo feminino. Foi evidenciada uma elevada prevalência de hipertensão arterial e excesso de peso e baixo consumo de alimentos protetores (60% ingerem > 3 porções de frutas e verduras). Outro fator do estudo refere-se ao alto consumo de temperos e condimentos ultraprocessados em mais de 65%. Em relação ao grupo de óleos e gorduras prevalece a banha e o óleo de oliva. Com relação às refeições realizadas diariamente, as mulheres apresentam maior frequência no hábito de consumir o lanche da manhã quando comparadas aos homens. A alimentação rica em sódio, pobre em fibras, bem como a ausência de exercícios físicos regulares, e alterações psicoemocionais são os fatores de risco que estão diretamente relacionados às complicações decorrentes das doenças crônicas nos idosos estudados. Todos os aspectos apontados constituem um alerta para que a equipe de saúde delinear ações educativas para esses idosos, visando a elevar o consumo de alimentos saudáveis e a reduzir o consumo de alimentos associados ao risco cardiovascular.

Conclusão

Concluiu-se que a população em estudo apresentou uma alimentação preditora do risco cardiovascular, evidenciados pelo elevado consumo de condimentos industrializados e baixo consumo de frutas e hortaliças, em adição ao elevado percentual de pacientes com hipertensão, dislipidemias e diabetes.

Referências

CAETANO J. A. et al. Descrição dos fatores de risco para alterações cardiovasculares em um grupo de idosos. Texto & Contexto Enferm., 2008, 17(2), 327-35.

CERVATO, A. M., et al. Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva em Universidade Aberta para a Terceira Idade. Rev. Nutr., Campinas, v. 18, n. 1, p. 41-52, jan.-fev. 2005.

FISBERG, R. M. et al. Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. Revista de Saúde Pública, v. 47, n. 1, p. 222-230, 2013.

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Participação de idosas em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 24, n. 2, p. 211-216, jun. 2008.

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. Prim Care, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 55-67, mar. 1994.

Palavras-chave: Doenças cardiovasculares; Consumo de Alimentos; Alimentos de risco e proteção; Idoso

PADRÃO NUTRICIONAL DO ALMOÇO DOS BRASILEIROS

BARTIRA MENDES GORGULHO; ROBERTA DE OLIVEIRA SANTOS; VALÉRIA TRONCOSO BALTAR; DIRCE MARIA LOBO MARCHIONI

¹ FSP-USP - Departamento de Nutrição; Faculdade de Saúde Pública; Universidade de São Paulo, ² ISC-UFF - Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense
bartira.gorgulho@gmail.com

Introdução

Embora a dieta seja considerada pela Organização Mundial da Saúde como um dos principais fatores de risco modificáveis para doenças crônicas não transmissíveis, e reconheça-se na literatura o papel da alimentação nas respostas metabólicas, pouco se sabe sobre as características de cada um dos eventos alimentares.

Objetivos

Avaliar o padrão nutricional do almoço dos brasileiros e sua associação com sexo, idade, renda familiar per capita e estado nutricional.

Metodologia

Dados de consumo alimentar individual de 7504 adolescentes (10 a 19 anos), 21615 adultos (19 a 59 anos) e 4299 idosos (60 anos ou mais), representativos da população brasileira (INA 2008). O almoço foi definido como o evento alimentar de maior contribuição energética entre as 11h e as 14h. Os padrões nutricionais do almoço foram identificados através da análise fatorial por componentes principais, após rotação varimax e observação do screeplot (eigenvalues ≤ 1 e interpretabilidade). A associação entre os padrões nutricionais e o sexo, a idade (anos), a renda per capita (reais) e o IMC (kg/m²) – ajustada por energia (kcal) – foi estimada através de modelos de regressão linear, no módulo survey do Stata (versão 14). Para os padrões foram considerados os macros nutrientes e os micronutrientes: fibra, saturada, sódio, açúcar de adição, vitaminas A e C, cálcio, zinco, selênio ferro e magnésio. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, parecer número 498683.

Resultados

O valor energético médio da refeição foi de 694 kcal (SE 3.84), e a distribuição média dos macro nutrientes foi de 49% (SE 0,16) de carboidratos, 22% (SE 0,10) de proteínas e 28% (SE 0,11) de gordura total. Foram identificados três padrões nutricionais (KMO 0,76), a saber: fator 1 (25% explicação) composto por fibra (+0,921), carboidrato (+0,855), cálcio (+0,767), ferro (+0,708) e magnésio (+0,673); fator 2 (21% de explicação) composto por gordura saturada (+0,929), gordura total (+0,874), zinco (+0,654), sódio (+0,560) e açúcar de adição (+0,411); e fator 3 (18% de explicação) composto por selênio (+0,862), proteína (+0,825), magnésio (+0,634) e açúcar de adição (-0,438). O fator 1 associou-se ao sexo masculino (β +0,103; $p < 0,001$), idade (β +0,003; $p < 0,001$), renda per capita (β -0,043; $p < 0,001$) e IMC (β +0,006; $p < 0,001$). O fator 2 associou-se ao sexo feminino (β +0,114; $p < 0,001$), idade (β -0,005; $p < 0,001$), renda per capita (β +0,071; $p < 0,001$) e IMC (β +0,005; $p = 0,001$). O fator 3 associou-se à idade (β -0,005; $p < 0,001$) e a renda per capita (β -0,028; $p = 0,001$).

Conclusão

Juntos os três padrões explicam 64% dos padrões nutricionais do almoço consumido pelos brasileiros. Idade e renda associaram-se aos três padrões nutricionais, independente da energia consumida.

Referências

1. Hair Jr, Black WC, Babin BJ, Anderson RE, Tatham RL. Multivariate Data Analysis. 6a edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall 2006.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro; 2011. [acesso em 1 de outubro 2017]. Disponível em .
3. Leech RM, Worsley A, Timperio A et al. Understanding meal patterns: definitions, methodology and impact on nutrient intake and diet quality. Nutr Res rev 2015, 28(1), 1-21.

Palavras-chave: almoço; nutrientes; padrão alimentar

PADRÕES DE MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR SAUDÁVEL E NÃO SAUDÁVEL ENTRE ADOLESCENTES BRASILEIROS

ROBERTA DUARTE RODRIGUES; THAIS CRISTINA MARQUEZINE CALDEIRA; LUIZA EUNICE SÁ DA SILVA;
RAFAEL MOREIRA CLARO; EMANUELLA GOMES MAIA

¹ UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

duarteroberta3@gmail.com

Introdução

A alimentação inadequada na infância e na adolescência é considerada um dos principais fatores de risco para o surgimento precoce da obesidade e de outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como as cardiovasculares, diabetes e câncer, com repercussões graves durante a fase adulta. Sabe-se, no entanto, que para o aparecimento dessas doenças, os alimentos não são consumidos de forma isolada, mas, sim, em combinação de vários alimentos em formas de padrões alimentares inadequados. Nessa perspectiva, abordagens analíticas têm sido utilizadas no intuito de identificar padrões de alimentação, possibilitando representar de forma mais ampla e realista como os alimentos são consumidos. Sendo assim, o presente estudo propõe analisar uma base de dados representativa da população de adolescentes do país, utilizando-se abordagem analítica multivariada para identificação de padrões de alimentação. Essa proposta mostra-se importante, pois possibilitará a compreensão da alimentação nesse grupo bem como contribuir para a epidemiologia nutricional do país.

Objetivos

Identificar padrões formados por marcadores do consumo alimentar saudável e não saudável entre adolescentes brasileiros.

Metodologia

Dados provenientes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015, com amostra final de 10.926 escolares com 13-17 anos de idade, foram utilizados. O consumo alimentar foi caracterizado segundo a frequência semanal de ingestão dos seguintes grupos de alimentos: feijão, hortaliças, frutas frescas, guloseimas, salgados fritos, refrigerantes e alimentos industrializados/ultraprocessados salgados. Os três primeiros itens são marcadores do consumo alimentar saudável, enquanto os demais indicam o consumo alimentar não saudável. Análise de componentes principais (PCA) foi utilizada na identificação de padrões envolvendo os itens marcadores do consumo alimentar saudável e não saudável. A PeNSE foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde por meio do parecer número 1.006.467/2015.

Resultados

As maiores frequências semanais de consumo alimentar entre os adolescentes foram observadas para o consumo de feijão (4,57 dias/semana) e hortaliças (3,43 dias/semana) dentre os alimentos marcadores da alimentação saudável; e para o consumo de guloseimas (3,76 dias/semana) e de ultraprocessados salgados (3,26 dias/semana) dentre aqueles marcadores da alimentação não saudável. A análise de componentes principais permitiu identificar dois padrões significativos de alimentação, tanto na análise total quanto na análise estratificada por sexo. O primeiro, responsável pela maior parcela de explicação do modelo, foi caracterizado pelo consumo de alimentos marcadores de uma alimentação não saudável (refrigerantes, guloseimas, salgados fritos e ultraprocessados salgados), e, o segundo, pelo consumo de alimentos marcadores de uma alimentação saudável (feijão, frutas e legumes).

Conclusão

A identificação de padrão composto exclusivamente por alimentos marcadores de consumo alimentar não saudável como principal padrão de alimentação entre adolescentes brasileiros é indicativo preocupante da qualidade da alimentação nessa população e favorece a formulação e implementação de estratégias de promoção da saúde voltadas para esse grupo.

Referências

Monteiro CA, Moubarac JC, Cannon G, Ng SW, Popkin B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity reviews* 2013; 14(S2): 21-28.
Castro IRR, Cardoso LO, Egstrom EM, Levy RB, Monteiro CA. Vigilância de fatores de risco para doenças não transmissíveis entre adolescentes: a experiência da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2008; 24:2279-

88.

Craigie AM, Lake AA, Kelly SA, Adamson AJ, Mathers JC. Tracking of obesity-related behaviours from childhood to adulthood: a systematic review. *Maturitas* 2011; 70(3), 266-284.

World Health Organization. Global school-based student health survey. 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016.

Palavras-chave: Consumo de alimentos; Análise Multivariada; Comportamento Alimentar; Adolescente; Saúde Pública

PARTICIPAR DE UM GRUPO INOVADOR EM NUTRIÇÃO PODE SER UMA ESTRATÉGIA PARA PROMOVER MUDANÇAS NA QUALIDADE DA DIETA E NO ESTILO DE VIDA?

THAÍS GROTO GARUTTI; MARIANA DE STEFANI VERONEZI SOUZA; ANA MARIA CERVATO-MANCUSO; VIVIANE LAUDELINO VIEIRA; SAMANTHA CAESAR DE ANDRADE

¹ USP - Universidade de São Paulo
cervato@usp.br

Introdução

A Atenção Primária à Saúde objetiva a promoção e a proteção à saúde e o desenvolvimento da autonomia de indivíduos e coletividades. As ações de Educação Alimentar e Nutricional contribuem para atingir esse objetivo, enquanto que a escassez de estudos nessa área demonstra a necessidade de se estimular o desenvolvimento de modelos avaliativos.

Objetivos

Avaliar a qualidade da dieta e o estilo de vida de indivíduos participantes de um grupo inovador em nutrição, no âmbito da atenção primária à saúde, e comparar com os indivíduos encaminhados, porém faltantes.

Metodologia

Estudo transversal comparativo realizado com 62 usuários adultos e idosos do Centro de Saúde Escola Geraldo de Paula Souza da Universidade de São Paulo, de ambos os sexos. Destes, 34 participaram de um Grupo Inovador em Nutrição, e 28 foram encaminhados para o grupo, porém faltaram. O grupo realizado no Centro de Referência em Alimentação e Nutrição, com objetivo de promover a autonomia dos participantes com foco nas escolhas alimentares mais adequadas, foi construído a partir dos referenciais de grupo operativo. Cada grupo apresentou duração de 6 encontros, cada qual com 1h30. Após o término do grupo, aplicou-se o inquérito alimentar Recordatório de 24 horas e, posteriormente, o instrumento de avaliação “Meu Termômetro” para obter a pontuação que possibilitou avaliar e comparar a qualidade da alimentação e o estilo de vida de ambos os grupos. Para os indivíduos faltantes, foi aplicado o R24h por telefone. A prevalência das variáveis descritivas dos dois grupos foram comparadas usando o intervalo de confiança de 95%. A média da pontuação total do indicador e dos seus componentes foram comparadas entre os participantes e faltantes por meio do teste t de “Student”. O projeto de pesquisa principal foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (processo N° 1.035.608), todos os participantes manifestaram sua anuência por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A média da pontuação total do “Meu termômetro” mostrou-se maior para o grupo de participantes da intervenção educativa, quando comparada com os indivíduos faltantes (termômetro=20,04 vs. 14,16 pontos, $p<0,05$). Em se tratando da pontuação dos componentes do “Meu Termômetro”, obteve-se diferenças significativas entre os grupos, observando maior pontuação para os participantes em relação ao fracionamento das refeições, o consumo de hortaliças e frutas, a realização de exercícios físicos, o tempo de mastigação durante as refeições principais, a ingestão de açúcares, consumo de carne e de alimentos ricos em sódio.

Conclusão

Participar de grupo de Educação Alimentar e Nutricional que objetiva a autonomia em saúde pode ser uma estratégia para a promoção da qualidade da alimentação e mudanças no estilo de vida no âmbito da Atenção Primária à Saúde. O Indicador “Meu Termômetro” mostrou-se um instrumento capaz de diferenciar grupos, porém, mais estudos são necessários para validar esse indicador.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria no 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União. 21 set 2017; Seção 1:68.
2. Cervato-Mancuso AM, Vincha KRR, Santiago DA. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. Physis [internet]. 2016 mar [acesso em 27 set 2017]; 26(1): 225-249. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000100225&lng=en
3. Dos Santos LM, Da Ros MA, Crepaldi MA, Ramos LR. Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. Rev Saúde Pública [internet]. 2006 abr [acesso em 27 set 2017]; 40 (2): 346-52.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102006000200024&script=sci_abstract&tIng=pt

4. Lopes ALM, Silva AS da, Castro DFA de, Bógus CM, Fracolli LA. Avaliação de programas, serviços e tecnologias na perspectiva da promoção da saúde: uma reflexão teórica. Rev Bras Promoc Saude [internet]. 2013 out-dez [acesso em 20 set 2017]; 26(4): 90-94. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/45959>

Palavras-chave: Saúde pública; Atenção primária à saúde; Educação alimentar e nutricional; Indicadores; Dieta

PENSAMENTO DE ACADÊMICOS DE NUTRIÇÃO SOBRE SUA ALIMENTAÇÃO E IMAGEM CORPORAL

ROBERTA SOARES CASAES; AINÁ INNOCENCIO DA SILVA GOMES

¹ UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, ² FABA - Faculdade Bezerra de Araújo
betacasaes@gmail.com

Introdução

A relação com a comida sofreu enorme perturbação nas últimas décadas em função da regulação científica, do crescimento da produção industrial dos alimentos, da massificação e da cultura, mas também dos ideais de beleza, que não respeitam os diferentes padrões estéticos e biotipos. Dessa forma a mentalidade de dieta é produzida socialmente, se internaliza e passa a regular as relações do homem com sua alimentação e seu corpo. Ela indica que se come, cada vez mais, motivado por fatores externos, perdendo-se a capacidade de simplesmente saborear os alimentos e escolhê-los por livre e espontânea vontade; como a de saber quando se tem fome e quando é a hora de parar de comer. Entretanto, muitos estudantes de Nutrição e Nutricionistas desenvolvem comportamentos radicais em relação a alimentação e consideram mudanças na composição corporal a única forma de avaliar resultados de adesão à dietas mais saudáveis. Cada vez mais surge o “policial nutricionista”, que de forma ditatorial, define o que as pessoas devem, ou não, consumir. O que, além de inadequado, absolutamente não garante a mudança de comportamento. Portanto, estudar e compreender a mentalidade dos acadêmicos do Curso de Nutrição sobre as suas próprias práticas alimentares e imagem corporal podem auxiliar o entendimento das novas discussões a respeito de comportamento que precisam ser suscitadas ainda dentro da academia.

Objetivos

Conhecer o pensamento de acadêmicos de nutrição sobre a própria alimentação e imagem corporal.

Metodologia

Estudo seccional, de caráter quantitativo, desenvolvido a partir de respostas às perguntas interpretativas em questionário semi-estruturado realizado com acadêmicos do curso de Nutrição de duas Universidades Federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Foi empregado um questionário com 6 perguntas em que a escala hedônica de 5 pontos para as respostas, variaram de discordo totalmente a concordo totalmente. A última pergunta, referente a presença de episódios de compulsão alimentar, foi dicotômica. O questionário desenvolvido para a pesquisa não apresentava identificação do nome dos alunos, apenas sexo e idade. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram informados que nenhum dado seria divulgado de forma que possibilitasse a identificação dos mesmos.

Resultados

Foram preenchidos 69 questionários, sendo a maioria pelo sexo feminino (89,6%) com idade média de 25 anos. Quanto ao questionamento se estudar Nutrição fez melhorar a qualidade da alimentação, 56,5% dos acadêmicos informaram concordar totalmente com a questão. Entretanto, 47,8% dos estudantes concordarem parcialmente que são extremamente preocupados com a imagem corporal e 46,4% concordarem totalmente que a imagem corporal afeta sua auto estima. Quando questionados se tiveram algum episódio de compulsão alimentar, mais da metade da amostra (53,6%) respondeu positivamente, enfatizando a importância do estudo do comportamento alimentar dos próprios alunos de nutrição e dentro do ambiente universitário.

Conclusão

Os resultados demonstraram que a mentalidade acerca dos temas Alimentação e Imagem Corporal influencia as escolhas alimentares, nem sempre de forma positiva, além de afetar diretamente a auto estima de estudantes de Nutrição. Tais fatos enfatizam a importância de mais estudos na área de Nutrição Comportamental e a necessidade de debates dentro do Curso de Nutrição acerca do tema, auxiliando os futuros profissionais da área em suas condutas pessoais e profissionais.

Referências

ALVARENGA MS, PHILIPPI ST. Estrutura, padrão, consumo e atitude alimentar – conceitos e aplicações nos transtornos alimentares. In: ALVARENGA MD, SCAGLIUSI FB, PHILIPPI ST (Orgs.) . Nutrição e transtornos alimentares – avaliação e tratamento. Barueri: Manole; 2011. p.17-36.

FOXCROFT L. A tirania das dietas. São Paulo: Três Estrelas; 2013.

POULIN JR. PROENÇA, RPC. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. Ver Nutrição. 2003;16:365-86.

SCAGLIUSI FB, ALVARENGA MS, PHILIPPI ST. Conceituação de alimentação saudável sob a perspectiva biopsicossocial. In: Nutrição e transtornos alimentares – avaliação e tratamento. São Paulo: Manole, 2010.

Palavras-chave: nutrição comportamental; alimentação; imagem corporal; auto estima

PERCEPÇÃO CORPORAL DE CANTINEIRAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

PATRICIA DAWYLLA DE FREITAS SOARES; ANA MARIA FIGUEREDO ROCHA; ALESSANDRA CHRISTIE BORGES LOPES; SUZY ALICE DE SOUZA; LUANA LEMOS LEÃO; PAULA KAROLINE SOARES FARIAS

¹ FASI - Faculdade de Saúde Ibituruna, ² FUNORTE - Faculdades Unidas do Norte de Minas
patriciadawyllanutri10@yahoo.com.br

Introdução

A preocupação com a imagem corporal tem sido transmitida e muito incentivada pelos meios de comunicação. A sociedade impõe critérios nos quais as pessoas principalmente as mulheres, devem cumprir para afirmarem a sua identidade (Mozetic et al., 2016). As cantineiras buscam manter-se dentro de padrões estéticos, este padrão de beleza veiculado pelos meios de comunicação, especialmente pela mídia televisiva parece exercer uma influência marcante principalmente sobre as mulheres em idade mais jovem, uma vez que são manipuladoras de alimentos e lidam diretamente com alimentação saudável todos os dias (Gonçalves et al., 2014). Para atender ao padrão de beleza socialmente estabelecido pela mídia, a preocupação das mulheres com a estética corporal, tem se mostrado presente na sociedade (Camargo et al., 2013).

Objetivos

analisar a insatisfação corporal das cantineiras e verificar a associação com os indicadores antropométricos.

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo exploratório, transversal, quantitativo e descritivo. Este estudo foi desenvolvido na cidade de Montes Claros. Atualmente, o município conta com aproximadamente 200 cantineiras devidamente registradas com idade entre 18 a 65 anos. O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS de Montes Claros com o nº do parecer 2.236.074. A insatisfação com a imagem corporal foi avaliada pela escala de silhuetas corporais conhecida como Stunkard's Rating Scale, aplicada por autopreenchimento, esta foi adaptada para o público feminino. Os dados foram tabulados no Microsoft Office Excel 2010® e em seguida exportados para análise estatística no software Statistical Package for the Social Sciences -19®.

Resultados

Participaram do presente estudo 200 cantineiras, sendo a média de idade de 40 anos. O estado nutricional foi avaliado bom base no Índice de Massa Corporal (IMC) e relação cintura quadril. A partir dos dados coletados a partir do cálculo do IMC observou-se que a maioria das participantes, 38%, encontra-se em sobrepeso, 25% estróficas, 24,5 em obesidade grau 1, 8% obesidade grau 2, 3% obesidade grau 3 e 0,5% em desnutrição. A partir do preenchimento da escala de classificação de Stunkard, observou-se que a maioria das participantes, 25,5% se assemelhava na silhueta de número 4, 22,5% na silhueta de número 5 e 17,5 na silhueta de número 6. Tais figuras apresentam silhuetas de pessoas mais largas, a figura 4 corresponde ao IMC de 25,0 kg/m², a figura 5 de 27,5 kg/m² e a figura 6 IMC de 30,0kg/m². Os dados obtidos pela escala estão de acordo com o diagnóstico nutricional verificado pelo cálculo do IMC de cada participante, onde se tem a predominância de sobrepeso das pessoas avaliadas. Ao serem questionadas sobre as silhuetas que gostariam de ter, a maioria das cantineiras, 50%, optou pela figura de número 3, seguidas pela figura 4 com 24% e a figura 2 com 15,5%. Essas figuras representam pessoas mais magras com IMCs adequados os dados levantados nos mostra uma insatisfação com autoimagem corporal em relação a massa corporal que apresentam ter.

Conclusão

O presente estudo mostrou que o estado nutricional da maioria das cantineiras é o sobrepeso, seguido pela obesidade. Além disso, elas apresentaram-se insatisfeitas com a própria imagem corporal, desejando uma silhueta mais fina provocando assim, uma distorção da sua auto-imagem gerando, conseqüentemente, mais ansiedade pela busca da perda de peso.

Referências

MOZETIC, R. M. et al. Consumo alimentar próximo ao treinamento e avaliação antropométrica de praticantes de musculação com excesso de peso em um clube de Santo André-SP. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v. 10, n. 55 (2016)

GONÇALVES, V. O, MARTÍNEZ, J. P. Imagem corporal de adolescentes: um estudo sobre as relações de gênero e

influência da mídia. Revista Comum e Informação, v. 17, n. 2, p.139-154, 2014.

CAMARGO, B. V. et al. Efeitos de contexto e comunicação nas representações sociais sobre o corpo. Psicologia e Saber Social, v. 2, n. 1, p. 33-50, 2013.

Palavras-chave: alimentação escolar; Estado nutricional; imagem corporal

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E A RELAÇÃO COM O ESTADO NUTRICIONAL DE MULHERES COM EXCESSO DE PESO, EM VULNERABILIDADE SOCIAL, RESIDENTES NA CIDADE DE MACEIÓ, ALAGOAS, BRASIL.

LARISSA ROCHA LOBO RODRIGUES; CAMILA JUSTINO DA MOTA; LAÍS CHAVIER DE OMENA; LAURICY SANTOS FLÔRES; MARÍLIA MOURA E MENDES; ANA PAULA GROTTI CLEMENTE

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas, ² CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional
larissa.rocha14@hotmail.com

Introdução

A prevenção e diagnóstico precoce da obesidade são importantes aspectos para a promoção da saúde e redução de morbimortalidade, por interferir na duração e qualidade de vida, e ainda ter implicações diretas na aceitação social dos indivíduos quando excluídos da estética difundida pela sociedade contemporânea (SCHMIDT et al., 2011). A busca incessante por um padrão de corpo ideal, associada às realizações pessoais e à felicidade, está entre as principais causas de alterações da percepção da imagem corporal.

Objetivos

O estudo teve como objetivo analisar a associação da percepção da imagem corporal e o real estado nutricional de mulheres do ambulatório de obesidade, de acordo com suas diferentes classes de escolaridade.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal com amostra de conveniência realizado no grupo de mulheres assistidas pelo Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), em Maceió – Alagoas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), via Plataforma Brasil (55087516.6.0000.5013), e as participantes do projeto assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estado nutricional foi avaliado através do Índice de Massa Corporal (IMC). Para a referência do IMC foi utilizada a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995). A percepção da imagem corporal foi realizada por meio de auto-avaliação, com o uso da Escala de Silhuetas de Stunkard et. al. (1983), em que são enumeradas em ordem crescente nove imagens de silhuetas femininas, correspondentes a um estado nutricional específico. Para avaliar a associação entre a percepção de imagem corporal e o estado nutricional realizou-se a análise de qui-quadrado. Os dados foram analisados no software SPSS versão 20.0, o valor de $p < 0,005$ foi utilizado como referência significativa.

Resultados

Participaram da pesquisa 194 mulheres, com média de idade de 35 anos (+/-10,8 D.P), altura de 156,12 cm (+/- 5,9 D.P), renda per capita de R\$ 298,1 (+/- 291,4 D.P) e IMC de 32,7 kg/m² (+/- 5,5 D.P). Dentre as participantes, 39,2% possuíam sobrepeso, 60,8% obesidade, 19,6% estudaram entre 0 e 3 anos. Foi observado na amostra ausência da real percepção de imagem corporal pelo teste qui-quadrado, independente do nível de escolaridade em anos: ≤ 3 anos ($p=0,043$), ≥ 4 anos ≤ 7 anos ($p=0,006$), ≥ 8 anos ≤ 10 anos ($p=0,020$) e ≥ 11 anos ($p=0,000$).

Conclusão

Independente do nível de escolaridade, as participantes apresentaram distorção da imagem corporal. Esse resultado reforça a ideia de que indivíduos obesos não reconhecem a obesidade como patologia, distorcendo, assim, a percepção sobre sua condição de saúde e não aderindo aos protocolos de tratamento.

Referências

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).
- SCHMIDT M. I. et al. Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. **Lancet**, [S.l.], v. 377, n. 9781, p. 1949-1961, June 2011.
- STUNKARD, Albert J.; SØRENSEN, Thorkild; SCHULSINGER, Fini. Use of the Danish Adoption Register for the study of obesity and thinness. **Research publications-Association for Research in Nervous and Mental Disease**, v. 60, p. 115, 1983.

Palavras-chave: Estado Nutricional; Imagem Corporal; Mulher

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL EM ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE SANTA MARIA, RS

DÂNIELE GIACOMELLI TADIELO; FERNANDA DA ROSA CARDOSO; LUCIANA FLORES PONTELLI; SUELLEN KARSTEN FAVARIN; FRANCELIANE JOBIM BENEDETTI; ANA LÚCIA DE FREITAS SACCOL

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

tadielodaniele@gmail.com

Introdução

A adolescência é um período marcado por intensas transformações físicas que podem influenciar diretamente na percepção da imagem corporal, repercutindo de forma positiva ou negativa, podendo ou não desencadear agravantes ao final desta fase. Assim, um dos principais desafios neste período consiste em aceitar-se (FORTES et al, 2013). Torna-se indispensável que a percepção corporal dos adolescentes seja amplamente debatida nas escolas para se desenvolverem formas de intervir no que se refere a problemas no futuro desses jovens (MARQUES et al, 2016).

Objetivos

o objetivo do presente estudo foi avaliar a percepção da imagem corporal em adolescentes de uma escola particular de Santa Maria- RS.

Metodologia

Realizou-se um estudo descritivo quantitativo, como parte das atividades do Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar do Curso de Nutrição, com uma amostra composta por adolescentes de ambos os sexos, de 14 a 17 anos, estudantes do Ensino Médio de uma escola particular da cidade de Santa Maria- RS, maio de 2017, após consentimento dos alunos e autorização da direção da escola. A coleta dos dados foi feita no ambiente escolar, durante o período de aula, onde participaram do estudo 83 adolescentes. A imagem corporal foi avaliada por meio da escala de silhuetas de Stunkard (1983), que é composta por figuras com diferentes formatos do corpo humano, numeradas de 1 a 9, onde a silhueta de número 1 representa a magreza, e a silhueta de número 9 representa a obesidade grave. A escala de silhueta foi entregue aos adolescentes para que eles pudessem responder as seguintes perguntas: Qual a silhueta você considera semelhante à sua aparência real? E, qual silhueta você acredita ser a sua aparência corporal ideal? Esses dados foram posteriormente transferidos para uma planilha no Excel para que fosse realizada a tabulação, em variáveis numéricas e percentual.

Resultados

Dos 83 jovens incluídos no estudo, 59% eram do sexo feminino e 41% do sexo masculino. A silhueta 4 foi selecionada por 30,6% das meninas como real, seguindo-se da silhueta 5 com 22,4%. Sendo que 42,9% delas consideraram a silhueta 3 como ideal, seguindo-se a silhueta 4 por 28,6% e 2 por 20,9%. Em relação aos meninos, 29,4% apontou a silhueta 2 como real, seguindo-se da silhueta 3 por 23,5% e 6 por 17,6%. Sendo que metade (50%) deles apontou a silhueta 4 como a ideal, seguindo-se a silhueta 2 por 20,6% e a 3 por 17,6%. Ao analisar a percepção da imagem corporal entre os sexos, verificou-se que as meninas têm preferência por corpos magros, pois desejam ter uma silhueta inferior a referida como atual. Em relação aos meninos, estes estão insatisfeitos por referirem apresentar-se abaixo do peso quanto com excesso de peso, buscando um corpo próximo a neutralidade.

Conclusão

Nesta pesquisa concluiu-se que a maioria dos jovens desejam ter uma silhueta diferente da atual, no entanto, não se sabe quais os fatores determinantes para esse resultado, o que representa uma limitação para o estudo. Para saber quais os fatores e a influência destes no resultado da pesquisa, seriam necessários outros estudos com um maior detalhamento das características e variáveis comportamentais dos jovens avaliados.

Referências

FORTES, L. S. ET AL. Insatisfação corporal em adolescentes: uma investigação longitudinal. Rev. psiquiatr. Clín. São Paulo. v.40 n..5, 2013.

MARQUES, M. I. ET AL. (In)Satisfação com a imagem corporal na adolescência. Rev. Nascer e Crescer. Porto, v. 25, n.4, 2016.

STUNKARD, A.J.; SORENSON, T.; SCHLUSINGER, F. Use of the Danish Adoption Register for the study of obesity and thinness. Res Publ Assoc Res Nerv Ment Dis. v. 60, p. 115-120, 1983.

Palavras-chave: Percepção corporal; Escala de silhuetas ; Adolescência

PERCEPÇÃO DAS MERENDEIRAS SOBRE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS EM ESCOLARES

MAYANA JÉSSICA TAVARES SANTOS; ADRIANA CORREIA DOS SANTOS; ANDHRESSA FAGUNDES; SILVIA MARIA VOICI

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe
adriana_soriso@hotmail.com

Introdução

Estudos recentes mostraram que a percepção das merendeiras em relação à importância do seu papel na escola, bem como no PNAE é pouco explorado. Muitas entendem que são responsáveis apenas por preparar a alimentação escolar, e não reconhecem seu potencial como promotora de hábitos alimentares saudáveis 1. No campo de pesquisas sobre o PNAE, são raros os estudos voltados a compreender o papel das merendeiras na formação de hábitos alimentares saudáveis em escolares, assim como pesquisas sobre o estado nutricional desse grupo, tratando-se de uma lacuna importante a ser estudada.

Objetivos

Conhecer a percepção de merendeiras de escolas e creches municipais públicas de Nossa Senhora do Socorro/SE sobre o seu papel no Programa Nacional de Alimentação Escolar e na formação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar.

Metodologia

Foram avaliadas 14 merendeiras de sete instituições de ensino da rede pública. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram obtidas informações socioeconômicas, antropométricas e de percepção acerca de seu papel no programa, por meio de entrevistas pessoais gravadas e que posteriormente foram transcritas e analisadas a partir da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, de Lefèvre e Lefèvre (2000)³ utilizando o software Quali Quanti Soft. Os dados quantitativos foram analisados a partir de medidas de tendência central, frequências absoluta e relativa para composição do perfil socioeconômico, demográfico, indicadores de trabalho e de estado nutricional. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob CAAE n.º: 62473916.0.0000.5546.

Resultados

Os dados de escolaridade revelam que das entrevistadas 35,7% possuem ensino médio completo. Quanto ao estado nutricional, foi observado que 80% estavam com excesso de peso e 85,7% apresentaram risco aumentado para doenças cardiovasculares. Foi observado que 57,4% das merendeiras não conheciam o PNAE e nunca receberam informações a respeito do mesmo. Segundo a percepção das mesmas, seu papel na formação de hábitos alimentares é atrelado ao incentivo do consumo de verduras. Além disso, 85,7% das entrevistadas relacionaram a importância da alimentação escolar para os alunos que chegam com fome; 35,7% relataram que se preocupam com a monotonia alimentar, mudando as preparações; e 50% buscam incentivar porque faz bem para saúde. Em relação aos alimentos trazidos de casa pelos escolares ou comprados na escola, 50% das merendeiras responderam que não concordam, pois não é saudável; 28,6% que não concordam, mas que eles podem comer depois da refeição da escola e 21,4% que não concordam, pois os pais não orientam os filhos.

Conclusão

Foi possível concluir que as merendeiras pesquisadas apresentaram percepção limitada quanto ao seu papel na promoção de hábitos alimentares saudáveis, embora tenham sido observados pontos positivos a respeito de sua compreensão sobre alimentação saudável e os impactos na saúde da criança.

Referências

1 ASSAO, T. Y.; WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; MANCUSO, A. M. C. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece as refeições na escola. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2012.

2 Lefèvre, F.; Lefèvre, AMC; Teixeira, JJV. O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Comportamento alimentar; Pesquisa qualitativa

PERCEPÇÃO DAS OFICINAS CULINÁRIAS PELOS PAIS DE CRIANÇAS DE 4 A 9 ANOS PARTICIPANTES DO PROJETO “A CONQUISTA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PELAS CRIANÇAS NA COZINHA”

IVANA ARAGÃO LIRA VASCONCELOS; RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO; RENATA PUPPIN ZANDONADI; LETÍCIA SANTOS ARAÚJO; SANDRA CRISTINA CAVALCANTE DE ARAÚJO; THAIS AMARAL FERREIRA

¹ UNB - Fundação Universidade de Brasília
ivanaunb@gmail.com

Introdução

As práticas e hábitos alimentares são determinantes incorporados durante a infância. A potencialidade desse grupo levanta a necessidade precoce de intervenções, dentre elas a educação nutricional, de forma a influenciar indiretamente na sensibilização da família quanto a disponibilidade e o acesso aos alimentos em casa, nas práticas rotineiras, nas escolhas e no preparo dos alimentos. Nessa linha, as oficinas culinárias abordadas de maneira interdisciplinar são propostas dinâmicas e participativas favoráveis ao desenvolvimento sensorial das crianças.

Objetivos

analisar a percepção dos pais de crianças de 4 a 9 anos sobre as oficinas do projeto “A conquista da Alimentação Saudável pelas crianças na cozinha” da Universidade de Brasília.

Metodologia

estudo transversal realizado no 2º semestre de 2016 e 1º de 2017, por meio da aplicação de um formulário autoadministrado aos pais ou responsáveis. Participaram da pesquisa 41 pais, que corresponde a metade dos que tinham crianças no projeto. No formulário havia questões que abordavam temas sobre: suficiência da carga horária, custo das oficinas, reprodução das receitas em casa, qualidade do material educativo, percepção sobre as nutricionistas e monitoras, a adequação da estrutura e ambiente das aulas, percepção da criança em relação ao projeto, mudanças no comportamento alimentar. Os responsáveis foram convidados por e-mail e acessaram um sítio para preencher o formulário. Antes de iniciar o preenchimento, eles concordavam ou não com as condições de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Cerca de 10% dos pais referiram que as crianças já participaram de outras práticas culinárias além do projeto, mas 32% mencionaram que a carga horária atual ainda é insuficiente. Na visão deles, o ideal seria uma frequência quinzenal. Dentre os que responderam ao formulário, 98% consideraram o custo semestral justo. Em relação ao material impresso, 50% disseram que as informações são suficientes para cada tema e 41% acharam a linguagem acessível. Cerca de 40% reproduziram receitas das oficinas em casa, sendo que 53% desses fizeram apenas 1 ou 2 (média: 2,47). No que diz respeito ao julgamento das receitas, as opiniões ficaram assim distribuídas: 44% como baratas e viáveis, 27% como fáceis e práticas para reproduzir, 7% requerem pouco tempo. Quanto à equipe, 44% e 80% concordaram que as monitoras e as nutricionistas estavam preparadas para lidar com o público. Cerca de 80% avaliaram a estrutura física apropriada e 95% indicaram que as crianças se reportavam de maneira positiva em relação ao projeto. A percepção sobre as mudanças nos comportamentos alimentares dos filhos pelos pais mostrou: apenas 10% passou a consumir mais frutas e hortaliças, mas 27% já tinha boa aceitação desses alimentos; 20% mencionou para a família a importância do consumo de alimentos saudáveis; e 49% passou a experimentar alimentos que não gostavam.

Conclusão

De modo geral, o projeto foi referido positivamente como estratégia de incentivo às práticas alimentares saudáveis no que diz respeito ao material, à equipe, à estrutura física e na visão das crianças. Considerando o tempo de intervenção, observou-se que o impacto das oficinas na mudança de comportamento alimentar ainda é restrito, mas já considerável a abertura das crianças para experimentar novos alimentos. Porém, são necessárias a reavaliação da carga horária e a criação de estratégias junto aos pais para incentivar a reprodução das receitas em casa.

Referências

Palavras-chave: alimentação saudável; criança; culinária; percepção; pais

PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR SOBRE A DIVULGAÇÃO DE FEIRAS ORGÂNICAS E AÇÕES PARA AUMENTAR A PROCURA POR ALIMENTOS ORGÂNICOS.

PAULA CHEQUER MACHADO; JULIANA CHEQUER MACHADO; MAYLA DUTRA DA SILVA; HERISON BRIGIDO; PATRÍCIA MORAES FERREIRA NUNES

¹ MULTIVIX - FACULDADE MULTIVIX

paulachequer@gmail.com

Introdução

A demanda por alimentos orgânicos é baseada em conceitos de valor. Estudos identificam que as compras de alimentos orgânicos foram atribuídas à valor financeiro, consciência ligada ao meio ambiente, questões éticas, de qualidade, saúde, atributos nutricionais, sabor e frescor. Esta é uma percepção que ocorre em nível mundial em um mercado que já apresenta índices de crescimento de 20% no mundo, fazendo com que as atenções se voltem para a demanda, bem como para os meios de garantir a distribuição, qualidade e certificação adequada.

Objetivos

Analisar a percepção dos consumidores sobre o nível de divulgação das feiras orgânicas e as ações necessárias para aumentar a procura por esses estabelecimentos.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, realizado nos meses de setembro e outubro de 2017. As entrevistas foram feitas em todas as feiras orgânicas do município de Vitória-ES, organizadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Foram entrevistados 100 indivíduos adultos presentes nas feiras. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado; porém, para esta pesquisa, foram analisadas somente as repostas estruturadas. Todos os participantes foram esclarecidos do conteúdo e objetivo da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os indivíduos foram questionados sobre a divulgação de feiras orgânicas, onde as opções de respostas no questionário foram: “bem divulgado”, “pouco divulgado” e “não existe divulgação”. Para analisar a percepção dos consumidores sobre os fatores que podem estimular o consumo de alimentos orgânicos; foram apresentadas as opções: “aumentar a divulgação”, “aumentar a variedade”, “baixar o preço”, “certificação de qualidade obrigatória”, “conscientização da população”, “dar incentivo ao agricultor” e “outra”. E para análise do preço foram avaliadas as opções “muito caro”, “caro” e “acessível”.

Resultados

Constatou-se que 75% dos entrevistados considera que existe pouca divulgação, 19% declara que as feiras são bem divulgadas e 6% que não existe divulgação. 40% dos indivíduos considera que é necessário aumentar a divulgação das feiras orgânicas; 15%, conscientizar a população; 14%, dar incentivo ao agricultor; 11%, baixar o preço; 10%, a exigência da certificação de qualidade obrigatória; 8%, aumentar a variedade e 2% configurou outra opção. Quanto ao preço, 63% dos consumidores consideram o preço “acessível”, afirmando ser similar ou em alguns casos menor que nos supermercados.

Conclusão

Os entrevistados acreditam que a principal ação de incentivo para o consumo de alimentos orgânicos é a maior divulgação das feiras orgânicas. Em segundo lugar, percebem a necessidade de conscientização da população quanto aos benefícios do alimento agroecológico para a saúde. Políticas públicas de incentivo aos agricultores e fiscalização quanto a obrigatoriedade de certificações de qualidade, são ações que devem acontecer em conjunto, segundo os entrevistados.

Referências

SOUSA, Anete Araujo et al. Alimentos Orgânicos e Saúde Humana: estudo sobre as controvérsias. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v31n6/v31n6a10.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

DIAS, Valeria da Veiga et al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2017.

Palavras-chave: Feiras orgânicas; Produtos orgânicos; Aumento de consumo de orgânico

PERCEPÇÃO E SATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL DE ADULTOS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS: ESTUDO PRÓ-SAÚDE

NATÁLIA OLIVEIRA; DANIELA SILVA CANELLA; GABRIELA MORGADO DE OLIVEIRA COELHO; MAGNO CERQUEIRA CABRAL; FLÁVIA FIORUCI BEZERRA; EDUARDO FAERSTEIN

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

nati.olive@hotmail.com

Introdução

A imagem corporal é a representação mental que o indivíduo faz de seu corpo, por meio de suas percepções, pensamentos e sentimentos. Estudos apontam que esta pode estar associada a depressão, transtornos alimentares e outros desfechos em saúde. Indivíduos adultos compõem a maior parcela da população, mas geralmente são negligenciados em estudos de imagem corporal.

Objetivos

Descrever a percepção e satisfação relacionadas à imagem corporal de adultos segundo características sociodemográficas.

Metodologia

Estudo seccional com dados de subamostra da fase 4 do Estudo Pró-Saúde, uma coorte de funcionários de uma universidade no Estado do Rio de Janeiro, coletados entre 2012 e 2013. Para avaliação da imagem corporal foi utilizada escala de 15 silhuetas com valores de índice de massa corporal (IMC) correspondentes. Participantes indicaram qual silhueta melhor representava seu corpo (IMC percebido) e qual melhor representava o corpo que gostariam de ter (IMC desejado). Peso e altura foram aferidos e utilizados para cálculo do IMC real. Para avaliação da percepção/satisfação, foi utilizada a diferença entre IMC percebido e real/IMC percebido e desejado, respectivamente. Se a diferença for zero o indivíduo não possui distorção/está satisfeito, maior que zero superestimação do tamanho corporal/insatisfeito pelo excesso de peso, e menor que zero subestimação/insatisfeito pela magreza, respectivamente. As variáveis sociodemográficas utilizadas foram: sexo, idade (≤ 44 ; 45-59; ≥ 60 anos) e escolaridade (ensino médio completo ou menos e universitário completo ou mais). Foram calculadas as proporções de percepção e satisfação, segundo variáveis sociodemográficas e respectivos intervalos de 95% de confiança (IC95%). Análises foram realizadas no software Stata 14.2. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Medicina Social da UERJ (CAAE: 04452412.0.0000.5260).

Resultados

Foram avaliados 520 indivíduos; 51,9% mulheres, 62,5% com idade entre 45 e 59 anos, e, 55,2% com escolaridade igual a universitário completo ou mais. Com relação à percepção da imagem corporal, 12,1% dos indivíduos não apresentaram distorção, sem diferença entre os sexos [homens: 15,2% (11,2; 20,2); mulheres: 9,3% (6,3; 13,3)]. Houve subestimação do tamanho corporal para 16,9% (13,9; 20,4) dos participantes, com 26% (20,9; 31,8) para os homens e 8,5% (5,7; 12,5) para as mulheres. A superestimação foi observada em 71,0% dos participantes, 58,5% (52,5; 64,7) entre os homens e 82,2% (77,1; 86,3) entre as mulheres. Maior proporção foi verificada em indivíduos com mais de 60 anos (73,7%, IC 95% 63,8; 81,6) e com escolaridade menor ou igual a ensino médio completo (72,1%, IC 95% 65,9; 77,5), sem diferenças estatisticamente significativas. Os dados de satisfação com a imagem corporal mostram que 10,9% (8,5; 13,9) dos indivíduos estavam satisfeitos com sua imagem corporal e 8,5% (6,3; 11,1) insatisfeitos pela magreza. Houve insatisfação pelo excesso de peso em 80,6% (76,9; 83,7) dos indivíduos, com valores mais elevados para mulheres que para homens (86,3%, IC 95% 81,6; 89,9, e 74,4%, IC 95% 68,6; 79,4 respectivamente). Na amostra, idade e escolaridade não influenciaram de forma estatisticamente significativa a percepção e a satisfação com a imagem corporal.

Conclusão

Mais de dois terços da população estudada superestimam seu peso corporal e estão insatisfeitos pelo excesso de peso. Homens subestimam seu peso, enquanto que mulheres superestimam e estão insatisfeitas pelo excesso de peso.

Referências

CASH, T. F. Body image: past, present and future. *Body Image*, v.1, p. 1-5, 2004.

CASH, T. F.; SMOLAK, L. Understanding Body Images: Historical and Contemporary Perspectives. In: *Body Image: A*

Handbook of Science, Practice, and Prevention, Second Edition, New York – NY, 2011.

LAUS, M. F.; et al. Body image in Brazil: recent advances in the state of knowledge and methodological issues. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 2, p. 331-346, 2014.

ROY, M.; PAYETTE, H. The body image construct among Western seniors: A systematic review of the literature, *Archives of Gerontology and Geriatrics*, v. 55, p. 505–521, 2012.

SCHILDER, P.A. *Imagem do corpo: as energias construtivas da psique/ Paul Schilder: trad. Rosanne Wertman: revisão técnica Núbio Negrão - 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.*

Palavras-chave: Autoimagem; Indicadores demográficos; Adultos

PERFIL ALIMENTAR DE IDOSOS VIÚVOS DE UM GRUPO DA TERCEIRA IDADE DE UM CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, RJ

MARIA EFIGÊNIA SOARES DE CARVALHO; BARBARA DE OLIVEIRA WERNECK; SILVANIA FERREIRA RAMOS

¹ FABA - FACULDADE BEZERRA DE ARAUJO, ² SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RJ

soares.efigenia@oi.com.br

Introdução

Estudos mostram que a expectativa de vida em 2050 é que existam mais idosos que crianças no Brasil. Segundo especialistas, quando os idosos perdem seus cônjuges e sofrem com a ausência da companhia íntima de muitos anos, associada às mudanças fisiológicas do envelhecimento aumentam as chances de desenvolver doenças e depressão que atingem diretamente a alimentação do indivíduo dos quais apresentam necessidades nutricionais aumentadas, influenciando diretamente na qualidade de vida.

Objetivos

Traçar o perfil alimentar de indivíduos idosos viúvos, pertencentes a um grupo de Terceira Idade de um Centro de Saúde no Município do Rio de Janeiro, a partir de um estudo de campo transversal, quantitativo e descritivo.

Metodologia

Utilizou-se um questionário que foi formulado com base na literatura, contendo questões fechadas e semiabertas sobre a situação socioeconômica, hábitos alimentares e de vida e questões clínicas, que foram respondidas numa entrevista individual por acadêmicos de Nutrição devidamente treinados para a coleta de dados. Para verificação do estado nutricional, segundo o Índice de Massa Corporal para idosos, foi feita avaliação antropométrica com as medidas de peso e altura, com equipamentos devidamente calibrados, coletadas pelas autoras da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: serem idosos a partir de 60 anos e viúvos, de ambos os sexos, e que concordassem em participar do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previamente submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa, juntamente com o projeto, recebendo o aceite e o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética pelo número 58012716.4.0000.5279. A coleta de dados foi realizada no Centro de Saúde, nos dias onde os 37 participantes da pesquisa estavam nas atividades do grupo de terceira idade.

Resultados

Houve o predomínio do sexo feminino e a faixa de idade foi entre 64 a 85 anos, com média de $\pm 74,08$ anos e baixa escolaridade. A renda salarial da maioria (48,65%) ficou entre 1 a 3 salários mínimos e era proveniente de pensão, devido serem viúvos (as). Boa parte dos idosos residem com sua família que é composta de 1 a 2 pessoas/domicílio. Quanto ao consumo alimentar observou-se baixa ingestão hídrica, e a média de refeições feitas ao dia por esses idosos foi de $\pm 4,14$ refeições. O consumo de frutas e legumes foi realizado pela maioria (frutas, 72,97% e legumes 45,95%) durante todos os dias, porém as hortaliças foram consumidas pela maioria dos idosos (37,89%) em 2 a 3 dias da semana. Quanto ao consumo de carnes, as aves tiveram maior predomínio (37,84% - 4 a 6/ semana). O leite e o café, foram as bebidas consumidas pela maioria todos os dias (83,78% e 89,19%, respectivamente).

Conclusão

Os idosos viúvos que mantêm uma vida ativa e são inseridos em grupos de convivência, como o do centro de saúde, apresentam práticas alimentares e hábitos de saúde mais adequados, indicando fator de proteção para depressão, muito comum nesta população. Porém com baixa ingestão de água, menor fracionamento das refeições, quando comparamos com as recomendações para melhoria ou manutenção da saúde da pessoa idosa. Ainda há necessidade de mudanças, uma vez que os idosos desse grupo apresentaram predomínio de sobrepeso e doenças crônicas.

Referências

BETTEGA, Mara Lucia. Características dos idosos frequentadores de um centro de convivência do município de Juína - MT. Juína, 2014. 37 p. Monografia (Bacharelado em Enfermagem). Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena (AJES). 2014.

BRASIL. Alimentação saudável para a pessoa idosa: um manual para profissionais de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Editora do ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

MELO, L. e NETO, F. Aspectos psicossociais dos idosos em meio rural: solidão, satisfação com a vida e locus de controle. Psicologia, Educação e Cultura. III, 1, 107-121. 2003.

Palavras-chave: Viuvez; Envelhecimento; Centro de convivência; Saúde do Idoso

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE RESPONSÁVEIS E DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE OBESIDADE INFANTOJUVENIL

RENATA CARDOSO LOBATO; SIMONE PRISCILLA DOS SANTOS ALMEIDA; DYANARA DE ALMEIDA OLIVEIRA;
ROSILENE REIS DELLA NOCE

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
dyanaraoliveira@gmail.com

Introdução

A obesidade infantil se caracteriza pelo acúmulo excessivo de gordura corporal causando efeitos prejudiciais à saúde (PAES et al., 2015). No estado do Pará-Brasil, dentre as crianças com idade entre 5 e 10 anos 13,1% apresentavam sobrepeso e 8,6% obesidade (BRASIL, 2016). Dentre os fatores relacionados ao desenvolvimento da obesidade infantil pode-se destacar o ambiente obesogênico, que inclui tanto aspectos genéticos como hábitos alimentares parentais herdados pelas crianças (FISBERG et al, 2016). Assim o estado nutricional dos responsáveis e das crianças, permite identificar se a parentalidade tem algum envolvimento na obesidade infantil.

Objetivos

O objetivo deste estudo é caracterizar o perfil antropométrico dos responsáveis e crianças atendidas no Centro de Referência de obesidade infantojuvenil.

Metodologia

Trata-se de estudo do tipo quantitativo de amostras intencional, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Pará, com parecer 825.074/2014, realizado com a população atendida/acompanhada no Centro de Obesidade Infanto-juvenil localizado no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Belém-PA. Participaram da pesquisa os indivíduos que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A amostragem foi composta por crianças com idade de 5 a 10 anos e 11 meses apresentando escore-z maior que +2 segundo a Organização Mundial da Saúde e seus responsáveis, que tiveram peso aferido em uma balança digital e a altura foi mensurada em um estadiômetro fixado na balança para obtenção do índice de massa corporal de acordo com a referência da Organização Mundial da Saúde. A avaliação das crianças foi segundo Índice de massa corporal/Idade, classificado mediante as tabelas de referência da Organização Mundial da Saúde.

Resultados

A amostra do estudo foi constituída por 12 crianças, com idade média de 8 anos, sendo 75% do sexo masculino e 25% do sexo feminino, e seus respectivos responsáveis com idade média de 38 anos, no qual 92% correspondia ao sexo feminino. Das crianças avaliadas 75% apresentaram obesidade grave. Entre os responsáveis, 58% estavam em sobrepeso e 17% obesos. Dentre estes 66,5% dos avaliados com excesso de peso são do sexo feminino.

Conclusão

Os resultados encontrados demonstram que há semelhança entre o peso das crianças com o dos seus responsáveis. Portanto deve-se levar em consideração que a etiologia da obesidade infantil perpassa a ideia de ingestão excessiva calórica, sendo importante se atentar aos aspectos genéticos, fisiológicos, metabólicos, bem como a influência das relações familiares. Com base nesses achados nota-se que é necessário o acompanhamento tanto da criança quanto da família para o tratamento da obesidade infantil.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN). Brasília: MS, 2016. Disponível em: . Acesso em: 04 ago. 2017.

FISBERG, M. et al. Ambiente obesogênico: oportunidades de intervenção. J Pediatr. Rio Janeiro. v. 92, n.3, 2016.

PAES, S.T., et al. Efeitos metabólicos do exercício físico na obesidade infantil: uma visão atual. Rev Pal de Pediatr. São Paulo. v. 33. n. 1. p. 122-129. 2015.

Palavras-chave: Obesidade infantil; Família; Estado nutricional

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E DE ATIVIDADE FÍSICA DE UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO DE UMA IES PARTICULAR DE MACEIÓ-AL

GEOVANA SANTOS MARTINS NEIVA; KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; FABIANA CRISTINA ALVES DE ALBUQUERQUE; ISABELA LAYS LOPES LINS; NATANAEL SILVA GUEDES FRANCO; QUITÉRIA GICELIANE DOS SANTOS

¹ UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau, ² UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, ³ UFAL - Universidade Federal de Alagoas
geoneiva@yahoo.com.br

Introdução

O aumento do excesso de peso tem sido observado nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente entre os adolescentes e adultos jovens. Este fenômeno acaba gerando bastante preocupação para os órgãos de saúde pública. A transição para a universidade, além de proporcionar diminuição da qualidade da alimentação, promove mudança no nível de atividade física. Nesse sentido, existe uma tendência de transição nutricional observada em diferentes países que demonstra aumento no consumo de uma dieta rica em gorduras saturadas e açúcares, e reduzida em carboidratos complexos, frutas e hortaliças, principalmente em gerações mais novas, contribuindo para o surgimento de sobrepeso e obesidade nesta população. A combinação da mudança do comportamento alimentar com o reduzido nível de atividade física resulta em alterações importantes na composição corporal, relacionadas com aumento de doenças carenciais ou crônicas não transmissíveis.

Objetivos

Traçar o perfil antropométrico e o nível de atividade física de alunos do curso de nutrição do Centro Universitário Maurício de Nassau, Maceió-AL.

Metodologia

Estudo descritivo e transversal com 176 estudantes regularmente matriculados nos dois últimos anos do curso de Nutrição, do 5º ao 8º período, realizado no Centro Universitário Maurício de Nassau (Maceió-AL), no período de março a maio de 2017. Para avaliação do estado nutricional foi utilizado o Índice de Massa Corporal (WHO, 2006) e o nível de atividade física foi obtido pela combinação da frequência semanal, duração do esforço e intensidade do esforço (WHO, 2010). Os participantes foram amplamente informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados após submissão do trabalho ao Comitê de Ética e Pesquisa designado na Plataforma Brasil.

Resultados

A média de idade encontrada foi de 26,65 anos (\pm 6,96), sendo 95,45% (168) do sexo feminino. A prevalência de estudantes eutróficos foi de 65,91%, com excesso de peso (sobrepeso e obesidade) foi de 28,42% e baixo peso 5,98%. O Índice de Massa Corporal apresentou média de 23,35 Kg/m² (\pm 3,53). Prevaleceu o sedentarismo, onde 68,75% não praticam atividade física contra 6,98 ativos. Apenas um percentual de 30,11% atendem as metas recomendadas pela OMS para prática de atividade física semanal.

Conclusão

O elevado percentual de sedentários e com excesso de peso é bastante relevante ao considerarmos o nível de conhecimento dos alunos sobre nutrição e saúde. É preocupante, sobretudo pela forte associação desses desfechos com as doenças cardiovasculares e metabólicas que ocorrem na idade adulta.

Referências

- MADUREIRA, S. A. et al. Associação entre estágios de mudança de comportamento relacionados à atividade física e estado nutricional em universitários. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n.10, p. 2139-2146, 2009.
- SANTOS, S. J. et al. Perfil antropométrico e consumo alimentar de adolescentes de Teixeira de Freitas-Bahia. *Revista de Nutrição*, v.18, n. 5, p. 623-632, 2005.
- SILVA, G. S. F. et al. Avaliação do nível de atividade física de estudantes de graduação das áreas saúde/biológica. *Rev Bras Med Esporte*. V.13, n. 1, p.39-42, 2007.
- WHO. World Health Organization. *Obesity and overweight*. Geneva, Switzerland: WHO, 2006.
- WHO. World Health Organization. *Global recommendations on physical activity for health*. Geneva, Switzerland: WHO,

2010. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241599979_eng.pdf Acessado em março de 2017.

Palavras-chave: Antropometria; Atividade física; Estudantes; Estado nutricional

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E DE ESTILO DE VIDA DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA

ELIANE MARA VIANA HENRIQUES; PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES; HELENA ALVES DE CARVALHO SAMPAIO; YANNA LETICIA MENEZES PAIVA; YASMIN MATOS BEZERRA; LUANA VIEIRA CARVALHO DE OLIVEIRA

¹ UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, ² UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

elianemara@unifor.br

Introdução

O câncer de mama constitui-se como a neoplasia de maior ocorrência entre as mulheres tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, estando o Brasil entre os países com a mais elevada taxa de incidência. Considerada uma doença crônica, o câncer de mama tem por etiologia fatores endógenos e/ou ambientais, em que a susceptibilidade genética interage com fatores sociodemográficos, reprodutivos, nutricionais e outros fatores de risco relacionados ao estilo de vida (BREGAGNOL e DIAS, 2010). Segundo a literatura, o ganho de peso e a obesidade também são ocorrências comuns em mulheres com câncer de mama, cujo ganho de peso usualmente varia entre 2 a 6 kg durante o primeiro ano do diagnóstico (CROSSWELL et al., 2014). A obesidade, ou obesidade geral, tem como principal indicador antropométrico o índice de massa corpórea (IMC) e a relação cintura quadril (RCQ), caracterizando-se como um indicador de adiposidade generalizada com boa reprodutibilidade, baixo custo e de simples execução, sendo relevantes para o diagnóstico nutricional e manejo da doença (BRASIL, 2011)

Objetivos

Analisar o perfil antropométrico e de estilo de vida de pacientes com câncer de mama de um Centro de Referência em Oncologia.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, analítica, envolvendo um estudo transversal, com abordagem quantitativa. Ela faz parte de uma pesquisa maior intitulada: Avaliação do Letramento em Saúde, Adaptação Transcultural e Validação do Health Literacy Questionnaire para o português brasileiro, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob número 59485816 9 1001 5078. A coleta foi realizada no Centro Regional Integrado de Oncologia, localizado na cidade de Fortaleza, Ceará, no período de abril a junho de 2017. A amostra foi de 50 mulheres. A seleção da amostra ocorreu de forma aleatória. Aplicou-se um questionário estruturado referentes a dados socioeconômicos e de estilo de vida, especificamente com relação ao hábito de fumar e beber. A análise dos dados de peso e altura foi feita com base no cálculo dos valores de IMC (kg/m²) segundo Organização Mundial de Saúde (1998). Circunferência da cintura maior ou igual a 80 cm foi considerada indicativa de acúmulo de gordura na região abdominal (LOHMAN et al., 1988). Utilizou-se medidas de tendência central (média), e medidas de dispersão (desvio-padrão), além dos valores absolutos e percentuais para a análise.

Resultados

A média de idade das pacientes foi de 49 anos. Dentre elas, 33 (66%) relataram 2 salários mínimos. 38 (76%) das pacientes eram católicas e 12 (24%) protestantes. No estado civil, 19 (38%) eram casadas. Duas pacientes (4%) fumavam regularmente, com uma média de 10 cigarros/dia e 13 (26%) das pacientes responderam que já haviam fumado. Apenas 2 (4%) referiram beber, e 13 (26%) já haviam ingerido bebida alcoólica antes. De acordo com o IMC, 10 (20%) apresentaram-se eutróficas; 22 (44%) com sobrepeso; 16 casos (32%) obesas e 2 (4%) com baixo peso. A circunferência da cintura estava com valores normais em apenas 10 (20%) mulheres.

Conclusão

O excesso de peso caracterizado pelos elevados índices de massa corpórea e de CC encontrado no grupo coloca o grupo avaliado em risco de recidiva da doença. Foi baixa a proporção de mulheres com hábitos de tabagismo e ingestão de bebida alcoólica. É necessário explorar outros aspectos, como a dieta ingerida e a prática de atividade física a fim de se identificar outras características que piorem o prognóstico da doença.

Referências

BREGAGNOL RK, DIAS AS. Alterações funcionais em mulheres submetidas à cirurgia de mama com linfadenectomia axilar total. Rev Bras Câncer. v. 56. n.1. p.25-33, 2010.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a

coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

CROSSWELL AD, BOWER JE, GANZ PA. Childhood Adversity and Inflammation in Breast Cancer Survivors. Psychosom Med. v.73, n.3. p.208-14, 2014.

LOHMAN, T.G. et al. Anthropometric standardization reference manual. Illinois: Human Kinetics Books, 1988.

Organização Mundial de Saúde - OMS. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO consultation, Geneva, 3-5 Jun 1997. Geneva: World Health Organization, 1998. (WHO/NUT/98.1.)

Palavras-chave: excesso de peso; neoplasia mamária; antropometria; estilo de vida

PERFIL DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

THANISE SABRINA SOUZA SANTOS; DANIELA BICALHO ALVAREZ; VANESSA MANFRE GARCIA DE SOUZA; ANA PAULA CANTARINO FRASÃO DO CARMO; BETZABETH SLATER VILLAR

¹ FSP - USP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

daniela.nutricionista@yahoo.com.br

Introdução

A promulgação da Lei federal 11.947 de 2009 consolidou a vinculação da agricultura familiar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A compra de alimentos da agricultura familiar para este Programa é uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional e de promoção de uma alimentação adequada e saudável para estudantes. No entanto, é necessário identificar o perfil da compra destes alimentos da agricultura familiar pelos municípios, de acordo com seu grau de processamento.

Objetivos

O estudo teve como objetivo descrever a prevalência de grupos de alimentos adquiridos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento para alimentação escolar dos municípios de São Paulo - Brasil.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal com uma amostra probabilística de municípios do estado de São Paulo, que compraram alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar no ano de 2012. Os dados foram coletados em 2013 através de entrevistas, por meio de questionário estruturado, com nutricionistas, cozinheiros escolares e agricultores familiares. Os alimentos adquiridos foram classificados de acordo com NOVA - Classificação de alimentos que considera a extensão de processamento. Para análise foram calculadas frequências absolutas e médias por meio do software Stata 12.0. O estudo teve aprovação do Comitê de ética em Pesquisa, número 47187015.0.0000.5421 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

A amostra foi composta por 25 municípios, dos quais quase metade atingiram 30% ou mais dos recursos financeiros totais transferidos pelo governo federal para a compra de alimentos de agricultura familiar, de acordo com a legislação do Programa. Verificou-se que 96% das cidades compraram alimentos da agricultura familiar de origem in natura e minimamente processados, sendo 25% de frutas; 62,8% vegetais; 8% de raízes e tubérculos; Polpa de fruta a 1,3%; 0,8% de milho; 0,6% de ovos; 0,6% de peixe; 0,6% de leite; e 0,3% de feijão. Entre os municípios, foram adquiridas uma variedade mínima de dois e máximo de quarenta e oito alimentos in natura e minimamente processados. Mel; Pães, pastel caseiro, doce de banana; e iogurte, compreendem, respectivamente, a variedade de alimentos comprados pelos municípios que compraram ingredientes culinários, processados e ultraprocessados.

Conclusão

Os resultados deste estudo permitem concluir que quase todos os municípios compraram alimentos in natura e minimamente processados, verificando a importância da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na promoção da alimentação saudável e adequada e garantia da segurança alimentar e nutricional.

Referências

- Brasil. Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009. Presidência da República, Brasília: Diário Oficial da União, 2009.
- Teo CRPA; Monteiro CA. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. Rev Nutr 25, 657-668, 2012.
- Gonçalves HVB, Cunha DT, Stedefeldt E et al. Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. Cien Rural 45, 2267-2273, 2015.

Palavras-chave: Alimentação Escolar ; Agricultura Familiar ; Política Pública

PERFIL DAS DENÚNCIAS APRESENTADAS AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS- 4ª REGIÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2016

CELINA SZUCHMACHER OLIVEIRA; MARIA ARLETTE SADDY; SAMARA GOMES SILVA CRANCIO

¹ CRN-4 - Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região

luzce20@gmail.com

Introdução

O Sistema Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e Conselhos Regionais de Nutricionistas tem como missão orientar e fiscalizar o exercício profissional de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética em todo território nacional. Em 2013, o Sistema CFN/CRN publicou a Política Nacional de Fiscalização (PNF) com os objetivos de: assegurar que a atenção alimentar e nutricional ao indivíduo e à coletividade seja prestada por profissionais habilitados; buscar de forma permanente a qualidade dos serviços relacionados à alimentação e nutrição e orientar os profissionais para a melhoria contínua da qualidade dos serviços contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos e da coletividade. Em cumprimento à sua missão, os Conselhos Regionais recebem e apuram as denúncias da sociedade.

Objetivos

Analisar o perfil das denúncias apresentadas ao CRN-4 no estado do Rio de Janeiro.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo e retrospectivo das denúncias recebidas no período de 2012 a 2016, através dos canais de comunicação da entidade. Para coleta dos dados, criou-se, em 2012, um formulário para registro das denúncias e suas motivações. Estas foram classificadas nas seguintes categorias: ausência de responsável técnico, exercício ilegal/irregular da profissão, prejuízo ao exercício profissional, condições higiênico-sanitárias inadequadas, pessoa jurídica não registrada, quadro técnico incompatível, dentre outra(s). As denúncias foram registradas por correio eletrônico, pessoalmente, pelo site ou Facebook da entidade. Cabe esclarecer que a nomenclatura referente ao exercício ilegal é caracterizada por leigos que exercem atividades privativas do nutricionista previstas em lei; exercício irregular se caracteriza por atividades desenvolvidas pelo nutricionista que não estão previstas na lei que regulamenta a profissão e resoluções que tratam de suas atribuições; o prejuízo ao exercício profissional refere-se à falta de condições de trabalho e autonomia técnica.

Resultados

O levantamento realizado no período de quatro anos totalizou 523 denúncias. Dos conteúdos analisados, destacou-se o percentual das irregularidades referentes ao exercício ilegal/irregular da profissão (38,1%) e prejuízo ao exercício profissional (22,8%). Em seguida, observou-se as proporções: outros assuntos (12,82%), ausência de responsável técnico (11,8%), quadro técnico inadequado (8,6%) condições higiênicas-sanitárias inadequadas (4,9%) e pessoa jurídica não registrada (1,0%).

Conclusão

Conclui-se que os canais de recebimento de denúncia são essenciais para que a entidade cumpra sua missão. Dessa forma, o CRN-4 otimiza a proteção à sociedade e a busca da qualificação e aprimoramento continuado do exercício profissional dos nutricionistas e técnicos de nutrição e dietética.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 18 set. 1991.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 380 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições estabelecem parâmetros numéricos de referência, por área de atuação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jan. 2005. Sec. 1, p. 66 a 71.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 527 de 28 de agosto de 2013. Dispõe sobre a Política Nacional de Fiscalização (PNF) e sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições dos setores de fiscalização no

âmbito do Sistema CFN/CRN e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 set. Sec. 1, p. 139-140.

Palavras-chave: fiscalização; nutricionista; denúncia; orientação; conselho

PERFIL DE CONSUMIDORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DE FEIRAS LIVRES

CINTIA CASSIA TONIETO GRIS; VALÉRIA HARTMANN; GRAZIELA DE CARLI; ANA LUISA SANT'ANNA ALVES

¹ UPF - Universidade de Passo Fundo

cctgris@gmail.com

Introdução

Os índices de doenças crônicas não transmissíveis têm motivado a população a buscar uma alimentação mais saudável. Essa busca tem impulsionado a expansão do mercado de produtos orgânicos. Como principais espaços de comercialização estão as feiras livres, que também são locais de troca de conhecimentos, sendo favorável para realização de atividades de educação alimentar e nutricional (RANA; PAUL, 2017). Contudo, para que estratégias de promoção de hábitos saudáveis possam ser traçadas, é necessário que se conheça o perfil dos consumidores das feiras ecológicas.

Objetivos

Conhecer o perfil e as percepções alimentares dos consumidores de alimentos orgânicos das feiras ecológicas de Passo Fundo (RS).

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal in loco com 60 consumidores de produtos de duas feiras agroecológicas de Passo Fundo (RS), abordados de forma aleatória, com avaliação de perfil sócio econômico, consumo alimentar e motivação para a compra de alimentos orgânicos. Para o consumo alimentar foi utilizado o questionário “Como está Sua Alimentação” do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008). Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 1.652.634.

Resultados

A idade média foi de 43,2 anos e classificados de acordo com os critérios da ABEP, em classe A 18,3%, B 55,0%, e C e D 26,7%. Na avaliação do questionário “Como está sua Alimentação” a pontuação média foi 40,9±5,6 pontos, sendo que 45% dos entrevistados “estão de parabéns, por estarem no caminho para o modo de vida saudável”. Dados isolados apontam para um cenário preocupante: onde apenas 30% dos entrevistados consomem a quantidade de frutas de acordo com a recomendação da OMS (2003), 63,33% consomem frituras, salgadinhos fritos ou em pacotes, carnes salgadas, hambúrgueres, presuntos e embutidos de 4 a 5 vezes na semana. Inferiu-se que 25% dos consumidores possuía horta em casa e 52% tinham o hábito de cozinhar. Averiguou-se que os maiores entraves no consumo de alimentos orgânicos são os locais de compras, a época de disponibilidade e os preços praticados. Como as feiras ecológicas nos locais avaliados acontecem uma vez na semana ou ainda quinzenalmente, os locais para compra acabam sendo poucos e em supermercados os preços praticados acabam por restringir e elitizar o consumo dos orgânicos. No entanto, 82% concordaram que a qualidade dos produtos ofertados é boa ou ótima e 80% dos entrevistados relataram que confiam na procedência dos alimentos orgânicos.

Conclusão

A maioria dos consumidores ainda precisa ficar atenta à sua alimentação e outros hábitos, reforçando a importância de estratégias educacionais que levem informação sobre alimentação saudável e sustentável à população. Os resultados ressaltam a importância das feiras como locais de compras de alimentos orgânicos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável, Brasília: Ministério da Saúde, p. 210, 2008

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Guia alimentar para a população brasileira – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

RANA, J.; PAUL, J. Consumer behavior and purchase intention for organic food: A review and research agenda. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 38, p. 157–165, 1 set. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Diet, nutrition and the prevention chronic

diseases. Geneva, 2003.

Palavras-chave: agroecologia; consumidores; hábitos alimentares

PERFIL DE CONSUMO ALIMENTAR E DE ATIVIDADE FÍSICA DE PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO RIO DE JANEIRO

RENATA DE SOUZA SILVA; GABRIELLA MENDONÇA DUNGA; LEILA SICUPIRA CARNEIRO DE SOUZA LEÃO; ALEX LAIR BORDIGNON

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro , ² UFF - Universidade Federal Fluminense
resosilva@hotmail.com

Introdução

Doenças crônicas não transmissíveis apresentam como fatores de risco a alimentação não saudável e a inatividade física (OMS, 2011). Neste contexto, é relevante aprofundar o conhecimento sobre hábitos alimentares e prática de atividade física em população usuária do serviço público de saúde com doenças crônicas, uma vez que os achados poderão nortear a criação de políticas públicas.

Objetivos

Descrever o perfil alimentar e de atividade física de população ambulatorial com doença crônica.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal em 50 pacientes ambulatoriais de um hospital universitário. Foram incluídos pacientes, de ambos os sexos, com idade igual ou maior que 18 anos, com diagnóstico de doença crônica. Foram coletadas informações sócio-demográficas, antropométricas, atividade física e consumo alimentar (consumo nos últimos 7 dias e Recordatório 24hrs de dois dias). Os pacientes foram classificados segundo a realização ou não de atividade física, os ativos foram classificados segundo a realização de atividade física semanal maior ou igual, e menor que 150 minutos. Na análise do consumo de alimentos os pacientes foram classificados segundo consumo frequente ou reduzido (\geq e $<$ 5 vezes na semana). Na análise quantitativa descreveu-se o consumo médio de energia e macronutrientes, bem como a prevalência de inadequação de micronutrientes (cálcio, zinco, e vitaminas C e D). As informações foram inseridas no Avanutri Revolution 4.0®. O projeto foi aprovado no Comitê de Ética da UNIRIO sob CAAE nr. 41710815.9.0000.5385.

Resultados

Os pacientes apresentaram perfil sócio demográfico predominante de mulheres (84%), maior que 50 anos (66%), com IMC elevado ($33,2 \pm 11,5 \text{ kg/m}^2$), autoclassificação de cor branca (40%) e parda de pele (38%), e 4 a 7 anos de estudo (44%). A maioria dos pacientes (82%) apresentava duas ou mais doenças, sendo as maiores prevalências para obesidade, hipertensão e diabetes, e menores para depressão, câncer e insuficiência renal crônica. Observou-se consumo frequente de frutas e feijão em 60%, leite (70%) e hortaliças cruas e cozidas para 40% e 58% respectivamente. O consumo frequente de refrigerante ou refresco ocorreu em 16% dos pacientes, o de bolos, sorvetes, chocolates e biscoitos em 24%. O consumo de energia ($1365,1 \pm 454,7 \text{ kcal}$) foi 450 kcal abaixo da recomendação média para o grupo (1823 kcal). O de proteína ($20,4 \pm 6,7\%$) foi acima do recomendado pela OMS, 2003. O consumo de carboidratos e lipídeos estavam adequados ($52,6 \pm 13,1\%$ e $27,1 \pm 10,2\%$, respectivamente). O consumo de fibras foi $11,0 \pm 5,9 \text{ g}$. As prevalências de inadequação de vitamina C e zinco foram expressivas (39% e 46%, respectivamente) e as de vitamina D e cálcio foram preocupantes (83% e 97%, respectivamente). A prevalência de inatividade física foi de 50%, contudo, a mediana de tempo de atividade física no lazer foi de 240 minutos por semana, valor acima dos 150 minutos recomendados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Dentre os pacientes ativos, 68% realizavam 150 minutos semanais ou mais no lazer.

Conclusão

Nos pacientes estudados a inatividade física foi expressiva, e perfil alimentar foi preocupante considerando o consumo insuficiente de alimentos saudáveis e a elevada prevalência de inadequação de nutrientes com ação preventiva para doenças crônicas. Ainda é necessário a promoção de hábitos como promoção da alimentação saudável e prática de atividade física visando o controle das doenças e melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de situação de Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.

Brasília: Ministério da Saúde; 2011

Organización Mundial de la Salud. Consulta Mixta OMS/FAO de Expertos en Régimen Alimentario, Nutrición y Prevención de Enfermedades Crónicas. Ginebra, 2003.

World Health Organization. Global status report on non communicable diseases 2010. Ginebra: 2011.

Palavras-chave: Ambulatório hospitalar; Atividade física; Consumo alimentar; Doenças crônicas

PERFIL DE CONSUMO DE NUTRIENTES EM GRADUANDAS DE NUTRIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

RENATA DE SOUZA SILVA; BRUNO DOS SANTOS DE ASSIS; LEILA SICUPIRA CARNEIRO DE SOUZA LEÃO;
LUANA AZEVEDO DE AQUINO; ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA; JULIANA FURTADO DIAS

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
resosilva@hotmail.com

Introdução

Os hábitos alimentares de universitários foram caracterizados principalmente pelo baixo consumo de frutas, verduras e legumes, sendo desconsideradas as orientações de conduzir uma dieta equilibrada que forneça as necessidades nutricionais de um indivíduo (FEITOSA et al., 2010). Os universitários tendem a subestimar o número de calorias presentes nas refeições realizadas fora de casa, a dieta baseada neste tipo de alimentação possui características desfavoráveis à saúde, pois tende a apresentar excesso de calorias, gorduras totais, gorduras saturadas e sódio, quando em comparação com a alimentação preparada em casa (SANCHES et al., 2013). Os acadêmicos, quando comparados a outros grupos populacionais, demonstram uma maior propensão para o ganho de peso, decorrente de mudanças oriundas do ingresso no meio universitário, como modificações no padrão alimentar, na prática de atividade física e no estresse, tornando este grupo populacional vulnerável e suscetível ao excesso de peso (BU, 2013).

Objetivos

Descrever o perfil de consumo de nutrientes entre graduandas do curso de nutrição de uma universidade pública.

Metodologia

Estudo transversal realizado com 55 alunas, entre 18 e 49 anos, que cursavam do 6º ao 9º período do curso de nutrição. A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro/2015 a dezembro/2015, sendo aplicados dois recordatórios 24h, conforme a técnica do Multiple Pass Method (MOSHFEHG, 2008), com intervalo de 15 dias. O programa Avanutri® 4.0 foi utilizado para estimar os nutrientes a partir dos alimentos registrados nos R24h. Avaliou-se a adequação da ingestão energética habitual em relação ao gasto energético pelo índice de massa corporal. Avaliou-se a adequação do consumo de macronutrientes pelas recomendações percentuais da OMS (2003). Calcularam-se prevalências de inadequação para ácido fólico, cálcio, ferro, zinco e vitamina B12, baseando-se em suas respectivas médias estimadas, pela equação $Z = \frac{\text{EAR} - (\text{média do grupo})}{\text{DP}}$. A estatística descritiva foi realizada no software Python versão 3.5.1. Toda a coleta de dados se iniciou após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob número CAEE 42747115.1.0000.5285, bem como pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelas participantes do estudo.

Resultados

O grupo avaliado com idade $22,6 \pm 1,9$ anos e IMC $22,9 \pm 3,2 \text{ Kg/m}^2$, apresentou consumo de $1700,3 \pm 549,9$ Kcal, proteína $18,7 \pm 5,6$ %, carboidratos $49,9 \pm 9,7$ % e lipídeos $31,4 \pm 8,5$ %. As prevalências de inadequação de micronutrientes foram 99,6% ácido fólico, 81,1% cálcio, 27,8% Ferro, 42,1% Zinco e 44% B12.

Conclusão

Considerando que o grupo foi classificado eutrófico pelo IMC, presume-se adequação de consumo de energia. Contudo, o consumo de macronutrientes caracterizou dieta hiperproteica, hiperlipídica e hipoglicídica, e as prevalências de inadequação foram expressivas para todos os micronutrientes, com destaque para ácido fólico e cálcio, considerados nutrientes essenciais para faixa etária reprodutiva. Ressalta-se a importância do investimento em ações de promoção de alimentação saudável no ambiente universitário, visto que o perfil encontrado pode desencadear consequências à saúde de universitárias em idade fértil.

Referências

- BU, So-Young. Transitional changes in energy intake, skeletal muscle content and nutritional behavior in college students during course-work based nutrition education. *Clinical nutrition research*, v. 2, n. 2, p. 125-134, 2013.
- FEITOSA, Eline Prado Santos et al. Hábitos alimentares de estudantes de uma universidade pública no Nordeste, Brasil. *Food habits of students of one public university of Northeast, Brazil. Alimentos e Nutrição Araraquara*, v. 21, n. 2, p. 225-230, 2010.
- MOSHFEHG, Alanna J. et al. The US Department of Agriculture Automated Multiple-Pass Method reduces bias in the

collection of energy intakes. The American journal of clinical nutrition, v. 88, n. 2, p. 324-332, 2008.

Organización Mundial de la Salud. Consulta Mixta OMS/FAO de Expertos en Régimen Alimentario, Nutrición y Prevención de Enfermedades Crónicas. Ginebra, 2003.

SANCHES, Mariana Zauli et al. Disponibilidade de informação nutricional em restaurantes no município de São Paulo.

DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 8, n. 1, p. 9-22, 2013.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Universitário; Comportamento alimentar; Grupo de risco; Estado nutricional

PERFIL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO DE POPULAÇÃO ATENDIDA EM AÇÕES DE PROMOÇÃO DE SAÚDE EM MACEIÓ-AL/BRASIL.

ANA PATRÍCIA TOJAL DE FRANÇA; ALINE DE FÁTIMA SANTOS WANDERLEY RIBEIRO; TATIANA SANTOS BARBALHO; DANIELLA NOBRE TENÓRIO; MÁRCIA DE ARAÚJO; JANAÍNA DA SILVA NASCIMENTO

¹ HGE - Hospital Geral do Estado Prof. Osvaldo Brandão Vilela
ana.patricia.tf@hotmail.com

Introdução

No Brasil as doenças crônicas não transmissíveis são responsáveis por 70% de todas as mortes. Geram limitações e incapacidades graves, além de impactos financeiros para as famílias, sociedade e sistema de saúde. Sua etiologia complexa e multifatorial é fortemente influenciada pelo estilo de vida, hábitos alimentares e nível de atividade física. Estudos apontam a pressão alta como a doença crônica mais prevalente no Brasil e frequentemente relacionada com desfechos graves como doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e insuficiência renal. Publicações recentes descrevem crescimento na população brasileira, do consumo de alimentos com alta densidade calórica e palatabilidade, baixo poder de saciedade, fácil digestão e absorção, contribuindo para ingestão de volumes alimentares cada vez maiores e para o desequilíbrio energético. Boa parte das mortes e incapacidades relacionadas às doenças crônicas decorre de fatores amplamente preveníveis. Portanto medidas educativas e de estímulo à adoção de hábitos saudáveis, podem contribuir para a redução da frequência de mortes e complicações decorrentes dessas doenças. Neste sentido grupos multiprofissionais, do Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela, Maceió-AL, realizam periodicamente ações de avaliação e promoção de saúde em locais públicos e de grande circulação da cidade, com enfoque em doenças crônicas e suas complicações.

Objetivos

Descrever o perfil de saúde e nutrição das pessoas atendidas no evento.

Metodologia

Estudo retrospectivo abrangendo 202 formulários de indivíduos avaliados e orientados por nutricionistas da equipe multiprofissional. Foram coletados dados de idade, sexo, peso, altura, e alimentação. Para este último utilizou-se o formulário de "Marcadores de Consumo Alimentar" do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde. Excluiu-se da amostra os formulários com dados incompletos.

Resultados

Das 202 pessoas atendidas 102 eram homens e 100 mulheres, com 50,99% na faixa etária entre 18-59 anos e 49,01% acima de 60. Destes, 51,98% eram hipertensos e 36,63% diabéticos. Apenas 36,60% praticava atividade física regular de 3 a 5 vezes por semana e 74,75% apresentavam algum grau de sobrepeso e obesidade. A ingestão de feijão esteve presente em 66,87% dos relatos; frutas frescas e hortaliças em 75,75% e 69,31% respectivamente. Dentre os alimentos ultraprocessados bebidas adoçadas foram consumidas por 29,2% das pessoas, guloseimas e biscoitos recheados por 21,29%, embutidos por 18,80% e macarrão instantâneo, sopas industrializadas e biscoitos salgados por 12,38%.

Conclusão

Os resultados obtidos apontam presença de importantes fatores de risco na gênese das doenças crônicas com destaque para hipertensão, padrões alimentares inapropriados, excesso de peso e sedentarismo. A prevalência da hipertensão e excesso de peso no grupo estudado condiz com achados de pesquisas de âmbito nacional, indicando a necessidade de se fomentar ações de promoção e proteção da saúde como meio de promover mudanças necessárias à melhoria do padrão de saúde da população em geral.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes brasileiras de obesidade. 4 ed. São Paulo, SP-2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

JAIME, P.C. et al. Prevalence and sociodemographic distribution of healthy eating markers, National Health Survey, Brazil 2013. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(2): 267-276, abr-jun 2015.

Palavras-chave: Doenças crônicas; Fatores de risco; Promoção de saúde

PERFIL DO CONSUMIDOR E SEU CONHECIMENTO SOBRE ROTULAGEM NUTRICIONAL

DANIELY CASAGRANDE BORGES; LUANA ALVES DO CARMO; ANA PAULA VIEIRA; TALITA EGEVARDT DE CASTRO; ROSE MARY HELENA QUINT SILOCHI

¹ UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná

danielyborges42@gmail.com

Introdução

O excesso no consumo de produtos alimentícios e bebidas industrializadas pelas famílias brasileiras é um dos fatores que tem contribuído de forma significativa para o aparecimento de Doenças Crônicas não Transmissíveis – DCNT. Sob este enfoque, o rótulo de alimentos industrializados e a sua informação nutricional está entre as principais estratégias do País para promover uma alimentação saudável pois representa uma ferramenta de apoio aos consumidores no momento da aquisição de produtos alimentícios industrializados.

Objetivos

A partir do exposto, a pesquisa teve por objetivo caracterizar o perfil de frequentadores dos supermercados de Francisco Beltrão (PR), e seu entendimento sobre a rotulagem nutricional.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como descritivo, quantitativo, sendo que a obtenção dos dados ocorreu através da aplicação de questionários semiestruturados no período de 2015 a 2016, nos principais supermercados da cidade. Os consumidores foram selecionados por conveniência e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, totalizando 215 entrevistados. Os resultados foram tabulados através do software STATA 12, sendo utilizado o teste qui-quadrado com nível de significância estatística de 1%.

Resultados

Analisando as características sócio demográficas do estudo houve predomínio do sexo feminino (75,35%), sendo possível justificar esse dado pela maioria das compras de alimentos ainda serem realizadas pelas mulheres. Em relação ao estado civil 59,07% da totalidade dos entrevistados eram casados, apresentavam renda entre dois a cinco salários mínimos (43,72%) e nível médio completo (37,21%), seguido de ensino superior (25,58%). Com relação a faixa etária 38,14% possuem menos de 30 anos, 38,14% possuem entre 30 e 50 anos e 23,72% mais de 50 anos. Quando perguntado aos entrevistados se os mesmos sabiam o que era rotulagem nutricional 54, 88% (n = 118) afirmaram que sim, enquanto 45,12% (n = 91) relataram que não. Um estudo realizado por Felipe et al. (2003) relatou que 62,2% dos entrevistados (n= 239) conhecia a rotulagem nutricional, enquanto que 37,8% não tinha conhecimento a respeito (n= 145). Realizando o cruzamento de dados, as variáveis sexo, renda e escolaridade foram estatisticamente significativas a 1%, indicando diferenças e que estas características influenciaram o perfil de conhecimento dos entrevistados sobre a rotulagem nutricional de alimentos.

Conclusão

O perfil dos consumidores dos supermercados do município de Francisco Beltrão (PR) se destaca pelo sexo feminino, na sua maioria casados que revelaram conhecer a rotulagem nutricional de alimentos. No entanto, percebe-se um número expressivo de desconhecimento considerando o nível de escolaridade identificado no estudo, pode-se inferir que é necessário uma maior educação nutricional, com estratégias que incentivem e orientem a leitura dos rótulos, contribuindo assim para escolhas alimentares saudáveis e seguras.

Referências

FELIPE, M. R. et al. Rotulagem de alimentos: o comportamento do consumidor usuário de supermercados do balneário Camboriú/SC. Higiene Alimentar, v.17, n.111, p.49-59, ago. 2003.

Palavras-chave: Características Sócio Demográficas.; Rotulagem de Alimentos.; Segurança Alimentar.

PERFIL GLICÊMICO E PADRÃO ALIMENTAR: UM ESTUDO COM FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO RECIFE-PE

LUCIANA DE VASCONCELOS DA ROCHA ALVES; LETÍCIA DINEGRI; MAYARA SANTOS CAPITÓ; HELÂNIA VÍRGÍNIA DANTAS DOS SANTOS; JAILMA SANTOS MONTEIRO; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

letydinegri@yahoo.com.br

Introdução

Há evidências bem fundamentadas da relação entre a qualidade da alimentação e os riscos de desenvolver o diabetes mellitus tipo 2. Tem sido demonstrada uma correlação positiva entre o nível glicêmico e o consumo de gorduras saturadas e uma correlação negativa entre este e o teor de fibras da dieta (Feskens EJM, Kromhout D, 1990).

Objetivos

Avaliar o consumo de alimentos de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e sua associação com o perfil glicêmico em funcionários da área de saúde de uma universidade pública do Recife-PE.

Metodologia

Estudo transversal com funcionários acima de 20 anos, de ambos os sexos, da área de saúde da Universidade Federal de Pernambuco, realizado no período de abril a setembro de 2010. Os dados referentes ao consumo alimentar foram coletados por meio de um questionário de frequência alimentar (QFA) do tipo qualitativo, sendo desenvolvido e validado por Furlan-Viebig & Pastor Valero (2004), para o estudo da dieta e doenças crônicas. Os resultados obtidos foram convertidos em escores e foram constituídos dois grupos de alimentos, risco e proteção para doença crônica. O modelo conceitual também considerou variáveis sociodemográficas e antropométricas. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco sob número de Registro CEP/CCS/UFPE 285/09. A construção do banco de dados foi realizada no programa Epi-info versão 6.04) com dupla entrada de informações e verificadas com o módulo VALIDATE, para checar a consistência e a validade das mesmas. As análises estatísticas foram realizadas no SPSS 13.0 para Windows. Os escores de frequência de consumo alimentar, em virtude de se tratar de variáveis em escala ordinal, foram descritos sob a forma de mediana e Intervalo Interquartilico (IQ). A associação entre o consumo alimentar e as variáveis explicativas foi avaliada pelos testes U de Mann Whitney (duas medianas) e Kruskal Wallis (mais de duas medianas), empregando-se o teste U de Mann Whitney a posteriori. Na validação das associações investigadas foi adotado o valor de $p < 0,05$.

Resultados

Foram coletadas informações de 267 funcionários e destes 131 possuíam resultados de glicemia de jejum e constituíram a mostra desse estudo. A frequência encontrada de glicemia alterada de jejum foi de 41,2% sendo mais freqüente no sexo masculino ($p=0,000$), nos indivíduos com menor grau de instrução ($p=0,009$), naqueles de maior faixa etária ($p=0,022$) e naqueles indivíduos com obesidade global ($p=0,023$) e abdominal ($p=0,000$). As medianas dos escores de consumo de alimentos de risco e proteção foram similares em todas as variáveis analisadas, exceto por um maior consumo de alimentos protetores observado nos indivíduos obesos ($p = 0,000$).

Conclusão

O estudo aponta para a complexidade envolvida na relação entre consumo alimentar, glicemia de jejum e variáveis sociodemográficas, indicando a necessidade de novos estudos com delineamentos mais apropriados, fornecendo subsídios para futuras intervenções nesta população.

Referências

1. FESKENS, EJM; KROUMHOUT D. Habitual dietary intake and glucose tolerance in euglycaemic men: The Zutphen Study. *International Journal of Epidemiology*, 19:953-959,1990.
2. FURLAN-VIEBIG, R; PASTOR-VALERO, M. Desenvolvimento de um questionário de frequência alimentar para o estudo de dieta e doenças não transmissíveis. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 581-4, 2004.

Palavras-chave: consumo alimentar; perfil glicêmico; adultos; antropometria; doenças crônicas

PERFIL NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA FREQUENTADORA DE ABRIGO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

MICHELLI FERREIRA PONTES; LUIZA ANTONIAZZI GOMES DE GOUVEIA; BETTINA GERKEN BRASIL; PATRÍCIA HELENA GILBERTO RIOS PERREIRA

¹ UNIP - Universidade Paulista

luiza.antoniazzi@hotmail.com

Introdução

A população em situação de rua pode devido ao contexto em que vivem, apresentar insegurança alimentar, alimentação inadequada e alterações no estado nutricional.

Objetivos

Descrever o consumo alimentar, verificar o estado nutricional e analisar o nível de insegurança alimentar de indivíduos vivendo em situação de rua no município de São Paulo.

Metodologia

Trata-se de estudo transversal, realizado por entrevistas aos frequentadores de um centro de acolhida para adultos em situação de rua do município de São Paulo. Aprovação ética parecer número parecer 2.113.641. Foram coletados dados pessoais, idade e sexo, peso e estatura. A ingestão diária de vitaminas antioxidantes foi avaliada por meio de recordatórios alimentares de 24 horas do dia anterior e um registro alimentar de um dia de final de semana. O cálculo nutricional foi realizado utilizando o Software DietPro®. Foi aplicado o questionário de insegurança alimentar e nutricional por meio da forma reduzida da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os resultados são apresentados em valores médios e desvio padrão (+ DP) para as variáveis contínuas e em número absoluto e percentual para as variáveis categóricas. Foi testada a diferença nos valores médios do consumo alimentar entre o grupo com e sem insegurança alimentar, pelo Software SPSS 20.0.

Resultados

O presente estudo incluiu 22 homens adultos (91,7%) e 2 homens idosos (8,3%). Foi verificado que dos participantes adultos 54,5% (n=12) estão eutróficos segundo o IMC e 22,7% (n=5) apresentam sobrepeso, 1 idoso apresentou baixo peso e 1 excesso de peso. Em relação ao número de refeições diárias 66,7% (n=16) dos participantes geralmente realizam três refeições ao dia. Foi verificado que 45,8% (n=11) ingere bebida alcoólica, a maior frequência é de 33,3% casos que são de uma a duas vezes por mês. Quanto ao tabagismo, nota-se que dos vinte e quatro participantes 54,2% (n=13) são fumantes. Após análise do questionário de insegurança alimentar e nutricional aplicado, verificou-se que 75% (n=18) não se preocupou com a possibilidade de a comida acabar antes da nova disponibilidade de receber mais comida, 83,3% (n=20) alegou que a comida não acabou antes de receber mais, 79,2% (n=19) não ficou sem receber uma alimentação saudável e variada, 66,7% (n=16) não precisou diminuir a quantidade ingerida nem pular refeições porque não teria mais dinheiro para comprar algum alimento e 58,3% (n=14) diz não ter comido menos com medo de não ter mais alimento para comer. De acordo com a EBIA, 20,8% (n=5) não estão classificados com insegurança alimentar. A média do valor calórico foi de 3004,1 Kcal (+ 903,4), os percentuais médios dos macronutrientes foram de 50,0% + 8,0 para carboidrato, 18,0% + 3,7 para proteína, 31,6% + 8,3 para lipídios totais, 7,7% + 2,8 para gordura saturada, 8,4% + 4,1 para gordura monoinsaturada, 7,9% + 2,0 para gordura poli-insaturada. O valor médio de fibra alimentar foi de 39,3 g + 13,1, de gordura trans foi 0,6 g + 1,4 e de colesterol dietético 277,2 mg + 164,2. Ao testar diferença entre os valores de macronutrientes consumidos pelos indivíduos com e sem insegurança alimentar e nutricional, não foi observada diferença.

Conclusão

Foi pequeno o percentual de indivíduos em situação de rua frequentadores de centro de acolhida identificado com Insegurança alimentar e nutricional. A maior parte dos indivíduos apresenta estado nutricional adequado e valor calórico e de macronutrientes consumidos está próximo das recomendações dietéticas.

Referências

Palavras-chave: Pobreza extrema; Hábitos alimentares; Consumo alimentar; Estado nutricional

PERFIL NUTRICIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO CAMINHAR EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BELÉM-PA

ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; ROSALBA VELASCO GUIMARÃES SILVA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

alessandrasbarata@gmail.com

Introdução

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento são primordiais para a saúde infanto juvenil, sendo o estado nutricional um importante parâmetro para indicar as condições de morbimortalidade infantil, estando relacionado com outros aspectos ambientais, como presença de patologias que afetem o desenvolvimento e crescimento adequado do ser humano (BRASIL, 2002). Apesar de a desnutrição e nutrição inadequada ser uma questão problemática em alguns países, com a transição nutricional, a obesidade também é uma ameaça à saúde da população infantil e juvenil (RAMIRES et. al, 2014).

Objetivos

Avaliar o perfil nutricional de crianças e adolescentes com alterações de desenvolvimento e crescimento atendidos no Programa Caminhar.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido com 100 pacientes (crianças e adolescentes) de ambos os gêneros, atendidos no Ambulatório de Nutrição do Serviço Caminhar do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, da Universidade Federal do Pará. Os dados foram coletados entre Fevereiro de 2016 a Agosto de 2017, foi realizada a avaliação nutricional da amostra por meio da coleta dos dados antropométricos de Peso (Kg) e Altura (m). Para a mensuração dessas medidas, as crianças e os adolescentes permaneciam com o mínimo de vestimentas, descalços e sem adereços, segundo orientações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004). A medida de peso foi obtida com uso de balança digital, com capacidade para 180 kg e precisão de 100g, enquanto que para obtenção da estatura, foi utilizado o estadiômetro com precisão de 1mm. O peso e estatura foram utilizados para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e para determinação dos índices Peso para Idade (P/I), Altura para Idade (A/I) e Índice de Massa Corporal para Idade (IMC/I). Outras variáveis coletadas foram faixa etária, gênero e o diagnóstico clínico dos pacientes. As crianças de zero a nove anos e adolescentes de 10 aos 18 anos, foram analisados no programa Anthro e Anthro Plus, que exibiu os resultados em escores z, baseados nos padrões de crescimento, descritos pela Organização Mundial da Saúde (OMS 2007). Foi realizada análise descritiva dos dados utilizando o software Epi Info 3.5.1. A Resolução de Aprovação deste trabalho tem o número 3298/05 de 07 de março de 2006 - CONSEP/UFPA.

Resultados

O estudo foi realizado com 100 crianças (74%) e adolescentes (26%) de 3 meses a 18 anos de idade e de ambos os sexos, consultadas no ambulatório de nutrição no Programa Caminhar, referência em atendimento de patologias relacionadas ao desenvolvimento infanto juvenil, como síndromes genéticas, autismo, mucopolissacaridoses, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e transtornos diversos. No grupo estudado, foi prevalente meninos (63%), enquanto as meninas representaram 37% da população total da pesquisa. Com base na classificação do Índice de Massa Corporal, 43% apresentaram eutrofia, 32% sobrepeso e obesidade, e por fim, 25% dos indivíduos do estudo estavam com baixo peso.

Conclusão

Diante dos resultados, foi possível constatar que a maioria dos pacientes exibiu um desenvolvimento nutricional adequado, ainda que apresentem variadas patologias que possam afetar e comprometer a ingestão alimentar de forma adequada devido o diagnóstico clínico. Contudo, o número significativo de pacientes acima do peso, demonstram inadequações do consumo alimentar. Assim, o acompanhamento nutricional é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento infanto juvenil, auxiliando no quadro clínico e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação - Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Vigilância alimentar e nutricional - **SISVAN: orientações básicas para a coleta**,

processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde / [Andhressa Araújo Fagundes et. al.]. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Secretaria de Políticas Públicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

RAMIRES, E. K. N. M. et. al. Nutritional status of children and adolescents from a town in the semiarid Northeastern Brazil. **Rev Paul Pediatr**. v. 32, n. 3, p. 200-207, 2014.

WHO. World Health Organization. **Child Growth Standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-forheight and body mass index-for-age**. Methods and development. Geneva: World Health Organization; 2007.

Palavras-chave: Alterações de desenvolvimento; Avaliação nutricional; Nutrição da criança; Nutrição do adolescente

PERFIL NUTRICIONAL DE INDIVÍDUOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE ATENDIDOS NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

LUHANA KAROLYNA ROQUE DA SILVA; HELICÍNIA GIORDANA ESPÍNDOLA PEIXOTO

¹ SES/DF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal , ² FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde
l.karolyna@gmail.com

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são conceituados como serviços de saúde abertos e comunitários do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo indicados para usuários com transtornos mentais visando fomentar a integração social e familiar, a autonomia do paciente, além de possibilitar o atendimento especializado à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Objetivos

Analisar o perfil nutricional de indivíduos com transtornos psiquiátricos atendidos nos centros de atenção psicossociais do distrito federal.

Metodologia

A presente pesquisa consistiu-se em um estudo transversal, exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, realizada em dois Centros de Atenção Psicossocial do Distrito Federal, no período entre maio julho do ano de 2017. A amostra englobou 41 usuários, com idade entre 40 e 60 anos, de ambos os sexos, que se encontravam no serviço de saúde a pelo menos um mês. A coleta de dados se deu por meio do preenchimento de uma ficha de avaliação nutricional que englobava a avaliação antropométrica do usuário através da aferição da estatura (m), peso corporal (kg), circunferência abdominal (cm), da cintura (cm) e do quadril (cm), assim como houve uma averiguação da presença de doenças clínicas através de um questionário. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, com número de CAAE 64968716.6.0000.5553 e os usuários que concordaram em participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Realizou-se a pesquisa com 41 indivíduos, em dois Centros de Atenção Psicossocial do Distrito Federal para portadores de sofrimento psíquico grave. Dentre a população estudada, observou-se uma prevalência do sexo feminino (78%, n=32), com idade de 21 a 59 anos. Durante a avaliação antropométrica, verificou-se uma variação de peso entre 35 e 123kg, no qual, após o cálculo de Índice de Massa Corporal da amostra, pode-se verificar que 70% (n=29) da amostra encontra-se com classificação, de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde, com sobrepeso ou obesidade. De todos os participantes, 33 pessoas (n= 80%) estavam com risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares apresentando circunferência abdominal acima de 80 centímetros. Corroborando com os achados, quase 50% (n=18) da amostra encontra-se com obesidade ginoide ou androide de acordo com a classificação dos padrões de Relação Cintura-Quadril, assim como, 59% (n=24) possui algum tipo de doença crônica não transmissível como hipertensão, diabetes mellitus, distúrbios da tireoide ou dislipidemias. Assunção e Silva (2013) que alegam os transtornos psiquiátricos podem estar associados a mudanças fisiológicas, estruturais, bem como nutricionais, como o sobrepeso, obesidade, síndromes metabólicas e doenças crônicas não transmissíveis, estando de acordo com os dados achados.

Conclusão

Observou-se uma elevada taxa de indivíduos com risco nutricional estando acima do peso, com risco de desenvolvimento e/ou agravamento de doenças crônicas não transmissíveis. Conforme Melca e Fortes (2014) a construção de um tratamento com suporte interdisciplinar, associando os transtornos mentais com os distúrbios físicos é fundamental visando ofertar maiores condições para melhora da qualidade de vida, bem como, do prognóstico desses indivíduos tendo em vista que diversos estudos relevam essa ligação entre as doenças crônicas não transmissíveis com os transtornos psiquiátricos.

Referências

ASSUNÇÃO, A.A.; SILVA, L.S. Condições de trabalho nos ônibus e os transtornos mentais comuns em motoristas e

cobradores: Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2012. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(12):2473-2486, dez, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004. 1ª Edição - 86 p.: ISBN 85-334-0775-0.

MELCA, I. A.; FORTES, S. Obesidade e transtornos mentais: construindo um cuidado efetivo. Revista HUPE, Rio de Janeiro, 2014;13(1):18-25 - DOI:10.12957/rhupe.2014. 9794

Palavras-chave: Saúde Mental; Nutrição ; Estado nutricional

PERFIL NUTRICIONAL DE PRÉ ESCOLARES DE CRECHES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA.

ANA KAROLINE GOMES MARTINS; ARLENE CORREA MASSOUD; ELNA MARIA GOMES DIAS BAENA; ANGÉLICA VANESSA GOMES PEREIRA; MARIA JAKELINE OLIVEIRA SANTOS; JANETE DO SOCORRO SILVA LUZ ALMEIDA

¹ PMM - Prefeitura Municipal de Marituba, ² UNAMA - Universidade da Amazônia
ananutri.martins@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o maior programa de alimentação em atividade no país. Diariamente, cerca de 37 milhões de refeições são servidas nas escolas públicas do país. Durante a infância, a alimentação, ao mesmo tempo em que é importante para o crescimento e desenvolvimento, pode também representar um dos principais fatores de prevenção de algumas doenças. Diante desta realidade, tem-se observado grande interesse pela adequação alimentar do pré-escolar, pois a partir destes é possível a identificação e compreensão das relações entre as escolhas alimentares e o estado de saúde. A avaliação antropométrica é um importante método simples, não invasivo e rápido para o diagnóstico do estado nutricional, fornecendo dados sobre a prevalência e a gravidade do estado nutricional.

Objetivos

Avaliar o perfil nutricional de pré-escolares de 2 a 3 anos das creches públicas do município de Marituba/PA.

Metodologia

Foi utilizada a base de dados secundários não nominais do departamento de alimentação escolar da secretaria municipal de educação, com as variáveis sobre: sexo, idade, peso e estatura, referente ao mês de março de 2017, pelo qual avaliou o estado nutricional de 718 crianças, na faixa etária de 2 a 3 anos, matriculadas nas 20 creches públicas no município. O estado nutricional foi avaliado em escore-Z, considerando os índices peso para idade, peso para estatura, estatura para idade, índice de massa corpórea para idade, utilizando as curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde.

Resultados

O resultado foi obtido com 718 crianças sendo 321 do sexo feminino e 397 do sexo masculino com seguintes resultados peso/altura, 8% risco de baixo peso para altura e 56% está adequado. Peso/idade 5% está em risco de baixo peso para idade e 69% encontrava-se com peso adequado para a idade. Altura/idade, 13% está em risco de baixa altura para idade e 53% está adequado. IMC/idade 11% está em risco de baixo IMC para idade e 53% adequado. Os resultados indicam que a faixa etária avaliada encontrasse em estado nutricional adequado e alguns em risco de desnutrição e obesidade infantil.

Conclusão

É possível observar diferenças significativas no padrão nutricional da população estudada, que estariam vivenciando, em diferentes graus, a transição nutricional na progressiva redução de déficits nutricionais e o aumento da prevalência de sobrepeso. Os resultados desta pesquisa indicam a importância de ações em educação alimentar e nutricional assim como a necessidade da atuação articulada entre as escolas e serviços de saúde para o monitoramento dos perfis nutricionais e implementação de intervenções diferenciadas para os distintos espaços e instituições frequentados pelos escolares.

Referências

Manual de Gestão da Merenda Escolar. Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar. São Paulo; 2004.

Spinelli MAS, Canesqui AM. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979- 1995). Rev Nutr 2002; 15:105-107.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Relatório de atividades. Brasília: MEC; 2003.

Anjos LA, Castro IRR, Engstrom EM, Azevedo AMF. Crescimento e estado nutricional em amostra probabilística de escolares no Município do Rio de Janeiro, 1999. Cad Saúde Pública 2003; 19(sup.1): s171-s179.

Palavras-chave: avaliação nutricional; pré escolares ; educação infantil

PERFIL NUTRICIONAL DE RECÉM NASCIDOS BENEFICIADOS DO PROGRAMA DE EXTENSÃO MÃE E BEBÊ

BRUNA DE SOUZA; CAROLINE D'AZEVEDO SICA

¹ FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

bruna.souza169@gmail.com

Introdução

O estado nutricional de uma criança ao nascer varia de acordo com as condições de vida intrauterina às quais esteve submetida. A adequação nutricional do feto pode influenciar de forma significativa a morbidade e a mortalidade do recém-nascido. As evidências epidemiológicas apontam para fortes associações entre nutrição e crescimento no início da vida e posteriores doenças na fase adulta. Medidas antropométricas como peso e comprimento ao nascer, obtidos na primeira hora após o nascimento, refletem as condições nutricionais do neonato e da gestante, sendo considerados indicadores apropriados de saúde individual.

Objetivos

Acadêmica do Programa de Extensão Mãe Bebê, da Universidade Feevale, com acompanhamento na USF Kephass em Novo Hamburgo, visa identificar o perfil nutricional de RN beneficiados pelo programa.

Metodologia

Trata-se de um trabalho descritivo exploratório e documental, foram coletados dados como peso, comprimento e idade gestacional ao nascer e tipo de parto. Os dados de peso e comprimento foram submetidos ao software WHO Antro, a fim de classificar os índices antropométricos peso para idade (P/I), estatura para idade (E/I) e peso para estatura (P/E). Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o banco de dados de participantes do Projeto de Extensão entre o ano de 2016 e primeiro semestre de 2017. Para análise estatística utilizou-se média e desvio padrão, frequência absoluta e teste qui-quadrado. Este trabalho tem aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 2.340.689.

Resultados

A amostra foi composta de 77 lactentes. A média de peso foi 3398,36g±459,98 e comprimento foi 48,88cm±2,29. Em relação a peso para idade, 75 (97,4%) apresentaram peso adequado para idade e 2 (2,6%) peso elevado para a idade. Quanto a peso para estatura, observou-se 44 neonatos eutróficos, 7 com risco para baixo peso, 1 com magreza, 17 com risco de sobrepeso, 4 com sobrepeso, 1 obeso e 3 como não diagnosticado, pois o comprimento mínimo para classificação é de 45cm e estes nasceram com 41 e 44 cm. Referente a estatura para a idade, observou-se 71 neonatos com estatura adequada para idade, 5 baixa estatura para idade e 1 muito baixa estatura para idade. Na relação do peso e idade gestacional ao nascer, observando-se que 9,1% encontram-se pequeno para idade gestacional (PIG), 87% adequado para idade gestacional (AIG) e 3,9% grande para idade gestacional (GIG). A média de idade gestacional foi 39,2 semanas, sendo assim, todos os nascimentos a termo. Referente ao tipo de parto, houve uma prevalência de parto normal 67,5%, enquanto que cesárea foi de 32,5%.

Conclusão

Concluímos que o perfil nutricional dos recém nascidos estudados é considerado satisfatório, visto que a maioria apresentou peso adequado ao nascer, reforçando que os índices antropométricos estudados, a razão simples entre o peso e o comprimento, mostrou-se uma alternativa adequada e apropriada para a avaliação do estado nutricional ao nascimento.

Referências

FALCÃO, Mário Cícero. Suporte nutricional no recém-nascido doente ou prematuro. Rev Med, São Paulo, v. 82, n. 1-4, p.11-21, jan-dez. 2003.

Palavras-chave: Antropometria recém-nascidos; Avaliação nutricional infantil; Curvas de crescimento; Saúde da criança

PERFIL NUTRICIONAL E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

IRENE COUTINHO DE MACEDO; JULIANA HELENA DA CONCEIÇÃO BRAZ

¹ SENAC - Centro Universitário Senac

irene.cmacedo@sp.senac.br

Introdução

Diversos estudos relacionam a prática de atividade física e uma boa alimentação com níveis de saúde, uma vez que a prática regular de atividade física combinada a uma alimentação equilibrada auxiliam na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como doenças do aparelho circulatório, cânceres, diabetes, entre outros. Assim, torna-se relevante realizar um estudo que verifique a relação entre o nível de atividade física e os hábitos alimentares dos participantes de um programa de acompanhamento nutricional.

Objetivos

Comparar alterações na composição corporal de indivíduos que praticam atividade física e indivíduos sedentários acompanhados em centro de atendimento nutricional.

Metodologia

Estudo do tipo descritivo com análise documental no qual foram coletados dados já existentes dos prontuários dos pacientes atendidos em um centro de atendimento nutricional de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Todos os prontuários analisados são referentes a pacientes que aceitaram participar de pesquisa, tendo assinado o termo de consentimento livre e esclarecido nos moldes do projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Senac, sob o parecer no 104.03.12. Foram analisados 70 prontuários tendo como critério de inclusão pacientes entre 19 a 59 anos de idade, prontuários contendo todos os dados da avaliação física (peso, índice de massa corpórea (IMC), peso de gordura corporal, peso de massa muscular, relação cintura quadril (RCQ) e taxa de metabolismo basal (TMB)) tanto para praticantes e não praticantes de atividade física. Apenas foram inseridos prontuários cujo retorno do paciente não tenha extrapolado 60 dias. Foi utilizado o teste t student pareado para verificar efeitos pós intervenção entre as variáveis numéricas para $p < 0,05$, segundo Stata versão 10.0.

Resultados

Foram estudados 70 prontuários sendo a população composta por homens (29%) e mulheres (71%) com média de idade de $40 \pm 15,6$ anos. O principal motivo de busca pelo atendimento nutricional foi a perda de peso para a 54% das mulheres e 50% dos homens. A maioria da população relatou prática regular de atividade física (52% das mulheres e 70% dos homens). Comparando os indicadores corporais entre indivíduos sedentários e ativos no início do acompanhamento nutricional e após o período de 6 meses, observou-se uma pequena redução de peso corporal, gordura corporal, para os dois grupos sem relevância estatística. No entanto, observou-se também uma redução significativa na massa muscular para os dois grupos ($p=0,01$) o que pode ter acontecido por erros de medida da bioimpedância, registrados nos prontuários. Em contraponto, positivamente, observou-se uma relação estatisticamente significativa para a redução da relação cintura-quadril entre os que praticaram atividade física e os que não praticaram ($p = 0,01$) indicando que a prática da atividade física associada a alimentação adequada pode favorecer a redução de risco para doenças cardiovasculares. É importante ressaltar a necessidade de realizar estudos com um número maior de indivíduos a fim de favorecer uma análise estatística mais apurada e com menos vies.

Conclusão

Conclui-se que o acompanhamento nutricional em centro de atendimento pode favorecer a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis acompanhados de práticas de atividades físicas regulares. No entanto, é necessária atenção aos registros de prontuário para que os estudos prospectivos possam ser realizados com maior eficácia.

Referências

DUNCAN, Bruce Bartholow et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. Revista de Saúde Pública. São Paulo. Vol. 46, supl. 1 (dez. 2012), p. 126-134, 2012.
MARCONDELLI, Priscilla; COSTA, Teresa Helena Macedo da; SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares. Nível de atividade física e hábitos alimentares de universitários do 3º ao 5º semestres da área da saúde. Rev. nutr, v. 21, n. 1, p. 39-47, 2008.

MONTEIRO, Carlos A. et al. A descriptive epidemiology of leisure-time physical activity in Brazil, 1996-1997. Revista Panamericana de Salud Publica, v. 14, n. 4, p. 246-254, 2003.

Palavras-chave: atividade física; alimentação; medidas antropométricas; atendimento nutricional

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E DE SAÚDE EM ADOLESCENTES COM EXCESSO DE PESO

MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; SAMANTHA DALBOSCO LINS CARVALHO; KARYNE SUMICO DE LIMA UYENO; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
maricsm.02@gmail.com

Introdução

A mídia e a sociedade valorizam o corpo magro como um paradigma de beleza ideal. Tal padrão influencia fortemente os adolescentes, público que vivencia grandes mudanças, especialmente a busca de sua identidade pessoal e corporal, com modificação do posicionamento do corpo perante o mundo. Adolescentes que não se consideram acima do peso/satisfeitos com o mesmo podem ser menos propensos a terem estilo de vida saudável.

Objetivos

Analisar a satisfação com o peso em adolescentes com excesso de peso, segundo variáveis sociodemográficas, de morbidades e comportamentos de saúde.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional com adolescentes entre 10-19 anos, participantes do Inquérito de Saúde em Campinas (ISACamp-2008/09). A amostra foi determinada por procedimentos de amostragem probabilística, por conglomerado e nos estágios: setor censitário e domicílio. O Índice de Massa Corporal foi calculado com informações referidas e classificado com base nos percentis da Organização Mundial da Saúde. Verificou-se associação entre a satisfação com o peso e as variáveis independentes pelo teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%. As Razões de Prevalências (RP) brutas e ajustadas e os Intervalos de Confiança de 95% foram calculados pelo uso de regressão simples e múltipla de Poisson. Os responsáveis pelos adolescentes menores de 18 anos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, em adendo ao parecer nº 079/2007.

Resultados

Foram analisados 217 adolescentes com sobrepeso/obesidade. Prevalências inferiores de satisfação com o peso foram observadas nos adolescentes com renda mensal per capita $\geq 1,5$ salários mínimos (RP=0,5; IC95%:0,3-0,9), nos que possuíam entre 8-15 equipamentos no domicílio (RP=0,4; IC95%:0,3-0,7) e 16 ou mais (RP=0,3; IC95%:0,1-0,7), nos com presença de doença(s) crônica(s) (RP=0,4; IC95%:0,2-0,8) e ao menos duas queixas de saúde (RP=0,2; IC95%:0,1-0,5). Todavia, notou-se maior prevalência de satisfação nos adolescentes mais novos, de 10-14 anos (RP=2,5; IC95%:1,4-4,3). Grande parte dos jovens (RP=50,3%-IC95%: 41,3-59,3) foram caracterizados como insuficientemente ativos; 51,2% (IC95%: 42,6-59,8) dos sujeitos referiram consumo de frutas; 57,7% (IC95%: 50,9-64,3) de hortaliças e 43,8% (IC95%: 35,6-52,4) de refrigerantes ≥ 4 vezes por semana.

Conclusão

Verificaram-se menores prevalências de satisfação com o peso nos adolescentes com excesso de peso de maior poder aquisitivo, com doença(s) crônica(s) e queixas de saúde. Metade dos adolescentes não praticava atividade física segundo o tempo / a frequência recomendados. Além disso, observaram-se baixas prevalências no consumo frequente de frutas e hortaliças e elevado percentual de ingestão de refrigerantes.

Referências

- 1-BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.
- 2-BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2016.
- 3-FROIS, E.; MOREIRA, J.; STENGEL, M. Media and body image in adolescence: the body in discussion. Psicologia em Estudo, v.16, n.1, p.71-7, 2011.
- 4-POVEDA, A.; IBÁÑEZ, M. E.; REBATO, E. Obesity and body size perceptions in a Spanish Roma population. Ann Hum

Biol., v.41, n.5, p.428-35, 2014.

Palavras-chave: Adolescente; Inquéritos Epidemiológicos; Obesidade; Peso corporal; Sobrepeso

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM IDOSOS FREQUENTADORES DE UM NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DE BELÉM/PA

THAIS FRANCO DOS SANTOS; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; EMILY DE CÁSSIA CRUZ DOS SANTOS; MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS; RÉIA SÍLVIA LEMOS; WALYSON SANTOS DE SOUZA

¹ UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ssamara.queiroz@gmail.com

Introdução

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) baseia-se na definição de segurança alimentar e nutricional, a qual expressa o direito de todo indivíduo ao acesso regular e permanente a alimentação de qualidade e em quantidade adequada, sem o comprometimento de outras necessidades básicas, buscando sempre práticas alimentares saudáveis e que respeitem a diversidade cultural e o meio ambiente. Devido as diversas alterações causadas pelo processo natural de envelhecimento, o estado nutricional dos idosos é comprometido e fatores socioeconômicos pertinentes a renda podem levar o idoso a insegurança alimentar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.77). O Índice de Massa Corporal (IMC) é um bom indicador do estado nutricional, além de ser valido pelo baixo custo, praticidade e utilidade para predição de doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p.23).

Objetivos

Identificar o perfil sociodemográfico e verificar a presença de insegurança alimentar e nutricional em idosos frequentadores de um núcleo de convivência de Belém/PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. Aplicou-se um questionário estruturado com perguntas fechadas contendo dados sociodemográficos e dados antropométricos peso e altura, a classificação do Índice de Massa Corporal seguiu as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e para Circunferência da Cintura adotou-se a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998). As ações desenvolvidas pelo projeto contemplam a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados foram registrados e analisados em planilha eletrônica do Microsoft Excel® 2013.

Resultados

O estudo foi realizado com 102 idosos de ambos os sexos, sendo o sexo feminino predominante com 87,2%, a faixa etária prevalente no estudo foi de 60 a 69 anos representando 49% dos idosos, quanto a escolaridade, o Ensino Fundamental Incompleto obteve o maior percentual com 47%. Tratando-se da renda, a maior parte dos idosos alegou não possuir renda própria (52,9%), além disso, constatou-se que 75,4% deles recebem apenas um salário mínimo o qual custeiam alimentação, gastos familiares e remédios, isto é, o acesso a alimentação adequada fica comprometido devido a despesa com outras necessidades essenciais. Em relação ao Índice de Massa Corporal, observou-se que grande parte dos idosos apresentava inadequações quanto ao diagnóstico nutricional, pois 33,3% apresentaram excesso de peso e 32,3% estavam abaixo do peso aquedado, ou seja, encontravam-se em risco nutricional.

Conclusão

Pode-se perceber que a insegurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada a condição socioeconômica, podendo contribuir tanto para desnutrição pela dificuldade de acesso ao alimento, quanto para o excesso de peso pelo consumo de alimentos ultraprocessados, os quais se ingeridos em excesso tendem a favorecer o desenvolvimento de doenças. É necessário o fomento das políticas de garantia ao acesso a alimentação saudável e adequada, bem como, o monitoramento das medidas antropométricas, promoção de novos hábitos alimentares conduzindo a melhoria do estado nutricional da população idosa.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde). 77p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) [Internet]. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar. **XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud**, Kingston – Jamaica: 9-11 jul. 2001, 92p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. **WHO Technical Report Series**, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Perfil sociodemográfico; Idosos; Segurança Alimentar; Saúde coletiva

PESQUISA DE COLIFORMES A 30 E 45°C EM SORVETES DE MASSA COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO – PR

LEILA ROSELI DIERINGS DELLANI; LÍGIA DE CARLI PITZ; JANDRIELI LUZIA BEUS; FERNANDO HENRIQUE PAVÃO; EDER PADILHA DOS SANTOS

¹ UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ² UNIPAR - universidade Paranaense
ledierings@gmail.com

Introdução

Sorvetes de massa e picolés são denominados como produtos gelados comestíveis, os quais são uma mistura homogênea de gordura e proteínas, podendo ser adicionado outros ingredientes e submetidos ao congelamento. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Sorvete, o Brasil está em décimo primeiro lugar a nível mundial em consumo de sorvete. Por possuir uma composição variada de ingredientes, é considerado um alimento favorável ao desenvolvimento de microorganismos. Porém, para que uma possível contaminação alimentar se desenvolva, deve ocorrer um descuido significativo durante a etapa do processamento do produto. A contaminação pode ser devida a matérias-primas mal conservadas ou vencidas, falta de limpeza de equipamentos, manipuladores com má higiene corporal ou sem uso de Equipamentos de Proteção Individual adequados e inapropriados processos de pasteurização, congelamento e armazenamento.

Objetivos

Realizar a pesquisa de Coliformes totais e a 45° em sorvetes de massa comercializados na cidade de Francisco Beltrão –PR.

Metodologia

Foram coletadas 15 amostras de sorvete de massa em diferentes estabelecimentos comerciais da cidade de Francisco Beltrão (PR). Após o derretimento completo da amostra, 25 g foram transferidos para erlenmeyers estéreis e foi adicionado 225 ml de água peptonada 0,1%, sendo a mistura homogeneizada durante 1 minuto. Desta diluição 10⁻¹, 1,0 mL foi inoculada em placas 3M Petrifilm CC®. Após, as placas foram levadas para incubação em estufas a 32°C e 45°C por 24 horas. Foram considerados resultados positivos para Coliformes, o crescimento de colônias vermelhas com produção de gás.

Resultados

As placas incubadas a 32°C apresentaram crescimento de 0 a 214 UFC/mL de coliformes totais, sendo o valor médio de aproximadamente 42,3 UFC/mL. Já as placas incubadas a 45°C apresentaram crescimento de 0 a 86 UFC/mL de coliformes a 45°, sendo o valor médio de aproximadamente 20 UFC/mL. No entanto, apenas uma amostra não apresentou coliformes totais e coliformes a 45° e 06 amostras apresentaram coliformes totais, mas não apresentaram coliformes a 45°. Apenas 05 amostras apresentaram coliformes a 45°C em quantidade superior a estabelecida pela legislação (5 UFC/mL).

Conclusão

Portanto, a maioria dos sorvetes analisados apresentou coliformes totais e coliformes a 45°C, o que pode ser devido às condições de processamento e/ou comercialização inadequados, podendo representar perigo para a saúde do consumidor. Sendo assim, é necessário maior fiscalização e um controle de qualidade, de forma a assegurar os direitos e a saúde do consumidor.

Referências

BRASIL. Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 200. Aprova o Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. RDC nº 266, de 22 de setembro de 2005. Aprova o Regulamento Técnico para gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 set. 2005.

TONET, A.; RIBEIRO, A. B.; BAGATIN, A. M.; QUENEHEN, A. SUZUKI, C. C. L. F. Qualidade microbiológica de sorvetes e caldas pasteurizadas produzidos artesanalmente em uma cidade do estado do Paraná. Revista Brasileira de Pesquisa em Alimentos. n. 2, p. 96 – 103, 2011.

PAZIANOTTI, L.; BOSSO, A. A.; CARDOSO, S.; COSTA, M. de R.; SIVIERI, K. Características microbiológicas e físico-químicas de sorvetes artesanais e industriais comercializados na região de Araçatuba – PR. Rev. Inst. Lact. “Cândido Tostes”. n. 377, p. 15-20, 2010.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Análise Microbiológica; Produção de alimentos

PET-SAÚDE/GRADUASUS: AVALIAÇÃO DAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE MÃES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA HORA DAS COMPRAS.

ANA CAROLINE NEGRÃO LOPES; DÉBORA SUELLEN RIBEIRO GOMES; SILVANA DA SILVA MOURA; ERICA COSTA DA COSTA; SANDRA MARIA DOS SANTOS FIGUEIREDO; REJANE MARIA SALES CAVALCANTE MORI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará, ² SESMA - Secretaria Municipal de Saúde

anacarolinenegrao@gmail.com

Introdução

Dentre os direitos humanos básicos, estão o acesso a saúde e alimentação. Visando à garantia destes direitos o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015, busca a consolidação de programas e ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, em especial na primária. Um estudo realizado por Nascimento et al. (2017), constata que a maior parte da renda de usuários do Programa Bolsa Família é convertida principalmente, na aquisição de alimentos, em especial produtos processados e ultraprocessados. Tais resultados fortalecem a necessidade de atividades de educação nutricional na construção de hábitos alimentares saudáveis.

Objetivos

Avaliar o consumo alimentar, por meio de atividade de educação alimentar e nutricional, de beneficiárias do Programa Bolsa Família atendidas em uma Unidade Municipal de Saúde de Belém, Pará.

Metodologia

A atividade foi realizada em maio de 2017, por um grupo do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, formado por acadêmicos, tutor e preceptor do curso de Nutrição da Universidade Federal do Pará, com as mães que aguardavam atendimento no Programa Bolsa Família. Após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as participantes foram expostas a diversas embalagens de produtos alimentícios, agrupados de acordo com a nova classificação dos alimentos, apresentada na segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). Em um primeiro momento, todas receberam orientações sobre os alimentos apresentados e, em seguida, “compraram” os que mais consumiam. No final, com base nos relatos e nas escolhas alimentares, foram realizadas orientações para o correto consumo dos mesmos.

Resultados

Por meio da atividade foi possível observar que a maioria das participantes optou por “comprar” alimentos processados (fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar, visando elevar a vida de prateleira e torná-los mais agradáveis ao paladar), e ultraprocessados (formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias sintetizadas em laboratório ou extraídas de alimentos), e demonstrou baixo consumo dos alimentos in natura, aqueles que não sofreram quaisquer alterações ao deixar a natureza, ou minimamente processados, que foram submetidos a processo de limpeza, secagem ou congelamento, por exemplo. Além das escolhas, o modo de preparo dos alimentos foi a grande questão abordada durante a atividade, indicando que muitas possuíam informações errôneas sobre alimentação e nutrição. De certa forma, a atividade permitiu divulgar o tema da nova classificação de alimentos, aperfeiçoar o entendimento e esclarecer dúvidas das participantes.

Conclusão

A atividade realizada de forma fácil e prática, possibilitou a disseminação de informações importantes para a adoção de hábitos alimentares saudáveis para esta população. Desta forma, destaca-se a importância de atividades de Educação Alimentar e Nutricional como essa na Atenção Primária à Saúde direcionada a influenciar nas escolhas alimentares e consequentemente na qualidade da alimentação, uma vez que a arrecadação proveniente dos programas de transferência de renda, como o do Programa Bolsa Família, tem impacto no combate à fome e a insegurança alimentar.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. edição. Brasília : ministério da saúde, 2014.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, 2011.

NASCIMENTO, E. C. et. al. **O papel do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias do Território do Marajó, PA.** Campo Grande: INTERAÇÕES, v. 18, n. 2, p. 59-70, abr./jun. 2017.

Palavras-chave: Guias alimentares; Saúde Pública; Educação alimentar e nutricional

POLÍTICA ESCOLAR DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES: UM ESTUDO TRANSVERSAL

MYRTIS KATILLE DE ASSUNÇÃO BEZERRA; MÔNICA KARINE VIEIRA DE ALMEIDA SOUZA; BRUNA MATOS DE ASSIS; PEDRITA BORGES DIAS

¹ FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco, ² UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
monica-karine94@hotmail.com

Introdução

Cerca de 25% dos adolescentes do Brasil apresentam excesso de peso (BLOCH et al., 2016). Políticas que estimulem a alimentação saudável no ambiente escolar e nutrição parecem ser o meio mais custo-efetivos para promoção da alimentação saudável, contribuindo para bons hábitos alimentares e melhora no estado nutricional de adolescentes. (BEZERRA et al., 2017).

Objetivos

Investigar se as políticas escolares para promoção da alimentação saudável tem relação com a menor prevalência de obesidade em adolescentes de escolas públicas e privadas de Recife.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional, como parte do “Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes” (ERICA). Foram avaliados 2.400 adolescentes de 12 a 17 anos de 39 escolas públicas e privadas selecionadas em Recife (PE). O estado nutricional foi classificado segundo o IMC, razão entre o peso (kg) e o quadrado da estatura (m). Para a classificação do estado nutricional, foram adotadas as curvas de referência da Organização Mundial de Saúde (OMS) (OMS,2007), utilizando como índice o IMC-para-idade, segundo sexo. Os pontos de corte adotados foram: $\text{score-Z} \geq -2$ e ≤ 1 (eutrofia); $\text{score-Z} > 1$ e ≤ 2 (sobrepeso) e $\text{score-Z} > 2$ (obesidade). Através de questionário aplicado ao gestor da escola, onde se avaliou se a escola apresentava a política de limitar da venda e/ou oferta de alimentos ultraprocessados, com alto teor de gordura e/ou açúcar, como biscoitos, refrigerantes, sucos industrializados e frituras. Utilizou-se o teste quiquadrado e a razão de prevalência (RP) com respectivo IC95% como medida de associação. O nível de significância estatística foi fixado em $< 0,05$. As análises foram realizadas Stata 14.0. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (Nº 05185212.2.2002.5208).

Resultados

No presente estudo, a prevalência de adolescentes com IMC adequado para idade foi de 73,4% ($n=1.649$), com sobrepeso 16,8% ($n=389$) e com obesidade 9,6% ($n=222$). As escolas com políticas promotoras da alimentação saudável apresentam menor prevalência de estudantes com obesidade (7,6% vs. 16,6%; $RP=0,98$; IC95%: 0,96; 0,99) e uma maior prevalência de estudantes com índice de massa corporal adequada (75,9 % vs. 69,8%) quando comparadas com as escolas que não adotavam essa política.

Conclusão

As escolas que dispõe de políticas de promoção de alimentação saudável, incluindo a menor oferta de alimentos ultraprocessados, apresentaram uma menor prevalência de adolescentes com obesidade, o que demonstra a efetividade dessas políticas.

Referências

BEZERRA, M.A.. et al. Saúde e nutrição em escolas públicas e privadas de Recife. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife , v. 17, n. 1, p. 191-200, mar. 2017.

BLOCH, K.V.; et al . ERICA: prevalências de hipertensão arterial e obesidade em adolescentes brasileiros. Revista de Saúde Pública, v. 50 Suppl 1:9s. , 2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents. Bull World Health Organ. v.85, p: 660-7, 2007

Palavras-chave: Alimentação saudável; Nutrição; Obesidade; Promoção da saúde

POR QUE AS PESSOAS COMEM O QUE COMEM? COMPARAÇÃO DAS MOTIVAÇÕES PARA COMER ENTRE DOIS CONTEXTOS SOCIOECONÓMICOS DÍSPARES NO BRASIL

JÉSSICA MARIA MUNIZ MORAES; MARLE S ALVARENGA

¹ FSP-USP - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo

marlealvarenga@gmail.com

Introdução

Os motivos para comer e para a escolha alimentar consideram vários atributos relacionados ao indivíduo, à comida e ao ambiente; ou seja, envolve fatores biológicos, fisiológicos, psicológicos, cognitivos, ideológicos, culturais e socioeconômicos (como renda, escolaridade e preço dos alimentos). As motivações para comer são, no entanto, pouco estudadas e não há no cenário nacional investigações sobre o tema, especialmente em contextos diferenciados¹.

Objetivos

Avaliar as motivações para comer e para a escolha alimentar em dois contextos socioeconômicos díspares no Brasil e verificar associações entre esse constructo e o sexo, idade, estado nutricional, escolaridade, status socioeconômico, se tem de filhos e hábito de cozinhar.

Metodologia

Estudo transversal, no qual usuários de ambos os sexos de duas Unidades de Saúde de São Caetano do Sul (São Paulo) e duas de São Luís (Maranhão) foram convidados a participar da pesquisa respondendo: questionário sociodemográfico; questionário de classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (ABEP); e a The Eating Motivation Survey (TEMS)¹. Foram utilizados Testes de Qui-Quadrado de Pearson (χ^2) para comparar as frequências das variáveis sociodemográficas e econômicas e as médias das dimensões da TEMS foram analisadas por meio de Testes t Independente e Modelos Lineares Generalizados (GLM) entre e dentro as cidades. As análises foram conduzidas por meio do software SPSS 21.0. Todos os indivíduos que participaram desta pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública (USP) sob protocolo 1.885.824, e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Participaram do estudo 473 indivíduos, que foram principalmente do sexo feminino (74,8% de mulheres em São Luís e 74,5% em São Caetano do Sul). São Luís teve maior proporção de adultos jovens (20-30 anos) ao passo que São Caetano do Sul teve maior frequência de pessoas na faixa dos 50 a 59 anos. Para a classificação do Índice de Massa Corporal (IMC) ambas as cidades tiveram mais de 50% dos indivíduos com IMC ≥ 25 . Conforme o esperado, os indivíduos de São Luís tiveram menor grau de escolaridade (11,1% com nível superior) e de classificação socioeconômica (29,3% entre as classes A-B2) comparado aos de São Caetano do Sul (41,9% com nível superior; 74,7% entre as classes A-B2); e a distribuição de quem cozinha ou não e ter filhos foi semelhante nas duas cidades – com mais pessoas que cozinhavam (74,4% em São Luís e 76,2% em São Caetano do Sul) e que tinham filhos (72,7% em São Luís e 66,7% em São Caetano do Sul). De modo geral, houve uma semelhança nas motivações para comer entre os dois contextos, sendo que nas duas cidades as pessoas comem o que comem principalmente devido à Preferência, Hábitos, Necessidade e Fome, e Saúde e dão menos importância na hora de suas escolhas alimentares para motivos como Controle de Emoções, Normas Sociais e Imagem Social. No entanto, a variável cidade teve maior efeito para São Luís escolhendo mais por Saúde (efeito só da cidade) e Questões Naturais ($\eta^2=0,019$), e os de São Caetano do Sul, Preço ($\eta^2=0,014$) e Atração Visual ($\eta^2=0,009$).

Conclusão

Os resultados deste estudo atestam a multifatorialidade das motivações para comer e escolhas alimentares, sobre os quais é possível concluir que mesmo em contextos socioeconômicos diferentes, outros fatores determinantes de escolha alimentar, que não necessariamente relacionados ao status socioeconômico, podem ser relevantes nas razões pelas quais as pessoas comem o que comem.

Referências

1. Renner B, Sproesser G, Strohbach S, Schupp HT. Why we eat what we eat. The Eating Motivation Survey (TEMS). *Appetite* 2012; 59(1):117-128

Palavras-chave: escolha alimentar; Motivação; alimentação; comportamento; análise socioeconômica

PRÁTICA EDUCATIVA DE PROMOÇÃO A SAÚDE ÓSSEA PARA IDOSOS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

VANESSA DOS REIS DE SOUZA; SILVANIA FERREIRA RAMOS; SONIA MARIA BERBAT ANDRADE PAULA

¹ FABA - Faculdade Bezerra de Araújo
vanessadosreis1983@gmail.com

Introdução

O aumento excepcional de pessoas idosas desde o início do século XX é um fato observado em todo o mundo. Essa mudança produziu um impacto na estrutura etária da sociedade, assim como no aumento e predomínio de doenças crônico-degenerativas, como a osteoporose, uma patologia de alta prevalência, hoje apontada por ser um problema de saúde pública mundial. Em virtude da comemoração do dia do Idoso e visto a necessidade do público alvo, os acadêmicos de nutrição da Faculdade Bezerra de Araújo acompanhados por sua supervisora, realizaram uma atividade educativa com o intuito de informar e conscientizar os idosos de uma comunidade carente, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, a respeito dos problemas relacionados à osteoporose bem como sua prevenção, além de torná-los agentes sociais multiplicadores desse conhecimento.

Objetivos

Transmitir, de forma dinâmica, o conhecimento sobre os benefícios da ingestão adequada de cálcio assim como suas fontes alimentares, a fim de evitar e tratar a osteoporose, garantindo a manutenção óssea.

Metodologia

A prática educativa foi realizada no Núcleo da Associação de moradores da Comunidade São Jerônimo e contou com a participação de 25 idosos moradores locais, sendo aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com o auxílio de um carro de som e visitas domiciliares, os mesmos foram convidados a participarem do evento. Primeiro foi feita uma apresentação sobre a importância da atividade física para a saúde dos ossos, ministrada por uma educadora física que ensinou exercícios simples para serem praticados em casa. Em seguida os alunos interagiram com os idosos em uma dinâmica de perguntas sobre quais alimentos eles conheciam que era fonte de cálcio, usando cartazes e imagens. A medida que eles respondiam, os acadêmicos explicavam a importância do consumo de determinados alimentos para a saúde óssea, assim como a interação com alguns outros podem aumentar ou diminuir a absorção do nutriente. O evento foi encerrado com um baile de máscaras e degustação de um lanche saudável com alimentos fonte de cálcio.

Resultados

O público alvo conseguiu compreender claramente a proposta da apresentação, o que foi percebido pela alta participação e posterior procura dos mesmos com interesse de saber as receitas fonte de cálcio e outras formas de prevenir a doença.

Conclusão

A promoção de práticas saudáveis, tradicionalmente objeto das ações educativas em saúde, na linha de estímulo e capacitação para o autocuidado, controle e ingestão alimentar consciente, contribui para a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o envelhecimento sadio é uma das metas empregadas pela Organização Mundial da Saúde, fazendo com que as ações educativas sejam um dos veículos que aproxima os profissionais de saúde com a população.

Referências

- PINHEIRO, CARVALHO e DANTAS (2006). Osteopenia: um aviso silencioso às mulheres do século XXI. Revista de Educação Física. 1(140):43-51
- CARVALHO, FONSECA e PEDROSA (2004). Educação para a saúde em osteoporose com idosos de um programa universitário: repercussões. Rio de Janeiro
- ASSIS, MENEZES e PACHECO et al (2007). Ações educativas em promoção da saúde no envelhecimento: a experiência do núcleo de atenção ao idoso da UNATI/UERJ

Palavras-chave: Envelhecimento; Osteoporose; Saúde do Idoso

PRÁTICA EDUCATIVA DE PROMOÇÃO A SAÚDE PARA UM GRUPO DE DIABÉTICOS E HIPERTENSOS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

FABIANA DA SILVA SANTOS; SÔNIA MARIA BERBAT ANDRADE PAULA

¹ FABA - Faculdade Bezerra de Araújo

fabianasans@bol.com.br

Introdução

A obesidade é considerada uma epidemia mundial, existente em vários países. As tendências de transição nutricional das últimas décadas, com o aumento de produtos industrializados ricos em gorduras, açúcares e sal, aliadas com a ausência de atividade física, colaboram para o avanço de casos de obesidade, aumentando o risco de doenças crônicas não transmissíveis que são atualmente as principais causas de mortalidade no mundo, sendo a diabetes e hipertensão as mais comuns. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida de um grupo do posto de saúde, os acadêmicos de nutrição da Faculdade Bezerra de Araújo acompanhados por sua supervisora, realizaram uma atividade educativa multidisciplinar com a presença dos profissionais de odontologia, enfermagem e agente comunitário de saúde.

Objetivos

Orientar indivíduos com diabetes e hipertensão na montagem de seus pratos, realizando dinâmicas que os coloquem diretamente envolvidos com os alimentos, mostrando que é possível realizar preparações saborosas e rápidas na qual colabore de forma positiva para a saúde, visando o controle da patologia.

Metodologia

O evento foi realizado por acadêmicas na associação da comunidade em São Jerônimo. Compareceram 21 adultos e idosos já diagnosticado com hipertensão e diabetes mellitus, sendo aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No primeiro momento foi realizada uma dinâmica de “quebra-gelo” com o intuito de saber o nome dos participantes e também o tipo de alimento de sua preferência. Em seguida, os participantes foram divididos em quatro grupos onde cada um ficou responsável em montar o prato de uma refeição: desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar. Os pratos foram ilustrados em cartolinas com o nome de cada refeição e havia à disposição deles uma série de gravuras e miniaturas de alimentos diversificados que poderiam ser escolhidos livremente e que representasse o perfil de alimentos que costumam compor suas refeições. Após, as acadêmicas recolheram os cartazes e fizeram as observações pertinentes de acordo com os erros comumente cometidos e orientaram como montar a refeição de maneira mais harmônica, dando enfoque para os principais cuidados nas combinações alimentares para diabéticos e hipertensos. Ao final foi ofertada uma mesa com opções de preparações mais saudáveis, sendo explicado os benefícios de cada alimento, distribuído sal de ervas como brinde e um panfleto contendo as receitas.

Resultados

Durante o encontro, as atividades realizadas geraram resposta de grande valor para os acadêmicos. O público alvo demonstrou participativo em todas as atividades propostas, com alegria e espontaneidade. Diante disto, obteve-se parâmetros positivos, prazerosos e satisfatórios para ambos os lados.

Conclusão

Dentro do campo de estágio de saúde coletiva, a abordagem aos indivíduos acometidos com a patologia ocorre de forma satisfatória, gerando desafios para os acadêmicos da área de Nutrição que a cada dia buscam novas atividades e dinâmicas para melhor informa-los e favorecer adesão ao tratamento, mostrando que é possível através de boas escolhas alimentares, ter uma vida mais saudável. Contudo percebe-se que a equipe multiprofissional é importante para se obter melhores resultados ao tratamento.

Referências

Mariath, Aline Brandão, et al. Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400017. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

Silva, Terezinha Rodrigues, et al. Controle de diabetes Mellitus e hipertensão arterial com grupos de intervenção educacional e terapêutica em seguimento ambulatorial de uma Unidade Básica de Saúde. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300015. Acesso em: 02 de novembro de

2017.

SILVA, Kevlia Donato, et al. EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. Disponível em; <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/extensao-cultura/trabalhos-extensao-cultura/extensao-cultura-kelvia-donato.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2017

Palavras-chave: Equipe multidisciplinar; Obesidade; Qualidade de vida

PRÁTICAS ALIMENTARES DE CRIANÇAS DE 4 A 9 ANOS PARTICIPANTES DE OFICINAS DE CULINÁRIA SAUDÁVEL

CAMILA MELLO NEDEL; RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO; IVANA ARAGÃO LIRA VASCONCELOS; RENATA PUPPIN ZANDONADI; AMANDA NUNES ARAÚJO; NATÁLIA DIAZ TAVARES

¹ UNB - Fundação Universidade de Brasília
ivanaunb@gmail.com

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009) indicou 33,5% das crianças de 5 a <9 anos com excesso de peso, explicado pelo aumento do consumo de alimentos ricos em gordura e açúcar e a diminuição do consumo de frutas, hortaliças, arroz e feijão. Como uma estratégia de enfrentamento, oficinas culinárias são capazes de promover a alimentação saudável por favorecer o contato, o preparo, a degustação.

Objetivos

Avaliar práticas alimentares e antropometria de crianças de 4 a 9 anos participantes do projeto “A conquista da Alimentação Saudável pelas crianças na cozinha” da Universidade de Brasília.

Metodologia

estudo transversal realizado no 2º semestre de 2016 e 1º de 2017, com mensuração de peso e altura das crianças e aplicação de um formulário autoadministrado aos pais. Participaram da pesquisa 71 crianças, quase 80% daquelas que estavam no projeto. No formulário havia questões que abordavam temas sobre: restrição alimentar; frequência de prática de atividade física; número de refeições realizadas fora de casa e costume de levar lanche para a escola; participação da criança na preparação das refeições; questionário de frequência alimentar qualitativa composto por 45 itens alimentares e 8 tipos de frequência que variaram de nunca a 2 ou mais vezes por dia. A avaliação antropométrica das crianças foi feita a partir das curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde. Foram utilizados os parâmetros de peso por altura para as crianças de 4 anos e Índice de Massa Corporal por idade para as de 5 a 10 anos. Todos os pais assinaram TCLE.

Resultados

Cerca de 10% dos responsáveis relataram que as crianças possuíam algum tipo de restrição alimentar, sendo a intolerância a lactose e a alergia a proteína do leite as mais encontradas. A prática de atividade física pelo menos 3x/semana (média de 60 minutos) foi encontrada em 70% das crianças; 72% assistem à televisão ou fazem uso de jogos eletrônicos pelo menos 5x/semana durante 180 minutos. Cerca de 60% das crianças fazem os lanches da manhã ou tarde e 30% realizam o almoço fora do domicílio. Deve-se enfatizar, porém, que algo próximo a 70% das crianças levam o lanche de casa 5x/semana, optando principalmente por frutas (80%), bolos (67%), pães (65%), suco natural de frutas (55%), iogurtes (34%) e biscoitos (30%). Os sucos artificiais ou refrigerantes apareceram como preferidos em 21% dos casos e, em menor grau, surgiram os salgadinhos industrializados ou fritos (3-7%), leite com achocolatado e barras de cereal (10-12%). Com relação a frequência de consumo de alimentos, foi observado que, dentre os alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio, o achocolatado em pó é consumido diariamente por 27%, o biscoito recheado 5x/semana por 13%, as balinhas/ gomas de mascar 1x/ dia por 7%. Apesar do consumo diário de frutas e hortaliças cruas (72% e 48%), uma quantidade considerável consome menos de uma porção (27% e 62%, respectivamente). São eutróficas 73% das crianças avaliadas e 24% estão com excesso de peso. O sobrepeso foi mais presente nas meninas (8,5%) e a obesidade nos meninos (10%).

Conclusão

As crianças mostraram-se, em geral, ativas e eutróficas. Como grande parte realiza os lanches na escola levando-os de casa e, pelo menos, uma aula sobre o tema é oferecida semestralmente, as oficinas culinárias são potencialmente uma boa estratégia para desenvolver lanches saudáveis com maior praticidade e aceitação. Preparações como bolos e pães podem ser desenvolvidos reduzidos em gordura e açúcar e enriquecidos com frutas e hortaliças.

Referências

1. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

Palavras-chave: alimentação saudável; criança; culinária; consumo alimentar

PRÁTICAS ALIMENTARES NA PRIMEIRA INFÂNCIA E PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE INFANTIL

FLÁVIA GABRIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA; EYLLA HANNAH DA SILVA LEMOS; ISABELLA SIMÕES SOUZA; CATARINE SANTOS DA SILVA; TAMIRES BARBOSA PEREIRA DE OLIVEIRA; AUGUSTO CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA

¹ UNIFAVIP - Centro universitário do Vale do Ipojuca
flavia_gabrielle@yahoo.com.br

Introdução

O sobrepeso e a obesidade infantil vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos, chamando atenção para as práticas alimentares que as crianças têm quando se encontram na primeira infância. O ganho de peso excessivo na infância é uma condição em que o excesso de gordura corporal afeta de forma negativa a saúde ou bem-estar de uma criança. Estudos recentes apontam para duas causas que podem propiciar o sobrepeso e obesidade infantil, que são o desmame precoce e a alimentação complementar antes dos seis meses de vida. Vários motivos estão relacionados ao incentivo dessas práticas pelas mães, como sua inserção no mercado de trabalho, a influência das propagandas alimentícias, o crescimento da indústria de alimentos, e o estilo de vida que as famílias têm adotado

Objetivos

Avaliar as práticas alimentares da primeira infância e a relação com a prevalência de sobrepeso e obesidade infantil.

Metodologia

Estudo transversal do tipo descritivo, realizado no mês de setembro de 2016, em uma Creche do Município de Surubim –PE. A população de estudo foi composta por alunos matriculados e com seus respectivos pais ou responsáveis. Foram aplicados dois questionários, um para os alunos e outro para seus responsáveis. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAVIP - DeVry, conforme as normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos sob o protocolo caae: 56584816.3.0000.5666.

Resultados

O tempo de aleitamento materno exclusivo e a introdução precoce da alimentação complementar podem ser fatores influenciadores no ganho excessivo de peso. A mediana de aleitamento materno exclusivo até os seis meses foi de 32,3%. A alimentação complementar era introduzida precocemente, visto que 56 % das mães ofertaram algum tipo de alimento antes dos 6 meses de vida da criança. A prevalência de sobrepeso e obesidade foi de 21,47% e 7,01% respectivamente entre ambos os sexos. Verificou-se que os hábitos alimentares das crianças estão inadequados, tendo consumos elevados de carboidratos 50% nas principais refeições e 17% nos lanches, açúcar 49% em todas as refeições e de proteínas onde 60%. O consumo elevado de açúcar (bolos, biscoitos doce, refrigerantes) foi alto entres a faixa de 3 a 5 anos onde 49% delas referiam consumir carboidratos simples em todas as refeições.

Conclusão

Pode concluir com este estudo, que a maioria das mães apesar de ofertarem leite materno introduziram de forma precoce outros tipos de alimento. Observou-se um consumo excessivo de carboidratos simples em todas as refeições. E a presença de sobrepeso e a obesidade já na fase pré-escolar associado a maus hábitos alimentares sendo necessária a implementação de medidas preventivas a fim de evitar futuros agravos à saúde desta faixa etária. Pode-se concluir também que além dos benefícios já existentes quanto ao aleitamento materno ele também pode atuar como protetor contra o sobrepeso e a obesidade durante toda a infância.

Referências

FILGUEIRAS, M. C. et. al. Prevalência de obesidade em crianças de escolas públicas, Revista Ciência & Saúde, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 41-47, 2012.

MOREIRA, A. S. H., MURARA, A. Z. Aleitamento materno, desmame precoce e hipogalactia: o papel do nutricionista. Revista Eletrônica da Faculdade Evangélica Do Paraná, v. 2, p. 51-61, 2012.

SILVEIRA, J. A. C., COLUGNATI, F. A. B., COCETTI, M., TADDEI, J. A. A. C., Secular trends and factors associated with

overweight among Brazilian preschool children: PNSN-1989, PNDS-1996, and 2006/07. *Jornal de Pediatria*, v.12, n.3, p.1-9, 2013.

MOURA, E.R.B.B., FLORENTINO, E.C.L., BEZERRA, M.E.B. Investigação dos fatores sociais que interferem na duração do aleitamento materno exclusivo. *Revista Intertox-EcoAdvisor de Toxicologia Risco Ambiental e Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 94-116, jun. 2015.

LELIS, L.S.C. Aleitamento Materno exclusivo à criança até os seis meses de idade: avanços e desafios. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Conselheiro Lafaiete, 2012.

Palavras-chave: sobrepeso; obesidade; crianças

PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DESENVOLVIDAS POR NUTRICIONISTAS QUE ATUAM NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA NO MUNICÍPIO DE MACAÉ/RJ

NATÁLIA SOUZA E SILVA; AMÁBELA DE AVELAR CORDEIRO

¹ UFRJ - CAMPUS MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus UFRJ Macaé

amabelaavelar@gmail.com

Introdução

O local de trabalho pode desempenhar um papel fundamental no processo da promoção da saúde, por contribuir para que hábitos alimentares saudáveis sejam fortalecidos, sendo um ambiente propício para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Desta forma, sabendo da importância do papel do nutricionista e do espaço da alimentação coletiva para a promoção da alimentação adequada, se faz necessário estudos que investiguem as intervenções de EAN desenvolvidas pelos nutricionistas neste cenário, assim como sobre o seu alinhamento com as diretrizes do Marco de Referência em EAN (MREAN).

Objetivos

Investigar as ações educativas de alimentação e nutrição desenvolvidas por nutricionistas que atuam na área de alimentação coletiva.

Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem exploratória. Participaram do estudo nutricionistas de empresas de alimentação coletiva com registro no Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região (CRN-4). As nutricionistas foram contatadas por telefone e, as que aceitaram participar do estudo, responderam a um formulário eletrônico em junho de 2017. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Campus UFRJ – Macaé.

Resultados

Dezoito empresas da área de Alimentação Coletiva estavam cadastradas no CRN-4, sendo que 6 estavam inativas ou com dados desatualizados. Foram contatadas 12 empresas, sendo que 8 nutricionistas aceitaram participar e responderam ao formulário eletrônico. A maioria dos nutricionistas (6) desenvolve ações educativas em alimentação e nutrição nas empresas, sendo a preocupação com os hábitos alimentares, com as doenças relacionadas à alimentação e com o consumo de determinados grupos alimentares os principais temas das ações descritas, demonstrando que a dimensão biológica da alimentação é a temática mais valorizada pelas profissionais. A principal motivação para as ações foi o desejo de mudança de hábitos alimentares para a promoção da saúde. No que tange às bases teóricas utilizadas para elaboração das ações educativas, foram citados artigos científicos, materiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde como fontes de consulta, demonstrando a valorização do conteúdo técnico científico das ações. Três categorias de análise emergiram das percepções das nutricionistas sobre a EAN: como prática contínua; como orientação nutricional e baseada no modelo de educação tradicional. Apenas duas nutricionistas disseram conhecer o MREAN. Dos nove princípios do MREAN, apenas o princípio 5, que trata da promoção do autocuidado e da autonomia, foi identificado nas ações descritas. Outros dois princípios, o 4 e o 9, foram tangencialmente contemplados.

Conclusão

As ações de EAN foram desenvolvidas de forma assistemática, em geral, sem processo avaliativo, com enfoque biologicista da alimentação e não foram percebidas como uma atividade prioritária pelos nutricionistas que participaram do estudo. De forma geral, os princípios do MREAN foram pouco observados nas ações relatadas pelas nutricionistas, demonstrando uma certa fragilidade de conciliação das ações com o atual referencial teórico em Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Alimentação Coletiva; Promoção da Saúde; Alimentação do Trabalhador

PREDIÇÃO DA INSATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL DE CONSUMIDORES DE SNACKS PREOCUPADOS COM A SAÚDE

VINÍCIUS RODRIGUES ARRUDA PINTO; JÉSSICA BEVENUTO MATTAR; JOSEFINA BRESSAN

¹ UFV - Universidade Federal de Viçosa, ² UFV - Universidade Federal de Viçosa
mattarjb@gmail.com

Introdução

A percepção da imagem corporal é complexa e se relaciona à autoestima geral (CROCKER; WOLFE, 2001). A adoção de hábitos saudáveis podem conduzir à autoimagem positiva (MCCABE et al., 2017), enquanto hábitos poucos saudáveis podem gerar a busca por corpos conexos a dietas restritivas (ÁLGARS; SANTTILA; SANDNABBA, 2010). O uso de alimentos para perda de peso se relaciona mais à busca do corpo desejável do que a preocupações com saúde. A avaliação dos corpos se dá sob os aspectos “saúde” e “beleza”. Contudo, a importância a cada atributo difere entre os sexos (LIPOWSKA et al., 2016).

Objetivos

Segmentar consumidores de snacks quanto à preocupação com a imagem corporal.

Metodologia

Participaram 99 voluntários, residentes em Viçosa-MG, de acordo com a Resolução n. 466 (12/12/2012) do Conselho Nacional de Saúde, envolvendo pesquisa com seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, sob nº 1.581.561. Foi critério para a seleção o consumo de snacks, considerando que esse público tende a cuidar e se preocupar com a saúde e corpo. A imagem corporal foi avaliada por meio do Body Shape Questionnaire. A escala de silhuetas adaptada e validada complementou a avaliação (KAKESHITA et al., 2009). Obtivemos dados individuais da composição corporal por meio da balança de bioimpedância (In Body 230, Korea), e a altura foi aferida conforme KAKESHITA et al., (2009). A análise de distribuição de frequências foi realizada a partir da segmentação dos indivíduos por sexo e índice de massa corporal, segundo a classificação da Organização Mundial da Saúde: percepção da imagem atual acima, abaixo ou igual à imagem real. Análise de Correlação de Pearson foi utilizada para o índice de massa corporal real e percebido.

Resultados

Houve predominância do sexo feminino (68%), idade entre 20 a 29 anos (68,6%), pós-graduação (44,1%) e com renda familiar mensal de 1 a 5 salários mínimos (62,8%). Dos 99 participantes, 5,1% estavam com baixo peso, 66,7% eutróficos, 16,2% com sobrepeso e 12,1% com obesidade. A Escala de Figuras de Silhuetas apresentou correlação positiva entre o índice de massa corporal real e à figura apontada como silhueta atual (total (n=99): $r=0,67$; mulheres (n=67): $r=0,71$; homens (n=32): $r=0,90$). Nos eutróficos, 42,9% demonstraram percepção acima da imagem real (30,2% do sexo feminino). No mesmo grupo, 14,3% dos homens apresentaram percepção igual a imagem real. No grupo de pessoas com excesso de peso, 89,3% demonstraram percepção acima da imagem real, sendo 25% do sexo masculino (100% dos homens deste grupo). O grupo de indivíduos abaixo do peso é representado apenas pelo gênero feminino, e demonstrou percepções acima ou abaixo da imagem real. Sobre a insatisfação com a imagem corporal, 90,9% das mulheres e 87,5% dos homens demonstraram insatisfação, enquanto 12,5% dos homens e 9,1% das mulheres apresentaram satisfação com a imagem corporal.

Conclusão

Indivíduos com sobrepeso e obesidade apresentaram maiores graus de insatisfação com a imagem corporal. São esses indivíduos que têm maior propensão a tomar atitudes mais severas em relação à própria imagem. Estes resultados enfatizam a importância da composição corporal no estudo da insatisfação com a imagem corporal.

Referências

- ÁLGARS, M.; SANTTILA, P.; SANDNABBA, N. K. Conflicted gender identity, body dissatisfaction, and disordered eating in adult men and women. *Sex Roles*, v. 63, n. 1, p. 118–125, 2010.
- CROCKER, J.; WOLFE, T. C. Contingencies of Self-Worth. *Psychological Review*, v. 108, n. 3, p. 593–623, 2001.
- KAKESHITA, I. S. et al. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 2, p. 263–270, 2009.
- LIPOWSKA, M. et al. Gender differences in body-esteem among seniors: Beauty and health considerations. *Archives of*

Gerontology and Geriatrics, v. 67, p. 160–170, 2016.

MCCABE, M. P. et al. Healthy me: A gender-specific program to address body image concerns and risk factors among preadolescents. *Body Image*, v. 20, p. 20–30, 2017.

Palavras-chave: percepção da imagem corporal; índice de massa corporal; composição corporal; preocupação com a saúde

PREPARAÇÕES CULINÁRIAS DO CONCURSO NACIONAL MELHORES RECEITAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE EM RELAÇÃO AO REGIONALISMO DOS INGREDIENTES

ISABELA CRISTINA DE CASTRO ALVES; VERÔNICA CRISTINA ALVES DALAPÍCOLA; MARIA SINEDES NERES DOS SANTOS; KARINE SILVA DOS SANTOS; FERNANDO LAMARCA

¹ FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ² UNIEURO - Centro Universitário Unieuro
isabelaalves11@gmail.com

Introdução

O Ministério da Educação (MEC) é o responsável por colocar em prática as políticas educacionais do governo federal e para isso conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este, por sua vez, possui a atribuição de captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos e de programas educacionais. Um dos programas em execução é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica da rede pública de ensino. Para se comemorar os 60 anos de existência do PNAE, o FNDE e o MEC lançaram o concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, destinado aos merendeiros e visando a sua valorização e promoção de práticas alimentares saudáveis.

Objetivos

Analisar as preparações culinárias do concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar quanto ao regionalismo dos ingredientes utilizados.

Metodologia

Foram analisadas 1.277 preparações culinárias salgadas participantes da segunda edição do concurso, enviadas por merendeiros atuantes em escolas públicas das cinco regiões do Brasil. As receitas foram analisadas individualmente por região, de acordo com a sua origem de submissão. Os alimentos empregados como ingredientes das preparações culinárias foram alocados de acordo com a sua região característica, sendo registrado a frequência com que os alimentos regionais foram utilizados pela sua respectiva região, além do número total de alimentos presentes nas receitas por região. Com esta análise, foi obtida a quantidade de alimentos utilizado por região e identificou-se a que fez uso do maior número de seus alimentos regionais. Adicionalmente, analisou-se nacionalmente, quais ingredientes foram mais utilizados de todas as receitas enviadas e de qual região pertenciam.

Resultados

A região centro-oeste utilizou 9 dos seus alimentos regionais, sendo a cebola o alimento mais presente nas preparações culinárias. A região norte contou com 12 alimentos regionais, onde o jambu foi o mais comum. Quanto a região nordeste, esta utilizou 20 alimentos regionais, sendo o coentro o que mais se repetia. A região sul utilizou 13 alimentos regionais, tendo o tomate como ingrediente mais frequentemente utilizado. Já a região sudeste utilizou 24 alimentos regionais, sendo a salsa a mais recorrente. A região que mais se destacou na utilização de seus próprios alimentos regionais foi o sudeste, sendo estes alimentos responsáveis por 60% dos ingredientes utilizados nas receitas provenientes desta região. Acompanhada em seguida pela região nordeste com 48%, sul com 43%, norte com 25% e centro-oeste com 23% de utilização. A análise nacional sobre a diversidade de ingredientes utilizados nas 1.277 preparações culinárias, revelou o uso de 89 diferentes alimentos.

Conclusão

O uso de alimentos regionais nas preparações culinárias apresentou grande variação a depender da região analisada, revelando a importância de se obter maior detalhamento da frequência utilizada. Neste sentido, podem ser propostas estratégias de fomento às regiões que façam menor uso de seus próprios alimentos regionais.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção básica. Alimentos Regionais Brasileiros, 2ª edição. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Coordenação-Geral do Programa de Alimentação Escolar. Melhores Receitas da Alimentação Escolar, 1ª edição. Brasília: 2016.

BRASIL - Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE. Portal do FNDE. Disponível em: . Acessado em

28/08/2017.

CASTRO, J.A. Avaliação do processo de Gasto Público do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Planejamento e políticas públicas. N.24. dez 2001.

GOUVEIA, A.B.; POLENA, A. Recursos do FNDE e sua importância nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba-PR, 2009.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Alimentos regionais; Cultura alimentar; Educação Alimentar e Nutricional

PRESENÇA DE AÇÚCARES DE ADIÇÃO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS QUE APRESENTAM APELO INFANTIL

SABRINA FONSECA LOPES; EMILY CRISTINA BARBOSA DA SILVA; INGRID TAVARES DE ARAÚJO; SHIDNEY SALATIEL BATISTA DE LIMA; ALINE LEÃO REIS; DANIELA LOPES GOMES

¹ UFPA - Universidade Federal Do Pará

sabrinaf.lopez@outlook.com

Introdução

Crianças e jovens têm se tornado alvo do marketing das indústrias, as quais apelam, muitas vezes, para propagandas que contenham personagens animados e personalidades da mídia (BRASIL, 2014). Esses alimentos podem possuir em sua composição os chamados açúcares de adição, que são carboidratos simples que foram acrescentados durante o processamento dos alimentos, destaca-se que o consumo excessivo desse tipo de alimento contribui para o surgimento de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis na infância (SCAPIN, 2016).

Objetivos

Identificar açúcares de adição em rótulos de produtos alimentícios com apelo infantil.

Metodologia

Estudo transversal descritivo, realizado em uma unidade da maior rede de supermercados de Belém-PA, em setembro de 2017. Oito graduandos de nutrição realizaram a coleta de dados a partir do registro em fotografia dos rótulos dos alimentos com apelo infantil. Considerou-se como alimento com apelo infantil aqueles que continham nas embalagens: personagens infantis, desenhos ou fotos de frutas, legumes, flores ou animais que poderiam induzir o consumo (BRASIL, 2002). Excluíram-se da pesquisa os chocolates, balas e bombons. Foi realizada a análise das listas de ingredientes de cada produto, identificando a presença dos açúcares de adição descritos por Scapin (2016). Os dados foram dispostos e analisados em planilha do programa Microsoft Excel versão 2010.

Resultados

Foram identificados 41 alimentos que se enquadravam ao critério de apelo infantil: biscoito doce (34,1%; n=14), iogurtes (9,7%; n=4), salgados de milho (9,7%; n=4), bebidas adoçadas (9,7%; n=4), sobremesas prontas (7,2%; n=3), macarrão instantâneo (4,8%; n=2), petit suisse (4,8%; n=2) e 1 produto (2,4%) para refresco, suco, bebida láctea, barra de cereal, pó para gelatina, massa de bolo, bolo com porção individual e bebida à base de soja. Observou-se que 41,4% (n=17) dos alimentos continham açúcares de adição em sua composição, dos quais, 28,58% (n=6) apresentavam xarope de açúcar, 28,58% (n=6) continham açúcar invertido, 19,04% (n=4) possuíam maltodextrina, 14,28 (n=3) sacarose e 9,52% (n=2) tinham frutose adicionada. Destaca-se que 29,26% (n=12) dos alimentos apresentavam mais de um açúcar adicionado, sendo que nas bebidas adoçadas o açúcar foi o primeiro ingrediente da lista.

Conclusão

Foram identificados 5 tipos de açúcares de adição nos produtos analisados, não obstante, parte dos alimentos apresentavam mais de um açúcar adicionado. Deve-se levar em consideração que o consumo excessivo desses produtos pelo referido público-alvo, juntamente com outros aspectos relacionados ao comportamento alimentar, pode favorecer o aparecimento de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis ainda na infância.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Guia Alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília, 2014.
- BRASIL. Resolução RDC nº 222, de 05 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância. Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União: 06 de agosto de 2002
- SCAPIN, T. Notificação dos açúcares de adição em rótulos de alimentos industrializados comercializados no Brasil. Florianópolis, 2016. 211p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Palavras-chave: Açúcar de adição; Apelo infantil; Rotulagem de alimentos

PREVALÊNCIA DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA EM CRIANÇAS ASSISTIDAS POR UM PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO NA CIDADE DE ARAGUARI, MINAS GERAIS

ISABELA SANTOS FERREIRA; BRUNA ROBERTA DA SILVA VELOSO; LUANA THOMAZETTO ROSSATO

¹ IMEPAC - Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos

luanathrossato@hotmail.com

Introdução

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma reação adversa mediada imunologicamente (HOCHWALLNER et al.; 2014), sendo o tipo de alergia alimentar mais comum na infância (2 a 3% das crianças menores de 3 anos têm APLV) (KOLETZKO et al., 2012). O tratamento inclui a eliminação do leite de vaca e seus derivados da rotina alimentar (HOCHWALLNER et al.; 2014). Diante disso, o uso de fórmulas alimentares especiais (à base de soja ou de proteína hidrolisada) faz-se necessário, entretanto, sabe-se que o aleitamento artificial é menos benéfico à saúde quando comparado ao aleitamento materno, além de mais dispendioso.

Objetivos

Avaliar a prevalência de alergia à proteína do leite de vaca entre as crianças assistidas pelo Programa de Suplementação da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari, Minas Gerais.

Metodologia

A Secretaria Municipal de Saúde de Araguari, Minas Gerais, possui um programa de suplementação com fórmulas e suplementos alimentares que são destinadas à população, principalmente àquela de menor renda. Desta forma, foram avaliados os processos administrativos pleiteados à concessão de fórmulas infantis, durante o mês de setembro de 2017. Foram coletados dados referentes à caracterização das crianças, fórmula concedida, diagnóstico de APLV e metodologia utilizada para diagnóstico.

Resultados

Noventa e seis processos administrativos estavam sendo requeridos pela população. As crianças tinham entre 65 dias e 4,3 anos de idade, e apresentaram peso ao nascer de 2710,2±822,6g (mínimo de 660g e máximo de 4400g). Do total, vinte e oito processos tinham diagnóstico de APLV, o que representa uma prevalência de 29,16%. Dentre as metodologias utilizadas para diagnóstico de APLV, observou-se que em doze crianças foram realizados testes sanguíneos, em duas foram feitos testes de provocação oral, em oito foram aplicados testes de exclusão, e duas crianças não haviam sido diagnosticadas até o momento, entretanto, faziam o uso de fórmulas especiais.

Conclusão

A prevalência de APLV em as crianças assistidas pelo Programa de Suplementação da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari - Minas Gerais, foi de 29,16%, estando em um patamar muito superior quando comparada com a média nacional. Ressalta-se que a metodologia empregada em várias situações pode não ser a mais adequada, sendo necessário, portanto, que técnicas de diagnóstico mais rigorosas sejam realizadas. Levando em consideração o alto custo dessas fórmulas e que elas são financiadas pelo Sistema Único de Saúde, o diagnóstico correto de APLV é essencial.

Referências

HOCHWALLNER, H.; SCHULMEISTER, U.; SWOBODA, I.; SPITZAUER, S.; VALENTA, R. Cow's milk allergy: From allergens to new forms of diagnosis, therapy and prevention. *Methods*, v. 66, n. 1, p. 22-33, 2014.

KOLETZKO, S.; NIGGEMANN, B.; ARATO, A.; DIAS, J. A.; HEUSCHKEL, R.; HUSBY, S.; et al. Diagnostic Approach and Management of Cow's-Milk Protein Allergy in Infants and Children: ESPGHAN GI Committee Practical Guidelines. *JPGN*, v. 55, n. 2, 2012. p. 221-229.

Palavras-chave: aleitamento materno; saúde pública; programa de suplementação

PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES NO PERFIL LIPÍDICO, GLICEMIA E ADIPOSIDADE EM ESTUDANTES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA SUL DO RIO DE JANEIRO.

SUELEN DE LIMA DA SILVA; LÚCIA GOMES RODRIGUES; VANESSA DE SOUZA SILVA DE ALMEIDA; PRISCILA SANTOS SILVA; ANDERSON JUNGER TEODORO; MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ² UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

lubel.rodrigues@gmail.com

Introdução

A obesidade infantil é considerada um grande problema de saúde pública no mundo e também no Brasil. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2009) apontou o excesso de peso como o principal problema nutricional com uma prevalência de obesidade de 7,2%. É importante salientar que o excesso de peso na infância predispõe a agravos à saúde, destacando a hipertensão arterial, alterações no perfil lipídico, diabetes tipo 2, dentre outras.

Objetivos

Descrever a prevalência e associação entre excesso de peso e adiposidade central, alterações no perfil lipídico e glicemia em escolares da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

Metodologia

Trata-se de um estudo observacional transversal com escolares de 6 a 19 anos de 5 escolas de ensino fundamental da zona sul do Rio de Janeiro. A coleta dos dados ocorreu, num primeiro momento com os escolares, após assinatura do termo de consentimento pelo responsável e assentimento pelo escolar. Foram coletadas as seguintes variáveis: idade (I), peso (P), estatura (E), circunferência abdominal (CA) na escola e perfil lipídico (colesterol total (CT), LDL, HDL, triglicerídeo (TG)) e glicemia na unidade de saúde após jejum de 8-12h com a presença do responsável. O IMC/I, em zscore, foi classificado de acordo com a OMS (2006) e a razão CA/E (RCAE) teve como indicativo de excesso de adiposidade central quando $> 0,5$ e o perfil lipídico e glicemia pelos critérios da SBC. O banco e análise dos dados foi efetuado no SPSS 17.0. Foi realizado teste de normalidade Kolmogorov Smirnov e para as variáveis com distribuição normal (glicemia, CT, HDL e LDL) a comparação de médias se deu pelo Teste T para amostra independente e sem distribuição normal (TG, P, IMC e IMC/I) pelo Teste Mann Whitney entre os grupos com e sem excesso de adiposidade central. E também foi realizada a correlação de Pearson e Spearman com e sem distribuição normal respectivamente. O teste de associação foi qui quadrado. O nível de significância foi de 5%. A Pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número 201757213.5.0000.5285.

Resultados

Foram avaliados 790 escolares, sendo 37% portadores de excesso de peso. As prevalências de alterações no perfil lipídico foram: 19% TG ($74,8 \pm 29,7$ mg/dL); 47% CT ($153,4 \pm 6,5$ mg/dL); 21% LDL ($85,7 \pm 21,9$ mg/dL); 19% HDL ($54,7 \pm 12,9$ mg/dL) e 1% Glicemia ($83,0 \pm 6,5$ mg/dL). O excesso de adiposidade central, pela RCAE, esteve presente em 25% dos escolares. As médias de LDL ($p=0,002$), HDL ($p=0,012$), TG, IMC e IMC z-score ($p=0,000$) foram estatisticamente diferentes naqueles com RCAE elevada e esta se correlacionou positivamente com a LDL, TG, IMC, IMC zscore e negativamente com a HDL. Não se encontrou correlação estatisticamente significativa entre RCAE e Glicemia e CT. ($p>0,05$). Apesar de não ter sido encontrada correlação estatística significativa, 47% dos escolares apresentaram alterações nos níveis de colesterol.

Conclusão

A prevalência de excesso de peso, adiposidade central e alterações no perfil lipídico foi elevada e na glicemia praticamente inexistente. Os resultados apontaram uma associação positiva entre adiposidade central, peso, IMC/I e alterações no perfil lipídico. Com base nestes dados ações de intervenção já vem sendo realizadas nestas escolas, visando à conscientização do problema com atividades de educação alimentar e nutricional e estímulo à prática de atividade física de forma dinâmica e lúdica.

Referências

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa nacional de saúde do escolar. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009.
MEDEIROS, Carla Campos Muniz et al. Resistência insulínica e sua relação com os componentes da síndrome

metabólica. Arq Bras Cardiol, v. 97, n. 5, p. 380-389, 2011.

PERES, Stela Verzinhasse et al. Prevalência de excesso de peso e seus fatores associados em adolescentes da rede de ensino público de Piracicaba, São Paulo. Revista Paulista de Pediatria, v. 30, n. 1, p. 57-64, 2012.

Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). I Diretriz de Prevenção da Aterosclerose na Infância e na Adolescência. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 85, supl. VI, 2005.

Palavras-chave: adiposidade; dislipidemia; escolar; prevalência

PREVALÊNCIA DE ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS NA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE GUARULHOS, SP

CRISTIANE TAVARES MATIAS; DENISE CAVALLINI CYRILLO

¹ USP / PRONUT - Universidade de São Paulo - Programa de Pós Graduação Interunidades em Nutrição Humana

Aplicada

cristtavares.nutri@hotmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é reconhecidamente importante como política pública na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Em um recorte de suas diretrizes, ressalta-se o direito à alimentação adequada dos alunos que necessitam de atenção específica na alimentação, devido sua condição de saúde, como “alergias alimentares, diabetes, intolerância à lactose, doença celíaca ou outra condição que demande alimentação escolar diferenciada”. O direito à alimentação adequada no ambiente escolar a este público tem sua base legal na Lei 11.947/09 e na Lei nº 12.982/2014, que tornou obrigatório o fornecimento de cardápio especial. A rede de ensino municipal de Guarulhos, que abrange alunos de creche ao 5º ano do ensino fundamental, realiza um trabalho diferenciado, com atendimento nutricional individualizado com os responsáveis por estes alunos. Conhecer a proporção de alunos com necessidades alimentares especiais é extremamente importante para as ações de inclusão realizadas tanto em âmbito institucional como escolar, e para a previsão de aquisição de alimentos adequados, subsidiando a expansão e o aperfeiçoamento do serviço prestado.

Objetivos

Caracterizar a prevalência de alunos com necessidades alimentares especiais da rede de ensino municipal de Guarulhos, SP.

Metodologia

Este estudo integra o projeto de mestrado “Necessidades alimentares especiais: uma análise das ações em nutrição na rede de ensino municipal de Guarulhos, SP”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, protocolo 68376117.3.0000.0067. Trata-se de um estudo transversal, do tipo descritivo, quantitativo. Foi realizado levantamento da prevalência das doenças que possuem necessidades alimentares especiais a partir de dados secundários constantes do registro dos atendimentos nutricionais do banco de dados da Secretaria de Educação de Guarulhos, referentes aos anos de 2015 e 2016.

Resultados

Guarulhos possuía no período estudado 141 escolas sob gestão municipal, apresentando 564 atendimentos em 2015 e 797 em 2016. Em 2015, 62% destas escolas solicitaram atendimento nutricional e em 2016 a solicitação foi de 79%. Em 2016 a quantidade de atendimentos aumentou em todas as regiões do município, exceto na Central, onde houve discreta diminuição. A Educação Infantil (alunos de 3 a 5 anos) apresentou maior prevalência de atendimentos em ambos os períodos, seguido do Ensino Fundamental (6 a 10 anos) e creche (0 a 2 anos). Em relação às doenças que originaram a necessidade de alimentação especial, verificou-se que em 2016 houve aumento de atendimentos em praticamente todas as doenças apresentadas. Houve prevalência das alergias alimentares (2015= 44,2%; 2016= 45,5%); dislipidemia (2015= 14,7%; 2016= 15,4%) e intolerância à lactose (2015= 13,5%; 2016= 11,6%). Dentre as alergias, houve prevalência de alergia à proteína do leite de vaca, à corantes e conservantes e ao ovo, em ambos os períodos.

Conclusão

A prevalência de doenças que necessitam de alimentação especial no âmbito escolar vem aumentando na rede de ensino municipal de Guarulhos, principalmente em relação às alergias alimentares, dislipidemia e intolerância à lactose. Tal diversidade e prevalência exige um planejamento adequado das compras de gêneros alimentícios de modo a garantir a segurança alimentar dentro da escola.

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília: FNDE, 2016. 65 p. Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de->

divulgacao/alimentacao-manuais/item/10217-caderno-de-referência-alimentação-escolar-para-estudantes-com-necessidades-alimentares-especiais>.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4):909-916, 2013.

PEIXINHO, A.M.L. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 133 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Alimentação escolar; Saúde Pública

PREVALÊNCIA DE ANEMIA E DEFICIÊNCIA DE FERRO EM RECÉM-NASCIDOS COM MAIS DE 35 SEMANAS GESTACIONAIS

GABRIELA FERNANDES DEL VALE; LETICIA VALERIO PALLONE; FELIPE ALVES DE JESUS; GLEICE ALINE GONÇALVES; RODRIGO ALVES FERREIRA; CARLA MARIA RAMOS GERMANO

¹ UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
gabriela.fernandes90@gmail.com

Introdução

No Brasil, onde a atenção às gestantes durante o pré-natal ainda não é ideal, a questão da deficiência de ferro é um problema de saúde pública, que deve ser abordado no contexto de suas repercussões negativas para a gestante e para o recém-nascido (RN). Dados recentes apontam que a suplementação de ferro durante o pré-natal está muito aquém das metas do governo federal e que a anemia ferropriva pode causar impactos significativos no desenvolvimento do Sistema Nervoso Central (SNC), resultando em alterações cognitivo-comportamentais no RN. Estudos mostram que mesmo RN com hematócrito normal e deficiência de ferro latente podem ser afetados.

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo analisar a prevalência de anemia e deficiência latente de ferro em RN com idade gestacional maior ou igual a 35 semanas, nascidos na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos no período de março de 2016 a março de 2017.

Metodologia

O estudo foi aprovado pelo CEP institucional (Parecer 791.511-CAAE: 35584114.2.0000.5504). Foram avaliados os valores de hematócrito e ferritina do cordão umbilical de 189 RN, sendo 54,5% do sexo feminino e 45,5% do sexo masculino, cujos responsáveis aceitaram participar da pesquisa. O hematócrito foi mensurado, após centrifugação em tubo apropriado, sob condições padronizadas, através do método de Wintrobe et al (1987). A dosagem de ferritina foi realizada através de um ensaio enzimático imunométrico quimioluminescente de fase sólida (IMMULITE/IMMULITE 1000 FERRITIN - Siemens Healthcare Diagnostics UK). Os dados foram apresentados como média \pm DP. A diferença entre os grupos foi determinada pelo teste t não paramétrico (Mann-Whitney). Nível de significância de 5%.

Resultados

Todas as gestantes afirmaram ter realizado pré-natal, 72,5% das gestantes referiram fazer uso regular de sulfato ferroso e, destas, 8,5% referiram seu uso para tratamento de anemia diagnosticada na gravidez. Os RNs foram divididos em 2 grupos: HT normal (HT >42 - grupo 1), com 157 RNs (83%) e HT baixo (HT ≤ 42 - grupo 2), com 32 RNs (17%). O grupo 1 foi subdividido em grupos: Ferritina normal: ferritina >75 ng/ml, 113 RNs (72%); Deficiência latente de ferro: $11 \leq$ ferritina ≤ 75 ng/ml, 44 RNs (28%). Não houve diferença significativa dos grupos em relação à idade materna e peso dos RNs.

Conclusão

Os dados obtidos mostram que a suplementação de ferro não é universal e que ainda se encontra uma porcentagem significativa de RNs com anemia. Mesmo naqueles com HT normal, foi verificado que $>25\%$ apresentavam deficiência de ferro latente. Os achados deste estudo reforçam a importância da orientação e monitorização da gestante quanto à suplementação de ferro efetiva durante o pré-natal. Suporte financeiro: FAPESP.

Referências

Palavras-chave: anemia; deficiência latente de ferro; recém-nascido

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES BRASILEIROS (PENSE 2015)

IANE RAQUEL DE SOUZA BARATA; VICTOR VIEIRA DE OLIVEIRA; BRENDA LUDMILLA BRAGA VIEIRA; IRLAND BARRONCAS GONZAGA; NALU DE MORAES RIBEIRO; TULIO GONÇALVES GOMES

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
vicvoli2310@gmail.com

Introdução

As principais causas de morte no mundo são as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), as quais foram responsáveis por volta de 63% das mortes em 2008, e no Brasil, os casos de morte por DCNT chegaram até 72% (BRASIL, 2011). Entre os principais Fatores de Risco para essas doenças se encontram o Excesso de peso e a inatividade Física (BRASIL, 2011). Na tentativa de conhecer a magnitude e a tendência dessas doenças no Brasil foi criado um sistema de vigilância, composto por vários inquéritos, entre eles Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) a partir do ano de 2009, e que ocorre a cada três anos (BRASIL, 2011).

Objetivos

Observar a prevalência de excesso de peso e indivíduos fisicamente ativos, entre adolescentes que participaram da PeNSE nas grandes regiões brasileiras em 2015.

Metodologia

Os dados foram analisados por meio do SIDRA, este é um banco de tabelas estatísticas, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo informações de diversas pesquisas realizadas por este instituto. No banco de dados SIDRA, foi selecionada a PeNSE 2015, foi então realizada análise descritiva da prevalência (em percentual e respectivo intervalo de confiança de 95%) do excesso de peso e atividade física. A PeNSE foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, por meio do Parecer Conep n. 1.006.467, de 30.03.2015.

Resultados

Na região norte 21,2% (20,3% entre os meninos e 22,3% entre as meninas) dos adolescentes se encontravam acima do peso, na região nordeste 20,5% (20,6% entre os meninos e 20,4% entre as meninas); no sudeste 24,8% (25,3% entre os meninos e 24,3% entre as meninas); no sul 28,3 % (27,1 entre os meninos e 29,3% entre as meninas); no centro-oeste essa porcentagem chegou a 24,2% (24,3% entre os meninos e 25,6% entre as meninas). Acerca do nível de atividade física do total de adolescentes que participaram da pesquisa na região norte, apenas 32 % (38,1% entre os meninos e 25,3% entre as meninas) foi considerado ativos fisicamente, praticando 300 minutos ou mais atividade física ao decorrer da semana anterior a pesquisa; 28,7% (37,4% entre os meninos e 25,3%) na região nordeste, na região sudeste 32,2% (sendo que entre os menino 42,7 % foram considerados fisicamente ativos e entre as meninas 22,1%), na região sul o índice é de 32,5% (43,5% entre os meninos e 21,3% entre as meninas); a região centro – este alcançou o maior prevalência de 37,2% (46,4 entre os menino e 28,3 entre as meninas) de adolescentes fisicamente ativos.

Conclusão

Podemos observar que a prevalência de excesso de peso em adolescente da população brasileira está em média 23,8%, tanto em meninos como meninas; a menor porcentagem encontrada foi na região nordeste e a maior na região sul. O nível de indivíduos fisicamente ativos nas grandes regiões não ultrapassou nem 37,2% (valor encontrado na região centro-oeste), com a mínima de 28,7% na região nordeste, tendo a prevalência de 31,6% de adolescentes brasileiros ativos, ou seja, 68,4% foram considerados insuficientemente ativos. Se faz necessário a publicação desses dados e a sensibilização desta população para que haja mudanças de hábitos de saúde, e que dessa forma, esses adolescentes com excesso de peso e inativos fisicamente não se tornem futuros portadores de DCNT.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde. 148 p.: il.2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde escolar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016.

Palavras-chave: Adolescentes; Atividade Física ; Estado Nutricional

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO E SUA ASSOCIAÇÃO COM O CONSUMO ALIMENTAR EM CRIANÇAS DE UMA CRECHE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

ALINE VALÉRIA MARTINS PEREIRA; GLADIS TERESINHA DE ÁVILA BANDEIRA CARDOSO

¹ P.M.R.O. - Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

alinemartins.nut@gmail.com

Introdução

O profissional nutricionista é imprescindível ao bom estado nutricional das crianças. A pesquisa se deu por meio da aferição da massa corporal e estatura/comprimento para obtenção do Índice de Massa Corporal, aplicado às curvas de crescimento da Organização Mundial de Saúde. Nesse sentido, a avaliação nutricional é importante para verificar se o crescimento dos pré-escolares está em consonância com os padrões da OMS. Para tanto, o método mais simples é a avaliação antropométrica, que se ocupa da medição das variações das dimensões físicas e da composição global do corpo humano em diferentes idades, importante referencial teórico para planejar ações de promoção à saúde.

Objetivos

Investigar a prevalência de excesso de peso e sua associação com o consumo alimentar nas crianças matriculadas na creche municipal Valdira Flausino Rodrigues.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, foi solicitada autorização formal para a Secretaria de Educação do Município de Rio das Ostras, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estácio de Sá (CAAE 3827631400005284). Crianças entre 8 e 48 meses de idade, de ambos os sexos, matriculadas na creche municipal Valdira Flausino Rodrigues, foram sujeitos da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: estar matriculado na creche municipal selecionada; ter entre 8 e 48 meses de idade; e ter assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. A coleta de dados ocorreu em dezembro de 2014. Previamente à coleta, todos os pais e/ ou responsáveis foram convidados a participar de uma reunião, em que foram apresentados objetivos e procedimentos. As medidas antropométricas foram realizadas no ambiente escolar pela equipe do Programa de Saúde na Escola das Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Rio das Ostras. Os educandos também tiveram seu IMC estimado e feita a análise segundo o sexo, idade e estatura. Posteriormente, as nutricionistas do PSE realizaram reunião com os pais/responsáveis, com encaminhamento para consulta na Unidade Básica de Saúde mais próxima.

Resultados

Na data da pesquisa, a instituição atendia 109 crianças. A faixa etária entre dois e menos de cinco representou 64,4 % da população estudada. Os resultados coletados demonstraram que 27,7% dos responsáveis completaram o segundo grau, 9,9% deles são analfabetos e apenas 2% concluíram o nível superior completo. Os dados coletados na creche estudada evidenciam que, embora 96% dos entrevistados possuam renda familiar média mensal de até dois salários mínimos, 51% dos pré-escolares apresentaram-se eutróficos. Os casos de consumo alimentar diante da televisão foram relativamente baixos (39,6%), confirmando a influência do meio ambiente sobre o surgimento do excesso de peso.

Conclusão

Observou-se elevado percentual de excesso de peso, bem como baixos índices de magreza e magreza acentuada. Para o Índice de Estatura por Idade, houve ínfimo percentual de baixa estatura, desvio observado somente em pré-escolares de seis meses a menos de dois anos. Ademais, observou-se a prevalência de ingestão de verduras, legumes, frutas, feijão e carne. Relativamente aos pré-escolares entre dois e menos de cinco anos, a ingestão de verduras e legumes foi relativamente baixa. Ambas as faixas etárias, entretanto, tiveram significativos índices de ingestão de leite. A maioria das crianças entre dois e menos de cinco anos ingeriu guloseimas durante duas ou menos vezes por semana. Assim, os resultados obtidos servem de alerta para implementar medidas que colaborem com a redução dos casos de excesso de peso.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. Ed., 1. Reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. : il.

2. FERNANDES, Marcela de Melo, PENHA, Daniel Silva Gontijo, BRAGA, Francisco de Assis. Obesidade infantil em crianças da rede pública de ensino: prevalência e consequências para flexibilidade, força explosiva e velocidade, Rev. Educ. Fis./UEM v. 23, n. 4, p. 629-634, 4. Trim. 2012
3. OLIVEIRA, Ana Mayra A Et. al. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. Arq Bras Endocrinol Metab vol 47 nº 2 pp.144-Abril 2003
4. VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição: da gestação ao envelhecimento/ Nutrition from pregnancy to elderly.Rio de Janeiro; Ed. Rubio; 2008. 628 p. ilustr. Tab. Graf
5. CACIOTORI, P. F.; SILVA, L. S. M. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças pré-escolares atendidas em 2005, no ambulatório clínico da universidade do extremo sul catarinense. 2006. Disponível em: . Acesso em : 18 nov. 2015.

Palavras-chave: antropometria; avaliação nutricional; obesidade infantil

PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS DE ESCOLARES EM PASSO FUNDO- RS

CLADIESA DALLA LANA SCHMITT; ANA LUISA ALVES; KELY SZYMANSKI; GRAZIELA DE CARLI

¹ UPF - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, ² PMPF - Prefeitura Municipal de Passo Fundo

alves.als@gmail.com

Introdução

A segurança alimentar refere-se ao acesso constante e permanente a uma alimentação de qualidade em quantidades adequadas e não somente a ausência de fome. É um direito fundamental que possibilita atingir o potencial de desenvolvimento humano, a promoção e proteção da saúde e melhores condições de vida. Pesquisas realizadas na população brasileira sugerem uma maior prevalência de insegurança alimentar em domicílios com crianças. Esses indivíduos apresentam maior vulnerabilidade biológica, devido ao contínuo processo de crescimento em que se encontram. Experimentar períodos de restrição à alimentação adequada nesse processo de desenvolvimento pode refletir negativamente na sobrevivência infantil, em prejuízo no desenvolvimento físico e mental e diminuição do desempenho escolar.

Objetivos

O objetivo deste trabalho foi estimar a prevalência de insegurança alimentar e os fatores socioeconômicos das famílias de crianças que frequentam escolas municipais de educação infantil.

Metodologia

Estudo transversal desenvolvido em escolas municipais de educação infantil, localizadas no município de Passo Fundo/RS no ano de 2016. A amostra constituiu-se de 100 famílias com crianças na faixa etária de 6 a 59 meses de idade atendidas nas escolas. Foi realizada uma entrevista individualizada com um responsável da família de cada criança, que após assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) respondeu a um questionário socioeconômico e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Para a verificação da classe econômica da família, foi utilizado o Critério e Classificação Econômica do Brasil de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

Resultados

A maioria dos respondentes eram do sexo feminino, com idade entre 19 a 39 anos (77%), 84% eram pai/mãe da criança, 71% moravam com quatro pessoas ou mais, 73% eram casados ou estavam em união estável e de 72% com cor de pele branca. Quanto ao nível de escolaridade, 98% sabiam ler e escrever e 51% declaram ser analfabetos ou ter o ensino fundamental incompleto. Dos respondentes 64% referiram trabalho formal, informal e autônomo. Quanto às características do domicílio, 73% referiram que a responsabilidade do domicílio é de mais de um morador, a classe econômica mais prevalente foi a Classe C (53%), 22% são beneficiados por programas de transferência de renda e 88% tem casa própria paga ou pagando. Os resultados de Insegurança Alimentar (IA) revelam que 51% estão em situação de IA leve, 16% IA moderada e 2% IA grave. A associação entre a presença de IA e as variáveis demográficas e socioeconômicas foram testadas. Observa-se maior prevalência de IA em domicílios que o responsável vive sem companheiro (85,2%; $p=0,026$), pertencente as classes econômicas D e E (83,9%; $p<0,05$), com menor grau de escolaridade (78,4%; $p=0,013$) e com acesso aos programas de transferência de renda (86,4%; $p=0,037$).

Conclusão

Embora a baixa renda seja o fator mais relevante na determinação de insegurança alimentar, outros fatores estão associados à essa condição e precisam ser considerados para o delineamento e reforço de políticas públicas estruturantes, que promovam o aumento da inclusão social e contribuam pra a segurança alimentar.

Referências

POBLACION, A. P. et al. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro 2014, vol.30, n.5, p.1067-1078, maio 2014.
CÂMARA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Plano nacional de segurança alimentar e nutricional: 2016/2019. Brasília: Caisan, maio de 2016.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; Crianças; Programas de transferência de renda

PREVALÊNCIA DO CONSUMO DAS TRÊS PRINCIPAIS REFEIÇÕES REALIZADAS PELOS ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP: ESTUDO DE BASE POPULACIONAL.

SUZY FERREIRA DE SOUSA; MARIANA CONTIERO SAN MARTINI; DANIELA DE ASSUMPÇÃO; RENATA LUZ PINTO; MARILISA BERTI DE AZEVEDO BARROS; ANTONIO DE AZEVEDO BARROS FILHO

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
maricsm.02@gmail.com

Introdução

Os hábitos alimentares adquiridos desde a infância até a adolescência tendem a perpetuar na vida adulta. A literatura científica mostra que o padrão alimentar dos adolescentes é caracterizado pelo consumo de alimentos densos em energia e pobres em nutrientes, bem como pela omissão ou consumo irregular das refeições. Evidências sugerem que a regularidade no consumo das refeições promove um efeito positivo na qualidade de vida e no estado de saúde. Contudo, as irregularidades estão sendo consideradas preocupantes devido a sua associação com doenças crônicas não transmissíveis, incluindo o sobrepeso e a obesidade.

Objetivos

Avaliar a frequência de consumo diário das refeições - café da manhã, almoço e jantar - realizadas por adolescentes de 10 a 19 anos, segundo variáveis sociodemográficas e de comportamentos relacionados à saúde.

Metodologia

Estudo transversal de base populacional com dados do Inquérito de Nutrição no município de Campinas (ISACamp-Nutri, 2015/2016). A amostra foi obtida por conglomerados e em dois estágios: setor censitário e domicílios. Verificaram-se as prevalências do consumo diário das três principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) em relação às variáveis sociodemográficas e de comportamentos de saúde por meio do teste do Qui-quadrado, com nível de significância de 5%. A análise de dados foi feita no programa Stata 14.0. Os responsáveis pelos adolescentes menores de idade assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas, sob o parecer nº 637.229 e CAAE nº 26068214.9.0000.5404.

Resultados

Foram estudados 912 adolescentes, verificou-se um consumo diário de café da manhã (63,2%), almoço (87,8 %) e jantar (81,4%). A prevalência de consumo diário de café da manhã mostrou-se maior nos meninos ($p=0,0035$), nos adolescentes de 10 a 12 anos ($p=0,0331$), naqueles que autoavaliaram a qualidade da sua dieta como muito boa ou boa ($p=0,0021$) e também nos que relataram comer mais do que deveria ($p=0,0347$). Em relação ao almoço, verificou-se prevalência de consumo diário maior entre os que estudavam em escola particular ($p=0,0096$), nos que possuíam maior número de equipamentos domésticos na residência ($p=0,0273$) e nos que classificaram a qualidade de sua dieta como muito boa ou boa ($p=0,0367$). Quanto à realização diária do jantar, os meninos ($p=0,0028$) e os que estudavam em escola particular ($p=0,0041$) apresentaram prevalências superiores.

Conclusão

Houve diferenças na realização das três principais refeições em relação ao sexo, idade, nível socioeconômico e autoavaliação da qualidade da dieta. Diante do exposto, são necessárias estratégias de educação nutricional direcionadas à adequação do consumo das refeições.

Referências

- ARAKI, E. L. et al. Padrão de refeições realizadas por adolescentes que frequentam escolas técnicas de São Paulo. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 29, n. 2, p. 164–170, 2011.
- DE CARVALHO COSTA, M. et al. Experiência lúdica de promoção de alimentação saudável no ambiente escolar: satisfação e aprendizado dos estudantes. *Mundo da Saúde*, v. 40, n. 1, p. 38–50, 2016.
- PEDERSEN, T. P. et al. Meal frequencies in early adolescence predict meal frequencies in late adolescence and early adulthood. *BMC Public Health*, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2013.
- PINHO, L. DE et al. Excesso de peso e consumo alimentar em adolescentes de escolas públicas no norte de Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 67–74, 2014.
- TEIXEIRA, A. S. et al. Substituição de refeições por lanches em adolescentes. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 30, n.

3, p. 330–7, 2012.

Palavras-chave: Adolescente; Consumo Alimentar; Inquérito de Saúde

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A SINTOMAS DE DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SALVADOR, BAHIA

EMILE MIRANDA PEREIRA; MÔNICA LEILA PORTELA DE SANTANA; PRISCILA RIBAS DE FARIAS COSTA; CARINA MARCIA MAGALHÃES NEPOMUCENO; ANA MARLUCIA OLIVEIRA; ELIZABETE DE JESUS PINTO

¹ UFBA - Universidade Federal da Bahia, ² UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

cari.magalhaes@gmail.com

Introdução

A depressão é uma doença crônica influenciada por uma complexa relação entre fatores biológicos, psicológicos e ambientais e que traz consigo sofrimento e danos expressivos na qualidade de vida e nas relações sociais do adolescente, além do desenvolvimento de comorbidades. O transtorno depressivo pode ter início na infância e se expressar mais gravemente na vida adulta, registrando-se prevalência de aproximadamente 20% entre adolescentes. O aumento acelerado da ocorrência de depressão está alterando o perfil da saúde e de doença no mundo, estabelecendo-se em um novo desafio para a saúde. Assim, este estudo é relevante devido à gravidade e à escassez de investigações sobre esse transtorno de humor em adolescentes.

Objetivos

Identificar a prevalência e avaliar os fatores associados aos sintomas de depressão entre escolares de 10 a 17 anos.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal aninhado a uma coorte de dados preliminares, que incluiu amostra de 313 adolescentes, de ambos os sexos e com idade entre 10 a 17 anos, estudantes da rede pública estadual de ensino de Salvador, Bahia. Os escolares foram recrutados por meio da listagem por turma. Os dados foram coletados no ambiente escolar entre 2016 e 2017. As informações demográficas, psicológicas e do comportamento alimentar foram autorelatadas pelo adolescente e registradas em formulários apropriados. A variável desfecho foi identificada por meio do Inventário de Depressão Infantil e a presença de sintoma de depressão foi identificada quando o escore foi igual ou maior que 17 pontos. Para a avaliação a preocupação com a imagem corporal foi utilizado o Questionário de Imagem Corporal e os instrumentos Avaliação Bulímica de Edimburgo e Teste de Atitudes Alimentares-26 foram usados para investigar o comportamento alimentar. Perguntas sobre provocações em relação ao peso do adolescente foram feitas como segue: 1) "Seus colegas/amigos já fizeram ou fazem brincadeiras ou piadas com você por causa de seu peso?" e 2) "A sua família já fez ou faz brincadeiras ou piadas com você por causa de seu peso?". A classificação do estado nutricional foi baseada no percentil de IMC por idade e sexo. O protocolo deste estudo foi aprovado pelo Parecer nº 1.139.343 Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. Para avaliar a associação entre os fatores de exposição e sintoma de depressão, adotou-se o modelo multivariado de regressão de Poisson, ajustado por idade e sexo, utilizando-se o programa Stata versão 11.0. Como medida de análise usou-se a razão de prevalência (RP) e seu respectivo intervalo de confiança (IC).

Resultados

A prevalência de sintoma de depressão foi de 9,9% entre os participantes deste estudo. Após ajuste por idade e sexo, o adolescente ter insatisfação com a imagem corporal aumentou em 2,8 vezes (IC: 1,2-6,8) a prevalência de sintomas de depressão quando comparado aos seus pares. Ainda, observou-se que sintomatologia depressiva foi positivamente associada ao comportamento sugestivo de bulimia nervosa (RP: 2,7; IC: 1,1-6,4).

Conclusão

A prevalência de sintomas de depressão é considerada relevante entre os adolescentes. Este estudo mostrou que ter insatisfação com a imagem corporal e comportamento sugestivo de bulimia nervosa aumentaram a prevalência sintomas de depressão entre os adolescentes de escolas pública de Salvador.

Referências

- AVANCI, Joaviana Q.; ASSIS, Simone.G.; OLIVEIRA, Raquel. V.C. Sintomas depressivos na adolescência: estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v.24, n. 10, p. 2334-2336, 2008.
- HERPERTZ-DAHLMANN, B. Adolescent eating disorders: definitions, symptomatology, epidemiology and comorbidity. **Child Adolesc Psychiatr Clin N Am**. v. 18, p.31-47, 2009.

MARMORSTEIN, Naomi R. IACONO, William G. , LEGRAND, Lisa . Obesity and depression in adolescence and beyond: Reciprocal risks. **International Journal Obes.** v.38, n.7. p.906–911. 2014

RACINE, Sarah E. et al. Dietary restraint moderates genetic risk for binge eating. **J Abnorm Psychol.** v. 120. n.1, p. 119-128, 2011

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental health: Depression. 2015.** Disponível em:. Acesso em: 05 nov.2017.

Palavras-chave: depressão; sintomas de bulimia nervosa; imagem corporal; escolares

PRÉ NATAL COMPARTILHADO: RELATO DE EXPERIENCIA PELO OLHAR DO NUTRICIONISTA

ELISABETE FLORENCIO DA SILVA; ALINE LUIZA FÜHR; ESMIRRÁ ISABELLA TOMAZONI; DÉBORA MAGALHÃES DE SOUZA SILVA; SUELLEN ROSSETTI PERNONCINI RITTER; CASSANDRA SEVERO AMARAL VIEIRA

¹ UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

nutrihomecare@hotmail.com

Introdução

De acordo com o Ministério da Saúde, a atenção pré-natal de qualidade e humanizada é considerado o primeiro passo para o parto e o nascimento saudável sendo fundamental para a saúde materna e neonatal (BRASIL, 2005). Desta forma, o pré-natal compartilhado surge em contrapartida aos modelos tradicionais de cuidado, com vistas ao acompanhamento mais integral das gestantes.

Objetivos

Apresentar a experiência do nutricionista no desenvolvimento de pré-natal compartilhado com enfermeiro e psicólogo.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência do profissional nutricionista junto ao desenvolvimento de pré natal compartilhado em uma Unidade Básica de Saúde da Família, do município de Foz do Iguaçu-PR. A iniciativa se deu a partir da integração entre a Equipe de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Resultados

Os atendimentos de pré natal foram realizados por nutricionista, enfermeiro e psicólogo. Para tanto, foram seguidos os protocolos para a realização do pré natal normalmente desenvolvido pelo profissional enfermeiro. Houve a participação de gestantes que, às vezes, apresentavam-se acompanhadas por parceiros, familiares ou amigos. Em contrapartida, junto a isso, também eram abordados de maneira mais aprofundada aspectos nutricionais e psicológicos. Durante o atendimento, realizava-se a avaliação do estado nutricional da gestante; verificava-se queixas referentes a problemas e dúvidas comuns na gestação; e a partir disso, realizava-se a intervenção nutricional pertinente e a entrega de materiais educativos em nutrição, quando necessário. Em especial, a consulta de pré-natal compartilhado se demonstrou um desafio para os profissionais de saúde, uma vez que precisam estar em constante aprendizado e sincronia, não apenas com informações relacionadas a área da nutrição; bem como a desconstrução de seus modelos estruturais do cuidado. Todavia, tem se mostrado uma estratégia muito eficaz no cuidado com as gestantes, durante o cuidado materno infantil, propiciando a criação de vínculo entre profissionais e usuários de saúde, como também entre a equipe de saúde, abrindo novas perspectivas para o trabalho multiprofissional do nutricionista.

Conclusão

Esta experiência demonstra uma nova possibilidade de atuação do profissional nutricionista, surgindo em contrapartida a modelos tradicionais de cuidado. Além disso, vem como uma estratégia de vinculação entre profissionais de saúde e usuários, com vistas ao cuidado longitudinal.

Referências

BRASIL. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 163

Palavras-chave: Pré natal; Equipe multiprofissional; Atenção Primária de Saúde

PRINCIPAIS PRÁTICAS ALIMENTARES DE CRIANÇAS ENTRE ZERO E DOZE MESES DE IDADE ATENDIDAS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE MACAÉ, RIO DE JANEIRO.

STEPHANE DORMEA ARAUJO; JULIA GEMINIANI ANDRADE BAPTISTA; JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI; ALICE BOUSKELÁ; FERNANDA AMORIM DE M NASCIMENTO BRAGA

¹ UFRJ, CAMPUS MACAÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro,

³ NESAM, UFRJ, CAMPUS MACAÉ - Núcleo de Estudos da Saúde e Alimentação Materna e da Mulher

fernanda.amorim@gmail.com

Introdução

A fase inicial da vida humana constitui um importante período de desenvolvimento e crescimento, na qual práticas alimentares inadequadas podem comprometer a saúde e o crescimento.

Objetivos

Descrever os principais fatores que participam das práticas alimentares no primeiro ano de vida de crianças acompanhadas por uma unidade de saúde em Macaé.

Metodologia

Estudo transversal e descritivo realizado entre maio e julho de 2017, no Núcleo de Atenção à Mulher e Criança (NUAMC, Macaé – RJ). A amostra foi conduzida por conveniência, com mães de crianças até doze meses e que concordaram livremente em participarem da pesquisa (assinatura do TCLE). Aplicou-se um questionário com perguntas fechadas e abertas para avaliação das variáveis maternas e infantis, avaliação dietética da criança (questões objetivas e um questionário de frequência alimentar (QFA) semanal). Foram determinados os dados de frequência relativa. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o protocolo CAAE: 65072317.8.0000.5699.

Resultados

Foram analisadas 40 crianças, maioria do sexo masculino (57,5%; n=23), nunca fez uso da chupeta (57,5%; n=23) e peso ao nascer médio de 3197g. As variáveis maternas mostraram idade média de 26,8 (±6,8 anos) e renda familiar de um salário mínimo (60,0%; n=24). Apenas 37,5% das mães estavam inseridas no mercado de trabalho e 52,5% possuía ensino médio completo. Todas realizaram consultas de pré-natal (10±4 consultas), e 62,5% (n=25) receberam informações sobre a alimentação no primeiro ano de vida. Porém, 56,0% (n=23) achavam que o aleitamento materno exclusivo (AME) deve ir até o sexto mês de vida e 60,0% (n=24) que a alimentação complementar (AC) deve ser iniciada com legumes e frutas. Quanto às práticas alimentares no primeiro ano de vida viu-se que: 25,0% das crianças (n=10) receberam AME nos primeiros seis meses de vida; 70,0% (n=28) receberam dois ou mais alimentos/bebidas nesse período. Das que já estavam em AC (n=20), observou-se o uso do sal (90,0%; n=18), gorduras (85,0%; n=17) e açúcar refinado (35,0%; n=7). A consistência amassado foi presente para a maioria (55,0%; n=11) e o QFA mostrou que o biscoito doce era o mais consumido (50,0%; n=10) diariamente ou em quatro a seis vezes na semana.

Conclusão

A amostra estudada foi predominante de meninos, de famílias com até um salário mínimo e que receberam informações sobre AME e AC, apesar do índice de AME estar abaixo do encontrado para a região. Ainda, verifica-se a necessidade de ações educativas para a população de Macaé a fim de esclarecer sobre o AME, além das políticas já existentes e principalmente sobre a AC.

Referências

- BORTOLINI, G. A.; GUBERT, M. B.; SANTOS, L. M. P. Consumo alimentar entre crianças brasileiras com idade de 6 a 59 meses. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.28, Setembro, 2012.
- BUSSATO, A.R.; OLIVEIRA, A.F.; CARVALHO, H.S.L. A influência do aleitamento materno sobre o estado nutricional de crianças e adolescentes. Revista Paul Pediatría, 2006.
- CAVALCANTE, I. S. Frequência de consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável entre crianças de 1 a 5 anos em uma população de baixa renda no Distrito Federal. 2015. 24 f., il. Monografia (Bacharelado em Nutrição) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GARCIA, M. T.; GRANADO, S. F.; CARDOSO, M. A. Alimentação complementar e estado nutricional de crianças menores de dois anos atendidas no Programa Saúde da Família em Acrelândia, Acre, Amazônia Ocidental Brasileira. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, fevereiro, 2011.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Alimentação complementar; Hábitos alimentares; Nutrição do lactente

PROCEDÊNCIA DOS ALIMENTOS OFERTADOS A ESCOLARES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

SABRINA FONSECA LOPES; ALINE LEÃO REIS; TALITA NOGUEIRA BERINO; ISABELLE CHRISTINE VIEIRA DA SILVA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTI

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

sabrinaf.lope@outlook.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar visa promover aos escolares uma alimentação adequada, nutricionalmente balanceada e que respeite hábitos e cultura locais dentro das instituições educacionais públicas (BRASIL, 2015). É a Entidade Executora do programa a responsável por comprar e enviar os itens adquiridos para as instituições beneficiadas, portanto, é importante verificar se os alimentos que compõe os cardápios executados foram enviados exclusivamente por esta.

Objetivos

Identificar a procedência dos alimentos presentes nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Estudo transversal, de caráter quantitativo, realizado em duas escolas de tempo integral (escola A e B) em Belém/PA. Os critérios para participação no estudo foram: possuir o maior número de alunos na modalidade de ensino fundamental (2º ao 5º ano) em regime de tempo integral. A coleta de dados ocorreu de maio a agosto de 2015, durante vinte dias letivos em cada instituição e foi realizada por três graduandos de Nutrição treinados, que preencheram protocolo estruturado a partir do acompanhamento da execução dos cardápios (do pré-preparo à distribuição). A variável estudada foi a procedência dos alimentos utilizados nos cardápios executados nas escolas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, sob o parecer 221.941/2015.

Resultados

Foi observado que os cardápios ofertados aos escolares continham 41 gêneros alimentícios, dos quais 26,82% (n=11) eram advindos da Entidade Executora e 73,17% (n=30) eram comprados pelos funcionários das escolas. As instituições eram assistidas pela mesma Entidade Executora, portanto, os itens enviados eram semelhantes (carnes de frango e bovina, bolacha doce, arroz, feijão, macarrão, óleo, tempero industrializado, sal, açúcar e leite em pó), o que diferenciava os cardápios eram os gêneros adquiridos pelos funcionários, os quais foram obtidos nas duas instituições: temperos (cebola, tomate, alho, pimenta verde, coentro, pimentão, limão, chicória), hortaliças (batata, cenoura e repolho), salsicha, temperos e molhos industrializados, destacando-se o glutamato monossódico (Escola A) e shoyu (Escola B), além de leite condensado e refrigerante (Escola A), enquanto a escola B adquiriu conserva de milho e ervilha, achocolatado, fubá, leite de coco, coco ralado, ovo e azeite composto. Os diretores e merendeiras das escolas justificaram a aquisição dos alimentos como um mecanismo para variar os cardápios, considerando a reduzida variedade de itens enviados pelo órgão responsável. Os itens adquiridos pelos funcionários das escolas eram comprados diariamente em pequenas quantidades.

Conclusão

Foi identificado que além dos gêneros fornecidos pela Entidade Executora, os cardápios ofertados aos escolares contavam com alimentos obtidos a partir de compra realizada pelos funcionários das instituições, não obstante, ainda que esses alimentos tenham sido adquiridos em pequenas quantidades, constituem alterações nos cardápios elaborados pelo nutricionista responsável técnico. Além disso, dificilmente os alimentos provenientes de terceiros passam pela inspeção criteriosa exigida para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, podendo acarretar riscos à saúde dos beneficiados.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2015.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Cardápio; Programas e políticas de nutrição e alim

PROCESSOS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DE UM BANCO DE ALIMENTOS EM JOÃO PESSOA: UMA EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL COM ADOLESCENTES

KELYANE DA CUNHA CRUZ SILVA; ANA CLAUDIA CAVALCANTI PEIXOTO DE VASCONCELOS.

¹ UFPB - Universidade Federal da Paraíba

kelyane.cunha@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas o Brasil vem enfrentando o fenômeno da transição epidemiológica e nutricional, com alterações no perfil da população passando da predominância das condições de desnutrição para as crescentes situações de sobrepeso e obesidade. Sabe-se que o padrão alimentar e a prática de atividade física estão associados a essa transição. Nesse contexto, observam-se avanços marcantes no tocante as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com ênfase na necessidade de processos contínuos voltados à promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2012; 2017). Neste cenário, equipamentos sociais como os Bancos de Alimentos (BA) são fortes aliados. A experiência aqui descrita surgiu da vivência de estágio de uma das autoras em um BA de iniciativa privada em João Pessoa – PB.

Objetivos

Descrever os processos em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) empreendidos com adolescentes vinculados às entidades beneficiadas por um Banco de Alimentos em João Pessoa – PB.

Metodologia

O BA abordado atende 116 entidades que assistem indivíduos em vulnerabilidade social nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, e Guarabira. Além das doações, valoriza-se os processos educativos com vistas ao desenvolvimento comunitário. Esses processos, aqui descritos, objetivaram promover a autonomia na construção de práticas alimentares saudáveis por meio da valorização da culinária e da comensalidade com adolescentes. Realizou-se uma triagem de entidades baseada nos critérios: Atender majoritariamente adolescentes; possuir estrutura física necessária para a realização das oficinas; ter histórico de bom relacionamento com o BA. Após apresentar o projeto aos gestores das duas entidades selecionadas e aos adolescentes, inscrevemos os interessados para participar do processo. Foram realizados quatro encontros em cada entidade com 40 adolescentes entre 12 e 18 anos. Utilizamos o Guia Alimentar para a População Brasileira como referência para as atividades. Dentre suas orientações, destacamos a culinária e a comensalidade, pois, quando adotadas, promovem hábitos alimentares mais adequados, a valorização do compartilhamento de responsabilidades, oportunidades de convivência com familiares e amigos, maior interação social e mais prazer com a alimentação (BRASIL, 2014). Priorizamos abordagens participativas, com a Roda de Conversa e as oficinas culinárias, incluindo as temáticas: SAN; Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Publicidade; Comida de verdade e Aproveitamento integral dos alimentos.

Resultados

Conforme os princípios II, IV, V e VI do Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas (BRASIL, 2012), a culinária foi adotada como prática emancipatória e recurso para a alimentação saudável, facilitando a reflexão dos aspectos simbólicos da alimentação. O trabalho em equipe foi fortalecido e a criatividade estimulada. Os participantes foram incentivados à experimentação de alimentos antes rejeitados. Além disso, foram estimuladas a criticidade e a autonomia na tomada de decisões conscientes, sustentáveis e contextualizadas à própria realidade. Conciliar os cronogramas de atividades das instituições e do BA representou um desafio.

Conclusão

Os processos contribuíram para o fortalecimento dos vínculos entre os participantes; promoção da comensalidade; estímulo à autonomia e criatividade na elaboração de receitas e à criticidade acerca da alimentação adequada e saudável. Ademais reafirma-se a potência do BA como dispositivo de promoção da SAN e do DHAA.

Referências

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN 2016-2019. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.

BRASIL. Guia Alimentar Para a População Brasileira. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2 ed. – Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional Para as Políticas Públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

Palavras-chave: Banco de Alimentos; Direito Humano à Alimentação Adequada; Processos Educativos; Segurança Alimentar e Nutricional

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EM ALAGOAS

MARIA ALICE ARAÚJO OLIVEIRA; ANNY KARINY PEREIRA PEDROSA

¹ UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- Faculdade de Nutrição

alice.fanut@hotmail.com

Introdução

A alimentação saudável consiste na realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Entre outros aspectos deve contemplar formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (BRASIL, 2006). Percebe-se, assim, que a agricultura agroecológica é o modelo mais compatível com esse conceito de alimentação saudável e dessa forma, é necessário assegurar que os alimentos orgânicos ou agroecológicos estejam disponíveis e acessíveis para a população.

Objetivos

Mapear os produtores orgânicos cadastrados em Alagoas e analisar a sua distribuição tendo em vista o direito humano à alimentação adequada.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, realizada a partir da análise do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em outubro de 2017 disponível no site da referida instituição.

Resultados

No Brasil há 16.423 produtores orgânicos cadastrados e desses, 0,66% (109) são alagoanos. Em relação à sua distribuição no estado de Alagoas, observou-se que apenas 15,68% (16) dos municípios possuem cadastros de produtores orgânicos, sendo que 56,48%, 22,22% e 21,30% e encontram-se nas mesorregiões Leste, Agreste e Sertão. A principal forma de cadastro encontrada no estado foi a obtida através de Organização de Controle Social (OCS), correspondente a 87,03%, o que significa que os alimentos orgânicos produzidos são provenientes da agricultura familiar, especialmente dos assentamentos da reforma agrária, e só podem ser comercializados diretamente ao consumidor em feiras ou para políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos.

Conclusão

Os resultados demonstram que o número de produtores de alimentos orgânicos cadastrados no estado de Alagoas é pequeno, a distribuição é heterogênea, concentrando-se principalmente em municípios da mesorregião Leste e a maioria é proveniente da agricultura familiar. Sendo assim, é possível deduzir que estes alimentos não estão disponíveis ou acessíveis na maioria dos municípios alagoanos, comprometendo a garantia do direito humano à alimentação adequada, uma vez que a população está correndo risco de consumir alimentos com agrotóxicos e desenvolver diversos tipos de doenças. Faz-se necessário fortalecer políticas e programas relacionados à agricultura familiar e agroecologia e promover melhores condições de vida para os agricultores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural. Vale ressaltar que é de suma importância também multiplicar e estruturar as feiras agroecológicas ou orgânicas, estimular e conscientizar os consumidores sobre os benefícios de adquirir seus produtos diretamente do agricultor familiar.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: . Acesso em: 31 out. 2017.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L.G.da S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Palavras-chave: direitos humanos ; promoção da alimentação saudável; alimentos orgânicos

PRODUTO DE ACUMULAÇÃO LIPÍDICA E ÍNDICE DE MASSA CORPORAL PARA AVALIAÇÃO DE RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES NA PÓS-MENOPAUSA NO SUL DO BRASIL

LENITA BINELLI CATAN; [HELOÍSA THEODORO](#); KARINA GIANE MENDES; MARIA TERESA ANSELMO OLINTO

¹ UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, ² UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

htheodor@ucs.br

Introdução

A fase de transição menopáusicas parece ser um determinante importante para o aumento do risco cardiovascular. Alguns autores consideram que a pós-menopausa é um período de hiperandrogenismo relativo em consequência da maior queda de estrogênio, em comparação aos androgênios, o que pode levar à formação da aterosclerose, com aumento dos níveis de colesterol LDL e uma diminuição nos níveis de HDL. As mudanças hormonais e metabólicas, deste período, seriam responsáveis pelo aumento de peso e pela alteração do perfil lipídico, estando bem estabelecida a associação destes fatores com a doença cardiovascular.

Objetivos

O presente trabalho teve como objetivo verificar a aplicabilidade do Produto de Acumulação Lipídica (LAP) como ferramenta na identificação do risco cardiovascular, relacionando com os níveis de HDL e padrões de IMC de mulheres na pós-menopausa, atendidas em um ambulatório, no sul do Brasil.

Metodologia

Estudo transversal com 201 mulheres, na pós-menopausa, em atendimento ambulatorial no Sul do Brasil. O Produto de Acumulação Lipídica (LAP) foi obtido pela aplicação da equação em que, do valor da circunferência da cintura, em centímetros, subtrai-se a constante 58 (para mulheres), multiplicado pelo valor dos triglicerídeos (TG) de jejum, em mmol/L. Para a transformação dos triglicerídeos de mg/dl para mmol/L, multiplica-se por 0,01137. O desfecho LAP foi dicotômico (adequado ou não adequado), utilizando o ponto de corte em 68 (média da amostra). A análise bivariada incluiu a associação do desfecho com os níveis séricos de HDL-colesterol e Índice de Massa Corporal, além de variáveis sociais e comportamentais. Todas as associações foram avaliadas por meio do teste de qui-quadrado. Na análise multivariada foi utilizada a Regressão de Poisson. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCS sob o parecer nº 124/08.

Resultados

A prevalência de LAP aumentado foi de 38,3% nas mulheres pós menopáusicas. Na análise bivariada, o LAP mostrou associação significativa com o estado nutricional e com os níveis séricos de HDL-colesterol. Para o estado nutricional, identificou-se um LAP igual ou maior que 68 em 57,8% das mulheres na faixa de obesidade, em contraste com 2,6% das eutróficas. Uma relação semelhante pode ser verificada em relação aos níveis de HDL. Um LAP, igual ou maior que 68, foi encontrado em 53%, das mulheres que apresentavam HDL abaixo da normalidade, contra 22%, nas que apresentaram níveis de HDL adequados. Em relação às variáveis comportamentais, verificou-se maior prevalência de LAP maior ou igual a 68, nas ex-fumantes, seguido das fumantes e, em menor número, de não-fumantes. Já em relação à atividade física, temos um LAP igual ou maior que 68 em 34,7% das sedentárias, 48,4% das que referem atividade física de uma a quatro vezes por semana e de 28,6% daquelas com atividade em cinco ou mais dias da semana. Na análise multivariada, identificou-se que mulheres com obesidade apresentaram 18,4 vezes mais chance de ter um LAP aumentado e aquelas com HDL baixo apresentaram 1,81 vezes mais chance da mesma situação ocorrer, controlando para variáveis demográficas, socioeconômicas e comportamentais.

Conclusão

O LAP parece ser uma alternativa simples e econômica para avaliação de risco cardiovascular em nível ambulatorial e hospitalar, apesar de mais estudos com mulheres climatéricas e na pós-menopausa serem necessários.

Referências

- Organización Mundial de la Salud (OMS). Investigaciones sobre la menopausa en los años noventa: informe de un grupo científico de la OMS. Ginebra: OMS; 1996. (OMS, Serie de informes técnicos; 866).
- Banks AD. Women and heart disease: missed opportunities. *J Midwifery Womens Health*. 2008 Sep-Oct; 53(5):430-9.
- Maturana MA, Moreira RM, Spritzer PM. Lipid accumulation product (LAP) is related to androgenicity and cardiovascular

risk factors in postmenopausal women. *Maturitas* 2011; 70: 395-399.

Folsom AR, Kaye AS, Sellers TA et al. Body fat distribution and 5 years risk of death in older women. *JAMA* 1993; 269:483-7.

Palavras-chave: ÍNDICE DE MASSA CORPORAL ; POS MENOPAUSA; PRODUTO DE ACUMULAÇÃO LIPÍDICA ; RISCO CARDIOVASCULAR

PROGRAMA COMER BRINCANDO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA ESCOLARES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE OSASCO/SP

BIANCA ASSUNÇÃO IULIANO; NEUSA DE FATIMA MOURA

¹ NB - NB Nutrição e Bem-estar, São Paulo, São Paulo, Brasil., ² GIVAUDAN - Instituto Givaudan. São Paulo, São Paulo, Brasil.

bianca@nbnutricao.com.br

Introdução

A Pesquisa de Orçamento Familiar de 2009 identificou 1 em cada 3 crianças brasileiras de 5 a 9 anos de idade com excesso de peso, dados que tendem a piorar uma vez que o aumento médio entre 1989 e 2009 foi de 1% ao ano nesta prevalência. Hábitos alimentares inadequados desde a infância contribuem para o surgimento precoce do excesso de peso e de outros problemas de saúde e a Organização Mundial de Saúde considera a escola como ambiente mais propício para reverter esse quadro por meio de ações de educação alimentar e nutricional.

Objetivos

Avaliar os efeitos de um programa de educação alimentar e nutricional realizado com escolares do 1º ano do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de Osasco, São Paulo.

Metodologia

O programa foi desenvolvido em 2016 com objetivo de melhorar hábitos alimentares e estado nutricional dos escolares. Realizaram-se 9 encontros educativos mensais de 40 minutos com as crianças, baseados em Paulo Freire, nos estágios de mudança de comportamento e no Guia Alimentar para a População Brasileira. Brincadeiras e jogos com histórias da Chapeuzinho Vermelho, degustações, adivinhações e experiências sensoriais incentivaram o consumo de alimentos naturais, a redução de ultraprocessados e a atenção ao comer. A comunidade escolar foi envolvida em reuniões com direção, 2 palestras para pais, 2 palestras para professores e manipuladores de alimentos da escola, além de 9 informativos para as famílias. Ao início e final do programa, avaliou-se o Índice de Massa Corporal e a altura para idade dos escolares, com balança digital e estadiômetro portátil, e os hábitos alimentares dos escolares e familiares, por meio de questionário preenchido pelos pais com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Participaram do programa 168 escolares, divididos em 5 turmas. Destes, 116 participaram das avaliações, sendo 53% do sexo masculino e média de idade de 6,5 anos. Observou-se aumento na prevalência de eutrofia (71,5 para 76,4%) e estatura adequada (95,7 para 99,1%), diminuição de sobrepeso (19 para 17,9%) e obesidade severa (3,5 para 0%) dentre os escolares. Encontrou-se aumento na prevalência de crianças que consomem *legumes* pelo menos 1 vez por dia (9 para 18%) e *verduras* 2 a 4 vezes por semana (18 para 49%). A prevalência de crianças que “consome quase nunca” *verduras* passou de 31 para 22% e *frutas ou suco de fruta* passou de 11 para 4%. Também se observou redução na prevalência de crianças que consomem: *ultraprocessados salgados e gordurosos* 2 ou mais vezes por dia (6,5 para 0%) e 1 vez por dia (13 para 6,7%); *ultraprocessados doces* 2 ou mais vezes por dia (10,9 para 6,7%); *bebidas doces ultraprocessadas* 2 ou mais vezes por dia (17,8 para 8,9%) e crianças que consomem *bebidas doces* “quase nunca” passou de 2,8 para 8,9%. Com relação aos hábitos da família, 36,1% dos pais relataram perceber que a família estava consumindo *mais alimentos naturais e mais frutas*, 31,2% *mais verduras e legumes* e 24,6% *menos ultraprocessados doces*. Ainda 11,5% dos pais relataram que os filhos estão *mais atentos ao comer* e 24,6% que estão *comendo mais devagar*.

Conclusão

Apesar de discretos resultados, o programa indicou aumento no consumo de frutas, verduras e legumes e diminuição de alimentos ultraprocessados, marcadores de proteção para obesidade e outras doenças crônicas e que podem ter grandes impactos a longo prazo no estado nutricional e saúde dos escolares e ainda de suas famílias, mesmo que de forma lenta e gradual.

Referências

BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. Ministério da Saúde. Brasília: Editora MS; 2014.

DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M.. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan, 2011. 411 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: .

OMS. Organização Mundial da Saúde. Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. 57a Assembleia Mundial da Saúde: OMS, 2004.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Report of the commission on ending childhood obesity. Geneva: OMS, 2016.

Palavras-chave: Alimentação Adequada e Saudável; Educação Alimentar e Nutricional; Ensino Fundamental; Escola; Obesidade

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR: SEUS GESTORES O CONHECEM?

FÁBIO NOGUEIRA DE VASCONCELOS; RUTH CAVALCANTI GUILHERME; SABRINA GOMES FERREIRA CLARK;
RAQUEL CANUTO; RENATA FREIRE DE MELO PESSOA; FERNANDA CRISTINA DE LIMA PINTO TAVARES

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, ² UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

fabio.nvasconcelos@hotmail.com

Introdução

A saúde do trabalhador é um direito previsto desde a Constituição Federal de 1988 e regulamentada por legislações infraconstitucionais, como a Consolidação das Leis do Trabalho que atribui à pessoa jurídica a responsabilidade de cumprir normas de segurança e saúde do trabalhador. Dentre essas normas encontra-se o decreto nº 7.602 de 2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde do trabalhador e atribui a responsabilidade dos empregadores de fornecerem refeições em concordância com a preservação e promoção de sua saúde. Este também é um dos objetivos do Programa de Alimentação do Trabalhador, programa do governo federal, que incentiva o empregador a fornecer alimentação nutricionalmente adequada. Seu propósito é promover saúde e prevenir doenças, principalmente as crônicas não transmissíveis, sendo uma ótima ferramenta para alcançar um ambiente de trabalho nutricionalmente seguro.

Objetivos

Avaliar o conhecimento dos gestores do Programa de Alimentação do Trabalhador nas indústrias da Região Metropolitana do Recife/PE.

Metodologia

Estudo transversal descritivo realizado com 40 gestores empregados em indústrias registradas no Cadastro de Indústrias de Pernambuco 2013. O instrumento de pesquisa foi um questionário estruturado, com questões acerca da coleta de informações do perfil do profissional e seu conhecimento sobre o programa. Os dados foram arquivados em dupla entrada e verificados através do módulo VALIDATE do Programa Epi-info versão 3.5.2, para minimizar erros de digitação. A análise estatística foi realizada com o auxílio do programa Statistical Package for Social Sciences versão 13.0. Este trabalho deriva da pesquisa *Avaliação do Programa de Alimentação do Trabalhador na Região Metropolitana do Recife (1976-2013)* aprovada no Comitê de Ética sob o nº de CAAE: 37098814.0.0000.5208. Os participantes concordaram com a pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Dos 40 gestores, apenas 77,5% eram cientes do cadastramento da indústria no programa, mesmo sendo todas cadastradas. Ao se perguntar sobre a sua definição e os objetivos do programa, 57,5% responderam vagamente, repetindo o nome completo do programa, 15% acreditavam ser um benefício para a empresa, visto a dedução do imposto de renda que o programa prevê, como incentivo à sua adesão pela esfera privada e apenas 30% apontaram ser um benefício à saúde. Quanto ao princípio que levou a sua empresa estar cadastradas ao programa, 20% responderam em consonância com o seu propósito, afirmando ser para o bem estar do funcionário, 30% não souberam responder, 25% motivaram-se pela dedução fiscal e 22,5% acreditavam estar cumprindo exigências legislativas, cujo caráter beneficiário que o programa tem isenta qualquer obrigatoriedade para sua implantação pelos gestores.

Conclusão

Os gestores desconhecem a natureza promotora de saúde ao qual o programa de alimentação do trabalhador é idealizado, reduzindo-o ao impacto orçamentário direto que ele promove ao deduzir o imposto de renda de suas indústrias. Sendo este, utilizado como estratégia para o aumento dos seus lucros particulares, desconsiderando a responsabilidade legal que os seus gestores têm com a saúde de seus empregado, como também à economia pública, que mobilizaria menos verba para a saúde da população com a diminuição das morbidades e mortalidade atribuídas às doenças crônicas não transmissíveis que o programa se propõe a reduzir.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Distrito Federal, 2011
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1943
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro

Gráfico, 1988.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Leis Trabalhistas; Gestores; Refeitório

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO VIA RÁDIO UNIVERSITÁRIA: PERCEPÇÃO DOS OUVINTES

JOSIANE RODRIGUES DE BARROS; ELMA REGINA SILVA DE ANDRADE WARTHA

¹ UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ewartha@gmail.com

Introdução

Entre os meios que norteiam as ações em educação alimentar e nutricional e em saúde é possível destacar desde a comunicação interpessoal (palestras, cartazes, folhetos, oficinas culinárias) até os meios de comunicação de massa: rádio, televisão, etc. Assim, neste contexto, emissoras de rádio universitárias podem se configurar como veículos importantes na divulgação de informações de grande relevância.

Objetivos

Avaliar a percepção dos ouvintes sobre os programas “Bate papo com a Nutrição” como ferramenta de educação alimentar e nutricional.

Metodologia

Foi criado o “bate-papo com a Nutrição” para veiculação de 23 quadros na rádio UFS FM, abordando temas como: doenças relacionadas à alimentação (obesidade, hipertensão, diabetes); aleitamento materno; alimentos funcionais e alimentação saudável, entre outros. Na avaliação da percepção dos ouvintes foram aplicados questionários online na plataforma Survey Monkey consistindo de oito perguntas fechadas e uma questão aberta para comentários, críticas, elogios ou sugestões, com direcionamento para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, protocolo nº40702714.2.0000.5546. Para análise dos dados os registros foram analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bradin.

Resultados

De 105 respondentes, a maioria (n=104) parabenizou a iniciativa dos quadros, sendo que quatro categorias temáticas foram analisadas e classificadas a partir de declarações: (1) comentários, (2) críticas, (3) elogios, (4) sugestões. Na categoria comentários, observou-se que alguns participantes (n=66) não ouviram o quadro, por desconhecimento, possivelmente, da existência da rádio universitária: *“Nunca ouvi a rádio universitária [...]”*. Em críticas, 99% dos participantes responderam que teriam interesse no rádio para obter mais acesso a informações sobre alimentação e nutrição, apenas uma resposta afirmou desinteresse por acreditar que o rádio seja inadequado: *“A ideia do programa é boa, porém estão utilizando o veículo de informação errado [...]”*. Elogios: Na opinião da maioria dos participantes, o quadro “Bate Papo com a Nutrição” funciona como iniciativa bastante válida para promoção de práticas alimentares e incentivo a estilos de vida mais saudáveis, Vale ressaltar os elogios sobre a linguagem simples dos quadros, capacidade de esclarecimento das dúvidas da população e a importância dos temas abordados. Nesse sentido, outras duas subcategorias podem ser destacadas: a acessibilidade, pelo fato de proporcionar acesso às informações importantes e a utilidade, por apresentar-se como uma ferramenta útil no incentivo a hábitos alimentares saudáveis: *“É uma boa iniciativa dos alunos e professores de Nutrição da UFS que visa orientar as pessoas que querem uma vida mais saudável [...]”*; *“O programa é ótimo! Sempre com uma linguagem de fácil entendimento, com informações muito importantes para a população [...]”*. Em sugestões, a necessidade de maior divulgação foi destacada: *“A iniciativa é muito boa, porém acho que falta divulgação do quadro, pois acredito que poucas pessoas escutam a rádio universitária [...]”*.

Conclusão

A percepção dos ouvintes foi positiva quanto à simplificação da linguagem e o conteúdo abordado repercutindo na promoção de práticas alimentares saudáveis e contribuindo na efetivação do direito humano a alimentação. Desta forma, a experiência dos programas radiofônicos constitui-se como instrumento das práticas de educação alimentar e nutricional.

Referências

PRADO, E.V. Programa de educação em saúde via rádio: percepção do ouvinte. O mundo da saúde, v. 31, n. 3, p. 394-402, 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições, 2009.

Palavras-chave: Rádio; Educação alimentar e nutricional; Percepção

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL “SAÚDE COM SABOR”: EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

LETÍCIA SIQUEIRA ABATTI; MICHELE LARISSA DA SILVA MORAES; RITA DE CASSIA BERTOLO MARTINS

¹ UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ritamartins@ufgd.edu.br

Introdução

O padrão alimentar dos brasileiros tem se alterado nas últimas décadas, aumentando o consumo de alimentos de alta densidade energética, e como consequência, a obesidade e as doenças a ela vinculadas, têm se elevado rapidamente. Diante disso, estratégias de Educação Alimentar e Nutricional são essenciais para a promoção da saúde, possibilitando ao indivíduo escolhas alimentares mais saudáveis, com mudanças efetivas em seu comportamento alimentar.

Objetivos

Descrever a experiência de implantação do Programa de Educação Alimentar e Nutricional “Saúde com Sabor”, envolvendo a comunidade universitária.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo que teve origem a partir da demanda de indivíduos com obesidade e suas comorbidades na Unidade de Saúde da Cidade Universitária do município de Dourados-MS. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFGD sob nº 65509617.8.0000.5160 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A seleção dos interessados foi realizada no mês de junho de 2017 e incluiu avaliação nutricional, identificação de dados pessoais e disponibilidade para o horário dos encontros semanais. O programa teve duração de dois meses (julho-agosto/2017), com oito encontros semanais. Utilizou-se abordagem problematizadora e os encontros aconteceram na forma de Oficinas e Rodas de Conversa, com temas de alimentação e nutrição, conforme a demanda dos participantes, encorajando-os à prática de hábitos saudáveis. Ao final do programa, foi realizada uma avaliação individual por meio de entrevista com cada participante.

Resultados

O programa foi constituído por acadêmicos (46,7%), servidores públicos (13,4%) e prestadores de serviço (40%) totalizando 15 pessoas, sendo a maioria mulheres (73,3%), solteiros (60%), com excesso de peso (60%) e idade média de 28,8 anos. No 1º encontro os participantes nomearam o Programa como “Saúde com Sabor” e pactuaram horário e o compromisso de assiduidade. Mas, à medida que o Programa atribuía responsabilidades e comprometimento com as atividades propostas, alguns indivíduos foram desistindo, e poucos se justificaram, alegando conflitos de horários e imprevistos. De acordo com o modelo transteórico de avaliação do comportamento alimentar, verificou-se que a desistência estava relacionada aos estágios de pré-contemplação e contemplação. A partir da 5ª oficina foi reduzindo gradativamente a participação. No entanto, houve interação entre o grupo e participação ativa nas atividades realizadas com compartilhamento e trocas de experiências exitosas, além de debates enriquecedores, porém, a baixa frequência comprometeu o êxito de algumas atividades. Apenas uma participante compareceu em todos os encontros. Na avaliação final, com apenas dez participantes, o modelo proposto foi considerado satisfatório e inovador, estimulando mudanças alimentares, como a utilização de alimentos in natura e refeições preparadas em casa.

Conclusão

O Programa “Saúde com Sabor” foi uma experiência exitosa com desfecho satisfatório para o binômio educando-educador, pois possibilitou ampla discussão a respeito das práticas alimentares, valorizando escolhas mais saudáveis para uma alimentação com equilíbrio e moderação, e possíveis mudanças em busca de melhor qualidade de vida. Além disso, foi possível identificar alguns obstáculos e dificuldades na implantação de oficinas de Educação Alimentar e Nutricional no meio universitário.

Referências

- TORAL, N.; SLATER, B. Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(6):1641-1650, 2007
- BRASIL; Ministério da Saúde. *Instrutivo: Metodologia de Trabalho em Grupos para Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- PEREIRA, M.A. et al. Desafios e reflexões na implantação de um programa de educação alimentar e nutricional (EAN)

em indivíduos com excesso de peso. Rev Bras Promoç Saúde, 28(2):290-296, 2015.

DIAS, V.P.; SILVEIRA, D.T.; WITT, R.R. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção primária. Rev Atenção Primária, 12(2):221-227, 2009.

Palavras-chave: Comportamento alimentar; Educação; Alimentação; Nutrição

PROGRAMA DE INCENTIVO A HÁBITOS SAUĐAVEIS PARA CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SANTA MARIA-RS

CAROLINE ZUCCHETTO FREITAS; CRISTIANA BASSO

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

cristiana@unifra.br

Introdução

Os alunos estão consumindo uma alimentação inadequada, pois, aumentaram os produtos industrializados e diminuíram a diversidade dos lanches nos dias da semana (MARIANO et al., 2014). A escola é o lugar ideal para se desenvolverem programas da Promoção e Educação em Saúde de amplo alcance e repercussão, já que exerce uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas (GONÇALVES, 2012).

Objetivos

Incentivar o consumo e o conhecimento de uma alimentação adequada, favorecendo o bem-estar de escolares do quinto ano de uma escola pública de Santa Maria-RS.

Metodologia

Estudo realizado durante o estágio em Alimentação Escolar, no período de abril a junho de 2017 no turno da manhã, com alunos de 10 e 11 anos estudantes do quinto ano de uma escola pública. Foram realizadas duas perguntas para forma de avaliação, sendo a primeira, onde os alunos preencheram de acordo com o que sabiam no momento sobre quais alimentos, entre eles, maçã, doce, hambúrguer e laranja deveriam ser consumidos diariamente. E, a segunda pergunta foi solicitada para que escrevessem alimentos que não deveriam ser consumidos diariamente. Após, por meio de um recurso de áudio visual, foi explicada a importância e maneiras adequadas de consumir esses alimentos. A turma foi dividida em grupos, no decorrer cada alimento aprendido foi marcado pelo grupo em um caça-palavras para identificar mais um alimento aprendido. Para a avaliação foi aplicado as perguntas antes e depois da explicação, com a intenção de fazer a comparação das respostas escritas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelo diretor da escola.

Resultados

O programa educativo foi realizado com a participação de 15 alunos. Na primeira pergunta, 87% responderam que seria adequado o consumo de maçã diariamente e após a explicação, alcançou-se um resultado de 100%. Em relação ao consumo de doce e hambúrguer, 40% responderam que era adequado o consumo diariamente e depois que foi explicado todas as intercorrências que esses alimentos podem trazer para a saúde, conseguiu um resultado de 100%. Já a laranja, 73% responderam sim ao seu consumo e logo após toda a explicação sobre este alimento, 100% responderam positivamente. Já em relação a segunda pergunta, obteve um resultado de 87% que responderam corretamente na primeira aplicação, e após os conhecimentos adquiridos 100% responderam corretamente. Os alimentos que mais apareceram foram, chocolate, salgadinho, bala e hambúrguer.

Conclusão

Observou-se que, as atividades foram úteis para o processo de formação de hábitos alimentares dos alunos. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de incentivar a realização de programas de educação nutricional nas escolas para estimular o consumo de alimentos saudáveis, principalmente, o consumo de frutas nos lanches. Foi possível concluir de forma satisfatória todas as didáticas apresentadas, fazendo então, acreditar que após as atividades os alunos irão ter um melhor conhecimento em relação a alimentação saudável.

Referências

GONÇALVES, F.D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. Rev. Interface-Comunicação saúde educação, Fortaleza, v. 12, n. 24, p. 92-181, 2012.

MARIANO, E. P. et al. Estado nutricional e lanches de pré-escolares em Fortaleza. Revista Inova Saúde, Criciúma, v. 3, n. 1, p. 21 – 34, 2014.

Palavras-chave: Educação Nutricional; Alimentação Escolar; Nutrição Infantil

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ACADEMIA, SERVIÇO E COMUNIDADE: DO DIAGNÓSTICO À INTERVENÇÃO COM ESCOLARES EM PRÁTICAS DE SAÚDE.

ADEMIR RANGEL CAMPOS JUNIOR; JÔNATAS SANTOS DA CONCEIÇÃO; VINICIUS CAIO MATOKANOVIC;
MURILO LOPES PEREIRA; NATAEL ALMEIDA GONÇALVES; SILVANA LIMA GUIMARÃES FRANÇA

¹ UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

ademirrangel_jr@hotmail.com

Introdução

A mudança do perfil nutricional que se desenha no Brasil revela a importância de um modelo de atenção à saúde que incorpore ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis (REIS et al., 2011). A educação em saúde torna-se uma ação fundamental para garantir a promoção, a qualidade de vida e a saúde. Sua concepção teórica, valorizando o saber do outro, entendendo que o conhecimento é um processo de construção coletiva, tem sido utilizada pelos serviços, visando um novo entendimento das ações de saúde como ações educativas (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004). Observa-se que creches e escolas figuram-se como ambientes favoráveis para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas em torno da alimentação, pois, além de atenderem aos alunos, podem envolver a família e a comunidade (SILVA et al., 2016).

Objetivos

Estimular a comunidade escolar a repensar hábitos de vida, visando à promoção da saúde através da interação entre a comunidade e a universidade, buscando identificar saberes e experiências dessas crianças no contexto familiar e escolar sobre essas práticas em prol de uma vida mais saudável.

Metodologia

O trabalho elaborado em conjunto por discentes da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, através da disciplina Programa de Integração Academia Serviço e Comunidade - PIASC, foi realizado na Escola Municipal localizada em uma comunidade carente do município de Salvador/Bahia, com alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental. A disciplina tem como intuito proporcionar aos discentes uma vivência na comunidade, a fim de permitir o conhecimento da localidade, dos determinantes sociais que atuam no local, e os problemas e necessidades da saúde que a comunidade apresenta. Foi realizada reunião na Unidade Saúde da Família (USF) com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e definido a área de intervenção a ser trabalhada pelos estudantes da instituição. A pesquisa teve início com a solicitação da autorização dos responsáveis para que as crianças, com faixa etária de 9 a 13 anos, pudessem participar da pesquisa tendo como finalidade a captação e análise das informações sobre seus hábitos de vida.

Resultados

A análise dos questionários nos mostrou que dentre os alunos do 4º ano 16,7% dos alunos estão com sobrepeso, aproximadamente 42% dos alunos estão dentro da faixa normal para a faixa etária e 33% estão abaixo do peso. Os resultados dos alunos do 5º ano mostrou que 21,4% se encontram em sobrepeso, 28,6% estão no peso normal para a faixa etária e 42,9% estão abaixo do peso ideal. Diante dos resultados, os discentes implementaram intervenções lúdicas buscando traduzir estas informações de modo que se tornasse mais acessível às crianças, e que elas pudessem ter o entendimento esperado disseminando essas informações com seus pais e/ou responsáveis sobre a importância de hábitos de vida saudáveis. A atividade consistiu em apresentações interativas e dinâmicas sendo criados jogos buscando a constante participação dos alunos durante as intervenções.

Conclusão

Este relato contribuiu para novas práticas de interação entre a universidade e a comunidade, a fim de disseminar conhecimentos adquiridos e influenciar jovens a desenvolverem hábitos de vida saudáveis, bem como estimular a reflexão dos universitários acerca da importância desta experiência em educação em saúde; importante ferramenta nas práticas de promoção da saúde.

Referências

- 1 – REIS, Caio Eduardo G; VASCONCELOS, Ivana Aragão L.; BARROS, Juliana Farias de N. Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil. Revista Paulista de Pediatria, [s.l.], v. 29, n. 4, p.625-633, dez. 2011.
- 2 – ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [s.l.], v. 8, n. 15, p.259-274, ago.

2004.

3 – SILVA, Raquel Helena Mota da; NEVES, Felipe Silva; NETTO, Michele Pereira. Saúde do pré-escolar: uma experiência de educação alimentar e nutricional como método de intervenção. Revista Aps, Juiz de Fora, v. 2, n. 19, p.321-327, jun. 2016.

Palavras-chave: Hábitos Alimentares; Educação em Saúde; Promoção da Saúde

PROGRAMA EDUCATIVO DE APOIO À PERDA DE PESO PARA TRABALHADORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO

NEUSA DE FATIMA MOURA; BIANCA ASSUNÇÃO IULIANO; MARIA SILVIA BARROZO

¹ NB - NB Nutrição e Bem-estar, São Paulo, São Paulo, Brasil., ² DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil., ³ COOPERHIDRO - Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil., ⁴ SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil.

bianca@nbnutricao.com.br

Introdução

A obesidade é um importante problema de saúde pública com causas multifatoriais, entre elas, a má alimentação e sedentarismo. No ambiente de trabalho, o excesso de peso afeta negativamente a saúde e a qualidade de vida do trabalhador e aumenta os custos com planos de saúde, motivos pelos quais algumas empresas estão preocupadas em realizar ações que contribuam para a prevenção e controle da obesidade no trabalho.

Objetivos

Avaliar os efeitos de um programa educativo de apoio à perda de peso com foco na mudança de estilo de vida para trabalhadores de instituição pública da cidade de São Paulo.

Metodologia

Realizado em 2015 durante 6 meses, o programa teve formato de grupo de apoio com objetivo de promover melhora de hábitos alimentares e atividade física, auxiliar no controle do peso e no bem-estar dos trabalhadores. Toda a instituição foi convidada para o lançamento do programa, seguido de inscrição voluntária, divisão dos inscritos em grupos e assinatura de termo de compromisso para adesão a ações educativas quinzenais, grupos em redes sociais e competição com prêmio para o grupo e os indivíduos com maior redução de peso. As ações eram coletivas, compostas principalmente por palestras (todos juntos) e oficinas (por grupo) de educação alimentar e nutricional, baseadas em Paulo Freire, nos estágios de mudança de comportamento e no novo Guia Alimentar. Foram explorados alimentos naturais, ultraprocessados, atenção ao comer, vivências e outros. O peso foi monitorado mensalmente pela instituição em balança digital e a estatura foi referida. A equipe de nutrição calculou o Índice de Massa Corporal (IMC) e avaliou os hábitos dos trabalhadores por questionário online antes e após o programa, onde assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Inscreveram-se 49 trabalhadores, 82% do sexo feminino e idade de 22 a 68 anos, divididos em 7 grupos. Realizaram-se 13 ações: 8 sobre alimentação, 2 sobre prevenção e hábitos de vida e 3 sobre atividade física. Dos 42 ativos, 67% emagreceram, com perdas de 0,2 a 10,2kg, média 2,4kg e total de 68,3kg perdidos. O IMC médio variou de 31,4 ($\pm 5,7$) para 30,9kg/m² ($\pm 5,5$) após o programa e o máximo foi de 48,1 para 43,5kg/m², tendo 1 pessoa evoluído de obesidade III para II ($p > 0,05$). Responderam à avaliação 31 participantes, referindo percepção de melhora, após o programa, em: alimentação (97%), exercícios físicos (63%), disposição (81%), autoestima (67%), satisfação com corpo (44%), sono (40%), função intestinal (37%), produtividade (30%), leitura de rótulo (84%), mastigação (68%), fracionamento (52%); consumo de alimentos naturais (87%), frutas (55%) e hortaliças (74%); redução de açúcar (65%) e de gordura e sódio (87%). Consumiam, por dia, antes e após o programa: 2 ou mais *frutas* 19 e 45%, 2 ou mais *hortaliças* 16 e 59%; nenhum a 1 *alimento rico em açúcar* 23 e 65%, nenhum a 1 *rico em gordura e sódio* 6 e 71%. Antes do programa 29% praticavam atividade física e 35% consideravam sua saúde boa ou ótima, passando a 71% e 100% após, respectivamente.

Conclusão

O programa educativo foi efetivo, com expressivas mudanças de estilo de vida, percepção de saúde e bem-estar dos trabalhadores, indicadores de proteção da saúde e da evolução do estado nutricional a médio e longo prazo. Apesar de discretos resultados no IMC e nem todos terem emagrecido, um trabalhador regredir em um grau a obesidade e a manutenção do peso de outros é muito importante para evitar o agravamento da obesidade e suas consequências.

Referências

BRASIL. Guia Alimentar para a População Brasileira. Ministério da Saúde. Brasília: Editora MS; 2014.

DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M.. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 411 p.

LEVY COSTA R.B.; SICHIERI R.; PONTES N. S.; MONTEIRO C.A. Disponibilidade de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). Rev Saúde Pública, São Paulo, 39 (Supl. 4):530540, 2005.

WHO World Health Organization. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva; 2002. 149 p.

WHO World Health Organization. Effectiveness and economic impact of worksite interventions to promote physical activity and healthy diet. Geneva; 2008.

Palavras-chave: Alimentação Adequada e Saudável; Educação Alimentar e Nutricional; Obesidade; Promoção da Saúde; Trabalhadores

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: FICHAS TÉCNICAS DE PREPARO EM INSTITUIÇÕES DE TEMPO INTEGRAL

AMANDA CRISTINA TOMPSON DINIZ; LETICIA ESTEFANY SANTANA PENSADOR; ALINE LEÃO REIS; ISABELLE CHRISTINE DA SILVA VIEIRA MARTINS; ROSA MARIA DIAS; CLÁUDIA DANIELE TAVARES DUTRA CAVALCANTO

¹ UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, ² CECANE - CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR

amandatompsond@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende alunos da educação básica de redes públicas, além de entidades filantrópicas e comunitárias. O programa tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais do seu público-alvo, conforme preconiza a Resolução N°26/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Assim, para garantir a padronização na execução dos cardápios nas escolas, estes devem ser elaborados por nutricionistas, a partir de Fichas Técnicas de Preparo, as quais devem estar presentes nas instituições de ensino e conter informações sobre o tipo de refeição, o nome da preparação, os ingredientes que a compõe e sua consistência, bem como forma de preparo, informações nutricionais de energia, nutrientes prioritários e fibras.

Objetivos

Identificar a presença de Fichas Técnicas de Preparo em escolas assistidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Metodologia

Estudo transversal, realizado em duas escolas (A e B) de tempo integral, em Belém/PA. As escolas escolhidas para participar da pesquisa foram as que tinham o maior número de alunos matriculados na modalidade de acordo com o censo enviado pela Entidade Executora da alimentação escolar no estado. A variável estudada foi à presença ou ausência de Fichas Técnicas de Preparo. Assim, quando presentes, as Fichas Técnicas foram classificadas em conforme ou não conforme, de acordo com a Resolução N° 26/2013. A coleta de dados aconteceu entre maio e agosto de 2015, no período de 20 dias em cada instituição. A execução dos cardápios foi acompanhada por três graduandos de nutrição, que estiveram presentes desde o pré-preparo até a distribuição das refeições. Os dados foram armazenados em planilha do Programa Microsoft Excel 2010. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o parecer 221.941/2015.

Resultados

Não foram encontradas Fichas Técnicas de Preparo nas duas instituições estudadas, o que está em desacordo com a legislação vigente. Essa ausência expõe um déficit no planejamento de cardápios da alimentação escolar e na padronização da execução das preparações nas instituições. Nesse contexto, ficam a critério dos diretores e merendeiras a elaboração dos cardápios e características do preparo, desde a quantidade de ingredientes utilizados até a forma de preparo e porcionamento durante a distribuição.

Conclusão

A ausência de Fichas Técnicas de Preparo indica irregularidade acerca do cumprimento da legislação que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar, não obstante, um planejamento irregular terá como consequência uma execução com falhas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (ME). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 2013; 17 jun.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Cardápios; Ficha técnica de preparo; Políticas públicas; Produção de refeições

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM AÇÃO: OFICINAS DE PLANEJAMENTO INTEGRADO SAÚDE E EDUCAÇÃO

ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; MARIA HELENA PEREIRA DE SANTANA; KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; CHRISTIANE TEIXEIRA SANTOS; ZILDENE RODRIGUES DE LEMOS; CARMEM MARIA ROCHA DE ARAÚJO

¹ SMS - Secretaria Municipal de Saúde

adrianapaffer@gmail.com

Introdução

O Programa Saúde na Escola contribui para o fortalecimento de ações que integram as áreas de Saúde e Educação no enfrentamento de vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos estudantes brasileiros. Segundo a Portaria Interministerial nº 1.055, com a adesão ao PSE os municípios devem realizar, no período do ciclo, 12 ações prioritárias conforme demanda do território. Dentre estas, ressalta-se o incentivo a promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer, em virtude da elevada prevalência de sobrepeso e obesidade.

Objetivos

Promover oficinas para o planejamento integrado das ações de avaliação, promoção e educação em saúde no âmbito do programa, através de grupos de trabalho compostos por profissionais da saúde e educação municipal e estadual.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, tendo como público alvo os profissionais da saúde (Estratégia Saúde da Família - ESF, Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, e gestão) e da educação (diretores, coordenadores pedagógicos e gestão) do município de Maceió/AL, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no momento da atividade. A adesão ao programa ciclo 2017/2018 deste município foi composta por 79 escolas públicas, totalizando 34.042 educandos. Cada escola possui uma equipe da ESF como referência, e algumas destas equipes estão vinculadas a um dos 8 NASF do município. Foram realizadas 3 oficinas, sendo cada uma composta por 2 etapas. A primeira contemplava a apresentação do PSE. Na segunda, houve a formação do grupo de trabalho de cada escola, sendo composto por profissionais da saúde e educação e coordenado por um técnico da Gerência de Promoção e Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió/AL. A seguir, o grupo recebeu alguns documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e uma ficha de planejamento e acompanhamento das ações, para nortear o monitoramento das ações do programa.

Resultados

As oficinas de planejamento integrado realizadas em Maceió, em 2017, apresentaram um total de representantes de 38 escolas e 49 equipes de saúde, totalizando 174 profissionais. Durante a primeira etapa, houve participação dos profissionais da saúde e educação, esclarecendo dúvidas quanto às ações a serem realizadas e sobre o sistema de monitoramento. Na etapa seguinte, o grupo iniciou o processo de planejamento das ações de saúde, conforme alguns critérios: demanda da escola, níveis de ensino, indicadores de saúde e educação e demais indicadores sociais. Cada grupo discutiu sobre o diagnóstico situacional, avaliando as especificidades do ambiente escolar, social e de saúde do território. As oficinas contribuíram para a inclusão dos temas relacionados a ações integradas de avaliação, promoção e educação em saúde, dentre elas as de promoção da alimentação adequada e saudável e práticas corporais e de atividade física de forma interdisciplinar nos projetos políticos-pedagógicos das escolas.

Conclusão

As oficinas promoveram e fortaleceram a articulação entre os profissionais de saúde e educação, contribuindo para a efetivação das ações integradas de avaliação, promoção e educação em saúde no âmbito do programa. Através destes momentos de discussão, é possível dá visibilidade aos fatores que colocam a saúde em risco e desenvolver estratégias de enfrentamento dos problemas e adversidades identificados e vivenciados pela comunidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015a. 68 p.

_____. Ministério da Saúde. Documento orientador: indicadores e padrões de avaliação - PSE ciclo 2017/2018. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015b. 19 p. Disponível em: . Acesso em: 5 set. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2017.

Palavras-chave: Promoção da saúde; Ações de saúde; Profissionais da saúde; Profissionais da educação.

PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE MULTIPROFISSIONAL DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE MENTAL DO ADULTO “VIVA SAUDÁVEL”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

YASMIM RODRIGUES CABRAL; LUHANA KAROLYNA ROQUE DA SILVA; HELICÍNIA GIORDANA ESPÍNDOLA PEIXOTO; LIANA PATRÍCIA SILVA LIMA

¹ SES/DF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ² FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde
ymimrc@gmail.com

Introdução

Há evidências de que os aspectos de educação e mudança do comportamento motor e alimentar, proporcionados pelos programas multidisciplinares são mais efetivas a longo prazo para o tratamento da obesidade quando comparada a intervenção medicamentosa isolada por se tratar de uma síndrome multifatorial (CEZAR, 2000). O projeto Viva Saudável foi desenvolvido através de encontros semanais coordenados pelos residentes em farmácia, nutrição, fisioterapia e psicologia, que informam os usuários do Hospital São Vicente de Paula sobre a construção de uma vida mais saudável.

Objetivos

Apontar os métodos de desenvolvimento de um projeto multiprofissional com foco na educação em saúde dos usuários com transtornos psiquiátricos e incentivo a mudança comportamental para a melhoria da qualidade de vida por meio do estímulo aos hábitos saudáveis.

Metodologia

O presente estudo consiste em um relato de experiência da atuação multiprofissional e da implementação do projeto "Viva Saudável", desenvolvido no Hospital Psiquiátrico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no período entre maio e junho de 2017.

Resultados

Ocorreram 8 encontros semanais, um por semana, nos quais cada profissional coordenou um encontro com foco nos hábitos de vida saudáveis e na mudança comportamental. No primeiro encontro foram feitas avaliações antropométricas, nutricionais, bioimpedância, questionário de qualidade de vida SF -36, Escala de Beck de Depressão e Ansiedade (BDI e BDA), International Physical Activity Questionnaire (Ipaq), Questionário de Atividade Física, Método Dader, bem como, estes mesmos questionários foram aplicados no último encontro. As avaliações antropométricas também foram repetidas no 4º encontro. Em cada semana o profissional que coordenava as atividades fazia orientações teóricas, uma dinâmica e lançava metas para a próxima semana e no encontro subsequente os psicólogos faziam uma escuta qualificada dos participantes que queriam compartilhar suas experiências sobre as metas da semana. Quanto aos temas relacionados a nutrição foi abordado o Guia Alimentar para a População Brasileira, dinâmica com o SWOT alimentar, rótulos nutricionais, compras no supermercado, montagem de cardápio, alimentos funcionais na saúde mental, dinâmica roda alimentar, obesidade, elaboração do prato saudável, ansiedade e compulsão alimentar, orientação nutricional para minimizar os efeitos colaterais dos psicotrópicos, encerramento com receitas saudáveis feitas pelos pacientes.

Conclusão

A atuação de uma equipe multiprofissional possibilitou a atenção integral ao usuário. Os transtornos alimentares e nutricionais envolvem vários fatores e são complexos, a atuação de diferentes profissionais, a educação e conhecimento do usuário sobre esses fatores torna o tratamento mais duradouro. Cabral et al (2015) afirmam que para melhorar a qualidade de vida do indivíduos com redução de fatores agravantes e prevenção do surgimento de doenças crônicas não transmissíveis, “a proposta de promoção à saúde, voltada para educação em saúde, configura-se como ferramenta de intervenção pedagógica bem sucedida, pois permite a disseminação do conhecimento, construção de novas vertentes e saberes que proporcionam alternativas para o alcance na melhoria da vida das pessoas”.

Referências

CABRAL, Juliana da Rocha et al. Oficinas de educação em saúde com idosos: uma estratégia de promoção da qualidade de vida. Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde, v. 1, n. 2, p. 71-75, 2015.

CEZAR, Cláudia. O tratamento da obesidade estruturado em terapêutica multiprofissional. Pediatria Moderna, v. 36, n. 3,

p. 140-146, 2000.

Palavras-chave: Educação Nutricional; Nutrição ; Transtornos Psiquiátricos; Saúde Mental

PROJETO NUTRICOL: CORAÇÃO SAUDÁVEL DESDE A INFÂNCIA

SIMONE AUGUSTA RIBAS; NATALIA ALVES FONTES; RAYANE ANDRADE; ANA KAROLINA MARQUES MORIEL TAVARES¹; SAMARA KATIANE CABRAL DE MOURA RODRIGUES

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ² UCB - Universidade Castelo Branco
samaramoura4@yahoo.com.br

Introdução

A implementação de programas de educação nutricional envolvendo a promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis constituem-se em importantes estratégias para enfrentar agravos nutricionais como obesidade e doenças crônicas não transmissíveis desde a infância (BRASIL, 2012).

Objetivos

Realizar práticas educativas e desenvolver materiais pedagógicos que facilitem a compreensão das crianças e familiares sobre os fatores de risco que podem interferir numa nutrição adequada e que possam contribuir a longo prazo o desenvolvimento de doenças crônicas, principalmente relacionado à dislipidemia.

Metodologia

A metodologia proposta foi à participativa, pois o processo de reflexão-ação, caracteriza-se por processos de comunicação marcados pela participação ativa dos sujeitos envolvidos e pela valorização do saber local que se inter-relaciona ao saber científico (CERVATO-MANCUSO, 2011). Foram elegíveis para esse estudo, 46 crianças e 46 adolescentes, de 6 a 12 anos atendidos na sala de espera do Ambulatório Geral de Pediatria e da Dislipidemia Infantil. Para realização do projeto, foram planejadas práticas educativas interdisciplinares (nutrição, medicina e psicologia), que também contou com o suporte e parceria da Brinquedoteca Hospitalar. A coleta de dados ocorreu entre junho de 2015 e outubro de 2017. Técnicas de ensino utilizadas durante as práticas: dramatização, estudo dirigido, painel, palestras, debates, oficinas culinárias, análise sensorial de produtos. Foi realizado no final de cada prática, uma avaliação somativa, utilizando a escala hedônica para as crianças e um mini questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas para os pais. O número do parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa: parecer: 1.910.523.

Resultados

Foram elaboradas vinte práticas educativas de curta duração (30- 40 minutos) para 92 participantes com seus respectivos pais. Temas abordados: Alimentos ultraprocessados, alimentos cardioprotetores (funcionais), lanche escolar, incentivo do consumo de frutas, verduras e legumes, semáforo nutricional, jogo da memória, hidratação e bebidas açucaradas, montagem do prato saudável, festa junina divertida e saudável, páscoa saudável, voltas às aulas, vamos às compras e dias festivos. Relações sobre o vínculo familiar, processo ensino-aprendizagem sobre alimentação entre pais e filhos também foram explorados na prática. Quanto à avaliação da prática identificamos 98% de absorção do conteúdo apresentado.

Conclusão

A partir dos resultados supracitados, percebe-se que a prática de Educação Alimentar e Escolar tem se tornado cada vez mais, como uma das principais estratégias de prevenção para a doença cardiovascular no grupo infanto-juvenil, incluindo nas salas de espera de atendimento.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS, 2012.

CERVATO-MANCUSO (Orgs.). Mudanças alimentares e educação nutricional. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 66-73.

Palavras-chave: dislipidemia; adolescentes; crianças; educação nutricional

PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA EM ESCOLARES SOB VIGILÂNCIA PARA FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS DO RIO DE JANEIRO

THUANE PASSOS; LÚCIA GOMES RODRIGUES; MARIANA CABRAL; MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES

¹ UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
lubel.rodrigues@gmail.com

Introdução

O aumento na prevalência da obesidade entre crianças e adolescentes no Brasil tem gerado uma preocupação com suas consequências no desenvolvimento precoce de doenças crônicas não transmissíveis. Este fato está relacionado com hábitos de vida adquiridos na infância, reforçando a importância da educação em saúde no âmbito escolar de forma dinâmica e reflexiva. Assim, essas ações podem gerar conhecimentos no autocuidado e prevenção das condutas de risco, bem como fomentar uma análise sobre o estilo de vida. Contudo, construir processos avaliativos que analisem tal intencionalidade torna-se um desafio para os profissionais da saúde, sobretudo, quando aplicados em grupos, por se transformarem em um desafio coletivo.

Objetivos

Estabelecer estratégias de educação em saúde, incluindo alimentar e nutricional em comunidade escolar, com base nas principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis.

Metodologia

O projeto foi iniciado em março de 2017 numa escola da rede municipal de ensino fundamental da zona sul do Rio de Janeiro, em parceria com as Secretarias municipais de Saúde e Educação, com participação da direção da escola e professores das disciplinas de português, matemática, história, geografia, inglês, ciências e educação física. Com base no diagnóstico encontrado pelo projeto de pesquisa: "Vigilância dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em crianças e adolescentes atendidos pela estratégia de saúde da família no município do Rio de Janeiro/RJ", constatou-se uma elevada prevalência de excesso de peso nos escolares, com alterações no perfil lipídico. Sendo assim, foram elaboradas ações educativas baseadas no estilo de vida saudável, incluindo as informações divulgadas pelo Guia Alimentar Para a População Brasileira. Reuniões foram realizadas com a direção e docentes das disciplinas para a escolha da abordagem e encontros da equipe para construção de um material didático, com base em estratégias de educação em saúde, incluindo alimentar e nutricional. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro em 13/12/2013 sob CAAE número 20757213.5.0000.5285.

Resultados

As atividades foram estruturadas em um Caderno de Atividades de conteúdo transversal e interdisciplinar, contendo 14 atividades e 16 páginas e apoiados pela produção de uma apresentação em power point. Suas atividades foram desenvolvidas com 9 turmas, totalizando 167 alunos. O material didático encontra-se inserido no projeto político e pedagógico da escola, abordando os temas de interesse (excesso de peso e obesidade, assim como seus fatores etiológicos; mudança temporal no estilo de vida e nos padrões de beleza; conceitos de alimentos in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados; cultura alimentar; obesidade no Mundo e no Brasil; leitura de rótulos em português e inglês; interpretação de textos verbais e não verbais relacionados com alimentação e nutrição; etc), e propondo várias dinâmicas educativas. Além disso, apresenta critérios que despertam interesse nos escolares: fácil linguagem, colorido, lúdico e interativo. Os escolares avaliaram as atividades de acordo com uma escala hedônica, na qual foram obtidos 149 "gostei muito", 14 "gostei", 3 "indiferente" e 1 "odiei".

Conclusão

A aplicação das estratégias estabelecidas foi bem recebida tanto pela escola quanto pelos alunos, que interagiram ativamente com todas as atividades propostas, podendo impactar numa mudança de estilo de vida.

Referências

1. BOOG, M. C. F. Educação em Nutrição: integrando experiências. 1. ed. Campinas: Komedi, 2013. v. 1. 268p.

2. OPS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Educación para la salud: un enfoque integral. Washington: OPS, 1995. (Série HSS/SILOS, n. 37).

3. SUÑÉ, F. R. et al. Prevalência e fatores associados para sobrepeso e obesidade em escolares de uma cidade no Sul do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 6, p. 1361–1371, 2007.

4. VINCHA, Kellem Regina Rosendo et al. “Então não tenho como dimensionar”: um retrato de grupos educativos em saúde na cidade de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 9, 2017.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO ; ESCOLAR; DOENÇAS CRÔNICAS; VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PROMOÇÃO DO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ENSAIO CONTROLADO E RANDOMIZADO

RAQUEL DE DEUS MENDONÇA; SUELI APARECIDA MINGOTI; MARIA FLÁVIA GAZZINELLI BETHONY; ALINE CRISTINE SOUZA LOPES

¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
raqueldmendonca@gmail.com

Introdução

O consumo insuficiente de frutas e hortaliças está relacionado à elevada carga de doenças em todo o mundo, evidenciando a necessidade de ações promotoras. Entretanto, os estudos de intervenção são desenvolvidos aquém da realidade dos sujeitos e sem considerar a percepção do indivíduo sobre a sua alimentação. Para superar as limitações nos estudos propõe-se que as intervenções nutricionais sejam pautadas em modelos teóricos. Na área da saúde, o Modelo Transteórico tem sido apontado como um método útil para elucidar e facilitar mudanças em uma variedade de comportamentos, incluindo o consumo de frutas e hortaliças.

Objetivos

Avaliar o impacto de uma intervenção nutricional para promover o consumo de frutas e hortaliças de usuários da Atenção Primária à Saúde.

Metodologia

Ensaio comunitário randomizado e controlado realizado com 3.414 adultos (≥ 20 anos de idade) de 18 unidades do Programa Academia da Saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. As unidades foram alocadas aleatoriamente em grupo controle ($n=9$) e intervenção ($n=9$). Os membros do grupo de controle e intervenção participaram de prática regular de exercício físico, três vezes por semana durante uma hora. A intervenção nutricional, com duração de sete meses, foi baseada no Modelo Transteórico e na pedagogia de Paulo Freire e constou de: oficinas, mensagens motivacionais por cartão postal, folder e ações no meio ambiente (cinema, painel, degustação de preparações com frutas e hortaliças, entre outros). Mudanças no consumo de frutas e hortaliças (gramas) foram analisadas por meio da Generalized Estimating Equation. O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade (0537.0.0203.000-11) e da Prefeitura (0537.0.0203.410-11A), além de registrado no Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (RBR-9h7ckx).

Resultados

Participantes do grupo intervenção relataram melhora na auto-eficácia ($<0,001$), menor percepção de barreiras (0,003) e progressão para o estágio de mudança ação (57,2% a 70,1%; $p <0,001$). Os indivíduos no quartil mais baixo do consumo de frutas e hortaliças aumentaram sua ingestão (164,3g para 271,1g) em relação ao grupo controle ($\beta=27,5$; IC95%: 6,4-48,6). Nos demais quartis o consumo manteve-se dentro da adequação (400g).

Conclusão

A intervenção promoveu o consumo de frutas e hortaliças entre pessoas que apresentaram baixo consumo, e a manutenção entre aqueles que apresentavam a ingestão adequada. Além disso, houve a redução da percepção de barreiras para o consumo de frutas e hortaliças e o aumento da auto-eficácia, aspectos estes que podem favorecer, no futuro, a manutenção do alto consumo identificado.

Referências

- CERVATO-MANCUSO, A. M. et al. Educação alimentar e nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. *Physis: Revista de Saúde Pública*, v. 26, n. 1, p. 225-249, 2016.
- FREIRE P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 48 ed. São Paulo: Paz e terra; 2014. 144 p.
- PROCHASKA, J. O et al. In search of how people change - applications to addictive behaviors. *The American Psychologist*, v. 47, n. 9, p. 1102-14, 1992.

Fonte(s) de Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CAPES/PROAP e UFMG/PPG Enfermagem.

Palavras-chave: Comportamento alimentar; Educação alimentar e nutricional; Estudos de intervenção

PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL EM IDOSOS FREQUENTADORES DE UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - MINAS GERAIS

CAMILLE QUARTEROLI MACHADO; LARISSA VIEIRA DA SILVA; RHAISSA DE LANDA BARBOSA; CAROLINA VIEIRA VAN KEULEN; SANDRA HALLACK ARBEX; CRISTIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA FIALHO

¹ UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

camillemachado@yahoo.com.br

Introdução

A população idosa torna-se cada vez mais crescente no Brasil e no mundo. No entanto, juntamente, com o aumento da longevidade, acredita-se que ocorrerá uma maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, as quais se fazem comuns nesse grupo populacional, comprometendo o bem-estar de muitos indivíduos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). A alimentação é um dos principais fatores que influenciam na qualidade de vida, interferindo na prevenção e controle desse grupo de doenças. No entanto, pode ser o mais afetado com o avançar da idade devido a inúmeros fatores, como as alterações físicas, fisiológicas, econômicas e sociais (CAMPOS; MONTEIRO; ORNELAS, 2000). Desta forma, a educação alimentar e nutricional mostra-se de extrema importância para a promoção da saúde, uma vez que possibilita a transformação de hábitos alimentares e gera autonomia no processo de escolha dos alimentos (BOOG, 1996).

Objetivos

Objetivou-se capacitar os idosos frequentadores de um grupo de terceira idade do município de Juiz de Fora (Minas Gerais), visando à promoção da saúde por meio das atividades de educação alimentar e nutricional.

Metodologia

As atividades foram desenvolvidas através do projeto de extensão do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) intitulado: "Promoção do Envelhecimento Saudável em Idosos Frequentadores do Polo de Enriquecimento Cultural". Os idosos compunham uma turma já existente no Polo de Enriquecimento Cultural da Terceira Idade da Casa de Cultura da UFJF, a qual era constituída por 20 a 25 participantes, de ambos os sexos e faixa etária de 60 a 80 anos. As intervenções foram realizadas mensalmente, com duração média de duas horas, a fim de promover a saúde através das práticas de educação alimentar e nutricional, que abordavam temas diversos, como: a leitura do rótulo de alimentos, o papel da nutrição na memória, o poder antioxidante e anti-inflamatório dos alimentos, organização de geladeira, exposição do Guia Alimentar para a População Brasileira, ceia de Natal saudável, a importância da comensalidade, dietas da moda, festa junina com escolhas saudáveis, a importância sensorial na alimentação e a utilização de especiarias e temperos naturais. As intervenções sempre aliavam a teoria à prática, com a exposição do conteúdo seguida pela demonstração de receitas e dinâmicas, que objetivavam simplificar o conteúdo e demonstrar a aplicabilidade.

Resultados

As intervenções foram extremamente positivas, uma vez que influenciaram os hábitos alimentares dos idosos, os quais relataram a adesão das sugestões, trocas alimentares e reprodutibilidade das receitas propostas nos encontros; além de impactar diretamente na qualidade de vida, no convívio social e na propagação das informações em diversos núcleos de convívio dos idosos. Ressalta-se a relevância do projeto na formação acadêmica dos alunos, permitindo aprimorar os conhecimentos teóricos e promover a assistência orientada aos frequentadores do grupo da terceira idade.

Conclusão

As atividades possibilitaram a troca de saberes entre os idosos e alunos integrantes, discussões e participação ativa dos mesmos, com trocas de conhecimentos e experiências, mostrando-se de extrema relevância para a geração de autonomia nas escolhas alimentares do grupo, formação e manutenção de hábitos saudáveis e incentivo do convívio social como ferramenta para socialização e valorização do idoso.

Referências

BOOG, M. C. F. **Educação nutricional em serviços públicos de saúde: em busca de espaço para ação efetiva.** 1996. 298 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde

da Pessoa Idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, M. T. F. S.; MONTEIRO, J. B. R.; ORNELAS, A. P. R. C. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. **Rev. Nutr.** v.13, n.3, p.157-165, 2000.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Envelhecimento Saudável; Idosos; Nutrição

PROPAGANDA DE ALIMENTOS EM ESPAÇOS DE VENDA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

AMANDA DA SILVA FRANCO; PATRICIA MARIA PÉRICO PEREZ; SILVIA CRISTINA FARIAS; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
silviacristinafarias@gmail.com

Introdução

O ambiente alimentar universitário é um espaço estratégico para a promoção da alimentação saudável e formação de hábitos saudáveis dos estudantes e demais membros da comunidade universitária. Assim como em outros espaços de grande circulação de pessoas, nele também são recorrentes diversas estratégias publicitárias da indústria de alimentos voltadas à promoção de seus produtos.

Objetivos

O presente trabalho teve por objetivo descrever o elenco de produtos que têm sido alvo de propaganda e as estratégias de publicidade mais utilizadas pela indústria de alimentos nos espaços de venda de alimentos de uma universidade pública do Rio de Janeiro.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em novembro de 2016 em todos os estabelecimentos de venda de alimentos disponíveis no Campus universitário. Foi utilizado um checklist (previamente testado psicometricamente para confiabilidade e validade de conteúdo) para avaliar propaganda de frutas e hortaliças, aqui consideradas como Marcadores de Alimentação Saudável (MAS), e bebidas ultraprocessadas e sobremesas, aqui consideradas como Marcadores de Alimentação Não Saudável (MANS). As propagandas de alimentos foram classificadas de acordo com a forma de apresentação. Foi considerada qualquer palavra ou frase sobre o alimento/produto que estivesse apresentada em banner/cartaz produzido pelo fornecedor, banner/cartaz produzido pelo estabelecimento, na vestimenta dos funcionários, na embalagem do produto, na forma de réplica do produto exposta no estabelecimento ou, ainda, exposta no cardápio. A análise foi realizada utilizando-se o Software SPSS versão 21.0.

Resultados

Dos 25 estabelecimentos estudados, 40,0% (n=10) apresentavam alguma propaganda de bebidas ultraprocessadas e 8,0% (n=2), de sobremesas e sorvetes. A propaganda de frutas frescas, saladas de frutas, saladas, sucos naturais ou preparados com polpa congelada também foi verificada em 8% dos estabelecimentos. Para as bebidas ultraprocessadas foi mais recorrente a propaganda dos energéticos (50,0%), seguida de guaraná natural, refrigerante e chá (12,6% cada), água saborizada e sucos industrializados (6,1% cada). Todas as propagandas estavam disponibilizadas na forma de banner ou cartaz do fornecedor/fabricante do produto. Foram identificadas mensagens como "Dê mais sabor a sua sede. Rico em vitaminas!"; "Energia à vida!"; "Experimente o gostinho da natureza!" Em geral, as mensagens faziam alusão a bem-estar, saúde e qualidade de vida.

Conclusão

A publicidade de MANS foi muito mais recorrente que a de MAS. Faz-se necessária e urgente a regulação da publicidade de alimentos em diferentes espaços e ambientes, neles incluídas as universidades.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Série B. Textos Básicos de Saúde. 3ª ed. Brasília: MS; 2012.
- GOMES, Fabio da Silva; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de; MONTEIRO, Carlos Augusto. Publicidade de alimentos no Brasil: avanços e desafios. Cienc. Cult., São Paulo, v. 62, n. 4, p. 48-51, Oct. 2010
- MARTINS, A. P. B. (Org.) Publicidade de alimentos não saudáveis: os entraves e as perspectivas de regulação no Brasil. / Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Cadernos Idec – Série Alimentos - Volume 2. São Paulo: Idec, 2014.

Palavras-chave: ambiente alimentar universitário; publicidade de alimentos; alimentos ultraprocessados

PROPOSTA E APLICAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA ALIMENTAR BASEADO NO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

JULIANA SOUZA SANTOS; MARSELLE BEVILACQUA AMADIO

¹ CAS - CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC SANTO AMARO

juu.183@hotmail.com

Introdução

A concepção mais moderna sobre a promoção da saúde é definida pela verificação de que a saúde é resultado de um conjunto de diversos fatores. Devido à mudança nos padrões de alimentação, o principal reflexo de tal fato é a substituição de alimentos in natura ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, legumes, verduras, etc) por produtos industrializados prontos para consumo. Esta realidade acarreta diversas consequências, dentre elas o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias.

Objetivos

O objetivo do presente trabalho foi a aplicação de um questionário de frequência alimentar baseado no guia alimentar para a população brasileira, identificando a frequência de consumo dos grupos de alimentos analisados e avaliando a frequência de consumo alimentar de acordo com os grupos propostos no guia alimentar para a população brasileira.

Metodologia

O estudo foi realizado no Centro de Atendimento Nutricional do Centro Universitário Senac com 32 pacientes atendidos de 19 a 59 anos pela primeira vez nos meses de fevereiro a maio de 2017. Os pacientes participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido já aprovado pelo Comitê Interno de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Senac sob o parecer nº 104.03.12. Para a coleta de dados, foi realizada a aplicação de um questionário de frequência alimentar composto por 28 alimentos. Posteriormente, foi realizada uma análise sobre a frequência do consumo de cada tipo de alimento e depois os mesmos foram agrupados segundo classificação do Guia Alimentar para a População Brasileira. Considerou-se o consumo diário e semanal como consumo frequente e como não frequente, o consumo mensal, eventual e nunca. Os dados foram analisados a partir de gráficos e tabelas no Excel.

Resultados

Do total de pacientes, 25 eram mulheres (78,1%) e apenas 7 eram homens (21,8%). A partir da consolidação dos dados, verificou-se que 87,8% da população apresentaram consumo frequente de alimentos in natura, enquanto que 12% relataram consumo não frequente. Nos alimentos minimamente processados, 75,3% consomem frequentemente e 24,1% possuem consumo não frequente. Dos processados, o consumo frequente é de 68,7% e não frequente de 31,2%. E dos alimentos ultraprocessados, 34,7% consomem frequentemente e 65,1% possuem consumo não frequente.

Conclusão

O consumo de alimentos in natura pela população estudada se mantém predominante, porém, há um aumento progressivo no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, o que pode influenciar no aparecimento da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Portanto, a educação alimentar e nutricional é de extrema importância desde a infância até a terceira idade, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social do indivíduo.

Referências

ANTONACCIO, Cynthia; GODOY, Carolina; FIGUEIREDO, Manoela; ALVARENGA, Marle. Comportamento do Consumidor e fatores que influenciam a escolha de alimentos. In: ALVARENGA, Marle; ANTONACCIO, Cynthia; TIMERMAN, Fernanda; FIGUEIREDO, Manoela. Nutrição Comportamental. 1a ed. Barueri, SP: Manole, 2015. p.105-107;117-119.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para População Brasileira. Brasília. 2014.

Palavras-chave: alimentação saudável; guia alimentar; inquéritos alimentares; promoção de saúde; segurança alimentar e nutricional

PROTOCOLO DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA AO INDIVÍDUO OBESO

CÁSSIA REGINA DE AGUIAR NERY LUZ; FERNANDA BEZERRA QUEIROZ FARIAS

¹ SES/DF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

cassiareginanutri@gmail.com

Introdução

Considerando que o Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal aprovou, em março de 2016, o nível de atenção secundária à saúde como parte integrante da "Linha de Cuidado para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e Obesidade no Distrito Federal" e considerando que os dados do Vigitel 2016 demonstraram uma prevalência de 16,7% de obesidade na população acima de 18 anos do Distrito Federal, entendeu-se ser urgente a organização do serviço de atenção ambulatorial especializada para assistir os indivíduos com obesidade de forma global e efetiva.

Objetivos

Promover a saúde biopsicossocial do indivíduo obeso pautado na organização e especialização do serviço e baseado em evidências científicas que proporcionem melhora no estilo e na qualidade de vida; Promover o emagrecimento a partir de um acompanhamento interdisciplinar e contínuo, individual e coletivo; Realizar educação em saúde atualizada e contínua

Metodologia

O protocolo desenvolveu-se a partir dos fluxogramas aprovados para a Linha de Cuidado e pautou-se nas metodologias ativas utilizadas no curso de capacitação da Linha. Os pacientes são selecionados por meio da lista de espera da endocrinologia existente no setor de regulação. O critério de inclusão é baseado no diagnóstico antropométrico para obesidade igual ou acima do grau II de acordo com o Índice de Massa Corporal. O programa inicia-se com 6 encontros coletivos e semanais conduzidos por uma equipe mínima de endocrinologista, nutricionista e psicólogo, sendo apoiada eventualmente pela enfermagem, assistência social, terapia ocupacional, fisioterapia, bem como por outras especialidades médicas e por educadores físicos. Antes do início dos encontros, os participantes assinam um termo de consentimento livre e esclarecido e preenchem um questionário validado de avaliação do comportamento alimentar. Os encontros coletivos são baseados no formato de oficinas iniciando com dinâmicas de quebra-gelo seguidas por um bate-papo sobre o tema. Após a apresentação do tema é realizada uma roda de conversa, construção de cartazes e estabelecimento de metas individuais. Após 6 semanas iniciam-se as consultas ambulatoriais individualizadas e mensais, alternadas entre os 3 profissionais da equipe mínima por um período de 2 anos. Ao final de cada ano faz-se um encontro de toda a equipe com os pacientes para avaliação do tratamento.

Resultados

Até o momento iniciaram-se 2 turmas coletivas com uma média de 10 pacientes em cada. O perfil dos pacientes que iniciaram o programa em outubro de 2017 é de 60% do gênero feminino e 40% do gênero masculino. O grupo apresentou diagnóstico antropométrico de 20% com obesidade grau 1; 20% com obesidade grau 2; 50% com obesidade mórbida e 10% com super-obesidade. Apenas 20% residem nas regiões de saúde Centro Norte e Centro Sul. Apenas 5% dos pacientes convidados não compareceram para dar início ao programa e 100% dos presentes aceitaram dar início ao tratamento no formato em que foi proposto.

Conclusão

A boa adesão e motivação dos participantes juntamente com o empenho, dedicação e organização da equipe e do processo de trabalho têm contribuído para que o programa de obesidade na atenção especializada da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal flua bem cumprindo seus objetivos. Espera-se que até o primeiro trimestre de 2018 toda a lista de espera de pacientes obesos que aguardam acompanhamento na atenção especializada seja incluída no programa e que todas as sete regiões de saúde sejam capacitadas na Linha de Cuidado.

Referências

1. RODRIGUES, E. M.; SOARES, F. P. T. P.; BOOG, M. C. F. Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. Revista de Nutrição v. 18, p. 119-128, 2005.
2. SUTTON K. et al. Assessing dietary and exercise stage of change to optimize weight loss interventions. Obesity Research v. 11, n. 641-652, 2003.

3. CATTAL, G. B. P. et al. Validação interna do questionário de estágio de prontidão para mudança do comportamento alimentar e de atividade física Revista Paulista de Pediatria v. 28, n. 2, p.194-199, 2010
4. PROCHASKA, J. O.; VELICER, W. F. The transtheoretical model of health behavior change. American Journal of Health Promotion v. 12, p. 38-48, 1997.

Palavras-chave: assistência; obesidade; protocolo

QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES E MÃES DE CRIANÇAS NO PRIMEIRO ANO DE VIDA

MARIA CLAUDIA DINIZ FIGUEIREDO; JAQUELINE GORNOS SONATI; ALEXANDRA MAGNA RODRIGUES; ALINE LIZ DE FARIA

¹ UNITAU - Universidade de Taubaté

claudia.nutri@outlook.com

Introdução

A gestação e os cuidados com crianças no primeiro ano de vida são situações que envolvem diversas mudanças na vida da mulher. A avaliação da qualidade de vida nesse período é relevante no que tange à prevenção, detecção e manejo de problemas e fatores que podem afetar adversamente a saúde física e psíquica da mãe e/ou do conceito/criança, considerando a influência de aspectos emocionais, interações sociais e o modo de ver a vida de cada um.

Objetivos

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar a qualidade de vida de gestantes e mães de crianças no primeiro ano de vida, verificando a influência do nível socioeconômico e identificando quais as percepções dentro de cada domínio.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, cuja amostra foi composta por 20 mulheres entre gestantes e mães de crianças no primeiro ano de vida, participantes de um grupo de atendimento do Centro de Educação Alimentar e Terapia Nutricional da Universidade de Taubaté, São Paulo, Brasil. Foram analisados os dados socioeconômicos utilizando o questionário de Critério de Classificação Econômica do Brasil e a qualidade de vida por meio do questionário Whoqol-bref. Todas as participantes manifestaram concordância em participar da pesquisa por meio de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise dos dados foi utilizada a planilha *Microsoft Office Excel* 2010.

Resultados

Dentre os domínios analisados de maneira geral, observou-se menor escore de pontuação em Meio Ambiente (64+11) e maior escore em Relações Sociais (77,5+12,4). A investigação das facetas de cada domínio revelou que, para Relações Sociais houve maior pontuação na faceta Relações Pessoais e, em Meio Ambiente, os menores escores foram para Recursos Financeiros. A maioria das participantes foram classificadas em nível socioeconômico B (53,3%), tendo sido este o grupo com melhor percepção de qualidade de vida geral (66,1+15,7). Quando foi feita análise de acordo com o nível socioeconômico, foi visto que os menores escores estiveram nos domínios Físico (56,3+14,7), faceta Capacidade de trabalho, Meio ambiente (67,9+6,7), faceta Recursos Financeiros, e Psicológico (50+13,2), faceta Imagem corporal e aparência, para os níveis A, B e C respectivamente. As participantes do nível socioeconômico A demonstraram melhor percepção no domínio Meio ambiente (67,2+11,1), facetas Transporte e Cuidados de saúde, e Relações Sociais foi o domínio percebido de maneira mais positiva nas classes B (82,1+5,8), e C (75+18,6), sendo Relações Pessoais a faceta mais pontuada para os dois níveis. A média de todos os domínios do nível socioeconômico C ficou abaixo das médias calculadas para o total das participantes, tendo o mesmo sido observado no nível A, exceto no domínio Meio Ambiente para este último. Por outro lado, o nível B apresentou médias superiores às médias do total, exceto para a percepção de qualidade de vida geral.

Conclusão

A qualidade de vida da população estudada de maneira geral parece ser influenciada negativamente pela percepção de menores Recursos Financeiros do que o desejado e positivamente pelas Relações Pessoais. Dificuldades físicas, ambientais e psicológicas demonstraram ser fatores que comprometem a qualidade de gestantes e mães de níveis A, B e C, respectivamente, sugerindo a implementação de ações com foco nas necessidades específicas para a melhoria da qualidade de vida de cada grupo.

Referências

CASTRO, D. F. A.; FRACOLLI, L. A. Qualidade de vida e promoção à saúde: em foco as gestantes. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v.37, n.2, p. 159-165, 2013. Disponível em: https://www.saocamillo-sp.br/pdf/mundo_saude/102/4.pdf

SHIMODA, G. T., et al. Necessidades de saúde de nutrizes e qualidade de vida. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 26, n.3, p. 218-218, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n3/02.pdf>

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2010). Critério de Classificação Econômica Brasil. Disponível em:

http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf

FLECK, M. P. A. et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 34 n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n2/1954.pdf>.

Palavras-chave: classe social; gravidez; qualidade de vida

QUALIDADE DE VIDA E ESTADO NUTRICIONAL DE TRABALHADORES EM TURNO ALTERNADO

JAQUELINE GIRNOS SONATI; MILVA MARIA FIGUEIREDO DE MARTINO; ERIKA SILVA MACIEL; MATTEO GIRNOS SONATI; ELIANA DE FÁTIMA ALMEIDA NASCIMENTO; TERESA CÉLIA DE MATTOS MORAES DOS SANTOS

¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, ² UNITAU - Universidade de Taubaté, ³ FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, ⁴ PUCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ⁵ INFRAERO - INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA, ⁶ UFT - Universidade Federal de Tocantins
j.girnos@gmail.com

Introdução

O trabalho por turnos leva a uma ruptura do ciclo circadiano e alterações no sono, na produção de melatonina e nas funções do sistema endócrino. Esse tipo de comportamento laboral exige adaptações no corpo humano e no estilo de vida que podem afetar o estado nutricional e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Objetivos

Comparar as variáveis do estado nutricional, consumo alimentar e a percepção da qualidade de vida em indivíduos que exercem o trabalho em turno na área da aviação.

Metodologia

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas sob número CAAE:05048212.3.0000.5404. O estado nutricional foi verificado pelo índice de massa corporal, o percentual de gordura corporal por método de bioimpedância tetrapolar, a percepção da qualidade de vida com o questionário WHOQOL-bref e o consumo alimentar pelo recordatório 24 horas utilizando-se o software Dietpro. Os dados foram analisados conforme normas e procedimentos estatísticos com o auxílio do software Bioestat, considerando-se o nível de significância $p < 0,05$.

Resultados

Foram avaliados 27 trabalhadores com trabalho no modelo de turno alternado, sendo 14 indivíduos exercendo a função de controladores de tráfego aéreo (grupo 1) e 13 indivíduos profissionais de navegação aérea nas funções de meteorologia, aeronavegabilidade e administrativo (grupo 2). O grupo 1 com idade média de 39,92 anos, casados (43%) e o grupo 2 com 44,84 anos e também com maioria casados (69%). A escolaridade foi de mais de 15 anos de estudos para ambos os grupos e valor médio da renda de US \$ 1.800 por mês para 57% do grupo 1 e 40% grupo 2. Os valores médios do índice de massa corporal mostraram excesso de peso (28,01 kg / m²) e os valores de percentual de gordura corporal acima do recomendado (30,54%). Os escores médios de qualidade de vida foram diferentes entre os grupos para os domínios psicológico ($p=0,0360$) e de relações sociais ($p=0,0242$), mostrando que o grupo 1, aquele formado por controladores de tráfego aéreo, possui pior percepção de qualidade de vida nesses domínios. Ao comparar as outras variáveis, observa-se que há diferença entre os grupos para os valores médios do índice de massa corporal ($p = 0,0307$), massa corporal ($p = 0,0264$) e massa livre de gordura ($p = 0,0500$). No entanto, importante salientar que, todas as outras variáveis, apesar de não apresentarem diferenças estatísticas significantes, apresentaram valores médios menores para o grupo 1, com excessão das variáveis de consumo energético total e percentual de gordura ingerida, que apresentaram valores médios maiores para o grupo 1.

Conclusão

O estudo concluiu que os indivíduos com ruptura no ciclo circadiano estão com excesso de peso corporal e aqueles que exercem a função de controladores de tráfego aéreo possuem pior percepção de qualidade de vida do que aqueles que desenvolvem outras funções na navegação aérea.

Referências

- MARTINS, L.M.; FISBERG, R.M.; SLATER, B.; MARCHIONI, DML. Inquéritos alimentares: métodos e bases científicas. São Paulo: Manole, 2005.
- WHOQOL Group. Development of the World Health Organization WHOQOL-BREF Quality of Life Assesment. 1998. Psychology Medicine, (28), 551–558p.
- HEYWARD, V.H.; STOLARCZYK, L.. Applied body composition assessment. Rio de Janeiro: Manole, 2002.
- LOHMAN, T.G.; ROCHE, A.F.; MARTORELL, R. Anthropometric standardizing reference manual. 1991. Champaign,

Illinois: Human Kinetics Books. 3 - 8.

5. LAPOSKY, A.D.; BASS, J.; KOHSAKA, A.; TUREK, F.W. Sleep and circadian rhythms: Key components in the regulation of energy metabolism. 2008. Federation of European Biochemical Societies. Published by Elsevier B.V. All rights reserved.

doi:10.1016/j.febslet.2007.06.079

Palavras-chave: Controladores de tráfego aéreo; Sono; Ciclo circadiano

QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS PAIS E DOS FILHOS E SUA RELAÇÃO COM O COMPORTAMENTO ALIMENTAR, MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA, SP, 2015.

PAULA CRISTINA DA SILVA; ERICA FOGAÇA MIRAVETTI; MARCELA CRISTOFOLETTI SARTO; JOSEANE ALMEIDA SANTOS NOBRE; GLENYS MABEL CABALLERO CORDOBA

¹ FAM - Faculdade de Americana, ² SEMNO - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Nova Odessa
pcspaulinha2@yahoo.com.br

Introdução

Na infância ocorre à formação do hábito alimentar, o entendimento desses fatores é determinante para que processos educativos ocorram, e a mudança no comportamento alimentar do escolar possa diminuir o comprometimento dos riscos à saúde (ANGELIS, 2005; WINICK, 2009). A família é responsável pela formação do comportamento alimentar da criança através da aprendizagem social, assim o padrão da alimentação do escolar é determinado pelo o conhecimento que ele trás da sua residência (ANGELIS, 2005). O comportamento alimentar do escolar é determinado secundariamente pelas outras interações psicossociais e culturais que influenciam as experiências alimentares, desde o nascimento, iniciando o processo de aprendizagem e influenciando a sua qualidade de vida (BIRCH e FISHER, 2007). A qualidade de vida (QV) se tornou um importante indicador de saúde, pois fornece informações a respeito da interferência da condição clínica na vida do indivíduo (KOIVISTO e SJODÉN, 2006). Alguns estudos demonstram que a (QV) é avaliada de forma diferente pelas crianças e seus pais (CREEMENS, EISER E BLADES, 2012). Apesar dessa diferença de visão entre pais e filhos, atualmente muitos autores reconhecem a importância de se utilizar medidas de auto percepção, pois conseguem perceber melhor como a criança se sente. Uma vez que se considera que a (QV) é idiossincrático ao indivíduo, só ele poderá relatar aquilo que mais subjetivo se passa consigo (LA SCALA, 2013). O estudo da (QV) relacionando a percepção dos pais e dos filhos ainda é muito escasso na literatura mundial, principalmente na (QV) geral (EISER, 2011). Portanto, desenvolver novas pesquisas referentes à (QV) de crianças brasileiras, pode ser fonte de subsídios para a elaboração de programas mais eficazes direcionados aos escolares em fase de desenvolvimento.

Objetivos

Determinar o comportamento alimentar e a qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) de escolares do ensino fundamental por meio do questionário PedsQL™ 4.0.

Metodologia

O projeto foi aprovado pela Secretária Municipal de Educação do Município de Nova Odessa – SP, e somente participaram pré-escolares cujos responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Participaram 503 escolares de 8 a 12 anos. O questionário PedsQL™4.0 versão genérica foi usado para avaliar a qualidade de vida segundo a percepção de pais e filhos. O questionário adaptado de Del Pino, 2009 avaliou o comportamento alimentar em 2 partes, a 1ª avaliou a relação da frequência absoluta e relativa das respostas, a 2ª parte avaliou de forma qualitativa a distribuição dos grupos de alimentos e a frequência de consumo.

Resultados

A prevalência foi do sexo feminino com 276 (54,8%), faixa etária predominante de 8 á 9 anos 272 (54,4%), sendo 381 (66%) as mães foram responsáveis por responderem o questionário. Os pais apresentaram melhor percepção de (Q.V) em relação a auto percepção dos filhos, os testes foram estatisticamente significantes, sendo valor de $p < 0,001$, o domínio físico foi melhor avaliado pelos filhos do que pelos pais, todos os outros domínios os pais tiveram uma melhor percepção de (Q.V) em relação aos filhos. A influência dos filhos nas decisões alimentares é verídica e o consumo de alimentos com baixo valor nutritivo é expressivo.

Conclusão

Concluiu-se que a criança interfere nas decisões de compra de alimentos da família e o consumo diário de alimentos pobres nutricionalmente é elevado. A qualidade de vida dos filhos percebida pelos pais é melhor em relação aos filhos.

Referências

ANGELIS, R. C. Alimentação na infância vs consequências ulteriores na saúde. Rev Paul Ped, 2005.

BIRCH L. L, FISHER J. A. The role of experience in the development of children's eating behavior. In: Capaldi ED, editor. Why we eat what we eat. The psychology of eating. 2ª ed. Washington: APA; 2007. p. 113-41.

CREMEENS, J.; EISER, C.; BLADES, M. Factors influencing agreement between child self-report and parent proxy-reports on the Pediatric Quality of Life Inventory (PedsQL) Generic Core Scales, Health and Quality of Life Outcomes, v.4,n 58, 2012.

DEL PINO D.L. Adaptação e validação de um questionário de frequência alimentar para crianças de 6 a 10 anos. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Medicina da UFRGS; 2009.

EISER, C. The measurement of quality of life in children: past and future perspectives: statistical data included, Journal of Development & Behavioral Pediatrics, v22, n 248, 2011.

GWOZDZ, M. C, RUSCH, C. F. The role of early nutrition in subsequent development and optimal future health. Bull NY Acad Med, v23, n345, 2011.

IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 2010.

JUAREZ, V. B. Avaliação da Qualidade de Vida Infantil de escolares: O Inventário Sistemático de Qualidade de Vida. Psicol. Reflex. Crit., v. 25, n. 12, Porto Alegre, 2012.

KOIVISTO, U. K, SJÓDEN, P. O. Reasons for rejection of food items in swedish families with children aged 2-17. Appetite, v19, n96, 2006.

LA SCALA, C. S; Adaptação e validação do Pediatric Asthma Quality of Life Questionnaire em crianças e adolescentes brasileiros com asma. Journal de Pediatria, v81, n54, 2013.

MALDONADO, S. L, Larkin EK, Rosen CL, Palermo TM, Redline S. Decreased quality of life associated with obesity in school-aged children. Arch Pediatr Adolesc Med. v15, n 157, 2007.

VARNI, J.W. PedsQL (TM) 4.0: Reliability and validity of the Pediatric Quality of Life Inventory (TM) version 4.0 Generic Core Scales in healthy and patient populations. Med Care. 2001;39:800-12.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO Consultation. Geneva; WHO; 2000.

Palavras-chave: Comportamento alimentar; Qualidade de vida; Escolares

QUALIDADE DE VIDA, ESTADO NUTRICIONAL E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DE ADOLESCENTES INSERIDOS EM PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO

BRUNO ROSA BARBIERI; JAQUELINE GIRNOS SONATI; RAQUEL CRISTINA DE MORAES COSTA; ALINE LIZ FARIA; MARIA CLÁUDIA DINIZ FIGUIREDO; ALEXANDRA MAGNA RODRIGUES

¹ UNITAU - Universidade de Taubaté

j.girnos@gmail.com

Introdução

A incidência de doenças crônicas não transmissíveis tem uma importância relevante na determinação dos programas de atenção à saúde, pois esses programas atuam na busca e adequações de estratégias de intervenção para redução dos fatores de risco que estão diretamente ligadas a mudança do estilo de vida. A avaliação da percepção da qualidade de vida pode servir de diagnóstico para identificar estratégias e monitorar as ações.

Objetivos

Caracterizar a percepção da qualidade de vida, o estado nutricional e o nível de atividade física de adolescentes participantes de um programa socioeducativo.

Metodologia

A amostra foi não probabilística obtida por método de conveniência e constou de todos os 45 adolescentes da Instituição Guarda Mirim do município de Taubaté – São Paulo. A coleta de dados aconteceu no segundo semestre de 2016. Foram analisados dados sobre nível socioeconômico segundo Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, de qualidade de vida por meio do Whoqol-bref, nível de atividade física pelo questionário Internacional de Atividade Física e dados antropométricos de massa corporal e estatura, com balança digital e estadiômetro de parede respectivamente. A composição corporal por bioimpedância tetrapolar. Foi utilizado o índice de massa corporal para verificar o estado nutricional. Os dados foram analisados estatisticamente por estatística descritiva, de distribuição adotando-se valores de $p < 0,05$. A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, sob número: CAAE 56678816.3.0000.5501 e todos os participantes assinaram o termo de assentimento e de consentimento pelos pais.

Resultados

A pesquisa constou de 45 adolescentes (22 meninos e 23 meninas) de 15 a 16 anos (média de 15,62 anos; desvio padrão de 0,5 anos), 38% na classe B2, cursando o ensino médio (100%) e eutróficos (82%). Cerca de 6,45% dos meninos e 25% das meninas apresentaram percentual de gordura corporal acima do recomendado. A percepção de qualidade de vida mostrou maior valor médio para o domínio físico (72,68) e menor valor para o domínio psicológico (58,81). A qualidade de vida geral dos participantes teve escore médio foi de 69,16. O nível de atividade física foi classificado como ativo para 42% dos meninos e 75% para as meninas.

Conclusão

Embora os grupos tenham apresentado boa percepção de qualidade de vida eutrofia e bom nível de atividade física, verificou-se excesso de gordura corporal para parte dos adolescentes, necessitando os mesmos participarem de atividades físicas e de projetos que objetivem a educação nutricional.

Referências

- 1.ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2010). Critério de Classificação Econômica Brasil. Disponível em: http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf
- 2.FLECK, M. P. A. et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 34 n. 2, 2000. Disponível em: . Acesso em: 3 nov. 2017.
3. AZEVEDO, Ana Lucia Soares de; SILVA, Ricardo Azevedo da; TOMASI, Elaine and QUEVEDO, Luciana de Ávila. Doenças crônicas e qualidade de vida na atenção primária à saúde. Cad. Saúde Pública [online]. 2013, vol.29, n.9, pp.1774-1782. ISSN 1678-4464.
4. MATSUDO et al., Questionário internacional de atividade física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. Atividade física e saúde v.6, n.2, p.5-18, 2001.

Palavras-chave: Adolescentes; Composição corporal; Guarda Mirim

QUALIDADE NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NO ENTORNO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA - UNISUAM

BRUNA DE ALMEIDA; CAIO FÁBIO ALVES LEONOR; DEBORA MATOS SOUSA; EDUARDA WAHANE BOMFIM ROCHA; MANUELA DE SÁ PEREIRA COLAÇO DIAS

¹ UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta
brunaalmeidanutri@yahoo.com.br

Introdução

O termo ambiente alimentar refere-se à análise das fontes de energia e nutrientes disponíveis aos indivíduos, bem como sua qualidade, e as circunstâncias relacionadas à aquisição e consumo dos produtos (HOLSTEN, 2009). Estudos têm buscado analisar aspectos relativos ao ambiente alimentar e sua influência nas práticas alimentares, como acessibilidade, disponibilidade, qualidade, variedade e custo dos alimentos (DURAN, 2013). Ambientes alimentares organizacionais (como escolas, universidades, local de trabalho, etc.) são campos importantes de estudos uma vez que escolhas alimentares inadequadas, de forma regular, podem estar relacionadas ao desenvolvimento de algumas doenças como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e até alguns tipos câncer (GLANZ, 2005; CARDOSO *et al.*, 2017).

Objetivos

O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade nutricional dos alimentos comercializados no ambiente alimentar no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Metodologia

Estudo de abordagem quantitativa, realizado nos meses de agosto e setembro de 2017, no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta. Foi realizado um mapeamento dos estabelecimentos comercializadores de alimentos no entorno do campus, com o respectivo registro dos tipos dos alimentos vendidos em cada um deles. A seguir, os alimentos foram classificados de acordo com o perfil nutricional oferecido, com base na classificação “NOVA” descrita no Guia Alimentar para a População Brasileira, (BRASIL, 2014). Ao fim, cada estabelecimento foi classificado conforme a predominância da oferta de alimentos: *in natura* ou minimamente processados, processados e ultraprocessados.

Resultados

Dos 59 estabelecimentos comercializadores de alimentos mapeados no entorno do campus principal do Centro Universitário Augusto Motta, 45 (76,3%) comercializavam predominantemente alimentos ultraprocessados, 8 (13,5%) predominantemente alimentos processados e, por fim, 6 (10,2%) predominantemente alimentos *in natura* ou minimamente processados. Esses dados são similares à estudos realizados em ambientes alimentares universitários que dispõem geralmente de alimentos com alto teor calórico e baixa qualidade nutricional.

Conclusão

A maior parte dos alimentos comercializados no ambiente alimentar estudado são classificados, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, como ultraprocessados. A partir desta pesquisa serão elaboradas ações de intervenção com os atores envolvidos (gestores da universidade e discentes), uma vez que um ambiente alimentar universitário saudável é imprescindível para garantia do direito humano à alimentação apropriada por este grupo populacional, a fim de concretizar a Segurança Alimentar e Nutricional.

Referências

- Glanz K., Sallis J.F., Saelens B.E., Frank L.D.. Healthy nutrition environments: concepts and measures. *Am J Health Promot.* v.19, n.5, p. 330-333, 2005.
- Duran ACFL. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar [Tese]. [São Paulo]: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; 2013.
- Cardozo, M., Santos, C., Do Nascimento, H., Dos Santos, I.. Ambientes Alimentares Universitários: Percepções De Estudantes De Nutrição De Uma Instituição De Ensino Superior. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 12, mai. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Palavras-chave: Ambiente alimentar; Qualidade nutricional; Hábitos alimentares

RANGO CARDS: UMA RELEITURA PARA ADOLESCENTES DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN; RAQUEL BRAZ ASSUNÇÃO BOTELHO; TIAGO BARROS PONTES E SILVA; LUIGGI MONTEIRO REFFATTI

¹ UNB - Universidade de Brasília, ² FIRA SOFT - Fira Soft Desenvolvimento de Softwares

carolina.nutricionista@gmail.com

Introdução

O *Guia Alimentar para a População Brasileira*(1) é uma importante ferramenta de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e sua implementação deve fazer uso de estratégias alinhadas ao mercado social e às inovações tecnológicas(2). Nesse contexto, destacam-se as estratégias de *Mobile Health (mHealth)*, que integram tecnologia móvel e saúde para alcançar estilos de vida saudáveis(3). O público promissor para uso de ferramentas *mHealth* são os jovens que prontamente incorporam novas tecnologias(4). Jogos são sistemas interativos com trajetórias próprias pelo processo de aprendizagem, propiciando personalização, dinamicidade e autonomia, de forma lúdica, interativa, divertida e motivadora(5).

Objetivos

Desenvolver um jogo digital para adolescentes a partir da releitura do *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

Metodologia

Trata-se de estudo de protocolo sobre o desenvolvimento de um jogo digital que visa ampliar o conhecimento e autoeficácia de adolescentes em relação a práticas alimentares saudáveis. Como estratégia educativa foi sugerido por adolescentes, em um estudo qualitativo de interpretação do *Guia Alimentar*(1), a adoção de elementos dinâmicos, atrativos e que considerassem o conhecimento e protagonismo dos indivíduos sobre o tema. A partir disso, uma equipe de nutricionistas, adolescentes e a desenvolvedora de jogos Fira Soft se propuseram a construir o jogo digital. Foram selecionados os temas, a mecânica, os elementos visuais e sonoros, os diálogos e a teoria que embasa a mudança de comportamento alimentar prevista no jogo. Para avaliar o jogo, antes do *upload* para as lojas de aplicativos, foi conduzido um grupo focal com sete adolescentes da 1ª série do Ensino Médio, selecionados por conveniência, de uma escola privada de Goiás. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB (CAAE 53175015.6.00000030).

Resultados

O jogo foi denominado *Rango Cards* pela vinculação entre o tema e a mecânica selecionada. É um jogo de cartas dividido em sete fases que abordam a classificação dos alimentos, com benefícios e prejuízos de seu consumo; práticas saudáveis; valorização do ato de cozinhar; propaganda enganosa dos alimentos e; importância da leitura dos rótulos. Os temas e o encadeamento das fases foram projetados de modo que a maneira de jogar propicie o aprendizado pretendido, tendo por base a Teoria Social Cognitiva. No grupo focal foram coletadas impressões sobre os aspectos do jogo e suas potencialidades como ferramenta educativa, com falas como: “Com o passar do jogo você vai aprendendo a ter estratégia, comendo alimentos saudáveis, balanceados e, às vezes, você pode usar os alimentos industrializados. Se você for parar para entender [...] é muito legal essa didática”. *Rango Cards* foi publicado na *Play Store* e *App Store* em abril de 2017, é gratuito, possui mais de 3.700 *downloads* e recebeu o prêmio de Melhor *Serious Game* no SBGames 2017, que é o maior evento acadêmico da América Latina na área de Jogos e Entretenimento Digital.

Conclusão

Este estudo contribui com um grande diferencial para as estratégias de EAN voltadas para adolescentes, tendo em vista a escassez de materiais educativos para esse público. Foi desenvolvido um jogo de cartas para equipamentos móveis, considerando as orientações do *Guia Alimentar*(1) e sua interpretação pelos adolescentes. Espera-se que o estudo sirva de referência teórico-metodológica para outras iniciativas de EAN que tenham como base ferramentas digitais de promoção da alimentação adequada e saudável.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). El Estado De Las Guías

Alimentarias Basadas En Alimentos En América Latina Y El Caribe. 21 años después de la Conferencia Internacional sobre Nutrición. Grupo de Educação Nutricional e de Sensibilização do Consumidor. Divisão de Nutrição. Roma, 2014.

3. NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH (NIH). Department of Health and Human Services. National Institutes of Health launches summer institute on mHealth. 2011.

4. CASPERSON S.L.; SIELING J.; MOON J.; JOHNSON L.; ROEMMICH J.N.; WHIGHAM L. A mobile phone food record app to digitally capture dietary intake for adolescents in a free-living environment: usability study. JMIR MhealthUhealth. 2015 Mar 13;3(1):e30.

5. MICHAEL, D.; CHEN, S. Serious games: games that educate, train, and inform. Boston: Thomson Course Technology, 2006.

Palavras-chave: mHealth; Educação Alimentar e Nutricional; Jogos Digitais

RAZÃO CINTURA-ESTATURA COMO INDICADOR ANTROPOMÉTRICO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM IDOSOS PERTENCENTES A UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA EM BELÉM-PA

SAMARA DA SILVA QUEIROZ; MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS; RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
ssamara.queiroz@gmail.com

Introdução

A Hipertensão Arterial Sistêmica é uma condição clínica multifatorial caracterizada por elevação dos níveis pressóricos ≥ 140 e/ou 90 mmHg, sendo agravada por fatores de risco, como a obesidade abdominal. No Brasil, mais de 60% da população idosa é atingida por esta patologia, constituindo-se como um importante problema de saúde pública (SBC, 2016). Sendo a antropometria uma ferramenta fundamental para avaliação nutricional e da saúde do idoso, tem-se constatado que a Razão Cintura Estatura possui maior sensibilidade na detecção de risco a eventos cardiometabólicos, representando-se como indicador de forte correlação com o acúmulo de gordura intra-abdominal (ABESO, 2016).

Objetivos

Identificar a prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica por meio da Razão Cintura Estatura em idosos frequentadores de um grupo de convivência de Belém-PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a julho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. Foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas sobre dados sociodemográficos, condições de saúde. A antropometria foi verificada pela aferição de peso, altura e circunferência da cintura. O Índice de Massa Corporal foi classificado de acordo com as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001). Com os valores altura e circunferência da cintura realizou-se o cálculo da Razão Cintura Estatura considerando o ponto de corte $\geq 0,50$ para risco cardiometabólico, classificado segundo a Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO, 2016). O projeto atende as exigências da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados foram registrados em planilha eletrônica do Microsoft Excel 2013®.

Resultados

A pesquisa foi realizada com 103 idosos, com prevalência da faixa etária de 60-69 anos de idade (49,5%). Houve predomínio do sexo feminino (86,4%). Com relação ao estado nutricional, 38,8% estavam eutróficos e 32,1% com sobrepeso/obesidade, conforme a classificação do Índice de Massa Corporal. Quanto ao diagnóstico da Razão Cintura Estatura, 91,3% apresentavam risco a doenças cardiometabólicas ($p \geq 0,50$). Em relação à prevalência da Hipertensão Arterial Sistêmica, 54,4% possuíam esta patologia. Ao associar a Razão Cintura Estatura com a presença de Hipertensão Arterial, observou-se uma correlação de 51,6% dos idosos que se encontram em risco cardiometabólico e possuem a Hipertensão como comorbidade.

Conclusão

Observou-se correlação positiva entre risco referente à Razão Cintura Estatura e prevalência de Hipertensão Arterial. Dessa forma, essa ferramenta é um importante indicador antropométrico, pois avalia com precisão o nível de gordura intra-abdominal, fator determinante para o desenvolvimento de cardiopatias, como a Hipertensão. Por isso, ressalta-se a relevância de projetos que promovam ações a comunidade idosa, com intensa monitoração do estado nutricional e de saúde do idoso, como fator de prevenção a possíveis distúrbios cardiovasculares.

Referências

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Conceituação, epidemiologia e prevenção primária. Rio de Janeiro: **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 107, n. 3, 03 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Diretrizes**

Brasileiras de Obesidade. Obesidade e Sobrepeso: Diagnóstico. 4ed. São Paulo: 2016, p.13.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar. **XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud**, Kingston – Jamaica: 9-11 jul. 2001, p.92.

Palavras-chave: Parâmetro antropométrico; Gordura intra-abdominal; Doença cardiovascular; Saúde do idoso

REFLEXÕES SOBRE PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DA FOME E PROMOÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO ALIMENTO COM OFERTA DE “GRANULADO” A GRUPOS VULNERÁVEIS À LUZ DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

CINTIA MORGADO; [FERNANDA LESSA MAINIER HACK](mailto:fmainier@terra.com.br)

¹ UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

fmainier@terra.com.br

Introdução

O direito humano à alimentação adequada abrange não só o acesso econômico a bens alimentares: face quantitativa, mas também a segurança e inocuidade dos alimentos: face qualitativa, e nessa visão enfrenta os novos riscos provocados por alimentos ultraprocessados, como o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, exigindo-se do Estado postura ativa e concretizadora de direitos, como a saúde e a vida.

Objetivos

Questionar a constitucionalidade de programas como “Alimentos para Todos” do Município de São Paulo (lei municipal 16704/17) e em fase de discussão em outros entes da federação (Projeto de Lei Complementar 104/17 – Senado Federal; Projeto de Lei 1465/17 – Distrito Federal; Projeto de Lei 19/17 – Estado de São Paulo; Projeto de Lei 2388/17 – Estado do Rio de Janeiro), consistentes em políticas de erradicação da fome e função social do alimento. A pretexto de cumprir sua função social e ser considerado apto ao consumo humano, evitando seu descarte, o alimento, conforme a lei municipal 16704/17, poderia ser submetido a técnicas de processamento ou beneficiamento, sendo transformado em mistura de substâncias (“granulado”).

Metodologia

Análise de normas e documentos que protegem o direito humano à alimentação adequada: 1) Constituição Federal/88: Estado Democrático de Direito, direitos à saúde, à educação, à alimentação, à informação; 2) Lei federal 11346/06 (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional): formulação e implementação de políticas públicas, com participação da sociedade civil organizada, para acesso regular, universal e permanente a alimentos de qualidade, priorizando a agricultura tradicional e familiar; 3) Guia alimentar para a população brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde com participação democrática para promover alimentação adequada e saudável com princípios (alimentação mais que nutriente; acesso à informação para autonomia nas escolhas alimentares); recomendações (alimentos in natura como base alimentar, limitar uso de alimentos processados e evitar ultraprocessados) e sugestões (desenvolvimento de habilidades culinárias de preparação de alimentos).

Resultados

Oferta de alimento ultraprocessado a grupos vulneráveis contraria a definição qualitativa do direito humano à alimentação adequada. Face a normas e documentos produzidos de forma plural, concretizadores dos direitos enunciados, a política revela-se antidemocrática (ausência de participação popular), não republicana e sem transparência (falta de critérios e informações quanto à formulação do “granulado” e escolha do seu produtor) e dificulta a aquisição de gêneros alimentícios diversificados (âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e empreendedores familiares rurais) ao priorizar a produção industrial e em larga escala.

Conclusão

A política pública do Município de São Paulo e em fase de discussão em outros entes da federação (União, Distrito Federal, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro) reflete preocupação apenas com o acesso quantitativo a alimentos, revelando-se contrária à visão atual e conciliadora do direito humano à alimentação adequada. A postura concretizadora dos direitos fundamentais como vida e saúde pelo Estado deve priorizar políticas que permitam acesso à informação e escolhas saudáveis e adequadas contribuindo para promoção da saúde e prevenção e diminuição de doenças crônicas não transmissíveis, cujo aumento está atrelado, especialmente, à abundância (e não à escassez) de alimentos ultraprocessados.

Referências

ABARCA-GÓMEZ, L. et al. Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128·9 million children, adolescents, and adult. Publicado online 10/10/17, acesso em 01/10/17. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32129-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32129-3)

MORGADO, C. O direito administrativo do risco. A nova intervenção estatal sob o enfoque da segurança alimentar. Ed. Gramma. Rio de Janeiro, RJ, 2016. 236p.

BURITY, V et. Al. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CLARO, R. M. et al. Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Epidemiol. Serv. Saúde [online]. 2015, vol.24, n.2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF, 2014c.

Palavras-chave: direito à informação; direito à saúde; políticas de nutrição e alimentação; saúde coletiva; segurança alimentar

REGISTRO DA CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR DE CIRCUITO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

THAIS MESQUITA DA SILVA; ERIKA CIPRIANO DE SOUSA; JULIANA PEREIRA CASEMIRO

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

julianacasemiro@gmail.com

Introdução

Na busca por estratégias de superação do atual modelo agroalimentar hegemônico, prejudicial à saúde dos indivíduos e ao meio ambiente, o desenvolvimento de estratégias interdisciplinas e intersetoriais tem-se revelado como elemento estratégico para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. A escola tem destacado-se neste sentido sendo considerado espaço propício à abordagem de temas relacionados à educação em saúde (BRASIL, 2007). Este cenário aponta a necessidade de repensar a formação e as práticas cotidianas do Nutricionista como agente promotor de saúde, buscando assumir um olhar ampliado sobre as questões que envolvem a alimentação adequada e saudável. Torna-se importante considerar as reflexões sobre escolhas alimentares em sua relação com a produção e distribuição dos alimentos, justiça social e integridade do ambiente (NAVES E RECINE, 2014).

Objetivos

Apresentar processo de organização de Circuito de Experiências Agroecológicas desenvolvidos em uma escola pública do Rio de Janeiro a partir da construção compartilhada de conhecimentos.

Metodologia

O Circuito de Experiências Agroecológicas foi concebido a partir da atuação em território urbano da cidade do Rio de Janeiro no âmbito das ações de extensão do Internato de Nutrição em Saúde Coletiva e do Projeto Vivências em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As atividades foram construídas junto com profissionais da Escola Municipal e da Estratégia Saúde da Família e realizadas no segundo semestre de 2017 com turmas de 6º e 7º ano. A partir das decisões pactuadas em reuniões de planejamento foram integrados ao Circuito grupos de agroecologia que atuavam junto à Universidade. Para fins de registro, foi realizada pesquisa qualitativa com base na técnica de observação participante com registro em diário de campo mediante a devida apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Com as reuniões de planejamento foi possível construir a pactuação de um Circuito com 5 oficinas abordando sustentabilidade, alimentação, nutrição e saúde. A adequação das metodologias e abordagens, bem como a integração com as atividades escolares, foram objetos dessas reuniões que deram origem ao seguinte desenho: (1) Oficina “Fala Sério ou com Certeza?” fazendo breve levantamento de práticas alimentares durante o período escolar e apresentação da pesquisa; (2) Oficina “Mão na Terra” com objetivo de vivenciar técnicas agroecológicas através da introdução a noções básicas de compostagem, sementeira e mudas; (3) Visita à Feira Agroecológica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro para estimular a reflexões sobre produção e consumo; (4). Oficina “Quem mexeu na minha comida?” com participação de jovens da Rede Carioca de Agricultura Urbana, promovendo um intercâmbio de experiências; (5) Oficina “Agroecologia nos interessa?” para avaliação das atividades desenvolvidas.

Conclusão

O atual cenário alimentar tem exigido do nutricionista novos saberes e habilidades, por isso a experimentação de atividades interdisciplinares contribuem de forma positiva para uma formação profissional comprometida com as necessidades sociais. O espaço da extensão universitária, apoiado nas metodologias participativas e referenciais da educação popular, representa importante oportunidade para uma Educação Alimentar e Nutricional mais adequada ao tratamento da atual complexidade alimentar.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Seção 1, p. 1. Disponível em Acesso em: 20 jun. 2017.

NAVES, C. C. Daher; Recine, E. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. Demetra, 9(1);

121-136, 2014.

MINAYO, S, C, M. et al. Pesquisa social – Teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis. Ed. Vozes, 2012.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Agroecologia; Direito Humano à Alimentação Adequada; Saúde Escolar

REGISTRO DE CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES: DIA DE SEMANA *VERSUS* FINAL DE SEMANA

EVELIM DORVALINA DA CUNHA; JENNYFER DE CARVALHO ANDRADE; LUCIANA JEREMIAS PEREIRA; PATRICIA DE FRAGAS HINNIG; MARIA ALICE ALTENBURG DE ASSIS; FRANCILENE GRACIELI KUNRADI VIEIRA

¹ UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

lucianajpereira@hotmail.com

Introdução

O aumento das taxas de sobrepeso e obesidade em crianças tem sido associado, entre outros fatores, ao maior consumo de alimentos processados e ultraprocessados e ao menor consumo de alimentos considerados saudáveis¹. Conhecer o consumo alimentar dessa população é crucial para o estabelecimento de intervenções nutricionais. Para identificar a ingestão alimentar e avaliá-la em relação às recomendações, é necessária uma avaliação dietética detalhada, levando em consideração as variabilidades, como o fim de semana.

Objetivos

Analisar o registro de consumo alimentar de escolares em dias de semana e finais de semana e verificar o atendimento às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB).

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, realizado com dados de 2372 diários alimentares coletados em 2013 com 361 escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis, SC. Os alimentos relatados foram tabulados, agrupados em itens alimentares segundo critérios de similaridade e classificados em dez grupos baseados no Guia Alimentar para a População Brasileira de 2006² e de 2014³. Os dados de consumo alimentar são apresentados em frequência conforme o dia de relato (dia de semana/final de semana) e atendimento às recomendações do guia alimentar (sim/não). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFSC (nº 2250/11) e todos os participantes tiveram o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pais.

Resultados

O grupo alimentar com maior prevalência de relato foi o dos cereais, independente do dia de relato. Houve uma redução de aproximadamente 30% no consumo de frutas, verduras e legumes, leite e derivados e leguminosas nos finais de semana. O consumo de bebidas açucaradas, frituras/lanches e guloseimas foi maior nos dias de semana (94%, 80% e 73%, respectivamente) do que nos finais de semana (68%, 54% e 47%). O grupo alimentar que teve melhor adesão ao GAPB foi o das carnes e ovos (68%). Apenas duas crianças atenderam o recomendado para o consumo de leite e derivados e nenhuma criança atingiu a recomendação de frutas, verduras e legumes.

Conclusão

Houve um menor consumo de alimentos marcadores de uma alimentação saudável nos finais de semana. O consumo de guloseimas, frituras, lanches e guloseimas foi maior nos dias de semana. Os escolares não atingiram as recomendações do Guia Alimentar para grupos de alimentos indicadores de alimentação saudável. Esses achados podem auxiliar na formulação de iniciativas de promoção da alimentação saudável para essa população, devendo ser ressaltada a importância da manutenção dos hábitos saudáveis também nos finais de semana.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: Crescimento e Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272p.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210 p.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável – 2º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

Palavras-chave: crianças; guia alimentar; ingestão alimentar; variação do consumo

RELAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR MATERNO E O TEMPO DE ALEITAMENTO EXCLUSIVO DO LACTENTE

DIEGO ALMEIDA DOS SANTOS; SALETE DE MATOS; BIANCA DA ROSA CAZAROTTO; CLECIO HOMRICH DA SILVA; MARCELO ZUBARAN GOLDANI; JULIANA ROMBALDI BERNARDI

¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
salete.matos@hotmail.com

Introdução

O aleitamento materno é indicado como prática alimentar exclusiva dos recém-nascidos e lactentes até o sexto mês e é importante para promover o crescimento e o desenvolvimento infantil saudável. A nutriz deveria seguir uma alimentação de qualidade para prover um aleitamento materno adequado, porém o puerpério é um momento de diversas adaptações e pode resultar em alterações do consumo alimentar materno. Atualmente, várias pesquisas têm investigado o padrão alimentar materno observando suas repercussões na saúde infantil.

Objetivos

Associar o consumo alimentar das mães com o tempo de aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida do lactente.

Metodologia

Estudo observacional longitudinal realizado com puérperas e recém-nascidos. A abordagem inicial ocorreu entre 24 e 48 horas após o parto e seguiu até os seis meses de vida do lactente por intermédio das entrevistas nos 7, 15, 30, 90 e 180 dias após o parto. Nelas foram observados o padrão alimentar das mães pelo Recordatório Alimentar de 24 horas e classificado em grupos: in natura, ingredientes culinários, parcialmente processados e ultraprocessados, assim como a prática e o tempo de aleitamento materno. Realizaram-se análises descritivas, bivariadas (qui-quadrado, Mann Whitney e correlação de Spearman) e multivariadas (Generalized Estimating Equations). A pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética e Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Grupo Hospitalar Conceição, respectivamente, sob os pareceres 11-0097 e 11-027.

Resultados

A amostra constituiu-se de 122 pares mãe-criança. Foi observado que 52% das mães (n=64) seguiram amamentando com a introdução de outros alimentos ou líquidos até os seis meses de vida do lactente e 4% (n=5) ofereceram leite materno exclusivamente. Mulheres com menor escolaridade e menor renda, interromperam o aleitamento materno exclusivo durante os primeiros 120 dias ($p=0,029$ e $p=0,021$, respectivamente). Os recordatórios alimentares de 24 horas das nutrizes apresentaram diferenças significativas no consumo de lipídios ($p=0,04$), carboidratos ($p=0,02$) e calorias totais ($p=0,03$) quando comparadas entre elas, nos diferentes períodos analisados durante o seguimento. Sobre o padrão alimentar materno, a diferença estatisticamente significativa ocorreu no grupo de mães que consumiram alimentos parcialmente processados ($p=0,04$) e alimentos processados, ($p<0,001$) entre os períodos analisados. Nutrizes que amamentaram por mais tempo de maneira exclusiva consumiram menos alimentos classificados como ingredientes culinários ($p=0,005$; $r=-0,251$).

Conclusão

Intervenções podem ser planejadas e são necessárias na assistência à saúde materno-infantil nos períodos em que ocorrem a distinção no padrão alimentar e no aleitamento materno exclusivo, principalmente, entre os 30 e 90 dias de vida do lactente. Particularmente, uma atenção integral direcionada à mãe deverão ser realizadas durante os primeiros semestres após o parto.

Referências

- CHEN, Xuyang et al. Maternal dietary patterns and pregnancy outcome. *Nutrients*, v. 8, n. 6, p. 351, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. Elsevier Brasil, 2015.
- GIUGLIANI, Elsa RJ et al. Effect of breastfeeding promotion interventions on child growth: a systematic review and meta-analysis. *Acta Paediatrica*, v. 104, n. S467, p. 20-29, 2015.

Palavras-chave: Nutrição Materna; Lactente; Aleitamento Materno

RELAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DO RECÉM-NASCIDO COM O GANHO DE PESO GESTACIONAL DE PARTICIPANTES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

CAROLINE RAMOS FRIGI; CAROLINE D'AZEVEDO SICA; LUCIANA PEREIRA MOSMANN

¹ UNIVERSIDADE FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

carolineramosf@gmail.com

Introdução

O número de mulheres que iniciam a gestação com excesso de peso ou que ganham peso excessivo durante a gravidez é expressivo. Estudo realizado em seis capitais brasileiras, com 5.564 gestantes, encontrou prevalência de 19,2% de sobrepeso e de 5,5% de obesidade em gestantes. A obesidade na gestação acarreta diversas complicações maternas, fetais e perinatais. Gestantes obesas sofrem alterações que podem aumentar o risco de complicações maternas como o aumento do risco de diabetes mellitus gestacional, hipertensão crônica e pré-eclâmpsia, infecção urinária, parto induzido e cesarianas, hemorragia pós-parto, infecção puerperal e risco de óbito fetal. O projeto de extensão mãe bebê da Universidade Feevale situada no município de Novo Hamburgo atua na promoção de saúde contribuindo para a melhora da qualidade de vida do binômio através de ações interdisciplinares com os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia em uma Unidade de Saúde da Família do município.

Objetivos

O presente estudo objetivou relacionar estado nutricional do recém-nascido com o ganho de peso gestacional de mães acompanhadas no Projeto de extensão mãe bebê.

Metodologia

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o banco de dados de participantes do Projeto de Extensão entre o ano de 2016 e primeiro semestre de 2017. Para análise estatística utilizou-se média e desvio padrão, frequência absoluta e teste qui-quadrado. Este trabalho tem aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 2.340.689. O ganho de peso gestacional foi classificado em ganho de peso inadequado, adequado e excessivo; já o estado nutricional do recém-nascido (RN) foi classificado em baixo peso (<2500g), peso insuficiente (2500-2999g), peso adequado (3000-3990g) e excesso de peso (>4000g).

Resultados

Na população estudada 59,5% são do gênero feminino e 40,5% masculino; 65,9% nasceram de parto vaginal e 34,1% de cesárea; observamos uma média de ganho de peso de 10,6kg±5,07, idade gestacional ao nascer de 39 semanas, peso ao nascer de 3398,36g±459,98, comprimento ao nascer de 48,88cm±2,29 e perímetro cefálico ao nascer de 34,36cm±1,46. Ao relacionar o ganho de peso gestacional com o estado nutricional do RN observamos que as puérperas classificadas com ganho de peso inadequado, 2,6% dos recém-nascidos nasceram com baixo peso, 3,8% com peso insuficiente e 21,8% com peso adequado. As puérperas com ganho de peso adequado, 10,3% dos recém-nascidos nasceram com peso insuficiente, 21,8% com peso adequado e 2,6% com excesso de peso. Já as puérperas com ganho excessivo de peso, 2,6% dos recém-nascidos nasceram com peso insuficiente, 29,5% com peso adequado e 5,1% com excesso de peso, apresentando diferença significativa entre os grupos ($p < 0,039$).

Conclusão

Com estes resultados reforça-se que o estado nutricional e ganho de peso materno adequados são fatores determinantes para o bom resultado da gravidez, bem como para a manutenção da saúde no decorrer dos anos, tanto para mãe quanto para o conceito. Há controvérsias sobre a efetividade das intervenções educativas no controle do ganho de peso gestacional e, portanto, necessidade de mais estudos relacionados à temática.

Referências

FONSECA, Márcia Regina Campos Costa da et al. Ganho de peso gestacional e peso ao nascer do conceito: estudo transversal na região de Jundiaí, São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Jundiaí, Vol. 19, n. 5, Jul./Set. 2013. Disponível em: . Acesso em: 31 out. 2017.

NOMURA, Roseli Mieko Yamamoto et al. Influência do estado nutricional materno, ganho de peso e consumo energético sobre o crescimento fetal, em gestações de risco. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro, Vol. 34, n. 3, mar. 2012. Disponível em: . Acesso em: 31 out. 2017.

KNOB, Joseane Inês et al. Correlação entre o estado antropométrico materno e o recém-nascido. Revista da Associação Brasileira de Nutrição, Santa Maria, Vol 7, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: < <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/151>>. Acesso em: 31 out. 2017.

Palavras-chave: Ganho ponderal gestacional; Peso ao nascer; Consequências

RELAÇÃO DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO COM O COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE EM BELÉM DO PARÁ

TAINÁ MARTINS MORAES; EYDLANE DO ROSÁRIO COSTA; LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO; DANIELA LOPES GOMES; CAROLINA VIEIRA BEZERRA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

tainamartmo@gmail.com

Introdução

As mudanças advindas do processo de industrialização na sociedade, que influenciam na forma como esta se relaciona com a alimentação, podem alterar o comportamento alimentar de alunos do ensino superior. Este público é influenciado por mudanças em sua rotina e a necessidade de alimentos que sejam de fácil e rápido acesso (PENAFORTE et al., 2016). Assim, estudar a relação do tipo de alimentação e o comportamento alimentar neste grupo é fundamental para a promoção de saúde e qualidade de vida.

Objetivos

Avaliar a relação entre o tipo de alimentação com o comportamento alimentar de alunos de uma universidade em Belém – Pará.

Metodologia

Estudo transversal com amostragem não probabilística por conveniência de discentes adultos matriculados em um dos cursos de graduação do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Medicina). O questionário *online* foi elaborado na plataforma do Google (*Google Forms*). Para classificação do tipo de alimentação em saudável e não saudável, adaptou-se a metodologia proposta por Tavares et al. (2014), que se baseia na construção de dois grupos de indicadores alimentares, conforme as perguntas sobre alimentação dispostas no questionário da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE, 2012). O questionário holandês de comportamento alimentar (VAN STRIEN et al., 1986) foi validado para o português por Viana e Sinde (2003) e traduzido à população brasileira por Almeida, Loureiro e Santos (2001). Este é composto por 33 itens divididos em 3 subescalas: restrição alimentar, ingestão emocional e ingestão externa. Todos os participantes aceitaram o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61196516.0.0000.0018 e parecer número 1.886.357 de 06.01.2017. O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva (distribuição de frequências, média e desvio-padrão) e analítica (teste de Mann-Whitney) para verificação de diferença estatística entre as variáveis do estudo. Valor de p significativo quando menor de 5%.

Resultados

Participou do estudo um total de 456 discentes. Destes, apenas 25,4% pertenciam ao gênero masculino. Foram classificados como tendo alimentação saudável 85,1% dos discentes. Ao se comparar todas as subescalas de comportamento alimentar com o tipo de alimentação, verificou-se que as maiores médias de ingestão emocional ($2,9 \pm 1,2$) e ingestão externa ($3,6 \pm 0,6$) estiveram entre aqueles com alimentação não saudável. Houve diferença estatística entre os tipos de alimentação (saudável e não saudável) e as subescalas de ingestão emocional ($p=0,011$) e ingestão externa ($p<0,000$).

Conclusão

A grande maioria dos discentes avaliados possuem alimentação classificada como saudável. Houve associação entre os tipos de alimentação e as subescalas de comportamento alimentar: ingestão emocional e ingestão externa. Entre aqueles com alimentação não saudável, os valores médios de ingestão emocional e ingestão externa foram maiores que os observados entre os discentes com alimentação saudável.

Referências

1. NOGUEIRA DE ALMEIDA, G. A; LOUREIRO, S. R.; DOS SANTOS, J. E. Obesidade mórbida em mulheres - Estilos alimentares e qualidade de vida. ALAN, Caracas, v. 51, n. 4, p. 359-365, dic. 2001. Disponível em . Acesso em: 04 outubro 2017.

2. PENAFORTE, F.R.O.; MATTA, N.C.; JAPUR, C.C. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. *Demetra*, v. 11, nº 1, p.225-237, 2016
3. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA PENSE 2012. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/quest_pense_aluno_2012.pdf Acessado em: 15 de julho de 2016.
4. VAN STRIEN, T; FRIJTERS, J; BERGERS, G; DEFARES, P. The Dutch Eating Behavior Questionnaire (DEBQ) for assessment of restrained, emotional, and external eating behavior. *International Journal of Eating Disorders*. v.5, p.295-315, 1986.
5. VIANA, V. Psicologia, Saúde e Nutrição: Estudo do comportamento alimentar, do estado de nutrição e de alguns factores psicossociais associados num grupo de adolescentes. 2000. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor, apresentada à Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Palavras-chave: Hábitos alimentares; Educação superior; Alimentação saudável

RELAÇÃO ENTRE DIFERENTES ÓLEOS VEGETAIS DE REUSO E O PERCENTUAL DE INCORPORAÇÃO LIPÍDICA DE SALGADOS FRITOS

DANIELLE ALVES DA SILVA RIOS; MONALISA JERÔNIMO BEZERRA; MARIANA ALEXANDRE DE ANDRADE;
MARIANA ALVES DA COSTA; VINÍCIUS RODRIGUES DE CASTRO E SILVA

¹ ESTÁCIO DO CEARÁ - Centro Universitário Estácio do Ceará

daniellealvez@hotmail.com

Introdução

A fritura é um método culinário muito utilizado no Brasil e no mundo, pela facilidade e rapidez do preparo e por conferir características agradáveis de cor, sabor e textura aos alimentos. Com isso, o hábito de consumir alimentos fritos tem aumentado nos últimos anos, trazendo uma maior ingestão de óleos e gorduras pela população (FREIRE et al., 2013). Durante esse processo, óleos e gorduras são oxidados, pois passam por mudanças químicas nos triglicerídeos, desdobrando-se em ácidos graxos e glicerol, o glicerol com a ação do calor, gera desidratação das moléculas produzindo aldeído acrílico, chamado de acroleína, com potencial carcinogênico, podendo trazer prejuízos à saúde do consumidor. Para (ORNELAS, 2013). Assim, a forma da fritura, o tipo de óleo utilizado e o reuso do mesmo devem ser avaliados, pois os alimentos absorverem muita gordura nesse processo (MENDONÇA, 2010; SILVA, OLIVEIRA E HAUTRIVE, 2012). Portanto, analisar a incorporação lipídica após processos de frituras é primordial para definir qual é a opção mais interessante para usar nesse método e quando o mesmo deve ser descartado, resultando em uma prática mais saudável e adequada para o consumo.

Objetivos

O objetivo desse trabalho foi analisar a incorporação lipídica em salgados após o reuso de diferentes lipídios no processo de fritura.

Metodologia

Foram usados nos testes de fritura: azeite, gordura vegetal hidrogenada, óleo de soja, óleo de girassol, óleo de milho e óleo de canola. Tanto os óleos como os salgados (coxinhas) congelados foram obtidos no comércio local de Fortaleza (CE). Os ensaios de fritura por imersão foram realizados em panela de aço inoxidável com capacidade de 2,5 litros e em fogão convencional, com 500 mL do lipídio a ser testado. Estes foram submetidos ao aquecimento à temperatura inicial de 180 °C, controlados com termômetro de imersão e em cada fritura foram usados aproximadamente 100 g de salgados. A coleta foi realizada durante 6 dias consecutivos, reutilizando o mesmo óleo da fritura inicial durante esse período. Antes e após cada processo de fritura, os salgados foram analisados em relação ao teor lipídico, que foram determinados pelo método Bligh-dyer (ZENEBOON, PASCUET e TIGLEA, 2008). As análises foram realizadas em triplicata e os resultados obtidos foram avaliados com teste de Tukey ($p < 0,05$) e comparados entre si, além da comparação dos dados nos dias consecutivos de reuso.

Resultados

O teor de lipídico inicial do salgado cru foi de 2,68 %; e já no primeiro processo de fritura, a incorporação lipídica em relação ao reuso dos lipídios na fritura dos salgados apresentou diferença entre eles. Entretanto, ao final do sexto dia de reuso, a gordura saturada foi a que revelou a maior incorporação no salgado, apresentando em torno de 5 vezes mais lipídio comparado ao início do processo, 10,96%. O segundo com maior incorporação lipídica nos salgados foi o azeite de oliva (8,65%) e o que apresentou o menor valor foi o óleo de soja (4,10%). O comportamento dos óleos em relação ao reuso revelou que de uma maneira geral a incorporação lipídica vai aumentando a cada dia no processo de reutilização para a grande maioria dos lipídios testados. Porém, para o óleo de soja e óleo de canola os valores máximos de incorporação foram no segundo dia de reuso, mantendo-se constante até o sexto dia, mostrando uma maior estabilidade dos mesmos.

Conclusão

De acordo com os resultados obtidos o óleo que se mostrou mais estável e incorporou menos lipídio no processo de reuso foi o óleo de soja.

Referências

FREIRE, P. C. M.; MANCINI-FILHO, J.; FERREIRA, T. A. P. de C. Principais alterações físico-químicas em óleos e gorduras submetidos ao processo de fritura por imersão: regulamentação e efeitos na saúde. Revista de Nutrição,

Campinas, v. 26, n. 3, p. 353-368, mai./jun., 2013.

MENDONÇA, R. Nutrição: um guia completo de alimentação, práticas de higiene, cardápios, doença, dietas, gestão. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 2010.

ORNELAS, L. H. Técnica Dietética: Seleção e preparo de alimentos. 8. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

SILVA, A. R. D.; OLIVEIRA, V. R.; HAUTRIVE, T. P. Efeito de diferentes tipos de óleos sobre a aceitabilidade de batatas fritas tipo chips. Higiene alimentar, v. 26, n. 204/205, 2012. p. 103-108.

Palavras-chave: incorporação lipídica; lipídios; reutilização

RELAÇÃO ENTRE HÁBITOS DE CAFÉ DA MANHÃ COM ESTADO NUTRICIONAL E DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESCOLARES

CARLOS RAIOL DE MIRANDA; RAFAEL DE SOUSA ARAÚJO; ALLYNE GONÇALVES ARAÚJO LIMA; ÉRIKA SOARES DE OLIVEIRA PATRIOTA; LÍVIA BACHARINI LIMA; FERNANDO LAMARCA

¹ UNIEURO - Centro Universitário Unieuro, ² CRE-GUARÁ - Coordenação Regional de Ensino do Guará
carlosraiol@hotmail.com

Introdução

O café da manhã é amplamente considerado um componente importante do estilo de vida saudável e apesar de promover diversos benefícios à saúde, não há conceito geral sobre qual tipo de alimento deve ser consumido nesse momento. Seus benefícios em crianças e adolescentes abrangem principalmente: o estado nutricional, saúde e desempenho acadêmico.

Objetivos

Avaliar o consumo do café da manhã com estado nutricional, ingestão de micronutrientes de escolares e desempenho acadêmico.

Metodologia

Trata-se de um Estudo observacional, analítico do tipo transversal. A pesquisa foi realizada, com alunos de escolas classe públicas do Distrito Federal. Foram avaliados 40 escolares, de ambos os sexos com idades entre 8 e 10 anos, estudantes do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Para a coleta dos dados de consumo alimentar, foram aplicados dois recordatórios de 24 horas (R24h), em dias aleatórios. Os macronutrientes e micronutrientes, foram calculados através do software Dietbox, tendo como referência as tabelas IBGE e Tucunduva. Ressalta-se que foram avaliados os seguintes micronutrientes de interesse a saúde pública: Ácido Fólico (Vit B), Vitamina A (Vit A), Cálcio (Ca) e Ferro (Fe), comparando com a Ingestão Dietética de Referência (IDR) para cada gênero e idade. Os dados antropométricos coletados foram peso e altura. Para a aferição do peso dos alunos, utilizou-se a balança digital da marca OMRON (HN-289), a altura foi obtida por meio do estadiômetro da marca Cardiomed (WCS Wood Compact). Os alunos foram divididos em dois grupos em que realizavam o café da manhã suficiente (grupo 1) e café da manhã insuficiente (grupo 2). Para um café da manhã suficiente foram considerados os aspectos: Refeição realizada no horário entre 5:30 e 8:59 da manhã, que atinja pelo menos 15% do valor energético diário de 1760kcal, que é uma média preconizada pela Ingestão IDR, para crianças de 6 a 10 anos. O desempenho escolar, foi avaliado conforme o modelo das escolas classes públicas do DF, entregue pelos professores, que dentre os itens julgados como satisfatório ou não foi escolhido: Interpretação; Criatividade; Matemática; e Memória. Os responsáveis das crianças foram orientados sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Foram incluídas 40 crianças e adolescentes (9,93±0,76 anos; 57,5% do sexo feminino; índice de massa corporal (IMC) médio de 17,27±3,11). Do total de voluntários 55% tiveram o café da manhã considerado insuficiente. Quanto aos micronutrientes, a Vit A foi o único que apresentou diferença significativa ($p < 0,05$) entre os dois grupos. O grupo 1 teve as seguintes ingestões de micronutrientes (Vit A: 57% (39; 84); Vit B: 75,83% (56; 139); Ca: 45,4%(38; 62,2); Fe: 125% (96; 172,5). E o grupo 2 (Vit A: 35,4% (27,5; 68); Vit B: 73,5% (37,66; 85,33); Ca: 41,61% (25; 56,5); Fe: 125% (100;162,5). Ao avaliar o desenvolvimento acadêmico, o grupo 1 e o grupo 2 respectivamente, obteve-se os seguintes resultados referentes ao rendimento insatisfatório (Interpretação: 25,1% vs 35%; Criatividade: 31,3% vs 60%; Matemática: 18,8% vs 50%; Memória 12,5% vs 45%; 37,6% vs 50%).

Conclusão

Constatou-se que estado nutricional não foi afetado significativamente em relação ao hábito de fazer o café da manhã adequado. A vit A foi a única influenciada na ingestão diária e as habilidades: criatividade, matemática e memória são mais impactadas pela ausência do café da manhã.

Referências

HERNÁNDEZ, J. A. S.; MAJEM, L. S. Importancia del desayuno en el rendimiento intelectual y em el estado nutricional de los escolares. Revista Española de Nutrición Comunitaria, v. 6, n.2, p. 53-95.
JACOBY, E.; CUETO, S.; POLLITT, E. Benefits of a school breakfast programme among Andean children in Huaraz,

Peru. Food and Nutrition Bulletin-United Nations University, v. 17, p. 54-64, 1996.

KAMADA, I.; TRUMAN L.; BOLD, J.; MORTIMORE, D. The Impact of Breakfast in Metabolic and Digestive Health. Gastroenterology and Hepatology From Bed to Bench, v. 4, n. 2, p. 76–85, 2011.

SIMEON D. T.; GRANTHAM-MCGREGOR S. Effects of missing breakfast on the cognitive functions of school children of differing nutritional status. Am J Clin Nutr., v. 49, n. 4, p. 646-653, 1989.

Palavras-chave: Avaliação nutricional; Desempenho escolar; Micronutrientes

RELAÇÃO ENTRE INSEGURANÇA ALIMENTAR E HIPERTENSÃO EM IDOSOS ATENDIDOS EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

ANDRESSA KÉTLEN ARAÚJO DE OLIVEIRA; BÁRBARA REGES FEITOSA; MARLUS HENRIQUE QUEIROZ PEREIRA; MARIA LUIZA AMORIM SENA PEREIRA; DÉBORA DOS SANTOS PEREIRA; ANNE CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA

¹ UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
andressaketlen@hotmail.com

Introdução

A Hipertensão Arterial Sistêmica e a situação de Insegurança Alimentar afetam uma grande parte da população idosa. Às vezes essas condições aparecem isoladamente, mas podem ocorrer concomitante no cotidiano dos idosos. Geralmente, tanto os idosos com hipertensão quanto aqueles com Insegurança Alimentar, apresentam padrões alimentares deficientes e restritivos, devido à repercussão da morbidade ou diante das escolhas alimentares ou pela dificuldade de acesso aos alimentos. Na população idosa esse cenário pode se agravar devido as mudanças fisiológicas e sociais que ocorrem no próprio processo de envelhecimento. Essa associação acaba por comprometer a qualidade de vida e favorecer o agravamento dessas situações.

Objetivos

Conhecer a associação entre Insegurança Alimentar e a Hipertensão Arterial Sistêmica em idosos.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo exploratório e transversal, com coleta de dados primários, que foi realizado com idosos com idade igual ou superior a 60 anos, cadastrados em Unidades de Saúde da Família (USF) no município de Barreiras, Bahia. A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro a outubro de 2017. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário geral que investigou aspectos sociais, econômicos, morbidades, assistência farmacêutica, entre outros aspectos. Para avaliar a Insegurança Alimentar utilizou-se como instrumento a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que classifica o fenômeno estudado em Segurança ou Insegurança Alimentar (leve, moderada e grave). Os aspectos éticos deste estudo foram analisados e aprovados (Parecer: 1.447.361) por Comitê de Ética em Pesquisa. A análise dos dados foi realizada com o auxílio de programa estatístico e as variáveis foram expressas através de análise descritiva dos dados, com a distribuição da frequência, bem como através do teste qui quadrado.

Resultados

Dos 95 idosos pesquisados mais da metade (58,9%) apresentou algum grau de Insegurança Alimentar, sendo 36,8% leve; 11,6% moderada e 10,5% grave. Já a prevalência de Hipertensão na amostra estudada foi de 70,5%. Apesar de mais da metade dos idosos que estava Insegurança Alimentar apresentarem diagnóstico de Hipertensão, a análise dos dados não apontou significância estatística (p

Conclusão

Este trabalho mostrou que tanto a Insegurança Alimentar quanto a hipertensão arterial apresentaram elevadas prevalências em idosos de Unidades de Saúde da Família. No entanto, isso não foi estatisticamente significativo. O estudo também aponta um cenário em que o idoso pode comprometer um parcela da renda, que poderia ser investida na aquisição de alimentos, para o acesso aos medicamentos para o tratamento da HAS.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional*. Secretaria de Avaliação e Gestão da informação. Brasília, DF, 2014.

VASCONCELOS. Sandra Mary Lima et al. Insegurança Alimentar em Domicílios de Indivíduos Portadores de Hipertensão e/ou Diabetes. *Internacional Journal of Cardiovascular Sciences*. 2015; 28(2):114-121.

Palavras-chave: Envelhecimento; Hipertensão Arterial; Insegurança Alimentar

RELAÇÃO ENTRE O ESTADO NUTRICIONAL E A MENARCA PRECOCE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CAMILA BASÍLIO DOS SANTOS; LORRANY SILVA SOUZA; AINÁ INNOCENCIO DA SILVA GOMES; SILVIA CRISTINA FARIAS

¹ FABA - Faculdade Bezerra de Araújo
silviacristinafarias@gmail.com

Introdução

A adolescência compreende o período que vai de 10 a 19 anos, 11 meses e 29 dias e que envolve transformações físicas, hormonais, psíquicas e sociais que podem se manifestar de formas e em períodos diferentes para cada indivíduo. A puberdade é considerada o período em que ocorre o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e da desaceleração desse processo é marcada, nas meninas, pelo surgimento da menarca. Fisiologicamente a menarca é o principal marcador da chegada da maturação biológica feminina e, para ocorrer, é necessário e relevante que, em média, 17% do peso corporal total seja constituído de gordura. E para que a menstruação se mantenha seu ciclo regular, é necessário que se tenha de 20 a 22% de gordura corporal. Estudos demonstram que a idade da menarca ao longo dos anos tem diminuído, associando-se esse fenômeno a fatores de risco para doenças físicas e emocionais.

Objetivos

Verificar a relação entre o estado nutricional e a menarca precoce.

Metodologia

Trata-se de uma revisão de literatura tendo como pergunta norteadora: a obesidade e o excesso de peso estão relacionados com a menarca precoce? A condução da revisão ocorreu entre os meses de março e abril de 2017, com a busca de artigos nas bases de dados eletrônicas PubMed-MEDLINE, Lilacs e Scielo – Scientific Electronic Library Online. Foi utilizada o operador booleano (“AND”), sendo as palavras chaves utilizadas: sobrepeso; obesidade; excesso de peso; massa corporal; antropometria e menarca. Os artigos passaram por quatro etapas de avaliação: 1º) análise a partir dos títulos; 2º) a análise de duplicatas; 3º) análises pelos resumos e; 4º) análise do conteúdo, na qual foram excluídas dissertações, teses, artigos que não estavam disponíveis na íntegra e artigos com conteúdo fora do objetivo proposto. Após essas etapas, os estudos selecionados foram avaliados segundo tipo de estudo e objetivos, local de realização da pesquisa, ano de publicação, as revistas nas quais foram veiculados, metodologias utilizadas e principais resultados encontrados.

Resultados

Foram encontrados 184 artigos e após as etapas de avaliação chegou-se a um total de 13 artigos. Desses, 10 foram publicados em português, dois em inglês e um em espanhol. A maioria dos artigos avaliados eram de estudos transversais (N = 5), seguidos de longitudinais (N = 4), de coorte (N = 2) e de revisão sistemática (N = 2). O método de avaliação do Estado Nutricional predominante foi o IMC e da maturação sexual o método de TANNER. Mais de 90% dos artigos analisados referiram associação positiva entre o excesso de peso e a menarca precoce de maneira muito evidente, relatando seu predomínio tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. Além disso, os estudos apontam como fatores externos relacionados, o nível socioeconômico, condições sanitárias dentre outros aspectos que auxiliam o desencadeamento da menarca precoce.

Conclusão

A revisão identificou poucos estudos e todos realizados recentemente. Estes não se aprofundaram especificamente na associação de interesse dessa revisão, mas afirmam que no período pré púbere, essas meninas já apresentavam obesidade. Apesar das influências de vários fatores, é notadamente difícil estabelecer uma causa principal para este fenômeno. Mais estudos deveriam ser realizados para verificar o mecanismo de relação entre esse acúmulo de gordura e a menarca precoce; uma vez que a associação da menarca precoce com inúmeros agravos na vida adulta da mulher já foi estabelecida.

Referências

- MARTÍNEZ, J. et al. Growth patterns in early childhood and the onset of menarche before age twelve. Rev Saúde Pública, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 60-249, 2010.
- ROMAN, E. P. et al. Antropometria, maturação sexual e idade da menarca de acordo com o nível socioeconômico de

meninas escolares de cascavel (pr). Rev Assoc Med Bras, [S.L], v. 55, n. 3, p. 21-317, 2009.

World Health Organization. Physical status: use and interpretation of anthropometry. Genova: WHO; 1995.

Palavras-chave: sobrepeso; obesidade; excesso de peso; massa corporal; adolescente

RELAÇÃO ENTRE OS SINTOMAS DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO E O VÍNCULO DA MÃE COM O FILHO AOS TRÊS MESES DE VIDA

SALETE DE MATOS; BRUNA PEZZINI CORRÊA; JULIANA ROMBALDI BERNARDI; CLECIO HOMRICH DA SILVA; MARCELO ZUBARAN GOLDANI

¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
salete.matos@hotmail.com

Introdução

No Brasil, uma a cada quatro mulheres irá apresentar sintomas de depressão no período de 6 a 18 meses após o parto (THEME, 2012). A depressão pós-parto traz consequências ao vínculo da mãe com o filho, principalmente nos aspectos afetivo, social e cognitivo (THEME, 2016). Dessa forma, é necessário um estudo mais amplo em relação a essas duas situações, buscando uma correlação entre elas.

Objetivos

Avaliar o efeito do grau de depressão materna após o parto sobre vínculo mãe-lactente

Metodologia

Tratou-se de um estudo observacional longitudinal, parte do projeto intitulado “Impacto das Variações do Ambiente Perinatal sobre a Saúde do Recém-Nascido nos Primeiros Seis Meses de Vida”, aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa do HCPA e do GHC pelos protocolos 11-0097 e 11-027. Selecionou-se, entre 24 e 48 horas após o parto, uma amostra de recém-nascidos vivos, por conveniência, filhos de puérperas residentes em Porto Alegre. Excluíram-se lactentes gemelares, com doenças congênitas, que necessitaram de internação hospitalar e filhos de puérperas com HIV. Os questionários PBQ (The Postpartum Bonding Questionnaire) e EPDS (Edinburgh Postnatal Depression Scale) foram auto-aplicados na entrevista que ocorreu aos três meses de vida da criança. PBQ: questionário tipo likert composto por 25 itens. Ele avalia o vínculo mãe-bebê dentro de quatro fatores. Quanto maior a pontuação nesse questionário, mais patológico é esse vínculo. Fator 1: fator geral em relação ao vínculo mãe-bebê (acima de 11 é considerado alto). Fator 2: problemas severos na relação mãe-bebê (acima de 16 é considerado alto). Fator 3: ansiedade relacionada à criança (acima de 9 é considerado alto). Fator 4: possibilidade de abuso (acima de 2 é considerado alto). EPDS: questionário tipo likert de 10 itens, cuja resposta tem quatro alternativas, utilizado para avaliar o nível de depressão pós-parto. Quanto maior o resultado, maior o nível de depressão. Valores acima de 10 são considerados altos. Utilizou-se o teste de correlação de Spearman entre o EPDS e os fatores do PBQ. Quanto maior o valor, maior o grau de correlação entre as variáveis. Descreveram-se as variáveis contínuas por média±desvio padrão, quando paramétricas, ou mediana e intervalo interquartil, quando não paramétricas. Apresentaram-se as variáveis categóricas por número absoluto e relativo. O nível de significância adotado foi menor que 0,05.

Resultados

Foram analisados 258 pares de mãe-criança. A mediana de idade materna foi 25,00 [15,00 – 41,00] anos, a mediana materna da escolaridade foi 10,00 [2,00 – 17,00] anos e 57,3% das mães eram brancas. A mediana do EPDS foi 4,00 [2,00 – 8,00]. A mediana do PBQ para o fator 1 foi 3,00 [1,00 – 6,00], para o fator 2 foi 0,00 [0,00 – 2,00], para o fator 3 foi 1,00 [0,00 – 3,00] e para o fator 4 foi 0,00 [0,00 – 0,00]. A correlação entre EPDS e PBQ foi positiva nos quatro fatores. Fator1: β 0,426 ($P < 0,001$). Fator2: β 0,306 ($P < 0,001$). Fator3: β 0,379 ($P < 0,001$). Fator4: β 0,191 ($P < 0,002$).

Conclusão

A depressão materna pós-parto altera negativamente o vínculo mãe-lactente durante os primeiros meses de vida. Essa população tem medianas do EPDS e do PBQ menores do que a média considerada possivelmente patológica. Sugere-se um acompanhamento psicológico adequado das puérperas para garantir o correto desenvolvimento da criança.

Referências

Brockington, I.F. et al, The Postpartum Bonding Questionnaire: a validation. 2006.

Santos, I. S. et al, Validação da Escala de Depressão Pós-natal de Edinburgo (EPDS) em uma amostra de mães da Coorte de Nascimento de Pelotas, 2004. 2007.

Theme Filha, M. M. et al, Factors associated with postpartum depressive symptomatology in Brazil: The Birth in Brazil

National Research Study. 2016.

Palavras-chave: Sintomas depressivos; Vínculo Materno; Postpartum Bonding Questionnaire; Edinburgh Postnatal Depression Scale

RELAÇÃO GANHO DE PESO GESTACIONAL X TESTE DE ALIMENTAÇÃO DE PUÉRPERAS ACOMPANHADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO MÃE E BEBÊ

CAROLINE RAMOS FRIGI; CAROLINE D'AZEVEDO SICA; ANDREIA DA SILVA FERREIRA

¹ UNIVERSIDADE FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

carolineramosf@gmail.com

Introdução

O ganho de peso gestacional é uma implicação direta na saúde materno-infantil e o estado nutricional da gestante é essencial para estabelecer o ganho de peso adequado, sendo usado o Índice de Massa Corporal pré-gestacional para essa avaliação. A nutrição inadequada nesse período está relacionada às complicações perinatais, como diabetes e hipertensão maternas, macrossomia, sofrimento fetal, trabalho de parto prolongado, baixo peso ao nascer por restrição de crescimento intra-uterino e prematuridade. O Projeto de Extensão Mãe e Bebê da Universidade Feevale situada no município de Novo Hamburgo, atua na promoção de saúde contribuindo para a melhora da qualidade de vida do binômio através de ações interdisciplinares com os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia em uma Unidade de Saúde da Família do município.

Objetivos

O objetivo desse estudo foi relacionar o ganho de peso no período gestacional e a qualidade da dieta através do teste de alimentação aplicado às puérperas. Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado o banco de dados de participantes do Projeto de Extensão, das gestantes e posteriormente puérperas acompanhadas no ano de 2016 e primeiro semestre de 2017.

Metodologia

O ganho de peso gestacional foi calculado através do peso pré-gestacional e o peso aferido na última semana de gestação, classificando em ganho de peso inadequado, adequado e excessivo. O teste de alimentação foi classificado em três categorias: dieta de má qualidade, dieta precisando de melhorias e dieta de boa qualidade, conforme pontuação alcançada ao final do questionário Teste de alimentação, questionário retirado do Guia Alimentar Como ter uma Alimentação Saudável do Ministério da Saúde (2008). Para análise estatística utilizou-se média e desvio padrão, frequência absoluta e teste qui-quadrado. Este trabalho tem aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 2.340.689.

Resultados

A amostra foi composta de 85 puérperas. As participantes têm idade média de 25 anos e para 43,2% delas essa foi a primeira gestação. Ao analisarmos os resultados do teste de alimentação observamos que 7,3% das gestantes apresentam dieta de má qualidade, 80,5% de dieta precisando de melhorias e 12,2% de dieta de boa qualidade. Os resultados encontrados demonstram que aquelas com ganho de peso inadequado representaram 28,2% (n=24), sendo 2,4% com dieta de má qualidade, 23,2% com dieta precisando de melhorias e 3,7% com dieta de boa qualidade. Gestantes com ganho de peso adequado, somaram 34,1% (n=29), sendo 1,2% com dieta de má qualidade, 30,5% com dieta precisando de melhorias e 2,4% com dieta de boa qualidade. Gestantes com ganho de peso acima do recomendado representaram 37,6% (n=32), sendo 3,7% com dieta de má qualidade, 26,8% com dieta precisando de melhorias e 6,1% com dieta de boa qualidade. Não houve diferença significativa.

Conclusão

Dessa forma conclui-se que a maioria das participantes apresentou dieta precisando de melhorias, fato que prejudica o desenvolvimento fetal saudável, já que esse tipo de dieta não atinge todas as recomendações de macro e micronutrientes, aumentando a prevalência de carências nutricionais na mãe e no bebê. Devemos avaliar o estado nutricional no início da gestação que é imprescindível para detectar gestantes em risco nutricional, determinar recomendações adequadas de ganho de peso e realizar orientação nutricional para cada caso. Além disso, o monitoramento do ganho de peso também é fundamental para estabelecer intervenções nutricionais adequadas.

Referências

GONÇALVES, Carla Vitola et al. Índice de massa corporal e ganho de peso gestacional como fatores preditores de complicações e do desfecho da gravidez, Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Vol. 34, nº 7, abr./jun. 2012.

Disponível em: . Acesso em 28 out. 2017.

Palavras-chave: Ganho ponderal gestacional; Alimentação; Qualidade da dieta; Nutrição inadequada

RELATO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA ALIMENTAR NO CONTEXTO FAMILIAR DE UM IDOSO EM PORTO VELHO – RO

DARA NAYANNE MARTINS CAMPOS; ÁDNA SILVA CHAGAS; CRISTINA MARIA LAURENTINO; JULIANA SOUZA CLOSS CORREIA; RAFAEL ADEMIR OLIVEIRA DE ANDRADE

¹ UNISL - Centro Universitário São Lucas
daranyanne@hotmail.com

Introdução

Sendo o envelhecimento processo natural que vai além do fisiológico e transita pelo psicológico refletindo no âmbito social nos comportamentos humanos que são resultados de inúmeras variáveis que se perpetuam de geração em geração sendo expressos nos hábitos. É indispensável ouvir os idosos e a partir da história dos mesmos refletir sobre a sociedade atual e sobre o futuro, percebendo alimentação, produção e hábitos alimentares como elementos fundamentais para compreensão da sociedade.

Objetivos

Debater as narrativas dos idosos com as questões da produção, cultura e espaços relacionados à alimentação e saúde dos mesmos.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a coleta e organização das narrativas orais, desenvolvidos na disciplina de Projeto Integrador por acadêmicos de 3º período do curso de Nutrição do Centro Universitário São Lucas por meio da História Oral. Foram entrevistados idosos, seus hábitos alimentares e suas percepções sobre as patologias, cultura e o impacto no seu desenvolvimento. Sendo utilizadas 5 etapas: entrevista, aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido, transcrição, textualização e transcrição.

Resultados

Os resultados foram observados em duas naturezas específicas: (1) formação humana e profissional dos educandos, elementos indissociáveis quando pensamos uma sociedade multicultural cujo o exercício profissional permeia os elementos práticos e subjetivos dos sujeitos, assim, estar em contato com os idosos e refletir sobre a alimentação - sua construção, importância, apontamento cultural - fala tanto sobre o nutricionista quanto o domínio sobre macronutrientes e outros saberes. O alimento é instrumento de poder sobre civilizações inteiras ao mesmo tempo que, dialeticamente, compõe todas as esferas da cultura, não há homem além do alimento. (2) Investimento social, cultural e histórico que o curso de Nutrição do Centro Universitário São Lucas ao olhar para memórias vivas da sociedade rondoniense e aproximar professores e educandos desta esfera da sociedade, subjetividades violentadas e acalentadas pelo tempo, com sabedoria e conhecimento cujo cânone formal da academia superior tende a esquecer ou silenciar. Dar voz, o grande objetivo da História Oral, aos idosos amplia a voz de professores, alunos e da própria instituição.

Conclusão

Com a análise das narrativas colhidas notou-se que conceitos repassados aos acadêmicos de nutrição durante a graduação, são comumente relatados no decorrer das narrativas, mesmo que sem o emprego da terminologia teórica-científica os idosos relatam hábitos que tentam conservar frente aos avanços tecnológicos, como por exemplo, reunir a família para o almoço, onde trocam saberes e há transmissão dos conhecimentos culinários aos filhos e netos, já que tais receitas vão além do simples alimentar-se e vincula-se aos laços afetivos aproximando família e contribuindo desta forma para ingestão de alimentos saudáveis, onde todo o processo de preparo é criteriosamente respeitado.

Referências

1. Salgado JM. Nutrição na terceira idade. In: Brunetti, RF, Montenegro FLB. Odontogeriatrics: noções e conceitos de interesse clínico. São Paulo: Artes Médicas, 2002. p. 62-70.
2. Houaiss A., Villar MS. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
3. Canesqui, Ana Maria, and Garcia, Rosa Wanda Diez, orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85- 7541-055-5. Available from SciELO Books .
4. MEYHI, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral, 5ª Edição, São Paulo, Edições Loyola, 1996.

Palavras-chave: Recuperação de hábitos alimentares; Alimentação saudável; Comportamento alimentar

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO CULTIVANDO A SAÚDE E PRATICANDO O LAZER NA HORTA

LILIAN ANDRADE SOLON; CATARINA MARIA BARBOSA MENDONÇA; ISIS CAROLINE SANTOS MONTEIRO; LEIKO ASAKURA; JORGE LUIZ XAVIER LINS CUNHA

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas

lilinhasolon@hotmail.com

Introdução

As mudanças nos padrões alimentares foram primordiais para que a Organização Mundial da Saúde, em 2004, apresentasse a Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde, na qual fica clara e definida a alimentação adequada e saudável como um fator de promoção da saúde. O ambiente escolar é ideal para aquisição e construção de hábitos alimentares adequados e saudáveis, visto que durante os primeiros anos de vida são formadas as práticas comportamentais. Um projeto de pesquisa desenvolvido nos cinco Centros de Educação Infantil do sétimo distrito de saúde de Maceió revelou que as crianças matriculadas têm baixo consumo de frutas e hortaliças (Longo-Silva, 2015). Com isso, a implantação da horta na escola é uma ótima estratégia, pois além de ser uma fonte de alimentar, possibilita que as crianças desenvolvam hábitos saudáveis.

Objetivos

Promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável a partir da implantação de hortas em um Centro Municipal de Educação Infantil por meio de ações integradas e interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão.

Metodologia

No Centro Municipal de Educação Infantil Professora Kyra Maria Barros Paes, localizado em Maceió-Alagoas, estão matriculadas 151 crianças. A proposta deste projeto envolveu a implantação de uma horta para que as crianças pudessem plantar, regar e colher as hortaliças. Foram escolhidas aquelas de cultivo, manejo e produção mais fácil (cebolinha, alface, tomate cereja, pimentão, coentro). Além disso, utilizando como instrumento norteador o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, foram realizadas ações de promoção da alimentação adequada e saudável e de educação alimentar e nutricional, através de oficinas participativas e dialógicas com as crianças e seus familiares e com os funcionários.

Resultados

Com a implantação da horta, as crianças conseguiram participar efetivamente de todo processo produtivo, isso melhorou a aceitação das preparações com hortaliças no ambiente escolar e incentivou a formação de hábitos saudáveis. As atividades de Educação Alimentar e Nutricional com as crianças e os responsáveis aproximaram os familiares do ambiente escolar e mostraram a importância deles durante a construção dos hábitos alimentares, para que ambos sejam promotores da alimentação adequada e saudável. Já com os professores, foram executadas diversas oficinas com intuito de inserir a alimentação como instrumento pedagógico na rotina escolar.

Conclusão

A horta no ambiente escolar auxilia no processo ensino-aprendizagem e proporciona às crianças o acompanhamento do crescimento do próprio alimento, além de participar do cardápio escolar. Ainda, promove a formação de hábitos alimentares saudáveis quando associada à realização das atividades de Educação Alimentar e Nutricional para os alunos e responsáveis.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global strategy on diet, physical activity and health, 2004**. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

LONGO-SILVA, G.; MENEZES, R. C. **Saúde e nutrição em creches e pré-escolas: um olhar para Maceió-AL**. Maceió: Edufal, 2015. v. 1. p. 125.

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017

Palavras-chave: Ambiente escolar; Criança; Educação Alimentar e Nutricional; Horta

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NA SAÚDE - PET/GRADUASUS EM ARACAJU/SE: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

AMANDA GISELE CAETANO DOS SANTOS; ANA PAULA DE SOUZA FIGUEREDO; ANDHRESSA FAGUNDES; RITA DE CÁSSIA LISBOA RIBEIRO; SILVIA MARIA VOCI; TAMIRIS MARIANE DOURADO DE SIQUEIRA

¹ UFS - Universidade Federal de Sergipe

amandagih@hotmail.com

Introdução

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde é uma parceria do Governo Federal com Universidades Públicas e Secretarias Municipais de Saúde que tem como objetivo aproximar a formação universitária do Sistema Único de Saúde. Uma das etapas do trabalho desenvolvido no Programa teve a finalidade de realizar o diagnóstico da gestão e do serviço local de saúde. O Diagnóstico Situacional é um método de análise da realidade e das necessidades na prática diária dos serviços em saúde, que identifica problemas e limitações, proporciona aprendizagem, reorganiza os processos de trabalho e estabelece prioridades e diretrizes para a definição de ações a serem implementadas, tomando medidas para organização e correção do serviço. O componente administrativo do diagnóstico é amplo e inclui caracterização e discussão dos recursos físicos, materiais, humanos, administrativos e financeiros dos serviços de saúde.

Objetivos

Realizar o Diagnóstico Situacional de Unidades Básicas de Saúde na cidade de Aracaju, a partir da imersão dos estudantes nestes cenários de prática.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, exploratório, descritivo, no qual os discentes petianos, incluindo cinco do curso de nutrição, foram alocadas em diferentes unidades básicas de saúde na cidade de Aracaju para vivenciar a rotina de uma equipe de saúde da família e elaborar um diagnóstico situacional que contempla a unidade e o território adscrito. Na elaboração foram utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Sistema de Informação da Atenção Básica de 2015, além de dados primários coletados pelos alunos agentes comunitários de saúde e enfermeiros em rodas de conversa com os usuários e lideranças locais.

Resultados

Dentre os problemas em comum nas Unidades Básicas de Saúde estudadas, observou-se a falta de alimentação do sistema de informações eletrônica e-SUS; desestímulo dos profissionais devido a atrasos salariais; falta de saneamento básico com incidência de parasitoses e doenças infecto-contagiosas; alto índice de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis; número de hipertensos e diabéticos cadastrados no sistema abaixo da meta preconizada pelo Ministério da Saúde; e baixa participação da comunidade nos Conselhos Locais de Saúde. Tomando-se por base o diagnóstico situacional foram planejadas e desenvolvidas ações de saúde para melhorar a qualidade da assistência, com o envolvimento dos alunos, professores, agentes comunitários de saúde, preceptores/profissionais do serviço e comunidade.

Conclusão

Foram observados problemas relativos tanto à gestão, quanto ao serviço de saúde ofertado aos usuários, os quais necessitam de intervenções específicas. Fez-se necessário fomentar o interesse em participar dos Conselhos de Saúde, além de desenvolver ações e grupos de cuidados com hipertensos e diabéticos, capacitação com os agentes comunitários de saúde, e com os usuários na sala de espera, visando cuidado e educação em saúde da população.

Referências

- BRASIL. Edital n° 13, de 28 de setembro de 2015. Seleção para o programa de educação pelo trabalho para a saúde PET-Saúde/GraduaSUS - 2016/2017. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de setembro de 2015. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/setembro/29/Edital-PET-GraduaSUS.pdf> acessado em 03 de novembro de 2017.
- RIBEIRO, Liliane da Consolação Campos et al. O Diagnóstico Administrativo e Situacional como instrumento para o planejamento de ações na estratégia saúde da família. Cogitare Enfermagem, [S.l.], v. 13, n. 3, dez. 2008. ISSN 2176-9133. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/13044> acessado em 03 de novembro de 2017.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Diagnóstico Situacional; Planejamento; Saúde Pública

RELATO SOBRE CONSUMO ALIMENTAR DE UM GRUPO DE CUIDADORES DE PESSOAS IDOSAS COM DOENÇA DE ALZHEIMER.

LUÍZA PREVEDELLO GIULIANI; KARSTYN KIST BAKOF ROGGIA; TACIANE GABRIELA JESKE; TEREZA CRISTINA BLASI

¹ UNIFRA - Centro Universitário Franciscano
luizapgiu@gmail.com

Introdução

Uma alimentação adequada tem por princípio a promoção de saúde, para isso torna-se importante o conhecimento sobre o que é adequado e de que forma as pessoas estão ingerindo determinados alimentos. O desafio do nutricionista é pautado nas recomendações nutricionais especiais em função de alterações biopsicossociais do envelhecimento aliada as características das doenças do idoso, preservando o prazer inerente à alimentação.

Objetivos

Relatar a experiência adquirida sobre a alimentação de familiares/cuidadores de pessoas idosas com Doença de Alzheimer, com ênfase no consumo de macronutrientes.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa. A amostra foi composta por participantes de um Grupo de Assistência Multidisciplinar Integrada aos Cuidadores de Pessoas Idosas com Doença de Alzheimer, totalizando 7 familiares/cuidadores. A técnica utilizada para coleta de dados foi Grupo Focal em forma de conversa informal, gravada, transcrita e categorizada por meio da metodologia de Bardin (2011). Para quantificar o consumo, foi utilizado o Recordatório Alimentar de 24horas, de acordo com Fisberg (2012). O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Franciscano, pelo Parecer de nº 17820082. A quantidade de macronutrientes consumidos, foram quantificados por meio da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos.

Resultados

Dos sete familiares participantes do estudo, seis foram mulheres e um homem, com idades entre 46 a 67 anos. Destes, dois eram companheiros, quatro eram filhos e um era cuidador formal. Ao analisar o consumo dietético diário de macronutrientes, os familiares/cuidadores apresentaram média de consumo de 13% de Proteínas, 25% de Lipídeos e 62% de Carboidratos, dos quais 86% eram compostos por carboidratos refinado. Os alimentos mais consumidos relatados foram o pão francês (de duas a quatro vezes ao dia), macarrão, arroz branco e bolo. Todos demonstraram interesse em melhorar a qualidade da alimentação com vistas à uma melhor qualidade de vida no contexto do envelhecimento e para prevenção da Doença de Alzheimer.

Conclusão

O consumo de carboidrato, no presente estudo, ficou acima do recomendado. Uma dieta muito rica em carboidratos, especialmente os carboidratos refinados, oriundos de alimentos processados e com alto índice glicêmico, podem apresentar efeitos adversos que agravam a saúde desta população, tais como a incidência de sobrepeso e obesidade, doenças crônicas degenerativas. Ações como estas, permitem uma reflexão e o desenvolvimento de intervenções educativas, visando a promoção de saúde.

Referências

- BARBOUR, Rosaline. Grupos Focais: Coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora. 217p. Porto Alegre – RS, 2009.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Editora Edições 70- Brasil. Rio de Janeiro-RJ. 2011.
- ESPERANÇA, Leila Biscólla, GALISA, Mônica Santiago. Alimentação do Idoso. In: Nutrição: conceitos e aplicações. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.
- FISBERG, Regina Mara. Inquérito Alimentar. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. 2012.

Palavras-chave: Cuidadores; Doença de Alzheimer; Pessoa idosa

(RE)PENSAR A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NUTRICIONISTA NO SUS: A POTÊNCIA DO PET-GRADUASUS ENQUANTO PRÁTICA FORMATIVA

THAIS SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA; CLAUDIA ROBERTA BOCCA SANTOS; LUANA AQUINO; RAFAEL GÓES; ANNELISE GUIMARÃES; ELIZÂNGELA AZEVEDO

¹ UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ² SMS-RIO - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

thaissalema@gmail.com

Introdução

O PET-GraduaSUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde, que firmou parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro para a realização de ações, entre 2016 e 2018, em dois eixos estruturantes: o fomento de mudanças curriculares visando à reorientação da formação para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a ampliação da integração ensino-serviço-comunidade nos territórios. Este projeto integra trabalhadores da Atenção Básica a Saúde, além de professores e estudantes dos cursos de Enfermagem, Medicina e Nutrição.

Objetivos

Apresentar as experiências desenvolvidas no âmbito do PET-GraduaSUS pelo Grupo da Nutrição.

Metodologia

Este relato de experiência se refere às atividades desenvolvidas pelo Grupo Nutrição, que conta com a participação de três preceptores (nutricionistas de Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF), cinco professoras e seis estudantes. As atividades estão sendo desenvolvidas em três Unidades Básicas de Saúde, situadas próximo a comunidades da Zona Sul, área nobre da cidade. O projeto prevê a realização de ações na UNIRIO, nas unidades básicas de saúde e nos territórios. Como referencial técnico e teórico adotaram-se políticas públicas dos campos da alimentação e nutrição, atenção básica à saúde, promoção da saúde e educação popular em saúde, dentre outras publicações acadêmico-científicas.

Resultados

O projeto iniciou em maio de 2016 e envolveu as seguintes atividades, até o momento: reuniões de pactuação entre universidade e serviço de saúde; ambientação com as atividades do NASF; mapeamento do território de vida da comunidade e de atenção à saúde. Quanto a participação nas atividades do NASF, as estudantes e professoras tiveram a oportunidade de se envolver com atendimento à população por meio de interconsultas entre nutricionista e outros trabalhadores da ESF; matriciamento das equipes; visitas domiciliares; grupos educativos com gestantes e promoção da alimentação saudável; atividades educativas na Academia Carioca; reuniões ampliadas da unidade de saúde e reuniões da equipe do NASF. Além disso, as estudantes participam de atividades paralelas, como reuniões do Conselho Distrital de Saúde e campanhas. Para o mapeamento do território utilizou-se um roteiro para o diálogo com a comunidade e os profissionais de saúde, visando conhecer: história da comunidade; características demográficas, geográficas, socioeconômicas e culturais; dinâmica de vida da comunidade e uso do sistema de saúde; processo de trabalho das ESF e do NASF. Foram realizadas diversas atividades na UNIRIO, como reuniões periódicas entre os integrantes para orientação, troca de experiências, formação teórica por meio do debate de textos e vídeos; e participação em diversos eventos da UNIRIO e da SMS. Além disso, em 2017, somaram-se ações voltadas a análise do projeto político-pedagógico e do currículo do curso de Nutrição para ampliar a interlocução com o SUS e, também, parceria com a área técnica de alimentação e nutrição para a revisão de materiais educativos e a realização de encontros de educação permanente.

Conclusão

O projeto tem oportunizado a aproximação com as ações do nutricionista no SUS, a reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, a análise da conjuntura política no campo da saúde e da educação e a necessidade de maior integração ensino-serviço-comunidade nos territórios para qualificação do cuidado e da formação em saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Edital Nº 13, de 28 de setembro de 2015 – Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde/GraduaSUS 2016-2017. Brasília, 2015.

PIMENTEL V.R.M. et. al. Alimentação e nutrição no contexto da atenção básica e da promoção da saúde. Demetra. 2013. v.8, n.3.

Palavras-chave: Formação em saúde; Educação permanente em saúde; Nutrição; Atenção Básica à Saúde

REPRESENTATIVIDADE DO REGISTRO ALIMENTAR DE ESCOLARES EM UM QUESTIONÁRIO BASEADO NA WEB

ELIZANGELA CAMARGO RODRIGUES; LUCIANA JEREMIAS PEREIRA; PATRÍCIA DE FRAGAS HINNIG; ALEXIA CAMPOS DE OLIVEIRA; MARIA ALICE ALTENBURG DE ASSIS; FRANCILENE GRACIELI KUNRADI VIEIRA

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

phinnig@yahoo.com.br

Introdução

A lista de itens alimentares que serve como base para a construção, análise ou aprimoramento de questionários para avaliação da dieta, deve refletir os hábitos alimentares de uma população de forma a representar adequadamente o seu consumo¹. A importância de garantir que os questionários automatizados existentes continuem refletindo os hábitos alimentares da população alvo indicam a necessidade de estudos complementares para identificar os alimentos mais representativos no consumo alimentar de escolares.

Objetivos

Descrever os itens alimentares mais representativos nos relatos de consumo de escolares e analisar a representatividade destes no questionário de consumo alimentar e atividade física de escolares baseado na *web* (*webCAAFE*).

Metodologia

Estudo transversal, realizado com dados de 2372 diários alimentares de 361 escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de escolas públicas de Florianópolis. Elaborou-se uma lista com todos os alimentos relatados e posteriormente agrupou-se esses alimentos em 53 itens alimentares segundo critérios de similaridade. O percentual de contribuição relativa de cada item e daqueles que contribuíram com até 95% da frequência do relato do consumo foram identificados. Posteriormente foi analisado se os itens mais representativos do consumo estavam contemplados na tela de ícones usados no primeiro estudo de validação do questionário *webCAAFE* e no banco de dados com 300 ilustrações de alimentos desse instrumento². O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFSC (nº 2250/11) e todos os responsáveis pelos participantes forneceram consentimento por escrito.

Resultados

Os dez itens alimentares mais citados por 72% dos escolares foram: carnes, arroz, pães e bolachas sem recheio, feijão, frutas, achocolatado, massas, lanches, sucos e doces e guloseimas, dentre os quais os seis primeiros contribuíram com aproximadamente 50% da frequência total dos relatos de consumo. Do total de 53 itens alimentares agrupados, 29 foram considerados representativos, todos estão contemplados no banco com 300 ícones do *webCAAFE*, e somente os itens "água", "café ou chá" e "manteiga ou margarina" não estão contemplados na tela de alimentos utilizada no primeiro estudo de validação deste instrumento.

Conclusão

Os achados permitem conhecer os alimentos mais habitualmente presentes na dieta de escolares e são importantes para o planejamento de intervenções de educação alimentar e nutricional. Os itens alimentares mais representativos na dieta dos escolares estão contemplados no banco de dados do instrumento *webCAAFE*, fornecendo elementos úteis para o aprimoramento deste instrumento.

Referências

1. BLOCK, G. et al. Nutrient sources in the American diet: quantitative data from the NHANES II survey. II. Macronutrients and fats. *American Journal of Epidemiology*, v. 122, n. 1, p. 27–40, jul. 1985.
2. DAVIES, V. F. Validação de um questionário on-line de monitoramento de consumo alimentar de crianças de 7 a 10 anos. 2014. 200 f.. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Palavras-chave: consumo alimentar; escolares; novas tecnologias

RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS PRESENTES EM ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS NO ESTADO DO PARANÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO.

ANDREY HENRIQUE WILLE; CILENE DA SILVA GOMES RIBEIRO; FLAVIA AULER

¹ PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

cilenex@hotmail.com

Introdução

Não há segurança alimentar quando o assunto são os agrotóxicos, o Brasil gasta 1,1 bilhão de dólares (ou 150.000 t/ano) por ano com esses produtos, sendo o maior mercado consumidor individual entre os países em desenvolvimento. Em 2001, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária criou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA, teve início no setor de saúde o monitoramento nacional e sistemático de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo analisar os níveis dos resíduos de agrotóxicos detectados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos no Estado do Paraná no ano de 2016 e suas consequências para saúde humana.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo sobre a situação de resíduos de agrotóxicos no Paraná em 20 alimentos oriundos da produção agrícola paranaense, produzidos no sistema de cultivo convencional, além da identificação dos riscos gerados à saúde humana a partir do consumo destas substâncias químicas.

Resultados

No ano de 2016 foram analisadas pelo PARA/PR 334 amostras de alimentos: abacaxi (18), abobrinha (18), alface (treze), banana (19), batata (18), cebola (18), cenoura (19), chuchu (19), couve-flor (11), goiaba (15), laranja (16), maçã (19), mamão (18), mandioca (sete), morango (14), pepino (19), pimentão (17), repolho (19), tomate (18) e uva (18), nas 05 unidades da Central de Abastecimento do Paraná. Quanto à presença ou ausência de resíduos de agrotóxicos em alimentos, evidenciou-se que, das 334 amostras de alimentos, 69 (21%) das amostras apresentaram resíduos de agrotóxicos acima das quantidades permitidas pela ANVISA ou a presença de produtos não autorizados (NA) para as culturas em questão. Destacam-se o pimentão, morango, alface como os alimentos que mais apresentaram amostras insatisfatórias. Os principais efeitos adversos crônicos à saúde, relacionados aos 60 princípios ativos encontrados pelo PARA/PR, apontam para neurotoxicidade, desregulação endócrina, carcinogenicidade, alterações cromossômicas e hormonais, teratogênese e toxicidade reprodutiva. Os agrotóxicos do grupo dos Ditiocarbamatos apareceram em 119 amostras pesquisadas, seguido pelo Carbendazim existente em 88 das amostras e o Difeconazol, em 62 das amostras de alimentos.

Conclusão

Como visto no decorrer do estudo, é extremamente alarmante a quantidade de ingredientes ativos encontrados em cada cultura analisada. As intoxicações agudas e crônicas ocasionadas pelas contaminações por agrotóxicos representam um atual problema de saúde pública. Programas de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos, como PARA/PR, são necessários e indispensáveis, pois podem contribuir no âmbito da saúde, avaliando a estimativa da exposição da população brasileira e subsidiando, assim, a reavaliação de agrotóxicos já registrados no Brasil. Os agrotóxicos podem ser compreendidos como armas de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma sociedade cercada por interesses econômicos. É certo que toda a população, indiscutivelmente, está exposta, direta ou indiretamente, a resíduos de agrotóxicos. Portanto, qualquer estratégia visando o combate ao uso de agrotóxicos deve ter como base a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Referências

BRASIL . Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília. Organização Pan-americana da Saúde, 1997. Disponível em: < <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro2.pdf> > Acessado em: 22 mar 2017

_____.Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos

em Alimentos. Mimeo. MS/ANVISA. 2000. Disponível em: <
http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/117818/Relat%25C3%25B3rio%2BPARA%2B2012%2B2%25C2%25AA%2B etapa%2B-%2B17_10_14-Final.pdf/3bc220f9-8475-44ad-9d96-cbbc988e28fa> Acessado em: 16 Mai 2017.
CASARETT & DOULL'S – Toxicologia, A Ciência Básica dos Tóxicos. 5 .ª ed. Ed MacGraw – Hill Companies, INC. Portugal. 2001.
PIGNATI, Wanderlei; Dores E.F da UFMT; MOREIRA JC e PERES F da FIOCRUZ. Impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente nos municípios do interior de Mato Grosso e do Brasil. Cuiabá, 2016.

Palavras-chave: agrotóxicos; análise de resíduos; alimentos

RESTAURANTES POPULARES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONSTRUÇÃO DE MODELO AVALIATIVO

JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA; MICK LENNON MACHADO; MILENA CORRÊA MARTINS; MARINEZ
FREGULIA RÉOS; CLAUDIA SOAR; CRISTINE GARCIA GABRIEL

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

micklennon@yahoo.com.br

Introdução

No Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estão inclusos os Equipamentos Públicos, dos quais se destacam os Restaurantes Populares que integram as ações do Programa Fome Zero e são regidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Os Restaurantes se apresentam, desde a década de 1940, como uma estratégia social importante para o combate à fome, devendo contribuir para o acesso de uma parcela da população a uma alimentação adequada e com baixo preço priorizando regiões e indivíduos em vulnerabilidade social e nutricional.

Objetivos

Desenvolver um modelo avaliativo para Restaurantes Populares no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

Metodologia

Trata-se de pesquisa metodológica avaliativa iniciada a partir da elaboração do modelo teórico-lógico dos Restaurantes Populares, orientado pelas normativas do mesmo e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. A construção das dimensões, subdimensões, indicadores e medidas do modelo avaliativo envolveu revisão bibliográfica e oficinas de consenso com experts vinculados aos Departamentos de Nutrição e de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina. A adequação do modelo avaliativo foi realizada por meio de consenso com especialistas externos - indivíduos envolvidos na implantação e gestão de Restaurantes Populares, totalizando 11 colaboradores. O juízo de valor dos componentes do modelo será definido posteriormente, considerando os aspectos normativos e teóricos envolvidos na temática. Em acordo com a Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, o corrente projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o número 1.160.850.

Resultados

O modelo avaliativo contemplou duas dimensões da gestão municipal dos Restaurantes Populares. A dimensão político-organizacional está organizada nas subdimensões: administração, estrutura e público frequentador, as quais possuem 7, 3 e 2 indicadores, respectivamente. A dimensão técnico-operacional contempla as subdimensões: alimentação adequada, educação alimentar e nutricional e assistência ampliada ao usuário, com 6, 1 e 5 indicadores, respectivamente. A proposta totalizou 12 indicadores, os quais serão coletados via formulário de pesquisa eletrônico direcionados a gestores e responsáveis técnicos por Restaurantes Populares.

Conclusão

É crucial revisar o modelo das políticas públicas de abordagens conservadoras, distantes dos princípios dos direitos humanos, bem como avançar para propostas avaliativas que contemplem a Segurança Alimentar e Nutricional como norteadora das ações executadas pelos Restaurantes Populares. Além disso, destaca-se a necessidade de mais estudos envolvendo a temática, tendo em vista que a literatura disponível mostra-se ainda insuficiente. Por fim, é importante avaliar e dar visibilidade aos Restaurantes Populares, pelo enorme potencial dos mesmos no enfrentamento da fome e na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual Programa Restaurante Popular, Brasília/DF, 2004. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_logico_restaurante_popular.pdf >. Acesso em: janeiro de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Restaurantes Populares: Roteiro de Implantação, 2007. Disponível em: < http://www.ufjf.br/renato_nunes/files/2011/04/Roteiro-de-Implanta%C3%A7%C3%A3o-Restaurantes-Populares-visualiza%C3%A7%C3%A3o.pdf >. Acesso em: fevereiro de 2017.

BROUSSELLE, A. et al. Avaliação: conceitos e métodos. . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. . In: FIOCRUZ, E. (Ed.).

Avaliação em saúde: dos modelos conceituais a práticas da implantação de programas. Rio de Janeiro: Hartz, Z.M.A, 1997. p.29-47.

GONÇALVES, M. P.; CAMPOS, S. T.; SARTI, F. M. Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares. Revista Gestão & Políticas Públicas, v. 1, n. 1, p. 92-111, 2011. ISSN 2237-1095.

Palavras-chave: Restaurantes Populares; Equipamentos Públicos de SAN; Direito Humano à Alimentação Adequada

RETROSPECTIVA DO EXCESSO DE PESO EM CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS ENTRE 2011-2015 NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL

KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; ELISÂNGELA RODRIGUES LEMOS; YANA
ALINE DE MORAIS MELO; MARIA HELENA PEREIRA DE SANTANA; NASSIB BEZERRA BUENO

¹ SMS/MACEIÓ - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, ² UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde
de Alagoas, ³ UFAL - Universidade Federal de Alagoas

kwalkyria@hotmail.com

Introdução

A obesidade é um problema de saúde pública, independentemente do ciclo da vida ou da condição socioeconômica. Quanto mais intenso e precoce é o seu surgimento, maior o risco de persistência e mais graves as comorbidades associadas, a exemplo das doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes e alguns tipos de neoplasias. A obesidade é considerada o agravo que mais cresce em todo o mundo. O aumento na prevalência da obesidade infantil é preocupante devido ao risco que as crianças têm de se tornarem adultos obesos, com desordens metabólicas e comorbidades associadas.

Objetivos

Avaliar a progressão do excesso de peso em crianças de 0 a 5 anos no município de Maceió, entre 2011 e 2015.

Metodologia

Trata-se de um estudo de série temporal, envolvendo crianças entre 0 e 5 anos de idade, acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, nos anos de 2011 a 2015, no município de Maceió/AL. Foi analisado a prevalência de risco de sobrepeso e o excesso de peso (sobrepeso e obesidade) neste grupo. As crianças foram classificadas através do índice IMC/Idade, que foi o escolhido devido a sua sensibilidade para identificar o excesso de peso entre crianças e por ter a vantagem de ser um índice que poderá ser utilizado em outras fases do curso da vida (BRASIL, 2011). Os intervalos de confiança das diferenças entre as proporções foram calculados usando o software EpiTools Epidemiological Calculators, com um intervalo de confiança de 95%, considerando significativo quando $p < 0,05$ (SERGEANT, 2016).

Resultados

Nos anos de 2011 a 2015, foram avaliadas respectivamente 9.063, 8.793, 10.647, 11.182 e 8.143 crianças de 0 a 5 anos, apresentando percentuais de risco de sobrepeso de 20,68%, 20,08%, 19,98%, 19,29% e 18,99%. Os dados não apresentaram diferença significativa entre os percentuais por ano para risco de sobrepeso. Porém, entre 2011 e 2015, a redução no percentual de risco de sobrepeso foi significativa ($p < 0,01$), sendo de -1,69%, com um IC95% de [-0,5% a 2,88%]. Para o mesmo período de 5 anos, os percentuais de excesso de peso encontrados foram de 17,32%, 16,17%, 16,48%, 16,93% e 16,48%, respectivamente. Observa-se uma redução significativa ($p < 0,05$) entre o excesso de peso nos anos de 2011 e 2012 (-1,15%), com um IC95% de [0,0001% a 2,25%].

Conclusão

O estudo revelou um percentual elevado de risco de sobrepeso e de excesso de peso em crianças de 0-5 anos no município de Maceió, apesar da redução significativa do excesso de peso entre os anos de 2011 e 2012 e de risco de sobrepeso entre 2011 e 2015. Verificou-se que, em todos os anos analisados, o risco de sobrepeso foi superior ao excesso de peso.

Referências

- AZAMBUJA, A. P. O.; NETTO-OLIVEIRA, E. R.; OLIVEIRA, A. A. B.; AZAMBUJA, M. A.; RINALDI, W. Prevalência de sobrepeso/obesidade e nível econômico de escolares. *Rev Paul Pediatr*, v. 31, n. 2, p.166-7, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2011. 76p.
- CONDE, W. M.; BORGES, C. The risk of incidence and persistence of obesity among Brazilian adults according to their nutritional status at the end of adolescence. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 71-79, 2011.

MIECH, R. A.; KUMANYIKA, S. K.; STETTLER, N.; LINK, B. G.; PHELAN, J. C.; CHANG, V. W. Trends in the association of poverty with overweight among US adolescents, 1971-2004. **JAMA**, v. 295, p. 24-33, 2006.

SERGEANT, E. S. G. EpiTools epidemiological calculators. **AusVet Animal Health Services and Australian Biosecurity Cooperative Research Centre for Emerging Infectious Disease**. 2016. Disponível em: <http://epitools.ausvet.com.au>.

Palavras-chave: Risco de sobrepeso; Excesso de peso; Vigilância nutricional; Nutrição infantil; Desenvolvimento infantil

RISCO CARDIOVASCULAR EM IDOSOS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS E LIPÍDICOS

ANA CLARA MENEZES DE MIRANDA; DOUGLAS JOSÉ ANDRADE DA COSTA; BRUNO RAFAEL BATISTA DE ATAÍDE; ROZINÉIA DE NAZARÉ ALBERTO MIRANDA

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

anaclara.mmiranda@gmail.com

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis são as principais causas de mortalidade e caracterizam-se como o maior problema de saúde pública no mundo, inclusive no Brasil (SOAR, 2015). O envelhecimento favorece a prevalência de doenças crônicas consideradas também fatores de risco cardiovascular, como hipertensão arterial, obesidade, adiposidade central e dislipidemias; que interferem na qualidade de vida do idoso (NASCIMENTO, 2014). Desta forma, parâmetros antropométricos e lipídicos são utilizados com a finalidade de diagnosticar estes distúrbios metabólicos, por serem práticos, apresentarem precisão diagnóstica e, no caso da antropometria, apresentar baixo custo (COUTO, 2017; TOMASI, 2017).

Objetivos

Identificar a prevalência de risco cardiovascular em idosos habitantes do arquipélago do Marajó no Pará, de acordo com parâmetros antropométricos e lipídicos.

Metodologia

Tratou-se de um estudo transversal, realizado no arquipélago do Marajó no Pará, com 290 idosos, selecionados por demanda espontânea, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram utilizadas as variáveis antropométricas: índice de massa corporal, circunferência da cintura e relação cintura estatura. Os parâmetros lipídicos avaliados foram: colesterol total, triglicerídeos, lipoproteína de baixa densidade e lipoproteína de alta densidade. Para análise dos dados, utilizou-se o programa estatístico Bioestat versão 5.0. A correlação entre os indicadores antropométricos e os bioquímicos foi verificada por intermédio do coeficiente de correlação de Pearson, adotado $p < 0,05$ como nível de significância. Esta pesquisa é parte do projeto "Marcadores epidemiológicos em saúde do arquipélago do marajó", que foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará, Fundação HEMOPA, parecer N° 0003.0.324.000-10, em 14/07/2010.

Resultados

Dos idosos avaliados, 40,3% (n=117) eram homens, enquanto 59,7% (n= 173) eram mulheres. Destes, 39,5% (n= 115) apresentaram risco cardiovascular, ocorrendo a prevalência em homens de 59,1% (n= 68). Ao relacionar os parâmetros antropométricos e lipídicos, a circunferência da cintura se correlacionou positivamente com as concentrações séricas de triglicerídeos ($p = 0,002$), colesterol total ($p = 0,020$) e lipoproteína de baixa densidade ($p = 0,046$). Para a relação cintura estatura, as mesmas variáveis apresentaram correlações favoráveis, como para triglicerídeos ($p = 0,019$), colesterol total ($P = 0,030$) e lipoproteína de baixa densidade ($p = 0,012$). Em relação a lipoproteína de alta densidade, ambas as variáveis antropométricas, circunferência da cintura ($p = 0,890$) e razão cintura estatura ($p = 0,532$), não apresentaram relação significativa, tendo em vista que a mesma é inversamente proporcional as demais variáveis.

Conclusão

Nota-se que uma parcela significativa da amostra apresentou risco cardiovascular e resultados de correlação estatística positivas de acordo com os parâmetros antropométricos e lipídicos. A lipoproteína de alta densidade não apresentou correlação significativa, o que é preocupante, pois a mesma atua na proteção de risco cardiovascular.

Referências

- SOAR, Claudia. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em idosos não institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, n. 2, p. 385-395, 2015.
- NASCIMENTO, Rodolfo Gomes; SANTOS, Zeneide Lima; CARDOSO, Ronald Oliveira. Desempenho de indicadores de obesidade abdominal e risco cardiovascular de idosos atendidos na rede básica de saúde do município de Belém-PA. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 11, n. 2, 2014.
- DE OLIVEIRA COUTO, Josiene et al. Risco cardiovascular, índices antropométricos e percepção de qualidade de vida em idosos. **Scientia Plena**, v. 13, n. 3, 2017.

TOMASI, Elaine et al. Razão cintura-estatura como marcador antropométrico de excesso de peso em idosos brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 5, p. e00195315, 2017.

Palavras-chave: Antropometria; Colesterol; Triglicerídeos

ROTULAGEM DE ALIMENTOS COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS À SAÚDE E À INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO PELA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

MARIA CECILIA CURY CHADDAD; FERNANDA MAINIER HACK

¹ PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ² UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cecilia.cury@uol.com.br

Introdução

Informações consistentes nos rótulos dos alimentos, especialmente no que tange à sua composição e aos riscos relacionados ao produto, possibilitam ao consumidor fazer escolhas conscientes, seguras e saudáveis, com a consequente garantia de seu direito à saúde e à informação, direitos fundamentais do cidadão concretizados no Estado Democrático de Direito (Constituição Federal, artigo 5º, XIV, e artigo 6º). Compete ao Poder Público proteger estes direitos por meio de políticas públicas e, de acordo com a Lei nº 9782/89, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária promover a proteção da saúde da população, o que inclui fazer valer a Constituição Federal e o Código Defesa do Consumidor, por meio da regulamentação da rotulagem de alimentos e da fiscalização de seu cumprimento.

Objetivos

Identificar qual(is) fundamento(s) que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária apontou como justificativa(s) para a regulamentação da rotulagem de alimentos e bebidas, além de verificar a existência de correlação entre os motivos apontados pela Agência e o seu papel de promover e proteger a saúde da população, prevenindo a ocorrência de danos.

Metodologia

Análise e classificação das justificativas apresentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária na legislação de rotulagem de alimentos, tendo como universo da pesquisa as resoluções indicadas no link “legislação horizontal sobre rotulagem de alimentos” no sítio da Agência, além das resoluções que cuidam da rotulagem do glúten e da lactose, que, embora tratem da rotulagem de alimentos, não constam da listagem mencionada. Adicionalmente, foram coletadas as justificativas indicadas nos documentos de “perguntas e respostas” relacionados às resoluções avaliadas, nos casos em que houve disponibilização pela Agência.

Resultados

As justificativas da Agência para a aprovação das dezesseis resoluções analisadas que cuidam da rotulagem de alimentos e bebidas podem ser agrupadas nas seguintes categorias: (i) proteção à saúde (por meio de aperfeiçoamento da legislação, proteção de grupos vulneráveis, garantia da segurança alimentar, ações de controle sanitário na área de alimentos, complementação de estratégias e políticas de saúde): 68,75%; (ii) proteção ao direito à informação (padronização, informação compreensível, clara, legível e verdadeira, incentivo ao consumo consciente): 62,5%; (iii) aspectos comerciais (livre circulação e eliminação de barreiras, inclusive no âmbito do Mercosul): 56,25% (iv) questões técnicas (uniformização de conceitos, necessidade de regulamentar informação sobre a presença de substância autorizada): 18,75%; (v) urgência: 12,5%; (vi) proteção do meio ambiente: 6,25%; (vii) responsabilidade de quem comercializa: 6,25%; e (viii) determinação legal: 6,25%.

Conclusão

A partir das justificativas apresentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tem-se que as resoluções aprovadas na temática da rotulagem de alimentos e bebidas se fundamentam sobretudo no interesse de promover a proteção à saúde, inclusive no aspecto da segurança alimentar (prevenção de danos), e o direito à informação do consumidor, permitindo, por meio da exigência de rótulos adequados e claros, escolhas seguras, saudáveis e conscientes por parte da população. Com isso, confirma-se que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem exercido o seu papel de promover e proteger a saúde da população, incluindo o viés de segurança alimentar, por meio da garantia do direito à informação nos rótulos dos alimentos e bebidas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Legislação Horizontal. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao-horizontal>. Acesso em 1. Nov. 2017;
BURITY, V. et al. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília,

DF: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos- ABRANDH, 2010;
CHADDAD, M.C.C. Rotulagem de alimentos: o direito à informação, à proteção da saúde e à alimentação da população com alergia alimentar, Curitiba: Juruá, 2014. 268p;
MORGADO, C. O direito administrativo do risco: A nova intervenção estatal sob o enfoque da segurança alimentar. 1 ed, Rio de Janeiro, RJ: Gramma., 2016. 236p.

Palavras-chave: Rotulagem; Rótulos; Direito humano à alimentação adequada; Direito do consumidor; Segurança alimentar

ROTULAGEM NUTRICIONAL DE BEBIDAS E ALIMENTOS CONSUMIDOS POR CRIANÇAS

JUSSARA DE SOUSA ORBEM; RENATA ALVES MONTEIRO

¹ SEE- DF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ² UNB - Universidade de Brasília

jussaranut@gmail.com

Introdução

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição brasileira tem na rotulagem nutricional um importante instrumento para garantir o conhecimento do produto, a fim de proporcionar ao consumidor ferramentas para realizar melhor suas escolhas alimentares (Ministério da Saúde, 2012). Para tal, as mesmas devem ser claras e adequadas, facilitando a comparação entre produtos.

Objetivos

Analisar as informações relativas à rotulagem nutricional dos produtos vendidos em supermercados do Distrito Federal comumente consumidos pelo público infantil.

Metodologia

Foram analisadas 1.015 embalagens de alimentos industrializados, que são usualmente consumidos pelo público infantil. A coleta de dados foi realizada de maio a setembro de 2011 em 12 supermercados. O critério de seleção das embalagens de alimentos para análise específica deste estudo foi baseado no uso de estratégias nas mesmas (personagens, cores e brindes) destinadas ao público infantil. Os alimentos foram categorizados a partir de grupos de alimentos de acordo com o Guia Alimentar para População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014). Foi elaborado um instrumento estruturado para coleta das frequências das variáveis analisadas (presença de itens da informação de nutrientes obrigatórios; e contraste entre as cores utilizadas. A inserção de dados foi relativa à porção dos produtos alimentícios. Para a análise descritiva dos dados utilizou-se o programa SPSS versão 17.0. Além da análise descritiva da amostra, foi verificada a presença de itens obrigatórios da tabela nutricional de acordo com algumas Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) da ANVISA. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde – UnB (Protocolo 013/11).

Resultados

Os alimentos com quantidades elevadas de açúcares, gorduras saturadas, trans e/ou sódio corresponderam a 65,9% (n=669) da amostra, sendo que 15,6% (n=158) desses continham pelo menos dois nutrientes com elevados teores em um mesmo produto. Sobre a exigência do contraste de cores no que tange do fundo e texto de modo a facilitar a leitura, identificou-se que 36,3% (n=368) não atenderam a esta recomendação, chegando a mais de 50% entre os alimentos ultraprocessados. De todos os nutrientes analisados, a gordura saturada, atingiu o maior percentual (59,4%) de produtos com este nutriente elevado. Já a gordura trans alcançou índice de 11,3% de alimentos com elevado teor deste nutriente. Os alimentos com teor elevado de açúcares correspondem a 20,3% (n=206) do universo. Contudo, ressalta-se tratar-se de um valor subestimado, pois 69,9% (n=709) do total de produtos não tiveram a quantidade de açúcares declarada, tendo em vista que esta ação não é obrigatória para a indústria, exceto em casos em que haja uma declaração das propriedades nutricionais sobre o tipo e/ou a quantidade de carboidratos. Em relação aos produtos que declararam a quantidade de açúcares, 67,3% (n=206) têm alto teor deste nutriente.

Conclusão

O contraste das cores entre fundo e texto, essencial para permitir a leitura completa das informações nutricionais pelo consumidor na rotulagem nutricional, foi a única disposição da legislação que não foi totalmente cumprida. Ademais, em virtude de haver enormes discrepâncias entre as quantidades dos nutrientes declarados entre produtos com sabor semelhante, mesmas marca e categoria, o consumidor não conta com nenhum outro meio capaz de conduzir escolhas informadas no momento da compra.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2012 [Internet] [acesso 2012 abr 23] Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Palavras-chave: nutrição; infantil; rotulagem nutricional

RÓTULO DE ALIMENTOS: INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO OU DE DÚVIDA PARA OS CONSUMIDORES?

RENATA DE SOUZA NOGUEIRA; LUDMILA APARECIDA DA SILVA; KATIA ALESSANDRA MENDES DA SILVA

¹ UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta

rsn_nutri@hotmail.com

Introdução

Segundo a RDC nº. 259, de 20/09/2002, entende-se por Rotulagem como toda "inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do alimento". Os rótulos funcionam como importante ferramenta de educação nutricional e orientação ao consumidor, porém muitas vezes as informações veiculadas são de difícil leitura, entendimento e compreensão, principalmente na lista de ingredientes. Entende-se por ingrediente toda substância, incluídos os aditivos alimentares, que se emprega na fabricação ou preparo de alimentos, e que está presente no produto final em sua forma original ou modificada (RDC nº. 259/ 2002). Este trabalho é fruto do projeto de extensão "Empresa Jrº- Rotulando", do Centro Universitário Augusto Motta, localizado no município do Rio de Janeiro, que tem como uma das suas atividades o esclarecimento de dúvidas da comunidade ao entorno sobre rotulagem de produtos.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi fazer um levantamento dos ingredientes que aparecem em rótulos de produtos ultraprocessados popularmente consumidos pelo público infantil e posteriormente categorizar quanto à classe de aditivos alimentares e tipos de açúcares citados.

Metodologia

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, cujos dados foram coletados nos meses de agosto e setembro de 2017 através do registro da lista de ingredientes de produtos ultraprocessados comercializados em uma grande rede de supermercados localizada na região da Leopoldina, da cidade do Rio de Janeiro. Os produtos selecionados para análise foram: biscoitos, refrigerantes, suplementos alimentares (pó), bebidas lácteas, queijos tipo *petit-suisse*, farináceos, massas, pós para refresco, geleias de mocotó, cereais matinais, empanados de frango congelado, macarrão instantâneo, embutidos, bebidas prontas para o consumo e pó para gelatina. Os dados foram tabulados com auxílio do programa Excel® e excluídos os ingredientes que apareciam com a mesma grafia.

Resultados

No total foram analisados 60 produtos alimentícios de diferentes marcas e registrados 355 itens diferentes na lista de ingredientes (n=355). Do total de itens, 16 eram açúcares (4,5%) apresentados com diferentes nomenclaturas e 136 eram aditivos alimentares (38,3%). Do total de aditivos alimentares, foram identificadas 30 nomenclaturas diferentes (8,45%) para os corantes naturais e sintéticos; 13 nomenclaturas diferentes (3,66%) para os aromatizantes; 10 nomenclaturas diferentes (2,82%) para os conservadores e 08 nomenclaturas diferentes (2,25%) para os edulcorantes e 75 nomenclaturas diferentes para os demais aditivos alimentares.

Conclusão

Esse estudo aponta para uma questão emergencial relacionada ao objetivo principal da rotulagem que, muitas vezes, ao invés de esclarecer, causa confusão ao consumidor. Como proposta de intervenção emergencial, o próximo passo do projeto de extensão será aumentar o banco de dados e desenvolver um aplicativo que contenha um glossário com as diferentes nomenclaturas utilizadas para nomear os ingredientes presentes nos alimentos destinados ao público infantil, contribuindo assim para escolhas alimentares mais conscientes.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. **Diário Oficial da União**. nº 184. 23 set. 2002.

Palavras-chave: Rotulagem nutricional; Aditivos alimentares; Ultraprocessados.

SATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL E SUA RELAÇÃO COM O COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE GRADUANDOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO PARÁ.

TAINÁ MARTINS MORAES; EYDLANE DO ROSÁRIO COSTA; LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO; DANIELA LOPES GOMES; CAROLINA VIEIRA BEZERRA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
tainamartmo@gmail.com

Introdução

A imagem corporal tem sofrido modificações durante anos e pode estar associada a diversos fatores, como: sociais, culturais e psicológicos, e até mesmo à modernidade e estilo de vida. Dessa maneira, o culto à beleza e a preocupação com a mesma, pode acarretar em medidas além do processo estético, como por exemplo, a influencia no comportamento alimentar do indivíduo. Os estudantes do ensino superior, necessitam se adaptar a uma nova rotina e aprendizados, podendo sentir dificuldades nesse processo (PINHO, 2015). Nesse sentido, ter conhecimento sobre a satisfação com a imagem corporal de tais estudantes e relaciona-la ao comportamento alimentar dos mesmos, é fundamental para melhorias na saúde e qualidade de vida.

Objetivos

Analisar a satisfação com a imagem corporal e a sua relação com o comportamento alimentar de graduandos de uma instituição federal de ensino superior no Pará.

Metodologia

Estudo transversal com amostragem não probabilística por conveniência de discentes adultos matriculados em um dos cursos de graduação do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Medicina). O questionário *online* foi elaborado na plataforma do Google (*Google Forms*), contendo questões sobre imagem corporal (STUNKARD; SORENSON; SCHLUSINGER, 1983) e o questionário holandês de comportamento alimentar (VAN STRIEN et al., 1986) o qual foi validado para o português por Viana e Sinde (2003) e traduzido para a população brasileira por Almeida, Loureiro e Santos (2001). Este é composto por 33 itens divididos em 3 subescalas: restrição alimentar, ingestão emocional e ingestão externa. Todos os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61196516.0.0000.0018 e parecer número 1.886.357 de 06.01.2017. O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva (distribuição de frequências, média e desvio-padrão) e analítica (teste de Mann-Whitney) para verificação de diferença estatística entre as variáveis do estudo. Valor de p significativo quando menor de 5%.

Resultados

Foram avaliados 456 discentes, sendo destes 340 mulheres. Tinham idade igual ou superior a 20 anos 26,1% da amostra, entre 21 e 30 anos 69,1% e maior que 30 anos 4,8%. Estavam satisfeitos com sua imagem corporal apenas 21,1% dos avaliados, e insatisfeitos 78,9%. Houve diferença estatística entre a (in)satisfação com a imagem corporal e as subescalas de restrição alimentar ($p < 0,000$), ingestão emocional ($p < 0,000$) e ingestão externa ($p = 0,043$). Foram observados maiores valores médios de ingestão emocional ($2,7 \pm 1,2$) e ingestão externa ($3,3 \pm 0,6$) entre os alunos insatisfeitos com sua imagem corporal.

Conclusão

Houve associação significativa entre o grau de satisfação com a imagem corporal e as três subescalas de comportamento alimentar estudadas. Entre os alunos insatisfeitos com a auto-imagem corporal, verificou-se as médias mais elevadas nas subescalas de ingestão emocional e externa.

Referências

1. NOGUEIRA DE ALMEIDA, G. A; LOUREIRO, S. R.; DOS SANTOS, J. E. Obesidade mórbida em mulheres - Estilos alimentares e qualidade de vida. ALAN, Caracas, v. 51, n. 4, p. 359-365, dic. 2001. Disponível em . Acesso em: 04 outubro 2017.

2. PINHO, A.P.M.; BASTOS, A.V.B.; DOURADO, L.C.; RIBEIRO, J.L.L.S. A transição do ensino médio para a universidade: um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais. *Revista de Psicologia*, v. 6, n. 1, p.33-47, 2015.
3. STUNKARD, A.J.; SORENSON, T. & SCHLUSINGER, F. Use of the Danish Adoption Register for the study of obesity and thinness. In S.S. Kety, L.P. Rowland, R.L. Sidman, & S.W. Matthysse (Eds.) *The genetics of neurological and psychiatric disorders*. New York: Raven. p. 115-120, 1983
4. VAN STRIEN, T; FRIJTERS, J; BERGERS, G; DEFARES, P. The Dutch Eating Behavior Questionnaire (DEBQ) for assessment of restrained, emotional, and external eating behavior. *International Journal of Eating Disorders*. v.5, p.295-315, 1986.
5. VIANA, V. *Psicologia, Saúde e Nutrição: Estudo do comportamento alimentar, do estado de nutrição e de alguns factores psicossociais associados num grupo de adolescentes*. 2000. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor, apresentada à Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Palavras-chave: Hábitos alimentares ; Autoimagem; Ensino superior

SATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL, ESTADO NUTRICIONAL, CONSUMO ALIMENTAR E ESTILO DE VIDA DE DISCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

LILIANE MARIA MESSIAS MACHADO; EYDLANE DO ROSÁRIO COSTA; DANIELA LOPES GOMES; CAROLINA VIEIRA BEZERRA; NAÍZA NAYLA BANDEIRA DE SÁ

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará

liliane.machado25@gmail.com

Introdução

Frente à transição nutricional e às mudanças experimentadas a partir do ingresso na universidade, os discentes podem se tornar um grupo vulnerável às circunstâncias que colocam em risco as suas condições de saúde (VIEIRA et al., 2002).

Objetivos

Verificar o estilo de vida, o estado nutricional, a (in)satisfação com a imagem corporal e o tipo de alimentação consumida, de acordo com o gênero de discentes de uma universidade pública federal.

Metodologia

Estudo transversal com amostragem não probabilística de discentes adultos dos cursos de graduação do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. O questionário *online* foi elaborado na plataforma do Google (*Google Forms*). Questões sobre estilo de vida trataram do consumo de bebida alcoólica, tabagismo e prática de atividade física. A avaliação da imagem corporal foi feita por meio da escala de Silhuetas (STUNKARD; SORENSON; SCHLUSINGER, 1983). Para classificação do tipo de alimentação em saudável e não saudável, adaptou-se a metodologia proposta por Tavares et al. (2014). Valores autorreferidos de peso e altura foram utilizados para estimativa do Índice de Massa Corporal, que foi classificado conforme a Organização Mundial de Saúde (WHO, 1997). Todos os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 61196516.0.0000.0018 e parecer número 1.886.357 de 06.01.2017. O banco de dados foi organizado no programa Excel 2013 (*Microsoft Office for Windows*) e analisado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM, USA) versão 20.0. Foi realizada estatística descritiva (distribuição de frequências) e analítica (teste de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney) para verificação de diferença estatística entre as variáveis do estudo. Valor de *p* significativo quando menor de 5%.

Resultados

Dos 456 discentes que participaram da pesquisa, 74,6% pertenciam ao gênero feminino. Quanto ao tabagismo, 94% e 96,8% dos homens e mulheres participantes referiram nunca terem fumado. O consumo de bebidas alcoólicas em frequência de até 5 vezes ao mês foi informado por 37% dos homens e 32,1% das mulheres. Mais da metade dos homens (58%) é praticante de atividade física, enquanto que apenas 39,7% das mulheres o são. Apenas 22% e 20,9% dos indivíduos dos gêneros masculino e feminino, respectivamente, estão satisfeitos com sua imagem corporal. Estão eutróficos 56% dos homens e 63,8% das mulheres avaliadas. A respeito do tipo de alimentação, 88% e 84,1% dos homens e mulheres estão classificados como saudável. Houve diferença estatística significativa entre os gêneros e as variáveis consumo de bebida alcoólica ($p < 0,006$), prática de atividade física ($p < 0,001$) e índice de massa corporal ($p < 0,000$).

Conclusão

Houve diferença estatística significativa entre os gêneros masculino e feminino quanto às variáveis índice de massa corporal, consumo de bebida alcoólica e prática de atividade física. A maioria dos avaliados referiu nunca ter fumado. Aproximadamente 1/3 dos discentes referiu consumir bebidas alcoólicas com frequência de até 5 vezes por semana. Mais da metade dos homens é de praticantes de atividade física. A grande maioria da população está insatisfeita com sua imagem corporal. O tipo de alimentação foi saudável pra a grande maioria dos avaliados e mais da metade deles é eutrófica.

Referências

1. STUNKARD, A.J.; SORENSON, T.; SCHLUSINGER, F. Use of the Danish adoption register for the study of obesity

and thinness. In: KETY, S.S; ROWLAND, L.P.; SIDMAN, R.L.; MATTHYSSE, S.W. The genetics of neurological and psychiatric disorders. New York: Raven, 1983. p. 115-20.

2. TAVARES, L.F., et al. Padrões Alimentares de adolescentes brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do escolar (PeNSE). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 12, p. 1-13, 2014.

3. VIEIRA, V.C.R. et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de saúde de adolescentes recém-ingressos em uma universidade pública brasileira. Rev. Nutr., Campinas, v. 15, n.3, p. 273-282, 2002.

4. World Health Organization - WHO. Obesity: preventing and managing the global epidemic [report of a WHO Consultation on Obesity]. Geneve; 1997.

Palavras-chave: Índice de massa corporal; Ingestão alimentar; Autoimagem ; Comportamento

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM IDOSOS ACOMPANHADOS PELA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NA CIDADE DE SURUBIM - PE

FLÁVIA GABRIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA; MARYELLA LARYSSA MATIAS DE ARAÚJO; MARILIA DE LIMA DOS SANTOS; CATARINE SANTOS DA SILVA; SÉRGIO ALEXANDRE DE MEDEIROS ALAS; AUGUSTO CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA

¹ UNIFAVIP - Centro universitário do Vale do Ipojuca
flavia_gabrielle@yahoo.com.br

Introdução

A segurança alimentar e nutricional é um direito humano assegurado por lei a todos a garantia de uma alimentação adequada de qualidade e em quantidade suficiente, ininterruptamente sem comprometer o acesso a outros bens essenciais como lazer, educação, cultura e moradia. Devido à transição demográfica, o aumento da expectativa de vida e conseqüentemente o número da população idosa, reforça ainda mais o papel de destaque do idoso na sociedade brasileira e o impacto nos serviços de saúde para a promoção de um envelhecimento saudável.

Objetivos

Avaliar os níveis de segurança alimentar e nutricional em idosos acompanhados pela atenção básica de saúde no município de Surubim - Pernambuco.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal descritivo, realizado entre os meses de agosto e setembro de 2016. Participaram da pesquisa 60 idosos, com idades entre 60 e 93 anos de ambos os sexos, frequentadores dos grupos de convivência por um período superior a 6 meses e que fossem cadastrados na atenção básica de saúde de Surubim. Foram excluídos da pesquisa os indivíduos que possuíam distúrbios psicológicos e neurológicos ou acamados. Para mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional, que é uma utilizada para diagnóstico da insegurança/segurança alimentar e nutricional nos domicílios e dificuldade de acesso aos alimentos. Ela é composta por 14 perguntas fechadas referentes a insuficiência alimentar, e cada resposta positiva irá gerar um ponto e o somatório destes irá propiciar um escore para classificação dos domicílios com menores de 18 anos, e para os domicílios sem indivíduos menores de 18 anos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o nº 56586516.9.0000.5666 de acordo com a resolução 466/2012 que embasa a pesquisa com seres humanos.

Resultados

Sabe-se que os idosos geralmente necessitam de uma atenção especial correlacionadas com a nutrição, pois o quadro de segurança alimentar prejudicada pode ter uma enorme contribuição para o quadro de risco nutricional. Em nosso estudo, observou-se segurança alimentar em 61,67% dos idosos, insegurança leve em 16,66%, e insegurança grave em 6,66% dos domicílios sem a presença de moradores menores de 18 anos (só adultos). Nos domicílios onde haviam presença de moradores menores de 18 anos o nível de segurança alimentar de 8,33%, insegurança leve de 3,34%, e insegurança moderada de 3,34%. Observando a presença de insegurança moderada apenas nos domicílios com moradores de 18 anos e insegurança grave apenas nos domicílio sem a presença de menores de idade.

Conclusão

A segurança alimentar e nutricional vem sendo amplamente estudada no território nacional, mas ainda necessita de muitos avanços. Através deste estudo, foi possível verificar a prevalência da insegurança alimentar no âmbito local e como a população idosa vem crescendo nos últimos anos, salienta a necessidade de mais estudos para verificar as condições da alimentação neste grupo. Sugere a implantação de políticas públicas eficazes, capaz de assegurar o direito humano a alimentação adequada e à criação de programas que estimulem os idosos a desempenharem papel ativo na produção de alimentos. Isto irá promover uma melhor qualidade de vida a este grupo, pois irá torna-lo mais ativos e úteis a sociedade e ainda garantir melhores condições de alimentação.

Referências

- LEÃO, M.M.; RECINE, E. O Direito Humano à Alimentação Adequada. In: Taddei JA, Lang RMF, Longo-Silva G, Toloni MHA. Nutrição em saúde pública. São Paulo: Rubio; 2011.
- Lee JS, Frongillo EA, Jr. Nutritional and health consequences are associated with food insecurity among U.S. elderly persons. J Nutr 2001 May; 131(5): 1503-9.

Lee JS, Johnson MA, Brown A, Nord M. Food security of older adults requesting Older Americans Act Nutrition Program in Georgia can be validly measured using a short form of the U.S. Household Food Security Survey Module. *J Nutr* 2011 Jul; 141(7):1362-8.

Lopes F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad Saúde Pública* 2005; 21:1595-601

MARIN-LEON, Leticia et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.21, n.5, pp.1433-1440. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500016>

MATTOS, Priscila Fonte; NEVES, A. S. A Importância da Atuação do Nutricionista na Atenção Básica à Saúde. *Rev Práxi*, v. 1, n. 2, p. 11-15, 2009.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Envelhecimento; Políticas Públicas

SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE DO AUTORRELATO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA E META-ANÁLISE

VIVIAN SIQUEIRA SANTOS GONÇALVES; KEITTY REGINA CORDEIRO DE ANDRADE; SARA ARAÚJO DA SILVA;
TAÍS FREIRE GALVÃO; MARCUS TOLENTINO SILVA; KÊNIA MARA BAIOCCHI DE CARVALHO

¹ UNB - Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília,

² UNB - Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas. Faculdade de Medicina. Universidade de Brasília, ³

UNICAMP - Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Universidade Estadual de Campinas, ⁴ UFAM - Faculdade de
Medicina. Universidade Federal do Amazonas

vinut.bsb@gmail.com

Introdução

O autorrelato de hipertensão é frequentemente utilizado para estimar a magnitude dessa doença na população. No entanto, pode haver limitações no seu uso, com risco de subestimação associado ao nível socioeconômico e de falta de entendimento do entrevistado quanto à questão que lhe é apresentada. Medidas de sensibilidade e especificidade são fundamentais para investigar sua utilidade.

Objetivos

Estimar a sensibilidade e a especificidade do autorrelato de hipertensão arterial em relação à medida obtida pelo exame físico em estudos epidemiológicos.

Metodologia

Tratou-se de revisão sistemática, cujo protocolo foi registrado na base *International Prospective Register of Systematic Reviews* (PROSPERO) sob o número CRD42016048560. Foram considerados os estudos que apresentaram dados de sensibilidade e especificidade de hipertensão autorreferida em comparação à medida obtida pelo exame físico. Os critérios de exclusão foram: estudos com grupos específicos ou com dados obtidos de prontuários ou sistemas de informação e estudos com pontos de corte para hipertensão diferente de 140x90 mmHg. As buscas foram realizadas nas bases Medline, Embase, Scopus, Web of Science, LILACS, Google Scholar e ProQuest Dissertations & Theses. A construção da estratégia de busca foi avaliada por especialistas de acordo com o preconizado pelo *Peer Review of Electronic Search Strategies* (PRESS). O risco de viés foi avaliado por meio do check list *Quality Assessment of Diagnostic Accuracy Studies* (QUADAS-2). Os desfechos primários foram sensibilidade e especificidade do autorrelato de hipertensão. Investigou-se, ainda, as prevalências de hipertensão autorreferida e obtida pelo exame físico. Foram extraídos os dados referentes ao número de verdadeiros positivos e verdadeiros negativos e falsos positivos e falsos negativos para o cálculo da meta-análise. As análises foram realizadas pelo comando Midas do software Stata, versão 14. A heterogeneidade foi avaliada pelo teste do qui-quadrado com significância de $p < 0,10$, sendo sua magnitude apurada pelo o I-quadrado (I²). Foi realizada análise de subgrupos para identificar possíveis causas de heterogeneidade.

Resultados

A busca recuperou 2.304 registros e após a remoção de duplicatas e exclusão dos não elegíveis, pela análise do título e resumo, restaram 34 publicações. Essas foram inteiramente lidas e, ao final, 22 selecionadas, totalizando 18 estudos. A amostra correspondeu 112.517 indivíduos com 18 anos ou mais, sendo 55% do sexo feminino. A prevalência da hipertensão obtida por exame físico variou entre 15,8% e 75,1% e a autorreferida entre 16,2% e 79,6%. A medida autorreferida superestimou a prevalência de hipertensão em cinco estudos e subestimou nos demais. A sensibilidade da medida autorreferida variou entre 13,0% e 92,0% e a especificidade entre 72,0% e 98,8%. Cinco estudos apresentaram os dados necessários para inclusão na meta-análise e os autores enviaram os dados de outros dois após contato. A sensibilidade foi 42,1% e especificidade 89,5%. Estimativas com alta heterogeneidade (I² > 99%; $p < 0,001$). A análise de subgrupos não foi capaz de apontar causas de heterogeneidade.

Conclusão

O baixo nível de sensibilidade indicou que menos da metade dos hipertensos não seria identificada por essa forma de aferição. O uso do autorrelato de hipertensão em inquéritos ou para planejamento de ações em saúde deve ser avaliado, especialmente se forem consideradas situações de acesso limitado aos serviços de saúde.

Referências

MCGOWAN, Jessie et al. PRESS Peer Review of Electronic Search Strategies: 2015 Guideline Statement. J Clin Epidemiol., v. 75, p. 40 – 46, Jul. 2016.

WHITING, Penny F. et al. QUADAS-2: a revised tool for the quality assessment of diagnostic accuracy studies. Ann Intern Med., v. 155, p. 529 – 536, Oct. 2011.

HIGGINS, Julian P.T. et al. Measuring inconsistency in meta-analyses. BMJ, v. 327, p. 557 – 560, Sep. 2003.

Palavras-chave: Revisão sistemática; Meta-análise; Hipertensão arterial autorreferida; Sensibilidade; Especificidade

SINTOMAS DE BULIMIA NERVOSA NA ADOLESCÊNCIA: PREVALÊNCIA E FATORES PSICOLÓGICOS E ANTROPOMÉTRICOS ASSOCIADOS EM ESCOLARES DE SALVADOR, BAHIA

CARINA MARCIA MAGALHÃES NEPOMUCENO; MÔNICA LEILA PORTELA DE SANTANA; ELIZABETE DE JESUS PINTO; PRISCILA RIBAS DE FARIAS COSTA; ANA MARLUCIA OLIVEIRA; VALTERLINDA ALVES DE OLIVEIRA QUEIROZ

¹ UFBA - Universidade Federal da Bahia, ² UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
cari.magalhaes@gmail.com

Introdução

A Bulimia Nervosa é uma síndrome grave, potencialmente fatal e de etiologia multifatorial, que ocorre principalmente na fase intermediária da adolescência com expressão na vida adulta. Esse transtorno alimentar se caracteriza por episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos de tentativas de controle o peso por meio da adoção de comportamentos compensatórios. Estimativas preocupantes da prevalência do excesso de peso e de adoção de práticas extremas para perder ou manter peso foram registradas em estudo nacional com adolescentes brasileiros. Nesse contexto, é relevante conhecer os fatores que se associam ao desenvolvimento comportamentos sugestivos de bulimia nervosa.

Objetivos

Identificar a prevalência e avaliar os fatores psicológicos e antropométricos associados aos sintomas de Bulimia Nervosa em adolescentes.

Metodologia

Trata-se de dados preliminares de um estudo transversal aninhado a uma coorte prospectiva e realizado em escolas públicas estaduais de Salvador, Bahia. O protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (Parecer nº 1.139.343). O estudo envolveu 318 adolescentes de ambos os sexos (10 e 17 anos de idade) que foram recrutados por meio de listagem da turma fornecida pela escola. As informações sobre comportamento alimentar e aspectos psicológicos foram autorreferidas pelos escolares. Também foram coletadas informações demográficas e antropométricas. A variável resposta, sintomas de bulimia nervosa, foi identificada pela escala *Bulimic Investigatory Test of Edinburgh*. O Inventário de Depressão Infantil, Escala de Autoestima de Rosenberg avaliaram, respectivamente, sintomas de depressão e autoestima. Foram adicionadas duas questões sobre provocações por parte dos pares e familiares em relação ao peso do adolescente. O percentil de Índice de Massa Corporal por idade e sexo foi usado para classificar o estado antropométrico. Para avaliar a associação entre as variáveis de exposição e a presença de sintomas de Bulimia Nervosa, foi adotado o modelo de regressão de Poisson ajustado por sexo e idade. A Razão de Prevalência (RP) e seu respectivo intervalo de confiança de 95% (IC 95%) foram usados para avaliar, respectivamente, a associação e a força de associação entre as variáveis investigadas. As análises dos dados foram realizadas no programa estatístico STATA versão 11.

Resultados

Entre os escolares investigados, mais de 60% eram meninas e tinham idade entre 10 e 13 anos. A prevalência de sintomas de bulimia nervosa entre os adolescentes foi de 11%, de 15,7% tinham sobrepeso e 17,6% obesidade. Dos fatores psicológicos, a prevalência de sintomas de depressão foi 9,9% e baixa autoestima 56,3%. A análise estatística multivariada mostra que a ocorrência de sintomas de bulimia nervosa foi positivamente associada com baixa autoestima (RP: 5,33; IC: 1,57-18,01) seguida por obesidade (RP: 3,17; IC: 1,29-7,75), sobrepeso (RP: 2,74; IC: 1,22-6,19). Ainda, sintomas depressivos aumentou a prevalência de sintomas de bulimia nervosa em 166% (IC: 1,19-5,93).

Conclusão

Neste estudo, os resultados revelam prevalência de sintomas de bulimia nervosa preocupante e que ter baixa autoestima, estar com obesidade e sobrepeso e se considerar com sintomas depressivos constituem importantes fatores que aumentam a prevalência desse comportamento alimentar desordenado entre adolescentes de escolas públicas de Salvador.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde escolar**. Rio de Janeiro:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015

LIMA, Nádya Laguardia de. ROSA, Carla de Oliveira Barbosa. ROSA, José Francisco Vilela. Identificação dos fatores de predisposição dos transtornos alimentares: anorexia e bulimia em adolescentes de Belo Horizonte. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v.12, n. 2. p. 360-378. 2012

SILVA, Tatiana Araújo Bertolino da. et al. Frequência de comportamentos alimentares inadequados e sua relação com a insatisfação corporal em adolescentes. **Jornal Bras Psiquiatria**, v.61, n.3. p.154-158. 2012

VERAS, Juliana Lourenço de Araújo. et al. Risk of Suicide in Adolescents with Symptoms of Eating Disorders and Depression. **Journal of Depression and Anxiety**, v.6 n.3,p.1-6 2017

Palavras-chave: transtorno alimentar; autoestima; sintomas depressivos; obesidade

SOBREPESO E OBESIDADE EM ADULTOS HIPERTENSOS CADASTRADOS NO SISTEMA HIPERDIA NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SIMÕES LOPES EM PELOTAS, RS.

CRISTINA BOSSLE DE CASTILHOS

¹ PMP - Prefeitura Municipal de Pelotas

cristinacastilhos@hotmail.com

Introdução

Foi realizado um estudo transversal com o objetivo de identificar e avaliar a associação do sobrepeso/obesidade com variáveis demográficas, sócio-econômicas, comportamentais e biológicas em indivíduos adultos hipertensos cadastrados no Sistema Hiperdia em uma unidade de saúde da família em Pelotas/RS. A obesidade é considerada uma epidemia global pela Organização Mundial de Saúde. A importância epidemiológica da obesidade é sinalizada não somente enquanto doença per se, mas também porque as conseqüências do excesso de peso à saúde têm sido demonstradas em diversos estudos como fator de risco para hipertensão arterial, hipercolesterolemia, diabetes mellitus e doenças cardiovasculares. A importância de estudar o perfil nutricional dos indivíduos hipertensos dentro de um contexto da estratégia da saúde da família é a de que os conhecimentos gerados podem transformar-se em subsídios reais para a implantação de programas, para o planejamento de estratégias de prevenção, atendimento e intervenção adequados à realidade local.

Objetivos

Identificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em pacientes hipertensos e seus determinantes em adultos cadastrados no Programa HIPERDIA na unidade básica de saúde da família do bairro Simões Lopes em Pelotas-RS.

Metodologia

O presente estudo foi realizado na área urbana da cidade de Pelotas, na região sul do Brasil (população de 320.000 habitantes), no período de maio a junho de 2016. Foram coletados dados secundários a partir da segunda via da ficha de cadastro no Sistema HIPERDIA dos pacientes adultos hipertensos cadastrados a partir de fevereiro de 2002 até novembro de 2008. O sobrepeso/obesidade em adultos constituiu o desfecho a ser estudado. Foram considerados com sobrepeso aqueles adultos com IMC (peso-Kg/altura-m²) entre ≥ 25 kg/m² e ≤ 30 kg/m² e obesos os indivíduos com IMC ≥ 30 kg/m² (OMS). O instrumento utilizado na coleta como sexo, idade, peso, altura, cor da pele, escolaridade, situação conjugal, tabagismo, sedentarismo, antecedente familiar cardiovascular, infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus e ocorrência de Acidente Vascular Cerebral, foi baseado na ficha cadastral do Sistema HIPERDIA, padronizado, pré-codificado e testado previamente. O IMC foi calculado de acordo com a equação de Quetelet (IMC= kg/m²) a partir dos valores referidos na ficha cadastral do Sistema HIPERDIA. O estudo é parte integrante do projeto: Avaliação de Serviços em Unidades Básicas Tradicionais e com estratégia de Saúde da família: Diagnóstico da Situação de Pelotas e Região. Foi autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Pelotas, tendo protocolo de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas sob número 025/08.

Resultados

Entre os 246 indivíduos da amostra, 60 eram do sexo masculino (24,5%) e 185 do sexo feminino (75,5%). O excesso de peso foi identificado em 74% da amostra, sendo que a obesidade foi maior nos indivíduos com idade entre 20 e 29 anos, com menos de 8 anos de estudo, que vivem sós, de cor branca, sedentários, que possuem antecedentes de doença cardiovascular e naqueles que apresentam diabetes concomitante com hipertensão.

Conclusão

Políticas públicas que proporcionem e estimulem a adoção de estilos de vida saudáveis contribuiriam para a diminuição da obesidade e, conseqüentemente, dos fatores de risco a ela ligados.

Referências

- [1] Araújo JcD, Guimarães AC. Controle da hipertensão arterial em uma unidade de saúde da família. Rev de Saúde Pública. 2007 jun;41(3):368-74
- [2] Borges HP, Cruz NdC, Moura EC. Associação entre hipertensão arterial e excesso de peso em adultos, Belém, Pará, 2005. Arquivo Brasileiro de Cardiologia. 2008 Agosto;91(2):110-8.
- [3] Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde (Cadernos de Atenção Básica). Departamento de Atenção Básica, ed.: Série A. Normas e Manuais Técnicos

20061-58.

[4] Eiken EBBDOV, Moraes CL. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares entre homens de uma população urbana do Sudeste do Brasil. Caderno de Saúde Pública. 2009;25,n.1, :111-23.

[5] Gigante DP, Barros FC, Post CLA. et.al. Prevalência de obesidade em adultos e seus fatores de risco. Revista de Saúde Pública. 1997 junho;31(3):236-46.

[6] World Health Organization Geneva. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Food and Agriculture Organization 2003.:916.

Palavras-chave: obesidade; hipertensão; adultos; atenção básica

SOBREPESO E OBESIDADE EM MULHERES IDOSAS DE BAIXA RENDA PERTENCENTES A UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA NA CIDADE DE BELÉM-PA

MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS; ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; WALYSON SANTOS SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
marinaggoreth@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, observou-se o aumento da ocorrência de excesso de peso e obesidade no Brasil, onde a obesidade, em particular, obteve alta incidência em mulheres, chegando a atingir 19,6% da população brasileira feminina, índice superior à masculina (BRASIL, 2016). A emergência da obesidade e sobrepeso está intimamente ligada à fatores econômicos e sociais, evidenciado pela insurgência deste distúrbio em países subdesenvolvidos (FERREIRA, 2011); além disto, encontra-se prevalência de baixa escolaridade e renda em mulheres com obesidade e sobrepeso (LINS et al., 2013). Dessa forma, a monitorização dos aspectos sociais relacionados à distúrbios nutricionais se torna essencial para o controle e prevenção de agravos.

Objetivos

Identificar por meio de parâmetros antropométricos a obesidade e sobrepeso, em mulheres idosas de baixa renda pertencentes a um grupo de convivência na cidade de Belém-PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a julho de 2017 durante atividades de extensão voluntária com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. A pesquisa atende as exigências da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas, foram pesquisados dados sociodemográficos e condições de saúde. Foram aferidos, também, peso e altura, para verificação do Índice de Massa Corporal que seguiu as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e a Circunferência da Cintura que obedece a classificação da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1998). Os dados foram analisados no programa BioEstat® 5.3.

Resultados

Participaram do estudo 94 mulheres idosas, na qual 68 (72%) destas apresentam baixa renda, caracterizada pelo recebimento de 1 (um) salário mínimo mensal. Considerando as participantes que apresentavam vulnerabilidade econômica, a idade variou entre 60 e 88 anos, com prevalência da faixa etária de 60 a 69 anos (57%). Quanto ao estado nutricional, as idosas obtiveram as seguintes classificações de acordo com o Índice de Massa Corporal: eutrofia (38%); sobrepeso e obesidade (36%) e desnutrição (24%). A obesidade abdominal foi verificada, através da Circunferência da Cintura, a qual obteve grande incidência no grupo estudado: cerca de 64% das mulheres apresentavam risco muito aumentado para incidência de complicações cardiovasculares, seguido por 17% que apresentavam risco aumentado. Ademais, a prática regular de exercícios físicos não era realizada pela maioria das mulheres (61%).

Conclusão

A incidência de obesidade e sobrepeso mostrou-se significativa, assim como o acúmulo de gordura abdominal, salientando a vulnerabilidade econômica como um fator importante para o surgimento de distúrbios nutricionais. Tornase imprescindível a promoção de ações voltadas à prevenção de excesso de peso em comunidades vulneráveis, principalmente na faixa etária idosa, propensa ao desenvolvimento de doenças crônicas que possuem, muitas vezes, a obesidade e sobrepeso como preditores.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2016**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R. Obesidade entre os pobres no Brasil: a vulnerabilidade feminina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, 2011.

LINS, A.P.M.; SICHIERI, R.; COUTINHO, W.F.; et al. Alimentação saudável, escolaridade e excesso de peso entre mulheres de baixa renda. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, 2013.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). **Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe**: informe preliminar. 92p. XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud, Kingston – Jamaica, 9-11 jul 2001. Washington/D.C: OPAS, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity**: preventing and managing the global epidemic. WHO Technical Report Series, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Saúde da Mulher ; Vulnerabilidade Econômica ; Saúde Pública

SONOLÊNCIA DIURNA EXCESSIVA E FATORES ASSOCIADOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

MICHELLE YASMINE BORGES; MARIANA FAVERO BOAVENTURA; JULIANA NUNES RAMOS; ANA PAULA MURARO; LÍDIA PITALUGA PEREIRA; PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES

¹ UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, ² UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
miye2008@hotmail.com

Introdução

O início na vida universitária compreende diversas modificações nos comportamentos relacionados ao estilo de vida, tanto pela inserção em um ambiente novo, quanto pela exposição a novos desafios e riscos à saúde. Essas características podem levar a mudanças no comportamento e a adoção de condutas menos saudáveis, incluindo alteração nos hábitos de sono (KLOSS et al., 2011). A importância da duração e da qualidade do sono têm sido destacadas para a promoção da saúde, sendo que períodos regulares de sono são essenciais para o bem-estar geral, desempenho durante o dia, bom humor e aprendizagem (ALAPIN et al., 2010). Contudo, a presença de distúrbios do sono é cada vez mais frequente entre estudantes universitários (KLOSS et al., 2011). Esses distúrbios estão relacionados à rotina dos mesmos, com aumento das exigências acadêmicas e novas oportunidades sociais, que podem levar a horários de sono irregulares e privação de sono (ALAPIN et al., 2010).

Objetivos

Estimar a frequência de sonolência diurna excessiva e os fatores associados, entre estudantes universitários.

Metodologia

Estudo transversal, de caráter censitário, com estudantes ingressantes na Universidade Federal de Mato Grosso, do campus de Cuiabá. Foram incluídos os estudantes matriculados nos 21 cursos de período integral no primeiro semestre de 2016. A sonolência diurna excessiva (SDE), foi obtida por meio da Escala de Sono de Epworth (ESE), validade para a população brasileira (BERTOLAZI et al., 2009). As variáveis independentes foram: sexo (masculino/feminino); faixa etária (até 19 anos e 20 anos ou mais); Área do curso (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias); Condição de peso, avaliada pelo índice de massa corporal e classificada segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995, 2007); e horas de sono por noite (≥ 8 horas, 7 horas, ≤ 6 horas). Nas análises estatísticas foi utilizado o teste do qui-quadrado. O Projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Julio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso (parecer nº 1006/048 de 15/04/2015).

Resultados

Foram avaliados 464 universitários, 51,7% do sexo feminino. Com relação à SDE, foi observado que 40,1% dos estudantes tinham sonolência leve, 14% sonolência moderada/severa e 45,9% ausência de sonolência. Houve diferença significativa na prevalência de SDE segundo sexo, sendo maior a prevalência de SDE moderada/severa entre as mulheres do que entre os homens (22,3 vs 5,3%). A prevalência de SDE moderada/severa também foi maior entre os estudantes da área de Ciências Biológicas e da Saúde (25,5%), comparados às outras áreas (Engenharias= 14,9%, Ciências Exatas e da Terra= 10,7%, Ciências Agrárias= 10,2% e Ciências Sociais e Humanas= 7%, $p < 0,01$). Houve relação inversamente proporcional entre horas de sono e SDE ($p < 0,01$), tanto na ausência de sonolência ($\geq 8h=55,1\%$; $7h=48,1\%$ e $\leq 6h=41,3\%$) quanto para moderada/severa ($\geq 8h=7,9\%$; $7h=11,3\%$ e $\leq 6h= 17,8\%$). Não foram observadas diferenças significativas para faixa etária ($p=0,46$) e condição de peso ($p=0,46$).

Conclusão

Mais da metade dos universitários apresentou algum grau de sonolência diurna, sendo maior o comprometimento do sono entre as meninas, estudantes da área de Ciências Biológicas e da Saúde e entre aqueles que apresentam redução das horas de sono por noite.

Referências

- BERTOLAZI, A. N. et al. Validação da escala de sonolência de Epworth em português para uso no Brasil. J Bras Pneumol. 2009. 877-883.
- KLOSS J. D. et al. The delivery of behavioral sleep medicine to college students. J Adolesc Health 2011. 553-561.
- ALAPIN I. et al. How is good and poor sleep in older adults and college students related to daytime sleepiness, fatigue,

and ability to concentrate? J Psychosom Res. 2010. 381-90.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Growth reference data for 5-19 years: body mass index-for-age, length/height-for-age and weight-for-height, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report WHO expert committee. Geneva: World Health Organization, 1995.

Palavras-chave: Sonolência diurna excessiva; Estudantes; Universidade; Estilo de vida

SUPLEMENTOS DE VITAMINAS E MINERAIS UTILIZADOS POR CRIANÇAS: COMPOSIÇÃO E CONSUMO

LETÍCIA BARROSO VERTULLI CARNEIRO; LETÍCIA DE OLIVEIRA CARDOSO; INÊS RUGANI RIBEIRO DE CASTRO; PATRICIA AFONSO MAIA; ANA CAROLINA FELDENHEIMER DA SILVA

¹ ENSP/ FIOCRUZ - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ² INU/ UERJ - Instituto de Nutrição - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ³ INAD - Instituto de Nutrição Annes Dias - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
leticiavertulli@yahoo.com.br

Introdução

As deficiências de micronutrientes ainda atingem grande parte da população mundial e são pauta de ações que visam à melhoria do estado nutricional da população (UNICEF, 2009). No Brasil, as ações propostas atualmente pelo Ministério da Saúde para o controle das carências nutricionais privilegiam a abordagem medicamentosa por meio de diferentes estratégias de suplementação alimentar (Brasil, 2005; Brasil, 2013; Brasil, 2014). No entanto, mesmo com a importância assumida pela suplementação nas ações propostas pelo governo e na prática da assistência à saúde, são escassos os estudos com ênfase na análise do uso de suplementos nos primeiros anos de vida.

Objetivos

Descrever o uso de suplementos de vitaminas e/ou minerais em crianças de seis a 59 meses de idade assistidas em Unidades Básicas de Saúde do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro.

Metodologia

Estudo seccional com amostra probabilística representativa de crianças (n=519) com idade entre seis e 59 meses assistidas nas Unidades Básicas de Saúde do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. Em questionário sobre diversos temas, o consumo de suplementos foi avaliado por meio de uma pergunta que registrou o uso de suplementos nos quatro meses que antecederam o estudo (incluindo quem fazia uso no momento da pesquisa). Os produtos foram agrupados em: (a) vitaminas isoladas, (b) vitaminas associadas entre si, (c) minerais isolados e (d) associações de vitaminas e minerais, seguindo a classificação da Portaria nº32, de 13 de janeiro de 1998 (Brasil, 1998). Os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de iniciar qualquer etapa do estudo. Foram considerados nas análises os estratos amostrais e os respectivos fatores de expansão. As análises foram realizadas no software R versão 3.2.3.

Resultados

O uso de suplementos foi de 54,6%, sendo mais prevalente entre crianças com idade inferior a 24 meses (74%) quando comparadas àquelas com idade entre 24 e 59 meses (45,1%) ($p < 0,005$). Os grupos de suplementos de vitaminas e minerais mais consumidos foram os de vitaminas associadas (22,5%) e vitaminas isoladas (16,7%), seguido do de minerais isolados (13,3%). Os suplementos de vitaminas associadas foram os mais utilizados entre os menores (38,5%) e os de vitaminas isoladas (vitamina C), os mais utilizados pelos maiores de dois anos (13,8%).

Conclusão

Observou-se uso recorrente de suplementos por crianças pequenas, com destaque para vitaminas associadas e vitamina C, que não faziam parte dos protocolos de cuidado infantil na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro e que superaram o uso do ferro, preconizado pelo Ministério da Saúde. O uso de suplementos como fonte de micronutrientes na infância não é consonante com as políticas de promoção da alimentação saudável no país.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 729, de 13 de maio de 2005. Institui o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A e dá outras providências. Diário Oficial da União, 16 mai 2005.

Brasil. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. Minuta de Portaria que atualiza as diretrizes nacionais do Programa Nacional de Suplementação de Ferro para prevenção e controle da anemia por deficiência de ferro e dá outras providências. Nota técnica 37/2013. Brasília, 18 de setembro de 2013.

Brasil. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição / DAB / SAS. Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Brasil. Agência Nacional De Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria nº 32, de 13 de janeiro de 1998. Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de suplementos vitamínicos e ou de minerais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 1998.

UNICEF. The Micronutrient Initiative. Investing in the Future: A United Call to Action on Vitamin and Mineral Deficiencies. Global Report. Washington (DC): Fundo das Nações Unidas para a Infância; 2009.

Palavras-chave: CRIANÇAS; MICRONUTRIENTES; SUPLEMENTOS

TEMPO DE TELA E INDICADORES DE SAÚDE ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

MARIANA FAVERO BOAVENTURA; MICHELLE YASMINE BORGES; ANA PAULO MURARO; PATRÍCIA SIMONE NOGUEIRA; LÍDIA PITALUGA PEREIRA; PAULO ROGÉRIO MELO RODRIGUES

¹ UFMT - Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Mato Grosso, ² UFMT - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso
miye2008@hotmail.com

Introdução

A vida universitária pode influenciar diversas modificações nos comportamentos relacionados ao estilo de vida dos acadêmicos, incluindo aumento de comportamentos sedentários, tais como tempo de tela, e alteração nos hábitos de sono e condições de saúde. Esses comportamentos têm sido associados a efeitos deletérios para qualidade de vida, desempenho acadêmico e saúde mental dos estudantes universitários (FENG et al., 2014; TAO et al., 2017).

Objetivos

Estimar a prevalência de tempo de tela excessivo e sua associação com indicadores de saúde entre estudantes universitários.

Metodologia

Estudo transversal, de caráter censitário, com estudantes matriculados em 21 cursos de período integral, na Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, no primeiro semestre de 2016. Os dados foram coletados por questionário autoaplicado e por avaliação antropométrica. O tempo de tela foi obtido com a questão “Em geral, quantas horas por dia você gasta com televisão/computador/vídeo game/jogos no celular?”, sendo categorizada em > 4 horas e ≤ 4 horas. Os indicadores de saúde utilizados foram: qualidade do sono, estimada por meio do Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh, validado para a população brasileira (BERTOLAZI et al., 2011); auto percepção do estado de saúde, obtida com a questão “Comparado com pessoas da sua idade, como você classifica o seu estado de saúde”, tendo como opções de resposta: muito bom, bom, regular, ruim e muito ruim; e condição de peso, avaliada pelo índice de massa corporal e classificada segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995; 2007). Nas análises estatísticas foi utilizado o teste do qui-quadrado. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso (Parecer nº 1.006.048).

Resultados

Foram avaliados 543 universitários, sendo 51,7% do sexo feminino e 78,8% tinham até 19 anos. O tempo de tela excessivo (> 4 horas) foi observado em 21,2% dos estudantes, 63,7% apresentaram má qualidade do sono, 8,7% perceberam seu estado de saúde como ruim, 14,4% tinham sobrepeso e 7,2% obesidade. A prevalência de tempo de tela excessivo foi maior entre os estudantes com má qualidade do sono (24,6 vs 15,2%, $p=0,01$) comparados aos com boa qualidade. Houve aumento diretamente proporcional no tempo de tela excessivo com a piora na percepção do estado de saúde (Muito bom/bom= 18,7%, Regular= 20,4% e Ruim/Muito ruim= 40,4%, $p=0,01$). A prevalência de tempo de tela excessivo apresentou diferença limítrofe com a área do curso ($p=0,049$), sendo maior entre os estudantes da área de Ciências Sociais e Humanas (31,9%) comparados às outras áreas (Ciências Exatas e da Terra= 23,4%, Ciências Biológicas e da Saúde= 21,5%, Ciências Agrárias= 18,5% e Engenharias= 13,3%). Não houve diferença significativa na prevalência de tempo de tela excessivo segundo sexo ($p=0,34$) e a condição de peso ($p=0,58$).

Conclusão

Aproximadamente um quinto dos universitários apresentou uso excessivo de telas por dia. O tempo de tela excessivo foi associado à má qualidade do sono, pior percepção do estado de saúde e a estudantes da área de Ciências Sociais e Humanas.

Referências

BERTOLAZI A.N., FAGONDES S.C., HOFF L.S., et al. Validation of the Brazilian Portuguese version of the Pittsburgh Sleep Quality Index. **Sleep Medicine**. vol 12, p.70-75, 2011.

FENG Q., ZHANG Q., DU Y., et al. Associations of Physical Activity, Screen Time with Depression, Anxiety and Sleep Quality among Chinese College Freshmen. **PLOS ONE**. vol 9, n 6, 2014.

TAO S., WU X., ZHANG Y., et al. Effects of Sleep Quality on the Association between Problematic Mobile Phone Use and Mental Health Symptoms in Chinese College Students. **Int. J. Environ. Res. Public Health**. vol 185, n 14, 2017.

WHO – World Health Organization. Growth reference data for 5-19 years: body mass index-for-age, length/height-for-age and weight-for-height; 2007.

World Health Organization. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Report WHO expert committee. Geneva: World Health Organization, 1995.

Palavras-chave: Estudantes; Indicadores de saúde; Tempo de tela; Universidade

TENDÊNCIA NO CONSUMO DE GORDURA SATURADA NA POPULAÇÃO BRASILEIRA.

GIOVANNA CALIXTO ANDRADE; CAMILA BORGES; ANA PAULA BOTOLETO MARTINS; RENATA BERTAZZY LEVY

¹ FMUSP - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ² NUPENS/USP - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública
camilaborges.usp@gmail.com

Introdução

O consumo excessivo de gordura saturada está associado com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares e diferentes tipos de câncer (WHO, 2009). Tendo em vista o impacto negativo do consumo excessivo de gordura saturada na saúde da população, mostra-se necessário identificar os grupos vulneráveis ao consumo desse nutriente, bem como as principais fontes de sua ingestão, para desse modo desenvolver políticas públicas voltadas para a redução do seu consumo.

Objetivos

Estimar a ingestão de gordura saturada e suas principais fontes de consumo na população Brasileira.

Metodologia

Foram utilizados dados de aquisição de alimentos da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2008-2009. Os alimentos foram classificados segundo a NOVA em quatro grupos: alimentos in natura e minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados (Monteiro et al., 2016). As quantidades dos alimentos adquiridos foram convertidas em nutrientes por meio de tabelas de composição de alimentos. A disponibilidade média de gordura saturada/pessoa/dia (em gramas) e seu percentual na ingestão calórica total foram estimados segundo características sociodemográficas. O percentual de contribuição dos quatro grupos de alimentos no consumo de gordura saturada foi estimado para a população total e segundo quintos de renda. Foi verificada a contribuição dos grupos alimentares no consumo de gordura saturada entre os anos de 2002-2003 e 2008-2009.

Resultados

No Brasil, foram consumidas em média 1.842 kcal, das quais 8,5% representam a ingestão de gordura saturada, valor dentro do limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2009). Esse percentual foi maior no Sul (9,4%) e Sudeste (8,90%), na área urbana (8,9%), e apresentou uma relação direta com renda. As principais fontes de gordura saturada no país são as carnes, gordura animal, óleos vegetais e leite, todas provenientes de alimentos do grupo de in natura e minimamente processados e ingredientes culinários, representando respectivamente 36,4% e 28,4% das calorias ingeridas deste nutriente. Alimentos processados e ultraprocessados contribuíram, respectivamente, com 11,3% e 23,9% das calorias consumidas de gordura saturada. Quando avaliado segundo quintos de renda, observa-se um aumento da contribuição de gordura saturada advinda de alimentos processados e ultraprocessados no total calórico, em contraponto a diminuição da participação de gorduras saturadas advindas de alimentos in natura e minimamente processados e ingredientes culinários. O maior quinto de renda, único grupo que excede a recomendação de consumo de gordura saturada, é também a categoria com a maior contribuição de gordura saturada provenientes de alimentos ultraprocessados. Entre 2002-2003 e 2008-2009, observa-se um aumento da participação no percentual de gordura saturada advinda de alimentos processados e ultraprocessados.

Conclusão

No Brasil, o consumo de gordura saturada mantém-se dentro do limite recomendado, sendo alimentos in natura e ingredientes culinários as principais fontes do seu consumo. Adicionalmente observa-se um aumento na contribuição de gordura saturada proveniente de alimentos processados e ultraprocessados de 2002-2003 para 2008-2009, indicando uma possível substituição da fonte de consumo de gordura saturada.

Referências

WHO. Global health risks: mortality and burden of disease attributable to selected major risks. World Health Organization. Geneva 2009.

MONTEIRO, C. et al. NOVA. The star shines bright: World Nutrition. 7: 8-38 p. 2016.

Palavras-chave: Gordura saturada; Classificação NOVA; Pesquisa se Orçamento Familiar

TENDÊNCIA SECULAR DA PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO EM PRÉ-ESCOLARES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO DE 2008 A 2016

LAÍS GOMES LESSA VASCONCELOS; NYKHOLLE BEZERRA ALMEIDA; JONAS AUGUSTO CARDOSO DA SILVEIRA

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas
laisglv@gmail.com

Introdução

O excesso de peso é considerado problema de saúde pública tanto por sua magnitude e abrangência em toda a população quanto à sua rápida evolução nas últimas décadas. São crescentes as evidências que relacionam a obesidade infantil com a ocorrência de diabetes tipo II, hipertensão e hipercolesterolemia na vida adulta. Análise de inquéritos nacionais apontam que a prevalência de excesso de peso em pré-escolares no Brasil aumentou de 3% para 7,8% entre os anos de 1989 a 2006, destacando-se a região Nordeste com o maior aumento, de 1,6% para 7,2%. Quanto ao monitoramento desta condição, a última pesquisa com representatividade nacional realizada no Brasil foi em 2006, limitando o conhecimento sobre o panorama atual da obesidade infantil na população brasileira. Deste modo, destaca-se o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional como ferramenta estratégica para o acompanhamento do estado nutricional de indivíduos em todas os ciclos da vida; lançado em 2008, o Sistema Web tem por objetivo realizar a gestão das informações antropométricas e de consumo alimentar para subsidiar ações na Atenção Básica.

Objetivos

Avaliar a tendência secular da prevalência do excesso de peso em pré-escolares assistidos pelo Programa Bolsa Família da região Nordeste entre 2008 e 2016.

Metodologia

Série temporal do excesso de peso em pré-escolares realizada a partir de dados de domínio público do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional referente aos anos de 2008 a 2016. A pesquisa foi feita através de relatórios do estado nutricional de crianças de 2 a 5 anos de idade, da região Nordeste, registradas no Sistema de Gestão do Bolsa Família. Para avaliação do excesso de peso foi considerado o índice peso-para-idade, sendo sua tendência avaliada pela variação relativa da prevalência entre 2008 e 2016.

Resultados

A prevalência do excesso de peso em pré-escolares assistidos pelo Programa Bolsa Família da região Nordeste apresentou aumento de 24,7% (2008: 7,1%; 2016: 8,9%), sendo de 1.011.749 a média anual de acompanhamentos. Identificou-se que a prevalência nos estados atingiu seu ápice no ano de 2014, estabilizando-se ou apresentando discreta redução nos anos subsequentes. Os estados que apresentaram maior aumento na prevalência do excesso de peso no período foram Ceará, Alagoas e Bahia, com 47,9%, 36,7% e 31,9%, respectivamente. Em 2008, Pernambuco foi o que apresentou a maior prevalência (9,7%), permanecendo nesta posição até 2016, com 12,3%. A Bahia apresentou prevalência de 5,7% em 2008, com aumento contínuo até 2014 (8,2%), reduzindo à 7,5% em 2016. Os estados que apresentaram a menor taxa de aumento do excesso de peso foram Sergipe e Piauí, com 9,9% e 12,1%, respectivamente. O Maranhão foi o estado com a menor prevalência em 2016 (5,4%), sendo o único a apresentar variação negativa (-14,6%).

Conclusão

Identificou-se aumento na prevalência do excesso de peso em pré-escolares assistidos pelo Programa Bolsa Família da região Nordeste, atingindo o maior patamar em 2014. Reconhecida historicamente como uma região marcada pela desnutrição, tais achados corroboram com o cenário atual de transição nutricional, especialmente por se tratar de um grupo de alta vulnerabilidade sociobiológica. Assim, reforça-se a importância de garantir investimentos para o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição na atenção básica, além de mudanças estruturais na sociedade, a fim de superar este importante problema de saúde pública.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,

Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

JUONALA, M., et al. Childhood adiposity, adult adiposity, and cardiovascular risk factors. **N Engl J Med**, v. 365, n.20, p. 1876-1885, 2011.

SILVEIRA, J. A. C., COLUGNATI, F. A. B., COCETTI, M., TADDEI, J. A. Secular trends and factors associated with overweight among Brazilian preschool children: PNSN-1989, PNDS-1996, and 2006/07. **J Pediatr**, v.90, n. 2, p. 258-266, 2014.

Palavras-chave: Aumento de Peso; Pré-Escolar; Saúde Pública; Vigilância Nutricional

TENDÊNCIA SECULAR DA PREVALÊNCIA DO EXCESSO DE PESO ENTRE LACTENTES ASSISTIDO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO DE 2008 A 2016

NYKHOLLE BEZERRA ALMEIDA; LAÍS GOMES LESSA VASCONCELOS; JONAS AUGUSTO CARDOSO DA SILVEIRA

¹ UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
nykhollebezerraalmeida@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos tem-se observado aumento na prevalência de excesso de peso em crianças, que podem estar relacionados a práticas alimentares inadequadas nos dois primeiros anos de vida, compreendendo o aleitamento materno e a alimentação complementar. Análise temporal realizado a partir de inquéritos nacionais mostrou que a prevalência de excesso de peso no Brasil em menores de 2 anos é de 6,5%. Em outro estudo mais recente foi observado que 13% dos lactentes no Brasil, encontram-se em excesso de peso. Todavia, a ausência de pesquisas com representatividade regional/nacional sobre a saúde infantil na última década limita o conhecimento sobre o atual panorama do excesso de peso entre lactentes. Diante disso, destaca-se o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional como instrumento de monitoramento a fim de realizar o diagnóstico nutricional de populações, fornecendo subsídios para nortear gestores e profissionais da atenção básica no desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição.

Objetivos

Avaliar a tendência secular da prevalência do excesso de peso entre lactentes assistidos pelo Programa Bolsa Família da região nordeste no período de 2008 a 2016.

Metodologia

Série temporal do excesso de peso entre lactentes realizada a partir de dados secundários do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Web, os quais são de domínio público, sendo desnecessária a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa. O presente estudo foi realizado através da análise de relatórios referentes ao estado nutricional de crianças, na faixa etária de 0 a 2 anos, de ambos os sexos, registradas no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na região Nordeste do Brasil, entre os anos de 2008 a 2016. Para classificação do excesso de peso foi utilizado o índice peso-para-idade e foram incluídas todas as crianças que apresentavam peso elevado para a idade (escore-Z > +2DP). Para avaliar a tendência do excesso de peso calculou-se a variação relativa da prevalência no período entre 2008 e 2016.

Resultados

Observou-se tendência de redução na prevalência do excesso de peso nos lactentes em todos os estados da região Nordeste durante o período avaliado; todavia, identificou-se que tal redução ao longo do tempo não foi homogênea. Em oito anos, ocorreu redução de 17,3% no excesso de peso, passando de 12,7% em 2008, alcançando 14,5% em 2011 e reduzindo para 10,5% em 2016. O Estado de Pernambuco foi o que apresentou a maior prevalência no ano de 2011, com 18,4% de lactentes em excesso de peso, no entanto, o mesmo conseguiu reduzir para 12,4% em 2016, equivalente a uma redução total de 15,2%. Os estados que apresentaram maiores reduções entre 2008 e 2016 foram Piauí, Maranhão e Sergipe, com redução de 33,1%, 29,3% e 24,5%, respectivamente. Ceará e Alagoas foram os que apresentaram as menores taxas de redução, 2,9% e 7,8%, respectivamente.

Conclusão

Por meio de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional dos lactentes atendidos pelo Programa Bolsa Família, foi possível identificar que, diferentemente da hipótese inicial, houve redução da prevalência de excesso de peso neste grupo etário; diante do cenário de transição alimentar e nutricional, tal redução pode ser vista como horizonte positivo para saúde coletiva. Todavia, por se tratar de uma perspectiva ecológica utilizando dados secundários, não permite o controle de possíveis erros de digitação e registro dos dados assim como problema relativo à subnotificação.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**, 2011.

COCETTI, M., TADDEI, J.A., KONSTATYNER, T.C., BARROS FILHO, A.A. Prevalence and factors associated with overweight among Brazilian children younger than 2 years. **J Pediatr**, v.88, n. 6, p. 503-508, 2012.

MÜLLER, R. M., TOMASI, E., FACCHINI, L.A., PICCINI, R.X., SILVEIRA, D.S., SIQUEIRA, F.V., THUMÉ, E., SILVA, S.M., DILÉLIO, A.S. Prevalence of overweight and associated factors in under-five-year-old children in urban population in Brazil. **Rev Bras Epidemiol**, v. 17, n. 2, p. 285-96, 2014.

Palavras-chave: Estado Nutricional; Ganho de peso; Lactentes; Saúde pública; Vigilância nutricional

TENDÊNCIA TEMPORAL DA VARIAÇÃO DE PESO APÓS OS 20 ANOS DE IDADE EM ADULTOS NO BRASIL (2006-2012)

KARINE MARIA DE MELO BREBAL

¹ UFAL - Universidade Federal de Alagoas

karine.brebal@gmail.com

Introdução

O ganho de peso é decorrente da permanência em ambientes obesogênicos que favorece a obesidade e suas consequências. Fatores como renda alta e nível educacional baixo tem influência negativa na ingestão de frutas e hortaliças, porém a alimentação saudável favorece o índice de massa corporal ideal diminuindo a carga de risco de doenças e a mortalidade. A tendência mundial da prevalência da obesidade esta ascendente e no período de 1975 a 2014 a prevalência masculina aumentou em 87,2% e para as mulheres ultrapassou 81% com uma média de ganho de peso de 1,5kg por década. No Brasil a prevalência do excesso de peso em homens aumentou de 18,5% em 1974-1975 para 50,1% em 2008-2009 e para as mulheres passou de 28,7% para 48% no mesmo período.

Objetivos

Avaliar a tendência temporal da variação de peso após 20 anos, na população adulta brasileira, no período de 2006 a 2012.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, que possui representatividade de todas as capitais brasileiras, realizado a partir do banco de dados oriundos do Sistema de Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico – Vigitel, referentes aos anos de 2006 até 2012 a fim de se realizar uma análise de série temporal a tendência temporal da variação de peso após 20 anos, na população adulta brasileira. Foram analisados dados de 196.718 indivíduos com idade entre >20 e <59 anos, excluindo gestantes e idosos entrevistados pelo Sistema de Vigilância e Fatores de Risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Ministério da Saúde com parecer 355.590/2013, – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 16202813.2.0000.0008), realizado nas capitais brasileiras e Distrito federal no período de 2006 a 2012. Avaliou-se o Índice de Massa Corporal e a variação de ganho de peso, considerando sobrepeso o Índice de Massa Corporal 25-30 kg/m² e obeso o Índice de Massa Corporal ≥ 30 kg/m². Foi utilizado o software Stata 13.0 (Stata Corp., College Station, EUA), utilizando os comandos survey. Para análise temporal, calculou-se média de ganho de peso por ano estudado e por sexo em função da idade, região, cor da pele e escolaridade, além de estabelecer a mudança de estado nutricional na idade atual e aos 20 anos.

Resultados

O sexo e a idade apresentaram a principal variabilidade no ganho de peso desde os 20 anos de idade, os homens ganharam em média cerca de 2 kg/ano e as mulheres em torno de 3,5 kg por ano. Ressalta-se que os indivíduos eutróficos aos 20 anos de idade acima de 81%, mantiveram-se neste estado nutricional, independente da faixa etária e nota-se que este padrão de eutrofia se manteve estável em todos os intervalos analisados.

Conclusão

A tendência de ganho de peso nos adultos no Brasil é ascendente, independente de sexo, cor da pele e escolaridade, e manter-se eutrófico até a idade adulta favorece a manutenção do estado nutricional adequado em qualquer faixa etária

Referências

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2014: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: MS, 2015. 152 p.
2. DU, H., et al. Dietary Energy Density in Relation to Subsequent Changes of Weight and Waist Circumference in European Men and Women. Plos One, v. 4, n.4, p. 5339, 2009.
3. JENSEN, M. D., et al. AHA/ACC/TOS Guideline for the Management of Overweight and Obesity in Adults. Circulation;

v. 129, n.25, suppl 2, p.102-138, 2014.

4. POPPITT S.D. Beverage Consumption: Are Alcoholic and Sugary Drinks Tipping the Balance towards Overweight and Obesity? *Nutrients*; v.7 n. 8, p. 6700–18, 2015.

5. VAN GAAL, L F, MAGGIONI, ALDO P. Overweight, obesity, and outcomes: fat mass and beyond. *The Lancet*; v. 383, n.9921, p. 935-936, 2014.

Palavras-chave: Obesidade; Índice de Massa Corporal ; Variação de peso

TENDÊNCIA TEMPORAL DE EXCESSO DE PESO E INSATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL EM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SALVADOR, BAHIA.

MÔNICA LEILA PORTELA DE SANTANA; PRISCILA RIBAS DE FARIAS COSTA; ANA MARLÚCIA OLIVEIRA; RENATA ALVES MONTEIRO; ELISABETE PINTO DE JESUS; WILANNE PINHEIRO DE OLIVEIRA ALVES

¹ UFBA - Universidade Federal da Bahia, ² UNB - Universidade de Brasília

renata.monteiro.nut@gmail.com

Introdução

O excesso de peso e outros problemas relacionados ao peso e à alimentação são prevalentes em todo o mundo. Na atualidade, alguns desses problemas, a exemplo de omissão de refeições e adoção de dieta restritiva, assim como atitudes e comportamentos de risco para transtornos alimentares e insatisfação com imagem corporal tem se tornado frequentes. Evidências sugerem que a adoção dessas práticas em fases mais precoces da vida se constituem preditoras de condições mais graves de saúde.

Objetivos

Avaliar a variação temporal na prevalência de excesso de peso, insatisfação com a imagem corporal e controle extremo do peso e descrever fatores associados a essas condições.

Metodologia

Trata-se de um estudo híbrido de painel repetido, no qual serão analisados os dados de duas amostras de estudantes em escolas públicas de Salvador, Bahia, a saber: 1) um estudo de corte transversal realizado em 2009 (n= 1494) e 2) baseline de uma coorte iniciada em 2016 (n= 318). A amostra foi constituída por adolescentes de ambos os sexos com idade entre 10 e 17 anos. Nas duas investigações, informações sobre insatisfação com a imagem corporal e controle extremo de peso foram autorrelatadas. O Questionário de Imagem Corporal foi utilizado para identificar preocupação com a imagem corporal. Considerou insatisfeito com a imagem corporal o adolescente que registrou maior que 80 pontos na escala. O peso e altura foram aferidos e o percentil de Índice de Massa Corporal, segundo idade e sexo foi usado para classificar o estado antropométrico. O comportamento de controle extremo de peso foi avaliado por meio de questão sobre estratégias para perda de peso, que inclui a frequência de vômito e uso de medicamentos, pelo menos uma vez por semana. Para identificar a associação de interesse, foi aplicada a análise de regressão de Poisson, ajustada por idade. A razão de prevalência (RP) e seu respectivo intervalo de confiança de 95% (IC 95%) foram usados para avaliar, respectivamente, a associação e a força de associação entre as variáveis investigadas. A análise dos dados foi realizada por meio do programa estatístico Stata versão 11.0. O projeto de pesquisa de 2009 foi aprovado pelo Parecer de nº 002-08 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva e o Parecer nº 1.139.343 do Comitê de Ética da Escola de Nutrição aprovou o protocolo (2016).

Resultados

Entre os anos 2009 e 2016 as diferenças foram significantes entre as prevalências de insatisfação com imagem corporal (19,5% para 27,7%), sobrepeso (8,8% para 15,7%) e obesidade (6% para 17,6%) aumentaram. Em 2009 e 2016, meninas foram 2,6 vezes mais prováveis de avaliar negativamente sua imagem que meninos. O adolescente ter com excesso de peso aumentou a prevalência de insatisfação com o corpo em 210% no ano de 2009, mostrando redução de 60% em 2016. Apenas em 2009, adotar estratégias de controle extremo de peso aumentou a prevalência dessa condição em 90%. Nos dois estudos, estar insatisfeito com corpo aumentou a prevalência de excesso de peso 4,1 vezes em 2009 quando comparados com seus pares eutróficos e esta diferença diminuiu para 2,3 vezes em 2016.

Conclusão

A prevalência de sobrepeso, obesidade e insatisfação com a imagem corporal aumentou nos 7 anos entre os dois estudos. Adolescentes do sexo feminino, com sobrepeso/obesidade e comportamento de controle extremo de peso foram mais prováveis de se preocupar com sua imagem corporal. Apenas estar insatisfeito com o corpo se associou ao excesso de peso.

Referências

MITCHISON, Deborah et al. The changing demographic profile of eating disorder behaviors in the community. *BMC Public Health*, v. 14, p. 943, Sep 11 2014.
NEUMARK-SZTAINER, Dianne; HANNAN, Peter J. Weight-related behaviors among adolescent girls and boys: results

from a national survey. Archives of pediatrics & adolescent medicine, v. 154, n. 6, p. 569-577, 2000.

SANTANA, Danilo Dias et al. Temporal changes in the prevalence of disordered eating behaviors among adolescents living in the metropolitan area of Rio de Janeiro, Brazil. Psychiatry Research, v. 253, p. 64-70, 2017.

SIGMUND, Erik et al. Temporal trends in overweight and obesity, physical activity and screen time among Czech adolescents from 2002 to 2014: A national health behaviour in school-aged children study. International journal of environmental research and public health, v. 12, n. 9, p. 11848-11868, 2015.

WILFLEY, Denise; VANNUCCI, Anna; WHITE, Emily. Early intervention of eating- and weight-related problems. J Clin Psychol Med Settings, v. 17, n. 4, p. 285-300, Dec 2010.

Palavras-chave: estudo de painel; adolescente; excesso de peso; imagem corporal; controle de peso

TEOR DE SÓDIO EM BISCOITOS DOCES RECHEADOS

NATALIA SOARES DA SILVA; PAOLA GARUTI DA MOTA; MARCIA LOPES WEBER

¹ UAM - Universidade Anhembi Morumbi, ² UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo
marciaws@yahoo.com.br

Introdução

O sódio é um dos responsáveis pelo aumento da pressão arterial em crianças, além de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e obesidade. A principal fonte de sódio na alimentação é o sal de cozinha, mas a população em geral nem sempre sabe que alimentos doces industrializados também podem ter alto teor de sódio como conservante (ASBRAN, 2014). O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda que se evite o consumo de alimentos ultraprocessados, como biscoitos recheados, já que são nutricionalmente inadequados e cuja produção industrial envolve o acréscimo de vários ingredientes, incluindo quantidades muitas vezes excessiva de sal (BRASIL, 2014). Mas nem sempre alimentos frescos são preferidos aos ultraprocessados na alimentação infantil, o que foi demonstrado em estudo em São Paulo/SP, em que crianças de 7 a 10 anos apresentaram maior frequência de consumo de alimentos industrializados no ambiente escolar (PRADO, 2014).

Objetivos

Identificar o teor de sódio em biscoitos doces recheados, comparando-o com sua recomendação de consumo para crianças.

Metodologia

Foi analisado o teor de sódio em biscoitos doces com recheio sabor morango, chocolate e baunilha, sendo escolhidas as 10 marcas mais comercializadas em redes de supermercados de grande porte de São Paulo/SP. Foi considerada a informação nutricional presente na embalagem a partir da porção de 30g e também do conteúdo total da embalagem, já que é comum a opção pelo consumo de todo o conteúdo do pacote ao invés da porção. Os teores de sódio dos biscoitos foram comparados entre as marcas e com a Ingestão Diária Adequada para crianças entre 4 a 8 anos (1,2mg) e para 9 a 13 anos (1,5mg) (IOM, 2004). Optou-se por esta faixa etária porque o consumo deste alimento é maior entre crianças que entre adultos (WEBER, 2009). Foram calculados média±desvio padrão e coeficiente de variação, classificado como baixo se valor menor que 10%; médio se entre 10% e 20%; alto se entre 20% e 30%; e muito alto se maior que 30% (PIMENTEL, 1995).

Resultados

O teor médio de sódio por porção das marcas de biscoito foi 74,6±13,6mg, sendo a marca com o menor teor 42mg e com o maior, 109mg. No conteúdo total da embalagem, o teor de sódio foi 335,1±50mg, o menor valor foi 196mg e o maior, 545mg. Nenhuma das marcas atingiu ou ultrapassou a recomendação de sódio, na porção e no conteúdo total da embalagem, para ambas as faixas etárias. O teor de sódio apresentou variabilidade considerável entre as marcas, sendo o coeficiente de variação classificado como médio (18,3% e 14,9% na porção e na embalagem, respectivamente). Ao considerar que o teor de sódio da embalagem de uma das marcas de biscoito atingiu 50% da recomendação para a faixa etária de 4 a 8 anos, e 37% para 9 a 13 anos, e levando-se em conta a frequência do consumo deste tipo de biscoito em lanches e/ou outras refeições do dia, é possível inferir que a ingestão de sódio derivada destes alimentos, dependendo da marca escolhida, pode atingir ou ultrapassar a recomendação diária deste nutriente.

Conclusão

O teor de sódio apresentou considerável variabilidade entre as marcas em estudo, embora não tenha atingido ou excedido a recomendação para as faixas etárias em estudo, tanto na porção quanto no total da embalagem. Recomenda-se que a orientação do consumo alimentar de indivíduos e populações seja realizada a partir da consideração tanto do teor de nutrientes quanto da variabilidade deles entre as marcas disponíveis. E que seja priorizado consumo de alimentos frescos ao invés de ultraprocessados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO-ASBRAN. Açúcar e sal: cuidado com a combinação no preparo. São Paulo, 2014.[acesso em 25/04/2017]. Disponível em: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1262>.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2.ed. Brasília, 2014. [acesso em 23 de março de 2017]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guiaalimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

INSTITUTE OF MEDICINE-IOM. Dietary reference intakes for water potassium, sodium, chloride, and sulfate. Washington (DC): National Academy Press; 2004.

PIMENTEL, G.F. Curso de estatística experimental. 11. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

PRADO, B.G. Qualidade da dieta de escolares do município de São Paulo[tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2014.

WEBER, M.L. Escolhas alimentares e composição nutricional de alimentos disponíveis em instituições de ensino pública e privada[tese]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). 2009.

Palavras-chave: alimentos industrializados; criança; sódio

TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL A PARTIR DA ÓTICA DO OLHAR BIOPSISSOCIAL

ALINE LUIZA FÜHR; ÉRIKA MARAFON CIACCHI; ESMIRRÁ ISABELLA TOMAZONI

¹ UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Programa de Residência Multiprofissional
alineluizafuhr@gmail.com

Introdução

A alimentação é uma necessidade humana com distintas significações que vão além de questões apenas biológicas (BRASIL, 2014). Todavia, por vezes torna-se necessário utilizar-se de métodos para a sobrevivência de indivíduos em risco nutricional, como por exemplo, a terapia de nutrição enteral (TEIXEIRA NETO, 2014). Considerando isso, Barbosa e Freitas (2005) afirmam que conhecer as ideias e crenças tanto positivas quanto negativas sobre a nutrição enteral auxiliaria para que o nutricionista atuasse de forma mais direcionada com vistas a maior adesão ao tratamento e satisfação com ele.

Objetivos

Apresentar representações da terapia de nutrição enteral a partir da ótica dos cuidadores numa perspectiva biopsicossocial.

Metodologia

Trabalho de delineamento exploratório, descritivo e qualitativo, realizado no período de fevereiro a setembro de 2017. O mesmo foi desenvolvido por meio de entrevistas que foram gravadas, delineadas a partir de questionário semi-estruturado. Participaram do estudo 10 cuidadores de indivíduos sob terapia de nutrição enteral, no âmbito domiciliar, após a alta hospitalar. Para a participação os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de modo que este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética com o número de protocolo 66931217.6.0000.0107. As entrevistas foram analisadas à luz dos aportes teóricos de L. Bardin (1977).

Resultados

O uso da terapia de nutrição enteral por parte de um membro da família teve na percepção do cuidador representações de: 1) Terapia de nutrição enteral como técnica hospitalar; 2) Um ato de comer não compartilhado, 3) Terapia de nutrição enteral domiciliar e insegurança alimentar e nutricional e 4) Estratégia alimentar “ruim” porém necessária.. Muitas falas dos entrevistados denunciaram que este tipo de alimentação, não permite o uso dos sentidos para a prática do comer e a deglutição fisiológica, o que também foi associado a ser “injusto” ou “ruim” ter a necessidade de alimentar-se desta forma, identificado como um “não alimento”. Algumas falas indicaram que a nutrição enteral seria apropriada somente no âmbito hospitalar, uma vez que a falta de conhecimento e insegurança mencionadas pelos cuidadores sobre a alimentação enteral foram identificadas como um risco para a pessoa em uso da terapia, quando em esquema domiciliar, com o prejuízo da oferta alimentar ser insuficiente e inadequada. A representação observada no relato dos cuidadores condizente com a dificuldade e angústia para familiares se alimentarem relacionou-se com o fato de o paciente poder sentir vontade do mesmo alimento, pelo cheiro ou pela significação envolvida no seu entorno e não compartilhar a refeição também é entendido como um elemento da insegurança alimentar.. Por outro lado, algumas falas se voltaram a ser uma estratégia necessária e eficaz para a manutenção do estado de saúde geral, embora repleta de aspectos negativos de acordo com a percepção dos cuidadores.

Conclusão

A análise biopsicossocial aqui realizada verificou representações bipolarizadas, de rejeição e aprovação da terapia de nutrição enteral no domicílio. Tais aspectos reforçam a necessidade de que o nutricionista também reflita sobre esses processos, buscando a criação de vínculo e um olhar não verticalizado e mais humano sobre cuidadores e pacientes, com vistas à redução de inseguranças, medo e desinformação sobre a terapia de nutrição enteral, sobretudo com a tomada de ações educativas que possam aproximar os cuidadores do manejo desta terapia.

Referências

BARBOSA, J.A.G. E FREITAS. M.I.F. Representações sociais sobre a alimentação por sonda obtidas de pacientes adultos hospitalizados. Rev Latino-am Enfermagem 2005 março-abril; 13(2):235-42.

BARDIN. L. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

TEIXEIRA NETO, F. Nutrição clínica. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2012.

Palavras-chave: Atenção domiciliar; Cuidadores; Nutrição Enteral

TIPO DE ALIMENTO CONSUMIDO E EXCESSO DE PESO: UM ESTUDO EM NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

LUIZA CARLA BARBOZA DA CRUZ; ANA KAROLYNA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS; LUCIANA DE VASCONCELOS DA ROCHA ALVES; GABRIELA MARIA PEREIRA FLORO ARCOVERDE; LEILA VIRGINIA DA SILVA PRADO; POLIANA COELHO CABRAL

¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
luiza_carla96@hotmail.com

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são atualmente as principais causas de morte no Brasil e no mundo. Evidências mostram que a obesidade está estreitamente relacionada com as DCNT, apresentando uma relação direta com valores elevados de morbimortalidade causadas por doenças como o diabetes, a hipertensão arterial e as intercorrências cardiovasculares. Dentre as muitas áreas de pesquisa sobre obesidade, pode-se citar aquela que estuda os hábitos alimentares e sua possível associação com o ganho de peso. Porém, sugere-se que a avaliação do consumo alimentar das populações estaria mais bem representada pelo padrão alimentar, considerando que os indivíduos não consomem nutrientes nem alimentos isoladamente.

Objetivos

Avaliar o tipo de alimento consumido e a ocorrência de excesso de peso em nutricionistas do estado de Pernambuco.

Metodologia

Estudo transversal, com nutricionistas do sexo feminino do estado de Pernambuco vinculadas ao Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6). A coleta de dados ocorreu em maio de 2013 por meio de questionário online. Para avaliar o estado nutricional foi utilizado o índice de massa corporal (IMC) com a classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS (WHO, 1995)⁶. Para identificar o tipo de alimento consumido foram empregados dois recordatório de 24 horas (R24hs). Os resultados foram classificados em 3 grupos (alimentos in natura, processados e ultraprocessados) de acordo com o novo Guia alimentar para a População Brasileira⁷. A construção do banco de dados e a análise estatística foram realizadas no programa SPSS. Para verificar associações entre as variáveis, foi aplicado o teste do Qui-quadrado. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, registro CEP/CCS/UFPE Parecer Nº 1.135.195; CAAE Nº 13380613.4.0000.5208.

Resultados

Foram avaliadas 277 mulheres nutricionistas do estado de Pernambuco, com uma mediana de idade de 29 anos. Dentre as nutricionistas avaliadas 37,2% afirmaram já ter feito em algum momento de suas vidas, dieta para perda ponderal e 19,1% afirmaram estar em dieta. As nutricionistas, 74,0%, eram eutróficas e 22,0% apresentaram excesso de peso, sendo que deste valor, 5,4% eram obesas. Quanto a análise do consumo das mulheres com e sem excesso de peso não foi encontrada diferença estatisticamente significativa na ingestão de alimentos in natura ($p=0,053$), processados ($p=0,695$) e ultraprocessados ($p=0,609$). Foi observada uma tendência no grupo com excesso de peso a um maior consumo de alimentos in natura, ³ 4 porções por dia (62,3%), contra 47,2% no grupo sem excesso de peso.

Conclusão

Os dados encontrados são preocupantes e evidenciam a necessidade da detecção precoce de possíveis transtornos com o intuito de intervir preventivamente junto a estes profissionais, visando a promoção da saúde.

Referências

1. World Health Organization. The 10 leading causes of death in the world, 2000 and 2012. Fact sheet N°310 - Updated May 2014.
2. Faintuch J, Oliveira Jr NR, Beani Jr A, Lupinacci RA, Gama-Rodrigues JJ. Epidemiologia e comorbidades da obesidade. Rev Bras Nutr Clin 2005; 20(1):16-19.
3. VIGITEL BRASIL 2014 Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2015. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ministério da Saúde.
4. ARAÚJO, K. L., et al. Estigma do nutricionista com obesidade no mundo do trabalho. Revista de Nutrição, v. 28, n.6, p.569-579, 2015b.
5. Azevedo ECC et al. Consumo alimentar de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis e sua

associação com a gordura corporal: um estudo com funcionários da área de saúde de uma universidade pública de Recife (PE), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n.5, p.1613-1622, 2014.

Palavras-chave: Consumo alimentar; Excesso de peso; Nutricionistas

TRANSTORNOS ALIMENTARES E INSEGURANÇA ALIMENTAR: CONSUMO ALIMENTAR E OUTROS COMPORTAMENTOS DE RISCO EM ADOLESCENTES

VANESSA BARBOSA FACINA; MÔNICA LEILA PORTELA DE SANTANA; RENATA ALVES MONTEIRO; SANDRA MARIA CHAVES DOS SANTOS; RITA DE CÁSSIA RIBEIRO SILVA; MARIA ESTER PEREIRA CONCEIÇÃO MACHADO

¹ UFBA - Universidade Federal da Bahia, ² UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ³ UNB - Universidade de Brasília

vanessafacina@yahoo.com.br

Introdução

A insegurança alimentar, além de estar associada tradicionalmente à desnutrição e às carências nutricionais, vem sendo relacionada ao excesso de peso. Além disso, há investigações que evidenciam sua associação a prejuízos cognitivos e psicológicos, bem como a transtornos de humor/ansiedade, depressão e transtornos alimentares. Indivíduos que vivenciam a insegurança alimentar podem apresentar alterações em seus comportamentos alimentares em decorrência da restrição alimentar cíclica a qual são submetidos, sendo tal fato um possível desencadeador de comportamentos alimentares extremos, como a compulsão alimentar. O excesso de peso, a insatisfação com a imagem corporal e a prática de realizar dietas também estão associadas a comportamentos relacionados à comportamentos extremos de controle de peso entre os adolescentes, mesmo em condições desfavoráveis econômicas e sociais.

Objetivos

Estabelecer a relação entre insegurança alimentar, comportamentos de risco para transtornos alimentares e consumo alimentar entre adolescentes.

Metodologia

Estudo transversal envolvendo adolescentes de ambos os sexo e idade entre 11 e 17 anos, estudantes do ensino público de Salvador-Bahia, realizado em 2009. O cálculo da amostra envolveu procedimento complexo de amostragem por conglomerado. Foram investigados: i) estado antropométrico: percentil índice de massa corporal segundo sexo e idade; ii) segurança alimentar e nutricional: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; iii) comportamentos de risco para transtornos alimentares: Teste de Atitude Alimentares-26 e Teste de Investigação Bulímica de Edinburg; iv) insatisfação com a imagem corporal: Questionário de Imagem Corporal; v) consumo alimentar: Questionário de Frequência Alimentar com classificação dos alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira. Para a análise dos dados utilizou-se o Programa SPSS 18.0. Após teste de normalidade, frequência, medidas de tendência central e medidas de variabilidade, bem como a diferença entre os grupos foram identificadas pelo Teste de Mann-Whitney com nível de significância de 5%. Projeto aprovado sob parecer nº 002-08 pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Resultados

Participaram deste estudo 1.223 adolescentes. A maioria dos estudantes era do sexo feminino (57,7%), a média de idade foi de 14,4 ($\pm 1,52$) anos e 15,4% tinham excesso de peso. A insegurança alimentar esteve presente em 66,3% dos domicílios, sendo 42,7% de insegurança alimentar moderada ou grave. Ainda, os resultados mostraram que 20,4% dos adolescentes estavam insatisfeitos com o seu corpo, 15,1% tinham atitudes alimentares negativas e 9,4% algum grau de comportamento compulsivo e/ou purgativo. Ao comparar tais comportamentos entre os grupos com e sem segurança alimentar observou-se diferença estatística significativa para sintomas de anorexia nervosa, bulimia nervosa e insatisfação com a imagem corporal ($p < 0,001$), estando os inseguros mais vulneráveis quanto à frequência desses comportamentos. A média do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados ($p = 0,011$), processados ($p = 0,022$) e ultraprocessados ($p = 0,015$) também diferiu entre os grupos, com maior valor para os alimentos in natura entre os inseguros.

Conclusão

Os adolescentes que residiam em domicílios em insegurança alimentar estavam mais vulneráveis à ocorrência de comportamentos de risco para transtornos alimentares e imagem negativa do seu corpo, além de consumir mais alimentos in natura.

Referências

BECKER, C. B.; MIDDLEMASS, K.; TAYLOR, B.; JOHNSON, C.; GOMEZ F. Food insecurity and eating disorder pathology. *International Journal of Eating Disorders*, v. 50, n. 9, p. 1031-1040, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

MYLES, T. L.; STARR, K. N. P.; JOHNSON, K. B.; LEE, J. S.; FISCHER, J. G.; JOHNSON, M. A. Food insecurity and eating behavior relationships among congregate meal participants in Georgia. *Journal of Nutrition in Gerontology and Geriatrics*, v. 35, n. 1, p. 32–42, 2016.

SANTANA, M. L. P.; ASSIS, A. M. O.; SILVA, R. C. R.; RAICH, R. M.; MACHADO, M. E. P. C.; PINTO, E. J.; MORAES, L. T. L. P.; RIBEIRO, H. C. Risk Factors for Adopting Extreme Weight-Control Behaviors among Public School Adolescents in Salvador, Brazil: A Case-Control Study. *Journal of the American College of Nutrition*, v. 35, n. 2, p. 113-117, 2016.

TESTER, J. M.; LANG, T. C.; LARAIA, B. A. Disordered eating behaviours and food insecurity: a qualitative study about children with obesity in low-income households. *Obesity Research and Clinical Practice*, v. 10, n. 5, p. 544-552, 2016.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Transtornos Alimentares; Excesso de Peso

USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA PROMOÇÃO DO CUIDADO NUTRICIONAL NO PERÍODO PÓS-PARTO - RELATO DE EXPERIÊNCIA

KARINA DOS SANTOS; BEATRIZ DELLA LÍBERA; ROBERTA GABRIELA PIMENTA DA SILVA ARAÚJO; DENISE CAVALCANTE DE BARROS; CLÁUDIA SAUNDERS

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ² FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

karsantos@gmail.com

Introdução

A retenção de peso pós-parto (RPPP) associa-se com desenvolvimento de obesidade futura. O retorno ao peso pré-gestacional deve ocorrer até um ano após o parto. Intervenções dietéticas são eficazes para promover redução da RPPP.

Objetivos

Relatar experiência de uso das tecnologia de informação e comunicação para promoção do Cuidado Nutricional no período pós-parto.

Metodologia

Em 2016, implementamos uma proposta de Cuidado Nutricional às moradoras da comunidade de Manguinhos, Rio de Janeiro, no âmbito da Atenção Básica. Foram oferecidas 3 consultas coletivas, mensais, para orientação nutricional visando à redução da RPPP. Participaram do primeiro encontro, 31 mulheres. Entretanto, somente 7 mulheres compareceram ao segundo encontro e 6 ao terceiro. A alta perda de seguimento (80,6%) indicou a necessidade de reformulação da proposta. Avaliando a literatura científica recente sobre o assunto, percebemos que é comum a baixa adesão das mulheres ao acompanhamento nutricional no período pós-parto, especialmente para as de baixa renda e vulnerabilidade social. As demandas do cuidado com o(s) filho (s) e a família ocupam quase que exclusivamente o tempo das mulheres. O uso das tecnologias de informação e comunicação surge como uma estratégia para possibilitar aproximação com as mulheres, complementando a abordagem presencial convencional. A referida experiência fez parte de projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ (CAAE 0251.0.031.031-10) e está registrado na base Brasileira de Ensaios Clínicos (REBEC - RBR-4t46ry).

Resultados

Ainda em 2016, propusemos nova abordagem, oferecendo 4 consultas individuais, mensais, associadas ao acompanhamento por meio do aplicativo gratuito de mensagens instantâneas WhatsApp® e do site de mídia social Facebook®. Foram criadas mensagens em forma de imagem para as orientações nutricionais, enviadas semanalmente, por meio do WhatsApp®. As mulheres foram incentivadas a enviar mensagens pelo aplicativo, de forma privada, com fotos de refeições, dúvidas sobre produtos e o que mais achassem pertinente ao acompanhamento nutricional. Na página do Facebook®, foram compartilhadas postagens divulgadas pelo Ministério da Saúde e outras entidades brasileiras oficiais de Saúde Pública, acompanhadas de textos direcionados à saúde da mulher. As nutricionistas da equipe retornavam individualmente as mensagens recebidas. Iniciaram o projeto 41 mulheres, no período de 6 a 9 meses pós-parto, todas com RPPP. Após 3 meses de aconselhamento nutricional, 26 mulheres compareceram às 4 consultas e apresentaram diminuição da RPPP, do perímetro da cintura e do IMC, além de melhoria global da qualidade da alimentação. A perda de seguimento foi de 37%, bem inferior à anterior. Além disso, pudemos manter contato com as mulheres que não conseguiram comparecer às consultas, promovendo, certa maneira, continuidade do acompanhamento, frente às dificuldades enfrentadas por estas.

Conclusão

O uso das tecnologias de informação e comunicação para promoção do Cuidado Nutricional no pós-parto foi uma experiência positiva em nosso trabalho, aumentando o vínculo entre a equipe de nutricionistas e as mulheres atendidas. As mulheres enviaram fotos dos pratos, dúvidas e comentários sobre a alimentação durante todo o acompanhamento. Recomendamos que as ferramentas sejam adotadas em outros trabalhos e/ou ações de Saúde Pública que tenham esses desfechos como objetivos.

Referências

ALLEN, J.K.; STEPHENS, J.; PATEL, A. Technology-Assisted Weight Management Interventions: Systematic Review of

Clinical Trials. *Telemed J E Health.*, v. 20, n. 12, p. 1103–1120. 2014.

PHELAN, S. et al. Effect of an Internet-Based Program on Weight Loss for Low-Income Postpartum Women: A Randomized Clinical Trial. *JAMA*, v. 317, n.23, p. 2381-2391. 2017.

STANG, J.; HUFFMAN, L. Position of the Academy of Nutrition and Dietetics: Obesity, Reproduction and Pregnancy outcomes. *J Acad Nutr Diet*, v.116, n.4, p.677-691. 2016.

Palavras-chave: Atenção Básica; Nutrição em Saúde Pública; Tecnologia em Saúde

USO E CONHECIMENTO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

PATRÍCIA FERNANDES DA SILVA GOMES; RAQUEL DE ALMEIDA ALVARENGA MARQUES; DANIELA SILVA CANELLA

¹ UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
danicanella@gmail.com

Introdução

A venda de alimentos ultraprocessados aumentou expressivamente na América Latina, de 2000 a 2013, estando fortemente relacionada ao aumento do índice de massa corporal médio da população. Alimentos ultraprocessados são formulações industriais cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento e o uso de vários ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial, como os aditivos. Os efeitos dos aditivos no organismo ainda são pouco pesquisados, porém há associação com algumas patologias. O rótulo dos alimentos pode ser uma importante ferramenta para a tomada de decisão e para as escolhas alimentares.

Objetivos

Avaliar uso e conhecimento sobre rotulagem de alimentos ultraprocessados por estudantes universitários e investigar se há diferença entre o conhecimento sobre aditivos e ingredientes alimentares entre estudantes da área de saúde e estudantes de outras áreas.

Metodologia

Estudo transversal, realizado via internet, utilizando questionário eletrônico autoaplicável, com 13 questões fechadas e 3 questões abertas relacionadas ao uso e conhecimento sobre rotulagem de alimentos ultraprocessados, com destaque para conhecimentos sobre aditivos alimentares. A população de estudo foi selecionada por conveniência, englobando estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de cursos “da área da saúde” e “de outras áreas”. A amostra foi composta por 129 estudantes. As variáveis estudadas foram descritas por meio de frequência e seus respectivos intervalos de confiança (IC 95%) para o conjunto da população e estratificadas para cursos “da área da saúde” e “de outras áreas”. Diferenças significativas foram identificadas pela comparação dos IC 95%. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ (CAAE:64143616.0.0000.5259).

Resultados

Do total de estudantes, 45% eram “da área da saúde”, maioria não cotista (64,3%) e do sexo feminino (57,4%) e com idade média de 23,1 anos. Mais da metade dos indivíduos relatou ter o costume de ler rótulos (59,6%). Houve pouca diferença no uso dos rótulos entre estudantes “da área da saúde” e “de outras áreas”, porém aqueles “da saúde” leem mais os rótulos quando comparados aos demais [68,9% (55,7; 79,6) e 52,1% (40,3; 63,5), respectivamente]. Os itens mais lidos foram: número de calorias (40,3%), todas as informações (22,4%) e lista de ingredientes (17,8%). A principal diferença entre os estudantes se refere ao conhecimento de ingredientes e/ou aditivos, sendo mais conhecidos pelos estudantes “da saúde”. Apesar da diferença de frequência, os ingredientes e/ou aditivos mais conhecidos por estudantes “da área da saúde” e “de outras áreas” foram os mesmos: frutose e glicose [84,5% (72,5; 91,8) e 50,7% (39,0; 62,2), respectivamente] e aspartame [65,5% (52,2; 76,7) e 40,8% (29,9; 52,7), respectivamente]. Estudantes “da saúde” deixariam de comprar alimentos na presença de algum dos aditivos e/ou ingredientes citados com maior frequência, apesar do baixo percentual geral [35,4% (24,6;47,9) e 30,2% (22,8;38,8), respectivamente].

Conclusão

Mais da metade dos indivíduos referiu ler rótulos de alimentos ultraprocessados e, apesar de conhecerem poucos ingredientes e/ou aditivos, parte dos estudantes deixaria de comprar alimentos na presença destes. O conhecimento sobre rotulagem influencia a compra de alimentos, o que reforça a importância deste assunto ser abordado em contextos como serviços de saúde e escolas.

Referências

Martins APB, Levy RB, Claro RM, Moubarac JC, Monteiro CA. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira 1987-2009). Rev. Saúde Pública. 2013; 47(4): 656-65. Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para população brasileira. 2ª edição. Brasília: 2014. 152 f. Disponível em

URL:

Bissacotti AP, Angst CA, Saccol ALF. Implicações dos aditivos químicos na saúde do consumidor. *Disciplinarum Scientia*. 2015; 16(1): 43-59.

Palavras-chave: rótulo nutricional; alimentos ultraprocessados; aditivos alimentares

VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DE UM INSTRUMENTO DE AUDITORIA DO AMBIENTE ALIMENTAR PAUTADO NO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

CAMILA APARECIDA BORGES; PATRICIA CONSTANTE JAIME

¹ FSP/USP - Faculdade de Saúde Pública-Universidade de São Paulo

camilaborges.usp@gmail.com

Introdução

O Guia Alimentar para a População Brasileira reconhece o papel do ambiente alimentar no acesso a uma alimentação saudável, assim como, enfatiza que a informação sem evidências científicas e a publicidade exagerada de produtos ultraprocessados podem ser potenciais obstáculos no alcance de uma alimentação adequada pela população (Brasil, 2014). A construção de instrumentos nacionais de auditoria no ambiente alimentar que estejam em consonância com as recomendações brasileiras de alimentação e nutrição é necessária frente a relação entre diferentes formas de comunicação e publicidade nos comércios varejistas de alimentos e as escolhas alimentares dos consumidores (JAHNS, 2014; JAHNS, 2016; MOORE, 2016; MARTIN-BIGGERS, 2013).

Objetivos

Descrever a validação de conteúdo de um instrumento de auditoria do ambiente alimentar pautado no Guia Alimentar para a População Brasileira.

Metodologia

Este é um estudo metodológico com realização da validação de conteúdo elaborada por nove juízes das seguintes áreas de atuação: pesquisa em ambiente alimentar, publicidade e propaganda de alimentos e defesa do consumidor. O referencial teórico adotado durante o painel foi o Guia Alimentar para a População Brasileira, especialmente o Capítulo 2. A escolha dos alimentos (NOVA classificação dos alimentos em in natura/minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados) e o Capítulo 5. A compreensão e superação dos obstáculos. Cada item do instrumento de auditoria foi analisado pelos juízes que atribuíram pontuações baseadas na escala de Likert de 4 pontos (1-não está de acordo, 2-maiores revisões são necessárias, 3-pequenas revisões são necessárias e 4-está de acordo) para os atributos clareza, relevância, pertinência e representatividade. Além disso, os juízes possuíam um local para escrever sugestões caso a pontuação fosse igual ou inferior a 3. Foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo (claro, relevante, pertinente e representativo) para cada item e para o total do instrumento. Foi considerado satisfatório quando IVC alcançou concordância de 0,8 entre os juízes. Os itens que não atingiram tal porcentagem foram descartados da versão final do instrumento.

Resultados

O instrumento de auditoria do ambiente alimentar possuía 37 itens, divididos em dois blocos (disponibilidade de alimentos e publicidade de alimentos). Verificou-se que a maioria dos itens foi considerado claro, relevante, pertinente e representativo pelos juízes. O IVC final do instrumento foi de 0,91. As sugestões fornecidas pelos juízes foram acatadas em sua maioria, as quais resultaram em modificação na ordem dos itens respeitando a setorização dos produtos disponíveis para a venda nos comércios varejistas e a descrição mais detalhada dos tipos de publicidade/informação veiculados nestes locais.

Conclusão

As modificações sugeridas pelos juízes resultaram em uma versão final do instrumento de auditoria do ambiente alimentar com treze blocos (onze sobre disponibilidade, variedade e estratégia de preço dos alimentos in natura/minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e ultraprocessados e dois sobre publicidade dentro e fora do comércio. Este instrumento poderá ser utilizado em pesquisas que desejam descrever o ambiente de varejo de alimentos de cidades de médio porte e servir para o planejamento de intervenções no ambiente alimentar com foco na promoção de uma alimentação saudável e adequada.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Básica, Departamento de Atenção Básica.-2.ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

JAHNS, L.; PAYNE, C.R.; WHIGHAM, L.D.; JOHNSON, L.K.; SCHEETT, A.J.; HOVERSON, B.S.; et al. Foods advertised in US weekly supermarket sales circulars over one year: a content analysis. *Nutr J.* p. 13-95, 2014.

JAHNS, L.; SCHEETT, A.J.; JOHNSON, L.K.; KREBS-SMITH, S.M.; PAYNE, C.R.; WHIGHAM, L.D.; et al. Diet Quality of Items Advertised in Supermarket Sales Circulars Compared to Diets of the US Population, as Assessed by the Healthy Eating Index-2010. *J Acad Nutr Diet.* v.116, n.1, p.115-122, jan. 2016.

MARTIN-BIGGERS, J.; YORKIN, M.; ALJALLAD, C.; CIECIERSKI, C.; AKHABUE, I.; MCKINLEY, J.; et al. What foods are US supermarkets promoting? A content analysis of supermarket sales circulars. *Appetite.* v.62, p.160-5, mar. 2013.

MOORE, L.V.; PINARD, C.A.; YAROCH, A.L. Features in Grocery Stores that Motivate Shoppers to Buy Healthier Foods, *ConsumerStyles* 2014. *J Community Health.* v.30, jan. 2016.

Palavras-chave: ambiente alimentar; auditoria; guia alimentar; estudos de validação

VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO IMAGÉTICO DE PROMOÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS PARA ADOLESCENTES

KELLY PARANHOS COSTA; LAÍS GOMES FONSECA; MARIA NATACHA TORAL BERTOLIN

¹ UNB - Universidade de Brasília

laisfonseca.lgf@gmail.com

Introdução

A dieta dos adolescentes brasileiros é caracterizada pela insuficiência em frutas e hortaliças e alta participação de alimentos ultraprocessados (1). Há uma ingestão elevada de sódio, açúcares livres e gordura saturada acima dos limites considerados aceitáveis (2,3); reforçando a necessidade de se desenvolver diferentes estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para a promoção de práticas alimentares saudáveis nessa fase da vida.

Objetivos

Validar um instrumento educativo de promoção de práticas alimentares saudáveis baseado em réplicas de alimentos para adolescentes.

Metodologia

O instrumento baseado em réplicas de alimentos foi desenvolvido com base na alimentação habitual dos adolescentes brasileiros e nas recomendações vigentes no país (4). As réplicas de alimentos compõem 12 refeições, sendo 2 saudáveis e 2 não saudáveis para o desjejum, almoço/jantar e lanche. Para evidenciar a diferença de composição nutricional entre as opções saudáveis e não saudáveis, tubos transparentes apresentavam as quantidades específicas de açúcar adicionado, lipídeo e sódio de cada refeição, convertidos respectivamente em açúcar, óleo e sal. Para validação, foram realizados 12 grupos focais com 110 adolescentes de 3 escolas particulares de cidades do Distrito Federal, selecionadas por conveniência. Os participantes foram apresentados ao instrumento e julgaram se o material representava adequadamente sua alimentação, se permitia o entendimento correto da mensagem implícita sobre escolhas alimentares e se o mesmo era útil para promoção de alimentação saudável. Realizou-se análise de conteúdo dos debates gravados, com auxílio do software Nvivo®. Foi aplicado questionário que avaliou o grau de concordância dos participantes quanto ao aspecto visual do instrumento e sua mensagem. Considerou-se o instrumento validado se houvesse uma avaliação positiva do instrumento e, para análise quantitativa, porcentagens de concordância igual ou superior a 70%. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAEE 47583415.5.000.0030).

Resultados

Segundo os participantes, o instrumento educativo representa o consumo habitual dos adolescentes, desperta a atenção, fomenta discussões em torno do tema saúde e alimentação, transmite informações nutricionais claras, e alerta sobre os riscos à saúde decorrentes de escolhas alimentares pouco saudáveis. A linguagem imagética utilizada facilitou a interpretação e compreensão das mensagens pretendidas de forma apropriada. Os adolescentes julgaram o material útil para a promoção da alimentação saudável. O nível de concordância do questionário quantitativo foi superior a 70%, corroborando com a validação do instrumento.

Conclusão

Destaca-se o importante diferencial do estudo, que foi validar um instrumento educativo desenvolvido a partir das recomendações atuais e da alimentação habitual dos adolescentes brasileiros. As réplicas são itens de material resistente e durável, além de serem eficientes em representar o alimento real. O instrumento foi bem avaliado pelos adolescentes, considerando-o atrativo, claro e eficaz em transmitir a mensagem proposta. Nesse sentido, o instrumento educativo composto por réplicas de alimentos foi considerado validado como recurso para promoção da alimentação saudável entre os adolescentes, sendo avaliado como uma estratégia promissora para educação alimentar e nutricional desse público

Referências

(1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar 2015. Rio de Janeiro, 2016.

(2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Análise do

Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

(3)Souza AM, Barufaldi LA, Abreu GA, Giannini DT, de Oliveira CL. ERICA: intake of macro and micronutrientes of Brazilian adolescents. Revista de Saúde Pública 2016; 2016; 50 (Suppl 1): 5s.

(4)Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2a edição. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional; adolescentes; dieta; hábitos alimentares

VALIDAÇÃO RELATIVA DE UM QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES

SANDY MARY OTTO; LUCIANA JEREMIAS PEREIRA; PATRÍCIA DE FRAGAS HINNIG; MARIA ALICE ALTENBURG DE ASSIS; PATRICIA FARIA DI PIETRO; FRANCILENE GRACIELI KUNRADI VIEIRA

¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
phinnig@yahoo.com.br

Introdução

O uso de instrumentos baseados na *web* para avaliação do consumo alimentar vem sendo cada vez mais empregado em pesquisas sobre o estado de saúde da população. Além de fácil aplicabilidade, apresenta um menor custo e tempo de aplicação em relação aos métodos tradicionais tipo papel e lápis. No entanto, para verificar aplicabilidade do instrumento, é preciso que este seja submetido a estudos de validação.

Objetivos

Verificar a validade relativa do questionário on-line de Consumo Alimentar e Atividade Física de Escolares (*webCAAFE*) utilizando como método de referência o diário alimentar.

Metodologia

Estudo transversal, realizado em 2013 com 326 escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de cinco escolas da rede pública de Florianópolis. O estudo ocorreu em duas etapas: (1) preenchimento de um diário alimentar e (2) preenchimento do *webCAAFE* na sala informatizada da escola no dia seguinte. O *webCAAFE* é um questionário on-line para autopreenchimento do consumo alimentar e atividade física do dia anterior. A validade relativa foi testada pelas taxas de acertos, omissões e intrusões dos itens alimentares relatados nas seis refeições do *webCAAFE*, usando o registro no diário alimentar como referência. Regressão logística multivariada multinomial foi utilizada para estimar a influência de fatores relacionados aos participantes nas taxas de omissão e intrusão. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC (nº 2250/11) e todos os responsáveis pelos participantes forneceram consentimento por escrito.

Resultados

As taxas intrusão e omissão foram baixas, 33% e 24% respectivamente, quando considerados todos os itens alimentares nas seis refeições. O item *nuggets* exibiu a maior taxa de omissão, enquanto o item batata frita apresentou a maior taxa de intrusão. Escolares do 4º e 5º anos apresentaram menor chance de intrusões e omissões dos itens alimentares comparadas aos escolares do 2º e 3º anos. Escolares que possuíam um computador em casa tiveram maior probabilidade de intrusões e menor chance de omissão comparados aos que não tinham computador em casa. Escolares que estudavam no turno integral exibiram maior chance de intrusão e omissão comparados aos escolares do turno matutino. Não foram encontradas diferenças significantes nas probabilidades de omissão e intrusão em relação ao estado nutricional e escolaridade dos pais.

Conclusão

O *webCAAFE* é um instrumento válido para avaliação do consumo alimentar em nível de grupos de escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental de escola pública.

Referências

Palavras-chave: consumo alimentar; escolares; novas tecnologias; validação

VARIAÇÃO TEMPORAL DO ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS: DADOS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN)

THAIS CRISTINE DE SOUZA BRITO; NATTIELE NERES FERREIRA FERNANDES; ANA LUÍSA LAGES BELCHOR;
RITA DE CÁSSIA BERTOLO MARTINS; NAIARA FERRAZ MOREIRA

¹ UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-Mato Grosso do Sul, Brasil
naiaraferraz@ymail.com

Introdução

A adolescência é uma fase importante na aquisição de hábitos de vida, portanto, a manutenção de uma alimentação inadequada e excesso de peso nessa faixa etária pode ser preocupante, visto que estes são considerados fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (LEVY et al.; 2010; MALTA et al., 2014). Neste cenário, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), é um importante instrumento para o monitoramento do estado nutricional e consumo alimentar da população. Os dados gerados pelo SISVAN permitem o planejamento e tomada de decisões nas políticas e programas relacionados a promoção da saúde (BRASIL, 2015).

Objetivos

Avaliar a variação temporal do estado nutricional e do consumo alimentar de adolescentes no município de Dourados/Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2010 a 2014 utilizando dados do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional.

Metodologia

Foram coletados dados dos relatórios públicos anuais do SISVAN, dos anos de 2010 a 2014, sobre o estado nutricional e consumo alimentar. Foi calculada a cobertura populacional do SISVAN em relação ao número de cadastros registrados no Sistema de Informação da Atenção Básica. Para avaliar o estado nutricional levou-se em consideração os índices antropométricos Índice de Massa corporal para idade (IMC/idade) e estatura para idade (estatura/idade), classificados de acordo com a recomendação da OMS publicada a partir do ano de 2007. Os marcadores alimentares selecionados no campo "tipo de relatório" foram: frutas ou salada de frutas, salada crua, legumes e verduras cozidos, feijão e leite e iogurte, sendo estes considerados alimentos marcadores de alimentação saudável, e refrigerante, hambúrguer e embutidos, batata frita, biscoitos doces e biscoitos salgados considerados alimentos marcadores de alimentação não saudável.

Resultados

Entre os anos de 2010 e 2014, observou-se aumento do percentual de sobrepeso na ordem de 20% (de 18,4% para 22,2%) e da obesidade de 1,9% (7,9% para 9,4%) e manutenção, na ordem de 90%, de adequação de estatura para idade no período analisado. Em relação aos marcadores de alimentação saudável notou-se queda no percentual de consumo de feijão e verduras cruas. Quanto aos Marcadores não saudáveis, observou-se elevado percentual de consumo de refrigerantes, bolachas/biscoitos salgados ou salgadinhos, hambúrguer/embutidos e de bolachas/biscoitos doces ou recheados, sendo estes dois últimos com aumento no período avaliado. Contudo, a cobertura populacional de adolescentes pelo SISVAN no município de Dourados é considerada baixa em relação ao número de cadastros no Sistema de Informação da Atenção Básica, sobretudo em relação aos registros de consumo alimentar.

Conclusão

Estes resultados corroboram com outros estudos que encontraram elevados percentuais de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, apesar da baixa cobertura populacional, sugerindo a necessidade de incentivar ações de Vigilância Alimentar e Nutricional na atenção básica.

Referências

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

LEVY, R. B.; CASTRO, I. R. R.; CARDOSO, L. O.; TAVARES, L. F.; SARDINHA, L. M. V.; GOMES, F. S. et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 2):3085-3097, 2010.

MALTA, D. C.; ANDREAZZI, M. C. R.; OLIVEIRA-CAMPOS, M.; ANDRADE, S. S. C. A.; SÁ, N. N. B; MOURA L, et al. Tendência dos fatores de risco e proteção de doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009 e 2012). Rev Bras Epidemiol SUPPL PeNSE 77-91, 2014.

Palavras-chave: estado nutricional; consumo alimentar; adolescentes; vigilância

VERIFICAÇÃO DA CIRCUNFERÊNCIA DA PANTURRILHA COMO FATOR DE MONITORAMENTO PARA O RISCO DE SARCOPENIA EM IDOSOS FREQUENTADORES DE UMA PARÓQUIA DE BELÉM-PA

ALESSANDRA DOS SANTOS BARATA; MARINA GORETH SILVA DE CAMPOS; RAYANNA LETICIA DOS SANTOS LEITE; SAMARA DA SILVA QUEIROZ; WALYSON SANTOS DE SOUZA; RÉIA SÍLVIA LEMOS

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará
alessandrasbarata@gmail.com

Introdução

A senescência é um processo natural que sucede diversas alterações fisiológicas e morfológicas no organismo, causando alterações expressivas na composição corporal (PAGOTTO, 2013). A sarcopenia é definida como a diminuição da força, do volume e função muscular, sendo relacionada com inúmeras disfunções e doenças sistêmicas que geram grande impacto na saúde do idoso, visto que a perda progressiva de massa muscular é uma característica significativa do envelhecimento (PAULA, 2016). A circunferência da panturrilha é uma medida antropométrica prática e de baixo custo, relacionada com massa e função muscular do idoso (PEIXOTO, 2016).

Objetivos

Verificar a prevalência de sarcopenia, utilizando a circunferência da panturrilha como parâmetro, em idosos participantes de um grupo de convivência na cidade de Belém-PA.

Metodologia

Estudo transversal, descritivo, realizado no período de janeiro de 2016 a julho de 2017 durante atividades de pesquisa e extensão voluntárias com idosos frequentadores do Núcleo de Convivência da Pastoral da Pessoa Idosa de uma Paróquia, em Belém-PA. A pesquisa atende as exigências da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, submetida à Plataforma Brasil, na qual recebeu autorização sob CAAE nº 56210016.5.0000.0018, tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas, foram pesquisados dados sociodemográficos e condições de saúde. Quanto à antropometria, foram aferidos peso e altura para o cálculo do Índice de Massa Corporal de acordo com as diretrizes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS, 2001) e a circunferência da panturrilha seguindo as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998). Os dados coletados foram registrados em planilha eletrônica e a análise descritiva dos dados feitas no programa BioEstat® 5.3.

Resultados

O estudo foi realizado com 100 idosos de ambos os sexos, sendo prevalente o sexo feminino (86%). Dentre os idosos participantes, com base na classificação do Índice de Massa Corporal, 32% apresentaram eutrofia, 36% sobrepeso e obesidade, e por fim, 32% dos indivíduos do estudo estavam com baixo peso. Segundo a classificação da circunferência da panturrilha, foi averiguado que 32% dos integrantes do estudo manifestavam desnutrição, deste total, 22,7% exibem também o estado nutricional de desnutrição conforme o Índice de Massa Corporal.

Conclusão

A desnutrição e baixo peso, segundo a circunferência da panturrilha e Índice de Massa Corporal, respectivamente, foi observada em uma parcela importante dos idosos do estudo. Tal achado revela que a perda de peso atingiu de forma relevante os compartimentos corporais dos idosos levando-os a perda de massa magra, que segundo Paula (2016), é uma das causas para a sarcopenia. Portanto, ressalta-se a importância do monitoramento antropométrico da circunferência da panturrilha, a fim de viabilizar a identificação, rápida e prática da perda de massa muscular a fim de recuperá-la o mais precocemente para reduzir os riscos de sarcopenia no idoso, possibilitando-lhe melhor independência e qualidade de vida.

Referências

PAGOTTO, V. **Sarcopenia em idosos: revisão, prevalência, concordância entre métodos diagnósticos e antropometria como proposta de rastreamento**. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

PAULA, J.A. et. al. Análise de métodos para detectar sarcopenia em idosos independentes da comunidade. **Rev. Bras.**

Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 235-246, 2016.

PEIXOTO, L.G. et. al. A circunferência da panturrilha está associada com a massa muscular de indivíduos hospitalizados. **Rev. Bras. Nutr.**, Urbelândia, v. 31, n. 2, p. 167-7, 2016.

OPAS (Organización Panamericana de la Salud). **Encuesta multicéntrica Salud Bienestar y Envejecimiento (SABE) en América Latina y el Caribe: informe preliminar**. 92p. XXXVI Reunión del Comité Asesor de Investigaciones en Salud, Kingston – Jamaica, 9-11 jul 2001. Washington/D.C: OPAS, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic. **WHO Technical Report Series**, Geneva, n. 894, 1998.

Palavras-chave: Antropometria; Desnutrição; Massa muscular; Saúde do idoso; Saúde pública

VISÃO MULTIPROFISSIONAL SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA ALIMENTAÇÃO DE ESCOLARES DO INTERIOR PERNAMBUCANO

ANA PAULA PIRES DE MELO; CATARINE SANTOS DA SILVA; FLÁVIA GABRIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

¹ UNIFAVIP-DEVRY - Centro Universitário do Vale do Ipojuca

catarine.nutri@yahoo.com.br

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, que permite a compra do produto da agricultura familiar sem licitação. O objetivo central do programa é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. A compra de alimentos da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar incentiva o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, estimulando o cooperativismo e o associativismo, além da alimentação regional adequada e saudável.

Objetivos

Analisar as contribuições do programa de aquisição de alimentos nas creches e escolas da zona rural do município de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Metodologia

Estudo transversal, qualitativo, com caráter exploratório. A população entrevistada foi composta por agricultores da região que são cadastrados no programa de aquisição de alimentos, além dos outros profissionais que de alguma forma também fazem parte do programa: uma nutricionista, o secretário de agricultura do município e três gestores das escolas e da creche. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários estruturados pela pesquisadora contemplando informações sobre acompanhamento e desenvolvimento do programa, como período de execução e os tipos de alimentos fornecidos. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética do Centro Universitário do Vale do Ipojuca sob o nº 1.396.379 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Foram entrevistados nove agricultores, sendo cinco do sexo masculino e quatro do sexo feminino, uma nutricionista e três gestores escolares (2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino). Sobre os principais alimentos fornecidos, foi relatada maior frequência de queijo coalho, galinha de capoeira, maracujá, canjica, pamonha e mel. Ao avaliar os pontos positivos e negativos do programa, constatou-se que os pontos positivos destacados pelos agricultores foram a garantia de fonte de renda, a valorização dos produtos e a compra direta. A nutricionista destacou a possibilidade de oferecimento de alimentação mais saudável e fortalecimento da agricultura familiar, opinião concordante com as dos gestores, que afirmaram que assim são valorizados os agricultores da região. Sobre os desafios encontrados no programa, alguns agricultores referiram o atraso no pagamento. Já a nutricionista relatou o problema de falta de local para recepção dos alimentos a serem separados e redistribuídos. Os gestores destacaram ainda que um ponto a melhorar é que às vezes há atraso na entrega.

Conclusão

Foi consenso entre os entrevistados que os benefícios encontrados através do programa são o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, além do auxílio de uma forma muito positiva às práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar. Apesar dos desafios ainda existentes, pode-se afirmar que o programa vem beneficiando não apenas os agricultores familiares diretamente atendidos, mas também a comunidade escolar e população local, na perspectiva de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional da região.

Referências

ASSIS, S.C.R. PRIORE, S.E. FRANCESCHINI, S.C.C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, fev. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200617 >. Acesso em: 04 nov. 2017.

RIBEIRO, A.L.P; CERATTI, S; BROCH, D.T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, Rio Grande

do Sul, v.1, n.1. 2013. Disponível em: < <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/282>> .Acesso em: 04 nov. 2017.

SARAIVA, E.B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, nº 4. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/04.pdf> >. Acesso em: 04 nov. 2017.

SOUSA, A.A. et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.28, n.2, mar/abr. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000200217&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 04 nov. 2017.

TRICHES R.M, SCHNEIDER S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.19, n.4, out./dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019 >. Acesso em: 04 nov. 2017.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Alimentação escolar; Segurança Alimentar e Nutricional

VIVÊNCIA DO ACADÊMICO DE NUTRIÇÃO NAS VISITAS DOMICILIARES DE RECÉM-NASCIDOS PARTICIPANTES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

CAROLINE RAMOS FRIGI; CAROLINE D'AZEVEDO SICA; LUCIANA PEREIRA MOSMANN

¹ UNIVERSIDADE FEEVALE - UNIVERSIDADE FEEVALE

carolineramosf@gmail.com

Introdução

O Programa Saúde da Família, também denominado Estratégia Saúde da Família, vem desempenhando papel estratégico para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), favorecendo a equidade e universalidade da assistência por meio de ações inovadoras no setor. O Programa de Saúde da Família pressupõe a visita domiciliar como tecnologia de interação no cuidado à saúde, sendo um instrumento de intervenção fundamental utilizado pelas equipes de saúde como meio de inserção e de conhecimento da realidade de vida da população, favorecendo o estabelecimento de vínculos com a mesma e a compreensão de aspectos importantes da dinâmica das relações familiares mantendo um vínculo efetivo com o paciente para elaborar uma assistência específica para cada caso. O Projeto de Extensão Mãe e Bebê da Universidade Feevale, situada no município de Novo Hamburgo, atua na promoção de saúde contribuindo para a melhora da qualidade de vida do binômio através de ações interdisciplinares com os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia em uma Unidade de Saúde da Família do município.

Objetivos

O presente estudo objetivou relatar a vivência dos acadêmicos do curso de nutrição da Universidade Feevale nas visitas domiciliares aos recém-nascidos das mães participantes do Projeto mãe e bebê.

Metodologia

Foram utilizados relatos de experiência dos acadêmicos participantes do Projeto de extensão do ano de 2016 e primeiro semestre de 2017.

Resultados

Nas visitas domiciliares foi possível observar o ambiente e condições domiciliares que até então não era possível pois o projeto propõe que durante a gestação as mulheres sejam acompanhadas durante as consultas de pré-natal na Unidade de Saúde, o vínculo entre o binômio e possíveis dificuldades que a puérpera possa demandar nos primeiros dias de vida do bebê como problemas na amamentação com a técnica e posição corretas bem como possíveis dúvidas sobre sua alimentação. Durante esta vivência o acadêmico pode fortalecer o vínculo criado com a puérpera durante o seu período gestacional, colocando em prática os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e as capacitações desenvolvidas no projeto, auxiliando no sucesso da amamentação nos primeiros dias de vida do bebê com ações de educação nutricional que priorizem a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade Organização Mundial da Saúde.

Conclusão

A atenção às famílias e à comunidade é o objetivo central da visita domiciliar, sendo entendidas, família e comunidade, como entidades influenciadoras no processo de adoecer dos indivíduos, os quais são regidos pelas relações que estabelecem nos contextos em que estão inseridos. Compreender o contexto de vida dos usuários dos serviços de saúde e suas relações familiares deve visar ao impacto nas formas de atuação dos profissionais, permitindo novas demarcações conceituais e, conseqüentemente, o planejamento das ações considerando o modo de vida e os recursos de que as famílias dispõem.

Referências

ALBUQUERQUE, Adriana Bezerra Brasil de; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Visita domiciliar no âmbito da Estratégia Saúde da Família: percepções de usuários no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil, Caderno de Saúde Pública, Vol 25, n. 5, mai. 2009. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2017.

SAKATA, Karen Namie et al. Concepções da equipe de saúde da família sobre as visitas domiciliares, Rev Bras Enferm, Vol 60, n. 6, abr. 2007. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2017.

Palavras-chave: Interação entre profissional e paciente; puerpério; amamentação; relato de experiência

WORKSHOP UTILIZANDO O GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA NA GESTÃO DE PESSOAS E DE ALIMENTOS

KELLY WALKYRIA BARROS GOMES; ADRIANA TOLEDO DE PAFFER; MARIA HELENA PEREIRA DE SANTANA

¹ SMS/MACEIÓ - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, ² UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

kwalkyria@hotmail.com

Introdução

O guia alimentar aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira. Deve ser utilizado para estimular e apoiar a inclusão das práticas de promoção da saúde nos processos de trabalho em diferentes setores. Corroboram para isso outras políticas e planos como a Política Nacional de Educação Popular, a Política Nacional de Promoção da Saúde e o Plano de ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não transmissíveis no Brasil. No Brasil, com o apoio da sociedade civil, ações e políticas de grande alcance social vêm contribuindo para a remoção de obstáculos que dificultam a adoção das recomendações do guia. As ações de educação alimentar e nutricional devem fazer parte de um processo permanente e gerador de autonomia com a participação ativa e informada dos sujeitos. Na abordagem coletiva de promoção da saúde a utilização do método de oficina tem como objetivo promover a construção do conhecimento, por meio da reflexão sobre um tema central, inserido em um contexto social, congregando informações e reflexões e relacionando-as com significados afetivos e vivências.

Objetivos

O trabalho teve como objetivo promover a utilização do guia alimentar como instrumento de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional na gestão de pessoas e de alimentos.

Metodologia

O workshop foi realizado no mês de agosto de 2017 no âmbito do VII Congresso Acadêmico da Universidade Estadual de Ciências da Saúde. Os participantes foram profissionais e estudantes da área de saúde e educação, sendo formados quatro grupos de trabalho entre eles. As atividades foram realizadas em duas etapas: a primeira com uma abordagem teórica sobre o guia alimentar e a segunda com a formação dos grupos e discussão dos capítulos para elaboração das estratégias para trabalhar com o guia. Ao final os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e fizeram avaliação do workshop.

Resultados

Participaram do workshop 52 pessoas. Após a formação dos grupos houve a análise e discussão dos capítulos do guia com a apresentação das estratégias de trabalho. Foram apresentadas estratégias de inclusão da temática do guia na gestão de pessoas com o objetivo de promover autonomia nas escolhas alimentares adequadas, respeito à cultura alimentar, impacto na saúde e no rendimento do trabalho. Na gestão de alimentos ressaltou o impacto na economia local com o incentivo de alimentos in natura, produtos orgânicos e agroecológicos, considerando as especificidades do território facilitando a escolha de alimentos. Foi trabalhado os dez passos para uma alimentação saudável através da leitura de cordel como forma de reafirmar os conteúdos abordados e estimular a sua utilização nos processos de trabalho no âmbito da gestão.

Conclusão

A realização de workshop consiste como uma importante estratégia de apoio para implementação da diretriz de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no âmbito da gestão de pessoas e de alimentos em diferentes contextos. Através da abordagem multiprofissional e intersetorial contribui-se para o reconhecimento do direito a alimentação adequada e nas ações de apoio e promoção da saúde no âmbito individual e coletivo.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. 68p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

_____. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Instrutivo: metodologia de trabalho em grupo para ações de alimentação e nutrição na atenção básica**. 1 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 168p.

Palavras-chave: Promoção da saúde; Alimentação e Nutrição; Processo de trabalho